

## Ficha Catalográfica

---

Temporalidades [recurso eletrônico] | Departamento de História.

T288 Programação de Pós-Graduação em História –  
Edição 41, v. 16, n. 1 (mar. 2024 | out. 2024) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH |  
UFMG, 2024.

Quadrimestral a partir de 2023 | Semestral a partir de 2023.  
Títulos e resumos em português e inglês.  
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

---

## Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)  
Periódicos Capes (Brasil)  
Latindex (México)  
Diadorim (Brasil)  
Open Aire (U. E.)  
PKP Index (Estados Unidos)  
Livre! (Brasil) Endereço:

## Endereço

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-  
910 – Belo Horizonte/MG, Brasil.

E-mail: [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)  
Homepage: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas | Departamento de História – Outubro/2024.

**Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

**Departamento de História**

Chefe: Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta

**Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sa Motta

**Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

**Comissão Editorial 2024**

Aline Pereira Lopes

Arthur Cavalcanti de Oliveira Damasceno

Carine Kely Rocha Viana

Henrique Fonseca Mundim

Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez

Laís Pazzetti Machado

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Pedro Henrique Lucarelli Moreira

Rubens Albano Verona

Wemerson F. Gomes

**Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

**Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Seth W. Garfield (University of Texas)

**Revisão**

Aline Pereira Lopes

Arthur Cavalcanti de Oliveira Damasceno

Carine Kely Rocha Viana

Henrique Fonseca Mundim

Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez

Laís Pazzetti Machado

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Pedro Henrique Lucarelli Moreira

Rubens Albano Verona

Wemerson F. Gomes

**Diagramação e montagem**

Wemerson F. Gomes

**Capa e Divulgação**

Aline Pereira Lopes

**Open Journal Systems/Banco de Dados**

Wemerson F. Gomes

## Agradecimento aos pareceristas

A Revista Temporalidades é uma publicação discente que almeja divulgar trabalhos científicos que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestigiosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas ad hoc, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da Temporalidades desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, neste espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição.

Jade Oliveira Chaia	Beatriz Sales Dias
Gabriel Debatin	Daiani Barbosa
Gabriel Barbosa da Silva Amorim	David Anderson Zanoni
Vinícius Salvatori	Dennis Castanheira
Edson Edson Silva de Lima	Luiz Henrique Costa de Santana
Gabrielle Legnaghi de Almeida	Kelly Yshida
Naiara Santana Pita	Lígia Kondo
Marina Helena Meira Carvalho	Leandro Haerter
Cristiano Barros	Hezrom Vieira Costa Lima
Amanda Peruchi	Luiz Gustavo Santos Cota
Dianina Raquel Silva Rabelo	Danyela Barros Santos Martins de Queiroz
Rodrigo Otávio dos Santos	Juliana Da Silva Sabatinelli
Mateus Roque da Silva	Louise Löbler
Marcel Alvaro de Amorim	Jonatas Roque Ribeiro
Deivid Deivid da Costa Trindade	Gabriel Felipe Silva Bem
Daniel Ouriques Caminha	Sergio Cesar Junior
Vinicius Rosalvo de Oliveira	Victor André Costa da Silva
Luis Filipe Maiolini	Eveline Almeida de Sousa
Anne Thereza de Almeida Proença	Mauricio Ribeiro Damaceno
Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza	Tiago de Oliveira Veloso Silva
Igor Morais Silva	Dianina Raquel Silva Rabelo
Rafael Santana Bezerra	Ana Vitória Vieira
Helson Flávio da Silva Sobrinho	Paloma Caroline Catelan
Cleyton Antônio da Costa	Jerry Santos Guimarães
Eliza da Silva Vianna	Scarlett Dantas de Sá Almeida
Artur Nogueira Santos e Costa	Francisco de Souza Gonçalves
Guilherme Dias	Yuri Leonardo Rosa Stelmach
Ailson Barbosa de Oliveira	Raquel Hoffmann
Thayane Lopes Oliveira	Joana Climaco
Gabrielle Legnaghi de Almeida	Anndrea Carolyn da costa Tavare
Jonatas Roque Ribeiro	Rorigo Luis dos Santos

Rhuan Targino Zaleski Trindade  
Edivan de Azevedo Silva da Costa  
Bruna Marques Cabral  
Rhuan Targino Zaleski Trindade  
Marcio Henrique Bertazi  
Marcio Henrique Bertazi  
Santiago Andrade  
Carlos Roberto da Silva Machado  
Carmem Rodrigues  
Millena Farias  
René Lommez Gomes  
Deyse Cristina Brito Fabrício  
Maria Gabriela Bernardino  
José Luiz Xavier Filho

César Aquino Bezerra  
Eduardo Roberto Jordão Knack  
Jaime Guimarães Junior  
José Alexandre da Silva  
Filipe Peixoto Neves  
Laila Thaís Correa e Silva  
Dimitri Andrey Scarinci  
Fábio Santana Nunes  
Vitor Lucas de Faria Pessoa  
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz  
Guilherme Catto  
Nelson Lage  
Marcelo Ferreira Ribas  
Thiago Ferreira dos Santos

## Sumário

### Apresentação

- 08 Aline Pereira Lopes & Júlia Rodriguez & Wemerson F. Gomes | **Dando forma ao impossível**

### Editorial

- 11 Luís Souza | **Caminhos para a História**

### Dossiê Interno

- 18 Jaciel Rossa Valente | **Hannah Arendt e a oportunidade de uma nova relação com a história – 1952 a 1961**
- 38 Lucas Fernandes | **As fronteiras entre história e literatura: a recepção de Hayden White na revista História da Historiografia (2009 - 2019)**
- 63 Magno Francisco de Jesus Santos | **“Um lugar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria”:** Miguel Archanjo Galvão e os fazeres historiográficos no oitocentos (1858-1898)
- 86 Icles Rodrigues Rodrigues | **Nações e nacionalismos: história pública, critérios e paradigmas em uma perspectiva conceitual**
- 106 Maicon da Silva Camargo | **Os temas sensíveis e o papel político do ensino de História: abordagens, perspectivas e atualidades**
- 128 Márcio Douglas de Carvalho e Silva | **A literatura como fonte histórica no livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio**
- 152 Guilherme Catto | **Culturas políticas e trajetórias: possibilidades metodológicas**

### Artigos Livres

- 175 Bernardo Ternus de Abreu | **Between Goa and America: knowledge about cancer in two books written by Jesuits (XVIII century)**
- 206 Maria Fernanda Pimenta Fróis | **Nos porões da loucura (1979): narrativas da imprensa escrita sobre o Hospital Colônia de Barbacena**
- 231 Lissia Stinghen Chagas | **O envelhecimento e a velhice no Brasil sob a ótica das expulsões , de Saskia Sassen**

- 246 Bárbara Boy Oliveira | **Memória e gênero: presença das mulheres na construção da paisagem da Baía de Guanabara - RJ**
- 268 Caroline Ivanski Langer & Natalia Piccoli | **Prescrições salutare: controle social e moral de mulheres na menopausa no Brasil oitocentista**
- 286 Ana Victoria Leite Rocha | **A Continuidade das Estruturas Hierárquicas no Pós-Abolição: Uma Análise da Trajetória das Mulheres Negras Recém-Libertadas no Âmbito Doméstico**
- 299 Raissa Efrem | **A dupla nacionalidade em Albert Camus: identidades e conflito de interesses durante a Revolução Argelina (1954-1962)**
- 319 Evander Ruthieri da Silva & Ana Luiza Baldin Fidelis | **Por uma história das sensibilidades na literatura nigeriana contemporânea: modernidade e tradição em Notas sobre o luto (2021) de Chimamanda Adichie**
- 339 Gabriela Franco Uechi | **Os Outros de Ryukyu/Okinawa: Tessituras Identitárias no Discurso Literário**
- 360 Danilo Borges | **Qual o lugar da discussão quilombola? Uma análise descritiva da categoria quilombola na produção científica brasileira**
- 375 João Vitor Valeriano | **Circulação de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire (1791)**
- 396 Alan de Carvalho Souza | **A desconstrução do escravizado e o baixo número de revoltas no Vale do Paraíba fluminense**
- 418 Rômulo Rossy Leal Carvalho Leal Carvalho | **Ideias para adiar o fim do sonho (e do sonhar): aspectos da vida onírica para Ailton Krenak**
- 435 Gabriela Berthou de Almeida | **Saber navegar é preciso: remeiros e pilotos indígenas na Viagem Filosófica pela Amazônia (1783-1792)**
- 456 Luan Morais | **"Aquela gente bárbara, inculta e ignorante da lei divina": estruturas imperiais e linguagens de dominação na Irlanda medieval (séculos XII-XIII)**
- 486 Nathalia Marques Bandeira | **O impacto da Idade Média Global na historiografia brasileira**
- 518 Milena Ferrarini & Adriana Mocelim | **A construção de heroísmo e cavaleirismo no além-mar dos Infantes de Avis pelo olhar de Gomes Eannes de Zurara na Crônica da Tomada de Ceuta (1415-1450)**
- 541 Eduardo Lima de Souza | **"Demonstrações de benquerença": A prática da misericórdia na guerra (Portugal nos séculos XIV e XV)**

- 557 Leonardo Wesley do Santos | **O Empório de Náucratis: historiografia entre o século XVIII e XXI**
- 585 Fernando Wolf | **Estado-Nação, legislação e políticas de migração no Brasil: a questão da cidadania em tempos de alteridade**
- 614 Renan Vinicius Magalhães | **Reforma agrária e o pensamento agrário brasileiro nos anos 60: uma análise a partir de Antonio Callado, Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari**
- 639 Emerson da Silva | **Análise panorâmica da gênese do movimento agroecológico no Brasil: da colonialidade à ecologia decolonial**
- 662 Laylson Mota Machado | **“Que a gente só vê calamidade, só vê sofrimento”:**  
**conflitos socioambientais da UHE de Estreito (MA) no Acampamento Coragem**
- 678 Moema Vergara & Andressa de Sousa Braz | **El centenario de la Carta General de 1922: disputas limítrofes entre Minas Gerais y Goiás en la revista A Informação Goyana (1922-1924)**
- 702 Paola Padilha | **Kitsch, memória e intimidade: elementos de um patrimônio menor**
- 716 Rafael Dantas de Oliveira & Simone Rocha de Abreu | **Flávio Cerqueira: vozes erguidas, monumentos caídos**
- 746 Elielton Gomes | **Pelos currais, praças, teatros, ruas e clubes de Belém do Pará: as animações da quadra junina nos anos de 1950**
- 770 Verônica Toledo Saldanha & Renato Machado Saldanha | **A presença das touradas em Ouro Preto na década de 1880**
- 789 Eric Patrick Silva de Faria Rocha | **As representações da Folha de São Paulo sobre o PTB no regime presidencial de João Goulart (1963)**
- 812 Mateus Ântoni Moreira da Silva Maciel | **Alma em Linguagem: o anímico na filosofia de Wittgenstein**

## Apresentação | Dossiê Interno

### Dando forma ao impossível

Aline Pereira Lopes (UFMG)  
Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez (UFMG)  
Wemerson F. Gomes (UFMG)

*[...] onde há perigo  
Há também salvação.*

*Hölderlin, Patmos*

A 41ª edição da Revista Temporalidades foi construída em uma circunstância específica: sofrendo ainda com a desestruturação institucional e acadêmica provocada pela Pandemia de Covid 19, a Revista enfrentou, este ano, além de meses de greve, um cenário alarmante de desvalorização dos editores e dos pareceristas de periódicos.<sup>1</sup> Definidos os contornos da crise, a solução esboçada foi o abandono da possibilidade de montagem de um dossiê para esta edição. No entanto, como diria Hölderlin, as situações de perigo e desespero guardam, em si mesmas, uma potencialidade, qual seja: permitir que um conjunto outro de relações inesperadas tornem possível o impossível, atribuam forma ao inimaginável. Foi qualquer coisa dessa natureza que fez com que, no âmago da diversidade de propostas temáticas, teóricas e metodológicas dos artigos desta edição, um conjunto de textos se explicitasse (ou, melhor, fosse explicitado pelos olhares de editores entusiasmados, mas igualmente atribulados), de tal forma que uma proposta comum pudesse articular todos os artigos sem, necessariamente, defini-los em uma abordagem única.

Se, dentre os 38 artigos desta edição, oito foram selecionados para o Dossiê Interno, não é porque os outros não estejam atravessados pelo tema em tela – conferir, a seguir, a apresentação dos Artigos Livres, nomeada “Caminhos para a História” –, mas sim porque estes textos exploram de uma maneira talvez um pouco mais direta a relação entre História e Teoria da História por meio de um debate profícuo e potente que envolve conceitos, métodos e ensino. Nesse sentido, a análise dos artigos

---

<sup>1</sup> Cf. ANPOLL. Nota pública pela valorização dos editores e pareceristas de periódicos. Disponível em: <https://anpoll.org.br/2022/nota-publica-pela-valorizacao-dos-editores-e-pareceristas-de-periodicos/>. Acesso em: 11 out. 2024.

destacados proporciona uma visão ampla, embora igualmente densa e problematizadora, sobre questões teóricas e metodológicas na historiografia contemporânea. Os artigos abordam desde a relação entre história e literatura, passando por discussões conceituais e historiográficas, até chegar aos questionamentos sobre o papel político do historiador e do ensino de história.

O primeiro artigo do dossiê, “Hannah Arendt e a oportunidade de uma nova relação com a história – 1952 a 1961” investiga a escrita de Hannah Arendt e destaca a abertura de novas relações com a história a partir de uma análise koselleckiana. No segundo artigo, podemos ler uma discussão profunda acerca da historiografia brasileira da última década. Além disso, “As fronteiras entre história e literatura: a recepção de Hayden White na revista História da Historiografia (2009 - 2019)” destaca os efeitos literários presentes na escrita histórica e as fronteiras entre a história e a literatura.

Em seguida, selecionamos o artigo “Um lugar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria”: Miguel Archanjo Galvão e os fazeres historiográficos no oitocentos (1858-1898)”. Nesse trabalho, encontramos uma análise da concepção de história mobilizada por Galvão e os projetos de nação que estavam em disputa na segunda metade do século XIX. Em diálogo com tal pesquisa, apresentamos em seguida o artigo intitulado “Nações e nacionalismos: história pública, critérios e paradigmas em uma perspectiva conceitual”. Nesse trabalho, os conceitos de nação e nacionalismo são debatidos de forma rica, trazendo os paradigmas do modernismo e do etnossimbolismo para analisar os autores e as consciências históricas do período político em questão.

Para pensar a teoria em conjunto com o ensino de História, o artigo “Os temas sensíveis e o papel político do ensino de História: abordagens, perspectivas e atualidades” traz reflexões importantes. Ao discutir temas de aula e o papel do professor, o artigo consegue debater questões atuais que marcam as comunidades escolares a partir do papel político e social do fazer histórico. Em diálogo com o ambiente escolar, o artigo seguinte debate as fontes e o ensino de história. Intitulado “A literatura como fonte histórica no livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio”, o presente trabalho problematiza as formulações curriculares atuais. Tendo como objeto uma das coleções de materiais didáticos utilizadas nas escolas de educação básica, a pesquisa traz uma análise detalhada das propostas de usos da literatura nas ciências humanas.

O último artigo escolhido para compor esse dossiê é o trabalho “Culturas políticas e trajetórias: possibilidades metodológicas”. Nesse trabalho, encontramos um debate analítico e metodológico sobre o estudo das culturas políticas. Assim, encerramos a sessão refletindo sobre o conceito de Cultura

Política dentro da historiografia a partir da prosopografia, destacando os sujeitos dentro da história. Dessa forma, entendemos que os trabalhos conseguem promover um diálogo intenso sobre conceitos fundamentais da historiografia, seus usos no fazer histórico e também no ensino de história.

## Apresentação | Artigos Livres

### Caminhos para a História

Luís Carlos Albano Duarte Sousa (UFMG)

Apresentar a seção de Artigos Livres da presente edição da *Temporalidades* não constitui tarefa fácil, tendo em vista os trinta artigos que a compõem. No entanto, podemos realizar esse trabalho destacando cinco eixos temáticos que articulam todos os textos, ampliando a proposta do dossiê temático desta edição – “História e Teoria da História: conceitos, métodos e ensino”. Dessa forma, encontramos textos que analisam 1) o ambiente e a saúde; 2) os periódicos e as construções literárias e filosóficas; 3) a idade média, os viajantes e os cronistas; 4) raça e gênero; 5) e, por fim, o Brasil e os cenários internacionais. A interdependência desses eixos temáticos faz com que a ordem de apresentação não seja estática. Nesse sentido, buscamos estabelecer um fio condutor que torne mais fácil ao leitor encontrar as conexões que levam a compreender a razão de amalgamar textos tão diversos em torno de um só aspecto historiográfico, que questiona a produção de conhecimento nos mais distintos lugares, nas mais diversas épocas.

Encontramos, por exemplo, uma análise do conhecimento sobre o câncer nos relatos jesuítas de século XVIII em “Between Goa and America: knowledge about cancer in two books written by Jesuits (XVIII century)”. Bernardo Ternus de Abreu insere os saberes locais e as observações empíricas no campo das ciências naturais, compreendendo-as como fundamento no processo de construção das redes de contato. Rapidamente, podemos recordar o conceito de “colonialidade do poder” desenvolvido no artigo “Análise panorâmica da gênese do movimento agroecológico no Brasil: ecologia decolonial versus colonialidade do poder (1960 – 2014)”, de Emerson da Silva, para refletirmos sobre os processos de globalização (dos quais os jesuítas são exemplo nos séculos anteriores) que levaram à gênese do movimento agroecológico no Brasil.

Ademais, os conflitos socioambientais desvelados por Laylson Mota Machado no texto “‘Que a gente só vê calamidade, só vê sofrimento’: conflitos socioambientais da UHE de Estreito (MA) no

Acampamento Coragem” evocam as territorialidades em disputa e suas consequências culturais e identitárias. Questões intrinsecamente ligadas à saúde, na medida em que tomamos conhecimento do “itinerário público da loucura” em “‘Nos porões da loucura’ (1979): narrativas da imprensa escrita sobre o Hospital Colônia de Barbacena”, no qual Maria Fernanda Pimenta Fróis demonstra como o Hospital Colônia de Barbacena (MG) suscita uma espécie de cartografia da sanidade, demarcando territórios específicos para questões que fugiam à “normalidade” pública. São sentimentos captados por meio da circulação em periódicos da época, o que nos leva a um outro eixo temático, já que boa parte dos artigos dessa seção (ao menos cinco, diretamente) utilizam periódicos em suas metodologias.

Os trabalhos com periódicos podem ser subdivididos em dois aspectos: culturais e políticos. No texto de Verônica Toledo Saldanha e Renato Machado Saldanha, “A presença das touradas em Ouro Preto na década de 1880”, somos apresentados aos ideais de modernidade na transição entre mundo rural e o urbano no final do século XIX, em suas representações nos jornais da época. Na mesma esteira, Elielton Gomes, em “Pelos currais, praças, teatros, ruas e clubes de Belém do Pará: as animações da quadra junina nos anos de 1950”, demonstra como elementos culturais noticiados na época envolviam as populações de Belém do Pará nos seus diversos níveis, compartilhando as práticas cotidianas retratadas nas opiniões jornalísticas. As disputas políticas também ocuparam lugar de destaque nos periódicos, como notamos em “El centenario de la Carta General de 1922: disputas limítrofes entre Minas Gerais y Goiás en la revista A Informação Goyana (1922-1924)”, artigo de Moema Vergara e Andressa de Sousa Braz. Aqui, a divulgação de uma ideia de nação a partir das efemérides do centenário da Independência do Brasil serve de *locus* para a análise do federalismo diante dos choques entre o poder central e as autoridades locais, voltando à questão da territorialidade. E não só: em “As representações da Folha de São Paulo sobre o PTB no regime presidencial de João Goulart (1963)”, Eric Patrick Silva de Faria Rocha nos leva a perceber como posturas politicamente ativas do século XX caracterizam representações importantes para o entendimento das dinâmicas sociopolíticas, a partir do exemplo do governo João Goulart.

Dentro do âmbito de construções literárias, os trabalhos são unidos pela noção de identidade. “Por uma história das sensibilidades na literatura nigeriana contemporânea: modernidade e tradição em Notas sobre o luto (2021) de Chimamanda Adichie”, de Evander Ruthieri da Silva e Ana Luiza Baldin Fidelis, analisa a construção dessas identidades nacionais a partir do romance nigeriano, implementando perspectivas mais recentes por meio de uma abordagem decolonial. No mesmo sentido, “Os Outros de Ryukyu/Okinawa: Tessituras Identitárias no Discurso Literário”, de Gabriela Franco Uechi, toma emprestada a linguagem para demonstrar como ela molda a identidade e a

representação do “outro”. O próprio conflito identitário de Albert Camus na Revolução Argelina é tema de “A dupla nacionalidade em Albert Camus: identidades e conflito de interesses durante a Revolução Argelina (1954-1962)”, artigo de Raissa Efrem. Ailton Krenak também é invocado, em “Ideias para adiar o fim do sonho (e do sonhar): aspectos da vida onírica para Ailton Krenak”, de Rômulo Rossy Leal Carvalho Leal Carvalho, para propor uma espécie de cosmovisão alternativa diante das tradições ocidentais, do capitalismo e do colonialismo. Lissia Stinghen Chagas, em “O envelhecimento e a velhice no Brasil sob a ótica das expulsões, de Saskia Sassen”, propõe a categorização da velhice e do envelhecimento no Brasil à luz do conceito de Sassen para pensar os impactos culturais, políticos e econômicos, aproximando-se da filosofia.

Aliás, podemos afirmar que todo trabalho histórico carrega consigo questionamentos de ordem filosófica no campo da Teoria da História. Nesta seção, dois artigos em especial aproximam-se mais diretamente da filosofia. O tema da objetividade e da subjetividade em Wittgenstein é celebrado, por Mateus Ântoni Moreira da Silva Maciel, em “Alma em linguagem: o anímico na filosofia de Wittgenstein”, no qual o autor aborda conceitos da psicologia e desvela um outro traço comum a todos os trabalhos dessa seção: a interdisciplinaridade. E é apenas dessa maneira que podemos ter contato com elementos como sentimento e afeto na análise desenvolvida por Paola Padilha em “Kitsch, memória e intimidade: elementos de um patrimônio menor”. Além do mais, não deixamos, aqui, de vislumbrar a circulação de conhecimento da qual os periódicos e outros impressos efêmeros participam.

Um recuo, no entanto, leva-nos à idade média para estabelecer vínculos com dois movimentos aqui presentes de forma mais abrangente: colonialismo e historiografia. As estruturas imperiais e as linguagens de dominação na Irlanda medieval são estudadas por Luan Morais no artigo “‘Aquela gente bárbara, inculta e ignorante da lei divina’: estruturas imperiais e linguagens de dominação na Irlanda medieval (séculos XII-XIII)”, no qual foram invocadas estruturas político-culturais para discutir autoridade e território, confirmando a coesão dos temas mais amplos que permeiam nossos eixos temáticos. Sobretudo, trata-se de uma espécie de superação dos limites conceituais em torno da noção de “colônia”, numa tentativa de conceder à realidade estudada a complexidade que lhe é característica. E, nesse sentido, Nathalia Marques Bandeira, “O impacto da Idade Média Global na historiografia brasileira (2016-2024)”, demonstra muito bem a utilização de novas abordagens, a exemplo do medievo sob a ótica do global, inserindo aspectos da Afro-Eurásia em temas profundamente marcados apenas pela Europa Ocidental.

Alguns trabalhos conseguem mesclar mais diretamente diversos temas que permeiam e conectam dois ou mais dos eixos temáticos por nós suscitados para esta apresentação, como é o caso do artigo de Milena Ferrarini e Adriana Mocelim, “A construção de heroísmo e cavaleirismo no além-mar dos Infantes de Avis pelo olhar de Gomes Eannes de Zurara na Crônica da Tomada de Ceuta (1415-1450)”, no qual Portugal da época medieval desperta uma análise do discurso cronístico, tomando a narrativa como ferramenta política. Tradição esta continuada muito além do medievo, como percebemos em “Saber navegar é preciso: remeiros e pilotos indígenas na Viagem Filosófica pela Amazônia (1783-1792)”, de Gabriela Berthou de Almeida. Aqui, podemos perceber como representação e território se fundem, desvelando no relato da viagem pela Amazônia portuguesa de século XVIII a influência e o protagonismo dos colaboradores locais nas representações desses relatos de viajantes.

Não podemos, entretanto, deixar de garantir lugar a temas caros a uma historiografia que se dispõe à interdisciplinaridade e ao questionamento de sempre novos objetos, garantindo a pluralidade analítica que podemos encontrar ao longo dessa sessão. Raça e gênero figuram em destaque, como categorias que ganham espaço depois de longos silenciamentos. Novas tendências historiográficas permitem análises como a que encontramos no artigo “A desconstrução do escravizado e o baixo número de revoltas no Vale do Paraíba fluminense”, no qual Alan de Carvalho Souza busca compreender as formas de negociação empreendidas pelos africanos escravizados do Vale do Paraíba entre 1830 e 1840 como formas de resistência. A partir disso, é de suma importância uma revisão da produção científica brasileira, inserindo a questão do lugar do debate quilombola na academia. Danilo Borges, em “Qual o lugar da discussão quilombola? Uma análise descritiva da categoria quilombola na produção científica brasileira”, nos convida a essa postura com uma contribuição oriunda da área da Comunicação, reforçando o caráter transdisciplinar e fornecendo uma revisão que pretende dar visibilidade ao tema. Causas mais atuais também prescindem daí, como a memória por meio da representatividade negra na contemporaneidade, especificamente no caso de personalidades racistas que persistem em monumentos erguidos em espaços públicos, tratados por Rafael Dantas de Oliveira e Simone Rocha de Abreu em “Flávio Cerqueira: vozes erguidas, monumentos caídos”.

Metodologias próximas podem ser encontradas nos estudos de gênero disponíveis nesta seção, que, em seu conjunto, analisa a trajetória de mulheres em diferentes períodos históricos. “Memória e gênero: presença das mulheres na construção da paisagem da Baía de Guanabara – RJ”, de Bárbara Boy Oliveira, tem, na incisividade do seu título, o exemplo mais contundente dessa aproximação. Ademais, o comportamento feminino também foi alvo de construção discursiva no século XIX, como

demonstram Caroline Ivanski Langer e Natalia Piccoli em “Prescrições salutares: controle social e moral de mulheres na menopausa no Brasil oitocentista”, ao analisarem uma tese médica de 1849 e a consequente “patologização” da experiência de mulheres. Trajetória e trabalho são os temas discutidos por Ana Victoria Leite Rocha em “Continuidade das estruturas hierárquicas no Pós-Abolição: uma análise da trajetória das mulheres negras recém-libertas no âmbito doméstico”. Enfim, uma variedade de objetos que diversificam as perspectivas diante de mulheres de épocas, lugares e classes distintas, mas merecedoras de romper o silenciamento a que foram relegadas por décadas na historiografia.

O Brasil não deixou de ser pensado em nenhum momento até aqui, mas dois artigos dessa seção foram dedicados especialmente à análise de movimentos importantes para nosso país. “Estado-nação, legislação e políticas de migração no Brasil: a questão da cidadania em tempos de alteridade”, de Fernando Wolf, suscita a questão migratória, as discriminações, as violências e as políticas públicas para discutir o processo de formação da identidade brasileira entre o final do século XIX e início do XX. Aliás, não foram poucos os intelectuais que buscaram uma interpretação de Brasil, alguns deles elencados por Renan Vinicius Magalhães no artigo “Reforma agrária e o Pensamento Agrário Brasileiro nos anos 60: uma análise a partir de Antonio Callado, Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari”, no qual a reforma agrária toma corpo para se pensar ruralismo e a concentração de terras no Brasil dos anos 1950 e 60.

Também questões mais abrangentes se descortinam em cenários internacionais considerados nesta seção. Eduardo Lima de Souza, em “‘Demonstrações de benquerença’: A prática da misericórdia na guerra (Portugal nos séculos XIV e XV)”, coloca em pauta guerras, crises agrícolas e catástrofes naturais para refletir sobre os conceitos de misericórdia e assistência em Portugal. A análise de periódicos retorna em “Circulação de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire (1791)”, de João Vitor Valeriano, com a proposta de investigar as ideias de liberdade e de cidadania em São Domingos durante a Revolução Haitiana, envolvendo também a agência e a experiência de negros escravizados e livres. Por fim, Leonardo Wesley do Santos, em “O Empório de Náucratis: historiografia entre o século XVIII e XXI”, trata de conexões culturais, comerciais e religiosas no Mediterrâneo, com amplo espectro temporal, voltando ao cerne da produção de conhecimento em seu sentido mais amplo.

Temos, portanto, grandes contribuições historiográficas em seus mais diversos âmbitos, mas interpelados por uma questão comum: de que modo as atuais ferramentas historiográficas – teorias, métodos, conceitos, ensino – podem contribuir com um alargamento dos nossos objetos de estudo?

Esta seção, mesmo sendo de Artigos Livres, muito tem a colaborar nesse sentido, oferecendo à leitora e ao leitor um espaço coeso para se pensar a História na profundidade de seus problemas contemporâneos. Esperamos que façam uma boa leitura.

## **Dossiê Interno**

História e Teoria da História: conceitos, métodos e ensino

## Hannah Arendt e a oportunidade de uma nova relação com a história – 1952 a 1961

Hannah Arendt and the opportunity for a new relationship with history – 1952 to 1961

Jaciel Rossa Valente

Mestre em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

jacielvalente@gmail.com

**Recebido:** 08/09/2023

**Aprovado:** 19/08/2024

**Resumo:** o artigo em tela investiga os escritos de Hannah Arendt elaborados na fase de sua vida denominada *reconciliação com o mundo*. Parte de sua constatação da ruptura com a tradição em *living experience* para explorar a proposição de uma nova relação com a história. Essa nova relação não é explícita, pelo contrário, encontra-se diluída e camuflada em toda sua obra. Desse modo, problematizamos qual é a principal ligação entre a ruptura com a tradição em *living experience* com a base de sua escrita da história de 1952 a 1961? Assim, objetivamos: a) levantar a constatação arendtiana da ruptura; e b) analisar a ligação entre ruptura com a escrita da história de Arendt. Buscando viabilizar essa empreitada analítica, empregamos quatro categorias provindas da *Begriffsgeschichte* de vertente koselleckiana, sendo essas: a) *ausgrenzung*; b) *espaço de experiência*; c) *horizonte de expectativa*; e d) *estratos de experiências*. Destarte, desembocamos nas seguintes considerações: a) constatação da ruptura com a tradição; e b) abertura da oportunidade de uma nova relação com a história.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt; história; compreensão.

**Abstract:** the article on screen investigates Hannah Arendt's writings from the phase of her life called reconciliation with the world. It starts from her realization of the break with tradition in living experience to explore the proposition of a new relationship with history. This new relationship is not explicit, on the contrary, it is diluted and camouflaged throughout her work. In this way, we question what is the main link between the break with tradition in living experience and the foundation of his writing of history from 1952 to 1961? Therefore, we aim to: a) identify the arendtian finding of rupture; and b) analyze the link between rupture and Arendt's writing of history. In order to make this analytical endeavor possible, we used four categories from the koselleckian *Begriffsgeschichte*: a) *ausgrenzung*; b) space of experience; c) horizon of expectation; and d) layers of experience. Thus, we end up with the following considerations: a) a realization of the break with tradition; and b) the opening up of the opportunity for a new relationship with history.

**Keywords:** Hannah Arendt; history; understanding.

## Introdução

Hannah Arendt, ainda na condição de *apátrida* nos Estados Unidos, voltou a publicar seus estudos a partir de 1943. A pensadora, paulatinamente, nas décadas de 1940 e 1950, expandiu seu alcance em diversas revistas, tais como *Aufbau*, *Partisan Review*, *Jewish Frontier*, *Contemporary Jewish Record*, *Chicago Jewish Review*, *Review of Politics*, *Commentary*, *The Nation*, *New Yorker*, *New York Review of Books* e *Menorah Journal*. De acordo com Courtine-Dénamy (1994, p. 27 – itálico da autora), Arendt sentia-se como “uma espécie de escritora em *free lance*, a meio caminho entre o historiador e o jornalista político”<sup>2</sup>.

Juntamente com o trabalho nas revistas, Arendt publicou, em 1951, *Origens do totalitarismo*. Segundo Duarte (2000, p. 33), com o livro, Arendt se tornou conhecida internacionalmente, “dado o caráter aguçado e provocativo de suas análises, capazes de detectar os traços comuns ao nazismo e ao estalinismo, superando assim as fronteiras entre a crítica ideológica de direita e de esquerda”. Desse modo, foi elevada a figura pública nacional, conquistando no mesmo ano a cidadania estadunidense.

Em *Origens*, Arendt chegou à consideração de que o advento do Holocausto e do totalitarismo marcaram a ruptura em *living experience* com a tradição. Essa constatação levou a pensadora a questionar, como continuar a viver neste *mundo* após tais acontecimentos? Ou seja, à guisa da obra de Arendt na década de 1950 e início de 1960 foi justamente buscar compreender o ocorrido, algo visto como incompreensível em seu contexto.

Almejando revisar o entendimento de tradição, as crises que a atingiram e sua ruptura, Arendt propôs o projeto de pesquisa intitulado *Elementos totalitarismo no marxismo* que pendurou de 1952 a 1956. De acordo com Amiel (1996, p. 15), tratava-se de “um projeto ambicioso de repensar as categorias políticas, sem o fio condutor da tradição, e rejeitando a filosofia política [de sua época]”. Noutras palavras, visava aprofundar suas investigações sobre as origens intelectuais do estalinismo, sendo uma resposta às críticas de sua aproximação do nazismo com o estalinismo. Logo, o debate recaí sobre a ruptura com a tradição e as predições de Karl Marx.

Entretanto, do projeto restaram os ensaios sobre a tradição e suas crises. Assim, Arendt propôs um novo projeto de pesquisa à Fundação Rockefeller que visava à publicação de um livro chamado *Introdução à política*. Sua pesquisa durou de 1958 a 1961, mas não resultou no livro. Ao contrário, resultou

---

<sup>2</sup> Courtine-Dénamy (1994) sustenta essas afirmações com base na *Correspondência de Arendt com Jaspers de 18 de novembro de 1945*, carta nº 31.

em ensaios teóricos publicados esparsamente em revistas e apresentados em palestras. De ambos os projetos, das considerações alcançadas e das publicações esparsas, resultaram nos livros *A Condição humana* (1958), *Entre o passado e o futuro* (1961) e *Da Revolução* (1963)<sup>3</sup>. O fio condutor dos três livros e dos dois projetos de pesquisas que atravessaram 1952 a 1961 foi a constatação da ruptura com a tradição quanto um fato e a necessidade de buscar a reconciliação com o ocorrido.

Desse modo, sua principal biógrafa, Young-Bruehl (1997), afirmou que entre 1952 a 1961, podemos denominar essa fase da vida de Arendt como *reconciliação com o mundo*. Diferente de perdoar ou compadecer, a pensadora almejou compreender o vivido, responsabilizar os atores e narrar as experiências. Destarte, no âmbito desse impulso de reconciliação com o mundo, problematizamos, qual é a principal ligação entre a ruptura com a tradição em *living experience* com a base de sua escrita da história de 1952 a 1961? Ao passo, elevamos a categoria de fonte principal o livro *Entre o passado e o futuro* (ARENDR, 2016 [1961]). Assim como objetivamos: a) levantar a constatação arendtiana da ruptura; e b) analisar a ligação entre ruptura e escrita da história.

Buscando viabilizar essa empreitada analítica, empregamos quatro categorias provindas da *Begriffsgeschichte* de vertente koselleckiana, em três etapas, sendo essas: a) *ausgrenzung*; b) *espaço de experiência*; c) *horizonte de expectativa*; e d) *estratos de experiências*. Na primeira etapa, aplicamos a *ausgrenzung* (seleção), que indica o comando de separação/seleção “daquilo que diz respeito a um conceito [termo, metáfora ou tema] daquilo que não diz respeito” (KOSELLECK, 1992, p. 137). Implica um verdadeiro procedimento de “catação” de excertos/trechos/frases que contenham, possivelmente, contribuições relevantes para o entendimento da compreensão de história.

Na segunda, aplicamos as categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* sob os excertos mapeados. *Espaço de experiência* tem por base a noção de que a “experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Assim, o *espaço de experiência* é a aglomeração de camadas de experiências que se encontram simultaneamente presentes no conceito.

A categoria *horizonte de expectativa*, por sua vez, refere-se ao *futuro presente* (KOSELLECK, 2006). De modo poético, Koselleck (2006, p. 311) descreve a categoria como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser

---

<sup>3</sup> Ensaios e textos não publicados ou não incorporados nos livros, produzidos nesse período, foram organizados, principalmente, nas obras póstumas *O Que é política?* e *A Promessa da política*.

contemplado”. Assim, o *horizonte de expectativa* refere-se às projeções de futuro que se formam e se encontram presentes no hoje, a partir de um *espaço de experiência*.

Já na terceira etapa, organizemos e analisemos as considerações levantadas sob a perspectiva de *estrato de experiência*. Segundo Koselleck (1992, p. 141), em todo *tempo histórico* – no caso dos conceitos, categorias e, por último, palavras – encontra-se um emaranhado de experiências e expectativas com diferentes velocidades, ênfase e relevo. A metáfora indica que esse emaranhamento pode ser observado como camadas de apropriação, significação e discursivas. A metáfora “permite separar analiticamente – e somente na análise histórica – os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração longa são investigados” (KOSELLECK, 2014, p. 19). Desse modo, a metáfora é empregada com o intuito de separar analiticamente experiências, expectativas, intuítos e objetivos distintos da ruptura e da nova relação com a história na perspectiva de Arendt. Destarte, desembocamos nas seguintes considerações: a) constatação da ruptura com a tradição; e b) abertura da oportunidade de uma nova relação com a história.

### **Passado e tradição**

Na compreensão de Arendt (2016, p. 130 [1955]), “tradição e passado não são a mesma coisa”. O passado, para utilizar sua própria terminologia, tem seu núcleo na perspectiva do *não-mais* (*nicht mehr*), ou seja, eventos, ações e discursos ocorridos, nos quais não há novas interrupções, pois estão assentados na irreversibilidade. Trata-se, para falarmos na linguagem benjaminina do *Anjo da história*, da montanha de experiências que o contador de histórias observa *ex post facto*. Já a tradição, de origem romana, “ordena o passado não apenas cronológica, mas antes de tudo sistematicamente, ao separar o positivo do negativo” (ARENDR, 2008b, p. 215 [1968]). Essa é uma construção humana que se iniciou com os romanos e visa categorizar, separar e ordenar a matéria factual. Nesse processo de organização, a tradição dotou certos *não-mais* (experiências) com o adjetivo de melhores que outros, legando tal entendimento para *os novos* (novas gerações).

Ponto interessante é a característica da tradição em adjetivar o passado, ou seja, possui a capacidade de seleção e julgamento. Arendt (2016, p. 130 [1955]) reforça essa capacidade ao afirmar que a tradição “foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado”. No processo interno de adjetivação, a tradição transmitiu determinadas histórias, ao mesmo tempo que negligenciou e ceifou tantas outras.

Selecionar o que deveria ser transmitido e o que não deveria ser preservado exigiu julgamentos, deliberados, fluidos, imperceptíveis, democráticos e impostos que se comportaram como mecanismos de recordação e de esquecimento. As formas foram muitas, haja vista que nossa tradição do pensamento ocidental possuía mais de dois mil anos. Arendt compreendida a multiplicidade de situações e histórias envolvidas no emprego do termo *tradição*. Segundo Duarte (2000, p. 123), por tradição, Arendt sempre se referia a certas concepções e arranjos teóricos que perpassaram as mais diversas e conflitantes formulações filosóficas e políticas. Ao passo, Arendt (2016, p. 53 [1954]) afirmou que a tradição “permaneceu o fio condutor através do passado e a cadeia à qual cada nova geração, intencionalmente ou não, ligava-se em sua compreensão do mundo e em sua própria experiência”. Pela tradição, diversas gerações permaneciam unidas sob um dado recorte do passado que funcionava como guia do pensar, julgar e agir.

Por mais que o termo tradição seja de origem grega, *paradosis*, a qual indicava a transmissão de um preceito ou lei no espaço público, foi com os romanos que a tradição assumiu a característica de preservar, transmitir e guiar os homens. Arendt ressalta que a tradição, como havíamos conhecido até a metade do século XIX, era de origem romana, pois foram eles que introduziram a perspectiva do passado quanto herança. Assim, cada novo cidadão se vê responsável a esfera pública que está legitimada e vinculadas a eles por um passado enraizado como herança.

Não foi Platão quem vinculou o passado como herança, mas foi sua dicotomia entre o mundo das aparências — dos assuntos humanos — e o mundo das ideias — da Filosofia — que forneceu o arcabouço teórico necessário para tal. De acordo com Arendt (2016, p. 44 [1954]), a “tradição iniciou-se com o abandono da Política por parte do filósofo, e o subsequente retorno deste para impor seus padrões aos assuntos humanos”. Noutras palavras, a tradição, nas análises de Arendt, assume como início a magoa e desilusão de Platão com a *pólis ateniense* que condenou Sócrates à morte.

Assim, Política e Filosofia foram separadas por meio da teoria dos dois mundos. Uma vista como local comunitário, de ilusões e enganos, enquanto a outra, categorizada como local do *eu-comigo-mesmo*, local da verdade. De um lado, teríamos a Política dando primazia a *vita activa* e, do outro, a Filosofia dando primazia a *vita contemplativa*, de um lado o homem que age politicamente e, do outro, o filósofo que contempla a verdade absoluta. Entre os muitos questionamentos que seguiram essa dicotomia na História da Filosofia, Arendt ressaltou a impossibilidade de apartar completamente o pensamento da realidade e o pensamento da política. O que Arendt afirmou ao longo de sua obra é que o pensamento e reflexão não são propriedades do filósofo e que a ação e o ato de pensar são

questões de ênfases. Quando focamos no agir, diminuimos nosso tempo no ato de pensar, quando pensamos, diminuimos nosso tempo ato de agir.

A tradição, pensada como meio de transmissão de experiências que atualiza o passado, articula-se no presente, de modo comum, por histórias que formam memórias coletivas. O que fez o fio da tradição ser continuamente reatado, foi o peso da autoridade da tradição.

Com base nessa leitura, Lafer (1988, p. 207) indicou

Da temporalidade deriva a autoridade encarada como memória, ou seja, como repertório compartilhado de significados que têm, para falar como Karl Deutsch, uma prioridade no conjunto de mensagens difundidas no âmbito de uma comunidade política e, por isso mesmo, relevância para a conduta dos seus membros.

O diálogo entre gerações, por meio do compartilhamento e formação de histórias, tinha por objetivo melhorar e manter a conduta política. Ao passo que a autoridade, também de origem romana, assegura determinadas linhas narrativas na tradição.

### **A Ruptura em *living experience***

A *reconciliação com o mundo* parte da constatação da ruptura com a tradição do pensamento ocidental, a qual passou a se constituir a pedra basilar de toda discussão da obra de Arendt a partir de 1943, quando tomou conhecimento das *fábricas da morte* e iniciou seu processo de reflexão de sua experiência como *apátrida*. A temática da ruptura aparece na obra de Arendt em duas grandes ênfases, sobretudo em *Entre o passado e o futuro*.

A primeira é referente ao fim da tradição no âmbito teórico. Segundo Arendt (2008d, p. 120 [1953-1954]), “o fim da tradição, ao que parece, começa com o colapso de sua autoridade, e não com o questionamento de seu conteúdo substancial”, ou seja, o fim é renunciado pela contestação da autoridade, o que significa questionar a tradição do pensamento. Nessa análise, Arendt se ateu às obras de Kierkegaard, Marx e Nietzsche como desafiadoras da tradição. Os três pensadores têm em comum a contestação das abstrações da Filosofia e do conceito de homem como um *animal rationale*. Ao passo, nesse âmbito, adentra os fatores de crise que a tradição sofreu pela aceleração do tempo (experiências) durante a modernidade e a expansão do status de *apátrida* para grandes coletivos.

Já a segunda ênfase refere-se ao caráter não deliberado da quebra que dá a ela (a ruptura) uma irrevogabilidade que somente os acontecimentos, nunca os pensamentos, podem ter (ARENDRT, 2016, p. 55 [1954]). Logo, o pensamento renuncia a ruptura que foi concretizada em *living experience* “com a emergência das instituições e políticas totalitárias, que já não podiam ser compreendidas por meio das

categorias do pensamento tradicional” (ARENDT, 2021b, p. 41 [1953]). Portanto, para a pensadora, o totalitarismo e o Holocausto significaram a ruptura factual com a tradição.

Focando nossa investigação na segunda ênfase, observemos que Arendt vê ambos os acontecimentos (totalitarismo e Holocausto) como imperdoáveis, mas além disso, como incompreensíveis pelas categorias consagradas do pensamento ocidental, tais como maligno, sede de poder, covardia, cobiça, ressentimento etc. Entretanto, Arendt não afirmou ser impossível compreender o ocorrido, mas indicou que a tradição não dava mais conta de nos fornece as ferramentas necessárias para pensarmos, julgarmos e compreendermos o que se passou. Por isso, Arendt (2008c, p. 332) afirmou que “o problema com a sabedoria do passado [se entenda por tradição] é que ela se desfaz entre nossas mãos”.

Diferente dos momentos de crise, nas quais a tradição foi contestada e discutida dentro de seu quadro referencial, seu fim pelos acontecimentos implicou na ruptura com o quadro referencial. Arendt, ao narrar a posição de “topo do mastro” ocupada pelo seu amigo Walter Benjamin antes do início da Segunda Guerra Mundial, fornece fragmentos suficientes da sua compreensão da eminente corrosão do espaço público em que estava inserida.

Segundo a pensadora, Benjamin, na década de 1930, foi

levado a uma posição que realmente não existia em lugar algum e só depois poderia ser identificada e diagnosticada. Era a posição no “topo de mastro”, de onde se poderia observar, melhor do que de um porto seguro, os tempos tempestuosos, muito embora os sinais aflitos sobre o “naufrágio” desse único homem que não aprendera a nadar, com ou contra a corrente, dificilmente seriam percebidos (ARENDT, 2008b, p. 190 [1968]).

A posição de “topo de mastro” não existia, pois, até então, a tradição não havia enfrentado tamanha contestação. Ao passo que essa posição, à qual Benjamin foi alçado, fornece um ponto de observação abrangente sem se desligar do *mundo*. Podemos interpretar a imagem da tempestade como a crise do positivismo, da razão, do progresso e, sobretudo, do caos moral que a Alemanha estava vivenciando após a ascensão do regime nazista. Com um tom triste — provavelmente por relembrar o suicídio de seu amigo — indica que as tentativas de Benjamin para alertar sobre o “naufrágio” — avanço dos nazistas — não foram ouvidas<sup>4</sup>.

Com a construção dessa imagem, amplamente imbuída de memória pessoal, a pensadora sinaliza, como afirmou em outro texto, o momento que “como evento, o totalitarismo fez da quebra da tradição um fato consumado” (ARENDT, 2021b, p. 42 [1953]). Para utilizarmos uma expressão de

---

<sup>4</sup> Também indica que Benjamin, por mais consciente que estivesse da situação, não conseguia revidar no sentido prático, mas unicamente alertar e fazer sinais aflitos.

Lafer (2004, p. 336), a ruptura com a tradição aconteceu em *living experience* por meio do totalitarismo e do Holocausto. Isso significava a consolidação de um fato, logo, algo irreversível.

Diante da irreversibilidade do fato, Arendt empenhou-se em buscar a *reconciliação com o mundo*. Tal busca passava pela averiguação dos diferentes fatores que precederam a ruptura, mas, sobretudo, no exame da novidade totalitária, ou seja, compreender a ruptura pressupõe entender a novidade trazida pelos acontecimentos, haja vista que toda ação, além de irreversível, é também imprevisível, logo é uma novidade no *mundo*. Seu primeiro ponto foi a constatação histórica de que “a originalidade do totalitarismo é atroz, não porque surgiu alguma nova ‘ideia’ no mundo, mas porque suas ações constituem uma ruptura com todas as nossas tradições” (ARENDR, 2008c, p. 332 [1961]). Ressaltamos o fato de as ações mencionadas serem fenômenos de massa, não casos particulares ou isolados, basta lembrarmos as ondas de *apátridas* que despontaram na Europa na década de 1930.

A propósito, merece lembrarmos que o testemunho de Primo Levi (1988) em *É isto um homem?* fornece importantes núcleos de situações que romperam com qualquer padrão que a tradição dispunha para compreender. A título de exemplo, afirmou que “sucumbir é mais fácil: basta executar cada ordem recebida, comer apenas a ração, obedecer à disciplina do trabalho e do Campo” (LEVI, 1988, p. 131). Deterioração da noção de trabalho, obediência e disciplina como valores positivos para manutenção da vida. Em outro momento, “[os dias] tão longos enquanto passavam, tão breves depois que tinham passado” (LEVI, 1988, p. 153), deterioração da noção de tempo dos indivíduos marcada por acontecimentos.

Ambos os exemplos dão testemunho da novidade totalitária que pariu a ruptura. Porém, Arendt verticaliza sua análise para certos marcadores outrora considerados fundamentais para todas as vertentes da tradição: a) espaço público e privado; b) o ser como valor-fonte; e c) pluralidade como lei da Terra. Com o totalitarismo e o Holocausto, os três marcadores são completamente arrasados, não havendo possibilidade da tradição em lançar luz para compreender tais atos.

A deterioração do espaço público ultrapassa a inversão da Constituição pela ordem de Hitler, a manipulação da verdade e da introdução do terror nas relações. Para Arendt, o totalitarismo destruiu o fundamento da política — em sua perspectiva — que é o diálogo entre iguais no espaço público em prol do *mundo*. Além da novidade que foi o modo como realizou tal destruição. Segundo Lafer (1988, p. 28), “a ruptura totalitária opera, na prática, através do *isolamento*, que destrói a possibilidade de uma vida pública autêntica”. Com o *isolamento*, os homens são privados de ações e discursos, logo, perdem

o fundamento da política<sup>5</sup>. Desse modo, o *isolamento* destrói a vida pública e deixa serias implicações para a revelação da personalidade.

No *isolamento*, o homem perde o diálogo com os outros e, por conseguinte, o fundamento da política. Porém, Arendt observa que o homem retém “o diálogo interno entre eu e mim mesmo, que constitui a essência do pensamento” (DUARTE, 2000, p. 57). A reflexão de Arendt a respeito do diálogo interno toca no *estrato de experiência* de Catão, onde a pensadora reflete a partir da famosa frase “nunca estou mais ativo do que quando não faço coisa alguma” (ARENDR, 2017, p. 143 [1975]). Conceber o pensamento como situação ativa e um diálogo do eu-comigo-mesmo, significa indicar que se trata de um diálogo antecipado com o outro, a base da elaboração do discurso e da ação futura. Acontece que o totalitarismo também corroe esse diálogo silencioso quando expandiu o isolamento — do espaço público — em *desolação* [*loneliness*] — na vida privada (DUARTE, 2000, p. 56). Seixas (2013, p. 133) acrescenta que quando o isolamento se transforma em *loneliness*, o *mundo* deixa de existir enquanto realidade tangível, pois o homem primeiro abandonado por todos é posteriormente abandonado pelo próprio eu, não havendo *mundo comum*.

Com o isolamento, romperam-se as ações, diálogos e o interesse pelo *mundo* que fundamentam o espaço público. Ademais, a *desolação* rompeu com atividade do pensamento, fundamental na elaboração da ação, discurso e juízo. Desse modo, a novidade totalitária introduzida pelo isolamento e *desolação* significam “a generalização social de um modo de ser caracterizado pela perda de toda companhia e interação humanas e, portanto, pela perda de contato com o *mundo comum* nos âmbitos público ou privado” (DUARTE, 2000, p. 57).

Testemunho dessa *desolação* completa do homem foi dado por Primo Levi (1988, p. 132 – itálico nosso), ao indicar que seus algozes povoam sua memória com

sua presença sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, *não se possa ler o menor pensamento*.

Esse trecho de Levi poderia muito bem nos soar como testemunho de Hannah Arendt sobre Eichmann. O desconcerto de Levi diante de sujeitos que cometiam crimes nunca vistos e permaneciam com aparência comum, foi o mesmo *estrato de experiência socrático* que imbuíu Arendt em *Eichmann em Jerusalém*. A caracterização de Levi de não poder “ler um pensamento” nesses algozes, evidencia e

---

<sup>5</sup> Caso prosseguíssemos nessa análise, adentraríamos na discussão sobre *ser e aparecer no mundo*, no qual ambos são apenas um e a sua revelação ocorre justamente no espaço público, pois necessita dos outros para comprovar sua existência.

sustenta a análise de Arendt a respeito irreflexão como perda de ligação com o *mundo*, da obliteração da política e do rompimento da intersubjetividade.

Quanto a irreflexão, Brepohl (2013) a evidencia como característica de um novo homem. “A novidade totalitária: transformar homens comuns em assassinos, incapazes de pensar o mal que causavam por suas atitudes e decisões pessoais, incapazes, inclusive, de imaginar que um dia poderiam ser punidos” (BREPOHL, 2013, p. 50). O totalitarismo deu à luz um novo tipo de ser, o qual se destaca pela incapacidade de pensar e julgar suas próprias ações.

Todavia, a novidade totalitária plantou entre as vítimas algo perturbador e assustador. Segundo Arendt (2012, p. 13 [1951]), “a vitória totalitária pode coincidir com a destruição da humanidade, pois, onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem”. Trata-se de uma tentativa de erradicar o próprio conceito de humanidade embasado na pluralidade.

De acordo com a análise de Amiel (1996, p. 33), “nos campos, o domínio total efetua-se em três tempos: o homicídio da pessoa jurídica, depois o da pessoa moral e, por fim, o da identidade única de cada um”. As três formas pressupõem a negação do ser como valor-fonte da experiência ético-jurídica da tradição. Arendt havia vivenciado o primeiro estágio quando iniciou sua vida como *apátrida*, em 1933, e foi internada no Campo de Gurs, em 1939, tendo seu eu jurídico assassinado. Já o homicídio da pessoa moral e da identidade, os quais ela não experienciou, foram se concretizar, sobretudo, nos campos de extermínio.

O homicídio da pessoa moral foi um processo lento de privações e torturas. A título de exemplo, Levi (1988, p. 70) testemunhou, ao comentar sobre as músicas do campo como “expressão sensorial de sua geométrica loucura, da determinação dos outros em nos aniquilar, primeiro, como seres humanos, para depois matar-nos lentamente”. Primeiro, matar lentamente o sujeito moral. O método não pode ser explicado de acordo com Levi (1988, p. 182), pois foge da linguagem, “o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega”. O homicídio moral é um processo lento de múltiplas formas que culminam com a destruição da pessoa moral.

Já o homicídio da singularidade é o último estágio dos campos de extermínio. Concordando com Duarte (2000, p. 70), uma vez destruída

a sua “pessoa jurídica” e a sua “pessoa moral”, resta apenas ao homem a raiz de sua distinção singular em relação a seus semelhantes, a sua “espontaneidade”, e é justamente para tentar destruí-la que os campos de concentração organizam os seus métodos calculados de tortura.

O homicídio da singularidade é a morte da personalidade, da espontaneidade das ações e pensamentos. Não é a apenas a destruição física do homem, mas sua essência enquanto homem singular.

Levi (1988, p. 32) evidenciou que naqueles momentos “nada mais é [era] nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão — e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome [...]”. Ou seja, foram reduzidos a meros animais, perderam a humanidade. O objetivo dos nazistas, segundo Amiel (1996, p. 33) era “tenta erradicar a espontaneidade e a pluralidade e fabricar uma ‘espécie humana’ cujos indivíduos são apenas espécimes”. Devido a tudo ser tirado, tudo que pertence a sua identidade ter sido roubado e privado de recuperação, tanto Arendt quanto Levi afirmam que essa é a prova de que os nazistas venceram, é a prova da destruição das personalidades.

Desse modo, “o terror totalitário não se contenta com a eliminação de toda oposição interna possível, mas atinge seu verdadeiro propósito apenas quando toda resistência já se viu dizimada” (DUARTE, 2001, p. 63). Levi (1988, p. 253) novamente pontua que assim ocorreu quando indica que “é um homem quem mata, é um homem quem comete ou suporta injustiças; não é um homem que, perdida já toda reserva, compartilha a cama com um cadáver”. No homicídio da identidade até seu nome é retirado. Na destruição da sua espontaneidade, até o sentido da morte lhe é roubado.

No trato final dos três homicídios, encontra-se o *estrato de experiência* das notícias e testemunhos das *fábricas da morte*. Consciente da incongruência da denominação — pois a produção está relacionada à vida, e os cadáveres, à morte —, Arendt desejava direcionar o foco para a ruptura total do senso comum. Segundo Augusto (2016, p. 79), as *fábricas* “reduziram toda experiência à mudez, pois corroem a essência da transmissibilidade e do sentido legado de uma geração à outra”. Não há testemunho no momento último das *fábricas*. Aquele que experienciou não sobreviveu para narrar. Corroborando essa análise, Regiani (2018, p. 16) argumentou que as *fábricas* geraram “poços de esquecimento”, rompendo não somente com a tradição no sentido utilitário, mas uma ruptura com a própria noção de história enquanto transmissão de acontecimentos e experiências. Desse modo, Arendt (2008e, p. 188 [1946]) indicou que com o totalitarismo e Holocausto a ruptura foi definitiva no *mundo*, e “as fábricas da morte erguidas no coração da Europa cortaram em definitivo o fio já esgarçado com que ainda podíamos estar ligados a uma entidade histórica com mais de 2 mil anos”.

Destarte, a base do totalitarismo e do Holocausto para a produção de algozes desenraizados, supérfluos e a construção de um projeto de assassinato da essência humana, foi a noção de “lei de movimento”. Arendt (2008d, p. 124 [1953-1954]) indica que “nas ideologias totalitárias, a lógica se

apodera de certas ‘ideias’ e as perverte em premissas”. A lógica indicada por Arendt é a logicidade, diferente do raciocínio ideológico. As ideologias tomaram hipóteses científicas, como a “sobrevivência dos mais aptos”, passíveis de serem aplicadas no curso dos acontecimentos teoricamente. Já a logicidade “consiste em deturpar e converter a ‘ideia’ numa premissa no sentido lógico, isto é, em algum postulado evidente do qual seria possível deduzir todo o resto seguindo uma rigorosa coerência lógica” (ARENDR, 2008c, p. 340 [1954]). No âmbito do totalitarismo, a ideia deturpada em premissa foi a “lei do movimento”.

Diferente da perspectiva de Marx, do presente ser apenas uma fase da evolução, “o que os movimentos totalitários percebem então é que este movimento é propriamente sem fim, ilimitado” (AMIEL, 1996, p. 41), ou seja, mantém o fator da volatilidade, abrindo mão de um fator estabilizador como a comunidade socializada. Em Marx, mesmo a “lei do movimento” sendo a luta de classes, essa almejava um fim estabilizado. No totalitarismo, esse fim não era visto como possível e nem desejado, pois a lei do movimento foi justamente a introdução de um movimento permanente de terror e destruição do outro.

A lei de movimento tomou como premissa eliminar aqueles que necessariamente seriam eliminados pelo movimento, eliminar os descartáveis e indesejáveis. Desse modo, o totalitarismo substituiu o mandamento “não matarás” para “matarás”, rompendo com qualquer base para uma punição legal e cabível, haja vista que estava posto um fim a obediência ao mandamento.

Assim, de modo triste e inteiramente consciente, Arendt (2016, p. 54 – itálico nosso [1954]) afirmou que:

Seu ineditismo [fenômeno totalitário], não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos “crimes” não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro de quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. *A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado.* Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior.

O fenômeno totalitário marcou a ruptura definitiva com a tradição. Seu desfecho nas *fábricas da morte* somente reforçou a constatação da inexistência de padrões e perspectivas que a tradição poderia oferecer para compreender o que aconteceu. Porém, diante da ruptura, Arendt viu que era necessário procurar outras bases e outros pensamentos que pudessem auxiliar na compreensão da ruptura e orientar os homens novamente. Celso Lafer (1988, p. 81 – itálico nosso) afirmou que Arendt

reagindo à descontinuidade, partiu da dispersão dos fragmentos e de um esforço de reconciliá-los para buscar – uma pouco à moda de seu amigo Walter Benjamin – *um caminho para encarar a ruptura* com a tradição como fato acabado, trazido pelo totalitarismo.

O caminho para encarar a ruptura foi a *busca por reconciliação com o mundo*, traduzida na década de 1950, quando já havia reunido fragmentos suficientes para averiguar a crise e a ruptura com a tradição. Após essa averiguação, era necessário reconciliar-se com o ocorrido e repensar a política. No processo de elaboração de respostas para a ruptura, Arendt repensou também a escrita da história.

Não era possível narrar os acontecimentos pelos padrões tradicionais e nem pelas filosofias da história. Também não poderiam ser reunidos como culminação de um processo, alinhados em causa-efeito. Desse modo, de acordo com Aguiar (2001, p. 217), “a saída que Arendt encontrou foi narrar a experiência”. Acrescentamos que tal saída foi orientada pela convicção do “pensar sem corrimão”, primeiro fragmento profundamente significativo de sua compreensão de história.

### **Potencialidade de uma nova relação com a história**

As novidades totalitárias consumaram “a quebra do elo hermenêutico entre passado, presente e futuro” (DUARTE, 2000, p. 122). O fio da tradição que ligava gerações fora rompido. Os novos acontecimentos se mostravam incompreensíveis dentro do quadro referencial tradicional, não havendo precedentes cabíveis para lançar luz sobre as novidades.

Para o âmbito da relação entre homens e história, a ruptura significou a ameaça de esquecimento do passado e a corrosão da condição humana da profundidade. A ruptura, colocando em risco todo um passado, até então legado pela tradição, implicava no fator de esquecimento. Para Arendt, a impossibilidade de recordar os acontecimentos, de dar sentido a eles por meio da memória e narrativa, significa a deterioração da profundidade humana (ARENDRT, 2016 [1955]). O passado legado pela tradição, por mais deslocado e infértil que esteja para lançar luz sobre os acontecimentos da ruptura, ainda é parte de uma trajetória da civilização ocidental que pode auxiliar a iluminar tantos outros fatos.

Dessa forma, Duarte (2001, p. 65) sintetizou a problemática chave de Arendt após toda a averiguação da ruptura com a tradição no questionamento “como pensar o presente se as categorias do passado perderam seu potencial heurístico?”. Arendt (2008c, p. 336 [1961]) primeiro responderia que a ruptura legou a necessidade de ir “além da compreensão preliminar [causa-efeito] e da abordagem estritamente científica porque perdemos nossos instrumentos de compreensão”. Podemos indicar que a ruptura também legou a responsabilidade de repensar uma nova relação com as categorias humanas e, diga-se de passagem, de pensar uma nova relação com a história.

De acordo com Duarte (2001, p. 66), para Arendt,

Se a tradição não existiu desde sempre, isto é, se houve povos que foram capazes de compreender sua própria experiência política no mundo sem necessitar do recurso a uma instância autorizada, então a sua perda atual não poderia significar a impossibilidade última da compreensão e crítica do passado e do presente.

A constatação da ruptura não era a sentença de que deveríamos esquecer o passado herdado, mas era a afirmação da necessidade de reconhecer o fato como novidade e de repensar toda a tradição filosófica e histórica. Tratava-se de renovar as bases do pensamento, do julgamento, da ação e da escrita da história para compreender, profundamente, a política.

Arendt foi tomada pelo impulso de escrever a história a contrapelo. Assim, imbuída desse *estrato de experiência* benjaminiano, Arendt observou na ruptura a “oportunidade de olhar sobre o passado com olhos desobstruídos de toda tradição” (ARENDDT, 2016, p. 56 [1954]). Argumenta ela que “poderia ocorrer [ser] que somente agora o passado se abrisse a nós com inesperada novidade e nos dissesse coisas que ninguém teve ainda ouvidos para ouvir” (ARENDDT, 2016, p. 130 [1955]). Chamamos a atenção para a distinção que Arendt marcou em ambos os trechos, é um retorno ao passado e não à tradição. Conversando com Duarte (2000, p. 125), “implica o restabelecimento de um mundo passado”. Uma exploração ao passado remoto, esquecido ou negligenciado pela tradição para procurar pistas, exemplos e categorias de pensamentos que pudessem iluminar os tempos sombrios que a ruptura legou. Reorganizar nosso quadro referencial.

Sobre a oportunidade de explorar o passado, Arendt afirmou que “temos de descobrir o passado por nós mesmos — isto é, ler seus autores como se ninguém houvesse jamais lido antes” (ARENDDT, 2016, p. 257 [1961]). A pensadora argumenta que a oportunidade não significa relegar toda a tradição ao esquecimento, mas relê-la diante dos problemas do presente e do passado recente. Podemos dizer que Arendt propunha uma exploração do passado negligenciado e uma revisão da tradição por uma ótica desobstruída de anos de interpretações. Na oportunidade Arendt abria-se à interpretação de um passado excluído, mas com a responsabilidade de uma historiadora interessada em preservar ao invés de esquecer.

Junto com o *estrato* benjaminiano da história a contrapelo, faz-se presente um *estrato de experiência* lessingniano. Esse pode ser percebido quando Arendt discutiu com Jaspers sobre a orientação do *selbstdenken* — pensar por si mesmo — de Lessing (ARENDDT, 2008a, p. 16 [1955]), ao receber o Prêmio Lessing da Cidade Livre de Hamburgo, em 1959.

*Selbstdenken* advém do alemão. Não é um conceito, mas uma posição teórica que indica jamais se subjugar à autoridade de um único pensamento e a seitas, mas permanecer constantemente em diálogo crítico com todos e com o próprio *mundo*. Segundo Schittino (2012, p. 47 – itálico da autora),

“o *selbstdenken* – pensar por si mesmo – de Lessing não se configura como um sistema fechado. Não está fixado num eu, mas revela a própria pluralidade do mundo”. Em diálogo com Schittino (2012), podemos indicar que Arendt se apropriou do posicionamento de Lessing devido a seu encantamento de um pensar livre de muletas teórica, mas mantendo a responsabilidade com o *mundo* e, conseqüentemente, com a pluralidade, ensejando pensamentos em busca de diálogos. Dessa forma, pela união de dois *estratos de experiências* principais — história a contrapelo e o *selbstdenken* — Arendt elaborou sua própria conduta, denominada de “pensar sem corrimão”.

Essa conduta permaneceu inaudita até o colóquio *The Work of Hannah Arendt* (Toronto, 1972), dedicado à sua obra, quando comentou que

Você disse “pensamento sem fundamento”. Tenho uma metáfora que não é tão cruel e que nunca publiquei; guardei para mim mesma. Eu a chamo de pensar sem corrimão. Em alemão, “*Denken ohne Geländer*” [no inglês *thinking without banisters*]. Ou seja, à medida que você sobe e desce os degraus, sempre pode segurar no corrimão para não cair. Mas nós perdemos esse corrimão. É assim que digo a mim mesma. E é isto, de fato o que tento fazer. [...] Sempre achei que precisamos começar a pensar como se ninguém houvesse pensado antes, e depois começar a aprender com os demais (ARENDR, 2021a, p. 529-530 [1972]).

Segundo Lafer (1988, p. 302), a metáfora sintetizou exemplarmente o próprio modo de Arendt de exercer a atividade de pensar e julgar após a ruptura com a tradição. Acrescentamos que diferente do *selbstdenken* de Lessing, o “pensar sem corrimão” é uma resposta a um acontecimento factual, a ruptura com a tradição. Ao passo que aproveita a oportunidade aberta pela ruptura de explorar o passado por meio do pensar não acorrentado a definições estanques. Podemos afirmar que Adler (2007, p. 117) analisou a metáfora do “pensar sem corrimão” quando afirmou que o “método que ela [Arendt] reivindicou a vida toda: compreender”.

“Pensar sem corrimão” foi a primeira grande resposta de Arendt à ruptura com a tradição. A base da resposta é a busca por compreender o significado dos acontecimentos. A pensadora indicou em *Origens do totalitarismo* que “compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência” (ARENDR, 2012, p. 12 [1951]). Ao passo que em *Compreensão e política* afirmou que compreender “é uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o *mundo* como nossa casa” (ARENDR, 2008c, p. 330 [1954]). Trata-se do compromisso, segundo Brepohl (2006), de olhar o passado pelos olhos de uma criança que, ao observar, busca os porquês. Dessa forma, o “pensar sem corrimão” trabalha com uma atividade humana que se empenha em

conciliar o que sentimos e a realidade, justamente para permanecermos agindo de forma responsável no presente em relação ao passado.

Esse processo de compreensão desencadeado pela atitude do “pensar sem corrimão” é o que “significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou sobre nós — sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso” (ARENDT, 2012, p. 12 [1951]). Encerrar a realidade, encarar o passado, mesmo que este gere revolta, cólera e ódio. O oposto, negar a revolta, cólera ou ódio é uma deturpação da atividade da compreensão, pois não existe no pensamento arendtiano divisão entre emoção e razão, e isso vale para o momento de compreensão, reconciliação, ação e escrita da história.

Ao passo que toda compreensão é temporária e trata-se de uma “maneira especificamente humana de viver, pois todo indivíduo precisa se sentir conciliado com um *mundo* onde nasceu como estranho e onde sempre permanece como estranho, na medida de sua singularidade” (ARENDT, 2008c, p. 331 [1954]). Assim, Arendt reforça a dimensão ontológica da compreensão. Concordando com Di Pego (2016, p. 72 – tradução nossa), Arendt “faz da compreensão algo inerente ao próprio modo de ser do homem e que coloca este problema para além da discussão metodológica”. Por isso não é uma categoria metodológica, ainda que uma resposta a ruptura, mas uma conduta pessoal embasada em uma categoria humana.

Pelo impulso do “pensar sem corrimão”, Arendt encarou os fatos, mesmo que aterrorizantes, preservando-os por meio da narrativa, “não ‘para que não os esqueçamos’, mas de modo que possamos julgar. A preservação e o julgamento não justificam o passado, mas revelam seu significado” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 334). Podemos dizer que Aguiar (2001, p. 216) acrescentou o “contar histórias” como “meio mais apropriado de remeter-nos à realidade que os nossos conceitos abstratos não são mais adequados para penetrar e iluminar”. Ou seja, o *pensar sem corrimão* se empenhou no processo de compreensão em contar histórias. Arendt, ao vislumbrar como as ações acontecem e as histórias aparecem, abre a possibilidade para uma nova compreensão de história. Portanto, a potencialidade indicada por Arendt diante da ruptura sem volta é a possibilidade de uma nova relação com o passado por meio de uma nova compreensão da história, a qual deve preservar a singularidade e irreversibilidade do vivido. Uma compreensão de história empenha não em nexos causais, mas em narrar o acontecimento não com o objetivo de sustentar uma dada teoria, mas para compreendermos a experiência vivida.

## Considerações finais

Investigando os escritos de Hannah Arendt produzidos durante a fase da *reconciliação com o mundo*, de 1952 a 1961, abordemos a temática da ruptura com a tradição em *living experience*. Nesse âmbito, problematizemos, qual é a principal ligação entre a ruptura com a tradição com a base de sua escrita da história? Com isso, desembocamos em distintas considerações a respeito da tradição, da ruptura e da oportunidade de uma nova relação com a história.

Na compreensão de Arendt, passado e tradição são distintos. O passado é a categoria humana que agrega todas as experiências já vividas, ou seja, situa-se na temporalidade do *não-mais*. Enquanto que a tradição é uma construção humana, iniciada pelos romanos, a qual pelas capacidades de seleção, organização e adjetivação moldou certas experiências em herança para as futuras gerações. Com isso, transmitiu sucessivamente as próximas gerações um passado em comum e a possibilidade de interpretar os acontecimentos do presente. Ao passo, manteve ligada diferentes gerações de homens empenhados em agir e transformar o mundo.

A partir da Era Moderna, Arendt afirmou que a tradição sofreu contestações e muitos de seus pilares entraram em crises. Todavia, a pensadora pontuou que tais momentos de crises ainda estavam situados dentro do quadro referencial da tradição. Situação diferente da emergência das instituições e políticas totalitárias, materializadas no totalitarismo e Holocausto, que romperam com as categorias do pensamento ocidental.

Desse modo, a tradição foi rompida quando ambos os acontecimentos despontaram quanto factos no *mundo comum*. Esses acontecimentos já não podiam ser compreendidos pelas categorias consagradas e transmitidas pela tradição, uma vez que romperam com as noções de espaço público, espaço privado, ser como valor-fonte e a pluralidade como lei da Terra.

Verifiquemos que Arendt compreendia o sistema totalitário como destruição da esfera pública, devido a destruição do espaço de diálogo e ação, ambos fundamentais na sua perspectiva de política. Sem o espaço necessário para os homens agirem e discursarem em conjunto, eles foram legados ao isolamento, perdendo a esfera pública. Já a esfera privada, local do diálogo do eu-comigo-mesmo, base das faculdades do pensar e julgar, foi corroída com o esvaziamento do diálogo interno pela ideologia totalitária e logicidade da lei de movimento, as quais levaram os homens a *desolação*.

Após, evidenciemos que a pensadora constatou nos campos de internamento, concentração e extermínio três estágios da destruição da noção do ser quanto valor-fonte. Primeiro, ocorria o homicídio da pessoa jurídica, retirando seus direitos, cidadania e possibilidade de envolvimento

político. Depois, o homicídio da pessoa moral, levado a cabo dentro dos campos por um processo lento de privações e torturas. Por fim, Arendt indica que no último estágio dos campos encontrava-se o homicídio da singularidade. Nesse limiar, ocorria a morte da personalidade, da espontaneidade das ações, afetos, pensamento e o roubo do sentido da morte. Ligado a ambas as inversões – destruição das esferas público/privado e do ser quanto valor-fonte – o Holocausto materializou a completa inversão do *não-mataras* para o *mataras*, tornando homens singulares em meros animais, rompendo com a noção de pluralidade.

Com isso, podemos afirmar que Arendt constatou que a tradição e as filosofias da história, noções de causa-efeito, evolucionistas e de progresso não davam conta de compreender o vivido. Por isso, Arendt empenhou-se em narrar a experiência.

Filiou-se na perspectiva de história a contrapelo de Benjamin, verificando o passado negligenciado e esquecido pela tradição para lançar luz – ao invés de explicações e enquadramentos – ao seu passado recente. Com isso, Arendt descobriu e propôs a “oportunidade de olhar sobre o passado com olhos desobstruídos de toda tradição”, ou seja, narrar os acontecimentos por novas óticas.

A pensadora mantinha a responsabilidade de uma historiadores interessada em preservar o vivido e não tocar na matéria factual, mas acrescentava a atividade da compreensão para observar os fragmentos de *não-mais*. Com isso, Arendt também se alinhou na orientação do *selbstdenken* — pensar por si mesmo — de Lessing, o qual pressupunha pensar o vivido a partir de suas experiências e de seu tempo.

A partir de ambos os *estratos* – história a contrapelo e *selbstdenken* – Arendt propôs para si própria a orientação de pensar sem corrimão. A metáfora baseou-se na oportunidade que a ruptura gerou, revisar o passado negligenciado sem estar acorrentado a noções estantes da tradição. Dessa forma, Arendt buscou compreender o vivido pela narrativa e evidenciar os significados dos acontecimentos.

Compreender pela escrita da história de Arendt implica em uma atividade diária de conciliar sentimentos com a realidade factual, preservar emoções e sentimentos aos factos. Assim como evidenciar que os acontecimentos são imprevisíveis e irreversíveis.

Portanto, a potencialidade indicada por Arendt diante da ruptura sem volta é a possibilidade de uma nova relação com o passado por meio de uma nova compreensão de história. Essa nova compreensão deve pautar-se no pensar sem corrimão para resgatar e preservar a singularidade e irreversibilidade do vivido.

### Referências bibliográficas:

- ADLER, Laure. **Nos passos de Hannah Arendt**. Trad. Tatiana Salem Levy e Marcelo Jacques. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- AGUIAR, Odílio Alves. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim de.; BIGNOTTO, Newton. (Orgs.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 215-226.
- AMIEL, Anne. **Hannah Arendt, política e acontecimento**. Tradução Sofia Mota. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019 [publicado em 1958].
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 127-187 [compilado de textos publicados entre 1955 a 1961; com acréscimo de dois ensaios em 1969].
- ARENDT, Hannah. Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing. In: ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a, p. 10-40 [publicado em 1955].
- ARENDT, Hannah. Walter Benjamin (1892-1940). In: ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b, p. 165-222 [publicado em 1968].
- ARENDT, Hannah. **A Vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Tradução Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [escrito em 1975 e publicado em 1978].
- ARENDT, Hannah. Compreensão e política (as dificuldades da compreensão). In: ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-1954**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008c, p. 330-346 [publicado em 1954].
- ARENDT, Hannah. De Hegel a Marx. In: ARENDT, Hannah. **A Promessa da política**. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008d, p. 118-130 [inérito de 1953-1954].
- ARENDT, Hannah. Hannah Arendt sobre Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. **Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975**. Tradução Beatriz Andreiuolo *et al.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021a, p. 499-532 [comunicado em 1972].
- ARENDT, Hannah. Karl Marx e a tradição do pensamento político ocidental. In: ARENDT, Hannah. **Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975**. Tradução Beatriz Andreiuolo *et al.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021b, p. 35-75 [inérito de 1953].
- ARENDT, Hannah. Não mais e ainda não. In: ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-1954**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008e, p. 187-191 [publicado em 1946].
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [publicado em 1951].

AUGUSTO, Maurício Liberal. O Exílio da narrativa e a narrativa do exílio: pluralidade e diferença em tempos sombrios. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 27, n. 2, p. 77-96, Mai./Ago. 2016.

BREPOHL, Marion. Memória e História: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 32, n. 2, p. 49-60. Edição Especial. 2006.

BREPOHL, Marion. Testemunho, memória, fonte e história. In: BREPOHL, Marion. (Org.). **Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 45-68.

COURTINE-DÉNAMY, Sylvie. **Hannah Arendt**. Tradução Ludovina Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUARTE, André. Hannah Arendt entre Heidegger e Benjamin: a crítica da tradição e a recuperação da origem da política. In: MORAES, Eduardo Jardim de.; BIGNOTTO, Newton. (Orgs.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 63-89.

DUARTE, André. **O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DI PEGO, Anabella. La Comprensión como perspectiva metodológica em Hannah Arendt. **Andamios**, v. 13, n. 31, p. 61-83, may/agos. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAFER, Celso. Na confluência entre o pensar e o agir: sobre uma experiência com os conceitos de Hannah Arendt. In: DUARTE, André.; LOPREATO, Christina.; BREPOHL, Marion. (Orgs.). **A Banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 335-351.

REGIANI, Álvaro Ribeiro. A Recepção do Holocausto na América: os artigos de Hannah Arendt na *Partisan Review* e a elaboração de *Origens do totalitarismo*. **Faces de Clio**, v. 4, n. 8, p. 1-19, Jul./Dez. 2018.

SCHITTINO, Renata Torres. A Escrita da história e os ensaios biográficos em Hannah Arendt. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 5, n. 9, p. 38-56, Ago. 2012.

SEIXAS, Jacy. O 'Mundo do passado' e do presente: Eichmann[s] na história e na literatura. In: BREPOHL, Marion (Org.). **Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 129-144.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

## As fronteiras entre história e literatura: a recepção de Hayden White na revista *História da Historiografia* (2009 - 2019)

The boundaries between history and literature: the reception of Hayden White in the journal *História da Historiografia* (2009 - 2019)

**Lucas Fernandes**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

fernandes-luca@hotmail.com

**Recebido:** 19/03/2024

**Aprovado:** 07/08/2024

**Resumo:** Hayden White, ao afirmar que o ofício historiográfico é marcado pela imaginação histórica, causou grandes provocações no debate internacional. Este trabalho propõe analisar artigos publicados na revista *História da Historiografia*, um dos principais veículos de publicação científica nos campos de teoria, história da historiografia e história intelectual, com o intuito de delinear as diversas formas pelas quais a teoria de Hayden White foi recebida na historiografia brasileira da última década. Além disso, objetivamos compreender as interpretações realizadas em torno dos efeitos literários na escrita histórica e seus impactos na compreensão das fronteiras entre história e literatura.

**Palavras-chave:** Hayden White; História e literatura; História da Historiografia.

**Abstract:** Hayden White's assertion that the historiographical craft is marked by historical imagination caused great provocation in the international debate. This paper aims to analyze articles published in the journal *História da Historiografia*, one of the main scientific publication vehicles in the fields of theory, history of historiography and intellectual history. The main objective is to understand the various appropriations made of Hayden White in the last decade, delimiting interpretations made around the literary effects on historical writing and their impact on understanding the boundaries between history and literature.

**Keywords:** Hayden White; History and literature; History of Historiography.

### **“All stories are fiction”: aspectos iniciais**

Este texto é motivado pela inquietação diante da literariedade presente na escrita histórica: seriam todas as histórias fictícias?<sup>6</sup> Ao longo destas páginas, propomos analisar de que maneira os efeitos do giro linguístico foram tratados em artigos selecionados da revista *História da Historiografia*, entre os anos 2009 e 2019<sup>7</sup>, relacionando suas proposições às preocupações sociais das historiadoras e dos historiadores que o mobilizaram. Mais especificamente, nos deteremos na análise da recepção de Hayden White – considerado um dos emblemas dessa “virada” – dando enfoque a artigos que trataram diretamente de sua teoria dos trópicos, bem como àqueles que a utilizaram para elaborar questões pertinentes à teoria da história. Nosso principal objetivo é compreender como as fronteiras entre história e literatura são colocadas em jogo – ora sendo completamente delimitadas, ora aparecendo consideravelmente oblíquas – ao ser incorporada a obra whiteana na historiografia.

A *História da Historiografia* teve, desde seu princípio, grande preocupação e apreço pelo debate plural de ideias. Com seu primeiro número lançado em 2008, a revista em questão se tornou uma importante referência nas áreas de teoria da história e história da historiografia. Reconhecendo sua influência nos meios digitais e sua vasta circulação no meio acadêmico, acreditamos que, a partir dela, é possível estabelecer um recorte profícuo e produtivo para o estudo da recepção de Hayden White na historiografia brasileira. Para isso, traçaremos um panorama crítico do giro linguístico e, posteriormente, analisaremos as maneiras através das quais historiadores incorporaram a teoria do intelectual norte-americano para refletir sobre a história enquanto prática, lugar e escrita.

### **As direções de um “movimento”: Um giro linguístico em 360°?**

Definir o problema que motiva o trabalho histórico é uma tarefa complexa, não passível de uma definição única e, em termos mais abstratos, é uma ação que permite configurar um espaço de debates que retroalimentam sua própria emergência. Longe de uma naturalização do problema histórico, trata-se de imaginar uma dimensão fabricadora do ofício. Seguindo essa rota, Michel de

---

<sup>6</sup> Este artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica (PRPq/UFMG) realizada entre 2022 e 2023, no âmbito do projeto “A escrita como ética das emoções: ensaio e experiência limite na história e na literatura”, sob orientação do prof. Douglas Attila Marcelino.

<sup>7</sup> Ao longo da pesquisa, foram selecionados e analisados dezoito artigos publicados no recorte temporal aqui estabelecido. Todavia, não são todos que recebem espaço neste texto, tendo em vista que demos prioridade àqueles que se dedicaram diretamente à obra de White ou se valeram de sua teoria para analisar livros historiográficos e/ou literários. Na seção de referências, explicitamos todas as fontes, mesmo aquelas não referidas no texto, para facilitar a consulta da leitora ou do leitor interessado.

Certeau (2022) afirmou que a palavra historiografia representa um oxímoro, pois é composta por elementos da experiência palpável (historio) e pela elaboração discursiva da narrativa (grafia), trazendo como substancial o caráter inventivo da história.

Tomar o discurso como construtor da realidade deu feição ao denominado giro linguístico, amplamente discutido nas últimas décadas como um elemento que dinamizou as práticas historiográficas a partir dos anos 60 do século XX. Gabrielle Spiegel, ao assumir a presidência da Associação Americana de História (*American Historical Association*), declarou que as humanidades não apenas passaram por um desafio semiótico, mas também por questões de cunho filosófico sobre a linguagem, que inclusive geraram interpelações nos âmbitos da cultura e, portanto, da antropologia e da psicanálise (*apud* SURKIS, 2012, p. 702-704). Ocorreram, assim, diversas interrogações às práticas dos estudos sociais, as quais foram agrupadas na nomenclatura de um giro. Na historiografia em específico, um giro pode indicar uma ruptura, uma reviravolta, ao mesmo tempo que indica um movimento em direção a algo. Um giro se dirige a um determinado mérito ao formulá-lo por meio – e por causa – de sua ruptura.

Essa problemática é um legítimo alvo de preocupação por parte de historiadoras e historiadores que refletem sobre a experiência do tempo através de sua escrita. A historiografia do século XIX, por exemplo, foi fortemente marcada pela separação radical entre passado e presente devido à formulação do conceito de progresso e, também, da ideia de que determinadas sociedades ficaram em tempos passados. Decorrente disso, o movimento da história poderia ser descrito como uma sucessão de momentos historiográficos. Em decorrência disso, torna-se comum elaborar a categoria de giros para analisar a trajetória do ofício histórico e a escrita do tempo.

Fazendo uma genealogia do giro linguístico, Judith Surkis (2012) demonstra que diversos historiadores lidaram com ele através do seu enquadramento em “gerações” no debate historiográfico. Porém, o problema que circunda essa classificação geracional é evidente: implica dar coerência a questões que, embora tivessem sido mutuamente levantadas, possuíam preocupações, metodologias e epistemologias distintas. De modo semelhante, Temístocles Cezar (2015), em seu ensaio sobre os efeitos do giro linguístico na historiografia brasileira, argumenta que não devemos cair na armadilha de considerar o giro como um movimento. Em suas palavras:

Embora possa parecer, à primeira vista, uma organização disciplinar, tal movimento caracteriza-se pela dispersão de ideias e a ausência de um centro aglutinador que as unifique de fato. Portanto, falar em “movimento” só não se constitui em abuso de linguagem se mantivermos certa tolerância teórica (CEZAR, 2015, p. 441).

Até que ponto seria o Giro Linguístico uma ruptura ou descontinuidade no pensamento histórico? É certo que, com o surgimento de campos de estudos como a psicanálise e a linguística, os historiadores adquiriram importantes repertórios para repensar sua prática. Por outro lado, não seria justo indicar que, anteriormente, não havia indagações sobre a composição literária da escrita da história. De todo modo, pode-se dizer que a historiografia orientada pelos *Annales* e, ainda, pela sociologia durkheimiana buscava estruturas de mentalidades em temporalidades longas, muito influenciada por um certo materialismo. O que aparece, então, com a virada cultural e as interferências da linguística é, de modo geral, a diferenciação entre empiria e realidade, sendo esta uma construção a partir das sensibilidades e visibilidades proporcionadas pelo empreendimento histórico (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 19-35).

### **“Afinal, de que White estamos falando?”: Hayden White, um relativista, um estruturalista, um narrativista?**

Como afirmado por Cezar, (2015, p. 441), “cada cultura historiográfica o apropriou [o giro linguístico] à sua maneira, algumas cedendo mais, outras, sem abrir mão de suas idiossincrasias epistemológicas, menos”. No caso da perspectiva anglo-americana, o giro linguístico foi impulsionado com a publicação de *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*, em 1973, por Hayden White. Nesse livro, o americano argumenta que o trabalho principal do historiador é construir um protocolo linguístico

preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo [histórico], e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa (WHITE, 2019, p. 45).

Esse protocolo é um elemento pré-conceitual e poético, justamente porque envolve razões subjetivas de compreensão do mundo que não passam pela objetividade excepcionalmente empírica das ciências da natureza. Por defender que a história é um campo científico, filosófico e linguístico ao mesmo tempo, White causou diversas polêmicas no debate internacional, sobretudo por compreender que a história é uma protociência (WHITE, 2019, p. 36).

O americano defende que o ofício histórico possui um âmbito científico e um poético, de modo que os dados dos tempos passados são interpelados por um elemento linguístico que direciona o enredamento do problema a ser desenvolvido. Os conceitos teóricos e a estrutura de narrativização

dos pensadores são mediados por quatro tipos de consciência histórica: ironia, metáfora, sinédoque e metonímia. White conclui, de tal modo, que existe uma formulação pré-figurativa da história, composta pelos modos de elaboração de enredo, os modos argumentativos e os modos de implicação ideológica da autora ou do autor.

Certamente, sua obra não fica estagnada nessa enunciação. White manteve seu pensamento em constante movimento, dialogando com diversos intelectuais e reformulando – ou reafirmando – a sua teoria. Ainda em *Meta-história* (a qual deve ser analisada no conjunto das obras de White), encontramos a seguinte afirmação na introdução do livro, na nota de rodapé nº 4:

É claro que estou na iminência de abordar o debatidíssimo problema da moderna crítica literária (ocidental), o problema da representação literária “realista” [...] Em minha opinião, toda a discussão da natureza do ‘realismo’ em literatura se embaralha na incapacidade de estabelecer criticamente em que consiste uma concepção ingenuamente histórica da “realidade”. A tática habitual é pôr o “histórico” em confronto com o “mítico”, como se aquele fosse puramente empírico e este não fosse senão conceptual, e em seguida localizar o reino do “fictício” entre os dois polos (WHITE, 2019, p. 18-19).

Evidenciando, portanto, sua oposição ao historicismo moderno, White desenvolve sua reflexão segundo elementos da estética e da poética que colocariam em questão o realismo da história. Ao privilegiar a tradição da retórica para contestar o estatuto científico da historiografia, ele procura provar que existe um argumento formal que regula o – e é fomentada pelo – discurso narrativo que gera o passado a ser representado na escrita. É nesse cenário que os trópicos do discurso são introduzidos, criando *a priori* um paradigma aceitável da explicação do passado histórico.

Um maior desenvolvimento das ideias contidas em *Meta-história* é evidente nas posteriores obras whiteanas, como *Trópicos do discurso* e *O conteúdo da forma*, originalmente publicados em 1978 e 1987, respectivamente. Como coletâneas de alguns ensaios anteriormente publicados e então revisados, esses livros reforçam o caráter formalístico e tropológico da representação histórica. De acordo com Spiegel (2012), essa reafirmação de *Meta-história* é também uma radicalização de suas ideias principais: os trópicos não apenas pré-figurariam o discurso histórico, mas *constituiriam*<sup>8</sup> os objetos do historiador. Assim, o posicionamento de White contra aquela historiografia, supostamente neutra, que pensava representar o passado de forma transparente, parece vir “em total fruição”<sup>9</sup> (SPIEGEL, 2012, p. 3).

---

<sup>8</sup> Ênfase nossa.

<sup>9</sup> Tradução nossa. O trecho completo de onde extraímos essa expressão é: “Moreover, in identifying the content of historical narrative with the formal linguistic protocols (the form) by which it generated its discourse, White’s attack on

Consequentemente, White muitas vezes foi referido como um estruturalista, pós-estruturalista ou narrativista, o que prontamente o associou ao fantasma do relativismo, “figura gêmea de outro espectro, aquele do ceticismo, cujo limite parece rondar as bordas do irracionalismo” (CEZAR, 2015, p. 441). Por exemplo, na revista *História da Historiografia*, Karl Acham publicou o artigo *A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural* (2011), em que aproximou White tanto dos pós-modernistas quanto dos linguísticos tidos por céticos por conferir maior centralidade ao texto. De maneira geral, a teoria de White se resumiria, segundo Acham, na falsificação dos acontecimentos históricos:

A eficácia e o conteúdo informativo de cada narrativa são, por conseguinte, diversos. White admite, assim, que os fatos históricos podem ser controlados, ou seja: verificados ou ao menos falseados (ACHAM, 2011, p. 204).

Todavia, não parece que o termo “falsificação” esteja muito em voga na obra whiteana, pois os trópicos, na verdade, ilustram uma perspectiva que não aquela do falsário, do enganador. A preocupação de White está relacionada à pluralidade de discursos históricos e, com ela, às diferentes possibilidades de formulação do passado. Como visto na citação a seguir:

Sugeri que a natureza não científica ou protocientífica dos estudos históricos é sinalizada pela incapacidade dos historiadores de chegar a um acordo – como os cientistas naturais do século XVII conseguiram – sobre um modo específico de discurso... Como resultado, a historiografia permaneceu presa à criação de interpretações mutuamente exclusivas, embora igualmente legítimas, do mesmo conjunto de eventos históricos ou do mesmo segmento do processo histórico. (WHITE, 1973, p. 478)<sup>10</sup>.

O espaço aberto para as diversas narrativas historiográficas sobre o passado se resume menos à exclusão de uma pela outra e mais ao desenvolvimento da própria discussão. Sobre isso, Matthew Donelli indica que:

Se alguém buscar uma concordância perfeita entre as noções de verdade e história no gênero, ficará desapontado devido a falhas tanto da verdade quanto das estruturas

---

the illusion of transparent representation and objective treatment of the past common in traditional historiography seemed to come to full fruition” (SPIEGEL, 2012, p. 3).

<sup>10</sup> Tradução nossa. [I have suggested that the nonscientific or protocientific nature of historical studies is signalled in the inability of historians to agree—as the natural scientists of the seventeenth century were able to—on a specific mode of discourse... As a result, historiography has remained prey to the creation of mutually exclusive, though equally legitimate, interpretations of the same set of historical events or the same segment of the historical process].

de divisão e encerramento que permitem que o gênero seja atribuído a uma história. (DONELLI, 2012, p. 215)<sup>11</sup>.

Afinal, de que White estamos falando? Seria ele um narrativista? Um determinista? Um relativista? Como já explanado, a trajetória de White não se limita ao livro *Meta-história* e, ao entrar em contato com outros textos do autor, nos deparamos com um pensamento em constante processo diatático. Em outras palavras, seu raciocínio passou por consideráveis alterações, assim como suas fontes e sua forma de escrever ao longo do tempo. Dentre as várias tentativas de enquadrá-lo em definições, grupos ou correntes teóricas, percebe-se que há elementos que dificultam um tratamento sofisticado de seus textos. Logo, a recepção dos textos do intelectual norte-americano pode revelar algumas fendas escondidas nos caminhos da história.

### **“Nunca vi um orientador orientar um aluno de acordo com princípios pós-modernos”: estudo de recepção enquanto análise da operação historiográfica**

Os estudos acadêmicos em história, na década de 80, estavam consideravelmente atrelados à estruturação universitária e ao processo de redemocratização. Nesse contexto de legitimação, as obras de White não obtiveram recepção positiva ou, como apontado por Franzini (2017, p. 334), não contemplavam os interesses majoritários dos historiadores. Para ele, o grande problema foi desconsiderar toda a imensidão dos escritos de White ao enquadrá-lo como pós-moderno, o que, imediatamente, o levaria a ser a maior ameaça possível para a história.

Como exposto até então, entre os binômios de verdade e mentira, realidade e ficção, moderno e pós-moderno, é impossível dizer que White não causou impacto. Embora isso seja inquestionável, Fábio Franzini (2017) argumentou que, até 2016, quando atualizou sua pesquisa, não encontrou um número expressivo de novos artigos sobre sua teoria ou que utilizavam seus textos como referência. Segundo o autor, após quarenta anos da publicação de *Meta-história*, ainda não se chegou à obstrução do conhecimento histórico (no sentido de que o pós-modernismo e o giro linguístico não destruíram a historiografia, como alguns historiadores temiam), nem mesmo a um debate sério sobre os trópicos, a imaginação histórica e a estrutura formal dos discursos.

---

<sup>11</sup> Tradução nossa. [If one seeks perfect concordance between notions of truth and history in genre, one will be disappointed due to failures of both truth and the structures of division and termination that permit genre to be assigned to a history].

Articulando os exames e os tratamentos metodológicos que historiadoras e historiadores realizaram em torno da teoria whiteana, temos a intenção de compreender de que modo seus escritos foram lidos e apropriados, tendo em vista sua importância para o debate sobre as fronteiras entre história e literatura. Por esse ângulo, nos interessa esboçar uma dinâmica entre o escrito, o lido, o incorporado e o rebatido na revista *História da Historiografia*. Acreditamos ser pertinente encarar a recepção de White como uma forma de analisar a operação historiográfica que circunda sua obra. Isso envolve, claramente, considerar o seu lugar e a sua prática, não deixando de lado a forma como esses aspectos se tensionam ou se reelaboram ao entrar em contato com seus críticos.

A elaboração teórica de Michel de Certeau nos é importante, neste momento, para nos orientar segundo a noção de que um saber é indissociável de sua prática social. *Faire de l'histoire*, que traduzido para o português poderia ser algo como “praticar a história”, abrange elementos lapidares da prática da história. Envolve, em certo sentido, um inserir-se na história; fazer parte dela, o que desemboca em considerar a história enquanto uma experiência social ao mesmo tempo que é aquilo que fazemos dentro da instituição histórica (CERTEAU, 2022). Nessa perspectiva, a recepção de um intelectual numa revista acadêmica envolve a análise do tipo de história que se deseja formular ao incorporar ou recusar determinadas ideias. Assim, aspectos literários na historiografia podem ou não ser vistos com bons olhos, levando em consideração, sobretudo, que há um efeito na escrita dos historiadores que remete ao não-dito, àquilo que é do subjetivo do historiador e que se esconde por trás da história enquanto lugar.

A recepção das indagações do giro linguístico estava calcada majoritariamente num receio de desestabilizar o ofício histórico diante de um cenário político delicado. Devemos considerar a preocupação dos historiadores para com sua prática, haja vista que a ditadura civil-militar proporcionou diversas querelas teóricas (CEZAR, 2015, p. 447). Assim, o marxismo, enquanto campo mais consolidado na história, foi quem teve maior influência no debate das ideias que vinham, sobretudo, de Derrida e Foucault. Ciro Flamarion Cardoso, importante historiador brasileiro, defendia que as teorias preocupadas com o discurso descentralizaram o que deveria ser o verdadeiro foco da historiografia: a realidade social e as condições materiais de produção e sobrevivência. Como salienta Cezar (2015, p. 448) sobre a recusa ao giro: “trata-se de um ataque generalizado a quase toda a produção recente que não seja orientada pelo marxismo”.

Em 2010, na *História da historiografia*, foi publicada uma entrevista com José Francisco Falcon, concedida às professoras Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo. O historiador responde a

questões referentes à estruturação do ensino superior em história, sobretudo à pós-graduação. Um trecho dessa entrevista merece destaque:

[...] a documentação geralmente é fragmentária. Ela não nos é dada sob a forma de uma narração contínua, uniforme e não contraditória, pois, se assim fosse, talvez não houvesse lugar para o historiador. Senão seria uma redundância. O que o historiador faz é apropriar-se desses vestígios, desses restos e indícios e transformá-los em uma exposição inteligível. O pós-moderno nega essa possibilidade, aposta tudo na linguagem, a linguagem como uma dimensão fechada em si mesma. [...] Mas, para dizer a verdade, nunca encontrei um trabalho de história que tenha sido produzido de acordo com os postulados pós-modernos. Nunca vi um orientador orientar um aluno de acordo com princípios pós-modernos. (GONÇALVES, GONTIJO, 2011, p. 377).

Evidentemente, aqui encontra-se uma elucidação de que os documentos não fornecem uma narrativa em si próprios, pois ela é, na verdade, construída pelos historiadores. Falcon alerta, porém, que o pós-modernismo – no qual seriam encontradas as figuras de Hayden White e Dominick LaCapra – seria uma recusa à prática da história. O pós-modernismo seria, nesse sentido, seu fim. Isso engendra um debate sobre a própria constituição da história enquanto campo disciplinar: afinal de contas, o que é fazer história?

Seguindo esse rumo, as entrevistadoras questionam qual é o papel da teoria da história para Falcon. Ele expressa que a tarefa primordial da teoria e da historiografia é ensinar o aluno a enxergar o mundo com os olhos da história, ou seja, pensar historicamente. Entretanto, prossegue afirmando que, para fazer isso, “é preciso ter determinados princípios, determinados procedimentos, respeitar determinadas regras e ao mesmo tempo habituá-lo a pensar que ele não está sozinho no mundo” (GONÇALVES; GONTIJO, 2011, p. 374-375). Existe uma necessidade, portanto, de enxergar a figura do historiador como aquela que está em constante relação com outros e, portanto, formando redes de contato que legitimam e que produzem a instituição histórica.

À luz da leitura ceriteuniana da *operação historiográfica*, podemos compreender a recusa do chamado pós-modernismo por Falcon. Segundo Certeau (2022), a produção de um saber específico é indissociável de sua instituição social. É em função do lugar que se instauram os métodos, as legitimações e os interesses daqueles que produzem o saber. Então, para Falcon, a aceitação do pós-modernismo seria uma ameaça por desestabilizar um tipo específico de história que se deseja produzir: aquela relacionada à materialidade das práticas do arquivo, que se legitima sobretudo por defender a importância do historiador enquanto um agente social que segue os princípios compartilhados por uma comunidade.

Essa entrevista nos mostra um espaço que a *História da Historiografia* abre para as implicações e consequências das ideias em circulação nela. Assumindo um posicionamento amplo, suas publicações nos convidam a questionar os fundamentos da história e debater os diversos intelectuais que atuam no meio acadêmico. No caso de associar Hayden White ao pós-modernismo, deveríamos nos perguntar se existe correspondência entre os trópicos do discurso e o “fim da história”. Ou, melhor, qual é a relação entre o labor material (pautado no real) e o labor narrativo da escrita?

Diogo Roiz, em seu artigo *O ofício de historiador: entre a ciência histórica e a arte narrativa* (2010), mostra que os pensadores das décadas de 1960 e 1970 questionavam a história por ela ser utilizada como ferramenta de exclusão e diferenciação de certos segmentos sociais. Caso nos atentemos a tal aspecto nas formulações whiteanas, percebemos que existe uma preocupação com os efeitos dos realismos históricos. A crítica ao cientificismo da história, amplamente difundida por Hayden White, se direciona em menor grau à possibilidade ou não de haver conhecimento verídico na historiografia e em maior grau ao papel social da história.

Os trópicos seriam uma materialização, ou melhor, uma expressão da consciência histórica (nos lembremos, pois, da relação que White estabelece entre argumento, enredo e ideologia) do historiador. Assim, White procuraria demonstrar, a partir de historiadores e filósofos oitocentistas, que é possível escolher um passado diferente daquele realismo burguês (PAUL, 2011), tornando-se livre da história enquanto algo demiurgo e podendo usufruir da criatividade e da imaginação para se localizar e se orientar no tempo.

Logo, os trópicos não são completamente desvinculados da realidade, mas surgem como frutos das adversidades políticas que envolvem o campo histórico. Roiz evidencia que, em *O fardo da história*, White defenderia que as demandas atuais reivindicavam outra forma de se pensar e de se produzir a história. O efeito material da escrita da história, dessa maneira, possui uma dimensão fundamentalmente ética no que diz respeito ao uso do tempo como fator político. Não estamos lidando com um fim da história; na verdade, estamos interrogando a história por acreditar que há em seu âmbito uma possibilidade de intervenção na realidade. Diante disso, nosso papel seria promover rupturas e discontinuidades, a fim de humanizar a experiência através da sensibilidade do e no tempo. Ademais, em *O texto histórico como artefato literário*, White enfatiza que a história não é suficiente para a sociedade porque perdeu sua capacidade de imaginação literária: “no empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação” (*apud* ROIZ, 2010, p. 264).

Sobre isso, caso interessante na *História da historiografia* é o artigo de George Iggers, publicado em 2010, intitulado *Desafios do século XXI à historiografia*. Iggers elegeu Hayden White como emblema do Giro Linguístico nos Estados Unidos, alegando que ele foi responsável por transformar a narrativa histórica em literatura, já que defenderia que as filosofias da história se baseiam em imaginações históricas. Ao final do texto, produz uma crítica direta a White ao assinalar que, mesmo com uma impressionante gama de possibilidades para a historiografia contemporânea, esta não pode ser encarada como uma imaginação:

“Um pluralismo das estratégias de pesquisa pode ser muito frutífero. Mas estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade” (IGGERS, 2010, p. 122).

Iggers faz referência apenas à introdução de *Meta-história* (não ao texto completo), sendo que, para uma discussão profícua acerca da imaginação histórica, *O conteúdo da forma* fornece rico arcabouço teórico para complementar a obra seminal. Para o americano, as formas de representar o passado possuem, intrinsecamente, um conteúdo significativo para o entendimento da narrativa. A forma diz mais sobre o caráter fictício da história, ao passo que o conteúdo narrado corresponderia ao histórico. Contudo, ambas as dimensões se conjugam em sua teoria, tendo em vista que a narrativa não se enquadra no binômio verdadeiro ou falso, mas sim no real ou imaginário.

Esclarecimentos como esses são providenciais para rebater outros argumentos que acusam White de ser um determinista linguístico. É o caso, por exemplo, de Rogério Forastieri da Silva (2015), o qual opõe a virada linguística à historiografia, colocando-a como um desafio, ao qual White é associado. Silva identifica que:

Ao fim e ao cabo, entre várias, uma das mensagens que a obra de Hayden White deixa para os historiadores é: “narrem menos” ou “escrevam menos” e estarão fazendo uma “boa” história; ou, se “estiverem realmente com vontade de escrever, passem para a literatura” (SILVA, 2015, p. 384).

Em outros momentos, o autor argumenta que as ideias de White são muito deterministas, e que, em certo sentido, a história seria apenas ciência ou apenas arte, mas não ambas. Realmente, o historiador americano não se amedronta em dizer que a história não é uma ciência e, claramente, não pretendemos assumir que Silva não leva em consideração que ele se refere às ciências da natureza. Por outro lado, tratando-se da história-discurso – identificação que Silva adota em seu artigo – White deixa explícito em outros textos que seu método trabalha a *escrita* da história e não as investigações

documentais, arquivísticas e bibliográficas (MARQUEZ, 2008, p. 14-46; WHITE, 1994; WHITE, 2013, p. 111-22). Nesse sentido, embora haja um certo reconhecimento, mesmo que superficial, de que a obra de White variou e suas ideias se modificaram ao longo dos anos, fica marcada a contradição em categorizá-lo como determinista por estar associado ao Giro Linguístico.

A mesma acusação foi feita por Iggers, em sua crítica ao *Meta-história*, que obteve uma resposta de White publicada na mesma revista. Em um trecho, White argumenta:

Não me considero um determinista linguístico, mas defendo que qualquer análise de qualquer tipo de escrita deve levar em conta as maneiras pelas quais o uso de vários códigos, dos quais a própria linguagem é um paradigma, permite e estabelece limites para o que pode ser dito sobre o mundo. Se isso me coloca no campo de Barthes, Greimas, Foucault e Derrida, tudo bem para mim; mas nenhum deles é um "determinista linguístico" e eu também não sou (WHITE, 2000, p. 394)<sup>12</sup>.

Se antes discutimos o caráter narrativista, relativista ou estruturalista da obra de White, e agora estamos nos debruçando sobre outras visões que o chamam de determinista (em específico um determinista linguístico), fica evidente que não há um desentendimento ocasionado por simples desonestidade intelectual. A recusa do giro linguístico, efetivamente, é tributária da própria complexidade da escrita da história (ROIZ, 2010, p. 273). Como destacamos anteriormente, existe um elemento subjetivo nos autores que orienta suas práticas, se revela em sua escrita e é articulado com a posição social de onde falam. Assim, a historiografia é uma atividade de complexo movimento, que perpassa a relação que os historiadores estabelecem com seu ofício, com o passado e com suas convicções em torno daquilo que representam. Certamente, todos os autores até então analisados estão cientes de que a linguagem deve ser considerada na análise histórica, mas a rejeição de intelectuais como Hayden White revela uma preocupação pela história no seu caráter de instituição, a qual assegura a possibilidade de lidarem com os desafios de seu tempo.

Por englobar os resultados de uma pesquisa e a retórica utilizada pelo historiador, a escrita histórica toca naquilo que é sensível a todos: o agir humano no tempo. Se o debate que envolve o realismo, a imaginação e a ficção perpassa a criatividade presente na historiografia para lidar com o sentir e o viver o tempo, outra forma de encarar a teoria whiteana é a de utilizar tal criatividade não como um desafio, mas como uma “indisciplina” (CERTEAU, 2014).

---

<sup>12</sup> Tradução nossa. [I do not think that I am a linguistic determinist, but I do hold that any analysis of any kind of writing must take account of the ways in which the use of various codes, of which language itself is a paradigm, both enable and set limits on what can be said about the world. If this puts me in the camp of Barthes, Greimas, Foucault, and Derrida, it's alright with me; but none of these is a 'linguistic determinist' and neither am I.]

## **“Só com a literatura se pode ainda chorar”: o tempo e a escrita entre história e literatura.**

Nesta seção do artigo, procuraremos delinear um tipo de produção de conhecimento, pertinente à teoria da história, fabricado *dentro* da operação historiográfica. Em síntese, tentaremos demonstrar formas de se escrever a história a partir de modos ou metodologias que não são comuns à historiografia em primeiro plano. A recepção da obra de Hayden White por historiadores recorre a elementos literários e ficcionais dentro dos mecanismos da própria historiografia para contestá-la. Em sentido semelhante ao que Certeau (2014, p. 41) define como as “maneiras de fazer”, aquelas que “constituem as mil práticas pelas quais usuários se *reapropriam*<sup>13</sup> do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, identificaremos de que maneira historiadores incorporaram a teoria dos trópicos de White, em artigos da *História da Historiografia*, para analisar livros historiográficos e literários a fim de interrogar a história.

Nicolás Lavagnino, por exemplo, publicou o artigo *Lo compacto y lo distorsionado: ciencia, narrativa e ideología en Hayden White* (2014) com o objetivo de aprofundar o que White produziu em *Figural realism: studies in the mimesis effect* e apontar caminhos para complexificar o problema do figuralismo e da mimesis. Nesse texto, Lavagnino defendeu que a noção de figuralidade, da forma como elaborada em *Meta-história*, é supérflua e abre margem para todas as críticas que encarou. Para Lavagnino, o problema de White não estaria localizado na separação entre a ciência como o conhecimento justificado e a narrativa como um plano instável. Na verdade, ele desloca o foco para o caráter de *silogismo* e *entimema* da ciência, argumentando que, caso a ela possa ser compreendida por meio da tropologia whiteana, não faria sentido justificar a não-cientificidade da história por conta de seu caráter figurativo e imaginário.

A argumentação de Lavagnino é extremamente elaborada e rigorosamente elucidante, de modo que uma melhor compreensão só poderia ser alcançada a partir da leitura completa de seu texto. Em suma, o que se argumenta em sua primeira crítica a White (2014, p. 242-247) é que, considerando o entimema a lógica dedutiva e o silogismo o caminho que leva uma preposição a outra, a ciência se valeria de ambos, o que, conseqüentemente, exigiria a construção lógica de um caminho que ligue os dois pontos. Essa construção se deriva de elementos que são pré-lógicos, tais quais os trópicos do discurso na historiografia. Portanto, não seria necessária uma diferenciação implícita de práticas culturais para defender o uso da tropologia. Ao contrário, a figuração espaço para uma decodificação

---

<sup>13</sup> Ênfase nossa.

de usos linguísticos em campos que se pretendem separados, embora sejam semelhantes em certa medida. Nas palavras de Lavagnino:

Longe de permitir uma caracterização do tropológico e do narrativo como “não científico” e de identificar o científico plenamente como “a área compacta do discurso”, a díade nos permite entender os processos de legitimação disciplinar dentro dos vários espaços de práticas disciplinares e o lugar da fixação ou mutação de léxicos e vocabulários nesses mesmos processos, independentemente dos conteúdos mencionados. (LAVAGNINO, 2014, p. 247)<sup>14</sup>.

A tropologia, nesse sentido, não deveria ser a única forma de análise dos discursos das ciências humanas e sociais, assim como a ideologia não poderia ser enxergada apenas como os modos combinatórios da percepção estética. Caso assim continuássemos, estaríamos mantendo em vigor “o mito de que a narração é uma fabulação na margem inoperante de um mundo mais imaginário que real” (LAVAGNINO, 2014, p. 254).

Em caminhos semelhantes, Julián Norberto Zicari, em seu texto *Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz* (2015), expõe as críticas de Chris Lorenz ao narrativismo e, em seguida, o contrapõe, apontando inconseqüências e fragilidades em suas ideias. Embora Lorenz não se dirija a um White fantasmagórico, acusa a todos os narrativistas de aplicarem uma teoria pouco ou nada pertinente. Sua principal crítica é que esses pensadores substituem o empirismo pela estética. Todavia, buscando responder a essas questões, Zicari se insere no debate como uma espécie de terceira voz, e defende White perante as acusações ao seu enquadramento. De acordo com Zicari, não se trata de manter um dualismo dicotômico entre dados e narrativa, mas sim de compreender que a forma narrativa é a responsável por integrar os dados que tenta explicar. Portanto:

[...] Não se trataria de uma dualidade exclusiva na qual 'fatos' e 'palavras' teriam caminhos separados que teriam de ser feitos para 'corresponder' de acordo com um tipo de formulação, mas, em todo caso, um dualismo inclusivo, do mesmo tipo que, em explicações históricas, 'estrutura e conjuntura' ou 'sujeito e instituição' (ZICARI, 2015, p. 135)<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Tradução nossa. [Lejos de permitir una caracterización de lo tropológico y lo narrativo como “lo no científico” y de identificar lo científico plenamente con “el área compacta del discurso”, la díada nos permite la comprensión de los procesos de legitimación disciplinar al interior de los diversos espacios de prácticas disciplinares y el lugar de la fijación o mutación de los léxicos y vocabularios en esos mismos procesos, con independencia de sus contenidos mentados].

<sup>15</sup> Tradução nossa. [No serían una dualidad excluyente en la que 'hechos' y 'palabras' tuvieran caminos separados que habría que hacer 'corresponder' según un tipo de formulación, sino, en todo caso, un dualismo inclusivo, del mismo tipo que, en las explicaciones históricas, lo son 'estructura y coyuntura' o también 'sujeto e institución'].

Preocupando-se com as abordagens dentro da escrita histórica, tanto Zicari quanto Lavagnino promovem uma complementação adequada e a qual devemos dar maior atenção nos estudos acerca de White. Percebe-se, claramente, que eles se posicionam no debate, apontando caminhos possíveis e complementação bibliográfica de outros historiadores e filósofos.

Aitor Bolaños de Miguel (2014), por outro lado, parte para a análise de gêneros literários, procurando cartografar os diálogos entre o romance e a historiografia. Miguel recebe a teoria dos trópicos de maneira muito convidativa, de modo que, em primeiro momento, explana os argumentos de White sem intenções críticas. O mais interessante, porém, é que o autor admite a utilização de uma prática denominada *literatura historiográfica*:

É por meio da elaboração de uma narrativa que o historiador coloca os dados à sua disposição em uma estrutura ficcional que lhes dá significado e os explica com pretensões realistas. É por isso que White enfatiza que "essa transformação de eventos brutos em fatos historicamente significativos envolve um uso figurativo da linguagem que tem uma clara afinidade com a criação literária". Por essa razão, poderíamos falar de literatura historiográfica. (MIGUEL, 2014, p. 221)<sup>16</sup>

Ao final do seu texto, o autor esclarece que novos experimentos pós-modernos estão sendo realizados na historiografia, diante da crise na atitude de lidar com o passado. Nesse sentido, para ele, seria imprescindível que o romance e a história permaneçam lado a lado, pois ambos fazem com que a vida mereça ser vivida.

Aspecto de seu artigo importante de ser destacado é que, para além de *Meta-história*, Miguel lança mão de outras quatro obras: *Figural Realism: Studies in the mimesis effect* (1999); *El contenido de la forma: Narrativa, discurso y representación histórica* (1992); *The Content of the Form: Narrative discourse and historical representation* (1989); *Tropics of Discourse: Essays in cultural criticism* (1978). Isso reforça a necessidade de termos uma visão holística do trabalho de White para saber dosar as críticas e propor metodologias diferentes para definir o valor e o uso da história<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Tradução nossa. [Es por medio de la elaboración de una narración como el historiador sitúa los datos de que dispone en una estructura ficcional que les da sentido y los explica con pretensiones realistas. Por eso, White subraya que 'esta transformación de los acontecimientos brutos en hechos históricamente significativos entraña un uso figurativo del lenguaje que tiene una clara afinidad con la creación literaria' (CABRERA 2005, p. 130). Por esta razón, podríamos hablar de literatura historiográfica.]

<sup>17</sup> Gostaríamos de ressaltar que os artigos de Miguel e de Zicari aqui analisados foram influentes em outras discussões no Brasil e na América Latina, para além da relação entre história e literatura. O primeiro, por exemplo, foi citado em cinco outros trabalhos dedicados a diversos temas, como a relação entre história e cinema (QUINSANI, 2015). Zicari, por sua vez, foi referência em debates sobre epistemologias feministas e narrativas historiográficas (POSTALI, 2022).

Ao falar de uma literatura historiográfica, Miguel se atenta ao uso figurativo da linguagem num processo de criação literária e, considerando que um historiador se vale de sua imaginação, não seria exagero dizer que uma parte da sua escrita é literária. Mesmo que isso já tenha sido destacado ao longo deste artigo, gostaríamos de reforçar a “indisciplina” aqui presente: novas formas historiográficas aparecem quando é dada a elas a oportunidade de conviver com a historiografia acadêmica e tradicional. Como presente no título do texto de Miguel, essas elaborações são *experimentos*, ou seja, servem para testar hipóteses e possibilidades não para atacar a história, mas para se desenvolverem ao seu lado. O próprio Hayden White diversas vezes lançou mão de livros literários romantistas e realistas para analisar as estruturas de conhecimento das sociedades oitocentistas. Para além disso, contudo, um dos *experimentos* a serem realizados, ou melhor, uma das *indisciplinas* dentro da nossa operação é deixar de enxergar a literatura apenas como fonte para comprovar o real, mas escutar o que ela tem a dizer para refletir teoricamente sobre a história.

Pensando de tal maneira, Mariela Solana, em *Archivos de infelicidad en la ficción realista: el fracaso del sueño americano en Pastoral Americana y Flesh and Blood* (2014), utiliza Hayden White como principal suporte teórico para compreender em que medida a história pode se valer de elementos literários em sua escrita a fim de representar o passado. Para a autora, as dimensões literal e figurativa possuem, entre si, um *continuum lingüístico*. Estudando as obras literárias *Pastoral Americana* e *Flesh and Blood*, ela procurou historicizar as emoções e sensibilidades de um determinado período histórico. O apoio de Solana em White surge como uma tentativa de justificar as aproximações entre história e literatura, com o intuito de compreender como ela pode conceder acesso à inserção das emoções no tempo.

Gilda Bevilacqua (2014), por sua vez, partiu das palavras de White acerca de *Austerlitz*: um romance em que não se passa nada no sentido temporal; é um entrelaço e sobreposição de tempos distintos. Caso consideremos esse o sentido do tempo, o significado do enredo viria da forma, e não dos dados. Os elementos literários de Sebald são lentes para enxergar o mundo real. Bevilacqua se questiona se a historiografia corresponde à noção de tempo apresentada em Austerlitz. Com isso em mente, se apoia na teoria dos regimes de historicidade de Hartog e nas noções de experiência e expectativa de Koselleck para apresentar a ideia de *passado prático* como uma forma de contemplar questões identitárias da personagem principal, as quais são representativas de planos internos da subjetividade e vão além das capacidades técnicas do passado histórico.

Em Austerlitz, conseguimos perceber uma passagem do passado histórico para o passado prático, ou seja, as personagens não procuram o passado por ele mesmo, mas pelas sensações e imagens

que ele pode suscitar. O passado prático é uma problemática muito pertinente no pensamento de White. Para ele, a diferenciação entre passado histórico e passado prático se daria a partir da consideração das formas pelas quais os sujeitos se apropriam de seu passado em vista do futuro. O passado prático é aquele que busca responder à pergunta “o que devemos fazer?”; é aquele manifestado a partir da percepção de que o presente faz parte da história e que, portanto, estende a imaginação literária para o mundo social (WHITE, 2018, p. 15). Em suas palavras:

O passado prático é composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida. Os passados políticos, jurídicos e religiosos raramente podem ser abordados sem algum tipo de ideologia ou parti pris de algum tipo. Não há dúvidas de que se pode dizer que tais passados pertencem à história, mas eles *raramente são receptivos às técnicas de investigação dos historiadores profissionais* (WHITE, 2018, p. 16) [Grifos nossos].

White ressaltou que os historiadores modernos do século XIX não conseguiriam receber os passados práticos, pois esses passados seriam carregados de ideologia, memórias, ilusões e percepções da realidade que extrapolam o campo do científico. Isso é interessante, pois reforça o caráter literário e poético do passado prático – que contempla eventos traumáticos e sensíveis de uma maneira que o histórico não pode alcançar. Então, Austerlitz seria um *Roman*: um livro que pode ser enquadrado como romance histórico, justamente porque é uma narrativa potente para a análise do passado e da historicização das emoções. Daí é que se questiona a escrita acadêmica enquanto veículo do conhecimento historiográfico. Aos modernos, isso pode ser uma visão defeituosa da história, mas:

A “história” da qual os modernistas estavam fugindo não era o mundo que eles encontravam na vida cotidiana, mas aquela versão fantasmagórica do passado construída pelos historiadores profissionais, aquele “passado histórico” elaborado por eles para esvaziar o pretérito de sua utilidade “prática” (WHITE, 2018, p. 19).

Acerca de Austerlitz, não se poderia deixar de citar que, quando se trata de sua relação com a história, as problematizações teóricas não se limitam à historicização das emoções. No que diz respeito à sensação de se sentir atravessado pela opacidade do tempo, de encontrar o familiar na experiência histórica através do estranhamento e das frágeis reminiscências, Austerlitz se demonstra um romance que complexifica a história, o tempo e a existência de si enquanto sujeito (CHARBEL, 2016). Trata-se da apresentação de uma proposta do que pode ser a história, que pensa outros sujeitos a serem alcançados, outros campos a serem representados, outras sensibilidades a serem compartilhadas, pois apenas com a literatura é possível chorar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 54-55).

Mesmo em livros historiográficos, a teoria dos trópicos pode ser reapropriada, tendo seus méritos e seus limites destacados, a fim de refletirmos sobre a escrita do tempo. Lavagnino, em *La imaginación cliométrica: Una lectura narrativista de Coacción y mercado de E. Tandeter* (2017), analisa a obra de Tandeter – consolidado como um cânone na historiografia argentina – que trata a mineração da prata em Potosí durante o período colonial. Segundo Lavagnino, o enredo da história revela a frustração dos seus agentes, porque a narrativa irônica se coloca em um ponto de vista distante e, por conta disso, consegue marcar aspectos que não estavam sob controle dos colonizadores.

De maneira mais específica, o autor nos mostra que *Coacción y mercado* possui diversos enredos, sendo um deles mais abrangente, que se encontra nas extremidades geográficas da narrativa. Esse enredo maior entrelaça as demais vivências temporais. Para tanto, seria imprescindível lançar mão de elementos textuais como gráficos, imagens e tabelas que reconstroem as dinâmicas e os dilemas da situação. Assim como White reivindicava a ruptura e a descontinuidade, Lavagnino defende que a heterogeneidade do texto é o que garante a interrelação dos componentes do discurso.

Pela estratégia de expor conteúdos de maneira diversificada, o contexto se amplia e, em conjunto, forma uma narrativa por meio da qual os vários enredos devem ser lidos. Cabe dizer, em tal cenário, que historiadores podem (senão devem) dinamizar os modos de apresentação do passado, sobretudo os jogos com tempo e espaço:

As idas e vindas temporais permitem atrasos, recapitulações e vínculos por meio de hiatos e linhas de sutura. Uma das linhas do enredo exige a vinculação de três gráficos (1, 2 e 7), que vão de 1581 a 1810, depois a linha de ação narrativa retorna ao período de 1790 a 1793 e salta para 1826. As reversões, os hiatos e as alterações da linha do tempo são complementados pela função de intensificação temporal. (LAVAGNINO, 2017, p. 163).

A fim de compreender que tipo de leitura desses textos deve ser realizada, o autor apontou que, para além dos trópicos de White, seria fundamental recorrer a outras táticas que foram ignoradas pelo narrativismo: os contratos de leitura e as operações de concretização entre narrador, autor e leitor.

Como já dito anteriormente, a frustração acerca da longa duração sugere, do texto, uma perspectiva irônica, mas, além disso, a reconstrução que Tandeter promove em torno da *mita* elabora um cenário *trágico*. Perceber esse elemento é fundamental para Lavagnino, pois “essa tragédia é paralelizada, sem interrupção, com o olhar agentivo e conciliador da produção de mineração como uma atividade popular, mostrando uma forma heteróclita de reprodução social baseada na contestação

subalterna por meio do kajcheo” (LAVAGNINO, 2017, p. 166)<sup>18</sup>. Entretanto, essa percepção sobre a reprodução social, que interfere nas relações na sociedade até os dias atuais, poderia apenas ser protocolizada caso o enredo fosse estruturado como uma *comédia*. Ou, então, a convivência entre a elite e os arrendatários é performada através de uma *sátira*, isto é, da observação das esperanças e do reconhecimento de sua inadequação: o mundo já não possuiria mais retorno.

Percebe-se, dessa maneira, que há três tipos de enredo estipulados por White na mesma narrativa e, portanto, não há como escolher apenas um para se tratar de um assunto tão complexo como a colonização na América, em especial na região da Prata. Como o autor aponta, é notável uma contradição entre as elaborações de enredo em torno de uma narrativa que trata de elementos complexos e dinâmicos. Por exemplo, a tragédia e a comédia agem de maneira semelhante, tendo em vista que ambas sugerem uma libertação ao final. Contudo, enquanto a segunda é demarcada pelas reconciliações no mundo social, a primeira demonstra divisões entre os homens (WHITE, 2019, p. 24). No caso, o fim da *mita* é produto de revoltas e subversões, ao mesmo tempo que sua estrutura permanece influente por meio da separação das classes sociais – que se baseiam, também, em raça e gênero.

Considerando a diversidade de enredos e a necessária sintagmática interna dos elementos discursivos, a tropologia de White parece ser limitadora das potencialidades narrativas. De acordo com Lavagnino, estabelecer operações narratológicas de antemão, delimitando aquilo que é (*pré*)figurativo e, depois, configurativo, assemelha-se a uma concepção linear da escrita da história (LAVAGNINO, 2017, p. 167). A mineração em Potosí e o sistema de trabalho baseado na *mita* são muito complexos e, segundo Lavagnino, não podem ser baseados em uma teoria linear, com tropos dominantes e tramas unitárias. As dominações não são apenas entre colonizadores e colonizados, mas em planos textuais diversos: são perspectivas de vida, de trabalho diferentes; ações e vivências contraditórias e antagonistas. As considerações de Lavagnino nos são importantes para a recepção de White, pois identifica avanços que devem ser feitos, caso haja o objetivo de incorporar os trópicos em assuntos complexos e externos às dinâmicas intelectuais europeias do século XIX analisadas pelo autor norte-americano.

---

<sup>18</sup> Tradução nossa. [Esa tragedia es puesta en paralelo sin solución de continuidad con la mirada agenciadora y conciliadora de la producción minera como actividad popular, mostrando una forma heteróclita de reproducción social basada en la contestación subalterna por medio del kajcheo].

Tendo em vista a leitura dos textos de Solana, Bevilacqua e Lavagnino, algumas reflexões podem ser realizadas em torno do propósito da literatura e dos trópicos. As duas primeiras, ao colocarem textos literários como objetos de estudos, nos revelam implicações teóricas importantes para a historiografia, sobretudo no que diz respeito a todos os *giros* anteriormente comentados. Seja ele linguístico, cultural, narrativo ou afetivo, a literatura nos mostra que o campo das sensibilidades é extremamente envolvente no entendimento do passado. As fervorosas críticas que White dirige à constituição da história enquanto ciência moderna são providenciais aqui, pois reforçam e legitimam a proximidade dessa disciplina com a poesia, pois a historiografia acadêmica, em seus moldes tradicionais, não seria capaz de englobar a historicidade das emoções, ou ainda, a complexidade do raciocínio humano sem se colocar, também, em observação metacognitiva.

Os textos literários produzidos em períodos de conflitos extremos, como no caso das duas guerras mundiais, e aqueles escritos durante e posteriormente a regimes ditatoriais, então, muito podem nos dizer. Tratando-se das luzes e das sombras, das idas e vindas e das mesclas de sensibilidades, como o medo e a esperança, é perceptível como retomam o caráter humanizador da literatura: o afinamento com as emoções, subsidiado pelo exercício de reflexão, revela o indecível. Para a história, no caso, é profícuo compreender como temas tão singulares – a temporalidade, a configuração do tempo e a memória – possuem suas formas inseridas e confundidas no fluxo de uma narrativa em que nada ainda é nítido, talvez por sua claridade ou por sua obscuridade.

Na análise de textos historiográficos na revista *História da historiografia*, sobretudo aqueles que se constituem como cânones em seus respectivos países, os trópicos se mostraram pertinentes para conceber a imaginação histórica que os rondou. Por exemplo, Lavagnino identifica a forma como Tandeter compreendia o passado e quais eram as implicações para a escrita da história: se a *mita* comprometeu as relações sociais no período colonial, a “reconciliação” ao seu final não foi pacífica em via alguma e, ainda, foi determinante na organização social da região. Certamente, as críticas que o autor produz a White em seus dois artigos aqui estudados são muito produtivas para a historiografia no que tange ao giro linguístico e ao narrativismo. Seria interessante e consideravelmente profícuo se fossem publicados estudos semelhantes aos seus voltados para a historiografia brasileira, pensando-a a partir dessa dimensão formalista.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Obviamente, estudos assim já foram feitos, apenas não publicados na *História da Historiografia* ou, então, apenas não acolhidos neste trabalho como fontes. Caso haja interesse em conferir análises acerca da imaginação histórica brasileira na década de 30 do século XX e, também, da forma estilística dos cânones da historiografia do país, ver: NICODEMO, 2014, NICOLAZZI, 2015 e BENTIVOGLIO, 2018.

### “Após, acima, sobre ou além da escrita histórica”: considerações finais

Como dito por Franzini, pode ser singelo produzir uma pesquisa sobre a recepção de Hayden White em uma revista brasileira, mas é interessante esquematizar o que tem sido dito sobre o autor, em tons positivos e negativos; que obras têm sido referenciadas e quais contradições cometidas e/ou apontadas. Dos dezoito textos estudados, foi possível compreender algumas dinâmicas concernentes ao uso da literatura na escrita da história, em específico a partir da recepção de Hayden White enquanto incorporação ativa.

A revista *História da Historiografia*, no recorte temporal aqui realizado, se demonstrou aberta à diversidade de ideias em torno da teoria da história e da historiografia. Ela deu à teoria de Hayden White um espaço de debates críticos, de reformulação e, em alguns casos, de orientação. Todavia, não é possível esgotar o tema com esse recorte e não é nosso intuito afirmar que da forma como escrevemos este artigo é que se organizou toda a historiografia do país referente ao tema trabalhado. Evidentemente, centenas de outros estudos importantes para a compreensão da recepção de White foram produzidos e publicados fora daquela revista.

Procuramos estabelecer um panorama, ainda que delimitado, das formas pelas quais White e a literatura foram discutidos na última década, seja como uma forma de contextualização ou como suporte para produção de conhecimento científico. Se Burke, antes, dizia que era tempo de irmos além de *Meta-história* (BURKE *Apud* FRANZINI, 2017, p. 344), aqui se dispõem tanto materiais quanto autores que nos dão abertura para complexificar a teoria dos tropos e, ademais, seguir produzindo intervenções na escrita da história diante das problemáticas em debate desde a década de 60. Espera-se, então, poder ter contribuído para o entendimento de como história e literatura têm sido encabeçadas e articuladas, assim como com as maneiras pelas quais podemos nos apropriar das ideias de White no campo da história.

É notável que, quando a discussão acerca do pós-modernismo não está em voga, a literatura é enxergada apenas como uma fonte à disposição da história. Em outras vias, entretanto, a experiência histórica e a busca de sentir o passado atravessam a reconfiguração do empirismo histórico em diálogo com elementos literários, como o potencial de dissolução da ironia, a presença de um discurso vivido (ou atento ao discurso vivido), a utilização da primeira pessoa como um personagem histórico-literário etc. Muitos autores nos mostram que história e literatura estão inseridas em fronteiras horizontais, sobretudo por meio do imaginário e da ficção no discurso científico.

É importante levar em consideração a articulação entre o científico e o figurativo nos jogos narratológicos, compreendendo, com eles, a multiplicidade do tempo histórico, bem como as reversões e as alterações na linha temporal para a construção de uma sintagmática interna no texto histórico. Nos valendo das palavras de Spiegel (2013, p. 2), podemos dizer que, embora o uso do termo “meta” indique algo de dentro da narrativa, ele também pode ser compreendido como uma “crítica após, acima, sobre ou além da escrita histórica”. Podemos abordar a história como um ato comunicativo e, com isso, compreender as conformidades e as tensões entre as experiências histórico-culturais e a (não) linearidade da interpretação histórica.

## Referências

### Referencial teórico:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Curitiba: Editora Apris, 2019.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n° 37, p. 37-49, jul.-dez. 2018.
- BENTIVOGLIO, Julio. Uma reverência à Meta-história e a Hayden White: o passado como sátira irônica e liberal em Sérgio Buarque de Holanda. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 51-65, jul.-dez. 2018.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3a ed. 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 21a ed. 2014.
- CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n° 17, 2015, p. 440-461.
- CHARBEL, Felipe. Uma filosofia inquietante da história: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 19, 2016.
- DONELLI, Matthew Z. Truth, Narrative, and Opening Space. **Open Journal of Philosophy**, v. 2, n° 4, 2012, p. 213-218.
- FRANZINI, Fábio; GONÇALVES, Márcia. Giro linguístico e escrita da história. In: **I Seminário de História e Cultura: Historiografia e Teoria da História da Universidade Federal de Uberlândia**. Disponível em: <https://youtu.be/t8jmK-BUpRE?feature=shared>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- FRANZINI, Fábio. Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-história e a recepção de Hayden White no Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica (org). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória: Editora Mil Fontes, 2017, p. 329-344.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Hayden White e seus críticos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil em Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 7, n. 14, 2014, p. 44-61.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

SPIEGEL, Gabrielle M. Above, about and beyond the writing of history: a retrospective view of Hayden White's *Metahistory* on the 40th anniversary of its publication. **Rethinking History**, 2013.

SURKIS, Judith. When was the linguistic turn? A genealogy. **The American Historical Review**. v. 117, n. 3, 2012, p. 700-722.

VANN, Richard T. The reception of Hayden White. **History and Theory**. v 37, n. 2, 1998, p. 143-161.

WHITE, Hayden. H. An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers). **Rethinking History**, p. 391-406, 2000.

WHITE, Hayden. Como eu não escrevi Meta-história. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica (org). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória: Editora Mil Fontes, 2017, p. 329-344.

WHITE, Hayden. **Figural realism: studies in the mimesis effect**. Johns Hopkins University Press, 1998, p. 1-26.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da USP: São Paulo, 2019.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da história. **Revista Estudos históricos**, v. 7 n. 13: CPDOC 20 anos, 1994.

WHITE, Hayden. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Johns Hopkins University Press, 1978, p. 1-82 e 185-244.

WHITE, Hayden. **Tropics of discourse: essays on cultural criticism**. Johns Hopkins University Press, 1985.

WHITE, Hayden. O Passado prático. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

#### Fontes:

ACHAM, K. A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 201-224, 2011.

AMED, F. Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 163-177, 2010.

BEVILACQUA, G. Entre el tiempo y la historicidad: reflexiones sobre Austerlitz de W. G. Sebald. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 138–155, 2014.

BEVIR, M. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 2015.

DA SILVA, R. F. The history of historiography and the challenge of the linguistic turn. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

DA SILVEIRA, P. T. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 34–52, 2009.

GONÇALVES, M. de A.; TEIXEIRA, R. G. About History, historiography and historians: interview with Francisco Falcon. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 365–382, 2011.

HARTOG, F. Aristóteles e a história, mais uma vez. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 14–23, 2013.

IGGERS, G. Desafios do século XXI à historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 105–124, 2010.

LAVAGNINO, N. Lo compacto y lo distorsionado: ciencia, narrativa e ideología en Hayden White. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 239–256, 2014.

\_\_\_\_\_. La imaginación cliométrica: Una lectura narrativista de Coacción y mercado de E. Tandeter. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1143.

MELLO, R. M. de. Um desconstrucionista desconstruindo a história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 232–238, 2010.

MIGUEL, A. B. Experimentos historiográficos postmodernos (3): diálogos entre la novela y la historia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 217–238, 2014.

POSTALI, Marina de Quadros. **Pelo direito de dizer eu: epistemologias feministas e narrativas historiográficas**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal da Fronteira Sul. 2022.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A revolução em película: a relação cinema-história e a transformação do paradigma historiográfico**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

ROIZ, D. da S. O ofício de historiador: entre a ‘ciência histórica’ e a ‘arte narrativa’. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 255–278, 2010.

SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

SILVA, J. del C. Utopías y distopías de nuestra historia: Aproximación historiográfica a lo latinoamericano en el pensamiento social mexicano del siglo XX: Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla y Leopoldo Zea. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

SOLANA, M. Archivos de infelicidad en la ficción realista: el fracaso del sueño americano en Pastoral Americana y Flesh and Blood. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 156–173, 2014.

ZÍCARI, J. N. Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 2015.

## “Um lugar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria”: Miguel Archanjo Galvão e os fazeres historiográficos no oitocentos (1858-1898)

“A prominent place among the most conscientious scholars of the Homeland’s History”: Miguel Archanjo Galvão and historiographic activities in the 19<sup>th</sup> century (1858-1898)

**Magno Francisco de Jesus Santos**

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

magno.santos@ufrn.br

**Recebido:** 27/04/2023

**Aprovado:** 01/11/2023

**Resumo:** Miguel Archanjo Galvão (1821-1903) foi um importante letrado brasileiro da segunda metade do século XIX. Integrante do corpo burocrático do Império do Brasil, ele se deslocou por diferentes províncias e investiu nos fazeres historiográficos atinentes à história da dízima brasileira e à construção de cronologias dos governantes do país, além de investigações acerca da numismática. Neste artigo tenho como escopo analisar a concepção de história mobilizada pelo letrado brasileiro a partir de sua produção historiográfica. Os seus fazeres historiográficos podem ser entendidos como devedores de um projeto de invenção da autonomia nacional e de ruptura diante das tradições legislativas lusitanas. Neste sentido, acionar esses escritos possibilitam pensar os meandros dos projetos de nação em disputas no cenário letrado imperial ao longo da segunda metade do oitocentos.

**Palavras-chave:** Miguel Archanjo Galvão; historiografia brasileira oitocentista; fazeres historiográficos.

**Abstract:** Miguel Archanjo Galvão (1821-1903) was an important Brazilian man of letters in the second half of the 19<sup>th</sup> century. A member of the bureaucratic group of the Empire of Brazil, he traveled to different provinces and invested in historiographical activities related to the history of Brazilian tithing and the reconstruction of chronologies of the country’s rulers, as well as investigations into numismatics. In this article I aim to analyze the conception of history mobilized by the Brazilian literate from his historiographical production. His historiographic works can be understood as debtors of a project to invent national autonomy and to break with Portuguese legislative traditions. In this sense, activating these writings makes it possible to think about the intricacies of nation projects in disputes in the imperial literate scenario throughout the second half of the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Miguel Archanjo Galvão; nineteenth-century Brazilian historiography; historiographic doings.

## Introdução

Se todo o cidadão que preza o seu País tem obrigação de contribuir com o contingente de seus trabalhos para bem do mesmo País, e melhoramento de ramo da profissão à que se dedicou, maior é o dever do funcionário público de, se lhe falecem os meios prestar outros e mais relevantes serviços, apresentar o resultado de suas lucubrações e vigílias, e as lições que colheu na experiência dos fatos, em cuja apreciação teve ocasiões de melhorar o ramo da pública administração, em que ex-offício é obrigado a tomar maior ou menor parte, segundo a categoria do emprego que exerce (GALVÃO, 1858, p. 1).

Nos idos de 1858, veio à lume o livro “Dízima da Chancelaria: reflexões sobre a história e legislação desta renda”, da lavra do letrado Miguel Archanjo Galvão (1821-1903). O opúsculo era uma proposta de articular as informações pretéritas que possibilitassem o fomento à construção da nação brasileira. Conforme a assertiva mobilizada como epígrafe, engrandecer o país constituía uma obrigação ao cidadão brasileiro. Esse engrandecimento também implicava em fazer conhecer o passado nacional, aludido pelo autor como um ato patriótico de todo cidadão, notadamente, os funcionários públicos. Neste sentido, pensar a história era uma atribuição do exercício de cidadania e de patriotismo, um serviço público a ser fomentado entre os brasileiros.

O autor do supracitado livro tinha nascido na vila de Goianinha, província do Rio Grande do Norte, e era funcionário público do Tesouro Nacional. Além disso, desde o período da mencionada publicação, ele passou a integrar a lista de sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Tratava-se, portanto, de um letrado que se encontrava nos meandros do corpo burocrático imperial e que mobilizou esforços no processo de construção de memórias que corroborassem para a leitura acerca do passado nacional.

Imbuído deste intento, ele investiu em diferentes ações dos múltiplos procedimentos dos fazeres historiográficos oitocentistas. Com isso, notabilizou-se na produção de catálogos de periódicos nacionais, de listas de governantes do Império e das províncias, de memórias sobre episódios políticos engendrados em âmbito provincial, de estudos da numismática, além de topografias e apontamentos históricos atinentes às províncias onde atuou. Essa variedade de assuntos mobilizados pelo letrado elucidam as múltiplas facetas de um polígrafo, mas também são expressões vivazes da amplitude dos fazeres historiográficos na centúria oitocentista.

Miguel Archanjo Galvão, como servidor público, aliou as demandas de seu cargo com o processo de inventariação de documentos que corroborassem para a feitura de uma história nacional. As lides com as questões do tesouro eram compartilhadas com a silenciosa vasculha dos arquivos no laborioso processo de elaboração de listas. Esse procedimento operado por Miguel Archanjo Galvão evidenciava um projeto de ordenamento do passado, da forja de cronologias, da sistematização de acervos e episódios de uma nação que se encontrava em processo de construção. Esse meticuloso trabalho operado nos bastidores foi acionado no elogio fúnebre escrito por Antônio Ferreira de Souza Pitanga (1850-1918) e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos idos de 1903:

Perfil antagônico ao desse biografado pela sua compleição física, era o do nosso venerando consórcio Miguel Archanjo Galvão: era um desses organismos predispostos à meia luz do gabinete e ao silêncio do estudo, cuja voz nunca transpunha a gama monótona da surdina. E, entretanto, quando ele nos lia os seus trabalhos, *frutos sazonados de sua lavra, produtos de suas pacientes lucubrações*, nós lhe estendíamos os ouvidos atentos para não perder uma palavra, *porque neles nem uma só fora inutilmente escrita*.

Espírito afeito de verdes anos à linguagem matemática dos algarismos, não se compadecia com o seu estilo qualquer superfluência da forma. David Hume tinha por norma formular sempre sobre um bom livro novo as seguintes perguntas: “Trata de algarismos? Trata de fenômenos observados e leis induzidas? Se não trata desses objetos, em nada me interessa”. *Os trabalhos modestos de Miguel Galvão deviam interessar-lhe* (PITANGA, 1903, p. 350). [Grifos do autor].

O necrológio de Antônio de Souza Pitanga ressaltava a versatilidade de Miguel Galvão, tido como um homem habilitado nos fazeres historiográficos e na linguagem matemática. As palavras elucidadas pelo biógrafo enalteciam as virtudes de um letrado que passava grande parte do tempo na penumbra dos arquivos, a efetivar a espinhosa heurística. Miguel Archanjo Galvão era um homem de arquivo, que labutava em meia-luz, no silêncio, atento às descobertas oriundas do passado, pois como Arlete Farge nos lembra, “desconcertante e colossal, o arquivo nos atrai mesmo assim” (FARGE, 2009, p. 12). Concomitante à aferição das contas públicas do tempo presente, ele vasculhava os acervos em busca de novidades do passado.

Todavia, o necrológio também sinalizava para a atuação de um tipo diferenciado de letrado, ainda comum na centúria oitocentista, que se aventurava por múltiplos campos do saber e apresentava trabalhos “modestos”. Os desígnios atribuídos aos escritos de Miguel Archanjo Galvão se aproximam dos polímatas, explicitados pelo historiador Peter Burke como “o indivíduo que domina várias disciplinas” (BURKE, 2020, p. 21), ou seja, eruditos que possuíam conhecimentos enciclopédicos e

raramente produziam conhecimento substancial acerca desses campos. Ao longo de sua trajetória, o letrado norte-rio-grandense deslocou-se tanto em âmbito espacial, ao passar por diferentes províncias do país como Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pará; quanto em âmbito disciplinar, por meio do investimento na escrita sobre numismática, topografia e distintos subgêneros da pesquisa histórica, como memórias, catálogos e cronologias.

Entretanto, os fazeres científicos do letrado que possuía habilidades matemáticas e historiográficas não podem ser observados panoramicamente. É necessário pensar de forma acurada os escritos de um homem que prendia os ouvidos de sua plateia e que foi entendido entre os seus coetâneos como um sujeito que contribuiu para a construção da história pátria. Pautado nesta premissa tenho o fulcro de analisar a concepção de história mobilizada pelo letrado brasileiro a partir de sua produção historiográfica, pois os seus fazeres podem ser entendidos como devedores de um projeto de invenção da autonomia nacional e de ruptura diante das tradições legislativas lusitanas.

Para isso, busquei inquirir esse problema investigativo a partir da operacionalização do conceito de cultura política. Tal conceito foi pensado na perspectiva de Serge Berstein, que se assenta “em uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...) e supre ao mesmo tempo uma leitura comum de passado e uma projeção no futuro vivenciada em conjunto” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Ao acionar essa concepção, possibilita pensar os meandros da construção de projetos de nação em disputas no cenário letrado imperial ao longo da segunda metade do oitocentos, principalmente, a partir da inserção do autor nos âmbitos das academias e sociedades científicas da segunda metade do século XIX. De acordo com Sacramento Blake, Miguel Archanjo Galvão integrou inúmeras instituições, entre as quais, o “antigo Instituto Literário da Bahia, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Auxiliadora das Artes, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (BLAKE, 1900, p. 270).

Ao atuar em numerosas instituições de fomento aos fazeres científicos e de propagação artística, o erudito mostrou-se preocupado em se inserir em um grupo integrado por servidores públicos que constituíam a elite letrada do Império do Brasil. De algum modo, ao longo da segunda metade da centúria oitocentista, os homens de letras no país se tornaram “homens acadêmicos”, quase sempre vinculados a alguma instituição. Trata-se de um processo marcado pela institucionalização dos setores letrados do país, no qual os sujeitos passavam a falar a partir de um lugar situado, ou seja, as

pautas eram pensadas em âmbito institucional. Cada instituição criava as suas demandas, assim como legitimava e amplificava o debate acerca de temáticas privilegiadas. Ao escrever nos periódicos dessas instituições, Miguel Galvão fomentava a construção de um projeto de nação, no qual estabelecia os pilares a serem seguidos, os laços a serem rompidos e as atribuições dos letrados para emoldurar o passado nacional.

No caso de Miguel Archanjo Galvão, além de a “Dízima da Chancelaria”, publicado nos idos de 1858, também foram publicados outros escritos, como a “Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889” em 1894 e “A Moeda no Brasil”, publicado postumamente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1905. Além disso, ele deixou importantes manuscritos que foram escritos acerca da história das províncias onde atuou, como Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Esse amplo repertório de escritos oriundos da pena de Miguel Archanjo Galvão constitui o lastro basilar para a construção desta análise. Ao enveredar por tais escritos, torna-se possível entender os meandros dos fazeres historiográficos, com os indícios da heurística efetivada nos arquivos provinciais e da corte, bem como, a constituição de ferramentas que possibilitassem a compreensão de um país em construção.

Pautado nestas questões, o presente artigo encontra-se estruturado em três momentos. No primeiro, a partir dos textos biográficos e necrológicos, discuto o processo de construção biográfica do autor tido como um sujeito “idôneo”, que resolvia as querelas no âmbito dos bastidores. No segundo momento, a partir de sua história da chancelaria, investigo a sua concepção pragmática de história, atrelada a um propósito de ser um serviço ao fomento do patriotismo. Por fim, no terceiro momento, a partir dos escritos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da “Relação dos cidadãos” e das publicações em jornais maçônicos, mobilizo o enfrentamento da construção do pensamento do letrado no tocante ao projeto de nação, a partir da defesa das memórias de governantes e de melhorias da agricultura, além da causa abolicionista.

### **“O mais idôneo para desempenhar esses espinhosos ofícios”: a invenção biográfica**

Antes de acionar o pensamento historiográfico de Miguel Archanjo Galvão é salutar pensar sobre breves aspectos de sua trajetória como letrado. Afinal, quem foi esse polímata que escreveu sobre tantas temáticas e buscou deixar uma contribuição para o monumento da historiografia pátria?

Responder essa questão exige um considerável deslocamento no processo de inventariação dos fazeres científicos pelo autor ao longo da segunda metade do século XIX, em diferentes espaços institucionais e provinciais, pois, guardadas as devidas proporções, Miguel Archanjo Galvão teve uma trajetória que remetia ao que Temístocles Cézar asseverou acerca de Varnhagen, alegando que “estava sempre em movimento. Ele caminhava constantemente, de um país a outro, de um arquivo a outro. Quase não parava, era infatigável” (CÉZAR, 2018, p. 30).

Esses deslocamentos empreendidos por Miguel Archanjo Galvão tiveram como eixo as paragens do Império do Brasil, no qual conciliava os quefazeres no serviço público com a pesquisa histórica. Esse acúmulo de misteres era entendido pelo autor como uma necessidade para o cidadão comum e obrigação moral para homens letrados que integravam os quadros do Estado, conforme ele defendeu em “Dízima da Chancelaria (1858). Essa postura corroborou para edificar uma leitura de si como servidor público exemplar e foi ressaltada por grande parte dos biógrafos. Sacramento Blake, por exemplo, destacou:

Miguel Archanjo Galvão. Filho do alferes José Lopes Galvão e dona Josefa Maria de Jesus Galvão, nasceu na vila de Goianinha, Rio Grande do Norte, a 17 de fevereiro de 1821. Entrou para o funcionalismo da fazenda em sua província em 1841 e daí passou mais tarde a contador da tesouraria de Sergipe. Passando em 1849 para o Rio Grande do Sul, serviu o cargo de escrivão da alfândega da cidade do Rio Grande, de pois os de secretário e deputado da junta do comércio, e o de chefe de seção da tesouraria geral. Removido para o tesouro nacional como primeiro oficial, foi depois chefe de seção, contador, inspetor da caixa da amortização e por último diretor do tribunal de contas em que se aposentou. Na campanha do Paraguai organizou e dirigiu a repartição fiscal e pagadoria da marinha, encarregado de quanto se referia ao pagamento e fiscalização das despesas, suprimento de fundos e remessa de material para os navios da esquadra, hospitais e mais estabelecimentos da armada em operação, sendo condecorado com a respectiva medalha com passador de ouro (BLAKE, 1900, p. 270).

O verbete biográfico de Sacramento Blake partia da premissa basilar de identificar as origens familiares dos autores biografados. De alguma forma, esse padrão corroborou para elucidar uma ideia de unidade do Império do Brasil, no qual as diferentes províncias contribuíam com a constituição do pensamento nacional a partir da atuação de seus “homens de letras”. Miguel Archanjo Galvão era proveniente do Rio Grande do Norte e se destacou como servidor das tesourarias provinciais, com atuação no Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e na corte, onde passou os últimos decênios de vida. Sacramento Blake chamava a atenção para os serviços prestados por Miguel Galvão no conflito da Guerra do Paraguai, com uma atuação que se restringiu aos bastidores, por meio da organização dos documentos e sistematização dos pagamentos. De algum modo, essa atuação

silenciosa tornou-se um dos elementos centrais na trajetória do letrado, que parecia preferir a penumbra dos arquivos e das repartições públicas aos holofotes dos grandes palcos, fossem os campos de batalhas, fossem as tribunas institucionais.

Sacramento Blake não tratou sobre o processo de formação de Miguel Galvão. É plausível afirmar que esse silêncio evidencia uma possível ausência de formação nos poucos cursos superiores existentes no país ao longo da primeira metade do século XIX. O que se sabe é que ele teria realizado os seus estudos na província do Rio Grande do Norte, inicialmente, ainda na vila de Goianinha e no curso secundário no Atheneu Norte-rio-grandense. Os poucos dados atinentes à formação de Miguel Galvão foram mobilizados no necrológio publicado por Antônio Ferreira de Souza Pitanga:

Nascido a 17 de fevereiro de 1821 na vila de Goianinha, província do Rio Grande do Norte, filho de José Lopes Galvão e Dona Josefa Maria de Jesus Galvão, *tendo recebido a instrução que então se ministrava em sua província natal*, foi admitido no serviço da Tesouraria provincial em 1841 no caráter de oficial, seguindo depois para Sergipe a exercer o lugar de contador da Tesouraria de Aracaju, lugar do qual exonerou-se para seguir para o Rio Grande do Sul como adido à tesouraria Geral de Porto Alegre, passando em 1851 para a Alfândega do Rio como seu escrivão.

Em agosto de 1852 voltou a Porto Alegre como chefe de seção da Tesouraria, tendo aí desposado D. Josefa Apolônia de Albuquerque Galvão (PITANGA, 1903, p. 350-351). [Grifos do autor].

O elogio fúnebre publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, possivelmente resultante das informações autobiográficas deixadas por Miguel Galvão,<sup>20</sup> destacava que sua formação se restringiu aos cursos que eram ofertados em sua província natal. Com isso, há grande possibilidade de Galvão ter integrado as primeiras turmas do Atheneu Norte-rio-grandense, instituição de ensino secundário da cidade de Natal que foi fundada nos idos de 1834. Essa hipótese se torna mais plausível ao considerarmos que a família Galvão viveu parte dos primeiros decênios do século XIX na capital provincial, pois o seu irmão mais velho, Raphael Archanjo Galvão, nasceu em Natal nos idos de 1811 e desde os 14 anos trabalha no serviço público da capital, ocupando cargos nas secretarias de governo e na tesouraria geral (BLAKE, 1902, p. 93). Com isso, é pertinente dizer que no período da fundação da referida instituição de ensino secundário, Miguel Galvão já se encontrava em Natal.

Ainda nos primeiros anos de exercício de cargos públicos Miguel Archanjo Galvão preocupou-se em conciliar as suas atividades com a inventariação de documentos históricos. Essa afluência de atividades laborais já sinalizava para um propósito do letrado em promover o desvendar

---

<sup>20</sup> No entender de Maria da Glória Oliveira, os sócios do IHGB tinham como uma das atribuições elaborar um texto autobiográfico que deveria ser usado no processo de escrita dos necrológios (OLIVEIRA, 2011).

do passado nacional, por meio da vasculha dos arquivos existentes no país. É possível dizer que Miguel Galvão encontrava-se imbuído deste intento pelo menos desde meados da década de 40 do século XIX, ocasião na qual passou a atuar na tesouraria da província de Sergipe. Ao fazer a crítica documental de um manuscrito anônimo, a historiadora Maria Thétis Nunes identifica a autoria e apresenta informações sobre Miguel Galvão:

Atribuímos, porém, sua autoria a Miguel Archanjo Galvão, irmão de Raphael Archanjo Galvão, que foi tesoureiro da Alfândega de Sergipe na década de 1840/1850, tendo sido também Deputado Provincial. Acompanha esse documento numerosa correspondência dirigida por Miguel Archanjo Galvão a pessoas credenciadas residentes no interior sergipano, pedindo-lhes informações locais. Planejava escrever um trabalho sobre Sergipe, conforme informa em carta enviada a Antônio José da Silva Travassos datada de 15 de junho de 1847: “Penaliza-me minha insuficiência para o trabalho que tomei sobre mim, mas conto com o auxílio de outras inteligências, sem o que desde já abandonava a empresa”. Em carta dirigida a Cupertino Sampaio, de 12 de maio de 1847, dizia que ao escrever a Topografia da Província de Sergipe, visava corrigir as inexatidões que se encontravam no Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo, publicado na época, de autoria de M. Milliet de Saint-Adolphe (NUNES, 2000, p. 31).

A crítica efetivada pela historiadora sergipana evidencia um considerável investimento de Miguel Archanjo Galvão no processo de construção de uma Topografia da Província de Sergipe. Para isso, ele mobilizou esforços no levantamento de informações com a elite letrada provincial, no intuito de complementar os dados obtidos nos arquivos existentes. Ressalta-se que entre os alfarrábios produzidos por Miguel Archanjo Galvão, encontrava-se a transcrição de outra topografia, elaborada em 1826 pelo padre e latinista Antônio Dormundo (DORMUNDO, 1826; SANTOS, 2022). Neste sentido, observa-se o fortalecimento de uma demanda por trabalhos de cunho histórico e geográfico ao longo dos primeiros decênios do pós-independência, bem como a circulação de manuscritos entre os letrados que ocupavam cargos públicos.

Pautado nas informações obtidas por uma incipiente tradição de estudos topográficos na província de Sergipe, bem como pelos dados atualizados levantados na tesouraria provincial, Miguel Archanjo Galvão chegou a elaborar a sua “Relação das freguesias e vilas de Sergipe com dados sobre as mesmas” (1847). Certamente, esse manuscrito consistia na materialização de seu projeto de escrita de uma topografia, na qual ele se comprometia a corrigir os equívocos do “Dicionário Histórico e Geográfico” publicado por Milliet de Saint-Adolphe. Tratava-se, portanto, de uma ação que se compromissava com a exatidão dos fatos, com a verdade histórica e geográfica. Esse compromisso

com a verdade nos textos biográficos também foi atribuído aos fazeres laborais de Miguel Galvão. De acordo com Pitanga:

Tamanha aptidão revelou no exercício de seu cargo e tais provas de capacidade intelectual e moral exibiu no exercício de suas funções, que cada vez que um acontecimento determinava um exame ou uma inspeção especial, ou uma comissão exigia uma probidade comprovada, o nome de Miguel Archanjo Galvão era logo lembrado como o mais idôneo para desempenhar esses espinhosos ofícios.

É assim que fez parte, com o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcellos e coronel Frederico Carneiro de Campos, da Comissão encarregada do inquérito da Casa de Correção desta capital, e com o general Beaurepaire Rohan e o Dr. Souza Fontes de exame no Hospital Militar; e tendo sido criada uma repartição fiscal e pagadoria de marinha no Rio da Prata, foi ele o escolhido para esta comissão, que desempenhou com grande zelo, merecendo a medalha geral da campanha, criada para galardoar serviços de guerra.

Foi depois nomeado inspetor da Caixa de Amortização, e depois diretor do Tribunal de Contas, cargo que exerceu até 1896, em que solicitou sua aposentadoria, atento o seu estado valetudinário e o largo tempo de bons serviços prestados à Pátria (PITANGA, 1903, p. 351).

O necrológio elucida como Miguel Archanjo Galvão acabou sendo alçado ao grupo de homens homenageados como heróis da Guerra do Paraguai. Tratava, contudo, de uma trajetória pouco usual, pois esse reconhecimento com o recebimento de uma medalha pelos serviços prestados na guerra tinha como lastro uma atuação primordialmente nos bastidores. Ao sistematizar a organização dos gastos da marinha na região do Rio do Prata, Galvão se equiparava aos heróis da Guerra do Paraguai que lutavam nos campos de batalha. Por fim, no descerrar do século, ele acabou solicitando a aposentadoria e passou a se dedicar exclusivamente às suas atividades acadêmicas, notadamente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; de caridade, com a Sociedade de Amparo às viúvas desvalidas”; e religiosas, como integrante da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a “Associação de Beneficência e Previsão do Grande Oriente Brasileiro” (AURORA ESCOSSEZA, 1884, p. 1). Encerrava-se um “tempo de bons serviços prestados à pátria”. Neste sentido, parto para a questão de como letrado buscou servir à pátria.

### **“Como o homem que paga uma dívida a sua Pátria”: a história a serviço da nação**

Os escritos biográficos acerca da trajetória de Miguel Archanjo Galvão teceram uma leitura na qual prevalecia a atuação de um letrado que tinha por prerrogativa de prestar serviço, fosse pela valorização dos probos valores morais no funcionalismo público, fosse nos fazeres historiográficos.

Com isso, torna-se pertinente pensar acerca das considerações do autor no tocante às funcionalidades atribuídas à narrativa histórica. A história emergia como um instrumento de construção do sentimento nacional e de ruptura com o passado colonial. Neste sentido, investir na escrita da história acarretava um projeto de libertação ou de busca da total ruptura com o passado colonial. Essa preocupação com as permanências dos laços com o passado colonial foi assim expressa por Galvão:

O Brasil, fazendo a sua emancipação política em 1822, não se libertou senão do jugo material que sofrera como colônia, desde o seu descobrimento em 1550; porque adotando as Leis e os costumes, assim como adotou a língua e a Religião de Portugal, ainda hoje se rege por essas Leis consideradas como pátrias pela de 20 de outubro de 1823 (GALVÃO, 1858, p. I).

Percebe-se que Miguel Archanjo Galvão construiu uma prerrogativa de incompletude acerca do processo de independência do Brasil. O país havia se livrado do jugo português apenas no âmbito da dominação política, mas permanecia ainda controlado por meio da cultura, da religião e da legislação. Ao ironizar sobre a qualificação dessas leis como pátrias a partir de 1823, Galvão buscava provocar o debate no qual a invenção de uma pátria brasileira deveria ter como substrato o pensar das demandas internas, a sobressair acerca do legado herdado de Portugal. Ele fomentava assim a construção de uma cultura política na qual a invenção da nacionalidade brasileira deveria ter por lastro a ruptura com o passado português. A nova nação deveria ser pensada a partir de demandas e tradições gestadas no novo território.

Essa ruptura no âmbito da legislação deveria ocorrer em decorrência do novo contexto social, no qual os direitos da população encontravam-se assegurados pela Constituição. No entendimento de Miguel Galvão, esse debate deveria ser uma questão central no cenário político nacional, pois:

Essa Legislação feita em tempos, em que a Coroa e Nobreza eram tudo, e o Povo era nada; em que a piedade dos Monarcas concedia por clemencia ao seu Povo aquilo que era direito universal, podia convir, e convinha aos tempos em que, e à sociedade para a qual fora feita, porém mal preencherá o seu fim hoje, quando as luzes e as instituições do país são outras e tão diversas, e quando se dá a impossibilidade de serem cumpridas muitas das suas disposições.

Tempo havia já bastante para se haver pensado sobre o que nos convém alterar, a fim de por a Legislação, que nos governa, em harmonia com a benéfica Constituição que adotamos; mas a luta dos partidos que tem absorvido as nossas mais brilhantes ilustrações, tem feito desviar a muitas capacidades deste fastidioso, porém necessário estudo (GALVÃO, 1858, p. I).

Miguel Galvão pensava a história como um instrumento de avaliação dos instrumentos que eram acionados para edificar a pátria brasileira. O passado não era pensado apenas em dimensão

contemplativa ou de inspiração pedagógica para o fomento ao sentimento de pertença à nação. Ao contrário, o passado era avalizado no sentido de fazer escolhas, de selecionar quais aspectos deveriam ser mobilizados como pilares para edificar o país e quais legados deveriam ser abandonados. De algum modo, os intuítos investigativos de Galvão se aproximavam das preocupações de outros letrados oitocentistas, como Antônio Muniz de Souza, que pautou a sua escrita na identificação dos “obstáculos à construção de uma nação civilizada” (SANTOS, 2020, p. 161). Ambos os letrados nascidos nas províncias do antigo norte brasileiro se aproximavam em defesa de uma ruptura de tradições em relação ao legado lusitano, bem como na luta contra a permanência do trabalho escravo.

Ao partir dessa premissa, a história era pensada como um recurso imprescindível à edificação de um monumento de nacionalidade. Seria a partir da avaliação do passado que se tornaria possível construir o futuro e, conseqüentemente, consolidar a ideia de nação. Em meados da centúria oitocentista, na avaliação de Miguel Archanjo Galvão, esse futuro ainda se encontrava comprometido, em decorrência do atraso no âmbito da legislação:

Em matéria de impostos é onde a nossa legislação se mostra mais enredada; sendo justamente essa parte a que mais influência costuma exercer sobre o futuro das Nações, como a que lhes assinala de antemão épocas de progresso ou de decadência.

Fazer a história das Rendas Públicas; patentear os defeitos das Leis que as criaram ou alteraram; mostrar o alcance benéfico ou maléfico que eles podem exercer em relação ao Tesouro e aos contribuintes, indicar os meios de obviar a esses males, é tarefa assaz importante, e que exige, além de conhecimentos variados, estudos especiais e uma paciência a toda a prova (GALVÃO, 1858, p. I).

Miguel Archanjo Galvão atribuiu à escrita da história das rendas públicas como uma necessidade de afirmação da nacionalidade e de garantia do futuro. Na visão do letrado, a história era acionada em uma dimensão utilitária. Era um recurso necessário para garantir a construção do futuro da pátria e que ao ser bem pensada, poderia evitar que um país entrasse em declínio. Essa dimensão utilitária atribuída à narrativa histórica não era uma exclusividade do pensamento historiográfico de Miguel Galvão. Ao contrário, ao longo da centúria oitocentista diferentes letrados se mostraram imbuídos dessa prerrogativa, conforme foi atestado por Rodrigo Turin ao discutir os escritos de Sívio Romero, nos quais a história deveria “servir de modelo para ações. A utilidade da história, assim como apresentada pelo autor, tinha, como foi visto, uma aceitação dentro das paredes do IHGB” (TURIN, 2005, p. 84).

Além disso, a sua escrita também cumpria com o propósito de estimular a realização de novas pesquisas sobre um campo historiográfico considerado árido e que no país ainda não havia estudiosos habilitados. Para Galvão:

Reconhecemos nossa insuficiência para desempenhar tão árdua tarefa, mas o desejo de chamar a atenção de pessoas mais ilustradas e competentes para este estudo, e de concorrer com o nosso fraco contingente para a grande obra do melhoramento das Rendas do Império, nos persuade a empreendê-la.

O trabalho que damos ao público é apenas um ensaio, e não compreende todas as Rendas, senão somente a – Dízima da Chancelaria – imposto da mais difícil e embaraçosa percepção. Propomo-nos escrever as outras Rendas, se este primeiro ensaio merecer o acolhimento do público, e especialmente, do Governo (GALVÃO, 1858, p. I-II).

Miguel Archanjo Galvão reconhecia que estava adentrando uma seara árida da pesquisa histórica, que exigia não somente um acurado tratamento das fontes, mas também arbítrio na questão das finanças públicas e habilidades matemáticas. Por esse motivo, ele reconhece as lacunas de seu livro e defende que a principal contribuição estaria em fomentar a realização de novas leituras, ou seja, a inauguração de um novo campo investigativo na historiografia nacional. Nas palavras do autor, a escrita sobre as demais rendas dependeria da recepção do primeiro livro, tanto no âmbito do público (possivelmente os acadêmicos vinculados às instituições) e, principalmente, do governo imperial.

Porém, diante da ausência de novas publicações de Miguel Galvão acerca do problema das rendas, é possível pensar que a recepção deste livro inaugural não tenha correspondido às expectativas. Assim, o que deveria ser visto como um conhecimento provisório e inicial, acabou se tornando um texto basilar. Miguel Galvão havia concluído a sua narrativa histórica enaltecendo o teor provisório de sua obra:

Não temos a vaidade de supor únicos para atingir os fins que nos propomos os meios lembrados; se outros se propuserem melhores e mais profícuos, prestar-lhe-emos de certo a nossa adesão, da mesma sorte que prestamos o devido respeito, e instaremos sempre para que se observem, enquanto por outras não forem substituídas, as disposições das Leis e Regulamentos que vimos de analisar se bem que individualmente pensemos que essas medidas, descontraídas e desconexas, tornando esta renda em tudo excepcional, são impróprias para o fim que se tem em vista; e que aumentar disposições parciais, em harmonia com essas, longe de ser um bem, será agravar o mal e torná-lo cada vez mais sério (GALVÃO, 1858, p. 28).

Como um saber histórico, o livro sobre a história das rendas da chancelaria deveria ser superado e substituído por novas leituras, pautada na mobilização de novas fontes. Mas afinal, o que teria movido Miguel Archanjo Galvão a enfrentar essa espinhosa questão? Quais finalidades foram

atribuídas ao seu primeiro livro de história? Essas questões foram respondidas em parte, pelo próprio autor, ao discorrer sobre “as razões deste trabalho”.

Não desconhecemos que é partilha dos grandes gênios, dos homens predestinados pela Providencia, o dom de ilustrar os outros com suas luzes, e a felicidade de fazer calar nos ânimos as ideias que defendem: todavia, apesar do acanhado do nossas faculdades, não deixaremos de propor as que nos ocorrem, e sem nos inquietarmos pelo bom ou mal êxito que elas possam ter, ficaremos tranquilos, como o homem que paga uma dívida a sua Pátria, pela qual não deseja outra recompensa, que não seja o reconhecimento de se não ter esquecido das cousas que mais lhe interessam (GALVÃO, 1858, p. 1).

A assertiva de Miguel Archanjo Galvão é reveladora sobre os valores que eram atribuídos aos livros de história. A escrita da história emergia sob a pena do autor como uma prestação de serviço, um anseio ou tributo do funcionalismo público a ser pago à pátria. No estilo oitocentista de evidenciar a modéstia, Galvão ressaltou que seu trabalho seria acanhado, mas que isso não impedia que ele desfrutasse da tranquilidade pelo sentimento de ter sanado a sua dúvida em relação ao Brasil. Neste sentido, enveredar pelos arquivos e pensar os aspectos do passado nacional eram mais do que um deleite dos burocratas que ocupavam os cargos públicos. Para Miguel Galvão era uma obrigação do funcionalismo público ensejar a efetivação da pesquisa histórica. Tratava-se da contribuição em lançar luz sobre o passado escuro.

As sombras que encobriam o passado nacional, na leitura tecida por Miguel Galvão, não eram decorrentes exclusivamente da ausência de pesquisas e de homens letrados que ilustrassem as experiências pretéritas. A penumbra também seria decorrente dos vícios oriundos do processo de colonização empreendido pelos portugueses. Para Galvão, o passado português era um elemento consideravelmente nocivo e a construção de uma civilização brasileira deveria estar respaldada pela ruptura do legado lusitano:

O nosso sistema de impostos é consideravelmente vicioso, trazidas de Portugal nos malfadados tempos coloniais, ou lançadas aqui sem conhecimento dos princípios da ciência, quando aparecia, ou se fingia aparecer a necessidade de aumentar a renda. Concluindo daí, que a penúria do tesouro então, devia-se mais atribuir às dificuldades que sofria a sua cobrança, do que à falta de meios dos contribuintes para as pagarem (GALVÃO, 1858, p. 2).

Ao elencar as leis oriundas do período colonial, Miguel Archanjo Galvão buscava evidenciar os defeitos da legislação e discutia possíveis encaminhamentos no sentido de melhorá-la. O passado colonial foi pensado como um elemento distante, a ser superado pois o “repertório de leis extravagantes, por assim dizer feito a história antiga da Dízima” (GALVÃO, 1858, p. 6). Edificar uma

nova nação soberana implicava na constituição de um novo aparato legal. Essa era a premissa defendida por Miguel Galvão em seus fazeres historiográficos. Deste modo, é necessário pensar acerca dos enfrentamentos defendidos pelo autor no tocante ao futuro da nação, em causas como a do abolicionismo.

### **“Trazendo o cabedal de sua experiência científica para o monumento da história pátria”: Miguel Archanjo Galvão, o IHGB e o projeto de nação**

Miguel Archanjo Galvão construiu uma concepção de história pautada em uma dimensão utilitarista, na qual a leitura do passado deveria nortear a correção dos equívocos no tempo presente e o melhor direcionamento no processo de construção do futuro. Diante desta premissa utilitarista da história, torna-se possível discorrer acerca do processo de construção do pensamento do letrado no tocante ao projeto de nação, a partir de seus vínculos institucionais tecidos ao longo da segunda metade do século XIX, aos quais corroboraram com a busca por melhorias na agricultura, as contribuições em dimensão social, a defesa da monumentalização das memórias de governantes e engajamento na causa abolicionista.

Uma das primeiras demandas defendidas pelo polímata foi tocante à modernização da agricultura brasileira. Essa pauta foi defendida a partir da década de 1850, quando Miguel Archanjo Galvão passou a integrar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Nesta instituição, ele se tornou uma importante voz, que defendia ações voltadas para o estímulo aos sócios e aos agricultores do país a efetivarem melhorias na produção agrícola. Pautado desta prerrogativa, ele formulou um esboço de orçamento do sodalício na sessão do dia 21 de dezembro de 1859, no qual criava demandas para o Estado brasileiro:

Sala das sessões, 21 de dezembro de 1859, Vila Nova Machado.

Foi lida a seguinte proposta do Sr. Miguel Galvão:

“Artigo 5º. O Conselho administrativo da Sociedade fica autorizado:

1º. A dispender o que for necessário a bem de levar-se a efeito uma exposição de produtos da indústria agrícola e fabril do país; podendo para completar a soma precisa para o conseguir, invocar o auxílio do governo, e recorrer ao patriotismo dos sócios e dos cidadãos abastados que se dedicam à indústria.

2º. A solicitar do governo e do corpo legislativo a concessão do usufruto do terreno e armazém próprio nacional cito no Campo da Aclamação entre as ruas de São Pedro e Larga de São Joaquim, afim de servir para a primeira exposição de produtos da indústria nacional, e para as que de futuro se houverem de fazer, enquanto a

Sociedade não poder preparar um edifício próprio e cômodo, em que elas tenham lugar.

4º. Requerer ao corpo legislativo, por intermédio do Governo Imperial que vote, com aplicação aos melhoramentos da indústria do país, uma consignação pelos menos de 20:000\$rs, que seja dispendida sob vistas do mesmo governo, com os melhoramentos que a Sociedade, mediante o estudo da matéria, indicar à administração; ou que eleve convenientemente a consignação com que auxilia esta Sociedade, de modo a concorrer para que os seus esforços sejam coroados de sucessos vantajosos à indústria, especialmente à agrícola.

4º. A lembrar ao governo a necessidade de levar-se a efeito o estabelecimento da escola normal de agricultura prática, de que tratam as Leis n. 66 de 12 de outubro de 1833 artigos 4º. 5º. E 6º. E número 719 de setembro de 1853, artigos 11\$ 2º, visto como a Sociedade não possui os meios indispensáveis para levar a efeito a fundação e custeio dessa Escola, ou outra para preencher o mesmo fim.

S. R. em 21 de dezembro de 1859, - Galvão (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1859, p. 133).

A proposta defendida por Miguel Archanjo Galvão mobilizava esforços no sentido de angariar maiores investimentos do Estado brasileiro no intuito de executar os projetos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em um argumento pautado na avaliação da situação financeira da associação, bem como na documentação histórica que previa a criação de uma escola normal agrícola, Galvão defendia que o poder público deveria criar mecanismos de fomento à referida sociedade e assim, possibilitar a produção de saberes atinentes à agricultura. Esses saberes seriam oriundos tanto da formação na escola normal agrícola prática, quanto da atuação dos sócios da SAIN, por meio da publicação de memórias no periódico institucional.

Outra ação preconizada por Miguel Galvão era atinente à proposta de realização de uma exposição nacional da indústria e agricultura, na qual deveria ser um espaço privilegiado para apresentar as novidades nas atividades econômicas do Império do Brasil. A exposição proposta pelo letrado era inspirada na exitosa “Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”, realizada em Londres nos idos de 1851. Neste sentido, a criação de uma exposição nacional seria uma estratégia para evidenciar a modernização do Império do Brasil, pelo menos no âmbito da visibilidade. Como Nelson Sanjad observou,

acredita que a modernização econômica local não significou modernização da política, como se pode observar, por exemplo, no Congresso Nacional Exposição de 1861, onde as ferrovias eram aclamadas como símbolos da “modernidade”,

juntamente comum discurso liberal-proprietário de escravos<sup>21</sup> (SANJAD, 2017, p. 21).

No dia 30 de outubro de 1858, ele enviou um ofício destinado a SAIN, no qual oferecia “uma Memória sobre os grandes resultados que podem colher das exposições industriais, e da criação de uma ordem para condecorar os que prestarem serviços à indústria nacional” (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1859, p. 203). Nos idos de 1858, o periódico “Auxiliador da Indústria Nacional” publicou a notícia de que a SAIN havia recebido a referida memória que discutia uma proposta de reconhecimento aos cidadãos que contribuíssem com os preceitos da sociedade. De acordo com a notícia:

São enviadas à comissão competente para interpor parecer, as memórias dos Senhores Miguel Archanjo Galvão, e Dr. Guilherme Shuch Capanema; a do primeiro sobre os grandes resultados que a indústria do país em geral, e a agricultura, em particular, por ventura, colherá das exposições industriais e da criação de uma ordem, para condecorar a todos quantos bem merecerem por serviços prestados à indústria nacional (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1858, p. 326).

Estudioso das moedas e comendas, mas pouco afeito a receber homenagens e títulos, Miguel Archanjo Galvão construiu uma proposta na qual as exposições nacionais de agricultura e da indústria deveriam ser fomentadas, por constituírem oportunidades de exibição dos avanços. A modernização das técnicas industriais e agrícolas deveriam ser fomentadas por meio da criação de uma ordem para condecorar os destaques das aludidas exposições.

É importante ressaltar que o próprio Miguel Galvão também organizou coleções particulares, que resultariam em exposições efetivadas pelo Império do Brasil ou que foram adquiridos para constituir os acervos públicos. Uma dessas coleções era constituída por documentos e um catálogo de periódicos que foi comprado pela Biblioteca Nacional, conforme “o Registro n. 132, de 1909, é este Códice o n. 37 da Coleção Galvão, adquirida a Miguel R. Galvão, filho e herdeiro do Desembargador Miguel Archanjo Galvão, colecionador de documentos” (ANNAIS, 1962, p. XV). Inclusive, ainda no século XIX, Miguel Galvão foi um dos principais entusiastas com a realização da Exposição de História do Brasil de 1881, quando ele organizou a Sessão da Exposição de Moedas, na qual grande parte do acervo exposto era de sua coleção particular (ANNAIS, 1881, p. 1352). Isso evidencia que o letrado se encontrava envolvido com as exposições nacionais, tanto no âmbito da agricultura, quanto da história.

---

<sup>21</sup> Tradução livre do autor. No original encontra-se: “He believes that local economic modernization did not mean modernization of politics, as may be observed, for example, in the National Exhibition of 1861, where the railroads were hailed as symbols of “modernity,” along with a liberal-slave-owning discourse”.

O reconhecimento a ser empreendido pela SAIN seria uma ferramenta que poderia estimular as melhorias na agricultura e assim fomentar práticas inovadoras. Ao apresentar sua memória que tinha por escopo fomentar práticas inovadoras, Miguel Galvão também contribuiu para galgar novos espaços no âmbito da sociedade, passando a integrar importantes comissões, como a Secção de Agricultura e a Secção de Indústria Fabril (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1859, p. 39). Foi como membro da Secção de Agricultura que ele defendeu a proposta de sistematização do controle acerca da distribuição das sementes entre os sócios da SAIN:

Do sócio Miguel Archanjo Galvão para todas as pessoas que receberem da Sociedade sementes para si ou para outrem declarem o seu nome, e o nome das pessoas para quem as recebem, e o lugar onde as vão empregar; que as mesmas pessoas se obriguem a declarar no prazo que se marcar a maneira porque empregarão as sementes, a quantidade de terra plantada, as circunstâncias peculiares do terreno e da estação, a maneira porque germinarão e se desenvolverão e a quantidade da colheita obtida; e finalmente que, finda a colheita e aproveitando do produto dela, cada um envie à Sociedade uma quantidade de sementes pelo menos igual à recebida, impondo-se a pena de não serem mais contempladas em novas distribuições as pessoas que deixarem de cumprir as condições estipuladas. Foi remetido à secção de agricultura e aguarda o respectivo parecer (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1865, p. 144).

O documento explicita a preocupação de Galvão com a sistematização do controle na distribuição das sementes pela SAIN. Esse controle ia além da premissa de garantir o retorno do quantitativo doado, mas perpassava pela necessidade de se avaliar as condições de plantio e a qualidade da safra obtida. Ao controlar o que seria doado e o trâmite das sementes em suas condições de plantio, propiciava a construção de estratégias basilares para avaliar as condições da agricultura no país, ou seja, propiciaria a reflexão sobre os modos pelos quais a agricultura teve resultados exitosos e identificaria as possíveis causas dos problemas.

Essas pautas evidenciam um posicionamento político de Miguel Archanjo Galvão, que além da atuação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional também se encontrava a frente da Sociedade de Amparo às Viúvas Desvalidas e integrava a diretoria da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Contudo, o projeto político empreendido por Miguel Archanjo Galvão se tornava mais explícito a partir de sua atuação como presidente da Associação de Beneficência Maçônica Grande Oriente Brasileiro, onde defendeu o fim da escravidão no país. Um dos textos nos quais essa articulação entre a proposta de libertação da população cativa e o projeto de edificar um país civilizado foi publicado no impresso maçônico Aurora Escocesa:

Os assinados cidadãos brasileiros, desejando contribuir com o fraco contingente de suas forças para tirar o nosso país do isolamento em que se acha como a única Nação civilizada que ainda mantém a bárbara instituição da escravidão, instituição que mareia o brilho nacional, contraria o cristianismo e ultraja a humanidade; convencidos de que a escravidão além do atraso intelectual e moral que nos tem trazido obsta ao nosso desenvolvimento industrial e concorre para o depreciação dos nossos produtos nos mercados que já admitem e para a vergonha do pavilhão que a abriga. (...) organizaram o projeto junto, o qual, se for reduzido a lei, trará a libertação total dos escravos existentes com a indenização única possível, sem a desorganização do trabalho e sem os perigos que são para recear-se da adoção de outro qualquer plano que tenha em vista somente o direito dos fortes e o proveito dos exploradores do trabalho escravo, sem conceder coisa alguma aos pobres oprimidos (COUTINHO; GALVÃO; CASTRO, 1885, p. 1).

O documento publicado no impresso maçônico evidenciava um projeto de nação no qual a escravidão deveria ser banida, pois se tratava de um elemento considerado antagônico ao ideal de civilização. Ressalta-se que o argumento parte da premissa civilizatória e cristã, no qual o Brasil deveria extirpar o trabalho escravo. O retardamento da abolição da escravidão no país foi denunciado pelos articulistas como uma estratégia que visava inviabilizar a possível indenização dos “pobres oprimidos” pelo jugo do cativo. Uma denúncia que posteriormente se mostraria pertinente. Essas preocupações do grupo de maçons no qual Miguel Archanjo Galvão presidia acabou corroborando para a construção de uma cultura política que buscava edificar o progresso do país a partir da institucionalização do trabalho livre assalariado e com a indenização da população liberta. Um projeto de futuro que acabou não sendo exitoso, mas que sinalizava para a confluência de propostas dissonantes acerca da política nacional no final do oitocentos.

Essa preocupação em construir uma cultura política patriótica, pautado no trabalho livre e na liderança dos grandes proprietários também reverberou no projeto historiográfico efetivado por Miguel Archanjo Galvão, no qual os seus escritos se encontravam pautados na identificação dos governantes e registro das leis. Ele buscou monumentalizar os nomes dos homens que ocuparam cargos públicos, que estiveram a frente do poder ao longo da centúria oitocentista. Isso ocorreu tanto no texto “O Governo no Brasil”, quanto na escrita das histórias das províncias de São Pedro do Rio Grande e de Sergipe, nas quais a narrativa histórica foi articulada a partir da descrição dos governantes.

As principais contribuições historiográficas de Miguel Archanjo Galvão foram resultantes da escrita nos últimos anos de sua trajetória, notadamente, entre 1889 e 1903. Com o afastamento dos encargos públicos e com a emergência do regime republicano e fim do trabalho escravo, causas que

Miguel Galvão tinha se tornado um entusiasta desde meados do oitocentos, o letrado passou a dedicar-se à escrita de textos históricos.

Inicialmente, ele publicou na revista “Treze de Maio” o artigo “O Governo no Brasil”, no qual apresentava uma versão preliminar dos homens que haviam governado o país no período posterior à independência (GALVÃO, 1889). Poucos anos depois, ele enviou dois manuscritos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como um requisito para candidatar-se ao cargo de sócio. Na sessão realizada no dia 17 de abril de 1898 a comissão de História, constituída pelos sócios Barão Homem de Mello, Nunes Pires e Padre Belarmino José de Souza emitiu o seguinte parecer:

A Comissão de trabalhos históricos examinou as duas obras, ainda inéditas, oferecidas pelo seu autor o Sr Comendador Miguel Archanjo Galvão, a este instituto, a saber \_ Reflexões sobre a história e a legislação da dízima da chancelaria e- Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de 11 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889.

Ambos estes trabalhos revelam da parte de seu ilustrado autor o mais paciente espírito de investigação, dando-nos um estudo fiel e circunstanciado dos períodos históricos que procurou elucidar no vasto quadro da História Geral do Brasil.

Ambos entram perfeitamente no programa dos trabalhos que fazem o objeto dos estudos a que se dedica o Instituto Histórico e dão a seu ilustrado autor um lugar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria. Nestes termos a Comissão de trabalhos históricos, tendo verificado o seu incontestável merecimento literário, os julga dignos da mais honrosa aceitação deste Instituto, e é de parecer que sejam os mesmos remetidos à Comissão de admissão de sócios, na forma dos Estatutos.

Sala das sessões do Instituto, 17 de abril de 1898. Homem de Mello, E. Nunes Pires, Padre Belarmino José de Souza.

Posto a votos, foi aprovado e enviado à Comissão de admissão de sócios, sendo relator o Sr. Barão de Alencar (IHGB, 1898, p. 582-583).

A Comissão de História do IHGB emitiu um parecer elogioso acerca da produção historiográfica de Miguel Archanjo Galvão. A sua produção foi entendida como coerente com o escopo defendido pelo sodalício e por tal motivo o letrado foi recomendado a ser integrado como sócio da Casa da Memória Nacional. Além disso, a comissão ressaltou as qualidades de pesquisador do autor, tido como dotado de “paciente espírito de investigação”. Por sua vez, os manuscritos foram qualificados como obras fiéis e circunstanciadas, que contribuíam com a historiografia nacional. Por tais atributos, Miguel Galvão foi tratado garbosamente como “um dos mais conscienciosos cultores da História Pátria”. Certamente, esses atributos (acionados como título deste artigo) associados à imagem do letrado norte-rio-grandense podem soar como um exagero, principalmente, se considerarmos a escassa produção historiográfica escrita por ele.

Todavia, o enaltecimento do pesquisador perpassava por outra vereda dos fazeres historiográficos oitocentista e que também corroborava com o projeto historiográfico amplamente difundido no IHGB, no qual tinha como lastro inventariar a documentação acerca do passado nacional para produzir memórias que fomentassem novos projetos de escrita da história. Essa atuação no âmbito dos bastidores foi consideravelmente fomentada entre os sócios do IHGB. No final da centúria oitocentista ainda imperavam uma ampla demanda por inventários, listas, cronologias e repertórios de fontes (OLIVEIRA, 2011; GUIMARÃES). Neste caso, Miguel Archanjo Galvão havia contribuído com um processo de ordenamento do passado, a partir da elaboração de uma lista dos homens que haviam governado o país no período imperial. Por conta disso, a Comissão de admissão de sócios seguiu o parecer da comissão de História:

O Senhor primeiro secretário apresentou os seguintes pareceres da Comissão de admissão de sócios sobre as candidaturas dos Srs. Comendador Miguel Archanjo Galvão, General Francisco Raphael de Mello Rego e Comendador José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby:

1º. À vista do parecer da Comissão de História sobre os trabalhos inéditos do Sr. Comendador Miguel Archanjo Galvão e por ele oferecidos ao Instituto Histórico, a Comissão de admissão de sócios é de opinião que seja aprovada a proposta em que o dito Comendador é apresentado para sócio efetivo da nossa Associação.

Sala das reuniões, 15 de maio de 1898. Barão de Alencar, Manoel Francisco Correia, Afonso Celso (IHGB, 1898, p. 593).

A partir da aprovação como sócio efetivo, Miguel Archanjo Galvão se tornou uma presença recorrente nas reuniões do IHGB, chegando inclusive a integrar a comissão subsidiária de História (juntamente com Antônio Zeferino Cândido e Paulino José Soares de Souza Júnior, em 1900) e a mesa diretora da instituição. Ele também passou a realizar preleções, atendendo às demandas criadas pela diretoria. Uma de suas últimas falas ocorreu na sessão do dia 19 de dezembro de 1900:

Terminada esta parte da ordem do dia é dada a palavra ao Sr. Comendador Miguel Archanjo Galvão, que procede a leitura do preambulo do trabalho, que escreveu por incumbência do Instituto, sobre a visita do Sr. General Roca ao Brasil, em 1899, dispensando-se sob proposta do autor, a leitura da parte descritiva e final, por ser simples compilação e transcrição de outras publicações.

O Sr. Conselheiro M. F. Correi pede a palavra e propõe um voto de louvor e agradecimento ao autor do trabalho que acaba de ser lido, e esta proposta é unanimemente aprovada (IHGB, 1900, p. 531).

Miguel Archanjo Galvão atuava no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como um polímata que corroborava com o projeto de construção de uma memória nacional, elaborando textos que situavam os episódios da história recente e compilavam diferentes documentos que pudessem

fomentar a investigação histórica em outros momentos. Ele atuava como um sujeito que delegava ao futuro condições para a que a história foi pensada. Era um historiador que ordenava o passado, criava cronologias e disponibilizava as fontes para a escrita da história do Brasil.

### **Considerações finais**

Miguel Archanjo Galvão foi um polímata que mobilizou diferentes interfaces dos fazeres historiográficos ao longo da segunda metade do século XIX. Ao conciliar as atividades laborais no Tesouro Nacional com as investigações históricas, ele corroborou para constituir uma premissa na qual a história emergia como um serviço público, uma atividade necessária para fomentar a consolidação da nação. Por tal motivo, os principais envolvidos neste serviço patriótico deveriam ser profissionais que se encontrassem envolvidos no aparelho burocrático do Estado nacional e das suas respetivas províncias.

O letrado norte-rio-grandense buscou atender esse anseio ao longo de grande parte de sua trajetória profissional, conforme pode ser observado em seus alfarrábios com as iniciativas de escrita de textos que evidenciavam um projeto de escrita da história e de topografias das províncias onde atuou, notadamente, Sergipe e São Pedro do Rio Grande. Neste sentido, ao considerar os escritos históricos datados da década de 40 do século XIX, é possível afirmar que Miguel Galvão foi um dos primeiros letrados norte-rio-grandenses a pensar a produção de textos históricos, apesar de não serem escassas as contribuições acerca da província do Rio Grande do Norte, pois ele só chegou a elaborar uma relação de presidentes da província e um catálogo de jornais.

Contudo, essa polifonia discursiva no âmbito historiográfico é também reveladora de uma atuação que marcou deslocamentos que iam além dos espaços provinciais. Miguel Archanjo Galvão foi um letrado que se envolveu em diferentes instituições acadêmicas e religiosas de seu tempo, como irmandades, lojas maçônicas, sociedades artísticas e científicas. Foi nestas instituições, notadamente, por meio de seus impressos que o autor elucidou o seu projeto de construção de uma cultura política na qual o futuro do Brasil deveria estar assentado em um ideal de civilização. Uma civilização que deveria acelerar o processo de libertação dos negros escravizados e viabilizar a indenização das pessoas que foram oprimidas pelo jugo do cativo. De algum, ele corroborou para edificar uma cultura política que teve pouco eco na política nacional e acabou sendo suplantada. Todavia, é um argumento

que sinaliza para a amplitude das propostas de construção de uma nação brasileira no descerrar da centúria oitocentista.

### Referências bibliográficas:

- ANNAIS. **Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 09. Rio de Janeiro: Lauzinger & Filhos, 1881.
- ANNAIS. **Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 82. Rio de Janeiro: Lauzinger & Filhos, 1962.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Volume 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Volume 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
- BURKE, Peter. **O polímata: a história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag**. São Paulo: UNESP, 2020.
- CÉZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- COUTINHO, Christiano pereira de Azeredo; GALVÃO, Miguel Archanjo; CASTRO, Manoel Leôncio. Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da nação. **Aurora Escosseza**. N. 6, 1 de junho de 1885, p. 1-2.
- DORMUNDO, Ignácio Antônio. **Notícia Topográfica da província de Sergipe, de ordem do conselho do governo e resolução tomada em sessão de 4 de dezembro de 1826**. Biblioteca Nacional, 1826 (Manuscritos 19, 4, 13).
- GALVÃO, Miguel Archanjo. **Dízima da Chancelaria: reflexões sobre a história e legislação desta renda e sua arrecadação até 1855-1856 e legislação que regula a sua aplicação e percepção**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.
- GALVÃO, Miguel Archanjo. O Governo no Brazil. **Treze de Maio**. N. 3, 1889, p. 217-222.
- GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte do Governo do Brazil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação das freguesias e vilas de Sergipe com dados sobre as mesmas**. Biblioteca Nacional, 1847 (Manuscritos I-34, 10, 046).
- MUSEU DO TCU GUIDO MONDIM. **Miguel Archanjo Galvão (1821-1903)**. Brasília: TCU, 2022.
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. 1858.
- O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. 1859.
- O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. 1865.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PITANGA, Antônio Ferreira de Souza. Elogio dos sócios falecidos: Miguel Archanjo Galvão. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.** Tomo 66, 1903, p. 1903, p. 350-352.

SANJAD, Nelson. International expositions: a historiographic approach from Latin America. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos.* V. 24, n. 3, 2017, p. 1-42

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O flagelo dos homens de bem: Antônio de Souza, fazeres científicos, abolicionismo e civilização no Brasil nos oitocentos. **História da Historiografia.** Vol. 13, n. 34, 2020, p. 137-172.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um longo estudo feito de boa fé sobre a questão vertente”: Joaquim José, os fazeres historiográficos e a questão dos limites no Oitocentos. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia.** V. 15, 2022, p. 181-203.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Urbanizações e circunscrições espaciais em Sergipe (Brasil, 1802-1855). **Revista de História Regional.** Vol. 27, n. 2, 2022, p. 550-575.

## Nações e nacionalismos: possibilidades conceituais e seu papel na construção de consciências históricas

Nations and nationalisms: conceptual possibilities and their relevance in the construction of historical consciousness

Icles Rodrigues Rodrigues

Doutor em História

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

icles.rodrigues@gmail.com

**Recebido:** 15/11/2023

**Aprovado:** 10/06/2024

**Resumo:** O presente artigo busca propor definições para os conceitos de nação e nacionalismo a partir do debate conceitual entre autores adeptos de dois paradigmas de análise diferentes: o modernista e o etnossimbolista. Buscamos também discutir como o nacionalismo permeia as percepções públicas do que é história, sendo parte da construção de consciências históricas, e não pode ser encarado de maneira essencialista e descontextualizada, uma vez que ele não pode ser automaticamente encaixado no espectro político descolado da materialidade.

**Palavras-chave:** nações; nacionalismos; história pública.

**Abstract:** This article seeks to propose definitions for the concepts of nation and nationalism based on the conceptual debate between authors who adhere to two different analytical paradigms: the modernist and the ethno-symbolist. We also seek to discuss how nationalism permeates public perceptions of what history is, being part of the construction of historical consciousness, and cannot be seen in an essentialist and decontextualized way, since it cannot be automatically fitted into the political spectrum detached from materiality.

**Keywords:** nations; nationalisms; public history.

Há alguns anos, diferentes veículos de mídia mundo afora divulgaram o esperado resultado do “Brexit”, referendo feito no Reino Unido voltado a decidir pela saída ou permanência deste na União Europeia. O resultado favorável para os eurocéticos optando por deixar a união com o continente

rendeu dúzias de análises políticas, econômicas e culturais. Mais do que entender o contexto presente, o mundo tentava se preparar para o que viria pela frente com o resultado desta escolha.

Desde analistas conceituados a comentaristas de redes sociais, muitos tinham o que dizer sobre o assunto, ainda que nem todos com suficiente propriedade. As questões de caráter econômico, as implicações políticas, o possível efeito dominó em relação à saída de outros membros, o debate sobre a permanência da Escócia no Reino Unido, a possibilidade de reunificação da Irlanda, entre outras, tomaram de assalto jornais, revistas, sites e redes sociais. E tanto nas análises mais apuradas quanto nos discursos de senso comum, o nacionalismo estava presente tanto como força motriz de engajamentos políticos quanto como fenômeno a ser compreendido em suas particularidades no século XXI. Não poderia ser diferente, haja vista que este, como ideologia, está no cerne da forma como os chamados ‘eurocéticos’ veem a situação de seu país em relação à União Europeia. Ele é, portanto, um elemento fundamental para a compreensão de como se desenvolve parta da consciência histórica dos cidadãos britânicos acerca de como seu passado levou ao presente.

Entre 2022 e 2023, novamente, vimos eventos históricos de grande impacto flertando com as noções de nação e nacionalismo, como quando a Rússia invadiu a Ucrânia não apenas sob premissas difusas e pouco críveis de desnazificação, mas também para a defesa de grupos etnicamente russos vivendo em território ucraniano, disputado militarmente há quase dez anos pelos dois países, quando as cidades de Donetsk e Lugansk declararam-se como “repúblicas populares”. No ano seguinte, como reação a um ataque do Hamas em território israelense, Israel bombardeou a Faixa de Gaza, destruindo moradias e hospitais, vitimando milhares de civis de todas as idades e gêneros, jornalistas e funcionários das Nações Unidas. O ataque continua em curso durante a redação deste texto, e o sionismo, movimento político de caráter nacionalista, tornou-se pauta e motivo de disputas e brigas nas redes sociais. Uma vez mais vimos o nacionalismo presente tanto nas justificativas de invasores e invadidos, mas também percebemos o quão intrinsecamente ele está conectado com a consciência histórica destes povos.

Essas discussões públicas sobre nacionalismos não são descoladas de uma percepção sobre o passado, seja ela correta ou idealizada. Quando no ano anterior à invasão da Ucrânia o presidente russo Vladimir Putin argumentou em um artigo que Rússia, Ucrânia e Bielorrússia têm uma herança comum e que a Ucrânia é um produto da era soviética (PUTIN, 2021), o assunto foi abordado por jornais do mundo inteiro e se tornou motivo de acalorados debates públicos. Quando o Hamas atacou Israel próximo do aniversário de cinquenta anos da Guerra do Yom Kippur, e quando Israel e Palestina

justificam suas demandas políticas diante da guerra que se desenrola, é para certos eventos do passado que ambos olham, e uma vez mais o debate público é tomado pelo presente como consequência dos eventos de outrora.

Mas o que seria essa tal ‘consciência histórica’? Não cabe a esse artigo trazer todo o debate em torno desse conceito, mas não podemos seguir sem ao menos trazer alguma definição que seja aceita e reverberada pela comunidade acadêmica.

Este conceito é definido pelo historiador alemão Jörn Rüsen como “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 57). Em outras palavras, é como uma determinada sociedade entende seu próprio passado, não apenas de maneira episódica, mas como um conjunto de processos que levaram seu mundo ao estado no qual ele se encontra.

Há diferentes maneiras pelas quais a consciência histórica de um grupo pode se desenvolver. Uma delas, bastante óbvia, é a educação formal em instituições de ensino. A maioria dos indivíduos das sociedades modernas frequentam escolas e nelas aprendem sobre o passado de sua nação e, talvez, de seu grupo étnico mais específico. É importante destacar que nem todos os grupos étnicos recebem o mesmo tratamento no ensino formal, e não raro vemos casos de grupos relegados a um segundo plano ou mesmo esquecidos nas salas de aula.

Uma segunda maneira de formação de consciência histórica se dá através da memória. Longe de ser sinônimo de uma lembrança como processo neurológico individual, a memória é fruto de um processo coletivo, resultado do entendimento de que as memórias de um determinado povo se desenvolvem coletivamente (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva pode ser descrita como um intrincado sistema de recordações cujas bases residem nas redes interconectadas presentes nos circuitos de comunicação. Esse sistema contribui para a formação de um sentimento de solidariedade coletiva, destacando-se, sobretudo, em momentos de crise e pressão. Importante notar que essa coesão não surge espontaneamente, requerendo, pelo contrário, uma renovação constante para se manter viva e relevante. É, portanto, “da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas” (MENESES, 1992, p. 15).

Esta memória coletiva se forma também através do que a historiadora Alison Landsberg (LANDSBERG, 2004) classifica como “memória prostética” e o historiador Jay Winter (WINTER,

2006) chama de “memória terceirizada”, ou seja, memórias não derivadas de experiências vividas por aqueles que recordam. Para Landsberg, essas memórias circulam de maneira pública e, mesmo não sendo inerentemente orgânicas, são vivenciadas por meio do envolvimento com diversas expressões culturais, integrando-se às subjetividades individuais e às relações estabelecidas com o presente e o futuro. Esse fenômeno é viabilizado pelo avanço, característico do sistema capitalista, de uma cultura de massa que difunde imagens, narrativas e mitos relacionados ao passado (LANDSBERG, 2004, p. 25-26). Já para Winter, essas memórias terceirizadas seriam “teatros da memória”, pois “aqueles que não estiveram lá veem o passado não em termos de suas próprias memórias pessoais, mas sim em termos de representações públicas das memórias daqueles que vieram antes” (WINTER, 2004, p. 2).

No entanto, uma memória coletiva pode ser validada ou rechaçada por uma memória nacional. Esta se configura como uma memória unificadora, buscando promover uma harmonia ao mesmo tempo que suprime os conflitos, resultando não apenas de eventos históricos, mas também de aspirações filosóficas e ideológicas que visam à perpetuação da ordem social. Para o historiador, museólogo e arqueólogo Ulpiano Meneses, a memória nacional é “o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos” (MENESES, 1992, p. 15).

Uma terceira maneira pela qual um povo desenvolve sua consciência histórica se dá pela história pública. Conforme nos aponta Jill Liddington (ALMEIDA; ROVAI, 2011) a história pública é uma das maneiras pelas quais adquirimos nosso senso de passado, e isso acontece através das redes sociais e mídias que circulam entre elas como vídeos e *podcasts*, através de filmes, séries e programas de TV e também fora do mundo digital e das mídias audiovisuais, como a partir da já mencionada memória coletiva, mas também da paisagem, da imprensa, dos arquivos, das cerimônias públicas, discursos de autoridades, literatura, arte, ensino formal, entre outros meios. E diante do fato de que o discurso nacionalista sempre apela para experiências compartilhadas e interpretações do passado, é muito difícil que a história pública como prática de ensino ou pesquisa possa se desvincular do nacionalismo como componente de um entendimento público sobre histórias ditas ‘nacionais’, mesmo que a inevitabilidade dessa interseção gere um esforço de crítica.

Após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo como projeto político foi mal visto por intelectuais e estudiosos de diferentes espectros políticos, desde os conservadores que o consideravam um problema por seu potencial revolucionário aos socialistas, que o viam como uma ameaça à solidariedade internacional dos trabalhadores. E o motivo de tais desconfianças é que o fenômeno

possui características muito plurais, atravessando espectros políticos transversalmente, assentando-se em diferentes contextos com relativa facilidade. Mas se ele perpassa diferentes espectros, como defini-lo?

Para tal, dialogaremos com alguns estudiosos que já se debruçaram sobre o tema nas últimas décadas, tentando entender os principais paradigmas dos estudos a respeito não apenas dos nacionalismos, mas do próprio conceito de nação, haja vista que estes são indissociáveis. Mas antes disso precisamos delimitar seus aspectos institucionais definidores e entender os paradigmas de análise desse fenômeno.

### **Critérios e paradigmas**

Definições conceituais de qualquer natureza pressupõem critérios tanto de definição quanto de delimitação. Enquanto os primeiros ajudam a definir quais elementos obrigatoriamente precisam estar presentes em um fenômeno para que algo seja definido por um determinado conceito, os segundos definem quais elementos tornam o objeto de análise elástico demais para poder ser definido conceitualmente dentro da proposta.

No entanto, alguns conceitos são tão naturalmente flexíveis e são usados para definir experiências tão díspares entre si que uma definição objetiva sempre apresentará lacunas e brechas de questionamento, e o conceito de nacionalismo certamente é um deles, ao lado de outros como cultura ou populismo. Ele já foi abordado tanto de maneiras objetivas quanto subjetivas, e se a abordagem subjetiva pode ser a mais apropriada para uma análise conceitual, para aqueles que adotam o nacionalismo como categoria de análise acessória alguns critérios de definição básicos e alguma definição possível acaba sendo de extrema valia. Em uma abordagem objetiva temos algumas dimensões institucionais que são fundamentais para que um nacionalismo possa sequer ser definido como tal.

As seis principais dimensões institucionais ou marcadores objetivos que costumam ser levados em consideração como traços distintivos entre nações e cujas particularidades pautam os nacionalismos, conforme apresentados por Anthony D. Smith em sua obra *Nationalism and modernism* (1998), são:

- a) O Estado: a comparação de formas políticas, desde reinados a cidades-estados, às formas multiétnicas, democráticas e nacionais dos Estados modernos, contribui para revelar

o quão longe o sentimento de lealdade associado com tais formas pode ir. Ainda que as nações, em suas formas modernas, tenham surgido a partir da segunda metade do século XVIII, formas análogas, onde há características de ligação entre grupos de um mesmo recorte existem há mais tempo. Mesmo que um povo possa se definir como nação sem ter um Estado para chamar de seu, não é incomum que os mesmos pautem movimentos de independência.

b) **Território:** novamente podemos comparar formas de ligação territorial antigas com as modernas, a despeito das especificidades que as distinguem, e sem cair na tentação de traçar uma genealogia mecanicista, tampouco nos deixarmos seduzir por anacronismos. Ainda assim, sentimentos de lealdade associados a um território abundam na história mesmo antes dos modelos de nações atuais, e o foco territorial pode, por exemplo, ajudar a compreender como certas paisagens, regiões e locais sagrados podem contribuir para a geração de ideias de ‘Pátria-mãe’, ‘terra natal’ e território nacional, além das fronteiras criadas pelas distinções etnoculturais.

c) **Linguagem:** diante da inegável importância da linguagem para diversos teóricos do nacionalismo, devemos tentar entender como o sentimento nacionalista se alimenta da linguagem em diferentes momentos da história, o processo onde as línguas vernáculas ganham espaço e os movimentos que tentam reviver línguas que caem em desuso por conta de sua identificação étnica ou política (vide o caso do gaélico irlandês).

d) **Religião:** torna-se importante, dado o ressurgimento de nacionalismos que carregam um caráter religioso, entender como sentimentos de caráter étnico muitas vezes antigos e formas mais recentes de nacionalismo abraçam o componente religioso, trazendo às vezes ideais de ‘povo-eleito’ que possuem grande poder de mobilização.

e) **História:** fundamental na criação de nações, a história possui diferentes abordagens e caminhos de acordo com o contexto no qual se insere. A busca por uma ‘era de ouro’ passada que serve como modelo para o futuro, por exemplo, é recorrente em algumas retóricas nacionalistas, servindo de justificativa tanto para movimentos de emancipação quanto para projetos fascistas, e é a história – mais precisamente a apropriação e a idealização em torno desta – que dá aos artífices dos nacionalismos as ferramentas para a sustentação de tal retórica.

f) **Ritos e cerimônias:** cerimônias públicas, símbolos, festivais e rituais têm importante papel em certas nações no que concerne à manutenção de uma identidade coletiva e de solidariedade. A centralidade dos mitos de origem, lugares de monumentos ancestrais e

de rememoração, principalmente os que relembram dos heróis caídos e mortes gloriosas, requerem atenção.

g) Etnia: por vezes, grupos étnicos são bastante identificados com um único recorte geográfico tornado nação, uma homogeneidade étnica predominante que fornece importantes laços de conexão, vide os casos de Israel e Japão.

Embora a abordagem subjetiva não necessariamente rejeite estas dimensões institucionais, ela compreende que estes marcadores têm apenas uma relevância indireta e não são pré-requisitos absolutos. Por exemplo:

Há nações multilíngues, como a Suíça, e um mesmo idioma pode ser falado por várias delas, como por alemães, suíços e austríacos; existem nações espalhadas por um grande território não contíguo, como a grega ou alemã antes da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, respectivamente. Além disso, alguns critérios são difíceis de definir, como “cultura compartilhada”, e podem até ser comuns a nações vizinhas. Movimentos nacionais afirmam ser uma comunidade compartilhada com uma cultura compartilhada, mas essas afirmações muitas vezes ignoram tanto a heterogeneidade interna quanto possíveis semelhanças culturais com vizinhos que talvez compartilhem o “núcleo” cultural, da música à culinária. Na melhor das hipóteses, os critérios objetivos das nações podem identificar características que são parcialmente compartilhadas pela maioria dos membros da maioria das nações e, assim, oferecer indícios com relação às bases sobre as quais as nações surgem. A dificuldade de identificar uma lista conclusiva de critérios sobre o que constitui uma nação também põe em evidência as limitações das definições objetivas de nação, pois os modos de exclusão e inclusão geralmente são arbitrários e historicamente condicionados (BIEBER, 2023, p. 17).

Contudo, embora estes marcadores não sejam estritamente necessários, eles ajudam a entender os meios pelos quais indivíduos sentem que pertencem a uma nação e tenham sentimentos de comunidade (BIEBER, 2023). Desta forma, entendemos que eles permanecem sendo úteis para nos oferecer certas direções, certos pontos de referência que nos ajudam a não nos perdermos em uma subjetividade absoluta e descolada da materialidade e das experiências vividas por comunidades, vejam elas a si mesmas como nações ou não.

Além do mais, o pertencimento nacional não é apenas uma característica de autoidentificação, uma vez que ele também pode ser atribuído por outros, seja por um Estado, seja por grupos nacionalistas que incluem ou excluem grupos baseados nestes marcadores. Logo, ao invés de serem

critérios objetivos obrigatórios e inescapáveis, estes são mais úteis se encarados como pontos cardeais, como caminhos possíveis de investigação.

Smith (1998), ao se debruçar sobre os estudos prévios a respeito do nacionalismo, concluiu que eles podem ser classificados em cinco principais paradigmas, classificação essa adotada também por Florian Bieber em *Nações e nacionalismos* (2023). Smith classifica os paradigmas da seguinte maneira:

a) Primordialista: tenta entender a paixão e o sacrifício por nações e nacionalismos como derivados de atributos ‘primordiais’ de fenômenos socioculturais básicos como a linguagem, religião, território e especialmente parentesco. Sua principal contribuição se dá ao trazer à discussão a importância das ligações entre a etnia e parentesco, ou ainda entre etnia e território, capazes de gerar poderosos sentimentos de pertencimento coletivo. Um objeto frutífero para uma abordagem primordialista, por exemplo, é o caso de Israel.

b) Perennialista: vê as nações como frutos de um processo de longa duração e tenta compreender o papel das mesmas como componentes a longo-prazo do desenvolvimento histórico. Tende a encarar as nações modernas como oriundas de laços étnicos fundamentais, ao invés de processos de modernização. Tal abordagem contribui para o entendimento de funções de linguagem e laços étnicos e o poder dos mitos de origem e metáforas familiares no que concerne ao apoio popular aos nacionalismos, mas também atende a interesses de grupos nacionalistas excludentes que buscam em um passado distante, mitológico e inventado, suas justificativas de excepcionalidade e exclusão do outro. Muitas de suas concepções são diametralmente opostas à abordagem seguinte.

c) Modernista: este paradigma busca compreender como nações e nacionalismos derivam de processos modernos romantizados, como a criação de Estados-nação à luz do contexto político e processos históricos da Europa entre a Paz de Westfália e a Revolução Francesa. Segundo os modernistas, nações e suas elites mobilizam e unem nações de maneira romanceada, de modo a criar uma unidade que facilite o cenário político e seus imperativos sociais. Portanto, estes estudam atividades ritualizadas, simbolismos e discursos que reforçam o panorama nacional de modo a atender às ordens sociais vigentes. Alguns dos trabalhos sobre o nacionalismo mais influentes presentes no Brasil partem desta perspectiva, como *A invenção das tradições* (HOBSBAWM, RANGER, 2008), *Nações e nacionalismos desde 1780* (HOBSBAWM, 2011) e *Comunidades imaginadas* (ANDERSON, 1991).

d) Etnossimbolista: podendo ser encarado como um híbrido entre o paradigma Primordialista e o Modernista, e procura descobrir o legado simbólico de identidades étnicas para determinadas nações e mostrar como nacionalismos modernos e nações redescobrem e reinterpretam símbolos, mitos, memórias, valores e tradições de suas etnohistórias, realizando uma ligação étnica e nacional. Busca compreender como os nacionalistas redescobrem e usam o repertório etnossimbólico para fins nacionais, principalmente os mitos e memórias de uma suposta eleição étnica, sacralidade territorial, destino coletivo e de uma ‘era de ouro’ passada.

e) Pós-modernista: sugere uma fragmentação de identidades nacionais, sucedida de identidades políticas e uma cultura global ‘pós-nacional’. Traz um importante foco nas dinâmicas nacionais internas em relação às diferentes identidades que deve ser levado em consideração, mas costuma encarar o fenômeno dos nacionalismos como decadente, opinião da qual discordamos.

Partindo dessa classificação proposta por Smith e adotada por Bieber, e dada a aparente proeminência acadêmica dos autores modernistas no Brasil, focaremos nossos esforços em apresentar as principais proposições das obras anteriormente citadas de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, buscando entender no que a perspectiva etnossimbolista de Anthony D. Smith discorda dos modernistas, e se essa discordância faz sentido ou apresenta, ela mesma, lacunas dignas de nota.

### **Os modernistas e a crítica etnossimbolista**

Ambos os autores, Hobsbawm e Anderson, concordam que nações são construídas, e tal qual Ernst Gellner – outro influente modernista que se debruçou sobre os nacionalismos e influenciou os estudos subsequentes –, creem serem as nações frutos dos nacionalismos, e não o contrário. E para tal fim, a ‘invenção de tradições’ acaba sendo uma prática não apenas útil, mas necessária. E para dar a devida definição desta, Eric Hobsbawm afirma:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara

partindo exatamente do mesmo plano básico anterior (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p. 9).

Para se referir a um nacionalismo vindo ‘de baixo’, Hobsbawm apresenta o termo ‘protonacionalismo’, destinado a descrever as ligações de grupos pertencentes a nações, a partir de critérios anteriormente apresentados como a língua, etnia e, de forma mais forte, o pertencimento a instituições políticas duráveis e historicamente estabelecidas, entre outros (HOBSBAWM, 2011).

Anthony Smith, contudo, tece duras críticas aos dois trabalhos citados de Hobsbawm (levando em conta que, do livro *A invenção das tradições*, apenas as partes escritas pelo autor ganharam maior atenção). Primeiramente, Smith acredita que Hobsbawm deixa em segundo plano memórias populares e crenças a respeito de parentesco, ancestralidade, origens e ‘eras de ouro’, enxergando-as como fabricadas ou irrelevantes. Ele também veria as ‘massas’ a partir de um prisma hegeliano onde a população é um ‘povo sem história’, “onde apenas memórias de um Estado anterior podem ser estendidas para as massas e prover a base para nacionalismos e estados futuros” (SMITH, 1998, p. 127).<sup>22</sup> O conceito de protonacionalismo seria um conceito ‘natimorto’, haja vista que as ligações protonacionais não teriam extensão política, sendo assim incapacitadas de oferecer as bases para uma subsequente nação, salvo em casos como a Rússia onde existam mitos de uma terra sagrada e de uma ligação entre o povo – também sagrado – e seu reino (SMITH, 1998).

Smith continua:

Talvez mais séria seja a implicação de que esta passividade das massas deva ter sua contrapartida na manipulação das elites, que as emoções de uma massa inerte estão esperando para ser despertadas e canalizadas pelas elites como parte de um exercício de engenharia social. Essa é uma visão muito racionalista da conduta humana. Além de assumir que os estratos populares carregam poucas tradições e crenças originárias, ou como são apenas locais, essa visão não consegue explicar a paixão e fervor de seguidores em massa pelos movimentos nacionalistas, e a frequente boa vontade por parte dos iletrados e pobres de fazer grandes sacrifícios e mesmo cortejar a morte para defender seus países e expulsar tiranos (SMITH, 1998, p. 128).<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> No original: “in which only memories of earlier statehood can be extended to the masses and provide the basis for later nationalisms and states” (tradução livre do autor).

<sup>23</sup> No original: “Perhaps more serious is the implication that this passivity of the masses must have its counterpart in the manipulations of the elites, that the emotions of an inert mass are waiting to be aroused and channeled by elites as part of an exercise in social engineering. This is a very rationalist view of human conduct. Apart from assuming that the popular strata carry few indigenous traditions and beliefs, or such as are only local, this view fails to account for the passion and fervor of mass followings for nationalist movements, and the frequent willingness on the part of the unlettered and poor to make great sacrifices and even court death to defend their countries and drive out tyrants” (tradução livre do autor).

Quanto às ‘tradições inventadas’, Smith afirma, sem negar que invenções e construções existam, que muitas destas só ressoam entre a população porque se baseiam em tradições e elementos anteriores, despertando o interesse e/ou empatia do público. Além do mais, a conotação de artificialidade do termo ‘invenção’, como algo fabricado do nada, prejudicaria seu uso, pois chamar certas tradições de ‘inventadas’ não faria justiça à complexidade de suas reconstruções e reinterpretações por parte do público (SMITH, 1998). Em outras palavras, haveria uma consciência histórica prévia nos povos que lhes fornece elementos prévios para o sentimento de pertencimento nacional, que não deve ser reduzido a uma imposição ou manipulação vertical.

Apesar dos méritos da análise de Smith, suas críticas a Hobsbawm e ao paradigma modernista parecem superestimar as escolhas individuais em relação aos movimentos dos Estados em estabelecer as balizas culturais, linguísticas, territoriais, identitárias, etc. Os Estados nacionais modernos necessitam de um senso de cultura compartilhada que forneça o sentido de lealdade e pertencimento. Logo, é principalmente ele quem detém o poder de estipular o que é “tradicional” ou não através de cerimônias, datas comemorativas, apropriações memorialísticas, entre outras práticas que façam com que, aos olhos de seus residentes, o Estado deixe de ser apenas um aparato impessoal no qual se concentram os poderes, para se tornar também um objeto de reverência.

E ainda que esse processo precise perpassar um diálogo entre a cultura, os ritos, língua e outras características da população para com o Estado como instituição, esse diálogo tende a ser ditado pelo Estado como entidade de forma vertical e institucionalizada, sendo o diálogo com extratos culturais prévios das populações feitos apenas na medida em que são necessários como componentes familiares aos indivíduos. A nação “se situa na interseção entre a escolha individual e a aceitação coletiva. Os indivíduos têm que se identificar com uma nação, mas para ser efetiva, essa identificação requer o consentimento da comunidade mais ampla” (BIEBER, 2023, p. 20). Contudo, o poder do Estado de encampar o esforço de aceitação coletiva na construção de uma consciência histórica ou mesmo de impô-la não pode ser subestimado.

Como dito anteriormente, por vezes essa verticalização é posta em andamento através de cerimônias públicas, discursos de autoridades, da indústria cultural e outros meios de popularizar memórias nacionais, coletivas e prostéticas. Dessa forma, sujeitos diversos sem nenhuma relação aparente sentem-se integrantes de uma mesma nação por conta de memórias que não são suas, mas sim herdadas de uma coletividade que, ao passar essa memória para as futuras gerações, faz com que estas desenvolvam a consciência de que estas memórias são também suas.

Uma outra forma também já mencionada através da qual essa verticalização é colocada em prática é a educação e alfabetização formal, encampadas pelas autoridades oficiais. Esta percepção é parte fundamental das reflexões de Benedict Anderson sobre a questão da construção nacionalista oriunda das elites e as respostas por parte das ‘massas’, dando maior espaço às dimensões subjetivas e à cultura. Para o autor, nações são ‘comunidades imaginadas’, cujos membros são fortemente ligados por fatores como os que citamos anteriormente, mas especialmente pela linguagem e pela morte. As mortes e tragédias transformam a fatalidade em continuidade, ligando os mortos aos não-nascidos.

Para Anderson, portanto, a nação seria “uma comunidade política imaginada – e imaginada tanto inerentemente limitada quanto soberana” (ANDERSON, 1991, p. 6).<sup>24</sup> Estas são imaginadas porque “mesmo os membros da menor das nações nunca conhecerão a maioria dos seus membros, encontra-los, ou mesmo ouvirá falar deles, e ainda assim, nas mentes de cada um deles vive a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 6).<sup>25</sup>

Para Anthony D. Smith (1998), entanto, a noção de ‘comunidades imaginadas’, sofreria de um problema semelhante ao da noção de ‘invenção das tradições’, posto que ‘invenção’ e ‘imaginação’ são termos facilmente tratáveis em termos de ‘ilusão’, algo desligado do contexto material das nações ou suas ‘tradições’. Anderson também dá a entender que a nação, ao carecer de suas representações culturais ‘imaginadas’, não se sustentaria, pois essa seria apenas uma soma de representações culturais, ignorando as instituições, economia, entre outros aspectos que mantêm a coesão social na vida material cotidiana. Além do mais, para seu povo, uma nação não é apenas imaginada, mas vivida e sentida.

Smith argumenta que o critério de Anderson em relação à linguagem e ao papel da escrita na definição de uma mentalidade nacional, especialmente quando essa escrita vem das elites, relega a um segundo plano elementos como etnia, religião, entre outros, apontando a língua como a principal definidora da nação. Para Smith, isso é tão aberto que qualquer ‘comunidade imaginada’ (uma cidade-estado, um reino ou um império colonial com uma única língua) poderia ser chamada de nação por seus membros.

Comunidades nacionais proveem grandes narrativas históricas e linguísticas, que são vitais para sua sobrevivência e renovação. Mas elas contêm muito mais do que isso – símbolos, mitos, valores e memórias, ligações, costumes e tradições, leis, instituições,

---

<sup>24</sup> No original: “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign” (tradução livre do autor).

<sup>25</sup> No original: “the members of even the smallest nation will never know of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion” (tradução livre do autor).

rotinas e hábitos – todos componentes da complexa comunidade que é uma nação (SMITH, 1998, p. 137).<sup>26</sup>

Nesse sentido, há convergência entre as proposições de Anthony D. Smith e o sociólogo Manuel Castells. Este, ao discutir o papel da ideia de ‘identidade’, resgata alguns dos trabalhos aqui citados a respeito dos nacionalismos e tece uma importante crítica ao conceito de ‘comunidades imaginadas’ de Anderson. Castells prefere se referir a um conjunto de ‘imagens comunais’, pois sua concepção parte do pressuposto que o senso de pertencimento comunal surge das experiências compartilhadas, não de elementos em comum isolados como etnia ou língua.

Como exemplo, o autor cita os Estados Unidos e o Japão como dois países onde o sentimento nacionalista tem grande força, mas do ponto de vista étnico são diametralmente opostos: enquanto o Japão é uma das comunidades mais homogêneas do mundo nesse sentido, os EUA são profundamente heterogêneos. Enquanto isso, regiões onde uma identificação nacional própria é existente e há considerável homogeneidade étnica e linguística, além de ideias mais ou menos definidas de território, como a Catalunha, Quebec, e Palestina, não conseguiram se converter em Estados (CASTELLS, 2001).

No entanto, cabe argumentar que nesses três exemplos os movimentos nacionalistas não conseguiram converter suas regiões em Estado não pela falta de força ou coesão nacionalista, ou pela fraqueza das ligações possíveis derivadas de língua e etnia, mas porque há resistências externas cuja força não pôde até hoje ser superada. A província de Quebec precisa enfrentar a resistência do Estado canadense; os catalães precisam passar por cima dos interesses da Espanha, que não querem perder uma de suas regiões mais ricas e lucrativas; e os palestinos há séculos buscam por reconhecimento de seu Estado enquanto lutam contra o expansionismo nacionalista de Israel. Não ser capaz de superar o poder desses Estados não é um sinal de fraqueza dos elementos objetivos que permeiam a ideia de sentimento nacional.

O historiador Patrick J. Geary (2005) também tece críticas ao trabalho de Anderson. Para o autor, ainda que não seja equivocado se referir a grupos ou classes que inventam tradições e ligações em benefício próprio, e que haja algum grau de ‘imaginação’ em diversas comunidades,

seria absurdo sugerir que, pelo fato de essas comunidades serem em certo sentido “imaginadas”, elas devam ser descartadas ou trivializadas, ou deduzir que “de certa

---

<sup>26</sup> No original: “National communities do purvey great historical and linguistic narratives, which are vital to their survival and renewal. But they contain much else besides—symbols, myths, values and memories, attachments, customs and traditions, laws, institutions, routines and habits—all of which make up the complex community of the nation” (tradução livre do autor).

forma imaginadas” seja sinônimo de “imaginárias” ou “insignificantes”. Mesmo que as formas específicas de Estados-nações de base étnica dos dias de hoje tenham de fato sido geradas pela imaginação de românticos e nacionalistas do século XIX, isso não significa que outras formas de nações imaginadas não tenham existido no passado – formas tão poderosas como as do mundo moderno, mesmo que muito diferentes. Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. Além disso, mesmo que essas comunidades sejam em certo sentido imaginadas, elas são bem reais e muito poderosas: todos os fenômenos históricos importantes são de certa forma psicológicos, e os fenômenos mentais – do extremismo religioso à ideologia política – provavelmente mataram mais gente do que qualquer outra coisa, com exceção da peste negra (GEARY, 2005, p. 28-29).

Para Geary, contudo, mesmo que haja algum respaldo histórico nas histórias, memórias e vivências dos povos, mitos nacionais são seguidamente utilizados com fins políticos e econômicos, tanto que o autor dedica toda a obra *O mito das nações: a invenção do nacionalismo* a desmistificar histórias passadas nas formas em que elas são usadas no presente para reforçar identidades e, conseqüentemente, alteridades, especialmente a partir de parâmetros étnicos, como ocorre no paradigma perenialista de estudo dos nacionalismos. O autor é enfático: “Essa pseudociência [o nacionalismo étnico] destruiu a Europa duas vezes, e ainda pode fazê-lo novamente” (GEARY, 2005, p. 24).

Com seu foco na agência dos sujeitos que fazem parte de nações ou territórios onde há um sentimento nacionalista distinto, o paradigma etnossimbolista tem sua eficácia questionada. Como proposição sociológica, sua abordagem pode ser sintetizada a partir dos seguintes pressupostos: derivação dos Estados nacionais modernos em comunidades étnicas predecessoras; derivação de mitos de descendência e memórias compartilhadas em uma consciência histórica e personificadas em diversos símbolos, costumes e valores; a construção da identidade nacional atrelada ao conteúdo desses símbolos culturais, que dão os limites dessa identidade; a preocupação dos indivíduos dessas nações com seus mitos, memórias, culturas, etc.

E um dos principais problemas deste paradigma é que, se por um lado ele põe em jogo a agência dos sujeitos de uma nação, que não deve ser ignorada, por outro as características que acabamos de citar são muito difíceis de atestar empiricamente com suportes que não sejam eles mesmos enviesados a partir de discursos muitas vezes verticais.

Para Glyn Morgan (2005), a falta deste suporte empírico faz com que o etnossimbolismo se ancore na assertiva de que indivíduos se preocupam com seus mitos, discurso este que é o carro chefe dos discursos dos nacionalistas mais ardentes. E como afirmar que estes discursos tantas vezes chauvinistas brotaram unicamente de sentimentos de pertencimento e uma consciência histórica compartilhada quando estes são constantemente manipulados pelas retóricas políticas nacionais?

Por mais que estas retóricas não sejam inseridas nos indivíduos partindo do zero, dependendo de um estofo inicial ancorado nas características de identificação nacional já mencionadas, a retórica das autoridades pode condicionar o discurso dos indivíduos, apropriando-se das identidades para seus fins. No fim das contas, o conceito novamente seria analisado a partir de sua inserção verticalizada na sociedade, da forma como os modernistas encaram a questão.

Outro ponto que enfraquece a crítica etnossimbolista ao paradigma modernista é que a conexão central entre nacionalismo e Estado é fundamental para entender o fenômeno do nacionalismo. Mesmo reivindicações de autogoverno partindo de nações sem Estado normalmente partem da demanda de reconhecimento de status equivalente a um, “seja transformando um já existente em Estado-nação, juntando unidades menores ou se separando de Estados multinacionais maiores” (BIEBER, 2023, p. 40).

A instituição de uma educação formal que torna o idioma e a alfabetização em ferramentas de propagação do nacionalismo, um exército permanente de ‘nacionais’ como força de defesa do Estado-nação e uma administração centralizada propagadora de ideais, cerimônias e discursos memorialísticos coletivos são componentes fundamentais na propagação e solidificação do nacionalismo. E foi o Estado moderno quem melhor sintetizou estes elementos, mesmo que alguns deles já existissem de formas distintas, e isso levando em conta que a existência de um Estado moderno não garante o surgimento de um sentimento de pertencimento efetivamente nacional (BIEBER, 2023).

Diante do problema da relação entre a verticalização da retórica nacionalista e a agência dos indivíduos, uma pergunta permanece, a despeito das convergências e divergências dos diferentes paradigmas de estudos sobre os nacionalismos: a que interesses eles atendem?

### **A quem interessa o nacionalismo?**

Sendo de vital importância para a compreensão de eventos-chave da história do século XX, não é prudente estigmatizar o nacionalismo como essencialmente progressista ou conservador

desligando o conceito do contexto. Segundo Frank M. Turner (2014), os nacionalismos desafiam todas as visões universalistas de mundo, sejam elas religiosas, liberais ou socialistas, ainda que entendamos que a partir do fim da Guerra Fria e o acelerado processo de globalização pelo qual o mundo tem passado as rusgas entre os nacionalistas e os proponentes do livre mercado tenham arrefecido em alguns contextos por confluência de interesses pontuais. Para Bieber (2023), o nacionalismo antagoniza diretamente o universalismo; ao contrário deste último que enfatiza a cooperação entre todos os seres humanos e suas semelhanças, o nacionalismo dá destaque para a proximidade e a cooperação entre os membros de uma nação. E quase todas as ideologias políticas contemporâneas possuem tanto expressões nacionalistas quanto universalistas (BIEBER, 2023).

Para Aijaz Ahmad (2002), o nacionalismo é um fenômeno que entra, pelo menos a partir de 1940, numa disputa triangular com o capitalismo e o socialismo,

numa dialética estranhamente assimétrica na qual nem o capitalismo nem o socialismo foram capazes de se desviar da questão do nacionalismo porque o próprio nacionalismo não consegue encontrar sua própria materialidade e seu conteúdo concretos nesses tempos fora do conflito de classes [...] (AHMAD, 2002, p. 12).

Para o autor, textos nacionalistas podem atender tanto a nacionalismos conservadores destinados a manter um *status quo*, advogando homogeneidade, pureza e condições excepcionais de distinção perante o ‘Outro’, quanto progressistas, como os nacionalismos anti-imperialistas e anticoloniais que emancipam e politizam os povos aos quais estes pertencem, muitas vezes oriundos do Sul Global. Os nacionalismos, portanto, não possuiriam essência própria que determine sua trajetória: ao invés disso, sua essência lhe é dada pelos grupos que se apropriam deles.

Não podemos deixar de tratar do uso do nacionalismo pela esquerda política sem mencionar como exemplo as experiências socialistas do século XX e XXI – ou pretensamente socialistas, dependendo da opinião de cada analista. Grande parte delas fez uso de retórica fortemente nacionalista diante das necessidades pragmáticas nacionais, como a União Soviética no contexto de autodefesa após a Operação Barbarossa em 1941, a Coreia do Norte diante dos eventos que se seguiram ao cessar-fogo de 1953, Cuba diante das diversas tentativas de desestabilização encampadas pelos Estados Unidos ou mesmo a Venezuela de Nicolás Maduro diante das pressões externas e internas, ainda que o caráter socialista ou não do regime de Maduro esteja longe de ser um consenso dentro da própria esquerda. De qualquer forma, essas experiências precisam ser mencionadas porque embora o socialismo tenha

em suas origens uma essência internacionalista, o dito ‘socialismo real’ se apega à ideia de nação e fomenta o nacionalismo como estratégia de sobrevivência.

A ideia de que “cada nacionalismo está sempre *situado* em conjunturas históricas específicas e projetos de classe específicos” (AHMAD, 2002, p. 225) [Grifo do autor] defendida por Ahmad é de grande valia. Questiona as proposições de que os nacionalismos são essencialmente burgueses, levando em conta que os pobres, os derrotados, os sitiados, entre outros, possuem seu lugar na história dos nacionalismos, muitas vezes como protagonistas e não apenas como ‘massa de manobra’ para elites manipuladoras de sentimentos. *O autoentendimento de um povo como forjado na resistência ou em uma revolução também é parte integrante fundamental da construção de consciências históricas*, seja em países com regimes de esquerda como Cuba onde se construiu o entendimento de que os cidadãos são atores ativos de construção permanente da revolução ou em países com um histórico de conservadorismo político como a Polônia após 1989, onde se construiu a consciência de um povo que nunca se rende aos seus vizinhos invasores.

Além do mais, a retórica nacionalista das elites tende a aglutinar indivíduos de um mesmo país, mas com experiências, poder aquisitivo e vivências totalmente distintas sob uma característica que pouco enraizamento tem em suas vidas materiais, como etnia, por exemplo. “Um vendedor ambulante judeu no Lower East Side passa então a ter algo mais fundamentalmente em comum com um magnata judeu de Wall Street do que todos os vendedores ambulantes de diferentes grupos étnicos poderiam jamais compartilhar” (AHMAD, 2002, p. 235).

Além do mais, não podemos descartar a distinção entre o nacionalismo cívico e étnico. Enquanto o primeiro inclui como nacionais sujeitos etnicamente distintos outrora considerados como não pertencentes à nação, o outro delimita quem são os ‘nacionais’ especificamente a partir da etnia, uma postura excludente logo na largada. Enquanto o nacionalismo cívico tende a se basear mas no conceito de *ius soli*, ou seja, a cidadania definida pela terra onde se nasce (caso do Brasil), o nacionalismo étnico se baseia no *ius sanguis*, uma cidadania definida pela origem étnica e cidadania dos pais. Esta distinção precisa ser identificada em qualquer análise de nacionalismos específicos como fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos, e nada garante que uma delas estará automaticamente alinhada à esquerda ou à direita no espectro político. Cada caso precisa ser avaliado individualmente.

E essa multiplicidade de possibilidades de inserção do nacionalismo em diferentes pontos do espectro político tem tudo a ver com o fato de que indivíduos, grupos e movimentos sociais têm a

agência de, confrontados com o passado, interpretá-lo a partir de seus próprios valores, podendo abraça-lo ou rechaça-lo. Por conta disso, é importante termos sempre em mente que a despeito de todos os debates acadêmicos sobre nações e nacionalismos, incluindo aqueles que não figuraram neste artigo, os historiadores e cientistas sociais não são os balizadores de como uma sociedade ou diferentes grupos leem ou interpretam esses fenômenos. A consciência histórica não só pauta como é pautada pelos nacionalismos em uma relação de retroalimentação, gostemos ou não dos resultados disso para as sociedades onde esse fenômeno ocorre. De acordo com José Newton Coelho Meneses na coletânea *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*:

Todas as narrativas sobre o passado têm impregnadas em si alguns valores comuns, diria mesmo desejos partilhados: a ligação com uma origem antiga, a compreensão da atualidade, a expectativa do devir. É, no fundo, um desejo de segurança do homem, dada pelo equilíbrio de construções em tempos de passado, presente e futuro. É uma temporalidade com força de domínio sobre todas as suas expressões; [...] essa narrativa pertence a todos e não apenas ao historiador. Ela é componente de todos os discursos em todas as suas formas de expressão. (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 328).

A partir destas conclusões, e admitindo a possibilidade de lacunas como quaisquer outras definições de fenômenos complexos, definimos a nação como uma comunidade ligada por experiências em comum (atreladas a aspectos de vivência em comunidade como língua, etnia, religião, história comum, ritos e cerimônias, entre outros, mas não necessariamente todos simultaneamente) e localizada dentro de um recorte geográfico de delimitações políticas que podem ou não ser de caráter estatal. A nação é detentora de uma centralidade política, independentemente de sua homogeneidade ou heterogeneidade linguística e cultural.

Já o nacionalismo é uma ideologia maleável de predominância política, cultural e/ou étnica em relação a um Outro (que pode até ser seu dominador ou subalterno), que não necessariamente respeita fronteiras políticas estatais, tem uma base de experiências compartilhadas e memórias coletivas, parâmetros de definição fluídos e situacionais e que não necessariamente depende de um Estado soberano já estabelecido para existir, mesmo que normalmente este seja o caso.

Esta discussão certamente não esgota um assunto tão complexo, longo e importante como o nacionalismo, já que este, para Frank M. Turner (2014), seria a ideologia política mais poderosa da Europa no século XIX e o início do século XX. Este momento de ápice de poder foi justamente o momento em que o nacionalismo se espalhou pelo mundo, servindo de inspiração tanto para

revoluções quanto para as maiores demonstrações de ódio e intolerância da história. E embora não devamos cair em uma abordagem eurocêntrica de achar que o que é importante para a Europa é necessariamente importante para todo o mundo, é inegável que sua exportação para todos os cantos do planeta durante seu ápice pelo colonialismo europeu em sua fase mais agressiva transformou o nacionalismo em um fenômeno global, pois dialogava diretamente com o ressentimento e os anseios gerados nesses povos pela própria empreitada colonial.

Até certo ponto, ao justificar suas empreitadas coloniais com argumentos de superioridade nacional (e racial) e, no processo, inserir o nacionalismo no léxico dos povos oprimidos, os europeus ofereceram aos povos colonizados uma forma de antídoto para seu próprio veneno, e das mais diferentes maneiras, o nacionalismo ainda hoje acaba caindo na boca do povo e molda as percepções públicas no processo de entendimento e desenvolvimento de consciências históricas.

O estudo das nações e nacionalismos carrega consigo muitas perguntas sem resposta, ou cujas respostas não dão conta de cobrir todos os seus aspectos, tendo em vista a passagem do tempo e as novas questões que brotam no século XXI. A situação da própria União Europeia, a permanência de movimentos separatistas pelo mundo, a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita, os debates políticos de base nacionalista ou antinacionalista cada vez mais acalorados que trazem conceitos e ideologias para o léxico cotidiano, as demandas descoloniais e as duas guerras em andamento na Ucrânia e na Palestina são exemplos significativos da necessidade de se entender o nacionalismo de forma contextualizada em nosso presente e componente intrínseco na construção de consciências históricas, ao invés de encará-lo como um fenômeno do passado ou mero produto europeu alheio aos interesses e lutas do Sul Global.

### Referências bibliográficas:

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. 2a ed. London: Verso, 1991.

BEAR, I.C.B; FOOT, M. R. D. (org). **The Oxford companion to World War II**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

BIEBER, Florian. **Nações e nacionalismos**: uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos. São Paulo: Contexto, 2023.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información**: economía, sociedad y cultura. Vol II: el poder de la identidad. Ciudad de México: Siglo veintiuno editores, 2001.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Saraiva de Bolso, 2011.

\_\_\_\_\_, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory**: The transformation of American remembrance in the age of mass culture. Nova York: Columbia University Press, 2004

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org). **História pública**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENESES, U. T. B. de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23. dez. 1992

MORGAN, Glyn. **The idea of a European superstate**: public justification and European integration. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PUTIN, Vladimir. Article by Vladimir Putin “On the Historical Unity of Russians and Ukrainians”. **President of Russia**, 2021. Disponível em <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>> Acesso em 15 Nov. 2023.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010.

SMITH, Anthony D. **Nationalism and modernism**: a critical survey of recent theories of nations and nationalism. Londres: Routledge, 1998.

TURNER, Frank M. **European intellectual history from Rousseau to Nietzsche**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2014.

WINTER, Jay. **Remembering War**: The Great War between Memory and History in the twentieth century. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

## Os temas sensíveis e o papel político do ensino de história: abordagens, perspectivas e atualidades

Sensitive topics and the political role of history teaching:  
approaches, perspectives and updates

**Maicon da Silva Camargo**

Doutor em História

Universidade Federal de Goiás (UFG)

maiconcamargo.msc@gmail.com

**Recebido:** 10/01/2023

**Aprovado:** 10/04/2023

**Resumo:** O presente estudo reflete acerca das potencialidades dos temas sensíveis no ensino de história tanto para a formação cidadã de alunos críticos, quanto para a reflexão do próprio professor acerca do papel político, social e ético dele e de sua disciplina. Nesse sentido, tocamos também em temáticas atuais e polêmicas sobre o ensino de história, tais como: as funções sociais da história, as dimensões da história pública e o papel das novas tecnologias da informação e comunicação na sociedade e no ensino. Sem, contudo, tentar encerrar o debate, mas desenvolvê-lo através da discussão acerca do ensino de história e seu compromisso político de construção de uma sociedade cada vez mais plural, democrática e ativa nas lutas contra as injustiças sociais.

**Palavras-chave:** ensino de história; temas sensíveis; função social da história.

**Resumen/Abstract:** The present study reflects on the potential of sensitive themes in the teaching of history, both for the citizenship formation of critical students, and for the teacher's own reflection on the political, social and ethical role of him and his discipline. In this sense, we also touch on current and controversial themes about the teaching of history, such as: the social functions of history, the dimensions of public history and the role of new information and communication technologies in society and in teaching. Without, however, trying to close the debate, but developing it through the discussion about the teaching of history and its political commitment to building an increasingly plural, democratic and active society in the struggle against social injustice.

**Palabras clave/Keywords:** **Keywords:** history teaching; sensitive topics; social function of history.

*[...] mesmo que ele falasse de seu 'descortinar' a uma pessoa apenas, esta pessoa contaria a outra, como numa 'cadeia de boa vontade'. [...] essa pessoa transformada pelo conhecimento seria percebida por outra, e esta por outra, e assim por diante. [...] assim como a moda sem que ninguém tenha sido obrigada a segui-la.*  
(Clarice Lispector)

### **Didática da História: uma aliança entre teoria e ensino da história**

Teoria da história e ensino de história não são campos distintos e distantes da história. A Didática da História vem derrubando barreiras e construindo pontes que permitem o diálogo cada vez mais profundo entre esses dois campos. Tal como a historiografia possibilita a construção de uma renovação histórica, revelando problemas e caminhos a percorrer, o estudo da História da Educação, de modo geral, e da História do Ensino de História, em particular, são capazes de transformar os caminhos do ensino de história, bem como oferecer uma rica oxigenação para a história científica, principalmente no que diz respeito aos seus usos públicos e funções sociais, possibilitando, por sua vez, repensar a própria teoria e o fazer historiográfico. A Didática da História, assim, não se trata de técnicas de transmissão da historiografia ou da história científica, mas de um diálogo pertinente e necessário entre a teoria e o ensino de história.

Segundo Itamar Freitas (2008), a escrita da história sempre esteve ligada ao ensino de história. Foi no século XIX, no esforço de igualar a cientificidade da história aos padrões das ciências exatas, que a pesquisa histórica se distanciou da educação básica e de outros meios de divulgação científica.

Reinhart Koselleck (2006) e Jörn Rüsen (2010) analisaram que da Antiguidade ao século XVIII a história seguiu o princípio de *historia magistra vitae*, uma história orientada pela moral e pelos problemas cotidianos e não os teóricos e empíricos como se concentrou a história científica – ou seja, uma história preocupada em produzir sentidos aos homens e não em se adequar à critérios de cientificidade. A didática neste momento ocupou uma atenção central. Aprendizagem e ensino não eram questões de escola/educação básica, mas um fenômeno fundamental da cultura humana e da cultura histórica. A didática da história orientava a escrita e a compreensão histórica.

É nesse sentido que Margarida Oliveira (2013) afirmou a necessidade de não dissociarmos ensino de história, teoria da história e historiografia. Hoje, apesar deste distanciamento empreendido no processo de institucionalização e profissionalização da história, a Didática da História busca reverter essa questão produzindo uma importante autorreflexão e autoentendimento histórico (RÜSEN, 2010). A Didática busca realizar não mais uma transposição do saber científico para o escolar como proposto

por Yves Chevallard e como muitos ainda compreendem sua função (BITTENCOURT, 2018), mas discute, estuda e pesquisa questões relacionadas: 1) à metodologia da instrução; 2) funções e usos públicos da história na vida pública; 3) o estabelecimento de metas para a educação histórica nas escolas e a verificação se estas têm sido atingidas e; 4) análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica (RÜSEN, 2010).

Ao historicizar o próprio ensino de história, surpreenderemos ao perceber que o ensino de história tem sido muito bem-sucedido no que diz respeito aos seus objetivos. O estudo de Aparecida Darc de Souza (2019) é um exemplo interessante que vale a pena acompanhar. A partir de 2013, percebeu-se na sociedade brasileira uma maior visibilidade de manifestações assumidamente de direita, intolerantes e racistas. Um cenário de ampla insatisfação e reivindicação ganhou repercussão nas ruas, até mesmo com repertórios antagônicos entre si. “Era possível encontrar numa mesma manifestação reivindicações por maior justiça social e outras clamando por intervenção militar” (SOUZA, 2019, p. 33). De lá pra cá, “temos assistido ao recrudescimento de organizações de perfil autoritário que se caracterizam por um profundo desprezo à democracia e aos direitos humanos e sociais” (SOUZA, 2019, p. 33).

Diante deste contexto, a pesquisadora se voltou à história do ensino de história para compreender o “papel do ensino de História do Brasil na construção de uma sociedade democrática no país”, visto que esse contexto politicamente contraditório sucedeu à geração de 1980, geração ligada ao processo de redemocratização pós-ditadura militar, que desenvolveu um amplo e rico debate acerca da democracia no Brasil, da construção de uma identidade nacional plural e da importância do ensino de história. Tornou-se comum ao ver manifestações pedindo a volta da ditadura militar, por exemplo, o uso do jargão “vão estudar História” por parte daqueles comprometidos com a democracia. Deste modo, a impressão que se formou foi que a falta de conhecimento histórico levou tais pessoas a tomarem essa posição antidemocrática. Todavia, grande parte destas pessoas passou pelo processo de escolarização o que significaria, por sua vez, um fracasso do ensino de história.

Avançando no estudo da referida pesquisadora, esta analisou como o anseio democrático daquela geração de 1980 e 90, expresso na Constituição Federal de 1988, na LDBN de 1996 e nos PCN’s de 1997, foi traduzida na forma de conteúdo histórico nos livros didáticos. A autora selecionou dois livros didáticos de grande audiência e longevidade – o de Nelson Piletti e o de Cláudio Vicentino.

Em sua análise identificou que tais livros construíram narrativas “estruturadas numa perspectiva cronológica, linear e evolutiva da História” (SOUZA, 2019, p. 38). Houve um encadeamento de fatos políticos, ordenados e orientados por segmentos dominantes. As organizações

e ações populares foram narradas de modo a anular sua potência, em tom de derrota e fracasso. As classes populares foram constantemente esvaziadas de ação e sem um projeto político que as orientasse, sua presença na história se limitava à esfera econômica da sobrevivência. A democracia, pensada a partir da República, foi narrada com frequentes iniciativas de golpes, feitas por civis ou militares, mas em ambos os casos os protagonistas alegavam estar “defendendo a democracia, os interesses do povo, da sociedade brasileira” (SOUZA, 2019, p. 44). Desse modo, a ideia “que fica para o leitor é que a democracia se parece mais com uma ideia usada recorrentemente pelas classes dirigentes para justificar sua presença no poder” (SOUZA, 2019, p. 44).

Nestes livros, os processos históricos foram traduzidos apenas como continuidade. Em diálogo com certa historiografia, tais livros acabaram reforçando a tese de Sérgio Buarque de Holanda de que a democracia é incompatível com a sociedade brasileira. Deste modo, em síntese, o que Souza demonstra é que, ao contrário do que pudesse parecer, os grupos que pediram e pedem a intervenção militar não carecem de estudar história, antes, aprenderam muito bem o sentido da história que lhes foram ensinados: a incompatibilidade da população brasileira com a democracia e a necessidade dos grupos dominantes e melhor organizados gerirem a vida pública.

O ensino de história, assim, poderia ser avaliado nestes casos como tendo sido bem-sucedido. O que se torna necessário, contudo, é a transformação do ensino de história bem como da historiografia. E tal mudança não significa apenas uma reestruturação do *conteúdo histórico* selecionado e trabalhado nas escolas, mas uma transformação nas *formas narrativas* desse conteúdo, nas suas implicações éticas, sociais, políticas. O problema não está no currículo de história, mas no tipo de história que é ensinada nas escolas.

Alexandre Koyré (2010), grande historiador da história das ciências, afirmava que toda história possui uma filosofia da história. O problema não era, portanto, a filosofia da história, mas qual filosofia da história. Deste modo, não podemos cair em um niilismo. A história do ensino de história revela que este tem dado seus frutos. Todavia, é necessário agora, através de um esforço conjunto entre teoria da história, ensino de história e historiografia, repensar e reorientar as pesquisas e o ensino da história. Desconstruir as filosofias da história presentes na história pública e na história escolar e substituí-las por filosofias da história alinhadas com nosso compromisso político, social e ético da educação como meio de defender a democracia e a construção de uma sociedade plural.

Neste sentido, acreditamos que os trabalhos e a reflexão voltados para o ensino e pesquisa com os temas sensíveis corroboram para a formação de historiadores, professores e cidadãos em constante

reflexão sobre seu fazer, conscientes de seus papéis sociais e comprometidos eticamente com a democracia e a justiça social.

Trabalhar com temas sensíveis não é apenas inserir mais conteúdos para o currículo de história. Mas, por serem temáticas mais radicais, no sentido de levarem o professor a pensar e se posicionar quanto ao seu fazer, possibilitam no processo de formação de cidadãos mais conscientes, críticos e ativos quanto ao seu próprio papel na história e na sociedade. É quase impossível os professores de história trabalharem com temas sensíveis em sala de aula através da mera repetição e memorização do conteúdo. Tais temas auxiliam o professor a não ceder aos processos que levam o ser humano à banalidade do mal, conforme análise de Hannah Arendt (2012). Processo este, que perpassa as questões da “naturalização da sociedade e de artificialização da natureza ocorrido com a massificação, a industrialização e a tecnificação das decisões e das organizações humanas na contemporaneidade” (AGUIAR, 2018, p. 01). É necessário não fazermos vistas grossas às cansativas jornadas de trabalho dos professores, que por comodidade ou mesmo por hábito, podem facilmente e inconscientemente cederem a essa mera repetição do conteúdo. E, nesse sentido, os temas sensíveis, por evocarem fortes sensibilidades nos professores e alunos, constituem uma excelente estratégia para destruir a inércia da sala de aula.

Mas trabalhar com esses temas significa também que professores de história e historiadores possuem um compromisso ético-político de utilizar deste conhecimento histórico para se libertarem das amarras do presente que insensibilizam e desumanizam os homens bem como transmitir este tipo de história. Lembrando que o saber histórico não é apenas um amontoado de informações e curiosidades sobre o passado, mas uma forma de pensar, uma racionalidade<sup>27</sup>, que, segundo Rüsen (2010), é o processo cognitivo, emocional, estético, normativo e pragmático de questionar e procurar respostas através da experiência humana no tempo utilizando de operações tais como análise, julgamento, valorização, experiência, interpretação e orientação.

---

<sup>27</sup> Ivan Jablonka (2016) é um historiador, ensaísta e literata contemporâneo que no campo científico defende que a história, enquanto disciplina, se caracteriza não por um tipo de narrativa, mas por um tipo de racionalidade utilizada para construir um saber. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de seus inúmeros problemas, também pensou a história mais como um tipo de pensamento do que um tipo de conteúdo, ela afirma: “espera-se que o *conhecimento histórico* seja tratado como *uma forma de pensar*, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive. Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir *uma atitude historiadora* diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2018, p. 401, grifos nossos). Deste modo, a história foi pensada no âmbito escolar por ser um modo de pensar que produz uma atitude importante e necessária aos nossos cidadãos.

Assim, através do trabalho com temas sensíveis em sala de aula é possível transmitir um conhecimento histórico científico e sensível, comprometido com a verdade e potencialmente capaz de orientar na construção de uma subjetividade emancipada e da criação de vínculos sociais voltados para a justiça social. Devolvendo à história científica sua didática, sua tarefa de transmissão de conhecimento e que, por sua vez, reflete sobre seu fazer em sintonia com suas funções e usos sociais.

### **Os temas sensíveis e o compromisso político, social e ético do ensino de história**

O ensino de temas sensíveis na história é ele mesmo um tema sensível. Ora, o que são temas sensíveis? Segundo Vera Carnovale (2018), embora o passado seja sempre um terreno de disputas, há determinados acontecimentos, fenômenos, processos que são particularmente conflituosos e sensíveis quando são discutidos em sociedade. Geralmente, trata-se de experiências de violência massiva, organizada, extrema, mas não apenas tais questões. É um passado recente, traumático, que ainda dói, “um passado que não passa”, nas palavras de François Hartog (2013).

Tais temas evocam questões jurídicas, políticas e éticas e, frequentemente, são crimes aos Direitos Humanos ou estão intimamente ligados a eles. Não existe, assim, uma lista de temas sensíveis. Mas, para exemplificar, Balestra, Andrade e Gil (2018) apontam alguns temas sensíveis na atualidade: tortura, escravidão, maioria penal, movimentos migratórios, corrupção, liberdade de expressão, democracia e o papel do Estado, preconceito racial/regional/social/cultural, as crianças assassinadas na Guerra do Paraguai, povos indígenas, questões de orientação sexual, feminicídio, as ditaduras militares na América Latina.

Todavia, conforme analisado por Gil e Eugênio (2018), as questões sensíveis são aquelas carregadas de emoção, questões socialmente e politicamente controversas e que implica o confronto de valores e interesses. Assim, uma questão que antes era sensível, pode não ser mais. As questões sensíveis são contextualizadas, são sensíveis em uma época e para determinada sociedade/fragmento social. São “questões quentes” na sociedade e na mídia e comumente entram no terreno das memórias em disputa.

Ora, nesse sentido, tais questões que são sensíveis são ainda mais sensíveis quando pensadas no ensino de história. Há aqui um dilema que provoca certo constrangimento aos professores desta disciplina. Se por um lado a história, enquanto saber escolar está ligado à formação cidadã, defesa da democracia e dos Direitos Humanos e desvelamento das injustiças sociais, por outro lado, os professores de modo geral, mas especialmente os de história, se veem acusados e atacados por diferentes segmentos sociais (família, mídia, religiões, grupos políticos) como sendo “doutrinadores”.

Um exemplo disso é o movimento “Escola sem partido” que já influenciou mais de dez projetos políticos no Brasil nesse sentido (MORENO; TENENTE; FAJARDO, 2016).

No seio desta problemática, alguns professores preferem não abordar tais temáticas. Outros acabam trabalhando-a de forma mais tradicional, didaticamente falando, sendo o mais objetivo possível e fazendo pouca ou nenhuma reflexão, a fim de evitarem emitir opiniões ou provocarem discussões/controversas em sala de aula. Assim, ao trabalhar com questões sensíveis o professor sente uma dificuldade quanto à própria compreensão dos conteúdos e quanto à sua própria postura obrigando-o, dessa forma, a refletir sobre sua ciência, os conhecimentos que esta produz e o papel social tanto desta ciência quanto dele enquanto professor. Temos aqui, então, uma questão pedagógica em seu sentido mais intrínseco, pois envolve tomada de decisões políticas e didáticas.

Todavia, a educação, para Theodor Adorno (2020), não deve ser a mera transmissão de conhecimentos, mas é a produção de uma consciência verdadeira. Isso é uma exigência política, pois a educação visa produzir cidadãos emancipados para realizarem uma democracia efetiva. Crítica semelhante à que a pedagogia crítica de Paulo Freire (2019) fez à educação bancária.

Pensar o processo educacional através de temas sensíveis toca não apenas no cerne das preocupações teóricas da educação. Trabalhar temas sensíveis nas escolas é pensar e discutir questões que envolvem conflitos sociais atuais, os direitos humanos e a constituição de uma sociedade multi-identitária. Nesse sentido, há todo um dispositivo legal, internacional e nacional, que visa a educação para a formação cidadã e o preparo para a democracia, tais como: A declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e um Plano de Ação (ONU, 2006), em todas essas iniciativas o Brasil é signatário; também a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, o ECA, além de toda uma extensa documentação de comitês estaduais e municipais que indicam essa obrigatoriedade.

O ensino de questões sensíveis na história, portanto, atende diretamente aos objetivos da disciplina no que se refere ao currículo escolar bem como aos dispositivos legais brasileiros, tais como a BNCC e os mencionados acima. De modo que os professores estão pedagogicamente e legalmente resguardados.

E, no interior do ensino de temas sensíveis, o ensino de história merece destaque visto que, conforme analisa Luiz Fernando Cerri (2011), o ensino de história não se limita a investigação da história em sala de aula, mas também as necessidades sociais que lhe dão origem, os contextos e demandas temporais. Afinal, conforme Arlette Gasparello (2007), o presente é menos uma época, que

uma série de questões, e o ensino de história se justifica no currículo escolar devido a importância deste para refletir tais questões. Deste modo, ao passo que a história, como um todo, atende a demanda para uma educação crítica, os temas sensíveis, mais especificamente falando, são potencialmente desenvolvidos na disciplina histórica, evidenciando que problemas presentes relacionam-se com escolhas feitas e diante delas, futuros, sujeitos e fatos foram apagados, conforme Clarice Nunes (2007).

O constrangimento do professor em tratar tais questões sensíveis, liga-se a problemática de uma educação “neutra”. Todavia, a comunidade científica, os especialistas em educação e mesmo os políticos e legistas bem sabem que não existe uma educação neutra. A própria escola enquanto instituição surge na modernidade exatamente para atender interesses políticos e sociais. As estruturas educacionais modernas transferem a educação privada e familiar aos encargos dos sistemas educacionais da Igreja e do Estado, justamente, porque “coincide com a vontade do poder político e religioso de controlar o conjunto da sociedade” (Gélis, 2009, p. 315). A escola é, assim, uma instituição naturalmente política. Não há nela, e nem em qualquer outra instituição, neutralidade. A questão que se deve colocar, então, seria: que tipo de política as escolas contemporâneas comprometidas com o desenvolvimento e exercício de uma sociedade democrática anseiam praticar?

Gimeno Sacristán (1995) ao analisar os materiais didáticos, mas detidamente os livros didáticos, concluiu que eles reafirmam a tradição, definem simbolicamente a representação de mundo e de sociedade, predispõe a ver, pensar, sentir e atuar de certas formas e não de outras. São objetos culturais, sociais e estéticos. Não existe neles a neutralidade. Materiais que podem assim ser chamados de ‘neutros’ são aqueles que ocultam os conflitos intelectuais, sociais e morais.

Para bell hooks (2017), a educação deve ser entendida como prática da liberdade e, nesse sentido, o professor não apenas deve, mas precisa, assumir um compromisso político, que é o de produzir a autoatualização de si mesmo, dos alunos e, conseqüentemente, participar de uma autoatualização social. Isto significa que o conhecimento possui valor ontológico, ele deve enriquecer intelectualmente e espiritualmente os sujeitos, renovando-os, transformando-os, com conhecimentos significativos e que se liga com a experiência global de vida. Visto que esta educadora e filósofa analisa a contribuição epistemológica da dor, das experiências e da subjetividade na produção de saberes, embora não tenha utilizado a expressão “temas sensíveis”, percebemos em seus escritos a grande importância de se trabalhar com tais temas para a construção de uma educação enquanto prática de liberdade.

É válido lembrar também que, atualmente, a história do tempo presente possui um lugar consolidado na historiografia, inclusive com importantes teóricos sobre essa área tais como François

Hartog (2013) e o Henry Rousso (2016). De modo que os professores não estão sozinhos nesta empreitada. A disciplina histórica, tanto científica quanto escolar, está assumindo cada vez mais o risco de se trabalhar com as feridas expostas.

Trabalhar história não é mais falar de antiguidades aleatórias nem curiosidades do passado, tal como empreendimento dos antiquários ou dos historiadores não profissionais. Desde a filosofia da práxis marxista e dos *Annales*, voltar à história é um movimento impulsionado pelo presente. Ou, como pensado pelos historiadores da Educação Histórica – tais como Rüsen (2010), Peter Lee (2006), Isabel Barca (2009), Maria Auxiliadora Schmidt (2009), Luiz Fernando Cerri (2011) e tantos outros – a consciência histórica, que existe em todos os indivíduos e em todos os tempos, é uma demanda da busca de sentidos para o agir no presente, para atuar visando o futuro, e este movimento direciona o olhar para as experiências do passado.

Destarte, para Antonio Nóvoa (1997), o mínimo que se pode exigir de um historiador é a capacidade de refletir sobre a história de sua disciplina e sobre ela mesma. E o mínimo que se pode exigir de um professor é que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar suas ações nas continuidades e de participar de maneira crítica na construção de uma escola mais atenta às realidades sociais.

Também, há uma importância ética e política de se trabalhar com questões sensíveis no ensino de história. A história tradicional ensinada é fruto de um currículo que, segundo Pereira e Seffner (2018), é eurocêntrico, cronológico, dominante, branco, heterossexual e racista. Esse currículo representa bem o homem pensado no Ocidente, esse homem no singular, o homem europeu médio: macho, branco, heterossexual, racional, adulto – como forma de se opor à mulher, negros, indígenas, orientais, crianças, outras formas da natureza, como bem analisado por Deleuze e Guattari (2012). Esse homem ocidental busca apagar toda a multiplicidade de sujeitos, seres, saberes e culturas que existem no mundo em prol de uma identidade única para o homem. Trabalhar com questões sensíveis é desestruturar esse currículo, desconstruir essa história eurocentrada, progressiva e evolucionista, e assumir que a realidade e a história são multicausais, multiperspectivadas, heterogêneas, polifônicas, heterocrônicas.

A educação em uma democracia e o ensino de história, sobretudo, é um ato político, e as questões sensíveis são perturbadoras porque nos lembra do papel social da história. A função do historiador, afirmam Eric Hobsbawm (2012) e Peter Burke (1992), é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer. Ora, o esquecimento e o apagamento de memórias não são, de modo algum, arbitrários, como analisaram Maurice Halbwachs (1990) e Paul Ricoeur (2007). Deste modo, trabalhar

com as questões sensíveis no ensino de história é assumir o papel político da história. Não político no sentido partidário – e talvez essa seja a única noção política que os que acusam os professores de história de doutrinadores possuem.

Para Jacques Rancière (2009), política não se trata nem da prática nem da luta por poder, mas em um modo de configurar a comunidade. A atividade política visa reconfigurar a partilha do sensível. Essa “distribuição dos espaços e dos tempos, dos lugares e das identidades, da palavra e do ruído, do visível e do invisível” (RANCIÈRE, 2016, p. 111) formam essa partilha do sensível. Assim, a atividade política ordena os modos através dos quais tornamos parte da realidade acessível aos nossos sentidos. Desta forma, a política no ensino ocorre quando ele possibilita aos envolvidos pensar e organizar o mundo sensível, configurando e reconfigurando esta partilha do sensível. Ver, ouvir e sentir sujeitos, vozes e experiências silenciadas ao longo da história.

Sendo o mundo um campo de batalhas de representações, como pensou Roger Chartier (1987), as questões sensíveis no ensino de história possibilitam, no interior de um sistema sensível que invisibiliza sujeitos e culturas, dar visibilidade e a possibilidade de enxergar os não-cidadãos no interior dos Estados nacionais, mesmo nos democráticos, conforme analisado por Boaventura de Sousa Santos (2010); ou os *outsiders* na análise de Norbert Elias (2000); ou os oprimidos, segundo reflexão de Paulo Freire (2019).

O ensino de história, por conseguinte, não se legitima por um fetiche ao passado, mas por sua atuação essencialmente política na sociedade contemporânea. Não há escola, nem ensino de história, neutra. O que o ensino de história possibilita, todavia, é a consciência das políticas em conflito nos espaços públicos, bem como a possibilidade de resistirmos e escolhermos que tipo de cidadania ansiamos construir: cidadãos de papel ou uma cidadania de deveres e direitos civis, políticos e sociais (GOMES, 2003).

### **O ensino entre a racionalidade científica e as sensibilidades – o direito à história**

Todavia, para o ensino de história cumprir suas funções sociais, políticas e éticas – ou simplesmente pedagógica – não basta levar os conteúdos sensíveis para a sala de aula. Daí a importância de refletirmos também acerca da formação de professores. Neste ponto é relevante destacar a diferença pensada por Paim (2007) entre *formar professor* e *fazer-se professor*. O primeiro implica a ideia de que formar é um ato definitivo, processo semelhante ao processo industrial que pega uma matéria-prima e transforma-o em um produto, neste caso em um bem de serviço: um transmissor de um conhecimento

produzido por outros (geralmente a universidade). Ao passo que *fazer-se professor* é um processo contínuo assumido pelo próprio sujeito de modo relacional, em constante interação com o outro e em constante reflexão sobre fazer-se professor: para quem?, por que?, como?...

Logo, *fazer-se professor* de história envolve um esforço de construir um narrador, no sentido dado por Walter Benjamin (2012). Para este, narrar é transmitir uma experiência, o que implica não meramente contar os fatos, mas transmitir uma experiência, sua ou de outros, transmitindo também toda uma sabedoria, sendo essa a aplicação prática, viva, deste conhecimento.

Deste modo, ao levar temas sensíveis para as aulas de história, o objetivo do professor não deve ser, segundo analisado por Alberti (2004), apenas sensibilizar o aluno, fazê-lo chorar, trazer as emoções para a sala de aula. A sensibilidade deve ser não um fim em si mesmo, mas um meio de transformar esse conhecimento em uma reflexão do tipo que a *Shoah* comumente levanta em nós: como foi possível chegarmos a esse ponto?

Tocar em questões sensíveis é trazer a própria alteridade para dentro da sala de aula, não apenas o estranhamento com o outro, mas estranhar-se consigo mesmo e com sua própria cultura. Tal ensino nada tem a ver com impor uma moral determinada aos alunos, uma doutrinação, mas apontar ferramentas e saberes para compreender o mundo a partir da experiência histórica, como destaca Carnovale (2018).

O ensino de história, deste modo, corrobora para a formação cidadã e humana dos sujeitos. Conforme destacado por Durval Muniz Jr. (2012), a história serve para sensibilizar, para humanizar, para produzir subjetividades humanas, para construir (e por que não desconstruir?) pessoas; não para fazer um sábio ou uma pessoa (in)formada, mas fazer do homem de um animal sensível a um ser sensibilizado.

Deste modo, compreendendo melhor o que são os temas sensíveis e suas potencialidades quando trabalhadas de maneira adequada no ensino de história, evidencia-se que são uma forte ferramenta para o processo de formação de professores. Um professor é um constante investigador do processo de aprendizagem. Ele necessita constantemente interrogar-se sobre o que ensina, para quem, por que, com que objetivo, como alcançar os objetivos. Isso o coloca em uma posição central, senão privilegiada, para pensar e refletir sobre sua própria profissão, sobre o conhecimento que visa ensinar, sobre sua sociedade. A sabedoria popular assertivamente já afirmava que o professor é um sábio ou um narrador em termos benjaminianos.

A Didática da História deverá, portanto, fornecer aos professores em formação não um conjunto de técnicas e modelos prontos de conteúdos para repetir a outros, mas ensiná-los a

desenvolver uma racionalidade histórica (um tipo de pensamento) e uma atitude didática (um compromisso ético-político-social com a transmissão do conhecimento).

Todavia, os temas sensíveis além da sua potencialidade formativa ética-profissional, corroboram também para pensarmos os usos públicos da história, o papel das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's) e o papel social da história.

A história pública, conforme Hermeto e Ferreira (2021), refere-se à parcela da cultura histórica que não é produzida aos moldes da história científica e/ou escolar, embora possam com ela dialogar. Trata-se daquelas histórias produzidas e consumidas pela sociedade através de livros e revistas voltados para a comunidade não-científica, novelas, filmes, documentários, jogos de videogame, páginas na internet, canais no *Youtube*, páginas no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *podcasts*... Muitas vezes produzidas por jornalistas, comunicadores e influenciadores digitais, grupos e movimentos sociais, religiosos e pessoas interessadas em assuntos históricos. Podendo inclusive, ser produzida também por professores e historiadores.

A história pública não deve ser encarada, porque de fato não é, uma ameaça ou concorrente da história científica. Inclusive, conforme analisado por Abreu e Cunha (2019), muitos alunos dos cursos de graduação em história se interessaram pela história através da cultura histórica que consumiam da história pública. Ambas podem e devem dialogar. Todavia, o cenário atual não deixa de ser um pouco conflituoso, pois com o aumento da quantidade e da velocidade das trocas de informação (CAIMI, 2014), junto com a história pública, mas não devendo ser com ela confundida, difunde-se também *fake news* (LEAL, 2021) e versões negacionistas históricas e revisionismos ideológicos (NAPOLITANO, 2021). Estas não pertencem à cultura histórica, todavia, são maliciosa e propositalmente difundidas como parte dessa cultura, se dissimulando como histórias científicas ou como histórias públicas.

Resumidamente, o que diferencia essa cultura histórica desses (des)conhecimentos tais como as *fake news*, são justamente, seu caráter ético e político. Ao passo que as primeiras possuem um compromisso com a verdade, as últimas, que também não devem ser confundidas com memórias, são propositalmente falaciosas e tendenciosas, seu compromisso não é com a verdade, mas distorcem-na propositalmente, e são criadas e divulgadas para atender interesses de certos grupos.

Importante destacar acerca deste fenômeno das *fake news*, dos negacionismos e dos revisionismos ideológicos que não se tratam de fenômenos contemporâneos, conforme analisado por Leal (2021) e Napolitano (2021). Todavia, o fato de vivermos em uma sociedade da informação facilitou e potencializou a criação, difusão e as mazelas engendradas por estas falsas informações. Equilibradamente, contudo, não podemos culpabilizar as NTIC's por tal fenômeno, afinal, estas não

deixam de representar um avanço nos modos como o homem armazena, produz e se relaciona com o conhecimento e a informação, como apontado Caimi (2014) e muito bem analisado por Chartier (2002).

Se, conforme Leal, vivemos em uma era em que “Propagandas mais rapidamente que qualquer vírus já conhecido, as *fake news* [...] se tornaram um dos mais importantes fenômenos políticos e sociais de nosso tempo, desafiando democracias e o conhecimento científico” (2019, p. 148). É válido lembrar que o “melhor antídoto” contra a desinformação são as verdades históricas. Por isso, “a busca pela verdade histórica [...] deve ser um compromisso ético e ontológico do historiador” (NAPOLITANO, 2021, p. 110).

Contudo, como bem lembrado por Rodrigues, “a informação por si só não garante um combate efetivo à desinformação” (2021, p. 180). É igualmente necessário pensar em estratégias que possibilitem a divulgação das verdades históricas, bem como a compreensão que verdades históricas não são apenas um tipo de opinião. Deste modo, o desafio colocado aos historiadores e professores de história pelas demandas atuais são, pelo menos: 1) produzir um conhecimento de interesse do público; 2) produzir conhecimento verdadeiro; 3) tornar esse conhecimento acessível; 4) difundir esse conhecimento através de uma estética socialmente consumível; 5) combater a desinformação.

Pensando justamente nestas questões, o ensino e a pesquisa de temas sensíveis no ensino de história possibilita-nos, em consonância com os problemas acima colocados: 1) pensar em questões de interesse atual da sociedade que são, justamente, os temas sensíveis para o ensino; 2) utilizar a racionalidade histórica como ferramenta de produção e verificação da verdade, compreendendo que a história não é conteúdos do passado, mas uma racionalidade; 3) corroborar com a formação de professores e o ensino de história, uma vez que obriga os professores a meditar sobre sua sociedade, sua disciplina e sua identidade profissional (ANASTASIOU, 2017); 4) pensar nas funções éticas e sociais da história, do historiador e do professor de história; 5) compreender, utilizar e difundir conhecimento através das NTIC'S.

De fato, “os professores devem chegar primeiro” às mídias virtuais (RODRIGUES, 2021, p. 187). Todavia, chegar primeiro não significa ser criador de conteúdo, embora isso também seja possível. Mas significa compreender essas mídias e sua influência na nossa sociedade, saber utilizá-los na pesquisa, no ensino e na divulgação de informações, bem como auxiliar os alunos a utilizá-las de modo proveitoso.

A defesa e luta pela verdade tornou-se um problema incontornável para historiadores e professores. Devemos nos preparar para tais combates. E, igualmente, preparar/formar cidadãos para

enfrentá-las. A pesquisa-ensino e difusão de informações sobre temas sensíveis, temas que estão na boca e no pensamento do povo, parece-nos uma das maneiras possíveis de corroborar nesta batalha por representações.

### ***Post-scriptum: reflexões a partir da experiência, entre a teoria e a prática***

Após todo esse esforço de nos despertarmos para a importância pedagógica, política, social e ética do ensino de temas sensíveis é extremamente importante alertar para as consequências práticas que este tipo de ensino acarreta. Neste artigo, pensamos o processo de ensino e aprendizagem basicamente a partir da relação professor, conteúdo e aluno. Todavia, sabemos que a educação formal perpassa por inúmeras influências e forças, tais como: neoliberalismo, Estado, secretarias de educação, direção da escola, coordenação escolar, família, bem como todas as diferentes ideologias dos sujeitos envolvidos neste processo.

Ao desenvolvermos este artigo nosso objetivo era: 1) propor uma reflexão sobre a importância do ensino de temas sensíveis no ensino de história quando o professor compreender que há condições possíveis para a realização deste trabalho; 2) fornecer subsídios teóricos, pedagógicos e legais para o docente argumentar em sua defesa caso acabe tocando em temas sensíveis durante uma aula em que isso não foi planejado e, em decorrência deste episódio, sofra algum constrangimento.

É importante ressaltarmos que o ensino de ciências e de conteúdos que levam a reflexão crítica por si só já são disciplinas “vigiadas” no processo de educação formal e serão ainda mais quando se tratar de temas sensíveis. Por isso, é necessária muita cautela e perspicácia do professor ao decidir abordar essas temáticas ou até mesmo mencioná-las em sala de aula. Não podemos romantizar o processo de aprendizagem, no chão da escola, o professor que se atreve a tocar e trabalhar essas questões deve estar ciente que ele vai incomodar muitos atores sociais e que irá sofrer algum tipo de constrangimento: desde a necessidade de defender seu trabalho a sujeitos que nunca antes questionaram sua ação pedagógica até o assédio moral e violência física no ambiente de trabalho e comunidade. Na prática, o professor deve observar qual grau de liberdade ele tem no seu ambiente de trabalho; se ele estará sozinho nessa empreitada ou não; quais as seguranças trabalhistas ele têm (é funcionário público? efetivo? contrato? professores horista? CLT?); observar a dinâmica social da comunidade escolar (alunos, pais/responsáveis, outros professores, coordenadores, diretores e demais funcionários da escola).

É válido lembrar que a experiência historiográfica nas últimas décadas luta para valorizar cada indivíduo enquanto sujeito histórico e destruir uma historiografia que fabricava heróis. Sabemos que uma “revolução” ou um grande acontecimento histórico nunca pode ser realizado pelos esforços de

um só sujeito, mas através de ações coletivas que, por inúmeros motivos, as correntes historiográficas anteriores esforçaram-se em sintetizar tais esforços nas figuras de um ou outro indivíduo. Com isso, queremos lembrar aos professores que não há heróis na educação. Não poderemos sozinhos resolver os problemas e questões que perpassam nosso sistema educacional. Pensar assim é fruto de uma ingenuidade que concebe o ambiente educacional apenas através da relação professor-aluno e que entende a ética profissional do educador enquanto “missão”. A educação enquanto sistema tem uma missão, os professores individualmente são apenas profissionais e não heróis desta ou daquela causa. Ilustraremos melhor tais questões brevemente por meio de nossa própria experiência.

Em 2019 e 2020 fui professor substituto da Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de História, e ali ministrei disciplinas tais como: *Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História; Culturas, Fronteiras e Identidades; e Prática de Ensino de História Moderna e Contemporânea*. Eu era, portanto, um professor do curso superior de história, de uma universidade pública federal, ministrando aula para indivíduos adultos. Em tais disciplinas trabalhei alguns temas sensíveis tais como: ensino e racismo, o índio na sociedade brasileira, a multiplicidade cultural no ensino, movimentos sociais, decolonialidade no/do ensino, questões de gênero e outras. Ressaltamos que, apesar do título destas disciplinas indicarem temáticas como as que apresentamos, o Plano de Curso destas disciplinas que me foi dado como modelo não continham nada nesse sentido tanto na “Ementa” quanto na “Bibliográfica Básica” e “Bibliografia Complementar”. Reformulei o Plano de Curso. A coordenação da graduação, neste período, tinha por hábito conversar com todos os professores substitutos individualmente e avaliar seus Planos de Curso. Em minha reunião, meu plano foi avaliado como “denso” e criticado por ter uma “filosofia da história”. Refiz o plano, refletindo o que a coordenação queria dizer por “filosofia da história”, uma vez que toda historiografia possui uma filosofia da história (KOYRÉ, 2010), conforme já refletimos neste artigo. Concluí que o que estava sendo criticado não era ter uma filosofia da história, mas sim, possuir uma filosofia da história diferente daquela da coordenação do curso. Enfim, enviei o Plano de Curso refeito por e-mail e ele foi aprovado, alterando basicamente a bibliografia dos teóricos para seus respectivos comentadores.

Na prática, em sala de aula, trabalhar com esses temas sensíveis, mesmo com adultos, resultou em despertar memórias, dores, traumas. Certa vez, inclusive, necessitei ir atrás de uma aluna que saiu da sala chorando e dizendo “Eu sou indígena, eu não suporto ouvir isso”. Ao mesmo tempo, as aulas tornaram-se um ambiente de aprendizado mais vivo, os alunos debatiam bastante o tema, tanto através dos textos quanto pelas experiências deles. Rompiam-se os limites entre a historiografia e a história vivida. Por fim, os alunos mostraram grande interesse por tais questões, pelos debates, pelas aulas.

Alguns alunos relataram-me que iam desistir do curso, mas graças às aulas, seu interesse pela história renovou-se. Na avaliação institucional, meu trabalho foi avaliado pelos discentes com nota superior a nove, sendo uma das mais altas do corpo docente da época. Com exceção desse simples episódio inicial com a coordenação e as fragilidades atingidas durante as aulas não tivemos problemas maiores. Todavia, ressaltamos aqui que éramos um contrato federal feito através de processo seletivo o que nos garantia estabilidade durante o período do contrato, além do mais, os professores universitários de Instituições de Ensino Superior públicas gozam de liberdade na sua atividade docente.

Em agosto de 2022 entrei em uma escola particular da educação básica, de orientação cristã-evangélica, em um bairro de Goiânia onde moram muitos militares. Desse modo, temos um perfil de alunos de classe média de famílias cristãs, de diversas vertentes, militares ou comerciantes. Ministro aulas de História da Arte e Ética (uma disciplina baseada na metodologia e material didático OPEE da FTD – Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo – esta disciplina possui uma natureza semelhante à disciplina *Orientação para a Vida* ministrada em algumas escolas públicas do Estado de Goiás). Para o Ensino Médio, ministro aulas de História do Brasil, Sociologia, Literatura, História da Arte e Ética. Percebi que lá é um ambiente extremamente fechado para se falar de temas sensíveis (muito mais pelos pais dos alunos, direção e coordenação da escola). Mesmo assim, por curiosidade dos alunos e pelo próprio material didático alguns temas sensíveis acabaram sendo tocados em sala de aula. No Ensino Médio, apesar do material especialmente de Sociologia e Arte, tocar em assuntos como movimentos sociais, desigualdade social, sexo e gênero, racismo e questões indígenas, nunca tivemos problema. Até mesmo pela maturidade dos alunos, já adolescentes, e que raramente conversam com os pais acerca da rotina escolar. Já no Ensino Fundamental II, em seis meses de aulas com os alunos já tive duas reclamações de pais, três reuniões com a coordenação e duas com a direção.

As aulas, ministradas para o 6º e 7º ano, falavam respectivamente sobre a relação da arte com a sociedade e arte engajada e arte pura. Em uma aula do 6º ano apenas disse que a ditadura militar brasileira foi violenta e considerava os artistas vagabundos, mencionando também que muita da arte desse período, especialmente a música, foi feita como forma de protesto. Em outra aula na mesma turma, mas agora já no 7º ano, o material didático diferenciava a arte pura através das pinturas de Piet Mondrian e arte engajada por meio do quadro *Guernica* (Pablo Picasso, 1937) e as músicas *Cálice* (Chico Buarque, 1978) e *Admirável Gado Novo* (Zé Ramalho, 1979). Nesta última aula, ouvimos as músicas conforme orientação do material didático escolhido pela escola, em seguida havia uma pergunta de múltipla escolha que perguntava qual o sentido de “vida de gado” na música, cuja resposta era “A forma submissa do povo viver”. A totalidade dos alunos conseguiu responder de forma correta a

questão. Daí, discutimos sobre como a arte modifica a realidade, e não apenas imita/representa ela. Para isso, exemplificamos com questões da linguagem em que mencionei que nas últimas eleições uma parcela da sociedade foi chamada de “gado” pela oposição. A palavra gado, utilizada como ofensa, deslocou-se do sentido de um animal, conforme o substantivo indica, e tornou-se um adjetivo para indicar, conforme mencionado no material didático, “A forma submissa do povo viver”. De modo que, a música criada na época da Ditadura Militar brasileira para advertir parte da população que era submissa ao sistema ressignificou a palavra “gado” e, a partir dos novos sentidos adquiridos, foi utilizada nas eleições de 2022.

Estes comentários em sala, quando feitos pelos filhos aos pais ao questionarem os filhos sobre “como foi na escola hoje?”, resultou em conversas familiares, algumas amistosas e outras nem tantas (obtive conhecimento do que se passou na casa de alguns alunos sobre essa questão, pois, geralmente os irmãos estudam na mesma escola e alguns alunos do Ensino Médio me relataram as conversas em família a partir das minhas aulas para seus irmãos do Fundamental II). Cada uma dessas aulas resultou em uma reclamação do mesmo pai. O pai de um aluno do 6º ano que reclamou por que eu disse que a ditadura militar foi violenta e o mesmo pai que, agora com o filho no 7º ano, reclamou dessa aula sobre “o gado” – informações que obtive nas reuniões com a coordenação. Já direção conversou comigo dizendo que os pais (notem o plural) estavam achando que eu era “comunista” e que eu estava dizendo em sala de aula que “Deus não existe”. Foi me pedido para “simplesmente falar o que diz o livro didático”, que meu papel como professor era “ensinar o conteúdo do livro” e não “influenciar ou doutrinar” os alunos. Ressaltando que nesta escola sou um dos professores mais próximo dos alunos, acusado por alguns colegas de ser “advogado de aluno”, e na avaliação do corpo docente que a direção encaminha aos alunos para fazerem com os responsáveis fui um dos professores melhor avaliado. Mesmo assim, fui avisado por coordenadores e alunos que a direção da escola já expressou sua vontade de me “demitir”.

Trouxe esses relatos para exemplificar que o mesmo professor, em ambientes diferentes, e mesmo tendo uma relação muito agradável com os alunos, poderá sofrer consequências diferentes por tratar temas sensíveis. Enquanto na UFG mesmo trabalhando temas sensíveis tive poucos constrangimentos. Já na rede particular, mesmo com a aprovação dos alunos, e não trabalhando temas sensíveis, mas apenas mencionando questões sensíveis, sofri assédio moral e ameaças de ser “processado” e “demitido”.

Ora, o que mudou? A natureza do assunto? As questões teóricas? Uma transformação social radical/revolução? O professor? A relação professor-aluno? As diretrizes educacionais? Ao meu ver,

nada disso, mas ‘apenas’ o ambiente educacional: o perfil da comunidade escolar, o perfil da escola (uma vê a educação como processo de formação individual e cidadã e a outra como mercadoria) e os vínculos empregatícios.

Com esses relatos o que julgamos necessário fazer não é desincentivar os professores a tratar os temas sensíveis, mas também não culpabilizá-los ou responsabilizá-los quando isto não for possível. Já temos forças demais operando em sala de aula. Não queremos ser mais um a ensinar o professor a fazer seu papel. Não é aconselhar o professor, mas estender a ele um convite para avaliar seu local de trabalho e seu ambiente educacional para as possibilidades de fazer um ensino de história mais sensível. Revelar as potencialidades e perigos do ensino de temas sensíveis.

### Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo; CUNHA, Nara Rubia. Cultura de história, história pública e ensino de história: a investigação e formação de professores de história. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2019, vol.9, nº.15, p. 111-134. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/15/showToc>>, acessado em dezembro de 2021.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

AGUIAR, Odílio. Violência e banalidade do mal. In: **Revista Cult** [on-line]. 14 de março de 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-e-banalidade-do-mal/>, acessado em julho de 2018.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. **Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2017.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida: sobre la historia del presente**. Madrid: Alianza Ensayo, 2004.

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jorn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: UFG, 2010.

BALESTRA, Juliana; ANDRADE, Juliana; GIL, Carmem. Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2018, vol.7, nº.13, p. 04-13. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/13/showToc>>, acessado em outubro de 2021.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: pesquisar o terreno, favorecer a mudança. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí/ Pr: Ed. Unijúí, 2009, v.3, p.53-76.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.

CAIMI, Flávia. Geração *Homo zappiens* na escola. In: MAGALHÃES, ROCHA; RIBEIRO; CIAMBARELLA (orgs.). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: 2014, p. 165-183.

CARNOVALE, Vera. A dor do outro como tema nas aulas de história [entrevista concedida a

BALESTRA; ANDRADE; GIL] In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2018, vol.7, nº.13, p. 179-203. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/13/showToc>>, acessado em outubro de 2021.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1987.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, 1991, vol.5, nº.11, p.173-191.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível... . In: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** (volume 4). São Paulo: Editora 34, 2012.

ELIAS, Norbert. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders (Introdução). In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Rodrigo; HERMETO, Miriam (orgs.). **História pública e ensino de História**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

FERREIRA, Rodrigo; HERMETO, Miriam. História pública e ensino de História: caminhos em movimento. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **História pública e ensino de História**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 07-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913/1935)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

GASPARELLO, Arlette. Encontros de saberes: as disciplinas escolares, o historiador da educação e o professor. In: MONTEIRO; GASPARELLO; MAGALHÃES (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 73-90.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 305-320.

GIL, Carmem; EUGENIO, Jonas. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2018, vol.7, n.º.13, p. 139-159. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/13/showToc>>, acessado em outubro de 2021.

GIMENO SACRISTÁN, José. Materiales y textos: contradicciones de la democracia cultural. In: GARCÍA MÍNGUES, Jesús; BEAS MIRANDA, Miguel (orgs.). **Libro de texto y construcción de materiales curriculares**. Granada: Proyecto Sur, 1995.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 152-167.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU; SOIHET (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 55-79.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.

HARTOG, François. Regime de Historicidade. In: **Time, History and the writing of History – KVHAA Konferenser 37: 95-113**, Stockholm, 1996. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois\\_Hartog\\_-\\_Regime\\_de\\_Historicida\\_de\\_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicida_de_(1).pdf), acessado em: agosto de 2015.

HERMETO, Mirian; FERREIRA, Rodrigo (orgs.). Dossiê: Ensino de História e História Pública. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2019, vol.8, n.º.15. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/15/showToc>, acessado em dezembro de 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Brasil, 2017.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporânea: manifesto por las ciencias sociales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. Filosofia da história. In: SALOMON, Marlon (org.). **Alexandre Koyré, historiador do pensamento**. Goiânia: Ricochete, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Bruno. *Fake News: do passado ao presente*. In: PINSKY, Jaimi; PINSKY, Carla (orgs.). **Novos Combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, p. 147-171.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**. Curitiba: Especial, p. 131-150, 2006.

MANNHEIM, Karl. **El problema de las generaciones**. Disponível em: <[http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_062\\_12.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf)>, acessado em: agosto de 2015.

MONTEIRO; GASPARELLO; MAGALHÃES (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MORENO; TENENTE; FAJARDO. 'Escola sem Partido': entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei. In: **G1** [periódico on-line]. 03/08/2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>, acessado em outubro de 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaimi; PINSKY, Carla (orgs.). **Novos Combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, p. 85-111.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, *Revista da PUC/SP*. n. 10, dez 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>, acessado em: agosto de 2015.

NÓVOA, Antonio. La nouvelle histoire américaine de l'éducation. **Histoire de L'Éducation**. Paris: Service d'histoire de l'éducation de I.N.R.P., n° 73, janvier, 1997, p. 03-48.

NUNES, Clarice. Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil. In: MONTEIRO; GASPARELLO; MAGALHÃES (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 39-56.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Ensino de História: (des)caminhos na construção de um objeto de pesquisa. In: SILVA; ZAMBONI (orgs.). **Ensino de História, memória e culturas**. Curitiba: CRV, 2013, p.229-244.

PAIM, Elison. Do formar ao fazer-se professor. In: MONTEIRO; GASPARELLO; MAGALHÃES (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 157-172.

PINSKY, Jaimi; PINSKY, Carla (orgs.). **Novos Combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. "Política da literatura". **Revista A!**, Rio de Janeiro, v.05, n.05, p.110-31, jan./julho, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 2017.

RIBEIRO, Djamil. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para YouTube e podcasts. In: PINSKY, Jaimi; PINSKY, Carla (orgs.). **Novos Combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, p. 175-197.

- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História Revista**, UFG, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=historia&page=article&op=view&path%5B%5D=30527&path%5B%5D=16659>, acessado em: outubro de 2015.
- RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: UnB, 2001.
- SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Ricochete, 2018.
- SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011, p. 155-184.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: Que aprendizagem histórica é está? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí/ Pr: Ed. Unijúí, 2009, v.3, p.21-51.
- SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2018, vol.7, n.º.13, p. 14-33. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/13/showToc>>, acessado em outubro de 2021.
- SOUZA, Aparecida Darc. Indagações sobre o sentido do ensino de História e a construção da democracia no Brasil. In: **Revista História Hoje** [on-line]. 2019, vol.8, n.º.16, p. 29-49. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/16/showToc>>, acessado em dezembro de 2021.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In: CADAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-4.

## A literatura como fonte histórica no livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio (PNLD 2021)

Literature as a historical source in the New High School textbook on applied Human and Social Sciences (PNLD 2021)

**Márcio Douglas de Carvalho e Silva**

Doutor em História Social

Universidade Federal do Pará (UFPA)

conectadonomarcio@hotmail.com

**Recebido:** 13/10/2023

**Aprovado:** 29/11/2023

**Resumo:** Com a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo o Novo Ensino Médio e consequentemente uma nova forma de organização do currículo, grande parte das disciplinas foram agrupadas sob uma única coleção de livros didáticos, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia, que perderam seus manuais individualizados e atualmente estão distribuídas nos livros da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Com isso, o objetivo deste artigo é analisar o uso da literatura como fonte histórica nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio. A metodologia contemplou a análise de 18 livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2021, correspondentes a três coleções disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Verificou-se que os autores recorrem à literatura de maneira pontual, optando quase sempre por poemas, que são acompanhados de sugestões de atividades.

**Palavras-Chave:** Livro didático; Novo Ensino Médio; História e Literatura.

**Abstract:** With the approval of Law nº 13.415/2017, which amended the Law of Guidelines and Bases of National Education and established the New Secondary School, and consequently brought a new way of organizing the curriculum, most of the disciplines were grouped under a single collection of textbooks, such as History, Geography, Philosophy and Sociology, which lost their individual manuals and are currently distributed in books called Applied Human and Social Sciences. The purpose of this article is to analyze the use of literature as a historical source in Human and Applied Social Sciences textbooks for New High School. The methodology employed includes the analysis of 18 textbooks of the National Textbook Program - PNLD 2021, corresponding to three collections made available to students and teachers by the Ministry of Education. It was verified that the authors resort to literature in a punctual way, almost always in the form of poems that are contained in the activity suggestions.

**Keywords:** Textbook; New High School; History and Literature.

## Introdução

Ao longo da história da educação do Brasil, os livros didáticos foram e ainda são utilizados como uma maneira de transmissão de conhecimento para os educandos. Pela sua notoriedade, determinados temas e conteúdos ganharam relevância ou tentou-se “suavizar”<sup>28</sup> determinados assuntos, como defendia o ex-presidente do país, Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

A depender da fase política da história, o livro didático passou a atingir parcela mais ampla da sociedade à medida em que foi se popularizando e ganhando funções cada vez mais relevantes, tanto para os professores, como para estudantes; consequentemente sendo peça de adequação e controle. Em 2020, o livro didático foi novamente objeto de debate entre políticos, educadores, autores e o mercado editorial, que buscou adequar a proposta a ser apresentada nas novas coleções que seriam ofertadas para o Novo em Ensino Médio, em meio às polêmicas e falas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que já havia criticado e negado a forma como temas relacionados à Ditadura Civil-Militar brasileira eram abordados nos livros de História.

Em matéria publicada pelo Carta Capital em 14 de janeiro 2020, analisava-se o caos instaurado nas editoras para a elaboração dos novos manuais didáticos, mediante as declarações do presidente à época. Comparava-se aquele momento aos anos seguidos após o golpe de 1964: “Quase seis décadas depois, a história parece se repetir”. Afirmava-se que “a seleção do material *abriria* um novo terreno de batalha ideológica na educação, talvez o setor mais aviltado pelos novos donos do poder”<sup>29</sup>. Os impactos imediatos desse novo período foram sentidos em todos os aspectos dos livros didáticos. Segundo a mesma reportagem do jornal citado, “os livros da nova fornada *deveriam* ter entre 160 e 320 páginas, conforme as regras do edital do Programa Nacional do Livro Didático (...). Antes, podiam ter até 1.000 páginas” (OLIVEIRA, 2020, grifo nosso). Perdeu-se não somente volume na forma física, o que interfere diretamente na maneira de expor os conteúdos, assim como o uso de recursos didáticos pelos autores, mas principalmente a independência na elaboração dos temas e metodologias diversas

---

<sup>28</sup> A frase refere-se ao ex-presidente Jair Bolsonaro, ao fazer críticas e defender mudanças no livro didático, afirmando que eles possuíam “Muita coisa escrita, tem que suavizar”. GULLINO, Daniel, GRANDELLE Renato e FERREIRA, Paula. *O Globo*, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-mudanca-em-livros-didaticos-muita-coisa-escrita-tem-que-suavizar-24170001>. Acesso em: 04 jan. 2023.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Thaís Reis. *Carta Capital*, 14 jan. 2020. *Grifo nosso*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-esperar-da-primeira-fornada-de-livros-didaticos-sob-bolsonaro/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ao longo das páginas. Afirmava a matéria do Carta Capital: “Perde-se assim muito da base científica e pedagógica para preparar as aulas. Ganha-se em troca o apoio de vídeos de até 10 minutos com linguagem “atrativa” e de “fácil entendimento”, como os do YouTube” (OLIVEIRA, 2020), restringindo os conteúdos antes abordados de forma mais ampla, a um quase pequeno resumo sobre o tema.

As editoras tiveram que se adequar à clara definição dos temas que o governo reprovava nos livros didáticos! Dependentes da aprovação, aquisição e distribuição dos seus exemplares pelo poder público, “as editoras têm eliminado em casa, desde o ano passado, eventuais “polêmicas” que possam desagradar e atrapalhar os negócios. O conteúdo muitas vezes é alterado ainda na fase inicial de produção” (OLIVEIRA, 2020). Para evitar a reprovação das suas coleções, as editoras, assim como sugeriu Bolsonaro, buscaram “suavizar” os conteúdos, acerca da ditadura civil-militar, sendo “improvável, (...) que uma foto de protestos esteja estampada em destaque” (OLIVEIRA, 2020).

Diante desse cenário, verificou-se que a escalada de melhoramento do livro didático, com ações como a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>30</sup>, e as mudanças na legislação implantadas ao longo dos anos 1990 e 2000, sofreu uma mudança significativa após o 2017, com aprovação do Novo Ensino Médio, por meio do qual as disciplinas foram praticamente abolidas em favor de um uma abordagem interdisciplinar<sup>31</sup>, e aspectos relevantes dos conteúdos antes estudados nos livros, tiveram que ser suprimidos pelos autores e editoras, para se adaptarem à nova legislação, aos discursos do governo Jair Bolsonaro, bem como à limitação de páginas que possuíam para trabalhar.

Embora tenha permanecido a possibilidade de escolha do livro didático para adotar no seu ambiente de trabalho pelos professores, entre os aprovados pelo Conselho Nacional de Educação, o material didático, que antes já possuía lacunas e recebia diversas críticas, entre elas, não contemplar a

---

<sup>30</sup> A partir de 2017, “com a edição do Decreto nº 9.099, de 18/07/2017, os Programas do Livro foram unificados. (...) As ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram consolidadas em um único Programa, chamado Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD” (BRASIL, 2020, p. 01).

<sup>31</sup> De acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*, “a interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos”. BRASIL, 2013, p. 28.

realidade de muitas localidades do Brasil, passou a se distanciar ainda mais do real cotidiano de professores e alunos brasileiros com as novas adequações no currículo<sup>32</sup>.

É sabido que o livro didático não está isento de influências do meio em que é produzido, uma vez que os autores que elaboram esses manuais possuem interferências teóricas e metodológicas que foram adquirindo ao longo da sua formação, e isso é refletido na escrita. Embora sejam elaborados com base em editais do Ministério da Educação, que regulamenta as diretrizes que devem ser priorizadas na confecção do material didático, além de passar por uma série de análises e revisões antes de ser aprovado para escolha e distribuição<sup>33</sup>, o livro é composto por meios e modos que cada autor adota para estruturar o seu material. Segundo Choppin (2004, p. 561), ao analisar o livro didático é preciso considerar “as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro”.

É diante dessa discussão, que este artigo se propõe a analisar as coleções de livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que contemplam as disciplinas História, Geografia, Sociologia e Filosofia, distribuídas através do PNL D 2021, para alunos que foram inseridos no Novo Ensino Médio, lançando os seguintes questionamentos: os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, utilizam a literatura como fonte para a construção do conhecimento histórico? De que forma a literatura é colocada em diálogo com as ciências humanas e sociais no livro didático do Novo Ensino Médio?

### **O livro didático, o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular**

Presente no cotidiano escolar brasileiro, o livro didático é considerado um “instrumento específico de trabalho na sala de aula”, pois possui o poder de informar, induzir a reflexão, introduzir problemáticas, além de sistematizar os conhecimentos já dominados, sintetizar informações e

---

<sup>32</sup> Na concepção de Silva (2010, p. 15), “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. (...) Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder”.

<sup>33</sup> Segundo Munakata (2012, pp. 61-62, grifo nosso), desde 1996 “instituiu-se a avaliação prévia, pela qual os livros didáticos inscritos no Programa passaram a ser examinados por especialistas. Somente os livros que obtivessem o parecer favorável poderiam ser escolhidos pelos professores. *Para ele*, não é impossível que tal situação tenha incentivado a produção de livros direcionada não diretamente aos professores e aos alunos, mas aos avaliadores, geralmente recrutados da universidade e, segundo a crítica corrente, nem sempre habituados às práticas de sala de aula. Nessa situação, as editoras, ao menos no Brasil, buscam cada vez mais se adequar às exigências do governo, que se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNL D, além das idiossincrasias dos avaliadores”.

conceitos e propiciar “vivências culturais literárias e científicas” (BRASIL, 1998, p. 79). A ação de fazer a escolha do manual específico com que se deseja trabalhar, muitas vezes pode implicar na “transferência parcial ou integral, para o autor do material e editores responsáveis, da definição dos objetivos, abordagens, conteúdos, métodos e recursos didáticos trabalhados nas salas de aula” (BRASIL, 1998, p. 79). Assim, o livro didático é um aparelho que possui função determinante para diversos agentes e sujeitos.

Para o Estado e algumas escolas particulares, representam um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de uma certa qualidade de ensino e a difusão de valores. Para o professor, asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Para as famílias, expressam um sinal de qualidade da educação. E para a indústria editorial garantem mercado certo e seguro (BRASIL, 1998, p. 79).

Segundo Silva (2012), remonta do século XIX a presença e uso do livro didático no Brasil, após a criação do Colégio Pedro II, na década de 1830. Os manuais eram importados e dispostos em francês ou mesmo possuindo versões em português, tendo direta influência europeia e buscando atender aos interesses das elites locais.

Mudanças significativas nessa realidade só vieram ocorrer praticamente cem anos depois, durante o governo de Getúlio Vargas, quando os livros didáticos passaram a ser produzidos em escala mais ampla no Brasil, sofrendo forte influência do governo centralizador após 1938, quando “foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha como subordinadas as Comissões estaduais de livros didáticos (CELD), estabelecendo o controle político e ideológico da produção e distribuição de livros didáticos no país pela ditadura Vargas” (SILVA, 2012, p. 808). Daí em diante, em cada período da história do Brasil, o livro didático e a sua própria história enquanto recurso pedagógico passaram por transformações, ganhando expansão e representando peça importante no meio educacional, mesmo com as interferências políticas que sofreu, como após 1964 até a redemocratização, quando foi instituído o já citado PNLD.

Pode-se dizer que de modo prático, o livro didático tem sido utilizado pelo professor “para preparação de “suas aulas” em todos os níveis da escolarização, quer para fazer o planejamento do ano letivo, quer para sistematizar os conteúdos escolares, ou simplesmente como referencial na elaboração de exercícios ou questionários” (BITTENCOURT, 1993, p. 02). Por sua importância referencial e multifunção, o livro didático deve ser visto de modo amplo. De acordo com Marisa Lajolo (1995, p. 05),

Todos os componentes do livro didático devem estar em função da aprendizagem que ele patrocina. Como um livro não se constitui apenas de linguagem verbal, é preciso que todas as linguagens de que ele se vale sejam igualmente eficientes. O que significa que (...) suas ilustrações, diagramas e tabelas devem refinar, matizar e requintar o significado dos conteúdos e atitudes que essas linguagens ilustram, diagramam e tabelam. Num livro didático, tudo precisa estar em função da situação coletiva da sala de aula, para com ele se aprenderem conteúdos, valores e atitudes específicos, sendo que se espera que a aprendizagem não se processe apenas pela leitura das informações que o livro fornece, mas também pela realização das atividades que ele sugere.

É possível inferir, portanto, que o livro didático deve ser analisado como um produto em todos os seus componentes, linguagens e recursos que apresenta. Embora essa citação refira-se a um texto elaborado na década de 1990, e o livro didático tenha passado por transformações ao logo do século atual, na tentativa de torná-lo despertador de um olhar crítico e menos conteudista, com a adoção de textos complementares e da interpretação de diferentes fontes, como literárias e imagéticas, é válido pensar, mesmo diante de todas as implicações e funções que ele desempenha, que são passíveis de críticas, que o livro didático é para professores e alunos que não possuem acesso a outros meios de adquirir conhecimento, uma forma eficiente de transmissão e moldagem da educação no Brasil, mesmo se considerando a perda da autonomia das disciplinas com a reforma trazida pelo Novo Ensino Médio, aprovada em 2017.

Na análise de Choppin (2004, p. 552), os livros escolares possuem múltiplas funções, dentre elas, quatro essenciais, “que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. São elas:

- 1) Função referencial: (...) *constituindo* o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.
- 2) Função instrumental: *pondo* em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas.
- 3) Função ideológica e cultural: *se afirmando* como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político.
- 4) Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno (CHOPPIN, 2004, p. 553, grifo nosso).

A análise das funções do livro didático definidas pelo autor, implica na interpretação de alguns pontos específicos: o fato de ser referência e depositário onde são determinados e expostos conteúdos

considerados necessários para serem aprendidos pelos educandos, torna-o tanto elemento de instrução como de limitação, pois os seus conteúdos são selecionados em detrimento de outros, e até aspectos desses mesmos conteúdos acabam sendo privilegiados enquanto algumas partes são desprezadas. Isso faz do livro didático um manual-resumo, um guia básico que traz aspectos mínimos de cada tema, entre os selecionados, seguidos de atividades ou exercícios, que segundo a proposta, servem para o aluno praticar o que foi aprendido anteriormente. Ao privilegiar determinados temas, também acaba favorecendo aspectos relacionados à uma região. Em um país continental como o Brasil, a história, a geografia e a literatura regionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, são geralmente menos abordadas nos livros didáticos ante as das regiões Sul e principalmente Sudeste, forjando uma identidade histórica em torno dessa parte do país, concedendo pouco destaque aos acontecimentos que ocorreram no restante do Brasil e que também foram decisivos.

Diante disso, podemos levantar a hipótese de que um aluno que viva em algum Estado da Amazônia ou no interior do Nordeste, não tenha identificação com a paisagem e textos que encontra no livro didático, não conheça minimamente a história a sua cidade, ou sequer do seu estado, além de acreditar que a literatura e a cultura quase sempre só são produzidas pelos outros distantes do seu local de origem. Por isso, embora possua uma importância fulcral para professores e alunos, é inegável que o livro didático possui muitas lacunas na sua própria constituição e tem intenção direcionada a privilegiar determinados aspectos ideológicos ou políticos.

Enquanto documento, o livro didático pode ser analisado por diferentes ângulos. O seu próprio modo de se fazer e/ou ser elaborado, vai registrando a história do país, quando conteúdos ganham maior ou menor importância e até mesmo são excluídos dos seus capítulos. Os novos livros que chegaram às escolas públicas brasileiras para serem usados a partir do ano letivo de 2022, trazem as marcas dessas transformações.

A aprovação da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxe uma mudança significativa na estrutura do ensino médio brasileiro, ampliando a carga horária<sup>34</sup>, além de uma nova organização curricular, considerada “mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos

---

<sup>34</sup> Com o Novo Ensino Médio a carga horária mínima que antes era de 800 horas aulas anuais, passou a contar com pelo menos 1.000 horas. Das 3.000 horas de curso ao longo dos três anos, 1.800 serão dedicadas ao estudo de conhecimentos considerados essenciais presentes na BNCC, na formação básica. As 1.200 horas restantes ficam para os denominados itinerários formativos, à escolha do estudante, de acordo com as suas preferências e projetos para o seu futuro (BOULOS JÚNIOR, 2020).

estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional”<sup>35</sup>. Com essa mudança, as disciplinas foram agrupadas em áreas do conhecimento, somando quatro ao todo, e as antigas disciplinas História, Geografia, Sociologia e Filosofia, passaram a fazer parte da área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse agrupamento, segundo a proposta do Ministério da Educação,

não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (BRASIL, 2009, p. 08).

Além disso, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas<sup>36</sup>,

propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 561).

Diante do exposto, os livros didáticos sofreram adaptações substanciais para agrupar as diferentes áreas do conhecimento em um único manual, caracterizados da seguinte forma:

Os livros de cada área do Novo Ensino Médio são compostos por seis volumes, que compõem uma coleção e não estão divididos segundo os componentes curriculares específicos nem possuem uma seriação ou forma de indicação cronológica linear a ser seguida pelos professores. Cada uma das dezoito unidades estabelece diálogos interdisciplinares e transversais com base em distintos conceitos e procedimentos oriundos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Os tempos e os espaços de aprendizagem são definidos pelas relações que se estabelecem entre professores e estudantes, que assim podem ter na coleção um aliado para a realização do desafio de desenvolver competências e habilidades (MAIDA, 2020, p. XLIII)

A interdisciplinaridade é um conceito muito presente em toda a proposta da BNCC, e a parte destinada às orientações dos professores busca enfaticamente reforçá-la no livro didático, compreendendo-se que o percurso metodológico adotado pelos mesmos na elaboração dos livros

---

<sup>35</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso: 06/01/2022.

<sup>36</sup> A área está, segundo a BNCC, estruturada em seis competências específicas e 32 habilidades que possuem relação com essas competências, contemplando as quatro disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas (BOULOS JÚNIOR, 2020). Para conhecer de forma detalhada as competências e habilidades aqui mencionadas ver: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf).

toma como base esse pressuposto. Em duas das coleções analisadas, o entendimento é de que a interdisciplinaridade coloca “em diálogo a organização do conhecimento sem dissolver as fronteiras disciplinares (MAIDA, 2020, p. XIX), e dessa forma, “o conhecimento disciplinar não é descartado, destruído e tampouco diluído na BNCC. O que ocorre é a organização desse conhecimento de maneira que seja possível a composição de quadros maiores para a compreensão dos fenômenos” (BOULOS JÚNIOR, 2020, p. 79). Nesse processo, a diretriz instituída direciona ao jovem grande protagonismo, adotando o termo “juventudes”, buscando entender as “culturas juvenis em sua singularidade” reconhecendo os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos” (BRASIL, 2018, p. 463), e a instituição escolar deve direcioná-los para a criticidade e a descoberta da investigação através do uso de metodologias ativas, dando ao estudante o “estímulo à autonomia, a criação de espaços nos quais se desenvolvam problematizações e reflexões acerca da realidade e desenvolvimento da produção do conhecimento de forma individual e coletiva” (BOULOS JÚNIOR, 2020, p. 193).

### **As coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o uso da literatura como fonte histórica**

Considerando o protagonismo juvenil no Ensino Médio e as aprendizagens a que devem ter acesso, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, foi concebida com a proposta de “tematizar e problematizar algumas categorias da área”, consideradas imprescindíveis à formação dos estudantes, que são: “Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho” (BRASIL, 2018, p. 562). De modo geral, essas categorias devem perpassar todos os componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tendo interrelação com as competências e habilidades também definidas na BNCC, estando presentes nos livros didáticos através de diferentes abordagens.

Para entender os pares de categorias estabelecidas na BNCC, e de modo especial essas divisões dentro da História, é necessário ter a compreensão de que a “História é o universo de experiências humanas no tempo, como tempo”, e de que ao passo em que a História pode dedicar-se a analisar e entender “qualquer experiência humana, a interdisciplinaridade é regra básica de sua existência: conteúdos e procedimentos de diferentes componentes curriculares interessam ao pensamento histórico, sem que isso signifique substituir a especificidade do trabalho em cada um daqueles saberes” (SILVA, 2016, p. 147).

No âmbito historiográfico, as novas possibilidades de usos de fontes e análises de temas surgidas a partir das propostas teóricas e metodológicas dos *Annales* ocorridas no século XX, permitiu a existência de um diálogo mais próximo entre a história e a literatura, quando “historiadores pioneiros – incorporando técnicas narrativas introduzidas pela literatura e pelo cinema moderno – *ousaram* retomar a narrativa historiográfica” (BARROS, 2008, p. 46, grifo nosso).

Principalmente a partir dos anos 1990, os trabalhos que possuem a literatura como fonte se expandiram no Brasil, passando a ser “uma das temáticas mais promissoras em termos de pesquisas e trabalhos publicados” (PESAVENTO, 2006, p. 03). Na análise de Nicolau Sevensen (1995, p. 21), “a literatura (...) fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos”. Enquanto narrativa, pode-se dizer que a (...) “a História é uma espécie de ficção, ela é controlada, e, sobretudo pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado. [...] A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos” (PESAVENTO, 2003, 58-59).

Elemento decisivo nesse debate, é a posição da história como narrativa<sup>37</sup>, pois são “os fragmentos que a documentam”, ao serem interpretados pelo historiador que possibilitam o conduto da escrita historiográfica. Esses documentos ou fontes, nascem de naturezas diversificadas, entre elas a literária, indo “desde a literatura de viagens, aos romances, crônicas, poemas, ensaios... que possam, cada qual com suas características específicas, ao dizer do passado no presente e projetar futuros, a temporalidade portanto, constituir apoio para o que denominamos conhecimento histórico” (CAMIOTTI e NAXARA, 2009, p. 40). Com ponto de encontros bem próximos, história e literatura são meios narrativos que possuem elementos de partida temas e objetos comuns, uma vez que “história e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço” (PESAVENTO, 2006, p. 02). Levando em conta ainda que todas as experiências narrativas pressupõem formas criativas de visualizar o tempo” (BARROS, 2008, p. 47), é possível concluir que “literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão [...]. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam” (PESAVENTO, 2006, p. 03), porém é importante mencionar que a narrativa

---

<sup>37</sup> Hayden White, defendia a aproximação entre a narrativa história e literária, afirmando que a narrativa história trata-se de uma “ficção verbal”, associando o trabalho do historiador ao do literato. WHITE, Hayden. *O Trópico dos discursos: ensaios sobre da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

histórica obedece a critérios metodológicos e científicos para tecer a sua análise dos fatos, enquanto a literatura não necessariamente deve ter esse compromisso.

Propriamente dito, a narrativa literária, enquanto ficção, possibilita ao historiador formular uma interpretação sobre eventos e uma dada época, questionando as concepções autorais expostas no texto fictício, bem como traços do comportamento individual e do grupo social do tempo e do lugar em que foi produzida. De forma intencional ou não, o literato, seja na crônica, no romance, no poema ou em qualquer outro texto do gênero literário, é capaz de expressar dados que mais tarde podem ser interpretados à luz da história das mentalidades, permitindo aos historiadores conhecerem diferentes formas de pensar e viver em uma determinada época.

No cotidiano escolar, as fontes literárias podem ter a função de “aproximar o aluno do objeto de estudo, identificá-lo, analisá-lo, contextualizá-lo e valorá-lo. E permitem também perceber melhor as mudanças e continuidades entre o passado e o presente, tanto em relação às fontes da época, como em relação às obras recentes” (BLANCH, 2003, p. 36). É diante dessa possibilidade que corroboramos que história e a literatura podem ser trabalhadas no ensino de história de duas formas díspares: a primeira, tomada como fonte para se alcançar o conhecimento histórico de modo precisamente histórico, a segunda associada a um plano interdisciplinar onde história e literatura são tidas como fontes narrativas de sentidos confluentes na aprendizagem de aspectos históricos de um dado período ((BLANCH, 2003).

É partindo desse pressuposto que este trabalho se propõe a responder os questionamentos anteriormente lançados. Antes de partirmos para a análise desejada, faz-se necessário situar de forma técnica o material que será analisado.

#### Quadro 01: Características técnicas da primeira coleção didática analisada

Coleção: “Multiversos: ciências humanas”, 6 volumes. Organizada por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laércio Furquim Júnior.
Editora: FTD.
Formação acadêmica dos autores: – Alfredo Boulos Júnior: Doutor em educação com concentração em História da Educação e Mestre em Ciências com concentração em História Social. – Edilson Adão: Mestre em Ciências com concentração em Geografia humana.

– Laércio Furquim Júnior: Mestre em Ciências com concentração em Geografia humana.

## Quadro 02: Características técnicas da segunda coleção didática analisada

Coleção: “Interação humanas”, 6 volumes. Coordenada por Judith Nuria Maida.

Editora: Editora do Brasil

Formação acadêmica dos autores:

A coleção, além da coordenadora, possui mais dez autores, com formações que contemplam as quatro disciplinas que formam a área de Ciências humanas e Sociais Aplicadas.

## Quadro 03: Características técnicas da terceira coleção didática analisada

Coleção: “Conexão mundo”, 6 volumes. Organizada por Leandro Gomes.

Editora: Editora do Brasil

Formação acadêmica dos autores:

– Leandro Gomes: bacharel e licenciado em Geografia.

– Natália Salan Marpica: doutora em Sociologia.

– Priscila Mandrinati: Bacharel em História e mestra em Ciências com concentração em humanidades.

– Sabiana Maura da Silva: doutora em Educação e mestra e licenciada em Filosofia.

A exposição detalhada de características técnicas e também da composição acadêmica dos autores que elaboraram os livros analisados, visa verificar o caráter multidisciplinar da autoria das obras. Pelo visto anteriormente, os livros são formados por conteúdos referentes às quatro disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. No mosaico acadêmico dos autores, a coleção comandada por Alfredo Boulos Júnior, autor de várias coleções de livros didáticos de História do Ensino Fundamental e Médio, é composta por ele, com formação em História e mais dois autores com titulação em Geografia, não havendo entre eles autores com formação em filosofia ou sociologia. A coleção coordenada por Judith Nuria Maida, é a mais plural entre as três, quando analisado o aspecto formação acadêmica dos autores. Composta por onze autores, a coleção é contemplada por titulados nas quatro disciplinas já citadas, embora haja maior concentração entre eles para História e a Geografia. A coleção encabeçada por Leonardo Gomes, é a

que possui maior equilíbrio entre as áreas. São quatro autores, sendo cada um com formação em algum grau acadêmico em uma das disciplinas que compõe os seis livros.

Mesmo considerando a interdisciplinaridade proposta pela BNCC para o Ensino Médio, e ainda que estejam as editoras condicionadas às demandas de mercado, é importante destacar que as influências teóricas e metodológicas acumuladas por um profissional ao longo da sua formação acadêmica, influencia na sua escrita e também nas suas escolhas no momento da elaboração do livro didático, que por sua natureza, possui muitos aspectos que são bastante particulares. Embora devam ser compostos de maneira interdisciplinar, a ausência de autores com formação ou habilitação em determinada área do conhecimento na elaboração de um livro didático que aborda conteúdo de uma disciplina específica, pode abrir lacunas na composição dos capítulos, seja negligenciando determinados temas ou conceitos em prol de outros que a ele pode ser mais familiar, assim como deixando de utilizar fontes e métodos que são mais comuns à determinada área do conhecimento, como, por exemplo, a literatura no ensino de História. Tema bastante debatido e instigado no seio acadêmico historiográfico, possivelmente pode ser enfoque desconhecido para autores que não possuem formação na área, e ainda assim assinam uma obra que leva os seus conteúdos. O exemplo citado é ilustrativo e específico, mas que abre espaço para a discussão que envolve todas as áreas do conhecimento que compõem os livros didáticos.

Dito isso, cabe verificar e analisar os questionamentos lançados para a elaboração deste texto: os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, utilizam a literatura como fonte de construção do conhecimento histórico? De que forma a literatura é colocada em diálogo com as ciências humanas e sociais no livro didático do Novo Ensino Médio? Para responder a esta primeira pergunta, expomos as tabelas abaixo:

Tabela 01: Usos da literatura como fonte histórica nos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, coleção **“Multiversos: ciências humanas”**, organizada por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laércio Furquim Júnior.

Subtítulo da coleção <sup>38</sup>	Obra e autor	Objetivo para que foi usado
Globalização, tempo e espaço	–	–
Populações, territórios e fronteiras	<p>Poema “Mama Negra”, Viriato da Cruz.</p> <p>Poema “Adeus à hora da largada”, Agostinho Neto.</p> <p>Poema “Monangamba”, Antonio Jancinto.</p> <p>Poema “Enquanto escrevo”, Grada Kilomba.</p>	<p>Introduzir o capítulo sobre as independências da África e da Ásia.</p> <p>Disponível na parte destinada às atividades, com a finalidade de dar subsídio à resolução de perguntas sobre as independências da África e da Ásia.</p> <p>Disponível na parte destinada às atividades, com a finalidade de dar subsídio à resolução de perguntas sobre a resistência dos povos africanos aos colonizadores.</p> <p>Disponível na seção “Jovens em ação”, traz após o poema, um conjunto de perguntas e atividades que devem ser realizados pelos estudantes.</p>
Sociedade, natureza e sustentabilidade	–	–
Trabalho tecnologia e desigualdade	Poema “Reflexo condicionado”, Antonio Carlos Brito.	Dialogar sobre o conceito de Produto interno bruto – PIB, na abertura do capítulo sobre trabalho, indicadores e desigualdades sociais. O poema é seguido de dois questionamentos que devem ser respondidos pelos estudantes após análise dos versos.

<sup>38</sup> Os livros das três coleções foram colocados na ordem numérica dos três dígitos finais do código de cada uma delas.

Ética, cultura e direitos	“A Divina Comédia”, Dante Alighieri.	Faz menção rápida à obra “A Divina Comédia” para introduzir os conceitos das ideias iluministas, trazendo na sequência uma pergunta sobre a representação do universo concebido pelo autor nessa obra.
Política, conflitos e cidadania	–	–

Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo Boulos, SILVA, Edilson Adão da e FURQUIM JUNIOR, Laércio. *Multiversos: ciências humanas (...)*. FTD, 2020. Volumes da coleção identificados na tabela.

Dos seis volumes comandados por Boulos Júnior, três deles fazem uso de algum gênero literário nos seus capítulos, com destaque para o volume “populações, territórios e fronteiras”, que recorre a poemas em quatro oportunidades. Esse é um dos pontos a serem observados: a opção dos autores pelos poemas. Das seis vezes em que o recurso literário foi utilizado, cinco foram poesias. Outro dado importante é que em apenas uma dessas ocasiões um poema é utilizado em um conteúdo para a análise de um fato histórico.

Embora possamos considerar que o recurso literário é posto com certa frequência nessa coleção, além da concentração de poemas, como já citamos, outro aspecto pode ser identificado: quase sempre são evocados como objeto provocador de questionamentos que devem ser respondidos pelos estudantes; quando não fixados ao final do capítulo para dar subsídio a alguma atividade, aparecem no interior do mesmo quase sempre suscitando alguma resposta, com atividades que abordam questões tanto gerais como específicas sobre os temas estudados, como, por exemplo: “como pode ser interpretado o trecho (...)?; em que contexto essa poesia foi escrita? O que o autor quis dizer com (...) (*cita outro trecho*); o que a leitura do poema pode concluir e está explícito?; o que a leitura do poema permite concluir e está (implícito?) (...)” (BOULOS JÚNIOR, 2020, p. 79, vol. *Populações, territórios e fronteiras*, grifo nosso).

É deveras importante compreender que a própria História instiga o uso de fontes literárias como objeto de questionamento e também de respostas para a interpretação de fatos históricos, porém a forma como o gênero literário é posto nos capítulos, leva a entender que a compreensão da literatura enquanto discurso narrativo que auxilia a história na construção do conhecimento histórico é limitada a pequenos espaços, e visto como suporte didático para o levantamento de questões, e não propriamente como fonte norteadora que pode ser fonte de construção da narrativa histórica

apresentada. Nesse ponto, a literatura é usada para fomentar a análise do tema, e pouco para auxiliar na elaboração de um discurso que é exposto dentro do capítulo. Em relação à seleção dos poemas, destaca-se a maior opção por literatos de origem estrangeira, principalmente africanos, que não pertencem ao panteão de clássicos da literatura nacional ou internacional, com exceção de Dante Alighieri.

Tabela 02: Usos da literatura como fonte histórica nos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, coleção **“Interação humanas”**, coordenada por Judith Nuria Maida.

Subtítulo da coleção	Obra e autor	Objetivo para que foi usado
A formação das sociedades e das civilizações no Brasil e no mundo	Breve texto explicativo sobre literatura de cordel.  Livro “A Pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta”, Ariano Suassuna.  Livro “Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis”, Jarid Arraes.	Aborda a literatura de cordel como expressão artística para entendimento do processo de formação do Brasil e da sociedade brasileira, sem citar nenhuma obra ou trecho de algum cordel.  Livro indicado como dica de leitura acerca de temas da cultura popular brasileira.  Livro indicado como dica de leitura sobre heroínas negras na História do Brasil.
Trabalho e transformação na vida humana	–	–
O poder econômico e a construção da autonomia dos povos e países	Livro “Decamerão”, Giovanni Boccaccio.  Poema “Mar português”, Fernando Pessoa.	Mostra uma citação do livro com a finalidade de contextualizar sobre as doenças no passado, em especial na idade média, fazendo paralelo com a atualidade.  Disponível na parte destinada às atividades, com a finalidade de dar subsídio à resolução

	Poema “Vozes-mulheres”, Conceição Evaristo.	de perguntas sobre as navegações portuguesas no início da era moderna.  Exposto com a finalidade de reforçar a análise sobre a “ideia de raça e as mulheres negras”, seguido de três perguntas que devem ser respondidas com base na análise do poema.
Sociedade brasileira: conflitos, tensões e a juventude	Livro “Jeca Tatu”, Monteiro Lobato.	Introduzir sobre aspectos da situação do homem do campo no começo da república brasileira. Faz uma breve explicação da obra, seguida de uma pergunta sobre ela.
O Brasil e o mundo na atualidade	Livro “Capão pecado”, Ferréz.	Menciona o movimento literário denominado “literatura marginal” e cita um trecho de uma obra pertencente a esse movimento, exemplificando-o.
As sociedades humanas, seus desafios e percursos	Livro “O mulato”, Aluísio Azevedo.  Poema “Sou Imigrante”, Moisés Antonio.	Trecho do livro contido na parte destinada às questões de Enem e Vestibulares, com a finalidade de resolução de uma pergunta sobre a escravidão negra no Brasil.  Poema exposto na parte destinada às questões de Enem e Vestibulares, com a finalidade de resolução de uma pergunta sobre a imigração estrangeira para o Brasil.

Fonte: MAIDA, Judith Nuria (coord.). *Interação humanas (...)*. São Paulo: Editora do Brasil, 2020. Volumes da coleção identificados na tabela.

A coleção coordenada por Judith Maida, é entre as três a que mais recorre à literatura e a diferentes gêneros literários na composição dos conteúdos, nos seis volumes que ela assina com os demais autores. Apenas um volume não traz o diálogo entre as duas formas narrativas, e a distribuição entre os livros chega a ser quase equilibrada. Como na primeira obra analisada, recorre-se também ao uso de poesias, porém abre espaço para os demais gêneros literários, incluindo a literatura de cordel, que é mencionada de forma explicativa, embora não haja citação de nenhum texto específico. Na seção

intitulada #ficaadica, são indicadas duas obras para leitura, bem como uma breve explicação delas. Há clara opção por autores e obras ditas clássicas, como Monteiro Lobato, Fernando Pessoa, Aluísio Azevedo e Conceição Evaristo.

Para além das indicações e explicações de tendências literárias, apenas o trecho do livro “Decamerão”, é utilizado como fragmento para explicar um momento histórico através da literatura. Na exposição sobre a peste bubônica na idade média, após explicação e uso de uma imagem sobre o tema, um trecho do livro de Giovanni Boccaccio é colocado como registro do acontecimento retratado, juntamente com um texto do historiador Georges Duby. Vemos que essa é a única ocasião nas três coleções analisadas que o texto literário é colocado como fonte ou recurso para a explicação de um fato histórico, pondo em exercício direto o diálogo entre a história e a literatura. Nos demais casos, o texto literário seja ele poema ou não, é posto sequenciado de questões a serem respondidas, porém diferentemente da primeira coleção citada, as perguntas são mais diretas e contemplativas em relação ao conteúdo estudado, como, por exemplo, o uso do poema “Mar Salgado”, de Fernando Pessoa, através do qual são formuladas as seguintes perguntas: “pesquise o que é cabo Bojador. Explique qual é o sentido de sua menção no contexto descrito no poema.; de acordo com o poema, qual é a relação entre Portugal e o mar?; em sua opinião, o poema expressa uma visão positiva das grandes navegações? (...) (MAIDA, 2020, p. 55, vol. O poder econômico e a construção da autonomia dos povos e países). Dado a ser observado é que o número de perguntas não é extenso, girando sempre em torno de três, a depender do contexto em que os poemas são colocados, podem variar até para menos.

Tabela 03: Usos da literatura como fonte histórica nos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, coleção **“Conexão mundo”**, organizada por Leandro Gomes.

Subtítulo da coleção	da	Obra e autor	Objetivo para que foi usado
Liberdade e vida social	e	Livro “O Quinze”, Rachel de Queiroz.	Mostra um trecho da obra para reforçar o debate acerca da seca e da migração do homem do campo para as cidades no Brasil.
Fronteiras físicas e culturais	e	–	–
Sociedade e natureza	e	Livro “A cidade e as serras”, Eça de Queiroz.	São citados dois trechos da obra usada como fonte no conteúdo sobre a Revolução industrial do século XIX. O texto é seguido de algumas questões para serem resolvidas com base na sua leitura e do tema estudado no capítulo.
Trabalho e sociedade	e	<p>“Os trabalhos e os dias”, Hesíodo.</p> <p>Poema “Elegia, 1938”, Carlos Drummond de Andrade.</p>	<p>São citados trechos da obra com a finalidade de dialogar com a escravidão e trabalho livre na antiguidade. Os versos são seguidos de perguntas para serem respondidas com base neles.</p> <p>Poema citado na parte destinada às atividades no final do capítulo, com a finalidade de serem respondidas algumas questões sobre o capitalismo no século XX.</p>
Convivências e conflitos	e	Livro “Quarto de despejo”, Carolina Maria de Jesus.	Obra citada na parte destinada às atividades de final de capítulo, com a função de contextualizar a História do Brasil nos anos 1960, bem como analisar um pequeno trecho da obra, que é posto como suporte para responder a algumas questões.
Política e cidadania	e	–	–

Fonte: GOMES, Leandro *et. al.*, *Conexão mundo (...)* Editora do Brasil, 2020. Volumes da coleção identificados na tabela.

Na coleção posta na tabela anterior, dos seis volumes, a literatura está presente em quatro, sendo todos textos de autores conhecidos no mundo literário e acadêmico. O primeiro é o romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. A intenção é reforçar, através do texto literário a seca no Ceará e a dificuldade que os migrantes tinham para chegarem até a capital do Ceará, Fortaleza, sendo capitaneados para os campos de concentração. Embora traga trechos e imagens sobre esse período, o fragmento do romance é colocado após a seguinte frase: “Conheça um trecho da obra”, sem haver maior problematização e/ou explicação sobre a função que esse texto literário desempenha na construção da narrativa histórica acerca de um determinado fato, parecendo está disponível a título “ilustrativo” ou contemplativo, de tal modo que, diferentemente como quase sempre são feitas com as poesias nos livros analisados, não há perguntas sobre o trecho dado e/ou relação com alguma outra obra, seja clássica ou historiográfica em que uma reforce o discurso da outra. Diferente disso, ocorre com o trecho de “As cidades e as serras”, de Eça de Queiroz, que é colocado seguido da seguinte pergunta: “o que o trecho indica sobre o uso dos recursos naturais durante a segunda etapa da revolução industrial? (GOMES, *et. al.*, 2020, p. 47, vol. Sociedade e natureza).

Observa-se nessa coleção que os textos literários são colocados com a finalidade de contextualização histórica, e quando possuem o desígnio de instigarem a resolutividade de atividades acerca do conteúdo do capítulo abordado, possuem questões bastante problematizadoras, que requerem do aluno a capacidade de interpretação do poema e o entendimento do conteúdo e de um contexto histórico amplo para conseguir chegar a uma resposta satisfatória.

Diante do exposto, é perceptível o uso da literatura como fonte histórica nos livros didáticos da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com finalidades diversas: indicação de leitura, menção à determinado gênero literário, citação de trechos de obras para contextualizar um período de tempo e/ou acontecimento, apenas de forma ilustrativa e para suscitar a criticidade do aluno, a interpretação e a compreensão de determinado tema através da análise do texto colocado. Embora percebamos a preferência de alguns autores pela poesia, romances também foram mencionados. É importante notar que embora haja a sua presença nos livros didáticos, a metodologia empregada para uso da literatura carece de mais atenção ou até mesmo contextualização no momento em que a obra é introduzida, tanto quando juntamente com o texto historiográfico como também, principalmente nas situações em que é posta para dar subsídio para a resolutividade de questões.

## Considerações

Colocar a literatura como fonte histórica no livro didático, é oferecer uma visão mais ampla do processo de construção do conhecimento histórico, capaz de dialogar com diferentes tipos narrativos. Romances, crônicas, contos e poesias são construções literárias que têm um contexto de produção do seu autor. O texto literário é capaz de oferecer subsídios para que o historiador formule sua interpretação sobre um dado tempo, lugar ou acontecimento.

Não se trata de discutir até que ponto a literatura é ficção e a história é verdade, mas observa-se a capacidade do texto literário oferecer muitas respostas ao discurso histórico, quando a fonte literária é “perguntada” dentro de um contexto. Independentemente das características narrativas, que historiadores como Hayden White (2001) defende serem muito próximas, ratificamos, resguardadas as devidas proporções, a imaginação, que tanto o historiador como o literato usam no momento da sua escrita. Embora o historiador interprete a partir do documento, o literato escreve muitas vezes o que percebe em uma sociedade, como, por exemplo, as transformações, os diferentes aspectos da cultura e os movimentos políticos e sociais, da forma como fizeram historiadores como Sidney Chalhoub (2003) e Nicolau Sevcenko (1995).

Nos livros didáticos, essa face ainda aparece de forma tímida diante do impacto que as pesquisas que usam a literatura como fonte já causam há décadas nas universidades brasileiras. Mesmo que identifiquemos a presença de textos literários dentro dos livros didáticos, o tratamento dado a eles ainda é pequeno. As três coleções analisadas recorreram a diferentes gêneros literários, com predominância das poesias. Quase sempre a literatura foi usada para conduzir a resolução de questões, que não colocavam o texto literário como fonte histórica capaz de oferecer respostas mais concisas sobre o conteúdo estudado, pois os livros analisados quase não usaram a fonte literária como forma de construção da narrativa histórica dentro da exposição dos capítulos, sendo restritas a indicações, introdução de capítulos e/ou exercícios.

Com isso, vemos que o tratamento dado à literatura no livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ainda é limitado a determinados espaços – principalmente o interdisciplinar – algo que os autores já fazem com outras disciplinas, demonstrando a necessidade da literatura ser tomada como fonte, de forma mais concisa nos livros da educação básica, situando o aluno enquanto sujeito histórico, pondo ele em contato com as produções culturais do período representado.

## Referências

- BARROS, José D'Assunção. História, narrativa, imagens. Desafios contemporâneos do discurso historiográfico. **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, pp. 33-64.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 382f. (Tese de doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1993.
- BLANCH, Joan Pagès. As fontes literárias no ensino de história. **OP SIS**, Catalão, v. 13, n. 1, p. 33-42 - jan./jun. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNPE/CP nº 11/2009*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 28.
- BRASIL. **Guia PNLD 2020: orientações gerais para a escola**. Ministério da Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/13410-guia-pnld-2020>
- BRASIL. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- CAMILOTTI, Virgínia e NAXARA, Márcia Regina C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549- 566, set./dez. 2004.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: ética, cultura e direitos**. São Paulo: FTD, 2020.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: globalização, tempo e espaço**. São Paulo: FTD, 2020.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: política, conflitos e cidadania**. São Paulo: FTD, 2020.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: populações, territórios e fronteiras**. São Paulo: FTD, 2020.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade**. São Paulo: FTD, 2020.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo, LOBÃO, Edilson e FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Multiversos: ciências humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade**. São Paulo: FTD, 2020.

- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: trabalho e sociedade**. Editora do Brasil, 2020.
- GOMES, Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: sociedade e natureza**. Editora do Brasil, 2020.
- GOMES, Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: fronteiras físicas e culturais**. Editora do Brasil, 2020.
- GOMES, Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: liberdade e vida social**. Editora do Brasil, 2020.
- GOMES Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: convivências e conflitos**. Editora do Brasil, 2020.
- GOMES, Leandro *et. al.* **Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: política e cidadania**. Editora do Brasil, 2020.
- GULLINO, Daniel, GRANDELLE Renato e FERREIRA, Paula. **O Globo**, 03. Jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-mudanca-em-livros-didaticos-muita-coisa-escrita-tem-que-suavizar-24170001>
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, nº 69, jan./mar., 1996.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: a formação das sociedades e das civilizações do Brasil e do mundo**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: as sociedades humanas, seus desafios e percursos**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: o Brasil e o mundo na atualidade**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: o poder econômico e a construção da autonomia dos povos e países**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: o trabalho e a transformação da vida humana**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MAIDA, Judith Nuria (coord.). **Interação humanas: sociedade brasileira: conflitos, tensões e a juventude**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 23, n. 3(69), p. 51-66, set./dez. 2012.
- OLIVEIRA, Thaís Reis. **Carta Capital**, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-esperar-da-primeira-fornada-de-livros-didaticos-sob-bolsonaro/>.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Marcos. Entre o espelho e a janela (ensino fundamental e direito à História). **Projeto História**, São Paulo, n. 54, pp. 139-161 Set-Dez, 2016.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WHITE, Hayden. **O Trópico dos discursos**: ensaios sobre da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

## Cultura política e trajetórias: possibilidades metodológicas

Political culture and trajectories: methodological possibilities

**Guilherme Catto**

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

gcatto@msn.com

**Recebido:** 10/08/2022

**Aprovado:** 26/07/2023

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo debater o uso da análise de trajetórias como metodologia para o estudo de culturas políticas. Uma exposição tratará da incorporação do conceito de Cultura Política pela historiografia, demonstrando as modificações operadas em relação à forma como o conceito era utilizado na Ciência Política. Em seguida, serão apresentados trabalhos que articulam a análise de trajetórias e a investigação de culturas políticas. Nesse ponto, o objetivo é demonstrar quais procedimentos metodológicos já foram utilizados para realizar esse tipo de pesquisa. Por fim, faremos a proposta da utilização da prosopografia como metodologia para o estudo das culturas políticas, já que ela também consiste em uma análise de trajetória, mas, nesse caso, trajetórias de grupos, com os sujeitos considerados na relação com os conjuntos.

**Palavras-chave:** Cultura política; Prosopografia; Trajetória.

**Abstract:** The aim of this text is to discuss the use of trajectory analysis as a methodology for studying political cultures. An exposition will address the incorporation of the concept of Political Culture through historiography, demonstrating the modifications made to how the concept was used in Political Science. Then, works that combine trajectory analysis and the investigation of political cultures will be presented. At this point, the goal is to demonstrate which methodological procedures have already been used to perform this type of research. Finally, we will propose the use of prosopography as a methodology for the study of political cultures since it also consists of trajectory analysis, but in this case, group trajectories, with the subjects considered in relation to the collectives.

**Keywords:** Medieval Ireland; Imperialism; Colonialism.

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo examinar a articulação entre o conceito de cultura política e o estudo de trajetórias; mais especificamente procuramos refletir sobre a utilização de trajetórias para análise de culturas políticas. Algumas produções bibliográficas que se valeram dessa articulação foram inspiração para a ideia deste artigo e, portanto, são objeto de uma apreciação mais minuciosa no decorrer do texto. Inicialmente, buscamos expor como a cultura política foi apropriada pela historiografia. Demonstramos que, entre os historiadores, o conceito foi modificado em relação a sua formulação original, na Ciência Política norte-americana. Em seguida, utilizando as produções que nos serviram de inspiração, apontamos para a possibilidade do uso de análise de trajetórias para o estudo de culturas políticas. Assim, pretende-se exemplificar como esse tipo de análise focada em alguns personagens da política brasileira no século XX permitiram a averiguação das culturas políticas às quais eles estavam vinculados ou pelas quais foram influenciados. Por fim, propusemos a utilização da prosopografia como uma metodologia que permite também articular trajetórias e a investigação de culturas políticas.

Apesar de possuir longa existência, - a palavra aparece em textos do século XVI (BULST, 2005) – hoje a prosopografia é tratada pelos historiadores como um sinônimo para “biografia coletiva” (CHARLE, 2006; FERRARI, 2010). As diversas definições são mais bem analisadas por Bulst (2005), no entanto, podemos destacar que, comum a todas elas, está a preocupação com a análise do indivíduo em função do grupo social do qual faz parte, para o que é essencial a dimensão comparativa<sup>39</sup>. Assim, enquanto a biografia tem como foco o indivíduo, a prosopografia visa “o conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações com o conjunto” (BULST, 2005, p. 55). Isso também significa afirmar que, apesar de seu enfoque, a prosopografia não pode renunciar à biografia; e que qualquer pesquisa sobre um grupo deve começar tentando estabelecer biografias individuais para serem submetidas à comparação<sup>40</sup>. Daí a equivalência dada por diversos historiadores à prosopografia e biografia coletiva. É pela inspiração nos trabalhos que serão apresentados – que

---

<sup>39</sup> Apesar do uso do termo “biografia” e “biografia coletiva”, essa definição de prosopografia aproxima-se do conceito de “trajetória” definido por Pierre Bourdieu, como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (2006, p. 189). Bourdieu (2006) considera não ser possível compreender uma trajetória sem que seja feita a reconstrução do espaço social na qual essa se desenrolou, bem como das relações do sujeito considerado com outros sujeitos nesse mesmo espaço e “confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (Ibid., p. 190). Adotamos essa definição de trajetória no presente trabalho.

<sup>40</sup> Em que pese o esforço inicial da prosopografia seja a construção de biografias individuais, a metodologia não consiste na justaposição de várias biografias e é isso que a aproxima do conceito de “trajetória” definido por Pierre Bourdieu. Esse aspecto metodológico será mais bem apresentado em seção posterior.

utilizam a análise de trajetórias para a investigação de culturas políticas – e por ter em conta essa definição de prosopografia que o presente trabalho foi concebido.

### **A cultura política e sua apropriação pelos historiadores**

O conceito de cultura política foi desenvolvido na Ciência Política, pelos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba e “ganhou estatuto acadêmico e as primeiras reflexões sistemáticas nos anos 1950 e 1960” (MOTTA, 2009, p. 16). Esses autores estavam convencidos de que as escolhas e decisões políticas não poderiam ser explicadas somente a partir dos modelos da teoria da escolha racional (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999) e “que o condicionamento ambiental e psicológico modelaria as crenças, os valores e as opiniões políticas (DUTRA, 2002, p. 15). Dessa forma, a concepção do conceito de cultura política está ligada a uma crítica aos paradigmas iluministas (MOTTA, 2018) – especialmente ao “paradigma liberal-racionalista, que vê os agentes políticos como seres movidos por ideias e interesses” (Idem. 2013, p. 11). Almond e Verba consideravam que as respostas dos sujeitos a uma situação objetiva “se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 228).

Diferente das correntes dominantes na Ciência Política, Almond e Verba procuraram explicar os comportamentos políticos através das atitudes individuais e não a partir de instituições ou características sociais e econômicas<sup>41</sup>. A cultura política “remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político” (Ibid., p. 230) e, por isso, os cientistas optaram por analisar comportamentos e crenças de grupos e de indivíduos. Além disso, atribuíram grande importância ao processo de socialização política para explicar os sistemas políticos (DUTRA, 2002). O mérito das formulações de Almond e Verba está em privilegiar o estudo das dimensões subjetivas da política (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999), além de estimular pesquisas focadas nas conexões entre política e cultura (MOTTA, 2018). Em sua concepção, os cientistas políticos apropriaram-se do conceito de cultura da antropologia “no sentido assumidamente simplificado de ‘orientação psicológica em relação aos fatos sociais’” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230). Foi na antropologia, da mesma forma,

---

<sup>41</sup> A tese dos cientistas políticos norte-americanos se desenvolveu entre duas tradições acadêmicas de maior corpo. A primeira, dominante na ciência política, “reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 232). Esse modelo explicativo atribui papel central ao que pode ser chamado de “moldura constitucional”, que, conforme esse paradigma, teria a capacidade de prever as interações entre os agentes racionais, desconsiderando, dessa forma, as variáveis culturais. A segunda tradição acadêmica, de outra parte, enfatiza a importância dos fatores socioeconômicos no desempenho das instituições, também desconsiderando os aspectos da cultura.

que encontraram a inspiração para os estudos de caráter nacional, o que levou Almond e Verba a pensarem cultura política em termos de espaços nacionais (MOTTA, 2018).

O conceito é definido por eles como “um ‘conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política’” (DUTRA, 2002, p. 15). A partir dessa definição e da identificação de valores, opiniões e atitudes, mensurados através de enquetes de tipo *survey*, os cientistas políticos norte-americanos estabeleceram uma classificação que consiste em três tipos básicos de cultura política: (1) a paroquial, relacionada à estrutura política tradicional, com demarcação clara dos papéis daqueles que compõem o sistema político, o qual não está aberto para a maioria dos indivíduos e grupos; (2) a de sujeição, típica de estados autoritários; e (3) a cultura cívica, que corresponderia ao modelo liberal-democrático, predominante nos países ocidentais e que teria seu exemplo mais completo no sistema político norte-americano (NÉSPOLI, 2015).

O modelo proposto por Almond e Verba recebeu diversas críticas. Algumas em razão de sua tipologia, que restringia as culturas políticas a somente três tipos (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999); outras pela decorrente hierarquização das diferentes culturas e suas implicações etnocêntricas, o que levava a uma idealização da democracia liberal e uma proximidade com os preceitos da Guerra Fria (MOTTA, 2013, 2018)<sup>42</sup>. Além disso, foi criticada a perspectiva nacional usada pelos norte-americanos, vista como “excessivamente generalista” por atribuir a um espaço nacional inteiro uma única cultura política (MOTTA, 2009, p. 19). Essas objeções foram levadas em conta quando os historiadores se apropriaram da cultura política. No entanto, o modelo de Almond e Verba permanece como referência para qualquer balanço sobre o tema, seja para problematizá-lo, ampliá-lo ou negá-lo (DUTRA, 2002).

Cientes das críticas que a cultura política já havia sofrido desde sua concepção, os historiadores procuraram reformular a noção em certos aspectos, além de se somar às objeções que já existiam. Berstein (1998, p. 353) deixa claro que as críticas ao conceito incidem “sobre dois pontos alheios à cultura política tal como a encararam os historiadores”. A hierarquização das diferentes culturas políticas, que encontraria o modelo mais bem-acabado nas democracias liberais do Ocidente, é rechaçada pelo historiador francês por implicar em um juízo de valor, algo que na concepção de Berstein não cabe aos historiadores. Simultaneamente, é contestada a proposta de uma tipologia restrita à três culturas políticas. O elemento mais controverso dessa característica está em como explicar que

---

<sup>42</sup> “Diferentemente dos antropólogos, cuja noção de cultura traz implícita a ideia de relativização, Almond e Verba entendem que a *cultura política democrática* – ou *cultura cívica*, para usar a terminologia dos autores – é uma conquista da sociedade ocidental” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230).

diferentes civilizações possam formular culturas políticas idênticas (DUTRA, 2002). Diante disso, Berstein propõe que a noção de cultura política para os historiadores está “estritamente ligada à cultura global de uma sociedade” (1998, p. 352), isso por não considerar que ela tenha “uma existência prévia independente dos comportamentos que a inspiraria” (DUTRA, 2002, p. 16). Decorre daí que as culturas políticas são múltiplas; além de não caberem em uma tipologia, são várias dentro de um mesmo espaço nacional, na visão de Berstein.

A pluralidade das culturas políticas em uma mesma nação – contra a ideia original de culturas políticas de caráter nacional – está relacionada a outra crítica à formulação de Almond e Verba. Essa questão é examinada mais detidamente pelo historiador francês e a sua concepção possui maior influência no uso do conceito pelos historiadores, ainda que uma alternativa seja apontada mais recentemente. Berstein (1998) considera a ideia de uma cultura política nacional “sedutora e pouco satisfatória” (1998, p. 353). Seu argumento está calcado na ideia de que distintas culturas, em sentido geral, coexistem em uma sociedade, como uma cultura de elite, que é diferente de uma cultura das massas. Por isso, o historiador defende que “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas” (Ibid., p. 354); em certas situações, alguma delas pode se tornar dominante, mas não eliminar as demais, que permanecem disputando o espaço público, podendo influenciar e sofrer influência da cultura dominante de então.

Em trabalhos mais recentes, Motta tem proposto uma superação da oposição entre os modos de se conceber cultura política, seja através da leitura do caráter nacional ou da matriz pluralista, proposta por Berstein (MOTTA, 2018). Longe de sugerir um retorno ao modelo etnocêntrico de Almond e Verba, o historiador defende que “é possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo [...], convivendo com culturas ou subculturas que disputam esse espaço nacional, e que podem [...] carregar algumas características semelhantes” (Idem, 2009, p. 24). A partir dessa leitura, seria possível, por exemplo, a existência de uma cultura política brasileira que conviveria com outras culturas ou subculturas, como a trabalhista, a comunista, a conservadora, etc. e guardaria elementos comuns a todas elas. Esse, no entanto, é um debate em andamento que foge à proposta deste texto.

De maneira geral, a apropriação da cultura política pelos historiadores teve duas fontes de influência principais. Por um lado, houve forte influxo do paradigma culturalista, especialmente entre os anos 1980 e 1990, quando esse impactou os meios historiográficos (Idem., 2018). Por outro lado, boa parte das modificações aplicadas pelos historiadores ao conceito se deu por sua maior proximidade

com a antropologia, enquanto os cientistas políticos norte-americanos inspiravam-se na sociologia e na psicologia (Idem., 2009). Os antropólogos, já nas décadas de 1930 e 1940, questionavam as visões etnocêntricas nas pesquisas sobre as práticas políticas nas “sociedades primitivas”, procurando defini-las não pela negatividade, isto é, pela ausência de instituições semelhantes à da sociedade ocidental (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). Dessa forma, por utilizar cultura em um sentido antropológico, os historiadores excluíram os elementos funcionalistas e etnocêntricos da formulação de Almond e Verba (MOTTA, 2013).

A abordagem das culturas políticas na historiografia procura estudá-las não somente como sistemas simbólicos ou funcionais e tenta perceber seu o enraizamento social (DUTRA, 2002). Mais do que procurar modelos pré-estabelecidos, os historiadores entendem que as culturas políticas nascem a partir das respostas dadas por uma sociedade aos problemas de sua história; ela passa, então, por uma elaboração lenta e complexa – o que a inscreve na Longa Duração – que culmina em sua interiorização e permite “explicar os comportamentos políticos a partir de uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante sua existência” (BERSTEIN, 1998, p. 359). Da mesma forma, não são um dado fixo, imunes à mudança, pois estão em frequente contato com outras culturas que também disputam o espaço público, influenciando-se mutuamente (MOTTA, 2009). Além disso, não provém somente do emocional, pois “sua aquisição faz supor um raciocínio” e colocá-la em prática “implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta” (BERSTEIN, 1998, p. 360-361). Assim, ao considerar a relevância da cultura política não há intenção de “opor à escolha racional um paradigma culturalista”, mas sim de buscar “outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos” (MOTTA, 2009, p. 28).

Entre as definições do conceito propostas pelos historiadores, aparecem diversas características comuns. Berstein (1998) parte da definição de Sirinelli<sup>43</sup>, da qual retém o papel central do conceito de representações. Posteriormente, o historiador francês aprofundou “a ideia da cultura política como ‘sistema de representações portadores de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas’” (DUTRA, 2002, p. 24). Assim, a cultura política seria um conjunto coerente e homogêneo, mas de componentes diversos, como “uma base filosófica ou doutrinal”, “uma leitura comum e normativa do passado histórico”, “uma visão institucional”, “uma concepção da sociedade

---

<sup>43</sup> “Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de ‘uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política’” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

ideal” e “um discurso codificado” para exprimir o todo, que possui “palavras-chave [...] portadoras de significação” (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

A definição sugerida por Motta apresenta uma boa síntese, reunindo os principais pontos do conceito. O autor entende a Cultura Política como

conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (2018, p. 114).

Podemos notar, novamente, o papel central das “representações”. O historiador ressalta a necessidade de tratá-las em sentido amplo, como um “conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversificada cultura visual” (Idem., 2013, p. 12). Forma-se, através desse conjunto de representações, algo como um código, expresso por um vocabulário, palavras-chave, pelo gestual e por práticas, que é compartilhado por indivíduos e pelo coletivo e que serve como indício para a compreensão das motivações dos atos e escolhas políticas, bem como as filiações dos sujeitos a determinados grupos. No entanto, apesar do caráter central que a categoria “representação” possui, não se pode restringir os estudos de cultura política a esse tema, isso porque as práticas motivadas pelas representações têm igual importância para a compreensão dos fenômenos. A principal sugestão nesse ponto é não opor práticas e representações, sendo melhor “considerar a existência de uma relação de mútua determinação”, na qual “as ações influenciam as representações, que nela se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais” (Idem., 2009, p. 22-23).

Desse modo, o conceito de cultura política é entendido entre os historiadores como esse conjunto de práticas e de representações que parte do pressuposto de que os seres humanos agem movidos por ideias e interesses racionais, e juntamente por “paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança” (Idem., 2013, p. 11), mobilizados através de “crenças, mitos, ou pela força da tradição” (Idem., 2009, p. 22). Assim, através do gestual, do argumentário, dos discursos, das palavras-chave e das ações seria possível descobrir as filiações políticas dos indivíduos, o que pode contribuir para explicar seus comportamentos e posicionamentos. Além disso, permite compreender a coesão de um grupo que compartilha da mesma cultura (BERSTEIN, 1998). É preciso destacar, entretanto, que não se trata de um reducionismo culturalista, já que o argumento principal é que “as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas

tradições” (MOTTA, 2018, p. 113), mas cujo grau de interferência depende dos sujeitos e do contexto com o qual estão interagindo. Por isso, não se trata de comportamentos determinados por estruturas culturais, pois o campo da política supõe o protagonismo dos sujeitos e possibilidades de escolha. Dessa forma, há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos (Idem., 2013)

A integração das culturas políticas, isto é, as formas como elas são transmitidas e reproduzidas favorece o fato de não existir uma determinação única por parte das estruturas culturais. Isso porque as culturas políticas são difundidas através de vetores e canais variados, que são os mesmos da socialização política tradicional. Dessa forma, “nenhum desses vetores da socialização política procede por doutrinação” e a “sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva” (BERSTEIN, 1998, p. 357). Entre esses vetores ou canais de reprodução das culturas políticas estão: a família; as instituições educacionais, como a escola e a universidade; as instituições militares; ambientes de trabalho; partidos políticos; sindicatos; agremiações esportivas; entidades religiosas; os meios de comunicação; em suma, “diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver” (Ibid., p. 356). É essa ação variada, contraditória, composta por diversas influências que permite aos sujeitos a filiação a uma cultura política, “a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca” (Ibid., p. 357).

Em diversas obras historiográficas esses canais de transmissão das culturas políticas são objeto de análise; em outros casos, os repertórios de ação e de representação que são o foco dos estudos (DUTRA, 2002). Outro enfoque que pode contribuir para as pesquisas que envolvem a cultura política é o do método comparativo, cujo olhar permite realçar características que se destacam na comparação de realidades e tradições (MOTTA, 2018). Além dessas abordagens, cabe mencionar os trabalhos da antropóloga Karina Kuschnir, que examina trajetórias individuais associando-as ao mapeamento de redes sociais, permitindo “discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 241). Apesar das diversas possibilidades de pesquisa, Motta (2009) atenta para a necessidade do investimento em discussões sobre metodologias. Levando isso em consideração, pretendemos abordar a seguir algumas produções bibliográficas que utilizam o conceito de cultura política associada à análise de trajetórias.

## Cultura política e a análise de trajetórias

Nesta seção abordaremos algumas produções de historiadores que utilizaram o conceito de cultura política articulado à análise de trajetórias. Nosso objetivo aqui é demonstrar que o uso de biografias e trajetórias para pesquisas sobre culturas políticas já ocorre na historiografia. É a partir da inspiração nos procedimentos metodológicos utilizados por esses autores que pretendemos propor a utilização da prosopografia como metodologia para o mesmo tipo de análise.

O primeiro dentre os selecionados é o artigo de Maciel (2018), cuja pesquisa tem como sujeito Carlos Gomes de Oliveira, político catarinense, natural de Joinville, que ocupou diversos cargos federais e estaduais ainda na primeira metade do século XX. Em linhas gerais, Maciel (2018) pretende refletir sobre a relação de Carlos Gomes de Oliveira com a Revolução de 1930, buscando compreender sua atuação, as representações mobilizadas pelo político para justificá-la, assim como as experiências que proporcionaram essas representações. É possível resumir a questão central do trabalho da seguinte forma: por que Carlos Gomes de Oliveira, apesar de seus laços com a família Konder e fidelidade ao Partido Republicano Catarinense (PRC), apoiou a Revolução de 1930 e o Governo Provisório de Getúlio Vargas?

O artigo de Maciel (2018) está entre os quais selecionamos, principalmente, pela forma como busca responder essa questão. A introdução do artigo permite antever que o historiador atribui relevância ao conceito de cultura política para responder suas questões. E é justamente esse aspecto que interessa para nossa análise: o autor utiliza largamente elementos da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira para investigar as culturas políticas que o influenciaram e assim elaborar uma resposta. Utilizando a mesma definição de cultura política de Motta (2018) citada na seção anterior, o autor considera que a atuação política e as tomadas de decisões ocorrem através da utilização de “alguma bagagem cultural e experiências à mão” (MACIEL, 2018, p. 50). Maciel (2018) afirma, portanto, a necessidade de apreender as relações de Carlos Gomes de Oliveira com a sociedade a sua volta, com as diferentes culturas políticas nela encontradas e com os espaços de socialização política acessados pelo biografado. A reconstituição desses elementos é feita através da análise da trajetória do sujeito em foco e o ponto de partida do historiador é um texto escrito pelo personagem pesquisado em 1930 no *Correio de Joinville*. O periódico se configura em um dos seus principais espaços de atuação do biografado, além de uma importante fonte para o trabalho do historiador. Junto à utilização dos textos e discursos – que permitem o acesso às ações e representações que Carlos Gomes de Oliveira produziu

sobre sua realidade – o historiador reconstrói e analisa sua trajetória, investigando, dessa forma, suas relações.

Inicialmente, o historiador busca estabelecer alguns laços sociais de seu personagem, como o fato de ser de uma família “bem inserida na política local” (Ibid., p. 51) e ter se formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua formação não é destacada somente como um atributo de diferenciação, mas por ter sido na faculdade que o personagem estabeleceu vínculos com representantes de duas importantes famílias políticas de Santa Catarina: Adolfo Konder e Nereu Ramos. O contato com os Konder rendeu, conforme o autor, laços de amizade com Marcos Konder, irmão de Adolfo. De acordo com Maciel (2018), a proximidade com os Konder explica também a presença partidária de Carlos Gomes de Oliveira no PRC. Dessa forma, o historiador procura mapear espaços ocupados por seu personagem, o que permite conhecer alguns canais de socialização política e reprodução das culturas políticas que possam tê-lo influenciado.

Outros contatos com esses canais são expostos quando o autor afirma que, por volta dos anos 1920, o personagem atuou na empresa do sogro, no setor de energia e também no setor de erva-mate. O contato com os ervateiros é destacado porque Carlos Gomes de Oliveira participou de reuniões entre a categoria e o governo, o que foi possível, segundo o autor, “provavelmente através da influência pessoal de seu sogro e do apoio institucional de Adolfo Konder (Ibid., p. 56). Assim, Maciel (2018) demonstra de que forma a ocupação profissional de Carlos Gomes de Oliveira teve impacto na sua ação política e, também, como seus laços políticos e familiares lhe garantiram um papel de proeminência, como na mediação entre os ervateiros e o governo. O vínculo do personagem com diferentes grupos e classes sociais também ocorreu, conforme o historiador, através de contato com movimentos de trabalhadores do campo e da cidade, exemplificados por sua atuação junto à Liga dos Lavradores, a partir de 1921 e em momentos da Greve de 1917. Essa é uma questão relevante que foi retomada pelo autor para explicar as ações do personagem analisado durante a Revolução de 1930.

Mais do que conhecer os vínculos e os espaços ocupados, o historiador preocupa-se em saber como Carlos interpretava esses contatos, ponto de vista que é proporcionado por artigos publicados no jornal *Correio de Joinville*, além de discursos proferidos em diferentes ocasiões. É através das representações mobilizados por Carlos Gomes de Oliveira e da análise de suas relações que Maciel (2018) consegue compreender suas ações, bem como suas justificativas. Para estabelecer essa compreensão, o autor articula os aspectos biográficos ao conceito de cultura política. Maciel (2018) foca sua pesquisa em dois aspectos que, como vimos na seção anterior, são fundamentais para

compreender a manifestação das culturas políticas: ações e representações e, particularmente, interessa destacar que para acessar esses elementos, o autor recorre à análise de trajetória. A respeito da questão central, o autor afirma que a adesão de Carlos à Revolução de 1930 e o regime por ela inaugurado “responde a diversas demandas, raciocínios e representações que ele fazia daquele momento histórico, internalizadas através do relacionamento que manteve com grupos vetores da socialização política” (Ibid., p. 63). Ou seja, as relações, contatos com diversos canais de difusão das culturas políticas, aliadas ao cálculo racional e às representações mobilizadas pelo sujeito estudado permitem que Maciel (2018) elabore uma explicação para as ações de Carlos Gomes de Oliveira.

Para explicar o apoio de seu personagem à chamada Revolução de 1930, o autor relembra seu contato com os movimentos de trabalhadores. Conforme Maciel (2018), esse vínculo lhe proporcionou uma leitura sobre as questões sociais e essa leitura teria sido determinante para a posição tomada por Carlos Gomes de Oliveira em 1930, mas também em situações anteriores<sup>44</sup>. De acordo com o historiador, Carlos considerava que as reivindicações da classe trabalhadora deveriam ser atendidas, mas em uma “atmosfera de paz”, buscando “frear o ímpeto de grevistas e camponeses” (Ibid., p. 53); achava que a solução passava pelo sistema político, que deveria ser aprimorado, através da moralização dos costumes políticos e da constituição de partidos que não estivessem dissociados dessa parcela da população. Dessa forma, quando a Aliança Liberal, coligação liderada por Vargas, se utilizou dessas bandeiras obteve a simpatia de Carlos Gomes de Oliveira; já quando saiu vitoriosa do processo “revolucionário” a trajetória de Carlos o “credenciaria a tomar seu quinhão entre os vitoriosos” (Ibid., p. 63).

Sem deixar de lado as representações mobilizadas em textos e discursos, Maciel (2018) procura explicar como a bagagem cultural e as experiências de seu personagem o levaram a apoiar o novo governo instaurado em 1930 e o faz através de elementos da trajetória desse sujeito, aspecto metodológico que nos interessa destacar. Sua posição na política municipal, o contato com as classes trabalhadoras na Greve de 1917 e na Liga dos Lavradores e o papel de liderança entre os ervateiros são compreendidos de maneira relacional, demonstrando de que formas influenciaram suas leituras da realidade, principalmente no que se refere à bagagem cultural proporcionada. Levando em conta o conceito de cultura política utilizado pelo historiador, fica evidente que ele consegue articular o exame

---

<sup>44</sup> Segundo o historiador, essa era uma postura adotada por seu biografado desde 1922 e teve influência, inclusive, no seu retorno ao PRC, pois Adolfo Konder apresentava uma “tônica ‘reformista’” (MACIEL, 2018, p. 57) a frente do partido e do governo estadual.

da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira à sua ação política em discursos e artigos. Esse é um aspecto fundamental que merece ser destacado: a utilização da aposta biográfica não pode ser tomada como uma metodologia isolada para o estudo de culturas políticas, já que isso seria insuficiente para caracterizar algum impacto nos indivíduos. Ao utilizar a análise de trajetórias para esse tipo de reflexão, há uma necessidade de combinar dados biográficos com discursos e textos nos quais os sujeitos emitem valores e visões de mundo.

Principalmente, interessa destacar do texto de Maciel (2018) dois pontos que se aliam ao que pretendemos desenvolver na seção seguinte, sobre a possibilidade da prosopografia ser utilizada como metodologia para pesquisas sobre culturas políticas: (1) a importância da análise de trajetória para o mapeamento das redes de relações e dos contatos do sujeito estudado com os vetores de socialização política, circunstância fundamental para a formação de uma cultura política; e (2) a possibilidade metodológica que a análise de trajetória traz para a investigação dos dois elementos pelos quais se manifestam as culturas políticas: as ações e as representações. Dessa forma, a análise da trajetória do personagem permite compreender que alguns contatos lhe ofereceram uma bagagem cultural que influenciaram sua atuação política: o laço com os Konder colocou Carlos Gomes de Oliveira na posição de ter de “se explicar” sobre seu apoio à Revolução de 1930, além de ter propiciado sua liderança entre os ervateiros; seu contato com as classes trabalhadoras lhe proporcionou uma concepção de como tratar a questão social. Esses dois aspectos são parte da explicação dada por Maciel (2018) para ação de Carlos Gomes de Oliveira e são acessados através da reconstituição da trajetória do sujeito e da análise de suas representações e ideias mobilizadas em discursos e textos.

Outro trabalho que merece atenção é o de Pereira (2017). Nele, o historiador reflete sobre “o lugar da democracia na cultura política brasileira” (2017, p. 360) valendo-se da comparação de dois momentos da trajetória do político mineiro José Maria Alkmin – as crises políticas de 1955 e 1964<sup>45</sup>. Pereira (2017), inicialmente, apresenta seu personagem: Alkmin era mineiro de Bocaiúva e estudou em Diamantina, onde conheceu Juscelino Kubitschek, político que estava no centro da crise de 1955, ao ter sua posse na presidência da República contestada pela União Democrática Nacional (UDN). Formou-se em Direito no final da década de 1920, quando foi morar em Belo Horizonte; nessa cidade ainda foi repórter da Imprensa Oficial de Minas Gerais, o que possibilitou contato com influentes

---

<sup>45</sup> O autor propõe discutir, igualmente, sobre o caráter nacional das culturas políticas, optando por seguir a “senda aberta por Motta” (PEREIRA, 2017, p. 358) de superação da dicotomia entre as visões de cultura política como plurais ou nacionais.

líderes políticos do estado naquela conjuntura, como Antônio Carlos de Andrada e Olegário Maciel. Nas décadas seguintes ocupou diversos cargos em seu estado natal e nas eleições entre 1945 e 1966 sempre foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), do qual foi um dos fundadores e figura central na seção mineira. Vê-se que assim como Maciel (2018), Pereira (2017) expõe os dados da trajetória de Alkmin para demonstrar suas relações, bem como os espaços pelos quais passou e que lhe proporcionaram o contato com diferentes vetores e canais de socialização política e de reprodução das culturas políticas.

De acordo com Pereira (2017), em 1955, Alkmin teve o ápice de sua carreira; na perspectiva do historiador, estava preparado pois havia sido formado por duas importantes culturas políticas, a da mineiridade<sup>46</sup> e a pessedista<sup>47</sup>. É necessário destacar para os fins do presente artigo que a classificação feita pelo historiador – definindo Alkmin como filiado às duas culturas políticas – é possível graças à análise da sua trajetória. Essa é a mesma abordagem metodológica realizada por Maciel (2018) e nos ajuda a justificar a sugestão do uso da prosopografia para o estudo das culturas políticas. Nesse caso, a diferença estaria, unicamente, no foco da análise, já que os trabalhos de Maciel (2018) e Pereira (2017) estão interessados em trajetórias individuais – ainda que tomando os sujeitos em suas relações com os grupos sociais que os cercam – enquanto a prosopografia preocupa-se com a trajetória de grupos.

Conforme Pereira (2017), Alkmin foi formado pela mineiridade e pelo pessedismo porque durante sua trajetória ocupou espaços que difundiam elementos caros a essas culturas políticas, além de ter criado laços com outros “filiados”, como as lideranças mineiras mencionadas anteriormente. O autor destaca que as duas culturas políticas possuíam elementos comuns que também expressavam elementos mais gerais da cultura política nacional. Da mesma forma, as duas foram “lugares” de formação política de José Maria Alkmin, fator que contribuiu para compreender a atuação do personagem nos momentos destacados. Ou seja, por um lado, a trajetória de Alkmin permite ao autor classificá-lo como filiado às culturas políticas da mineiridade e do pessedismo; por outro lado, essa

---

<sup>46</sup> O historiador afirma que a mineiridade seria constituída por diversos elementos como “a valorização da ordem, tradição e estabilidade, a defesa de soluções negociadas e centristas, o pragmatismo e a perspicácia e habilidade de seus líderes” (PEREIRA, 2017., p. 364). Além disso, se projetaria sobre o Brasil, apresentando Minas Gerais como gerador da estabilidade do país. Pereira (2017) afirma ser razoável considerá-la uma cultura política regional.

<sup>47</sup> O pessedismo dizia mais respeito, obviamente, ao PSD. O partido tinha raízes nas estruturas do Estado Novo, reunindo lideranças leais a Vargas. Possuía forte vocação governista e teve as suas “regras internas” sintetizadas por Lucia Hippolito (PEREIRA, 2017). Conforme a classificação da cientista política, citada pelo autor, os membros do partido se dividiam em dois grupos: os mais conservadores e experientes eram as “raposas”, a maioria no partido; já os mais jovens e reformistas formavam a “Ala Moça”. Alkmin era o “centro do centro”, e fazia o contato entre JK e o grupo de jovens reformistas.

filiação proporciona ao historiador a construção de uma explicação para a atuação do sujeito estudado nos recortes temporais escolhidos.

De maneira breve, destaca-se dos eventos de 1955 que Alkmin, com apoio de políticos e militares, costurou um acordo que garantiu a posse de JK, evitou um golpe, mas também concedeu o perdão aos golpistas derrotados. Para isso, esses setores valeram-se de um golpe revestido por uma solução constitucional construída por Alkmin via parlamento. Entretanto, o historiador questiona se foi a preservação da democracia a razão dos fatos de novembro de 1955, ou se Alkmin e outros juscelinistas defenderam a legalidade por estarem em posição confortável, contando com maioria no Congresso Nacional. Cabe lembrar que, além de compreender a atuação do político mineiro através de sua filiação à determinada cultura política, o historiador quer refletir sobre o espaço da democracia na cultura política nacional e é por isso que a comparação com 1964 se torna profícua, especialmente considerando o que se passou entre os dois momentos.

Para seguir com sua reflexão, o historiador continua expondo sua análise da trajetória do personagem entre 1955 e 1964: após a posse de JK, Alkmin foi nomeado Ministro da Fazenda, cargo no qual permaneceu até junho de 1958; durante esse período manteve grande proximidade com a chamada Ala Moça, continuando a ser elo entre o grupo e JK. Essa parceria, contudo, custou caro, pois ele e os moços foram derrotados pelo grupo mais conservador, as “raposas”, cujo desejo era frear uma possível renovação do partido. As derrotas dos moços e de Alkmin trouxeram consequências: diferente de seus antigos aliados da Ala Moça, o político mineiro chegou aos anos 1960 mais a direita, perdendo espaço para Tancredo Neves, que controlava o partido em Minas Gerais e estava mais próximo de João Goulart, presidente desde 1961. Assim, conforme Pereira (2017), o mesmo personagem que lutou contra o golpismo da UDN e foi líder da Ala Moça, estava, em março de 1964, ao lado dos conspiradores e golpistas. Como podemos notar, a análise da trajetória de Alkmin, de suas experiências, relações e contatos com vetores de difusão de culturas políticas permite ao historiador a reconstituição de valores e ideias aos quais o político passou a vincular-se. São esses valores, ideias e experiências que ajudam a conformar uma explicação para atuação de Alkmin no novo contexto, bem como ao autor refletir sobre o lugar da democracia na cultura política brasileira.

Utilizando a análise desses dois momentos da trajetória de José Maria Alkmin, o historiador apresenta a hipótese de que, para aquela conjuntura específica, a maior parte dos grupos políticos tinha a democracia como elemento relevante, mas secundário, aceitável se pudesse estar harmonizado com outros princípios. O autor demonstra que quando seu partido formava uma aliança majoritária, Alkmin

defendeu a democracia, já em 1964, juntou-se aos golpistas, ainda que utilizando o mesmo pretexto. Para definir suas posições, o autor afirma que operaram um conjunto variado de fatores e influências. De nossa parte, cabe destacar que para formular sua explicação, o historiador salienta à influência das culturas políticas integradas pelo parlamentar. Ressaltamos também que a filiação de Alkmin às mencionadas culturas políticas – mineira e pessedista – é identificada através do estudo de trajetória. É por meio dessa análise que Pereira (2017) consegue compreender os diversos fatores que contribuem para a atuação de Alkmin nos dois momentos. A trajetória do político mineiro é utilizada para a construção das explicações: desde sua formação que o vinculou às culturas políticas mineira e pessedista, passando pelos novos laços criados durante os anos de ministério no Governo JK, culminando com a nova posição tomada após as derrotas sofridas junto da Ala Moça. Dessa forma, o historiador articula a análise da trajetória com o estudo das culturas políticas, aspecto metodológico que nos interessa e contribuiu para que possamos sugerir a prosopografia como metodologia capaz de contribuir para pesquisas do mesmo tipo.

Outro parlamentar mineiro é analisado por Pereira em produção de 2019. Nesse texto, o autor discute as culturas políticas da mineiridade e do udenismo tendo como ponto de referência a trajetória de Oscar Dias Corrêa. Foco especial é dado para a atuação do parlamentar entre 1945 e 1955 e sua ferrenha oposição a Juscelino Kubitschek, no governo desse em Minas Gerais e em sua caminhada para a presidência da República. Logo no início do seu texto o historiador demonstra como pretende dividi-lo: apresenta dados biográficos de seu personagem, analisa o udenismo e a mineiridade – culturas políticas nas quais Oscar Corrêa se formou – e apresenta sua atuação no período entre 1945 e 1955; para fins de análise, nos interessa os dois primeiros pontos. Como nos casos anteriores, os dados biográficos servem para situar o sujeito em relação aos espaços que ocupou, apresentar como se deu sua socialização política e com quais vetores de difusão das culturas políticas ele teve contato.

Conforme o autor, Oscar Dias Corrêa nasceu em Itaúna, cidade de Minas Gerais, em 1921. Lá fez seus anos escolares, mas também recebeu rígida educação doméstica sob o que chamou de “modelo português de educação” (PEREIRA, 2019, p. 185); foi através de seu pai que o futuro deputado teve “sua imersão no mundo da política” (Ibid., p. 188). Em 1943, formou-se em Direito na Universidade de Minas Gerais, ano em que venceu dois concursos promovidos pelo Instituto de Advogados Brasileiros (IAB). Segundo Pereira (2019), o reconhecimento e as vivências no campo do Direito foram de suma importância para a formação política de Corrêa, elemento que põe relevo ainda maior à análise de sua trajetória. Naquele período, o IAB de Belo Horizonte era uma instituição fortemente

antigetulista, o que contribuiu para ser, em Minas, local de nascimento do principal partido de oposição à Vargas, a UDN. Graças à sua inserção nesse espaço, possibilitada pelos prêmios recebidos e por sua formação acadêmica, Oscar Corrêa filiou-se à UDN e à cultura política udenista.

Assim, através da análise da trajetória do político, Pereira (2019) identifica contatos com vetores de socialização política e de difusão de culturas, sendo um deles a família do personagem e outro o IAB. O autor atribui grande importância ao papel da família – especificamente do pai – e aos seus anos de formação acadêmica que possibilitaram contato com o IAB, espaço de reunião de figuras antigetulistas. A partir desses elementos formadores da trajetória de Corrêa e de sua atuação política, o historiador identifica a importância das culturas políticas da mineiridade e do udenismo. Para isso, conta com fontes que se somam à análise da trajetória do sujeito estudado e investiga também as representações mobilizadas em textos e discursos. São utilizadas entrevistas dadas pelo deputado para projetos de memória da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ambas concedidas já nos anos 2000; mas também textos publicados nos anos 1950<sup>48</sup>. Esses textos serviram como fonte para o historiador.

Nos artigos de Oscar Corrêa, Pereira (2019) identifica representações de Minas e da mineiridade, combinada com características próprias do udenismo, como a “lisura, honestidade e nobreza” (Ibid., p. 187). Conforme o historiador, o udenismo foi uma expressão “de certa cultura política de corte liberal, mas também conservadora e, em outras conjunturas, autoritária” (Ibid., p. 190). A UDN foi forjada na oposição à Ditadura do Estado Novo que se desenrolou em mobilização contra o getulismo e, depois, contra o trabalhismo. Segundo Pereira (2019), a cultura política do udenismo possuía traços de elitismo e salvacionismo, que colocavam o partido como salvador da República. Atribuíam a si mesmos uma superioridade para governar, que estava relacionada à honra e à tradição, do que decorre uma ênfase na família e nos grandes nomes. Por isso, para os filiados a essa cultura política, eram necessários verdadeiros líderes, estadistas, que garantiriam o bom funcionamento da sociedade, acima dos interesses particulares, evitando falsos governantes. Segundo o historiador, a atuação política de Oscar Corrêa seria influenciada pela soma ou pela união de características ligadas a essas duas culturas políticas: a vocação para a política, traço da mineiridade, combinava-se com a autoimagem de superioridade da cultura política udenista, por exemplo.

---

<sup>48</sup> Por ser mineiro e um dos principais críticos e opositores do governo JK no estado de Minas Gerais, Oscar Corrêa passou a escrever colunas para o Diário de Notícias.

Nessa produção, Pereira (2019) prioriza os textos e discursos de seu personagem, mas sempre articulados à análise de sua trajetória. Essa questão serve para reiterar o que já afirmamos: a reconstrução de trajetórias, seja ele na forma de biografia individual ou na forma de prosopografia – como pretendemos propor – não é suficiente para o estudo das culturas políticas e deve estar combinado com a análise das representações feitas pelos sujeitos estudados. Baseando-se nos escritos de Oscar Corrêa, Pereira (2019) é capaz de vê-lo integrado ao grupo dos bacharéis da UDN<sup>49</sup>. Isso porque boa parte das representações mobilizadas pelo político estavam de acordo com essa perspectiva aristocrática, mas também pelas relações identificadas a partir da análise de sua trajetória. Além disso, conforme Pereira (2019), Oscar Corrêa estava alinhado ao udenismo em outros aspectos, como o orgulho por fazer uma campanha sem financiamento de empresas ou instituições, demonstrando sua lisura e idoneidade. A representação criada para si, que ajuda a compreender sua atuação naqueles dez anos, entre 1945 e 1955, está alinhada às culturas políticas mencionadas, especialmente com o udenismo.

No entanto, a filiação de Oscar Corrêa a essas culturas só pode ser entendida ao se combinar a análise de seus discursos e textos com sua formação e trajetória. É principalmente esse elemento que nos interessa destacar: a análise de trajetória serve como metodologia para os estudos de culturas políticas na medida em que permite aos historiadores identificarem relações dos sujeitos pesquisados com grupos e espaços que são difusores das diversas culturas políticas presentes em determinada sociedade, mas também ao dar conta dos elementos que são fundamentais para a manifestação das culturas políticas: as ações e as representações.

No caso do artigo de Pereira (2019), a análise da trajetória e atuação de Oscar Dias Corrêa tem o potencial de identificar a disseminação das culturas políticas duplamente: por um lado vê-se como, através de seus contatos e de sua formação, o deputado foi formado pela cultura política da mineiridade e do udenismo – especialmente, nesse caso, em contato com políticos que formaram a UDN; por outro, o historiador procura demonstrar como o próprio Corrêa foi um disseminador das culturas políticas udenista e da mineiridade através de seus discursos e textos. Dessa forma, ações e representações são vistas de maneira complementar e são acessadas através da análise da trajetória e dos discursos do personagem escolhido.

---

<sup>49</sup> Conforme Pereira (2019), o grupo dos “bacharéis” via a si mesmo como a UDN autêntica.

## Culturas políticas e prosopografia

Inspirando-nos pelas produções apresentadas na seção anterior, pretendemos, à guisa de conclusão, propor o uso da prosopografia como metodologia capaz de contribuir para o estudo de culturas políticas. Do ponto de vista prático, essa metodologia prevê a delimitação de um grupo ou população a ser estudado a partir de um ou vários critérios. Ao grupo é aplicado um questionário biográfico abordando suas características e seus atributos (local de nascimento, idade, laços familiares, formação educacional, vínculos políticos, filiação religiosa, etc.), o que permite que seja reconstruída a trajetória dos sujeitos observados. Essas informações proporcionam a descrição dos principais perfis do grupo, de suas dinâmicas internas e de seus critérios de recrutamento, bem como das relações dos indivíduos entre si e com membros de outros campos (CHARLE, 2006; FERRARI, 2010). Muito da importância dessa metodologia reside em sua capacidade de identificar os sujeitos nos processos históricos, como revoltas, greves ou eleições, por exemplo. Conforme Bulst (2005), o conhecimento prévio das pessoas envolvidas em um evento, ou que fizeram parte de uma universidade ou partido, pode beneficiar muitas pesquisas, dando respostas a novas e antigas perguntas<sup>50</sup>.

Dessa forma, a prosopografia pode contribuir para o estudo das “estruturas políticas e sociais de certos grupos, fenômenos como a continuidade e a descontinuidade, ascensão e o declínio de sistemas políticos”, como também a “ação política, a mobilidade social e a transformação social” (BULST, 2005, p. 58). Além disso, mais do que descrever perfis ou destacar elementos comuns a um grupo, uma abordagem prosopográfica que esteja preocupada com a investigação das culturas políticas deve centrar sua análise, principalmente, nas relações entre os sujeitos, como também desses com outros grupos. A partir da exposição dos artigos de Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019) na seção anterior procuramos demonstrar a potencialidade das análises de trajetória para pesquisas envolvendo culturas políticas. Os trabalhos apresentados e debatidos colaboram para a justificação da prosopografia como uma metodologia para esse tipo de pesquisa, tendo em vista sua capacidade de proporcionar uma investigação dos sujeitos em relação a uma coletividade e aos espaços sociais que o cercam. Como pudemos notar, os dois historiadores elaboram suas explicações para o comportamento político de seus sujeitos através de vários elementos, dentre os quais está a análise de suas trajetórias.

Em seu artigo pioneiro, publicado em 1971, no qual procura realizar uma reflexão sobre a metodologia, Stone classifica a prosopografia como “investigação das características comuns de um

---

<sup>50</sup> Um exemplo citado por Bulst (2005) é o da pesquisa sobre as “assembleias representativas na França”, que, segundo ele, “somente podem ser desenvolvidas se os próprios representantes forem pesquisados” (BULST, 2005, p. 57).

grupo por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Conforme Marcela Ferrari (2010), ainda que para Stone não passasse despercebida “la necesidad de establecer las relaciones entre los individuos [...], su estado de la cuestión ponía el acento en aspectos referidos a la distribución de características y atributos de los elencos analizados” (2010, p. 532). A historiadora prefere destacar a abordagem prosopográfica proposta por Charle, que não se contenta em analisar os perfis elaborados a partir das características mais comuns, mas também se interessa pelos discursos, reflexões e tomadas de posições políticas. Essa nos parece uma abordagem mais interessante para a análise das culturas políticas através da prosopografia. Esse é inclusive um tratamento muito semelhante aos que foram feitos por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019): além de analisar os atributos e características de seus biografados, os autores se interessam por seus discursos e posições tomadas. Ademais, tratam esses atributos a partir de seus aspectos relacionais, procurando entender como eles foram mobilizados durante a trajetória.

Segundo Marcela Ferrari (2010), Charle estaria mais preocupado em descobrir que estratégias são ou não possíveis na construção de uma trajetória: “estrategias que no son totalmente racionales sino que están en relación com el espacio de los posibles biográficos, ligadas a la formación de los individuos y sus valores” (Ibid., p. 533). Conceber a ação política como fenômeno que não é determinado somente por interesses racionais, mas também pela socialização política e por um conjunto de valores e uma bagagem cultural, é aspecto que aproxima a prosopografia do conceito de cultura política, conforme discutimos anteriormente. Sendo assim, consideramos que essa metodologia pode servir à análise das culturas políticas, elucidando comportamentos políticos a partir do levantamento das possibilidades que se encontram disponíveis a um sujeito ou grupo em determinado contexto. Tais possibilidades dependem das características e atributos do personagem em tela, assim como de suas relações com outros indivíduos.

No entanto, dependem ainda de outros aspectos como valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas pelo grupo do qual faz parte. Esses são elementos que compõem as culturas políticas, o que significa que elas podem ser investigadas através da prosopografia. Se o conceito de cultura política oferece uma resposta alternativa para as ações políticas – sem pretender cair em um “reducionismo culturalista” – a prosopografia pode contribuir para a investigação dessas múltiplas influências que interferem em cada decisão e tomada de posição. Além disso, como a cultura política é, ao mesmo tempo, um fenômeno individual e coletivo (BERSTEIN, 1998), parece frutífero

analisá-la a partir de uma metodologia que tem por princípio considerar o indivíduo nas suas relações com o conjunto, com o coletivo.

Os artigos apresentados na seção anterior já dão uma boa indicação do caminho a se seguir para a realização de pesquisas que envolvam o estudo das culturas políticas e a análise de trajetória. Maciel (2018) demonstrou como a atuação política de seu personagem, Carlos Gomes de Oliveira, foi marcada tanto por elementos de sua formação, como por seus laços sociais com famílias importantes e também por seu contato com movimento de trabalhadores. O autor destaca, principalmente, esse último aspecto como preponderante para a adesão do personagem ao novo governo estabelecido em 1930. Pereira (2017) procura realizar o mesmo caminho em seu artigo sobre José Maria Alkmin – ainda que sua questão seja mais ampla, envolvendo o lugar da democracia na cultura política brasileira. Para tanto, o historiador procura nos anos de formação, de atuação profissional e de atuação política elementos que possam ajudar a compreender os posicionamentos do sujeito estudado em 1955 e em 1964. Defende que sua bagagem cultural foi formada a partir de duas culturas políticas – a mineiridade e o pessedismo – e complementa sua análise observando os caminhos tomados por Alkmin entre os anos citados. Já em seu artigo de 2019, o historiador procura identificar os elementos que ajudam a compreender a atuação de Oscar Dias Corrêa, recorrendo a sua formação profissional e familiar. Importa salientar que a formação de Corrêa é destacada pelas relações que o personagem pôde criar a partir dela, como sua inserção no IAB, ambiente de propagação da cultura política udenista. Nos três casos analisados, podemos ver que os historiadores utilizam as trajetórias vinculadas aos discursos e textos, de modo a dar conta de ações e representações, dois elementos pelos quais se manifestam as culturas políticas. Consideramos que a prosopografia pôde dar conta desses mesmos elementos.

A abordagem prosopográfica, da mesma forma que as pesquisas de trajetórias realizadas por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019), possibilita que sejam identificados com quais vetores de socialização política e de difusão das culturas políticas determinado personagem, ou grupo de personagens, teve contato. Por outro lado, permite entender os sujeitos em suas relações, nos diferentes espaços que ocuparam ao longo de suas trajetórias, além das principais características dos conjuntos considerados. Os casos citados na seção anterior são exemplares nesse sentido, embora tratem de trajetórias individuais. Isso ocorre na análise de Maciel (2018), que destaca o contato de Carlos Gomes de Oliveira com os movimentos de trabalhadores para explicar sua atuação política em 1930; ocorre também no artigo de Pereira (2017), que procura demonstrar como as vivências de Alkmin entre 1955 e 1964 transformaram sua posição, afastando-o, inclusive, de antigos aliados; e pode

ser visto também no artigo de Pereira (2019), na forma como Oscar Dias Corrêa adere ao udenismo a partir de seus contatos no IAB, que foram propiciados por seu ambiente de formação acadêmica. Em todos os casos, os autores basearam-se na análise das trajetórias para elaborarem suas conclusões. No caso da prosopografia o trabalho metodológico seria semelhante, com a diferença de que o enfoque estaria em um grupo ou conjunto, ainda que considerando o indivíduo nas suas relações com esse conjunto, conforme afirma Bulst (2005).

Esse enfoque contribui para a comparação, elemento caro tanto a prosopografia quanto às pesquisas sobre culturas políticas. Por último, considerar as possibilidades de ação e escolha de um determinado indivíduo proporciona o conhecimento do grau de influência de uma ou outra cultura política em suas ações; evidencia qual característica de determinada cultura política foi preponderante para suas escolhas; ou, ainda, qual o papel da cultura política na coesão de um grupo. Tendo em conta esses aspectos, a prosopografia tem potencial de investigar as várias influências que convergem para a ação política e, como foi debatido nesse texto, a cultura política está entre os elementos que podem condicionar as decisões e ações nesse campo.

Dito isso, é preciso ressaltar que o uso isolado da prosopografia pode levar a distorções. Como já ressaltamos no decorrer do texto, junto à análise prosopográfica deve estar a investigação de discursos e textos nos quais os sujeitos emitem seus valores e suas visões de mundo, para que possamos acessar, assim, as representações mobilizadas. Isso também é realizado por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019), que não centram seus trabalhos somente nas trajetórias e procuram também os discursos e textos de seus biografados. Nossa proposta de utilização da prosopografia daria conta de parte da análise. Assim como os trabalhos apresentados e debatidos na seção anterior não têm a biografia como um fim em si mesmo, a prosopografia necessitaria estar atrelada a outras metodologias. Ainda assim, consideramos que seu uso permite enriquecer diversas pesquisas que utilizam a cultura política como uma das chaves para a compreensão das ações e comportamentos políticos.

## Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLEI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 13-28, 2002.
- FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones. **Antíteses**, Londrina, vol. 3, n. 5, p. 529-550, jan.-jun. de 2010
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultural Política e Antropologia Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.
- MACIEL, Joelson Lopes. A contribuição do conceito de cultura política para a escrita biográfica: apontamentos a partir da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira. **História**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 49-70, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Culturas Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 13-37.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. p. 9-32.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.
- NÉSPOLI, José Henrique S. Cultura política, história política e historiografia. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.
- PEREIRA, Laurindo Mekie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira (1955/1964): uma análise a partir da trajetória de José Maria Alkmin. **Tempos Históricos**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 356-384, 2017.
- PEREIRA, Laurindo Mekie. Só a UDN salva a República: um estudo sobre a atuação de Oscar Dias Corrêa (1945-1955). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 183-205, 2019.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

## Artigos Livres

## Between Goa and America: knowledge about cancer in two books written by Jesuits (XVIII century)

Entre Goa y América: conocimientos sobre el cáncer en dos libros escritos por jesuitas (siglo XVIII)

**Bernardo Ternus de Abreu**

Mestre em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

bernardoternus@gmail.com

**Recebido:** 22/05/2023

**Aprovado:** 04/04/2024

**Abstract:** In this work we comparatively analyzed two works written by Jesuits at the beginning of the XVIII century, the first in India and the second in America, which contained a chapter on cancer. Both works were influenced by humoral theory/Hippocratic-Galenic medicine, with appropriations of local knowledge. The works can be included in a set of books that gradually constitute the language of natural sciences in modernity, a process marked by the definition of new terms and concepts, and in which the fragmentation of certain meanings occurred as a result of new empirical observations in the field of natural sciences. Translation processes and contact networks are relevant in the production of knowledge in both centers, but certain borders also make it difficult to translate concepts produced in other centers. The sources analyzed consisted of medical-surgical and pharmacy treatises from the beginning of the XVIII century, dictionaries of the period, as well as Annu Letters of the Jesuit Province of Paraguay and bibliography on the first modernity.

**Keywords:** science, cancer, Jesuits, India, America.

**Keywords:** science, cancer, Jesuits, India, America.

**Resumen:** En este trabajo analizamos comparativamente dos obras escritas por jesuitas a principios del siglo XVIII, la primera en la India y la segunda en América, que contenían un capítulo sobre el cáncer. Ambas obras estuvieron influenciadas por la teoría humoral/medicina hipocrática-galénica, con apropiaciones de conocimientos locales. Las obras pueden incluirse en un conjunto de libros que paulatinamente constituyen el lenguaje de las ciencias naturales en la modernidad, un proceso marcado por la definición de nuevos términos y conceptos, y en el que la fragmentación de ciertos significados se produce como resultado de nuevas observaciones empíricas. Los procesos de traducción y las redes de contacto son relevantes en la producción de conocimiento en ambos centros, pero ciertas fronteras también dificultan la traducción de conceptos producidos en otros centros. Las fuentes analizadas consistieron en tratados médico-quirúrgicos y de farmacia de inicios del siglo XVIII, diccionarios de época, así como Cartas Anuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay y bibliografía sobre la primera modernidad.

**Keywords:** ciencia, cáncer, jesuitas, India, América.

## Introduction

At the end of the XVI century and the beginning of the XVII century, the description of new objects of knowledge was being assimilated within natural philosophy, so that the development of “sciences” took place in a global context resulting from maritime expansions (ROMANO, 2015). In 1560, the main information that reached the Europe concerning the natural world of Asia came from jesuits texts of natural diversity, and the process of “globalization” of the world, resulting from the circulation of knowledge and contacts, resulted in the increase of a series of natural descriptions and in the understanding of the fauna and flora about what was known until then by the Europeans.

Authors have studied this process starting from the circulation of plants, medicines and products, such as studies on the missionary pharmacy (ANAGNOSTOU, 2011). Over the years, Jesuit missionaries made linguistic and logistical investments, and their writing economy, characterized by bringing descriptions of natural history, was used to represent the peoples of Asia and America to Europe, which until then had been unaware of them. The understanding of new external realities resulting from the missionary process did not happen, however, without an exercise of internal modification (ROMANO, 2019, p. 7). In the process of contact, the Iberian missionaries participated in commercial networks with other religious orders, empires and private actors in locations in Asia and America and in Europe, composing circuits of comings and goings that were responsible for producing processes of circulation of knowledge, characterized by accommodating knowledge in pre-existing systems.

In this process of translating knowledge into matrices of thought specific to their experiences, the missionaries were responsible for appropriating knowledge and ended up, consciously and unconsciously, discarding local knowledge throughout the mapping of both nature and humanity. From the scientific writing process, more supported by consecrated literatures of the scholars of the time, countless works were produced. Two, however, were analyzed in this article and, as they were of a medical nature, included chapters on cancer. The first, a book from 1720, written by priest Afonso da Costa, entitled “Árvore da Vida... [Three of Life...]”, and the second, a treatise on surgery written

in polyauthorship, that is, with more than three handwritings and without the name of the authors in its length, titled “Libro de Cirugía Traslado de Autores Graves y Doctos...” from 1725.

In the first of them, the “Árvore da vida...”, Afonso Costa compiled knowledge of medicine and pharmacy relevant to the work of missionaries in the area. Written in the Portuguese language of the time, it brought simple and compound remedies influenced by Galenism together with experimentation and local knowledge, of which Ayuverda medicine can be mentioned (VIOTTI, 2019, p. 467). In the period in question, the combination of theories was current, so that the presence of unorthodox or formally justified medical treatments and prescriptions was not uncommon, even in official treatises or works endorsed by scholars (EDLER, 2013). At the same time, from an epistemological point of view, it is not possible to achieve a total separation between medicine, pharmacy, chemistry and natural philosophy in the 1600s, since these fields of knowledge made up a more or less interdependent system with relationships between one and the other (BRACHT, 2016, p. 105).

In the case of works on medicine and pharmacy written in the missions, a recurrent theoretical influence was Hippocratic-Galenic medicine. According to Ivone Reis, humoralism predicted healing through opposites, based on the existence of three types of hot temperaments and a fourth in which opposites persisted. There were the opposites of hot and humid, which would be cold and dry and the opposite of hot and dry, which would be cold and humid, and vice versa (REIS, 2013). If each era is marked by the realization of different questions in the field of science, or that mobilize the understanding of the natural world.

The comparison of medicinal works owned by the Jesuits in the region of the Jesuit Province of Paraguay allowed some notes restricted to their delimitation. The medicinal knowledge in force in the printed works held by the Jesuits in the early XVIII century was largely influenced by appropriations of different Galenisms, as well as proto-iatrochemicals, including local magical-religious knowledge, added to local experimentalisms (FLECK, 2014). About the notions of the body in some of the works, it can be said that the missionaries combined both a medicine based on the use of reason on the body seen as a system or machine, and a religious healing action resulting from the understanding of the body as a mystery, or, from the pre-conception that the healer was God.

In this case, relics, prayers and other procedures combined with the practice of surgery and medicine were performed. The medical practice of the Jesuits in the seventeenth century was based on

a religious and metaphysical view of the world according to which healing came from God. When the cycle of inflammations and non-malignant tumors came closer to the end, that is, when the illnesses “were giving way or seemed to give way”, and there was the illusion of divine healing. This phenomenon was discussed by Marc Bloch in *Reis Thaumaturgos* (1993). At these times, a relationship between faith and miracle was established by the discourse of the Jesuits, who used it for conversion (FLECK, 2014).

The production of works of a medical and pharmacological nature resulted from a process in which the writing and appropriation of local characteristics constituted a way of understanding the territories in which they inhabited, in order to consume information about them, considering that there was a circulation internal writing of the Society of Jesus in schools. By knowing, it was also more possible to control the natural world and the social space in which it was inserted. On the other hand, the investigative action cannot be seen only from the perspective of knowledge-power, since the Society of Jesus was an order capable of forming and producing a significant number of “scientists” (natural philosophers), as convincingly demonstrated by Miguel de Asúa in *Science in Vanished Arcadia* (2014).<sup>51</sup>

For Asúa, the Order had the structure to train and maintain natural philosophers in the New World of the XVIII century and intellectual activity was stimulated among literate members, who could use the internal networks for text circulation of the Company in which they were inserted (Asúa, 2014). Some Jesuits can be considered as agents who carried out experiments in different fields of natural sciences. In terms of cancer studies, the study present in the tenth chapter or annex in the *Libro de Cirugía* manuscript can be mentioned.

---

51 To exemplify some scientific studies carried out by missionaries in South America in the first modernity, we can mention Buenaventura Suárez, recognized for astronomical observations and who carried out correspondence exchanges with the Royal Society, having also translated concepts of Newtonian physics into the Platine context (ASÚA, 2014, p. 3). Secondly, an individual with more practical training in Hospitals in Spain who migrated to America, Pedro Montenegro, known for having made “galenist” classifications of native plants identified by the Guaranis, and compiled them into a book in which he presented his skills of botanical illustration and natural description, the *Materia Medica Misionera* (1710) (ASÚA, 2014, p.316). In the case of a third name, one could mention Ramón María Termeyer (1737-1814), who published an essay in 1781 in which he carried out electricity experiments with electric eels and tested the impacts of shocks, presenting the results as drawings of animal dissections, apparently trying to identify the part of the animal responsible for producing the electrical discharges (ASÚA, 2014, p. 279). Finally, a fourth quotable name would be that of Athanasius Kircher (1602-1680), a German polymath who wrote essays on natural philosophy, oriental languages, medicine, religion, mathematics, and ancient history (Ibid, p. 57). For Asúa, there was a baroque style of science in Kircher that was characterized by the combination of a new experimental physics with Renaissance hermeticism, that is, a commitment to a mechanical view of the natural world involved by explanations based on occult forces that allowed the maintenance of Christian premises of the world.<sup>51</sup>

In the *Libro de Cirugía*, the Arabic word *zaratán* was used to designate breast cancer in women, a type of cancer clearly identified at the time. “Zaratan is a preternatural tumor that comes out of the mammillas or teats, hard, uneven, with annoying pain, which does not afflict continuously, and when it afflicts it is not intolerable pain, this definition is from Pedro Miguel, and behind Robledo f. 139”. (LIBRO, 1725, p. 395). The mention of D. Diego Antonio de Robledo refers to the work *Compendio Cirurgico util y provechoso a sus Professors*, published in Madrid in 1687. Comprising ten chapters, the third chapter dealt with cancers and *zaratáns* and was consulted for the writing of the subchapter *Del Zaratan* in the XVIII century manuscript.

The treatment of the *zaratáns* involved a preparation of fresh frogs that were boiled in water, with butter added, so that the metal pot was placed over the fire covered until all the fat had distilled and the frogs had dried. A second recipe involved using egg yolks, nightshade juice and sulfur, stirred in a metal bowl with a stick. The recipe had a good reputation among the so-called scholars: “it is from Lasaro ribeiro, which assures it has been paid off with the many tumors of the Pechos haun that were cancerous, and Robledo dice, which has used it many times, and achieved it effect” (LIBRO, 1725, p. 396).

### **Treatments for cancer in the work “Arvore da Vida...” (1720)**

Written over three decades, the “Tree of Life dilated into showy and salutary branches...” was conceived from the consultation of the experts of the period and from experiments and observations, as pointed out in the subtitle “Copied from several Authors thus printed, as manuscripts, of various news and experiences seen and approved... Offered by Father Affonso da Costa of the Society of Jesus of the Province of Goa” (COSTA, 1720). The work allows understanding the dissemination of medical knowledge in the Portuguese colonial world (VIOTTI, 2019, p. 6), considering that there were commercial exchanges between overseas territories such as the circuit involving Goa, India, Brazil and Macau. By appropriating information from the natural world and marketing products resulting from knowledge from the biosciences, the Jesuits played the role of producers of knowledge in a context after the maritime expansionist movements, using their contact networks to develop, test and adapt recipes according to their availability and conditions (BOUMEDIENE, 2011).

In the book written in Goa, there was a subchapter entitled “Dos Canceres, e seos remedios”, referred to as “Folha 29”, and located on page 368. According to the definition presented in the work,

cancers could be called “cancerous sores”. On the place where there was the disease, as reported, the leaves of Solano Linozo were applied, which were prepared in a pan over the fire, until they turned into oil. Preparation was essential because it not only “cures cancer, but also old sores and inflammation” (AFFONSO, p. 370). Reading the chapter, one can see a strong emphasis on therapies associated with the use of plants and plasters, which will be verified below in the compilation of recipes for the chapter of this work. In the sequence, it can be seen that wild carrot flowers and buds were collected, choosing the smallest white flowers for the preparation of a recipe. These flowers were trampled on to crush them so that a poultice could be made from the condensate, to be applied on the spot (COSTA, 1720, p. 369). Secondly, Diapalma leaves were dissolved in tansage and placed on the cancer if it was not open or, if it was, a bath was carried out on the spot with water from strawberries or the cerefolio plant.

Thirdly, the leaves of Solano Linozo and olive oil were used for the preparation, which, after being crushed and left to dry, could be placed in a pan to cook with water until they formed an oil. The mixture could be applied on the sick spot five or six times until it generated some effect (COSTA, 1720, p. 369). This ointment was removed from the bottom of the pan with a slotted spoon, and placed in another to be strained using a cloth, the mixture being placed in the same pan over low heat. The criterion for removing the fire consisted of removing it when the wax was melted (COSTA, 1720, p. 370). The preparation of plasters with the use of plants was related to a healing logic that was based on the use of substances to slow down inflammations, and to make them dry and heal faster. The plants, which were collected from the new environment in which the Jesuits were inserted, were not the same plants of the first classic recipes presented by the scholars in Europe, but new specimens found on the frontiers by the missionaries, liable to require the adaptation of the recipes. in the face of local needs (FLECK, 2014).

The work “Árvore da Vida” devoted a few paragraphs to dealing with cases in which cancer was found in the mouth. Interestingly, mentions were made only of this specific type of tumor, since other works of the period presented descriptions of other types of cancer. However, in these cases, two types of remedies were applied. First, chicory leaves, tansagem leaves, rue leaves were used, counted in equal parts, together with a spoonful of honey. Having these ingredients in hand, they were boiled in sufficient quantity of spring water and clay pot for the space of a quarter of an hour. After twenty-five minutes, the honey was removed from the pan and the liquid could be gargled (COSTA, 1720, p. 371).

White wine could be used as an ingredient for this kind of mouthwash, being mixed with acrimony after boiling. In cases of inflamed cancers, the remedy used involved taking a quantity of burning water, together with an amount of turpentine and Apparicio oil, which could be dissolved. On top of a cloth quantities of burning water could be placed. On the other hand, pepper and human excrement could be used on the site, taken to the fire and transformed into powder. The use of human excrement seems to be different from the therapy used in other medical treatises of the period, such as the *Compendio Chirurgico*, by Robledo, written in Spain, or even the “*Libro de Cirugía*”, a treatise on South America in 1725, in which the mentions of excrements, when they appeared, always referred to the dejections of other mammals, such as horses (LIBRO, 1725).

The next recipe involved “tansagem”, in equal parts, and “gem” salt, which could be mixed and placed in a wet pan, later used to grease the cancers. Although the text does not typify, they refer to superficial cancers, nodules and hard lumps, places where there was sometimes pain and inflammation, as is typical of the definitions of cancers in medical treatises of the period. In the recipe presented to treat them, pink honey was used, with Aypo, barley flour, mixed until the formation of an ointment, which could be applied on cancers (COSTA, 1725, p. 375). In the case of mouth cancer, chicory leaves, tansagem [tansagem], rue leaves were applied, accompanied by a spoonful of honey.

Wet cloths with oxycrate were used on the illnesses, as well as white ointment. Tansage leaves, pink honey and barley flour were applied to the tumors. The recipes end in a relatively short chapter that did not bring more details about cases in which surgeries or other procedures should be performed, such as the use of cauterization. These more severe resources could be found in works such as *Compendio Chirurgico*, by Diego Robledo, written in Spain in 1694, or in other works. Regarding the mentioned ointments, it can be said that the Jesuits had the habit of creating apothecary spaces for the production of ointments, with reports of a vast production of different types of ointments in the apothecary of the College of Córdoba in the Jesuit Province of Paraguay (FLECK, 2014).

For Bracht (2020), local populations played a fundamental role in the construction and circulation of medical and pharmaceutical knowledge in the Portuguese East. Much of this knowledge was produced by individuals who were not doctors, surgeons or apothecaries educated in Europe, but rather local agents, the majority of whom did not have formal education in medical schools in urban centers. Agents sometimes mentioned in their prescriptions and medicinal procedures curative notions

resulting from contact with information resulting from exchanges between Asian groups and Africans and Europeans (BRACHT, 2020, p. 376).

### **Treatments for cancers in the work “Libro de Cirugía...” (1725)**

In the work “Libro de Cirugia Traslado de Autores Graves y Doctos [...]”, produced in the region of the Jesuit Province of Paraguay, ointments and plasters of different types were used (FLECK, 2020). According to the surgery manuscript, treatments for cancer followed a line of action that began with identification, through conversation with the patient, touching the tissue region and observation with the naked eye. Then, when cases of cancer were identified, purges were used – the use of drinks to make you vomit, urinate or defecate, with a view to eliminating excess humor – followed by the use of herbal plasters. In most cases, the treatment ended at this stage, but, when the cases were more severe, surgeries were used (LIBRO, 1725, p. 394).

The plants that were used in the platinum manuscript for plasters consisted of tansage – a common element with the work of Afonso Costa, with tansage mentioned by ancient scholars such as Dioscórides – nightshade, hemlock and scabiosa. These plants, in the case of the Jesuit Province of Paraguay, underwent a kind of “galenization” on the part of Pedro Montenegro, a Jesuit botanist and missionary who wrote a work in which he circumscribed the plants to the qualities proper to the humoral theory. Namely, the humors were phlegm, blood, cholera and melancholy and could be seen through a secondary character by: dry/humid, cold/hot, thin/thick and sweet/bitter, qualities expressed in pairs (VIOTTI, 2020, p. 5). In the manuscript, one could find a combination of two or three of these humoral types mentioned above.

There were several cases of tumors in the manuscript, and the classification encompassed: phlemon, herpes, edema, gangrene, scabies, erysipelas, zaratán (tumors in the breasts), tiña, lamparon, ranuela, calluses, scirrhus (cancer composed of the mood melancholy or black bile) and carbuncles. The semantic definition, quite comprehensive, encompassed many terms that did not have such a clear relationship with illnesses considered “cancer”, since, at the same time that the chapter on cancer in the manuscript written in the reductions made mention of zaratáns, breast cancer, gangrene and carbuncles were also present.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> It is pointed out that the notion of cancer as a cellular disorder is later, resulting from the studies of cells. As lens manufacturing techniques and degrees of magnification developed, it was possible to closely observe tissue structures

According to Bluteau's Dictionary, the word cancer had a very broad meaning in the 18th century, encompassing a large number of inflammations, as “cancro” meant “cancer, disease” (BLUTEAU, 1789, p. 224) and “cancer” meant “ malignant ulcera, which gnaws at the part of the body, where it is. Evil that goes on ruining” (BLUTEAU, 1789, p. 224). The dictionary definition at the time corroborates the thesis that the term cancer was applied to tissue diseases of different orders. The treatments involved, in humoral logic, the application of purges, followed by the use of herbal plasters, which could involve eight ingredients: tansage, nightshade, hemlock, scabiosa, crabs, frogs, egg fat and oil. Then, surgery was performed on site, along with cauterization and medicinal powders were applied, of which two could be listed: caperrose and oxycrete. With a view to not sticking only to the pages on cancer in the two works, which would be, on the one hand, reductive or which would result in the loss of the whole, some aspects associated with other parts of the works can be mentioned.

In the period in which the *Libro* was written, there was the influence of a type of astrological medicine. At the time, astrology predicted that certain plans and procedures would be adopted depending on the position or phase of the moon. According to Thomas, the influences of astrology in books of the time concerned the planets transmitting different amounts of the four physiological qualities of heat and cold, dryness and humidity, and in the resulting interaction all physical change was understood (THOMAS, 1991: 238). In this way, astrology was less a separate discipline than an aspect of an image of the world, necessary for the understanding of physiology and, therefore, of medicine (POLETTI, 2011). On one of the pages of the manuscript, there was an astrological guide to the treatments entitled “Declaracion de los Dose Signos, y sus compleciones”.<sup>53</sup>

If in the *Platinum* manuscript some relationships are established between appropriations of Galenisms related to the humoral theory, together with practices of astrological medicine, associated with a type of calendar that marked out times of the year and their influence on certain healing procedures; on the other hand, in the case of the work written in India, in Goa, the established influence of Galenism is characterized by a trace of Ayurveda medicine verified by Marchetto and Viotti (2022). Although the appropriations of Galenisms imply situating it as a more or less closed

---

and, with that, understand the internal structures of cells, composed of nucleus, membrane, various organelles and other elements.

<sup>53</sup> Astrology could also guide the performance of medical procedures by the Jesuits. The missionaries, an order that, initially, was not dedicated to activities involving bodily contact, began to have authorization to practice medicine in the Platine context: “we give each and every one of the aforementioned Society of Jesus, experts in medicine , which is now and will be in the future, so that, with the permission of their superiors, they may freely exercise the office of healing both the sick of the same Religion, as well as strangers and secular people” (LEONHARDT, 1937, p. 104).

system, with its internal forces of the humours, the flows and therapies quite based on the use of purges and bloodletting (cuts for the removal of excess humors through the flow of blood), there were joint appropriations of treatments influenced by other aspects, as characteristic of the polysemy of medicine at the time.<sup>54</sup> It may be considered pertinent to comment that, in the *Cartas Anuas* written by the Jesuits in the Jesuit Province of Paraguay, there were reports of some cases of tumors and the simplified description of some therapeutic procedures (TERNUS-ABREU, 2020).

To cite an example, they mention the case of brother Nicolás Pérez Palavecino, who had “a malignant tumor in his leg” (LEONHARDT, 1927, p. 104). In a second case, dated from the year 1738, a woman had a tumor next to her ear, which was “duro como una piedra”, and was treated by her brother José Gómez, who used a magico-religious practice when no other remedy was available. “had given results”. Gómez applied “la consabida reliquia del Santo”. He drew “the powerful relic, and applied it to the creature. At the moment the danger of death is over, and a little time after that the creature is healthy and well”.

In a second account of tumors in the *Cartas Anuas*, between the years 1663 and 1666, an indigenous person fell ill with an apothema. One of the priests, in order to “overcome the repugnancy and cure the patient”, opted to “kiss the sores as if they were flagrant roses and suck the infected matter”. The act of sucking the wound was referred to as a Jesuit apprenticeship, but he refers to a practice carried out by indigenous people: “it seems that all this I learned from San Javier, from whom he was very devout, whom he sought to imitate throughout”. Cases like this seem to suggest that tumor healing practices underwent a hybridization process throughout the “contact” experience (PRATT, 1999).

In another case of tumor with Jesuits, dating from the cauterizing remedies were caustic that burned, in some cases using an object heated to fire or a flame itself. The pain that ensued was quite severe, and Brother José Planes could not resist the treatment and the progression of the disease. Realizing the seriousness of his condition, he “announced to his confessor that he would rest in el Señor the eve of this day, of our beloved San Ignacio” (TERNUS-ABREU, 2020).

---

54 According to Edler, medicine was a field that was only “universalized” in the second half of the XIX century at the cost of many fractures, since the great medical schools had many differences between them (EDLER, 2013).

### Distant collections and the role of prosecutors in science circuits

One of the aspects when analyzing it from the perspective of an order that maintained collections and produced compiled texts of a scientific nature is to reflect on a certain “science in transit” produced from scientific collections managed and arranged in distant spaces, considering that there was the composition of libraries by the missionaries that classic works such as the texts of Hippocrates, Galen, Pliny and Paracelsus were brought to compose the collections. Classic works were referred to throughout the length of the *Libro de Cirugía* (BIEHL, FLECK, 2020) and are also found in the work *Árvore da Vida*. While the platinum work has multiple authorship, due to the multiplicity of handwritings, the Goa work has a single author. Each one of them, in turn, was produced from the consultation of local collections of classic texts, activated during the writing and that were brought from ships.

The analysis that takes into account the circulation of texts depends, in this case, on paying attention to the individuals who made the logistics company possible.<sup>55</sup> In the case of the Jesuit Province of Paraguay, those who supplied the schools and brought books were the Provincial Procurators. In Córdoba, in 1730, for example, it was the procurator Antonio Machoni who brought seven hundred new books by ship (CA 1730-1735 In: PAGE, 2004, p. 309).

Both in America and in India, the Jesuits composed significant collections and libraries. There were, of course, some in vernacular languages, but most were books in Latin, the language of science at the time (MOYA, p. 779-780). It is known that some Jesuits even received provisions to buy books and set up private libraries, and among them were science books, including books on medicine, physics and mathematics. (MOYA, 2012, p. 777-797). According to Furlong, the Father General of the Society of Jesus, RP Tirso González, wrote in the year 1699 to the Provincial in Paraguay, Ignacio Frías, in the year 1699, requesting that he guide the Attorneys of the Society to take with them books that should be distributed to students, in order to provide them with readings (FURLONG, 1925, p. 469).<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Most Jesuit foreign missions can be seen as commercial ventures. Jesuits tried to conquer markets and establish financial sustainability to survive in the economy of capitals.

<sup>56</sup> If libraries and collections are consulted and end up composing mosaics of influences that make up medical texts and prescriptions for treating illnesses, including cancer, it can be said that the material conditions in which libraries and collections are constituted are factors defining the production of scientific knowledge associated with such books. Or, at least, the systematization of part of the known knowledge available. In this sense, one can consider the overseas role of agents that bring together centers of knowledge production to substantially reduce the limits of access to updated texts in frontier contexts such as the case of Goa or the Missions of the Plate.

Considering that these are two works produced in the extensions of Empires, both on the Spanish and Portuguese sides, and whose relations established with the center of the Order, in Rome, pointed to the triangulation of the Jesuits in different spaces of the globe, the role of the subjects who carry out the connections between the links of the chain can be substantial for the understanding of networks in the case of the analysis on the production and circulation of knowledge. The overseas role of Jesuit procurators has been extensively studied in historiography (JOAQUIM, 2014, FECHNER, 2014, MARTÍNEZ-SERNA, 2014).

The role of procurators, individuals responsible for representing the interests of the Society of Jesus abroad, was significant in this debate on the sciences. The attorneys made it possible to obtain goods, negotiated products and allowed the operation, in part, of colleges and reductions, spaces for the production of pharmacological knowledge, medicine, and certain experiments (FLECK, 2014), having occupied an intermediate position among the members of the Company and those individuals from the metropolis, negotiating with Jesuits but also with European civil authorities (GARCÍA, 1995), in contact with merchants, travelers and contacting future new members for the Company.<sup>57</sup>

In the case of the Jesuit Province of Paraguay, they made sporadic trips to Europe for supplies, purchases, convincing subjects to join the Order, to solve problems, and deal with customs and tax bureaucracy. Seville was a place of passage, in which they had contact with the Local Attorney of the Indies. According to a 1592 map, there were two maritime entry/exit routes for the vessels that participated in the procuradores, (i) a route further north and (ii) another to the northwest.<sup>58</sup>

Observing the spaces in which the Portuguese acted, on the other hand, it can be said that their activity in the East was a gradual expansion. The Atlantic islands accessed by the Portuguese gradually became large-scale plantation spaces, and employed slave labor by the Crown. The Spaniards, on the

---

<sup>57</sup> One of the examples of a mediation role figure was Bento da Fonseca, in Lisbon, who approached the monarch of the time (JOAQUIM, 2014). The work of the Prosecutors was dedicated to building a network of communication and circulation of information, having been, for Martínez-Serna, the main administrators of the Order's assets, watching over its interests (MARTÍNEZ-SERNA, 2014). The attorneys would be in an intermediate position between the Company's spiritual interests, and its timeless orientation, for an adaptation to material, mercantile, logistical practice.

<sup>58</sup> For García, the performance of prosecutors in Spanish America was associated with bureaucratic procedures, such as reviewing and writing bureaucratic documents, dispatches, dispatch letters and other papers. Sending money remittances, surveys related to administrative control at the sites, recruiting and selecting missionaries, and preparing supplies and ships were the responsibilities of these individuals (JOAQUIM, 2014). In a 2019 study entitled "A Europa Portátil", historian Corinna Gramatke discussed the performance of prosecutors and showed a list of the names of individuals who traveled from Paraguay to other places. The periodicity, from one to three years, indicated regularities, and the number of individuals expressed an expressive size of local demands. The most significant variable was the fact that Gramatke identified that many trips were made by routes other than New World-Europe and Europe-New World, indicating that perhaps there would be exchanges between platinum spaces and the Orient.

other hand, had possession of the Canary Island, and implanted another island, the Madeira Island, around 1420, in the Azores, in 1427, in the Cape Verde Island, in 1460, and in the São Tomé, in 1471.

Despite the analysis of this article focusing on books written in Goa, India and in the Jesuit Province of Paraguay, due to the fact that both bring information about cancer, it can be said that the Jesuit order, which is involved in the production and compilation of medicine and pharmacy knowledge associated with cancers at the time, was involved in geographic spaces and networks that were not limited to the senses of Goa-America and America-Goa. As pointed out by Fausto, the Jesuit order had a complex performance, being partly considered as “a State within the State” (FAUSTO, 2008, p. 75).<sup>59</sup>

Although one of the texts comes from Spanish America and the second from Portuguese America, analytical relationships can be established between them, recognizing that there are specificities arising from the political system and the dynamics of each of the kingdoms. Although for a long time historians took these regions (Goa and Plata) as mere receivers of knowledge produced in the great centers, the two treatises are indicative – and, however, they were not presented in their entirety in this article – that scientific productions very substantial for the time were conceived in regions considered to be on the periphery. In this sense, also presenting its character as a center of knowledge production is pertinent, which is supported by the fact that even spaces in the Old Continent of the period also had scientific productions that were sometimes fragmented and disparate, as was the characteristic of a period in which science was, little by little and very slowly, becoming institutionalized in the great centers.

---

<sup>59</sup> Prosecutors, on the other hand, should not be seen as mere *vectors* for the dissemination of enlightened or European knowledge in peripheral areas. The debates on circulation, and the critique of the diffusionist view, allow for a more nuanced understanding of the local character of the sciences in early modernity. Regions such as Goa and Paraguay were centers of knowledge production, as attested in the printed texts analyzed in this article, the attorneys acted as links of centers, connecting people, books, trades in prescriptions and triacas and other products, having a non-existent role. - negligible in the co-creation of knowledge produced locally from these networks. The action and initiative to make contact with the world outside Prata or Goa also related to the missionaries' need to adapt to adversities and seek resources. The literature points to the lack of inputs experienced in less urban contexts. Over time, this process of adaptive movement produced ways of acting that sometimes deviated from the guidelines accepted in science schools and the definitions of Rome, the unit of reference for missionaries (HADDAD, 2014). On the other hand, the effervescence produced in the contact zones and their singularities, especially in the production of knowledge, had a positive side in the use of diversities, especially in the local flora and fauna, which were different from those of the Europe, which was reflected in new scientific studies and fundamental questions in science.

## Circulation of texts

The notion of the circularity of micro-history has aided externalist studies of the sciences and can be seen as a precursor to the notion of circularity that later scholars such as Kapil Raj sought to develop for cultural studies in the sciences. For Kapil Raj, the sciences did not spread from Europe to the rest of the world as predicted by a first narrative about the Scientific Revolution of the XVIII century. He proposed that the effervescence of the sciences in this period and a little before it would have been due to multiple productions in different territories, connected and modified by the networks that were established.

Therefore, the circulation of knowledge could be defined as: "different from simple mobility, insofar as it implies a double movement back and forth, which can be repeated indefinitely. Circulating, things, men and notions are often transformed. Circulation implies a gradual aspect, and not in the simple reproduction through space of already formed structures and notions" (RAJ, 2015, p. 170). For Carlo Ginzburg (2008), circularity involves how individuals interact with dominant culture.<sup>60</sup>

According to Chartier, care must be taken not to incur in a kind of "ideal type" of the actors' practices. For Ginzburg, the perception of circularity in the text presents a back-and-forth from top to bottom and from bottom to top between the popular and the erudite.<sup>61</sup> Studies on translation and cultural translation contribute to the analysis, since science books are the physical material for compiling knowledge, in which theories and systems, organization of postulates, medical prescriptions and selection of bibliographies come together.

The existence of a limited set of readers in the XVI and XVII centuries sheds light on the need to approach the reading practices through which knowledge circulates (CHARTIER, 1995). At the same time, the different popular forms of reading imply the recognition that they never develop in a

---

<sup>60</sup> The discussion on circulation has to do with discussions of microhistory initiated by Carlo Ginzburg in the context of debates on popular and peasant culture and the dominant, or literate, cultures that held more power in the early modern period. Carlo Ginzburg analyzed the case of a miller, in his book *O Queijo e os Vermes*, trying to capture how an individual inserted in the peasant culture of the interior of Italy made a reading, with his lenses, of high culture, defending logical arguments in the face of a panel made up of individuals from the dominant culture and with the death sentence as their destiny. An aspect to be mentioned is that Ginzburg, when working with the hypotheses formulated by Menocchio, presupposed an oral culture that was the heritage not only of Menocchio, but also of a vast segment of sixteenth-century society." (GINZBURG, 2008, p. 10).

<sup>61</sup> "It is possible to summarize in the term "circularity": between the culture of the dominant classes and that of the subordinate classes there existed, in pre-industrial Europe, a circular relationship made of reciprocal influences, which moved from bottom to top, as well as from top to bottom. low (exactly the opposite, therefore, of the "concept of absolute autonomy and continuity of peasant culture" attributed to me by a certain critic). (GINZBURG, 2008, p. 10).

separate and specific symbolic universe of high culture (CHARTIER, 1995).<sup>62</sup> As a result of the views addressed by Chartier, many historians have focused on locating popular culture based on the distribution of certain objects or specific cultural models.<sup>63</sup>

With regard to the two works on medicine, one of the approaches that could be attempted would be to find a fit between these propositions by Chartier on the appropriation of knowledge for studies in the history of sciences. Surely, the exercises of appropriation by the authors about the universes available for the production of texts indicate selections and options in the production of knowledge about cancer. These syntheses are not very clear in the two works. One can, however, consider that the cultural translation of the other as an important element, since many of the scientific works produced in the context of both the New World and in the case of the work written in India relied on the collaboration of different individuals, often from different cultures. different. The synthesis that takes place in the production of knowledge, on the part of those who do it, is constituted as a frame of a broader whole, on the part of the understanding of those who carry out the synthesis.

---

<sup>62</sup> In dialogue with the sciences, the author's perceptions of cultural productions led them to two types of problems: 1) popular culture was being seen by historians as a coherent and autonomous symbolic system, which worked according to a different logic from literate culture. This vision took popular culture as responsible for producing an entirely independent world, while in fact there is a circulation that permeates both what is erudite, literate or popular, that is, they are interconnected worlds and not private or independent. 2) The second notion of popular culture that Chartier criticized consisted of considering popular culture as that culture embedded in relations of domination that organize the social world. For him, in fact, this notion saw popular culture as associated with a world dependent on another world, that is, inserted in a dependency relationship. These definitions end up constituting, over time, "a comfortable principle of classification" (CHARTIER, 1995, p.180). These questions may be relevant when asking: from whom do the practices of treatment and understanding of illnesses and the different notions of the body involved in the recipes present in the texts derive?

<sup>63</sup> Instead, he proposed that attention should be paid to the appropriation of cultural objects or models by certain groups or individuals, since the popular could not be described as a list of listed characteristics, as, first of all, the popular concerns to a type of relationship, to a way of using objects or norms that circulate in society. Chartier seems to criticize the way in which classical periodization has observed a dismantling of popular culture over time. According to this tradition, in the Golden Age, popular culture had freedom and independence, and in later times, when there was censorship and coercion, it was disqualified and fragmented. The case of the construction of the image of King Louis XIV shows an alleged abandonment by the upper classes of a culture common to all so far. However, for Chartier (1995), it is not a matter of pointing out a moment of disappearance of popular culture, since "the historiographic destiny of popular culture is therefore to always be stifled, repressed, devastated and, at the same time, always to be reborn from the ashes" (CHARTIER, 1995, p. 181). Debates about the production of scientific books and individual forms of appropriation would therefore involve a specific use of the concept of appropriation. Appropriation for Chartier is distinct from appropriation for Foucault, who understands it as the "social appropriation of discourses", that is, how discourses are dominated and confiscated by institutions. It is also distinct from the hermeneutic sense of appropriation, according to which appropriation corresponds to "the moment in which a particular narrative transforms the way in which a subject understands himself and the world", modifying his phenomenological experience. For Chartier (1995), appropriation aims at the elaboration of a social history of uses and interpretations, paying attention to the practices that produce meanings: "operate a screening between the practices most subjected to domination and those that use cunning with it or ignore it or, then, consider that *each* "popular" practice or discourse can be the object of two analyzes that alternately show its autonomy" or the her absence". (CHARTIER, 1995, p. 190).

For Ivonne Del Valle, the issue of “writing in the margins” is significant. The Jesuits who wrote the works would have been out of their comfort zone and faced with the unknown on a daily basis. The indigenous people who related to the Jesuits also produced local assemblages of power systems, intervening in power relations and, sometimes, producing conflicts and resistance to missional activity. For Del Valle, a phenomenological analysis of the missionary experience would allow the understanding of tensions between contradictory interests in specific territories (DEL VALLE, 2009, p. 14).<sup>64</sup> The loss of the mother tongue by the Jesuits who lived on the borders would reflect a weakening of the universe of these men, which represented a fracture in certain ways of understanding and belonging to the world. On the margins of the Western cultural paradigm, the physical, mental and linguistic constitution of its bearers began to crumble (DEL VALLE, 2009, P. 14).<sup>65</sup>

With regard to books, the analysis carried out on mentions of cancer rested more on more impersonal descriptions and less on references to social and symbolic universes associated with the writing of works by the Jesuits. The option was given in view of the available wealth of texts. Although the analysis of medical works pays attention to specific descriptions, studies that seek to see how knowledge is produced and modified from uses in other spaces may be suitable for a deeper and more local understanding of science. In addition, a relationship could be made with other documentation to

---

<sup>64</sup> The dynamics of knowledge production are embedded in a history of cultural exchanges and hierarchies. For Monteiro (1994), it is a story of European domination over native populations, a relationship of hierarchical imposition of one over the other (MONTEIRO, 1994, p. 14). However, the prism of analysis regarding the production of knowledge, within the scope of the missionaries, is seen in this case more through the prism of negotiation than resistance, imposition, acculturation. In *The Comanche Empire* (2008), Pekka Hämäläinen analyzed and showed a native local empire that was able to impose itself in relation to external agents and colonial forces, demonstrating the need to relativize the rate of colonial domination, case by case, provided by the Pratt's contact zone concept.

<sup>65</sup> Del Valle considered that the Jesuits who inhabited the frontier of the colonial world did not exactly represent the western paradigm, since they were gradually going through transformations resulting from the environment in which they were located and in contact with other cultures. The writing of the Jesuits, therefore, would represent a writing of limits, a balancing act in which the enunciator judged his place at the crossroads of cultures. In this situation, the peripheries approached the centers in irregular and inappropriate ways, in confusing words. When leaving the centers and going to the frontiers, the Jesuits are affected by them and, when they return, their writings are modified. The objective of Dell Vale's study, when examining the writings of the Jesuits, consisted of: “understanding the economy of knowledge production that was required of delusional subjects who maintained their order with difficulty, and who, based on incoherent and fragmented, they produced ordered chronicles and encyclopedic general knowledge texts (DEL VALLE, 2009, p. 15). Jesuits wrote about the sciences while being in a certain kind of uncomfortable dislocation. Their productions reflected a kind of traveling condition, in which they were transformed during the slow writing process, which could take months. In this writing process, they dealt with the space in which they were situated and also with alterity. It could be added that, for Hartog, the lived experience concerned the crossing of “names, places, glances that mark the beacons, the moments in which things are disturbed or inflected”. (HARTOG, 2004, p. 16). On the other hand, the missionaries' narratives would act as devices for translating reality and shaping one discourse over the other (BIEHL, 2019, p. 42), although these texts do not contain anthropological descriptions, since the interests are related to pharmacy, surgery and medicine.

try to map the circulation<sup>66</sup>, an operation that presents some difficulty to be carried out. The exercise of analysis of phenomena in the history of science, along a line of criticism of diffusionism, it can be said that it would consist of seeking to examine the local character of knowledge produced in contexts such as Europe, America and Asia, mapping connections of networks and examining the appropriation, accommodation of knowledge and relationships that would allow a deeper understanding of the products of science.<sup>67</sup>

The two works constitute themselves as scientific texts produced in “contact zones”, to borrow Pratt's notion, border zones in which different agents interacted and carried out cultural exchanges in more or less asymmetrical power relations. Far from the metropolitan power, either from the Spanish Crown, in the case of the Jesuit Province of Paraguay, or from the Portuguese Crown, in the case of Goa, India, these scientific books were located, as cultural products, in frontier spaces. In this case, the frontier is conceptualized not as Turner's frontier, which was seen as a civilizing line that advanced, without recognizing a second culture, but the frontier as theorized by Pratt, for which frontier is the space in which the fortifications are fortified. relations between the two sides, mainly due to the distance from metropolitan power (PRATT, 1999).<sup>68</sup> According to Romano (2019), there was a political dimension to the spiritual conquest that came with colonization, and an equally political dimension to the practices that accompanied it.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> For Lissa Roberts (2009), the term circulation was conceptualized to distance itself from the notion of diffusion, according to which knowledge was implanted in other cultures. The definition of the term, for the author, would be: Roberts conceptualized circulation: “circulation is different from simple mobility, as it implies a double movement of coming and going, which can be repeated infinitely. In circulation, things, men and notions often transform themselves, and this implies leaving aside a simple reproduction of preconceived forms and structures (ROBERTS, 2009).

<sup>67</sup>In the case of the two books analyzed, the operation did not take the breath it should have, not aiming for circulation, but on the other hand, it would have the small originality of the specific crossing of the analysis of tumors in works between two empires. Still on circulation, for Roberts, although circulation seeks to distance itself from diffusion, it could be seen a bit as a vision of the notion of progress within a supposed Western and non-Western dichotomy. Based on the dichotomy pointed out by Roberts, it can be said that talking about science, in this relationship between constructs involving Westerners and non-Westerners, would end up referring to a limited construct, in the case of works produced in contact with non-Westerners, such as the medical texts produced in contact with the Guaranis. Asúa analyzed a case of scientific production resulting from a joint work between Guaranis and Buenaventura Suárez, a type of solar clock, pointing to the existence of this type of collaboration for the manufacture of scientific instruments in some isolated cases, but perhaps recurrent in the region of Rio de Janeiro. of Silver (ASÚA, 2014).

<sup>68</sup> For Certeau, the texts written by the Jesuits could be seen as a hermeneutics of the other, which transports to the America and to the East a whole kind of Christian exegetical apparatus, born of a relationship with the Jewish otherness that was applied to the biblical tradition, to Greek or Latin antiquity (CERTEAU, 2013, p. 239). , is perhaps too centered on an ideal Jesuit figure, which could be questioned.

<sup>69</sup> Many works emphasized the political dimension of Jesuit action in the American continent, which led to the subjugation and destruction of local populations.<sup>69</sup> However, the production of knowledge in natural science was much more a collaborative process than an impositive process. People have a natural tendency to collaborate.

About the limits of circulation, it is possible to point some aspects. According to 17 of the transcriptions of documents from the General Archive of Seville (Anhang 17) carried out by Corinna Gramatke about the vessels headed from Europe to the Jesuit Province of Paraguay, it was possible to point out that the majority itinerary of the vessels of the Jesuit procurators were Europe-New World and New World-Europe. However, some of the itineraries consisted of other routes (GRAMATKE, 2019). It is not known whether this circuit involved Goa, as they were two units of the Order separated by empires, and direct contact between the missions could not be confirmed. In terms of the circulation of knowledge, colonial spaces could be defined as mobile, dynamic and mutable regions, but still frontiers, with limits that are sometimes difficult to overcome (BRACHT, 2018, p. 189).

Postcolonial studies have emphasized the criticism of the notion of “colonial science”, since it does not value the connections that existed between the European world and the African and Asian worlds.<sup>70</sup> According to the understanding of the time by the Europeans, the Indies were composed of a number of ports and states, in addition to kingdoms and sultanates of the islands of the Malay archipelago. Under the control of Arab rulers and merchants, located between the Strait of Hormuz and the east coast of Africa. The region consisted of a number of merchant communities, whose ports were sometimes autonomous and, at other times, governed by distant empires, with Asian, African and European vessels passing daily (BRACHT, 2016, p. 95).<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> In view of this, the *Connected History perspective* sought to blend the connections made between the Asian, African and American regions, thinking in this case of spaces in which the Jesuits acted. As they were routes that did not coincide, given that one work was in territory owned by Portugal, while the other was in territory owned by Spain, it is possible to return to the limits of circulation pointed out by Bracht (2019). From the Portuguese Empire onwards, the East Indies comprised the entire region that surrounded the Indian Ocean, in which the circulation of large vessels was influenced by the climate regime of the monsoons. The extent of the East Indies, whose center was Goa, varied significantly between the XVI and XVIII centuries.

<sup>71</sup> Some of the locations with which Goa had some proximity were producers of glass, spices, luxury goods and metallurgy. This macro-region, managed by the Portuguese crown, had riverside territories, ranging from the Cape of Good Hope to Japan (THOMAZ, 1994). According to Bracht (2016), Europeans found it difficult to move inland in the Indian subcontinent during the XVI century and most of the XVII century, only penetrating the most coastal layers, which was only better done throughout the XVIII century. Charles Boxer demonstrated that the difficulties faced in the process of expansion and establishment of the Portuguese Empire were due, in part, to logistical problems (BRACHT, 2016, p. 99). The limits of the work of analysis of cancer treatments in both works are associated with the fact that the analysis was done, in a certain sense, vertically, while, in practice, the complexity of the theme would require a slightly greater transversality in terms of the historical aspects involved considering that the analysis involves two distinct Empires. From the social point of view, there would be big differences in the political, social, cultural and religious dimensions between the societies of Goa in the period and the Jesuit-Guarani missions of Latin America. Even, as stated, the reductions in Colonial Paraguay had a waterway for logistical outflow, while the geography of Goa was not well worked on in this analysis. Even in the works of medicine and science available in the collections of the two Empires, there could be differences considering the censorship practices, taxes for the acquisition of materials, the availability of volumes in languages, respectively, Spanish and Portuguese for the composition of libraries. One of the problems not addressed in the analysis consisted of how the authors of the analyzed scientific treatises related to the complex networks of bureaucratic, administrative, religious, racial and economic structures of colonial universes. In an analytical study of

The two books can be seen as works of natural philosophy or the natural sciences of their specific time period and context. They convey a descriptive language of illnesses and treatments that can be carried out with the tools known to their authors. The works can be inserted into a set of texts that contribute to the construction of a metalanguage of science at the time, as medical texts will gradually begin to present a more technical language, which is the result of an accumulation of texts and technical definitions. and conceptual. Little by little, technical terms are gaining a certain consensus, especially those produced in official circles and evaluated by peers.

However, the process of universalizing knowledge is quite fragmented in medical and pharmaceutical sciences and occurred only in XIX century.<sup>72</sup> Furthermore, the process of incorporating physics concepts, which developed mainly from the XVII century onwards, was quite slow.

Although they were written in the XVIII century, it was not possible to locate influences from the dynamics of bodies, developed by Newton and published in 1687, or notes on experiments with prescriptions that were more influenced by notions of reproducibility of experiments, as began to be developed by Galileo Galilei (1564-1642). When he was interested in solving a problem using this method, Galileo isolated the problem into premises and carried out experiments repeatedly to test the data.<sup>73</sup>

In this sense, the authors' landscape of nature was not modified by the Newtonian image of nature and phenomena, or at least these affects are not observable in the text. A profound philosophical change was introduced in European universities after the studies of Galileo and later Newton were published on the movement of bodies. Until then, notions of cause were influenced by

---

different works written in Goa in the XVIII century, Bracht listed four topics that make the understanding of medicine and pharmacy of the Portuguese Empire in Asia more complex. The following can be mentioned: i) the size of the territory in view of the lack of material and human resources and the need to use knowledge and local agents; ii) the role of religious orders, mainly, but not only, of the Society of Jesus, in the teaching and practice of science; iii) the State policies that were implemented throughout the seventeenth century for the inclusion of local agents in the knowledge production networks about the empire's natural potential; and iv) the transversality of racial issues (BRACHT, 2016, p. 109). In this sense, the theme of enslavement of Africans, their cultural and medicinal practices, as well as other elements are also inserted in a system whose variables are very complex when one intends to equate the production of knowledge and the elements that can be identified as circulation. Just to exemplify, the work *Árvore da Vida* mentions sugar from Brazil in its recipe book. It is known that the sugarcane production system in Brazil relied, in this period, on enslaved labor.

<sup>72</sup> For Russell, throughout the XVIII century and based on the reverberations of scientific production in culture, three factors occurred that are particularly important for the slow modification of structures of thought by a more literate portion of societies: 1. the affirmation of facts it should be based on observation and not on unsubstantiated authority; 2. the world would act as an autonomous system that would perpetuate itself in accordance with natural laws and without external control; 3. Earth would no longer be the center of the universe and man would not be its purpose. Furthermore, purpose would be a scientifically useless concept for the man of science in general (Russell, 1953, p. 17).

Aristotelian thought, which even predicted final causes or an idea of purpose. Galileo and Newton contributed to the creation of a background image, a landscape of a disinterested nature of the observer (also part of it). These studies allowed the understanding of force relationships and the development of expressions with vectors to quantify magnitudes, as well as leading to an understanding of relationships involving time and reproduction of experiments, first with Galileo's studies, and later with Newton. Such introductions into the thinking of the time had impacts as violent as the introduction of Euclid's Elements in early times.

The Newtonian image of the world, which can be expressed by interpreting matter in terms of forces, inertia and movement and by Newton's second law, in which the force and movement of two bodies can be quantified, is not reflected in the texts. Human bodies could also be seen as vectorially decomposed objects, which gradually led, especially in the XVIII century, to a mechanistic and materialist understanding of matter, which was already carried out by some physicists in the XVIII century.<sup>74</sup>

It is not a question, when analyzing that the two medical treatises do not use Newtonian concepts, but Aristotelian ones, that they are behind in scientific terms what they could be. Historical analysis starts from concrete conditions and seeks to avoid anachronisms. One must consider the time required for the absorption of Newton's ideas in European scientific centers, and not just the years of advent of Newton's theories in his lifetime.

The incorporation of scientific concepts from one field to another takes time, and the circulation of texts depends on concrete conditions to occur. On the other hand, there are ongoing scientific traditions that support standards, which take time to be modified by new ideas. Newton's classical mechanics took a long time to establish itself, since there was a background of Aristotelian influence that was better established in the academic centers of the period. Medical texts seem to be influenced by the ideas of Causes in Aristotelian thought, including final causes. They can be inserted,

---

<sup>7474</sup> As a result, in the language of empirical sciences, more physical and statistical elements that were based on quantitative data began to be adopted. Although there are substantive differences between the languages of each scientific field, especially between experimental sciences and mathematics in terms of object, intentionality and method, it can be noted that medical texts will gradually incorporate the notion of reproducibility of procedures, being carried out more repetitions to prove a therapy and also a more data-driven approach. The modern period, especially in scientific writing, will accompany a slow transformation in the cultural matrix, which will become more accentuated in the XX century, in which societies begin to establish a purpose not in religious thought, but in scientific thought. If in previous periods, the mechanistic vision of the universe was given by isolated agents, especially those who had access to foreign literature and academic spaces, later the language of dictionaries incorporated terms that helped to constitute the mechanistic imaginary of the world, such as: model, chain, causality, experiment, proof, theorem, refutation, nature, reality, description, induction, deduction and method (Guillen, 1987; Davis, Hersch, 1989).

in this sense, in a very long and complex historical process of fracturing the Aristotelian natural description for the consolidation of classical mechanics, although they are not texts that convey two dissident theoretical matrices, but were produced within an era that will also be the era of classical mechanics.<sup>75</sup>

### **Epistemological influences in medicine and differences between books**

According to Henrique Carneiro (2013), the rising practice of experimentalism, distinct from classic humoralism, had been gaining strength in the 1700s. The works of new empiricists, such as Rabelais, Garcia de Orta and Paracelso, who promoted changes in medicine, which coexisted, in the 16th century, with all kinds of herbal knowledge and with the auctions of drugs offered in the markets (CARNEIRO, 1994, p. 65). In addition to popular knowledge and the diversity of plants and drugs from the colonial empires, new assumptions emerged, such as iatrochemistry, which proposed healing through similars, thus opposing healing through opposites.

There are differences between Goa, in India, and the mission region in Colonial Paraguay. In terms of climatic differences, the sub-tropical climate is more common in the South American region, while in the territory of Goa, in South Asia, the climate is more tropical. Both have temperatures that vary between mild, high and very high, with conditions for the development of biological diversity in specimens. The characteristics of local plants in each of the territories resulting from the process of evolution and adaptation to the environment of fauna and flora are reflected in the biological specimens that are mentioned in the recipes, as the agents used what they could see and touch. In this sense, recipes are indirectly associated with an entire phylogenetic history of animals and plants that were in the regions in the past before the agents and also in the present.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> For Koyré, there was a slow historical process from which humanity sought to master of nature, while medieval or ancient man only pursued its contemplation. The mechanism of classical physics – Galilean, Cartesian, active, was destined to make humans “the master and possessors of nature”, which would be explained by the desire for exercise influence in the physical world (Koyré, 1966, p. 12). Over time, the notion of static nature became dynamic and the notion of agency surpassed these categories. The development of the Cartesian plane, proposed by Descartes (1596-1650) was substantial in making the mathematics subsequently developed more operational. The introduction of the axis coordinate system in the constitution of the imagination about mathematics can be considered a very strong change. Cartesian science and Galileo's science would be “a science of engineering”, which can be seen by the explanations that use images of Cartesian physics with its pulleys, ropes and levers.

<sup>76</sup> At the beginning of the XVIII century, the State of India no longer played a fundamental role in controlling Asian trade. Despite the smaller market share, India provided conditions for traders to carry out their work, as well as merchants, missionaries and even mercenaries, considering regions such as Macau, Abyssinia and Siam (Bracht, 2023, p. 456). The natives of Asia, many of whom were mestizos, formed an increasing portion of the groups dedicated to

In the 1700s, a gradual transposition of experimentalism with plants and animals to texts on *Materia Medica* and erudite medicine was observed, despite the continued use of magical remedies. Despite the scientific works of the Jesuits presenting, upon closer examination, sets of knowledge considered mestizo or peripheral within their authorized micro-universes of understanding, namely, Galenisms, the classification systems of the natural world that fit into a baroque conception, governed by occult forces that allowed the inclusion of the divine in its interior, it can be said that there are micro-contradictions between the lines of the works since they present elements that, in an orthodox reading, could be classified as witchcraft within more Jesuit discourses strict at the time. The mention of magic-astrological practices and even Ayurveda, in the debate about conformation within a Christian conceptual matrix, could imply the debate about what is magic and what is sorcery.

For Farberman, who analyzed persecution of women in the context of Buenos Aires and Córdoba in the XVIII century, there was a consensus at the time that witchcraft was associated with the ability to cause harm to others. In civil courts, proceedings against witchcraft practices and punishments of marginalized women would have been carried out. Farberman analyzed the relationship between the understanding of witchcraft, the criteria for crimes and the intertwining with gender and race. The Jesuits would have carried out cases against witchcraft, in the number of 26 cases in total. The Jesuits, therefore, rejected witchcraft practices, and fought against them. Black women would be the most accused of witchcraft, as they are associated with the stereotype of an uncontrollable sexual desire (GOLDBERG, 2000, p. 67-83). Indigenous women, on the other hand, would also be accused of witchcraft practices in cases found by the author in the town of Tucumán (FARBERMAN, 2016).

In this sense, an analysis of oncological treatments used in the context of America and Asia in the first decades of the modern period must take into account the colonial structures that were implemented, considering the composition of populations, the characteristics of the world of work and income and the existing social dynamics, which are marked by gender and class differences. These differences affect the percentage of individual freedoms and powers to act with curative treatments and obtain income that each agent has during the period in which they live (FARBERMAN, 2016).

---

religious activities and also of the members dedicated to the secular clergy. With the incorporation of mestizos into the Orders, there were also slow changes in the structures and worldviews conveyed in internally circulated texts and works that aimed to describe the natural world, especially when the subjectivity of the authors appeared.

The plants, leaves, fruits and foods used by traditional populations to prepare medicinal recipes were collected from wooded regions where there was specific biological diversity. Little by little, there is a process of appropriation of these spaces by owners, purchase and acquisition by settlers and by the State. Laws and legal instruments are also being created at the same time as the introduction of new technologies and agricultural mechanization (MAJO, RELLY, 2020, p. 6). As a result, there is both a modification in the distribution of plants and biological specimens in the territories, as well as cultural changes in local social dynamics. If previously there was easier access to certain regions on foot, where there was a greater supply of resources, greater travel is now necessary to obtain resources, and there are also changes in the lifestyle of the populations. Territorial movements to collect resources become less frequent as they require resources and planning to be carried out.

For Bracht, there is evidence of the influence of traditional Indian medicine, or Ayurveda, in the way European doctors absorbed and learned knowledge about medicines and diseases from the Indian subcontinent (BRACHT, 2020, p. 376). In part, these adaptations are due to the availability of remedies that were found in the Indian context, of which local recipes were used in a more comprehensive and descriptive way. There were also the Vaydias doctors, who were Indian herbalists and apothecaries who worked in hospitals and also provided care to the Portuguese authorities (BRACHT, 2020, p. 377). Much of the knowledge reported and written by the Vaydias was absorbed and circulated in the networks of contacts established with European merchants and apothecaries.

At the Royal Hospital of Goa, created by the Portuguese Crown and administered by the Irmandade da Misericórdia and later by the Society of Jesus, doctors with Portuguese training worked. Records indicate, however, that the services of Indian doctors or healers were also required, which was mentioned in the work Notebook of various oriental medicinal recipes, from 1696, by João dos Reis. This work had a chapter called "Use and practice of pandits from the East", in which it reports on some relationships between Europeans and Indians at work at the Royal Hospital of Goa (BRACHT, 2020, p. 377). There was, however, a rivalry between Europeans and Indians who fought for space in the field of healing and care for the sick, inside and outside hospitals. These disputes occurred because salaries were higher in hospitals and in positions of higher social status, which were more difficult for Indians to access, who had empirical knowledge about local characteristics of nature in Goa.

There was a group of Indian doctors, surgeons, herbalists and healers who were mostly educated in their own traditions, whose origins were mostly Hindu, and were more concentrated in communities in which Christian populations were a minority. On the other hand, there was a second

group, composed of agents educated in the European tradition, who worked more strongly with religious orders, whether close to the Dominicans, Franciscans, Augustinians and, mainly, Jesuits (BRACHT, 2020, p. 382). There were also benefits that the colonial administration reserved for agents who converted to the rules imposed by Christianity. There were racial barriers imposed by the colonial administration and, on the other hand, there was distrust on the part of the elites towards agents of the healing arts who were not converted (BRACHT, 2020, p. 384). This led to some non-Christian agents having less space to act and, on the other hand, it influenced the decision to convert a portion of agents into the healing arts.

In this article, we seek to address the treatments and concepts for cancer in two books from the 18th century, *Libro de Cirugía*, from 1725, and *Árvore da Vida*, by Afonso Costa, from 1720. The exercise of comparison between two works separated by oceans allowed us to point out that both had influences from Galenism in the treatment of tumors, as well as some common recipes for the time, such as the use of white wine. On the other hand, there were differences between them, so that in the Jesuit Province of Paraguay there were influences from astrological medicine, and also several plants with indigenous names and influences from the exchanges and learning of the Jesuits with the local inhabitants, notably Guarani, although these treatments indigenous peoples are not exactly portrayed in the chapter on tumors in the Platinum manuscript. What is observed in it is that, in other chapters, indigenous terms were present. With regard to cancer treatments, they were guided by: use of purges, cauterizations, use of medicinal plants in the form of plasters and local surgery to remove tumors.

In Goa's work, mentions appeared of the use of plasters, a common practice in medical treatises of the period, cited in French works as topical remedies (*remedes topiques*), like the mentions that are given in the book “*Sur la nature et guérison des cancers [...]*” (Montpellier, 1701). On the other hand, in the work *Árvore da Vida*, lighter treatments were portrayed than in the *Libro de Cirugía*, with no mention of surgical extractions. The difference in approach in the works is quite significant. While in the Goa work the use of plasters and strategies to soften illnesses and wait for them to pass a more advanced stage, becoming milder, were reinforced, in *Libro* there was an assessment of the situation of the tissue and, in more severe cases, the use of blades and knives was triggered. The main example was the extraction of tumors in the breasts, which happened in the *Libro de Cirugía*, denoting the more surgical profile of the work and, although of unknown authorship, its author's character of a surgeon: “When the cancer is in the breasts, and cannot be cured with any medicine, it will be stretched by cutting it with a knife, removing all the tumor with its raises, opening it in a cross will be defleshed,

and with the hands it will be squeezed out so that all the skin is removed. melancholic [...]” (LIBRO, 1725, p. 394).

It was not possible to find common names of scholars in the chapters on tumors. While in the *Libro de Cirugía* there is mention of Lasaro Ribeiro, name unknown, and renowned authors such as Hippocrates, Galen and Dioscórides, in the chapter on cancers in *Árvore da Vida* the prescription is presented more directly and without mentioning the authors of reference. In the debate about the unknown authorship of the *Libro de Cirugía*, there were discussions about Pedro Montenegro, the author of *Materia Medica Misionera* (1710) being its author. Although he had practical passages in which he learned surgery, such as at the Madrid Hospital (POLETTO, 2014, p. 179), it cannot be said that he is confirmed as an author, since more detailed analyzes have already been carried out by Biehl and Fleck (2020) and did not prove the authorship of the work.

The processes by which scientific theories are contested are gradually slow (KUHN, 1985) and discoveries lead to the contestation of provisional truths and the ways in which other truths are being questioned and new models are being conformed. In the case of cancer treatments, the slow change in paradigms from tissues to cells occurred as a result of internal debates arising from observation work with microscopes, especially in France, and it took place over a slow period, since there were practices carried out in spaces not -academics who reinvented galenisms and produced new theories at the hands of practitioners, apothecaries, healers and barbers. The cellular understanding of cancers, associated with the microscopic observation of tissues and the understanding of the sub-parts that make up cells, were gradually incorporated into books on medicine, pharmacy and surgery, so that the tissue understanding of cancers, present in *Arvore da Vida* and the *Libro de Cirugía*, were gradually being superseded by emerging concepts in cell biology in later centuries.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup>At the level of illustrating the process of change in theoretical frameworks subsequent to the treatises based on Galenism and its echoes, studies with microscopes produced some works, such as the work “The cellular pathology...”, by Rudolf Virchow. In this work, the German pathologist established some of the bases of the theory of general pathology, and in this period other studies also presented results using the notion of cell. In this work, Virchow brought definitions of the sub-parts of cells, dialoguing with other authors, such as Theodor Schwamm. <sup>77</sup>The conceptions of Virchow, Schwamm, Marie Bichat and other authors of the late 18th century should not, however, be associated with the 18th century, since they would produce anachronisms, errors in temporal associations. On the other hand, they could fall back on a narrative of the progress of the sciences that, if not well done and punctuated, could be simplistic. At the end of this analysis, it can be mentioned that the 18th century, analyzed from the manuscripts, involved the production of knowledge on the margins and was responsible for, in some cases, bequeathing contributions to the sciences, which do not “universalize” without big costs. On the other hand, efforts to show global links in knowledge production, although difficult to establish, are quite valid.

A better understanding of what the epistemology behind the understanding of cancers in the period of the first modernity depends on some factors. First, there are scientific reports supported by treatises on medicine and science of the period, which were based on theories and on the framework of natural philosophy of the period, which was quite broad. On the other hand, texts written by priests in America and which, perhaps, dealt with tumors, had non-scientific purposes and, in many cases, were reports from memory.<sup>78</sup>

The works written "on the margins", as the two books can be considered, did not contain the same surgical instruments that were manufactured in the large centers of the time. The two texts on medicine and surgery are compared with a third text that is the result of an academic study in France at the time, entitled *Recherches sur la nature et la guérison des cancers* (1701). Published in Paris by Claude Gendron, the book presents surgical strategies for cancer cases, including breast cancer. The author describes several surgical instruments using specific nomenclatures. The study distanced itself from Hippocratic-Galenic humoralism by considering that the disease had a genesis in local tissue structures and not in a broader flow of humors. In this sense, it allowed advances in the field of surgery, being the thesis of a doctor educated in France at the time.

It can be said that the work published in Paris and resulting from studies in Montpellier is a work produced in a context of a center for access to resources and information, while the works produced in America and Goa, although resulting from orders that had connections and resources, being knowledge-producing regions, were not located in a privileged academic space during the period. The analysis of center and periphery is complex as these spaces were also knowledge-producing centers, however, it must be considered that certain borders are difficult to cross and that the arrival of certain resources and information can take time in both directions. A more accurate analysis could map the connections between spaces based on documentation. Another aspect is that the texts were produced in different languages, with linguistic borders on both sides.

---

<sup>78</sup> Because they are memory texts, they had other elements with them, such as the appreciation of the role of conversion over local peoples. In these cases, illnesses and healing were included in divine participation, through the work of missionaries, with a view to putting the missional project into effect. A last aspect to be considered is the fact that the knowledge circulation networks and the very existence of the Order in different geographical contexts is due to the Order's ability to maintain itself economically, and also to its product commercialization strategy. It is through the economy and trade that one can better understand the relations of knowledge production, that is, it was through the structures of capitalism that there were conditions to scale the production of certain knowledge more broadly, once there was sustainability financial.

Although a detailed analysis may indicate a greater variety of plants mentioned in books produced in Goa and Colonial Paraguai of the period, it can be considered that the texts should be understood as works on the margins in terms of libraries available for consultation. It is possible that the authors had smaller collections to consult information than in Montpellier or Paris, considering that France constituted a very strong medical school in Europe.

It can be considered that Gendron's French text was more focused on technical aspects of how to perform removal surgeries and use instruments to operate, as well as describing the disease in terms of characteristics observable to the naked eye (ABREU; ABREU; MARTINS; 2023). However, the text produced in the South American missions made greater use of plasters and plants, as was the case with the text produced in Goa.

The incorporation of recipes with magical-astrological elements in the American case or traditional Indian medicine in the case of the Goa text were consequences of the difficulties in obtaining certain resources from abroad and mainly due to the knowledge of local agents, whose medicines were accepted by the communities. But, in a broader temporal view, what characterizes changes in cancer treatments are changes in structures of thought and the movement of change in accepted concepts, of acceleration and deceleration, which culminate in paradigms and new ideas (KUHN, 1977).

## Primary Sources

BLUTEAU, Raphael. 1721. Vocabulario portuguez & latino. Volume 8. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

**COSTA, A. *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutiferos ramos ornados de muitas aprasiveis, e saudiveis folhas, em que se deixa ver muitos e singulares remedios assim simplices, como compostos, que a Arte, e experiencia, a industria, e a curiosidade descubrio, para curarcom facilidade quasi todas as doenças, e queixas, a que o corpo esta sogieto, principalmente em terras desitduas de Medicos e Boticos. Copiados de diversos Authores assim impressos, como manuscriptos, de varias noticias e experiencias vistas e aprovadas... Offerecida pello Padre Affonso da Costa da Companhia de Jesus da Provincia de Goa.* Wellcome Library, 1720.**

DESHAYES-GENDRON, C. **Recherches sur la nature et la guérison des cancers**. Paris, Florentin et Pierre Delaulne, 1700.

FLECK, E. **Libro de Cirugía. Trasladado de autores graves y doctos para alivio de los enfermos. Escrito en estas Doctrinas de la Compañía de Jesús, en 1725**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022

LEONHARDT, C. **CARTAS ÀNUAS DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY – 1720-1730**. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, Versão Digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/ UNISINOS, [1927], 1994. p. 104.

ROBLEDO, D. **Compendio Cirurgico util y provechoso a sus professores**. Navarra, 1694. p.64-133.

VIRCHOW, R. **La pathologie cellulaire basé sur l'étude physiologique et pathologique des tissus**. Paris: J. B. Bailliére et Fils, 1868.

## References

ANAGNOSTOU, S. **Missionspharmazie: konzepte, praxis, organization, wiissenschaftliche ausstrahlung**. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 2011.

BOXER, C. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRACHT, F.; CONCEIÇÃO, G. Os caminhos das plantas: redes informais e auto-organizadas de produção e circulação de conhecimento no Império português. **História Unisinos**, v. 27, p. 454, 2023.

BRACHT, F. **Condicionantes sociais e políticos nos processos de produção de conhecimentos. História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global**. Porto, 2016, p. 94-121.

BRACHT, F. Entre brâmanes, cirurgiões e mercadores: agentes da produção e circulação do conhecimento médico no Oriente português setecentista. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 21, p. 374-393, 2020.

BRACHT, F. The Eastern Portuguese Empire: Frontiers and contact zones in knowledge production contexts. In: Amélia Polónia, Fabiano Bracht, Gisele C. Conceição, Monique Palma. (Org.). **Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age**. 1ed. Porto: Edições Afrontamento/CITCEM, 2018.

BIEHL, M. A viagem como experiência sensível. Natureza e sociedade nos escritos de Johann Rengger (1819-1825). **CUADERNOS DEL CENTRO DE ESTUDIOS DE DISEÑO Y COMUNICACIÓN**, v. 92, p. 41-56, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

- CHARTIER, R. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos. (Rio de Janeiro)**, vol. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- Davis, P.; Hersh, R. **A Experiência Matemática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- DEL VALLE, I. **Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuítas en el siglo XVIII**. México: Siglo XXI, 2009.
- EDLER, F.; FREITAS, R. O "imperscrutável vínculo": corpo e alma na medicina lusitana setecentista. **Varia História (UFMG. Impresso)**, v. 29, p. 435-452, 2013.
- FARBERMAN, J. Sobre brujos, hechiceros y Médicos. Prácticas mágicas, cultura popular y sociedad colonial en el Tucumán del siglo XVIII. **Cuadernos de Historia, Serie Ec. y Soc.**, N° 4, Secc. Art., CIFYH-UNC, 2001, pp. 67-104.
- FLECK, E. **Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014.
- FLECK, E.; BIEHL, M. Manuscritos de Medicina e Farmácia rioplatenses: um estudo comparativo entre a Materia Médica Misionera e o Libro de Cirugía. **Corpus: Archivos Virtuales de la Alteridad Americana**, v. 10, p. 1-22, 2020.
- FLECK, E. La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai, século XVII). **Revista de Historia (USP)**, v. 168, p. 351-381, 2013.
- FOX-HORTON, J. Ginzburg, “The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller”. **H-Net: Humanities & Social Sciences. Review**. Nov. 4, 2015.
- FREITAS REIS, Ivoni. Um mapa da medicina antiga: Entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes. **Revista de historia de la medicina y epistemologia medica (Buenos Aires)**, v. I, p. 01-14, 2009
- GARCÍA, A. Funciones de procurador general de las Indias Ocidentales. In: **El oficio de Indias de Sevilla y La organización econômica y misional de La Compañia de Jesús (1566-1767)**. Colección FOCUS, nº 8. Sevilla: 1995.
- GUILLEN, M. **Pontes para o infinito: o lado humano das matemáticas**. Lisboa: Editora Gradiva, 1987.
- GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HADDAD, T. Filósofos naturais do demônio: astronomia, alteridade e missionação no sul da Índia, século XVII. **Revista de História da Unisinos**, v. 18, p. 3-14, 2014.
- HARRIS, S. Mapping Jesuit Science: the role of travel in the geography of knowledge. In J. W. O'Malley, G. A. Bailey, S. J. Harris & T. F. Kennedy. **The Jesuits: cultures, sciences, and the arts, 1540-1773**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- HARTOG, François. **Memória de Ulisses: Narrativas Sobre a Fronteira na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p. 13-37; 102-111.
- JOAQUIM, A. O Ofício do Procurador Geral das Missões e a Formação de Redes Sociais da Companhia de Jesus nas missões do Grão-Pará e Maranhão. **Revista Oficina do Historiador**, v. Especial, p. 1813-1831, 2014.

- KOYRÉ, A. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- KOYRÉ, A. **Études Galiléennes**. Paris: Hermann, 1966.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- KUHN, T. **The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- KUHN, T. **The Road since Structure: Philosophical Essays, 1970-1993**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- LEONHARDT, C. **Los Jesuítas y la Medicina en el Rio de La Plata**. *Estudios*, 57, 1937, p. 104.
- LONDOÑO, F. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**, São, Paulo, v.22, n. 43, 2002.
- MAJO, C.; RELLY, E. American vines, European potatoes: An evolutionary history of European migrations in southern Brazil. **International Review of Environmental History**, v. 6, p. 5-29, 2020.
- MARTÍNEZ-SERNA, Procurators and the Making of the Jesuits Atlantic Network. In: BAILYN, B.; DENAULT, P. **Soundings in Atlantic history: latent structures and intellectual currents, 1500-1830**. Harvard University Press, 2009.
- MOYA, B. Ideas, lecturas y circulación de saberes. Bibliotecas del Tucumán del siglo XVIII. **Miradas desde la historia social y la historia intelectual**, 2012. p. 777-803.
- PAGE, C. **La librería jesuíta: Historia del Expolio de un Emblemático Patrimonio Cultural de Córdoba**. In: *Los libros de los jesuitas*. 2005, p.1-31.
- POLETTO, R. **Uma trajetória por escrito: Pedro Montenegro SJ e sua Materia Medica Misionera**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História, São Paulo** (14), 1997.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- Portal de Archivos Españoles (PARES). **Governo da Espanha. Mapa de 1592**. Disponível em: <<https://pares.culturaydeporte.gob.es/inicio.html>>. Acessado em: mai 2020.
- RAJ, K. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. **Cultura Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 24, 2007.
- RAJ, K. **Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900**. Palgrave: New York, 2007.
- ROBERTS, L. **Situating science in global history: Local exchanges and networks of circulation**. 2010. Leiden: Cambridge University Press, 2009.
- ROMANO, A. Iberian missionaries in God's Vineyard: Enlarging humankind and encompassing the globe in the Renaissance. **History of the Human Sciences Journal**, 2019.
- RUSSEL, B. **El impacto de la ciencia en la sociedad**. Madrid: Aguilar S.A. Ediciones, 1953.
- TERNUS-ABREU, B. Mui Señor Mio, after hauer reconozido las medizinas, it seems that he has found less everything than his paper looks like: a study on tumors in Colonial Paraguay (17th - 18th centuries). **História em Revista (UFPEL)**, v. 26, p. 124-145, 2020.

TERNUS-ABREU, B.; ABREU, C. ; MARTINS, R. De enfermidade sistêmica à enfermidade local: análise do estudo sobre a gênese dos tumores na obra de Claude Gendron (1701). **Khronos: Revista de História da Ciência**, v. 14, p. 65-92, 2023.

THOMAS, K. **Religião e o Declínio da Magia**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1991

THOMAZ, L. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

VIOTTI, A. Um estudo sobre as boticas e os remédios dos jesuítas no Império Português (séculos XVII-XVIII). **História Unisinos**, 23(3), 2019, p.464-474.

## ***Nos porões da loucura (1979): narrativas da imprensa escrita sobre o Hospital Colônia de Barbacena***

*In the basements of madness (1979): narratives from the written press about the Hospital Colônia of Barbacena*

**Maria Fernanda Pimenta Fróis**

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

m.fernandapimenta01@gmail.com

**Recebido:** 18/12/2023

**Aprovado:** 24/06/2024

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo a análise das narrativas da imprensa escrita a partir da série de reportagens divulgadas pelo jornal *Estado de Minas* em 1979. Essas notícias tinham como centro das narrativas os hospitais que faziam parte do chamado “itinerário público da loucura” e passaram a ganhar protagonismo durante a movimentação na busca por uma Reforma Psiquiátrica. Nesse sentido, o principal intuito está em analisar as matérias selecionadas a partir da necessidade que os jornais tinham de publicar para sensibilizar o público. As reportagens utilizadas, assumem o caráter de denúncia diante do cenário que se formava na busca por um atendimento especializado e se caracterizam como a principal fonte desse estudo.

**Palavras-chave:** Imprensa; Hospital Colônia; Reforma Psiquiátrica.

**Abstract:** This article aims to analyze the narratives in the written press based on a series of reports published by the *Estado de Minas* newspaper in 1979. These news stories focused on hospitals that were part of the so-called "public itinerary of madness" and gained prominence during the movement for Psychiatric Reform. In this context, the main purpose is to analyze the selected articles in light of the newspaper's need to publish in order to raise public awareness. The reports used take on the character of denunciation in the face of the unfolding scenario in the pursuit of specialized care and are characterized as the main source for this study.

**Keywords:** Press; Hospital Colônia; Psychiatric Reform.

## Introdução

Este artigo versa-se pela existência de narrativas jornalísticas publicadas a partir da imprensa escrita, mais especificamente da série de reportagens nomeada de “Nos porões da loucura” lançada pelo jornal *Estado de Minas* que circularam na imprensa mineira no ano de 1979. As reportagens em questão adquiriram o caráter de denúncia no contexto de início de debates sobre o processo de reforma psiquiátrica. A série de autoria do jornalista Hiram Firmino<sup>79</sup>, tinha como objetivo principal divulgar como estaria o cenário de assistência psiquiátrica em Minas Gerais a partir das instituições hospitalares, sendo a principal delas o Hospital Colônia de Barbacena (HCB).

Em 13 de setembro 1979 uma notícia publicada pelo jornal *Estado de Minas* e intitulada “Secretário abre hospício para imprensa”, marcaria o anúncio da série que seria publicada cinco dias depois, com reportagens que foram publicadas entre 18 de setembro 1979 e 27 de setembro 1979 pelo periódico e reúne os relatos de Firmino em um itinerário feito em alguns hospitais psiquiátricos mineiros e denúncias sobre as condições dos serviços de assistência aos homens e mulheres que eram considerados como ameaças devido às suas questões psíquicas.

A definição do que foi considerado como fator de periculosidade para a época demanda alguns aspectos. Magali Engel (2004) aponta que as transformações sofridas no Brasil advindas da proclamação da República resultaram em mudanças que afetaram as relações sociais e econômicas. Essas transformações, em parte derivadas da industrialização, atuaram nas zonas urbanas e foram pautadas em um ideal de progresso e na busca por indivíduos produtivos, considerando os comportamentos que desviassem desse ideal de produtividade que foi criado, como ameaças à ordem social. Maria Valéria Costa Correia define essa ameaça como os “mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais” (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 104). Goulart (2015) aponta ainda a imprecisão da época em se encontrar qualificações para os comportamentos que fossem considerados como suscetíveis ao afastamento social, o que também justificava os índices de superlotação já que qualquer pessoa poderia seguir com o pedido de internação sem diagnósticos.

---

<sup>79</sup> Jornalista responsável pela série “Nos porões da loucura” e também pela publicação do livro de mesmo nome. O jornalista começa a demonstrar interesse pelo tema em 1978, quando acompanhou uma professora diagnosticada com “esquizofrenia incurável”, e se aproximou do universo da medicina e dos tratamentos ofertados na época. O caso foi publicado por Firmino dentro de sua coluna no *Estado de Minas* e intitulado de “Via-crúcis de Maria”.

Após o anúncio publicado pelo *Estado de Minas*, o ponto central da notícia era anunciar que o secretário de saúde do estado, Eduardo Levindo Coelho colocou à disposição da imprensa as instituições psiquiátricas para visita, o que possibilitou na época o início da série. Um dos principais questionamentos desse artigo são as motivações que levaram o então secretário de saúde a permitir acesso livre da imprensa aos hospitais, possibilitando toda a construção das reportagens. Firmino (2014) chamou de “carta branca” a autorização dada pelo secretário para que fosse revelado o que ocorria nos hospitais psiquiátricos. A problematização desse artigo parte das motivações que levaram o jornal a tornar público parte do mecanismo de funcionamento do Hospital Colônia, fato que não foi apenas uma iniciativa individual ou de um grupo específico que teve como pretensão expor os tratamentos empregados na instituição, mas, segundo Goulart (2010), foi também uma estratégia pública vista a urgência de se repensar o modelo psiquiátrico no país durante o contexto de buscas por repensar o modelo psiquiátrico.

A escolha da série de reportagens para análise justifica-se pelo volume de notícias que tinham o cenário psiquiátrico mineiro e mais especificamente o Hospital Colônia de Barbacena como pauta das notícias se concentrarem no jornal *Estado de Minas*. A metodologia consiste na busca pelos jornais feita a partir do site da hemeroteca digital considerando o período de 1970 e 1980 e também em um acervo privado. A pesquisa através do sistema da hemeroteca ocorreu a partir do levantamento de algumas palavras-chave que poderiam levar a publicações com temáticas relacionadas ao foco da pesquisa, sendo os termos utilizados na busca: “hospital psiquiátrico”, “Galba Velloso”, “Raul Soares”, “Colônia Barbacena”, “Franco Basaglia”, “HCB” e “Barbacena”. A partir do levantamento foi possível identificar o jornal *Estado de Minas* como principal divulgador das notícias relacionadas a psiquiatria devido a quantidade de notícias que veiculou sobre os temas, enquanto outros periódicos possuem entre uma e duas publicações, no jornal em questão foram encontradas<sup>80</sup> trinta e sete ocorrências.

A escolha da imprensa escrita vem propor um debate referente à existência de retóricas, realizando uma contraposição com a opinião pública e os sujeitos que integram essa discussão. A análise do material encontrado parte do levantamento de questões pré-estabelecidas a serem

---

80 O objetivo com tal levantamento foi enumerar as reportagens publicadas. É necessário considerar o caráter manual e humano dentro deste levantamento, aliado a essa questão, é preciso apontar também que nem todas as edições de jornais que circularam em Minas Gerais estão disponíveis para consulta online, o que dificulta que este levantamento seja mais preciso. É importante mencionar que todas as edições do *Estado de Minas* que constam neste estudo foram fornecidas pelo jornalista José Geraldo Magalhães e, nesse sentido, já haviam sido previamente selecionadas.

observadas na documentação como, por exemplo, o destaque que o jornal atribuía ao Hospital, o caráter da denúncia e o apontamento ou não de supostos responsáveis para a situação.

Nesse sentido, a partir dos conteúdos que foram encontrados nas matérias e a correlação existente entre as denúncias e os hospitais públicos de Minas Gerais é preciso mencionar o organicismo das instituições psiquiátricas no estado. A lei estadual nº 290 de 16 de agosto de 1900, foi a responsável pela criação da chamada “Assistência aos Alienados” em uma tentativa de minimizar a sobrecarga no sistema público das Santas Casas e também anunciando a criação de um espaço voltado exclusivamente para o afastamento do convívio social dos comportamentos considerados destoantes, o Hospital Colônia de Barbacena. Nesse contexto, a estruturação da psiquiatria foi um reflexo das movimentações do saber psiquiátrico e que era validado através de leis vigentes no período.

Esse formato de notícias, publicado aos moldes de matérias seriadas, pode ser observado em outros momentos deste mesmo periódico. No entanto, “Nos porões da Loucura” se tornou um marco significativo pelo destaque atribuído à temática dentro do periódico. A ideia de sinalizar as reportagens no formato seriado fez parte da estratégia do jornal que, por sua vez, gerou uma expectativa no leitor sobre o que estaria por vir no próximo “episódio”. O editorial enumerou as reportagens nas laterais que eram acompanhados de breves descrições dos hospitais e em algumas reportagens constavam também o Artigo 5º da Declaração Universal dos direitos Humanos.

Primeiramente, antes de adentrarmos propriamente na análise sobre os trechos das reportagens, é necessário mencionar um certo padrão que todas elas tiveram. O primeiro deles é que nenhuma das notícias dividia a página com qualquer tipo de propaganda ou anúncio, todas as reportagens cobriam toda a folha do impresso, sempre acompanhadas de no mínimo uma imagem em tamanho grande que procura enfatizar a imagem dos pacientes. As matérias foram relatos do que a imprensa representada pelo jornalista Hiram Firmino observou durante sua passagem nas instituições. A estrutura de todas as notícias consistiu em narrativas das visitas guiadas que o jornalista fazia, além dos diálogos com os funcionários, registrou as falas de alguns pacientes.

Marialva Barbosa (2004) demonstra que o jornalista, ao exercer seu papel, seleciona determinadas temáticas em detrimento de outras, um processo que demanda escolhas que acabam por apresentar ao leitor uma categorização que está desde a seleção do que será publicado até as divisões das notícias em seções. Podemos apontar que os editoriais constroem um *layout* próprio e se utilizam de formas para destacar e ordenar as informações que serão consumidas pelo público.

Ainda tratando das escolhas da imprensa, é importante mencionar que o fato de Firmino e consequentemente o jornal terem optado na época por se dedicarem às reportagens, fazem relação com o contexto em que as notícias estão inseridas, tanto do cenário brasileiro quanto no exterior. O debate sobre a reforma psiquiátrica começou a ganhar espaço nas discussões que envolviam questões de saúde pública após algumas movimentações de trabalhadores da área da saúde. Tais movimentações surgem em um momento de tentativa de abertura política na ditadura militar, a partir da efervescência de movimentos sociais que se organizavam com o intuito de lutar e minimizar os prejuízos que os anos de autoritarismo haviam causado nos espaços.

No cenário externo, mais especificamente na Itália, a figura do médico Franco Basaglia caminhava em um movimento de destaque na aprovação e consolidação da Lei 180 de 13 de maio de 1978, também conhecida como “Lei Basaglia”, que era composta por onze artigos que pensavam na urgência de se estabelecer regras para os chamados tratamentos sanitários, além da busca por assegurar a regulamentação destes. Um dos artigos, por exemplo, dizia respeito à proibição da construção de novos hospitais psiquiátricos ou criação de seções psiquiátricas em hospitais que seguissem a mesma lógica de funcionamento manicomial. A lei italiana tinha também o intuito de atribuir a esses sujeitos os direitos que anteriormente lhes foram retirados a partir da associação de que os pacientes fossem incapazes de decidirem por si. Segundo Goulart (2006), apesar de a lei receber a popularização do nome do médico, como Lei Basaglia, o psiquiatra não foi o autor do projeto e essa associação se dá pela liderança carismática exercida pelo mesmo. O nome do médico conferia respaldo ao movimento pela luta que ele já integrava dentro do país. O principal destaque na lei italiana, apesar de tantas outras disposições, ficava a cargo do fim dos hospitais psiquiátricos.

A partir do modelo que foi implementado na Itália, os profissionais encontram referência para repensar a forma do fazer psiquiátrico que ainda era aplicado no país e, em certo ponto, repensar também o estigma presente por trás dos pacientes que eram atendidos pelas instituições. Apesar de o movimento da Itália ter servido de inspiração, é preciso considerar que no Brasil não se implementou uma cópia exata do modelo italiano, tendo este, assim como outros modelos na saúde pública, servido de motivação e inspiração para o início das mudanças. Nesse sentido, mencionar a vivência italiana aqui serve para exemplificar que a reforma psiquiátrica no Brasil se deu a partir de um processo que é amplo, e estava inserido em uma dinâmica maior de modificações. As movimentações em torno de mudanças no sistema de saúde não ocorreram de forma instantânea, mas sim foram movimentos

graduais. A alteração de panorama em relação aos sujeitos em sofrimento psíquico surge, segundo Paulo Amarante e Fernando Sobhie Diaz (2012), a partir da efervescência de movimentos sociais:

No Brasil, os movimentos sociais originam-se da resistência ao regime autoritário dos anos 1970, e sua construção coletiva se fez na forma de teia ou rede, articulando-se com outras organizações, tais como sindicatos e partidos políticos. Englobando o conceito de cidadania, a característica que se tornou mais forte foi a construção da ‘cultura de direitos’: a partir de lutas específicas e de práticas concretas, novos direitos criados ou inventados incorporam-se à agenda política (AMARANTE; DIAZ, 2012, p. 84).

A terceira edição do Congresso Mineiro de Psiquiatria, no contexto de abertura dos hospitais por parte do Secretário e também do início da série em questão, foi marcada para novembro de 1979 em um momento de efervescência das ideias sobre necessidade de uma Reforma Psiquiátrica. Diferente das anteriores, o Congresso em sua terceira edição teve como objetivo a promessa de debater o modelo assistencial existente com a participação de médicos e também da imprensa. Um dos pontos diferenciais dessa edição foi o entendimento de que questões psiquiátricas não eram apenas um debate da medicina, mas também social, tal entendimento foi um reflexo do processo de mudanças que o saber psiquiátrico atravessava.

A abertura da série no jornal ocorreu no dia 18 de setembro de 1979 com a reportagem “O terrível Galba”, acompanhada da indicação de que essa seria a primeira reportagem do bloco sobre as instituições psiquiátricas mineiras. Nessa primeira parte, o que chamou atenção foi o uso do termo “itinerário público da loucura” que era o caminho que os pacientes faziam entre os hospitais e que o editorial explica, sem muitos detalhes, ser algo difícil de se abandonar. Essa era justamente a visão consolidada sobre as instituições e conseqüentemente sobre seus pacientes, algo que estava tão enraizado nas vivências das pessoas que dificilmente poderia ser desarticulada de associações negativas. O jornal faz um apontamento sobre a lógica de funcionamento da proposta da série e também um breve resumo do que o leitor encontraria nas próximas edições:

Nenhum médico nos ambulatórios, nas enfermarias e nos pátios. Apenas os atendentes. Uma esperança, enfim, muito remota de se livrar do itinerário público da loucura. Um itinerário que começa aqui, no Hospital Galba Velloso, e termina quase fatalmente em Barbacena, depois de um estágio pelo Raul Soares e pelas clínicas particulares, que em nada contribuem para a humanização da psiquiatria. é o trajeto que documentamos a partir de hoje, nesta série de reportagens (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

Durante sua visita, Firmino apontou com detalhes os espaços pelos quais visitava descrevendo suas sensações, uma estratégia para que o leitor adentrasse na experiência que o

jornalista se deparou durante a reportagem: todas as alas da instituição, começando pelos consultórios, até ao espaço que ele chamou de enfermarias 9 e 10. Durante sua passagem, foi descrevendo os espaços e transcrevendo os eventuais diálogos que surgiam com os pacientes, algumas partes das frases indicadas por aspas. A matéria sobre o Galba Velloso ficou dividida em duas edições, sendo que ainda na primeira o jornal abre um gancho para introduzir a temática já no dia seguinte, contribuindo para a lógica de publicação em que o leitor ficasse na expectativa para a continuação que viria. Segundo o editorial, no dia seguinte teriam a resposta sobre o porquê de os pacientes apelidarem a instituição de “terrível”.

### ***O itinerário público da loucura na imprensa***

A sequência da reportagem tinha como foco principal o hospital Galba Velloso, e foi chamada de “Liberdade, a qualquer preço”. Publicada em 19 de setembro de 1979, logo no resumo lateral aponta para uma série de questionamentos voltados para os profissionais que trabalhavam na instituição, prometendo que as respostas estariam no corpo da reportagem. O texto começa com uma breve apresentação sobre a trajetória do diretor Inácio Campos Bicalho e em seguida como se dava a demanda de funcionamento do Galba Velloso na prestação de atendimento para o estado. No tópico “O Galba, em números”, o jornal mostra um panorama dos dados de internações e reinternações na instituição, que leva o jornalista a questionar sobre o que motivaria o retorno dos pacientes à instituição:

No mês de agosto, por exemplo, a famosa triagem do Hospital Galba Velloso, que compreende “controle, medicação e avaliação do paciente em apenas 72 horas – o período padrão de permanência – registrou os seguintes números: 675 novas internações para um total de 1.434 reinternações e 1.311 remoções, o que prova a ineficácia do tratamento dado aos pacientes. Eles não se curam. Ou voltam para o hospital, ou ficam fazendo uma via crucis altamente rentável nas clínicas particulares até chegarem em Barbacena (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A alta taxa de reinternações pela lógica do tratamento mostrava que o sistema adotado não era satisfatório a ponto de que as pessoas não precisassem retornar ao hospital e que essa “peregrinação” – termo utilizado pelo próprio jornal para referir-se às mudanças de pacientes entre os hospitais mineiros na busca de tratamento – só acabaria quando o indivíduo chegasse em Barbacena. A causa, na visão do diretor, responsável pelo alto fluxo de pacientes dentro do Galba Velloso, foi chamada de “problema social”, que compreendia dificuldades como “miséria, fome e alcoolismo” enfrentados pelos pacientes, fazendo com que o retorno a instituição fosse inevitável em algum momento. Os

funcionários apontam que alguns voltavam inclusive por vontade própria, em uma tentativa de fuga de realidade.

Ao final da reportagem, depois de uma visita com a finalidade de entender o hospital Galba Velloso em números e de todas as burocracias que envolviam seu funcionamento e seus profissionais da saúde, o jornal conseguiu acesso a alguns dos relatórios da instituição. Nesses documentos, Firmino relata que a quantidade de profissionais existentes não era suficiente para o tamanho da demanda diária exigida. O editorial enfatizou a existência desses relatórios e, tanto na reportagem anterior quanto na do dia 19 de setembro de 1979, demonstrou quão difícil foi este acesso, como uma forma de demonstrar ao público o empenho e comprometimento dos jornalistas em fazerem um levantamento completo sobre a situação também em números. Firmino procurou se justificar com o diretor sobre o curso que a reportagem poderia tomar após a publicação, este por sua vez demonstrou ser consciente do sistema no qual ele e a instituição que coordenava estavam inseridos, nomeando como “estrutura”, mostrando consciência sobre o papel do jornal naquele momento:

Por fim o editorial fez menção a reportagem seguinte que seria sobre o instituto Raul Soares. Publicada em 20 de setembro de 1979 a notícia “Raul Soares: enfim, um hospital?”, era a terceira reportagem da série, recebendo um título provocativo e durante o curso de toda a matéria, podemos notar a postura irônica do diretor Dr. Navantino nos diálogos transcritos com o jornalista. A primeira descrição, na lateral do jornal, foi sobre toda área externa da instituição que foi chamada pelo jornal de “segundo estágio público da loucura”. Firmino narrou sobre a área com uma surpresa pelo que encontrou e como nas reportagens anteriores, fazia um breve resumo sobre o que os leitores iriam se deparar ao longo da notícia. Talvez o principal ponto do jornalista tenha sido justamente mostrar que as estruturas do Galba Velloso e do Raul Soares se diferenciavam em pontos específicos, sendo o principal deles a área externa, que é minuciosamente detalhada a partir de particularidades que podemos considerar irrelevantes para o contexto das matérias, como, por exemplo, nas espécies de plantas que compunham o jardim.

Seguindo a mesma lógica das matérias anteriores, o *Estado de Minas* destinou duas reportagens para o Raul Soares, assim como aconteceu com o Galba Velloso, sendo a primeira uma descrição sobre a estrutura física e uma entrevista com o diretor, que o jornal e o entrevistado fazem questão de enfatizar, ser sobrinho do Raul Soares, homenageado no nome da instituição. Na segunda parte da reportagem, temos a demonstração de toda parte interna do hospital, incluindo as áreas destinadas à

recepção dos pacientes e uma quebra de expectativas do editorial, que parece surpreso com a situação de que o atendimento aos pacientes não se diferenciava em praticamente nada da instituição anterior.

Afinal, se o intuito era denunciar e, para além disso, demonstrar como era o cenário psiquiátrico em Minas, a quebra de expectativa seria por parte do leitor que no primeiro momento se deparou com uma descrição de uma instituição que o jornal ressalta ser um hospital, e não um manicômio. Todas as descrições trazidas na primeira parte partem de um local arborizado e para contribuir com a descrição, o uso de uma fotografia<sup>81</sup> grande mostrando o exterior e nenhuma imagem perturbadora, como nas edições anteriores da série. Vejamos como é detalhada e animadora a caracterização trazida pelo jornal para seu público:

A primeira visão, uma surpresa. O instituto Raul Soares é um bosque maravilhoso. Um hospital, jamais um hospício, cercado de flores por todos os lados. O segundo estágio público da loucura é mesmo uma área verde. Equivalente a cinco quarteirões. Espatódias, flamboyants e boungaivilles floridos. Holofotes. Um monumento de mármore, lembrança ao centenário do ex-governador de Minas (...) o diretor é sobrinho do Raul Soares. É a favor da humanização da psiquiatria. Confessa até orgulho pessoal do hospital que dirige. Fala do comércio particular da loucura. Denuncia tudo corajosamente. E impressiona os repórteres como podem ver a seguir: (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

O primeiro subtítulo utilizado na reportagem se chama “Um lugar maravilhoso”, e Firmino se dedica a continuar a caracterização do entorno do local, tamanha a dedicação do jornalista em seguir se referindo às espécies de plantas, bancos espalhados pelo local e também as sombras, que facilmente o leitor se distancia da imagem negativa de uma instituição psiquiátrica. Os trechos da entrevista com o diretor são transcritos pelo jornal e o Dr. Navantino parece responder a todas as perguntas prontamente, sem transparecer nenhum tipo de dúvida. Consultando sua pasta, consegue relatar sobre o corpo médico do Raul Soares, além de perguntas mais específicas, como a área construída da instituição.

A entrevista com o diretor segue em um diálogo de como o local exercia muito bem o papel que lhe foi conferido, salientando sua grandeza por meio dos atendimentos prestados que não se restringiam apenas ao estado de Minas Gerais. Para além disso, o diretor procura enfatizar que, “independente da origem do paciente”, ou seja, se foi entregue pela família, abandonado ou levado

---

<sup>81</sup> Apesar da foto em preto e branco, é possível perceber que o jornal fez questão de ressaltar para o seu leitor como o local era arborizado, sendo possível identificar os traços das folhagens e das árvores que cercavam o hospital e que foram mencionadas durante a notícia.

pela polícia, o protocolo seguido era o mesmo. O cenário relatado pelo diretor ao jornalista parece ser de um local quase ideal, corroborando com as descrições anteriormente realizadas pelo jornal.

O próximo subtítulo foi chamado de “Um hospício sem dificuldades”. Apesar de Firmino reforçar no início da edição que o local era um hospital, o próprio editorial se contradiz e acaba por utilizar o termo “hospício”, expressão que dentro do periódico reforçava sempre um caráter negativo dos locais. Outro ponto de contradição fica explícito no diálogo após o jornalista pressionar o diretor, reforçando qual era o objetivo da reportagem após o Dr. Navantino dizer que o Raul Soares não passava por dificuldades. Se a intenção do jornal era, seguindo as orientações do secretário de saúde, *sensibilizar* para que houvessem mudanças efetivas no cenário, o próprio jornal tinha consciência da situação existente para além do jardim, caso contrário, se a instituição estivesse em mais perfeito estado, nem seria cogitada para compor o enredo de uma série de denúncias e prontamente seria “escolhido” um outro hospital psiquiátrico:

- Peraí, dr. Navantino - observei - eu não sei o que o dr. Archimedes lhe falou, mas a recomendação do secretário de saúde é justamente no sentido de denunciarmos todas as dificuldades dos hospitais psiquiátricos do Estado, como este. O senhor pode falar o que quiser. É justamente para mudar o que está errado, é ruim para os doentes aqui.
- Eu não estou escondendo nada não!
- Ok. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

Esse trecho também demonstra outra discordância presente na notícia. Durante a apresentação que mencionamos anteriormente, elogios são rendidos ao diretor referenciando sua coragem para realizar denúncias e na reação positiva dos repórteres. No entanto, o que nos deparamos após a leitura, são respostas de que tudo corria bem e uma pressão por parte do jornalista para que as informações necessárias fossem fornecidas, já que esse era o principal objetivo na realização da entrevista. Na sequência, outra temática que retoma parte das pautas dos jornais é a questão familiar, novamente a influência da família durante o tratamento dos pacientes é colocada em questão, desta vez por ser um dos fatores responsáveis pelos casos de reinternação.

Durante toda a matéria, é visível a necessidade de se realizar sutis comparações entre o hospital Galba Velloso e o instituto Raul Soares, seja por conta da provocação no título de que supostamente teriam achado um hospital somente ao chegarem na segunda instituição, da estrutura exterior, sendo o Raul Soares bem arborizado. Ao final da notícia, um paralelo entre diretores dos dois locais reforçava uma certa competição feita pelo editorial. O diretor do Galba Velloso não acompanhou a visita do

jornal, ao contrário do Dr. Navantino que se mostrava orgulhoso da estrutura que mantinha em funcionamento, acompanhando a estadia dos jornalistas no local.

A pergunta contida no título da terceira reportagem é respondida durante a matéria publicada em 21 de setembro de 1979 e, para a surpresa do público, o Raul Soares não era “enfim um hospital” e sim, estava “A véspera do inferno”, nome dado pelo editorial para a continuação da notícia, que na segunda parte se voltaria para a área interna do local, que era onde mais interessava o público. A estrutura geral da notícia por si só causa impacto no leitor, a junção do título com as imagens se distanciavam da área verde da matéria anterior: o que o *Estado de Minas* apresentava eram imagens de pessoas deitadas no chão. A comparação com o Galba Velloso aparece novamente, mas dessa vez mostrando que os dois locais diferente do que se podia imaginar, eram próximos, ambos com problemas no atendimento dos pacientes e mais um espaço que contribuía com o “itinerário público da loucura” (p. 8), termo utilizado pelo editorial em 18 de setembro de 1979 e que aparece aqui mais uma vez.

O jornal satiriza, ainda no resumo da notícia, que o lugar que era mantido pelo Dr. Navantino, com orgulho na reportagem anterior, era mais uma reprodução da falta de tratamento do estado. O termo “véspera do inferno” (p. 8) faz uma alusão à Barbacena. O Raul Soares, em alguns casos, segundo o próprio diretor, era utilizado como espera por uma vaga no hospital Colônia. A área arborizada exaltada pelo editorial na edição do dia anterior acaba dando lugar para a falta de estrutura interna, os pacientes que deveriam ser os principais favorecidos eram alvos dos comentários do próprio responsável pela administração do local:

O “orgulho” do Estado. Suas enfermarias. Os corredores sombrios e os pátios. Os doentes. Homens, mulheres e um rapaz de 16 anos. Como no Galba, nenhum tratamento. Terapia alguma. Só drogas, confinamento e eletrochoques. Uma reinternação de 55% dos casos. Pobres, pobres e pobres. Marginalizados e desesperançados pelo próprio diretor em seus comentários. Indivíduos que não querem luxo e riqueza. Querem um psiquiatra, um psicólogo. Um cigarrinho pro tempo passar mais depressa. Apenas um pito, como na beira do rio. Ou do inferno que já experimentam ali antes de chegarem a Barbacena (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

O principal ponto aqui, através da série “Nos porões da loucura”, é demonstrar que com a finalidade de prender o público, o jornal se utilizava dos artifícios que dispunha. Um exemplo dessa estratégia é a exaltação para com o Raul Soares na primeira parte da reportagem e a quebra de expectativa na segunda, com a finalidade de manter os leitores assíduos e não necessariamente preocupados com a situação social, apesar de enfatizar que os pacientes eram pobres e suas exigências

eram mínimas, como de um cigarro. A visitação dos jornalistas segue com uma mistura de pequenos diálogos dos pacientes que faziam pedidos e reclamações sobre o estado que se encontravam, a área verde do lado de fora não aparece na parte interna do local, e a ideia que o editorial passa é como se fossem dois espaços muito distantes.

A relação entre imprensa e governo do estado, que autorizou toda a exposição nos jornais, a princípio pareceu ser muito harmônica. Nas três primeiras reportagens da série, Firmino não relata nenhum fato significativo que teria dificultado a entrada do jornal nem o acesso aos espaços onde os pacientes se encontravam. Essa relação, em um primeiro momento parece harmônica, por se tratar de uma troca de interesses: a imprensa ajudaria a mostrar à situação dos hospitais psiquiátricos mineiros e em troca ganharia leitores assíduos e admiradores pela realização de uma denúncia. Já o governo mineiro, se colocaria como isento de parte de suas responsabilidades e refém de uma esfera de poder maior, passando uma imagem de colaboração no trabalho dos jornalistas, visando a melhoria nas questões sociais.

A matéria de número cinco foi publicada em 22 de setembro de 1979 e intitulada “Barbacena: a face política da loucura?”. A partir dessa data, até o final da série, todas as reportagens tinham Barbacena e seus pacientes como principais protagonistas. A primeira delas segue o mesmo padrão das notícias anteriores e logo no bloco de apresentação mostrava críticas ao local através de uma sequência de perguntas, e também questionava à sociedade que não gostava de pensar sobre os fatos que cercavam o hospital. A reportagem começa com uma apresentação e prometia entregar na sequência detalhes mais aprofundados das partes internas do local:

Por que Barbacena é uma prisão? Uma mente, uma medida econômica, não um coração? Uma prisão perpétua. Um hospício, jamais um hospital, uma casa de saúde? Ou “Centro Psiquiátrico”, como o governo quer rotular? – Qual a razão das grades, dos eletrochoques, das celas e dos muros altos, acinzentados? A luta obstinada dos pacientes pela liberdade, pelo suicídio? Porque a população não gosta nem de ouvir falar dali? Trata-se realmente de uma viagem sem retorno? Uma peregrinação ao principal celeiro de cadáveres das nossas faculdades de Medicina? E por que uma realidade tão desumana como esta perdura até hoje, se Barbacena é justamente uma terra de políticos influentes? (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A primeira associação feita é que Barbacena era uma prisão e o uso do termo “hospício” volta a ser utilizado, enfatizando o distanciamento existente entre a instituição e um hospital. Também podemos notar a relação entre o título da matéria que se referia a política e a existência de políticos renomados na cidade, que seguindo uma lógica permeada por poder, poderiam ajudar na sensibilização da causa, mas não era o que ocorria, já que a solução encontrada foi convidar uma equipe jornalística.

Outro tópico em relação ao título que se volta à política foi mencionado também em um dos questionamentos do jornal sobre o “Por quê Barbacena?”, e a resposta se volta mais uma vez para um hospital criado para atender demandas de cunho político e não necessariamente terapêuticos.

Todos os pontos abordados em forma de questionamentos são seguidos pelo relato de Firmino sobre a sua chegada a Barbacena. O jornalista define o hospital como “último estágio público da loucura”, o local que recebia pacientes das duas instituições anteriores da série e que era também usados para os casos considerados mais graves, sendo nomeado pelo governo como “centro psiquiátrico”. No primeiro contato entre Firmino e o diretor do hospital, o psiquiatra José Theobaldo Tolendall, este se mostra insatisfeito com as sucessivas visitas de jornalistas e reforça que apesar das idas da imprensa no local, às condições do hospital não mudavam e que o enredo destas denúncias acabava por serem repetitivas.

– Mais jornalistas? O que é que vocês querem aqui? Vocês não se cansam disso não? Acho que eu não tenho muito tempo não.

Mar dr. Tolendall... quem nos mandou aqui foi o dr. Archimedes, atendendo a determinação do próprio secretário de Saúde! Foi ele quem nos mandou que o procurasse.

Ele respondeu, irritado:

– Foi o secretário!.. eles me avisaram, sim. Mas eu já não estou aguentando isso aqui. Eles ficam lá, de Belo Horizonte, só mandando gente aqui. Não aguento mais jornalista. Outro dia foi a televisão... O que vocês querem? Mais uma reportagem? Não vejo originalidade nisso. Aqui já foram feitas milhares de reportagens nenhuma adiantou (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

O psiquiatra e diretor do local demonstra não concordar com as ordens que vinham da capital. Apesar das críticas feitas pelo editorial ao Galba Velloso e ao seu diretor, Dr. Inácio se mostrou compreensivo com a função que os jornalistas se propuseram a exercer, enquanto em Barbacena o Dr. Tolendall não acreditava que essas medidas fossem eficazes e capazes de mudar de fato algum cenário da forma que estavam sendo executadas. Se utilizando da posição que foi colocado pelo próprio Secretário de saúde, como o responsável por ter acesso livre aos hospitais para levar ao público como estava a situação para além da parte exterior, Firmino procura abordar quais seriam as principais intenções da visita, garantindo que esta seria benéfica para ambos os lados em questão.

Valéria Bergamini (2020) afirma, em relação às denúncias feitas por parte da imprensa, que a sociedade tende a eliminar de suas vivências o hospital psiquiátrico bem como todas as problemáticas que o cercam, e a população só se sente obrigada a exercer um posicionamento quando denúncias são colocadas em curso, sem esse fator o hospital psiquiátrico seria mantido como um local que não integra

a sociedade. Nesse sentido, o posicionamento de Firmino em relação à contrariedade do diretor sobre as sucessivas visitas da imprensa foi justamente mostrar quão importante seria alcançar esferas consideradas maiores, as federais. A questão sobre a importância da imprensa durante esse processo retoma ao jornal em algumas edições, e demonstra também parte das expectativas do governo mineiro, como se o êxito das denúncias estivesse ligado ao alcance de uma mobilização que era inteiramente responsabilidade dessa mesma imprensa.

À medida que a conversa entre jornalista e diretor vai avançando, é possível se notar uma normalização dos fatos por parte do Dr. Tollendal em suas declarações. O diretor transparece naturalidade nos diálogos com o repórter, mas sobretudo diante dos fatos que narra para o jornal não demonstrar nenhum espanto. Para além da justificativa de que estava habituado com as constantes visitas de repórteres, também podemos apontar que o fato de o diretor estar à frente do local por dez anos, segundo ele mesmo afirma, contribuía para que não transparecesse nenhum tipo de emoção. Nesse sentido, voltando à matéria de 19 de setembro de 1979 que se refere ao Galba Velloso, na qual o Dr. Inácio se mostra consciente de que os hospitais estavam inseridos em uma dinâmica de tratamento que não era exclusiva de Minas e que enquanto diretor também era parte dela, podemos inferir que o mesmo ocorria nessa situação. Por estar imerso dentro do processo de tratamento em Barbacena, o diretor, ao falar da alimentação dos internos, por exemplo, não demonstrava sensibilidade ou empatia em suas próprias falas.

Podemos considerar que um dos principais objetivos de Firmino com a série era o de chocar quem lia, pois o cuidado na escolha das imagens demonstra o intuito por trás da produção, as informações eram repassadas ao público tanto através da escrita quanto visualmente. Durante a entrevista, algumas perguntas foram realizadas ao diretor, aos moldes das reportagens com as instituições anteriores, entre elas os tratamentos aplicados, composição do corpo médico e sobre a alimentação. Sobre o último item, ao ser mencionado pelo diretor, este relata que foi uma pauta já abordada em outra ocasião pela imprensa e alvo de críticas. A pergunta de Firmino é dividida em duas partes: a primeira questionava sobre a alimentação em si, ou seja, os alimentos que compunham a dieta dos pacientes, e a segunda sobre a quantidade de refeições. O Dr. Tolendall parece fazer questão de passar todas as informações referentes às quantidades numéricas, tanto dos pacientes quanto dos alimentos mensais que o local desembolsava para prestar o atendimento. Ao explicar sobre a comida que era servida, o diretor não faz nenhum comentário sobre os pacientes não fazerem o uso de garfo e faca, nem questiona o fato de a dieta ser composta por alimentos triturados. O único apontamento

foi sobre o uso dos utensílios no sentido de serem dispensáveis visto que garfo e faca, por exemplo, poderiam apresentar riscos à integridade física dos internos e argumenta ainda que parte deles já havia perdido os dentes.

Nota-se que em todas as matérias dessa série sempre existe uma entrevista que acontece com os diretores antes de o jornal adentrar de fato nas alas dos hospitais. A finalidade desses diálogos era caracterizar o local segundo quem dirigia, geralmente visando as questões mais burocráticas e de gestão. Nesse sentido, todos os três diretores apresentaram dados numéricos precisos no momento da visita dos jornalistas. A visita guiada, nas alas das instituições, é sempre realizada em um segundo momento, para demonstrar que o fato de os gestores apresentarem conhecimento técnico não anularia a existência de problemas estruturais e práticos no funcionamento diário dos atendimentos. Parte dessas complicações ficam explícitas ainda durante as entrevistas, todavia, no momento das falas dos diretores, alguns problemas como a falta de especialistas ou o emprego de pessoas sem formação na área da saúde, são normalizadas em suas falas.

Desde o início da reportagem de 22 de setembro de 1979 é possível notar que existe uma espécie de tensão entre Barbacena e a capital do estado, no sentido de que, apesar de a cidade suprir as demandas advindas de outros hospitais psiquiátricos, era constantemente esquecida pelo poder público. Em algumas falas do Dr. Tolendall é nítida a insatisfação do diretor com a indiferença dos seus superiores que permanecia em Belo Horizonte, enquanto toda a carga de pacientes do estado era realocada para o hospital Colônia. Quando questionado pelo jornal se já havia realizado pedidos ao secretário de saúde, como o de um aparelho de abreuografia (utilizado para realização de exames no pulmão), o diretor mostra seu descontentamento com a situação:

- Mas por quê vocês não pedem um aparelho desses ao secretário de Saúde?
- Ah! e vocês pensam que eu não fiz isso? Eu estou cansado de pedir. Já fazem 10 anos que estamos tentando. Isso quando sabemos que, em Belo Horizonte, existem dois aparelhos simplesmente encostados, sem utilização. (...)
- E por que eles não lhe dão condições de implantar um serviço de prevenção aqui? O dr. Tolendall faz uma careta como se tivéssemos perguntado o óbvio.
- É a falta de uma visão maior. Eles só pensam em economia, economia. Não vêem nunca o aspecto humano do problema (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

Em alguns momentos da entrevista, é perceptível que para o diretor do Colônia a visita do *Estado de Minas* era apenas mais uma dentre outras que já estavam acostumados a receber, reforçando ainda que os problemas existentes eram mais complexos que a própria vontade de querer mudanças e provenientes da estrutura social brasileira. Segundo o Dr. Tolendall, as movimentações do ano de 1979

se assemelhavam a outras na história da instituição, utilizadas como oportunidades para que políticos se autopromovessem a partir da comoção em torno de Barbacena. A entrevista segue sem maiores expectativas por parte do gestor: na opinião do Dr. Tollendal, apesar do posicionamento válido do secretário de saúde, depois da efervescência em torno das denúncias, viria novamente o esquecimento, como em outros momentos do Colônia.

Não podemos afirmar que as intenções do secretário de saúde eram unicamente políticas, todavia a forma de articulação entre ele e a imprensa, em alguns momentos, transparecia uma tentativa de salvação por parte do estado a partir do argumento de sensibilização do público, do que de fato uma preocupação com a integridade dos indivíduos que dependiam do sistema de saúde em questão. Apesar de sua descrença de que as mudanças estruturais iriam ocorrer, o diretor responde a reportagem que ainda permanecia no cargo porque tinha esperança. A argumentação do Dr. Tollendal, voltada aos políticos que se promoviam utilizando as narrativas de comoção, finaliza a quinta reportagem da série. Na matéria seguinte, ainda em Barbacena, a continuação da notícia a partir de uma visita com a finalidade de conhecer o local que seria acompanhada por uma funcionária da instituição. Vejamos:

- E isso tende a continuar assim?
- Ué? Só se vocês mudarem a estrutura social do País! – respondeu o dr. Tolendall, mostrando-nos novamente a sua pasta de recortes:
- Dêem uma folheada nisso aí. Vocês vão ver quantas reportagens já foram feitas aqui, quantos deputados ganharam voto subindo na tribuna dizendo-se comovidos com a situação dos nossos pacientes. Eles só ganharam votos. Não resolveram nada.
- Mas o senhor deve estar acompanhando a reação da classe média, principalmente dos psiquiatras, em Belo Horizonte, não está?
- Claro que estou. Acho até bonito eles se preocuparem com a situação, estarem tentando humanizar a psiquiatria. Acho válido a posição do Secretário. Mas eu não me iludo. Vocês não podem esquecer que o Brasil é um país administrado por crises. A hora que passar essa fase de denúncia, esse vendaval, eles esquecerão disso tudo. E tudo continuará como está.
- Quer dizer que o senhor não tem esperança alguma?
- Se não tivesse, eu não estaria aqui (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A reportagem do dia seguinte, 23 de setembro de 1979, foi nomeada de “Conhecendo o inferno de pessoas vivas”, a foto que abria a reportagem tinha como legenda uma comparação entre o local e um campo de concentração nazista. No título, a denominação de “inferno” é novamente associada ao hospital Colônia de Barbacena: se o Raul Soares era uma espera, o inferno propriamente estava ali. Ainda durante o texto de apresentação da notícia, aparece a denominação oficial “Centro Psiquiátrico de Barbacena” e em seguida a crítica do jornal de que esse era o nome que o governo havia escolhido, reforçando a opinião já emitida durante a série que o nome não correspondia com a realidade do local.

O jornalista aponta ainda para a quebra de expectativa por não ter encontrado pessoas terríveis, e sim humanos em sua maioria conscientes de suas realidades.

Nesse primeiro momento, o jornalista também afirmou que alguns dos pacientes pediam para serem fotografados e terem seus nomes divulgados, em uma tentativa de retorno à convivência em sociedade. Essa afirmação é também uma forma de justificativa do próprio jornal enquanto divulgador das fotografias dos pacientes em condições degradantes durante as edições da série, mais uma vez reforçando a ideia do papel benéfico que estava sendo executado por parte da imprensa aos pacientes.

Hoje nós começamos a percorrer o Centro Psiquiátrico de Barbacena como o governo insiste em rotular. Os primeiros dos seus 16 pavilhões. Onde não encontramos os loucos terríveis que supúnhamos encontrar, seres humanos como nós. Pessoas que, fora das crises, vivem lúcidas o tempo todo. Sabem quem são, que fazem ali e o que esperam, no fim de mais alguns dias, mais uns anos. Pessoas que pedem para ser fotografadas, pedem a publicação de seus nomes, insistem em voltar à sociedade, à família, ao afeto, à liberdade. Nem todas, porém. As alienadas de tão drogadas, tantos choques, tanta prisão. As crianças que não conseguem se locomover. Mas uma grande maioria que insiste em ter esperança. A esperança de serem tratadas como seres humanos, que ainda são. Ainda dá tempo (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A notícia segue com a descrição dos locais pelos quais Firmino percorreu: o primeiro pavilhão com duzentos e sessenta pessoas consideradas “pacientes crônicos”, e em seguida o pátio. Nesse momento, o jornalista detalha para o leitor sobre a aparência física dos internos e também descreve o aspecto do almoço (que já havia sido pauta da entrevista), que no momento de chegada do jornalista estava sendo servido aos pacientes que comiam em pratos de lata com a ajuda de colheres. Em seguida, o jornalista detalha também sobre as reações, em sua maioria silenciosas, dos pacientes ao notar que pessoas diferentes das que estavam habituadas circulavam no local. Durante esse percurso, Firmino passa até a sensação de ter reconhecido um dos internos, de nome João Batista: este revela que foi mandado para o hospital devido aos problemas com a bebida, o jornalista pede para que o interno descrevesse tudo que quisesse em um papel e que ao final da visita voltaria para buscar, essa carta é responsável por finalizar a série e somente aparece no jornal na última reportagem.

Um problema que aparece dentro do HCB diz respeito às crianças que eram enviadas para o local, que ficavam em uma ala denominada “psiquiatria infantil” e permaneciam na instituição, segundo a própria funcionária, até a morte. Esse tópico do jornal foi nomeado de “Crianças no berço esperando a morte”, apesar do enfoque principal do editorial não estar nas crianças e ele se limitar em apenas transitar pelo tema através de um pequeno diálogo e duas fotografias anexas nesta edição. O tema volta

a público como protagonista em outro momento, uma série específica para tratar do caso das crianças no Colônia, que se inicia em 15 de agosto de 1980 com a notícia “Conhecendo um outro inferno, só de crianças”, e vai até 18 agosto 1980 com quatro reportagens.

A primeira notícia da série voltada ao HCB procura reforçar a ideia de que a experiência de se circular em meio aos pacientes da instituição não era marcada por ameaça, mas sim por pedidos de cigarro, súplica para que fossem retirados do local e busca por informações de familiares. Os diálogos estabelecidos e que constam no jornal são com as mulheres pensionistas que ficam em um pátio e o jornal mostra que, para além das respostas das internas, estas transpareciam certo receio diante das funcionárias do local:

Mais familiarizadas conosco, elas fazem uma roda em volta. E a gente conversa descontraidamente. Ri bastante. Todas querem falar ao mesmo tempo:

(...)

– E o que você acha daqui?

Ela olhou para a funcionária da enfermaria e sussurrou:

– Não acho nada. Aqui basta a gente acender o cigarro da outra, que eles põem a gente na cela. Você saiu do normal, não obedeceu as ordens, prisão nocê (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A reportagem do dia 23 de setembro de 1979 foi finalizada com a transcrição de parte das folhas de um diário de uma das internas que, ao ser questionada por Firmino sobre o porquê ter ido para o hospital, ela responde sem mais detalhes: “maconha”, e ao jornalista questionar o que ela acha do local, a mulher lhe entrega as páginas do diário que são transcritas pelo editorial sinalizadas por aspas em três parágrafos, onde ela considera que os pacientes são “marginalizados pelo sofrimento”. Os trechos escritos pela interna eram críticas ao local, mas sobretudo aos funcionários que trabalhavam na instituição e, na visão dela, se vestiam com máscaras quando conveniente. O relato termina com a mulher dizendo que os comportamentos dos funcionários e as formas as quais eram submetidos, revoltava:

E continuava:

“Pense nos rostos transfigurados pela dor, marginalizados pelo sofrimento. Onde os seres supremos são incapazes de mostrar-se tal como são. Usam máscaras que deformam, máscaras de cinismo, de tirania; cheios de medo de perder o lugar de tiranos e às vezes gostam de enganar-nos em máscaras de compreensão, bondade, caridade. Mas olhem bem no fundo dessas pessoas. Sabe o que encontrarás? Hipocrisia fedendo, auto-destruição e todos os males do mundo”.

E termina assim seu diário:

“Imaginou? Pense bem duas vezes, se isso não revolta e não cura. Acho que Deus não abençoou este mísero lugar (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A próxima notícia da série é publicada no dia 25 de setembro 1979, intitulada “Você gosta de Deus? Nós somos Deus”. A descrição desta edição conta com um breve resumo sobre o que o jornal já havia encontrado dentro do HCB, entre elas as condições dos pacientes, o clima do local que o editorial definiu como “úmido e frio”. Completando ainda esse bloco lateral, o jornal menciona a existência de esperança por parte dos pacientes, mais uma vez lembrando ao público sobre o caráter positivo da exposição através da imprensa em prol de uma causa maior. Seguindo o padrão de outras reportagens da série, mais um título provocativo, agora uma contraposição com o inferno da notícia anterior, temos Deus, que ainda na apresentação da notícia é justificado como a forma que alguns dos pacientes encontraram para causar comoção em quem tinha temor ao divino, ao mesmo tempo que também é uma referência a um diálogo que será transcrito durante a reportagem entre um paciente e a fotógrafa da série que acompanhava Firmino nas visitas, Jane Faria:

Crianças pelo chão, entre moscas. Nenhum brinquedo, um psiquiatra. Aleijados arrastando-se pelo chão. Agrupados para não serem pisoteados na hora da comida. Esperando a maca, a liberdade através da morte. Completando a realidade do Centro Psiquiátrico de Barbacena, que continua mais abaixo, a quatro quilômetros. O hospital-colônia. Um Asilo medieval, de pedra. Úmido e frio. Celas e eletrochoques, todas as torturas. Nenhuma assistência, calor humano. Como em um campo de concentração. Farrapos humanos. Homens e mulheres pelos pátios. Pedindo um doutor. Um violão e um cigarrinho. Seres humanos. Rotulados de loucos. Loucos que sabem seus nomes, endereços e sentimentos. Imploram socorro. Dizem-se Deus para comover quem acredita em Deus. Vivendo agora, mais uma vez, a esperança remota de serem ouvidos pelas autoridades. Pelo Governo, com esperança e desespero (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A reportagem também buscou esclarecer ao leitor que as enfermarias visitadas na notícia do dia 23 de setembro de 1979 eram apenas uma parcela da grande estrutura que estava localizada na cidade de Barbacena, sendo que no primeiro momento somente foram apresentadas ao público as enfermarias do chamado “Centro Psiquiátrico de Barbacena”, mas que, no dia 25 de setembro de 1979 seria mostrado ao público o “Hospital-Colônia” propriamente. Apesar de a construção como um todo juntamente com o nome “Hospital Colônia de Barbacena” ter se popularizado nacionalmente, é perceptível através das reportagens que o local possuía uma organização interna para designar as divisões dos espaços da instituição e, apesar de transparecer uma dinâmica organizacional própria descrita pelo editorial, é perceptível que era uma disposição interna dominada pelos funcionários e desconhecida pelo público.

O jornalista descreve a chegada na parte que os funcionários definiam como “Hospital-Colônia” propriamente, e foi guiado por um colaborador chamado Manoel, que o jornal trata como

administrador do local. Durante a fala do administrador, a mesma narrativa presente em outros momentos não só relacionados ao HCB mas aos hospitais psiquiátricos no geral, para que Firmino e Jane Faria tivessem cautela ao lidar com os pacientes, sobretudo as mulheres devido à periculosidade. O editorial demonstra serem infundados esses alertas, e que os pedidos dos pacientes eram sempre os mesmos, às vezes apenas uma busca por atenção. E a analogia feita pelo jornal é que a disposição das pessoas se assemelhava ao gado no curral.

A reportagem do dia 25 de setembro de 1979 finaliza com um bloco de texto intitulado “Delírio de uma loucura”, com uma indicação de dedicatória “A minha mãe”, “O amor é justamente aceitação” (p. 8), e a autoria atribuída a Therezinha Cangussu, do Pavilhão Galba Velloso. Apesar de não ter havido nenhuma menção específica durante a edição sobre quem era a interna e as motivações que a levaram a redigir uma carta direcionada à sua mãe, chama atenção a forma com que o jornal dedica um bloco específico para dar voz a um texto autoral que tem a família como fio condutor da narrativa. Cabe lembrar que o fator familiar já havia sido mencionado anteriormente, como uma das partes responsáveis no fator de melhora dos pacientes, sobretudo durante as reportagens que envolviam as declarações do secretário de saúde.

Em 26 de setembro de 1979, foi divulgada a reportagem número oito da série, de título: “A última esperança dos doentes mentais”. Podemos defini-la como sendo uma retrospectiva resumida de todos os momentos do hospital, desde a sua fundação no ano de 1903, perpassando por comparações entre o número de funcionários ao longo dos anos, denúncias anteriores à imprensa e também o envolvimento de outros nomes da política durante a trajetória do hospital como, por exemplo, Jânio Quadros, Rondon Pacheco, Francelino Pereira e o General Figueiredo. O jornal, ainda no resumo da notícia, chamou todo cenário que o Colônia estava envolvido e que foi documentado durante as reportagens de “problema da assistência psiquiátrica”, alegando ainda que após cada denúncia e visitação da imprensa, suscitava dentro dos pacientes um sentimento de esperança para que houvessem mudanças na realidade do local.

O primeiro ponto que chama atenção nessa notícia está no tópico intitulado “Atentado ao pudor público”, onde o jornal reservou uma coluna do texto para realizar algumas considerações referente à repercussão de reportagens em outros editoriais da imprensa, especificamente às dos jornais “Diário da Tarde” e do “Cidade de Barbacena”. O periódico descreveu que, assim como em seu editorial, outros jornais adentraram no HCB anteriormente durante um período nomeado pelo *Estado de Minas* como “onda renovação e humanização da psiquiatria” (p.8). Assim como o diretor, Dr.

Tollendal, já havia mencionado, de que esforços no sentido de expor a situação não era nenhuma novidade em 1979.

O editorial, ao tratar da repercussão escandalosa por parte dos leitores nas notícias relacionadas ao Colônia, aponta para o que, segundo Bergamini (2020), diz respeito ao processo de resistência do público, que se sente incomodado e se mostra contrário às publicações que possuem a exposição de situações degradantes. Nesse sentido, a crítica da autora se aproxima ao posicionamento do jornalista, ao fato de que o que ocorria era que “(...) parte da população brasileira se rebelasse contra as denúncias feitas pela reportagem, e não contra os maus tratos aos internos do hospital.” (BERGAMINI, 2020, p.75):

O escândalo foi total. Principalmente às reportagens que o DIÁRIO DA TARDE publicou, na época. A exemplo de hoje, o governo permitiu a entrada da imprensa, causando uma repercussão inesperada junto à opinião pública. Ao invés de se conscientizar desta realidade tão próxima e desumana, e exigir das autoridades uma solução, a população se viu chocada. Por incrível que pareça, vários setores da sociedade manifestaram-se contrários à repetição de tais reportagens (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

Nessa mesma coluna, o jornal reproduziu também um trecho sinalizado por aspas e que foi publicado em 23 de abril de 1961 no jornal “Cidade de Barbacena”, que era uma crítica ao governo justamente pela permissão da entrada e conseqüentemente da exposição da imprensa em 1961 da situação dos pacientes. Após a transcrição, o jornal não acrescenta nenhuma outra conclusão sobre a temática voltada às repercussões das notícias anteriores, nem realiza apontamentos sobre o que seria o diferencial das matérias do *Estado de Minas* diante da possibilidade de o ciclo de denúncias voltar a se repetir. As colocações expostas nesta edição transitam entre apontar algumas tentativas de reação por parte dos políticos e apontamentos de que nenhuma delas chegou ao completo êxito: os apontamentos do jornal acabavam validando as falas do diretor da instituição, reconhecendo de forma explícita a declaração que o Dr. Tolendall deu ao jornal no dia 22 de setembro de 1979. O último ponto desta edição está em um bloco lateral intitulado *O histórico cruel de 60 mil pessoas*, que se inicia com uma breve informação sobre a lei nº 290 de 16 de agosto de 1900, que dava origem à assistência psiquiátrica em Minas Gerais, e o médico Joaquim Dutra que participou do processo de criação e regulamentação da lei e, segundo o jornal, foi um dos incentivadores para que a cidade de Barbacena se transformasse em sede do hospital psiquiátrico.

Ademais, o jornal se utilizou deste bloco para realizar uma retrospectiva referente ao processo de construção do HCB, mencionar alguns de seus diretores e também esclarecimentos ao leitor sobre

as fundações do estado de Minas que colaboraram com a administração do local durante os anos. É perceptível que o texto é um informativo geral e apresenta ao leitor alguns dados relevantes que estariam contidos em “livros de registros”. Todavia, não informa nenhuma forma de verificação ou foto da documentação, somente números, sendo alguns deles aproximados e nenhuma crítica ou comentário:

Numa rápida verificação dos livros de registro de internações, os pensionistas homens e mulheres, internados de 1903 (data de fundação a 1969, somam 6.139 pacientes. Entre os indigentes, de 1907 a 1967, somam-se 24.034 mulheres internadas. E de 1903 até 1966, aproximadamente 25.775 homens foram internados como indigentes (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1979, p. 8).

A última reportagem da série foi publicada em 27 de setembro de 1979 e tinha duas páginas, sendo a primeira com o título, “A carta de um homem que deseja a paz”, uma referência ao que seria a primeira parte da reportagem, quase que inteiramente dedicada a carta escrita a pedido de Firmino pelo interno João Batista. A mensagem em questão foi exposta na íntegra pelo jornal em todas as suas cinco partes, para além disso, em um bloco chamado de “Recordando o Pavilhão”, o editorial faz uma transcrição do diálogo entre o jornalista e paciente que ocorreu na reportagem de 23 de setembro de 1979, momento onde é realizado o pedido de escrita.

Na primeira página da carta, João Batista concentra seus esforços em se apresentar, informando seu nome completo e o nome dos seus pais, dizendo ser natural da cidade de Barbacena e também acrescenta a rua onde morava, descrevendo ter dez irmãos, sendo sete deles homens e três mulheres. A carta em seus vários trechos é um apelo por ajuda do paciente para com Firmino, oferecendo seus serviços para o jornalista, mostrando que tinha profissão fora do hospital. Ao fim da página, João Batista coloca novamente os nomes de seus familiares e dessa vez acompanhado das profissões deles, essa é uma forma que provavelmente o interno encontrou para validar suas faculdades mentais ou mesmo informar onde Firmino poderia encontrar seus irmãos.

O jornal, assim como em outros momentos da série de reportagens, não expressa nenhuma opinião acerca do conteúdo da carta, que não vem acompanhada de nenhum tipo de legenda ou comentário sobre o tema. O documento escrito por João Batista é o responsável por finalizar a série, mas é inserido da forma que o público possa ler e tirar suas próprias conclusões, como se o editorial entendesse que a carta falava por si e não era necessário acrescentar a ela nenhum comentário.

## Considerações Finais

O editorial não fez nenhuma promessa sobre o que viria depois de “Nos porões da loucura”, não tem nenhum indício na última reportagem que garanta ao leitor que o jornal continuaria acompanhando o caso de Barbacena e dos outros dois hospitais que foram citados na série, Galba Velloso e Instituto Raul Soares. A série terminou sem maiores explicações sobre o que fariam se a repercussão das notícias chegasse ao governo federal ou se a estratégia de sensibilizar a sociedade chegasse a algum resultado significativo.

A maior efervescência de notícias que tenham ocorrências relacionadas ao Hospital Colônia e também o cenário psiquiátrico de Minas Gerais acontecem entre 1979 e 1980. A justificativa para essas movimentações está justamente na expectativa existente pelo III Congresso Mineiro de Psiquiatria que foi realizado em 1979 e suas repercussões. O questionamento referente a autorização do secretário de saúde que permitiu o trabalho da imprensa e que serviu como fio condutor deste artigo e também foi sendo respondido a partir da leitura dos jornais. O secretário, enquanto representante do governo mineiro nas questões relacionadas a saúde, ao se utilizar de sua posição para demonstrar que trabalhava fazendo o possível em relação ao cenário psiquiátrico através da abertura dos portões das instituições à imprensa, estava na verdade procurando se isentar da obrigação.

Durante parte das reportagens, é comum a transferência de responsabilidade de que o cenário seria melhor se existisse maior envolvimento da família, mobilização das esferas federais ou compaixão por parte da sociedade, que não demonstrava preocupação suficiente com as questões dos pacientes psiquiátricos. Percebemos que recorrentemente existe uma tentativa de transferência de responsabilidade mediada pelas páginas dos jornais: a situação está exposta nas páginas apontando um culpado para ela – nunca “quem”, mas sempre “um alguém”. Em algumas narrativas era explícita a tentativa de convencer o público de que as mudanças no cenário psiquiátrico deveriam partir da própria sociedade em si em mudar a lógica de funcionamento das instituições.

Coelho estava longe de ocupar a cadeira de vilão da situação, mas o fato de a partir das notícias se posicionar como um gestor que estava fazendo o possível no processo de sensibilização, isenta sua figura de parte dos questionamentos ao longo do processo de reforma. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo principal retomar os detalhes que fizeram parte das notícias que integraram a série “Nos porões da loucura”, o principal intuito aqui foi o de apresentar como se deu a construção das narrativas do jornal no que se refere ao cenário psiquiátrico dos locais presentes nas reportagens.

Fica perceptível, em alguns momentos das narrativas da imprensa, que ela atuava em função de aproximar o público da situação dos hospitais, mas também convencer de que essas mudanças deveriam partir da própria sociedade em si e não deixar que as denúncias se perdessem. O *Estado de Minas* recorrentemente se utiliza da ideia de sensibilizar seus leitores como argumento para validar as informações e também as imagens que acompanhavam as notícias. Nesse sentido, a imprensa tem uma busca constante por atribuir responsabilidades aos acontecimentos, seja ao governo federal, os familiares dos pacientes ou sociedade. Impressionar o público, através das notícias demonstra não ser o suficiente para que o cenário tivesse mudanças efetivas e imediatas, mas se tornou um caminho para que o que ocorria não ficasse esquecido.

### Referências bibliográficas

- AMARANTE, P.; DIAZ, S. Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 83–95, 2012. Doi: 10.5007/cbsm.v4i8.68655.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 17, anais [...], Porto Alegre. 2004.
- BERGAMINI, Valéria. **Bárbaras cenas: ecos do holocausto brasileiro após a reforma psiquiátrica nos discursos sobre A cidade dos loucos e das rosas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- FIRMINO, Hiram. **Nos porões da loucura**. Belo Horizonte: Edições Ecológico, 2014.
- GOULART, Maria Stella Brandão. **A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del-Rei, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/A\\_Construcao\\_da\\_Mudanca\\_nas\\_Instituicoes\\_Sociais...\\_MSB\\_Goulart.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/A_Construcao_da_Mudanca_nas_Instituicoes_Sociais..._MSB_Goulart.pdf). Acesso em: 20 de jan. de 2024.
- GOULART, Maria Stella Brandão. **A política de saúde mental mineira: rumo à consolidação**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [online]. 2015, vol.8, n.spe, pp. 194-213. ISSN 1983-8220.
- GOULART, Maria Stella Brandão. **Em nome da razão: quando a arte faz história**. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 20, n. 1, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822010000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100006). Acesso em: 30 de out. de 2023.
- ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 571p.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. **A carta de um homem que deseja a paz**. Belo Horizonte, 27 set. 1979, p. 8-9.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **A liberdade, a qualquer preço.** Belo Horizonte, 19 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **A última esperança dos doentes mentais.** Belo Horizonte, 26 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **A véspera do inferno.** Belo Horizonte, 21 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Barbacena: a face política da loucura.** Belo Horizonte, 22 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Conhecendo o inferno de pessoas vivas.** Belo Horizonte, 23 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **O terrível Galba.** Belo Horizonte, 18 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Raul Soares: Enfim, um hospital?.** Belo Horizonte, 20 set. 1979, p. 8.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Secretário abre hospícios para imprensa.** Belo Horizonte, 13 set. 1979, p. 7.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Você gosta de Deus? Nós somos Deus.** Belo Horizonte, 25 set. 1979, p. 8.

PEREIRA, Isabel. Brasil.; LIMA, Júlio. César França. **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 478p.

## O envelhecimento e a velhice no Brasil sob a ótica das *expulsões*, de Saskia Sassen

The aging and old age in Brazil from the *expulsions* perspective, by  
Saskia Sassen

Lissia Stinghen Chagas

Mestranda em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

lissia.chagas@ufpr.br

**Recebido:** 13/12/2023

**Aprovado:** 16/07/2024

**Resumo:** Este artigo aplica o conceito de *expulsões* da socióloga holandesa Saskia Sassen na análise das categorias da velhice e dos processos de envelhecimento estudados há mais de trinta anos pela antropóloga brasileira Guita Grin Debert. Para tanto, são utilizados como referencial conceitual o livro de Sassen *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*, de 2016 e o livro de Debert *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, de 1999. A partir deles, uma reflexão acerca do processo percebido por Debert como *reprivatização do envelhecimento* (uma tendência nacional e global) é estabelecida trazendo o movimento de *expulsões* analisados globalmente por Sassen para um nível nacional. A complexidade do tema velhice no Brasil — e seus dilemas morais, políticos, econômicos e culturais — é exposta e analisada pela ótica das *tendências subterrâneas e afinidades sistêmicas* cujas definições e aplicabilidades conceituais e históricas são exemplificadas pela socióloga como criadoras e sustentadoras dessas *expulsões*.

**Palavras-Chave:** Expulsões; Velhice; Brasil.

**Abstract:** This article applies the Dutch sociologist Saskia Sassen's concept of *expulsions* in the analysis of the categories of old age and aging processes studied for more than thirty years by the Brazilian anthropologist Guita Grin Debert. To this end, Sassen's book *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*, from 2016 and Debert's book *The Reinvention of Old Age: Socialization and Processes of Reprivatization of Aging*, from 1999, are used as conceptual reference. From them, a reflection on the process perceived by Debert as the reprivatization of aging (a national and global trend) is established, bringing the movement of expulsions analyzed at a global level by Sassen to a national level. The complexity of the theme of old age in Brazil - and its moral, political, economic, and cultural dilemmas - is exposed and analyzed from the perspective of *subterranean tendencies and systemic affinities* whose definitions and conceptual and historical applicabilities are exemplified by the sociologist as creators and sustainers of these expulsions.

**Keywords:** Expulsions; Old age; Brazil.

## Introdução

O aumento da população idosa e o declínio da estrutura familiar tradicional mostram a urgência da ressignificação da gestão da velhice e dos processos de envelhecimento que, enquanto objetos de pesquisa, continuam pouco explorados pelas ciências humanas como um todo (DEBERT, 1999). O presente artigo pretende aplicar o conceito de *expulsões* proposto por Saskia Sassen, socióloga holandesa conhecida por seus estudos sobre globalização, na análise estabelecida pela antropóloga brasileira Guita Grin Debert — pioneira nos estudos da velhice e importante pensadora do assunto no Brasil —, a fim de compreender quais processos estabelecidos para gerir a velhice pelo Estado brasileiro, como os recursos públicos destinados à manutenção da saúde e do bem-estar dos idosos e as políticas públicas formuladas para garantir dignidade e direitos básicos na velhice são percebidos globalmente.

Para tanto, o método de revisão bibliográfica narrativa será utilizado, a fim de aportar esse diálogo entre as duas autoras, na medida que a produção intelectual de ambas é cientificamente relevante e pode ser discutida em confluência. Esse método foi escolhido por permitir uma seleção e uma interpretação mais dinâmica e ligada a subjetividade do autor que está estabelecendo as análises, de maneira a não exaurir os leitores, muito menos de esgotar as possibilidades de diálogos que podem surgir em outras análises dessas autoras (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). Além disso, e para sustentar as análises aqui realizadas, dados governamentais brasileiros entre os anos 2000 e 2023, servirão como boas exemplificações práticas do que é discutido.

### ***I. Idosos, Estado e Economia: Expulsões no Brasil***

Após dedicar mais de 30 anos aos estudos da velhice e dos processos de envelhecimento, Guita Debert, que nasceu em Santo André, São Paulo, no ano de 1948, há alguns anos se vê atravessada pelo seu objeto de estudos. Pertencente à categoria pessoa idosa, a antropóloga passou a se interessar pelos estudos do cuidado e seus desdobramentos familiares, sociais, geracionais, políticos, culturais e econômicos. Imersa na pesquisa desse tema desde 2010, a intelectual contribui para o enriquecimento desse debate globalmente com publicações em inglês e francês, como *COVID-19 no Brasil: Com quem os idosos poderiam contar?*<sup>82</sup> publicado pela revista francesa *Gérontologie et société* em 2022 e *Migração e o mercado de cuidados ao idoso*<sup>83</sup>, publicado pela revista *Vibrant* de Florianópolis, Santa Catarina, em 2016.

---

<sup>82</sup> Em tradução livre do inglês: COVID-19 in Brazil: Who Could the Elderly Count on?

<sup>83</sup> Em tradução livre do francês: Les migrations et le marché de soins aux personnes âgées.

Ademais, sua contribuição aos estudos do envelhecimento e do cuidado para as ciências humanas brasileiras é bastante relevante, já que traz um olhar antropológico feminista<sup>84</sup> para temas que até pouco tempo atrás eram discutidos apenas pelas ciências da saúde.

Com livros traduzidos em vários idiomas, a socióloga Saskia Sassen, nascida em Haia, na Holanda, no ano de 1947, morou em Roma na década de 1960 com sua família, presenciando as revoltas públicas contra a Guerra do Vietnã (1955-1975). Sua participação nos protestos contra os ataques dos Estados Unidos àquele país foram o gatilho para o ativismo político da futura socióloga, que por ironia do destino, cursou seu tão estimado curso de sociologia na Universidade de Notre Dame, South Bend, Indiana, nos Estados Unidos. Embora tenha tido sua tese sobre a economia política crítica dos Estados Unidos a partir da perspectiva da condição dos negros e latinos rejeitada pela banca examinadora, Sassen manteve seu foco nos estudos sobre esses assuntos e passou a refletir sobre os processos imigratórios, expatriação, migrações, fronteiras, sendo eleita uma das 50 pensadoras globais mais influentes pela *Prospect*<sup>85</sup> em 2014, por popularizar o termo *global city* (*cidade global*), explorado em seu livro homônimo de 1991. (SASSEN, 2005).

Em um mundo regido pelo capitalismo, a obsolescência dos seres humanos é cada vez mais palpável. O avanço das tecnologias substitui a mão-de-obra de homens e mulheres por máquinas cada vez mais sofisticadas e eficientes e a expansão do agronegócio limita a sustentação da agricultura familiar, tornando o limiar entre o passado (rural, manual) e o futuro (urbano, maquinal) muito tênue. Mas o que esse exemplo mostra é que a busca incessante pelo crescimento (humano, econômico, tecnológico) provoca de forma sistemática e globalizada a expulsão de indivíduos, povos, economias, etnias e comunidades de seus locais originais (SASSEN, 2016, p.251)

O conceito de *expulsões* de Sassen é criado e promovido em seu livro *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global* — originalmente publicado em inglês em 2014, cuja tradução para o português aqui utilizada como aporte conceitual data de 2016 —, na tentativa de emergir à superfície da compreensão sociológica o fato de que a economia global contemporânea vai além da desigualdade de classes capitalista tradicional e se estabelece como um “sistema orientado para expulsões de tudo o

---

<sup>84</sup> Debert é uma das fundadoras do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que iniciou suas atividades em 1993 e hoje é responsável por inúmeras publicações acadêmicas e traduções de textos internacionais sobre o tema. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br> (Acesso em 17/11/2023).

<sup>85</sup> *Prospect Magazine* é uma revista britânica mensal fundada em 1995 por David Goodhart que trata de assuntos globais, gerais e atuais. Disponível em: <https://www.prospectmagazine.co.uk/politics/policy/immigration/46160/world-thinkers-2014-saskia-sassen> (Acesso em 25/06/2024).

que não se encaixa em sua lógica em evolução” (p. 257), que local ou globalmente, se mostra por meio de um mundo dominado por relações *predatórias* (p. 22).

Isso justifica o uso do livro de Debert intitulado *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, de 1999, como referencial, já que nele é mostrado que a terceira idade enquanto categoria social cresce exponencialmente ao nível global. Tal assunto é fruto da dedicação da antropóloga, que se empenha em esmiuçar a velhice enquanto objeto de análise das ciências sociais.

O motivo de ter escolhido tal publicação para estabelecer essa comparação com o conceito de Saskia Sassen se deve ao fato de que nela, Debert analisa interdisciplinarmente a criação da categoria *idoso* no Brasil, gerada a partir de um movimento marcado pelo retorno dos indivíduos com 60 anos ou mais à esfera privada da vida.

No Brasil, proliferaram, na última década, os programas voltados para os idosos, como as “escolas abertas”, as “universidades para a terceira idade” e “os grupos de convivência de idosos”. Estes programas, encorajando a busca da autoexpressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente [...]. Contudo, o sucesso surpreendente destas iniciativas é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com a velhice avançada. A nova imagem do idoso não oferece instrumentos capazes de enfrentar a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania. A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade é um elemento ativo na reprivatização do envelhecimento, na medida em que a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem-sucedidas fecha o espaço para as situações de abandono e dependência. (DEBERT, 1999, p.15)

Mas como a antropóloga deixa bem claro na introdução de seu livro, esse movimento de reprivatização não parte de um ponto específico para chegar em outro, também definido; pelo contrário, não se sabe ao certo seu ponto de partida e nem onde irá chegar. O que se sabe é que esse movimento gera mais perguntas e dilemas do que respostas definitivas (DEBERT, 1999, p.11).

Entre 1940 e 2000, a expectativa de vida no Brasil aumentou<sup>86</sup> quase 30 anos, revelando demograficamente o crescimento mais que considerável da população idosa. Esse crescimento foi o que intrigou a antropóloga, que se propôs a “descrever os processos por meio dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade nos campos das

---

<sup>86</sup> Dados retirados do site da Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. (Acesso em 20/11/2023).

preocupações sociais do momento” (DEBERT, 1999, p.12). O Estado brasileiro, que estava acostumado a gerir cada membro de sua população por uma média de 45 anos, passa então a precisar gerir cada pessoa por mais tempo, sem saber ao certo o que deve ser feito para manter as vidas desses cidadãos que começam a ultrapassar os 70 anos.

A gerontologia surge, em meados da década de 1930, para tentar resolver esse problema social emergente como uma nova área de conhecimento dedicada aos estudos do envelhecimento. A medicina, a enfermagem, a indústria farmacêutica, as terapias ocupacionais, a nutrição e outras áreas voltadas para a promoção da saúde e do bem-estar se unem para institucionalizar esse novo saber e, através dele, desenvolver políticas públicas que preservem a dignidade da população com 60 anos ou mais.

É a partir dos anos 30 deste século, com a emergência progressiva da velhice como problema social, que a reflexão sobre o tema passa a ocupar um espaço maior no interior de disciplinas como a sociologia e a psicologia. Esse interesse leva à criação da gerontologia como campo interdisciplinar de estudos e de pesquisas, cuja legitimidade dá um novo interesse à geriatria, ramo da medicina voltada para a velhice. (DEBERT, 1999, p.196).

Todavia, a tentativa de gerir uma parte da população levando em conta somente a classificação etária não foi o suficiente para resolver o problema social do envelhecimento, pois homogeneizou uma categoria tão diversificada como a categoria mulher, por exemplo, que para além de classificar biologicamente um indivíduo por seu órgão genital, é transpassada por questões como raça, classe social e orientação sexual. A categoria *idoso* passa a representar, dessa forma, apenas um novo recorte na geografia social, sem que suas intersecções sejam consideradas e questões relevantes sejam investigadas a fundo, como os possíveis conflitos gerados na tentativa de homogeneizar essa população que por uma questão etária é incumbida de se identificar com representações da velhice muito distantes de sua realidade (DEBERT, 1999).

O Estado brasileiro, alicerçado nos estudos da gerontologia e nos exemplos adotados por outros<sup>87</sup> países, cria um discurso que promove o autocuidado e a manutenção da saúde individual, para que cada cidadão se torne responsável por seu próprio processo de envelhecimento. Tal narrativa se

---

<sup>87</sup> O termo gerontologia começou a ser utilizado em meados do século XX para se referir a senescência individual e abranger a complexidade do envelhecimento para além do corpo, que era até então o foco de uma especialidade médica chamada geriatria. Além disso, é na década de 1950 que os países da Europa começam a criar suas primeiras sociedades de gerontologia. Somente na década de 1960 a primeira sociedade voltada para os estudos da velhice e do envelhecimento no Brasil, chamada *Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, é inaugurada. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/artieop/Geral/artigo15.html> (Acesso em 21/11/2023).

expressa pela publicação de um boletim semestral<sup>88</sup>, produzido pelo Ministério da Saúde, que afirma ser da competência de cada indivíduo manter uma alimentação equilibrada e saudável, não utilizar substâncias nocivas à saúde como fumo, álcool, açúcar e outras drogas, praticar atividades físicas periodicamente e dormir 8 horas por noite para que sua velhice seja uma experiência de retorno aos projetos de vida e desfrute de tudo aquilo que se construiu ao longo de anos de trabalho. O que o Estado negligencia, no entanto, é que o acesso a essas condições de vida regrada e equilibrada não é para todos os idosos, pois não se trata de uma categoria homogênea.

A velhice como uma questão social no Brasil e o idoso como um novo ator político são frutos, segundo a antropóloga, da expansão do capital para áreas não mercantilizadas até meados da década de 1970, o que acarretou a reelaboração das concepções acerca do corpo e da saúde (DEBERT, 1999). Essa redefinição foi responsável por uma associação da saúde com a aparência física e da atribuição das doenças enfrentadas pelos idosos aos seus estilos de vida, estigmatizando aqueles que não foram capazes de promover sua própria saúde ao longo dos anos ou aqueles que, mesmo sabendo das consequências, optaram por não seguir os passos do discurso da saúde e do bem-estar.

Quando não pertencentes a uma classe social privilegiada — que pode garantir tratamentos de saúde adequados e a qualquer momento de forma particular, assim como pode terceirizar vários outros serviços como o cuidado, a limpeza da casa e o preparo de refeições, terapias complementares e procedimentos estéticos —, esses idosos estigmatizados ficam à mercê dos cuidados promovidos pelo Estado, que tem como base o Estatuto do Idoso<sup>89</sup> criado em 2003 com o intuito de garantir os direitos e delimitar os deveres da população com 60 anos ou mais. Entretanto, esses idosos que por variados motivos não conseguem ou não podem sustentar seu bem-estar, dependem das políticas públicas para viverem dignamente e é aí que está o primeiro dilema do Estado brasileiro em relação ao cuidado com a sua população idosa: o alto custo. Sustentá-la requer destinar milhões de reais dos cofres públicos para o pagamento de aposentadorias e pensões, investir na disponibilização de medicamentos de uso contínuo, contratar e manter profissionais de saúde especializados nos cuidados das pessoas com 60 anos ou mais e abrir e manter lares de permanência. Isso sem haver a devolutiva financeira desses cidadãos que deixam de contribuir com impostos (ou altas taxas de impostos<sup>90</sup>) quando

---

<sup>88</sup> Para maior compreensão do discurso do Estado brasileiro em relação à manutenção da saúde da população idosa acesse: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/boletim\\_tematico/saude\\_idoso\\_outubro\\_2022-1.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/saude_idoso_outubro_2022-1.pdf) (Acesso em 21/11/23)

<sup>89</sup> Desde 2022 o Estatuto do Idoso passou a ser nomeado Estatuto da Pessoa Idosa. Para mais informações: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.html) (Acesso em 24/11/2023).

<sup>90</sup> Com a Reforma da Previdência em vigor desde novembro de 2019, os aposentados que recebem até um salário-mínimo têm descontados de sua folha de pagamento do INSS um valor de 7,5% sobre sua aposentadoria.

aposentados. Para além desse fato, o número de idosos aumenta consideravelmente a cada década, tornando os custos para manter e gerenciar a velhice e os processos de envelhecimento muito altos e desinteressantes<sup>91</sup> ao Estado.

Todo esse emaranhado aqui exposto tem como intenção demonstrar como o conceito de *expulsões* proposto por Sassen pode ser aplicado em menor escala. A autora compreende este conceito como todos os processos atrelados ao desenvolvimento econômico que de alguma forma selecionam indivíduos em detrimento a outros, marginalizando e excluindo esses outros. Sob uma perspectiva global, como Saskia Sassen se propõe a analisar, esses processos podem ser percebidos nas transformações sofridas pelo capitalismo a partir da década de 1980, resultando num aprofundamento sistêmico de suas relações que extrapolam o que comumente chamamos de classe social (SASSEN, 2016).

[...] Historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus senhores. Mas hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o “opressor” é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível. (SASSEN, 2016, p. 19–20).

Da mesma forma, não há um vilão a ser combatido no processo de expulsão dos idosos da esfera pública da vida, tamanha sua abrangência. Ele perpassa desde os marcadores biológicos responsáveis pelo envelhecimento e deterioramento do corpo que diminui ou torna lenta sua utilidade econômica e política (o que garante sua relevância social e produtiva) até as dificuldades que os idosos enfrentam em acompanhar o desenvolvimento da tecnologia essencial para uma vida inserida numa sociedade capitalista. (DEBERT, 1999).

Ainda, os avanços tecnológicos da medicina são responsáveis por estender e manter a vida até as últimas instâncias, se assim desejarem paciente e/ou entes próximos. Medicamentos, terapias, exames, intervenções cirúrgicas, aparelhos, vitaminas e muitas outras tecnologias estão disponíveis para garantir o máximo de tempo útil para o corpo, o que supostamente deveria nos garantir mais tempo para desfrutar dos prazeres da vida. No entanto, a realidade revela o oposto. Essas tecnologias

---

<https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tabela-de-contribuicao-mensal> (Acesso em 24/11/2023).

<sup>91</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, em 2018, uma nota técnica intitulada *O crescimento insustentável dos gastos com previdência e pessoal*, que fala acerca de dois problemas sociais irreversíveis e por isso necessários de reformas legislativas: o crescimento da sociedade de consumo e da longevidade da sociedade. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215\\_CC38\\_gasto\\_previdencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215_CC38_gasto_previdencia.pdf) (Acesso em 24/11/2023).

inovadoras não são acessíveis para a maioria<sup>92</sup> dos idosos brasileiros que esperam por anos nas filas dos hospitais públicos para realizarem procedimentos que promoveriam seu bem-estar, mas que não são considerados emergenciais. Esses idosos doentes, mas não tanto, não são atendidos pelo Estado e precisam da colaboração de familiares e amigos para realizarem suas atividades diárias, demandando cuidados cada vez mais privatizados.

A *Reprivatização do envelhecimento*, conceito cunhado por Debert em seu livro de 1999, diz respeito a esse movimento (promovido pelo Estado brasileiro que se exime e baseado no discurso da gerontologia) de tornar responsabilidade da esfera privada da vida, da família, os cuidados com seus idosos. Mas assim como o Estado, a família brasileira não está preparada para dispensar tempo e recursos neste cuidado. Dados do IBGE de 2020 mostram que mais de 80% dos idosos brasileiros moravam com pelo menos um familiar<sup>93</sup> e/ou agregado. E é preciso levar em consideração que os idosos podem ainda serem produtivos, como é o caso daqueles que recentemente entraram para esta faixa etária e que estão no processo de se aposentar<sup>94</sup>. A aposentadoria, por sinal, é uma das condições que definem o status de idoso, para além da idade cronológica. Os gastos totais com aposentadoria (por idade ou por tempo de serviço) no ano de 2022 no Brasil foi de pouco mais de 5 bilhões<sup>95</sup> de reais, enquanto a população idosa (60 anos ou mais) neste mesmo período era de um pouco mais de 22 milhões<sup>96</sup>. As contas não batem. Se todos os idosos registrados no país naquele ano estivessem recebendo aposentadoria, o montante anual *per capita* seria pouco mais de 200 reais! Esses números (analisados de forma simplista) revelam que muitos idosos não estão recebendo aposentadoria e os que estão, recebem muito pouco para garantirem suas subsistências.

---

<sup>92</sup> De acordo com o Observatório Nacional da Família, em 2020 constatou-se que 69% da população idosa do Brasil tinha renda per capita de até dois salários-mínimos. Mais informações: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>93</sup> Dado retirado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2020. Mais informações em <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>94</sup> Segundo a legislação brasileira, é considerada idosa a parte da população com faixa etária a partir de 60 anos. Acesse: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Ao mesmo tempo, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que passou por uma reforma em 2019, prevê como regra geral que a idade mínima para a aposentadoria de mulheres seja de 62 anos e a de homens de 65 anos. Acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>95</sup> Dado retirado do Relatório de Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas (2020), feito pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/6-valores-pagos-em-2022-inss-1.xlsx> (Acesso em 01/12/2023).

<sup>96</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal) (Acesso em 01/12/2023).

## *II. Idosos, Cuidado e Mercado de Consumo: Tendências Subterrâneas no Brasil*

Como sobrevivem esses idosos brasileiros? Muitos deles continuam no mercado de trabalho. Dados de 2010 apontam que dos poucos mais de 18 milhões<sup>97</sup> de idosos na época, pelo menos 1/4<sup>98</sup> deles (4,5 milhões) continuavam exercendo atividades remuneradas. Além desses, há os que estão institucionalizados por não possuírem renda e nem condições de saúde adequadas para conseguirem trabalhar ou até mesmo por serem solitários e dependentes de cuidado. Ou seja, ao mesmo tempo, em que esses idosos estigmatizados são expulsos da vida social e dos meios de produção por não serem mais úteis, tampouco a esfera privada e familiar da vida está preparada para acolher e manter a vida desses. Este, segundo Debert, é o segundo dilema da gestão da velhice pelo Estado: o cuidado.

O cuidado para Debert é caracterizado pela força de trabalho feminina, imigrante ou migrante, negra e pobre, explorada pelo mercado de consumo que enxerga na população idosa uma nova empresa colonial, substituindo a exploração de bens e matérias-primas e conferindo novas configurações ao trânsito internacional de pessoas (DEBERT; PULHEZ, 2019). Para a antropóloga, este mercado é o responsável por acirrar as questões étnicas, raciais, nacionais e hierárquicas dentro das relações entre quem presta o serviço do cuidado e quem procura e/ou depende deste serviço.

É o caso das instituições de longa permanência para idosos (ILP) no Brasil que, públicas ou privadas, contam com uma mão de obra essencialmente feminina, negra e de classe baixa. Pascale Molinier, psicóloga francesa cuja produção intelectual é utilizada como embasamento teórico e conceitual por Debert tem uma pesquisa publicada em 2014 intitulada *Cuidado, interseccionalidade e feminismo*. Este estudo estabelece uma compreensão das relações de poder étnico-raciais e de gênero entre residentes (idosos dependentes), equipe técnica e cuidadoras que convivem em instituições de longa permanência em Paris, França. Segundo a autora, as cuidadoras são em sua maioria mulheres negras ou latinas. Já as pessoas que recebem o cuidado nestas instituições são em sua maioria mulheres brancas. Além disso, Molinier procura em sua pesquisa entender o significado do cuidado enquanto metodologia científica e o tipo de responsabilidade que isso implica.

A institucionalização dos idosos brasileiros, assim como o movimento de retorno à esfera privada, podem ser analisados sob a ótica da expulsão: eles perdem sua utilidade para o capital e para

---

<sup>97</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados> (Acesso em 01/12/2023).

<sup>98</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22957> (Acesso em 01/12/2023).

piorar, tornam-se uma despesa para este. Até a criação de instituições de longa permanência para idosos é um desperdício de capital para o Estado que não tem “porque” investir suas economias em algo que não vai gerar mais recursos para ele a médio e longo prazo. Como citam as economistas Ana Amélia Camarano e Pamela Barbosa, pesquisadoras do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) em *Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando?*

[...] a demanda por essa modalidade de cuidados tende a crescer devido ao envelhecimento da população idosa. Além disso, a oferta de cuidadores familiares já apresenta evidências de redução, dadas as mudanças na família, a redução do seu tamanho e a participação maior das mulheres no mercado de trabalho. (CAMARANO; BARBOSA, 2016, p.480).

Embora a institucionalização dos idosos seja uma prática relativamente comum, o estigma social e moral existente nela e até mesmo nas próprias instituições, conhecidos popularmente como asilos, fazem com que o núcleo familiar se torne o maior responsável pelos cuidados com esses idosos.

Deve-se reconhecer, contudo, que tanto família como asilos são instituições idealizadas, e ambas se revelam espaços de disputa de poder entre gêneros e gerações. Além disso, segundo Debert (1999), viver com os filhos não é garantia de respeito, cuidado adequado ou ausência de maus-tratos. A autora cita exemplos de denúncias de violência física contra idosos que são mais frequentes quando diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. (CAMARANO; BARBOSA, 2016, p.485).

Todavia, enquanto a experiência de institucionalização confere aos idosos que necessitam de cuidados uma dinâmica de sociabilidade e certo nível de escolha e de liberdade, os que ficam sob os cuidados familiares muitas vezes experimentam a solidão, a negligência física e afetiva e a inviabilidade de realizar escolhas porque são dependentes de seus próprios filhos ou parentes. Com isso, é possível estabelecer uma comparação entre as expulsões explicitamente visíveis nas sociedades capitalistas, como o encarceramento, os deslocamentos imigratórios e emigratórios em massa, a pobreza, as execuções hipotecárias e as taxas de desemprego, como exemplifica Sassen em seu livro, com expulsões implícitas e subjetivas que ocorrem globalmente e estão relacionadas ao utilitarismo pregado pelo capitalismo. Um exemplo pode ser compreendido através da inversão das relações de poder estabelecidas na velhice e que se dão entre filhos e pais, jovens e velhos. A medida em que os pais envelhecem e necessitam de cuidados, os filhos (ou parentes próximos, em sua maioria mais jovem) adquirem uma responsabilidade em relação à sobrevivência daqueles que costumavam ser os responsáveis pela sua sobrevivência.

A complexidade disso está no fato de que esses filhos que passam a cuidar de seus pais possuem suas rotinas diárias de trabalho, estudo e cuidados com sua própria família (cônjuge e filhos) e por

vezes acabam por negligenciar os cuidados com os pais idosos porque deixam de atribuir utilidade a esse cuidado, que tende a só aumentar, nunca diminuir (como acontece quando se cuida de filhos) e com isso, marginaliza as identidades individuais desses sujeitos que passam a ser compreendidos apenas por seus corpos enfraquecidos e/ou suas mentes um tanto esquecidas (DEBERT, 1999).

Na tentativa de resgatar essas identidades e com isso a potencialidade utilitária desses sujeitos idosos, um novo mercado de consumo foi criado para atender a este nicho da população que só aumenta. Esse movimento é percebido a nível global a partir da década de 1980 (DEBERT, 1999) e pode ser enquadrado no que Sassen compreende como *tendências subterrâneas*: aquilo que provoca as expulsões, mas que está tão profundamente disseminado que não pode mais ser compreendido pelos termos que nos são familiares, como o capitalismo. Essas tendências são vistas como subterrâneas pela socióloga porque extrapolam as fronteiras geográficas, conceituais e históricas e se globalizam, sendo percebidas em diversos contextos e lugares do mundo (SASSEN, 2016).

Embora na superfície esse *boom* mercadológico voltado para o consumo dos idosos pareça resgatar a vontade de viver, a autonomia e a autoestima desses, o discurso que acompanha esse mercado aqui no Brasil é responsável por criar uma idealização do envelhecimento e da velhice em si que só pode ser atingida por uma minoria. O que se percebe, então, é a expulsão social dos sujeitos que não consomem (porque não têm acesso ou simplesmente porque não querem) a saúde, a juventude, a sexualidade, a virilidade e toda uma gama de produtos e serviços que mantêm os idosos ativos e produtivos, mesmo que seja para si mesmos.

A velhice nas revistas não é, portanto, a fase mais dramática da vida, nem o momento em que o velho é relegado ao abandono, ao desprezo e ao desdém. As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado em que a promessa da eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens da doença, da decadência física e da dependência caracterizando o destino dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e de consumo de bens específicos que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder. (DEBERT, 2000, p.154)

Essas *tendências subterrâneas* observadas nas bases das categorias hegemônicas, são mantidas pelo que a socióloga intitula de *afinidades sistêmicas*, que podem ser imaginadas como uma aliança formada entre as vulnerabilidades (sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras) responsáveis pela manutenção das expulsões, qualificando a complexidade envolvida para que elas ocorram. Da mesma forma, as tentativas do Estado brasileiro de gerir a velhice a partir de representações hegemônicas e

globalizadas de quem é o velho e quais suas demandas vão de encontro com as inúmeras combinações de vulnerabilidades possíveis, que se entrelaçam e fazem com que a experiência do envelhecimento seja única para cada pessoa.

Em *A cidade e a indústria global do entretenimento* (2000), Saskia demonstra as *tendências subterrâneas*<sup>99</sup> que embasam a produção e o consumo de entretenimento e lazer explicitadas na promoção de filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, shows, exposições artísticas em museus pelo mundo todo, utilizando um discurso que prioriza expressões culturais em detrimento de outras, moldando e globalizando o consumo, o que se consome e quem consome o lazer e o entretenimento.

No Brasil, a juventude passou a adquirir um valor inquebrantável, muito associada a noção de progresso, rebeldia, criatividade e desenvolvimento somente no início do século XX. Em *A dissolução da vida adulta e a juventude como valor*, artigo publicado por Debert em 2010, a pesquisadora, levando em consideração que os estágios da vida se desdobram de maneira relacional e performática, percebe que a sociedade brasileira passa por um “duplo processo que redesenha os estágios que marcam o envelhecimento e dissolve a vida adulta como uma experiência ou etapa de maturidade, responsabilidade e compromisso” (DEBERT, 2010, p.51).

À medida que a expectativa de vida aumenta, as marcações sociais e culturais etárias sofrem transformações: a infância passa a ser valorizada e protegida e a juventude, assim como a fase adulta, passa a ser mais longa. Ao mesmo tempo, a velhice passa por uma sub categorização conforme as capacidades de autonomia e dependência dos indivíduos, fazendo com que classificações como meia-idade, aposentadoria ativa e terceira idade surjam. Todas essas transformações acabam por diluir os significados que antes categorizavam cada etapa da vida e o mercado de bens e consumo tende a acompanhar e reforçar essa miscelânea etária (DEBERT, 2010, p.52).

A indústria global do entretenimento é responsável por moldar e globalizar a ideia da velhice perfeita, repleta de realizações e livre de qualquer preocupação, bem como do velho perfeito, jovial, saudável, bem-disposto e sorridente desde meados dos anos 1990. Propagandas e telenovelas brasileiras deixam de abordar a imagem dos idosos como vulneráveis e necessitados e passam a mostrá-los, subvertendo essa ideia e agindo como os jovens agiriam e consumindo o que os jovens consumiriam. Isso se reflete nas outras classificações etárias, como no consumo de bens e

---

<sup>99</sup> Aqui utilizo esse conceito que só foi cunhado pela autora mais de uma década depois da publicação de seu artigo citado, na intenção de aplicá-lo na análise de outros temas que não foram elencados por ela.

entretenimentos antes considerados infantis por adultos acima dos 30 anos. Roupas de personagens, brinquedos, desenhos animados destinados às crianças e adolescentes viram alvo de interesse de adultos, bem como festas, sexo, cuidados com o corpo e lazer passam a ser interesse de idosos (DEBERT, 2010, p. 55).

Isso mostra a necessidade de gerir a velhice e o cuidado com os idosos, seja pelo Estado, seja pela família, de maneira flexibilizada, onde as constantes transformações inerentes ao desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural que dissolve as categorias etárias sejam levadas em consideração. Todavia, classificar a vida por etapas definidas por uma ordem biológica e cronológica do corpo é tentar inscrever cada vez mais a cultura na natureza. A juventude como valor faz com que o envelhecimento seja responsabilidade do indivíduo que sabendo como evitar essa mazela, não se esforçou o suficiente para manter sua saúde, seu consumo e estilo de vida. As tendências subterrâneas observadas nas cidades globais padronizam os corpos, o consumo e o estilo de vida de todas as faixas etárias no mundo todo, desvalorizando ou não levando em consideração os aspectos físicos, psicossociais, econômicos, políticos e culturais de cada região do globo. Portanto, a degeneração inevitável do corpo, que gera a dependência e a necessidade de cuidado, atribui ainda mais desvalorização ao envelhecimento, que passa a ser compreendido como um fardo e não como uma fase natural da vida, cercada de empatia e piedade (DEBERT, 2010, p.66).

### **Considerações finais**

A grande problemática envolvendo as expulsões dos idosos da esfera pública da vida social brasileira e seu não-lugar na esfera privada da vida familiar, ou como Guita Debert chama, *reprivatização do envelhecimento*, é que esse fluxo não pode ser transformado porque a vida é finita e sempre nasceremos, cresceremos e morreremos. A velhice pode ser prolongada, mas não há tecnologia conhecida que nos permita ser jovens para sempre, o que faz dela um dos maiores problemas sociais da atualidade. Afinal, quem cuidará dos nossos idosos nas próximas gerações?

No Brasil, desde o início do século XXI, algumas mudanças políticas que expandem as margens etárias aconteceram, como a criação do nono ano do ensino fundamental em 2005, no intuito de aumentar o tempo de convívio escolar e o aumento da idade mínima para se aposentar em 2019, para citar alguns exemplos rápidos. Mais uma vez, a globalização faz com que a tendência seja a ampliação do tempo em que os indivíduos precisarão se dedicar ao trabalho. Quanto mais vivermos, mais

trabalharemos e mais consumiremos, fazendo com que a máquina capitalista neoliberal continue funcionando, corpos continuem sendo expulsos em detrimento de outros e valores como a juventude a todo custo se perpetuem.

Muitos avanços aconteceram na forma como o Estado brasileiro e a sociedade civil passaram a gerir a velhice e os processos de envelhecimento, mas a *conspiração do silêncio* em torno dessas questões amplamente discutidas pela filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir em 1970 em seu célebre *A velhice* (traduzido para o português em 1990), ainda se faz presente, fazendo de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, psicólogos e até gerontólogos, geriatras, economistas e cientistas de dados os principais responsáveis por conferir ao tema a relevância e urgência que ele pede. Desta forma, unindo forças ao sopro de impulso ainda tímido neste caminho longo a ser desbravado pelas ciências humanas e todas as outras, esse artigo entra para um pequeno *rol* de reflexões acerca da velhice e dos processos de envelhecimento no Brasil e espera despertar o interesse de outros cientistas, pesquisadores, estudantes e curiosos intelectuais sobre o tema.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAMARANO, Ana Amélia; BARBOSA, Pamela. **Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: do que se está falando?** In.: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Política Nacional do Idoso: Velhas e Novas Questões. Editora Ipea. 2016.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Métodos de Revisão Bibliográfica nos Estudos Científicos**. Belo Horizonte. Psicologia em Revista, v. 26, n. 1, 2020, p. 83-102.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.
- DEBERT, Guita Grin. **O Significado da Velhice na Sociedade Brasileira**. São Paulo. Acta Paul Enf., v. 12. Número Especial. Parte I, 2000, p. 147-158.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, ano 16, n. 34, 2010, p. 49-70.
- DEBERT, Guita Grin.; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. Campinas, São Paulo. Unicamp/IFCH, 2ª ed. 2019.
- MOLINIER, Pascale. **Cuidado, interseccionalidade e feminismo**. São Paulo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.26, nº1, 2014.
- SASSEN. Saskia. **A cidade e a indústria global do entretenimento**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo, SP: SESC/WLRA, 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 9-97.

SASSEN, Saskia. **Sempre uma Estrangeira, Sempre em Casa**. Tradução de Alberto L. C. de Farias. In: Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (blog do Labemus), 2019. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2019/07/15/sempre-uma-estrangeira-sempre-em-casa-por-saskia-sassen/> (Acesso em 25/06/2024).

## Memória e gênero: presença das mulheres na construção da paisagem da Baía de Guanabara - RJ

Memoria y género: presencia de mujeres en la construcción del paisaje de la Bahía de Guanabara - RJ

**Bárbara Boy Oliveira**

Mestra em Urbanismo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

barbaraboy57@gmail.com

**Recebido:** 23/09/2022

**Aprovado:** 06/03/2023

**Resumo:** Esse artigo busca analisar paisagens da Baía de Guanabara, importante acesso da cidade do Rio de Janeiro e de sua Região Metropolitana. Inicialmente propomos “escovar a história a contrapelo” em busca de lampejos da memória não evidenciada, e depois uma investigação sobre um grupo social específico, o de mulheres que também construíram a paisagem da Baía da Guanabara. Propomos uma busca pela história de mulheres que passaram por essa paisagem, colocando em disputa o olhar da mulher e espaços excluídos da hegemonia. Acreditamos que a Baía de Guanabara possui camadas de análise, enquanto cidade, enquanto água, enquanto berço, enquanto seio, enquanto fluxo. O objetivo é buscar indícios de paisagens outras da Baía, colocando em disputa o olhar da mulher na paisagem hegemônica. O modo de pensar/fazer que propomos é a montagem, desmontagem e remontagem dessas paisagens, localizando onde elas se encontram no território.

**Palavras-chave:** mulher; memória; Baía de Guanabara.

**Resumen:** Este artículo analiza los paisajes de la Bahía de Guanabara, un importante punto de acceso para la ciudad de Río de Janeiro y su Región Metropolitana. Proponemos inicialmente “rozar la historia a contrapelo” en busca de destellos de memoria no revelada, y luego una indagación sobre un grupo social específico, el de las mujeres que también construyeron el paisaje de la Bahía de Guanabara. Aquí proponemos formas de ver el paisaje a contrapelo, poniendo en disputa la mirada de las mujeres y los espacios excluidos de la hegemonía. Creemos que la Bahía de Guanabara tiene capas de análisis, como ciudad, como agua, como cuna, como seno, como caudal. El objetivo es buscar evidencias de otros paisajes de la Bahía, poniendo en disputa la mirada de la mujer en el paisaje hegemónico. La forma de pensar/hacer que proponemos es el montaje, desmontaje y remontaje de estos paisajes, localizándolos en el territorio.

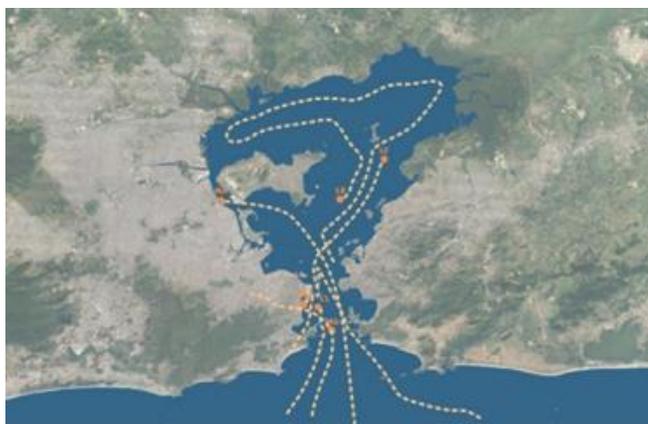
**Palabras clave:** mujeres; memoria; Bahía de Guanabara.

## Memória e gênero: presença das mulheres na construção da paisagem

Partimos da premissa que é possível observar a paisagem da Baía de Guanabara a partir da memória de mulheres estrangeiras e brasileiras. Como metodologia inicial, localizamos no mapa a seguir algumas mulheres importantes no processo histórico da cidade e tentamos traçar sua movimentação na paisagem. São elas: Maria Graham (MG), viajante do século XIX; Caroline Leveson Gower (CL), viajante do século XIX; Maria Angu (MA), figura presente no Porto de Maria Angu - desativado no século XX; Lota de Macedo Soares (LM), urbanista do século XX; Luz del Fuego (LF), dançarina e ativista política; Luiza Baldan (LB), artista visual contemporânea.

No mapa, como método investigativo e analítico, traçamos percursos imaginários baseados nas histórias dessas mulheres. A viajante inglesa Maria Graham, localiza-se na entrada da Baía de Guanabara, seus trajetos se concentram no centro da cidade e no bairro de São Cristóvão, pelas relações de proximidade com a família real/imperial, e seguem para o alto mar. Assim também acontece com a viajante Caroline Leveson Gower, que restringiu a distância das suas viagens internas na cidade e assim localiza-se mais próximo à entrada do alto mar. Os percursos de Maria Angu são tão ocultos quanto sua história, portanto marcamos sua localização apenas no Porto de Maria Angu, localidade do bairro de Ramos, e indicamos sua conexão com outro continente, provavelmente africano. Lota de Macedo Soares está fixada no Aterro do Flamengo, pois lá se localiza sua grande obra na cidade, mas atravessa o Atlântico algumas vezes por motivos variados. Luz del Fuego transita por alguns anos entre Copacabana e a Ilha do Sol, onde realmente se fixa definitivamente antes de ser assassinada. Já Luiza Baldan se coloca à deriva nessas águas para seus trabalhos artísticos.

**Figura 1:** Mapa dos percursos imaginários das mulheres estudadas.



Fonte: autora, 2021.

O estudo dessas mulheres na paisagem nos abre a reflexão sobre o porquê é difícil encontrar representantes femininas na construção da paisagem coletiva. A pesquisadora italiana Silvia Federici apresenta uma resposta a esta questão ao colocar o conceito de *reprodução*, como um complemento ao conceito marxista de *acumulação primitiva*. O conceito usado por Karl Marx para descrever a gênese histórica do capitalismo, nos leva ao entendimento de que a origem do modo de produção capitalista está ligada a um processo de expropriação da produção que separou o produtor dos seus meios de produção, assim resultando na formação de uma massa de pessoas necessitando vender sua força de trabalho. Nesse contexto, se encontra também o trabalho doméstico não remunerado que tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz força de trabalho. Além disso, convém lembrar que a referência frequente a ele é como sendo um trabalho “improdutivo” o que fortalece a subordinação daqueles que o exercem, no caso as mulheres, aos homens aqueles que são os beneficiados. Ainda a mencionar que se na divisão do trabalho as mulheres ficaram encarregadas do trabalho reprodutivo, não remunerado (tarefas da casa, educação dos filhos entre outras funções), e aos homens coube a produção, a atividade remunerada na esfera pública, essa divisão das esferas, historicamente, implicou em uma assimetria entre relações com os espaços públicos. Nesta divisão as mulheres foram limitadas ao ambiente doméstico, sendo, deste modo, excluídas frequentemente da fruição da paisagem das cidades.

A finalidade deste estudo é contribuir para o conhecimento da obra de mulheres sobre a Baía de Guanabara, a partir da perspectiva da paisagem, além de evidenciar a produção feminina ao longo da história, compreendendo a dimensão simbólica da produção de uma mulher no seu século. Para uma organização metodológica deste artigo, dividimos o texto em três itens: as viajantes estrangeiras Maria Graham e Caroline Leveson; em seguida, citamos aquelas cuja presença foi apagada da história, Maria Angu e Luz del Fuego; e por fim, trazemos as mulheres que tiveram seu olhar registrado sobre a paisagem da Baía: Lota de Macedo Soares e Luiza Baldan.

### **Viajantes estrangeiras: Maria Graham e Caroline Leveson Gower**

Para traçar a passagem das mulheres pela Baía de Guanabara, começaremos pelas estrangeiras viajantes que estiveram no Brasil durante o século XIX, em um momento de grandes transformações e expansão das cidades. Trata-se de mulheres inglesas que acompanhavam seus maridos na viagem ao “novo mundo” e registraram importantes testemunhos de suas estadas, em diários e desenhos. Os

escritos sobre as impressões que tiveram do cotidiano brasileiro tornaram-se fontes preciosas para o entendimento de uma época e de uma *dupla documentação* (LIFCHITZ, 2015), referindo-se ao momento de uma dupla narrativa de si mesma, enquanto mulher, e do outro.

A posição social que muitas viajantes ocupavam era privilegiada justamente por serem casadas com homens das forças militares. Dentre elas é possível citar Jemima Kindersley, uma das primeiras mulheres a ter deixado um relato referente ao Brasil. Ao acompanhar o esposo, oficial de carreira, em uma viagem a Bengala, enviou cartas que foram publicadas em 1777, nelas cita a sociedade colonial brasileira e denuncia os malefícios da escravidão.

Para compreender a relação da viajante inglesa Lady Maria Dundas Graham Callcott (1785-1842), mais conhecida como Maria Graham, e a Baía de Guanabara, precisamos citar seu livro "Diário de uma viagem ao Brasil" (tradução 1956), e no seu panorama do Rio de Janeiro (pintura com visão 360 graus da paisagem). Suas viagens ao Brasil aconteceram em três momentos: 1821, 1822 e 1823, teve seu diário construído por “horas de solidão e tristeza” como é sinalizado pelo tradutor do livro, Américo Jacobina Lacombe, principalmente na espera para autorização de desembarque e nas longas viagens dos navios.

Maria Graham vem às Américas junto ao marido, capitão da Marinha Real Inglesa Thomas Graham em uma viagem diplomática a bordo do navio-escola Doris. No entanto, nas primeiras décadas dos anos de 1800 não era comum que mulheres viajassem. Desse modo, entendemos que as viagens poderiam significar uma ampliação do espaço social para elas. E “Mesmo as que viajavam na condição de esposas de navegantes rompiam os padrões sociais vigentes em dois aspectos: por não se reservarem ao âmbito doméstico e por se exporem publicamente através de seus relatos” (SANTOS, 2014, p. 46). É importante ser destacada a posição de estrangeira e de mulher de Maria Graham, principalmente em um momento de laços estreitos entre a sua terra natal, Inglaterra, e o país de suas “descobertas”, Brasil. Seus relatos possuem visões políticas explícitas como ser a favor da independência brasileira, além de demonstrar aversão à situação dos escravizados da época.

Maria Graham era pintora, professora, escritora e foi governanta da princesa Maria da Glória, filha primogênita de Dom Pedro I e de Dona Leopoldina, morou no Palácio de São Cristóvão e manteve contato direto com a família real em meio ao processo da independência do Brasil. Acompanhou seu marido, em uma viagem diplomática que tinha como itinerário Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, no Brasil, e Valparaíso no Chile. Seu marido morreu em 1823 a caminho do Chile.

Viúva, se aproximou de um importante militar da época, ação que não foi vista com bons olhos. De volta ao Brasil em 1824 não foi bem recebida, e acabou sendo dispensada dos serviços de governanta, por conta disso morou no bairro de Laranjeiras numa casa emprestada sem muita estrutura e teve contato com um quilombo no mesmo bairro. Graham saiu em setembro de 1825 do Brasil com a mediação do embaixador inglês. Por coincidência o mesmo navio que a levou para a Inglaterra, é o navio que levou os documentos para o reconhecimento de Portugal sobre a independência do Brasil (PORTO, 2019).

**Figura 2:** Montagem Maria Graham.



Fonte: autora, 2021.

A Baía da Guanabara vista a partir do mar, descrita e representada inúmeras vezes por diversos viajantes que estavam de passagem pelo Rio de Janeiro, finalmente estava descortinado diante dos olhos atentos de Maria Graham.

Nada do que vi até agora é comparável à baía. Nápoles, o Firth of Firth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem preito porque esta baía excede cada uma das outras em seus vários aspectos. Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, florestas luxuriantes, ilhas de flores brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento e inúmeros barcos movimentando-se em um tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber. (GRAHAM, 1956, p. 194-195)

Após retornar para a Inglaterra, Maria Graham pinta um panorama em 1825 da paisagem da Baía de Guanabara. O ponto da observadora é distanciado e localizado fora da Baía, apreende a continuidade da cadeia de montanhas, a Serra do Mar, e os diversos morros das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Além da representação das arquiteturas em um detalhado conhecimento da orla carioca. Por mais que traga consigo as marcas da Inglaterra, Graham deixa ser contagiada pelo Brasil, mostrando uma visão imbuída de sentimentos e subjetividade. O panorama de Maria Graham em tela de dimensões de 20 x 352,7 x 1,5 cm, foi doada em 1952 para o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

**Figura 3:** Vista panorâmica da Baía de Guanabara, Maria Graham - 1825, entrada da Baía com sua cadeia de montanhas, à esquerda o Rio de Janeiro e à direita Niterói.



Fonte: Acervo MASP - Reprodução fotográfica de Eduardo Ortega.

Os panoramas foram um importante recurso de difusão das cidades. O significado encontrado em dicionários para a palavra panorama faz menção a própria paisagem, com uma amplificação do olhar. Entendemos panorama como “um gênero de pintura que reproduz uma cena dada, como se o espectador girasse em torno de um eixo e pudesse contemplá-la de todos os ângulos possíveis” (PEREIRA, 1994, p. 171). Enquanto representação de uma cidade específica, os panoramas ajudaram a aproximar universos distantes e levar um pouco desse imaginário de uma cidade para outra. Buscamos estudar o panorama não apenas pela sua condição física, mas também pela sua construção estética assim como a professora Margareth Pereira sinaliza ser importante (1994). Tratamos aqui algumas características para se observar nos panoramas: a) sua forma de exibição, que em geral, era circular; b) possui períodos de maior interesse para a temática das vistas urbanas (1790-1830); c) preocupação com a luz, o movimento e a centralidade do espectador; e também destaque para a posição do panoramista; d) a visão topográfica, a amplidão do horizonte visível, a imitação perfeita e o efeito ilusionístico, que evidentemente se manifestavam, contemporaneamente, em outros suportes como elenca Silvia Bordini (1984).

Fazemos as análises sobre os panoramas reconhecendo que eles são uma interpretação da paisagem, sendo de suma importância quem o produz, assim como afirma Thiago Leitão em sua tese sobre o tema:

Considera-se necessário fazer uma importante ressalva: todo Panorama é uma interpretação, ficando assim a cargo das escolhas do panoramista. Não se pode afirmar que um Panorama apresentava uma realidade, embora assim fossem anunciados no século XIX. Não se pode considerar um Panorama como fonte precisa da História. Afirmar isso seria cometer um grave engano e equívoco. Assim como todo desenho e toda pintura, o Panorama também é uma interpretação. Representa a visão de quem o fez, idealizou e realizou, com objetivos e interesses específicos de seu próprio autor. O que só vem a corroborar ainda mais a importância do panoramista com sua obra. (SOUZA, 2014, p. 46)

Analisamos então dois aspectos do panorama de Maria Graham: um pela localização geográfica em que se insere como observadora; e o outro pela dimensão subjetiva de ser uma mulher viajante na segunda década do século XIX. Maria Graham apresenta sua imagem da Baía de Guanabara, que muitas vezes nos parece distanciada e embranquecida. Os relatos em seu diário nos mostram o Brasil no momento da independência, e a escravidão ainda presente. Graham aproximava-se dos acontecimentos, e também ficava mais perto de seus leitores, dividindo com eles não apenas o que via, mas também o que sentia. Em adição, mesmo sendo mulher, possuía o privilégio de pertencer a uma classe com recursos financeiros e ser branca, o que a colocava em uma posição de ser minimamente ouvida. A história dominante relata esses processos no Brasil do século XIX como uma libertação, entretanto a paisagem permanecia atrelada a uma visão eurocêntrica.

A continuidade da paisagem, presente na obra de Graham, é evidente, a cadeia de montanhas que compõem a imagem faz a leitura de um espaço homogêneo. Entretanto, a sensibilidade da artista atenta ao detalhe (SÜSSEKIND, 2008), e se aproximando do panorama nos revela as diferentes arquiteturas e diferenças do litoral carioca. A construção do panorama se dá, da esquerda para a direita, com a cidade do Rio de Janeiro, o hiato da água emoldurado pela Serra dos Órgãos, e então Niterói. A posição de Graham é centralizada em um eixo imaginário da Baía e se coloca fora da Baía propriamente dita, a viajante está em alto mar e tem uma visão “total” da paisagem. Diferente de outros panoramistas, Graham não se coloca em uma posição elevada para mostrar a cidade. A construção de uma vista panorâmica ou um panorama é uma das possíveis múltiplas interpretações da paisagem, e mesmo podendo abranger 360 graus, ela não traduz as relações do espaço em sua totalidade.

Reconhecemos que mesmo sendo uma viajante estrangeira, Maria Graham muito contribuiu com seu olhar sobre a paisagem da Baía de Guanabara, por sua “subjetividade feminina”. Mesmo com quase duzentos anos da sua pintura, a cadeia de montanhas permanece em importância, assim como os morros da entrada da baía, hoje, o Pão de Açúcar e o Morro do Corcovado com o Cristo Redentor.

Ainda na perspectiva dos relatos dos viajantes, Caroline Frederica Foljambe contribuiu para as impressões da transição do país para um regime de império para de república. Nasceu em Nottinghamshire, Grã-Bretanha em 1850 e casou-se com o secretário da Delegação Britânica no Rio de Janeiro Arthur Leveson Gower em 1881. Morreu em 1895, deixando quatro filhos pequenos: William (1883-1918), Emily (nascida em 1884), Victoria (1887-1984) e Osbert (nascida em 1888). Caroline era filha de George Foljambe de Osberton, Nottinghamshire, e Selina, Viscondessa Milton.

Pintou o *Panorama da Cidade do Rio de Janeiro* em 1883 em aquarela sobre cartão com dimensões de 320 cm de comprimento e 27,6 cm de altura, em um momento que a “moda” dos panoramas já caía em desuso na Europa. Seu trabalho foi realizado em seis partes retratando pontos importantes da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Os pontos destacados são: Morro da Glória, Candelária, Baía de Guanabara, Praia Grande, Praia de Jurujuba e Santa Cruz. A obra foi recebida no Museu Imperial por meio de doação feita pela filha de Caroline, Vitória Leveson Gower.

Diferente de Graham, Caroline, investe nos tons azulados para sua pintura, remetendo a certa tranquilidade ou até mesmo numa tentativa de se aproximar da realidade. Os morros ainda ganham destaque e a cidade do Rio de Janeiro encontra-se quase que como em primeiro plano. O seu panorama do Rio de Janeiro tem as dimensões físicas de 320,4 cm de largura por 27,6 cm de altura. O início de seu desenho se dá pelo Morro da Glória e encerra com a entrada da Baía e o morro do Pão de Açúcar. A artista se posiciona mais próximo à orla carioca, evidenciando o centro urbano em desenvolvimento do fim do século XIX.

**Figura 4:** Panorama do Rio de Janeiro.



Fonte: Caroline Leveson, 1883.

Tanto o panorama de Caroline Leveson Gower quanto o de Maria Graham contribuem para o controle do imaginário europeu, com o foco na relação da natureza com o território. A exibição circular desses desenhos panorâmicos causava imersão completa em uma vista urbana, transportando o espectador para o lugar em questão. O tema das vistas urbanas para as datas de produção dos panoramas (1822 - Maria Graham) e o outro (1883 - Caroline Leveson) são igualmente importantes. Estamos diante de indicadores de rupturas, deslocamentos e recalques que culturalmente foram processados na própria formação de uma visualidade que se interroga sobre os seus modos de operação.

Os panoramas realizados por Maria Graham e Caroline Leveson nos ajudam a perceber a relação da paisagem com a natureza no século XIX. Comparando as duas situações, trazemos o panorama de Maria Graham de 1825 - que, embora seja possível enxergar a cidade distante no fundo, parece ter uma maior preocupação em representar a natureza e relevo da Baía de Guanabara. A cena é desenhada ao entardecer e a coloração do céu é destacada pelo relevo. Já no panorama de Caroline F. Leveson Gower em 1883, a representação é feita bem mais próxima da costa, onde é possível perceber o Outeiro da Glória e as edificações próximas em primeiro plano. Embora exista a intenção de mostrar a arquitetura da cidade, a natureza fica em maior evidência, os morros ocupados, a Baía e a Serra dos Órgãos ao fundo. Cabe destacar que o primeiro dos panoramas aqui citado foi realizado em data próxima à Proclamação da Independência em 1822, e o segundo já próximo à Proclamação da República em 1889. Deste modo, retratavam uma mudança no cenário político que se repetia na paisagem urbana. Ainda a mencionar que ambos representam o Rio de Janeiro a partir da Baía de Guanabara, numa perspectiva inusitada do viajante.

Importante ressaltar que ambas panoramistas em questão - Maria Graham e Caroline F. Leveson Gower - se colocam flutuantes na Baía de Guanabara, provavelmente como estrangeiras que não haviam pisado em terra ou ainda na espera de autorização para desembarque, ou mesmo, deslumbradas com a utopia das Américas ou uma última visualização do que deixariam para trás. Ana Maria de Moraes Belluzzo (1996) caracteriza esses trabalhos de panoramas marinhos, feitos a partir do mar e com um ponto de vista central, em formato circular, como aqueles que mais favoreciam a construção da paisagem na forma panorâmica.

### Memórias apagadas da história: Maria Angu e Luz del Fuego

O nome de Maria Angu, refere-se ao porto outrora existente na também extinta Praia de Maria Angu, localizada na Baía de Guanabara. Situando-se nas proximidades dos atuais bairros de Ramos e Penha, era o porto durante o período colonial por onde escoavam os produtos agrícolas vindos das freguesias de Irajá, Inhaúma e até de Campo Grande para o centro da cidade do Rio de Janeiro, cuja existência permaneceu até as primeiras décadas do século XX. A localidade é mencionada por Magalhães Corrêa e José Vidal em algumas publicações do jornal *Correio da Manhã* ao longo do ano de 1936 (CORRÊA, 2016). Durante os anos 1940, com a construção da Avenida Brasil, que se tornou o principal eixo rodoviário de acesso à cidade, grande parte da região na qual se localizava o Porto de Maria Angu foi aterrada, fazendo com que desaparecesse. Nos relatos que permanecem de Maria Angu (GERSON, 2000), há uma referência à razão do nome da praia, atribuído a uma mulher de pele negra, de nome Maria, que vendia especialidades como o prato típico de angu, preparado de fubá (farinha de milho), água e sal. Entretanto, com poucos registros oficiais dessa área, muitos acreditam que o nome é uma referência a um pássaro homônimo da região. A praia que se estendia por uma faixa desde a altura da Avenida Lobo Júnior na Penha Circular até Ramos, foi aterrada para a construção da Avenida Brasil em 1947 e em um dos seus trechos surgiu a Praia de Ramos.

No século XVIII os principais portos passaram a ser regularmente visitados por navios vindos de Portugal devido à descoberta do ouro. O Porto de Maria Angu, pertencia a Irajá, porém em 1743 quando Inhaúma se tornou freguesia, passou a fazer parte dela. De acordo com o relatório de Marquês do Lavradio, o porto de Maria Angu, estava localizado na beira da praia e era banhado diretamente pelas águas da Baía de Guanabara, era um porto que recebia grandes embarcações, canoas e barcos (SILVA, 2017).

A região de Ramos foi palco de diversos aterros desde meados do século XIX, durante a gestão de Pereira Passos/Rodrigues Alves, período que também aconteceu a modernização do Porto de Maria Angu, obra que ligaria o bairro da Penha à Praça XV, com conexão na Ilha do Governador.

**Figura 5:** Praia de Maria Angu/Ramos.



Fonte: BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo; BARBOSA, Ana Thereza de Andrade. *As águas encantadas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2021. p. 74-75,

Não existe uma narrativa única sobre a localização exata do porto, mas o Curtume Carioca, bem próximo da região, usava este porto como embarque de sua produção, e os romeiros que se dirigiam à Festa da Penha faziam uso desse porto. Já no decorrer das décadas de 1930 e 1940, a Praia de Maria Angu/Ramos tornou-se um balneário importante, local privilegiado de banhos de mar da região suburbana (CHRYSOSTOMO, 2019). Fazendo uma conexão improvável para a sociedade da época entre o subúrbio e a praia. A relação dessa localidade com a água foi reforçada por alguns projetos de urbanização, como por exemplo a Vila Gérson - “Copacabana do Subúrbio” (CHRYSOSTOMO, 2019).

A ocultação e desmonte do porto mostra a falta de comprometimento em manter a memória local e o apreço pelo "desenvolvimento" trazido pela Avenida Brasil. É simbólico o esquecimento desta paisagem do porto, associado ao nome de uma mulher. De qualquer modo, a relevância dessa memória se faz presente como registro de um momento apagado pela História oficial, que com a justificativa do progresso, enterra diversos acontecimentos.

O apagamento da história de Maria Angu, se assemelha com a negligência acerca da memória da Ilha do Sol, local onde a artista Luz del Fuego se fez presente na paisagem. De acordo com sua biografia romanceada escrita em 1994 por Cristina Agostinho, Branca de Paula e Maria do Carmo Brandão; Dora Vivacqua (nome original de Luz del Fuego) nasceu em 1917 em Cachoeiro de

Itapemirim, Espírito Santo. Foi integrante de uma família conservadora, de grande importância entre os descendentes de italianos. Filha de Etelvina Souza Monteiro Vivacqua e José Antônio Vivacqua, juntamente com dezessete irmãos, mudou-se ainda criança para Belo Horizonte, Minas Gerais. Teve contato com diversos intelectuais como Carlos Drummond de Andrade.

Quando mais velha criou um grande fascínio pelo Rio de Janeiro, vindo residir na cidade carioca com uma de suas irmãs. Devido a uma situação de assédio do próprio cunhado, foi mandada a um manicômio, de onde foi retirada por um de seus irmãos. Porém, ainda foi internada outra vez, pois sua família não aceitava seu comportamento e a caracterizava como uma mulher louca.

Pouco antes de completar sua maioridade, foge para o Rio de Janeiro em busca de uma vida livre. Por volta de 1942, inicia uma carreira artística como Luz Divina, posteriormente muda seu nome artístico para Luz del Fuego. Dança em circos com uma jiboia e encanta o público. Em 1949 funda o Partido Naturalista Brasileiro com o slogan “Menos roupa e mais pão!”, porém o partido não é registrado, porque se descobre que um de seus irmãos pôs fim aos documentos. Posteriormente, Luz consegue uma autorização da Marinha do Brasil para viver na Ilha de Tapuama de Dentro (pertencente à cidade do Rio de Janeiro) e a rebatiza de Ilha do Sol. É lá que se funda o Clube Naturalista Brasileiro, o primeiro na América Latina. Luz del Fuego mantinha um rígido controle de acesso e permanência, distinguindo o naturalismo de libertinagem.

**Figura 6:** Montagem de Luz del Fuego.



Fonte: autora, 2021.

Dora Vivacqua, dançarina, atriz e performance, defendeu o divórcio, a libertação feminina e o nudismo. Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek e início do anticomunismo, Luz del Fuego é forçada a fechar seu clube em 1967, enquanto fazia diversas denúncias sobre pescadores em atividades não ecológicas. A artista é assassinada e seu corpo encontrado alguns meses depois na própria Baía de Guanabara. A história de Luz demonstra sua importância para as lutas feministas brasileiras. Podemos observar na biografia de Luz del Fuego e seus próprios livros, sua força como mulher independente e à frente do seu tempo, contribuindo com mulheres que buscam igualdade e liberdade.

A nudez de Luz del Fuego existia em um propósito ideológico e não em um aspecto moralista. A sua luta para se refugiar em uma das ilhas da Baía de Guanabara ajuda a pensar qual visão desse território que a dançarina tinha, e qual Baía de Guanabara da década de 1950 era vista. Ainda sem Ponte Rio-Niterói, ainda sem uma poluição em massa contínua, Luz colocou a Baía de Guanabara no mapa internacional sob outro aspecto, o da liberdade, liberdade de expressão, liberdade do corpo, ligação com a natureza em seu contato mais direto, transformando a Ilha do Sol em ponto turístico para celebridades americanas.

A negligência seletiva para com a Baía como locus da história urbana carioca, onde narrativas alternativas da cidade são apagadas, em episódios que vão desde a tradicional pesca de baleias ao atracamento dos navios negreiros nos portos, é um dos sintomas da cultura dominante. Pensar sobre esse aspecto, quando Luz coloca em evidência uma ilha da Baía de Guanabara dando um uso inesperado, demonstra um sentido de resistência na década de 1960, em um momento pouco evidente sobre a luta feminina no Brasil.

### **O olhar registrado sobre a paisagem: Lota de Macedo e Luiza Baldan**

Dentre as mulheres pesquisadas, identificamos duas que fortaleceram seus ideais na paisagem da Baía de Guanabara. A primeira é Maria Carlota Costallat de Macedo Soares (Lota) nasceu em Paris em 1910, filha de um tenente da Marinha, veio com sua família para o Rio de Janeiro em 1912. Após passar alguns anos estudando na Bélgica durante sua juventude, em 1935, Lota entra para o curso de Pintura, ministrado por Cândido Portinari, na Universidade Livre do Distrito Federal (Rio de Janeiro), dirigido por Mário de Andrade. Paralelamente se envolve na fundação de um partido político, a União Democrática Nacional – UDN. Na década de 1940, Lota estudou no Museu de Arte Moderna em

Nova Iorque. Foi reconhecida como arquiteta autodidata e como paisagista emérita, mesmo sem ter cursado uma universidade e convidada por Carlos Lacerda (governador do recém-criado Estado da Guanabara entre os anos de 1960 e 1965), para trabalhar em seu governo atuando na construção do que viria a ser o maior parque urbano do mundo à beira mar.

A urbanista autodidata idealizou a construção do Parque do Flamengo no então maior aterro urbano do mundo, com 1,2 milhão de m<sup>2</sup> que colaborou com a ampliação da ligação viária Centro-Zona Sul, expansão controlada e intencional da cidade. O plano de urbanização da orla foi concluído em 1970, em conjunto com Burle Marx. O primeiro trecho foi iniciado em 1954 e finalizado em 1964. Para amenizar os impactos das pistas de alta velocidade, construiu-se um parque urbano às margens da Baía de Guanabara, entre o Aeroporto Santos Dumont e a enseada de Botafogo. Além do auxílio de Burle Marx, Lota teve em sua equipe o arquiteto Affonso Eduardo Reidy e a engenheira Carmen Portinho que estiveram à frente da elaboração do Museu de Arte Moderna (MAM) e de algumas das passarelas das pistas do parque.

**Figura 7:** Panorama da cidade do Rio de Janeiro: Parque do Flamengo e Praça Paris. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], entre 1962 e 1964]. 1 foto, panorama, gelatina, col., 100 x 392 cm.



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional Digital, 2021.

A intervenção de Lota de Macedo na paisagem da Baía de Guanabara possui um grande impacto para a vida urbana, cujo significado mantém-se até hoje, e a remodelação da orla também faz parte do título de 2012 de Patrimônio Cultural determinado pela UNESCO para a cidade do Rio de Janeiro. Após a cassação de Carlos Lacerda pela ditadura militar que ele mesmo apoiou, Lota foi pressionada a abandonar o projeto, mas antes disso conseguiu com que o Complexo do Parque do Flamengo fosse tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1965, preservando

assim sua configuração. No texto "Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio", Márcia Chuva (2017) traz uma passagem de Lota de Macedo Soares que afirma que:

Foi sempre a intenção do Grupo de Trabalho, desde o começo da planificação, de promover a Fundação do Parque do Flamengo, e de pedir ao digno Patrimônio Histórico e Artístico o tombamento, já que graças ao apoio incondicional do Governador Carlos Lacerda pudemos chegar a quase conclusão das obras, sem que essas tenham sofrido uma quebra de unidade do projeto, ou a desvirtuação do conceito pelo qual elas foram criadas. Sobretudo, acreditamos que o nível tanto estético quanto social da obra venha a ser aceito pelos altos padrões que sempre nortearam o serviço do Patrimônio. [...] Pelo seu tombamento o Parque do Flamengo ficará protegido da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro, e da extrema leviandade dos poderes públicos quando se tratar da complementação ou permanência dos planos. Uma obra que tem como finalidade a proteção à paisagem, e um serviço social para o grande público obedece a critérios ainda muito pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares.

Mesmo tendo sido conivente com a ditadura militar pela aproximação com Carlos Lacerda e a filiação ao partido de direita UDN, Lota lutou para a preservação do Parque do Flamengo receosa com os possíveis efeitos da especulação imobiliária sobre a área. Lota reconfigurou a paisagem da Baía de Guanabara em sua materialidade, não fazendo pinturas como viajantes que retrataram um momento específico, mas como urbanista e paisagista. Apesar do pouco reconhecimento, não tendo a memória de seu grande empenho difundida, foi a principal responsável por alterar a paisagem de um longo trecho da orla carioca.

**Figura 8:** Montagem de Lota de Macedo/ 1- Lota em reunião.



Fonte: autora, 2021.

Assumidamente uma mulher lésbica, Lota de Macedo, esteve em um relacionamento com a poetisa norte-americana Elizabeth Bishop (1911-1979) por 16 anos, e com a bailarina Mary Morse (1920-2002), com quem adotou uma filha. Seu distanciamento de Bishop e a necessidade política de abandonar a construção do Parque do Flamengo em desenvolvimento a levou a depressão, e em 1967, em uma viagem à Nova Iorque, Lota comete suicídio.

Em 1995, trinta anos após sua inauguração, houve uma solenidade na qual foi prestada uma homenagem a Lota, sua criadora, a qual teve seu pioneirismo resgatado por escritores, como Rachel de Queiroz, políticos e amigos presentes, que instalaram uma placa no Teatro de Marionetes que ressalta que Lota foi a idealizadora do Parque do Flamengo. Mas ao longo dos quatro anos que esteve à frente do projeto, Lota de Macedo Soares enfrentou diversas dificuldades, apesar de ter tido o apoio do governador. Entretanto, com a saída de Lacerda, sua relação política foi afetada, uma crise com Burle Marx se agravou e foram noticiadas em diversos jornais desavenças explícitas.

Em 1994, logo após a morte de Roberto Burle Marx, o Jornal O Globo fez uma matéria sobre a Lota de Macedo Soares e colheu depoimentos de frequentadores do Parque do Flamengo. Em um momento da reportagem, o jornalista sinaliza que muitos moradores do Flamengo, nunca imaginaram que o parque tivesse sido feito por uma mulher, pois acreditavam que a obra era de Burle Marx. O que reforça o acirramento entre Lota e Burle Marx. Alguns argumentam que Lota de Macedo não possuía educação formal, mas essa também era a situação de Roberto Burle Marx. Lota sofreu um processo de invisibilização e a eficácia desse processo está na ausência de Lota da memória nacional de uma das mais importantes obras de intervenção urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A história de Lota de Macedo Soares com o Parque do Flamengo poderia estar relacionada com a *memória coletiva* (HALBWACHS, 2013 [1950]), por sua importância na concepção e execução desse projeto de dimensão metropolitana, porém os acontecimentos interpretados pelo grupo dominante tendem a deixá-la no esquecimento.

Outra mulher que apresenta um olhar mais recente sobre a paisagem é Luiza Baldan, artista visual da cidade do Rio de Janeiro nascida em 1980, também professora e mãe. Doutora em Linguagens Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e bacharel em Artes Visuais pela Florida International University (FIU), EUA, realizou algumas exposições individuais tais como: “Estofó”, Galeria Anita Schwartz (Rio, 2017); “Perabé”, Finalista Premio Pipa (MAM Rio, 2016) e Centro Cultural São Paulo (SP, 2015), além de algumas coletivas tais como: “Mulheres na Coleção MAR”,

MAR (Rio, 2018); “Cruzamentos: Contemporary Art in Brazil”, The Wexner Center for the Arts (Columbus, EUA, 2014); “Lugar Nenhum”, Instituto Moreira Salles (RJ, 2013). Publicou os livros “Derivadores” (com Jonas Arrabal) em 2016 e “São Casas” em 2012.

Em entrevista cedida gentilmente por Luiza Baldan realizada através de meios digitais em 16/09/2019, a artista comentou diversos aspectos relativos à sua relação com a Baía de Guanabara. O interesse da artista Luiza Baldan pela Baía de Guanabara veio não só pelo fato de ter nascido na cidade do Rio de Janeiro, mas também após realizar um trabalho sobre São Paulo, onde relacionava a capital paulista e a baixada santista. Nesse processo, Luiza começou a ler um pouco mais sobre a história da formação do litoral do Brasil. Descobriu que, de alguma forma, os próprios povos indígenas que estavam em São Paulo, eram os mesmos que habitavam o litoral do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente a cidade de Cabo Frio, local que a artista possui uma conexão pessoal. Após perceber essas conexões, Luiza começou a estudar um pouco mais sobre essa história de formação das capitais, e ficou particularmente interessada na Baía de Guanabara, por sentir que, mesmo estando tão perto dela, tinha pouco conhecimento sobre esse território.

Em 2016 foi aberto um edital da prefeitura do Rio de Janeiro para desenvolvimento de trabalhos artísticos. Luiza tinha uma vontade grande de realizar um trabalho em uma viagem de navio, conhecendo parte da Amazônia pelos rios que conectam Belém do Pará até Manaus. Só que o edital da prefeitura que estava aberto era exclusivo para o Rio de Janeiro. O que despertou em Luiza uma nova ideia: a viagem que a princípio sairia do porto do Rio até Belém, foi adaptada para permanecer na cidade carioca e percorrer a própria Baía de Guanabara. A atenção desse momento também estava voltada para a Baía por sediar as competições aquáticas dos Jogos Olímpicos de 2016 que seriam realizados no Rio de Janeiro.

Para a realização do projeto, Luiza contatou um amigo oceanógrafo de Cabo Frio, com quem entrava em contato para estudar sobre a água sempre que necessário, e através dele descobriu o aparelho utilizado para o trabalho do *Derivadores*. Em uma página da internet, a artista viu alguns deslocamentos feitos por esse equipamento, denominado derivador, que estuda o deslocamento das marés: ele possui um GPS e é colocado na água, e de acordo com o deslocamento que acontece, fornece o comportamento dessas marés dentro de um determinado percurso. Seus gráficos produzem desenhos que fascinaram a artista.

Dessa forma, iniciou o projeto *Derivadores*, que no caso consistia em adaptar o aparato do derivador como uma câmera fotográfica. Luiza Baldan e Jonas Arrabal, seu amigo artista de Cabo Frio, fizeram um estudo fotográfico pela Baía de Guanabara usando os derivadores, e produziram um desenho, uma fotografia-desenho da deriva na Baía de Guanabara, cujo resultado da imagem não seria necessariamente relevante por ser algo abstrato. Eles haviam utilizado uma câmera de orifício, uma “pinhole”, que precisa ter um determinado tempo de exposição e manter a câmera parada, para produzir a imagem. Porém, como neste trabalho o deslocamento é contínuo até mesmo pelo balanço da água, a imagem não ficaria tão nítida, resolveram assumir essa situação e obtiveram fotografias que se revelavam como borrões, assim estabelecendo um desenho da luz que fazia pensar de um modo poético a imagem que continha uma deriva.

A aproximação com o oceanógrafo de Cabo Frio (Chico) promoveu não só a adaptação dos derivadores para a câmera, mas promoveram a oportunidade para Luiza Baldan, conhecer a Baía através de diversas viagens, acompanhando-o em um trabalho de monitoramento do lixo flutuante da Baía de Guanabara para o governo do estado. De março até julho/agosto de 2016, Luiza percorreu a baía toda semana; por conta desses deslocamentos periódicos, começou o projeto *Estofo*, que foi um desdobramento desse projeto inicial dos derivadores.

Nos dois trabalhos que tiveram uma relação com a baía, Luiza entende que se apresentaram questões interessantes que tangenciam o projeto, como por exemplo, a da lenda de que mulher não pesca, porque a mulher dá azar, de que a pesca se trata de um “mundo masculino”, palavras cedidas pela mesma em entrevista. De fato, as viagens de barco eram feitas com dois homens, e em todos os barcos que encontrava pelo caminho, muito dificilmente encontrava outra mulher. Mas, descobriu que há comunidades de pescadoras e marisqueiras em Niterói, com as quais gostaria de fazer um trabalho subsequente ao que estava fazendo. Luiza fez um levantamento sobre essas comunidades e associações, para futuramente conversar com elas e fotografá-las. Luiza Baldan acredita que exista um lado feminino na história da Baía de Guanabara, e entende sua invisibilização pela constatação da não presença quantitativa e constante de mulheres nessas águas. Algumas situações que vivenciou por ser mulher propiciaram conhecer lugares que talvez outras pessoas não tivessem acesso. O tratamento que recebeu também acredita que se deve ao fato de ser mulher, fazendo a artista perceber sua condição feminina neste trabalho.

Em relação ao trabalho propriamente dito, a artista define o *Estofo* como uma crônica, um discurso, uma narrativa sobre um longo processo de aproximação de um território. Ao redor da baía

existem municípios com realidades sociais completamente diferentes, e Luiza um olhar sensibilizado por determinadas situações. Sua tendência seria talvez de impor certa leitura do que vê, do que sente. No caso da fotografia, Luiza afirma trabalhar aguçando outros sentidos, como o cheiro, o barulho e o silêncio. Investiga a paisagem através da fotografia, mas não apenas como resposta direta do que é visto, mas como que fazendo pequenas anotações de situações que chamam particularmente sua atenção por uma série de razões, não necessariamente visuais.

O resultado do trabalho são fotos em preto e branco, pois Luiza usando uma câmera chamada Olympus trip, semiautomática e com o negativo preto e branco tinha uma possibilidade muito maior de exploração da imagem. Independentemente das circunstâncias climáticas, o preto e branco permite um trabalho mais apurado, e permite à imagem expressar outros sentidos da artista, além do visual. A ausência das cores da paisagem real causa o efeito de confundir o tempo presente da imagem, não conseguimos precisar em que década aquela foto foi tirada, ou distinguir a época histórica, causando certa suspensão do tempo presente. Chegando ao fim do projeto, Luiza optou por fazer fotogravuras, trabalhando com as matrizes, já que o conjunto final de imagens fotográficas não era só foto da câmera, mas também fotos de celular da própria artista ou até mesmo fotos do celular do barqueiro. Com a junção de todas as técnicas, tornou-se mais fácil trabalhar em preto e branco, uniformizando as imagens pela matriz de gravura, retirou a hierarquia do que era digital, do que era analógico, e no final, o trabalho ficou em um mesmo padrão de imagem a ser trabalhada no ateliê de gravura.

**Figura 9:** Montagem sobre Luiza Baldan. <<https://www.luizabaldan.com/proj/estofa/>>.



Fonte: autora, 2021.

As imagens utilizadas aqui para exemplificar o trabalho de Luiza Baldan, remetem a uma *fantasmagoria* (BENJAMIN, 2006), quase como algo indefinido, aberto para escolher a sua própria herança, dizendo respeito à imagem de algo que está ausente ou que, na verdade, não corresponda à coisa imaginada ou representada. As imagens remetem a algo nebuloso, quase etéreo que não está ali, mas ao mesmo tempo está em ruínas. Possui uma relação com a construção da memória em processo de remontagem, que abordaremos no próximo capítulo. Assim como as outras mulheres apresentadas neste artigo - Maria Graham, Caroline Leveson Gower, Maria Angu, Lota de Macedo e Luz del Fuego -, Luiza Baldan escreve uma história da Baía de Guanabara, uma história "sensível" navegante dessas águas, em busca de si e principalmente do outro. Contextualizamos suas trajetórias no intuito de lembrar seus trabalhos relevantes que abordam de maneiras distintas a Baía, através de seus olhares femininos moldados por suas épocas.

Compreende-se neste artigo que historicamente as mulheres possuem papel secundário e privado nas cidades (FEDERICI, 2017). A elas o espaço confinado do lar, nas ruas, a insegurança de um corpo que não deveria estar ali. Com este breve panorama apresentado, percebemos que a sociedade patriarcal limita os espaços permitidos, geralmente atrelados aos horários previamente definidos, normatizam o modo como as mulheres devem se vestir e se comportar (SILVA, 2016). São inúmeras as regras que nós precisamos submeter para que nossa presença seja tolerada, e as cidades são palco e agente dessas contradições e disputas de poder da sociedade.

O olhar das mulheres apresentadas indica certas diferenças da paisagem pelo olhar feminino. A Baía de Guanabara abre possibilidades a partir da cidade, evocam futuros outros, onde mulheres rememoram essa paisagem, estudam ocupar as margens de maneiras outras, e não apenas pelos restos/farrapos. O aprofundamento deste artigo poderia indicar uma pesquisa futura sobre a relação entre o gênero feminino e a paisagem. Buscando impedir que a violência contra as mulheres continue na forma de esquecimento histórico, principalmente a violência às mulheres que se destacaram por seus intelectos.

### Referências bibliográficas:

AGOSTINHO, Cristina; PAULA, Branca de; BRANDÃO, Maria do Carmo. **Uma biografia / Luz del Fuego: a bailarina do povo**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.

ARRABAL, Jonas; BALDAN, Luiza. **Derivadores**/Luiza Baldan, Jonas Arrabal. 1. ed. Rio de Janeiro: Automática, 2016.

BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo; BARBOSA, Ana Thereza de Andrade. **As águas encantadas da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2021.

BELLUZZO, Ana Maria. **O viajante e a paisagem brasileira**. São Paulo: Revista USP, (30), 1996. p. 6-9

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história** / Walter Benjamin; organização e tradução Adalberto Muller, Márcio Seligmann-Silva. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2020 [1940]

BORDINI, Silvia. **Storia del Panorama: La visione totale nella pittura del XIX secolo**. Officina, Roma, 1984.

CHUVA, Márcia. **Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio**. An. mus. paul., São Paulo, v. 25, n. 3, p. 139-166, setembro 2017.

CORRÊA, Armando Magalhães. (org.) Vieira, Antônio Carlos Pinto. **A Guanabara como natureza: Águas cariocas**. 1 ed. - Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **“Uma Copacabana Perdida nos Confins suburbanos”: a ideia de balnearização do bairro de Ramos/RJ (anos 1920-1940) »**, Confins [En ligne], 39 | 2019, mis en ligne le 07 juillet 2019, consulté le 26 janvier 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** / Silvia Federici. Título original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FUEGO, Luz de. **A verdade nua**. Rio de Janeiro, 1950 (2ª ed.).

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013 [1950].

LEITÃO DE SOUZA, Thiago. **O Panorama: Da representação pictórico-espacial às experiências digitais** / Thiago Leitão de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ / PROURB, 2009, 223p.; il.

LIFCHITZ MOREIRA LEITE, Miriam. **Mulheres viajantes no século XIX**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 129–143, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital** / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

PEREIRA, Margareth da Silva. **Romantismo e objetividade: notas sobre um panorama do Rio de Janeiro**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.Z p.169-195 jan./dez. 1994.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

PORTO, Denise. **Maria Graham: A Voz Feminina E Estrangeira Da Viajante, Em Busca De Uma Escrita Histórica.** Revista De Trabalhos Acadêmicos-campus Niterói, América do Norte, 1, mar. 2019.

SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira. **Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil de 1821 a 1823: uma abordagem discursivo-crítica.** Rio de Janeiro: UFRJ/ CLA, 2014.

SILVA, Jéssica Santos da. **Paisagem, Gênero, Mulher e Trabalho: Uma tentativa de reflexão, aproximação e observação.** GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-56, jul.-dez. 2016.

SILVA, Michele. **Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808).** Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

## Prescrições salutare: controle social e moral de mulheres na menopausa no Brasil oitocentista

Healthy prescriptions: social and moral control of menopausal women in nineteenth-century Brazil

**Caroline Ivanski Langer**

Mestranda em História  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
caroline.langer@hotmail.com

**Natalia Piccoli**

Graduanda em História  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)  
natalia.piccoli@outlook.com

**Recebido:** 16/10/2023

**Aprovado:** 06/09/2024

**Resumo:** O presente artigo analisa a tese *Considerações acerca da idade crítica da mulher*, elaborada por Jose Luiz Cardozo, estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e defendida em 1849. O estudo de Cardozo aborda a “idade crítica” das mulheres, conhecida como menopausa, de forma a analisar as implicações médicas e sociais desta fase da vida da mulher. O médico descreve as mudanças físicas e emocionais enfrentadas durante a puberdade e o climatério, bem como oferece prescrições médicas e comportamentais para as mulheres lidarem com o fim de seus anos reprodutivos. Este trabalho busca destacar como a medicina do século XIX patologizou a experiência feminina e restringiu, em diversos níveis, a autonomia das mulheres, contribuindo para a construção de estereótipos de gênero. Objetiva-se ser capaz de identificar certos fatores que prescreviam posturas e expectativas em relação às mulheres mais velhas, acabando por estabelecer um controle sobre seus comportamentos e o delineamento da moral a ser seguida assim que suas funções procriativas cessassem.

**Palavras-chave:** menopausa; mulheres; Brasil.

**Abstract:** This article analyzes the thesis *Considerations about the critical age of women*, elaborated by Jose Luiz Cardozo, a student at the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro, and defended in 1849. Cardozo's study addresses the "critical age" of women, known as menopause, in order to examine the medical and social implications of this phase of women's lives. The physician describes the physical and emotional changes faced during puberty and climacteric, as well as offers medical and behavioral prescriptions for women to deal with the end of their reproductive years. This work seeks to highlight how 19th-century medicine pathologized the female experience and restricted, at various levels,

women's autonomy, contributing to the construction of gender stereotypes. The aim is to be able to identify certain factors that prescribed postures and expectations regarding older women, ultimately establishing control over their behaviors and outlining the morality to be followed once their procreative functions ceased.

**Keywords:** menopause; women; Brazil.

## Introdução

O presente artigo examina as prescrições médicas elaboradas na tese *Considerações acerca da idade crítica da mulher*, produzida por Dr. Jose Luiz Cardozo<sup>100</sup> e apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1849. O estudo de Cardozo enfocou a denominada “idade crítica” da mulher, sendo este período relativo ao fenômeno da menopausa<sup>101</sup> – momento no qual o ciclo menstrual se encerra, marcando o fim dos anos reprodutivos da mulher.

A análise aqui desenvolvida busca se ater às deliberações relacionadas aos comportamentos femininos nesta época, que geralmente se inicia, de acordo com o Ministério da Saúde (2020), entre os 45 e 55 anos de vida da mulher. Ao elaborar sua tese, Cardozo verificou os fenômenos fisiológicos que envolvem a “idade crítica”, mas também teceu considerações acerca da moral feminina, de forma a analisar paralelamente os diferentes comportamentos da mulher tanto em sua puberdade quanto em sua idade mais avançada, quando a menopausa se manifesta.

As prescrições concernentes aos comportamentos femininos em diferentes etapas de sua vida refletem a ação profissional dos médicos do século XIX não apenas como especialistas em matéria de saúde e bem-estar, “mas como conselheiros da arte de bem viver” (MARTINS, 2004, p. 15).

---

<sup>100</sup> Pouco se sabe acerca de quem foi o Dr. Jose Luiz Cardozo além das informações que constam na própria tese: a de que era um homem natural do Rio de Janeiro, filho de José Luiz Cardozo e Luiza Roza de Jesus.

<sup>101</sup> No estudo conduzido por Dr. Cardozo, é notável a ausência do emprego do termo “menopausa”, o que pode ser atribuído, em grande parte, à sua limitada disseminação neste lado do Oceano Atlântico no período em que Cardozo redigiu sua tese. No entanto, no presente artigo, ocasionalmente, emprega-se “menopausa” como sinônimo da “idade crítica” estudada pelo autor. Conforme observado por Menegon (1998), o vocábulo *menopausie* fez sua primeira aparição em 1816, na França, no livro de Gardanne intitulado *Avis aux femmes qui entrent dans l'âge critique*. A partir de 1840, essa palavra começou a se disseminar globalmente, embora tenha sido incorporada aos dicionários médicos em língua inglesa somente em 1880. De acordo com o mesmo autor, foi por volta da metade do século XIX que o médico inglês Marshall Hall empregou pela primeira vez a expressão “climatério feminino”, que hoje em dia denota a “fase de transição do período reprodutivo, ou fértil, para o não reprodutivo na vida da mulher”, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (2020). Em contraste com o uso do termo “menopausa”, a tese de Cardozo faz uso da locução “idade climatérica” em algumas ocasiões.

Justamente por isso, a tese de Cardozo teve como maior seção aquela intitulada *meios higienicos*. Nesta parte, fixam-se preceitos reguladores da mulher na menopausa, que incorporam tanto hábitos de alimentação e sono, por exemplo, quanto recomendações alusivas ao comportamento da mulher: seus modos de agir e portar-se socialmente perante sua nova etapa de vida. É a partir destas instruções que objetiva-se perceber a medicina enquanto instituição reguladora do comportamento feminino, neste caso em relação às mulheres mais velhas.

### “Considerações ácerca da idade critica da mulher” (1849)

A tese de Cardozo foi defendida em 17 de dezembro de 1849 e conta com cerca de 20 páginas de conteúdo relacionado à saúde da mulher que adentrou na menopausa. O formando elegeu uma epígrafe de Moreau de la Sarthe para figurar na primeira página de seu trabalho, sendo dela o papel de constatar o glorioso papel da Medicina na prevenção dos sofrimentos femininos: “o período mais interessante da vida da mulher é o dos seus sofrimentos e dos seus perigos: glória à arte que lhe oferece os meios para anunciar uns e prever os outros”<sup>102</sup>.

O estudo é introduzido pela concepção de que às mulheres é reservada uma existência a partir de fenômenos extremados e sensíveis, de forma muito mais intensa do que sofrem os homens. Importando ao Dr. Cardozo diferenciar ambos os sexos, seu estudo partiu do entendimento de que a mulher é um ser enigmático na medida em que possui aparelhos complexos e desenvolvidos de forma distinta quando comparados ao homem, tais como o sistema reprodutivo e o nervoso; além de paixões sempre mais vivas do que as masculinas, e, em consequência, moléstias próprias.

Dr. Cardozo deixou claro, em relação à idade na qual a puberdade e o climatério aparecem na mulher, que não buscava para isto determinar uma regra geral e invariável, estabelecendo, todavia, que a puberdade “regula entre nós dos 11 para os 14 anos”, enquanto a menopausa “effectuar-se-ha dos 40 para os 50 anos” (CARDOZO, 1849, p. 11). O autor se propôs a dizer “alguma cousa respeito a esses dois interessantes periodos” (CARDOZO, 1849, p. 7), entendendo que são dois momentos distintos e exclusivos da vida da mulher. Desta forma, introduziu a puberdade enquanto “primavera da vida”, momento no qual todas as forças se dirigem ao útero e observam-se mudanças tanto no corpo quanto na mente. A partir desta constatação, Dr. Cardozo buscou diferenciar mulheres jovens

---

<sup>102</sup> “L'époque la plus interessante de la vie de la femme est celle de ses souffrances et des ses dangers: gloire à l'art qui lui offre les moyens de clamer les unes et de prevoir les autres”.

e velhas em suas constituições físicas e morais. O médico observou em meninas que passam pela puberdade determinada renovação no sistema muscular, que as dota de maior energia; um afrouxamento do tecido muscular; o crescimento rápido do útero e suas dependências e o desenvolvimento dos seios e órgãos genitais. À expressão da jovem que adquire sua menarca é dedicada uma atenção extra: “os olhos que até então nem uma expressão tinham, adquirem brilho, são mais tímidos, reservados e bastante expressivos; em fim, é um quadro vivo onde as paixões fielmente se achão representadas” (CARDOZO, 1849, p. 8). Por sua vez, ao atingir a denominada “idade crítica”, a mulher, conforme descrito por Cardozo, passaria por uma série de perdas:

Na idade climatérica os traços da physionomia desaparecem, o tecido celular que outr’ora cubria as saliências dos musculos diminue, a pelle perde seo colorido, sua macieza, e laxidão, e é no rosto onde esta mudança se torna mais pronunciada, como vemos pelas rugas que apresenta a pelle , expressão fiel do inverno da vida, os cabellos perdem a còr e espessura, a a voz experimenta sensível alteração, perdem os olhos aquelle fogo e brilho propios do verdor dos annos, os seios murchão, o utero deixa de representar o importante papel a que o destinara a natureza, os ovários se atrophião; enfim todo o corpo se resente dos effeitos de uma revolução tão profunda (CARDOZO, 1849, p. 8).

Cardozo também se prestou a realizar uma análise da moral feminina durante ambos os períodos, estabelecendo um paralelo tão radical entre juventude e velhice quanto as mudanças físicas descritas anteriormente. A jovem, quando “recebe [...] a faculdade de reproduzir a especie, de ser mãe” (CARDOZO, 1849, p. 8), desenvolveria dentro de si o sentimento do amor, sendo, porém, restringida pelo pudor e assim não consentindo revelar as emoções, o que muitas vezes a faz entregar-se a sentimentos como melancolia, solidão e timidez. Porém, quando a menstruação cessa, a impressão do médico é novamente de tristeza, mas dessa vez lamenta-se o passado, com as antigas ilusões dando lugar à triste realidade: “esse futuro que se lhe antolhava sempre tão bello e tão risonho apparece-lhe hoje cheio de negrume” (CARDOZO, 1849, p. 9). Por outro lado, a mulher mostra-se, à análise de Cardozo, mais prudente, uma vez que passou a vida aperfeiçoando suas qualidades e seu tato moral. Ao descrever as características da mulher climatérica, enaltecem-se suas qualidades moderadas, como se as antigas e ardentes emoções cessassem tão logo quanto sua menstruação. Aos sentimentos afetivos em relação ao homem é dedicada certa atenção por Dr. Cardozo, buscando destacar sua postura, agora contida:

[...] se uma ou outra vez busca affeiçoar-se ao homem, não é movida pela paixão, ou outro motor da mesma ordem, nem pelo galanteio que isto foz; é sim movida por um motivo bem differente: essa affeição nasce, não como a da puberdade desperta pelo aguilhão do amor e instincto da fraqueza que carece de arrimo e de um braço forte para protegel-a; procura-o sim, ou para consolal-o em seos atribulados

momentos, ou por um sentimento que não é filho do instinto, porem simples e única expressão de um commercio de espirito e de puros affectis; e é por esta affeição tão desinteressada e tão nobre que no occaso da vida algum imperio tem sobre elle, prehenchendo ao mesmo tempo o logar de um verdadeiro e devotado amigo (CARDOZO, 1849, p. 9).

Uma parte da tese dedicou-se aos fenômenos que rodeiam a cessação do fluxo catamenial, entendendo que se a puberdade não se apresenta sem a presença de uma série de fenômenos próprios, da mesma forma ocorre com a menopausa. Apontaram-se sintomas como indisposição geral, torpor nos membros inferiores, peso na região lombar, cólicas, suores, diarreias e, é claro, o desarranjo da menstruação “ora o fluxo corre trez vezes durante o mez, de 15 em 15 dias, de trez em trez semanas: ora a quantidade deminue todos os mezes, ou então em lugar de diminuição ha um verdadeiro augmento que, pela sua abundancia parece que uma metrorrahagia se tem estabelecido” (CARDOZO, 1849, p. 12).

Outra seção escrita por Cardozo é a respeito das doenças que podem ser desenvolvidas na denominada “idade crítica”. Nesta exposição, o médico retoma uma ideia que vigorou entre os antigos de que a menstruação possuía o papel de expelir um vírus que se hospedava dentro do útero e que, portanto, as mulheres na menopausa seriam vítimas de uma série de doenças por não mais realizarem este expurgo. “Erro funesto que comsigo traz graves consequencias!”, diz Cardozo (1849, p. 13), que assume a não existência do vírus e, igualmente, a pureza do sangue menstrual: “um sangue puro incapaz de produzir o menor mal á economia” (CARDOZO , 1849, p. 13). O autor não deixou de assumir, contudo, que as mulheres climatéricas estão suscetíveis a doenças, sendo estas divididas em duas grandes classes. A primeira envolveria moléstias que se desenvolvem nos órgãos genitais, como câncer de útero, enquanto a segunda em diferentes partes do corpo, como congestões cerebrais e o histerismo.

Por fim, a última parte da tese de Cardozo foi também a maior, intitulada *Meios hygienicos*. A seção engloba múltiplos preceitos reguladores das atitudes das mulheres na idade crítica, sob a premissa de que o domínio da higiene permite à mulher passar pelas modificações que a menopausa determina em seu organismo, sem maiores dificuldades. Estas instruções, segundo Cardozo, apesar de essenciais, muitas vezes seriam desprezadas pelas mulheres, que comumente prefeririam recorrer a charlatões, ou pessoas inexpertas, assim ignorando os conselhos daqueles que possuem uma formação formal.

Mais adiante em sua obra, Cardozo criticou novamente a prática do charlatanismo: “mas desgraçadamente a experiencia mostra que nem sempre assim acontece, pois preferem as indicações de homens alheios á sciencia, de verdadeiros charlatães e de intitulados mesinheiros, ás do medico!!!”

(CARDOZO, 1849, p. 19). Antes da institucionalização da medicina no Brasil, as práticas de cura eram realizadas de maneira informal por curandeiros, parteiras, sangradores, benzedeiros, moradores e barbeiros (GUIMARÃES, 2003, p. 16).

Cardozo também estabeleceu princípios para as vestimentas femininas. Recomendou a comodidade e o ato de vestir-se de acordo com a idade que a mulher possuísse, variando a vestimenta de acordo com a troca das estações:

[As roupas] devem estar em relação com o clima o com as estações; por que a mulher que habitar um paiz frio não se trajará do mesmo modo que se estivesse habitando um paiz quente: o que dissemos dos climas também podemos dizer das estações: assim reinando o inverno a sua vestimenta será de lã ou de fazenda que conserve o corpo em certo grão de calor, e o resguarde da maléfica influencia do ar que, pelas modificações que sofre, pôde dar logar ao desenvolvimento de phlegmasias. No verão a vestimenta será inteiramente différente: usará de preferencia de fazendas de linho, ou que conserve um grão de calor moderado; por isso que é n'esta estação que qualquer augmente de calorico influe de uma maneira pernicioso sobre o exercido das funcções A forma das vestimentas merece alguma attenção da nossa parte. O ridículo chega ao excesso quando vemos mulheres de 50 annos trajarem do mesmo modo que as de 20 annos, sem attenderem ás conveniências: o luxo e as modas são os seus deozes: aconselhar a uma mulher d'estas, que se deixe de modas, que certas cousas já não lhes convém, é o peor castigo que se lhes pôde inflingir. Que de males e males incalculáveis resultão do uso de vestidos apertados, vestidos que só servem para privar a liberdade dos movimentos o comprimir fortemente as différentes partes do corpo! Não era mais conveniente que em vez de preferirem o ridículo preferissem as suas commodidades? (CARDOZO, 1849, p. 16).

Em seguida, teceu o autor considerações acerca sobre os banhos gerais, entendendo-os enquanto “pouco convenientes, e quando reclamados cumpre haver a respeito toda a cautela” (CARDOZO, 1849, p. 17). Admitiu-se que há casos em que são de utilidade e, nestas horas, deve-se saber regular a temperatura da água – banhos muito quentes ou frios não são recomendados.

Em relação à utilização de cosméticos e perfumes, censurou o médico: “para que procurão reparar as injurias do tempo, quando a velhice está escripta no rosto com indeléveis caracteres? Pôde por ventura o uso dos cosmeticos tirar as rugas e fazel-as remoçar? O prejuízo pois que causa á saude semelhantes meios nao compensa o sacrificio” (CARDOZO, 1849, p. 17). O autor ressaltou a inutilidade e o perigo de, por exemplo, pomadas para tingir os cabelos.

Sobre o ato de deitar-se, Cardozo recomendou que os leitos não devem ser moles nem quentes, uma vez que, nestas condições, aumentariam a fraqueza e susceptibilidade nervosa, excitando prazeres venéreos e tornando a mulher obesa. Sugeriram-se leitos em condições contrárias. Por sua vez, a alimentação deveria preferencialmente ser tirada do reino vegetal e, quando houvesse consumo de

carne, recomendou-se as de frango e peixe: “por certo, uma prescrição tão rasoavel, facilmente pôde ser cumprida, e a mulher então conhecerá que o seo estado plethorico muito ganha com a execução de meios tão suaves” (CARDOZO, 1849, p. 18).

Cardozo também discorreu sobre as excreções, as quais poderiam sofrer desarranjos durante a menopausa da mulher. Segundo o médico, as mulheres costumavam recorrer a todos os meios capazes de fazer com que as funções voltassem ao seu estado normal, incluindo a procura pela prática dos charlatões. Um dos meios mais usados pelas mulheres para acabar com a constipação de ventre e outros males intestinais, de acordo com Cardozo, eram os purgantes – recomendados desde que fossem prescritos por um médico. Conforme apresenta Lima (1995, p. 129), havia um investimento da sociedade brasileira do século XIX na utilização de recursos artificiais destinados à evacuação intestinal, o que explica a preocupação de Cardozo em relação a essa prática. Os estímulos constantes à evacuação estariam relacionados à impregnação das mentalidades pela teoria humoral<sup>103</sup>, à necessidade de manter o organismo desobstruído e tanto quanto possível equilibrado.

Em outro trecho da tese de Cardozo discorreu-se sobre a prática das sangrias: “as sangrias só serão aconselhadas, quando a mulher estiver já a ella affeita fôr plethorica, ou algum caso particular reclamar sua utilidade: as sanguessugas e as ventosas serão indicadas havendo forte congestão para o utero, ou outro qualquer órgão importante” (CARDOZO, 1849, p. 19). Os profissionais da saúde utilizavam a sanguessugas para fazer incisões na pele das vítimas para sugar-lhes o sangue, e as ventosas também eram utilizadas com a finalidade de debelar inflamações e congestões existentes em outra parte do corpo (LIMA, 1996, p. 76). Deste modo, havia uma crença de que as doenças desapareceram após a descarga do excesso de sangue, catarro, bile, matérias fecais, urina e suor.

Por fim, Cardozo realizou as últimas prescrições salutareas às mulheres na menopausa, indicando conveniências como as ocupações de sua casa — “por que é mais util á sua saúde e as suas forças phisicas, já por que com os effeitos naturaes do trabalho experimenta a doce satisfação de haver preenchido um dever” (CARDOZO, 1849, p. 20), além de passeios pela manhã (mas não em lugares de recordações tristes, tampouco a cavalo). Novamente, censuraram-se os bailes, desta vez por considerar que roubariam o tempo de repouso da mulher. A leitura enquanto passatempo foi recomendada com cautela, muito por conta do teor que algumas obras poderim ter. O sistema nervoso

---

<sup>103</sup> A teoria humoral pregava o equilíbrio entre quatro humores: sangue, pituíta (ou fleuma, ou catarro), bile amarela e bile negra. Cada um tinha um centro regulador da sua dinâmica e para ele era atraído: o sangue, para o coração; a pituíta, para a cabeça; a bile amarela, para o fígado, e a bile negra, para o baço (LIMA, 1996, p. 47).

deveria ser preservado também com cautela e sabedoria na apreciação de espetáculos, quadros e música. O autor entendeu, neste sentido, que apesar de a mulher ter sua função reprodutora extinta, pode acontecer de continuar se entregando aos excessos da imaginação. Este “abuso” facilitaria o aparecimento de doenças graves, como, por exemplo, as congestões uterinas – “cujo aparecimento se explica pelo affluxo de sangue para esta parte, em consequência do estímulo que ahi existe; congestões, que não podendo mais se dissipar por intermedio das evacuações periódicas, terminão quasi sempre por ulcerações, prolapsus do útero, ou perdas mais ou menos abundantes” (CARDOZO, 1849, p. 21).

### **A regulação de comportamentos femininos através da Medicina**

O surgimento da Ginecologia, por volta de 1830, desempenhou um papel significativo na ampliação do discurso médico, conferindo-lhe maior alcance e autoridade ao converter o corpo feminino em um “objeto de investigação científica e a feminilidade num problema” (MARTINS, 2000, p. 40). Esperava-se ser capaz de “desvendar” a mulher e seu corpo a partir do estudo de suas singularidades reprodutivas, que constituíam, afinal, aquilo que definiu as mulheres enquanto “um grupo particular de pacientes e um tipo distinto na espécie humana” (ROHDEN, 2002, p. 115). Esses fatores de natureza sexual e reprodutiva assumiram uma importância desproporcional na vida da mulher em comparação com o homem, uma vez que eventos como puberdade, gravidez e menopausa não tinham equivalentes no contexto masculino (ROHDEN, 2002, p. 115). Assim, as diferenças sexuais foram instrumentalizadas para justificar e perpetuar a desigualdade de gênero na sociedade.

Tal ênfase nas oposições sexuais serviu como justificativa para a prescrição de diferentes papéis de gênero na sociedade da época. A medicina, ao se apropriar das singularidades biológicas das mulheres como um campo de estudo e intervenção, acabou por reforçar e legitimar normas de gênero que perpetuavam a subordinação e a conformidade das mulheres aos papéis tradicionalmente atribuídos a elas. Essa abordagem médica contribuiu para a construção social das mulheres como seres intrinsecamente ligados à maternidade e à esfera doméstica, enquanto restringia seu acesso a outras esferas da vida pública e profissional.

*Considerações acerca da idade crítica da mulher* (1849) foi fruto de uma época na qual as publicações médicas sobre o corpo da mulher multiplicavam-se de forma a buscar explicações acerca da singular anatomia e fisionomia feminina, bem como a respeito da reprodução humana. De acordo com a

pesquisa de Rohden (2002, p. 103-104), entre o período de 1833 e 1940 diversos estudos sobre Ginecologia foram já defendidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que 24 trataram diretamente de temas relacionados aos fenômenos da menstruação e da menopausa<sup>104</sup>. As teses da Faculdade de Medicina eram requisito final para obtenção do grau de doutor em Medicina, variando ao longo do tempo em relação às suas exigências, formatos e conteúdo; mas sempre servindo como fonte para verificação daquilo que existia de oficial e consensual no meio médico brasileiro (ROHDEN, 2002, p. 102).

Os diferentes discursos sobre a mulher produzidos ao longo do XIX, além de terem em comum o fato de estarem inteiramente ligados à ciência e racionalidade, tendiam a colocar a figura feminina num estatuto inferior. A diferença de gênero foi utilizada para prescrever papéis distintos para homens e mulheres na hierarquia social. Isto é esboçado, por exemplo, no que postulou no século XVII o fisiologista belga Jean-Baptiste Van Helmont, para quem o fato de “ser mulher” estava inteiramente ligado ao bom funcionamento do útero: *propter solum uterum mulier est id quod es* (JURADO, 2019, p. 77). A narrativa que se consolidou em relação à experiência das mulheres passou a ser caracterizada pela representação de uma série de eventos fisiopatológicos distintos:

[...] se durante a infância nada apontava para diferenças consideráveis entre meninas e meninos, a não ser aquelas decorrentes da educação, após a puberdade, os médicos referiam-se a um verdadeiro universo feminino, totalmente à parte do mundo racional dos homens. No tempo e no espaço das mulheres o corpo era determinante. Um excelente exemplo dessa forma de pensar é dada por Diderot, em 1780, quando faz uma linha cronobiológica para explicar a especificidade da mulher. Da puberdade até a chegada da velhice todo seu ciclo vital é marcado por ‘incômodos’ mensais – a menstruação – dores, debilidade física, perda da beleza e da capacidade de conceber com a chegada da menopausa (MARTINS, 2004, p. 40).

O século XVIII testemunhou um crescente movimento de patologização do corpo feminino, tornando-o objeto de estudo médico. Ao longo dos séculos seguintes, esforços foram feitos para restringir a sexualidade das mulheres através de discursos que retratavam o corpo feminino como frágil, frequentemente doente e mais suscetível a enfermidades. Médicos começaram a enquadrar as funções reprodutivas das mulheres como um campo de estudo e intervenção médica, dando origem a diagnósticos e tratamentos específicos para condições como "histeria" e "neurose feminina". Foucault aborda o conceito de histerização do corpo feminino em sua obra *O Nascimento da Clínica* (2011),

---

<sup>104</sup> De acordo com a autora, é interessante perceber que estes trabalhos específicos sobre a menopausa não aparecem em grande quantidade até o final do século XIX, com exceção da tese de Cardozo, defendida em 1849: “a menopausa só se torna um tema de tese em raras vezes a partir de 1898” (ROHDEN, 2001, p. 134), muito provavelmente por conta do interesse em relação à mulher estar restrito ao seu potencial reprodutor.

originalmente publicada em 1963. Neste livro, o pensador francês analisa a transformação histórica da medicina e da prática clínica nos séculos XVIII e XIX, explorando como o corpo feminino foi patologizado e medicalizado, especialmente em relação à histeria.

Toda e qualquer doença feminina foi interpretada pelos médicos como tendo etiologia sexual; ou seja, a definição de feminilidade estava intrinsecamente associada à patologia e requeria intervenção médica (MARTINS, 2004, p. 113). A histeria, como uma forma de representação médica e social do feminino, reflete a tentativa de classificar e restringir os corpos das mulheres dentro de padrões predefinidos, reduzindo sua subjetividade e autonomia. Sob essa perspectiva, a histerização funciona como um mecanismo de disciplina e controle, perpetuando uma série de estereótipos de gênero e marginalizando as mulheres ao restringir suas manifestações de desejo e expressão individual. Essa análise crítica de Foucault (2011) sobre a histerização do corpo feminino destaca a importância de desvelar as construções sociais que moldam as experiências das mulheres e questionar as estruturas de poder que perpetuam essas dinâmicas:

A nova moralidade burguesa, tão bem definida por Rousseau no *Emílio* (1762), tinha na mulher o seu principal sustentáculo, pois seguindo a ordem 'natural' das coisas, sendo o homem mais forte, ágil e inteligente, estava voltado para o mundo da política e dos negócios, enquanto a mulher, seu complemento natural, por ser mais fraca, passiva e emocional, deveria dedicar-se ao espaço regenerador da alma masculina, o lar (MARTINS, 2004, p. 41).

Neste sentido, a menstruação foi vista como exemplo da relação entre fisiologia e patologia femininas. O fenômeno era inicialmente interpretado como uma forma de purificação, principalmente por conta do acúmulo excessivo de sangue no corpo – mas no século XIX, como até mesmo Dr. Cardozo em sua tese, a explicação passou a estar associada à ovulação. No decorrer do século XIX, a medicina sustentava a crença de que a supressão da menstruação acarretaria uma série de desafios emocionais para as mulheres, uma vez que se acreditava que o útero e o sistema nervoso estavam interligados (SAMPAIO; MEDRADO; MENEGON, 2021, p. 4). Nesse contexto, entendia-se que o útero tinha um papel central na saúde mental das mulheres. A ideia era que o útero poderia se deslocar dentro do corpo e, quando isso acontecia, viabilizava sintomas como ansiedade, depressão e comportamento errático. Essas "simpatias"<sup>105</sup> entre o útero e os problemas emocionais oriundos do

---

<sup>105</sup> Segundo outro médico brasileiro dos Oitocentos, Cândido Brandão de Souza Barros (1840, p. 5), “simpatia é a relação que existe entre as ações de dois ou mais órgãos, mais ou menos remotos e que estabelece entre eles uma sorte de associação, por meio da qual a vitalidade de uns se acha modificada pelo estado mórbido ou fisiológico dos outros”. Neste sentido, a teoria fornecia espaço a concepções moralistas por parte dos médicos, que viam a simpatia não apenas como uma relação física entre órgãos, mas também como uma expressão do caráter e comportamento moral das pessoas, especialmente mulheres. Por exemplo, acreditava-se que uma pessoa de caráter íntegro e virtuoso teria órgãos

sistema nervoso foram usadas para justificar a associação entre as mulheres e a loucura. Era como se a condição emocional das mulheres estivesse diretamente relacionada ao funcionamento do útero:

No entanto, Cardozo e outros médicos, ao tratarem da menopausa, admitiram que, na verdade, a mulher vivia, em sua fase reprodutiva, certo equilíbrio. Ao entender que se “as funções do utero vivem, e vivem muito ligadas com as dos outro órgãos”, quando a mulher entra no climatério e a “harmonia desaparece, é obvio que o desenvolvimento de um grande numero de molestias deve effectuar-se” (CARDOZO, 1849, p. 13). Destarte, tanto na época reprodutiva quanto no fim desta, a medicina apontou que a mulher sofreria por conta da desordem e desarmonia de seu organismo, sendo vítima de diversas doenças.

Se na juventude a mulher era emocionalmente instável, a ausência de sangue remetia “à velhice e à deterioração do corpo da mulher” (SAMPAIO; MEDRADO; MENEGON, 2021, p. 5). Assim, as concepções médicas do século XIX não apenas patologizaram a experiência feminina, mas também conseguiam restringir a autonomia das mulheres e justificavam a exclusão delas de várias esferas da sociedade. Contribuindo para a construção de estereótipos que limitavam o acesso das mulheres a posições de poder, argumentando que suas emoções e natureza "volúvel" as tornavam inadequadas para cargos de responsabilidade, por exemplo. A representação da menopausa como um estágio de degradação contribuiu para a marginalização das mulheres nessa fase de suas vidas, envolvendo também a questão de perda dos atrativos que só eram encontrados na juventude. Isso resultou na falta de compreensão das mudanças hormonais e psicológicas que ocorrem durante a menopausa, frequentemente levando a diagnósticos imprecisos e agravamento do estigma em torno da saúde mental das mulheres nessa fase.

Envelhecer com sabedoria era unissonamente a recomendação médica. As prescrições médicas e filosóficas refletiam a crença de que a menopausa oferecia às mulheres a oportunidade de explorar outros aspectos da sua identidade. Os médicos e pensadores da época acreditavam que, uma vez que as preocupações com a reprodução fossem superadas, as mulheres poderiam direcionar sua energia para atividades altruístas, como obras de caridade e beneficência. Isso era visto como uma forma de contribuição enriquecedora para a sociedade e como um caminho para adquirir sabedoria (MARTINS, 2004, p. 247). Essa transição na vida da mulher, segundo Michelet (1995 *apud* MARTINS, 2004, p.

---

"simpatizantes" saudáveis, enquanto aqueles com vícios e comportamentos imorais poderiam sofrer de desequilíbrios orgânicos. Essa perspectiva médica estava enraizada em tradições antigas e na visão holística do corpo humano como uma expressão de sua virtude ou depravação. No entanto, com o avanço da ciência médica ao longo do século XX, essa abordagem gradualmente deu lugar a uma compreensão mais objetiva e baseada em evidências da medicina, na qual os fatores biológicos e genéticos passaram a ser considerados como causas predominantes das doenças.

168-169), representava uma oportunidade única para a autotransformação. Era o momento em que ela podia se descobrir de forma mais profunda e independente, muitas vezes estabelecendo novas amizades e explorando sua criatividade de maneira mais original.

A menopausa, para muitos homens de ciência, simbolizava uma fase de tranquilidade, estabilidade emocional e a possibilidade de adquirir sabedoria. A tese de Cardozo parece corroborar com o pensamento em voga, entendendo que os afetos não são mais movidos pelas paixões ardentes da juventude, mas antes por sentimentos considerados nobres. No entanto, a limitação dessas ideias residia no fato de que a menopausa era vista como uma espécie de "fim" da vida feminina, em termos reprodutivos. Não à toa, o médico afirma: “é nesta época que a sua constituição se aproxima á do homem” (CARDOZO, 1849, p. 9). Martins (2004, p. 168) concebe que, por conta de tal comparação da mulher climatérica a um “homem disfarçado”, foram poucos os estudos dedicados especificamente à menopausa. O interesse médico do corpo feminino estava dedicado ao período no qual a mulher exercia sua principal função, afinal, a de reproduzir:

É interessante que com a questão da menopausa continuava em cena a preponderância da função reprodutiva para o organismo e para a vida da mulher. É por meio da reprodução que a mulher se distingue do homem e tem um papel na sociedade. As referências a respeito da menopausa apenas confirmam essa ideia, mostrando como aquelas que já não podem mais reproduzir se transformam em ‘divindades secundárias’ que ‘já não possuem adoradores’ (ROHDEN, 2001, p. 137).

A partir do encerramento desta incumbência, a mulher desapossar-se-ia de seu estatuto de fêmea, acometida por emoções instáveis, e trataria, segundo Cardozo, de “aperfeiçoar cada vez mais suas qualidades”, tendo seus atos o “sêllo da razão e da prudencia” e seu tato moral “mais delicado, seo coração mais firme” (CARDOZO, 1848, p. 9).

Sustentavam os médicos do Dezenove que o corpo e a moral femininos possuíam íntimas conexões, e é justamente por tal fato que Cardozo desenvolveu uma série de prescrições terapêuticas, associando tratamentos localizados, dietas alimentares e banhos à tratamentos de ordem moral. Geralmente, proibiam-se “leituras de romances, reuniões íntimas com amigas, para evitar conversações sobre paixões que pudessem despertar a imaginação, além de bebidas alcoólicas e alimentos muito condimentados que excitassem o sangue.” (MARTINS, 2004, p. 39). Conforme aponta Rohden (2001, p. 118), entre os sintomas investigados para diagnosticar as perturbações da saúde da mulher, estava presente o fenômeno do “desejo sexual exagerado”, justamente por romper com o modelo de comportamento característicos das mulheres, em contraste com o dos homens. Desta forma, os textos

médicos e intelectuais do século XIX, negavam o corpo e atribuíam a sexualidade feminina somente à reprodução.

Na limitação das vestimentas às mulheres mais velhas, a preocupação de Cardozo não era direcionada apenas por uma questão de saúde, mas, principalmente, de moralidade feminina. Durante o século XIX, manuais de boas maneiras e condutas eram inseridos, também, nas concepções de higiene e de regras sociais (GUIMARÃES, 2003, p. 48). Os modos de comportamento também possibilitavam, aos estrangeiros, nivelar-se aos seus pares europeus e distinguir-se do restante da população, considerada menos civilizada pelas classes altas da sociedade brasileira dos Oitocentos. Esta restrição às vestimentas atendia um padrão burguês de comportamento, conforme apresenta Lima (1995, p. 131):

Daí o apreço da burguesia pelos rigorosos padrões de moralidade e probidade, pela vida familiar, pela honradez e respeitabilidade, a preocupação com as aparências e com os símbolos de distinção, na medida em que esses valores contribuíam para a fixação de nomes de família, de marcas, potencialmente capazes de substituir os antigos títulos de nobreza

A burguesia ascendente empenhou-se em garantir as suas novas posições, buscando a sua legitimação através de alguns símbolos que distinguiam quem era burguês de quem não era (LIMA, 1995, p. 130). Usar roupas adequadas não se tratava mais apenas de aparências, como ocorreu no século XVIII, mas também de vigor e de saúde. A nudez passou a ser castigada pelos médicos e moralistas, que desejavam corpos bem-vestidos e cobertos. Fernandes (2009, p. 1058) descreve as consideradas “boas práticas” em relação aos modos de vestir-se e portar-se das mulheres:

No espaço público, a mulher deve ocultar ao máximo suas partes íntimas. A conveniência ordena às mulheres da boa sociedade que sejam discretas, que dissimulem suas formas com códigos (variáveis, segundo o lugar e o tempo). O peito, as pernas, os tornozelos, a cintura constituem objeto de censuras que traduzem as obsessões eróticas de uma época e se inscrevem nas imposições da moda. Os cabelos, signo supremo da feminilidade, devem ser disciplinados, cobertos, por vezes, com véu. A mulher decente não deve erguer a voz. O sorriso é limitado.

Cardozo (1849, p. 16-17) ainda sugeriu que o uso de espartilhos por essas mulheres era contraproducente, pois desrespeitava as normas de modéstia que ele, como médico, considerava essenciais:

O que é ainda mais censurável é vermos que o amor das modas chega ao ponto de dormirem com os espartilhos, afim dos seios não perderem a sua forma, nem a sua firmeza ordinária. A este vaidoso trajar devemos attribuir o desenvolvimento dos cancros do seio, e da pthysica pulmonar, que tantas victimas faz.

A teoria da simpatia entre órgãos protagonizava um momento no qual as tentativas de explicar doenças como o câncer de útero recaíam em fatores morais, enfatizando a etiologia sexual. Cardozo (1849, p. 16-17) seguiu a tendência da época ao associar o câncer de mama à maneira como as mulheres na menopausa se vestiam. Além disso, para o médico, os vestidos apertados também só serviriam para privar a liberdade dos movimentos e comprimir fortemente as diferentes partes do corpo.

Ademais, foi a partir da vinda da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, com a criação das instituições acadêmicas imperiais, que a medicina se tornou uma prática legal, apresentando-se a partir de uma perspectiva higienista. Sérgio Buarque de Holanda (2010) considera que uma das consequências mais importantes da vinda da Corte para o Brasil foi o fortalecimento da influência britânica e a europeização dos costumes no país. Comparados com os médicos estrangeiros diplomados, além de sofrerem com a concorrência, as práticas populares de cura passaram a ser alvo de uma campanha de descrédito (MOTT, 2005, p. 119). O próprio termo “charlatanismo”, empregado algumas vezes por Cardozo (1849), era utilizado para designar tudo aquilo que não pertencesse à ciência dos médicos (GUIMARÃES, 2003, p. 26). Foi a partir do momento em que os médicos se persuadiram da sua responsabilidade sobre o controle do exercício da medicina que buscaram o apoio das autoridades imperiais para banir, de maneira mais agressiva, as práticas leigas de cura. Os manuais e teses de medicina populares da época foram utilizados para este fim, os quais, além de ajudarem a legitimar as práticas médicas recém institucionalizadas, também eram utilizados para aglutinar os leitores contra o charlatanismo (SOUZA, 2018, p. 9).

No entanto, nem todos tinham acesso à medicina institucionalizada e legal, uma vez que nessa época não existia um serviço público de saúde que abrangesse toda a população, principalmente os grupos que viviam isolados e afastados das áreas urbanas. Além disso, até o final do século XIX, “a reduzida corporação médica se concentrava na Corte do Rio de Janeiro e em Salvador, com expressão secundária nas capitais de algumas províncias, como Recife, Porto Alegre, Ouro Preto e São Paulo” (GUIMARÃES, 2003, p. 3). Portanto, por mais que Cardozo tivesse o intuito de elaborar uma tese universal, os seus múltiplos preceitos chegavam apenas a uma parte específica da sociedade: a das mulheres que viviam em ambientes urbanos e com uma elevada condição financeira.

Ademais, mesmo que as mulheres brasileiras, de uma realidade bem seleta – boas moças, de educação especial e acostumadas com os costumes das classes superiores –, estivessem disponíveis para instruírem-se a respeito da arte de partejar, a Ciência se constituiu, no século XIX, inteiramente

enquanto uma atividade masculina<sup>106</sup>. Acreditava-se que seria o homem o detentor de um intelecto mais desenvolvido, no qual seria possibilitada a razão, “a única faculdade mental que o levaria a conhecer e a dominar a Natureza numa infinita transcendência de si mesmo na produção da cultura e da civilização” (MARTINS, 2000, p. 40). Justamente por conta disso, os médicos dos Oitocentos foram colocados em posições privilegiadas em relação à verdade, que se demonstrava nos fatos observados nos laboratórios, autópsias e clínicas.

A figura feminina, antes uma abstração, assim foi colocada *ao dispor* do olhar médico para ser desvelada de acordo com métodos científicos e racionais, dentre os quais estava, por exemplo, a craniologia. Conforme o século avançou e as pautas raciais e sexuais se consolidaram de forma racista e misógina, alguns anatomistas se convenceram de que as diferenças entre os corpos masculino e feminino, de tão enormes que eram, colocavam o desenvolvimento da mulher em um menos avançado estágio de civilização (SCHIEBINGER, 1987, p. 63).

No guia de comportamentos elaborado por Cardozo, o médico inicialmente tomou a questão do ar que deve cercar a mulher: sua ação não se limitaria só à superfície da pele, uma vez que a mulher também possuiria a pele mais delicada, mas também se estenderia aos órgãos internos: se o ar “não for puro e livre o seu organismo por certo acusará os máos efeitos, que sobrevirão de sua influencia” (CARDOZO, 1849, p. 15). Neste sentido, foi aconselhado às mulheres que ficassem longe dos bailes, espetáculos, concertos e grandes reuniões, tendo em vista que o ar destes espaços seria pernicioso.

Os cirurgiões e médicos no Brasil constantemente estabeleciam relações entre o indivíduo doente, a natureza e a sociedade. Além de levarem em consideração as especificidades climáticas e geográficas de cada região, havia um cuidado em afastar a população de locais considerados nocivos. A medicina higienista do século XIX passa a isolar o sistema urbano e “medicalizar”<sup>107</sup> espaços de sociabilidade e tumultos.

---

<sup>106</sup> De acordo com Mott (2005, p. 118-119), no Brasil, até as primeiras décadas do século XIX, os partos não eram concebidos sem as parteiras, apenas em casos extremos as parturientes recorriam à enfermaria para dar à luz. Além disso, havia um vínculo próximo entre as gestantes e as parteiras, onde muitas eram nomeadas de “comadre”, palavra que demonstra afetividade e respeito. As parteiras também auxiliavam no pós-parto, no cuidado do corpo da gestante, na prevenção de doenças e no cuidado do recém-nascido.

<sup>107</sup> A medicalização da sociedade refere-se ao processo pelo qual as autoridades e profissionais de saúde do XIX passaram a exercer um controle mais direto e intervenções regulatórias em espaços públicos e sociais com o objetivo de promover a saúde pública e prevenir a disseminação de doenças. Isso envolveu a implementação de medidas sanitárias e regulamentos que visavam limitar a exposição da população a locais considerados insalubres ou propensos a surtos de doenças. Medicalizar espaços sociais significa, portanto, submeter esses locais a intervenções e regulamentações baseadas em princípios higiênicos, às vezes em detrimento da liberdade e autonomia individuais.

## Considerações finais

Através da análise da tese *Considerações acerca da idade crítica da mulher*, escrita por Dr. José Luiz Cardozo em 1489, objetivou-se analisar o papel da medicina recém institucionalizada no controle das mulheres na menopausa. No século XIX, os profissionais da saúde incessantemente buscavam investigar o corpo feminino a partir da reafirmação das diferenças naturais e imutáveis entre os sexos. Neste contexto, a puberdade era vista como o oposto da menopausa: enquanto aquela representava a “primavera” do corpo feminino, com a chegada dos atributos necessários para a maternidade, a menopausa era a perda desses atributos. Por isso Cardozo (1489) tomou o cuidado de sempre diferenciar as mulheres que estão na juventude das mulheres mais velhas, sendo que ambas deveriam desempenhar funções relativas à sua própria idade.

Essa diferenciação não ficou restrita somente ao plano biológico, mas também ao plano social e moral das mulheres. A tese de Cardozo, que recebeu influência da mentalidade médica da época e da burguesia ascendente, atuou como um projeto de organização social. Ao excluir mulheres mais velhas dos espaços públicos, direcionava-as à esfera doméstica e materna. Tudo isso, somado ao crescente movimento de patologização do corpo feminino e da moralidade e probidade dos Oitocentos, atuou como um mecanismo médico de controle ao corpo feminino. Nesse sentido, as prescrições também ditavam quais vestimentas utilizar, quais lugares frequentar e onde não ir, as leituras a serem realizadas, refeições a serem feitas, entre outros.

As produções médicas do período também buscaram deslegitimar as práticas populares de curas, as quais, por vezes, eram protagonizadas por mulheres, assim passando a serem relacionadas à incompetência médica e ao “charlatanismo”. Com a masculinização das práticas médicas, a medicina consolidou-se de forma racista e misógina, controlando espaços de sociabilidade e outras práticas do período que não atendiam a moralidade médica e o padrão burguês de comportamento. Por mais que Cardozo (1489), não tenha diferenciado mulheres das classes baixas e das classes altas em sua tese, suas prescrições só puderam ser praticadas por aquelas que viviam em centros urbanos e possuíam condições financeiras para aderir ao estilo de vida proposto.

### Referências bibliográficas:

- FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis: Revista de Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2009, p. 1051-1065. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVyvMwKjphVxxh3HT9crmf/>. Acesso em: 26 set. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular do império**. Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, ago. 2003. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6128>. Acesso em: 29 set. 2023.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O processo de emancipação. In: **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- JURADO, Manuela Álvares. Médecine pour femmes et rôle des femmes dans la médecine du XIX siècle : publication, traduction et adaptation de traités et de manuels. **Synergies Espagne**, v. 1, n. 12, 2019, p. 75-89.
- LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro, **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, p. 44-96, nov. 1995 - fev. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tQF6yH5DFS8d5BRfXX5YJdJ/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 29 set. 2023.
- LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.3, jan-dez. 1995, p. 129-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5321/6851>. Acesso em 15 jun. 2023.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Menopausa e Climatério**. Biblioteca Virtual em Saúde, set. 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/menopausa-e-climaterio/>. Acesso em: 19 set. 2023.
- MOTT, Maria Lucia, Parteiros: o outro lado da profissão. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2005. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/02112009-122909mott.pdf>. Acesso em: 27 set, 2023.
- ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 101-125, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/XrT4FHsQ9PQm6yJpM3Dmxsc/#>. Acesso em: 18 set. 2022.
- ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SAMPAIO, J. V; MEDRADO, B. MENEGON, V. M. Hormônios e Mulheres na Menopausa. *Psicologia: Ciência E Profissão*, n. 41, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229745>. Acesso em: 18 set. 2023.

SCHIEBINGER, Londa. Skeletons in the Closet: The First Illustrations of the Female Skeleton in Eighteenth-Century Anatomy. In: GALLAGHER, Catherine; LAQUEUR, Thomas (org.). **The Making of the Modern Body**. Berkeley: University of California Press, 1987. p. 42-82.

SOUZA, Cássia Regina Da S. Rodrigues de. **Aconselhando as mães**: uma análise dos manuais de medicina doméstica através da Guia Médica das Mães de Família. Dissertação [Mestrado] – Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33412>. Acesso em 27 set. 2023.

**Fonte:**

CARDOZO, Jose Luiz. **Considerações acerca da idade crítica da mulher**. 1849. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or139794/or139794.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or139794/or139794.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

# Continuidade das Estruturas Hierárquicas no Pós-Abolição: Uma Análise da Trajetória das Mulheres Negras Recém-Libertadas no Âmbito Doméstico

Continuity of Hierarchical Structures in the Post-Abolition: An Analysis of the Trajectory of Newly Freed Black Women in the Domestic Environment

Ana Victoria Leite Rocha

Graduanda em História

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

anavictoriarocha152@ufpi.edu.br

**Recebido:** 27/11/2023

**Aprovado:** 12/08/2024

**Resumo:** Este artigo investiga a persistência das estruturas hierárquicas após a emancipação dos ex-escravizados em 1888, destacando que, apesar da libertação formal pela Lei Áurea, muitos continuaram a ocupar posições subalternas. Focalizando especialmente nas mulheres negras recém libertadas, através de uma revisão bibliográfica abrangente, evidencia-se a falta de transição nas relações sociais dessas sujeitas, que permaneceram presas às mesmas funções que desempenhavam enquanto escravizadas. Buscando embasamento em estudos relevantes sobre a temática, este artigo demonstra que, mesmo após a abolição da escravidão, essas mulheres enfrentaram desafios significativos ao permanecerem nos mesmos contextos laborais, ressaltando-se a complexidade da efetiva transformação social após o fim da escravidão. Analisar o significado prático da liberdade na vida social das mulheres ex-escravizadas é crucial para compreender sua relação com o trabalho, especialmente no âmbito doméstico.

**Palavras - chave:** Pós abolição; Ex-escravizadas; Serviço doméstico.

**Abstract:** This article investigates the persistence of hierarchical structures after the emancipation of former slaves in 1888, highlighting that, despite formal liberation under the Lei Áurea, many continued to occupy subordinate positions. Focusing especially on recently freed black women, through a comprehensive bibliographical review, the lack of transition in the social relations of these subjects is evident, as they remained trapped in the same roles they performed while enslaved. Seeking support in relevant studies on the subject, this article demonstrates that, even after the abolition of slavery, these women faced significant challenges when remaining in the same work contexts, highlighting the complexity of effective social transformation after the end of slavery. Analyzing the practical meaning

of freedom in the social lives of formerly enslaved women is crucial to understanding their relationship with work, especially in the domestic sphere.

**Keywords:** Post abolition; Formerly enslaved; Domestic Service.

## **O Pós-abolição e a criação de mecanismos de exclusão dos recém - libertos no início do século XX - A lei da Vadiagem**

Ao término do processo de abolição da escravatura e da instauração da República no Brasil, as populações afrodescendentes encontraram-se inseridas em um novo regime que negligenciou a erradicação das heranças deixadas pelo sistema escravista. As relações de trabalho assalariado, que estavam em desenvolvimento no início do século XX, os excluíram sob a alegação de que não estavam aptos para assumir as responsabilidades do trabalho livre assalariado.

A história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, após a abolição da escravidão, começou com divisões claras. Por um lado, houve a formação em massa de trabalhadores urbanos nas fábricas e indústrias, principalmente através da política de imigração europeia<sup>108</sup>. Por outro lado, havia uma grande massa de homens e mulheres recém-libertos, sem perspectivas claras de inserção no mercado de trabalho considerado "qualificado".

Nesse contexto, mesmo com a abolição da escravidão em 1888, o país negligenciou, em grande medida, a situação dos negros e negras, não lhes proporcionando qualquer tipo de reparação histórica e social aos recém libertos. Para a população negra, o 13 de Maio representava uma "farsa", pois, após a promulgação da lei, o Brasil não implementou mecanismos de inserção social para a integração dos recém-libertos na sociedade. Pelo contrário, foram estabelecidos mecanismos de exclusão e marginalização da população negra recém-liberta.

Constituindo-se como uma força de trabalho subvalorizada para as atividades urbanas e desprovidos de terras para cultivar, os recém-libertos que optaram por não permanecerem sob a

---

<sup>108</sup> No período pós-abolicionista, a erradicação da “mancha negra” foi uma estratégia central, embora suas formas variem dependendo do contexto. O Decreto de Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, estabelecia que: “Art. 2. Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1945).

dominação de seus antigos senhores, enfrentaram a necessidade de tentarem a própria sorte ao tentarem integrarem-se como assalariados no campo ou nas áreas urbanas.

Desse modo, uma parte significativa desses grupos migraram para os centros urbanos, e muitos não conseguiram encontrar colocação no mercado de trabalho formal, resultando em uma situação de desalento, com indivíduos perambulando pelas cidades ou buscando meios de subsistência no mercado informal, sujeitando-se a empregos precários e salários reduzidos. Como afirma o historiador Sidney Chalhoub:

Esse esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal “mercado de trabalho”, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc. (CHALHOUB, 2001. p.62)

No contexto da transição do modelo escravista para a ordem capitalista, o Estado, em colaboração com as elites burguesas dos principais centros urbanos, empenharam-se em estabelecer uma ética trabalhista que orientasse os processos de formação moral e a construção de valores nos indivíduos. Dessa forma, criou-se uma identidade para o que deveria ser considerado o trabalhador brasileiro, buscando distanciar-se das mazelas históricas de um país que havia sustentado o modelo de trabalho compulsório por mais de 200 anos.

Assim sendo, a concepção do trabalho deveria ser dissociada da matriz escravista da sociedade, assumindo uma conotação positiva, na qual a posse de propriedade privada, bens materiais e recursos monetários deveriam ser vistos como um indicador de ética pessoal. Essa mudança se deve, em grande medida, à percepção dos líderes da sociedade de que a abolição da escravidão havia gerado uma certa desordem, principalmente pela preocupação com o comportamento dos recém-libertos, que ganharam a nomenclatura de “classes perigosas”.<sup>109</sup>

Dessa maneira, foram desenvolvidos instrumentos para controlar essa população emergente do sistema escravista, que, incapaz de integrarem-se como trabalhadores assalariados, foram percebidos como despreparados para a vida em sociedade, e principalmente, para o trabalho assalariado. Segundo as classes dominantes, esses indivíduos estavam permeados por vícios e careciam de noções de sociabilidade que a experiência da escravidão não foi capaz de desenvolver.

---

<sup>109</sup> Conforme assinala Sidney Chalhoub em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim* (4ª ed., Unicamp, 2021, p. 67), a Lei de 13 de Maio era percebida como uma ameaça à ordem, pois nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e hábitos com consequências imprevisíveis.

Como resultado, durante a República Velha (1889-1930), a tipificação penal da vadiagem<sup>110</sup> foi utilizada como meio de promover uma limpeza urbana e racial, visando controlar os libertos e impondo-lhes um novo estigma. Um exemplo concreto dessa prática pode ser observado no Código Criminal de 1830, o único em vigor durante o Império, e no Código Penal de 1890, o primeiro adotado pela República. Como afirma, Chalhoub:

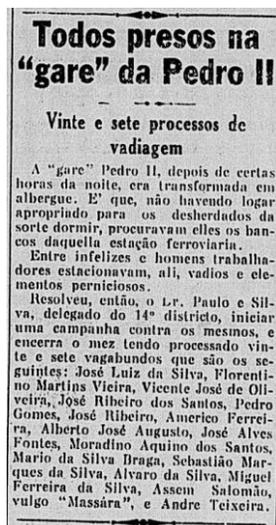
Outro momento importante nesse processo de construção da ideologia do trabalho é a elaboração do conceito de vadiagem: com todo o alarmismo e os exageros característicos destes homens quando discutem assuntos que supostamente ameaçam o seu mundo, o esforço agora é pela afirmação do ainda hoje poderoso mito da preguiça inata do trabalhador nacional. (CHALHOUB, 2001. p.73)

O trecho mencionado chama a atenção para a situação das populações negras libertas durante o período pós-abolição da escravidão no Brasil. O conceito de vadiagem foi utilizado como um mecanismo de controle social dessas populações recém-libertas. As elites dominantes e as autoridades políticas empenharam-se em retratar os negros libertos como indivíduos preguiçosos e inclinados à ociosidade, reforçando, assim, o mito da preguiça inata do trabalhador negro. Essa narrativa serviu como justificativa para a marginalização e exclusão social dessas populações, negando-lhes acesso ao trabalho digno e aos direitos civis básicos enquanto cidadãos.

Ao vincular a ideia de vadiagem à população negra, as elites reforçaram estereótipos racistas que perpetuaram a desigualdade e a discriminação. Dessa maneira, o conceito de vadiagem foi utilizado como uma ferramenta de controle social, com o intuito de manter as estruturas de poder estabelecidas e impedir a ascensão social das populações negras libertas. A imagem abaixo mostra o jornal "O Carioca A Noite" de 1929, que relata uma notícia sobre a prisão de pessoas por vadiagem na Estação D. Pedro II, atualmente conhecida como Central do Brasil.

---

<sup>110</sup> A vadiagem foi um crime previsto no Código Criminal de 1830, o único do Império, e no Código Penal de 1890, o primeiro da República. Deixou de ser crime em 1940, quando Vargas assinou o Código Penal que está em vigor até hoje. Fonte: Agência Senado.



Jornal carioca A Noite noticia em 1929 prisão de pessoas por vadiagem na Estação D. Pedro II, atual Central do Brasil. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Com a chegada da imigração europeia, especialmente de italianos, destinados às regiões cafeeiras de São Paulo no início do século XX, as indústrias brasileiras direcionaram sua preferência para essa mão de obra. Essa predileção baseava-se na percepção de que o europeu branco personificava o ideal de indivíduo virtuoso que o Brasil buscava projetar: um trabalhador branco com aspirações capitalistas, cuja posse de recursos monetários refletia a conformidade com a ordem social vigente.

Nesse contexto, evidencia-se a contradição entre as normas disciplinares que compeliram o indivíduo ao trabalho, como exemplificado pela lei da vadiagem, e os mecanismos de exclusão social direcionados às camadas negras recém-libertas e economicamente desfavorecidas da sociedade. Assim, torna-se perceptível o discurso de aversão à pobreza.

Considerando essas observações, revela-se que a trajetória profissional desses indivíduos estava majoritariamente direcionada para ocupações consideradas "subalternas", sendo a categoria doméstica a mais proeminente. Conforme os dados censitários de 1890 indicam, "mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos, totalizando 89 mil, estavam inseridos nos setores dinâmicos do comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas", enquanto 48% dos não-brancos economicamente ativos estavam empregados em serviços domésticos, o que evidencia uma concentração significativa nessa esfera ocupacional<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Chalhoub, Sidney. **Lar, Trabalho e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque* (1890-1920). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 80

Em síntese, o período pós-abolição não acarretou alterações significativas na dinâmica social das populações anteriormente escravizadas. Ao investigarmos os processos de exclusão social, é comum concentrarmos nossa análise principalmente nas figuras masculinas, o que em parte justifica essa marginalização.

No entanto, ao voltarmos nossa atenção para as mulheres negras recentemente libertas, surge uma indagação pertinente: quais eram suas condições? Diante das condições já degradantes enfrentadas pelos homens negros libertos, é crucial compreender como as ex-escravizadas se situavam, considerando que muitas vezes não eram reconhecidas como sujeitas autônomas nesse contexto do pós-abolição. Desde o início, é perceptível que, apesar da emancipação legal, muitas delas permaneceram nos mesmos lares de seus antigos senhores.

Como consequência, não ocorreram transformações substanciais nas categorias e posições sociais das populações negras, especialmente no caso das mulheres negras ex-escravizadas. Dessa maneira, o tópico subsequente visa explorar mais detalhadamente a situação dessas sujeitas durante o período em estudo.

### **Pós abolição: Mulheres Negras e Serviço doméstico**

No final do século XIX, o trabalho doméstico tornou-se uma necessidade crucial para a subsistência. Com o término da escravidão, o panorama do trabalho passou por mudanças jurídicas substanciais, e aqueles que anteriormente haviam sido escravizados conquistaram a liberdade. A inserção dessa mão-de-obra emancipada, no início do século XX, nas principais cidades, como a então capital, o Rio de Janeiro, ocorreu principalmente através das atividades domésticas. Nessas áreas urbanas, o trabalho doméstico desempenhou um papel central nas relações estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas.

As mulheres negras, agora emancipadas, passaram a assumir responsabilidades domésticas sob novos arranjos sociais, frequentemente formalizados por meio de contratos de prestação de serviços. Adicionalmente, algumas ex-escravas, sem terem para onde ir, permaneceram exercendo as mesmas funções de cuidado com o lar e da família patriarcal em colaboração com seus antigos senhores.

Conforme destacado pela historiadora Bergman de Paula Pereira (2011, p. 2), ao analisarmos a concretude dos sujeitos femininos na memória histórica, percebemos que a presença das mulheres negras esteve intrinsecamente ligada à Casa Grande. Segundo Pereira, "a esfera privada de socialização, representada pela grande casa patriarcal, emergiu como o principal lócus de domesticação para as mulheres escravizadas, sendo essas mulheres responsáveis por assegurar o funcionamento eficiente da Casa Grande". Depreende-se que, nesse contexto, o lar tornou-se um espaço onde as mulheres negras desempenharam funções essenciais, sendo responsáveis por garantir o funcionamento da casa. Suas contribuições foram muitas vezes invisibilizadas, apesar de terem sido vitais para sustentar a dinâmica familiar e atender às demandas da vida na sociedade pós-escravocrata.

Assim sendo, para abordarmos a questão do trabalho doméstico no início do século XX, é necessário entender seu surgimento, bem como sua história e desdobramentos. Nesse sentido, a tese *“Criados, Escravos e Empregados: O Serviço Doméstico na Construção da Modernidade Brasileira” (1850-1920)*, da historiadora Flávia Fernandes de Souza, oferece uma análise fundamental para o entendimento conceitual do serviço doméstico no contexto em estudo. Segundo a autora, havia uma indefinição sobre quem eram as trabalhadoras domésticas. Isso ocorreu porque, ao longo desse extenso período histórico – com variações regionais – o setor do trabalho doméstico começou a ganhar maior visibilidade pública, especialmente através da imprensa.

Além disso, uma série de atividades foram consideradas como ocupações domésticas, incluindo trabalhadores do comércio e carregadores de água, também se inclui o caso das donas de casa, que puderam ter sido classificadas como pertencentes ao grupo do “serviço doméstico”, embora não necessariamente prestassem serviços em outros domicílios. Desse modo, a autora diferencia os termos “serviço doméstico” e “trabalho doméstico”, segundo ela:

São “trabalho doméstico” ou “serviço doméstico”, que denominaram a natureza do trabalho em questão, e “empregado(a) doméstico(a)” ou “criado(a) doméstico(a)” – variáveis de acordo com o período histórico que se aborda –, para denominar os trabalhadores que executam ou realizavam aquele tipo de trabalho ou de serviço. Cada uma dessas expressões carrega, no entanto, significados sociais que requerem certo cuidado no uso, bem como uma compreensão mais ampla dos sentidos históricos envolvidos. (SOUZA, 2017, p. 53)

Mas, voltando à questão da preferência pelo uso do termo “serviço doméstico”, como forma de denominação das relações de trabalho doméstico, uma terceira possibilidade a ser considerada, e talvez a mais importante, seja a de que essa pode ser uma maneira mais efetiva de diferenciação entre os tipos de “trabalhos

domésticos” existentes. Ou seja, entre o trabalho doméstico que é realizado nos domicílios por um ou mais membros de um núcleo familiar para a subsistência desse mesmo grupo social; e o trabalho doméstico que é realizado por terceiros no domicílio alheio, por meio de atividades de asseio, de cuidado e de manutenção de um núcleo familiar que não é o seu de origem. Neste último caso, como esclarece a socióloga colombiana Magdalena León, o “trabalho doméstico” se converte em “serviço doméstico”, que pode ou não ser remunerado monetariamente, dependendo do contexto histórico e da formação social.. O uso da designação “serviço doméstico” pode assim auxiliar na compreensão e na distinção de trabalhos que, embora sejam de natureza semelhante, são marcados por relações sociais diferentes. (SOUZA, 2017, p. 59)

Diante do exposto, é contundente assinalar que, antes de enfatizar a trajetória da atividade doméstica no Brasil, é fundamental compreender a distinção entre "serviço doméstico" e "trabalho doméstico", situando-os no espaço e no tempo histórico. Conforme a mencionada autora, nos primeiros recenseamentos brasileiros, muitas imprecisões foram encobertas no que diz respeito a essa categoria ocupacional, e, em diversos casos, surgiam dúvidas quanto à definição de quem seriam os "servidores domésticos".

Assim sendo, estabeleceu-se uma distinção entre o trabalho doméstico realizado por um núcleo familiar para a sua própria subsistência e o trabalho doméstico executado por terceiros em um domicílio alheio, pertencente a um núcleo familiar distinto do seu de origem. O termo "trabalho doméstico" foi entendido de maneira ampla e não correspondia necessariamente a uma prática de vínculo empregatício. Já o termo "serviço doméstico" foi considerado mais apropriado para descrever o trabalho de prestação de serviços em um lar que não é o seu de origem.

Dessa forma, embora, à primeira vista e sob uma perspectiva contemporânea, essas expressões não pareçam apresentar muitas diferenças, uma análise mais detalhada pode revelar questões que tornam um termo mais adequado do que o outro para abordar o tema em estudo.

Além disso, é crucial ressaltar que o trabalho doméstico no Brasil teve suas raízes históricas firmemente estabelecidas durante o período colonial e imperial, no qual a atividade doméstica estava inserida dentro do trabalho escravo, predominantemente desempenhada por mulheres negras. Nesse cenário, as "criadas" domésticas desempenhavam papéis essenciais, abrangendo uma variedade de funções, como mucamas, amas de leite, costureiras, aias, pajens, cozinheiros, além de assumir responsabilidades como cuidar dos filhos dos senhores, transmitir recados, servir à mesa, receber visitas, entre outras.

Embora o serviço doméstico fosse uma prática comum nos ambientes rurais, especialmente em residências de engenhos e fazendas, foi nos grandes centros urbanos que a atividade doméstica se destacou de maneira proeminente, ou, pelo menos, recebeu mais atenção nos estudos históricos. Nessa perspectiva, o serviço doméstico no pós-abolição adota características notavelmente semelhantes à estrutura escravista que predominou no período anterior.

Em relação a esse tema, a historiadora Sílvia Lara destaca a concepção equivocada de que as ex-escravizadas passaram por uma fase de "transição", na qual supostamente saíram de sua condição de propriedade privada e adentraram à lógica do trabalho assalariado. Em suas palavras:

De modo geral, a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas da "transição" e da substituição encarregam-se de afastar as ex-escravizadas da cena histórica. Diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo corroborado pelos paradigmas que governavam a explicação histórica na bibliografia sobre a escravidão e sobre os "trabalhadores." (LARA, 1998, p. 32)

Frente a isso, ao abordar a temática do serviço doméstico no início do século XX, é crucial romper com paradigmas que veem o pós-abolição como uma "ruptura" entre o mundo do trabalhador escravizado e o universo do trabalho assalariado. Essa abordagem romântica se distancia da realidade enfrentada principalmente pelas ex-escravizadas. Ao direcionarmos nosso olhar para o período de transição da escravidão para a abolição no Brasil, encontramos o ponto de partida para desvendar as complexidades envolvendo o trabalho doméstico em todos os momentos subsequentes, especialmente nas questões interligadas de raça, classe e gênero.

A resistência à mudança estrutural efetiva, conforme aponta Lara, evidencia as limitações das narrativas que sugerem uma transição entre as condições sociais das ex-escravizadas e suas funções subsequentes como servidoras domésticas, no início do século XX.

A complexa questão racial permeia profundamente o cenário do trabalho doméstico, manifestando-se historicamente por meio de disparidades de cor. Predominantemente, observamos que eram as mulheres negras, anteriormente escravizadas, que, após a emancipação, encontravam no cuidado das residências de seus ex-senhores brancos a única opção para garantir sua subsistência. Nesse contexto, a interseccionalidade de triplas opressões torna-se evidente, com as dimensões de raça, classe e gênero entrelaçadas de maneira intrincada.

A dimensão racial é destacada pela predominância das mulheres negras nesse cenário, refletindo uma continuidade histórica que as manteve à servidão doméstica mesmo após a "transição"

para a liberdade. A libertação não significou, para muitas delas, uma verdadeira liberdade, mas sim a transição para uma forma de trabalho que reproduzia as estruturas de poder estabelecidas durante a escravidão.

A dimensão de classe é igualmente premente, já que essas mulheres negras ocupavam consistentemente o estrato social mais baixo, enfrentando condições de vida majoritariamente marcadas pela miséria. Quando não eram as mulheres negras, as mulheres pobres também eram compelidas a aceitar empregos como domésticas, perpetuando assim a exploração desses estratos mais vulneráveis da sociedade.

Além disso, a dimensão de gênero é inegável, visto que, mesmo no início do pós-abolição, quando alguns homens desempenhavam o papel de servidores domésticos, novas opções de trabalho remunerado se apresentaram posteriormente para eles. Isso destacou a seletividade e as mudanças ao longo do tempo nos tipos de trabalhos disponíveis para homens e mulheres, enfatizando a interconexão complexa de fatores que moldaram e continuam a moldar historicamente, no Brasil, o cenário do trabalho doméstico como aquele que é desempenhado por mulheres negras.

Essa possibilidade de cargos não se estendeu igualmente às mulheres, tornando o serviço doméstico como uma das poucas opções para a busca de sustento. Ao examinar algumas características do trabalho doméstico nas primeiras décadas da República, torna-se indispensável abordar as iniciativas de regulamentação desse setor e os desdobramentos sociais associados. Flávia Fernandes, em sua pesquisa entre 1870 e 1900 na cidade do Rio de Janeiro, destaca que a problemática em torno da necessidade de regular os contratos entre amas e criadas emergiu no momento em que se vislumbrava o fim da escravidão:

Em pesquisa realizada entre os anos 1870 e 1900, na cidade do Rio de Janeiro, observou-se que a problemática em torno da necessidade de regular os contratos ou acordos entre amas e criados, bem como suas relações de trabalho, colocou-se para o poder municipal exatamente no momento em que se tornou evidente a proximidade do fim da escravidão. No período localizado entre o início dos anos 1880 e meados da década de 1890, foram encontrados dezenove projetos para a regulamentação do serviço doméstico na cidade. Destes, onze eram projetos de lei que foram elaborados e/ou discutidos por vereadores e intendentes e oito tratava-se de propostas feitas por diversos indivíduos (sobretudo negociantes, advogados e autoridades policiais) aos representantes do poder legislativo municipal para o estabelecimento de normas para os serviços prestados pelos criados, mas que não chegaram a ser oficialmente discutidas (SOUZA, 2017, p. 170-171).

Diante do exposto, o relato citado pela historiadora revela uma problemática persistente na década de 1900 para os representantes dos poderes municipais, homens públicos e, sobretudo, para patrões e empregados domésticos no início do século XX. Tratava-se, portanto, do discurso da regulamentação das "criadas de servir", como eram chamadas as empregadas domésticas naquele contexto. A crença na existência de uma desordem significativa entre essas prestadoras de serviços gerava desconfiças por parte dos patrões.

Nesse período, a regulamentação era frequentemente apresentada na imprensa como uma necessidade imposta pela abolição. Isso visava justificar o suposto caráter das trabalhadoras domésticas, muitas vezes vistas como pessoas "viciadas", "desonestas" e "imorais", acusadas de cometer diversos crimes, como roubos, especulações e depravações. A associação com a abolição destacava a necessidade percebida pelos patrões e representantes do poder político de criar formas de controle sobre setores trabalhistas que historicamente são vinculados à escravidão.

Muitos discursos da época enfatizavam que a regulamentação do serviço doméstico surgia como uma alternativa para reprimir a ociosidade e a vadiagem, tornando-se um instrumento disciplinador das empregadas domésticas. Em outras palavras, a regulação das relações de serviços domésticos não deveria apenas reprimir a falta de trabalho, mas também disciplinar as trabalhadoras dentro de regras específicas, considerando sua suposta desqualificação.

Esse enfoque buscava garantir que as empregadas não apenas trabalhassem, mas também agissem e se comportassem de acordo com as expectativas da época. Para obter controle sobre essas trabalhadoras, adotou-se a prática das cadernetas<sup>112</sup>, uma espécie de carteira de trabalho que continha informações como dados pessoais básicos, histórico de trabalho com o ofício e empregador, bem como a postura da doméstica. Essa prática conferia ao patrão, mesmo que não fosse o empregador da doméstica, certo poder sobre ela. Se as atitudes da empregada desviassem do considerado correto pelo patrão, essas informações eram registradas nas cadernetas, prejudicando a doméstica em futuras oportunidades de trabalho.

É visível que nesse contexto a constatação de que a distribuição desigual das funções entre as recém-libertas com relação aos seus ex-senhores(as) já revelava uma notável hierarquização. A

---

<sup>112</sup> PEÇANHA, Natália Batista. "Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa": cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018.

mentalidade prevalecente no mercado de trabalho era a de destinar às mulheres negras (anteriormente escravizadas) a responsabilidade de cuidar dos lares.

O papel de empregada doméstica não apenas se configurava, em diversos casos, como a primeira oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mas também como uma das poucas alternativas disponíveis para essas mulheres. Portanto, ao longo da história, o trabalho doméstico no Brasil carrega consigo uma raiz histórica estrutural que liga o trabalho doméstico às práticas disciplinadoras e eugenistas ocorridas no início do século XX.

Dessa maneira, as trabalhadoras domésticas foram relegadas a uma condição de extrema marginalização, algo acentuado pelo fato de que esse setor só foi devidamente regulamentado 70 anos após a abolição da escravidão, em 2013, por meio da PEC das Domésticas, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Além disso, é crucial reconhecer que o trabalho doméstico representa o último resquício da escravidão na contemporaneidade.

Essa ocupação, frequentemente desvalorizada e desregulamentada, mantém vínculos históricos diretos com a exploração sofrida pelas pessoas escravizadas, evidenciando uma continuidade nas formas de subjugação enfrentadas, em especial, pelas mulheres negras.

A relevância da regulamentação, conquistada com a promulgação da PEC das Domésticas, reside não apenas na proteção dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, mas também na quebra de uma longa tradição de negligência em relação a esse segmento profissional. A atuação da presidenta Dilma Rousseff nesse processo foi crucial, pois sua administração desempenhou um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e na busca por justiça social, reconhecendo a necessidade urgente de garantir direitos e dignidade a uma categoria profissional historicamente desfavorecida.

### **Conclusão:**

Em síntese, a relevância dos estudos sobre as mulheres no Brasil destaca, especialmente, o papel marginalizado da mulher negra ao longo da história, uma realidade que persiste no presente, mesmo após a promulgação da PEC das Domésticas. Em diferentes épocas, as mulheres, em geral, foram praticamente invisíveis para o Estado, com suas funções sociais determinadas de acordo com os padrões de seus núcleos sociais e sob a influência do Estado. No caso específico da mulher negra,

a necessidade de ressignificação histórica é ainda mais premente, uma vez que esse grupo social nunca recebeu a devida importância em qualquer momento da trajetória histórica do país.

Essa reflexão destaca a urgência de reconhecer e reinterpretar as histórias das mulheres, especialmente das mulheres negras, revelando as camadas de opressão e invisibilidade que marcaram e ainda marcam suas vidas. Mesmo com a promulgação da PEC das Domésticas em 2013 durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, que representou um avanço significativo na regulamentação dos direitos dessas trabalhadoras, persistem desafios e formas contemporâneas de marginalização.

Portanto, ao considerarmos o papel da mulher, e especialmente da mulher negra, em nossa história, não apenas resgatamos suas contribuições negligenciadas, mas também enfrentamos as estruturas históricas que as relegaram à margem. Esses estudos não apenas iluminam o passado, mas também inspiram um compromisso contínuo com a promoção da equidade de gênero e o reconhecimento pleno da diversidade de vozes que moldaram e continuam a moldar o tecido social do Brasil.

### Referências bibliográficas:

BRASIL. **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/de-cret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/10/2023.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção dos mitos e a patologia social**. In.: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001. p.35-58.

LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Projeto História. São Paulo, vol. 16, fev. 1998. p. 25-38. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/1118>. Acesso em 15/10/2023.

PEREIRA, Bergman de Paula. **“De escravas ou empregadas domésticas – A dimensão social e o 'lugar' das mulheres negras no pós-abolição”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-Bergman](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman). Acesso em 20/10/2023.

SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Tese.583p. Rio de Janeiro: UFF, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1927>. Acesso em 20/10/2023.

## A dupla nacionalidade em Albert Camus: identidades e conflito de interesses durante a Revolução Argelina (1954-1962)

Dual nationality in Albert Camus: identities and conflict of interests during the Algerian Revolution (1954-1962)

**Raissa Efrem**

Mestrado em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

raissa.efrem@ufpe.br

**Recebido:** 27/11/2023

**Aprovado:** 20/08/2024

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo primordial dissertar acerca da dupla nacionalidade de Albert Camus, filho de francês, mas nascido na Argélia, e sobre como o seu conflito identitário influenciou nas opiniões emitidas pelo filósofo à data da Revolução Argelina (1954-1962). Ao contrário de outros pensadores da época, como Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, Camus não era a favor da independência da Argélia da maneira em que ela vinha sendo construída. Humanista, ele defendia o diálogo e a diplomacia, não uma revolução armada. O fio de Ariadne que nos guiou na escrita deste trabalho foram algumas crônicas escritas pelo próprio Camus, a exemplo de *Actuelles III* (1958); discussões acerca de identidade, com base em E. P. Thompson; e, também, leituras a respeito de nacionalismo, fundamentada, principalmente, em Homi Bhabha.

**Palavras-chave:** Palavras-chaves: Albert Camus; Argélia; Identidade.

**Abstract:** The main objective of this article is to discuss the dual nationality of Albert Camus, son of a Frenchman, but born in Algeria, and how his identity conflict influenced the opinions expressed by the philosopher at the time of the Algerian Revolution (1954-1962). Unlike other thinkers of the time, such as Simone de Beauvoir and Jean-Paul Sartre, Camus was not in favor of Algeria's independence in the way it was being constructed. A humanist, he defended dialogue and diplomacy, not an armed revolution. Ariadne's thread that guided us in writing this work were some chronicles written by Camus himself, such as *Actuelles III* (1958); discussions about identity, based on E. P. Thompson; and also readings about nationalism, based mainly on Homi Bhabha.

**Keywords:** Albert Camus; Algeria; Identity.

## Autoidentificação e autorreconhecimento: o *background* de Albert Camus.

Albert Camus, filho de Lucien Auguste Camus e de Catherine Hélène Sintés (um francês e uma espanhola - ambos também nascidos na Argélia), nasceu no assentamento de Mondovi, próximo à Argel, a 7 de novembro de 1913. Percebemos, então, que ele possuiu em sua vida influências culturais de, pelo menos, três países distintos: Espanha, França e Argélia. Com qual desses, então, o Camus mais se identificou e por que esse reconhecimento é relevante para a historiografia?

Falecido num acidente de carro em 1960, o autor estava presente em quase todo o momento em que a Argélia lutava por sua independência, numa guerra que transcorreu entre os anos de 1954 e 1962, como veremos em nossa segunda seção.

Para discutir o autorreconhecimento em Camus, primeiro precisamos compreender o fio condutor de sua constituição identitária, afinal, para haver autorreconhecimento é porque ele se percebe enquanto determinado sujeito X. O comparativo em questão separa a ascendência francesa do filósofo de sua infância na Argélia e com qual das duas Camus mais se identificou. Para propor qualidade ao debate, faremos uso dos estudos do marxista E. P. Thompson sobre identidade. Historiador, escritor e ativista político britânico (1924 -1993), é conhecido principalmente por seus trabalhos envolvendo a história social e política da Inglaterra. Foi profundamente influenciado pelo marxismo e acreditava que ele deveria ser uma ferramenta para a análise da história, mas não uma doutrina rígida que determinasse todas as respostas. Sua abordagem da história social, que enfatizava o papel ativo das classes trabalhadoras na transformação da sociedade, contrastava com a visão mais tradicional da história que se concentrava nas elites políticas e econômicas, rejeitando assim, explicitamente, a metáfora base/superestrutura e dedicou-se ao estudo das mediações culturais e morais.

Thompson desenvolveu uma abordagem do marxismo que enfatizava a importância da ação das classes trabalhadoras e da resistência popular na transformação social, perceptível, por exemplo, em *A formação da classe operária inglesa* (1963). Thompson argumentava que a história era criada por atores sociais que lutavam por mudanças em suas condições de vida e trabalho. No caso aqui presente, podemos tomar por atores sociais os árabes revolucionários da Argélia, que brigavam por sua independência.

Questiona-se, contudo, se podemos nos referir a eles enquanto classe. Ora, classe social, para Thompson, do ponto de vista histórico depende de dois fatores: identidade, ou seja, do estofo cultural

que dividimos com aqueles que convivemos durante a nossa formação; e de consciência, o momento em que percebemos o nosso papel e passamos a batalhar politicamente pelos nossos direitos. Os árabes possuíam o seu amparo cultural em torno do Alcorão, além de terem, em sua maioria, a consciência da necessidade de liberdade. Compreende-se, com isso, que a identidade é fundamental para formar a consciência de classe de um sujeito, dentre outros conceitos que constituímos ao longo da vida. A formação identitária de Albert Camus, por outro lado, por mais que tenha se moldado na Argélia, é oriunda de sua ascendência francesa. Ele, afinal de contas, via-se como francês.

Thompson ao conversar com os operários nas fábricas começou a estudar como esses indivíduos se percebiam, quais eram as suas identidades. Em que momento eles se constituíram em classe? O trabalho de Thompson foi envolvido por paixão, a luta dos seus alunos tinha respaldo histórico. Começou no movimento cartista até o enfrentamento do governo. Eles se formaram ao longo dos anos; tomaram consciência de uma identidade em comum e aderiram a uma ação política, se consolidaram, formaram um partido etc.

A classe, para Thompson, acontece quando alguns sujeitos, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências<sup>113</sup>. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 2002, p. 12)

Os árabes na Argélia, apesar de terem, cada um, a sua identidade individual, perceberam-se enquanto pertencentes a uma classe em comum: a de colonizados – classe a qual Camus não pertencia ou não se identificava. A partir dessa tomada de consciência enquanto agentes históricos e atores ativos de suas ideias, uniram-se em torno de um objetivo comum para reivindicar o seu direito à liberdade.

Esse ponto nos permite iniciar uma discussão paralela sobre a colonização e a necessidade de uma identidade nacional para os argelinos que buscavam se libertar do domínio francês. Entretanto,

---

<sup>113</sup> A experiência é, para Thompson, determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os indivíduos nasceram ou entraram involuntariamente, enquanto a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

continuaremos explorando a questão da identidade, essencial para compreender o pensamento de Camus, antes de discutir o nacionalismo argelino, com base em Homi Bhabha.

Para além de Thompson, gostaríamos de abordar o cerne dessa discussão a partir de mais dois intelectuais: Asad Haider, na introdução de seu livro *Armadilha da identidade: classe e raça nos dias de hoje* (2019); e por Étienne Balibar.

Asad Haider, nosso segundo teórico, é descendente de paquistaneses e nasceu na Pensilvânia. Ele viajava ocasionalmente com seus pais para Karachi, para visitar familiares. Nesse processo de dupla nacionalidade, assim como Camus, Haider percebeu que sua identidade parecia ser determinada de fora – ou talvez, mais precisamente, parecia indefinida. Ao longo dos anos, ele notou que era comum ver reportagens na TV sobre incidentes terroristas e ações militares no Paquistão; mas quando Bill Clinton ordenou um ataque de mísseis à fábrica farmacêutica Al-Shifa no Sudão, sua professora da sexta série o fez escrever um parágrafo justificando a ação. Assim, antes mesmo do 11 de setembro, sua identidade tornou-se uma questão de segurança nacional.

Haider declarou que já estava convencido da impossibilidade de estabelecer um território fixo: 'a vasta pobreza que testemunhei no Paquistão e a longa história de opressão racial que ecoava na Pensilvânia andam de mãos dadas'. Mesmo diante da discriminação antimuçulmana, parte direcionada a ele, Haider afirmou que nunca se sentiu tentado a defender o Islã, pois odiava tanto os fanáticos religiosos quanto os americanos. 'Era possível responder aos ataques contra muçulmanos sem adotar a ideologia conservadora e reacionária do Islã? Por outro lado, era possível criticar o dano causado pelo fundamentalismo islâmico sem jogar o jogo dos racistas brancos?' No contexto de nossa discussão, podemos perguntar: seria possível para Albert Camus responder aos ataques contra os argelinos sem adotar a ideologia conservadora do Islã? Seria possível, por outro lado, criticar os revolucionários argelinos sem apoiar o colonialismo francês? Camus defendia a união dos dois grupos, mas sempre caminhava numa linha tênue da qual constantemente tentavam derrubá-lo.

Ao discutir sua identidade, Haider revela uma jornada marcada pela interseção complexa de nacionalidades e experiências. Filho de pais palestinos, mas nascido nos Estados Unidos, ele viveu entre duas realidades culturais e políticas distintas. Ao visitar Karachi e testemunhar a vida no Paquistão, ele se deparou com a pobreza e a opressão racial que também encontrava na Pensilvânia. Essa dualidade o levou a questionar a ideia de uma identidade fixa, especialmente quando eventos

geopolíticos como ataques militares e ações políticas influenciaram diretamente sua percepção de si mesmo e de sua segurança.

A experiência de Haider com a discriminação antimuçulmana e a complexidade das narrativas políticas em torno do Islã o levaram a uma postura crítica e independente. Ele rejeitou tanto o fanatismo religioso quanto a retórica discriminatória dos EUA, buscando uma posição equilibrada, sem se alinhar a ideologias extremistas. Essa busca por equilíbrio o levou a se questionar se era possível responder às injustiças contra muçulmanos sem adotar visões conservadoras, assim como se era possível criticar o fundamentalismo islâmico sem reforçar discursos racistas.

No contexto de nossa discussão sobre identidade e posicionamento político, Haider levanta questões semelhantes às enfrentadas por Camus em relação aos ataques contra os argelinos e aos movimentos de resistência árabes. Assim como Haider buscava um equilíbrio diante das complexidades geopolíticas, Camus enfrentava o desafio de criticar o colonialismo francês sem cair em extremismos ou apoiar movimentos radicais que também perpetuavam violências.

Ambos, Haider e Camus, enfrentaram o dilema de manter uma postura ética e política que não se alinhava nem com os extremos religiosos ou nacionalistas, nem com visões conservadoras ou racistas. Essa tensão entre diferentes identidades e ideologias permeia suas reflexões sobre justiça, liberdade e responsabilidade em contextos complexos de conflito e opressão.

Agora, sob a ótica de Étienne Balibar, filósofo francês, a identidade está sempre associada ao sentimento de pertencimento, sendo o meio pelo qual reconhecemos nossa posição como membros de uma comunidade e participamos ativamente dela. A identidade é sustentada tanto pela cultura quanto pela fé e língua. Ela nunca é dada, nem é natural. Balibar vê a identidade como um processo dinâmico de pertencimento e reconhecimento dentro de uma comunidade, influenciado por elementos culturais, sociais e históricos. Para ele, a identidade é histórica, formada por normas de comportamento, valores sociais e símbolos coletivos.

O ódio dirigido ao outro é uma idealização criada para proteger a própria identidade, que é inseparável da pessoa. Para Balibar, o nacionalismo se desenvolve como uma ideologia que sustenta a identidade nacional. No caso dos árabes argelinos, eles usaram sua identidade como povos nativos daquela região para se unirem contra os colonizadores franceses, ou seja, o "outro". Eles recorreram à ideia de uma homogeneidade entre o povo, ultrapassando diferenças individuais e posições sociais, compartilhando uma origem e interesses comuns. A Frente de Libertação Nacional (FLN) ergueu a

bandeira dos argelinos com base na premissa de que todos compartilhavam o mesmo desejo: a liberdade. Essa identificação nacional está vinculada às configurações políticas e econômicas, além das conexões ideológicas que estabelecem um senso de pertencimento a comunidades culturais e permitem a construção de uma autoimagem coletiva.

Esse ponto nos abre espaço para iniciar, em paralelo, uma discussão acerca da colonização e da necessidade da constituição de uma identidade nacional para os árabes que almejavam desvencilhar-se do jugo francês. Ora, o sujeito só se reconhece enquanto branco, por exemplo, porque se vê como oposto ao preto; do mesmo modo que só existe o conceito de homem, porque também existe o de mulher. Ou seja, o colonizado compreendeu que não era francês, mas o que seria, então, ele? Qual a sua identidade para além de sujeito colonizado? Era necessário formar-se uma identidade argelina, a identidade de um país oposto à França.

Se levarmos em consideração as reflexões do estudioso e teórico crítico indiano-britânico, Homi Bhabha, defende-se a concepção da nação como uma narrativa cultural que engloba uma dualidade temporal (passado e presente) e descontínua (moderna, colonial, nativa, masculina, etc.), expondo as identidades culturais de um coletivo por meio de uma interação de forças entre essas distintas eras, ou seja, ele descentraliza o movimento unificador e homogêneo que representa a nação.

Qualquer estudante de ensino médio quando abre o seu livro didático para estudar as formações dos Estados nacionais europeus, aprende que alguns pontos são cruciais para essa constituição, a exemplo do estabelecimento de fronteiras, idioma e moeda próprios, exército, etc., ou seja, categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação. Porém, quando pensamos na formação de um Estado que foi colonizado, há ainda o idioma do colonizador, traços culturais, etc. Uma mescla de formas ocidentais importadas somadas às suas próprias tradições. Um processo de hibridização cultural que, além de Homi Bhabha, também foi discutido pelo historiador inglês Peter Burke (2003), dentre outros.

Quando o governo francês, como parte do projeto de assimilação completa da região, expandiu o sistema de educação pública para afrancesar os habitantes, ensinando o idioma e os símbolos franceses para as crianças, por exemplo, percebe-se o que Bhabha chama de discurso colonial, “uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (2005, p. 107). É um discurso que objetiva “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem

racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2005, p. 111).

Na biografia de Camus escrita por Olivier Todd, há um acontecimento fundamental para compreender esse conceito trabalhado por Bhabha, que é o seguinte:

Um mês após o nascimento de Albert, o diário L’Echo d’Alger publicou uma série de artigos de um professor de direito, Emile Chauvin. Declarou que o objectivo da França na Argélia era “substituir a civilização e a razão pela barbárie e pelo fanatismo, e visar a assimilação, a unificação das raças”, a fim de torná-las tão francesas quanto possível. Franceses como Chauvin acreditavam que, num futuro muito distante, os nativos poderiam ser transformados em cidadãos da República Francesa.<sup>114</sup> (TODD, 1998, p. 13)

Albert Camus nasceu em 1913, 83 anos depois da invasão francesa ao território e 65 anos depois da oficialização da anexação da Argélia. Ou seja, a sua formação identitária se deu em um país que passava pelo processo de afrancesamento. Em sua biografia, conta-se que a certidão de nascimento de Camus foi assinada por seu pai:

Em 8 de novembro de 1913, Lucien Camus apareceu no escritório do prefeito em Mondovi para registrar o nascimento de seu segundo filho, nascido no dia anterior. O bebê recebeu apenas um nome cristão, Albert. As duas testemunhas da criança recém-registrada foram Jean Piro, um comerciante e Salvatore Frendo, entregador de uma mercearia local. (TODD, 1998, p. 13).<sup>115</sup>

Oriundo de uma família pobre, o professor de Camus, Jean Grenier, precisou implorar que a avó do menino deixasse que ele estudasse, pois a senhora queria que o jovem trabalhasse para ajudar nas contas de casa. A mãe de Camus, enquanto viúva de guerra, “ela tinha direito a oitocentos francos por ano, mais trezentos francos para cada um de seus filhos até completarem dezoito anos. Na época, uma faxineira ganhava mil francos por ano”<sup>116</sup> (TODD, 1998, p. 15). Percebe-se, que mesmo estando na categoria de “colonizador”, já que sua família havia saído da França para a Argélia, Camus não usufruiu dos lucros que a metrópole desfrutava.

---

<sup>114</sup> A month after Albert’s birth, the daily L’Echo d’Alger published a series of articles by a professor of law, Emile Chauvin. He declared that France’s purpose in Algeria was “to substitute civilization and reason for barbarity and fanaticism, and to aim for the assimilation, the unification of the races,” in order to make them as French as possible. Frenchmen like Chauvin believed that in the very distant future, natives might be transformed into citizens of the French Republic.

<sup>115</sup> On November 8, 1913, Lucien Camus appeared at the mayor’s office in Mondovi to register the birth of his second son, born the day before. The baby was given only one Christian name, Albert. The two witnesses to the newly registered infant were Jean Piro, a merchant, and Salvatore Frendo, a delivery man for a local grocer.

<sup>116</sup> she was entitled to eight hundred francs per year, plus three hundred francs for each of her children until they reached the age of eighteen. At the time, a cleaning woman earned one thousand francs a year.

Ele nasceu na Argélia, era pobre como os árabes em seu entorno, mas, ainda assim, enxergava-se nas heranças de seu pai, assassinado em 1914, na batalha do Marne, durante a Primeira Guerra Mundial. “Seus documentos militares o descreveram como um “motorista de ônibus”<sup>117</sup> (TODD, 1998, p. 12).

Dentro de sua casa se falava o francês, lia-se em francês. Suas heranças culturais eram provenientes da França. O seu arredor, por outro lado, não o era. A família de Camus não fez parte do grupo que invadiu a Argélia para tomar os bens da população local, matar árabes ou dominá-los politicamente. Ao contrário, encontravam-se na categoria de sujeitos que buscavam qualidade de vida e uma oportunidade de continuar. Esse ponto é explicitamente apontado por Todd, quando ele retrata uma cena cotidiana de Albert com seu tio, Etienne.

Enquanto Etienne fofocava e jogava cartas, seu sobrinho Albert aprendia as regras do jogo de cartas francês belote. Em Belcourt, na margem esquerda, vivia o humilde povo francês de Argel. Eram alegres, generosos, vaidosos, briguentos, rapidamente excitados e igualmente desanimados. Os trabalhadores franceses de nível inferior de Belcourt desprezavam muitas vezes os seus vizinhos árabes, mas ao mesmo tempo sentiam-se inferiores à classe dominante dos funcionários públicos franceses, que podiam dar-se ao luxo de tirar férias em França.<sup>118</sup> (TODD, 1998, p. 18).

Isso não tira o fato, contudo, de haver atos xenofóbicos de ambos os lados, por mais que esse conceito ainda não fosse conhecido à época. Os franceses falavam generalidades condescendentes, como “Ahmed” ou “Fatma” em vez de usarem os seus nomes árabes completos, e, em sua maioria, não recebiam árabes em sua casa. Ainda assim, ambos os grupos de pobres tinham em comum dois medos: o da polícia e o do desemprego.

Ou seja, por ter crescido num bairro árabe repleto de franceses, Camus permaneceu imerso em ambas as culturas, embora as características da França se destacassem devido ao idioma, aos costumes e à herança. Camus enxergava-se como francês, mas não como colonizador. Sua casa em Marabout, por exemplo, era simples e com muitas pessoas morando. O filósofo dividia uma cama de casal com seu irmão, no mesmo quarto em que a mãe, parcialmente surda, dormia numa cama de solteiro.

---

<sup>117</sup> His military papers described him as a “coach driver”.

<sup>118</sup> As Etienne gossiped and played cards, his nephew Albert learned the rules of the French card game belote. In Belcourt, on the left bank, lived the humble French people of Algiers. They were joyous, generous, vain, quarrelsome, quickly excited and as quickly discouraged. The lower-level French laborers of Belcourt often despised their Arab neighbors, but at the same time they felt inferior to the ruling class of French civil servants, who could afford to take vacations back in France.

Nos patamares, os banheiros turcos — um buraco com ralo — fediam. Não havia eletricidade nem água corrente, e os jarros de água tinham de ser buscados nas torneiras da rua. Todo mundo se lavava na pia da cozinha e uma vez por semana tomava banho numa banheira de zinco. Acima de uma mesa no salão principal, havia uma lamparina a óleo.<sup>119</sup> (TODD, 1998, p. 17).

Sofrendo de enormes dificuldades financeiras, o que sobrou da família de Camus se mudou para Argel, capital do país, onde o autor efetivou os seus primeiros estudos. Trabalhou como vendedor de acessórios de automóvel, meteorologista, foi empregado no escritório de corretagem marítima e na prefeitura, até que conseguiu, enfim, formar-se em filosofia. A tuberculose, contudo, o impediu de prestar concurso para seguir carreira docente e lhe afastou, também, do futebol, em que Camus jogava na posição de goleiro.

Esse grupo ao qual a família de Camus pertencia, de trabalhadores franceses, isolados em seus sangrados e em suas aldeias, não deviam, em sua opinião, ser oferecidos ao massacre para expiar os imensos pecados da colonização da França. A culpa não é dos jovens que, injustamente, foram mandados para a luta, mas dos:

[...] sucessivos governos da metrópole, apoiados na confortável indiferença da imprensa e da opinião pública, apoiados na complacência dos legisladores. Em todo caso, eles são mais culpados do que essas centenas de milhares de trabalhadores franceses que sobrevivem na Argélia com salários de fome, que, três vezes em trinta anos, pegaram em armas para ajudar a metrópole e que se veem hoje recompensados pelo desprezo dos resgatados. Eles são mais culpados do que essas populações judaicas, presas há anos entre o antissemitismo francês e a desconfiança árabe, e reduzidas hoje, pela indiferença de nossa opinião, a buscar refúgio em um estado diferente do francês (CAMUS, 1958, p. 74).<sup>120</sup>

À Argélia, Camus reservava um lugar de memória, de boas recordações de uma infância difícil. A ela não pertenciam suas ideologias e identidades formadas com os anos, mas suas palavras nos romances passados nas praias e em vilarejos. Tem-se como exemplo o seu primeiro livro publicado, *O avesso e o direito* (original de 1937), como podemos ver:

---

<sup>119</sup> On the landings the Turkish toilets—a hole with a drain—stank. There was no electricity or running water, and jugs of water had to be fetched from street faucets. Everyone washed in the kitchen sink and once a week took a shower in a zinc tub. Above a table in the main room was an oil lamp.

<sup>120</sup> “Les gouvernements successifs de la métropole appuyés sur la confortable indifférence de la presse et de l'opinion publique, secondés par la complaisance des législateurs, sont les premiers et les vrais responsables du désastre actuel. Ils sont plus coupables en tout cas que ces centaines de milliers de travailleurs français qui se survivent en Algérie avec des salaires de misère, qui, trois fois en trente ans, ont pris les armes pour venir au secours de la métropole et qui se voient récompensés aujourd'hui par le mépris des secourus. Ils sont plus coupables que ces populations juives, coincées depuis des années entre l'antisémitisme français et la méfiance arabe, et réduites aujourd'hui, par l'indifférence de notre opinion, à demander refuge à un autre État que le français.”

É isso que ocorre nesse anoitecer. No café mouro, lá no final da cidade árabe, recordo-me não de uma felicidade passada, mas de um estranho sentimento. Já é noite. [...] O ar fica fresco. Uma sirene no mar. Os faróis começam a girar: uma luz verde, uma vermelha, uma branca. E sempre este grande suspiro do mundo. Uma espécie de canto secreto nasce dessa indiferença. E eis-me de novo repatriado. Penso em um menino que viveu em um bairro pobre. Aquele bairro, aquela casa! Só havia um andar e a escada não era iluminada. Ainda hoje, depois de tantos anos, ele poderia voltar para lá em plena noite. Sabe que subiria a escada com toda a velocidade, sem tropeçar uma única vez. O próprio corpo está impregnado desta casa. (CAMUS, 2019, p. 42-43).

Nessa passagem de um dos contos presentes em *O avesso e o direito*, pode-se perceber esse lugar de memória que Camus reserva à Argélia. Ao longo da revolução, ele preocupava-se muito. “Seus olhos verdes, quando se falava de eventos na Argélia, muitas vezes pareciam escurecer”,<sup>121</sup> (TODD, 1998, p. 468), afirmou Olivier Todd, biógrafo de Albert Camus. Outro exemplo das praias argelinas encontra-se em e *O estrangeiro* (original de 1942).

Pegamos um ônibus e fomos para uma praia, a alguns quilômetros de Argel, espremida entre rochedos e margeada de canas. O sol das quatro horas não estava quente demais, mas a água estava morna, com pequenas ondas longas e preguiçosas. Marie ensinou-me uma brincadeira. Ao nadar era preciso beber na crista das ondas, acumular toda a espuma na boca e, em seguida, virar de costas para projetá-la contra o céu. Isto produzia uma espécie de renda espumante, que desaparecia no ar ou, como uma chuva morna, me caía no rosto. Mas depois de algum tempo sentia o ardor do sal queimar a boca. Marie chegou perto, então, e colou-se a mim na água. Colocou a boca contra a minha. A língua dela refrescava-me os lábios, e rolamos por instantes nas ondas. (CAMUS, 2023, p. 39)

Se partirmos ao conjunto de crônicas que realmente nos propusemos a analisar, *Actuelles III*, Camus fala abertamente sobre o modo como ele se percebe:

**Nós, franceses**, devemos lutar para que a repressão não ouse ser coletiva e para que a lei francesa mantenha um significado generoso e claro em nosso país; lembrar ao nosso povo os seus erros e as obrigações de uma grande nação que não pode, sem cair, responder ao massacre xenófobo com igual explosão; para finalmente ativar a chegada das reformas necessárias e decisivas que irão relançar a comunidade francoárabe da Argélia no caminho para o futuro. **Vocês árabes**, por sua vez, devem se mostrar incansavelmente que o terrorismo, quando mata populações civis, além de colocar em dúvida com razão a maturidade política de homens capazes de tais atos, além disso, apenas reforçam os elementos anti-árabes, reforçam seus argumentos e fecham a boca da opinião liberal francesa que poderia encontrar e fazer com que a solução de conciliação fosse adotada.<sup>122</sup> (CAMUS, 1958, 66 - 67, grifo nosso).

<sup>121</sup> “When there was talk of events in Algeria, his green eyes would often seem to darken.”

<sup>122</sup> “Nous, Français, devons lutter pour empêcher que la répression ose être collective et pour que la loi française garde un sens généreux et clair dans notre pays ; pour rappeler [129] aux nôtres leurs erreurs et les obligations d'une grande nation qui ne peut, sans déchoir, répondre au massacre xénophobe par un déchaînement égal ; pour activer enfin la venue des réformes nécessaires et décisives qui relanceront la communauté francoarabe d'Algérie sur la route de l'avenir. Vous,

É notório que sua criação em determinado espaço e tempo influenciou na sua escrita. Ainda assim, não é como argelino que o autor refere a si mesmo. Ele comumente mencionava a Argélia como lugar de saudade, de carinho, até mesmo de casa - não negava suas origens. Mas sua autoidentificação era francesa.

Como essa autoidentificação influenciou nas opiniões do autor acerca da Revolução Argelina? Bem, Camus era humanista. Tinha horror a guerra e a qualquer tipo de violência. Esse foi um dos motivos, inclusive, do fim de sua amizade com Sartre, que defendia cem por cento a tomada de poder pelos revolucionários argelinos, enquanto Camus optou por medidas diplomáticas. A respeito das opiniões camusianas sobre a Revolução Argelina, teremos mais detalhes na seção a seguir.

### **Algumas opiniões de Camus acerca da guerra pela independência da Argélia.**

Na Argélia, “franceses e árabes estão condenados a viver ou morrer juntos”.<sup>123</sup> (CAMUS, 1958, p. 71). *Actuelles III* é uma coletânea de artigos relacionados à Argélia. Eles abrangem um período de vinte anos, de 1939, quando quase ninguém na França se interessava por este país, até 1958, quando todos falavam sobre isso. Tal como estão, estes textos resumem a posição de um homem que, confrontado com a miséria argelina desde muito jovem, multiplicou em vão os seus avisos e que, há muito consciente das responsabilidades do seu país, não pode aprovar uma política de conservação ou opressão na Argélia. Mas, por muito tempo, advertido das realidades argelinas, também não pode aprovar uma política de resignação que abandonasse o povo árabe a uma miséria maior, desarraigasse o povo francês da Argélia de suas raízes seculares e apenas favorecesse, sem lucro para qualquer um, o novo imperialismo que ameaça à liberdade da França e do Ocidente.

A Argélia não era necessariamente uma colônia da França. Em 1848, a nova Constituição francesa proclamou a Argélia seu território, como departamento francês, o que não fazia dela uma superfície dominada, mas sim parte da França,<sup>124</sup> com o mesmo *status* jurídico que a Normandia e a Borgonha. Como parte do projeto de assimilação completa da região, o governo francês expandiu o

---

Arabes, devez de votre côté montrer inlassablement aux vôtres que le terrorisme, lorsqu'il tue des populations civiles, outre qu'il fait douter à juste titre de la maturité politique d'hommes capables de tels actes, ne fait de surcroît que renforcer les éléments anti-arabes, valoriser leurs arguments, et fermer la bouche à l'opinion libérale française qui pourrait trouver et faire adopter la solution de conciliation.”

<sup>123</sup> “[...] en Algérie Français et Arabes sont condamnés à vivre ou à mourir ensemble.”

<sup>124</sup> Haviam, inicialmente, diferenças de direitos políticos entre a população argelina cristã, judaica e muçulmana.

sistema de educação pública para afrancesar os habitantes, sendo o ensino do idioma e dos símbolos franceses para as crianças e o serviço militar para os adultos alguns exemplos dessas medidas.

Entre 1927 e 1932, a viticultura acumulou 17.3000 hectares, mais da metade dos quais foi retirada dos muçulmanos – grupo que nem bebe vinho. Nessas terras que lhes afanaram, cultivavam cereais para o comércio argelino. Desta vez, não foi somente a terra que lhes tiraram: plantando ali vinhas, privaram a população argelina de seu alimento principal. O Estado assumiu os custos da colonização e criou “um novo poder de compra para os colonos dando-lhes terras e fazendo com que vendessem seus produtos agrícolas e matérias-primas aos franceses” (SARTRE, 1968, p. 242.).

Os primeiros habitantes da Argélia, bem como dos demais países do norte da África (Tunísia, Mali, Líbia e Níger) foram os berberes.<sup>125</sup> Não obstante, após a conquista árabe naquela região, grande parte dos nativos foram arabizados e identificam-se, hoje, com as identidades árabes. Por isso, então, é importante mencionar também que os árabes estão sendo estudados no presente trabalho pela perspectiva de colonizados, posto que encontravam-se sob domínio francês; contudo, outrora, esse mesmo grupo ocupou a categoria de colonizador, quando invadiram a região e tomaram o território dos berberes originários.

Na seção anterior, tecemos breves comentários acerca dos conceitos de identidade e de nacionalismo, que gostaríamos de retomar. Os árabes argelinos usaram de sua identidade enquanto povos quase originários daquele lugar para se unir diante dos colonizadores franceses, ou seja, o outro. Apelaram para a suposta homogeneidade de um povo, para além das particularidades individuais e posições sociais, compartilhando uma origem e interesses em comum. A Frente de Libertação Nacional<sup>126</sup> (FLN) hasteou a bandeira de *argelinos*, partindo da ideia de que todos compactuavam do mesmo anseio: a liberdade.

Quanto ao Partido Comunista Francês (PCF), vale destacar que, inicialmente, o partido adotou uma postura de apoio à luta do povo argelino contra o domínio colonial. No entanto, os líderes do PCF acabaram seguindo a política dos imperialistas franceses, atuando como instrumentos do capital monopolista francês. Em 1946, quando as elites capitalistas francesas usaram uma estratégia

---

<sup>125</sup> Nativos originais da antiga Numídia, constituíam a maior parte da população do império de Cartago e, hoje, são maioria na Argélia, Mauritânia e Marrocos, além de, claro, estarem espalhados em outros países.

<sup>126</sup> De orientação socialista, foi criada em 1º de novembro daquele ano como uma fusão de pequenos partidos, com o objetivo de obter a independência da Argélia frente à França. Disponível em <https://g.co/kgs/BkjiQA>.

neocolonialista ao propor a criação de uma "União Francesa", o PCF seguiu o exemplo e declarou que "sempre defendemos uma União Francesa como uma união livre de povos livres".

Contudo, a posição do PCF em relação à Argélia também gerou tensões dentro do partido. Alguns membros mais conservadores resistiram à ideia de independência argelina, preocupados com as possíveis consequências políticas e econômicas para a França. Essa divisão interna sobre a questão argelina se intensificou durante a guerra de independência.

Em 1956, o PCF aprovou uma resolução oficial em seu congresso, declarando apoio total à independência da Argélia e pressionando o governo francês a buscar uma solução política e pacífica para o conflito, em vez de recorrer a ações militares. Alguns membros do PCF participaram ativamente da resistência, oferecendo esconderijos e apoio logístico aos combatentes argelinos.

A lealdade inicial do PCF não estava restrita apenas aos trabalhadores, mas também à única sociedade que havia realizado uma revolução socialista bem-sucedida, a União Soviética. A influência soviética moldou tanto o estilo ideológico quanto organizacional do PCF, guiando suas principais decisões políticas.

Em relação a isso, o doutor em história Walter Lippold expôs, em *Frantz Fanon E A Revolução Argelina* (2021), que

Fazendo uma análise de conjuntura, incluindo questões internacionais, exaltando a eficácia da ação da FLN e do ELN, também ocorre um ataque aos messalistas do MNA e aos comunistas do Partido Comunista Argelino (PCA) que não aderiram a causa da independência, devido a sua ligação com o Partido Comunista Francês (PCF), que esperava uma eventual revolução proletária na França para pensar na libertação da Argélia, condenando inclusive os meios utilizados pela FLN e ELN, principalmente o terrorismo como arma de luta. Segundo a FLN, os comunistas estavam ainda mergulhados no mito da "Argélia francesa". (LIPPOLD, 2021, p. 46)

Quanto a Camus, ele teve uma relação complicada com o Partido Comunista Francês (PCF) ao longo de sua vida. Inicialmente, ele mostrou simpatia pelos ideais e foi membro do Partido Socialista em sua juventude. No entanto, ele nunca se filiou ao PCF e criticou abertamente a política stalinista e a subserviência do partido ao regime soviético, bem como a falta de liberdade e os abusos dos direitos humanos na União Soviética e em outros regimes comunistas, como veremos brevemente na terceira seção ao destrincharmos *O homem revoltado* (1951). Para ele, a Resistência não desembocaria na revolução socialista ambicionada por muitos militantes de esquerda.

Em uma carta a alguém que Camus não revelou o nome, ele dedicou alguns parágrafos a críticas ao Partido Comunista, ao governo de Stálin (em comparação ao muro de Berlim) e às opiniões desse amigo.

Por exemplo, você sabe que a Alemanha Oriental foi rearmada por um longo tempo e que um certo número de velhos generais nazistas estão ativos lá, assim como no Ocidente. Em várias ocasiões, a URSS reconheceu o direito da Alemanha de ter forças nacionais. Você não fala nada sobre isso. É porque você aceita esse rearmamento se ele for controlado pela URSS, mas você o recusa dentro de uma estrutura ocidental. E é assim com tudo. Em casos extremos (pergunte a si mesmo), você aceitaria a transformação da França em uma democracia popular sob a proteção do Exército Vermelho (e lembro que defendi os comunistas contra toda "atlantização" da política interna). [...]

Assim, na minha opinião, você escolheu. E já que você escolheu, é normal que você entre no Partido Comunista. Não sou eu quem vai censurá-lo por isso. Não tenho desprezo pelos ativistas comunistas, embora acredite que eles estejam cometendo um erro fatal. Tenho um excesso de desprezo pelos intelectuais que não são intelectuais de verdade, que nos matam com sua pseudo-destruição dos padres seculares e que, finalmente, se dão a consciência tranquila às custas dos militantes operários (CAMUS, 2008, s.p.).<sup>127</sup>

Camus continuou suas críticas à esse (para nós) anônimo por alguns parágrafos, mas, em resumo, a sua ideia central é que “O Partido Comunista não o ajudará a conhecer a democracia popular. Longe disso. Mas o ajudará a conhecer o comunismo, do qual você conhece muito pouco” (CAMUS, 2008, s.p.).<sup>128</sup> Perto da conclusão, ele faz outras comparações ao comunismo e à Alemanha:

Em 1954, a FLN, sob a liderança de Ahmed Ben Bella, deu início à luta armada pela independência com 30 atentados a bomba em território argelino. O historiador brasileiro Mustafa Yazbek, ao escrever o seu ensaio sobre a revolução argelina, trouxe que em 2 de novembro de 1954 “A FLN emitiu um comunicado anunciando que dava por iniciada oficialmente a luta revolucionária pela liquidação total do sistema colonial na Argélia e pela independência do país, a fim de restaurar o

---

<sup>127</sup> “For example, you know that East Germany has been rearmed for a long time and that a certain number of old Nazi generals are active there, just like in the West. On several occasions the U.S.S.R. has recognized Germany's right to have national forces. You say nothing of this. It is because you accept this rearmament if it is controlled by the U.S.S.R., but you refuse it within a Western framework. And it is like this with everything. In extreme cases (ask yourself), you would accept the transformation of France into a popular democracy under the Red Army's protection (and I remind you that I defended the communists against all "atlantization" of domestic policy). [...]

Thus, in my opinion, you have chosen. And since you have chosen, it is normal that you enter the Communist Party. It is not I who will reproach you for it. I don't have contempt for communist activists, although I believe them to be making it fatal error. I have an excess of contempt for the intellectuals who are not really intellectuals, who murder us with their pseudo-ripping of secular priests, and who, finally, give themselves a clear conscience at the expense of the working activists.”

<sup>128</sup> “The Communist Party will not help you know popular democracy. Far from it. But it will help you know Communism, of which you know very little.”

Estado argelino” (YAZBEK, 2010, p. 53). Mesmo tratando-se de um grupo pequeno, a resposta colonial francesa foi avassaladora e, em alguns meses, o número de soldados franceses na Argélia passou de 50 mil para 200 mil; em 1955, a tortura já era aplicada pela polícia do país.<sup>129</sup>

Os atos de tortura do governo francês para com os argelinos são mundialmente conhecidos, tendo servido, inclusive, de inspiração para que algo semelhante ocorresse durante a ditadura civil-empresarial-militar no Brasil, como bem mostrou a historiadora Leneide Duarte-Plon, em seu livro *A tortura como arma de guerra* (2016). A tortura já era praticada pela polícia na Argélia colonial, mas, a partir de 1955, ela se acentuou. “Como ministro do Interior e depois da Justiça, Mitterrand negou a graça a condenados à pena capital. Um total de 222 pessoas foram executadas durante a guerra” (DUARTE-PLON, 2016, p. 20). Sob outra ótica, as torturas praticadas pelos líderes revolucionários do Front de Libération Nationale (Frente de Libertação Nacional - FLN) também tomaram grandes proporções - contudo, observando pelas lentes dos óculos de Jean-Paul Sartre, por exemplo, os árabes argelinos estavam respondendo aos séculos de opressão, principiados pelos franceses; estavam, portanto, reagindo.

O movimento conduziu uma guerra de guerrilha contra as forças francesas, que foi marcada por intensos combates e violência de ambos os lados. Para além disso, a FLN também realizou campanhas de mobilização política e diplomática, buscando apoio internacional para a causa argelina. O movimento procurou apresentar sua luta como uma batalha pela autodeterminação e pela libertação nacional contra a opressão colonial.

Camus deixou sua opinião a respeito da FLN bem evidente numa carta que escreveu ao seu amigo Amrouche, a 19 de novembro (não consta o ano), encontrada em *Notebooks 1951-1959* (2008)<sup>130</sup>, uma tradução para o inglês de um de seus *Cahiers*.

É o tempo e a saúde que me impediram de responder a você. Era necessário responder detalhadamente e eu nem consegui acompanhar minha correspondência ordinária. Hoje, ainda não sou capaz de fazê-lo. Mas não quero atrasar em agradecer por sua segunda carta, que me tocou. No entanto, devo a você a verdade sobre o que penso. Questões pessoais não podem nos separar. O que são elas diante do que está acontecendo e prestes a acontecer? Mas fiquei dolorosamente chocado pelo que você

---

<sup>129</sup> A guerra possuía basicamente três lados: argelinos pró-independência, em sua maioria, berberes muçulanos; as tropas do governo francês, majoritariamente compostas por europeus, mas também por argelinos muçulmanos contrários à independência. Parte principal dessa tropa eram os batalhões da legião estrangeira baseada na Argélia. Uma música escrita durante o conflito foi usada como hino extra-oficial pela legião, cantada pela Edith Piaff, uma cantora francesa de origem berbere; e, por fim, organizações paramilitares de europeus nascidos na Argélia. O grupo mais famoso nesse terceiro ponto foi a Organisation de l'Armée Secrète (OAS).

<sup>130</sup> CAMUS, 2008, s.p.

escreveu, em várias ocasiões, sobre os franco-argelinos em geral (no *Le Monde* e no *Commune*). Você tem o direito de escolher as posições do F.L.N. Quanto a mim, penso neles como assassinos no presente, cegos e perigosos no futuro. Mas mesmo ao se colocar deste lado, você deve fazer as distinções necessárias, o que você não fez. Desisti de tentar fazer uma voz de razão ouvida publicamente. Espero, contra todas as esperanças, um dia ser capaz de fazê-lo. Mas, em particular, devo dizer-lhe minha reação, e você não deve ignorar os tiros, nem justificar que eles atirem nos franco-argelinos em geral e, assim, envolvidos, atirem em minha família, que sempre foram pobres e sem ódio e não devem ser confundidos com uma rebelião injusta. Nenhuma causa, mesmo que tenha permanecido inocente e justa, nunca me afastará de minha mãe, que é a maior causa que conheço no mundo.<sup>131</sup> (CAMUS, 2008, s.p.)

Trata-se de uma coleção póstuma de notas pessoais, pensamentos e reflexões de Albert Camus durante os últimos anos de sua vida. O livro oferece uma visão íntima de sua mente, bem como sua transformação intelectual, desde seus pensamentos sobre política, literatura, arte e filosofia até suas reflexões sobre a condição humana e a mortalidade.

A respeito da FLN, Camus discordava de seus métodos, não apoiava a sua violência e, por isso, “era visto como um traidor não só pelos *pièds noirs* e pela direita, porque não elogiava a Argélia francesa, mas também pela esquerda parisiense, porque não apoiava a violência do a FLN” (TODD, 1998, p. 481). Para o franco-argelino, dialogar com a FLN em meio às lutas era o mesmo que reconhecer a sua legitimidade, apoiar um império árabe que, para Camus, era sinônimo de guerra mundial:

Represálias contra populações civis e a prática de tortura são crimes contra os quais todos somos solidários”. Ele também condenou o terrorismo: “Para ser útil e justo, devemos condenar com a mesma força e sem poupar nossa linguagem o terrorismo da FLN, seja operado contra civis franceses ou, mais frequentemente, populações árabes”. E atacou os progressistas franceses: “Infelizmente, a verdade é que parte da opinião pública francesa acredita confusamente que os árabes de alguma forma adquiriram o direito de cortar gargantas e mutilar pessoas, enquanto outro grupo aprova a legitimação de todo excesso (TODD, 1998, p. 545).<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> But I was painfully shocked by what you wrote, on several occasions, about French-Algerians in general (in *Le Monde* and in *Commune*). You have the right to choose the positions of the F.L.N. For my part, I think of them as murderous in the present, blind and dangerous in the future. But even while placing yourself on this side, you must make the necessary distinctions, which you have not done. I have given up on trying to make a voice of reason heard publicly. I hope, against all hope, to one day be able to do so. But, in private, I must tell you my reaction, and you should not ignore the shooting, nor justify that they shoot at the French-Algerians in general, and thus entangled, shoot at my family, who have always been poor and without hatred and who should not be mixed up in an unjust rebellion. No cause, even if it had remained innocent and just, will ever tear me from my mother, who is the greatest cause that I know in the world.

<sup>132</sup> “Reprisals against civilian populations and the practice of torture are crimes against which we are all in solidarity.” He also condemned terrorism: “To be useful as well as fair, we must condemn with the same force and without sparing our language the FLN’s terrorism, whether operated against French civilians or, more often, Arab populations.” And he targeted French progressives: “Alas, the truth is that part of French public opinion believes confusedly that Arabs have in some way acquired the right to slit throats and mutilate people, while another group approves legitimizing every excess.”

Camus era visto pela esquerda como anticomunista e colonialista porque rejeitava a independência da Argélia, assim como rejeitava a FLN. Albert Camus acreditava, na verdade, em uma democracia que impusesse novos relacionamentos sociais e humanos. No entanto, não pensava em nada dirigido pelos comunistas, além de condenar o terrorismo e valorizar o livre-arbítrio.

Ao não lutar em favor da FLN, o franco-argelino havia deixado, para os árabes, muito explícita a sua posição. Claro que não podemos englobar a opinião dos árabes como se todos os indivíduos pertencentes ao islamismo concordassem em seus pensamentos sobre determinado assunto. O que avaliamos aqui se trata da opinião predominante perante os que lutaram ativamente pela independência. Múltiplos críticos o consideravam um intelectual alienado e insensível aos sofrimentos do povo da Argélia. A posição ambivalente de Camus na questão argelina gerava controvérsias e debates acalorados entre seus leitores e críticos no país.

Não podemos, ainda, afirmar que o filósofo estava em cima do muro, tampouco podemos dizer que ele seria aquilo que Gramsci odiava.<sup>133</sup> Camus não era indiferente à independência da Argélia, mas ao se posicionar contra a repressão francesa ao mesmo tempo em que criticava o terrorismo da FLN, era visto pelos argelinos como covarde.

Camus solicitou a De Gaulle<sup>134</sup> que conferisse cidadania francesa aos argelinos, pediu que a França concedesse justiça baseada, incondicionalmente, na liberdade a todas as comunidades da Argélia sem discriminar ninguém. Para ele, as duas comunidades da Argélia foram condenadas a viver juntas. Camus era guiado por dois princípios:

[...] ele condenou violentamente o assassinato de civis e entendeu que alguns combatentes da liberdade argelinos que não eram terroristas de pleno direito poderiam um dia matar sua mãe. Em segundo lugar, ao contrário de muitos colaboradores do L'Express, como François Mauriac e Jean Daniel, ele nunca aceitou emocionalmente ou intelectualmente a ideia da independência da Argélia. Para Camus, a independência transformaria os humildes brancos do país, como sua própria família, em estrangeiros e cidadãos de segunda classe em uma terra que, no entanto, era deles.<sup>135</sup> (TODD, 1998, p. 48)

---

<sup>133</sup> Referência ao livro *Odeio os indiferentes* (1917), de Antonio Gramsci. Boitempo Editorial, 2020.

<sup>134</sup> General, político e estadista francês que presidiu o Governo Provisório da República Francesa de 1944 a 1946.

<sup>135</sup> “[...] he violently condemned the murder of civilians, and he understood that some Algerian freedom fighters who were not full-fledged terrorists might nevertheless one day kill his mother. Secondly, unlike many contributors to L'Express, such as François Mauriac and Jean Daniel, he never emotionally or intellectually accepted the idea of Algerian independence. For Camus, independence would make the country's humble white folk, such as his own family, into foreigners and second-rate citizens in a land that was nevertheless theirs.”

Os franceses na Argélia sabiam que a política de assimilação havia falhado. Em primeiro lugar, porque nunca foi realmente empreendida e, em segundo, porque o povo árabe manteve a sua identidade.

Para além dessa tecla, outro ponto muito defendido por Albert Camus foi a salvação dos civis, cujos massacres deveriam ser condenados pelo movimento árabe da mesma forma que os liberais franceses – ele incluiu a si próprio nesse último grupo – condenaram os da repressão:

Essa é, sem dúvida, a lei da história. Quando o oprimido pega em armas em nome da justiça, ele pisa na terra da injustiça. Mas ele pode avançar mais ou menos e, se tal é a lei da história, em todo caso é a lei do espírito que, sem cessar de exigir justiça para os oprimidos, não pode aprová-la em sua injustiça, além de certos limites. Os massacres de civis, além de reavivar as forças de opressão, ultrapassam justamente esses limites e é urgente que todos reconheçam isso claramente (CAMUS, 1958, p. 79).<sup>136</sup>

É perceptível na citação acima que, para Albert Camus, as duas partes opostas deveriam assumir, simultaneamente, o compromisso público de não tocar a população civil, quaisquer que fossem as circunstâncias, visando ao menos remover o conflito de sua inexigibilidade e preservar vidas inocentes no futuro, posto que seu medo era que a Argélia, em pouco tempo, estaria povoada apenas por assassinos e vítimas; apenas os mortos seriam inocentes lá. Eram as crenças e esperanças de um humanista, por mais que saibamos que não há a mínima chance, em qualquer país, de colonizados negociarem em pé de igualdade com o Estado colonial.

Os cansados da guerra ordenaram que Camus escolhesse o seu lado inúmeras vezes, e ele escolheu:

Escolhi o meu país, escolhi a Argélia da justiça, onde franceses e árabes se associarão livremente! E espero que os militantes árabes, para preservar a justiça de sua causa, também optem por condenar os massacres de civis, como os franceses, para salvar seus direitos e seu futuro, devem condenar abertamente os massacres repressivos.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> “Telle est, sans doute, la loi de l’histoire. Quand l’opprimé prend les armes au nom de la justice, il fait un pas sur la terre de l’injustice. Mais il peut avancer plus ou moins et, si telle est la loi de l’histoire, c’est en tout cas la loi de l’esprit que, sans cesser de réclamer justice pour l’opprimé, il ne puisse l’approuver dans son injustice, au-delà de certaines limites. Les massacres des civils, outre qu’ils relancent les forces d’oppression, dépassent justement ces limites et il est urgent que tous le reconnaissent clairement.”

<sup>137</sup> “J’ai choisi mon pays, j’ai choisi l’Algérie de la justice, où Français et Arabes s’associeront librement! Et je souhaite que les militants arabes, pour préserver la justice de leur cause, choisissent aussi de condamner les massacres des civils, comme les Français, pour sauver leurs droits et leur avenir, doivent condamner ouvertement les massacres répressifs.” CAMUS, 1958, p. 83.

Pode parecer que a identidade de Albert Camus oscila entre francesa e argelina, mas observe, contudo, que ele enfatiza que escolheu a sua Argélia enquanto país onde “franceses e árabes se associarão livremente”. Ele não opta pela Argélia *em vez da França*, mas opta pela Argélia *concomitantemente*. Camus nunca abandonou a França.

Sob sua perspectiva, cada morte separava um pouco mais as duas populações, os diferentes filhos da mesma terra. Camus tentou advogar a favor dos descendentes cujas mãos não continham, ao seu ver, sangue de colonizados árabes. Tentou colocar os dois grupos sob a mesma ótica, moldados na mesma forma. Implorou por uma trégua até o seu último dia de vida.

O autor faleceu em 1960, ainda acreditando que árabes e franceses deveriam encontrar uma maneira de coexistir pacificamente. Ele não viveu o suficiente para testemunhar a independência da Argélia – o que será que ele teria escrito sobre o resultado final dessa história? Camus simplesmente não conseguia entender como alguém poderia ver a questão argelina de forma diferente da dele. Os ressentimentos acumulados durante os anos de dominação colonial e a luta pela consolidação de uma identidade nacional forte resultaram em confrontos e tensões que persistiram por décadas. Com sua sensibilidade às complexidades humanas, Camus certamente teria se entristecido com os episódios de violência e intolerância que marcaram esse período de transição. Para ele, a verdadeira revolução só poderia surgir por meio do diálogo, da compreensão mútua e do respeito pelos direitos humanos. Segundo seus biógrafos, o erro de Camus foi referir-se aos argelinos como árabes, em vez de simplesmente argelinos – como ele também era, embora não se reconhecesse completamente assim. Para Sartre, o erro de Camus foi igualar colonizado e colonizador, como se a reação do oprimido não fosse uma consequência da opressão. Para Camus, a própria vida era um absurdo, e nos restava aceitá-la.

### Referências bibliográficas:

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CAMUS, Albert. **Actuelles III**. Chroniques Algériennes. 1939 - 1958. Paris: Les Éditions Gallimard, 1958.. Collection NRF.

CAMUS, Albert. **Notebooks**. 1951 - 1959. Translated from the French by Ryan Bloom. Ivan R. Dee Publisher: Chicago, 2008. p. 140

CAMUS, Albert. **O avesso e o direito**. Tradução: Valerie Rumjanek. 9º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Tradução: Valerie Rumjanek. 14º ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2023.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LIPPOLD, Walter. **Frantz Fanon e a Revolução Argelina**. Prefácio de Deivison Faustino. 1º ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo E Neocolonialismo** (Situações, V). Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 1968.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Imprensa: São Paulo, Paz e Terra, 2002.

TODD, Olivier. **Albert Camus: a life**. New York: A. Knopf, 1998.

YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 54.

## Por uma história das sensibilidades na literatura nigeriana contemporânea: modernidade e tradição em *Notas sobre o luto* (2021) de Chimamanda Adichie

For a History of Sensibilities in Contemporary Nigerian Literature: Modernity and Tradition in Chimamanda Ngozi Adichie's *Notes on Grief* (2021)

**Evander Ruthieri da Silva**

Doutor em História (UFPR)

Professor de História da África na UNILA

evander.silva@unila.edu.br

**Ana Luiza Baldin Fidelis**

Graduanda em História

Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA)

alb.fidelis.2021@aluno.unila.edu.br

**Recebido:** 04/04/2024

**Aprovado:** 21/08/2024

**Resumo:** O artigo analisa o ensaio *Notas sobre o Luto* (2021) da romancista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, destacando a interação entre tradições e modernidade na caracterização de ritos funerários e de luto. A partir de uma perspectiva da História das Sensibilidades, percebe-se que Chimamanda Adichie utiliza elementos autobiográficos para explorar o luto e o trauma, especialmente em contextos referentes à memória da guerra civil nigeriana e da pandemia do COVID-19. Desse modo, Adichie resgata a importância dos rituais de enterro na cultura igbo, evidenciando a resistência contra traumas coletivos e individuais. Assim, a análise incide sobre as vias pelas quais o ensaio de Adichie reflete sobre os conflitos entre modernidades e tradições, não como um apego irracional ao passado, mas como uma resposta às mudanças estruturais na sociedade nigeriana.

**Palavras-chave:** Chimamanda Ngozi Adichie; Literatura Nigeriana; Tradição; Modernidade.

**Abstract:** The article analyzes the essay *Notes on Grief* (2021) by Nigerian novelist Chimamanda Ngozi Adichie, highlighting the interaction between traditions and modernity in the characterization of funeral rites and mourning. From a perspective of the History of Sensibilities, it is perceived that Chimamanda Adichie uses autobiographical elements to explore grief and trauma, especially in contexts related to the memory of the Nigerian civil war and the COVID-19 pandemic. Thus, Adichie rescues the importance of burial rituals in Igbo culture, highlighting resistance against collective and

individual traumas. Therefore, the analysis focuses on the ways in which Adichie's essay reflects on the conflicts between modernities and traditions, not as an irrational attachment to the past, but as a response to structural changes in Nigerian society.

**Keywords:** Chimamanda Ngozi Adichie; Nigerian Literature; Tradition; Modernity.

## Introdução

A romancista Chimamanda Ngozi Adichie (1977-) tem sido considerada como um dos principais nomes da literatura nigeriana contemporânea e da chamada “terceira geração” da literatura africana, marcada por certo senso de distanciamento crítico das perspectivas nacionalistas, ao apontar os limites e contradições dos processos de descolonização no continente africano. Ademais, a trajetória de Chimamanda Adichie foi marcada por elementos das diásporas africanas contemporâneas, sobretudo pelos seus deslocamentos entre a Nigéria e os Estados Unidos, e pela mobilização da literatura como espaço de reelaboração e ressignificação de memórias coletivas acerca de contextos da história política contemporânea - a exemplo da guerra civil nigeriana (1967-1970). Além de seus romances, Chimamanda Adichie também produziu escritos ensaísticos, a partir de elementos autobiográficos, tais como *Notas sobre o Luto*, escrito após a morte de seu pai, o professor universitário James Nwoye Adichie, durante a pandemia de COVID-19.

Este artigo tem em vista analisar *Notas sobre o Luto* a partir de uma perspectiva da História das Sensibilidades, com o fito de investigar as representações do luto e do trauma a partir da escrita ensaística de Chimamanda Adichie. O destaque recai sobre as relações entretecidas por Chimamanda Adichie entre tradições e modernidade, em especial ao recuperar e ressignificar as práticas igbo de produção social de ancestrais. O aporte teórico-metodológico visa dialogar com as relações entre História e Literatura, inspirando-se numa perspectiva atenta às dimensões sociohistóricas das sensibilidades, considerando-se em especial os “sentimentos e emoções” a partir dos “atos, ritos, palavras e imagens”<sup>138</sup> nos quais se constituem e materializam.

Desse modo, o artigo divide-se em três movimentos principais. Inicialmente, trata-se da trajetória intelectual de Chimamanda Adichie, conectando-a à “terceira geração” da literatura africana

---

<sup>138</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, pp. 19-20.

contemporânea, sobretudo pelas suas reflexões literárias acerca dos contextos políticos que marcam o “pós-colônia” (expressão de Achille Mbembe). A partir disso, o artigo problematiza as dimensões do trauma e da memória coletiva em *Notas sobre o luto*, especialmente a partir das diferentes temporalidades evocadas, e conectam diferentes experiências do trauma: a guerra civil nigeriana, e a pandemia do COVID-19. Por fim, discute-se as dimensões do luto, a partir da escrita de Chimamanda Adichie, e de sua ressignificação dos diálogos entre tradição e modernidade nas sociedades igbo.

### Chimamanda Adichie e a “terceira geração”

Em junho de 2008, a romancista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie publicou o conto “The Headstrong Historian” [“A historiadora obstinada”] no jornal estadunidense *The New Yorker*. A narrativa centra na trajetória de uma mulher igbo na Nigéria colonial e em contextos pós-emancipação: a protagonista, Nwambga, se distingue de outras mulheres de sua vila pela sua personalidade forte e decidida, e que, mesmo contrariando a vontade paterna, decide casar-se com um homem chamado Obierika, oriundo de uma família “amaldiçoada” pela infertilidade. Após sofrer vários abortos espontâneos, Nwambga dá à luz a um filho, Anikwenwa, que decide educar sozinho após a morte de seu marido. Diante da ameaça representada pelos familiares do falecido Obierika, que, com base no costume e no direito consuetudinário, desejam tomar suas terras, Nwambga decide deixar o filho sob os cuidados de missionários católicos, com o objetivo de aprender a língua inglesa e utilizar de tal conhecimento como forma de defesa de suas terras nos sistemas de justiça instalados pelos colonizadores britânicos como forma de imposição da ordem colonial pela resolução de conflitos locais.

Uma das consequências das escolhas de Nwambga envolve o distanciamento cultural entre mãe e filho, especialmente por ela ser considerada, de um ponto de vista da cultura europeia disseminada nas escolas missionárias, como “primitiva”. Nwambga reencontra o filho muitos anos mais tarde, após o nascimento de sua neta, Grace, a “historiadora obstinada” do título e que, contrariando seus pais, decide largar o curso de Química na Universidade de Ibadan, para cursar História e, a partir daí, recuperar tradições igbo e assumir uma nova identidade: “Afamefunu, que significa ‘meu nome não será perdido’: era o nome que sua avó havia lhe dado”<sup>139</sup>. Além disso, como

---

<sup>139</sup> BRAGA, Cláudio Roberto Vieira. Trocando o próprio nome: identidade cultural e memória em *The Headstrong Historian*, de Chimamanda Ngozi Adichie. *Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, n. 19, 2010, p. 44.

resposta aos livros didáticos que conheceu ao longo de sua adolescência, e que narravam uma história da Nigéria a partir da perspectiva do colonizador britânico, Grace/Afamefunwa publica uma obra que representa possibilidades de recuperação dos protagonismos igbo e de denúncia da violência colonial sob o pretexto da “pacificação” das populações nativas: “*Pacifying with Bullets: A Reclaimed History of Southern Nigeria* [*Pacificando com Balas: Uma História Recuperada do Sudoeste Nigeriano*]”<sup>140</sup>.

Ao abordar a história de três gerações de homens e mulheres igbo a partir de suas relações com as culturas ancestrais e os processos de transformação das suas identidades culturais, em especial a partir do contato com o colonialismo, Chimamanda Adichie, por meio de seu conto “The Headstrong Historian”, retoma uma temática recorrente em sua produção literária, a saber, as relações com a memória coletiva dos processos de colonização e descolonização na Nigéria, as articulações complexas entre tradição e modernidade, e a recuperação de vozes silenciadas pelos contextos de subalternização decorrentes da exploração colonial para, assim, escrever uma história nigeriana a partir da pluralidade de vozes e experiências históricas de homens e mulheres africanas. Dessa forma, enfatizando os protagonismos femininos, e de modo mais específico as trajetórias de mulheres igbo ao longo do século XX, Adichie fornece uma perspectiva que, de uma forma ou de outra, permite ainda lançar novos olhares ao passado de modo a desnaturalizar a violência colonial e construir novas formas, menos verticalizadas, de relações entre experiências de modernidade e tradições ancestrais.

Assim, possibilita-se pensar na escrita literária e ensaística de Chimamanda Adichie como um exemplo do que tem sido considerado como uma “literatura pós-colonial”, no qual o conceito “pós-colonial”, longe de expressar certa linearidade temporal ou a total superação das estruturas de poder/violência associadas à colonialidade, “nos ajudar a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização”<sup>141</sup>, e que permite, entre outros aspectos, na subversão ou superação dos binômios colonizador/colonizado para refletir acerca de outras formas de relações de poder que emergem nestas conjunturas históricas, especialmente, como no caso da Nigéria pós-independência, em contextos políticos e sociais marcados por governos autoritários, crises econômicas e guerra civil. Portanto, ao tomar a literatura de Chimamanda Adichie como fonte de investigação histórica, intenciona-se uma aproximação ao conceito de “pós-colonial” como um “fenômeno

---

<sup>140</sup> ADICHIE, Chimamanda. Ngozi. “The Headstrong Historian”. *The New Yorker*, 23 de jun. 2008. Disponível em <<https://www.newyorker.com/magazine/2008/06/23/the-headstrong-historian>> Acesso em: 09 de jun. 2023.

<sup>141</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 101.

rizomático de longa duração”, e que se refere aos “desdobramentos silenciosos, residuais e (inter)ditos que marcam os novos desafios do espaço-tempo da contemporaneidade, todavia assombrada por *restos* e *rastras* da (pós)colonialidade e do(s) império(s)”<sup>142</sup>.

Conforme Alyxandra Gomes Nunes, a tematização das memórias coletivas e das vozes femininas na Nigéria colonial/pós-colonial aproxima-se das diferentes facetas mobilizadas pelos projetos literários de Chimamanda Adichie e que incluem, ainda, uma atenção especial à “condição feminina, os estereótipos que arrasam as relações humanas, tanto de uma perspectiva racial quanto étnica; as diferenças no balanço de gênero; os dilemas intergeracionais e principalmente, a recorrência do silenciamento sobre a guerra de Biafra”<sup>143</sup>, conflito civil que deixou profundas cicatrizes na sociedade nigeriana entre as décadas de 1960 e 1970. Como se sabe, Adichie integra uma geração mais recente de romancistas nigerianos de expressão inglesa nascidos por volta dos anos de 1960-1970, e que realizaram parte das formações e trajetórias em situação de diáspora, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra. A partir de sua condição diaspórica, fornecem outros olhares sobre as realidades socioculturais nigerianas, distanciando-se, por um lado, das perspectivas coloniais e, por outro lado, dos discursos nacionais, enfatizando “uma outra história possível, [...] histórias plurais, longe de uma história única, perigosa e redutora”<sup>144</sup>. Por esse motivo, Adichie integraria uma chamada “terceira geração”<sup>145</sup> da literatura nigeriana, comprometida com a (re)escrita da história da Nigéria com destaque para eventos recentes, a exemplo da guerra de secessão de Biafra, ainda que em diálogo com outros literatos nigerianos de gerações anteriores – em especial, o romancista e poeta Chinua Achebe (1930-2013), considerado como um dos “pais” da literatura nigeriana<sup>146</sup>.

Oriunda de uma família de origem igbo, Adichie nasceu em setembro de 1977, na cidade de Abba, no estado de Anambra, na Nigéria. Seus pais, Grace Ifeoma (1942-2021) e James Nwoye Adichie (1932-2020), eram professores vinculados à Universidade de Nsukka, motivo pelo qual Adichie, ao lado de seus cinco irmãos, foi criada no *campus* universitário. Após concluir seus estudos secundários

---

<sup>142</sup> BRUGIONI, Elena. Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto. Campinas: UNICAMP, 2019, p. 79.

<sup>143</sup> NUNES, Alyxandra Gomes. Chimamanda Ngozi Adichie: trajetória intelectual e seu projeto literário. Revista África(s), v. 03, n. 05, jan./jun. 2016, p. 129.

<sup>144</sup> NUNES, Alyxandra Gomes. Chimamanda Ngozi Adichie: trajetória intelectual e seu projeto literário. Revista África(s), v. 03, n. 05, jan./jun. 2016, p. 130.

<sup>145</sup> ADESANMI, Pius; DUNTON, Chris. Nigeria's third generation writing: historiography and preliminary theoretical considerations. English in Africa, v. 32, n. 1, 2005.

<sup>146</sup> DOHERTY, Brian. Writing Back with a Difference Chimamanda Ngozi Adichie's “The Headstrong Historian” as a Response to Chinua Achebe's Things Fall Apart. Matatu, v. 45, 2014, pp. 187-201.

em Nsukka, e pela influência dos pais, que desejavam que seguisse carreira médica, Adichie iniciou o curso de Medicina e Farmácia, permanecendo durante um ano e meio, sem concluir. No período em que esteve na Universidade de Nsukka, Adichie iniciou sua inserção no mundo das letras, em especial por sua atuação na revista *The Compass*, publicada por estudantes do curso de Medicina. Aos dezenove anos, mudou-se para os Estados Unidos com o objetivo de realizar outro curso de graduação: em um primeiro momento, estudou na Universidade de Drexel, na Filadélfia, mudando-se posteriormente para a Universidade do Estado de Connecticut, onde se graduou em Comunicação e Ciência Política em 2001. Mais tarde, concluiu seu mestrado em Escrita Criativa pela Universidade John Hopkins, em Baltimore, e em Estudos Africanos pela Universidade de Yale em 2008. Além disso, Adichie participou de programas de bolsas voltadas a artistas e escritores, a exemplo da Hodder Fellowship da Universidade de Princeton e na Universidade de Harvard.

A produção literária de Chimamanda Adichie teve início no final da década de 1990, mormente com a publicação de poemas e peças teatrais, além de contos publicados em revistas literárias. Adichie alcançou notoriedade com a publicação de seus romances no início da década de 2000, especialmente *Purple Hibiscus* [Hibisco Roxo] em 2003, na qual tematiza os entrecruzamentos entre a violência política na Nigéria pós-independência e a violência de gênero em um ambiente doméstico, abordando, ainda, os contrastes entre religiosidades ancestrais igbo e valores cristãos; e *Half of a Yellow Sun* [Meio Sol Amarelo], em 2006, romance ambientado antes e durante a guerra de secessão do Biafra, episódio narrado a partir das trajetórias e vicissitudes de diversas personagens, entre as quais duas protagonistas igbo, as irmãs Olanna e Kainene. Ao tematizar os conflitos civis na Nigéria entre as décadas de 1960 e 1970, Adichie também retomava elementos de sua história familiar, visto que sua família perdeu quase tudo como consequência da guerra, que também vitimou os avós da romancista. Adichie insere-se em um conjunto de romancistas nigerianos que, nas últimas décadas, utilizaram-se de suas experiências testemunhais ou relatos familiares para refletir sobre a guerra do Biafra, a exemplo de Chinua Achebe, que viajou pelos Estados Unidos e pela Europa com o fito de denunciar as atrocidades da guerra e posteriormente publicou poemas tratando da violência contra as comunidades igbo (*Beware Soul Brother and Other Poems*, publicado em 1972), e de Buchi Emecheta (1944-2017), que relatou suas experiências com os conflitos no romance *Destination Biafra* (1982).

Nesse ponto, denotam-se as marcas de certa perspectiva autobiográfica nesses poemas e romances, considerando-se a autobiografia como uma forma de reflexão e organização das experiências individuais e coletivas, e ainda como uma forma de “arquivamento da própria vida”, por

intermédio de processos de seleção, ordenamento e classificação de episódios vividos<sup>147</sup>. De forma mais específica aos relatos autobiográficos produzidas por mulheres e, sobretudo, de mulheres negras, a reflexão sobre as escritas autorreferenciais (a exemplo de autobiografias, diários, cartas, entre outros) também implica em pensar na recuperação de experiências que, durante muito tempo, foram invisibilizadas e marginalizadas a partir do que se considerava como uma “vivência universal”<sup>148</sup>. Até porque, “no caso das mulheres”, a escrita autobiográfica” assume uma grande importância, já que o anonimato caracterizou a condição feminina até algumas décadas atrás” e, ao exemplo dos romances de Chimamanda Adichie, essas modalidades de escrita produzem “uma experiência de incômodo e inadaptação diante dos modelos tradicionais de feminilidade, um sentimento de estraneidade vivido desde cedo em suas vidas”<sup>149</sup>. Nesses casos, convém ainda demarcar a potência das narrativas autobiográficas produzidas por mulheres africanas ou em situação de diáspora como espaços de “autodefinição”, por meio de um esmiuçamento do “espaço privado, oculto, da consciência feminina negra, os pensamentos “íntimos” que permitem às mulheres negras suportar e, em muitos casos, transcender os limites das opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade”<sup>150</sup>.

Por extensão, convém contextualizar a produção de Chimamanda Adichie como parte da chamada “terceira geração” da literatura africana contemporânea. De acordo com Pius Adesanmi e Chris Dunton<sup>151</sup>, os poetas, dramaturgos e romancistas das primeiras e segunda gerações nasceram na primeira metade do século XX, momento em que o continente africano ainda estava quase que inteiramente sob o jugo colonial. Os literatos da primeira geração estavam vinculados ao movimento da *Négritude* nas décadas de 1930-1940, ou aos nacionalismos na África anglófona e francófona nas décadas de 1950-1960, a exemplo de Leopold Sedar Senghor, Agostinho Neto, David Diop, Birago Diop, Ousmane Soce, Amos Tutuola, Chinua Achebe, Wole Soyinka, J. P. Clark, T. M. Aluko, Efua Sutherland, Flora Nwapa, Cheikh Hamidou Kane, Peter Abrahams, Alex La Guma, Eskia Mphahlele, Sembene Ousmane, Ngugi wa Thiong'o, Mongo Beti e Ferdinand Oyono.

---

<sup>147</sup> ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n.21, 1998, pp. 9-34.

<sup>148</sup> STORI, Jessica. “Quando eu infiltrei na literatura, não previa o pranto”: a memória e a escrita de Carolina Maria de Jesus. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba: UFPR, 2020, p.35.

<sup>149</sup> RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013, pp. 36-38.

<sup>150</sup> COLLINS, Patricia Hills. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 202.

<sup>151</sup> ADESANMI, Pius; DUNTON, Chris. Nigeria's third generation writing: historiography and preliminary theoretical considerations. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005.

A segunda geração seria composta por literatos que, ainda que nascidos no período colonial, vivenciaram os contextos de independência e descolonização, desenvolvendo certo distanciamento crítico com os projetos nacionalistas africanos, apontando ainda as suas limitações e contradições: poetas e romancistas como Sony Labou Tansi, Williams Sassine, Alioum Fantoure e Mariama Ba, entre outros, integrariam essa geração. Distintamente aos autores da primeira geração, preocupados em desconstruir estereótipos coloniais sobre as sociedades e culturas africanas, a segunda geração estava muito mais preocupada com questões políticas da contemporaneidade; de modo específico ao caso nigeriano, com os impactos do processo de descolonização, o escalonamento da violência política e a corrupção, bem como a guerra do Biafra: esses questionamentos estavam presentes em obras de autoras e autores nigerianos como Buchi Emecheta, Elechi Amadi, Chukuemeka Ike, Festus Iyayi e Helen Obviagele, entre outros. A partir da metade da década de 1980, Adensamni e Dunton observam a formação de uma nova geração de escritores nascidos, de um modo geral, pós-1960, contexto associado internacionalmente ao fim do colonialismo no continente africano. Algumas figuras emblemáticas da terceira geração, e que alcançaram reconhecimento internacional, são Moses Isegawa (Uganda), Ama Darko (Gana), Yvonne Vera e Tsitsi Dangarembga (Zimbábue), Calixthe Beyala (Camarões) e Abdourahman Ali Waberi (Djibuti).

Contudo, a Nigéria “apresenta um caso singular de centenas de escritores do mesmo país que se integram à identidade da terceira geração, e estão conscientes dessa imagem coletiva e das dinâmicas de uma auto-imaginação literária em amplitude nacional”<sup>152</sup>. Essa geração de poetas, romancistas e dramaturgos formou-se em um contexto de acentuada crise econômica e política na Nigéria da segunda metade da década de 1980, principalmente com o golpe militar em dezembro de 1983, que derrubou o governo de Shehu Shagari, cujas eleições haviam sido amplamente acusadas de fraudulentas e marcadas pela violência política, e instaurou o general Muhammadu Buhari no poder até 1985. Naquele ano, outro golpe de estado derrubou Buhari do poder, iniciando o processo de transição para a chamada “terceira república da Nigéria”, que resultou na formação de um sistema político bi-partidário e na realização de eleições presidenciais em 1993, levando à nomeação de Ernest Shonekan como chefe do governo nacional e, pouco depois, em outro golpe de estado. No campo econômico, esse período também foi marcado por turbulências, especialmente pela queda nos preços do petróleo, um dos principais produtos da economia nigeriana e na desvalorização da moeda nigeriana; uma das

---

<sup>152</sup> ADESANMI, Pius; DUNTON, Chris. Nigeria's third generation writing: historiography and preliminary theoretical considerations. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, p. 15.

consequências desse período de crise foi o fechamento de diversas casas editoriais nigerianas, ocasionando uma “evaporação dos mercados livreiros”<sup>153</sup>.

Apesar disso, diversos críticos literários e historiadores denotam uma revitalização da literatura nigeriana nesse período. Parte significativa dos poetas, literatos e dramaturgos associados à terceira geração são oriundos de Lagos e Ibadan, atuando de forma ativa na Association of Nigerian Authors (ANA), organização criada em 1981 com o objetivo de promover a produção literária na Nigéria e, originalmente, presidida por Chinua Achebe. Para tanto, desde a década de 1980, a ANA promoveu diversos encontros e eventos literários, publicações de antologias e revistas literárias. Entre as décadas de 1980 e 1990, boa parte da escrita literária relacionada à terceira geração consistia em poesia produzida por figuras do meio literário em Ibadan – tais como Afam Akeh, Amatoritsero Ede, Nike Adesuyi, Kemi Atanda Ilori, Chiedu Ezeanah, Remi Raji, Kunle George, Onookome Okome, Sanya Osha, Nduka Otiono e Sola Olorunyom; que se estabeleceram em Lagos – a exemplo de Uche Nduka, Ogaga Ifowodo, Toyin Adewale Gabriel, Obi Nwakanma e Epaphras Osondu; ou ainda em Nsukka – sobretudo Esiaba Irobi, Uche Nduka, Olu Oguibe, Emman Shehu, Maik Nwosu e Chika Okeke-Agulu. A partir da segunda metade da década de 1990, observa-se ainda uma retomada do romance [*novel*] como forma literária de destaque entre os autores da terceira geração, especialmente graças às publicações de Helon Habila, Chris Abani e Chimamanda Adichie, a qual, assim como outros membros dessa geração, migrou para os Estados Unidos (ou Europa), onde publicou seu romance de estreia, *Purple Hibiscus*<sup>154</sup>.

### **(D)escrever o trauma e pensar o luto no (pós)colônia**

A trajetória e a produção literária de Chimamanda Adichie possui pontos de contato com outros literatos associados à terceira geração da literatura africana contemporânea, evidenciando ainda influências de romancistas das gerações anteriores, a exemplo do supramencionado Chinua Achebe: assim como Achebe, em seu romance de estreia *Things Fall Apart* (1958), Chimamanda Adichie, em *Purple Hibiscus*, também aborda a “desestruturação de uma família e da comunidade sob as pressões do colonialismo e da religião - reposicionando esses temas na Nigéria pós-independência, num momento

---

<sup>153</sup> HEWETT, Heather. Coming of Age: Chimamanda Ngozi Adichie and the Voice of the Third Generation. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, p. 74.

<sup>154</sup> ADESANMI, Pius; DUNTON, Chris. Nigeria's third generation writing: historiography and preliminary theoretical considerations. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, pp. 10-12.

em as heranças do colonialismo - corrupção, perseguições políticas e dogmatismos religiosos - dissolvem famílias e comunidades”<sup>155</sup>. Por extensão, Adichie também atenta-se àquelas figuras silenciadas ou marginalizadas na ficção de Achebe, em especial às mulheres vítimas de violência doméstica, de modo a enfatizar o corpo feminino e a dimensão das relações de gênero. As relações entre tradição e modernidade também são abordadas em *Purple Hibiscus*, especialmente no que se refere aos conflitos gerados pelo choque entre práticas religiosas ancestrais e a força das religiosidades cristãs na contemporaneidade.

Além disso, convém frisar que a escrita literária de Chimamanda estabelece relações com outros textos produzidos em contextos africanos e afrodiaspóricos, especialmente na literatura de autoria feminina, de modo a evidenciar uma “intertextualidade transnacional”, sugestiva da “presença de uma dimensão heterogênea, diaspórica na literatura nigeriana contemporânea - uma dimensão inerente a muitas literaturas nacionais em um mundo pós-moderno e globalizado”<sup>156</sup>. Portanto, na perspectiva de Heather Hewett, para além de uma “tradição literária” associada à terceira geração da literatura nigeriana, a obra de Chimamanda Adichie precisa ser observada em contextos mais amplos - diaspóricos, transnacionais, especialmente por abordar temáticas em comum com outras romancistas africanas e afrodiaspóricas, tais como as zimbabuanas Tsitsi Dangarembga e Yvonne Vera, e as afro-estadunidense Maya Angelou e Sapphire. Nesse ponto, convém também lembrar do próprio caráter diaspórico da trajetória de Chimamanda Adichie, entendendo a diáspora como tema pertinente aos estudos sobre as experiências africanas em situações (pós-)coloniais, e a partir de uma compreensão do conceito de diáspora como um demarcador “não por essência ou pureza, mas pelo reconhecimento de uma necessária heterogeneidade e diversidade; por uma concepção de ‘identidade’ que vive com e através da diferença, não apesar dela”<sup>157</sup>.

De forma semelhante a outros romancistas nigerianos das décadas de 1970-1980, a guerra de secessão do Biafra foi tematizada por Chimamanda Adichie em *Half of a Yellow Sun*. A se julgar pela dedicatória do romance, as motivações de Adichie ao produzir seu romance refletem traumas intergeracionais decorrentes da violência política que fraturou o estado nacional nigeriano em seu contexto pós-independência: na dedicatória, a romancista afirma que escreveu como forma de

---

<sup>155</sup> HEWETT, Heather. Coming of Age: Chimamanda Ngozi Adichie and the Voice of the Third Generation. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, p. 79.

<sup>156</sup> HEWETT, Heather. Coming of Age: Chimamanda Ngozi Adichie and the Voice of the Third Generation. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, p. 76.

<sup>157</sup> HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan. *Identity, Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990, p. 235.

recuperar a “memória” de seus avôs, “que não [conheceu], Nwoye David Adichie e Aro-Nweke Felix Odigwe”, os quais “não sobreviveram à guerra” e de suas avós, “Nwahuodu Regina Odigwe e Nwamgbafor Agnes Adichie, duas mulheres extraordinárias”<sup>158</sup> que sobreviveram aos conflitos para contar sua história. A epígrafe que segue a dedicatória, extraída de um poema de Chinua Achebe sobre as vítimas do conflito, reforça a intertextualidade do romance, bem como seu esforço em produzir uma reflexão literária sobre o trauma e, por extensão, sobre o luto. As histórias interconectadas de suas personagens, a exemplo das irmãs igbo Olanna e Kainene; do jovem Ugwu, posteriormente pressionado a juntar-se ao exército de Biafra; e do britânico Richard Churchill representam diferentes pontos de vista de uma experiência traumática, considerando-se, portanto, o “teor testemunhal da literatura”<sup>159</sup> e sua possibilidade de “narrar o inenarrável” em situações nas quais o “próprio grau de violência impediu que o testemunho pudesse ocorrer”. Conforme afirma Marcio Seligmann Silva, “a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço”.<sup>160</sup>

A guerra do Biafra, também conhecida como guerra civil nigeriana, foi um conflito que fraturou os projetos nacionalistas para a Nigéria entre as décadas de 1960 e 1970. A guerra deixou um saldo de aproximadamente 2 milhões de civis mortos, embora algumas estimativas apontam 3 milhões de mortos<sup>161</sup>, em sua maioria como consequência das medidas de isolamento econômico adotadas pelo governo nigeriano contra o Biafra, e que levou a períodos prolongados de fome e epidemias. Conflitos como este integram um complexo de forças designadas pelo pensador camaronês Achille Mbembe de “pós-colônia”, termo associado às “trajetórias históricas das sociedades recentemente saídas da experiência da colonização, e da violência que envolvem as relações coloniais”<sup>162</sup>. Embora as experiências das “pós-colônias” sejam “caoticamente plurais”, elas mantêm certo nível de coerência interna, especialmente pelo uso da violência estatal monopolizada pelas novas elites africanas, que controlam as riquezas nacionais por meio de corrupção e violência. Em linhas gerais, a guerra do Biafra foi o resultado de fatores derivados das décadas de administração colonial britânica, que provocaram

<sup>158</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Meio-Sol Amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.5.

<sup>159</sup> SILVA, Marcio Seligmann. *Literatura e trauma*. *Pró-Posições*, v. 13, n. 3, 2016, p. 135.

<sup>160</sup> SILVA, Marcio Seligmann. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. *Psicologia clínica*, v. 20, n. 1, 2008, pp.68-70.

<sup>161</sup> SEIBERT, Gerhard. *São Tomé and the Biafran War (1967-1970)*. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 51, n. 2, 2018, pp. 263-292.

<sup>162</sup> MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001, p. 101.

e agravaram diferenças regionais e dificultaram a consolidação de uma “consciência nacional unificada”<sup>163</sup>, associados também a disputas políticas e divergências étnicas dentro da Nigéria, sobretudo no contexto dos golpes de estado nos primeiros anos da década de 1960, logo após a independência. Esses episódios levaram grupos militares de origem hauçá-fulani ao poder e intensificaram a perseguição aos igbos, especialmente por meio de massacres (pogroms) no norte que levaram à morte de milhares de igbos em um período de poucos meses.

A formação da República do Biafra, um território separatista composto por grupos igbo na região oriental, refletia as aspirações e projetos de muitos igbo que compreendiam como inviável a sua permanência no governo federal da Nigéria a partir da metade da década de 1960<sup>164</sup>. Conforme os historiadores Toyin Falola e Matthew Heaton, o processo de independência da Nigéria, entre os decênios de 1950 e 1960, foi constituído em torno de bases frágeis, sobretudo pelas diferenças regionais (especialmente entre norte/sul) e étnicas (sobretudo entre grupos hauçás/fulani e grupos igbo), agravadas por décadas de administração colonial britânica, e que se apresentavam como obstáculos para a conformação de uma identidade nacional homogênea, a despeito de expressivos investimentos nas artes e na literatura como forma de construção de um sentimento de pertencimento nacional. Por extensão, problemas políticos marcaram o contexto pós-independência, principalmente pela corrupção generalizada e eleições fraudulentas, somado ao controle hegemônico de grupos étnicos em regiões específicas do território nigeriano, sobretudo como consequência do sistema federativo adotado pela constituição nigeriana após a independência, e um quadro geral de problemas econômicos, em especial sua dependência em exportações de produção agrícola para companhias europeias. O contexto mais imediato que levou à eclosão da guerra civil estava associado a uma série de golpes de estado: um primeiro, ocorrido em janeiro de 1966, liderado por oficiais militares em sua maioria de origem igbo, resultou na prisão e morte de diversos políticos hauçás, e suscitou um contragolpe poucos meses depois, o qual levou militares hauçás ao poder. O processo deu início às perseguições e massacres contra comunidades igbo vivendo no norte da Nigéria, resultando em milhares de mortos e migrações em massa.

Como consequência, “o povo igbo tentou se separar da Nigéria, então sob um governo militar, para criar a sua própria república do Biafra”<sup>165</sup>. Além do risco de outros movimentos separatistas a

---

<sup>163</sup> FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria*. p. 159.

<sup>164</sup> DALY, Samuel Fury Childs. *A Nation on Paper: Making a State in the Republic of Biafra*. *Comparative Studies in Society and History*, v. 62, 4, pp. 868 - 894.

<sup>165</sup> KHAPOYA, Vincent. *A experiência africana*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 275.

serem suscitados pela criação do Biafra, a região concentrava a maioria das reservas de petróleo na Nigéria, o que levou a violenta reação por parte do governo nigeriano e um estado de guerra civil até janeiro de 1970. A guerra resultou no colapso da república do Biafra, sobretudo como consequência das medidas isolacionistas promovidas pelo governo nigeriano, que impossibilitaram o acesso a suprimentos e causaram longos períodos de fome e epidemias entre a população do Biafra. Além de milhões de mortos, o colapso do Biafra provocou um número de aproximadamente três milhões de desterrados. Desse modo, “a guerra civil deixou um legado significativo para a Nigéria [...]. A questão nacional continuaria a perseguir a retórica política nigeriana”<sup>166</sup>, e esfacelaria qualquer expectativa de uma identidade nacional coesa ou hegemônica. Afinal de contas, enquanto a Nigéria se recuperava da guerra civil, “estava claro que graves fissuras étnicas e regionais continuaram a existir, impossibilitando o estabelecimento de uma identidade nacional forte e, portanto, inviabilizando o desenvolvimento de um governo federal estável e democraticamente eleito”<sup>167</sup>.

As cicatrizes profundas deixadas pela violência relacionada à guerra civil foram tema de produção literária e poética entre pensadores nigerianos, em um esforço, num primeiro momento, de denúncia da violência contra a população civil no Biafra e, a partir disso, enquanto estratégia literária para pensar o trauma e o luto. Nesse ponto, convém pensar nas reflexões sobre esses temas a partir do ensaio *Notas sobre o luto*, de Chimamanda Adichie, publicado em um contexto marcado por perdas pessoais, isto é, a morte do pai da escritora nigeriana, e por um rastro de milhões de mortes provocados pela pandemia do COVID-19 - especialmente porque, ao refletir sobre o luto pelas perdas derivadas da pandemia, Adichie também recupera a memória de outro trauma coletivo - da guerra civil nigeriana. Em linhas gerais, o ensaio trata sobre a relação pessoal de Chimamanda Adichie com a morte de seu pai, mas também recupera elementos da cultura e espiritualidade tradicional igbo para refletir sobre a relação com a morte e o luto, evocando, desse modo, processos de reelaboração da memória ancestral. Essa recuperação da memória, especialmente a partir da ritualística fúnebre, fica evidente nas menções ao avô de Adichie, vítima dos conflitos do Biafra. Adichie relembra que seu “avô morreu na Guerra de Biafra, num campo de refugiados, e foi enterrado numa cova sem identificação, e uma das primeiras coisas que [seu] pai fez depois da guerra foi organizar uma cerimônia fúnebre posterior.”<sup>168</sup>. Aqui, assim como em outros momentos da narrativa, Adichie parece recuperar as cerimônias fúnebres e o próprio sentimento do luto como um elemento central nas relações espirituais entre as comunidades

---

<sup>166</sup> FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria*, p. 180.

<sup>167</sup> FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria*, p. 181.

<sup>168</sup> ADICHIE, Chimamanda. *Notas sobre o luto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 81-82.

igbo: a necessidade de transformar o morto em ancestral por meio da cerimônia fúnebre, e assim preservar sua memória.

Conforme demonstrado pelo sociólogo Fábio Leite, em diversas sociedades na África Ocidental, tais como os iorubás (Nigéria) os agni e os senufo (Costa do Marfim), o indivíduo é visto como constituído por uma pluralidade de elementos vitais, em união e interação, que tornam a existência visível, dentre os quais, um princípio indestrutível e inexaurível que, após a morte, se manifesta como parte de um novo membro do mesmo grupo social ou se integra à massa ancestral de uma determinada sociedade. Assim, o indivíduo, após o fim de sua existência física, é transformado em ancestral por meio de ritos funerários, e que continua a portar uma carga social que refere-se ao grupo social que pertence. Assim, a morte se coloca como um fator "decisivo" para a produção desse novo estado existencial, permitindo uma nova mutação do indivíduo, e capacitando-o para se transformar em um ancestral. Cerimônias funerárias, incluindo a vivência do luto, adquirem um papel central na "elaboração social do ancestral". Desse modo, as cerimônias funerárias, "além da superação cultural da morte, permitem à sociedade dar continuidade à existência do homem, aparecendo esses ritos, ainda como o derradeiro elemento vital integrante da personalidade"<sup>169</sup>.

De modo semelhante, as religiosidades tradicionais igbo baseiam-se na crença na ancestralidade como força social. Os ancestrais são conhecidos como *ndiichie*. Nos sistemas de crença igbo, os *ndiichie* podem ser categorizados em três diferentes tipos: como *ndiichie di ndu* (ancestrais vivos), relacionados à anciãos com idade superior a setenta e um anos, os quais são considerados como guardiões de práticas culturais e costumes sociais; como *ndiichie n'obi*, ou símbolos de culto ancestral, relacionados às representações dos ancestrais mortos, como por exemplo objetos cerimoniais presentes em altares domésticos, e que permitem a confluência entre os vivos e os ancestrais mortos; e, por fim, os *ndiichie* propriamente dito: aqueles que são representados por meio de símbolos, transformados em ancestrais por meio de rituais fúnebres, e que fazem sua presença ser sentida entre os vivos, influenciando, por exemplo, na vida social e econômica da comunidade<sup>170</sup>. Desse modo, ao elaborar sobre a morte de seu pai, Adichie relembra que, dentre os “ditames culturais dos igbo”, encontra-se o imperativo da “passagem imediata da dor para o planejamento”, isto é, garantir a correta realização das cerimônias

---

<sup>169</sup> LEITE, Fábio. A questão ancestral: notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas. África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, v. 7, 1984, p. 134.

<sup>170</sup> ANIZOBA, O.M. Ancestral Presence in African Traditional religion: The Igbo perspective?. Unizik Journal of Arts and Humanities. v. IV, 2022, pp 77-89

fúnebres para garantir a transformação do morto em ancestral. Além disso, “para a maioria dos igbo, pelo menos os da geração do meu pai, não ter um funeral adequado é quase um temor existencial”<sup>171</sup>.

## Notas sobre o luto, entre tradição e modernidade

*Odelu-Ora-Abba*, aquele que escreve para a comunidade, era o título recebido por James Nwoye Adichie, pai de Chimamanda.<sup>172</sup> Ao (des)escrever a experiência do luto paterna e o carinho que os conhecidos haviam por seu pai, a nigeriana reflete sobre o luto e traumas que sua família vivenciou nas últimas décadas. Assim, retoma como a guerra civil afetou a identidade igbo, conectando a morte de seu avô e seu pai, trazendo a necessidade de preservar a sua cultura e a identidade como resistência contra o trauma da guerra civil e também, os traumas de perdas em contextos coletivos e individuais (como a COVID-19).

Ao longo do ensaio, entre as temáticas abordadas, Chimamanda Adichie resgata a importância dos rituais de enterro nas culturas igbo, evidenciando como esses processos desempenham um papel fundamental na comunidade. Ademais, a autora conta com a oportunidade de escrita como espaço de elaboração do luto pessoal, ao mesmo tempo, buscando compreender a dimensão cultural das práticas funerárias realizadas, visando rememorar a trajetória e vida de seu pai.

Relembrando os sentimentos descritos por James em vida diante da morte do avô de Chimamanda<sup>173</sup>, Adichie ilustra a reverência de honrar os entes queridos por meio de ritos fúnebres. Apesar de, pai e avô, falecerem em contextos onde as mortes fossem contabilizadas como números, serão as tradições (aqui Igbo) que trarão dignidade à memória daquele que um dia fez a diferença em sua comunidade.

Conforme as informações divulgadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a Nigéria foi classificada como um dos países africanos de alto risco à propagação da COVID-19 e com a maior taxa de letalidade da África Ocidental<sup>174</sup>. A partir deste contexto de saúde pública nigeriana, ela aponta

<sup>171</sup> ADICHIE, Chimamanda. *Notas sobre o luto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 78.

<sup>172</sup> ADICHIE, Chimamanda. *Notas sobre o luto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 53.

<sup>173</sup> ADICHIE, Chimamanda. *Notas sobre o luto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p.

<sup>174</sup> JOHNSON, S. M. Fears, Deaths, Mourning, and Burials in Times of COVID-19 Pandemic in Nígeria. *África, [S. l.]*, n. 43, p. e203137, 2022. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.i43pe203137.

a rapidez com que os funerais precisam acontecer na cultura igbo, fator que entrará em conflito com as condições dadas na pandemia, que dificultaram o acesso ao corpo falecido para realização dos ritos.

A cerimônia vai respeitar os protocolos da covid: máscaras são obrigatórias, e os convidados serão servidos na casa de diversos vizinhos que respeitarão as regras de distanciamento social. (...) Mas um dia antes de mandarmos imprimir os convites circulam boatos de que os aeroportos da Nigéria não vão mais abrir em agosto. (ADICHIE, 2021, p. 86)

Mesmo com o sentimento de dever a ser cumprido, no que se refere aos rituais fúnebres, o ensaio estabelece comparações sobre o modo como os processos pós-morte acontecem na Nigéria e fora dela - considerando a trajetória diaspórica de Chimamanda Adichie, suas perspectivas se voltaram aos Estados Unidos. Além disso, em um dos capítulos, fica evidente a insatisfação da escritora com a situação de perda familiar em contextos nigerianos, relacionando os dramas pessoais às situações sociais e políticas na Nigéria contemporânea: “a Nigéria, como sempre, está tornando tudo mais difícil do que deveria ser” de modo que “a desilusão com meu país de nascimento tem sido uma constante na minha vida, mas uma animosidade amarga assim é novidade”<sup>175</sup>.

Os ritos fúnebres representam a transitoriedade daquele ser faleceu, e um dos processos dos familiares e conhecidos que vivem enlutados, e seu percurso irá variar entre as culturas. Ainda que a morte seja uma das fases da vida de um ser humano, a morte inesperada (como as provenientes da COVID-19) tem um impacto ainda maior em quem irá vivenciar o luto, e veremos isso com o relato, que será potencializado pelo contexto onde ela se encaixa.<sup>176</sup>

Além dos rituais de enterro, a escritora discorre acerca da produção social do antepassado na cultura igbo. Abordando a importância da “liberação” da alma falecida, que envolve o quitamento de dívidas com a comunidade antes do funeral para evitar um boicote, essa prática destaca a forte ligação entre a comunidade e a celebração da vida do ancestral. Chimamanda busca a assimilação sobre como essas práticas contribuem para a coesão social e a preservação das tradições igbo, mas novamente, os conflitos culturais e emocionais (derivados também ao choque do luto inesperado) aparecem:

Há longas listas do que os grupos esperam de nós: as classes etárias, a *umuada*, a associação tradicional de mulheres da cidade, os grupos católicos, o conselho de chefes, os membros da vigilância que protegem nossa cidade. Quantos isopores de arroz, se o presente vai ser uma galinha ou um cabrito, quantos engradados de cerveja. Olho torto para essas listas. Não é a droga de uma festa. Eu não ligo para o que vamos vestir, nem para o que o catering vai preparar, nem para quais grupos vão ou não comparecer, porque eu continuo afundando.

<sup>175</sup> ADICHIE, Chimamanda. Notas sobre o luto. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 86.

<sup>176</sup> UGWU, Stella A. NWANKWO, Barnabas E. Modern Funeral Rites during COVID-19 Pandemic: the Socio-Psychological Implications. Nigerian Journal of Social Psychology. 2020.

Mas preciso ligar; essas coisas tinham importância para o meu pai. "Pense no que papai iria querer", diz meu irmão Chuks para me reconfortar. (ADICHIE, 2021, p. 80)

Na cultura igbo, os rituais de enterro desempenham um papel significativo e são considerados essenciais para honrar e celebrar a vida da pessoa falecida. Esses processos não apenas proporcionam um meio de despedida para os conhecidos, mas também são vistos como uma forma de garantir que o espírito desencarnado seja adequadamente encaminhado e que o coletivo possa prestar seus respeitos de maneira apropriada. Desse modo, ao discorrer sobre a permanência de tradições igbo, ainda que atentando-se a contextos de conflitos sociais, a escrita ensaística de Chimamanda Adichie em *Notas sobre o Luto* possibilita pensar nas instâncias de junção histórica e co-realização de modernidade e tradição em contextos africanos, considerando-se a permanência de elementos considerados como tradicionais, a exemplo de celebrações fúnebres, não como expressões culturais estáticas, mas sim como uma parte das modernidades africanas<sup>177</sup>. Desse modo, a resiliência de práticas funerárias, entre outros elementos culturais categorizados como "tradicionais", não remetem a uma "retradionalização" da sociedade, ou a um apego irracional ao passado, mas sim estratégias da população para lidar com "mudanças estruturais na sociedade"<sup>178</sup>.

Para além dos processos físicos da perda, como a vivência de uma celebração fúnebre, partindo agora aos traumas culturais e emocionais da perda, Adichie descreve como a Guerra do Biafra deixou uma marca inapagável na família. Especialmente com seu avô, que lutou e faleceu em um campo de refugiados durante a Guerra, o homem foi enterrado numa cova sem qualquer tipo de identificação e assim que pode, após o conflito, o pai de Chimamanda organizou uma cerimônia fúnebre posterior, como forma de honrar sua alma e vida. (ADICHIE, 2021, p. 80)

A maneira como a nigeriana aborda das práticas culturais igbo (que também são suas), incluindo os rituais de enterro e a produção social do ancestral, é marcada por uma profunda reflexão sobre a importância dessas práticas na comunidade. Simultaneamente enfatizando sua trajetória diaspórica, isto é, como uma romancista que, ao sair da Nigéria, tomou contato com outras expressões culturais e formas de interpretar a vida e a morte.

Nas suas *Notas sobre o luto*, Chimamanda Adichie sobrepõe diversas camadas de memórias traumáticas e formas de luto: sejam as lembranças daqueles que morreram como consequência da

---

<sup>177</sup> GESCHIERE, Peter. Feitiçaria e modernidade nos Camarões: alguns pensamentos sobre uma estranha cumplicidade. *Revista Afro-Ásia*, v. 34, 2006, pp. 9-38.

<sup>178</sup> FURQUIM, Fabiane. *A Revista Justiça Popular e o projeto modernizador Frelimista em Moçambique: os conflitos entre a modernidade e a permanência da tradição (1978-1992)*. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba: UFPR, 201, p. 137.

guerra civil na década de 1970, sejam as vítimas da pandemia da COVID-19. Posto assim, trata-se de um documento literário pertinente ao estudo das formas de sensibilidades do intelecto na contemporaneidade - das expressões do sentir e pensar.

## Conclusão

Por meio de sua trajetória e produção literária, a romancista nigeriana Chimamanda Adichie tem apontado aos limites e contradições dos projetos de construção de identidades nacionais na Nigéria contemporânea, ao enfatizar grupos excluídos ou marginalizados ao longo dos processos - seja a violência contra mulheres nigerianas, tal qual enfatizado em romances como *Purple Hibiscus*, ou contra grupos étnico-culturais, a exemplo da perseguição contra a população igbo em seu *Half of a Yellow Sun*. Esses elementos evidenciam os diálogos e conexões de Chimamanda Adichie com a chamada “terceira geração” da literatura africana contemporânea, sobretudo pelo seu distanciamento crítico de certa perspectiva homogeneizante de nação, e também por tematizar as violências e crises políticas que marcaram a história nigeriana nas últimas décadas do século XX. Desse modo, ao ressignificar as memórias de grupos excluídos ou marginalizados, a escrita literária e ensaística de Chimamanda Adichie problematiza a nação, por recuperar episódios de violência política e situações de trauma coletivo que marcaram o “pós-colônia” na Nigéria.

As violências em contextos de descolonização são, também, problematizadas pela romancista em *Notas sobre o Luto*. Nesse texto ensaístico, construído a partir de elementos autobiográficos, Adichie sobrepõe diferentes camadas de temporalidade ao tratar da guerra civil nigeriana entre as décadas de 1960 e 1970, e as respostas do governo nigeriano à pandemia do COVID-19, que resultou em milhares de mortos. Portanto, ao conectar as perdas pessoais, especificamente a morte de seu pai em decorrência do COVID-19, com os sofrimentos coletivos, Adichie discute os processos de luto e a ritualística fúnebre envolvida no processo de elaboração social dos ancestrais entre as comunidades igbo. Assim, *Notas sobre o Luto* também promove uma reflexão sobre os conflitos entre modernidades e a permanência de tradições, observando práticas culturais, a exemplo dos rituais fúnebres, não como um apego irracional ao passado, mas sim como uma resposta a mudanças estruturais que afetaram a sociedade nigeriana.

### Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda. **Meio-Sol Amarelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ADICHIE, Chimamanda. **Notas sobre o luto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ADICHIE, Chimamanda. Ngozi. “The Headstrong Historian”. *The New Yorker*, 23 de jun. 2008. Disponível em <<https://www.newyorker.com/magazine/2008/06/23/the-headstrong-historian>> Acesso em: 09 de jun. 2023.
- ADESANMI, Pius; DUNTON, Chris. Nigeria's third generation writing: historiography and preliminary theoretical considerations. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, pp. 7-19.
- ANIZOBA, O.M. Ancestral Presence in African Traditional religion: The Igbo perspective”. *Unizik Journal of Arts and Humanities*. v. IV, 2022.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n.21, 1998, pp. 9-34.
- BRAGA, Cláudio Roberto Vieira. Trocando o próprio nome: identidade cultural e memória em The Headstrong Historian, de Chimamanda Ngozi Adichie. *Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, n. 19, 2010, pp. 42-50.
- BRUGIONI, Elena. **Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto**. Campinas: UNICAMP, 2019.
- COLLINS, Patricia Hills. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DALY, Samuel Fury Childs. A Nation on Paper: Making a State in the Republic of Biafra. *Comparative Studies in Society and History*, v. 62, 4, pp. 868 - 894.
- DOHERTY, Brian. Writing Back with a Difference Chimamanda Ngozi Adichie’s “The Headstrong Historian” as a Response to Chinua Achebe’s Things Fall Apart. *Matatu*, v. 45, 2014, pp. 187-201.
- FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- FURQUIM, Fabiane. **A Revista Justiça Popular e o projeto modernizador Frelimista em Moçambique: os conflitos entre a modernidade e a permanência da tradição (1978-1992)**. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba: UFPR..
- GESCHIERE, Peter. **Feitiçaria e modernidade nos Camarões: alguns pensamentos sobre uma estranha cumplicidade**. *Revista Afro-Ásia*, v. 34, 2006, pp. 9-38.
- HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan. *Identity, Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HEWETT, Heather. Coming of Age: Chimamanda Ngozi Adichie and the Voice of the Third Generation. *English in Africa*, v. 32, n. 1, 2005, p. 73-97.

JOHNSON, S. M. Fears, Deaths, Mourning, and Burials in Times of COVID-19 Pandemic in Nigeria. *Revista África*, n. 43, 2022, pp. 8-19.

KHAPOYA, Vincent. **A experiência africana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEITE, Fábio. A questão ancestral: notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas. *Revista África*, v. 7, 1984.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

NUNES, Alyxandra Gomes. Chimamanda Ngozi Adichie: trajetória intelectual e seu projeto literário. *Revista África(s)*, v. 03, n. 05, 2016, pp. 129-145.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

## Os Outros de Ryukyu/Okinawa: Tessituras Identitárias no Discurso Literário

The Others of Ryukyu/Okinawa: Identity Weavings in Literary Discourse

Folha de São Paulo's representations of the PTB in the presidential regime of João Goulart (1963)

**Gabriela Franco Uechi**

Mestrando em Estudos da Condição Humana  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
gfuechi@gmail.com

**Recebido:** 17/07/2023

**Aprovado:** 03/09/2024

**Resumo:** O artigo explora a construção da identidade ryukyuna/okinawana na obra *Okinawa*, de Susumu Higa, analisando os títulos dos capítulos e a narrativa por meio de conceitos de Maingueneau (2018), Said (2007,2011) e Spivak (2010). O primeiro volume, *Sword of Sand*, usa a repetição de "areia" para simbolizar resistência na Batalha de Okinawa, enquanto o segundo volume, *Mabui*, aborda a espiritualidade e a resistência cultural pós-guerra. A análise revela como a linguagem literária molda identidades culturais e a representação do "Outro" colonial, evidenciando a complexidade das relações de poder e a persistência da violência colonial. A pesquisa reforça a importância de ouvir a voz do sujeito subjugado para melhorar as relações individuais e coletivas no contexto contemporâneo.

**Palavras-chaves:** Identidade; Ryukyu/Okinawa; Colonialidade;

**Abstract:** This article explores the construction of Ryukyuan/Okinawan identity in Susumu Higa's work *Okinawa*, analyzing the chapter titles and narrative through the concepts of Maingueneau (2018), Said (2007, 2011), and Spivak (2010). The first volume, *Sword of Sand*, uses the repetition of "sand" to symbolize resistance in the Battle of Okinawa, while the second volume, *Mabui*, addresses spirituality and cultural resistance in the post-war period. The analysis reveals how literary language shapes cultural identities and the representation of the colonial "Other," highlighting the complexity of power relations and the persistence of colonial violence. This research reinforces the importance of listening to the voice of the subjugated subject to improve individual and collective relations in the contemporary context.

**Keywords:** Identity; Ryukyu/Okinawa; Coloniality;

## Introdução

Foi a primeira vez que vi a terra dos meus antepassados ligada a algo legal.

– Aqui fala que o karatê foi criado em Okinawa!

– Tá escrito que as pessoas de lá têm pele mais escura ...

Na minha família, sempre me contaram que rolava uma rixa entre os japoneses do continente com os okinawanos. Se morasse no Japão talvez a tonalidade da cor gerasse mais preconceito, mas, aqui no Brasil, a gente era tudo japonês mesmo ... (TAYRA, 2021, p.17)

O excerto acima, retirado da história em quadrinho "Amarelo Seletivo", ilustra um dos elementos principais ao se discutir a identidade ryukyuna/okinawana: afinal, são japoneses? A resposta, no entanto, não é simples. Adentrar nos processos históricos de Ryukyu/Okinawa permite uma melhor compreensão tanto das expressões culturais dessa identidade quanto das suas formas de uso. Enxergar ryukyuanos/okinawanos como japoneses pode ser visto como a perpetuação de uma narrativa discursiva colonialista que apaga as violências promovidas pela colonização. Tais violências incluem a integração forçada ao império japonês com anexação e assimilação cultural compulsória (1879-1945), a participação em uma devastadora batalha terrestre no desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945), e o status de protetorado dos EUA por quase três décadas, durante o qual os habitantes das ilhas foram privados de seus direitos como cidadãos japoneses (1945-1972). Desde a reversão, a imposição de sediar bases militares dos EUA resultou em problemas como poluição e crimes, incluindo violência contra mulheres. Esses eventos contribuíram para a persistente percepção de injustiça, evidenciada pela posição de Ryukyu/Okinawa como a prefeitura mais carente em termos de renda per capita e níveis de desemprego do Japão (HIGINO;VOGT, 2021).

No título e no decorrer do texto, optou-se por usar o termo Ryukyu/Okinawa<sup>179</sup>, em vez de apenas Okinawa, para se referir ao território e às pessoas pertencentes ao antigo Reino de Ryukyu. O termo "Outros", também presente no título, baseia-se na discussão fundamentada pelos estudos de Said (2007; 2011), que oferecem suporte para a análise. Entende-se que o Japão, para autoafirmar tanto sua identidade quanto seu poder, utilizou artimanhas imperialistas semelhantes às das nações europeias, inferiorizando e dominando Ryukyu/Okinawa. Said utiliza os termos "Eu" e "Outro" para destacar a dicotomia entre o Ocidente ("Eu"), que se via como superior, e o Oriente ("Outro"), que era construído como exótico e inferior.

---

<sup>179</sup> Ryukyu remete à pronúncia dos caracteres chineses utilizados pelo Reino de Ryukyu. Okinawa é a forma como os japoneses se referiam ao Arquipélago de Ryukyu. O arquipélago é formado por quatro subarquipélagos: Amami, Yayama, Miyako e, com a maior ilha e foco deste estudo, Ryukyu/Okinawa.

No processo de formação do estado-nação japonês, Ryukyu/Okinawa frequentemente desempenhou o papel do "Outro" em relação ao "Eu" japonês. Dessa forma, no título, buscou-se destacar os diversos modos pelos quais Ryukyu/Okinawa foi objetificada por nações estrangeiras.

Contudo, apoiando-se no argumento de Spivak (2010), destaca-se que o sujeito subalterno é duplamente silenciado: tanto pelos colonizadores quanto pelas elites nativas que reproduzem a hegemonia. Dessa forma, reconhece-se que, sob a dominação japonesa e estadunidense, o ryukyano/okinawano tem sua projeção cultural e identitária inextricavelmente entrelaçada com sua condição de subalternidade, uma conexão que permeia e define suas narrativas discursivas. Ao tentar se expressar, a voz do subalterno é frequentemente apropriada, distorcida ou completamente ignorada pelos sistemas de poder dominantes.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre Ryukyu/Okinawa dedica-se à análise dos conflitos de identidade, abordando-os de forma explícita ou implícita e investigando sua relevância na sociedade e suas implicações políticas. Este estudo, por meio da historiografia e da análise discursiva do mangá Okinawa, de Susumu Higa, busca contribuir para os estudos ryukyuanos/okinawanos, que se diferenciam dos chamados estudos japoneses. Por um longo período, Ryukyu/Okinawa era vista como objeto de pesquisa inserido nos estudos americanistas ou japoneses, principalmente. No entanto, visando enriquecer a reflexão sobre o colonialismo persistente e, assim, promover a discussão contracolonial, os estudos ryukyuanos/okinawanos ganham espaço próprio entre seus pesquisadores.

O texto foi elaborado em duas partes distintas. A primeira abordou uma contextualização histórica por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando estudos dos pesquisadores Akamine (2017), Smits (1999), Chatani (2018) e Tanji (2006; 2017) como suporte bibliográfico. Na segunda parte, a ênfase foi a reflexão baseada na análise da produção discursiva literária, adotando a perspectiva contracolonial já mencionada. Essa perspectiva se baseia na compreensão de que a identidade do colonizado é permeada por diversas camadas de concepção e manipulação do Outro (SAID, 2011). Da mesma forma, sua expressão não apenas revela as consequências, mas também a problemática do pensamento colonial presente no subalterno (SPIVAK, 2010).

Entendendo que o discurso literário se refere à maneira como os sujeitos constroem e expressam suas identidades por meio da linguagem, relaciona-se também a forma como a linguagem é utilizada para moldar e comunicar aspectos da identidade, seja ela pessoal, social, cultural ou política (MAINGUENEAU, 2018) Por fim, são apresentadas as considerações finais e referências.

## Parte 1: De Reino de Ryukyu até a 47ª Prefeitura do Japão

A história de Ryukyu/Okinawa é marcada pelo colonialismo, que começou em 1879 com a invasão e dominação japonesa. Desde 1945, essa subjugação inclui também as práticas político-militares expansionistas dos Estados Unidos. A resolução da ONU de 1960, conhecida como "Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais", foi um marco na luta pela autodeterminação e independência dos territórios coloniais. No entanto, é significativo notar que, apesar dessa resolução, Ryukyu/Okinawa permaneceu sob controle japonês em vez de ser incluída no processo de descolonização aplicado a outros territórios também invadidos pelo Japão, como Coreia, Taiwan, Filipinas, Vietnã e Indonésia. Após a Segunda Guerra Mundial, Ryukyu/Okinawa foi ocupada pelos Estados Unidos até 1972, quando foi devolvida ao Japão, em vez de ser concedida a independência como ocorreu com outros territórios coloniais.

Na conjuntura da formação do Estado-nação japonês, para os líderes e planejadores do Japão durante o período Meiji (1868-1912), a criação de uma nação e a formação de um império eram conceitos praticamente idênticos. Eles frequentemente viam o império como uma versão fortalecida e ampliada do estado-nação (CHATANI, 2018, p.4). Diversas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de construir uma nação japonesa homogênea. No entanto, é importante entender a autonomia e independência do Reino de Ryukyu antes da invasão japonesa.

No livro *The Ryukyu Kingdom: Cornerstone of East Asia*, Akamine (2017) afirma que o povo e o Reino de Ryukyu eram soberanos até 1879, baseado em relatórios chineses sobre comércio marítimo na região. Ele sustenta essa afirmação com a documentação portuária que indica a autonomia do Reino de Ryukyu e sua participação voluntária no Sistema Tributário Chinês. Ao contrário da vassalagem imposta pelo Japão, essa participação era parte de um sistema organizado pelas dinastias chinesas para manter relações comerciais entre diferentes reinos e governos. O envio de tributos para a China foi interrompido em 1874, quando o Japão começou a desmantelar os alicerces do Reino.

Durante o período Edo (1603-1868), marcado pela paz entre os daimyôs após séculos de conflitos internos, o Reino de Ryukyu foi forçado a se tornar vassalo do daimyô de Satsuma, localizado na ilha de Kyushu, ao sul do Japão. Para manter sua soberania, o governo central do Japão em Edo (Tóquio) exigia que os daimyôs enviassem comitivas anuais para homenagear o rei. O Reino de Ryukyu cumpria essa exigência como parte da comitiva de Satsuma. Segundo Smits (1999), Satsuma tentava diferenciar os ryukyuanos/okinawanos do resto da comitiva, destacando os aspectos culturais de

influência chinesa neles. Enquanto Satsuma tentava manter distância entre Ryukyu e o Japão, ele se beneficiava dos portos movimentados de Ryukyu, que recebiam navios de toda a Ásia.

O termo "colonização" para descrever a marginalização e a japonização sofridas pela população de Ryukyu/Okinawa é um conceito mais recente. Na historiografia japonesa, tradicionalmente, descreve-se a anexação do arquipélago ao território japonês durante o Período Edo, em 1609. Esta narrativa baseia-se na ideia de que Ryukyu/Okinawa já fazia parte do Japão e que o desmantelamento do Reino de Ryukyu, em 1879, não foi resultado de uma ação colonial. (CHATANI, 2018, p. 93).

O termo "colonização" para descrever a marginalização e a japonização sofridas pela população de Ryukyu/Okinawa é um conceito mais recente. Na historiografia japonesa, tradicionalmente, descreve-se a anexação do arquipélago ao território japonês durante o Período Edo, em 1609. Esta narrativa baseia-se na ideia de que Ryukyu/Okinawa já fazia parte do Japão e que o desmantelamento do Reino de Ryukyu, em 1879, não foi resultado de uma ação colonial (CHATANI, 2018). Contudo, mesmo com o desmantelamento do Reino e a incorporação ao Japão, as políticas coloniais continuaram a ser implementadas até a pós-Segunda Guerra Mundial. A análise da literatura e das expressões culturais das ilhas revela que essa narrativa não pode ser totalmente compreendida sem considerar a violência e as consequências dessa dominação colonial.

### **A política assimilacionista colonial japonesa (1879-1945)**

Após o desmantelamento do Reino de Ryukyu em 1879, o Japão implementou suas instituições. Conforme apontado por Chatani (2018, p.4), mesmo diante das divergências e das diversas posições entre líderes japoneses e colonialistas, o desejo de homogeneizar os súditos imperiais e estabelecer uma nação que abrangesse todo o domínio imperial era compartilhado pelos japoneses, um movimento que a autora denomina como "nação-império".

Houve, portanto, a necessidade de incorporar não apenas o território e a economia, mas também as práticas culturais, espirituais/religiosas e a própria linguagem; "assimilar" significava integrar e incorporar os povos subjugados ao que se entendia como o ser japonês. Vale ressaltar que o imperialismo japonês acompanhou o processo interno de formação do Estado-nação nos moldes europeus, bem como a construção e afirmação de uma identidade nacional japonesa. Nesse contexto, a instituição da escola mostrou-se uma das principais ferramentas tanto na construção de uma identidade nacional quanto na política assimilacionista colonial. Para Smits (1999, p. 150), a

compreensão das representações da identidade ryukyana/okinawana, desenvolvidas pelos habitantes de Ryukyu/Okinawa a partir do final do século XIX, requer uma análise contextualizada que leve em consideração tanto o fenômeno do colonialismo quanto o conceito moderno de nação.

O apagamento e a negação da história de um povo são as principais ferramentas para o êxito de um projeto colonial. Conforme afirma Spivak (2010, p. 60), “o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como o Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade”.

A citação de Spivak aponta para a ideia de "violência epistêmica", que se refere à forma como o conhecimento e o discurso podem ser usados para subjugar e silenciar certos grupos, especialmente os colonizados. Ela destaca que a constituição do sujeito colonial como "Outro" é um projeto complexo, vasto e heterogêneo, que ocorre de forma remota e muitas vezes invisível. Esse projeto não apenas define o sujeito colonial como diferente e inferior, mas também apaga ou ignora sua subjetividade, sua existência como ser humano completo e complexo. A "obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade" sugere que, ao mesmo tempo em que o colonizador impõe sua visão de mundo e sua identidade sobre o colonizado, ele também apaga ou distorce a visão que o colonizado tem de si mesmo, sua história, cultura e subjetividade. Isso cria uma assimetria no poder de definir e representar a realidade, reforçando a dominação colonial.

No caso japonês, agentes governamentais, educadores e organizações semigovernamentais desempenharam um papel crucial no controle das populações coloniais. Grupos de influência moral atuavam tanto no Japão quanto em suas colônias, promovendo o nacionalismo centrado no imperador e nos modos de vida modernos. Os programas de treinamento destinados aos jovens eram vistos como integrantes desse intrincado sistema de governança (CHATANI, 2018, p. 7).

Punidos por falarem sua própria língua, os ryukyuanos/okinawanos foram obrigados a reorientar sua identidade em torno do serviço ao imperador japonês e a participar de mitos e rituais do continente; foram pressionados a seguir um caminho de “autonegação, abandonando sua língua e cultura distintas, sua okinawanidade, para se tornarem japoneses” (McMORMACK; NAKASONE; 2012, p. 6, tradução própria).

Embora Ryukyu/Okinawa tenha sido nomeada como "prefeitura"<sup>180</sup>, confirmando ser parte integrante do Japão, a relação entre o Estado Meiji e Ryukyu/Okinawa é questionável, levantando dúvidas sobre se Ryukyu/Okinawa era uma parte do Japão como as outras prefeituras ou uma colônia efetiva. Não obstante, os estudos de Smits (1999, p. 149) indicam uma relação colonial, ao considerar que todos os governadores de Ryukyu/Okinawa antes da guerra eram provenientes do continente, assim como a maioria dos funcionários educacionais pré-guerra.

O governo Meiji<sup>181</sup> estava aberto à ideia de vender parte de Ryukyu/Okinawa em negociações com a China. As reformas na posse de terras e nos impostos sobre terras ocorreram em 1873 no continente e em 1899 para Ryukyu/Okinawa. Embora as pensões dos samurais tenham sido interrompidas em 1876 no continente, em Ryukyu/Okinawa elas persistiram até 1909. O serviço militar obrigatório foi implementado em 1873 em todas as prefeituras, exceto em Ryukyu/Okinawa, onde ocorreu somente em 1898. As primeiras eleições para a prefeitura e a assembleia nacional aconteceram no continente em 1890, enquanto em Ryukyu/Okinawa essas eleições ocorreram em 1909 e 1912, respectivamente. Ao longo dos anos 1920, a Prefeitura de Ryukyu/Okinawa consistentemente contribuía com quantias muito superiores em impostos para o governo central em comparação com os gastos do governo central em Ryukyu/Okinawa. Quando Ryukyu se tornou a Prefeitura de Okinawa, seu povo e história ficaram entrelaçados com a narrativa emergente do Japão como um Estado-nação. Portanto, a leitura de Ryukyu/Okinawa como uma posse colonial do Japão torna-se aparente com a diferenciação que o governo japonês demonstrava entre as prefeituras do continente e Ryukyu/Okinawa.

### **A subalternidade evidenciada pela Guerra no Pacífico**

A Batalha de Okinawa marcou um ponto crucial na história do arquipélago, consolidando a distinção entre os habitantes de origem ryukyuana/okinawana e aqueles das ilhas principais do Japão. Enquanto anteriormente existia uma narrativa assimilacionista que buscava unificar todos como japoneses, pertencentes a uma única nação, as práticas dos militares japoneses durante a Guerra do

---

<sup>180</sup> Termo utilizado pelo governo japonês para as divisões administrativas de seu território.

<sup>181</sup> Período da história japonesa (1868-1912) marcado pelo fim do xogunato e restauração do poder do imperador, implementação de um parlamento, ocidentalização, expansão territorial imperialista com a modernização militar, adoção do calendário gregoriano e a implementação de um sistema educacional único.

Pacífico na Segunda Guerra Mundial, e as imposições à população e ao território, revelaram as profundas discrepâncias entre a identidade japonesa e a identidade ryukyuana/okinawana.

Em abril de 1945, durante a intervenção militar dos Estados Unidos em Ryukyu/Okinawa, foi promulgada a Proclamação Nimitz, declarando a suspensão de todos os poderes japoneses na região:

Artigo I - Todos os poderes de governo e jurisdição nas Ilhas de Nansei Shoto e águas adjacentes ocupadas pelas Forças dos Estados Unidos e sobre os habitantes destas, bem como a responsabilidade administrativa final, estão investidos em mim, Almirante da Frota, Marinha dos Estados Unidos, Comandante das forças de ocupação e como Governador Militar, e serão exercidos através de comandantes subordinados sob minha direção; Artigo II - Todos os poderes do Governo do Império Japonês são suspensos por esta proclamação (NIMITZ, 1945).

Ryukyu/Okinawa foi sacrificada para evitar ataques ao continente<sup>182</sup> e preservar a política nacional (o sistema imperial). A guerra do Japão na Ásia materializou-se na catastrófica Batalha de Okinawa. Os três meses (março a junho de 1945) de intensos bombardeios receberam a denominação de “tempestade de ferro”; a ferocidade do conflito foi tal que estima-se que um quarto da população ryukyuana/okinawana perdeu suas vidas (McCORMACK; NAKASONE, 2012, p. 6). Relatos de pessoas que perderam famílias inteiras são comuns. Abaixo segue a transcrição da fala de Haruko Oshiro<sup>183</sup>, que perdeu os pais e irmãos durante os bombardeios, restando apenas a sobrinha (Shigeko), que a acompanhou na fuga pela sobrevivência:

na guerra está todo mundo morto, vi a Shigeko, puxei e falei: vamos fugir. Depois uma obassan de parte da família de Shigeko, obassan que cuidou dela e titio que cuidou de mim. Todo na guerra morria, bomba e tudo caiu e morreu, e só sobrou nós duas. Irmão estava vivo, e papai também vivo, tava tudo vivo, mamãe com irmã e irmão, uma vez Boom e bomba e morreram, eu tava meio machucada e nós duas fugimos, puxei e puxei Shigeko, andamos muito, não tinha nada, mato e mato (OSHIRO, registro disponível em mini-documentário de 2022).

A Batalha de Okinawa teve fim em junho de 1945; no entanto, o desfecho final aconteceu com a rendição japonesa, oficialmente firmada em setembro do mesmo ano. Entre o fim da Batalha e a rendição, foi emitida e assinada pelos Aliados a Declaração de Potsdam, representada pelos líderes dos Estados Unidos, Reino Unido e China. Esta Declaração tratou de questões pós-guerra, incluindo a rendição incondicional do Japão, e delineava as condições que deveriam ser seguidas após a rendição.

---

<sup>182</sup> O Japão “continente” é composto por quatro grandes ilhas e adjacentes, que são: Hokkaido (incorporado em 1869), Honshu, Shikoku e Kyushu.

<sup>183</sup> Registrado no mini-documentário produzido para o evento organizado em função dos 50 anos da Reversão de Okinawa, ocorrido em junho de 2022, em São Paulo, sob o nome “Comemorar o quê?”.

Entre essas condições, estava a ocupação Aliada no Japão, para garantir que o país fosse transformado em uma nação pacífica e democrática.

No período de 1945 a 1951, os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental na reorganização do Japão pós-guerra, participando ativamente na elaboração da Constituição japonesa, que serve como a carta magna do Estado. Em relação a Ryukyu/Okinawa, foi estabelecido o Conselho Consultivo de Okinawa, uma entidade de pesquisa vinculada às forças armadas dos Estados Unidos.

Com a nova constituição japonesa de 1947, parte da população ryukyuna/okinawana entendeu que ser parte do Japão significaria ter os direitos estabelecidos no texto constitucional, e isso seria positivo. Desse modo, foi sustentado um discurso de expulsão dos militares estadunidenses e retorno ao Estado japonês. Esse discurso parecia viável e foi mantido até 1951.

Durante as negociações entre os governos dos Estados Unidos e do Japão, que culminaram no Tratado de São Francisco (1951), foram oficializados o fim do período de ocupação e tutela dos Estados Unidos e a restauração da soberania japonesa, firmando a retirada dos militares estadunidenses do território nipônico, exceto de Ryukyu/Okinawa, onde, além de não terem que se retirar, os Estados Unidos receberam aval para expandir seus domínios nas ilhas. A subalternidade do povo ryukyuno/okinawano foi novamente colocada em evidência quando o Japão utilizou o território conquistado como elemento de negociação, visando interesses próprios.

## **O Eu no Outro do Outro**

A subjugação de Ryukyu/Okinawa pelos Estados Unidos teve início em 1945 e continua até a atualidade. As políticas de intervenção adotadas nesse novo território conquistado podem ser observadas em três momentos: o período pós-guerra sob a Declaração de Potsdam (1945-1952), a governança da USCAR após o Tratado de São Francisco (1952-1972), e a partir da Reversão de Okinawa em 1972, respaldada pelo Tratado de Segurança Mútua de 1960, até os dias atuais.

As relações de poder e controle sobre Ryukyu/Okinawa entre Japão e Estados Unidos evidenciam uma contínua subalternidade da população local, onde o imperialismo se enraizou. Partindo da perspectiva de Said (2007), em que a construção do "Outro" constitui a base para a justificativa dos atos imperialistas, compreende-se que Ryukyu/Okinawa representou esse "Outro" a ser conquistado e subjugado, funcionando como uma reafirmação da própria nação japonesa. Apesar das especificidades do imperialismo estadunidense, conforme afirma Tanji (2017, p. 6), a situação de

Ryukyu/Okinawa ao longo da história confirma a postura colonizadora assumida pelos governos dos Estados Unidos, disfarçada sob o discurso democrático capitalista.

A USCAR (United States Civil Administration of the Ryukyus) foi uma administração civil dos Estados Unidos responsável pela governança das ilhas de Ryukyu/Okinawa, estabelecida em 1950 e atuante até a transferência de controle para o Japão, em 1972. A USCAR desempenhou um papel significativo na gestão dos assuntos locais. De acordo com Shibata (2022), com destaque para a educação, ao fim de sua gestão haviam sido implementadas 683 instituições educacionais, incluindo as três primeiras universidades locais. Shibata, por meio de uma análise de como o "Eu" e o "Outro" foram materializados na reconstrução educacional empreendida pelos Estados Unidos, aponta para três perspectivas: "a transmissão de valores políticos e a transformação da identidade através da reforma e transferência da educação estrangeira; as justificativas ideológicas que legitimaram a reforma; e o contexto geopolítico e sociocultural em que a reforma foi conduzida e absorvida".

Os Estados Unidos não apenas buscaram introduzir seus valores democráticos e culturais entre o povo de Ryukyu/Okinawa, mas também destacaram e incentivaram a preservação da herança indígena ryukyuana, visando desvincular Ryukyu/Okinawa do Japão<sup>184</sup>. Essa "operação psicológica", promovida pelos Estados Unidos, representou uma extensão das estratégias de guerra e desempenhou um papel crucial na abordagem estadunidense para a Ásia no pós-guerra. A transformação psicológica da "autoidentidade" dos habitantes de Ryukyu/Okinawa foi facilitada por meio de iniciativas educacionais, mobilidade estudantil e transferência de valores e sistemas dos Estados Unidos (Shibata, 2022).

Os movimentos de protesto protagonizados pelos ryukyuanos/okinawanos foram a base da análise de Tanji (2006), que objetivou compreender quais manejos identitários foram assumidos como forma de lidar com o que a autora denomina *Okinawa Struggle*<sup>185</sup>. A autora mapeou três ondas de protestos que se destacaram. A primeira teria ocorrido na década de 1950, marcada pela oposição à aquisição de terras pelos EUA, envolvendo todos os setores sociais, o que possibilitou vislumbrar uma unidade no povo local. Todos os estratos sociais, classes e ideologias — partidos políticos comunistas,

---

<sup>184</sup> Pode-se citar dois pesquisadores cujas produções foram apoiadas pela política estadunidense, que buscaram apresentar sua própria versão da história ryukyuana/okinawana e japonesa: George Kerr, com *Okinawa: Kingdom and Province Before 1945*, publicado em 1953, e *Okinawa: The History of an Island People*, publicado em 1958; e Ruth Benedict, com "O Crisântemo e a Espada", de 1946.

<sup>185</sup> Tradução própria: Luta de Okinawa

socialistas e conservadores, sindicatos de trabalhadores e professores, e agricultores organizados localmente — foram representados nesse momento (TANJI, 2006, p. 74).

Entretanto, com as resoluções do Tratado de São Francisco e o poder concedido à USCAR, na década de 1960, observou-se uma série de manifestações em massa de oposição política à presença dos EUA em Ryukyu/Okinawa, marcando, assim, a segunda onda de protestos. Segundo Tanji (2006, p. 77), o tema principal dessa onda de protesto era a reversão de Ryukyu/Okinawa para o Japão. Durante esse período, a população de Ryukyu/Okinawa buscou coesão por meio de uma forma de identidade nacionalista, mais especificamente a identidade nacionalista japonesa. A perspectiva predominante do protesto fundamentava-se na autodefinição de Ryukyu/Okinawa como "japonesa", conceito que Tanji (2006, p. 77) chamou de "nacionalismo da reversão". Entretanto, as ações coletivas na década de 1960 abordavam várias questões, não se limitando apenas à reversão.

Durante esse período, três questões específicas preocupavam os moradores de Ryukyu/Okinawa: (1) crimes e acidentes atribuídos aos militares dos EUA, além de disposições injustas de extraterritorialidade contra os locais; (2) suspeitas de implantação de armas nucleares na ilha, incluindo paradas de submarinos nucleares no Porto Militar de Naha; e (3) a implantação de bombardeiros B-52 em Ryukyu/Okinawa, que sobrevoavam a região para atacar o Vietnã (Rabson, 1989, p. 20). Embora essa identidade japonesa fosse normalmente vista como um ponto de controvérsia na história de Ryukyu/Okinawa, muitos acreditavam, erroneamente, que esses problemas seriam resolvidos com a Reversão.

A terceira onda de protesto foi marcada por um crime de estupro ocorrido em 1995. Após a segunda onda, apesar dos protestos em massa terem passado por um longo período de declínio, Tanji (2006, p. 137) observou uma transição nos discursos de protesto, que passaram de partidos políticos e sindicatos para uma abordagem mais focada no indivíduo e em sua identidade coletiva, levantando a questão: "Quem somos nós e por que protestamos?".

Em setembro de 1995, em uma cidade próxima à Divisão de Fuzileiros Navais dos EUA, na Base de Camp Hansen, no norte de Ryukyu/Okinawa, uma estudante de 12 anos, que voltava para casa após fazer compras, foi sequestrada, violentada e gravemente agredida em uma praia próxima por três soldados estadunidenses. Esse tipo de crime não era novidade para a comunidade local; no entanto, a indignação expressa, inicialmente por um grupo de mulheres e, posteriormente, amplificada pela mídia, marcou o fim de um longo período de relativa calma nos protestos em Ryukyu/Okinawa. As

manifestações antibase da década de 1990 refletiram alguns resultados, como o ressurgimento do “Okinawa Struggle”, a inclusão dos movimentos feministas e ambientalistas nos protestos, e foram responsáveis por alinhar os conflitos de Ryukyu/Okinawa a uma agenda internacional (TANJI, 2006, p. 180).

Hijino e Vogt (2021), ao analisar as produções acadêmicas que têm Ryukyu/Okinawa como foco, identificaram duas linhas principais de conflitos identitários. A primeira é uma corrente da literatura que explora a diversidade de identidades dentro do que hoje é a Prefeitura de Ryukyu/Okinawa. A ideia subjacente a esses trabalhos é destacar a dificuldade de fazer afirmações concretas sobre uma única identidade ryukyuna/okinawana, considerando as especificidades culturais de cada ilha do arquipélago. A segunda linha, em uma abordagem histórica, analisa o processo de "outrificação" (*Othering*), que posiciona Ryukyu/Okinawa em relação ao continente japonês, centrando-se na questão de saber se Ryukyu/Okinawa é, de fato, uma parte legítima do Estado-nação japonês.

Os estudos de Hijino e Vogt (2021) mostram que a escolha de se afastar do que se entende como identidade nacional japonesa é baseada em um posicionamento político em busca de direitos, que pode ser encontrado nas narrativas discursivas antibase. Além disso, esse distanciamento também inclui as perspectivas feministas, ambientalistas e pró-independência, que têm o movimento indígena como suporte. Esses dois discursos se cruzam, mas não necessariamente caminham juntos; o movimento antibase está diretamente relacionado ao imperialismo estadunidense, que ocorre em diversas outras ilhas do Pacífico, como Guam, enquanto o movimento pró-independência dialoga com a soberania japonesa. Em ambos os casos, o objetivo final é a soberania do povo ryukyuno/okinawano sobre seu território.

A contextualização histórica de Ryukyu/Okinawa permite afirmar que a construção do sujeito subjugado envolve diversas formas de violência. No entanto, mesmo assim, é possível estabelecer uma identidade única e utilizá-la como forma de resistência. Adotar uma postura contrária à identidade japonesa pode ser interpretado como uma estratégia discursiva política contra os discursos dominantes.

## **Parte 2: Tessituras identitárias**

O conceito de discurso, conforme abordado por Maingueneau (2018), é crucial para a formação e expressão de identidades, destacando como a linguagem molda as narrativas e,

consequentemente, a percepção das identidades presentes. No contexto literário, essa abordagem assume uma dimensão especial, pois os personagens, narradores e autores não apenas refletem sobre identidades, mas também as constroem ativamente através de escolhas linguísticas.

Os estudos orientalistas sobre cultura, como discutido por Said (2011), ilustram como o discurso literário sobre identidade se entrelaça com a construção do “Outro”. As representações do “Outro” nas obras literárias revelam as dinâmicas de poder e estereótipos que permeiam as interações culturais, fornecendo uma compreensão crítica das identidades e da alteridade.

Na análise da obra *Okinawa*<sup>186</sup> de Susumu Higa<sup>187</sup>, o foco foi restrito aos títulos dos capítulos para explorar como esses elementos linguísticos moldam a narrativa e o significado. Esta abordagem metodológica permite uma concentração nas funções discursivas dos títulos, destacando como eles estabelecem conexões e asseguram a coerência narrativa.

A obra em formato de mangá<sup>188</sup> é composto por dois volumes que, originalmente, foram produzidos e publicados em momentos diferentes. No entanto, na versão em inglês, eles foram reunidos em uma única obra. Em uma entrevista incluída na publicação, Higa revela que se inspirou em histórias que ouviu desde a infância, tanto dentro quanto fora do ambiente familiar, histórias que fazem parte da memória coletiva do povo de Ryukyu/Okinawa.

A narrativa foi cuidadosamente elaborada para que a história seja contada e percebida a partir da perspectiva de uma personagem ryukyana/okinawana. Embora cada capítulo apresente uma história distinta, a obra como um todo mantém um enfoque constante na perspectiva autóctone. Higa utiliza sua obra para abordar temas como a guerra, a ocupação militar, e a resistência cultural e espiritual do povo de Ryukyu/Okinawa, ainda explora a história, a cultura e a identidade de Ryukyu/Okinawa, especialmente em relação às experiências durante e após a Segunda Guerra Mundial.

O mangá é dividido em dois volumes: o primeiro, *Sword of Sand*, centra-se na Batalha de Okinawa e nos impactos devastadores que ela teve sobre a população local. O segundo volume, *Mabui*, foca no período pós-guerra, abordando questões de identidade e espiritualidade em um contexto de ocupação militar estadunidense e sob o domínio japonês.

---

<sup>186</sup> A edição utilizada foi em língua inglesa, dessa forma, a tradução dos nomes para a língua portuguesa foi feita pela própria autora do artigo.

<sup>187</sup> Susumu Higa nasceu e vive em Naha, a capital da prefeitura de Okinawa.

<sup>188</sup> Mangá é uma forma de história em quadrinhos originária do Japão, caracterizada por estilos artísticos distintos e uma ampla variedade de gêneros.

## Vamos falar sobre Ryukyu/Okinawa

O primeiro volume da obra, intitulado *Sword of Sand*, consiste em sete capítulos: *Sword of Sand* (Espada de Areia), *Sands of the Setting Sun* (Areias do Sol Poente), *About my Mother* (Sobre Minha Mãe), *Call of Sand* (Chamado da Areia), *Soldiers of Sand* (Soldados de Areia), *School* (Escola) e *Dirt Thieves* (Ladrões de Terra). A repetição do termo “areia” nos títulos funciona como uma ferramenta discursiva significativa, estabelecendo conexões e coerência entre os capítulos. Segundo Krieg-Planque (2018), a repetição do termo lexical “areia” não é casual; ela carrega significados profundos e simbólicos que vão além do referente literal.

A escolha de manter a palavra "areia" como elemento constante sugere uma intencionalidade discursiva em conectar o leitor a aspectos simbólicos da experiência vivida durante a Batalha de Okinawa. Dessa forma, é importante apresentar os capítulos, que fornecem suporte para o entendimento dos enunciados.

O capítulo *Sword of Sand* (Espada de Areia) narra o episódio em que soldados japoneses desembarcam na ilha de Maeshima, impondo o recrutamento e treinamento da população civil para o exército, mesmo sem haver armas disponíveis para esses soldados recém-recrutados. *Sands of the Setting Sun* (Areias do Sol Poente) descreve o momento em que bombardeios atingem a ilha de Maeshima, localizada longe da ilha principal de Ryukyu/Okinawa, forçando a população a buscar refúgio e proteção, enquanto os japoneses leais ao exército recusam-se a se render, mesmo diante da fome. *About My Mother* (Sobre Minha Mãe), baseado nas memórias da mãe do autor, relata a história de uma mãe que sobrevive à guerra protegendo seus quatro filhos, uma vez que seu marido havia sido recrutado pelos japoneses. Ela se esconde em bunkers e tumbas funerárias, entrando em conflito com militares japoneses, que se mostram mais desesperados que ela diante da violência da guerra. *Call of Sand* (Chamado da Areia) mostra o desfecho da guerra, quando os militares dos Estados Unidos reúnem a população civil e capturam os soldados japoneses, muitas vezes tirando-os de esconderijos e cavernas. Esse capítulo evidencia que os japoneses usavam a população civil ryukyana/okinawana como escudo humano e, em outros casos, esses mesmos soldados optavam pelo suicídio em vez da rendição. *Soldiers of Sand* (Soldados de Areia) relata a história do pai do autor, que foi recrutado pelos japoneses, acabou preso, enviado ao Havaí e posteriormente retornou para Ryukyu/Okinawa, destacando o desespero dos japoneses em negar o fim da guerra e a rendição.

*School* (Escola) discorre sobre uma missão atribuída a um professor e seu grupo de alunos para resgatar escritos históricos do Castelo de Shuri antes da chegada dos estadunidenses, mas grande parte dos documentos se perde durante o processo. O autor aproveita a oportunidade para abordar a história do Reino de Ryukyu. Por fim, *Dirt Thieves* (Ladrões de Terra) conta a história de um ceramista tradicional que, ao descobrir restos de ossadas humanas de vidas perdidas durante as batalhas da guerra no local onde retirava argila para suas cerâmicas, chama uma *Yuta* para realizar os rituais fúnebres próprios da espiritualidade ryukyuna/okinawana.

A "areia" simboliza tanto a presença constante dos soldados japoneses quanto a fragilidade subjacente à ocupação militar. Por exemplo, em *Sword of Sand*, a areia representa a força militar e a invasão, enquanto em *Dirt Thieves*, ela reflete a continuidade da presença militar e o impacto da guerra na vida cotidiana dos ryukyuanos/okinawanos. A repetição da palavra "areia" nos títulos não ocorre por acaso; ela é carregada de significados que vão além do simples referente literal. Concordando com Maingueneau (2018, p.97), que afirma que a categorização de uma palavra exerce uma função discursiva, cada categoria linguística é suscetível a manipulações específicas e responde de maneiras diversas aos elementos circundantes. Dessa forma, a atribuição de uma palavra a uma determinada categoria não apenas molda seu significado, mas também determina seu comportamento e interação dentro do contexto discursivo. A escolha de manter a "areia" como elemento constante sugere uma intencionalidade discursiva em conectar o leitor a aspectos profundos e simbólicos da experiência vivida durante esse momento da história.

Embora o autor não faça uma referência direta, a partir da noção de *ethos* discursivo<sup>189</sup>, interpreta-se que a utilização do termo lexical "areia" funciona como uma alegoria aos japoneses que desembarcaram em Ryukyu/Okinawa durante a guerra no Pacífico, no contexto da Segunda Guerra Mundial. A "areia" no contexto da Batalha de Okinawa adquire uma carga simbólica multifacetada, refletindo a complexidade da relação entre o exército japonês e a população local. A "areia", representando as praias por onde os soldados japoneses chegavam, sugere uma imposição de controle e presença constante. Essa presença nas praias, inicialmente associada à força e à invulnerabilidade militar, revela-se ambígua diante dos desdobramentos da guerra. O enunciado *Sword of Sand* (Espada

---

<sup>189</sup> O *ethos* constitui, assim, um articulador de grande polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz: a qualidade do *ethos* remete a um fiador que, através desse *ethos*, proporciona a si mesmo uma identidade em correlação direta com o mundo que lhe cabe fazer surgir (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.274-278)

de Areia) insinua a construção de uma imagem de poder e invencibilidade, que contrasta com a realidade que se revelaria com os percalços da guerra.

A "areia", nesse contexto, torna-se uma metáfora para a aparente solidez da ocupação militar japonesa, enquanto, ao mesmo tempo, evidencia a fragilidade e vulnerabilidade subjacentes, uma vez que, com o desenrolar dos eventos, os soldados se mostravam impotentes diante das adversidades da guerra. Essa dualidade simbólica da "areia" amplifica as nuances da experiência vivida durante esse período histórico conturbado.

No segundo volume, a narrativa se desloca para uma Ryukyu/Okinawa pós-guerra, marcada pela presença permanente dos militares estadunidenses e pelo domínio japonês. Intitulado *Mabui*, o volume também é composto por sete capítulos: *Military Landlord* (Senhorio Militar), *Tolerated Cultivation* (Cultivo Tolerado), *Island Duty* (Dever da Ilha), *Homecoming* (Retorno ao Lar), *Military Employee* (Funcionário Militar), *The Journey of Jim Thomas* (A Jornada de Jim Thomas) e *Mabui*.

*Mabui* é um termo em uchinaaguchi (a língua do povo nativo de Ryukyu/Okinawa) associado à espiritualidade, frequentemente traduzido como "alma" ou "espírito". Este conceito desempenha um papel significativo na compreensão da vida e da conexão espiritual em Ryukyu/Okinawa. Não por acaso, apesar dos sete capítulos do volume apresentarem narrativas independentes, a personagem "Sra. Asato"<sup>190</sup> está presente em todos eles. A "Sra. Asato" é uma *Yuta*, uma mulher dotada de conhecimento ancestral, capaz de manter a harmonia entre os vivos e os mortos, entre o mundo visível e o invisível.

Em um artigo publicado em 1980, o antropólogo Mabuchi buscou compreender a cosmologia ryukyuana/okinawana por meio do estudo das práticas ritualísticas realizadas em diversas vilas e ilhas do Arquipélago de Ryukyu. Ele concluiu que é impossível definir uma única cosmologia, uma vez que as formas de expressar rituais e cerimônias variam entre as diferentes localidades. Embora existam similaridades, as representações se distinguem. No entanto, Mabuchi destaca que a relação entre tempo e espaço, elementos fundamentais de uma cosmovisão, possui características únicas no contexto do povo ryukyano/okinawano. Mesmo sob influência do taoísmo popular chinês, como o culto aos ancestrais, e do xintoísmo japonês, os habitantes de Ryukyu/Okinawa construíram uma maneira singular de enxergar e reconhecer a vida. Mabuchi contribui para a compreensão das nuances de uma identidade cultural expressa nas práticas espirituais do povo de Ryukyu/Okinawa.

---

190 Asato-san.

Ao enfatizar o termo *Mabui*, Higa conduz seu leitor por uma narrativa que destaca o papel da *Yuta* dentro das dinâmicas sociais de Ryukyu/Okinawa. O mito de criação ryukyano, documentado no livro *Ryukyū: a Bibliographical Guide to Okinawan Studies*, de Shunzo Sakamaki (1961), relata que duas deidades, *Amamia-kyū* (feminino) e *Shineri-kyū* (masculino), ergueram suas cabanas lado a lado. Com a influência da força do vento, esses dois seres manifestaram três descendentes: um homem que se tornou o primeiro líder, uma mulher que se tornou a primeira sacerdotisa, e um menino que representaria os seres humanos. Essas três manifestações, concebidas diretamente das divindades, foram asseguradas por trazer consigo o fogo do Deus-Dragão que habita as profundezas do mar.

O mito confirma a singularidade da mulher ryukyana como detentora do conhecimento divino, sendo a ponte entre o mundo visível e o invisível. Bell (1984) afirma que toda mulher ryukyana/okinawana pode ser considerada detentora do potencial de entrar em contato com o reino sobrenatural e possuir algum grau de poder sagrado, sendo vista como especialista religiosa e desempenhando o papel de mediadora em nome de determinados homens e da comunidade como um todo. Há três termos principais para se referir a essas mulheres: a *Noro*, associada à função de conselheira e responsável pelos rituais referentes a toda uma comunidade, seja o reino inteiro ou uma pequena vila; a *Yuta*, que cuida dos assuntos individuais e familiares, sendo solicitada em casos de enfermidades e para consultas com os ancestrais; e a *Kaminchu*, que seria a mulher com conexão com o divino, semelhante a uma médium.

Mesmo com a imposição do xintoísmo, uma religião tipicamente japonesa, e do budismo, as práticas espirituais ryukyuanas/okinawanas ainda se mantêm ativas, embora não tenham a mesma relevância no dia a dia como no passado. Elas estão presentes nas representações de *Obon*<sup>191</sup>, nos rituais fúnebres e na relação com a natureza. A espiritualidade ryukyana/okinawana congrega em suas práticas um caráter cultural próprio, e assim, *Mabui* simbolizaria a distinção entre o povo de Ryukyu/Okinawa e os demais.

Dessa forma, os dois volumes do mangá *Okinawa* de Susumu Higa, *Sword of Sand* e *Mabui*, estabelecem um discurso coeso que reforça a construção de uma identidade ryukyana/okinawana distinta e, em muitos aspectos, adversa à identidade japonesa. No primeiro volume, a repetição do termo "areia" simboliza a resistência e a vulnerabilidade do povo

---

<sup>191</sup> O *Obon* é o período dedicado à honra e memória dos ancestrais, marcado por rituais espirituais, danças e oferendas para receber e guiar os espíritos que visitam suas famílias. Ocorre anualmente no 13º, 14º e 15º dias do sétimo mês do calendário lunissolar, que geralmente cai em agosto no calendário gregoriano.

ryukyuanos/okinawanos frente à ocupação japonesa durante a Batalha de Okinawa, destacando a opressão e o controle exercido pelo exército japonês. No segundo volume, a ênfase em Mabui e a presença central da *Yuta*, uma figura espiritual feminina, sublinha a persistência e singularidade das práticas culturais e espirituais de Ryukyu/Okinawa, mesmo após a guerra, em um contexto de dominação tanto americana quanto japonesa. Ambos os volumes revelam um discurso que não apenas resiste à assimilação cultural imposta pelo Japão, mas que também afirma uma identidade ryukyuanos/okinawanos autônoma, enraizada em uma história de subjugação, mas também de resiliência cultural e espiritual.

### Considerações finais e reflexões contínuas

A memória histórica dos eventos de Ryukyu/Okinawa, que sofreu intensamente nas mãos das tropas estadunidenses e japonesas no século XIX e durante eventos-chave do século XX, continua a influenciar as relações com o Japão continental. A complexa posição de Ryukyu/Okinawa nas esferas política, econômica e cultural ainda suscita múltiplas questões sobre a identidade e a história dos ryukyuanos/okinawanos. A revisão historiográfica mostra a trajetória de um povo que, submetido a um processo de colonização, enfrenta uma integração assimétrica ao império japonês.

Higa evidencia em *Okinawa* a separação entre o indivíduo ryukyuanos/okinawanos e o japonês. Essa distância identitária foi utilizada pelo Japão como uma forma de definir o que não era ser japonês, construindo uma imagem do ryukyuanos/okinawanos como o “Outro”, que serviu de baliza para as empreitadas imperialistas expansionistas do governo japonês. Em um período de reorganização de um sistema de governo, somado à construção de uma identidade nacional, estabelecer um “Outro” contribuiu para firmar o “Eu”. Assim, compreende-se que a identidade nacional japonesa utilizou-se da contraposição da identidade ryukyuanos/okinawanos para fortalecer seu próprio discurso.

No entanto, ao longo do tempo, observou-se que o Japão se colocou em uma relação de soberania e colonizador desde o primeiro contato com Ryukyu/Okinawa. A maneira como o Japão buscou controlar o discurso identitário da região, ora pontuando-os como o “Outro”, ora integrando-os a uma japonização, variando conforme os interesses de Tóquio e ignorando as demandas locais, revela a situação de subalternidade imposta aos ryukyuanos/okinawanos.

Essa alternância identitária entre ser ou não ser japonês pode ser observada em diversas passagens da obra analisada. Por exemplo, quando os soldados japoneses recrutam e treinam homens

ryukyuanos/okinawanos, estabelecem uma relação de “somos todos japoneses”. No entanto, quando esses mesmos soldados deixam de exercer sua função de proteger a população, ao usar mulheres e crianças ryukyuanas/okinawanas como escudo, evidencia-se a distância entre as partes.

Analisar a situação de Ryukyu/Okinawa vai além de examinar apenas uma comunidade; trata-se de explorar uma prática imperialista em curso na contemporaneidade, que perpetua a subjugação do "Outro" em detrimento do "Eu". Isso nos leva a questionar a própria viabilidade de uma estrutura política, econômica e social baseada nas relações entre Estados-nação, considerando a segregação humana que sustenta esse sistema. Quantas vozes foram silenciadas, e quantos subalternos ainda precisam emergir para manter essa relação de poder entre os seres?

Recontar a história e assumir uma identidade ryukyuan/okinawana, opondo-se à nação japonesa, pode ser interpretado como uma forma de resistência e posicionamento político na busca pelo direito à terra. Os movimentos antibase, tanto em Ryukyu/Okinawa quanto em Guam, por exemplo, não se limitam à dominação estadunidense e ao medo de serem alvos em caso de conflito bélico, mas abrangem o direito da população local à soberania sobre seu próprio território.

Com isso, a obra de Higa, ao oferecer a perspectiva das pessoas ryukyuanas/okinawanas sobre sua própria história e evidenciar as particularidades de sua cosmovisão, destaca os desafios impostos pelo Japão e pelos EUA. Além disso, promove um discurso literário que possibilita uma narrativa que aponta lacunas históricas omitidas pelo discurso dominante do colonizador. Diferentemente das nações imperialistas que constroem um "Outro" para afirmar uma soberania opressora, o sujeito subjugado se remodela com apoio em sua cultura, desafiando o constructo discursivo fabricado sobre ele. Nesse caso, o “Outro” de Ryukyu/Okinawa pode ser representado pelo opressor. O colonialismo não chegou ao fim no século XX; ele permanece presente, com vocabulário e estratégias revestidos de um discurso belicista em prol da paz e manutenção do capital.

Para fortalecer os estudos ryukyuan/okinawanos e apoiar o movimento antibase, é importante reconhecer a luta pela terra e a preservação cultural como questões que se conectam a movimentos globais de direitos indígenas. A situação em Ryukyu/Okinawa reflete desafios que muitas comunidades indígenas enfrentam ao redor do mundo, onde a preservação da identidade e do território é crucial. Ao promover o diálogo e a cooperação entre essas lutas, podemos contribuir para uma compreensão mais profunda das questões de soberania e desenvolvimento sustentável, criando um espaço onde o respeito pelos direitos e tradições das comunidades locais seja prioritário.

## Referências

- AKAMINE, Mamoru. **The Ryukyu Kingdom: cornerstone of East Asia**, tradução Terrell, Lina, Huey, Robert N, Honolulu: University of Hawai'i Press, 2017.
- ARAKAKI, Henrique; ASATO, Naomi; KAKAZU, Lúcia; MIYAHIRA, Lucas; OKUMA, André; TOMA, Hiromi. Video-depoimento sobre a 'reversão', 2022. Apresentado no evento 50 anos da '**Reversão**' de Okinawa - **Comemorar o quê?** realizado em 11 de junho de 2022, São Paulo, SP.
- BELL, Rosamund. **Women in the religious life of the Ryukyu islands: structure and status**. Journal of the anthropological Society of Oxford, Reino Unido: 1984.
- BROUDY, Daniel; TANJI, Miyume. **Okinawa under occupation: McDonalozation and resistance to neoliberal propaganda**. Editora Palgrave Macmillan, 2017.
- CHATANI, Sayaka. **Nation-empire: ideology and rural youth mobilization in Japan and its colonies**. Ithaca: Cornell University Press, 2018.
- HIJINO, Ken Victor Leonard; VOGT, Gabriele. **Identity politics in Okinawan elections: the emergence of regional populism**, Japan Forum: 2021.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analisar discursos institucionais**. Tradução Luciana Salazar e Helena Boschi. Uberlândia: EDUFU, 2018.
- MABUCHI, Toichi. **Space and time in ryukyuan cosmology**, in Asian folklore studies vol. 39, n.º 1, pp. 1-19, Nanzan University, 1980.
- MAINGUENRAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2018.
- McCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. **Resistant Islands: Okinawa confronts Japan and the United States**. 2ª ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2018.
- ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf), acesso em maio 2023.
- RABSON, Steve. **Okinawa: Cold war islands**, edited by Chalmers Johnson, Cardiff, CA: Japan police research institute, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Okinawa: Two Postwar Novellas by Oshiro Tatsuhiro and Higashi Mineo**. Berkeley: Institute of East Asian Studies, University of California, 1989.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAKAMAKI, Shunzo. **Ryukyu: a bibliographical guide to Okinawan studies; surveying important primary sources and writings in Ryukyuan, Japanese, Chinese, and Korean**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1963.
- SMITS, Gregory. **Visions of Ryukyu: identity and ideology in early-modern thought and politics**. Honolulu: University of Hawaii's Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TANJI, Miyume. **Myth, protests and struggle in Okinawa.** New York: Routledge, 2006.

## Qual o lugar da discussão quilombola? Uma análise descritiva da categoria quilombola na produção científica brasileira

What is the place of the quilombola discussion? A descriptive analysis of the quilombola category in brazilian scientific production

**Danilo Borges**

Doutorando em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

dbsadanilo@gmail.com

**Recebido:** 04/05/2023

**Aprovado:** 04/09/2024

**Resumo:** As discussões em torno das populações quilombolas têm sido abordadas sob diferentes perspectivas de conhecimento. Foi a partir dessa reflexão sobre a produção de conhecimento na área da Comunicação, com foco na temática quilombola, que se originou esta pesquisa. Com isso, o objetivo deste artigo foi realizar um levantamento dos trabalhos publicados nas principais redes de pesquisa em Comunicação - Sbpjor e Compós - entre os anos de 2000 a 2022. Utilizamos como metodologia uma pesquisa descritiva e explicativa a partir de busca por palavras-chave (quilombo; quilombos e quilombola) nos repositórios de cada instituição. Apontamos que dentre as 5.649 produções analisadas, apenas três abordaram a temática quilombola. Isso demonstra a existência de lacunas na produção científica sobre as populações quilombolas, apesar da relevância do assunto para a compreensão das questões sociais, políticas e culturais do país.

**Palavras-chave:** Quilombos; Comunicação; Produção científica.

**Abstract:** Discussions around quilombola populations have been approached from different perspectives of knowledge. It was from this reflection on the production of knowledge in the area of communication, focusing on the quilombola theme, that this research originated. With this, the objective of this article was to carry out a survey of the works published in the main communication research networks - Sbpjor and Compós - between the years 2000 to 2022. (quilombo; quilombos and quilombola) in the repositories of each institution. We point out that among the 5,649 productions analyzed, only three addressed the quilombola theme. This demonstrates the existence of gaps in the scientific production on quilombola populations, despite the relevance of the subject for understanding the country's social, political and cultural issues.

**Keywords:** Quilombos; Communication; Scientific production.

## Introdução

A construção da ciência e conhecimento no Brasil foi influenciada por uma lógica que, embora específica por ter suas próprias nuances, foi sistematizada e compartilhada a partir da política de colonização que moldou os países da América Latina. Essa lógica incorpora ideias-chave que distinguem o que é considerado ciência e o que não é, e estabelece uma hierarquia entre elas. Essa estrutura ainda é evidente na sociedade atual, tanto em termos do imaginário social quanto nas práticas sociais, culturais e políticas, assim como nas bases epistemológicas.

Assertamos que durante o período da escravidão no Brasil e no pós-abolição, o Estado promoveu políticas que excluíram as populações negras do ambiente escolar, marginalizando-as. Um exemplo disso é a lei nº 1, de 1837, que regulava a instrução primária no Rio de Janeiro e proibia, no artigo 3º, o acesso formal dessas populações à educação: "São proibidos de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas(sic). 2º **Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos**" (LEI Nº 1, 1837, grifo nosso).

Essa exclusão ainda reverbera no presente e se relaciona à constante desumanização e invisibilidade das populações quilombolas, majoritariamente compostas por negros, que são subalternizadas e têm seus conhecimentos negados.

As práticas racistas e de discriminação racial são seculares e, em alguns casos, continuam sendo reproduzidas na formação superior dos profissionais (CARVALHO, 2020). A distinção entre os grupos sociais também se manifesta no ensino superior brasileiro. Marcelino (2018) e Carvalho (2020) destacam que há uma baixa presença de populações quilombolas no ensino superior, tanto na docência quanto no corpo discente. Nos últimos anos, a luta do movimento negro e as políticas de ações afirmativas têm possibilitado a inserção de professores e alunos quilombolas nas universidades, como apontam Lourenço (2016) e Alves et al. (2019). No entanto, os dados oficiais não apresentam informações sobre o quantitativo de quilombolas nas instituições de ensino superior, embora haja uma distinção significativa entre o acesso de pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas.

Este fato é particularmente relevante, especialmente considerando que oficialmente as populações pretas e pardas constituem a maioria da população brasileira, representando um percentual de 56% (IBGE, 2019). Isso significa que a educação, um direito fundamental, pode contribuir para a perpetuação de valores opressores e desumanizantes em relação aos afro-brasileiros, incluindo as populações quilombolas (NJERI, 2019).

Mas, afinal, qual o lugar da discussão quilombola? Neste artigo, exploramos como a temática das populações quilombolas têm sido apresentada nas pesquisas científicas na área da Comunicação. Nosso objetivo é analisar como especialistas desse campo do conhecimento abordam essa temática, bem como refletir sobre o avanço científico, tecnológico e cultural no âmbito da Comunicação em relação às questões envolvendo as comunidades quilombolas. Refletir a partir dessa centralidade é fundamental para a discussão presente nesta pesquisa, além de permitir uma autoavaliação por parte dos pesquisadores e estudantes, vinculados ou não às instituições de ensino superior, sobre seus escritos e a direção que estão dando para a produção de múltiplas esferas e a consciência de si e das populações quilombolas.

Ressaltamos que reconhecemos a importância da produção científica para contribuir na construção de uma nova episteme para os profissionais, acadêmicos e cientistas da área da Comunicação.

## **Quilombos**

As populações quilombolas, em toda a sua particularidade e complexidade, têm uma história própria que se desenvolveu de diferentes formas. Elas estão presentes em diversos locais do país, seja em áreas urbanas, rurais ou periurbanas, como em caatingas e florestas. As populações quilombolas possuem formas únicas de organização, resistência e existência, que se desenvolvem em resposta às condições socioeconômicas, políticas e culturais dentro e fora dos seus territórios.

Os quilombos brasileiros, entidades históricas e simbólicas de resistência, formaram-se durante o período colonial como refúgios para escravizados fugidos e demais grupos marginalizados. Eles constituíram espaços de liberdade e autonomia em meio a um contexto de opressão e escravidão (Gomes, 2015). Esta definição histórica amplia-se para abarcar a resistência contínua dessas comunidades ao longo dos séculos, sobrevivendo até os dias atuais como manifestações da luta contra a opressão. Os quilombos foram muito mais do que simples abrigos; eram, e são, expressões de uma cultura rica e de uma sociedade organizada que preserva as tradições afro-brasileiras e a memória dos ancestrais que resistiram à dominação colonial e escravagista. As comunidades quilombolas representam um testemunho vivo do processo de contracolônização, resistindo e opondo-se ao regime colonial através da criação de agrupamentos que lutavam contra a opressão (Bispo, 2015). Nego Bispo (2015) chama a atenção para a continuidade dos processos de colonização e contracolônização, que

ainda persistem nas Américas. Este confronto não é apenas uma disputa física, mas também uma luta nos domínios do imaginário e do poder, como sugerido por Mignolo (2003).

A herança da escravidão é uma chaga aberta, com o tráfico transatlântico de africanos deixando marcas indeléveis na configuração do país. Os números mencionados na reflexão, com milhões de africanos forçadamente trazidos ao Brasil, indicam a magnitude da tragédia e o peso que este passado exerce sobre o presente (Eltis, 2010). A escravidão foi um sistema que negou a humanidade de milhões, transformando seres humanos em mercadorias e negando suas identidades e autodenominações. Este processo, para Santos (2015) contribuiu para a configuração de uma visão colonial de poder, onde o racismo e a ideia de raça tornaram-se organizadores das relações de poder em um mundo em construção.

As estratégias de resistência quilombola são variadas e complexas, envolvendo tanto a luta armada, quanto a preservação e transmissão de práticas culturais, sociais e econômicas. Comunidades quilombolas muitas vezes formaram sociedades paralelas, com seus próprios sistemas de governo, práticas agrícolas sustentáveis e redes de comércio e apoio. Além disso, a resistência cultural, mantém vivas as línguas, religiões e tradições africanas, desafiando as narrativas coloniais e lutando contra a superexploração e objetificação, como nos lembra Gonzales (2018), representando a luta por uma existência e reconhecimento autênticos.

As populações quilombolas estão espalhadas por todo o território nacional. No país, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, mais de 3000<sup>192</sup> estão espalhadas por todas as regiões do país, desde o Norte até o Sul, passando pelo Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O conceito de "populações quilombolas" é moldado por uma variedade de instituições e agentes políticos, educacionais, sociais e econômicos, tanto públicos quanto privados, que utilizam diferentes processos para definir um grupo social (Araújo, 2017). Para a Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas são reconhecidas como grupos étnico-raciais que possuem uma relação histórica com terras ocupadas por seus antepassados, descendentes de africanos escravizados. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias apresenta a essas comunidades o direito à propriedade definitiva de suas terras, atribuindo ao Estado a titular essas terras de forma coletiva. “Aos

---

<sup>192</sup> As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 15/09/2020, 3.451 são reconhecidas como quilombolas.

remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 1998).

De tal forma, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico para as comunidades quilombolas no Brasil, ao reconhecê-las como grupos étnico-raciais com direitos específicos sobre terras historicamente ocupadas por seus antepassados, descendentes de africanos escravizados. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi crucial ao conferir a essas comunidades o direito à propriedade definitiva de suas terras, determinando ao Estado a responsabilidade de titularizar essas terras de forma coletiva. Esta disposição constitucional não apenas assegurou um direito fundamental, mas também pavimentou o caminho para um processo de reparação histórica, ao reconhecer e legitimar a ocupação tradicional desses territórios pelas populações quilombolas.

O impacto dessa alteração constitucional transcendeu a simples atribuição de direitos, incentivando as comunidades quilombolas a adotar uma série de estratégias para afirmar seus direitos e preservar suas terras e culturas. Entre essas estratégias, destacam-se a luta pelo reconhecimento legal e a regularização fundiária de suas terras, que envolveu processos complexos de auto-identificação, mapeamento territorial, documentação histórica e cultural, além de uma forte articulação política e jurídica. Além disso, as comunidades quilombolas passaram a empregar estratégias de visibilidade, promovendo ações culturais, educativas e formando alianças com diversos setores da sociedade civil e instituições acadêmicas, visando ampliar a conscientização sobre o valor de sua história e cultura para a construção da identidade nacional.

Portanto, a Constituição de 1988 não apenas reconheceu formalmente os direitos das comunidades quilombolas, mas também impulsionou uma transformação significativa na maneira como essas comunidades se engajam na proteção e promoção de seus direitos, contribuindo para uma reconfiguração mais ampla das dinâmicas sociais e políticas no Brasil no que tange à questão quilombola.

Nossa compreensão sobre o que são populações quilombolas é baseada no conceito de Amarante (2020):

Ser quilombola é ser uma civilização contra colonialista<sup>193</sup>[1] [...]. O título do nosso livro é colonização quilombos: modos e significações. Então, quando eu falo a palavra civilização eu estou falando de modos, estou falando de jeitos, estou falando de cultura, estou falando de matriz, estou falando de modo de vida, de jeitos de vida. Então, já que os colonialistas dizem que eles são uma colonização. Nós estamos dizendo que somos outra civilização. Somos o contraponto. Aliás, nós somos a primeira civilização. Os colonialistas têm dois mil anos e nós nem sabemos quantos anos nós temos, mas temos muitos mais de dois mil anos (AMARANTE, 2020).

Também baseamo-nos nas definições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que surgiram como resultado de discussões no país após a Constituição de 1988. A ABA define as populações quilombolas contemporaneamente como "comunidades negras rurais", que são territórios habitados por pessoas de origem africana e incluem as áreas conhecidas como "terras de santo", "terras de preto", "mucambos" e quilombos (O'DWYER, 2002 apud SANTOS, 2016, p. 34).

## O conhecimento quilombola

As populações quilombolas, diante de uma realidade marcada por desafios multifacetados, navegam entre o reconhecimento e a privação de direitos dentro do tecido social. Essas comunidades, entrelaçadas em uma luta contra a discriminação racial, têm seus saberes e histórias elevados por iniciativas de grupos políticos, acadêmicos, artísticos e culturais. Esses grupos buscam tecer um mundo mais equitativo, destacando outras possibilidades de existência e de organização social. Através de movimentos e articulações, as populações quilombolas compartilham formas de resistência que emergem da autenticidade de suas experiências e da continuidade de seus processos culturais e sociais.

Por outro lado, o conhecimento das populações quilombolas também é frequentemente negado ou desvalorizado pelo sistema educacional dominante, que privilegia saberes formalizados em detrimento da tradição oral e prática dessas comunidades. Antônio Bispo dos Santos (2023), em "A terra dá, a terra quer", questiona criticamente este cenário, onde a academia tende a mercantilizar saberes, transformando a agricultura quilombola em mera "ecologia" acadêmica, desconsiderando suas raízes e significados. Neste contexto, Nego Bispo (2023) apresenta um manifesto da "guerra das denominações". Este conceito, conforme exposto pelo autor, envolve a subversão das palavras e

---

<sup>193</sup> Santos (2015) compreende por colonização todos os processos etnocêntricos de expropriação, invasão, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura por outra. Esses processos não dependem do físico-geográfico em que essa cultura se encontra. Contra colonização é entendido como todos os processos de luta e resistência em defesa dos territórios, as significações, os símbolos e os modos de vida praticados nesses espaços. O autor, mesmo apontando as singularidades e particularidades, trata povos africanos e originários como contra-colonizadores e, do outro lado, os povos advindos da Europa como colonizadores, independentes de serem senhores ou colonos.

conceitos coloniais para desarmar a opressão linguística e simbólica imposta pelo colonizador. Bispo (2023) propõe uma revalorização da linguagem, onde palavras como "desenvolvimento", associadas à "cosmofobia", são rejeitadas em favor de "envolvimento", que ressoa com uma conexão mais integrada e respeitosa com a terra e a comunidade. Esta escolha lexical reflete a resistência e a reinvenção contínuas das populações quilombolas, que utilizam a escrita e a oralidade para reconstruir e transmitir suas histórias, resistindo à marginalização e reafirmando suas identidades e perspectivas no mundo.

Nesse contexto, as populações quilombolas emergem como forças contrárias ao colonialismo, instigando um debate rico sobre o contracolonialismo. Santos (2023), com base em sua identidade e vivência quilombola, revela que estas comunidades sustentam uma visão de mundo circular, onde há uma conexão intrínseca com todos os seres vivos do planeta. Tal perspectiva oferece uma crítica contundente aos pilares fundamentais da modernidade eurocristã, desafiando e subvertendo a lógica colonialista e a própria noção de desenvolvimento, frequentemente concebida de maneira isolada do equilíbrio ecológico e da justiça social.

Destacamos que o conhecimento produzido pelas populações quilombolas sobre si mesmas e sobre a realidade ao seu redor não se limita aos espaços acadêmicos. Muitas vezes, esse conhecimento é construído a partir de experiências de vida, ações cotidianas, vivências sociais e processos intelectuais de elaboração e reelaboração. Muitos dos indivíduos que pertencem a estes coletivos, embora sejam produtores de conhecimento, não são (ou não foram) reconhecidos como pesquisadores ou intelectuais. As experiências pessoais e as vivências cotidianas também contribuem para a construção desse conhecimento, que muitas vezes é subvalorizado ou negligenciado pelas estruturas dominantes da sociedade.

As populações quilombolas têm deixado um legado político e epistemológico significativo como sujeitos que produzem um tipo específico de saber e conhecimento. Esse conhecimento é forjado nos processos de luta e vai consolidando e transformando a sociedade. É um conhecimento que não é imposto de fora, mas que emerge do interior das comunidades, e que tem como objetivo a afirmação dos saberes e valores dessas populações, bem como a sua emancipação. Trata-se de um conhecimento que valoriza também os saberes emancipatórios e que se manifesta não apenas em práticas políticas, mas também em práticas culturais e pedagógicas.

Ao integrar e dar legitimidade acadêmica às perspectivas quilombolas, essas comunidades não apenas preservam seu conhecimento tradicional, mas também esboçam o esqueleto de uma sociedade

que preza pelo equilíbrio e harmonia com a natureza. Este modelo apresenta-se em contraponto ao paradigma ocidental de exploração e alienação, desafiando as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam desigualdades e menosprezam diversas formas de ser e saber.

## **Rede nacional de pesquisadores em comunicação**

O Brasil possui diversas associações científicas, acadêmicas e profissionais que têm como objetivo fomentar o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Na área de Comunicação e Jornalismo, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), e a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) são exemplos de entidades que congregam pesquisadores e profissionais da área, promovendo a troca de conhecimentos, o desenvolvimento da produção científica e a realização de eventos que discutem questões relevantes para a área.

A SBPJor é uma entidade que reúne estudiosos da área do Jornalismo e trabalha em conjunto com outras associações científicas, acadêmicas e profissionais já existentes. Seu objetivo é estimular a articulação de uma rede nacional de pesquisadores em jornalismo para constituir um lugar privilegiado tanto para a apresentação de trabalhos quanto para a formação de redes para pesquisas específicas. A entidade tem mais de 500 associados, vinculados a mais de cem instituições brasileiras, dos Estados Unidos, França e Portugal.

Além da SBPJor, existem outras associações científicas importantes na área da Comunicação no Brasil, como a Compós. Ela é uma associação nacional que congrega os Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil, com o objetivo de fortalecer e qualificar a Pós-Graduação em Comunicação, integrar e intercambiar os programas existentes, dialogar com instituições afins e estimular a participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área. Juntas, essas associações têm desempenhado um papel fundamental na promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico na área da Comunicação no Brasil.

## **Procedimentos metodológicos**

Para coletar os dados para a nossa pesquisa, utilizamos duas plataformas disponibilizadas pelas instituições Sbpjor e Compós, que indexam produções científicas de diversos pesquisadores do mundo. Esses sites nos permitiram organizar e catalogar a nossa pesquisa a partir dos repositórios.

Selecionamos essas instituições por serem entidades que reúnem pesquisadores e profissionais da área de Comunicação, promovendo a troca de conhecimentos, o desenvolvimento da produção científica e a realização de eventos que discutem questões relevantes para a área. Além disso, escolhemos essas plataformas porque o acesso aos artigos é gratuito e o processo de indexação de novas publicações científicas é simples.

Para selecionar o material da Sbpjor e da Compós, optamos por buscar as produções que foram disponibilizadas nos anais dos congressos anuais de cada instituição. Utilizamos filtros na plataforma a partir do recurso de palavras-chave, buscando os seguintes termos: “quilomb”; Quilombo; Quilombos; Quilombola; Quilombolas, para encontrar conteúdos relacionados à temática estudada. Além disso, delimitamos o recorte temporal de 2000 até 2022. Para a catalogação dos trabalhos, optou-se por focar na Compós, a instituição que possui disponibilizado no repositório, o trabalho mais antigo em comparação com a Sbpjor. Assim, o nosso ponto de partida foram os anais do 9º Encontro Anual da Compós que ocorreu em 2000.

## **Análise e discussão dos resultados**

Os trabalhos foram desenvolvidos entre os anos de 2000 a 2022. Ao total foram disponibilizados 5.157 trabalhos científicos, 3343 publicados na Compós e 1814 na Sbpjor, correspondendo uma média de 234 produções por ano. Identificamos um total de três produções com a temática quilombola, sendo elas: “Enquadramento noticioso: a titulação de territórios quilombolas na imprensa capixaba”, apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor no ano de 2018, por Girley Vieira da Silva, na época mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica” apresentado no 13º Encontro Anual da Compós no ano de 2004, por Nemézio C. Amaral Filho; e “Entre meios e sociabilidades digitais: dinâmicas de experimentações e usos de jovens quilombolas do Matão na rede

social do Facebook” apresentado no 30º Encontro Anual da Compós no ano de 2021, por Marco Antônio de Oliveira Tassarotto e Ana Paula da Rosa, na época, discente egresso da UNISINOS.

É importante destacar que as três produções sobre a temática quilombola foram feitas por três homens e uma mulher, provenientes de diferentes localidades do Brasil, como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas pesquisas foram realizadas em instituições de ensino superior como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

É notável a contribuição significativa que as mulheres têm no campo científico. No entanto, é preciso reconhecer que ainda enfrentamos uma desigualdade de gênero acentuada em nosso país. Embora as mulheres constituam metade da população mundial, apenas um terço das cientistas são do sexo feminino. Esse desequilíbrio é uma consequência direta de uma história marcada por desigualdades e que também se apresenta nessa pesquisa. Outro ponto a destacar é referente ao território que essas pesquisas foram desenvolvidas. Embora as populações quilombolas estão majoritariamente alocadas na região Nordeste, nenhuma pesquisa foi desenvolvida em uma universidade Nordestina.

É necessário refletir sobre a representatividade e diversidade na produção acadêmica, especialmente no que se refere às questões quilombolas. A falta de representatividade e diversidade em sala de aula e nos corpos docentes pode influenciar na falta de interesse e pesquisa em temas como o quilombola. A busca pela equidade e diversidade na academia deve ser constante para garantir a produção de conhecimento mais inclusivo e justo.

Além disso, é preciso levar em conta as limitações estruturais que muitas vezes impedem a produção de pesquisas sobre esses temas. As comunidades quilombolas ainda enfrentam muitas dificuldades no acesso à educação, saúde, infraestrutura e outros serviços básicos, o que muitas vezes torna difícil a realização de pesquisas em campo.

Mas, qual o debate levantado nos trabalhos catalogados? O trabalho, “Entre meios e sociabilidades digitais: dinâmicas de experimentações e usos de jovens quilombolas do Matão na rede social Facebook” realizado por Marco Antônio de Oliveira Tassarotto e Ana Paula da Rosa, apresenta uma análise de um estudo que se concentra na experiência comunicacional de jovens quilombolas em uma comunidade da Paraíba, especificamente em relação à sua interação na rede social Facebook.

O estudo emprega uma abordagem netnográfica para descrever as dinâmicas enunciativas e representações sociais desses jovens no ambiente digital. Os pesquisadores conseguem observar e entender como esses jovens utilizam os meios, modos e operações disponíveis na plataforma, bem como os desdobramentos dos vínculos entre o local e o global, e como isso leva à construção de novas narrativas e identidades/perfis.

A pesquisa destaca a presença de um "totem território quilombo" que atenua as irritações dessas interações em rede e apresenta marcas de um fazer de revalorização simbólica da comunidade. A pesquisa destaca a importância de se analisar como as tecnologias digitais são utilizadas em comunidades tradicionais, como quilombolas, e como essas ferramentas podem contribuir para a construção e circulação de representações sociais e identidades. Além disso, a abordagem netnográfica adotada no estudo permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas enunciativas desses jovens na plataforma do Facebook.

Já a pesquisa, “Enquadramento noticioso: a titulação de territórios quilombolas na imprensa capixaba” desenvolvida por Girley Vieira da Silva, apresenta um estudo que analisa os enquadramentos noticiosos utilizados pela imprensa capixaba para abordar a questão da titulação de territórios quilombolas no ano de 2007. A pesquisa tem como objetivo identificar como a imprensa construiu esse enquadramento e, para isso, utilizou como base teórico-metodológica as obras de Porto (2004) e Entman (1991, 1994).

A partir da análise dos títulos das matérias publicadas pelo jornal A Gazeta, o estudo identificou um enquadramento conflituoso que desfavorecia os interesses das comunidades quilombolas e seu direito ao território previsto na Constituição Federal. Esse tipo de enquadramento, segundo a pesquisa, é um importante instrumento de poder social e deve ser objeto de análise, especialmente quando se trata de minorias e temas que possam contrariar interesses da elite econômica dominante. A pesquisa traz à tona a importância da análise dos enquadramentos noticiosos utilizados pela imprensa, especialmente quando se trata de minorias e temas que envolvem questões de direitos humanos. Também destaca a necessidade de se identificar os interesses por trás desses enquadramentos e de se avaliar o impacto que eles podem ter na construção de uma opinião pública informada e crítica.

A última pesquisa analisada tem como título: “O “Ser” Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall – Uma Tentativa Teórica”, escrita por Nemézio C. Amaral Filho. Esta pesquisa apresenta a proposta de utilizar a perspectiva teórica de Stuart Hall (2003) para analisar a representação do "ser

negro" contemporâneo, em particular a população remanescente de quilombos na região amazônica. O autor destaca que essa abordagem oferece uma alternativa aos caminhos comumente apontados pela Antropologia. O objetivo do estudo foi compreender a representação do discurso remanescente de quilombo na mídia e, assim, contribuir para a reflexão sobre a ocidentalização do mundo e a relação ética do intelectual brasileiro com as minorias da América Latina.

O autor apresenta a visão de Silvano Santiago (2014), que argumenta que o pensamento antropológico deve questionar o processo de ocidentalização do mundo e evitar que as minorias vivam uma "ficção" imposta que determina seu passado e futuro. Nesse sentido, a aplicação da perspectiva de Stuart Hall (2003) pode permitir uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais e sociais que afetam as minorias no Brasil.

Desta forma, a pesquisa destaca a relevância da perspectiva teórica de Stuart Hall (2003) para a análise do "ser quilombola" e da representação das minorias na mídia brasileira, bem como a importância da reflexão crítica sobre o papel do intelectual na compreensão das dinâmicas sociais e culturais que afetam essas comunidades.

### **Considerações finais**

As populações quilombolas têm sido alvo de discussões e debates em diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, história, direito, sociologia, entre outras. No entanto, quando se trata da produção de conhecimento na área da Comunicação, percebe-se a existência de lacunas e desafios a serem superados. Foi a partir dessa reflexão que se originou a pesquisa que buscou realizar um levantamento dos trabalhos publicados nas principais redes de pesquisa em Comunicação - Sbjor e Compós - entre os anos de 2000 a 2022.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi descritiva e explicativa, a partir da busca por palavras-chave como "quilombo", "quilombos" e "quilombola" nos repositórios de cada instituição. Após a análise de 5.157 produções, foram encontrados apenas três trabalhos que abordavam a temática quilombola. Essa constatação evidencia a existência de uma falta de interesse ou de investimento em pesquisas sobre o tema, o que pode ser reflexo da invisibilidade dada às comunidades quilombolas.

No entanto, a relevância do assunto para a compreensão das questões sociais, políticas e culturais do país é inegável. As comunidades quilombolas são grupos historicamente marginalizados e discriminados, que lutam pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação de suas culturas e

tradições. Nesse sentido, a produção científica sobre a temática pode contribuir para uma maior visibilidade desses grupos e para a elaboração de políticas públicas que levem em consideração suas especificidades.

Além disso, é importante destacar que a Comunicação desempenha um papel fundamental na construção das representações sociais e na formação da opinião pública. A mídia, por exemplo, pode tanto reproduzir estereótipos e preconceitos em relação às comunidades quilombolas, quanto contribuir para sua valorização e reconhecimento.

A produção de conhecimento na área da Comunicação pode ser uma ferramenta importante na luta por uma Comunicação mais democrática e inclusiva, que leve em consideração as vozes e as perspectivas das populações quilombolas.

Ainda que a temática quilombola tenha ganhado mais visibilidade nas últimas décadas, é possível perceber que a produção de conhecimento sobre essas comunidades ainda é incipiente, especialmente no campo da Comunicação. Isso é preocupante, pois limita a compreensão das questões sociais, políticas e culturais que afetam as populações quilombolas e, conseqüentemente, dificulta a elaboração de políticas públicas e ações que possam promover transformações educacionais, socioeconômicas e biopsicossociais para o indivíduo, família e/ou comunidades.

É importante que se ampliem as discussões e o investimento em pesquisas nessa área, a fim de proporcionar uma melhor compreensão das especificidades das comunidades quilombolas e das formas como a Comunicação pode ser utilizada para promover sua visibilidade e seus direitos. Nesse sentido, estudos que investiguem as representações midiáticas sobre os quilombos, bem como suas lutas e reivindicações, são fundamentais para entender como essas comunidades são percebidas e representadas pela sociedade em geral.

É necessário que sejam realizados mais estudos sobre a temática quilombola na área da Comunicação, com o objetivo de ampliar o conhecimento e a visibilidade dessas comunidades. A academia pode e deve ser um espaço de promoção da igualdade racial e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essa revisão ressalta a necessidade de ampliar as discussões e pesquisas acerca da temática quilombola, uma vez que é uma realidade presente no Brasil há séculos e ainda é pouco explorada na academia. Acreditamos que este trabalho possa sensibilizar e mobilizar mais pessoas e instituições a se engajarem nessa temática além disso, que a abordagem desses temas possa contribuir para a luta contra

o racismo e a discriminação racial, uma vez que a história e a cultura dos quilombolas ainda são pouco conhecidas e valorizadas pela sociedade em geral. Somente assim será possível superar as lacunas e desafios existentes.

### Referências

Alves, D; et al. **O Quilombola no ensino superior: um balanço dos dados de quase uma década de quota quilombola na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).** (2018). Disponível em: <[encurtador.com.br/GPTZ4](http://encurtador.com.br/GPTZ4)>. Acesso em: 11.mar.2021.

Hall, S. (2003): *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.

Harzing, A. **Publish or Perish.** (2016). Disponível em: <[encurtador.com.br/fkpsH](http://encurtador.com.br/fkpsH)>. Acesso em: 15.mar.2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral Tabela 6403 - População, por cor ou raça (Vide Notas). (2019). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <[encurtador.com.br/dwC04](http://encurtador.com.br/dwC04)>. Acesso em: 11.mar.2021.

LEI N. 1, DE 1837, E O DECRETO Nº 15, DE 1839, SOBRE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Lopes, S; Fernández-Llimós, F; Costa, T. *A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas.* (2012). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/4620>>. Acesso em: 11.mar.2021.

Lourenço, S. **Ações afirmativas para estudantes quilombolas: o processo de criação do programa de inclusão de estudantes quilombolas (proinq) na universidade federal de mato grosso (ufmt)** (2018). Disponível em: <[encurtador.com.br/nzCZ9](http://encurtador.com.br/nzCZ9)>. Acesso em: 11.mar.2021.

Maldonado-Torres, N; Grosfoguel, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

Marcelino, F. **O acesso de estudantes quilombolas no IFRN: análise da lei nº 12.711/2012.** (2018). Disponível em: <[encurtador.com.br/lnCTY](http://encurtador.com.br/lnCTY)>. Acesso em: 11.mar.2021.

Njeri, A. **Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa.** *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação.* Número 31: mai.-out./2019, p.4-17. Disponível em: <[encurtador.com.br/nuPUW](http://encurtador.com.br/nuPUW)>. Acesso em: 11.mar.2021.

Sancho, R. **Indicadores bibliométricos utilizados en la evaluación de la ciencia y la tecnología: revisión bibliográfica.** (1990). Disponível em: <[encurtador.com.br/avDK1](http://encurtador.com.br/avDK1)>. Acesso em: 11.mar.2021.

Santiago, Silvano. (2014) **Stuart Hall e os movimentos diaspóricos**. Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras). Fase VIII, jan-fev-mar, Ano III, No.78, p.195-201.

Santos, A. B. Dos; Pereira, S.; Ferdinand, M. (texto de orelha). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112p.

## Circulação de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire* (1791)

Circulation of ideals of freedom and citizenship in revolutionary Haiti: a study based on the periodical *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire* (1791)

João Vitor Valeriano

Mestrando em História

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

joaovitorvaleriano1999@gmail.com

Recebido: 02/05/2024

Aprovado: 30/09/2024

**Resumo:** Este artigo se propõe a investigar a circulação de ideais de liberdade e cidadania em São Domingos – atual Haiti –, durante a Revolução Haitiana (1791-1804), com base na leitura do periódico *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire. Affiches, annonces et avis divers*. Serão priorizadas as edições publicadas de 20 de agosto a 21 de setembro de 1791, período que coincide com a fase inicial do processo revolucionário. A partir de elementos fornecidos pela análise da fonte, pretende-se focar na experiência e agência de sujeitos negros, como escravizados, livres de cor e libertos, que tiveram papel fundamental como disseminadores das notícias de liberdade no Caribe. Por meio da leitura desse jornal objetiva-se entender as demandas e interesses políticos próprios desses sujeitos, levando em conta que essas características foram fundamentais para a irrupção e fortalecimento do processo revolucionário.

**Palavras-chave:** Revolução Haitiana; São Domingos; Século XVIII

**Abstract:** This article aims to investigate the circulation of ideals of freedom and citizenship in Saint-Domingue - modern-day Haiti -, during the Haitian Revolution (1791-1804), based on the reading of the journal *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire*. The editions published between August 20th and September 21th of the year 1791 will be prioritized, since it is the period that coincides with the beginning of the revolutionary process. From elements provided by the analysis of the material, we aim to emphasize the experience and agency of black individuals, such as the enslaved, free and freed people, that had a fundamental role as disseminators of the news of freedom in the Caribbean. Through the reading of the journal, we intend to grasp the political demands and interests

of these subjects, considering that these characteristics were central to the irruption and strengthening of the revolutionary process.

**Keywords:** Haitian Revolution; Saint-Domingue; Eighteenth-century

## Introdução

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por intensos debates sobre cidadania e liberdade, sobretudo após a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” na Revolução Francesa. Entretanto, assuntos como o fim da escravidão e a extensão de direitos políticos para pessoas negras eram sempre inviabilizados ou adiados nas discussões da Assembleia Nacional da França.<sup>194</sup> No mesmo momento em que essas questões eram levantadas na Europa, do outro lado do Atlântico acontecia a Revolução Haitiana, conhecida justamente por suas ações libertárias que ocasionaram o fim da escravidão na colônia francesa de São Domingos (atual Haiti) e a primeira independência de um país latino-americano.<sup>195</sup>

O Haiti, na época colônia de São Domingos, era a porção ocidental da ilha de Hispaniola, localizada no mar do Caribe. A possessão francesa, antes do início da Revolução em 1791, representava o maior mercado individual para o tráfico de escravizados do mundo. A partir de informações disponíveis no *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, somente no século XVIII, aproximadamente três milhões de pessoas do continente africano, em sua maioria da África Central e Ocidental, foram deslocadas para realizar trabalho forçado e sem remuneração nas ilhas do Caribe. Grande parte dessa população foi destinada para São Domingos, que se sobressaía em relação às outras colônias da região, tanto no número de escravizados, quanto na importância econômica.

---

<sup>194</sup> No início de 1790, a Assembleia Nacional da França aprovou a formação de um comitê especializado. De forma geral, foi decretado que a questão colonial seria decidida apenas pelos colonos brancos - muitos do *Club Massiac* -, excluindo politicamente os livres de cor dos debates nas assembleias e defendendo a manutenção da escravidão em São Domingos. Ver: DUBOIS, Laurent. **Os Vingadores do Novo Mundo. A história da Revolução Haitiana**. Niterói: Eduff, 2022.

<sup>195</sup> “A primeira [abolição], foi decidida em 1793, após o recrudescimento da revolta dos escravizados em São Domingos (cuja produção de açúcar assegurava a riqueza da metrópole), que obrigou a Convenção a abolir a escravidão em 1794”. COTTIAS, Myriam. “Et Si l’esclavage Colonial Faisait Histoire Nationale?” **Revue d’histoire Moderne et Contemporaine (1954-)**, vol. 52, no. 4 bis, 2005, pp. 59–63.

A manutenção do sistema escravista na colônia francesa acontecia, sobretudo, por conta do aumento do número de escravizados.<sup>196</sup> Julius Scott, historiador estadunidense, argumenta que a partir da segunda metade do século XVIII, a quantidade de escravizados que desembarcavam na ilha de São Domingos dobrava com o passar dos anos, chegando a trinta mil nas vésperas da Revolução (SCOTT, 2018, p. 24). Essa característica da escravização haitiana gerou um excedente de livres de cor<sup>197</sup> que conseguiram suas alforrias por meio de trabalho remunerado em cidades e portos. Além disso, o Haiti possui uma característica geográfica peculiar, com montanhas e florestas densas em seu território, o que possibilitava a fuga de escravizados para essas regiões, formando comunidades independentes conhecidas como *Maroons*.<sup>198</sup> (THORNTON, 2004, p. 49).

Esses sujeitos tornaram-se disseminadores das notícias de liberdade no Caribe da segunda metade do século XVIII, ligando informações sobre o abolicionismo inglês, o reformismo espanhol e a França revolucionária com suas lutas locais. No entanto, não foram somente essas experiências advindas para além do Atlântico que influenciaram os revolucionários haitianos. Como afirma Scott, mesmo antes das palavras de liberdade da Revolução Francesa chegarem aos ouvidos da população negra de São Domingos, esta já pressionava as autoridades coloniais em busca de emancipação (SCOTT, Op. Cit., 2018, p. 34). Ou seja, a demanda por liberdade por parte dos escravizados e livres de cor foi constituída ao longo do século e com características próprias, com forte apelo ao campesinato que viria a caracterizar o Haiti pós-independência (PEREIRA, 2020, p. 121).

A circulação de ideais de liberdade e cidadania em São Domingos, protagonizada pelos sujeitos negros citados acima, com foco agência<sup>199</sup> dos escravizados e livres de cor, é o principal tema desta investigação. Para tanto, as fontes de estudo serão as edições do jornal *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire. Affiches, annonces et avis divers*,<sup>200</sup> priorizando as publicações dos meses

---

<sup>196</sup> Optamos por utilizar o termo “escravizado”, quando viável, em vez de “escravo”. O primeiro termo enfatiza o estado em que as pessoas estavam submetidas, sem naturalizar a condição do sujeito histórico, como acontece no segundo. Na documentação, contudo, lidamos com as categorias “esclaves” e “négres(se)”, presentes nas colônias francesas.

<sup>197</sup> De acordo com a historiadora brasileira Letícia Gregório Canelas, “as pesquisas historiográficas mais recentes sobre as colônias francesas têm utilizado o termo ‘livres de cor’, para se referir ao grupo de pessoas africanas e afrodescendentes libertas ou nascidas livres”. (CANELAS, 2020, p. 5)

<sup>198</sup> O termo *marronage* inclui todas as formas de deserção da escravidão. O cognato inglês “maroon” refere-se apenas a pessoas que fugiram permanentemente. A *Petit Marronage* trata-se de escravos que se ausentaram temporariamente do trabalho. Já a *Grand Marronage*, por outro lado, envolve os escravos que procuram libertar-se do controle de seus senhores, para se estabelecerem em comunidades autônomas (THORNTON, 1998, p. 273)

<sup>199</sup> Em nossa investigação, utilizamos dos conceitos teóricos e metodológicos de E.P. Thompson, historiador marxista britânico. Em sua principal obra sobre a formação da classe operária inglesa, o autor analisa como esse processo emergiu a partir da experiência e agência de diversos trabalhadores.

<sup>200</sup> Disponível em: <https://archive.org/details/gazettedesaintdo01moza/page/n3/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 24 de janeiro 2024.

iniciais da Revolução Haitiana, entre agosto e setembro de 1791. Redigido de 1º de janeiro a 19 de novembro de 1791, na casa de impressão de M. Mozard, em Porto Príncipe, capital da colônia francesa de São Domingos, e na Cidade do Cabo, centro cultural e econômico localizado ao Norte da ilha, o periódico era publicado às quartas-feiras e aos sábados, podendo, quando necessário, ser acompanhado por um *Supplément à la Gazette de S. Domingue*. De forma geral, as 8 páginas de cada edição eram divididas em duas colunas, exclusivamente, de caráter textual - sem o apoio de representações imagéticas. A comercialização do periódico acontecia, sobretudo, por meio de assinaturas anuais de 66 libras, com o valor avulso de 33 libras por mês correspondente. Apesar de ser editado pela elite local, o jornal contém inúmeras informações úteis para o desenvolvimento deste trabalho, como registros de escravizados, referências aos *Maroons*, demandas dos livres de cor, avisos de chegadas e saídas de navios e negociações entre a metrópole e a colônia. Por meio dos elementos fornecidos pela leitura da fonte, pretende-se compreender os “diferentes projetos políticos que esses sujeitos negros moldaram e, por sua vez, moldaram indivíduos e grupos que os articularam” (DUBOIS, 2022, p. 19).

O posicionamento político do periódico *Gazette de Saint-Domingue*, em um primeiro momento, refletia as complexas transformações da Revolução Francesa.<sup>201</sup> Na edição de número 67, do início de agosto de 1791, o jornal publicou uma notícia sobre a partida do Rei da França, destacando que o verdadeiro soberano: a nação e os franceses, dignos da liberdade, eram, mais do que nunca senhores do seu destino (MOZARD, 1791, nº 67, *Gazette de Saint-Domingue*).<sup>202</sup> Nesse sentido, a liberdade e cidadania no espaço colonial, na perspectiva do editor M. Mozard<sup>203</sup>, estavam restritas aos cidadãos franceses - tanto os que viviam em São Domingos quanto na metrópole -, reforçando o vínculo de pertencimento e participação política com a origem europeia, em contraposição com a inserção de livres de cor e escravizados no âmbito da cidadania e liberdade. Ou seja, nas palavras de Michel-Rolph Trouillot, a ideia de que africanos escravizados e seus descendentes não seriam capazes de conceber a liberdade, era baseada não tanto em evidências empíricas, mas numa ontologia, uma ordenação

---

<sup>201</sup> De acordo com o filósofo alemão Jürgen Habermas, “a Revolução Francesa foi o propulsor para o movimento de politização da esfera pública”, garantindo aos cidadãos o direito à liberdade de imprensa, além do direito de livre reunião. Ver: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>202</sup> Para um debate sobre o cidadão visto como o verdadeiro depositário da soberania, ver: MACÍAS, Flavia. “La ciudadanía y su dimensión política en la América Latina decimonónica.” In Mirta Zaida Lobato y Sofia Venturoli (eds.). **Formas de ciudadanía en América Latina**. AHILA - IBEROAMERICANA - VERVUERT, 2013.

<sup>203</sup> Em boa parte do nosso recorte temporal, do dia 3 de julho (nº 62) a 29 de outubro (nº 87), a redação do periódico ficou a cargo de Huard le Jeune. Entretanto, conforme descrito após o título, o editor se limitava apenas à redação de notícias, sendo o posicionamento político e os ideais de liberdade e cidadania apresentados no periódico atribuídos à figura de M. Mozard.

implícita do mundo e de seus habitantes, amplamente compartilhada por brancos na Europa e nas Américas, assim como por muitos fazendeiros não brancos (TROUILLOT, 2016, p. 122).

A maioria dos escravizados desembarcados em São Domingos, na época da Revolução Haitiana, advinha da África Central, sobretudo da região do Reino do Congo. Segundo John K. Thornton, “os ‘Congos’ eram mais da metade dos escravizados no Norte da ilha, onde a Revolução começou, e aproximadamente a mesma proporção no Sul” (THORNTON, 1993, p. 185). Nos anúncios de fugas - marronage - (*Esclaves en Marronage*), vendas (*A Vendre*) e aprisionamento de escravizados (*Esclaves marrons entrés aux Geolés*) presentes no periódico *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire. Affiches, annonces et avis divers* (1791) foram observadas inúmeras aparições dessa categoria de “nação”.<sup>204</sup> Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que as dinâmicas sociais, políticas e culturais que se formaram nos três lados do Atlântico – África, Caribe e França – influenciaram as atitudes da população escravizada e dos livres de cor em suas ações cotidianas por liberdade e cidadania em São Domingos.

### Os sujeitos negros da Revolução: historiografia

Esta investigação situa-se, em grande parte, amparada pelos estudos clássicos sobre a Revolução Haitiana e o Atlântico Negro. Como a obra *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos* de C.L.R. James, um dos principais estudos sobre a resistência escrava na modernidade. Publicada em 1938, James faz uma análise de longa duração da Revolução de São Domingos - entendida como um evento histórico marcante para a libertação dos povos negros -, ocorrida entre os anos de 1791 e 1805 e protagonizada pelos escravos da ilha. Essa obra dialoga em diversas instâncias com nossa análise. Em primeiro lugar, rompe com a visão tradicional da historiografia da época, predominada pelo mito da passividade dos escravos e afrodescendentes. Além de apresentar uma perspectiva Atlântica de análise, em que os eventos políticos no Caribe, França e do continente africano estavam totalmente imbricados. Por último, ressalta os diferentes sujeitos que compuseram a Revolução Haitiana, como libertos, escravizados e livres de cor.

---

<sup>204</sup> Segundo Aldair Carlos Rodrigues, em sua análise sobre os africanos que viviam em Minas Gerais no século XVIII, “dependendo do contexto e do momento da vida de uma pessoa, a nação a que estava associada poderia designar topônimos das macro-áreas da organização do tráfico; portos de embarque; reinos e impérios; microfilições políticas; classificações linguísticas de diversos níveis; ou etnônimos que designavam identidades étnicas mais específicas e autoadscrições” (RODRIGUES, 2020, p. 323).

Em consonância com os estudos recentes de Aimé Césaire, Laurent Dubois e Carolyn Fick, entendemos a Revolução Haitiana como “uma das origens, uma das fontes fundamentais, da civilização ocidental contemporânea” (CÉSAIRE Apud DUBOIS, 2022, p. 23). Sobretudo, a obra de Dubois possibilita situar nossa investigação em diversos âmbitos, sendo o estudo das redes intelectuais e projetos políticos formados por diferentes sujeitos o principal deles. Além disso, o autor afasta sua interpretação dos fatos ocorridos na Revolução Haitiana de puramente influenciados pela raça e classe, acrescentando que as dinâmicas políticas, sociais e culturais também foram importantes para o andamento do processo revolucionário.

Os livres de cor (*gens de couleur*) e libertos (*affranchis*) constituíam uma parte significativa da sociedade de São Domingos. Segundo dados apresentados por Fick, “o número dessas pessoas saltou de 6.000 em 1770 para 27.500 em 1789” (FICK, 1990, p. 25). Assim, considerando as informações levantadas, a obra da historiadora Dominique Rogers, no capítulo do livro *Escravidão e Subjetividades* intitulado “Violência e cidadania em uma área rural do sul francês de Santo Domingo”, será essencial para situar a discussão historiográfica sobre esses sujeitos negros. O estudo da autora irá contribuir para “o debate sobre assimilação dos escravos libertos e pelos livres de cor da parte francesa de São Domingos, no final do século XVIII” (ROGERS, 2016). Principalmente quando tal assimilação era direcionada para a obtenção de direitos políticos, de liberdade e cidadania. Por exemplo, na edição de número 76, do mês de setembro de 1791, há uma mudança na nomenclatura, por parte das pessoas livres de cor, de *Gens* (pessoas) para *Citoyens* (cidadãos), deixando evidente sua pretensão política de usufruir de direitos e de experienciar a liberdade. Tal caso evidencia a negociação, de como o termo para designar esse grupo muda a partir desse protagonismo na disputa também pelo vocabulário (MOZARD, 1791, nº 76, *Gazette de Saint-Domingue*). Diante dessas características, intenciona-se fazer paralelos com o periódico analisado, refletindo sobre as relações estabelecidas entre os livres de cor, os libertos e os brancos da ilha de São Domingos durante a Revolução Haitiana.

Nessa perspectiva, o artigo “Questões sobre raça e gênero no Caribe Francês (Séculos XVIII-XIX)”, publicado em 2020, da historiadora brasileira Leticia Gregorio Canelas, servirá como um aprofundamento do debate levantado no parágrafo acima. Nele, a autora analisa “as barreiras raciais e discriminatórias impostas aos africanos e afrodescendentes libertos e livres, ao longo do século XVIII no Caribe Francês, a partir de fontes documentais e da historiografia que investiga as experiências dos livres de cor” (CANELAS, 2020, p. 1). O debate bibliográfico de Canelas com outros estudiosos das Antilhas Francesas e com fontes produzidas no contexto colonial das Américas é constante em seu

texto, em especial ao tratar das nomenclaturas referentes aos “livres de cor” (*gens de couleur*), que coincidem com os termos encontrados no periódico *Gazette de Saint-Domingue*. Assim, será possível investigar as pessoas livres de cor e libertos que tiveram um papel fundamental no decorrer da Revolução Haitiana, reivindicando direitos e participação política nas Assembleias coloniais.

No trato com as fontes impressas, fundamentamos nossa análise a partir da obra de Frédéric Barbier. De acordo com ele, os avanços tecnológicos da imprensa no decorrer da época moderna, sobretudo com a invenção de Johannes Gutenberg, aconteceram em um mundo de intensa modernização. Esses fenômenos também influenciaram os próprios processos históricos em andamento, fornecendo meios para um desenvolvimento radicalmente novo (BARBIER, 2018). Também nos apoiamos nas reflexões de Marília de Azambuja Ribeiro Machel, segundo a qual “a publicação de notícias, como a de outros impressos também, precisa então ser pensada como um ato complexo, fruto dos interesses de atores sociais diversos, que pode em muito transcender a dimensão da relação de seu autor e seu editor”. Além disso, enfatiza que “uma publicação é frequentemente fruto dos interesses políticos, econômicos e culturais de seus financiadores, sejam eles indivíduos, grupos ou governos” (MACHEL, 2023, p. 13).

Além do aspecto geral da materialidade e circulação do periódico, nossa investigação busca compreender a agência de escravizados na ilha de São Domingos. Sobretudo, por meio do estudo dos anúncios de fugas (*marronage*), aprisionamento e vendas de escravizados contidos no jornal. Em seu estudo sobre as notícias de “marronage”, Jean Fouchard apresenta os “maroons” como aqueles que lutaram por décadas durante o século XVIII contra o sistema de *plantation* - os fundadores da nação haitiana (DUBOIS, 2022, p. 72). As historiadoras norte-americanas Rebecca Scott e Crystal N. Eddins também se apresentam como fundamentais para a investigação, em especial suas contribuições sobre a análise micro e macro de escravizados no contexto Atlântico.<sup>205</sup> Por se tratar de um jornal atravessado pelo olhar da elite senhorial, acrescentamos a obra de Jeremy D. Popkin (2023), para entender o caso específico da imprensa no contexto colonial, na qual “a liberdade de imprensa nem sempre significou a expansão da liberdade para todos os membros da sociedade” (POPKIN, 2023, p. 5), sejam eles escravizados ou libertos.

---

<sup>205</sup> EDDINS, Crystal Nicole. “Runaways, Repertoires, and Repression: Marronage and the Haitian Revolution, 1766–1791.” *Journal of Haitian Studies* 25, no. 1 (2019): 4–38. <https://www.jstor.org/stable/26790801>; SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Por último, a obra *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História* do historiador e antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot demonstra-se fundamental para entender os caminhos que a historiografia Ocidental assumiu ao longo dos anos e os silenciamentos produzidos pelas fontes referentes à Revolução Haitiana - inclusive a analisada aqui. Segundo o autor, “quando chegaram à França as primeiras notícias sobre o levante de massa em agosto de 1791, a reação mais comum entre as partes interessadas era a descrença: os fatos eram por demais implausíveis; as notícias tinham de ser falsas” (TROUILLOT, 2016, p. 151). Assim, esta investigação tem como intenção, também, dialogar com a historiografia afro-caribenha,<sup>206</sup> rompendo com o universo de silenciamentos que foram produzidos pela interpretação eurocêntrica da Revolução Haitiana e de seus sujeitos históricos.

### O contexto político das publicações

De acordo Dubois, “o objetivo dos escravos insurgentes durante essa primeira fase da Revolução Haitiana não era se separar da França. Na verdade, naquele momento, eram os proprietários de escravos, e não os cativos, os que mais clamavam por autonomia” (DUBOIS, 2022, p. 16). A circulação de notícias contidas no periódico *Gazette de Saint-Domingue* refletia os anseios e aspirações dessa elite colonial branca (*grand blanc*), que tentava governar a parte francesa da ilha de São Domingos sem interferência de Versailes. No início da década de 1790 “a assembleia da Província do Norte concedeu a si mesma o poder legislativo e executivo”. Assim, “surge uma nova rede de assembleias provinciais e governos municipais sob o controle popular agora governava a colônia”, confrontando a legitimidade das decisões tomadas na França, em especial o decreto de maio de 1791, que aumentava a participação política dos livres de cor e libertos. Esse confronto faz com que, segundo Dubois, os homens livres de cor, mesmo aqueles ricos proprietários, fossem impedidos de participar da vida política na colônia (DUBOIS, 2022, p. 96-101).

Moreau de St. Méry, importante jurista, político e historiador colonialista, nascido na Martinica em 1750, foi um cidadão do Atlântico. Partiu para França com 19 anos e construiu uma carreira política no Parlamento de Paris. Em 1774, demitiu-se e voltou para trabalhar como advogado em São Domingos. Devido ao seu trabalho,

---

<sup>206</sup> Principais contribuições: CASIMIR, Jean. **The Haitians: A Decolonial History**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2020; CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020; FOUCHARD, Jean. **The Haitian Maroons. Liberty or Death**. New York: EW Blyden Press. 1981.

Moreau foi se irritando com algo que perseguiria durante a maior parte do restante de sua vida: ninguém, nem mesmo os administradores de ambos os lados do Atlântico que governavam as colônias caribenhas conhecia tudo sobre elas. Ele decidiu tentar resolver o problema e, trabalhando com outros membros de uma sociedade científica local, chamada *Cercle des Philadelphes*, começou a coletar informações sobre o direito, história, ambiente e economia de Saint-Domingue. Era um projeto clássico do Iluminismo, baseado na ideia de que o conhecimento promove uma melhor governança (DUBOIS, 2022, p. 22)

Nesse sentido, o proeminente advogado, que também fazia parte da elite colonial branca (*grand blanc*), escreveu a *Description de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*, ao longo da última década do século XVIII. Nela, além das informações topográficas, econômicas e históricas sobre São Domingos, havia “uma cosmologia racial fantasmagórica: uma fórmula ‘científica’ baseada na divisão dos indivíduos em 128 partes, todas europeias ou africanas, cujas diferentes combinações criavam diferentes identidades raciais” (DUBOIS, 2022, p. 97). De forma geral, o trabalho de Moreau, por meio de um discurso pseudocientífico, tentava legitimar a exclusão política de africanos e afrodescendentes em São Domingos, descrevendo-os como “castas” inferiores aos brancos.

Julien Raimond, que foi descrito como um “*quadroon*” por Moreau - uma pessoa com um quarto de ascendência africana, perguntava em um panfleto de 1791: “até o *Code Noir*, de 1685, de Louis XIV, reconhecia que, uma vez que deixavam de ser escravas, as pessoas de cor tinham direito à cidadania. A Assembleia Nacional será menos justa que um déspota?” (Apud DUBOIS, 2022, P. 79). Mesmo com as súplicas de Raimond e diversos outros livres de cor, a Assembleia Nacional, em março de 1790, decidiu que a Constituição da França não seria aplicada às colônias. “Em vez disso, cada colônia elegeria sua própria assembleia, que proporia uma constituição relativa aos regimes internos das colônias - principalmente a administração da escravidão e as leis referentes às pessoas de cor livres - que seria revista e ratificada em Paris” (DUBOIS, 2022, p. 108). Esta medida privou, por um tempo, os livres de cor e os escravizados aos Direitos do Homem proclamados na Revolução Francesa.

No prospecto da *Gazette de Saint-Domingue*, o impressor-editor Charles-Théodore Mozard, deixa evidente que o periódico “servia aos franceses vivendo longe de sua pátria”. Ou seja, o mesmo grupo político de Moreau. Assim como o jurista, Mozard também fazia parte da sociedade científica *Cercle des Philadelphes*, que financiou a *Description* e as publicações do jornal durante o ano de 1791. Na Assembleia Nacional da França, esses homens antagonizavam os debates políticos acerca da escravidão com os abolicionistas franceses da *Société des Amis des Noirs*. Apesar dos jornalistas em São Domingos se propagarem como defensores da “liberdade de imprensa”, tal qual seus compatriotas na França

metropolitana (POPKIN, 2023, p. 3). Na mesma edição, os editores da *Gazette de Saint-Domingue* afirmam que “qualquer cidadão, desde que possua endereço, será livre para publicar sua opinião sobre qualquer assunto ou evento ocorrido, com exceção das duas classes secundárias existentes na sociedade colonial - livres de cor e escravizados - às quais os autores imporão o absoluto silêncio” (MOZARD, 1791, ‘prospectus’, *Gazette de Saint-Domingue*).

Segundo Jeremy D. Popkin, o paradoxo da imprensa colonial em São Domingos é que os jornalistas que exaltavam o princípio da liberdade para si próprios reconheciam também que operavam numa sociedade cuja continuidade dependia da negação da liberdade à grande maioria da sua população (POPKIN, 2023, p. 4). É certo que essa circulação de notícias no periódico não ficava restrita à elite colonial branca (*grand blanc*). Ao tensionar o poder com a autoridade metropolitana e defender os interesses dos editores, a imprensa desempenhou um papel essencial, ainda que não intencional, na viabilização das revoltas contra o domínio branco por parte dos livres de cor de São Domingos e de sua população escrava (POPKIN, 2023, p. 3). Ou seja, as notícias sobre os Direitos do Homem da França revolucionária que dividiam as páginas com anúncios de fugas (*marronage*), aprisionamento e vendas de escravizados eram elementos poderosos nas mãos de diferentes sujeitos, mas principalmente dos escravizados insurgentes. De acordo com Dubois:

“Algumas semanas depois do início da insurreição, um insurgente foi capturado por uma tropa de soldados brancos [...] Quando revistaram seu corpo, encontraram num de seus bolsos panfletos impressos na França, repletos de generalidade sobre os Direitos do Homem e a Revolução Sagrada; no bolso do colete havia um grande pacote com pavios e fosfato de cal. Em seu peito, havia um pequeno saco cheio de cabelo, ervas e pedaços de ossos, que eles chamam de amuleto [...] A lei da liberdade, ingredientes para disparar uma arma e um poderoso amuleto para pedir a ajuda dos deuses: claramente, uma potente combinação” (DUBOIS, 2022, p. 129)

Peter Linebaugh utiliza o termo “bumerangue” para descrever as experiências históricas revolucionárias em diferentes cantos do Atlântico, esse objeto metafórico partia da África para o Caribe e Europa - tomando uma trajetória recíproca entre as localidades (LINEBAUGH, 1982, p. 122). No caminho desse bumerangue de experiências pelo Atlântico, o navio ganha uma importância fundamental para entender as comunicações entre os sujeitos. Linebaugh ainda acrescenta que:

O navio carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navios de criminosos desterrados, de *indentured servants* e sobretudo de escravos africanos. O navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam [...] Forçado pela magnitude de seus negócios a ajuntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma viagem de morte a um destino cruel, o

imperialismo europeu também criou as condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que pusera em movimento. As pessoas conversam, afinal (LINEBAUGH, 1987, p. 27).

Esse conteúdo político formado em diferentes lugares adquire um caráter de notícia. As *Nouvelles* chegavam aos portos das Américas pelo Atlântico. Logo após, diversos “moradores reuniam-se nas casas próximas ao porto para falar com os recém-chegados ou transmitir um ao outro o que ouviam” (DUBOIS, 2022, p. 37). De acordo com Marisa Midori Deaecto, “o que se evidencia nessa nova conjuntura da história das mídias é a sua capacidade de acelerar o tempo e encurtar distâncias” (DEAECTO, 2021). No caso da *Gazette de Saint-Domingue*, as notícias eram divididas em três seções: estrangeiras, nacionais e coloniais. Neste momento da investigação, daremos ênfase para as *Nouvelles Nationales* e *Coloniales* (notícias nacionais e coloniais), que informavam os cidadãos de São Domingos sobre os decretos e legislaturas da Assembleia Nacional, em Paris. Para o editor Mozard, era “de grande interesse as notícias sobre a Revolução Francesa, principalmente aquelas que poderiam levantar questões sobre o regime colonial” (MOZARD, 1791, ‘prospectus’, *Gazette de Saint-Domingue*).

Para alguns historiadores, como C.L.R James, a Revolução Haitiana, “a única revolta de escravos bem-sucedida na história, teve origem na Revolução Francesa, sem a qual o sucesso teria sido impossível” (JAMES, 2023, p. 48).<sup>207</sup> Contudo, questionamos essa interpretação sobre a França ser uma origem revolucionária inata, e entendemos o processo tanto da Revolução Haitiana quanto Francesa como complementares - imbuído de tensões. Segundo Dubois, “as leis aprovadas na metrópole tinham de ser registradas na colônia pelos *conseils* ou tribunais locais, que às vezes, em protesto, se recusavam a fazê-lo” (DUBOIS, 2022, p. 42). Ou seja, os sujeitos da colônia interpretavam e questionavam as informações, às vezes adequando-as para suas próprias realidades. No discurso do presidente da assembleia da parte francesa de São Domingos, na sessão ocorrida em 31 de agosto de 1791, ele critica a administração colonial e sua tirania na construção de leis, além de discursar que “gostaria de poder admirar a Constituição, o zelo com que a defende, prova que a sua dúvida espera os efeitos mais felizes. Mas nós que já sentimos que as diferenças locais exigem diferenças na Constituição” (MOZARD, 1791, nº 76, *Gazette de Saint-Domingue*).

Nas Antilhas Francesa no século XVIII, segundo Letícia Gregório Canelas (2020), foi justamente “a existência de *gens de couleur libres* (pessoas de cor livres) que suscitou as primeiras

---

<sup>207</sup> Implícito nessa retórica está o pressuposto de que a conexão francesa é não só necessária como também suficiente para explicar a Revolução Haitiana. Esse pressuposto trivializa a percepção autônoma dos escravos de seu direito à liberdade e de seu direito de alcançá-la pela força das armas (TROUILLOT, 2016, P. 169)

indagações a respeito do amálgama entre estatuto social e grupo étnico - branco: senhor e livre, negro: escravo” (CANELAS, 2020, p. 4). No início de 1791, os livres de cor formavam uma classe intermediária entre os brancos e os negros escravizados da colônia de São Domingos. Após a Revolução Francesa, “a luta dos livres de cor por igualdade e contra a barreira social, até então latentes ou simplesmente jurídicas, tornaram-se abertamente políticas” (GAUTHIER, 2007, p. 63-151 Apud CANELAS, 2020, p. 18). Com os debates políticos intensificados pelos acontecimentos da Revolução Haitiana, os livres de cor e os brancos da ilha estabeleceram diversas *Concordatas*. Uma delas, presente na edição de nº 76, na qual o primeiro grupo alegou que as leis feitas em seu favor em 1685, no *Code Noir*, tinham sido desprezadas e violadas pelo progresso de um preconceito ridículo; e no momento que viram formar-se assembleias de representantes da Nação, que aprovaram decretos em seu favor. Mas que viram com a maior dor que os cidadãos brancos das colônias lhes recusava obstinadamente a execução destes decretos, no que lhes dizia respeito, pela interpretação injusta que deles faziam (MOZARD, 1791, nº 76, *Gazette de Saint-Domingue*).

Segundo Dominique Rodgers em diálogo com Pierre Pluchon, os libertos e descendentes de libertos desfrutariam, na segunda metade do século XVIII, de uma cidadania de segunda classe, que iria forçá-los a respeitar e a se submeter aos brancos e aos euro-crioulos (PLUCHON, 1991, t. 1, p. 407 Apud RODGERS, 2021, p. 24). Em nossa investigação, contudo, entendemos essa submissão como uma forma de “assimilação” direcionada para obtenção de direitos políticos, sobretudo a participação nas assembleias coloniais. Ainda na edição de nº 76, os cidadãos de cor da parte francesa de São Domingos estabelecem suas *Demandes*. Dentre elas, havia uma solicitação para que os cidadãos brancos cumpram e comprometam-se a nunca se opor ao decreto de 15 de maio da Assembleia Nacional, que concedia direitos políticos aos livres de cor. Além disso, demandava o poder de delegar diretamente na assembleia colonial e nomear deputados escolhidos entre os cidadãos de cor, que terão, como os cidadãos brancos, uma voz conflitante e deliberativa. De fato, percebemos não só a mudança no argumento político sobre os livres de cor, mas também o conteúdo do periódico assume outra perspectiva, com a “vista de fumaça que subia dos edifícios e dos canaviais queimados das *plantations*” (BLACKBURN, 2002, p. 206)

As *Concordatas* e *Demandes des commissaires de la garde nationale des Citoyens de couleur* assinadas entre os brancos e os livres de cor da colônia foram amplamente divulgadas no periódico e nas paróquias locais de São Domingos. Sendo o segundo tão expressivo numericamente quanto o primeiro, tais

medidas foram fundamentais para estabelecer uma estratégia militar contra os escravizados insurgentes, principalmente no norte da ilha. De acordo com Dubois:

Os livres de cor, além de assegurar a defesa colonial, desempenhavam um papel central na defesa de Saint-Domingue contra seus inimigos internos: os escravos. A colônia tinha uma força policial especial, a *maréchaussée*, cuja tarefa era monitorar os escravos nas *plantations* e nas cidades, perseguir os fugitivos e atacar as comunidades *maroons* (DUBOIS, 2022, p. 87).

Ou seja, pareciam as pessoas ideais para o conflito interno contra os escravizados. De certa forma, pode parecer contraditório o local ocupado no horizonte político pelos livres de cor, em que teriam que salvar a escravidão para conseguir igualdade racial e cidadania. Contudo, em nossa investigação, compreendemos essa milícia especial, a *maréchaussée*, como uma busca por “status” pelos homens de cor dentro da sociedade colonial e, notadamente, uma posição social demarcada - afastada da escravidão (KING, 2004, p. 1). Philibert-François-Rouxel de Blanchelande, representante do Rei em São Domingos e comandante das tropas patrióticas, declara que a “assembleia geral da parte Francesa de São Domingos, pelo seu decreto do dia 20 deste mês, anunciou, de uma maneira franca e leal, sua intenção de permitir aos homens de cor, nascidos de pai e mães livres, das maiores vantagens na sua existência política” (MOZARD, 1791, nº 81, *Gazette de Saint-Domingue*). De acordo com Dubois, “daquele dia em diante, havia apenas duas categorias de pessoas nas colônias, as livres e as escravizadas” (DUBOIS, 2022, p. 164). É justamente sobre essa segunda classe de sujeitos negros da colônia de São Domingos, a mais numerosa, que pretendemos abordar daqui por diante.

### **Liberdade e cidadania em anúncios: perspectivas micro-macro Atlântica**

De acordo com Rebecca Scott, “não há nada micro no mundo atlântico do século XIX, mas mesmo nesse quadro tão amplo, a análise mais profunda pode surgir da intensa atenção ao particular” (SCOTT, 2014, p. 19). Também consideramos nosso recorte temporal, a última década do século XVIII, dentro dessa perspectiva de análise da autora. Logo, pretendemos, neste momento da investigação, refletir sobre a agência desses sujeitos negros nas diferentes escalas da sociedade escravagista: microlocal, colonial e atlântica; além de situar a discussão sobre os significados de liberdade e cidadania para a população escravizada no contexto Atlântico. Para tanto, antes de explorarmos o periódico *Gazette de Saint-Domingue*, faremos uma divagação filosófica sobre os conceitos “liberdade abstrata e concreta”, da autora Angela Y. Davis. Segundo a filósofa estadunidense, a

literatura negra fornece um relato muito mais esclarecedor “sobre a liberdade, de sua extensão e de seus limites, do que todos os discursos filosóficos sobre esse tema na história da sociedade ocidental” (DAVIS, 1969, p. 4). Para ela, a teoria sobre liberdade do homem ocidental esteve isolada da realidade negra no Atlântico e sua aplicação na prática não foi levada em consideração no contexto em que trabalhamos.

Na primeira e segunda palestra sobre libertação, Davis traz a obra *A vida e a época de Frederick Douglass*, escrita por ele mesmo. Douglass foi um ex-escravizado norte-americano que se tornou um líder abolicionista nos EUA. Na obra de caráter autobiográfico existe uma viagem física e filosófica da escravidão à liberdade. Assim, o ponto de partida da palestra de Davis são os questionamentos que Douglass tinha quando ainda era criança: “Por que sou um escravo? Por que algumas pessoas são escravas e outras são proprietárias de escravos?” (DOUGLASS Apud DAVIS, p. 649). Além disso, o mais importante para a filósofa em sua análise “será a transformação crucial do conceito de liberdade como um princípio estático e dado no conceito de libertação, a luta dinâmica e ativa pela liberdade” (DAVIS, 1969, p. 645). Para encontrar esse caminho da libertação, Davis trabalha, em especial, com duas noções de resistência: física e mental. Douglass tem experiência com a primeira quando observa um escravizado resistindo ao chicoteamento, “uma rejeição implícita da instituição da escravidão, de seus padrões, de sua moralidade”. Ou seja, “um esforço microcósmico em direção à libertação” (DAVIS, 1969, p. 648).

Decorre desse ato também a noção de resistência mental, onde “a libertação é a decisão de rejeitar sua imagem do modo como o dono de escravos a pintou, rejeitar as condições que o dono de escravos criou, rejeitar sua própria existência, rejeitar a si mesmo como escravo” (DAVIS, 1969, p. 649). De acordo com Davis, a condição de escravidão é uma condição de alienação, e esta pode ser interpretada como uma ausência de identidade. Essa não identidade pode ser inconsciente - o escravo aceita a definição do senhor -, ou consciente - o conhecimento pode servir como uma prática de libertação. É por meio desse segundo aspecto que Douglass forja, então, sua trajetória rumo à liberdade, quando com apenas 13 anos aprende a ler e se dedica, principalmente, a entender sobre assuntos relacionados aos estados livres do Norte dos EUA. A experiência de Frederick Douglass em utilizar seus conhecimentos, em especial o letramento, como uma ferramenta para a liberdade e o

combate de sua própria alienação foi semelhante à de diversos sujeitos no contexto do Atlântico Negro.<sup>208</sup> Na *Gazette de Saint-Domingue*, o caso do *Créole* Héctor nos chama atenção:

Ele fugiu de Porto-Príncipe, dia 30 do último mês, um negro *Créole* de nome Héctor, idade de 30 à 35 anos, altura de 5 pés e 4 à 5 polegadas, marcado no seio direito MOZARD, tendo no pescoço um colar com três ramificações; este negro é muito bem constituído e muito forte: pedimos às pessoas que dele terão conhecimento que o mandem prender, sem que leve em conta as autorizações por escrito que possa ter, pois ele sabe ler e escrever, tendo estado na França por algum tempo. Notifique M. Mozard, editor, a quem pertence (MOZARD, 1791, n° 44, *Gazette de Saint-Domingue*).

Charles-Théodore Mozard publicou diversos anúncios ao longo do ano de 1791 procurando Héctor e oferecendo uma recompensa cada vez maior para quem o encontrasse. Isso nos indica a importância do escravizado em fuga para a própria produção do senhor, no caso, o trabalho com impressos. Também mostra o êxito do *Créole* em escapar da escravidão e manter-se durante um ano, pelo que temos conhecimento, em liberdade. No estudo de caso do *Créole* Héctor podemos observar que o trabalho empreendido nas casas de impressão facilitava o acesso ao mundo letrado. Além disso, percebe-se o papel central da leitura e escrita no processo de fuga do cativo e que, conseqüentemente, colabora para atravessar as barreiras impostas às pessoas de cor vivendo em liberdade, como a criação de passes. Outra característica fundamental presente no anúncio é de que Héctor já tinha “estado na França por algum tempo”, e julgando pela sua idade, isso provavelmente aconteceu em meio à efervescência dos debates sobre liberdade e cidadania da Revolução Francesa.

Ainda que involuntariamente, tanto o editor Mozard quanto Héctor compartilharam da autoria do anúncio.<sup>209</sup> O primeiro por razões evidentes de escrita e publicação em seu próprio periódico. Já o segundo apresenta-se por meio de suas características físicas, intelectuais e, sobretudo, culturais - por estar exposto a ideais e conhecimentos de diferentes lugares no Atlântico. Estas características servem, em nossa investigação, para subverter o objetivo original dos anúncios como tecnologia de impressão utilizada para reescravizar os negros, iluminando, em vez disso, a possível existência de uma consciência de libertação antes e durante a Revolução Haitiana (EDDINS, 2019, p. 12). As características acrescidas pelo editor ao longo do tempo nos anúncios também comunicam sobre a resistência e agência do escravizado. Num primeiro momento ausentes, a partir da edição de n° 46, fica

---

<sup>208</sup> De acordo com Paul Gilroy, o Atlântico Negro é uma categoria que diz respeito às estruturas transnacionais criadas na modernidade que se desenvolveram e deram origem a um sistema de comunicações e trocas culturais entre os sujeitos da diáspora. Ver: GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

<sup>209</sup> De acordo com Antonio T. Bly (2020), o silêncio não é uma referência à ausência de fala, escrita ou impressa. Pelo contrário, representa um tipo diferente de discurso (T. BLY, 2020, p. 246).

indicado que Héctor fugiu com uma quantidade substancial de dinheiro: 22 moedas Portuguesas. Segundo Stewart King, uma moeda Portuguesa correspondia a 66 libras coloniais. Em nível de comparação, 132 libras coloniais era o salário médio de um gerente de *plantation* (KING, 2004, 11). Ou seja, conforme apontado pelo editor, o ex-escravizado inseria-se no mundo em liberdade com uma quantia em dinheiro 11 vezes maior que o salário de uma pessoa com uma posição privilegiada na sociedade colonial.

Outra característica fundamental de Héctor revelada pelo anúncio é sua origem “Crioula”. Essa denominação era utilizada na época tanto para descrever cidadãos brancos quanto escravizados e livres de cor nascidos nas colônias francesas. A diferença marcante entre essas categorias residia na condição jurídica e social de cada sujeito. Segundo Laurent Dubois, os “crioulos, geralmente, ocupavam as posições mais especializadas e privilegiadas das *plantations* e tinham as melhores chances de conseguir alforria” (DUBOIS, 2022, p. 52). Por esse motivo, como argumenta Crystal Nicole Eddins, as pessoas escravizadas encontraram oportunidades de interagir umas com as outras sem o contato direto ou a supervisão dos proprietários e gestores brancos (EDDINS, 2019, p. 10). Em nossa investigação, como já foi apontado por uma das hipóteses, Héctor trabalhava nas casas de impressão de seu senhor, também editor do jornal, Mozard. Essa função especializada combinada com as oportunidades de interagir com pessoas de diferentes locais e estatuto social, sugere que Héctor conseguiu evitar a captura devido aos seus laços sociais. De acordo com o historiador haitiano Jean Fouchard, a prática da *marronage* foi um movimento sociopolítico diretamente ligado à Revolução Haitiana (FOUCHARD Apud EDDINS, 2019, p. 5). Ou seja, mesmo de maneira microlocal, Héctor foi um dos importantes agentes revolucionários.

Os dados gerais levantados até o momento na análise do periódico *Gazette de Saint-Domingue* também ressaltam essa perspectiva trabalhada no parágrafo anterior. A maioria dos escravizados em atividade de *marronage* - deserção da escravidão - ocupavam atividades especializadas, como: comandantes de *plantations*, carpinteiros, jardineiros, cozinheiros e, obviamente, o caso de Héctor nas casas de impressão. Segundo a historiadora Carolyn Fick, grande parte do sucesso da revolta de agosto de 1791 no Norte deveu-se ao papel central e influente dos comandantes, não era raro encontrar um à frente de uma *plantation* empenhado na *marronage* coletiva. Esse movimento das massas de escravizados, ressaltado pela perspectiva marxista de C.L.R. James (2020), esteve presente em boa parte dos anúncios no periódico analisado, sobretudo quando os escravizados fugiam em grupos de suas respectivas plantações. Isso fica exemplificado na edição de N° 79:

Quatro negros fugiram da sua *plantation*, no dia primeiro de Setembro passado, depois de terem destruído vários móveis e instalações, e de terem levado todas as armas de fogo e todas as munições; levaram consigo outros quatorze negros, pertencentes ao referido senhor Fessard, mas que desde o último dia 15 de setembro, retornaram à referida moradia, e tudo indica que os quatro negros acima denunciados e denominados estão retidos. Mesmo assim, o referido Senhor Fessard promete uma recompensa honesta a quem os entregar a ele com as armas, munições e outros bens que lhe foram roubados por eles, com todas as ressalvas, no entanto, pela infração cometida às leis, relativas às propriedades, contra a quem pertencera, a qualquer momento (MOZARD, 1791, nº 79, *Gazette de Saint-Domingue*).

A agência desses sujeitos dentro do sistema escravista estava vinculada, muitas vezes, à destruição do mesmo. Segundo C.L.R. James, “eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem de pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento” (JAMES, 2020, p. 94). No anúncio, também percebemos a centralidade das armas de fogo no processo de *marronage* desses escravizados. Dois deles eram da região da África Central, classificados como “Congos”. O historiador estadunidense John K. Thornton argumenta que a maioria dos escravizados enviados para São Domingos, durante o século XVIII, tinham servido nas guerras civis do Congo ou foram capturados por elas. Ou seja, as experiências militares formadas no continente africano não desapareceram quando esses antigos soldados desembarcaram no Caribe (THORNTON, 1993, p. 198). De forma geral, abrangendo todos os tipos de anúncios do periódico, entre 20 de agosto e 21 de setembro, foram contabilizadas 75 aparições da categoria de nação “Congo”, enquanto “Nago” e “Créole” correspondiam, aproximadamente, a 30 aparições cada.<sup>210</sup> Essas duas últimas categorias eram, justamente, a classificação dos outros dois fugitivos no anúncio acima. Além disso, os quatro escravizados exerciam atividades especializadas na sociedade colonial: cozinheiro, carpinteiro, jardineiro e comandante de *plantation*. Destacamos essa função precedente, descrita na fonte como *commandeur*, que poderia desempenhar um papel de liderança sobre outras pessoas em São Domingos, assim como nas hierarquias militares centro-africanas.<sup>211</sup>

Mesmo as “nações” desses sujeitos corresponderem a diferentes lugares do Atlântico - África Central, África Ocidental e Caribe -, os quatro se organizaram em torno da *marronage*, entendida pela

---

<sup>210</sup> Os dados foram levantados durante a pesquisa de Iniciação Científica, realizada entre os anos de 2021 e 2022, apoiada pelo CNPq, com o título “Circulações de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico *Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire* (1791).”

<sup>211</sup> Baseamos esta passagem em textos clássicos de John K. Thornton, como **A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Além do recente estudo apresentado no **XXVI Encontro Estadual de História**, organizado pela ANPUH, de Guilherme Oliveira da Silva, mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

nossa investigação como uma prática de libertação. Com base no que foi apresentado, a linguagem exerce um papel fundamental na comunicação e nas trocas culturais entre os escravizados em São Domingos. De acordo com Fick, a língua “crioula”:

[...] decididamente africana na sua estrutura e ritmo, mas caracteristicamente europeia na sua dinâmica lexical. A gênese e a subsequente evolução desta língua, que se supõe ter ocorrido a partir da experiência dos escravos do início do século XVIII em São Domingos, proporcionou assim um quadro linguístico comum para a comunicação entre os escravos, no qual os recém-chegados africanos de diversos grupos étnicos e línguas podiam ser facilmente integrados. De fato, através da adaptação cultural ao seu ambiente no Novo Mundo, os escravos tinham, nas vésperas da revolução, adquirido uma ferramenta unificadora essencial que permitia aos africanos de origens muito diferentes, bem como aos escravos nascidos em São Domingos, partilhar experiências, trocar pontos de vista e opiniões, comunicar as suas ideias e até conspirar contra o senhor (FICK, 1990, p. 58).

Nesse sentido, parte das notícias do periódico *Gazette de Saint-Domingue* eram interpretadas por muitos escravizados, que sabiam ler e escrever, como o já mencionado Héctor, e passadas adiante para aqueles que não sabiam, formando o que Julius Scott chama de “mundo subterrâneo” de informações sobre liberdade (SCOTT, 2018, pp. 42-44). Os deputados da Assembleia Colonial de São Domingos, no dia 3 de setembro de 1791, criaram um decreto provisório proibindo todos os livreiros, impressores, mascates e em geral todas as pessoas residentes na colônia, ou que nela chegam, de vender, imprimir, distribuir ou doar quaisquer escritos relacionados a assuntos políticos e à Revolução Francesa (MOZARD, 1791, nº 80, *Gazette de Saint-Domingue*). É certo que essas medidas não foram suficientes para “controlar a circulação de informações e as muitas esperanças e medos que ela suscitava” (DUBOIS, 2022, p. 100). Além disso, a existência de leis e decretos proibindo a circulação de notícias referentes à Revolução Francesa em São Domingos nos fornece indícios de que a disseminação de informações sobre liberdade e cidadania era uma prática realizada entre os escravizados e livres de cor no contexto colonial.

### Considerações finais

Michel-Rolph Trouillot argumenta que a “Revolução Haitiana foi política e filosoficamente concebida conforme ia acontecendo” (TROUILLOT, 2016, p. 146). Neste artigo, procuramos compreender, sobretudo, as demandas e interesses políticos próprios dos sujeitos negros em São Domingos, na segunda metade do ano de 1791. Esse período de transição, entre o final da época moderna e início da idade contemporânea, foi marcado por intensos debates sobre cidadania e

liberdade, principalmente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na Revolução Francesa. Contudo, assuntos como raça, colonialismo e escravidão eram deixados na obscuridade das discussões. De acordo com Susan Buck-Morss, “foi Montesquieu quem introduziu a escravidão nos debates iluministas, definindo seu tom. Ao mesmo tempo em que condenava filosoficamente a instituição, justificava a escravidão ‘negra’ em termos pragmáticos, climáticos e explicitamente racistas” (BUCK-MORSS, 2011, p. 157). A Revolução Haitiana e seus sujeitos colocaram em questão as premissas ontológicas e políticas dos escritores do Iluminismo. O homem como ser político e ser dotado de linguagem, em nossa investigação, não se constitui apenas na Revolução Francesa e Americana, mas também nas Assembleias Coloniais de São Domingos e na prática de *marronagem*. Ou seja, os escravizados, livres de cor e libertos foram agentes na circulação de ideias de liberdade e cidadania no Caribe e, constantemente, tensionaram os valores da civilização ocidental contemporânea, considerados universais.

#### Referências bibliográficas:

- BARBIER, Frédéric. **A Europa de Gutenberg. O Livro e a Invenção da Modernidade Ocidental (Séculos XIII-XVI)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial, 1776 – 1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BUCK-MORSS, Susan. “Hegel e Haiti”. Tradução. **Novos Estudos Cebrap 90** (2011). p. 131.
- CANELAS, Leticia Gregório. “Questões sobre raça e gênero no Caribe Francês (Séculos XVIII-XIX)” **Revista História** (São Paulo), 2020.
- CASIMIR, Jean. **The Haitians: A Decolonial History**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2020.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020
- DAVIS, Angela Y. **Lectures on Liberation**. N.Y. Committee to Free Angela Davis, 1971.
- DEAECTO, Marisa Midori. **História de um livro: A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849)**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2021.
- DOUGLASS, Frederick. **A autobiografia de um escravo**. São Paulo: Editora Vestígio. 2021.
- DUBOIS, Laurent. **Os Vingadores do Novo Mundo. A História da Revolução Haitiana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2022.
- EDDINS, Crystal Nicole Eddins. **Rituals, Runaways, and the Haitian Revolution. Collective Action in the African Diaspora**. Cambridge University Press: Cambridge, 2022.

- FICK, Carolyn E. **The making of Haiti**. The University of Tennessee Press: Knoxville, 1990.
- FOUCHARD, Jean. **The Haitian Maroons. Liberty or Death**. New York: EW Blyden Press. 1981.
- GAUTHIER, Florence. **L'aristocratie de l'épiderme: Le combat de la Société des citoyens de couleur, 1789-1791**. Paris: CNRS Éditions, 2007.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. Boitempo: São Paulo, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Uma história da revolta pan-africana**. São Paulo: Veneta, 2023.
- KING, Stewart R. "The marechaussee of Saint-Domingue: Balancing the Ancien Regime and Modernity". **Journal of Colonialism and Colonial History**, vol. 5 no. 2, 2004. *Project MUSE*, <https://doi.org/10.1353/cch.2004.0052>.
- LINEBAUGH, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeçeram". **Revista Brasileira de História** (São Paulo), no 6, 1983-84.
- MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro, "Autoria e apocrifia nos albores da época moderna: o caso das primeiras notícias impressas sobre o Novo Mundo", **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 41, n. 2 (2023), pp. 107-137, <http://dx.doi.org/10.22264/cli.issn2525-5649.2023.41.2.05>.
- PEREIRA, Bethânia Santos. **Uma nação em construção: trabalho livre e soberania no código rural haitiano (1826-1846)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 2020.
- PLUCHON, Pierre. **Histoire de la colonisation française T.1**. Paris: FAYARD, 1991.
- POPKIN, Jeremy D. "A Colonial Media Revolution: The Press in Saint-Domingue, 1789-1793." **The Americas**, vol. 75 no. 1, 2018, p. 3-25. *Project MUSE* [muse.jhu.edu/article/684061](https://muse.jhu.edu/article/684061).
- RODRIGUES, Aldair. "Quem eram as negras e os negros minas da capitania de Minas Gerais no século XVIII" in Ivana Stolze Lima, Juliana Farias e Aldair Rodrigues (orgs.), **A diáspora mina: africanos entre Brasil e o Golfo do Benim**. Rio de Janeiro: Nau, 2020.
- ROGERS, Dominique. "Violência e cidadania em uma área rural do sul francês de Santo Domingo". Em: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe. **Escravidão e Subjetividades**. Marseille: OpenEdition Press, 2016, pp. 1-31.
- SCOTT, Julius. **The Common Wind. Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution**. London: Verso, 2018.
- SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- T. BLY. Antonio. 'Indubitable signs': reading silence as text in New England runaway slave advertisements, **Slavery & Abolition**, 42:2 2021, 240-268.
- THORNTON. John K. "I Am the Subject of the King of Congo": African Political Ideology and the Haitian Revolution. **Journal of World History**, Fall, 1993, Vol. 4, No. 2 (Fall, 1993), pp. 181-214.

\_\_\_\_\_. John K. **A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Huya: Curitiba, 2016.

## A desconstrução do escravizado e o baixo número de revoltas no Vale do Paraíba fluminense

The deconstruction of slavery and the low number of revolts in the Paraíba Valley in Rio de Janeiro

**Alan de Carvalho Souza**  
Doutor em História  
Universidade de Lisboa (ULisboa)  
ppunk\_alan@hotmail.com

**Recebido:** 03/03/2023

**Aprovado:** 10/06/2024

**Resumo:** Por que o Vale do Paraíba fluminense não apresentou grande número de revoltas, onde a população era composta por 70% de escravizados nas décadas de 1830–1840? Para entendermos as possíveis razões, é necessário abordar a restrição de pessoas letradas imposta pela coroa portuguesa, a política de intensificação do comércio humano a partir de meados do século XVIII e todo o processo que envolveu a principal e mais importante força de trabalho do império português. Em terras coloniais americanas, o africano renascia sob a condição de escravizado, e era guiado a desenvolver novo sentido de pertencimento após todo o processo de desconstrução da sua condição humana, sendo transformado, em seguida, na base da estrutura social sob a bênção da Igreja. Assim, por meio da redução da escala de observação e dialogando com obras recentes sobre a escravidão, buscamos a possível razão para o baixo número de insurreições e, ao mesmo tempo, apresentamos o processo pelo qual o escravizado era submetido; a saber: sobrevivência; renascimento; desconstrução; construção (pertencimento) e analfabetismo.

**Palavras-Chave:** escravizados; desconstrução; Vale do Paraíba fluminense.

**Abstract:** Why did the Paraíba Valley in Rio de Janeiro not experience many revolts, where the population was made up of 70% slaves in the 1830s and 1840s? To understand the possible reasons, it is necessary to address the restriction on literate people imposed by the Portuguese crown, the policy of intensifying human trade from the mid-18th century onwards and the entire process that involved the main and most important workforce of the Portuguese empire. In colonial American lands, Africans were reborn as slaves and were guided to develop a new sense of belonging after the entire process of deconstructing their human condition, and were then transformed into the basis of the social structure under the blessing of the Church. Thus, by reducing the scale of observation and engaging in dialogue with recent works on slavery, we seek the possible reason for the low number of insurrections and, at the same time, present the process through which slaves were subjected; namely: survival; rebirth; deconstruction; construction (belonging) and illiteracy.

**Keywords:** enslaved; deconstruction; Vale do Paraíba in Rio de Janeiro.

## Introdução

Várias foram as revoltas de escravizados ocorridas na história colonial e imperial do Brasil. Mas, por que, as consideradas como principais só ocorreram no século XIX? Antes do advento da mencionada centúria, tivemos trezentos anos<sup>212</sup> de escravidão sem grandes insurreições ou sublevações que produzissem ou questionassem o sistema escravista. Todavia, o quilombo de Palmares não foi uma resistência coletiva nascido da sublevação ocorrida num engenho na capitania de Pernambuco no XVII? Sim, mas conforme observou Kátia Mattoso, o “quilombo era um esconderijo de escravos fugidos distintos dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco” e, ainda, “[...] uma constante [...] desde o século XVI. Os quilombos representavam menos uma reação contra o sistema escravista do que o retorno às práticas africanas longe da dominação dos senhores [...]” (MATTOSO, 2018, p.182-183). Isto é, o quilombo de Palmares não apresentou implicações diretas na ou para a abolição, esta só ocorrida em 1888. Por esse motivo, ao buscar esclarecer mistificações e mal-entendidos sobre as revoltas escravas, o historiador João Pedro Marques ao eleger quatro, não citou nenhuma ocorrida na colônia portuguesa na América ou no Brasil imperial. Ao selecionar Saint-Domingue (Haiti), Barbados, Demerara e Jamaica (MARQUES, 2022, p. 93), estaria minimizando o papel de Portugal no processo de escravização dos africanos? Dificilmente. Mas, por que a escolha de tais eventos? A resposta já foi apresentada acima. Marques buscou relação das revoltas com o processo de abolicionismo e concluiu que apenas a de Saint Domingue, iniciada em 14 de agosto de 1791, apresentou relação direta com a liberdade dos escravizados (MARQUES, 2022, p. 93).

A busca do historiador português foi por revoltas que buscaram a abolição ou impactaram o processo abolicionista. Nesse sentido, nem Palmares e nenhuma outra revolta nos territórios que mais tarde formariam o império do Brasil buscaram ou ocasionaram diretamente a abolição dos escravizados. Palmares chegou a contar com milhares quilombolas e resistiu por quase um século; no entanto, não foi um acontecimento para destruir ou acabar com o sistema escravista. O que provoca a indagação sobre até que ponto o escravizado, após ser submetido a um processo que apresentaremos

---

<sup>212</sup> Consideramos o momento, 1532, em que o comércio de escravizados direcionado a colônia portuguesa na América passou a ser sistemático.

mais adiante de desconstrução e construção, não estaria reproduzindo padrões de uma sociedade na qual fora violentamente inserido?

As publicações recentes de João Pedro Marques: *Escravidão e Revoltas Escravas*; este último originário de uma publicação de 2006 (MARQUES, 2017) e (MARQUES, 2022), ajudou-nos, melhor, ofereceu-nos outros elementos para os questionamentos que estávamos formulando sobre as revoltas de escravizados ocorridas no decênio de 1830. Como o Vale do Paraíba fluminense, principal produtor de café durante a primeira metade do XIX, cuja população das principais vilas produtoras, Vassouras e Valença, composta por 70% de escravizados (SALLES, 2008, p. 184-185), não vivenciou a subjugação dos senhores? Sete em cada dez indivíduos eram escravizados e mesmo em maior número não transformaram o Vale do Paraíba fluminense em terras de revoltas e, por que não questionaram e contestaram a escravidão a qual estavam submetidos? A alta concentração de cativos não era exclusiva do Vale, a província do Rio de Janeiro apresentava, na década de 1840, uma população composta por 53,47% de escravizados (SALLES, 2008, p. 184-185).

Retornando ao Vale do Paraíba fluminense e a sua população escravizada, divergimos de duas afirmações do saudoso historiador Ricardo Salles, que “a mera presença do escravo era uma ameaça” e a “simples presença física de uma grande massa de escravos era vista [...] como uma ameaça à população livre” (SALLES, 2008, p. 179-180). O histórico de revoltas na região não demonstra tal medo, e muito menos, grandes tumultos nas senzalas das fazendas antes da revolta de 1838 ocorrida na freguesia de Paty do Alferes na vila de Vassouras. A revolta em questão contou com mais de duzentos escravizados durando apenas cinco ou seis dias, com o embate e captura da maioria dos revoltosos no dia 11 de novembro de 1838.<sup>213</sup>

Em recente artigo, Alan Souza desconstruiu a abordagem usual de ter sido a morte de um companheiro de senzala a razão pela revolta e fuga, e a apresenta como resultante da instabilidade política, principalmente da disputa senhorial local (SOUZA, 2022). Mas várias foram as abordagens sobre a revolta de escravizados de 1838, que resultou no enforcamento do cativo Manoel Congo. Tivemos desde migração (SOUZA, 2009) até análise salientando aspecto messiânico (GOMES, 2021), mas não houve nenhum enfoque que a apresentasse contra o sistema escravocrata, isto é, pela abolição da escravidão.

---

<sup>213</sup> Ver mais sobre a revolta em: PINAUD (1987); GOMES (2006); SOUZA (2012) e VARGAS (2012).

Sendo a investigação fruto, ou deveria ser, de análise crítica, ressaltamos a ausência de grandes revoltas de escravizados no Vale do Paraíba fluminense antes de 6 de novembro de 1838, região, como vimos, de alta concentração de escravos. Diferentemente, por exemplo, do que ocorreu na Bahia com tentativas de rebeliões durante às três primeiras décadas do XIX até a revolta dos malês (VERGER, 1987). A citada região da província do Rio de Janeiro não apresentava histórico de ocorrências como a da Bahia. Tal fato demonstra, ao menos, dois aspectos: negociação e o alto controle dos proprietários sobre as senzalas. Senão, como explicar a implicação de desordem nas senzalas de um desafeto político numa localidade com o percentual de 70% de escravizados?

Durante a revolta de 1838, o chefe da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, comunicou ao presidente da província do Rio de Janeiro que na fazenda do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, seu adversário político (SOUZA, 2012), existia “[...] tantos fatos sucedidos ultimamente, por espaço, de quatro anos, tem posto em cautela os demais fazendeiros desta freguesia do Pati do Alferes, receosos de que se contamine a insubordinação que lavra naquela freguesia e que pode acarretar funestíssimas consequências” (*Apud.* SOUZA, 1972, p. 43-44). O capitão-mor era casado e não tinha filhos legítimos ou naturais, sendo responsável direto pelo controle da senzala apenas o casal e mais os feitores. Outro ponto é o quantitativo de sua escravaria. Ainda na comunicação do chefe da Guarda Nacional, foi informado que o capitão-mor era proprietário de mais de quinhentos escravizados, mas no inventário *post mortem* foram listados 446 escravizados pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier.<sup>214</sup> Tamanho quantitativo sugeri que a estratégia de controle necessariamente, ao que parece, passava pela negociação. Caso contrário, como explicar o domínio de um casal sobre quatro centenas e meia de cativos? Este artigo busca, principalmente, entender a ausência de grandes revoltas de escravizados no Vale do Paraíba fluminense por meio da “desconstrução” do escravizado.

### **O medo da colônia alcançar mais vassallos brancos do que o reino**

Mais do que buscar mão de obra masculina, a colonização portuguesa na América provocou forte mudança em África. Se antes, conforme apresenta Marques, já existia escravidão entre os africanos; o comércio intercontinental de escravizados praticado pelos portugueses provocou na parte subsaariana a guerra pela sobrevivência (CAPELA, 1974, p. 74) e elevou o sofrimento aos mais

---

<sup>214</sup> Inventário Post Mortem de 1840 de Manuel Francisco Xavier. Gentilmente cedido por Aldeci Silva dos Santos.

horríveis níveis (MARQUES, 2017, p. 33). Se as justificativas utilizadas para explicar a escravatura praticada por Portugal pelo historiador eram a existência da mesma em África antes da chegada dos europeus, que os muçulmanos precederam os cristãos (MARQUES, 2017, p. 32) no comércio de escravizados, não sendo inventado pela Europa o tráfico transatlântico (MARQUES, 2004, p. 15) e, ainda, decorrendo tal prática de uma herança portuguesa do escravismo do mediterrâneo (MARQUES, 2004, p. 149). Logo, a escravização, prática existente desde a antiguidade, não se tratava de uma invenção dos impérios absolutistas europeus. Tanto o ocidente quanto o oriente praticavam ou buscavam na escravização do *outrem* maior produção, poder, prestígio e até mesmo maior força militar. Mas, a escravização dos africanos para a colonização do novo continente foi de domínio português até meados do XVII ou até o fim das Companhias na década de 1780 (MARQUES, 2004, p. 75).<sup>215</sup> Foi esse processo, de escravização, que, com o passar do tempo, terminou caracterizando a cor da pele como aspecto de inferioridade para justificar a prática escravista. Por quê?

Para d. Luís da Cunha,<sup>216</sup> povoar o Brasil de onde “tiram os tantas riquezas, sem despovoar Portugal passaria pela permissão aos estrangeiros com suas famílias de se estabelecerem em qualquer capitania que escolhem” (CUNHA, [s/d], p. 632). Segundo d. Luís, em pouco tempo se “casariam, propagariam e cultivariam o vasto território.” Como tal permissão nunca foi dada, questionamos: teria Portugal implantado uma política de baixo número de pessoas livres no Brasil, em particular durante o XVIII, quando das descobertas das minas? É fato que as descobertas ocasionaram grande número de mudanças de reinóis para o Brasil, gerando o receio de despovoamento do reino.<sup>217</sup> Na Consulta do Conselho Ultramarino de 1732, um pequeno trecho chama atenção e ajudará o nosso entendimento. O documento mencionava que as

riquezas convidam os vassallos do reino a se passarem para o Brasil [...] e passam para aquele muitas pessoas, assim do Reino como das Ilhas, fazendo esta passagem ou ocultamente [...] e **por este modo se despovoará o Reino e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos Vassallos brancos como tem o mesmo Reino.**<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> O Historiador João Pedro Marques, no livro *Portugal e a escravatura dos africanos*, afirmou que após o fim das companhias no decênio de 1780, comércio de escravizados ficou com “os brasileiros; já na obra *Escravidão* de 2017, apresenta o domínio dos ditos “brasileiros” a partir de meados de 1640.

<sup>216</sup> D. Luís da Cunha foi um diplomata português durante o reinado de d. João V. Comendador da Ordem de Cristo, arcediogo da Sé de Évora, Juiz desembargador do Desembargo do Paço, enviado extraordinário de Portugal às Cortes de Londres, Madrid e Paris, e ministro plenipotenciário no Congresso de Utrecht. Nasceu em 25 de janeiro de 1662 e faleceu em 9 de outubro de 1749.

<sup>217</sup> Consulta – do Conselho Ultramarino a S. M no ano de 1732, feita pelo Conselheiro António Rodrigues da Costa. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 25 de abril de 1845, p. 506.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 506. Grifo Nosso.

Por que, o receio de a colônia alcançar número maior de brancos, livres e letrados? E, como povoar sem despovoar a metrópole? Vejamos a política implantada. Durante aquele século, houve um aumento substancial do comércio de escravizados. Se durante a centúria dos Seiscentos a média de embarque de africanos foi de 87.596 por década; nos primeiros 50 anos do século seguinte a mesma alcançou 201.595 escravizados.<sup>219</sup> Logo, o aumento do comércio de africanos escravizados diminuiu o transfúgio de vassalos reinóis para a colônia e contou com a ação do governo central restringindo o deslocamento de vassalos (ZAMELLA, *Apud.* NOVAIS, 2019, p. 165). O procedimento buscou em África os braços necessários. Concomitantemente, representantes do governo central orientavam a não enviar letrados, rábulas ou pessoas de espírito inquieto para a localidade produtora como, por exemplo, Campos dos Goytacazes.<sup>220</sup> A justificativa apresentou o exemplo de José Pereira, homem letrado e responsável por “desordens” que dificultavam o funcionamento dos estabelecimentos na localidade mencionada.<sup>221</sup> Portanto, a coroa e a administração, estruturava socialmente a colônia pela apropriação do trabalho dos escravizados, avançando com a discriminação do povo considerado gente da pior educação e libertino por [Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas](#), 2º marquês do Lavradio.<sup>222</sup>

Por que uma população sem educação, analfabeta e trabalhadora braçal? Para o vice rei, 2.º marquês do Lavradio, a existência de fábricas causava prejuízo ao Estado.<sup>223</sup> Segundo o próprio, a população deixaria de se empenhar no trabalho como, por exemplo, a lavra do ouro.<sup>224</sup> Logo, para os escravizados e libertos, a educação escolar era totalmente proibida (MARQUES, 2004, p. 81) e a existência de universidades, impensável. Para Lavradio, o povo deveria ser animado para fazer novas descobertas “dando-se destas gentes diferentes aplicações do verdadeiro sistema.”<sup>225</sup> Ao desnudar a função do povo, desnudava, também, o sistema de povoamento e exploração da colônia.

Em janeiro de 1779, foi redigida a *Instrução de Martinho de Melo e Castro acerca do governo do Brasil*, na qual consta as principais obrigações:

---

<sup>219</sup> Base de dados *Slave Voyages*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/fn6gOFKY>. Acesso em 26 de set. de 2023.

<sup>220</sup> Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 421-422.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 423.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 424.

<sup>223</sup> Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 458.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 458.

<sup>225</sup> Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 458.

**a conservação, e aumento da religião:** a exata, imparcial, e pronta administração da justiça aos povos: a boa arrecadação, e administração da real fazenda: a conservação da tropa, e forças do estado: a cultura das terras: a navegação, e o commercio: um vigilante cuidado em evitar os contrabandos: e tudo quanto respeita à policia da capital do Brasil.<sup>226</sup>

As obrigações demonstram a exploração combinada com a religião, que deveria ser expandida sob o controle das tropas e forças do Estado. Se o acesso à colônia era restrito aos livres, restava a expansão religiosa sobre os escravizados que seriam “convertidos” e propriedade de um “irmão de fé.”

### O renascimento

Ao chegar às fazendas na América, o africano havia resistido a todas as fases da travessia, além de ter sobrevivido à “terra dos mortos”. Em África ocidental havia a crença que o embarque era o mesmo que uma passagem para à terra dos mortos (MARQUES, 2017, p. 70), mas não só. Em Angola, as embarcações negreiras eram designadas por “tumbeiros, isto é, aquilo que leva à tumba” (MARQUES, 2017, p. 66). Toda essa passagem pela sobrevivência e renascimento ganhava nas colônias portuguesas no novo continente uma nova fase que se iniciava pelo ritual de purificação que terminava com a desconstrução e perda do estatuto de pessoa; por conseguinte, de pertencimento que ainda pudesse existir. O escravizado “renascia” na América para uma nova vida sob as bênçãos da Igreja.

Em terras americanas, os africanos eram forçados a “esquecerem” seus próprios nomes, sendo batizados por nomes cristãos. Assim, um escravizado embarcado no Congo, ao desembarcar, por exemplo, na colônia portuguesa na América, recebia o nome de Manoel Congo. Novo nome numa nova realidade. A Igreja, interpretava o tráfico como uma obra de evangelização (ALENCASTRO, 2000, p. 353) e, ao mesmo tempo, conhecedora das crenças africanas, se apropriava do renascimento africano *pós-tumbeiro* e apresentava um novo renascimento, cujo sofrimento seria superado pela promessa de um paraíso espiritual. Nessa nova fase da vida, a Igreja exercia papel de importância ímpar na geração de um novo pertencimento e objetivo de vida. A própria travessia do Atlântico era utilizada para justificar a escravização. Segundo o padre António Vieira, a viagem era “favorecida por Deus”, pois era “sempre com o vento à popa e sem mudar vela” (*Apud.* MARQUES, 2004, p. 106).

---

<sup>226</sup> Instruções de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa, acerca do governo do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 25 de 1862., p. 479. Grifo Nosso.

Na análise realizada por João Pedro Marques no trabalho *Portugal e a escravatura dos africanos*, o historiador apresenta de maneira clara a função da Igreja e como a mesma, justificava a escravização apresentando novo objetivo de vida. Ao utilizar os *Sermões*<sup>227</sup> do padre António Vieira, o pesquisador fornece informações que ajudam no nosso entendimento sobre a ausência de revoltas. Com a pregação que o caminho para Deus, por conseguinte, para a salvação, entendida como liberdade, necessariamente passava pelo sofrimento do cativo (MARQUES, 2004, p. 107), que a dualidade do homem, corpo e alma, nesse caso, do africano, equivalia somente a meia escravidão em razão da escravização “apenas” do corpo, a Igreja docilizava a escravidão.

De maneira, irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja ou vos pareça, não é cativo total ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela metade exterior e mais vil [...] que é o corpo; porém, na outra metade interior e nobilíssima, que é a alma [...] não sois cativos, mas livres (*Apud*. MARQUES, 2004, p. 107).

Logo, a pregação buscava a melhor aceitação/conversão ao cristianismo com o discurso de que ao aceitar a Igreja, o escravizado alcançaria a alforria da alma e ficaria livre do “maior e mais pesado cativo” (*Apud*. MARQUES, 2004, p. 107). Portanto, o escravizado não deveria se revoltar, pois, o cativo, nessa linha de interpretação e justificação, era temporal, um desejo divino (MARQUES, 2004, p. 108). Com a elevação do africano escravizado aos “mais virtuosos homens do mundo” iguais ao próprio Jesus Cristo conforme se observa nesta passagem: “sois imitadores de Cristo crucificado [...] porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda sua paixão [...]” (*Apud*. MARQUES, 2004, p. 108); a Igreja entendia o tráfico e/ou justificava como uma obra cristã (ALENCASTRO, 2000, p. 353).

No entanto, a elevação a Cristo era apenas para o africano escravizado, isto é, não era a todo povo africano. Com tamanha ascensão no processo de geração de um novo pertencimento e objetivo de vida, ficava mais fácil para os controladores das senzalas, digo para os dirigentes coloniais como o marquês de Lavradio,<sup>228</sup> afirmar que o povo do Brasil (negros, mulatos, cabras e mestiços) era gente da

---

<sup>227</sup> Os *Sermões* do padre António Vieira podem ser encontrados no seguinte endereço:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=101](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=101). Acesso em 29 de setembro de 2023.

<sup>228</sup> Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão de Eça Melo e Silva Mascarenhas, 5.º [conde de Avintes](#) e 2.º [Marquês do Lavradio](#) foi o 11.º [vice-rei do Brasil](#), exercendo o cargo por nove anos, de [4 de novembro](#) de [1769](#) a [30 de abril](#) de [1778](#).

pior educação e libertino,<sup>229</sup> sem encontrar maiores resistências ou até mesmo grandes revoltas que buscassem a abolição.

## O decurso e a reconstrução do sentido de pertencimento

Se não houvesse a total gerência do aparato repressivo, mais o controle punitivo, por conseguinte, a eficácia sobre os escravizados, o chefe da Guarda Nacional imputaria desordem nas senzalas de um inimigo político numa região como o Vale do Paraíba fluminense?

Logo, o baixo número de revoltas passava pela forte repressão destinada aos escravizados. Se havia os castigos aplicados, digamos, pela força policial; esses mesmos não eram tão presentes quantos aos aplicados pelos próprios proprietários. O barão de Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, escreveu sobre como os escravizados deveriam ser tratados e castigados. As recomendações para o controle da escravaria passavam pela reserva de terras para que o cativo pudesse cultivar sua própria roça com o intuito de gerar pertencimento e que os gêneros coletados fossem comprados pelo próprio proprietário. O objetivo final da compra era que o dinheiro arrecadado fosse utilizado para a aquisição de tabaco, comida de regalo, roupa fina para si e familiares (*Apud.* GREENHALGH, 1978, p. 37).

Assim, parte do controle sobre os escravizados era propiciar a geração de um suposto pertencimento com à terra na qual era escravizado. Outro ponto, era não tratar o escravo como inimigo do proprietário ou dos brancos; demonstrando sempre cuidado para com os escravizados nos casos de doença. A recomendação era a realização de “revista pelo fazendeiro nas enfermarias para animar os doentes e dar-lhes alívio, acautelando alguma falta que porventura possa haver” (*Apud.* GREENHALGH, 1978, p. 37). Ressaltamos que o escravizado era para o proprietário um bem de capital.

Quanto à busca de provocar no escravizado, o sentido de pertencimento é o oposto daquilo vivenciado desde o aprisionamento em África até o desembarque nos portos da América portuguesa e, posteriormente, no império do Brasil. Era na ação de confinar o africano, que este se tornava escravizado. Ao perder o “estatuto de pessoa e das relações familiares e sociais”, o africano apanhado

---

<sup>229</sup>Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas - [2º marquês do Lavradio](#). Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 424.

pelo comércio humano se tornava um desprotegido, pois sua vida havia deixado de ser sua (MARQUES, 2017, p. 22). Temos, somente, nessa ação de aprisionamento a perda da própria vida e a transformação do ser humano em um bem comercial de um terceiro que colocava o africano escravizado num lugar de “não humano” no que se refere a perda do estatuto de pessoa com a insegurança e incerteza dominando a sua nova condição.

No entanto, toda a perda gerada no ato do sequestro era elevada quando se iniciava a longa caminhada até as colônias na América. O africano era aprisionado no interior e caminhava dias e dias até alcançar à costa amarrados uns aos outros por meio de ferros ou madeiras e sem direito ao sono nos primeiros dias de viagem (MARQUES, 2017, p. 63), suplício que resultava em mortes. Em Angola, a cada 100 africanos aprisionados:

25 morriam na captura e no transporte até as feiras no interior; depois morreriam mais 11 no caminho até à costa e até serem entregues aos portugueses; outros sete não resistiriam à estadia nos quintais e barracões de Luanda ou de Benguela; dos sobreviventes, seis sucumbiriam no transporte marítimo para as Américas; e os primeiros tempos de residência nas colônias americanas levariam mais 23, de modo que, passados quatro anos, só restariam 28 dos cem iniciais (MARQUES, 2017, p. 68).

Os sobreviventes que chegavam nas fazendas do Vale do Paraíba fluminense iniciavam, sob severa vigilância, o processo de pertencimento baseado numa suposta posse da terra. Esse procedimento tornava o escravizado ainda mais refém do sistema escravista. E a razão era o cultivo do solo ser a base do próprio sustento e, em caso da existência de família, dos familiares.

### **O batismo da senzala que se revoltou em 1838**

Na busca pelo entendimento do porquê da ausência de revoltas de escravizados no Vale do Paraíba fluminense é necessário analisar como os escravizados eram batizados.<sup>230</sup> O batismo é um rito de passagem ao cristianismo, e durante o período aqui analisado, primeira metade do XIX, o rito foi utilizado para o controle de comprovação da propriedade do escravo, sancionar formalmente uma aliança anteriormente concebida (ENGEMANN, 2008, p. 107) e para fixar responsabilidade pública exercida na esfera privada (COSTA, 2007). No batismo era possível constatar a sociabilidade entre cativos de fazendas distintas, observadas no apadrinhamento dos filhos dos escravizados por outros

---

<sup>230</sup> Vários são os estudos sobre batismos de escravizados como: RIOS (1990); GÓES (1993); BOTELHO (1994); FREIRE (2004); SOUZA (2012).

companheiros de senzala, mas, também, demonstrava vínculos entre os proprietários. A escolha de padrinhos entre aqueles que compunham a classe social e política do proprietário, exprimia uma organização de “bandos” (FRAGOSO, 2003, p. 11-35), cujos membros se protegiam e tentavam manter e/ou ampliar o domínio sobre outros setores da população.

Ao analisar e comparar como os proprietários dos escravizados envolvidos na revolta de 1838 batizavam seus escravizados, foi possível perceber comportamentos distintos na escolha dos padrinhos. Selecionamos proprietários de três famílias, a saber: Xavier, Ribeiro de Avelar e Werneck. Num primeiro momento da análise, 1825 a 1830, encontramos 235 assentos.<sup>231</sup> A família Xavier realizou 23 batismos, a Ribeiro de Avelar, 14, enquanto a Werneck realizou 15, representando às três famílias, 21,70% do total de batismo na localidade. Dos 29 inocentes levados à pia batismal pelos Ribeiro de Avelar e os Werneck, apenas seis crianças eram legítimas (presença de pai e mãe), enquanto na família Xavier, dos 23 inocentes levados ao batismo, apenas quatro eram naturais (presença somente da mãe).

Dos batismos da Xavier, apenas três não tiveram como padrinhos pessoas livres,<sup>232</sup> os quais constam como pardos, sem indicação sobre a sua condição de livre ou escravo. Por sua vez, a família Werneck apresentou um padrão diferente. Dos quinze inocentes levados ao batismo, apenas dois tiveram como padrinhos pessoas livres, enquanto 13 escravos tiveram cativos e pardos como protetores. Por fim, a Ribeiro de Avelar apresentou os seguintes dados: dez batismos tiveram como padrinhos escravos e pardos e apenas quatro com padrinhos livres. Assim, optamos por isolar a família Xavier, para sabermos quais foram os padrinhos dos escravizados, pelas razões da revolta ter se iniciado em sua propriedade e por ser a única família a sofrer consequências da revolta e condenações de escravizados.

No recorte temporal de 1825 a 1830, os batismos realizados por pessoas livres na família Xavier foram padrinhos o senhor Luiz França ou de França, um dos procuradores da família que foi acompanhado uma vez de sua filha e os restantes de sua esposa; além de Gil Francisco Xavier,<sup>233</sup> filho adotivo de Manoel Francisco Xavier e herdeiro de suas duas fazendas (Maravilha e Freguesia) e do coronel Joaquim Alberto de Souza da Silveira, Vicente Borges de Carvalho, tenente Bento Borges de

---

<sup>231</sup> Livro de batismo de escravos da vila de Paty do Alferes. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Paty do Alferes. Não foram encontrados os registros anteriores.

<sup>232</sup> Pessoas livres ou portadoras de sobrenome que o sugeriam. Foi a forma utilizada na análise.

<sup>233</sup> Foi batizado em 11 de maio de 1824, casou-se em 13 de fevereiro de 1851 com Enídia Francisca Feijó. Tornou-se comandante da Guarda Nacional da cidade de Vassouras. (STULZER, 1944, p. 59).

Carvalho (talvez irmão de Vicente), José Porcino Pereira, Severino Jose de França, Felisberto Jozé da Silveira, Manoel da Costa e Luiz José de França.

Na sequência analisamos os batismos entre os anos de 1833 a 1840.<sup>234</sup> A família Werneck batizou 81 inocentes com 55 batizados com padrinhos escravos ou pardos, enquanto 26 tiveram padrinhos livres. Já a família Ribeiro de Avelar apresentou 39 batismos, sendo 31 batizados por padrinhos escravos e oito por pessoas livres. Por fim, a família Xavier manteve o padrão de batizar seus escravos com padrinhos livres. Contudo, o estudo ficou restrito aos anos de 1833 e 1834, com 16 batismos.<sup>235</sup> Desse total, 13 foram batizados por padrinhos livres, sendo apenas três com padrinhos escravos. Comparando, os dados encontrados nos anos de 1833 e 1834, houve nas famílias Ribeiro de Avelar e Werneck 25 batismos, os quais foram de 12 filhos legítimos (presença de pai e mãe) e 13 filhos naturais (só com a presença da mãe). Por sua vez, a família Xavier apresentou 16 batismos, todos de filhos legítimos.

Sobre os dados encontrados, é possível afirmar duas ações da família Xavier. A primeira é a existência de um paternalismo mais presente, sendo a segunda a precaução de fortalecimento de sua zona de influência – procedimentos não utilizados pelas famílias Werneck e Ribeiro de Avelar –, afora a grande presença de famílias nas senzalas dos Xavier que, segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor auferir uma renda política (FLORENTINO; GÓES, 1997). Outra informação, é uma menor predisposição de famílias de escravizados para revoltas por meio do controle da “conquista”, pela família, de seu espaço dentro da própria senzala, além da ligação com à terra da qual produzia o próprio sustento ou da família.

Estima-se que entre 1801 a 1840 desembarcaram no território que se tornaria o Brasil 1.654.709 escravizados,<sup>236</sup> e considerando toda a época de existência do tráfico que 66% eram de cativos homens (MARQUES, 2017, p. 50). Com mão de obra majoritariamente masculina, as senzalas de Manuel Francisco Xavier demonstravam, em razão, do alto número de famílias, certa estabilidade, considerando principalmente a porcentagem de mulheres escravizadas que nas décadas de 1820 e 1830 oscilavam acima dos 20% e abaixo dos 30% dos plantéis (SALLES, 2008, p. 200). Ou seja, os dados

---

<sup>234</sup> Livro II de Batismos de escravos. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Paty do Alferes, Rio de Janeiro. Não foi encontrado o livro de batismo referente ao período de 1830 a 1833.

<sup>235</sup> No ano de 1833, a vila de Paty do Alferes perde o título para Vassouras em razão da disputa senhorial então existente envolvendo as três famílias acima citadas. Com o controle da nova vila nas mãos do grupo político inimigo da família Xavier, esta deixa de realizar os batismos dos escravizados, retornando à prática apenas após a morte do capitão-mor Manuel Francisco Xavier no ano de 1840. Sobre a disputa política existente, ver mais em: (SOUZA, 2012).

<sup>236</sup> Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/t8VVGJpx>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

apresentados demonstram que não existiam desordens nas senzalas do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, cujo controle se dava sob o paternalismo, contrariando o relato do chefe da Guarda Nacional em sua comunicação ao presidente da província que citamos acima.

## Sobrevivências

O escravizado tinha duas sobrevivências: a primeira era as guerras internas e a segunda a travessia do Atlântico; renascendo no novo mundo sob as bênçãos e nomes cristãos. Assim, o cristianismo se tornou vital no processo de escravização e de apropriação do trabalho dos escravizados. Se “sem Angola não há Brasil, e sem o Brasil não há Império, porque são os escravos angolanos que garantem a sustentação da economia imperial, maioritariamente assente nas produções brasileiras” (SANTOS, 2005, p. 47); como controlar uma população violentamente arrancada de sua terra?

Como vimos, parte da estratégia foi a vinculação do cristianismo ao processo de escravidão justificado como ação de conversão. O controle da escravaria, na principal zona produtora de café e de altíssima concentração de escravizados, passava pela promoção do desenvolvimento de ideias religiosas, provocando o hábito de confessar, participar das missas, das celebrações e das festas religiosas (*Instruções para a Comissão Permanente nomeadas pelos fazendeiros do município de Vassouras* In: GREENHALGH, 1978, p. 68). Conforme as instruções aos fazendeiros de Vassouras: “a religião é um freio e ensina a resignação [...]” Outro ponto, já salientado, foi a permissão de roças aos escravizados para que os mesmos se ligassem “ao solo pelo amor à propriedade” (*Instruções para a Comissão Permanente nomeadas pelos fazendeiros do município de Vassouras* In: GREENHALGH, 1978, p. 68).

Retomando o questionamento central deste texto que é o entendimento da ausência de grandes revoltas de escravizados no Vale do Paraíba fluminense, surge um novo. Por que da existência de uma *Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros de Vassouras* e da publicação de suas instruções?

Antes de respondermos o questionamento, torna-se importante salientar que a afirmação de ausência de grandes revoltas, não significa inexistência de outras formas de resistência dos escravizados do Vale do Paraíba fluminense. Muitos escravos buscavam no apadrinhamento<sup>237</sup> melhorias das condições do dia a dia, e tantas outras formas de resistências como, por exemplo, assassinatos de

---

<sup>237</sup> Prática utilizada por alguns escravizados fugidos que procuravam um “padrinho” para interceder por eles junto a seus senhores para não receberem castigos ou para melhorias, por exemplo, no tratamento diário.

proprietários,<sup>238</sup> suicídios e diversas maneiras de luta. Mas, respondendo à pergunta acima, entendemos que a criação não foi só em razão da existência da revolta de 1838 e insurreições parciais na localidade, isto é, as instruções para a mencionada Comissão não foi construída em razão direta dos ocorridos na localidade na década de 1830, com alguns episódios que terminaram com a condenação de escravizados. A razão foi o abastecimento, após o fim do tráfico de escravizados em 1850, de escravizados do norte do império do Brasil. O próprio documento evidencia o receio de possíveis insurreições tendo em consideração o histórico de ocorrência da nova zona abastecedora, indicando, e até mesmo destacando e incentivando, o processo de transição do trabalho escravizado para o livre (*Instruções para a Comissão Permanente nomeadas pelos fazendeiros do município de Vassouras* In: GREENHALGH, 1978, p. 65-66).

Numa sociedade escravocrata, rebelião e resistência eram parte do cotidiano, mas por que da elaboração das *Instruções para a Comissão Permanente de Fazendeiros* somente após a chegada dos trabalhadores do norte? Possivelmente, a resposta possa vir do controle exercido sobre o escravizado que se iniciava desde a captura em África. No entanto, os cativos do norte carregavam a fama de revoltosos por dominarem a leitura e a escrita, o que gerou nos proprietários do Vale do Paraíba fluminense o receio da influência desses escravizados no seio de uma escravatura analfabeta. Esse ponto é importante para a compreensão da política implantada durante o período colonial, mas não só. O Vale do Paraíba fluminense, que acompanhou, intencionalmente ou não, a orientação de não adquirir escravizados letrados, terminou por oferecer indícios sólidos para a percepção da razão para o baixo número de revoltas que vivenciou.

Desde a criação da vila de Paty do Alferes em 1820 e, posteriormente, com sua subjugação a vila de Vassouras em 1833,<sup>239</sup> que a disputa senhorial exteriorizou a divisão intra-elite, afora a instabilidade existente desde a abdicação de d. Pedro I e promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831.<sup>240</sup> Com a intranquilidade, a vila começou a apresentar casos pontuais de resistências. Percebamos: em 16 de junho de 1836, o escravizado João Congo foi enforcado acusado de ter assassinado sua própria esposa. Outro escravizado, Mateus, também foi enforcado naquele dia, após ter tentado assassinar seu proprietário, Joaquim Bastos Valbão. Já Pedro Tomé Gonçalves não teve a mesma sorte, foi assassinado pelo próprio cativo denominado de Cariandura. Três anos após a esses acontecimentos,

---

<sup>238</sup> Ver: *Revoltas de Carrancas/MG*. (ANDRADE, 1998-1999).

<sup>239</sup> Sobre a fundação das citadas vilas ver: (SOUZA, 2012).

<sup>240</sup> Sobre a implicação da instabilidade na localidade e na própria revolta de 1838. Ver: (SOUZA, 2022).

era um proprietário, Manoel Vieira dos Anjos, acusado de torturas e mortes de vários escravizados. Entretanto, foi absolvido das acusações. No decênio seguinte, em 24 de março de 1847, o escravo Casemiro assassinou o feitor (GREENHALGH, 1978, p. 60).

No entanto, consoante ao caso Vieira dos Anjos, não foram só crimes cometidos pelos escravizados. Em 1849 a morte da escravizada Donata levou ao conhecimento das autoridades diversas atrocidades cometidas pelo proprietário, Manoel Joaquim de Lima, que foi preso, mas escapou da prisão (GREENHALGH, 1978, p. 60).

Conforme vimos, a violência mais a proteção cristã e depois, novamente, a violência combinada com a política discriminatória restringindo a presença de letrados, mais a disseminação da ideia de que a população trabalhadora da colônia era de pessoas da pior educação e libertinas, e a ilusão da propriedade; visualizamos como se dava o controle dos escravizados numa sociedade onde eram 70% da população.

Mas definir uma classe social como sem educação e libertina, sendo que a educação não era permitida pelo governo central do qual Lavradio era seu representante maior na colônia, é algo excêntrico. O próprio tratamento destinado aos escravizados quando do desembarque, por exemplo, no Rio de Janeiro, nos diz muito do controle

Havia nesta cidade o terrível costume de que todos os negros que chegavam da costa de África a este porto, logo que desembarcavam entravam para a cidade, vinham para as ruas públicas e principais dela não só cheios de infinitas moléstias, mas nús com aquela qualidade de gente, enquanto não tem mais ensino, são o mesmo que qualquer outro bruto selvagem, no meio das ruas onde estavam sentados em umas tábuas [...] ali mesmo faziam tudo o que a natureza lhes lembravam, não só causando o maior fétido nas mesmas ruas e suas vizinhanças, mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos.<sup>241</sup>

A humanidade do africano era extirpada sob o projeto de conversão cristã e, posteriormente, do renascimento e busca pelo pertencimento à terra que o escravizava. Se o “desfile” dos escravizados recém-chegados deixou de existir, o resto foi impulsionado após a chegada da corte ao Rio de Janeiro, reafirmando a estrutura social e a infraestrutura escrava (WILD, 2012, p. 33). Após o estabelecimento da corte, houve aumento dos desembarques de escravizados na nova casa da monarquia. No ano de 1809 desembarcaram 13.171, e em 1818, estima-se, 25.080 escravizados (*Apud.* FRAGOSO, 1998, p. 145). Já a região sudeste da colônia apresentou o aumento de aproximadamente 42,44% no

---

<sup>241</sup> Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 450-451.

desembarque quando comparadas as estimativas de 1806-1810 com a de 1811-1815.<sup>242</sup> Os dados demonstram a intensificação do comércio de escravizados, garantindo à coroa não só a continuação do domínio das possessões africanas no Atlântico Sul, como a continuidade e aumento das arrecadações alfandegárias oriundas do comércio de escravizados. Angola, principal fornecedora de escravizados, vivenciou a intensificação de sua principal função; enquanto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe garantiam parte de suas receitas atuando como ponto de escala para as embarcações negreiras.<sup>243</sup>

Em correspondência de 7 de julho de 1808, endereçada ao governador de Angola, António de Saldanha da Gama, foi informado que “[...] os portos dessa Capitania [Angola] [...] deverão continuar a ser fechados para toda e qualquer transação Mercantil que as Nações Estrangeiras ahy pretendão fazer ficando em seu inteiro vigor todas as Ordens Regias que proíbem a entrada de Navios Estrangeiros nos portos dessa Capitania.”<sup>244</sup>

A manutenção do fechamento dos portos é parte integrante da política que considerava que “sem Angola não há Brasil, e sem o Brasil não há Império, porque são os escravos angolanos que garantem a sustentação da economia imperial, maioritariamente assente nas produções brasileiras” (SANTOS, 2005, p. 47). A mesma política passava pelo preço de venda do escravizado, enquanto, por exemplo, em São Tomé e Príncipe era cobrado 3\$500 réis, em Angola o valor era de 8\$700 por “cabeça” e 4\$300 réis por “cria de pé.”<sup>245</sup>

Se não havia mais o controle de comerciantes reinóis no comércio humano, havia a política de impulsionar o tráfico para manter a exploração da colônia e aumentar a produção de matérias-primas. Quanto à existência dessa política econômica, cremos que não há dúvidas; sendo assim, perguntamos: quem se beneficiava com a arquitetura em torno do trabalho escravizado? Quem, após a fuga para América, manteve as possessões em África à custa do comércio realizado pelo tráfico?

---

<sup>242</sup> Estimativas da base de dados Slave Voyages. Disponíveis em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/uEgH9I3l>. Acesso em: 8 de outubro de 2023.

<sup>243</sup> Sobre a política e os projetos pensados e aplicados nas possessões portuguesas durante a primeira metade do XIX. Ver: (SOUZA, 2020).

<sup>244</sup> Ordem para continuarem fechados os portos angolanos ao comércio internacional. Códice 551. Documento transcrito por Manuel dos Anjos da Silva Rebelo. *Apud.* Rebelo, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil. (1808-1830)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 339-340. Ofício de 3 de abril de 1808 do governador de Angola, António de Saldanha da Gama ao Visconde de Anadia PT/AHU/CU. - Angola. Cx 119, doc. 6.

<sup>245</sup> Cria de pé era a denominação dada às crianças escravizadas que já conseguiam andar. Os dados referentes a Angola são para o período de 1812 a 1817. (*Apud.* REBELO, 197, p. 82-87). PT/AHU/CU – São Tomé e Príncipe. Cx.43, doc. 28.

Diluir a responsabilidade pela escravização de um povo afirmando que o comércio humano não se encontrava nas mãos de portugueses numa época em que portugueses eram todos os residentes de territórios sob a bandeira do império português ou que a lucratividade do comércio humano até o início do XIX não era grande (MARQUES, 2017, p. 90) para justificar a “saída” dos portugueses do tráfico; é desconsiderar e ocultar a política portuguesa que se intensificou a partir de 1758 com a liberação do comércio humano para os colonos americanos com a inserção de Moçambique, no mesmo patamar de Angola e da colônia americana, de direcionamento do comércio de escravizados para a colônia na América por meio do alvará de 1761;<sup>246</sup> para oito anos após, em 7 de maio de 1769, conceder a liberdade de comércio com ênfase no tráfico entre os territórios portugueses na América e a África oriental.<sup>247</sup> Para mais, é ignorar o superavit comercial de Portugal no início da centúria do XIX, alicerçado na produção da colônia americana a partir do trabalho escravizado. Além de proporcionar o sucesso comercial de Portugal, foi aquela sociedade estruturada a partir da apropriação do trabalho do escravizado que abrigou e arcou com todo o custo de receber uma corte fugida da Europa, mas não só. Foi a partir da colônia e, principalmente, por sua força comercial que a Coroa conseguiu manter suas possessões em África. Como? Incrementando o comércio de escravizados a partir do Rio de Janeiro com a expansão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, o mesmo Vale de cativos analfabetos. Por fim, é desprezar a receita alfandegária oriunda de tal comércio em Angola que até o ano de 1830 manteve a balança comercial da possessão superavitária, deixando de o ser somente em 1831 em razão da proibição comércio de escravizados pelo império do Brasil quando a projeção apontava para uma receita de 85:693\$681 réis e a despesa de 155:876\$541, estimando um déficit de 70:182\$860 réis<sup>248</sup>.

## Conclusão

No clássico da nossa historiografia, Eduardo Silva e João José Reis salientaram que em razão do alto número de escravizados, a estabilidade passava, necessariamente, pela negociação (SILVA, 1989, p. 14). Entretanto, conforme apresentamos neste texto, até o momento da negociação, o escravizado sobreviveu à morte, renasceu, foi desconstruído para, posteriormente, ser objeto de um

---

<sup>246</sup> Alvará régio de 19 de setembro de 1761. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt> O alvará proibiu o desembarque de escravizados em solo metropolitano com a pena de ser transformado em forro.

<sup>247</sup> Sobre o comércio de escravizados em Moçambique ver: (CAPELA, 2002).

<sup>248</sup> PT/AHU/CU – Angola, Cx, 171, doc, 21. O envio do orçamento foi em cumprimento da Régia Provisão de 29 de outubro de 1830.

planeado sentido de pertencimento à terra que o escravizava. Todo esse processo sob a benção da Igreja na inegociável busca da conversão do africano.

Como o Vale do Paraíba fluminense terminou por reproduzir a orientação do marquês do Lavradio de não comprar escravizados letrados, com receio que houvesse perturbação da ordem senhorial, pelos menos até a viragem para a segunda metade do século XIX; não significou ausência ou que a única revolta, de maiores proporções, resumisse a resistência daqueles que tiveram sua condição humana dizimada. Proporcionalmente, considerando a relação de 70% da população composta por escravizados, o número de fugas e de revoltas foi baixo, o que nos causou estranheza após a afirmação da existência de desordens nas senzalas do capitão-mor Manuel. F. Xavier pelo chefe da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Salientamos, uma vez mais, que o citado capitão era possuidor de 446 escravizados; logo, com tamanha escravaria, a possibilidade de ocorrência de outras revoltas de maiores proporções era grande e, por que, não ocorreram?

A resposta é, conforme demonstrado neste texto, a inexistência das supostas anarquias nas senzalas da família Xavier, que apresentou um comportamento distinto dos demais fazendeiros, sendo mais paternalistas e com maior presença de famílias escravas em seu plantel. A segunda resposta, esta de aspecto mais geral, para explicar a ausência de maiores revoltas, era a própria sociedade escravista (SILVA, 1989, p. 66). Ou seja, fugir de uma fazenda era continuar na mesma sociedade, e, se assim era, por que evadir?

Revoltar contra um sistema socialmente aceito após o renascimento e desconstrução do ser humano arrancado da África é algo que requeria algum tanto mais. E durante a primeira metade do XIX, a sociedade do império do Brasil ainda não tinha abraçado completamente a causa abolicionista, o que ocorreu durante a metade final daquele século. Mas há outro ponto que, possivelmente, explica a ausência de revoltas no Vale do Paraíba fluminense. E o proceder dos cafeicultores é o indício maior para o entendimento.

Relembramos, as *Instruções para a Comissão Permanente de Fazendeiros*. As mesmas só ocorreram após o abastecimento das fazendas com os escravizados do norte do império que tinham a fama, não somente, de revoltosos, mas de letrados. Evocamos a orientação dos representantes do governo central a não enviar letrados, rúbulas ou pessoas de espírito inquieto para localidades produtoras.<sup>249</sup> Isto é, o

---

<sup>249</sup> Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 421-422.

controle dos escravizados passava, necessariamente, pela ignorância dos explorados. Ressaltamos, ainda, que o Vale do Paraíba fluminense era abastecido, imensa maioria, de escravizados oriundos dos portos de Angola - Luanda e Benguela – sem o domínio da escrita e/ou leitura. Na região cafeeira fluminense, o analfabetismo foi um dos aspectos que ajuda a entender a quase inexistência de grandes revoltas.

Ao longo deste texto, apresentamos o processo executado que auxilia o entendimento de parte da escassez de grandes revoltas de escravizados na mais promissora região cafeeira do império. Tal processo, como vimos, se assentou em cinco, digamos, bases: sobrevivência; renascimento; desconstrução; construção (pertencimento) e analfabetismo.

### Fontes Primárias

Inventário Post Mortem de 1840 de Manuel Francisco Xavier.

**Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Paty do Alferes, Rio de Janeiro.**  
Livro II de Batismos de escravos.

### Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

PT/AHU/CU. - Angola. Cx 119, doc. 6.  
PT/AHU/CU – São Tomé e Príncipe. Cx.43, doc. 28.  
PT/AHU/CU – Angola, Cx, 171, doc, 21

### Fontes *online*

Alvará régio de 19 de setembro de 1761. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt>  
Base de dados *Slave Voyages*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/fn6gOFKY>.  
*Os Sermões* do padre António Vieira Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=101](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=101).

### Fontes impressas

Comunicação do Chefe da Guarda Nacional ao Presidente de Província de 8 de novembro de 1838.

**Consulta – do Conselho Ultramarino a S. M no ano de 1732, feita pelo Conselheiro António Rodrigues da Costa.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 25 de abril de 1845.

**Instruções de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa, acerca do governo do Brasil.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 25 de 1862.

**Instruções para a Comissão Permanente nomeadas pelos fazendeiros do município de Vassouras.** Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Guimarães. 1854. in: GREENHALGH H. Faria Braga. De Vassouras: história, fatos, gente. Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978.

**Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro.** In: GREENHALGH H. Faria Braga. De Vassouras: história, fatos, gente. Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978.

Ofício de 3 de abril de 1808 do governador de Angola, António de Saldanha da Gama ao Visconde de Anadia. In: REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. **Relações entre Angola e Brasil. (1808-1830).** Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

**Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842.

CUNHA, d. Luís. **Testamento político.**

### Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** – 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas.** Afro-Ásia. Salvador, n. 21-22:45-82, 1998-1999.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **“Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta dos escravos de Carrancas, Minas Gerais (1833).** In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Revoltas escravas no Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras, 2021.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Família e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX.** (1994) Dissertação de Mestrado (Mestre em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAPELA, José. **Escravidão: a empresa de saque, o abolicionismo.** – 1ª ed. – Porto: Afrontamento, 1974.

CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique.** - 2ª – Ed. - Porto: Afrontamento. 2002.

COSTA, Suely Gomes. **Sociabilidade políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 27, n. 54, p. 40, dezembro de 2007.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FLORENTINO, Manolo, Góes, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo G. **Nota sobre os negócios negreiros no porto do Rio de Janeiro.** *Apud.* Fragoso, João Luís. **Homens de grossa aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII*. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG-1838-1888)*. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos. *Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX)*. In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos (orgs). Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (orgs). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GREENHALGH H. Faria Braga. *De Vassouras: história, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978.

MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. - 1ª ed. - Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

MARQUES, João Pedro. *Escravatura – perguntas e respostas*. - 1ª ed. - Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

MARQUES, João Pedro. *Revoltas Escravas – mistificações e mal-entendidos*. -1.ª ed. - Lisboa: Guerra e Paz, 2022.

MATTOSSO, Kátia M.de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Trad. Sonia Furhmann. Petrópolis: Vozes, 2018.

NOVAIS, Fernando, A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

PINAUD, João Luiz Duboc et al. *Insurreição negra e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura – Exped Ltda., 1987.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil. (1808-1830)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

RIOS, Ana Lugão. *Família e transição*. (2004) Dissertação de Mestrado (Mestre em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

SILVA, Eduardo e Reis, João. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Alan de Carvalho. *Paty do Alferes: o sentido migratório de sua insurreição (Rio de Janeiro, 1838)*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/112271711-Paty-do-alferes-o-sentido-migratorio-de-sua-insurreicao-rio-de-janeiro-1838.html>.

SOUZA, Alan de Carvalho. **Terras e Escravos: a desordem senhorial no Vale do Paraíba**. Jundiaí: Paco Editorial: 2012.

SOUZA, Alan de Carvalho. **Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)**. Tese. Programa Interuniversitário de Doutorado em História – Universidade de Lisboa ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2020.

SOUZA, Alan de Carvalho. ***A insurreição escrava de 1838 fruto da instabilidade política/econômica e senhorial [?]***. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 65-79, set./dez. 2022.

SOUZA, José Antonio Soares de. **O efêmero quilombo de Pati do Alferes**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 295, 1972.

STULZER, Aurélio (frei). **Notas para a história da Villa de Pati do Alferes**. 1944.

VARGAS, Eliseu Júnior Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838**. Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: UFRRJ, 2012.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

Wild, Antony. **Coffee a dark history**. Wild Books; 2004, 2012.

## Ideias para adiar o fim do sonho (e do sonhar): aspectos da vida onírica para Ailton Krenak

Ideas to postpone the end of dreams (and dreams): aspects of  
dream life for Ailton Krenak

**Rômulo Rossy Leal Carvalho**  
Mestrando em Antropologia Social  
Universidade de São Paulo (USP)  
lromulorossy@gmail.com

**Recebido:** 18/04/2023

**Aprovado:** 09/04/2024

**Resumo:** O texto tem como proposta visitar o modo como é abordado o tema do sonho e do sonhar para o pensador e ambientalista indígena Ailton Alves Lacerda Krenak. Como base teórica, dialogamos com Karen Shihatori (2022), João Jackson Bezerra Viana (2016), Hanna Limulja (2019) e o próprio Krenak (2019; 2020), em um cruzamento com reflexões tecidas por Sidarta Ribeiro (2019) Sigmund Freud (2019 [1900]) e Tobie Nathan (2011). Em termos de metodologia, empregamos uma revisão bibliográfica, corroborando com a relevância de “adiar o fim dos sonhos” — ameríndios —, a propósito de como pensa Krenak, expandindo o saber sobre sonhos para outros espaços fora das universidades (SANTOS, 2014) em contraposição a uma ou mais existências alicerçadas no modo de ser/pensar/sonhar delineados pelo capitalismo e colonialismo ocidentais.

**Palavras-chave:** Sonho; Sonhar; Etnologia Ameríndia; Ailton Krenak.

**Abstract:** The purpose of this text is to visit the way in which the theme of dreaming and dreaming is approached by the indigenous philosopher and environmentalist Ailton Alves Lacerda Krenak. As a theoretical basis, we dialogue with Karen Shihatori (2022), João Jackson Bezerra Viana (2016), Hanna Limulja (2019) and Krenak himself (2019; 2020), in an intersection with reflections woven by Sidarta Ribeiro (2019) Sigmund Freud (2019) and Tobie Nathan (2011). In terms of methodology, we used a bibliographical review, corroborating the relevance of “postponing the end of dreams” — Amerindians —, regarding how Krenak thinks, expanding knowledge about dreams to other spaces outside universities (SANTOS, 2014) in opposition to one or more existences based on the way of being/thinking/dreaming outlined by western capitalism and colonialism.

**Keywords:** Dream; To dream; Amerindian Ethnology; Ailton Krenak.

## Eu sonho, tu sonhas, nós sonhamos: uma introdução

O sonho e, por extensão, o sonhar se constituem como um sugestivo e privilegiado campo de estudos no âmago da etnologia indígena.<sup>250</sup> Escarafunchar as nuances, os significantes e significados que permeiam as relações entre seres humanos ou não — além do que é possível encontrar como humano sem necessariamente dizer respeito ao homem —, no que tange à vida onírica, justapõe pontos de investigação que não mais se reduzem à medicina, especialmente à psiquiatria ou psicologia, como fizera Sigmund Freud (2019 [1900]), mas que hoje assumem um lugar nas pesquisas de estudiosos que prezam, na antropologia principalmente, por reconhecer tanto a vitalidade do sonho como a singularidade do sonhar na delimitação de prenúncios, mitos, políticas relacionais, economia, religião, afirmação e reelaboração de mundos — um universo que passa a conferir sentido a comunidades ameríndias, tais como os Yanomami, os Krenak, os Mbya, dentre outros, a título de exemplo.

Ailton Alves Lacerda Krenak defende a tese de que “é preciso sonhar para adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), o que se concatena à vida, com vicejante relevância, de acordo com Bárbara Glowszchewski (2015), do povo Warlpiri, para o qual não há mundo sem o sonhar — tratado, por sua vez, como a razão da existência deste mesmo. Logo, o sonho não é só mais uma instância da vida, mas ajuda intensamente a personificá-la. O sonho como vida: é com esta proposta, sob a ótica da etnologia ameríndia, que pretendemos dialogar.

Para compreendermos o intuito desse texto, algumas observações prévias são importantes, que explicamos nessa introdução. A abordagem sobre o sonho, no âmago dos estudos de etnologia ameríndia, difere dos resultados das primeiras análises empreendidas por Sigmund Freud, que primavam pela perspectiva de o sonho significar prontamente o abalizamento de um desejo — um termo latente quando refletidas as interpretações que o médico vienense realizou e que foram publicadas, originalmente, em 1900.

O neurocientista brasileiro Sidarta Ribeiro, na obra *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho* (2019), em bate-papo organizado pela editora Companhia das Letras, na sétima mesa, em 24 de junho de 2020, com mediação da jornalista Carol Pires, também explica o sonho a partir de um prisma não ameríndio, mas histórico e neurológico.

---

<sup>250</sup> Vide, a título de exemplo, SHIRATORI, Karen. 2013. **O acontecimento onírico ameríndio**. O tempo desarticulado e as verdades possíveis. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS-Museu Nacional.

Ribeiro abre a sessão do bate-papo supracitado explicando as razões pelas quais escreveu *O oráculo da noite* e que importa mencionar aqui: em suma, o autor faz uma linha cronológica/histórica dos sonhos de até trezentos e cinquenta mil anos atrás até os últimos séculos; depois, trata do sonho como efeito de dopamina; e em um terceiro momento, o neurocientista comenta a mudança que ele defende ter havido com a invenção da luz elétrica e desta mesma ter invadido a noite e ajudado a modificar o sonhar.

Nesse sentido, e já situando, da nossa parte, um contraponto fundamental entre os pensamentos ameríndios, freudianos e de Sidarta Ribeiro, reconhecemos, tal como o pensador yanomami Davi Kopenawa, que “os brancos só sonham consigo mesmo”.<sup>251</sup> As análises de Freud, particularmente, têm, portanto, a ver com um olhar sobre o sonho como sendo ele um resultado de um desejo que funciona como uma espécie de força motriz que tem a ver principalmente com a vigília e que, conseqüentemente, é efusivo no manifesto, cuja interpretação depende do que for feito com o latente.

Atentemo-nos para o fato de que a produção intelectual de Freud é ocidental e tem suas particularidades afins ao Ocidente. Existem, portanto, contrastes entre os pontos de vista que aqui são analisados sobre o sonho e o sonhar, especialmente pelas dissonâncias no medeio dos termos natureza e cultura para os ocidentais assim como para os ameríndios.

Entre os Krenak e os Yanomami — mundos ameríndios, portanto —, o sonho e o sonhar são admitidos como elementares à vida da comunidade. Guardadas as particularidades que cada povo tem, os sonhos são partilhados, são contados, e, no caso dos Wai’a Rini<sup>252</sup>, até são precedidos pelo performar de cantos e danças que auxiliam na definição da ordem social do grupo. Além disso, deve-se reconhecer a relevância do horário, da ocasião, da preparação para o que o sonho irá revelar e que, por sua vez, será responsável por alterações políticas e até mitológicas no seio da comunidade.

Seguindo esse viés, é interessante, a nosso ver, a ideia de Ribeiro (2019) em dizer, a partir de um olhar histórico e neurológico, que, muito antes dos efeitos dos sonhos nos humanos (ele cita mamíferos irracionais), há reverberação de aspectos do passado no sonho de forma probabilística, ou seja, nem tudo que se sonha poderá acontecer, mas todo sonhar, de alguma forma, irá afetar o futuro

---

<sup>251</sup> Vide: ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>252</sup> Ver: TSEREHAWU, Divino. **Wai’a Rini**: o poder do sonho. Vídeo nas Aldeias (2001).

do sonhador, ou melhor, o curso da vida futura. O sonho não existe sem fundamento e não está ligado essencialmente ao passado.

Nesse artigo, endereçamos uma análise em torno — à guisa da proposta do título “Ideias para adiar o fim do sonho (e do sonhar)” — da forma como o tema do sonho aparece e é apreendido por Ailton Krenak, cômicos dos limites que comprimem um ensaio. O texto discorre, em um primeiro momento, sobre a forma como Ailton Krenak pensa o sonho e o sonhar; em seguida, em impressões críticas pautadas na antropologia, a onirocrítica ameríndia e, por fim, suas conexões interdisciplinares com aspectos da história social, psicanálise freudiana e a chamada etnopsiquiatria de Tobie Nathan.

Acreditamos que adiar o fim do sonho em tempos que insistem em tornar nossas vidas não úteis, como lembra Krenak (2020), sonhar é um ato político de resistência. E um resistir capitaneado, de diversas formas, por povos muitas vezes relegados à condição de domesticáveis e/ou de culturas não formativas às nações brasileiras — que ainda estão por ser formadas, segundo Ailton Krenak.<sup>253</sup>

Autoras e autores indígenas e não indígenas, dentre os quais mencionamos o próprio Ailton Krenak, Hanna Limulja, Karen Shihatori, Tobie Nathan, João Vianna, Sidarta Ribeiro servirão como base teórica para pensar a multiplicidade que envolvem características condizentes a uma apuração sobre sonho e sonhar em comunidades ameríndias, especialmente a do povo Krenak, na pessoa de Ailton.

A postura metodológica assumida será a de uma revisão bibliográfica comentada pela nossa parte, em tempo que alimentamos o texto — com vistas a não nos desalinarmos da proposta de “adiar o fim do sonho e do sonhar” — com reflexões pensadas pelo ambientalista Ailton Krenak nascido no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, um expoente da crença na vitalidade do sonho.

---

<sup>253</sup> Assim entendemos a partir de uma fala do ambientalista que será abordada nesse texto a respeito da necessidade de um novo pacto pelo Brasil, no que concerne ao diálogo com os brancos: “Depois, pensamos: ‘Eles não são todos iguais [os brancos]. Eles têm diferenças muito grandes entre eles mesmos. Eles precisam ver e entender essas diferenças Para a partir delas poder construir alguma coisa juntos’. E aí nós começamos a conversar com as pessoas, preservando essa diferença e fazendo um esforço muito grande de aproximação” (KRENAK apud BUCCI; FREIRE, 1989).

## “Sempre poder contar mais uma história”: a cosmologia e vitalidade do sonho para Ailton Krenak

Sempre fomos capazes de observar uma diferença entre a experiência desperta e o mundo dos sonhos, então decerto conseguimos trazer para a vigília histórias desse outro mundo (KRENAK, 2020, p. 19).

São muitas as histórias dos sonhos, e não há uma preponderância de uma sobre a outra — pelo menos não é essa a intenção do neurocientista Sidarta Ribeiro, em sua obra *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho* (2019).

O intelectual Ailton Krenak, na entrevista com Sidarta Ribeiro, que data de 24 de junho de 2020<sup>254</sup>, alude à Antiguidade e evoca o sonho como uma instituição onde são admitidos sonhadores. Nesse mesmo bate-papo, Krenak retoma questões discutidas por ele há anos e que embasa muitas de suas falas, dentre as quais comentamos, a seguir, a de uma entrevista que ele concedeu em 1989.

Ou seja, se é vital sonhar, aprender ou reaprender com os antigos ameríndios, a agenda do intelectual vem chancelando e convocando outros pensadores, de outras áreas do conhecimento, a acreditar na vida, e não sucumbir, conseqüentemente, à sobrevida — que muito se aparelha à lógica do capital e da técnica, e onde o tempo passa a não mais ser uma oportunidade de fruição de vivências, mas de sobrevivências, e estas sendo céleres.

A entrevista sobre a qual nos referimos foi publicada em seis de julho de 1989, contando com ele, Krenak, à época presidente da União das Nações Indígenas (UNI), e que havia, de certo modo, se popularizado pelo discurso em defesa das terras e direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte em quatro de setembro de 1987.<sup>255</sup>

A despeito de outros tantos temas importantes, como demarcação de terras, futuro do planeta, preocupação de ordem ecológica, Krenak, falando a Alípio Freire e Eugênio Bucci, descerrou a impressão acerca do sonho para o povo Krenak.

Segundo os entrevistadores, nas palavras da liderança indígena: “(...) eu não interpreto sonhos, eu recebo sonhos”. E ainda: “(...) diz o índio para quem os sonhos não carecem ser ‘decifrados’, não

---

<sup>254</sup> Vide: Debate entre Ailton Krenak e Sidarta Ribeiro: “Sonhos para adiar o fim do mundo”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw&ab\\_channel=Companhiada](https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw&ab_channel=Companhiada)

<sup>255</sup> Vide: CARVALHO, Rômulo Rossy Leal; SILVA, Rafael Ricarte da. Um quase eterno reencontro: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987). In: **Espacialidades**, v. 15, p. 227-245, 2019.

precisam passar por leituras que a razão da modernidade precisou de tanta ciência para estruturar” (BUCCI; FREIRE, 1989).

Aqui fica categórica a tese de que importa, ao ver de Krenak, o que sonho faz, pelo que é responsável, e não sumariamente a expressão de um desejo pretérito — alvo basilar do que pensava Sigmund Freud. Guardemos essa reflexão de relevo para seara da onirocrítica ameríndia: importa o que sonho faz, não o que ele é. E esse sonho está na natureza; precisa-se se aprontar para captá-lo e o que é medular: a natureza está nas células dos Krenak (KRENAK, 2020).

A antropóloga Hanna Limulja (2019, p. 29) comenta como o sonho atuou na prefiguração do também intelectual Davi Kopenawa Yanomami como xamã: “Naquela época [ainda jovem] Kopenawa não entendia aquilo que via em seus sonhos e sentia muito medo (...) quando se tornou xamã e provou o pó da *yãkoana*, que pôde compreender: os *xapiri pë* desejavam que ele se tornasse xamã”.

Mesmo Krenak não sendo xamã, como ele mesmo explica, o sonho não deixa de se postar como um elemento essencial da definição de papéis ao povo da caça, como o são os Krenak, os Xavante, os Krahô, Kaiapó, que pertencem ao povo *Jê* (KRENAK, 2020, p. 21).

Seguindo esse viés, no sonho, para Krenak, dois tempos coexistem, uma vez que o tempo do sonho é outro. Segundo o pensador: “O sonho é o instante em que nós estamos conversando e ouvindo os nossos motivos, os nossos sábios, que não transitam aqui nesta realidade. E um instante de conhecimento que não coexiste com este tempo aqui” (KRENAK, 1989, p. 20).

Além de o tempo ser outro, os seres que comunicam o sonho também não pertencem a essa dimensão. Vê-se aqui que, em se tratando de um comunicado de uma outra dimensão, uma relação pontual entre a forma como Krenak absorve o sonho e a maneira como Davi Kopenawa também foi capaz de absorver o sonho (mas para ser xamã) — a revelação dos *xapiri pë*.

Na entrevista a Bucci e Freire, quando indagado sobre de que forma o sonho esteve presente em sua vida, Krenak declara que a vida onírica faz parte da sua existência desde seu nascimento. A explicação, ou melhor, comparação, que o autor pincela entre o sonho e o rio ilustra sua posição:

Tenho o compromisso de manter o leito do sonho preservado para os meus netos. E os meus netos terão que fazer isso para as gerações futuras. Isso é a memória da criação do mundo. Então, não decifro sonhos. Eu recebo sonhos. O leito de um rio não decifra a água, ele recebe a água do rio. Existe uma fronteira que eu procuro não romper, uma fronteira cultural (KRENAK apud BUCCI; FREIRE, 1989, p. 25).

Como fica inequívoco, a presença da vida, para além do corpo físico, aos moldes ocidentais e ocidentalizados, ganha outras roupagens quando vislumbrada pelo olhar de um indígena, nesse caso Krenak.

Por isso, não é motivo de estranheza conversar com uma árvore, com um animal, mesmo ele não se declarando um xamã (KRENAK, 2017). E é em torno disso sua crítica à ideia de criação de uma humanidade (brancos) e uma sub-humanidade (onde se incluem tudo que não seria afeito aos brancos, inclusive as chamadas minorias, ou melhor, no entender de Lilia Schwarcz, “maiorias minorizadas”<sup>256</sup>), tema que abre a discussão de um de seus livros, “A vida não é útil” (2020).

E é para um capítulo em específico desta obra que passamos a nos debruçar e que conflui com a proposta geral deste texto: a de adiar o fim do sonho (e do sonhar). Depois de trinta e um anos da entrevista que comentamos acima, Krenak ainda continuou e continua acreditando no parâmetro acidental e imprevisível do sonho.

Em “Sonhos para adiar o fim do mundo” (2020), o indígena nascido na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, “institui” uma proposta de deixarmos-nos enxergar pela outridade, pelo olhar do outro — postura que tem a ver com o perspectivismo ameríndio para Eduardo Viveiros de Castro, na medida que os outros seres vivos assumem uma “humanidade”.

Não é à toa, pois, que a ideia de “sonhos para adiar o fim do mundo” se concatena tão bem à ideia de sempre “poder contar mais uma história”. Krenak conta, no capítulo “Sonhos para adiar o fim do mundo”, sua experiência em terras no Acre, em Rondônia, quando ainda, segundo ele, era espectador, e onde era bastante clara a noção de invasão, não apenas circunstancial e territorial, mas da possibilidade de manter vivos os sonhos, que davam sentido e enriqueciam a existência.

Há um elo, se observarmos, com o que ele, Krenak, disse, em 1989, com o compromisso de manter viva o que chama de tradição para seus netos — receber o sonho, como o leito do rio recebe a água.

---

<sup>256</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia. Maiorias minorizadas. In: SILVA FILHO, Waldomiro J. (Org.). *Tolerância intolerante* (Lilia Schwarcz) / *De mal a pior* (Ailton Krenak). 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2021.

Foi com um Pajé<sup>257</sup> — cujo nome não menciona — que Krenak passou a experienciar o sonho e sua concretude com o cotidiano — que se tornou, para ele, uma instituição — de modo a entender que ambos (sonho e dia a dia) não se dissociam:

Na época eu ouvia os velhos como um espectador. Até que comecei a ter os mesmos sonhos premonitórios ao olhar as estradas, os tratores e as motosserras chegando; o barulho delas derrubando as grandes árvores, a revolta dos rios. Passei a ouvir os rios falando, ora com raiva, ora ofendidos. Nós acabamos nos constituindo como um terminal nervoso do que chamam de natureza. E a ciência daquele pajé, alertando toda uma geração que hoje está com cinquenta, sessenta anos de que seu território ficaria devastado e sem caça, se cumpriu de maneira absolutamente correta. O agronegócio invadiu o cerrado, o Xingu virou uma pizza. Uma pizza não, uma empadinha cercada de soja por todos os lados, com tratores cortando tudo (KRENAK, 2020, p. 20).

A acentuação cultural do sonho não só tem a ver, para Krenak, com a previsão de algo que ele deva ou não fazer no dia seguinte, mas se destaca pela coletividade na intimidade, isto é, entre os Krenak se conta o sonho a alguém que se avizinha ao cotidiano do sonhador; e eles procuram não andar sozinhos, de modo que esse caminhar é um ato “em constelação” (KRENAK, 2020, p. 21).

Ao tempo em que estamos abordando a potência do sonho e a importância deste para os Krenak, sob a ótica de um deles, Ailton Krenak, nós também estamos buscando meios de informar propostas de adotá-los — o sonho e os sonhos — e acreditamos e defendemos que a pesquisa e, especialmente, o *escutar* são dois exercícios primazes para a realização desse intuito.

Em relação à história oral, contamos com Paul Thompson (1972), que diz ser ela “a arte da escuta”. Já o italiano Alessandro Portelli (2010) considera que não damos voz às pessoas — isso elas já têm —, mas que precisamos ouvi-las e, se os sonhos são compartilháveis, que os ouçamos, das vozes humanas, sejam elas de pessoas ou de outras entidades da natureza.

No sentido que se pode empregar as sugestões acima, Krenak escuta e atualiza de forma contundente seu olhar sobre os seres que povoam os muitos mundos existentes, e entre os sonhos a pandemia que eclodiu em Wuhan, na China, não ficou despercebida. A pretexto disso, podemos entender que a existência e disseminação/transmissão do vírus SARS-CoV-2 (vulga Covid-19) tentou, e em alguns conseguiu, destruir sonhos e expectativas.

---

<sup>257</sup> Conta-nos Karen Shihatori que os Tupinambá sempre consultavam seus pajés antes de saírem à guerra e que ficassem atentos aos sonhos que tivessem. Se a carne dos inimigos fosse assada, nos sonhos, isso lhes indicaria vitória. Do contrário, se as deles aparecessem assadas, eles que não lograriam êxito (SHIHATORI, 2022).

Mas Ailton Krenak, ainda no que tange ao sonhar para adiar o fim, não se descuidou de tematizar esta que chacinou milhões de pessoas no planeta e mostrou, às claras, ao menos para quem quis e conseguiu entender, que não somos nós [homens] que estamos “com a bola toda” e que não se atentar aos sinais de uma relação desarmônica com o planeta é algo leviano.

Diz Krenak sobre a proposta de reverter esse quadro (planeta versus homens):

Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que se dar de outra maneira. Nós podemos habitar este planeta, mas deverá ser de outro jeito. Senão, seria como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta. Com uma bagagem dessas ele nunca vai chegar. Vamos ter que nos reconfigurar radicalmente para estarmos aqui (KRENAK, 2020, p. 23-24).

O planeta não espera que arrumemos nossas malas. Mas nos dá a chance de sobreviver. É como se, noutra comparação, num deslizamento de terra em um morro, depois de um temporal, antes de preocuparmo-nos com nossa sobrevivência, estivéssemos usando o escasso tempo que temos para organizar malas, guarda-roupa, cadeiras, móveis em geral. Decerto que o sonho, sozinho, não dará a subsistência que o mundo neoliberal exige, mas ele pode, sim, ser uma subversão do ter sobre o ser. Ser é o que importa e a forma como se relaciona com os outros mundos possíveis. Essa é uma lição que Krenak insiste, com vigor, em ensinar.

Pensando, nesse sentido, em sonhos e ameríndios nas terras baixas da América do Sul, teoricamente, há todo um arsenal que se endereça à postulação de mundos constituídos, espaços fora do espaço e curso do que é sonhado que se reflete na vigília.

Em “Notas cromáticas sobre sonhos ameríndios: transformações da pessoa e perspectivas” (2016), João Jackson Bezerra Viana lança luz sobre o cerne do sonho, e do sonhar, para a etnologia. De acordo com Viana (2016, p. 266): “Os sonhos estão em associação às experiências do devir-outro, podendo produzir, quando descontrolados, efeitos deletérios, como doenças e, no limite, mortes”. O autor, por outro lado, é assertivo em dizer que: “Contudo, quando controlados, são realizadas curas e ações xamânicas performadas por especialistas” (VIANA, 2016, p. 266). Dois conceitos são trabalhados por Viana, o de cromatismo, a partir de Claude Lévi-Strauss, e o de perspectivismo, mediante os estudos de Lima (2005) e Eduardo Viveiros de Castro (1996).

O olhar deste autor ainda converge, amparado por um arcabouço teórico por ele citado (a título de exemplo: Viveiros de Castro (1996), Karen Shihatori (2013), Aparecida Vilaça (1992)), com o perspectivismo à medida que, para chegar ao que discute como alteração, que não é algo dado, uma

vez que o dado é a alteridade (apud VIVEIROS DE CASTRO, 2001, p. 17), para ele, é interessante a *relação* entre sonho e perspectivismo, uma vez compreendida a teoria indígena perspectivista de que todos os seres são humanos ou, como refere o autor, “(...) potencialmente constituídos por uma condição humana, traduzível em alma” (VIANA, 2016, p. 268).

Para que unamos esta reflexão às demais, fica categórico como Viana pensa a relação entre sonho e perspectivismo, tendo em vista a amplidão que envolve corpo, tempo e espaço em um mesmo lugar. Mesmo assim: “Os sonhos, entre outras alterações, aproveitam-se da permeabilidade entre esses mundos [informados pelo corpo] e tornam essas relações possíveis e concretas para as pessoas” (VIANA, 2016, p. 268).

Uma relação que envolve tempo e narrativa na vida onírica é pensada pela antropóloga Karen Shihatori (2022). A autora, admitindo a possibilidade de pensar o sonho sem o uso do repertório conceitual psicanalítico, analisa-o primando por perceber não o que se traceja do passado (e aí inclui-se o desejo), mas sim como uma atividade mental que tem a ver com o curso da vida e, portanto, em um tempo reversível. O que é virtual, desse modo, pode sofrer alterações.

Nesse sentido, Shihatori (2022, p. 02) rejeita a ideia, pela onirocrítica, de um sonho que serve de parâmetro de uma fatalidade ou de um presságio, tendo em vista a noção de tempo reversível. Fica claro, portanto, que o sonho, ao ver da autora, não se configura como uma ação premonitória tão somente, mas é entendido como um acontecimento que tem suas reverberações concretas na vigília dos sonhadores.

### **“Sonhos mudos”, interpretáveis ou acontecimentais? Um breve olhar a partir da história, da psicanálise e da etnopsiquiatria**

Ailton Krenak está atento, não obstante, a uma temática que se relaciona às tentativas de supressão da tradição do sonho e da sua subsistência, embora seja importante considerar que ele (o sonho) não foi esfacelado entre seu povo na tentativa de aculturação branca.

O passado colonial, que ainda se presentifica, no qual os povos indígenas foram tratados como não sujeitos, desprovidos de historicidade — a famigerada ideia de povo “sem fé, sem rei, sem lei”<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> Uma classificação designada, com maior ênfase, aos Tapuya (inimigo, em Tupi, dos Guarani), segundo André Drago. Vide: DRAGO, André. **Formas políticas ameríndias: etnologia jê**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2012.

—, ou ainda como peças domesticáveis, passíveis — ao menos os Tupi em contraposição aos Tapuia, tidos como “arredios” —, ainda se reflete na forma como se compõem alguns estudos sobre sociedades indígenas na área de História, tanto no ensino básico como em algumas universidades brasileiras, especialmente no trato do sonho como atividade vital e fundante, e não mera expressão de desejo ou augúrio.

A negação da existência de particularidades entre as comunidades indígenas que existem no Brasil, os sonhos e as teorias vindouras acerca destes também foram afetados pelo olhar colonial (CUNHA, 1992), isto é, adiadas, de modo que equacionar história, antropologia, etnologia ameríndia, hoje, é uma forma eficaz de criar pontes e soterrar abismos, de onde é difícil conversar, segundo Krenak, que completa: “(...) temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência” (KRENAK, 2020, p. 109).

E este sobreviver não só diz respeito à vida, mas tudo que nela se inclui, especialmente o adiamento dos sonhos. Interessante sublinhar, e que se associa a essa reflexão que irá se amalgamar a postulados de Charlotte Beradt e Walter Benjamin, o que Krenak escreve em torno da ação dos humanos nos últimos séculos diante da crença de superioridade que estes julgaram — grande parte — serem donos. Diz o intelectual indígena:

É mais ou menos o seguinte: se acreditamos que quem apita nesse organismo maravilhoso que é a Terra são os tais humanos, acabamos incorrendo no grave erro de achar que existe uma qualidade humana especial. Ora, se essa qualidade existisse, nós não estaríamos hoje discutindo a indiferença de algumas pessoas em relação à morte e à destruição da base da vida no planeta. Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra que não há parâmetro de qualidade nenhum na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade. O século XX, com todas as suas guerras, demonstra bem isso (KRENAK, 2020, p. 21).

Talvez por isso, mas já com uma centelha de assertividade, os indígenas tenham tanto a nos ensinar, mas com uma espécie de humanidade vigorosa (aqui se pode pensar na não ignorância em relação à morte do outro, à população dos rios, a devastação das florestas) que, ao se agasalhar na Natureza, se inscreve culturalmente nesse mesmo seio e fala nele, por ele e com ele.

A força do sonho que subsiste entre os ameríndios é concreta, não só pela resistência que eles encorpam e endossam, mas pelas reflexões que deles são produzidas e que ajudam, inclusive, na elaboração, até, de novas religiões — como é o caso do *Areruia*, entre os Ingarinkó, estudados por Maria Virgínia Ramos Amaral (2019), que não fundam uma religião sincrética — elementos da cultura

judaico-cristã e da nativa —, mas que antes produzem uma reflexão própria sobre seu viver religioso a partir dos contatos interculturais com o cristianismo.

Dito isto, e reconhecida a pluralidade com que nos deparamos ao tratar dos sonhos, no que concerne à história, cabe uma menção ao livro de Charlotte Beradt, *Sonhos no Terceiro Reich*<sup>259</sup> que, se bem analisarmos, conflui com algumas reflexões escritas pelo filósofo Walter Benjamim, em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”<sup>260</sup>, quando os sonhos e as atitudes, respectivamente, são analisadas sob o prisma de uma reorientação circunstancial, do silêncio ou do silenciamento, e até da própria descaracterização ou recharacterização que um sonho é capaz de legar.

O caso que Beradt comenta sobre o senhor S. e seu desencontro consigo não somente como líder, mas como pessoa, data de uma época que a narração, de forma literal, foi abalada, e há uma razão para tal: os horrores tanto da Primeira (da qual Benjamim diz que os sobreviventes/soldados voltaram mudos) como da Segunda Guerra Mundial, palco de sonhos descritos por Beradt. Aqui os mencionamos para salientar que o sonho é, também, histórico, bem como a forma de se o receber, de se reconhecer ou não no que se sonha; histórico no sentido de o que se fará diante do sonho: emudecer-se, recalcar o sonhado ou compartilhá-lo? São questões tão vivas quanto a necessidade de continuar sonhando e a de procrastinar o seu “fim”.

Por outro lado, no campo de ensaio da proposta de origem da psicanálise, em *A interpretação dos sonhos*, Sigmund Freud institui uma proposta sobre o estudo dos sonhos (uma ciência dos sonhos tal como, depois, Claude Lévi-Strauss pretendia uma ciência dos mitos).

Freud, por considerar que eles, os sonhos, têm sentido, defende a possibilidade, portanto, de serem interpretados. Assim, o sonho é averiguado com base psíquica, e não orgânica. Dada a época, na obra ainda não encontramos as possibilidades — ou ao menos a viabilidade, quiçá o interesse — do médico em observar teorias indígenas a respeito tanto do sonho como das formas de sonhar. Isso é importante que seja esclarecido.

Em grande medida, o olhar do médico se concentra no que o sonho demonstra a respeito do passado do *suenante*, e não do seu exato presente, do seu futuro ou da delimitação de outros mitos e formas existenciais no tempo reversível, conforme lembra Karen Shihatori: nem necessariamente a ver

---

<sup>259</sup> BERADT, Charlotte. **Sonhos no Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

<sup>260</sup> BENJAMIM, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” In: BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

com o passado, nem tampouco com o futuro, mas com o tempo em curso. Dito isto, pensar sonho entre os Krenak é também desvencilhar-se da tese psicanalítica e mergulhar no cerne do sonho como acontecimento, como fio que conduz toda uma história em que se inscreve o Krenak sonhador.

Ainda nessa linha de sentido, uma outra proposta de interpretação dos sonhos — que não é entendida como explicação — é feita pelo psicanalista Tobie Nathan, que inaugura o que podemos chamar de etnopsiquiatria. Ao reconhecer que a psicanálise tem limites, o pesquisador francês elenca alguns dos itens que julga basilares para a veia interpretativa que considera importante no que concerne aos sonhos, a saber: o sonho é uma atividade mental; o sonho exige que tomemos uma atitude; é preciso haver a inserção de outras terapias (terapêuticas) — e aí incluem-se os xamãs — do mundo, trazidas ao universo do paciente.

Interessa-nos reconhecer, para fins desse texto, a abertura a que Nathan se articula. O funcionamento da etnopsiquiatria: uma espécie, se assim o pudermos classificar, de aliança na materialidade (humanos e não humanos), em sessões coletivas que envolveriam diretamente o/a paciente, no almejo de pensar não o que o sonho *é*, mas o que o sonho *faz*.

Nesse sentido, não caberia apenas proceder, e nem procede, o seguimento à risca de uma análise dos sonhos meramente psicanalítica, como já dissemos e que conflui com o que diz Shihatori (2022), essencialmente clínica, no rateio das ciências médicas, mas sim com a interpenetração de sessões/elementos outros nos quais se encontram elementos próprios do contexto e língua dos pacientes, entendida a singularidade do sonho, da pessoa e do contexto em que ela vive.

Não se trata, aqui, de descartar ou desconsiderar as contribuições da psicanálise, mas de entender que, se entre comunidades indígenas existem outras formas de enxergar o sonho e seus efeitos, outras teorias concernentes a estes mesmos povos se faz consistente e imprescindível.

Como Nathan, acreditamos na ideia de “usuários do sonho”, e justificamos a presença da ideia do autor, em nosso texto, em vista da abordagem do sonho como elementar, independentemente da época ou lugar em que se sonha. É interessante, pois, a forma como Nathan sistematiza a ideia que, ao tempo em que personaliza o sonho, também — a pretexto da comparação a uma oração — acredita na força coletiva que ele aduz. E a expressão “usuário dos sonhos” é conferida àquele que usa da força do que ele assinala como oculto para enriquecer sua existência (NATHAN, 2012, p. 13).

O sonhar, embora, ao ver de Nathan, seja uma atividade mental comum, como ele mesmo expressa: “o sonho é um acontecimento comum e em grande parte coletivo (...), é também um

acontecimento singular: ninguém pode sonhar por mim (...)" (NATHAN, 2012, p. 13). Sonhar presume, portanto, a fabricação de modos de viver e de agir. Assim, conseguimos ensaiar uma análise no sentido de entender o sonho como um acontecimento que edifica a existência — sintoma fundamental da vida onírica ameríndia.

### **“Vamos ter que produzir outros sonhos”: considerações finais**

Um caminho não muito íngreme para continuar a contar mais uma história — seja ela revelada em sonho para um xamã ou verbalizada entre uma comunidade indígena — ainda é a *escuta*. A escuta, de fato, e não somente o ouvir. Corremos o risco de tão logo esquecermos do que nos foi confiado em dicção, e o fim do mundo (da floresta, dos rios, da potência de sonhar — aspectos fortes entre os Yanomami) continuarão ameaçados por um colonialismo que não se emprega apenas no *poder*, mas no *saber*.<sup>261</sup> Se eu posso contar mais um sonho e, principalmente, escutar mais um sonho<sup>262</sup> eu também poderei adiar o fim da minha existência e das existências de seres outros que querem se comunicar.

Sidarta Ribeiro, aludindo ao fato de termos tantos saberes à nossa disposição — coletando o que há de melhor nos mesmos —, diz-nos que é preciso que honremos nossos ancestrais e que há saída, a despeito de um capitalismo, casado com a ciência, que abraçou a técnica e mitigou a potência das viagens ocasionadas pelo sonho — enlace este que gerou tanto frutos bons como ruins, por, ao passo em que enriqueceu monetariamente os cofres de alguns, empobreceu possibilidades de encontrar, na própria Natureza biológica de tantos seres, a magnitude da vida desde sua emergência.

Com Ailton Krenak, não sucede o oposto. Suas ideias para adiar o fim do mundo, do caos, desde quando pensa o processo de colonização brasileira até as consequências nefandas da Covid-19, alertam para a vicejante potencialidade que os seres da natureza têm para nos dizer, a contrapelo, que “nós [homens] não estamos com nada”, que há humanidade onde sequer cogitamos haver e que é possível salvar o planeta, e aí incluímos os sonhos, de uma predação infrene e deletéria, que delonga, perigosamente, a entender que não comemos dinheiro (KRENAK, 2020).

---

261 Vide: QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 117-142.

Por outro lado, seu olhar é, ainda, o de desejo de uma pactuação por um bem geral. E isso é deveras salutar pelo reconhecimento de que, sem harmonia com a natureza e os seres que nela habitam, incluindo brancos, quilombolas, indígenas, entre outras categorias, ficaremos à mercê de eternos encontros — o eufemismo envergonhado (alcunha de Manuela Carneiro da Cunha para a expressão “encontro”).

Enquanto estivermos — e aí podemos incluir pesquisadores da antropologia, da etnologia, da história — produzindo a partir do que comunidades indígenas e agentes delas quiserem nos contar, reflexões sobre os sonhos, estaremos em consonância com mundos que, embora muitas vezes não sejam nossos, estão a nós, de alguma forma, concatenados.

Diríamos mais: que essas produções não se restrinjam aos pares (historiadores, antropólogos e etnólogos). Se apeteçemos mesmo que os sonhos nos ajudem a adiar o fim do mundo, precisamos saltar os muros universitários e fazer com que essas reflexões alcancem um público mais amplo do que aquele que já alcança, e uma proposta tentadora é a de inclusão destas nos currículos-base, da educação básica, das escolas públicas e particulares do Brasil.

Há todo um país a ser redescoberto. Nesse cobertor, muitos brancos cobriram a possibilidade de investigar os sonhos, e a responsabilidade que temos, hoje, de não deixá-los encobertos (os que os povos permitem revelar) é árdua e contínua, mas não impossível, tanto que durante esse ensaio encontramos partes de um arsenal de escritos de Ailton Krenak, Hanna Limulja, Davi Kopenawa, Karen Shihatori, além de tantos outros que já produziram e que estão produzindo sobre os sonhos e sonhos ameríndios e suas particularidades, em monografias, dissertações e teses.

Nos próximos sonhos que tivermos, e que os ameríndios tiverem, ao ver de Krenak, serão necessárias providências que urgem atenção para uma epistemologia do Sul, um elo com um Pindorama profundo.

Por fim, é preciso que, face a estes novos ou outros sonhos, possamos escutá-los, percebendo não especialmente o que são, mas o que fazem, e entender que a natureza e os seres que a povoam são sábios o suficiente para construir vida em múltiplas dimensões, mas a mais importante delas: a vivência em detrimento de uma mera sobrevivência.

Se eu sonho, tu sonhas, nós sonhamos, não custa muito aprender com os sonhos dos outros, e da outridade indígena, que se confunde, em muitos momentos, conosco mesmos que fazemos parte de territórios que discrepam em fatores enésimos, mas que, por um momento, pela ciência, podem

convergir por um propósito maior e mais bem delineado: sonhar ainda é uma forma de adiar o fim do mundo. Aliás, de adiar o nosso fim, que não deixa de ser o do planeta também.

### Referências

- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AMARAL, Maria Virgínia Ramos. **Os Ingarikó e o Areruia**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2019.
- BUCCI, Eugênio & FREIRE, Alípio. **Ailton Krenak – Receber sonhos**. Teoria & Debate. 7. ed. 1989.
- CARVALHO, Rômulo Rossy Leal; SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. “Por uma renovação no ensino de história indígena: reflexões e apontamentos”. In: CARVALHO, Rômulo Rossy Leal; CASTRO, Ana Paula Cantelli; SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. **Histórias do Brasil: caminhos didáticos para abordagens históricas**. São Carlos-SP: Editora Pedro & João, 2021.
- CARVALHO, Rômulo Rossy Leal; SILVA, Rafael Ricarte da. Um quase eterno reencontro: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987). In: **Espacialidades**, v. 15, pp. 227-245, 2019.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Debate entre Ailton Krenak e Sidarta Ribeiro: “Sonhos para adiar o fim do mundo”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw&ab\\_channel=Companhiada](https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw&ab_channel=Companhiada)
- DRAGO, André. **Formas políticas ameríndias: etnologia jê**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2012.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras: [1900] 2019.
- GLOWCZEWSKI, Barbara. **Devires totêmicos: cosmopolítica do sonho**. São Paulo: Edições N-1, 2015.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. “Pensando com a cabeça na terra”. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, 16 a 19 de maio de 2017, ISSN: 2358-5684. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2641/2385> Acesso em: 12/01/2023.
- LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros: etnografia dos sonhos yanomami**. São Paulo: Ed. Ubu, 2022.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo**. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência, Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 233p.

NATHAN, Tobie. **La nouvelle interprétation des rêves**. [Versão em espanhol: *La nueva interpretación del sueños*] Paris: Odile Jacob, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 117-142.

RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite: a história e ciência do sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. “Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de ensinarmos no ensino fundamental e médio”. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 15, n. 35, 2014. pp. 9-20.

SCWARCZ, Lília. Maiorias minorizadas. In: SILVA FILHO, Waldomiro J. (Org.). **Tolerância intolerante** (Lília Schwarcz) / **De mal a pior** (Ailton Krenak). 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2021.

SHIHATORI, Karen. “Tempo e evento na onirocrítica ameríndia: um balanço bibliográfico”. **Revista de Antropologia**, v. 65, n.3, 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TSEREHAWU, Divino. *Wai’a Rini: o poder do sonho*. Vídeo nas Aldeias (2001).

VIANNA, João. “Notas cromáticas sobre os sonhos ameríndios: transformações da Pessoa e perspectiva”. **Revista de Antropologia**, v. 59, n. 3, 2016.

## Saber navegar é preciso: remeiros e pilotos indígenas na Viagem Filosófica pela Amazônia (1783-1792)

Knowing to navigate is necessary: rowers and indigenous pilots on the Philosophical Journey through the Portuguese Amazon (1783-1792)

**Gabriela Berthou de Almeida**

Doutora em História (UNICAMP)

Professora da Universidade Estadual do Piauí (UFPI)

gbalmeida87@gmail.com

**Recebido:** 12/04/2024

**Aprovado:** 21/08/2024

**Resumo:** Objetiva-se abordar a atuação de remeiros e pilotos indígenas na documentação legada da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia portuguesa (1783-1792). Embora seja muito estudado o acervo do naturalista, considera-se ser necessário aprofundar as análises acerca das presenças ativas dos colaboradores locais, em especial dos povos indígenas, no cotidiano da expedição. Em contato com o letrado em campo, remeiros e pilotos indígenas colocavam seus saberes, habilidades e técnicas em uso e, conseqüentemente, em circulação. O argumento central mobilizado é que os sujeitos responsáveis por remar e pilotar as embarcações não eram somente a mão de obra disponível localmente, mas dominavam conhecimentos especializados sobre os rios que não podiam ser dispensados pelo viajante. Tinham ainda lógicas próprias de organização do trabalho, as quais eram mantidas mesmo diante da situação de controle. Se não era viável iniciar a viagem sem recorrer aos conhecimentos e trabalhos indígenas, também não foi possível silenciar os seus protagonismos nas fontes.

**Palavras-chave:** Remeiros Indígenas, Pilotos Indígenas, Viagem Filosófica.

**Abstract:** This study aims to address the performance of indigenous rowers and pilots in the legacy documentation of Alexandre Rodrigues Ferreira's Philosophical Voyage through the Portuguese Amazon (1783-1792). Although the naturalist's collection has been extensively studied, it is considered necessary to deepen the analysis of the active presence of local collaborators, especially indigenous peoples, in the daily routine of the expedition. In contact with the scientist in the field, indigenous rowers and pilots put their knowledge, skills and techniques into use and, consequently, into circulation. The central argument is that the indigenous people responsible for rowing and piloting the boats mastered knowledge about traveling along rivers that could not be overlooked by travelers in the field. They also had their own work organization logics, which were maintained even in the face of a control situation. If it was not feasible to start the journey without resorting to indigenous knowledge and work, it was also not possible to silence their protagonism in the documentations.

**Keywords:** Indigenous Rowers, Indigenous Pilots, Philosophical Journey.

## Considerações iniciais

Não há nada de novo em dizer que na Amazônia colonial portuguesa praticamente tudo girava em torno dos rios, do mesmo modo que não consiste em novidade destacar que os cursos d'água foram utilizados de maneira estratégica e com sentidos variados pelos distintos segmentos sociais ao longo do processo de colonização. Além de fonte básica de subsistência, eram os “caminhos móveis” (HOLANDA, 1976, p. 22) que ligavam as aldeias, vilas e povoações, pelos quais escoavam os produtos a serem comercializados, por onde ocorria o descimento e as fugas indígenas. Esses caminhos consistiam ainda em marcos de fronteiras físicas e simbólicas, disputadas por indígenas, quilombolas, luso-brasileiros, portugueses e outros europeus, propiciando a formação de “zonas de contato”, onde agentes e culturas diversos se entrecruzavam. (PRATT, 1999)

Por Amazônia colonial portuguesa entende-se uma vasta e heterogênea região do norte da América portuguesa, independente do ponto de vista administrativo do Estado do Brasil até o século XIX, e denominada de diferentes modos ao longo do período colonial. (SAMPAIO, 2003; CHAMBOULEYRON, 2009) Não é possível usar sem custos a palavra para denominar uma região do período colonial: “a expressão Amazônia brasileira foi criada no século XX para definir certas áreas do norte do Brasil, supostamente detentora das mesmas características físicas e socioculturais, e que abrangeria mais de 40% do atual território nacional brasileiro.” (CARDOSO, 2017, p. 45) De todo modo, a sua adoção para abordar um contexto histórico mais recuado no tempo tem potencial explicativo, uma vez que sinaliza para o reconhecimento de características semelhantes que deram origem a um projeto articulado e específico de colonização.

Na conhecida Viagem Filosófica, coordenada pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira entre as décadas de 1780 e 1790, os rios das capitanias do Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá – particularmente a extensa malha fluvial ligada ao rio Amazonas – foram tomados como objeto de interesse investigativo, sendo reproduzidos em mapas e desenhos, e se constituíram enquanto espaços privilegiados, em alguns casos únicos, de deslocamento. A documentação legada da expedição deixa ainda outras pistas: os rios podem ser apreendidos enquanto complexos nos quais os domínios sociotécnicos e de conhecimentos detidos pelas populações indígenas que habitavam ou transitavam pelas regiões percorridas se construía e se transformavam. Deste modo, foram caminhos garantidores não somente da circulação de gentes, produtos naturais, mercadorias, mas também de conhecimentos, em particular sobre o saber remar e pilotar em regiões e com barcos e remos específicos.

Com o objetivo de mapear a atuação de remeiros e pilotos indígenas em registros legados da viagem, foram priorizadas a análise de três fontes históricas. Trata-se de dois desenhos: *Prospecto da canoa em que navegaram os empregados da expedição filosófica pelos rios Cuiabá, S. Lourenço, Paraguai e Jauru* e *Prospecto da Vila de Cameté e da Entrada que fez o Exmo Sr Martinho de Souza e Albuquerque*, ambos atribuídos ao desenhista José Joaquim Freire, e um texto escrito por Rodrigues Ferreira, a *Memória da Marinha do interior do Pará*, de 1787. Nenhuma delas foi produzida tendo como objetivo evidenciar os conhecimentos e formas de organização do trabalho indígenas. As nossas reflexões, bem como a seleção destas três fontes foram construídas mapeando e costurando fragmentos em um amplo conjunto documental.

Em uma leitura crítica que combinou texto e imagens inseridos em seus contextos de produção, foi possível apreender como o trabalho de remeiros e pilotos eram desempenhados a partir de uma divisão laboral justificada pelos distintos conhecimentos e habilidades que detinham. Antes de analisar os documentos, cabem algumas notas sobre a atuação dos povos indígenas como remeiros e pilotos em viagens realizadas com diferentes objetivos no sertão amazônico.<sup>263</sup> Esse exercício nos permite notar que a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira se valeu de experiências de contato e lógicas de circulação já estabelecidas na Amazônia.

### **Um território serpenteado por rios: os povos indígenas e as ações de remar e pilotar as canoas**

O trabalho indígena foi primordial no processo de colonização da Amazônia. As viagens ocorridas neste amplo território, por variadas motivações, tinham parte expressiva de sua tripulação composta por indígenas empregados no serviço do remo e pilotagem. A necessidade de indígenas para este tipo de serviço era constante e em número elevado. A título de exemplo: “na expedição que fez à Quito, no Peru, em 28 de outubro de 1637, o capitão Pedro Teixeira sai do Pará com uma frota

---

<sup>263</sup> Não cabe aqui recuperar todo o debate acerca dos significados e práticas associadas à construção dos sertões na América portuguesa, mas são necessárias algumas considerações. Em reflexão sobre o sertão da Amazônia entre os séculos XVII e XVIII, Viana e Pompeu destacaram que se tratava de um ambiente multifacetado. Ao procurar compreender o conjunto de projetos e práticas de sujeitos que transitavam por esses espaços, compreenderam o sertão para além do “lugar em si”. Com foco nos aspectos da vida militar e econômica no período colonial, os autores verificaram que o sertão amazônico estava “ligado às interações de práticas especificamente construídas pelo domínio da vida na floresta”, somente podendo “ser lido e visto sob a ótica das pessoas que fizeram dele a sua vida.” (POMPEU; VIANA, 2020, p. 272)

composta por quarenta e sete canoas grandes, e nelas setenta soldados portugueses, mil e duzentos índios remadores e guerreiros.” (FERREIRA, 2016, p. 102)

Nas canoas era formado um microuniverso, marcado por divisões de tarefas e domínio de distintos conhecimentos, habilidades e técnicas. Os *jacumaúbas*, como eram conhecidos os pilotos, desfrutavam de reconhecimento no interior dos barcos, e também nas suas povoações. Eles se destacavam “sobre os remeiros e até mesmo sobre os Principais indígenas.” (FERREIRA, 2016, p. 107) Nas expedições para coletas de drogas, “enquanto os remeiros remavam por toda a viagem até as feitorias e ainda tinham que se embrenhar na mata à coleta das drogas do sertão, os *jacumaúbas* repartiam os índios para a coleta e ficavam nas feitorias na companhia dos Cabos de Canoas.” (FERREIRA, 2016, p. 134)

Do mesmo modo, havia diferentes remunerações aos membros que compunham a tripulação: “aos remeiros pagavam-se duas varas de pano por mês; aos proeiros, três varas; e aos *jacumaúbas*, ou pilotos, quatro varas de pano.” (CHAMBOULEYRON; BONIFÁCIO; MELO, 2010, p. 25) Além disso, Heather Roller demarcou que, quando havia suspeita de desvios dos produtos coletados na floresta, “os pilotos da expedição (*jacumaúbas*) forneciam os primeiros depoimentos, seguidos pelos arqueiros (proeiros), em razão de seu status mais elevado entre os tripulantes.” (ROLLER, 2013, p. 215) Os povos indígenas tinham, evidentemente, ciência do papel que desempenhavam nos deslocamentos pelos rios e, a depender das condições impostas, se recusavam a compor as comitivas ou desertavam durante a viagem. Wania Viana e Elias Ferreira observam que eles “agiam motivados por interesses próprios, estabeleciam alianças, acordos, negociavam apoio e imprimiam lógicas e dinâmicas particulares aos processos coloniais constituídos, sobretudo, das interações entre os sujeitos que se deslocavam em canoas pelos rios amazônicos para as mais diversas atividades.” (FERREIRA, VIANA, 2021, p. 20)

Como já demarcado na historiografia, a partir de meados do século XVIII, ganharam impulso as expedições de cunho científico realizadas na América e na África. Muitas das viagens eram financiadas por reinos colonialistas, tal como Portugal, e entre os seus objetivos estavam a construção de redes de informação e de redistribuição de exemplares da flora, fauna, minerais e da cultura material humana em escala global. As informações reunidas eram tomadas como parte integrante das rotinas administrativas e para elaborar estratégias de exploração econômica e humana, o que justificava os investimentos nos estudos da natureza do reino e, principalmente, das colônias. (KURY, 2004)

Naturalistas, matemáticos, engenheiros, desenhistas, munidos de instrumentos de medidas, livros, instruções, diários, mapas, se valiam de lógicas de circulação pelos sertões, de acúmulos de saberes e da organização de um mundo do trabalho que os antecediam. Não é surpresa o fato de nas expedições científicas, tal como a de Rodrigues Ferreira, assim como nas de coleta de drogas nos sertões, a maior parte da tripulação ser composta por remeiros e pilotos indígenas. Longe de ser uma aptidão natural ou a única mão de obra disponível localmente, remeiros e pilotos indígenas possuíam “conhecimentos profundos da floresta, seus caminhos e das espécies arbóreas, fruto da longa experiência, passadas entre gerações e que lhes permitiram acumular um ‘saber venatório’ caro aos estrangeiros (europeus e africanos).” (FERREIRA, 2016, p. 75)

Posto deste modo, o conhecimento acumulado sobre a natureza na Viagem Filosófica na Amazônia carrega várias camadas de saberes, incluindo os dos remeiros e pilotos indígenas. Mary Louise Pratt demonstrou como as expedições científicas realizadas a partir da segunda metade do século XVIII, na América e na África, levaram à construção de interlocuções entre viajantes e populações nativas. A autora denomina de “zonas de contato” estes espaços, “onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra.” (PRATT, 1999) Se, por um lado, tais relações são marcadamente assimétricas e violentas, por outro, elas abrem possibilidades para apreender como o conhecimento científico se constituiu, também, nas margens, em locais fronteiriços e a partir de trânsitos.

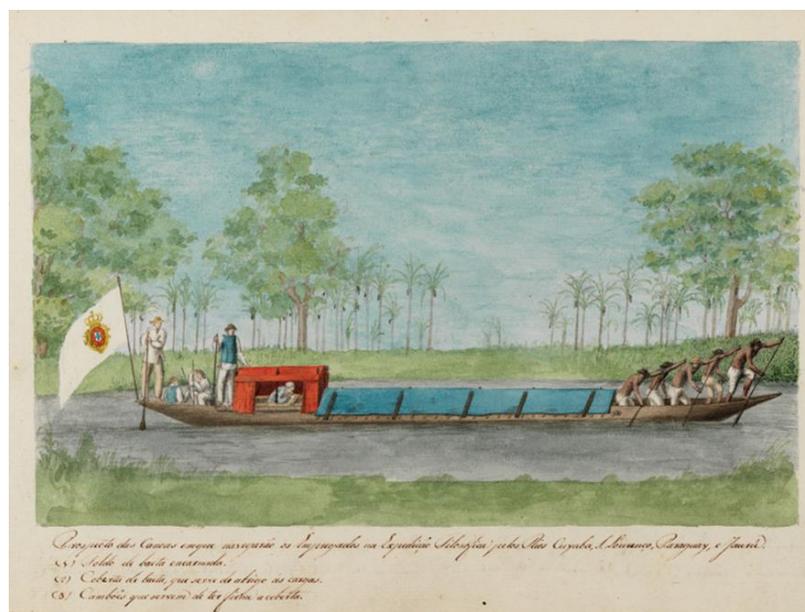
Não nos parece que tal dimensão tenha sido suficientemente demarcada nos estudos que tem como foco analisar a produção de conhecimento científico setecentista. No caso do material legado da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, esforços recentes têm sido realizados no sentido de compreender as redes de colaboradores locais, destacando o papel central desempenhado pelos indígenas na coleta, recolhimento e análises de espécies da flora amazônica (ALMEIDA, 2020; DOMINGUES, MELO-ALVES, 2021). A novidade deste artigo consiste em abordar fontes escritas e imagéticas em que foram mencionadas ou retratadas as atuações dos remeiros e pilotos indígenas, responsáveis por colocar em movimento a Viagem Filosófica.

### ***Não se encontra uma só equipe que seja resistente a uma fadiga semelhante***

*O Prospecto da canoa em que navegaram os empregados da expedição filosófica pelos rios Cuiabá, S. Lourenço, Paraguai e Jauru, reproduzido a seguir, contempla em uma canoa, comumente utilizada para transporte*

de pessoas e mercadorias, parte da equipe da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. De forma textual, o naturalista registrou que *igari ou igarité* era o nome usado na “língua geral dos índios” para “os vasos da sua navegação”, os mesmos que os portugueses nomeavam de canoas. Eram feitas de um só tronco de árvore, escavado e aberto ao fogo. Uma canoa ou *igarité* era “toda e qualquer embarcação sem quilha, formada do casco simplesmente ou com obras superiores”, poderia ter parte coberta, como no caso do desenho, ou não. Como explicava Ferreira, “o que os canoeiros chamam quilha da canoa são os dois talões de popa e proa.” A ausência dos talões era útil para a circulação em rios e costas com baixa de areia, pedra ou raízes de árvores, facilitando o desenralhe. (FERREIRA, 1787)

**Imagem 1:**  
**Prospecto da canoa em que navegaram os empregados da expedição filosófica**



Fonte: FREIRE, José Joaquim. Prospecto das canoas em que navegaram os empregados da Expedição Filosófica pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e Jauru. [Freire ou Codina], c.1785. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/32, v. 2. Museu Bocage, Lisboa.

Em tratados de engenharia e arquitetura militar de Portugal nos setecentos, os prospectos eram uma espécie de planta militar com caráter informativo. Dentre suas características destacavam-se a padronização de cores das embarcações, da terra, da vegetação, da água, das construções, da disposição

dos elementos em tela e da legenda explicativa, responsável por complementar a imagem ordenadora da vida humana e natural. A forma de representar a natureza assumia uma “complementaridade de informações entre as representações conferindo a tridimensionalidade aos objetos pela complementaridade de visões verticais (como os mapas, cartas geográficas, plantas, etc.) e horizontais (como os prospectos e perfis).” (PATACA, 2014, 62-79)

A autoria da imagem foi atribuída a José Joaquim Freire, um dos riscadores da Viagem Filosófica. Em parceria com Joaquim José Codina, Freire produziu centenas de registros visuais sobre as capitânicas do Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá. Nascido em Portugal, a exemplo de outros letrados e artistas da época, teve formação nas técnicas de desenho militar e da história natural. Ele foi incorporado como desenhista no Real Jardim Botânico da Ajuda e, na sequência, como riscador da equipe de Rodrigues Ferreira. Concluída a jornada de quase uma década na Amazônia, retornou para Lisboa, onde permaneceu trabalhando nos quadros da monarquia, inclusive dando continuidade ou refazendo registros visuais iniciados em campo. Havia um certo consenso de que os filósofos naturalistas em campo deveriam saber desenhar ou ser acompanhados por riscadores. Ao analisar a formação letrada da mocidade luso-brasileira entre fins do século XVIII e início do XIX, Iara Lis Schiavinatto considerou que o desenho era uma “espécie de linguagem instrumental útil e necessária, que conseguiria federar uma série de conhecimentos e habilidades cognitivas, podendo valer-se ou não de instrumentos, cálculos matemáticos, proporção e simetria para garantir precisão.” (SCHIAVINATTO, 2023)

Na prancha em análise, os cinco remeiros, vestidos com calção branco na altura dos joelhos e chapéu para proteção em longas jornadas no sol, encontram-se na proa do barco, separados dos demais pelo toldo e por uma cobertura que servia de abrigo para as cargas e bagagens. Mantinham-se em pé, a segurar os remos longos, e dispostos sucessivamente um para direita e outro para a esquerda. Sérgio Buarque de Holanda identificou a descrição dessa forma de se posicionar nas canoas em relatos de paulistas envolvidos no comércio das monções. Os remeiros executavam a sua tarefa em pé, na proa do barco, dispostos para lados diferentes, sendo isso “corrente não só no Brasil, como em todo o continente americano.” (HOLANDA, 1976, p. 32-33) Na esteira da argumentação, destacou o fato de os colonizadores portugueses, “na arte de navegação interior”, terem se valido largamente das práticas usuais entre as populações nativas.

Assim como na escolha das embarcações, a seleção dos remos estava associada às características dos rios percorridos. Nas navegações pelas beiradas dos rios, contra a correnteza e para

muitos igarapés eram usados remos curtos: “não servem os remos longos, porque nem sempre há fundo para eles, nem quando é preciso vencer a força de uma correnteza se pode com eles amiudar tanto as remadelas, como com remos curtos, de que usam os índios das povoações.” (FERREIRA, 1787) Os mais longos, feitos pelos indígenas “atando com cipós nas extremidades das varas”, tinham préstimo nas viagens de água abaixo, feitas pelo meio de rios com profundidade e ajudadas pela correnteza. É o que parece ser representado na imagem: a canoa situada no meio do rio, enquanto os remeiros em pé seguram remos longos.

Há uma divisão do trabalho no interior da canoa que incluía homens com distintos status sociais. Para Ermelinda Pataca, “é provável que os remeiros que aparecem na canoa sejam negros escravizados, já que de acordo com a provisão de pessoas e equipamentos para a viagem realizada entre vila Bela e Cuiabá, foram encarregados ‘pretos de serviço’.” (PATACA, 2015, p. 276) Na *Relação do que se faz preciso aprontar de homens, canoas, mantimentos e outros preparativos necessários para o transporte do Dr. naturalista e mais empregados da Expedição Filosófica, em viagem pelos rios Cuiabá abaixo, Paraguai acima até o Porto do Registro do Jauru* foi descrito que “para remeiros das canoas grandes são preciso vinte, porque com os quatro negros escravos de sua Majestade que tem acompanhada a mesma expedição se completa a precisa conta de vinte e quatro remeiros para quatro canoas.” (PATACA, 2015, p. 276)

A partir da prancha não é possível precisar a origem social e étnica dos cinco remeiros. No entanto, Rodrigues Ferreira salientou em suas *Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados no território dos três rios da Amazonas, Negro e da Madeira* que os indígenas eram preferidos, se comparados aos negros e brancos, no serviço do remo, pois eram mais ágeis e resistentes. Em uma análise que combinava fatores climáticos, geográficos e culturais, dentre os quais destacava-se o pressuposto da suposta e pretensa superioridade civilizacional do europeu, afirmou que entre os indígenas “a agilidade excedia a força”. Para ele, enquanto o negro era mais apto ao trabalho com a enxada e com o machado, os indígenas destacavam-se “para o serviço das canoas e em tudo que relacione a pescar, nadar, remar.” (FERREIRA, 1972 [1790], p. 83)

O naturalista se dizia impressionado com as canoas que saíam do Pará rumo aos sertões. Os remeiros empregados em tais diligências demonstravam tamanha resistência que não se encontraria “uma só equipe que seja, tanto de brancos como de pretos, resistente a uma fadiga semelhante; os portugueses bem o podem dizer. E todos os dias vemos índios desta maneira, assim estão habituados desde a infância.” (FERREIRA, 1972 [1790], p.84) Resistir à fadiga de longas viagens e estar “habituação desde a infância” não estava associado, como já dissemos, a uma aptidão natural, mas podem remeter

aos conhecimentos ancestrais associados aos rios, transmitidos entre as gerações, os quais foram atravessados (e muitas vezes desagregados) pelas dinâmicas coloniais.

Ainda que todos os indígenas demonstrassem destreza para atividades das águas e suportassem as agruras do remo, na perspectiva do naturalista, havia diferenciações entre os conhecimentos que dominavam. Na *Memória sobre a marinha interior do Estado do Grão Pará*, Rodrigues Ferreira descreveu as peculiaridades dos incorporados nas canoas das mais altas autoridades, como na do Governador do Grão Pará. Em viagens oficiais eram priorizados os “mais valentes em remos”, tais como os “Cametauanos ou índios de Cameté e os Aruanos e Sacacas e outros índios da Ilha Grande de Joanes.” (FERREIRA, 1787) No caso desses últimos, Rodrigues Ferreira afirma que “estando eles habituados a travessias muitas vezes a formidável boca do rio Amazonas, entendem de maré.” (FERREIRA, 1787)

Isso fazia com que eles se tratassem “entre si de marinheiros do salgado, em desprezo dos outros índios do sertão”, nomeados como “remeiros de água doce.” Em contrapartida, os indígenas do sertão possuíam maior domínio em percorrer rios encachoeirados. Segundo o naturalista, os que habitavam regiões próximas às costas eram também denominadas de “remeiros de maré”, não sendo destros para lidar com baixas de rios, correntezas, cachoeiras, quedas d’água. (FERREIRA, 1787) Estamos, portanto, diante de domínio de técnicas e conhecimentos especializados e de elementos estruturantes de um mundo do trabalho, constituídos a partir de sabedorias plurais e preservadas/recriadas diante da violência colonial.

Seguindo a análise da imagem, quatro homens brancos ocupam a parte traseira da canoa, onde encontra-se fixada a bandeira com o brasão Real. Dois deles parecem contribuir com o rumo e movimento do barco, na medida em que seguravam remos longos, mantinham-se atentos ao curso do rio. Outros, sentados, observavam as redondezas remetendo para a garantia da segurança do grupo. Rodrigues Ferreira fez registros sobre os riscos oferecidos a quem navega no “interior daqueles sertões”. Poderiam vir do céu com trovoadas súbitas, do próprio rio com pedras, restingas em forma de banco de areia, troncos e raízes de árvores e da terra com barreiras de terra que desabavam. Tinham origem, também, na hostilidade dos insetos venenosos, das feras e dos povos indígenas tidos como inimigos. (FERREIRA, 1787)

Os riscos vindos da mata compuseram diferentes relatos ao longo do período colonial. Antônio Pires da Silva Pontes Leme e Francisco José de Lacerda e Almeida, contemporâneos de Rodrigues

Ferreira em Coimbra e também incumbidos de missão diplomática e científica na Amazônia, quase foram atravessados por flechas disparadas, quando viajavam entre Barcelos e vila Bela. O caso foi registrado pelos viajantes em diários que circulavam entre os agentes coloniais. Lacerda e Almeida informou que foi “atacado pelo gentio que do mato e sem serem vistos, despediram imensas flechas sobre a minha canoa”. Além de quase ter sido atingido no pescoço, informou que “os remeiros se deitaram logo n’água para se ampararem com a outra borda da canoa.” (ALMEIDA, 1841 [1780-1790, p. 22)

Da cabine, protegido do sol e do risco de ter seus cadernos molhados, o naturalista tomava nota do que via. Parecia escrever de maneira contínua o que observava ou talvez aproveitasse a proteção da canoa para organizar o diário. Colocada no rio, a canoa sugere uma boa relação entre portugueses e indígenas que garantiam o movimento do grupo. Na perspectiva dos agentes coloniais e de quem construía a imagem a partir destes interesses, a manutenção da ordem não podia ser dispensada no conjunto, tendo em vista que cada um dava conta de uma demanda. Quando as coisas saíam do controle – com fugas de remeiros, ataques de grupos hostis à presença estrangeira em seus territórios e informações imprecisas sobre os percursos, aspectos que não escapavam dos registros cotidianos, como no que relatamos anteriormente – os resultados da expedição eram comprometidos.

No prospecto, a ordenação e disciplinarização da tripulação e da natureza se faziam presentes e eram parte das estratégias para construir uma narrativa imagética a *posteriori* que apontava para o sucesso da atuação dos agentes coloniais no ultramar. No interior desta lógica, não seria interessante “pintar” um naturalista, sujeito incumbido de colocar em prática o projeto de inventariar e “domar” o meio natural e seus seres, em apuros, a menos que a cena corroborasse com a edificação da bravura do viajante ao enfrentar os “bravios sertões”. Como os desenhos eram acabados, muitas vezes, em Lisboa ou em momentos de permanência da expedição em alguma vila, havia brecha para o ordenamento do cotidiano. No entanto, as tensões, as fugas de remeiros e os conflitos escapavam nos diários e nas correspondências, esses sim relatos feitos no calor da hora. Quando extrapolamos a imagem ordenadora da realidade e concebemos as brechas de liberdade abertas nos sertões, notamos que as lógicas próprias de organização do trabalho indígena e as estratégias de resistência provocavam fissuras na estabilidade e controle que se tentava imprimir.

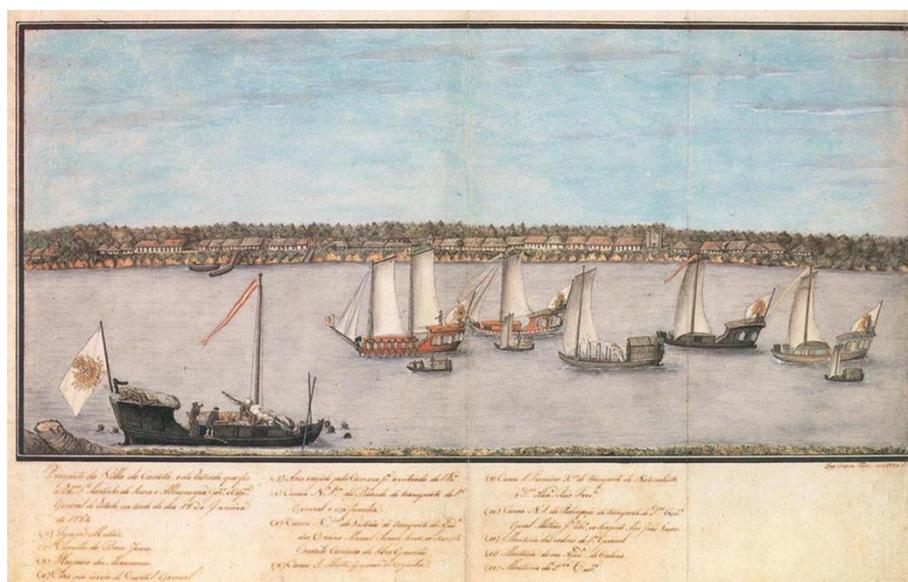
Outro registro visual feito pelo riscador Freire nos permite ter contato com os remeiros representados em ação em uma embarcação oficial. A canoa em questão compõe o prospecto da vila de Cameté, produzido na viagem pelo rio Tocantins a convite do governador Martinho de Souza e

Albuquerque. Para compreender a imagem é necessário abordar “referenciais nos campos da engenharia militar, da arquitetura e da história natural luso-brasileira no final do século XVIII e a definição dos projetos políticos desenvolvidos na Amazônia para urbanização, agricultura e náutica.” (PATACA, 2014, pp. 62-79) Além disso, deve-se pensá-lo em conjunto com a *Memória sobre a marinha interior do Estado do Grão-Pará*, tendo em vista que as embarcações retratadas – desde os pequenos ubás, passando pelas montarias até as canoas do governador, dos militares, do naturalista e do ouvidor – foram descritas no texto redigido por Rodrigues Ferreira. Trata-se do esforço a ser realizado a seguir.

### ***Impossível que um só seja prático de tantas e tão diferentes costas, enseadas e travessia***

O Prospecto da Vila de Cameté foi considerado como um exemplar “das associações entre arte, ciência e técnica no conjunto das imagens da Viagem Filosófica.” (PATACA, 2014, p. 63) Enquanto a vila de Cameté e suas instituições administrativas e religiosas – a seguir a lógica de ordenação do espaço urbano levado a cabo no período pombalino – foram contempladas ao fundo, as embarcações da comitiva de Martinho de Souza e Albuquerque e demais autoridades régias, entre elas o naturalista Alexandre Rodrigues e sua equipe, ocupam um plano intermediário.

**Imagem 2: Prospecto da Vila de Cameté**

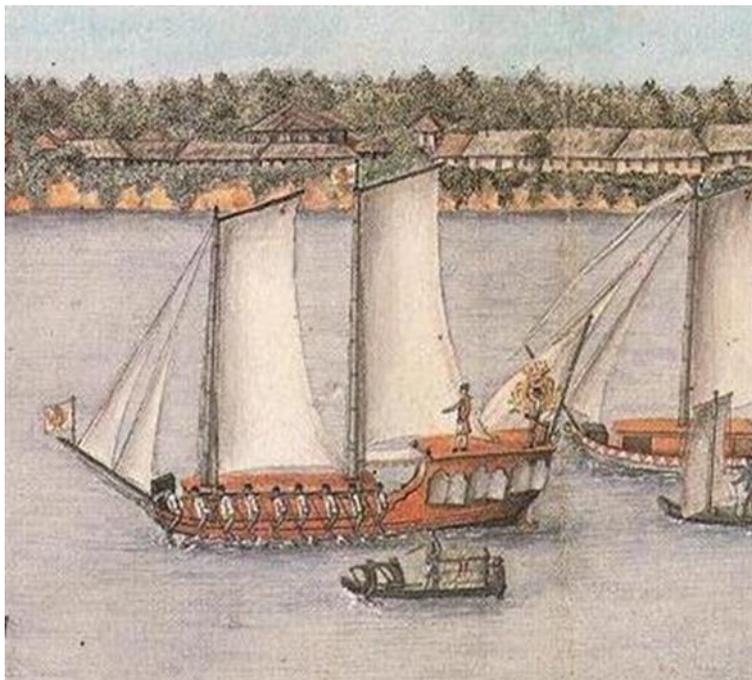


Fonte: FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa do Cameté, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. Descrição original 1 des, aquarela, col; imagem 46,0 x 22,0 cm em f. 47,5 x 34,5. Custódia Biblioteca Nacional (Brasil), CDD 981.13, MAP.I,4,02 n°017A – Manuscritos.

No primeiro plano, há a embarcação em que o desenhista se autorretratou trabalhando cercado de indígenas e sugerindo a perspectiva do observador. Mais uma vez, o rio arremata a cena, na qual são dispostos barcos e pessoas com marcadores sociais distintos. A lógica de retratar ofícios, que abrangeu a profissão de naturalista, poderia se estender ao desenhista. Como no caso de Rodrigues Ferreira representado em ação na prancha anterior, era comprovada a observação *in loco* dos letrados, conforme demandava o mundo letrado e científico ilustrado. Em volta da canoa do riscador-observador, em aparente intimidade, há alguns indígenas. Segundo Pataca (2014, p. 63), procurava-se enfatizar a tendência ao “ócio natural” dos nativos que não tinham sido “civilizados” pelos portugueses por meio do trabalho e da religião. Em paralelo, a imagem em conexão com o texto do naturalista alude para capacidade de uma autoridade se impor em territórios vistos ao fundo de forma tão ordenada, algo que se assemelha com o prospecto anteriormente analisado. O retilíneo retrato remete ao curso civilizacional almejado pelos agentes coloniais, que justificava a derrubada da mata e dos povos não inseridos nas dinâmicas de exploração colonial.

Conforme informação explicitada na legenda, a primeira canoa vermelha, nomeada Nossa Senhora da Piedade, servia ao transporte do Governador do Grão Pará; em seguida, com a mesma cor, aparece a canoa Nossa Senhora da Vitória de transporte do Ajudante das Ordens e do Tenente; depois dela a canoa S. Marta que servia de cozinha; seguida da canoa S. Francisco Xavier de transporte do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e seus acompanhantes; por fim, vinha a canoa Nossa Senhora da Redenção, de cor verde, do transporte do Dr. Ouvidor e do Sargento Mor. Há ainda três barcos menores, as montarias, que serviam de apoio aos demais barcos. Na margem da povoação encontram-se duas ubás, construídas ao modo indígena. Nota-se o esforço de retratar de forma ordenada e harmoniosa, mais uma vez, uma variedade de embarcações e usos.

### Imagem 3: Canoa Nossa Senhora da Piedade



Fonte: FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa do Cameté, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. Descrição original 1 des, aquarela, col; imagem 46,0 x 22,0 cm em f. 47,5 x 34,5. Custódia Biblioteca Nacional (Brasil), CDD 981.13, MAP.I,4,02 n°017A – Manuscritos.

Na canoa Nossa Senhora da Piedade foram contemplados nove indígenas remeiros, vestidos com blusas brancas. Eles são dispostos em pé, enfileirados possivelmente num intervalo de 3 palmos uns dos outros e a segurar os remos longos de forma compassada. Os remeiros trabalhavam sob o olhar de um cabo, homem branco situado na parte superior da embarcação com uma das mãos levantadas indicando posição de comando. Outro sujeito vestido com blusa branca e calça vermelha, um *jacumaúba*, responsável pelo governo do leme, aparece logo atrás dele. Na montaria, situada à frente, os remeiros indígenas também são retratados a seguir as ordens de um homem branco com vestes europeias. Os marcadores de distinção social podem ser confirmados cotejando a imagem com a *Memória da Marinha do interior do Pará*, a qual, como outros documentos, carrega a perspectiva do agente da colonização portuguesa:

a canoa sem cabo e sem piloto esperto é um corpo sem alma, não basta que seja piloto, porque este é um índio, que ainda que saiba, interessa pouco na atividade das

manobras, e o comum de toda esta gente é poupar-se ao trabalho o quanto pode. O cabo sempre é um branco, militar ou paisano. (FERREIRA, 1787)

A qualificação de “desinteressados nas manobras” e “pouco afeito ao trabalho” tinham como contraste a frase “ainda que saiba”. De fato, os *jacumaúbas* sabiam do seu ofício, desempenhavam um trabalho especializado e desfrutavam de um lugar central no microuniverso da canoa. Segundo Rodrigues Ferreira, “ao índio que governa o leme, os brancos chamam piloto e outros índios *jacumaúbas* = quer dizer entre nós no braço do leme.” Era ele o responsável por estar atento ao regime dos ventos e aos possíveis obstáculos e por coordenar o trabalho coletivo de força, ritmo e direção dos remeiros. Além do governo da canoa, os pilotos tinham a seu cargo “a repartição das rações diárias para o sustento dos remeiros.” Havia, segundo naturalista, alguma “desproporção” na divisão, “porque sendo o seu serviço diverso”, tinha vencimento diferente dos remeiros. (FERREIRA, 1787)

No caso da expedição de Demarcação de Fronteira, que antecedeu em poucos anos a de Rodrigues Ferreira, da qual faziam parte 21 pilotos indígenas e 316 remeiros, a ração diária consistia em um alqueire de farinha, “na sua falta oito pacovas ou seis raízes de macaxeira, uma libra de carne ou peixe seco, na falta de carne ou peixe, uma libra de legumes.” (FERREIRA, 2002 [1785], p, 289) Os *jacumaúbas* deveriam fazer a solicitação da comida ao cabo encarregado, como dito anteriormente, um homem branco, o qual liberava os alimentos “uma só vez no dia, para dois comerem.” (FERREIRA, 2002 [1785], p, 289) Portava-se, assim, como um intermediário entre “mundo indígena” e “mundo do branco” no interior do barco.

Na *Marinha do interior do Pará* não fugiu à observação de Alexandre Rodrigues Ferreira duas características dos *jacumaúbas*: 1) eram “índios já provectos em idade e experiência”; 2) eram práticos “para a navegação que se fazem pelos distritos das povoações donde são naturais ou aonde se acham estabelecidos.” Eram, portanto, conhecedores da geografia e hidrografia do território que viviam ou circulavam com frequência. Em viagens de longa distância, como as empreendidas entre o Pará e o Mato Grosso, seria necessário fazer “mudas” dos *jacumaúbas*, assim como era feito com os remeiros. A troca dos pilotos ocorria por ser “impossível que um só seja prático de tantas e tão diferentes costas, enseadas e travessias.” (FERREIRA, 1787)

Como observou Elias A. Ferreira, enquanto os remeiros “eram a força motriz que impulsionava as canoas”, os *jacumaúbas* apresentavam-se como “os guias dos caminhos fluviais”, os “pilotos práticos”, os “peritos insubstituíveis da geografia fluvial”. (FERREIRA, 2016, p. 100) Deste modo, não bastava saber técnicas gerais de pilotagem, como indicar o desvio de um obstáculo visto do barco

ou saber administrar o leme. Era preciso ser detentor de conhecimentos especializados e circunscritos geograficamente, podendo, por exemplo, indicar atalhos, lugares de pouso, antecipar a queda de um rio, uma correnteza. Um piloto dominava as mudanças dos cenários com as cheias e baixas dos rios a fim de evitar o encalhe em bancos de areia e os locais apropriados e seguros para a expedição fazer alto. No mais, dele dependia o trabalho de outros indígenas, os remeiros.

Retomando o prospecto da vila de Cametá, observamos diferenças entre a forma que os remeiros do barco oficial e os da montaria foram desenhados. A primeira consiste na falta de vestimenta dos sujeitos que remavam a montaria; a segunda relaciona-se à estatura dos mesmos que parecem ser menores; a terceira ao fato da execução das atividades na montaria parecer menos ordenadas. Imagem e texto se conectam no sentido de destacar como os remeiros das embarcações oficiais, no caso analisado a da mais alta autoridade política do Grão-Pará, eram escolhidos entre os mais fortes, habilidosos e, acrescento, disciplinados. Como destacado anteriormente, “os índios mais valentes no remo” que equipavam as embarcações eram os naturais da Ilha de Marajó conhecedores da foz do rio Amazonas.

Em outra ocasião, quando planejava o deslocamento entre as capitânicas de São José do Rio Negro e a de Mato Grosso e Cuiabá, a documentação produzida a partir da viagem filosófica permite notar os conhecimentos específicos de diferentes grupos de remeiros e pilotos. Os rios que ligavam Barcelos, no Rio Negro, e vila Bela, no Mato Grosso, foram apresentados como perigosos, devido ao “clima doentio” que dava baixa em parte da tripulação, mas também em decorrência das arriscadas cachoeiras a serem derrotadas, principalmente no rio Madeira, o qual permitia o acesso aos rios Mamoré e Guaporé. Há relatos do período que alertavam para dificuldade em encontrar mão de obra para empregar na rota do Amazonas-Madeira-Guaporé.

O perigo era, evidentemente, conhecido entre os próprios indígenas. Isso pode ser vislumbrado quando o naturalista tomou um Cambeba que habitava as margens e ilhas dos rios Solimões como informante acerca da sua própria nação. Indagado sobre o estado atual da povoação que vivia, informou que eram poucos, tendo diminuído muitos nas diferentes viagens dentro do estado e fora dele, principalmente nas que se fazem para “o mato, para o Pará, para o Mato Grosso e para outros rios doentios.” Dizia que ele ainda estava vivo graças à fuga feita no ano de 1765, quando seguiu para Mato Grosso a tropa do tenente coronel João Batista Martel: “receando pelo mesmo que viera a suceder de naquela viagem falecerem a maior parte dos índios remeiros, tomara o expediente de desertar para escapar à morte.” (FERREIRA, 1974 [1787], p. 54)

Tão logo recebida a ordem de que a Viagem Filosófica deveria se estender até Mato Grosso e Cuiabá, o governador do Rio Negro, João Pereira Caldas, informou ao naturalista que algumas dificuldades precisariam ser superadas para viabilizar a partida. A primeira se atrelava à escassez de farinha de mandioca, um dos alimentos dos remeiros, proeiros e pilotos, que experimentava a capitania. A segunda se relacionava ao fato dos indígenas da mencionada capitania, “além de poucos para tão multiplicadas expedições, [eram] menos vigorosos e hábeis para passagem das cachoeiras do Madeira.” (CALDAS, 2007 [1788] p. 224-225)

A fim de solucionar o problema informava ter solicitado junto ao governador do Grão Pará “para um e outro socorro se fazerem vir [remeiros] das povoações do rio Tapajós em semelhança que assim mesmo se praticou na outra expedição.” (CALDAS, 2007 [1788], p. 224-225) Depois disso, a expedição partiu e seguiu com relatos dramáticos de adoecimentos, mortes e fugas de remeiros indígenas. Mais uma vez somos levadas a pensar que a regularidade dos prospectos eram alegorias de uma ordem que se tentava imprimir no mundo colonial.

Rodrigues Ferreira também observou e tomou nota na Memória da Marinha das diferentes tarefas desempenhadas pelos remeiros que atuavam em uma mesma embarcação e como regulavam as remadas de forma compassada. A divisão do trabalho que se tentava controlar e disciplinar respeitava as dinâmicas e o ritmo estabelecidos pelos remeiros e *jacumaúbas*. De acordo com o naturalista, a função principal do piloto era governar o leme e coordenar o trabalho dos remeiros. Estes, por sua vez, desempenhavam diferentes funções, a depender de seus conhecimentos e experiências. Os remeiros “mais valentes e práticos” eram chamados de proeiros, sendo responsáveis por avisar o *jacumaúbas* “de algum obstáculo que se lhe oferece ou de alguma pedra, ou pau ou baixo que ele não pode ver da popa, mormente, que quando se navega de noite.” Segundo o naturalista, “correspondem pelos seus empregos ao mestre piloto e aos marinheiros das naus e outras embarcações do alto.”

Novamente trazemos à tona um relato de Francisco José de Lacerda e Almeida, produzido em período próximo aos escritos de Rodrigues Ferreira, a fim de fornecer mais elementos para compreender a atuação dos proeiros. De acordo com Almeida, os remeiros obedeciam às ordens de um “dos remadores mais antigos e experientes d’elas, com o título de proeiro.” Esse último era único a possuir “as chaves do caixão das carnes salgadas e das frasqueiras”, além de ser o responsável pelo “governo da proa”. Era ele quem coordenava as remadas do grupo de acordo com a demanda de cada trecho do rio, as fazendo “mais ou menos compassadas, conforme bate com calcanhar na canoa, servindo cada pancada como compasso para cada uma remada.” Parecia desempenhar papel tão

importante como o dos *jacumaúbas*. No entanto, tinha ainda função específica nas descidas das cachoeiras, quando levava “a vida em muito perigo e risco”.

Neste momento, os proeiros permaneciam em pé na dianteira da canoa a segurar um grande e forte remo nas mãos, utilizado para desviar das pedras. Era “necessário mudar o remo para um e outro lado da canoa, conforme a necessidade o pede e com grande presteza.” Se nas “rápidas mudanças sucedem de escorregar ou roçar a canoa em alguma pedra ainda que seja levemente, [iria] ao rio e se faz em pedaços ou ao menos morre afogado.” Pelas habilidades que possuía, era uma figura respeitada entre os seus companheiros. (ALMEIDA, 1840, [1780-1790], p. 83)

Seguindo o apontamento das diferentes tarefas desempenhadas pelos remeiros, Rodrigues Ferreira afirma que os que ficaram dispostos ao lado “das escotilhas do esgotadouro” tinham a obrigação de dar vazão à água acumulada de tempos em tempos. Os demais remavam “sem outra pensão alguma.” Voltando para a ação coletiva do trabalho, o naturalista registrou que os indígenas empregados no serviço do remo denominavam com nomes de aves e de animais “para a imitação dos seus movimentos” os diferentes modos de remar. Assim, sincronizavam as suas ações e “regulavam as remadelas.” A música era o que, então, regulava a força do remo.

Quando era necessário dar remadas mais curtas, um dos dois últimos homens que compunham a equipe proferia a palavra “Parauá”, “que entre nós significa papagaio.” A analogia era feita, pois os papagaios “que são aves de asas curtas, amiúdam os movimentos delas quando voam.” Todos os remeiros “juntamente com eles” amiudavam o movimento. De maneira distinta, quando se ouvia estourar a voz com a palavra Maguary, “que é uma ave de asas e perna longas e tem voo plácido e sereno, todos eles remam a imitação do seu voo.” (FERREIRA, 1787) Assim, seguiam-se remadas longas e tranquilamente compassadas. Nenhum remeiro descansava ou mudava a ritmo até que o proeiro lhes desse sinal, “sob pena de logo ser apregoado pelos companheiros que o injuriam de fraco.” No mais, “para desenfado do seu, algumas vezes trabalham rindo do seu trabalho, quando imitam o macaco, que dizem eles que os arremeda; o que escutam os remeiros, dando três remadas juntas e uma compassada com um pequeno intervalo que medeia.” (FERREIRA, 1787)

Os remeiros indígenas possuíam, assim como os pilotos, conhecimentos especializados e tinham lógicas próprias para divisão dos seus trabalhos. Em uma combinação de força, técnica e ação coletiva coordenada a partir de códigos compartilhados punham em movimento a expedição. Além de no interior do barco desenvolverem atividades que exigiam conhecimentos e experiências diferentes,

eram detentores de saberes plurais associados a uma geografia fluvial e aos territórios também diversos. Deste modo, eram, tanto quanto os *jacumaúbas*, práticos das costas, enseadas e travessias que circulavam com mais frequência.

### Considerações finais

Remeiros e pilotos indígenas foram na Amazônia colonial portuguesa, tanto quanto os rios-estradas-móveis, essenciais para os deslocamentos nos sertões. Eram os sujeitos dedicados a remar e pilotar que compunham a maior parte da tripulação das expedições dedicadas a atividades variadas, incluindo as que tinham como objetivo inventariar a natureza, os territórios e as populações nativas. A expressiva presença dos mesmos se justificava não por serem a mão de obra disponível localmente, mas pelos conhecimentos acumulados e pelas lógicas de organização do trabalho que lhes eram próprias. Seus conhecimentos e habilidades eram marcados pelo empirismo e transmitidos entre as gerações, possivelmente pela oralidade e através do uso/prática. De acordo com Elias Ferreira, “não raro os pais *jacumaúbas* costumavam levar os filhos durante as viagens, de forma a aprenderem desde cedo os segredos do ofício.” (FERREIRA, 2016, p. 133-134)

O objetivo deste artigo foi mapear na vasta documentação legada da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira os registros acerca da atuação de pilotos e remeiros indígenas. O acervo do naturalista já foi muito estudado, no entanto, ainda é possível aprofundar as análises sobre a rede de colaboradores locais nas “zonas de contato” estabelecidas em decorrência da expedição. Refletir sobre os remeiros e pilotos indígenas nos pareceu uma oportunidade de demarcar como o conhecimento científico sobre a natureza se constitui a partir de trânsitos de múltiplos saberes e práticas. Esses trânsitos eram verificados no que confere aos saberes incorporados de forma mais direta às lógicas e aos interesses da ciência em voga, por exemplo, os relacionados às plantas, suas propriedades, tempo de floração, formas de cultivo, usos para cura, construção, tintura, etc. Mas, também, em relação a conhecimentos locais indispensáveis para que os empreendimentos científicos pudessem ser executados, para que, se tratando de viagens, sássem literalmente do lugar.

Os registros visuais e textuais de remeiros e pilotos estiveram associados aos distintos conhecimentos que cada sujeito ou grupo detinha. Existiam tarefas desempenhadas pelo piloto e por remeiros no interior de um mesmo barco, assim como diferenciações entre as ações executadas pelos remeiros. Um exemplo pode ser vislumbrado quando consideramos a atuação dos proeiros, os quais

precisavam ter experiência, força, destreza e agilidade, em especial nas descidas das cachoeiras. Ainda no microuniverso da canoa, identificamos estratégias para ritmar e compassar as remadas utilizando uma linguagem que era comum ao grupo. Tais estratégias tinham efeito, pois se constituíam a partir de códigos e significados compartilhados e pré-estabelecidos.

Tanto os *jacumaúbas* quando os remeiros eram práticos dos rios, encostas, enseadas que habitavam ou transitavam. Os naturais de regiões costeiras, “remeiros do salgado”, entendiam das correntes marítimas e dos ventos, enquanto os “remeiros de água doce” sabiam circular em rios encachoeirados, com cheias e baixas a depender da época do ano. O mesmo vale em relação aos *jacumaúbas*. Eles eram os peritos da geografia fluvial de onde viviam, o que justificava as trocas de pilotos em viagens longas. Eram homens de certa idade e experiência, respeitados no interior dos barcos e nas povoações. Percorrer um território vasto e heterogêneo como era a Amazônia só era possível recorrendo a sabedorias plurais, detidas principalmente pelos povos indígenas. Isso fazia o naturalista reconhecer que não havia uma só equipe entre os brancos e negros capazes de pôr em movimento as embarcações. Se as relações de poder eram desiguais e a violência uma constante, tornar visível parte dos protagonismos indígenas em mundos passados é um caminho para não perpetuar silenciamentos nos dias em que vivemos.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (Memórias Antropologia)**. Conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (Memórias, Zoologia/Botânica)**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre a Marinha interior do Estado do Grão-Pará, 1787. Manuscrito. Consta anotações: Drummond n° 2. Assinatura autografada. Consta apenas. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN v 1, p 118. CEHB n° 11.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Rio de Janeiro: Kapa Ed., 2007.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá**. Rio de Janeiro: Kapa Ed., 2002.

FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa do Cameté, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. Descrição original 1 des, aquarela, col; imagem 46,0 x 22,0 cm em f. 47,5 x 34,5. Custódia Biblioteca Nacional (Brasil), CDD 981.13, MAP.I,4,02 n°017A – Manuscritos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>

FREIRE, José Joaquim. Prospecto das canoas em que navegaram os empregados da Expedição Filosófica pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e Jauru. [Freire ou Codina], c.1785. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/32, v. 2. Museu Bocage, Lisboa.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (Iconografia – Vol. 1 – Geografia/Antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

## Bibliografia

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. **Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790.** São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841.

ALMEIDA, Gabriela B. **Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e as expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Esboços, Florianópolis**, v. 26, n. 41, p. 84-103, jan./abr., 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO Monique S; MELO, Vanice S. **Pelos sertões “estão todas as utilidades”:** Trocas e conflitos no sertão amazônico (Século XVII). *Revista de História* 162, 1, 13=49, semestre de 2010.

CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica.** Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655). São Paula: Alameda, 2017.

FARIA, Miguel; PATACA, Ermelinda. Ver para crer: a importância da imagem na gestão do Império português no final do Setecentos. **Anais Série História, Universidade Autónoma de Lisboa**, vol. IX-X, 2005.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2016.

FERREIRA, Elias A. C.; VIANA, Wania A. **Canoas de guerra, canoas do sertão:** protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1–23, 2021

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** Vol. 11 (suplemento 1), 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português.** Entre práticas e representações científicas e artísticas. São Paulo: Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo/ Faculdade de Educação, 2015.

POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). **História e Cultura**, Franca, v. 9, n. 1, p. 258-275, 2020.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História de São Paulo**, nº 168, p. 201-243, janeiro/junho de 2013.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Visualidade e Poder.** Ensaios sobre o mundo lusófono, 1770-1840. Campinas: Editora Unicamp (EPUB), 2023.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: PRIORI, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2003.

## “Aquele gente bárbara, inculta e ignorante da lei divina”: estruturas imperiais e linguagens de dominação na Irlanda medieval (séculos XII-XIII)

“This barbarous and uncouth race which is ignorant of divine law”:  
imperial structures and languages of domination in medieval  
Ireland (12<sup>th</sup>-13<sup>th</sup> centuries)

**Luan Morais**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Doutor em História

luanlucas7@hotmail.com

**Recebido:** 28/11/2023

**Aprovado:** 25/07/2024

**Resumo:** O presente artigo objetiva debater e apresentar as estruturas político-culturais de dominação imperial na Irlanda entre os séculos XII-XIII, estabelecidas a partir do processo de conquista da Ilha Esmeralda e sua anexação pelo Império Angevino no final do século XII, naquilo que se convencionou denominar de Senhorio da Irlanda (*Dominium Hiberniae*). Pretende-se aqui demonstrar o caráter imperialista da empreitada iniciada por Henrique II Plantageneta e suas subsequentes implicações, a partir do estabelecimento de instituições, práticas e de uma linguagem de colonização materializada em duas frentes: poder e civilidade. Em última instância, este trabalho busca ainda debater que os fundamentos do Senhorio da Irlanda e seu caráter eminentemente colonial estiveram inscritos aos próprios fundamentos materiais e concretos da categoria de *imperium* no medievo, a saber, aquilo que designava, alternativa e simultaneamente, uma autoridade e um território.

**Palavras-chave:** Irlanda medieval; Imperialismo; Colonialismo.

**Abstract:** This paper aims to debate and present the political-cultural structures of domination in Ireland between the 12th-13th centuries, established through the process of conquest of the Emerald Island and its annexation by the Angevin Empire in 1171, in what is conventionally called Lordship of Ireland (*Dominium Hiberniae*). The aim is to demonstrate the imperialist traces of the campaign initiated by Henry II Plantagenet and its subsequent implications, based on the establishment of institutions, practices and a language of colonization materialized on two fronts: power and civility. Ultimately, this paper also seeks to debate that the foundations of the Lordship of Ireland and its eminently colonial mark were inscribed in the very material and concrete aspects of the category of *imperium* in the Middle Ages, that which designated, alternatively and simultaneously, an authority and a territory.

**Keywords:** Medieval Ireland; Imperialism; Colonialism.

## Conquista, colonialismo e colonização

Em maio de 1853, Engels escreveu uma missiva para Marx relatando algumas observações que havia feito durante uma viagem sua pela Irlanda. Na carta, Engels escreve ao amigo que:

A Irlanda pode ser considerada como a **primeira colônia inglesa** e uma que, por causa de sua proximidade, é governada exatamente da mesma forma antiga. Não pode falhar em notar que **a assim chamada liberdade do cidadão inglês é baseada na opressão das colônias**. (ENGELS, 2022 [1856], p. 93) [Grifos meus]

A afirmação de Engels acerca do caráter exploratório da administração britânica chama a atenção pelo termo empregado: **colônia**. De fato, o interesse de Marx e Engels pela chamada “questão irlandesa” foi algo que sempre mobilizou os escritos e artigos de caráter jornalístico de ambos os autores (MARX; ENGELS, 1971). Engels, por exemplo, escreveu um dos primeiros tratados antropológicos de caráter materialista das ciências humanas, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), analisando, inclusive, a própria condição da imensa massa de operários irlandeses emigrados nos grandes centros industriais do império britânico nas primeiras décadas do século XIX.

Marx, por sua vez, considerava a Irlanda como um espaço central em suas análises do capitalismo britânico, sobretudo, pela lógica de dominação e pelo caráter predatório da administração imperial que, para ele e Engels, tratava-se eminentemente de um modelo colonial. Embora convencidos do aspecto inequivocamente colonialista da relação entre a Irlanda e o império britânico, ainda é possível indagar, mais de 150 anos depois dos escritos de Marx e Engels, quais as implicações que o uso do termo pode trazer em relação à análise concreta da situação histórica envolvendo a Irlanda e a Inglaterra. Afinal, teria sido a Irlanda uma colônia *de facto*? E mais, o conceito é aplicável para épocas outras que não o século XIX, como seria o caso do medievo?

Argumento, sobretudo para este último caso, que o conceito é não somente operacional, mas fundamental para se entender a dinâmica estabelecida desde a época medieval, principalmente a partir de **1171**, entre a Irlanda e seus vizinhos insulares, como a Inglaterra angevina dos séculos XII-XIII. Desse modo, o presente artigo objetiva apresentar os principais aspectos dessa estrutura colonial que, alinhada ao processo de expansão imperialista movido pelo Império Angevino, fundamentou-se, dentre outras maneiras, pela implementação de mecanismos diversos de dominação política, econômica e cultural, com foco na constituição de um léxico imperial expressado por duas frentes de materialização: poder e civilidade.

Entre os anos de 1169-1171, a Irlanda foi palco de diversas campanhas militares encabeçadas por atores diversos, desde mercenários galeses e escoceses, até senhores e magnatas ingleses, que haviam invadido a ilha com o objetivo de angariar rendimentos e assegurar o estabelecimento de novos senhorios no território em questão. Essas campanhas culminaram no desembarque, em 1171, do próprio rei da Inglaterra à ilha, como relatado nos anais irlandeses: “veio à Irlanda Henrique (filho da imperatriz), o mais poderoso rei da Inglaterra e também duque da Normandia e Aquitânia e conde de Anjou e senhor de muitas outras terras, com 240 navios. (De modo que esse foi o primeiro advento dos saxões na Irlanda)” (MAC CARTHY, 1893, p. 171).<sup>264</sup> Com a chegada do rei inglês, foi dado início na ilha a toda uma nova lógica e estrutura social de administração, que ficou conhecida como *Dominium Hiberniae*, o “Senhorio da Irlanda” (1171-1542).

Tais campanhas tiveram como ponto de partida a expulsão e exílio, em 1166, de Diarmait Mac Murchadha (1110-1171), um dos vários reis irlandeses que disputavam internamente o poder político na Irlanda.<sup>265</sup> O rei deposto partiu, então, em busca de auxílio para retornar à Irlanda e reaver os territórios que lhes foram expropriados, chegando até a presença do rei da Inglaterra à época, Henrique II (1133-1189) (VINCENT, 2018a, p. 157-158). O monarca inglês, ao saber da situação do rei exilado, e observando uma potencial oportunidade de garantir algum tipo de controle na Irlanda, teria instruído a “todos os seus vassallos, ingleses, normandos, galeses e escoceses, e **a todas as nações sujeitas ao seu domínio**” (WRIGHT, 1913, p. 185) [Grifo meu],<sup>266</sup> que recebessem amistosamente Diarmait, dizendo-lhes o seguinte: “quem quer que deseje, a partir dos limites da nossa amplidão, oferecer auxílio para a restituição a um homem e fiel nosso, que saiba que obterá tanto a nossa graça quanto a permissão para tal” (WRIGHT, 1913, p. 186),<sup>267</sup> como registrou Geraldo de Gales (c. 1146 – c. 1223) em sua

---

<sup>264</sup> No original em latim: “Uenit in Hiberniam Henricus mac na Peirisi, potentissimus rex Angliae et idem Dux Normannie et Aquitanie et comes Andegauue et aliarum multarum terrarum dominus, cum ducentis quadraginta nauibus. Comadh esin primus aduentus Shaxanach in Hiberniam.” (MAC CARTHY, 1893, p. 170).

<sup>265</sup> Historicamente, a Irlanda nunca foi compreendida politicamente como um reino organizado e único no período medieval, não pelo menos até a instituição do Senhorio da Irlanda em 1171, após as guerras de conquista (1169-1171). Paradoxalmente, antes da invasão angevina, a Ilha da Irlanda sempre foi populada por vários reis. Segundo Francis J. Byrne, o número de reis nunca esteve abaixo de 150, desde o século V até o XII (BYRNE, 2001, p. 7), o que pode ser visualizado nas crônicas e nos anais irlandeses, como é o caso dos Anais de Ulster [*Annala Uladb*], que menciona vários reis pertencentes à dinastia dos Dál Fiatach, grupo dinástico dominante em Ulster durante os séculos V e XIII (HENNESSY, 1887).

<sup>266</sup> No original em latim: “Henricus, rex Angliae, dux Normannie, et Aquitannie, et comes de Andegaviae, uniuersis fidelibus suis Anglis, Normannis, Walensibus, et Scottis, cunctisque nationibus suae ditioni subditis [...]” (DIMOCK, 1867, p. 227).

<sup>267</sup> “Unde et quisquis ei, de amplitudinis nostrae finibus, tanquam homini et fidei nostro, restitutionis auxilium impedere uoluerit, se nostram ad hoc, tam gratiam noverit quam licentiam obtinere.” (DIMOCK, 1867, p. 228).

*Expugnatio Hibernica* (c. 1189).<sup>268</sup> Nos trechos acima, Geraldo estaria reproduzindo o conteúdo de alguns forais que o rei inglês teria emitido para seus vassallos, dando ênfase à vastidão e à dimensão dos domínios controlados pela coroa inglesa, denotando a mobilização de uma linguagem imperial cuja ênfase manifestou-se em escritos como os do cronista e clérigo galês.

Em um outro relato de finais do século XII, a *Geste des Engleis en Yrlande*, uma crônica em verso escrita cerca de uma década após a conquista da Irlanda,<sup>269</sup> lê-se que Diarmait teria se dirigido a Henrique II, apelando ao monarca e rogando a Deus para que concedesse ao rei “a coragem e o desejo e a vontade de / vingar minha vergonha e minha tristeza, / as quais meu próprio povo trouxe sobre mim!” (MULLALLY, 2002, p. 60, vv. 275-278).<sup>270</sup> Diarmait teria ainda se colocado à total disposição de Henrique, dizendo-lhe:

**Venho apelar a ti, justo senhor, / perante os barões do teu império. / Me tornarei teu vassallo / enquanto viver, / contanto que vós me ajudeis, / para que eu não perca tudo. / Eu o chamarei de amo e senhor / na presença dos teus barões e condes.** (MULLALLY, 2002, p. 60, vv. 284-291) [Grifos meus]<sup>271</sup>

Ora, nesse trecho em particular, é possível destacar os seguintes termos utilizados na crônica e proferidos por Diarmait em relação ao monarca inglês: **“vassallo”** (*liges home*, v. 286), **“senhor”** (*sire; seignur*, v. 290) e, principalmente, **“império”** (*empire*, v. 285). Como apontado por Séan Duffy, uma das interpretações mais convencionais acerca do processo de conquista da Irlanda era aquela que a considerava como um “acidente imprevisto”, retratando as ações de Diarmait como o resultado

---

<sup>268</sup> Doravante, *EH*. O texto de Geraldo é uma das únicas fontes contemporâneas ao processo de conquista da própria Irlanda, sendo composta por volta de 1189, e cujo objetivo é narrar os principais acontecimentos que levaram à invasão da ilha, como as campanhas militares, os embates travados entre os irlandeses e os invasores e a chegada do rei inglês. A *EH* culmina, ao final, no relato da expedição do filho mais novo de Henrique II, João, futuro rei da Inglaterra, realizada em 1185, a qual Geraldo acompanhou *in loco*.

<sup>269</sup> Doravante, *GE*. Junto da *EH* de Geraldo de Gales, a *GE* foi possivelmente escrita na década final do século XII, por volta de 1190. Trata-se de um texto que narra as campanhas de invasão e conquista da Irlanda, atualmente preservado em único manuscrito, incompleto, datado de finais do século XIII, o MS Carew 596, no *Lambeth Palace Library*, em Londres. A *GE* foi escrita em anglo-normando, utilizando a métrica do verso octossilábico, comuns tanto às crônicas vernaculares e aos *romans* escritos durante a Idade Média Central, e contém em seu estado fragmentário 3.457 versos. Graças à ausência do primeiro fólio do manuscrito, em que provavelmente estariam contidos 148 versos apresentando as características gerais, os objetivos e, possivelmente, informações acerca da autoria do texto, pouco se sabe de quem o compôs, bem de como de seus patronos ou patronas. Curiosamente, e em contraponto à narrativa de Geraldo de Gales, o texto da *GE* ficou desconhecido até o século XVII, ganhando sua primeira edição apenas no século XIX, realizada por Goddard Henry Orpen, sob o título *The song of Dermot and the earl* (1892).

<sup>270</sup> No original, em francês antigo: “quer e curage e talent / ma hunte venger e ma peïne / que fet me unt ma gent demeine !

<sup>271</sup> « A vus me venc clamer, bel sire, / veãns les baruns de tun empire. / Ti liges home devendrai / tut jors mes que viverai, / par si que mai sêez aidant, / que ne sei del tut pendant. / Tei clamerai sire e seignur, / vëant baruns e cultur. »

advindo da contratação de mercenários estrangeiros aleatórios para recuperar as terras que lhes foram tomadas (DUFFY, 1997, p. 59).

Entretanto, ainda segundo Duffy, interpretar tal fenômeno univocamente nos termos acima seria ignorar sumariamente os relatos apontados tanto no texto de Geraldo quanto na *GE*. Não apenas os fatos narrados e a linguagem de poder/império presentes em ambas as fontes, mas também as próprias realizações concretizadas por Henrique II e seus sucessores em relação ao Senhorio da Irlanda, autorizam uma interpretação que leve em conta a intencionalidade e a agência efetiva dos monarcas ingleses em consolidar seu poderio na Irlanda. No entanto, é preciso alertar para o cuidado “ao usar esses textos, pois ambos foram escritos com o benefício de uma considerável retrospectiva, ambos descrevem eventos da perspectiva dos invasores e ambos procuram justificar a conquista inglesa” (DUFFY, 1997, p. 59).<sup>272</sup>

Outras passagens da *GE* são de particular interesse para a discussão em torno do fundamento colonial do Senhorio da Irlanda. É esse o caso de um trecho em que Diarmait, por meio de cartas, se dirige aos possíveis interessados em se unirem a ele nas vindouras guerras de conquista:

Por todos os lados o rei [Diarmait] se dirigiu a / condes, barões, cavaleiros, / escudeiros, homens de armas, soldados comuns, / homens a cavalo e soldados de infantaria: / **‘Se alguém deseja ter terras ou dinheiro,** / cavalos, equipamentos ou encargos, / ouro ou prata, **darei a ele / pagamento muito generoso; / se alguém quiser terra ou pasto,** / eu o oferecerei generosamente: / **também lhe darei abundância / de gado e um rico feudo.’** (MULLALLY, 2002, p. 64, vv. 427-438) [Grifos meus]<sup>273</sup>

<sup>272</sup> Outros autores defendem que a intencionalidade das ações de Henrique II em relação à invasão e conquista da Irlanda é anterior aos eventos da conquista em 1171, argumentando, como Duffy, que o rei inglês teria planejado uma campanha de anexação da Irlanda pouco tempo após subir ao trono, em 1155. Em 29 de setembro do referido ano, foi convocado um conselho real na cidade de Winchester, de modo a decidir os planos do rei para a Irlanda. Argumenta-se que rei pretendia dar o território irlandês ao seu irmão mais novo, Guilherme (1136-1164), tendo sido dissuadido por sua mãe, a imperatriz Matilda (1102-1167), para que desistisse da empreitada e se concentrasse nos assuntos domésticos da Inglaterra (BARLOW, 1999, p. 238-239); (CARPENTER, 2003, p. 218); (HOSLER, 2007, p. 70). Colin Veach, ao debater o assunto da suposta natureza “culposa” da conquista, argumenta que “o problema desta interpretação é que ela estabelece uma **falsa dicotomia** entre a construção de um império e o oportunismo. Os impérios – antigos, medievais e modernos – expandiram-se frequentemente conforme o acaso permitiu, apoiando-se em ideologias pré-existentes ou criando justificações *ex post facto*, conforme necessário. Em outras palavras, o momento da expedição de Henrique em 1171 pode ter sido fortuito, mas a sorte favorece o providente. **Em vez de tropeçar numa conquista que não procurava, Henrique já tinha trabalhado durante mais de uma década para aproveitar os sentimentos crescentes (ou ressurgentes) de superioridade religiosa e cultural que fortaleceram conquistas como a sua em toda a Europa**” (VEACH, 2018b, p. 2) [Grifos meus].

<sup>273</sup> « Les brefs le rei Dermot / que li rei partunt mandout ; / cuntes, baruns, chevalers, / vallez, serjanz, soudeiers, / gent a cheval e a pé / ad li rei partut mandé : / ‘Que tere vodra u deners, / chevaux harneis u destrers, / or e argent, lur frai doner / livereson asez plener. / Que tere u herbe voidra aver, / Richement les frai feffer ; Asez lur durrai ensemment / estor e riche feffement.’ »

Novamente, a linguagem de poder apresenta-se de modo inequívoco, sobretudo manifestada pela promessa – e garantia – de que Diarmait honraria os compromissos firmados com seus companheiros de armas, a partir da afirmação de que doaria ricos feudos (*riche fiffement*, v. 438), destinados a habitação, exploração e cultivo pelos novos colonos (*Que tere u herbe voidra aver*, v. 435). Ora, o termo *herbe*, utilizado nesse contexto, remete diretamente a alguns dos sentidos exprimidos pela ideia de “colônia” aplicados à realidade medieval: o de exploração e lavoura da terra.

Embora o termo *colonia* não tenha sido empregado por nenhuma fonte medieval para se referir à Irlanda, é inegável que seu duplo sentido – cultivo como “lavoura” e como “civildade” – encontrou expressões incontornáveis quando da imposição do aparato imperial e burocrático do Senhorio da Irlanda no século XII. Desse modo, a atenção e a procura do medievalista por um “vocabulário colonial” em suas fontes, longe de quixotesca, anacrônica ou irrealizável (CROOKS, 2022, p. 63), pode ser executada mediante a mobilização de um léxico imperial, cujas expressões podem se manifestar a partir de suas linguagens de poder e civildade (CROOKS, 2022, p. 63), que serão o foco do presente artigo.

Como apontado por Andrea Ruddick, Peter Crooks e Jackson Armstrong, o uso de conceitos extemporâneos à época em que são aplicados remete a uma discussão importada de outras áreas das ciências sociais acerca das diferentes posturas assumidas em uma pesquisa. Notadamente, as chamadas perspectivas **ênica**, que se dedica ao exame das estruturas **internas** e **nativas** de conceituação das estruturas sociais; e a **ética**, cujo foco de análise é redirecionado do objeto investigado àquele que investiga, ou seja, uma abordagem **externa** (ARMSTRONG; CROOKS; RUDDICK, 2022, p. 8-9).

No caso da História e, mais especificamente, da medievalística, são cada vez mais correntes as aproximações e as abordagens signatárias da perspectiva ênica, cabendo à lavra de um intelectual da academia francesa, Alain Guerreau, uma de suas mais ferrenhas defesas (GUERREAU, 1980; 2001). Para Guerreau, a importação de categorias alheias ao medievo representa “a negação radical de qualquer evolução endógena deste sistema” (GUERREAU, 2001, p. 26), visto que a “fratura epistemológica” trazida pelas Luzes no século XVIII (GUERREAU, 1980), teria impossibilitado qualquer mobilização de conceitos e categorias produzidas fora da moldura histórica e da cosmovisão medievais.

No entanto, de modo a superar as perspectivas elencadas – reducionistas, cada uma ao seu modo –, pode-se falar em uma outra via analítica: a perspectiva dialética, responsável por enfatizar a

“natureza processual, relacional e contraditória da comunicação intercultural” (MARTIN; NAKAYAMA, 2007, p. 72). Simplificando: ainda que um conceito não tenha sido cunhado na época histórica que se pretende aplicá-lo, isso não invalidaria sua mobilização para a referida temporalidade. Ora, sob o risco de se cair em uma análise puramente hermenêutica da documentação – ou seja, compreendê-la univocamente em sua racionalidade particular – é certo que não se pode confundir o “discurso” da autoridade enunciante como sendo o veículo de expressão unívoca da realidade em questão, de modo a assumir, temerariamente, a existência de um privilégio ontológico dos indivíduos pertencentes a cada contexto em que analisarem a época em que viveram ou mesmo o que foram capazes de produzir acerca da mesma.<sup>274</sup>

Afinal, mesmo que determinados termos não apareçam explicitamente nos documentos manuseados e criticados, tal fato não constituiria um impeditivo de análise *a priori*. Desse modo, o retorno aos “clássicos” se faz necessário, pois Marc Bloch já havia comentado, brilhantemente, que:

Nada mais difícil para um homem do que se exprimir a si mesmo. [...] Para resumir, **o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica.** [...] Decerto, por mais incompleta que em geral seja a aderência, os nomes dizem respeito, apesar de tudo, às realidades de uma influência forte demais para permitir um dia descrever uma sociedade sem que seja feito um largo emprego das palavras, devidamente explicadas e interpretadas. [...] **Estimar que a nomenclatura dos documentos possa bastar completamente para fixar a nossa seria o mesmo, em suma, que admitir que nos fornecem a análise toda pronta.** A história, nesse caso, não teria muito a fazer. Felizmente, para nossa satisfação, não é nada disso. Eis por que somos obrigados a procurar em outro lugar nossas grandes estruturas de classificação. (BLOCH, 2002, p. 141-142) [Grifos meus]

Desse modo, a discussão realizada acima é relevante, sobretudo, quando se considera que o vocabulário colonial mencionado faz referência, para os fins aqui objetivados, a um **processo violento** de “intervenção militar por um poder externo, a **rotinização burocrática** da autoridade metropolitana e uma **construção racializada da diferença**”<sup>275</sup> (CROOKS, 2022, p. 62, grifos meus). Tal processo é aqui interpretado como uma **colonização**, sendo compreendida nos termos de:

[...] movimentos populacionais em que os migrantes mantêm uma forte ligação com o Estado de residência anterior de seus ancestrais e, com isso, ganham **privilégios significativos** sobre outros habitantes do novo território, seja desapropriando-os

<sup>274</sup> Acerca das questões epistemológicas envolvendo as perspectivas citadas nos estudos medievais, conferir a entrevista realizada por Caio Féo e Caio Schechner com Mário Jorge da Motta Bastos, *As limitações da perspectiva êmica* (2022).

<sup>275</sup> Acerca dessa última característica, consultar o recente e elucidativo artigo de Maeve Callan, “A savage and sacrilegious race, hostile to God and humanity”: religion, racism, and Ireland’s colonization (2023).

totalmente ou instituindo **estruturas legais** e outras que sistematicamente desfavoreçam esses habitantes anteriores. (HOWE, 2002a, p. 12) [Grifos meus]

Já o par da colonização, o **colonialismo**, pode ser definido como sendo o “conjunto de sistemas políticos que envolvem **conquista e domínio por um Estado sobre outros territórios anteriormente independentes e geralmente distantes**” (HOWE, 2002a, p. 12) [Grifo meu]. Ora, se a complexa estruturação do Senhorio da Irlanda desde a sua formação no século XII até o seu fim em 1542 foi primordialmente estabelecida a partir do controle e da partilha de terras – inicialmente pela própria coroa inglesa –, é possível encontrar na documentação que seguiu o lastro da conquista uma **linguagem imperial** manifestada nas frentes do **poder** e da **civilidade**. Linguagens essas que, coevas, expressam uma síntese dos elementos que podem caracterizar qualitativamente os fenômenos de colonização e colonialismo aplicados à situação histórica da Irlanda a partir de 1171.

A natureza do colonialismo, seja qual for a sua expressão ou manifestação histórica, é **sempre** espoliativa. No caso do medievo, não haveria porque ser diferente. Em que pese suas variantes geopolíticas, temporais e particulares, é um fenômeno histórico calcado na produção de mecanismos de exploração e na reprodução das complexas estruturas que os constituem. Para Joe Cleary, e aqui subscrevo a sua posição, “nenhum **materialista histórico** poderia se contentar em colocar a questão de saber se a Irlanda era uma colônia simplesmente no nível dos sistemas de representação” (CLEARY, 2004, p. 109 [Grifo meu]). Afinal, os motivos pelos quais importa conhecer as razões desse reconhecimento dialético das possíveis “identidades coloniais” não são encerrados objetivamente quando da correlação automática entre o discurso produzido acerca de uma determinada realidade e aquilo que é confundido como sendo sua própria manifestação objetiva (DOSSE, 1999, p. 264). Cleary fornece um exemplo bastante didático em sua argumentação, a saber:

O fato de os camponeses da Europa medieval não pensarem conscientemente em si mesmos como vivendo em um sistema feudal não diminui em nada o valor teórico do termo “feudalismo”. Da mesma forma, o valor teórico do termo “colonialismo”, que historicamente emerge como uma racionalização conceitual do domínio ultramarino europeu e só mais tarde como parte de uma crítica de oposição mais ampla desse empreendimento, nunca pode ser reduzido a basear-se simplesmente na consciência subjetiva do colonizado. (CLEARY, 2004, p. 109)

Logo, uma percepção unívoca, como aquela que emana do exame objetivo da documentação e que não a contamina com uma “hiperteorização” presentista de modo a deformar os significados nela contidos, seria, no melhor dos cenários, “encorajar um estado infeliz de inocência teórica ou conceitual” (CROOKS, 2022, p. 60). Portanto, onde, então, procurar o “vocabulário colonial”

mencionado no início deste tópico e quais seriam os indícios das linguagens imperiais – poder e civilidade – a serem encontrados na documentação de época referente ao contexto irlandês tanto pré, e, principalmente, no pós-conquista de 1171? Essas e outras questões serão endereçadas nas linhas a seguir.

## As estruturas imperiais: territorialização do poder e o *imperium* dos angevinos

Para fins de entendimento, a estrutura colonial do domínio angevino sobre a Irlanda se manifestou e foi sustentada, sobretudo, pela lógica inerente ao poder senhorial na Idade Média: a sua **territorialização**. Ora, se, como disse Milton Santos, “é o uso do território, e não o território em si que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1998, p. 15), depreende-se que este mesmo território pode ser compreendido para além da simplificação automática de “ambiente geográfico”, ampliando-se o escopo de análise para a reflexão de que o território é, também, o palco físico-natural do ser social. Portanto, há que se considerar que esse é um espaço social, humanamente ocupado e produtor de objetos e de ações (SANTOS, 1998). Desse modo, se o território pressupõe o conjunto das relações sociais estabelecidas em um determinado espaço e contexto, é possível supor que sua existência e materialização comportam o exercício de um poder político que, no caso medieval, manifestou-se por intermédio de meios coercitivos, efetivos e concretos de dominação.

É possível, então, compreender o processo de invasão e subsequente conquista da Irlanda como a expressão de uma **territorialidade da ação e do poder**, afinal, “nenhum poder político realiza-se apenas abstratamente” (MENEZES, 2021, p. 73), precisamente por requisitar determinados “meios impositivos e concretos de realização” (MENEZES, 2021, p. 73). Desse modo, o complexo sistema importado e aplicado à realidade irlandesa pela pelo Império Angevino pode ser enquadrado como o resultado prático da expansão do regime senhorial (BERNARDO, 1995, p. 173-176), em particular, aquele irradiado pela estrutura imperial controlada pelos angevinos. Dessa forma, a “territorialidade da ação” no medievo pode ser compreendida sobre o prisma de que o:

[...] território é poder, é a concreção geográfico-material das contradições sociais [...]. pensar território é ponderar o exercício de um poder político em um dado espaço, que o singulariza. [...] O aspecto da geopolítica feudal é rigorosamente importante na medida em que a reprodução social do poder senhorial depende, em níveis diversos, de sua capacidade de fazer-se autoridade sobre amplos espaços, tornando a configuração geopolítica desse poder um ponto chave dessa reprodução social. Em outras palavras, **o poder senhorial concretiza-se, sistematicamente,**

sob coletivos de homens e mulheres, não individualmente. (MENEZES, 2021, p. 74) [Grifos meus]

Por exemplo, a obtenção de novas terras, novas rendas e novos servos foi indispensável à manutenção e reprodução da condição dos magnatas e colonos invasores como senhores.<sup>276</sup> Afinal, sua participação nas guerras de conquista e os ganhos substanciais que delas vieram, incorporaram um dos elementos intrínsecos à lógica de reprodução do regime senhorial e de frações da sua classe dominante – nesse caso, a alta aristocracia –: os **conflitos** e a **guerra** como os meios de expansão material e objetiva de seus patrimônios (MENEZES, 2019, p. 110-111).<sup>277</sup> Portanto, a preocupação com a terra, unidade produtiva de todo e qualquer senhorio, bem como sua instrumentalização para territorialidade da ação acima descrita, encontrou no contexto irlandês ao final do século XII e no binômio **colônia-império** suas respectivas formas de manifestação e expressão sociohistóricas.

Diversos cronistas que habitaram a corte angevina durante o reinado de Henrique II – escrevendo contemporaneamente ou pouco após sua morte – fizeram questão de relatar em seus escritos algumas das particularidades irlandesas, destacando, por exemplo, o fato da Irlanda nunca ter sido uma província romana; ou descrevendo características peculiares de seu espaço natural e de seus habitantes – Guilherme de Newburgh (c. 1136?- c. 1198?), além de comentar acerca do caráter de seus clérigos e de toda a sorte de “más práticas” por lá reproduzidas, por exemplo – Roger de Howden (c. 1169-1202). Logo, é preciso discutir a própria ideia de **império** que alimentou essas respectivas expressões históricas no contexto irlandês.

---

<sup>276</sup> Em relação à complexidade e a necessidade de ocupação efetiva dos territórios conquistados em virtude da implantação do novo senhorio angevino na Irlanda, é válido salientar que, dentro de uma lógica colonial, “o povoamento de territórios ‘vazios’ e a exploração e ocupação mais intensivas de terras relativamente subdesenvolvidas poderiam ser realizadas sem fortificação” (COULSON, 2003, p. 224). No entanto, e o caso aqui estudado é paradigmático disso, “a peculiaridade medieval era associar a panóplia arquitetônica de fortificação tão estreitamente ao poder governamental que a jurisdição e o encastelamento eram quase inseparáveis” (COULSON, 2003, p. 205), posto que Henrique II procurou alocar seus barões em pontos estratégicos da Irlanda recém-conquistada, como narrado na *GE* (MULLALLY, 2002, p. 122-123, vv. 2711-2714; vv. 2723-2730) e na *Chronica* de Roger de Howden (STUBBS, 1869, p. 34).

<sup>277</sup> Isso pode ser melhor observado ao se analisar processo de encastelamento das terras conquistadas nas décadas seguintes à conquista, em que as estruturas castelares da Irlanda após 1171 foram construídas com uma notável influência de modelos derivados da França e da Inglaterra, ambas sob dominância angevina. Tadhg O’Keeffe comenta que a lógica da construção dos castelos irlandeses no pré e pós-invasão pode ser analisada, do ponto de vista de geográfico, de “fora pra dentro” e, do ponto de vista político, “de dentro pra fora” tomando como conceitos centrais “centro” [core] e “periferia”, os quais se referem a espaços de irradiação cultural e arquitetônica como os supracitados, de modo que “os centros, se devem ser considerados reais, só podem ser compreendidos a partir das periferias” (O’KEEFFE, 2021, p. 25). Para O’Keeffe, mudanças significativas ocorreram na organização sociopolítica da Irlanda, como foi o caso do abandono da construção dos fortes-anelares [*ringforts*] característicos da paisagem irlandesa e a subsequente reutilização de algumas fortalezas senhoriais já existentes como os novos centros de poder da nova estrutura e administração colonial, voltada, por sua vez, à cobrança de taxas (O’KEEFFE, 2021, p. 58-59).

Que se tome de exemplo a definição prática mobilizada por Leandro Rust para lidar com uma outra estrutura imperial no contexto medieval, o Império Carolíngio. Para Rust, falar neste último significa mobilizar, simultaneamente, um conjunto de referenciais que remetem “à uma medida convencional de tempo e de espaço” (RUST, 2021, p. 58), que, no caso dos carolíngios, abrangeu os anos de 800 a 888. Em relação ao chamado Império Angevino, os marcos cronológicos podem ser estipulados entre os anos de 1154-1214.<sup>278</sup> Em termos espaciais, o Império Angevino compreendia, no contexto insular, o reino da Inglaterra, o Oeste do País de Gales, e a costa Leste da Ilha da Irlanda. Na Europa continental, abarcou os ducados da Normandia e da Aquitânia e os condados de Anjou e Maine, que correspondem, respectivamente, ao Noroeste, Sudoeste e Sul da atual França. Para Nicholas Vincent, tal complexo territorial caracterizou-se na “mais extensa propriedade fundiária reunida por qualquer dinastia de língua francesa desde o colapso do império de Carlos Magno” (VINCENT, 2022, p. 4).

Logo, seria possível conceber tal estrutura a partir de uma concepção “híbrida” de império, comum ao contexto centro-medieval, como um poder hegemônico manifestado sobre um ou vários territórios, aliado à mobilização de elementos simbólicos romanos e carolíngios, de tal maneira que “essa demonstração chegou a tempo de apoiar um projeto político não só de hegemonia, mas também de supremacia” (MADELINE, 2017, p. 181). Portanto, após desembarcar na Irlanda em 1171, Henrique II acabou por consolidar não apenas uma “linguagem imperial”, mas toda a sua estrutura, pois, ao anexar a Irlanda à vasta extensão de terras sob seu domínio, o monarca concretizou materialmente os fundamentos do próprio conceito de *imperium* no medievo, a saber, aquilo que designava “ao mesmo tempo, ou alternativamente, **uma autoridade e um território**” (MADELINE, 2017, p. 180) [Grifo meu]. Dessa forma, me inclino à historiografia que compreende o valor heurístico e analítico da categoria de “império” aplicada à Idade Média.<sup>279</sup> Consequentemente, compreende-se ainda essa configuração social como um:

Um grande órgão político que governa territórios fora das suas fronteiras originais. **Tem um território central cujos habitantes geralmente continuam a formar o grupo étnico dominante, e uma extensa periferia de áreas dominadas, geralmente adquiridas por conquista**, mas por vezes, especialmente no mundo

<sup>278</sup> Iniciando-se, respectivamente, com a coroação de Henrique II e findando-se, para alguns autores, como John Gillingham (2001) e Martin Aurell (2003), em 1214, com a derrota do rei João I da Inglaterra na Batalha de Bouvines e a perda dos territórios continentais da coroa inglesa para Filipe II da França, como foi o caso do ducado da Normandia.

<sup>279</sup> Como visto nas obras de Jean Le Patourel (1976; 1984); de R. R. Davies (2000); John Gillingham (2001; 2013); Martin Aurell (2004) e Judith Everard (2004). Longe de haver um consenso historiográfico acerca do emprego da categoria “império” para a Idade Média, este trabalho se embasa, sobretudo, nas supracitadas referências, visto que fugiria ao escopo do artigo tecer uma longa discussão em torno dessa polêmica teórica dentro dos estudos medievais.

medieval, a expansão ocorre através do casamento misto de famílias governantes de Estados anteriormente independentes. (HOWE, 2002b, p. 14 [Grifo meu])

A definição acima, fornecida por Stephen Howe, é operacional na medida em que, segundo John Gillingham, auxilia na compreensão do fato de que os territórios centrais do Império Angevino, bem como suas possessões periféricas, foram estabelecidos a partir de uma tripla configuração: herança, casamento e conquista (GILLINGHAM, 2016, p. 199-203). Aqui interessam, particularmente, os territórios na periferia do império, obtidos via conquista militar, como Gales (1165), Bretanha (1166), Irlanda (1171) e Escócia (1174) (GILLINGHAM, 2016, p. 202-203). Com base nessa disposição territorial, e valendo-se da tripla configuração que possibilitou a anexação desses espaços ao núcleo central daquilo que se convencionaria chamar de Império Angevino – e, portanto, o exercício de territorialidade da ação e do poder senhorial desse “órgão político” –, é válido, para fins analíticos, que essa estrutura possa consistir e ser compreendida em termos de um:

[...] sistema político dominante (às vezes chamado de metrópole) e sistemas políticos subordinados (periferias ou colônias). Além disso, [que] uniram-se não por meio de uma federação voluntária (ou supostamente voluntária), mas por iniciativa do que se tornou assim a entidade política metropolitana, muitas vezes por intermédio de algum tipo de conquista armada. (REYNOLDS, 2006, p. 152)

A definição acima, sugerida por Susan Reynolds, em conjunto às outras duas propostas por Fanny Madeline e Stephen Howe podem ajudar no exame e na análise das evidências localizadas acerca da “ideia de império” na documentação de época. Por exemplo, uma demonstração evidente desse projeto imperial pode ser encontrada na *TH* de Geraldo de Gales. Nela, o clérigo galês chama Henrique II de “nosso Alexandre Ocidental” (GERALD OF WALES, 1982, p. 140),<sup>280</sup> mencionando a magnitude de suas conquistas, que se estendiam “desde os montes Pireneus até os confins Ocidentais e extremos do oceano setentrional” (GERALD OF WALES, 1982, p. 140).<sup>281</sup> Geraldo narra que o poderio de Henrique era tamanho que:

Se procurarem os limites de tuas expedições, **antes faltará o mundo do que aparecerá o fim**. Pois ao peito corajoso podem faltar terras, mas não sabem faltar vitórias; e os triunfos não poderão faltar, apenas a matéria sob a qual triunfar. (GERALD OF WALES, 1982, p. 140) [Grifos meus]<sup>282</sup>

<sup>280</sup> “[...] Alexander noster occidentalis [...]” (DIMOCK, 1867, p. 189).

<sup>281</sup> “[...] cum a Pirenaeis montibus usque in occiduos et extremos borealis oceani fines.” (DIMOCK, 1867, p. 190).

<sup>282</sup> “Si excursuum tuorum metae quaerantur, prius deerit orbis quam aderit finis. Animoso quippe pectori cessare possunt terrae, cessare nesciunt victoriae; nec deesse poterunt triumphandi.” (DIMOCK, 1867, p. 190).

Ainda segundo o relato de Geraldo, atraídos por uma espécie de magnetismo solar emanado pelo rei inglês e “atônitos pelo fulgurante brilho de vossa chegada, os governantes Ocidentais, tal como pássaros atraídos por uma fonte de luz, imediatamente submeteram-se à sua **autoridade** [*imperium*]” (GERALD OF WALES, 1982, p. 140 [Grifo meu]).<sup>283</sup> Ora, a ideia de submissão levantada por Geraldo, em conjunto ao termo empregado pelo autor para se referir à força e à autoridade expressadas pelo rei da Inglaterra – *imperium* –, é signatária de uma mobilização da linguagem imperial de **poder**, cujas tradições históricas e conceituais – como no caso de autores como Beda (c. 673-735) – davam sentido à noção de “império”.

Para Fanny Madeline, a ideia de império disponível aos escritores centro-medievais e aqui mobilizada – aquilo que indica simultânea e alternativamente uma autoridade e um território –, bem como sua “linguagem”, é também “a compreensão de *imperium* que encontramos em Beda, quando ele descreve as tentativas dos reis anglo-saxões de unificar a Grã-Bretanha, e entre os escritores medievais de forma mais geral, quando expressam em termos bíblicos o poder dos reis não-romanos” (MADELINE, 2017, p. 180).

Portanto, os territórios controlados por Henrique II seriam, de acordo com a argumentação exposta e discutida até aqui, um “império”, denotando a **hegemonia** e mesmo a **supremacia** dos angevinos em relação aos vastos domínios assegurados pelo rei. Observa-se ainda a preocupação que alguns autores tiveram em apresentar corretamente as possessões territoriais angevinas, em mais uma das expressões da linguagem imperial veiculada durante o período de existência do império, especialmente em seu sentido de **autoridade hegemônica** (MADELINE, 2017, p. 188).<sup>284</sup> Nas localidades sob sua esfera de dominação, que aqui optei por denominar e identificar sob a rubrica de **colônia**, foram construídos mecanismos que impulsionaram a produção e reprodução de formas societárias de domínio político, econômico e cultural.

---

<sup>283</sup> “[...] Qualiter fulguranti adventus vestri lumine attoniti, occidentales reguli, tanquam ad lucubram aviculae, ad vestrum statim imperium convolaverint.” (DIMOCK, 1867, p. 190).

<sup>284</sup> É o caso, por exemplo, contido em um dos poemas de Chrétien de Troyes (c. 1135 – c. 1191). Em seu *Érec et Enide* (c. 1170), possivelmente comissionado pelo próprio Henrique II (SCHMOLKE-HASSELMANN, 1998; AURELL, 2007; BUSBY, 2017), Chrétien narra uma celebração realizada pelo rei Artur, em que mimetiza certos elementos que seriam reconhecíveis tanto ao monarca quanto à audiência angevinos: se fala da presença de uma aristocracia normanda, bretã, escocesa e irlandesa, além convidados e autoridades que viam de Gales, Maine, Anjou e Poitou, todas possessões, à época da circulação do poema, sob a esfera de influência e/ou domínio do Império Angevino (CHRÉTIEN DE TROYES, 1994, vv. 6639-6649). A autoria da GE, por sua vez, ao se referir ao monarca inglês, escreve que Henrique II, à época da conquista da Irlanda (1171), já era duque da Normandia e senhor da Gasconha, Bretanha, Poitou, Anjou e Maine (MULLALLY, 2002, p. 121-122, vv. 2679-2684).

Desse modo, valendo-se dos elementos teóricos que autorizam o estudo dos problemas aqui levantados a partir do binômio conceitual **colônia-império** mobilizado, que se faça, então, o exame desse léxico imperial e do primeiro tipo de linguagem colonial por ele requisitado e que foi concernente à realidade irlandesa medieval: a de **poder**.

### Linguagens de dominação e o léxico imperial: poder e civilidade

No texto da *TH*, Geraldo de Gales antecipa alguns dos temas a serem melhor elaborados em sua *EH*, como é o caso das conquistas militares de Henrique II e da narrativa de como “o mundo irlandês foi adicionado aos vossos títulos e triunfos; com quanta e quão louvável virtude vós penetrastes os segredos do oceano e os ocultos depósitos da natureza” (GERALD OF WALES, 1982, p. 140).<sup>285</sup> Segundo o cronista, a força e o poderio do rei inglês só seria comparável à sua “misericórdia e clemência louvável (dignas de memória perpétua e de exemplo)” (GERALD OF WALES, 1982, p. 141),<sup>286</sup> que Henrique II “tendo subjugado com admirável virtude os montes dos soberbos e altivos, e triunfado sobre os inimigos por toda parte, te mostraste rei e vencedor sobre reis e príncipes derrotados” (GERALD OF WALES, 1982, p. 141).<sup>287</sup>

Aqui, Geraldo demonstra, mais uma vez, a amplitude dos poderes e conquistas atribuídos ao monarca inglês, pois mesmo após ter subjugado seus inimigos e tê-los dobrado à sua autoridade, Henrique II os teria tratado com a devida justiça e com o respeito que suas posições requeriam. Firme, porém não tirânico, o rei Plantageneta imprimiu a concretização de seu poderio imperial mediante a conquista e anexação de territórios estratégicos, como no caso da Irlanda, expressados por meio de uma linguagem específica que indicaram, segundo o relato de Geraldo de Gales e outros cronistas dos séculos XII-XIII, as formas **corretas** de se realizar tal empreendimento.

É Geraldo, novamente, quem atesta o poder imperial representado por Henrique II ao afirmar, categoricamente, que o rei logrou êxito em suas campanhas ao ter agido “verdadeiramente como um rei e um conquistador, governando sua coragem com virtude e vencendo sua ira com temperança”

---

<sup>285</sup> “Qualiter igitur titulis et triumphis vestris Hibernicus orbis accessit: quanta et quam laudabili virtute, oceani secreta, et occulta naturae deposita transpenetraveris.” (DIMOCK, 1867, p. 190).

<sup>286</sup> “Quantam misericordiam, et quam laudabilem in principe et capitaliter offenso rege clementiam, perpetuaque memoria et exemplo dignissimam [...]” (DIMOCK, 1867, p. 190).

<sup>287</sup> “[...] superborum et sublimium collis mira virtute calcatis, et hostibus ubique triumphatis, in reges et principes victos rex et victor exerceis.” (DIMOCK, 1867, p. 190).

(GERALD OF WALES, 1982, p. 141).<sup>288</sup> Em relação à conquista da Irlanda e a submissão desta à nova lógica imperial de colonização e subordinação, lê-se em alguns dos relatos pós-1171 como o processo foi registrado pelos cronistas e demais intelectuais já inseridos e assimilados à estrutura imperial angevina e às suas formas de registro e memória histórica (HOSLER, 2014).

Um deles, Guilherme de Newburgh (c. 1136? – c. 1198?), escrevendo na década de 1190, é bastante objetivo ao narrar o processo de invasão da Irlanda, afirmando que “os ingleses se infiltraram na Ilha da Irlanda sob o pretexto de lá fazerem campanha, mas com a **intenção de a seguir invadi-la com forças crescentes, subjugá-la pelo poder das armas e apoderar-se de não pequena parte dela**” (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 110) [Grifo meu].<sup>289</sup> O horizonte de conquista e anexação, segundo o relato do cronista, já estaria premeditado desde o início e realizou-se concretamente com a intervenção e o desembarque de Henrique II já ao final das últimas guerras de conquista. Para Newburgh, o recém instaurado Senhorio da Irlanda pôs fim àquela “longa e nunca antes interrompida liberdade que parecia quase inata desde o início dos tempos, ao cair sob o domínio do rei dos ingleses” (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 110).<sup>290</sup>

Já Ralf, o Negro (ou *Radulphus Niger*), em sua *Chronicon* (c. 1200), relatou que, após o desembarque de Henrique II na Irlanda, “toda a ilha se agitou e tremeu” diante da chegada do rei (ANSTRUTHER, 1865, p. 173);<sup>291</sup> enquanto que Ralf de Diss/Diceto (c. 1120 – c. 1202) em sua *Ymagines Historiarum* (c. 1173) narrou como o rei teria consolidado a paz entre os nativos e os invasores, mediante negociações e concessões de terras, além de impor a lógica administrativa imperial à recém-ocupada colônia. Nas palavras do cronista, “como **nenhuma autoridade pública havia sido estabelecida** entre eles” (STUBBS, 2012a, p. 350),<sup>292</sup> os irlandeses, “para que pelo poder do rei a paz pudesse ser feita em seus dias, transferiram a ele seus direitos e poderes” (STUBBS, 2012a, p. 350).<sup>293</sup>

Ademais, tal ação contou com o auxílio do clero hibérnico, cujos arcebispos e bispos comprometeram-se em ajudar o rei e os novos colonos no processo de mediação e adequação dos interesses nativos e imperiais em disputa, de modo que “para que em cada caso a observância

---

<sup>288</sup> “[...] vere rex victor, animum virtute regens, iramque modestia vincens [...]” (DIMOCK, 1867, p. 191).

<sup>289</sup> “Iisdem temporibus Angli sub specie militantium Hiberniae insulae irrepserunt, eandem postea crescentibus uiribus inuasuri et partem eius non modicam armis subactam possessuri.” (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 109)

<sup>290</sup> “Quomodo autem Hibernici incidendo in potestatem regis Anglorum longam et nunquam a saeculo interruptam et quasi ingentem finierint libertatem [...]” (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 109)

<sup>291</sup> “In cujus adventu universa insula commota est et conremuit [...]”

<sup>292</sup> “Et quoniam inter eos publica potestas constituta non fuerat [...]” (STUBBS, 2012b, p. 350) [Grifo meu].

<sup>293</sup> “[...] in virtute regis pax fieret in diebus suis, ei et eum jus suum transtulerunt et potestatem.” (STUBBS, 2012b, p. 350).

semelhante unisse ambos os reinos, todos aqui e ali submeteram-se ao comando do rei por vontade unânime, assentimento comum e desejo igual” (STUBBS, 2012a, p. 350).<sup>294</sup>

Tais registros são indicativos, portanto, de uma das primeiras realizações concretas de intervenção política de Henrique II no Senhorio da Irlanda. Afinal, a ideia contida na passagem acima é de que, somente após o advento do monarca inglês, uma estrutura de governo coesa, funcional e efetiva teria sido implementada, e que os nativos deveriam, portanto, obedecer à nova autoridade imperial (*regis imperio subiciunt*). Um exemplo concreto dessa política foi a investidura de Hugo de Lacy (c. 1135-1186), veterano das guerras de conquista, à posição de primeiro **justiciário** do Senhorio da Irlanda, cargo que designava “ao mesmo tempo o chefe militar da colônia, o chefe de sua administração civil e seu juiz supremo, sujeito, é claro, ao poder supremo do rei, de quem ele era representante” (O’THWAY-RUTHVEN, 1965, p. 227). Logo, Henrique II teve que fazer concessões territoriais substantivas aos vassallos que haviam engajado, com anuência sua, nas campanhas militares de conquista, diante da necessidade de garantir a exercício de sua autoridade na Irlanda (VEACH, 2015, p. 45; 2018a, p. 163-164).

Colin Veach aponta que “a Irlanda foi uma das muitas zonas fronteiriças onde a Europa Ocidental se expandiu na ponta da espada” (VEACH, 2018a, p. 160), e, tomando por base o léxico imperial empregado, por exemplo, nas crônicas citadas, é possível demonstrar sob quais contornos essas linguagens coloniais foram construídas a partir de seu(s) centro(s) imperial(ais). Curiosamente, não há registro da palavra *imperium* no rol de documentos emitidos pela chancelaria de Henrique, pois, como mencionado Fanny Madeline:

Isto pode ser explicado pelo fato de que se este termo estava realmente disponível para descrever tal configuração política, também estava ligado a uma reivindicação de supremacia territorial, isto é, se voltarmos à definição antiga, um território governado com poder sagrado e, conseqüentemente, sobre o qual não há autoridade superior. No entanto, tal soberania foi contestada no continente, onde Henrique II teve de reconhecer a suserania do rei de França, como um legado do antigo, mas inesquecível, *imperium francorum*. (MADELINE, 2017, p. 184)<sup>295</sup>

Em que pese as nuances acima mencionadas, os territórios sob autoridade de Henrique II e, posteriormente, de seus herdeiros, podem – e devem – ser considerados como partes integrantes de

---

<sup>294</sup> “Et ut in singulis observatio similis regnum colligaret utrumque, passim omnes unanimi voluntate, communi assensu, pari desiderio, regis imperio se subiciunt.” (STUBBS, 2012b, p. 350).

<sup>295</sup> Para maiores informações concernentes à chancelaria de Henrique II e suas *actas*, consultar o texto de Nicholas Vincent, *Regional variations in the charters of king Henry II (1154-1189)*, na obra organizada por Marie Therese Flanagan e Judith A. Green, *Charters and charter scholarship in Britain and Ireland* (2005).

um império, afinal, no contexto insular, “a dominação de vários povos e territórios já era comumente considerada um império no seu significado insular e tradicional de poder hegemônico” (MADELINE, 2017, p. 190); (GILLINGHAM, 2016, p. 202). Outrossim, como demonstrado por James Lydon, “o senhorio da Irlanda foi investido na coroa inglesa, e não em qualquer rei ou dinastia” (LYDON, 1995, p. 283). Ainda segundo Lydon:

Como senhor da Irlanda, o rei da Inglaterra, em qualquer momento, tinha o dever de proteger os seus súditos ali, e era para a coroa que o povo vassalo da Irlanda olhava. O rei era a fonte última de justiça, patrocínio, recompensa e, quando apropriado, retribuição. Era a ele, e somente a ele, que a homenagem do senhor feudal era devida, assim como era a ele que cada homem na Irlanda devia lealdade, não importando quem fosse o senhor imediato desse homem. Se os seus súditos na Irlanda tinham a responsabilidade de proteger as suas terras, derrotar os seus inimigos, apoiá-lo nos momentos de necessidade, ele, por sua vez, era obrigado a proteger os seus direitos e, acima de tudo, protegê-los nas suas propriedades. (LYDON, 1995, p. 283)

Portanto, é exatamente esse tipo de estrutura política, cultural e social que está sendo aludida, exemplificada e reproduzida em passagens como as da *Chronica* (c. 1192) de Roger de Howden (c. 1169–1202), ao relatar que toda a classe senhorial irlandesa – clérigos e aristocracia laica – havia recebido e aceitado Henrique II como “como rei e senhor da Irlanda, jurando lealdade a ele e a seus herdeiros, e [dando-lhe] o poder de reinar sobre eles para sempre” (STUBBS, 1869, p. 20);<sup>296</sup> ou, como exemplificado, novamente, por Geraldo de Gales em seu *De principis instructione* (c. 1216-1217),<sup>297</sup> ao salientar o alcance magnânimo de seus feitos:

[...] ele não apenas estabeleceu a paz poderosamente em suas terras herdadas, com a ajuda da graça, mas também **triunfou vitoriosamente sobre reinos distantes e estrangeiros que nunca pertenceram aos seus predecessores**, desde a época da chegada dos normandos ou até mesmo dos ingleses. **Pois ele foi à Irlanda com uma frota, cruzando as profundezas do mar, e subjugou-a gloriosamente; também pisoteou a Escócia ao capturar o rei Guilherme** e, acrescentando um incremento tão nobre e incomum à coroa inglesa, expandiu os limites e fronteiras do

---

<sup>296</sup> Segundo o trecho completo em latim, “Praetera venerunt ibidem ad regem Angliae omnes archiepiscopi, episcopi, abbates totius Hyberniae, et receperunt eum in regem et dominum Hyberniae, jurantes ei et haeredibus suis fidelitatem, et regnandi super eos potestatem in perpetuum, et inde dederunt ei cartas suas. Exemplo autem clericorum, praedict reges et principes Hyberniae receperunt simili modo Henricum regem Angliam in dominum et regem Hyberniae, et homines sui devenerunt, et ei et haeredibus suis fidelitatem juraverunt contra omnes homines.”

<sup>297</sup> Obra de Geraldo de Gales, cujo início da escrita se deu por volta da década de 1190 tendo sua conclusão apenas entre 1216/1217. Pertence ao gênero dos “espelhos de príncipe” (*specula principum*), muito populares na Idade Média, cujo objetivo concentrava-se em servir textos de caráter educacional para os governantes, tratando de assuntos diversos como governança, história e cortesia, ainda que num sentido mais amplo, o termo também foi usado para abranger histórias ou obras literárias destinadas a criar imagens de reis para serem imitadas ou evitadas.

reino desde o oceano meridional até Órcades, no Norte. (BARTLETT, 2020, p. 443)<sup>298</sup>

Em cada um dos trechos acima é possível a identificação do léxico imperial de **poder**, ligada à ideia de realização e manifestação de uma **autoridade**. A linguagem de poder manifestada nos trechos supracitados dialoga com uma outra frente de expressão desse poder imperial, uma **linguagem de civilidade**, cujo objetivo seria “civilizar”, no sentido colonial, a Irlanda e seus habitantes. Wendy Marie Hoofnagle comenta que “os reis [anglo-normandos], em vez de dominarem os súbitos apenas pela espada, atraem-nos com a promessa de ganho econômico ou político e de **inclusão em um modo de vida mais civilizado**” (HOOFNAGLE, 2016, p. 203 [Grifo meu]). Ainda segundo a autora, foi a partir desse movimento de assimilação cultural e de colonização, que:

[...] os anglo-normandos justificaram a expansão para regiões vizinhas centrando-se na importância de converter outros territórios ditos bárbaros para os trazer para a sua esfera de influência ostensivamente civilizadora, projetando uma imagem de si próprios como herdeiros legítimos de um império pan-britânico. (HOOFNAGLE, 2016, p. 16).

Para John Gillingham, “em maior ou menor grau, os habitantes de todas essas regiões periféricas [do Império Angevino] eram considerados **inferiores culturalmente** pelos metropolitanos” (GILLINGHAM, 2016, p. 203) [Grifo meu], e é daí, portanto, que se advoga a manifestação do fenômeno colonial em mais uma de suas linguagens, a de **civilidade**. Segundo Gillingham, um dos responsáveis por desenvolver paulatinamente um senso cada vez mais de hierarquização e diferenciação étnica dos ingleses para com seus vizinhos, sobretudo, os insulares, a ser entronizado e veiculado ostensivamente, em diferentes gradações, pelos cronistas e historiadores da corte imperial angevina, foi Guilherme de Malmesbury (c. 1095-1143).<sup>299</sup>

---

<sup>298</sup> “Sic itaque feliciter regnando non solum terras hereditarias gracia cooperante potenter pacificauit, quin immo regna remota et extranea, nulli predecessorum suorum a Normannorum foraduentu seu eciam Anglorum competentia, uictoriose triumphauit. Hiberniam quippe transmeato pelagi profundo classe peciit et magnifice subiugauit; Scociam quoque capto rege Willelmo subpeditauit et Anglicane corone tam nobile preter solitum adiciens incrementum, regni metas et terminos a meridionali uidelicet oceano usque ad boreales Orcadum insulas egregie dilatauit.” (BARTLETT, 2020, p. 442).

<sup>299</sup> Em obra recente, *Bede and the beginnings of English racism* (2022), W. Trent Foley argumenta que tal estabelecimento de diferenciação étnica e racial nos espaços insulares da Europa Ocidental tem na *Historia Ecclesiastica Gentes Anglorum* (c. 731) de Beda um de seus principais precursores. A partir do estudo de caso das *gentes* latina, britânica, inglesa e irlandesa e seus respectivos processos de conversão ao cristianismo – como narrados no texto do “venerável” –, Foley procura demonstrar que Beda construiu uma ordem racial com base em uma caracterização profundamente influenciada por sua percepção da ortodoxia teológica e sua proximidade com o catolicismo, ligando as “disposições espirituais” de cada povo às suas respectivas identidades étnicas.

Para o grande historiador inglês da primeira metade do século XII, história inglesa poderia ser compreendida mediante a ideia de um “lento progresso da barbárie à civilidade através da influência dos costumes e do governo francês [normando]” (HOOFNAGLE, 2016, p. 44). Logo, pelo menos desde o século VI, um “processo civilizador” esteve em curso na vindoura Inglaterra, com a conversão de alguns reis saxões ao cristianismo, e a associação deste último ao ideal de “civilização” (*civilis*), que teria sido o marcador de distinção cultural entre as *gentes* insulares (GILLINGHAM, 1992, p. 394-395). Desse modo, Kirsten Fenton pontua que:

Malmesbury tem uma noção de povos e os define por características comuns. Ele observa com desdém a “credulidade inata” dos ingleses (*Angli*) que acreditam em fantasmas; a “ganância cruel” dos dinamarqueses; o “valor antigo” dos francos; ‘orgulho e altivez’ romanos; a “simplicidade nativa” dos irlandeses; a ganância e a luxúria dos noruegueses; o povo (*gens*) da Nortúmbria “naturalmente orgulhoso e espirituoso”. [...] Cada um desses exemplos ilustra que Malmesbury usou o caráter comum como meio de distinguir um povo do outro, cada *gens* tendo suas próprias características específicas. Tal ideia não era nova e tinha precedentes no retrato do Antigo Testamento de um mundo composto por vários povos que coabitavam. (FENTON, 2008, p. 89-90)

Desse modo, como defende Emily Winkler, é possível encontrar nos escritos de Malmesbury uma “receptividade a uma ideia ampliada de identidade, não apenas dos ingleses e normandos no passado recente, mas também dos bretões e dos romanos no passado remoto” (WINKLER, 2017, p. 201), justificando, assim, um grau elevado de diferenciação de costumes, práticas, normas e ritos que divergiam dos demais vizinhos insulares, como é o caso dos irlandeses. Sua atitude depreciativa e condescendente acerca dos povos e espaços “celtas” é assim justificada sob um prisma que considera e até reconhece outras “identidades”, inferiorizando-as e hierarquizando-as de acordo com os critérios previamente apresentados.

Não é surpreendente, portanto, um retrato dos irlandeses, por parte de Guilherme de Malmesbury em sua *Gesta Regum Anglorum* (1125), como o seguinte: ao mencionar as alianças comerciais entre a Inglaterra à época do rei Henrique I (c. 1068-1135) – avô materno de Henrique II – e a Irlanda, ele questiona:

Quanto valeria a Irlanda sem as mercadorias que vêm da Inglaterra por via marítima? O solo carece de todas as vantagens e os seus cultivadores são tão pobres, ou melhor, inábeis, que só consegue produzir uma multidão esquelética e rústica de irlandeses fora das cidades; os ingleses e franceses, com seu modo de vida mais culto, habitam as

idades por meio do comércio mercantil. (MYNORS; THOMSON; WINTERBOTTOM, 1998, p. 739)<sup>300</sup>

A descrição de Guilherme de Malmesbury acerca do solo irlandês e de suas capacidades de plantio e colheita pode encontrar certos contrastes, tanto em escritos anteriores, como por exemplo, o de Beda,<sup>301</sup> quanto em posteriores, como no relato de Guilherme de Newburgh.<sup>302</sup> Mesmo Geraldo de Gales, na *TH*, baseou-se na descrição de Beda acerca das valências da Irlanda e não no relato de Guilherme, quando, por exemplo, menciona que “a ilha é frutífera e rica em solo fértil e colheitas abundantes, [...] rica em pastagens e prados, mel e leite e vinho” (GERALD OF WALES, 1982, p. 37-38).<sup>303</sup> Entretanto, em ambos os Guilhermes e em Geraldo, estão presentes o desdém e o marcador cultural de superioridade em relação à população nativa da Irlanda. No caso de Guilherme de Malmesbury, sua atenção esteve voltada, principalmente, à dependência mercantil e econômica da Irlanda em relação à Inglaterra, bem como à absoluta falta de perspectiva, agência e civilidade dos irlandeses (*inscientia culturom*) em relação às atividades mais básicas, como no caso daquelas voltadas à subsistência e cultivo do campo.

A passagem acima da obra de Guilherme de Malmesbury também alude ao fato dos irlandeses levarem uma vida rústica (*agrestem*) fora dos ambientes citadinos, estes últimos geradores, por exemplo, de um modo de vida culto e civilizado (*cultiori gente uitae*), tal como ocorre na França e na própria Inglaterra. Isso é retomado por Geraldo de Gales na *TH*, quando da descrição dos costumes e do caráter dos irlandeses, que, segundo Geraldo, “são um povo selvagem, uma gente inóspita; uma nação de feras, vivendo sozinha de maneira bestial; uma nação que em nada progrediu dos hábitos primitivos

---

<sup>300</sup> “Quanti enim ualeret Hibernia si non annaigarent merces ex Anglia? Ita pro penuria, immo pro inscientia cultorum ieiunum omnium bonorum solum agrestem et squalidam multitudinem Hibernensium extra urbes producit; Angli uero et Franci cultiori genere uitae urbes nundinarum commertio inhabitant.” (MYNORS; THOMSON; WINTERBOTTOM, 1998, p. 738).

<sup>301</sup> O “venerável” Beda (c. 673-735), em sua *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* (c. 731), descreve a Irlanda em tons bíblicos e idílicos, mencionando que “a ilha é abundante em leite e mel, e [que] não lhe faltam vinhas, peixes e pássaros” [Diues lactis et mellis insula nec uinearum expers, piscium uolucrumque sed et ceruorum caprearumque uenatu insignis] (COLGRAVE; MYNORS, 1969, p. 20-21).

<sup>302</sup> Guilherme de Newburgh, em sua *Historia rerum Anglicarum* (c. 1198), relatou que a Irlanda pré-conquista até podia ser “bem suprida de forragem e bem abastecida de peixes” [egregie pabulosa atque piscosa] (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 111), embora tenha lamentado que “seu solo seria bastante frutífero, não fosse a falta de bons agricultores” [et glebae satis uberis si non desit industria boni cultoris] (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 111). Afinal, os nativos seriam uma gente “grosseira e bárbara em suas maneiras, praticamente ignorante das leis e da vida ordenada, [e] ociosa no cultivo da terra” [sed populos habet moribus incultos et barbaros, legum et disciplinae fere ignaros, in agriculturam desides] (WALSH; KENNEDY, 2007, p. 111).

<sup>303</sup> “Gleba praepingi uberique frugum proventu, felix terra est et fecunda. [...] Pascuis et pratis, melle et lacte, uinis [...]” (DIMOCK, 1867, p. 26 ; 28).

de vida pastoril” (GERALD OF WALES, 1982, p. 120-121).<sup>304</sup> Ou ainda, “um povo imundo, que chafurda no vício. De todos os povos é o **menos instruído nos rudimentos da Fé**” (GERALD OF WALES, 1982, p. 120 [Grifo meu]).<sup>305</sup> É nesta última passagem da *TH* de Geraldo que a linguagem colonial de civilidade assume uma outra perspectiva, complementar. Os irlandeses seriam um povo bárbaro, primitivo e traiçoeiro porque não observavam e professavam a **verdadeira** religião, o cristianismo, ou pelo menos não cultivam a fé cristã à maneira correta, segundo os ritos, costumes e práticas da Sé romana.

Para Michael Staunton, seguindo o argumento de John Gillingham, embora Guilherme de Malmesbury tenha sido um dos primeiros historiadores e cronistas medievais ingleses a adotar e aplicar uma atitude de desprezo em relação aos irlandeses e às populações insulares vizinhas, não se pode desconsiderar o seguinte:

É verdade que Guilherme caracterizou os vizinhos celtas da Inglaterra como cristãos e bárbaros, e que outros escritores nas décadas seguintes fizeram o mesmo. Mas se for assim, muitos escritores do século XII, incluindo Guilherme de Malmesbury, sabiam que *barbarus* nem sempre foi sinônimo de *paganus*, e que havia uma longa tradição de afirmar que companheiros cristãos, mesmo bárbaros, deveriam ser tratados de maneira diferente dos outros. [...] Mas com a chegada do cristianismo à Irlanda vemos uma mudança: os irlandeses passaram a ser apresentados como um povo outrora selvagem, mas agora redimido. (STAUNTON, 2017, p. 351-352)

Em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (c. 731), ao mencionar o debate acerca da correta datação envolvendo a Páscoa e os irlandeses, Beda refere-se a esses últimos nos seguintes termos:

**Sendo cristãos**, eles sabiam que a ressurreição de nosso Senhor, que aconteceu no primeiro dia após o sábado, deve ser comemorada sempre nesse dia; mas, **rudes e bárbaros que que eram**, nunca souberam quando deveria chegar aquele primeiro dia específico após o sábado, que hoje chamamos de Dia do Senhor. (COLGRAVE; MYNORS, 1969, p. 225) [Grifo meu]<sup>306</sup>

A visão de Beda, manifestada em tons condescendentes, baliza a falta de conhecimento dos preceitos da fé cristã pelos irlandeses como uma das razões para que este povo não tenha se libertado de seus hábitos mais primevos. Entretanto, mesmo Beda reconhece que por mais “bárbaros e rudes” (*barbari et rustici*) que fossem, os irlandeses também eram, antes de mais nada, cristãos. A Irlanda, ainda

<sup>304</sup> “Est autem gens haec gens silvestres, gens inhospita; gens ex bestiis solus ex bestialiter vivens; gens a primo pastoralis vitae vivendi modo non recedens.” (DIMOCK, 1867, p. 151).

<sup>305</sup> “Gens enim haec gens spurcissima, gens vitii involutissima, gens omnium gentium in fidei rudimentis incultissima.” (DIMOCK, 1867, p. 164).

<sup>306</sup> “[...] Sciebant enim, ut Christiani, resurrecti onem dominicam, quae prima sabbati facta est, prima sabbati semper esse celebrandam; sed ut barbari et rustici, quando eadem prima sabbati, quae nunc dominica dies cognominatur, ueniret, minime didicerant.” (COLGRAVE; MYNORS, 1969, p. 224)

que habitada por essa “gente bárbara, inculta e ignorante da lei divina” (DOUGLAS; GREENAWAY, 1968, p. 920),<sup>307</sup> como escreveu o papa Alexandre III, em 1172, em uma carta destinada aos bispos e arcebispos irlandeses, também era a terra de cristãos exemplares, “que se distinguiram pela grande abstinência, pelo amor a Deus e pela observância da Regra” (COLGRAVE; MYNORS, p. 225).<sup>308</sup>

O que justificaria o “primitivismo” irlandês, bem como a incapacidade de professar a “verdadeira” fé, segundo Beda, inicialmente, e depois por outros autores, é a posição geográfica da Irlanda. Localizada na franja mais Ocidental da Europa medieval, os eventuais desvios da fé verdadeira e os erros teológicos e morais de sua população deveriam ser compreendidos com base no fato de que os irlandeses “estavam tão longe, nos confins da terra [*ultra orbem*], que não havia ninguém que lhes trouxesse os decretos dos sínodos relativos à observância da Páscoa” (COLGRAVE; MYNORS, p. 225),<sup>309</sup> por exemplo. Para Michael Staunton, ao fim e ao cabo:

A conversão dos povos bárbaros, mesmo daqueles que nunca tinham sido governados por Roma, poderia significar que eles eram vistos como tendo abandonado a sua barbárie. Mas alguns – nomeadamente os irlandeses – são reconhecidos como bárbaros, mas, mais importante ainda, como cristãos. (STAUNTON, 2017, p. 353)

É precisamente o reconhecimento desse duplo *status* que irá fomentar a aplicação de uma linguagem de civilidade para se referir ao povo recém conquistado tanto por fontes canônicas, quanto pela escrita histórica dos historiadores angevinos. Após a chegada de Henrique II à Irlanda e as subsequentes “pacificação” e submissão dos senhores irlandeses à autoridade do monarca inglês, o papa Alexandre III reconheceu a legitimidade da ação do rei e dos novos colonos ingleses ao emitir e conceder um privilégio papal autorizando e reafirmando o compromisso da Igreja romana para com a campanha de Henrique.<sup>310</sup> Como registrado e reproduzido por Geraldo de Gales em sua *EH*, o texto

---

<sup>307</sup> “[...] gentem ilam barbaram, incultam, & divinae legis ignaram [...]” (DOUGLAS; GREENAWAY, 1968, p. 920).

<sup>308</sup> “Verum qualiscumque fuerit ipse, nos hoc de illo certum tenemus, quia reliquit successores magna continentia ac diuino amore regularique institutione insignes.” (COLGRAVE; MYNORS, p. 224).

<sup>309</sup> “[...] utpote quibus longe ultra orbem positus nemo synodalia paschalis obseruantiae decreta porrexerat [...]” (COLGRAVE; MYNORS, p. 224).

<sup>310</sup> Tal concessão está atrelada aos acontecimentos da década de 1150 na Irlanda, onde teve palco o Sínodo de Kells (1152), responsável pela reorganização da hierarquia eclesiástica na Irlanda e pela diminuição da autoridade da Sé da Cantuária sob a Igreja irlandesa. O sínodo foi responsável pela criação de quatro arcebispos na Irlanda (Armagh, Dublin, Cashel e Tuam), garantindo uma maior independência e autonomia da Igreja irlandesa em relação à inglesa, afinal, seus prelados seriam consagrados diretamente pelo papa e não mais pelo arcebispo da Cantuária. Como uma das consequências dessa “cisma”, argumenta-se que os planos de invasão da Irlanda por parte do rei da Inglaterra em 1155 seriam uma resposta direta da Sé da Cantuária aos irlandeses, de modo que dois papas, Adriano IV (c. 1100-1159) e Alexandre III (c. 1105-1181), autorizaram o monarca inglês a invadir a Irlanda sob a justificativa de restaurar a fé “verdadeira” ao povo bárbaro e primitivo da ilha (FLANAGAN, 2010, p. 111-113; Ó CORRÁIN, 2021, p. 91-96). Donnchadh Ó Corráin assim sumariza essa celeuma: “de certa forma, isso é **cruzada e conversão**, [...] por mais moralmente duvidosa que fosse a proposta [de invasão], pelo menos havia pagãos e terras para a reconquista cristã. A

coloca que a Sé romana apoiou e referendou a concessão do “domínio do reino da Irlanda” (*Hibernici regni domini*) à autoridade do rei da Inglaterra, de modo “que as práticas imundas daquela terra sejam abolidas, e a nação bárbara que é chamada pelo nome cristão, por meio de vossa clemência, alcance alguma decência de maneiras” (DIMOCK, 1867, p. 319).<sup>311</sup>

Ainda em uma carta enviada a Henrique II em 1172, o papa comenta que “quando ouvimos [...] que vós havíeis reunido uma poderosa força por mar e terra para sujeitar este povo ao vosso governo e extirpar a impureza de suas abominações, ficamos devidamente agradecidos” (DOUGLAS; GREENAWAY, 1968, p. 924). Ambos os relatos são taxativos frente ao modo como os irlandeses são apresentados e sob que prerrogativas coloniais as perspectivas de inferiorização, dominação e hierarquização são colocadas.

A perspectiva de redenção dos irlandeses é sempre ventilada e associada à intervenção da Sé romana e dos poderes temporais e seculares de um monarca, de modo a garantir que o “cristianismo defeituoso” que vigorava na Irlanda pré-invasão e pré-conquista fosse agora eliminado e desse lugar à verdadeira religião, cujos preceitos deveriam ser observados e obedecidos a partir da nova administração senhorial. Em relação aos vícios e “abominações” supostamente praticados pelos irlandeses, um dos exemplos é fornecido por Roger de Howden, ao escrever que “a maioria deles tinha quantas esposas desejasse, e também costumavam tomar como mulheres suas próprias irmãs e parentes” (STUBBS, 2012b, p. 26),<sup>312</sup> além de que as cerimônias de batismo eram muito particulares na Irlanda, não sendo necessário a mediação de um sacerdote para a realização do ato.

Um outro autor responsável por emitir os juízes negativos semelhantes aos de Guilherme de Malmesbury e Geraldo de Gales foi Gervásio da Cantuária (c. 1141 – c. 1210). Escrevendo nas décadas finais do século XII, ele narrou que os ingleses que vieram para Irlanda antes da chegada de Henrique II, “considerando a terra ao mesmo tempo espaçosa e bonita, mas vazia de cultivadores, procuraram

---

proposta de ampliação das fronteiras da igreja com a tomada da Irlanda por Henrique II e a revelação do cristianismo aos bárbaros não instruídos teve que ser inventada, assim como as conquistas do cristianismo irlandês tiveram que ser suprimidas e os sucessos do movimento de reforma indígena irlandês tiveram que ser apagados da história, para construir o que agora parecia ser a política irlandesa de um papado florescente, senão arrogante” (Ó CORRÁIN, 2017, p. 101 [Grifo meu]).

<sup>311</sup> “[...] quatinus, eliminatis terrae illius spurcitiis, barbara natio, quae Christiano censetur nomine, vestra diligentia morum induat venustatem; et redacta in formam hactenus informi finium illorum ecclesia, gens ea per vos Christianae professionis nomen cum effectu de cetero consequatur.” (DIMOCK, 1867, p. 319).

<sup>312</sup> “Plerique enim illorum quot volebant uxores habebant, et etiam cognatas suas germanas habere solebant sibi uxores.” (STUBBS, 2012a, p. 26).

saqueá-la e despovoá-la de seu povo simples e seminu” (STUBBS, 2012c, p. 234).<sup>313</sup> As palavras de Gervásio, assim como a dos demais cronistas mobilizados, manifestam uma dupla frente, poder e civilidade, ao demonstrar que os ingleses não se preocuparam, durante as guerras de conquista, em atenuar a violência perpetrada – saques, pilhagens e assassinatos – às populações ditas “simples”, “rústicas” e “bárbaras” da Irlanda (*coperunt predari, et homines simplices et seminudos depopulari*).

## Considerações finais

Escrevendo pouco mais de três décadas após a conquista da Irlanda, Gervásio de Tilbury (c. 1150-1220), em um outro contexto imperial, comentou que ela permaneceu incólume às ameaças externas e habitada apenas por suas populações nativas até a época de Henrique II, “o primeiro a expulsar as pestilentas tribos de irlandeses e a transformar a terra em possessão inglesa, dividindo-a em feudos para seus vassallos” (BANKS; BINNS, 2002, p. 309).<sup>314</sup> Outrossim, prossegue Gervásio:

[...] assim aconteceu que **uma terra que desde os primeiros tempos desprezou a religião, vivendo do leite de vaca e ignorando o jejum da Quaresma, comendo carne crua e entregue a práticas sujas**, está a crescer forte na nova fé trazida pela sua colonos; embora tenha sido o **último país a adotar a verdadeira religião**, e mesmo assim apenas sob compulsão, está agora superando todas as outras nações em seu culto sagrado e fervor religioso. Alegra-se com as suas próprias sedes episcopais e com os mosteiros de observância dedicada, ricamente dotados de propriedades substanciais e que proporcionam uma hospitalidade generosa. (BANKS; BINNS, 1999, p. 309)

Ao ecoar as impressões de seus compatriotas precedentes, Gervásio de Tilbury teria realizado, mediante o exame da documentação apresentada, tanto em relação aos seus conteúdos quanto dos fundamentos que os constituem, aquilo que Wendy Hoofnagle assim sumariza:

A ideia de converter os inimigos desta forma provou ser consideravelmente mais apelativa como uma abordagem prática e duradoura à subjugação do que uma guerra dispendiosa e destrutiva, devido ao seu potencial para acelerar o processo de aculturação, bem como a expansão imperial. Como é sugerido pelo desenvolvimento da *civilis* por Guilherme de Malmesbury ao longo da história dos reis de Inglaterra, parte da função de um verdadeiro imperador é a unificação pacífica de múltiplas nações sob um único governante. (HOOFNAGLE, 2016, p. 43)

<sup>313</sup> “[...] considerantes terram spatiosam simul et speciosam sed cultore vacuum, coperunt predari, et homines simplices et seminudos depopulari.” (STUBBS, 2012b, p. 234).

<sup>314</sup> “[...] primus, expulsis obscenis Hiberniensium gentibus, terram Anglis possidendam fcodis militaribus distinxit [...]” (BANKS; BINNS, 2002, p. 308).

Portanto, o escrutínio dos fenômenos do colonialismo e da colonização acima exemplificados por algumas de suas linguagens materializadas, objetivou em demonstrar que a compreensão de algumas dessas estruturas coloniais de dominação – manifestadas nas duas frentes aqui mencionadas – bem como os mecanismos necessários para o seu desenlace, requisitam, portanto, a compreensão daquilo que escreveu Frantz Fanon em seu *Os condenados da terra* (1961). A saber, de que o contato entre os dois mundos compartimentados, o do colonizado e o do colonizador, se dá, necessariamente, e em diversas manifestações, sob um signo de violência em que “o colono e o colonizador são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. É o colono *que fez e continua a fazer* o colonizado. O colono tira sua verdade, isto é, **os seus bens**, do sistema colonial” (FANON, 2022, p. 32 [Itálicos do autor; Grifo meu]).

Desse modo, reconhecer a complexidade, a ambiguidade cultural e mesmo a situação limite do fenômeno colonial e de seus referenciais como teórica e metodologicamente “onerosos” não deveria implicar no silogismo de que “tornaremos necessariamente a ‘coisa’ mais fácil de descrever, interpretar ou compreender abolindo a palavra-chave ‘colônia’” (CROOKS, 2022, p. 70), e toda a sua fortuna heurística da investigação científica. Mobilizá-la demarca tanto uma postura cientificamente séria quanto também um posicionamento efetivamente político de quem pesquisa. Ou seja, nada mais além do reconhecimento de que:

Os parâmetros metodológicos fundamentais das épocas históricas são circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua **força dominante de controle sociometabólico** e, como tal, são definidos segundo as potencialidades (e, evidentemente, também de acordo com as limitações) inerentes ao modo dominante de atividade produtiva e à correspondente distribuição do produto social. (MÉSZÁROS, 2009, p. 10) [Itálicos do autor; Grifo meu]

Com base nisso, prescindir do conceito de “colônia” e do outros mobilizados ao longo deste trabalho para se estudar a realidade medieval irlandesa pós-1171 implicaria não apenas na mistificação de uma realidade complexa de dominação, mas também na própria reificação, manutenção e reprodução dos discursos e das “teorias que surgem na referência de classe da burguesia” (MÉSZÁROS, 2009, p. 9) e que são veiculadas precisamente devido à “situação histórica dessa classe como força hegemônica consolidada da formação social sob o domínio do capital, junto com os imperativos estruturais inseparáveis desse domínio” (MÉSZÁROS, 2009, p. 9).

## Referências bibliográficas

### Fontes:

ANSTRUTHER, Robert (ed). **Radulfi Niger Chronica** - The chronicles of Ralph Niger. London: Caxton Society, 1865.

BANKS, S. E.; BINNS, J. W. (eds). **Gervase of Tilbury: Otia imperialia: recreation for an emperor.** Oxford, UK: Clarendon Press, 2002.

BARTLETT, Robert (ed.). **Gerald of Wales: De principis instructione: instructions for a ruler.** Oxford, UK: Oxford University Press, 2020.

DIMOCK, James F. (ed.). **Giraldi Cambrensis – opera.** London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1867, vol. V.

DOUGLAS, David C.; GREENAWAY, George W. (eds.). **English historical documents, vol. II – c. 1042-1189.** New York: Oxford University Press, 1968.

GERALD OF WALES. **The history and topography of Ireland.** [Edited and translated by John O'Meara]. London: Penguin, 1982.

HENNESSY, William M. (ed.). **Annala Uladh – Annals of Ulster.** Otherwise, Annala Senait, Annals of Senait; A chronicle of Irish affairs from A.D. 431, to A.D. 1540. Dublin: Alexander Thom & Co (Limited), 1867, vol. I, A.D. 431-1056.

MAC CARTHY, B. (ed.). **Annala Uladh, Annals of Ulster – otherwise Annala Senait, Annals of Senat; a chronicle of Irish affairs A. D. 431-1131: 1155-1541.** Dublin: Alex Thom & Co., 1893, vol. II.

MULLALLY, Evelyn (ed.). **The deeds of the Normans in Ireland – La geste des Engleis en Yrlande.** Dublin: Four Courts Press, 2002.

MYNORS, R. A. B.; THOMSON, R. M.; WINTERBOTTOM, M. (eds.). **William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum.** Oxford, UK: Oxford University Press, 1998, vol. I.

STUBBS, William (ed.). **Chronica magistri Rogeri de Houedene.** London: Longmans, Green and Co., 1869.

STUBBS, William (ed.). **Radulfi de Diceto decani Londoniensis opera historica: the historical works of master Ralph de Diceto, dean of London.** [1876]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012a.

STUBBS, William (ed.). **Gesta regis Henrici secundi Benedicti abbatis – the chronicle of the reigns of Henry II and Richard I A.D. 1169-1192, vol. I.** [1867]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012b.

STUBBS, William (ed.). **The historical works of Gervase of Canterbury, vol. I: the chronicle of the reigns of Stephen, Henry II and Richard I.** [1879]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012c.

WALSH, P. G.; KENNEDY, M. J. (eds.). **William of Newburgh – The history of English affairs.** Book II. Oxford, UK: Aris & Phillips, 2007.

WRIGHT, Thomas. **The historical works of Giraldus Cambrensis – containing The Topography of Ireland, and The History of the Conquest of Ireland; The Itinerary Through Wales, and The Description of Wales.** London: G. Bell & Sons, Ltd., 1913.

### Bibliografia:

- ARMSTRONG, James W.; CROOKS, Peter; RUDDICK, Andrea. “Tyrannous constructs’ or tools of the trade? The use and abuse of concepts in medieval history. ARMSTRONG, Jackson W.; CROOKS, Peter; RUDDICK, Andrea. (eds.). **Using concepts in medieval history – Britain and Ireland, 1100-1500**. London: Palgrave Macmillan, 2022, p. 3-14.
- AURELL, Martin. **L’empire des Plantagenêts, 1154-1224**. Paris : Perrin, 2003.
- AURELL, Martin. **La légende du roi Arthur, 550-1250**. Paris : Perrin, 2007.
- BARLOW, Frank. **The feudal kingdom of England 1042-1216**. [1955]. 5<sup>th</sup> ed. London: Routledge, 1999.
- BERNARDO, João. **Poder e dinheiro – do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos X-XV**. Porto: Afrontamento, 1995, vol. 1.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. [1949]. [Trad.: André Telles]. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BUSBY, Keith. **French in medieval Ireland, Ireland in medieval French: the paradox two worlds**. Turnhout, BEL: Brepols, 2017.
- BYRNE, Francis John. **Irish kings and high-kings**. [1973]. 3<sup>rd</sup> ed. Dublin: Four Courts Press, 2001.
- CALLAN, Maeve. “A savage and sacrilegious race, hostile to God and humanity”: religion, racism, and Ireland’s colonization. **Journal of Medieval Religious Culture**, v. 49, n. 1, 2023, p. 1-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.5325/jmedirelicult.49.1.0001>>. Acesso: 25 jul., 2024.
- CARPENTER, David. **The struggle for mastery: the Penguin history of Britain 1066-1284**. London: Penguin, 2003.
- CLEARY, Joe. Misplaced ideas? Locating and dislocating Ireland in colonial and postcolonial studies. BARTOLOVICH, Crystal; LAZARUS, Neil (eds.). **Marxism, modernity and postcolonial studies**. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 101-124.
- COULSON, Charles L. H. **Castles in medieval society: fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages**. New York: Oxford University Press, 2003.
- CROOKS, Peter. Colony. In: ARMSTRONG, Jackson W.; CROOKS, Peter; RUDDICK, Andrea. (eds.). **Using concepts in medieval history – Britain and Ireland, 1100-1500**. London: Palgrave Macmillan, 2022, p. 51-71.
- DAVIES, R. R. **The first English empire**. New York: Oxford University Press, 2000.
- DOSSE, François. História literária, filha de Clio. [1985]. DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. [Trad.: Ivone Castilho Benedetti]. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 257-269.
- DUFFY, Séan. **Ireland in the Middle Ages**. New York: Palgrave Macmillan, 1997.
- ENGELS, Friedrich. Carta a Marx, 23 de maio de 1856. LOSADA, Otávio (org.). **Nação & proletariado: questão nacional em Marx e Engels**. [Trad.: Carlos Gomes et al.]. Recife: Editora Ruptura, 2022, p. 286-288.
- EVERARD, Judith. **Brittany and the Angevins: province and empire, 1158-1203**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. [1961]. [Trad.: Lígia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos]. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FENTON, Kirsten A. **Gender, nation and conquest in the works of William of Malmesbury**. Woodbridge, UK: The Boydell Press, 2008.

FÉO, Caio; SCHECHNER, Caio; BASTOS, Mário Jorge da Motta. Entrevista: Os limites da perspectivaêmica. **Revista Escrita da História**, ano IX, v. 9, n. 18, jun.-dez. 2022, p. 1-11. Disponível em: <<https://www.escritadahistoria.com/2024/01/as-limitacoes-da-perspectiva-emica.html>>. Acesso: 27 jul., 2024.

FLANAGAN, Marie Therese; GREEN, Judith A. (eds). **Charters and charter scholarship in Britain and Ireland**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

FLANAGAN, Marie Therese. **The transformation of the Irish church in the twelfth century**. Woodbridge, UK: The Boydell Press, 2010.

FOLEY, W. Trent. **Bede and the beginnings of English racism**. Turnhout, BEL: Brepols, 2022.

GILLINGHAM, John. The beginnings of English imperialism. **Journal of Historical Sociology**, v. 5, n. 4, dec. 1992, p. 394-395 (p. 392-409). Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-6443.1992.tb00033.x>>. Acesso: 06 set., 2023.

GILLINGHAM, John. **The Angevin empire**. [1984]. 2<sup>nd</sup> ed. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2001.

GILLINGHAM, John. Expectations of empire: some twelfth-and early thirteenth-century English views of what their kings could do. DUFFY, Séan; FORAN, Susan (eds.). **The English isles: cultural transmission and political conflict in Britain and Ireland, 1100-1500**. Dublin: Four Courts Press, 2013, p. 56-67.

GILLINGHAM, John. Bureaucracy, the English State and the crisis of the Angevin Empire, 1199-1205. CROOKS, Peter; PARSONS, Timothy H. (eds.). **Empires and bureaucracy in world history: from late antiquity the twentieth century**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016, p. 199-203.

GUERREAU, Alain. **O feudalismo: um horizonte teórico**. [1979]. [Trad.: António José Pinto Ribeiro]. Lisboa: Edições 70, 1980.

GUERREAU, Alain. **L'avenir d'un passé incertain : quelle histoire du Moyen Âge au XXI<sup>e</sup> siècle ?** Paris : Seuil, 2001.

HOOFNAGLE, Wendy Marie. **The continuity of the conquest: Charlemagne and Anglo-Norman imperialism**. University Park, USA: The Pennsylvania State University Press, 2016.

HOSLER, John D. **Henry II: a medieval soldier at war**. Leiden, NLD: Brill, 2007.

HOSLER, John D. The 'golden age of historiography': records and writers in the reign of Henry II. **History Compass**, v. 12, n. 5, May 2014, p. 398-411. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/hic3.12160>>. Acesso: 13 out., 2023.

HOWE, Stephen. **Ireland and empire – colonial legacies in Irish history and culture**. New York: Oxford University Press, 2002a.

HOWE, Stephen. **Empire: a very short introduction**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2002b.

- LE PATOUREL, Jean. **Feudal empires** – Norman and Plantagenets. London: Hambledon Press, 1984.
- LE PATOUREL, Jean. **The Norman empire**. Oxford, UK: Clarendon Press, 1976.
- LYDON, James. Ireland and the English crown, 1171-1541. **Irish Historical Studies**, v. 29, n. 115, May 1995, p. 281-294. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://www.jstor.org/stable/30006815>>. Acesso: 05 set., 2023.
- MADELINE, Fanny. The idea of ‘empire’ as hegemonic power. VAN HOUTS, Elisabeth (ed.). **Anglo-Norman studies XL**: proceedings of the Battle Conference 2017. Woodbridge, UK: Boydell & Brewer, 2017, p. 179-196.
- MARTIN, Judith N.; NAKAYAMA, Thomas K. **Intercultural communication in contexts**. [1997]. 5<sup>th</sup> ed. New York: McGraw Hill, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Ireland and the Irish question**. Moscow: Progress Publisher, 1971.
- MENEZES, Edilson Alves de. **O Estado feudal e as relações de poder senhorio-campesinato no reino da França (1180-1226)**. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019, p. 110-111. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2297.pdf>>. Acesso: 25 jan., 2023.
- MENEZES, Edilson Alves de. Bailios, prebostes e senescais: a territorialização do poder senhorial e as comunidades rurais (séc. XII-XIII). **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, v. 13, n. 1, 2021, p. 73. Disponível em: <<http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/399/0>>. Acesso: 20 jan., 2023.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência I**: a determinação social do método. [Trad.: Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo; Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Ó CORRÁIN, Donnchadh. **The Irish church, its reform and the English invasion**. Dublin: Four Courts Press, 2017.
- O’KEEFFE, Tadhg. **Ireland encastellated, AD 950-1550**: insular castle-building in its European context. Dublin: Four Courts Press, 2021.
- OTWAY-RUTHVEN, Anette Jocelyn. The chief governors of mediaeval Ireland. **The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland**, v. 95, n. 1-2, 1965, p. 227-236. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://www.jstor.org/stable/25509592>>. Acesso: 24 jun., 2023.
- REYNOLDS, Susan. Empires: a problem of comparative history. **Historical Research**, v. 79, n. 204, May 2006, p. 152. Disponível em: <<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1111/j.1468-2281.2006.00373.x>>. Acesso: 13 out., 2023.
- RUST, Leandro Duarte. **Os vikings**: narrativas da violência na Idade Média. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

- SCHMOLKE-HASSELMANN, Beate. **The evolution of Arthurian:** the verse tradition from Chrétien to Froissart. [1980]. [Translated by Margaret and Roger Middleton]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.
- STAUNTON, Michael. **The historians of Angevin England.** New York: Oxford University Press, 2017.
- VEACH, Colin. **Lordship in four realms:** the Lacy family, 1166-1241. Manchester, UK: Manchester University Press, 2015.
- VEACH, Colin. Conquest and conquerors. In: SMITH, Brendan (ed.). **The Cambridge history of Ireland, vol. I – 600-1150.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2018a, p. 157-181.
- VEACH, Colin. Henry II and the ideological foundations of Angevin rule in Ireland. **Irish Historical Studies**, v. 42, n. 161, 2018b, p. 1-25. Disponível em: <<https://scihub.se/https://doi.org/10.1017/ihs.2018.6>>. Acesso: 26 jul., 2024.
- VINCENT, Nicholas. Angevin Ireland. SMITH, Brendan (ed.). **The Cambridge history of Ireland, vol. I – 600-1150.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2018, p. 185-221.
- VINCENT, Nicholas. **John: an evil king?** London: Penguin, 2022.
- VINCENT, Nicholas. Regional variations in the charters of king Henry II (1154-1189). FLANAGAN, Marie Therese; GREEN, Judith A. (eds.). **Charters and charter scholarship in Britain and Ireland.** New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 70-106.
- WINKLER, Emily A. William of Malmesbury and the Britons. THOMSON, Rodney M.; DOLMANS, Emily; WINKLER, Emily A. (eds.). **Discovering William of Malmesbury.** Woodbridge, UK: The Boydell Press, 2017, p. 189-201.

# O impacto da Idade Média Global na historiografia brasileira (2016-2024)

The impact of the Global Middle Ages on Brazilian historiography (2016-2024)

**Nathalia Marques Bandeira**

Graduanda em História

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

nathaliamb18@gmail.com

**Recebido:** 22/07/2024

**Aprovado:** 24/09/2024

**Resumo:** A História Global é uma abordagem historiográfica que surgiu com o objetivo de se distanciar do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico, cruzando fronteiras nacionais e culturais. Assim, a Idade Média Global aplica essa abordagem ao período medieval, incorporando porções conectadas da Afro-Eurásia e ampliando o conceito de Medieval para além da Europa Ocidental. Embora recente na historiografia brasileira, a Idade Média Global está ganhando popularidade acadêmica. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto da Idade Média Global na historiografia brasileira (2016-2024) a partir de um levantamento bibliográfico crítico, quantitativo e qualitativo. Assim, analisamos diversas tipologias de fontes: livros, artigos, dissertações, vídeos, podcasts, programas de curso, editais de concurso, eventos e dossiês de periódicos. Nesse levantamento bibliográfico crítico, examinamos aspectos como impacto, tendências, vertentes, problemáticas e críticas.

**Palavras-chave:** Idade Média Global; historiografia brasileira; metodologia.

**Abstract:** Global History is a historiographical approach that emerged with the aim of distancing itself from Eurocentrism and methodological nationalism, crossing national and cultural borders. Thus, Global Middle Ages applies this approach to the medieval period, incorporating connected portions of Afro-Eurasia and expanding the concept of the Medieval era beyond Western Europe. Although recent in Brazilian historiography, the Global Middle Ages is becoming increasingly popular academically. Therefore, the objective of this work is to analyze the impact of the Global Middle Ages on Brazilian historiography (2016-2024) through a critical, quantitative, and qualitative bibliographical survey. Thus, we analysed various types of sources: books, articles, dissertations, videos, podcasts, course programs, calls for academic positions, events and journal dossiers. In this critical bibliographical survey, we examined aspects such as impact, trends, branches, issues, and criticisms.

**Keywords:** Global Middle Ages; Brazilian historiography; methodology.

## Introdução

### O que é a Idade Média Global?

Nos últimos anos, com a crescente preocupação da historiografia em deseurocentrar os Estudos Medievais, afastando-se da ideia de que estudar a Idade Média significa necessariamente estudar a história da Europa, perspectivas historiográficas como a História Global vêm ganhando força. A História Global não se propõe a escrever uma história do mundo inteiro, mas, de acordo com Conrad,

É antes a procura de um modo de escrever história sobre espaços demarcados (ou seja, não «globais»), mas com a consciência da existência de conexões e de condições estruturais ao nível global. (CONRAD, 2019, p. 24).

Além disso, é importante ressaltar que, diferentemente da História Mundial, que foca nas interações entre diversas sociedades, a História Global procura analisar o objeto inserido em um contexto global, ou seja, “a intersecção entre os processos globais e as suas manifestações locais” (CONRAD, 2019, p. 24). Assim, não se limita a traçar conexões entre diferentes regiões, mas procura compreender um fenômeno histórico inserido em um contexto mais amplo. Desse modo, a história global analisa a “dimensão sistêmica do passado” e de que forma as transformações sociais são estruturadas globalmente. Ou seja, aborda as interconexões como ponto de partida, mas busca um entendimento mais profundo dos processos históricos dentro de um sistema global maior (CONRAD, 2019, p. 90).

O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam propõe a abordagem da História Conectada, que enfatiza as interações entre diferentes regiões e sociedades ao longo da história. Desse modo, em vez de tratar as histórias nacionais ou regionais de forma isolada, ele propõe examinar como essas regiões estavam interligadas através de redes de comércio, trocas culturais, fluxos de pessoas e influências políticas. Assim, a História Conectada procura compreender como essas conexões moldaram o desenvolvimento das sociedades (SUBRAHMANYAM, 1997).

A História Conectada pode ser considerada uma modalidade específica da História Global. Enquanto a História Global procura analisar interações em escala global, a História Conectada se concentra em quebrar as compartimentações das histórias nacionais e espaços culturais, ressaltando as interações entre o local, o regional e o suprarregional. Desse modo, vai além de uma narrativa linear da modernização, explorando múltiplas interações que ultrapassam as fronteiras estatais (CÂNDIDO DA SILVA, 2020, p. 14).

Nesse sentido, o conceito de “Idade Média Global” refere-se à ideia de que a História Global e a conectividade não tiveram início a partir das explorações marítimas europeias no início do século XVI, mas já eram evidentes no milênio anterior a 1500 (HOLMES; STANDEN, 2018, p. 13). A Idade Média Global também necessita de uma abordagem deseurocentrada em porções conectadas da Afro-Eurásia. Desse modo, a perspectiva da Idade Média Global contribui para a deseurocentração dos Estudos Medievais, pois desafia medievalistas a reconsiderarem os limites espaciais e temporais desse período.

O presente trabalho analisou o impacto da perspectiva da Idade Média Global na historiografia brasileira a partir de um levantamento bibliográfico crítico. A bibliografia constituiu-se de artigos, dissertações, dossiês, editais de concurso, livros, programas de curso, eventos, podcasts e vídeos.

Para investigar os materiais encontrados, utilizamos as metodologias quantitativa e qualitativa. A metodologia quantitativa refere-se à utilização de dados numéricos ou estatísticos para identificar padrões e medir aspectos objetivos da produção acadêmica. Desse modo, separamos as produções por tipo (artigos, dossiês, eventos, etc.) e ano (de 2016 a 2024), analisando o crescimento ou declínio da produção ao longo do tempo, identificando os anos de maior ou menor produção e os prováveis motivos por trás disso.

A metodologia qualitativa refere-se à interpretação de conteúdos e temas. Assim, analisamos de que forma a Idade Média Global é mencionada, investigando as diferentes abordagens e tendências. Tal análise incluiu a identificação de vertentes teóricas, diálogos entre diferentes autores e como o conceito é compreendido e discutido no meio acadêmico.

## **Resultados e Discussões**

### **Artigos**

Nessa seção, serão discutidos os trabalhos de Aline Dias da Silveira, professora da UFSC, intitulados “Algumas Experiências, Perspectivas e Desafios da Medievalística no Brasil Frente às Demandas Atuais” (2016) e “História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas” (2019); Caio de Amorim Féo, mestre em História pelo PPGH-UFF, com “As Incurções Vikings sob um Novo Olhar: para uma Era Viking Global” (2020); Bruno Tadeu Salles, professor da UFOP, com “O Estudo da Experiência de Fraxinetum como Ponto de Partida para Pensar uma História Conectada do Mediterrâneo na Alta Idade Média” (2021), com coautoria de Marina de Oliveira Carvalho,

graduando pela UFOP, e “*The Military Orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality: Connected Histories as a Critical Approach to the History of the Crusades*” (2022); Carlile Lanzieri Júnior, professor da UFMT, com “A Idade Média imaginada pelos adeptos da Retórica do Choque de Civilizações” (2021); Otávio Luiz Vieira Pinto, professor da UFPR, com “*Connecting Worlds, Connecting Narratives: Global History, Periodisation and the Year 751*” (2019), “*Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana*” (2020), e “Há Medieval ao Sul do Equador?” (2021); e Guilherme Queiroz de Souza, professor da UFPB, com “Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História” (2021), “Revisitando a literatura luliana: do nacional ao global” (2022) e “Ramon Llull e a Idade Média Global: geopolítica, integração e diversidade” (2023).

A autora a inaugurar a discussão sobre Idade Média Global na historiografia brasileira foi Aline Dias da Silveira em seu artigo “Algumas Experiências, Perspectivas e Desafios da Medievalística no Brasil Frente às Demandas Atuais” (2016). O objetivo do trabalho é evidenciar e discutir experiências, perspectivas e desafios dos Estudos Medievais no Brasil, apresentando contribuições de medievalistas brasileiros para uma “renovação” do conhecimento histórico sobre o Medievo. Silveira não utilizou o rótulo “Idade Média Global” à época, mas enfatiza as conexões geográficas e trocas culturais existentes no Medievo, falando em uma “história global na Idade Média”:

A Idade Média deve ser vista para além dos limites de 500 a 1500 d.C. e para muito além da Europa. O ritmo das trocas econômicas e culturais numa era pré-industrial deveria renovar nossa percepção dos problemas das múltiplas temporalidades, descontinuidade e fragmentação da História, e chamaria para uma nova ordem do tempo histórico: um tempo transcultural. Na relação tempo e espaço na História, pode-se acrescentar a reflexão sobre o espaço de memória como reunião e resultado do cruzamento do tempo e do espaço. Outra contribuição está nas perguntas referentes a uma história global (no sentido de inter-relacionada) na Idade Média, transcendendo a percepção teleológica da história. (SILVEIRA, 2016, p. 45)

Em um novo trabalho escrito alguns anos depois, Silveira é pioneira em utilizar propriamente o termo “Idade Média Global” na historiografia brasileira. O artigo é intitulado “História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas” (2019), e aponta possibilidades de pesquisa nos estudos sobre a Idade Média através da perspectiva da História Global. A autora evidencia alguns estudos já desenvolvidos internacionalmente desde a década de 1980. Assim, ela é responsável por introduzir o termo, dando margem para que pesquisadores futuros pudessem começar a estudar o tema mais a fundo.

O artigo de Caio de Amorim Féo, intitulado “As Incurções Vikings sob um Novo Olhar: para uma Era Viking Global” (2020), propõe-se a examinar a historiografia relacionada às incurções vikings

entre os séculos VIII e IX “enquadrando as sistemáticas expedições em múltiplas regiões do mundo como um sistema estruturante” (FÉO, 2020, p. 625). O artigo visa demonstrar como as incursões proporcionaram uma intensificação dos contatos e conexões da Escandinávia com o globo em níveis que só se revelam em sua amplitude sob uma escala interpretativa global.

Féó ressalta a importância de ampliar os estudos envolvendo a história global para além das sociedades capitalistas, abarcando também as sociedades pré-capitalistas.

(...) o presente artigo objetiva propor aos leitores os fundamentos básicos de uma pesquisa que se inicia, orientada à aplicação dos parâmetros da História Global à abordagem da Era Viking, tecendo considerações em duas frentes. Na primeira, trata-se de estabelecer as configurações basilares dos estudos globais e algumas das mais recentes reflexões destes face ao medieval. Na segunda, propõe-se o estabelecimento das perspectivas essenciais à constituição de uma Era Viking Global, cujo enfoque centrar-se-ia nas incursões vikings iniciadas no século VIII levando-as em consideração como um sistema dada a recorrência do fenômeno ao longo do período. (FÉO, 2020, p. 626)

O autor aborda as críticas do conceito de História Medieval como “História da Europa,” mencionando o desafio de romper com a visão eurocêntrica da História Medieval. Desse modo, a partir da ideia de Idade Média Global, Féó cunha o termo “Era Viking Global” para definir uma perspectiva integrada das incursões vikings como expressão de um movimento global.

Mais um trabalho da historiografia brasileira que utiliza o termo “Idade Média Global” é uma discussão de artigo chamada “O Estudo da Experiência de Fraxinetum como Ponto de Partida para Pensar uma História Conectada do Mediterrâneo na Alta Idade Média” (2021), de Bruno Tadeu Salles e Marina de Oliveira Carvalho. Os autores analisam o artigo “*Fraxinetum: An Islamic Frontier State in Tenth-Century Provence*” do professor Mohamad Ballan, que pensa Fraxinetum como um Estado de fronteira islâmico. Desse modo, Salles e Carvalho utilizam diretamente o termo “Idade Média Global”: “Sob a ótica das propostas de uma ‘história conectada da Idade Média ou em diálogo com as perspectivas do que se apresentou como uma ‘Idade Média Global’, a leitura de Ballan é fundamental e, até mesmo, incontornável” (SALLES; CARVALHO, 2021, p. 102). Desse modo, a intenção dos autores é basicamente fazer um convite à leitura do artigo de Ballan, considerando-a como um exercício para reconsiderar o Mediterrâneo sob um panorama mais complexo. Assim, os autores apresentam o trabalho de Ballan sob a ótica da História Global e, mais especificamente, da História Conectada, pois refuta a ideia simplista de Fraxinetum como um reduto de piratas, mostrando-o como um ponto de intercâmbio e conexão cultural.

Em outro artigo de Bruno Tadeu Salles, "*The Military Orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality: Connected Histories as a Critical Approach to the History of the Crusades*," (2022) a História Global é mencionada principalmente em termos conceituais, como um método de pesquisa que vai além das histórias nacionais e eurocêntricas. O autor discute o uso da História Global para estudar as Cruzadas, destacando o trabalho de autores como Sebastian Conrad e Jérôme Baschet, que defendem a importância de pensar em circulações e contatos em escala ampliada. Desse modo, a História Global é apresentada como uma ferramenta para evitar o exclusivismo europeu e considerar as interações entre várias regiões. Ao enfatizar o conceito de "Histórias Conectadas", o autor argumenta que a Idade Média não foi um fenômeno isolado na Europa, mas influenciado por interações entre várias regiões, incluindo o mundo muçulmano, a Ásia e a África.

Carlile Lanzieri Júnior, em seu artigo "A Idade Média imaginada pelos adeptos da Retórica do Choque de Civilizações em diferentes momentos dos séculos XX e XXI" (2021), problematiza o uso predominante da ideia de uma Idade Média eurocêntrica e excludente, pensando novas interpretações a partir das contribuições da história global e dos estudos pós-coloniais. O autor enfatiza a necessidade da construção de uma ideia de Idade Média diversa e ética, conectada geográfica e culturalmente. Além disso, Lanzieri problematiza o fato de pesquisadores brasileiros estudarem a Idade Média a partir de referenciais europeus consolidados, e não com base em indagações próprias ou experiências e inquietações formuladas no diálogo com outras culturas.

O autor ainda enfatiza a necessidade de afastar o estudo da História do eurocentrismo, ou seja, da abordagem de uma História a partir do Estado-nação, e ressalta a importância de enxergar a História a partir de diferentes centros. Além disso, ressalta a necessidade de que a disciplina seja reinserida nos debates públicos por meio da História Global, de forma a combater problemáticas como os revisionismos, negacionismos, distorções e extremismos. Assim, o medievalista defende a desconstrução de uma visão eurocêntrica e excludente da Idade Média, propondo uma abordagem inclusiva, conectada e diferentes culturas e temporalidades. Desse modo, essa nova perspectiva historiográfica poderia fortalecer uma Idade Média ética, aberta à diversidade, além de combater narrativas que promovem intolerância e discriminação.

Otávio Luiz Vieira Pinto aborda a temática em três artigos, sendo um na língua inglesa e dois em português: "*Connecting Worlds, Connecting Narratives: Global History, Periodisation and the Year 751*" (2019); "*Made in Medieval: a 'exportação' do Medievalismo e a compreensão da História Africana*"

(2020); “Há Medieval ao Sul do Equador? Uma Gramática do Poder Africano entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbabwe (Século XIV)” (2021).

O primeiro artigo, “*Connecting Worlds, Connecting Narratives: Global History, Periodisation and the Year 751*”, tem como objetivo propor um exercício historiográfico através da perspectiva teórica da História Global e, mais precisamente, da História Conectada, ao tentar compreender aspectos da pré-modernidade para além dos limites geográficos e das tradições eurocêntricas. Desse modo, a partir da Batalha de Talas, Pinto estabelece uma narrativa conectada entre Oriente e Ocidente, destacando como o ano de 751 é paradigmático no que diz respeito à formação de fronteiras e padrões de interação política. Assim, ao voltar o olhar para um mundo conectado, os parâmetros de periodização podem tornar-se mais flexíveis, estabelecendo novos e variados marcos cronológicos para a divisão pedagógica das épocas da História, afastando-se do eurocentrismo ao levar em consideração fenômenos mundiais.

O próximo artigo, *Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana*”, procura discutir a viabilidade de existência de uma “Idade Média” na África subsaariana. O autor discute propostas consideradas “deseurocentralizadoras” formuladas a partir de uma abordagem pós-colonial dos Estudos Medievais e, a partir disso, articula as implicações de se pensar um Medievalo fora da Europa. Na visão de Pinto, o termo “África Medieval” não é neutro e precisa ser constantemente problematizado, pois a tentativa de incluir espaços africanos na cronologia Medieval é uma forma de Medievalismo Acadêmico. O autor sugere a nomenclatura “pré-Moderna” no lugar de “Medieval” para designar a cronologia da África do Sul do Saara.

Portanto, o autor problematiza a inclusão da África subsaariana no espaço da “Idade Média Global” sem um real aparato crítico, pois afirma que tal designação representa uma percepção de realidade histórica que satisfaz somente os anseios da Academia Ocidental.

Em seu terceiro artigo sobre o tema, “Há Medieval ao Sul do Equador? Uma Gramática do Poder Africano entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbabwe (Século XIV)”, Pinto objetiva propor as linhas gerais de uma “gramática do poder africano” por meio da discussão do Império do Mali e do Grande Zimbabwe no século XIV, através da perspectiva da História Comparada. Assim, o autor questiona a falta de inclusão da África no âmbito Medieval e aponta as contribuições dos Estudos Pós-Coloniais, dos Estudos Decoloniais e da História Global para esse campo de estudo. Desse modo, enfatiza a necessidade de decolonizar a Idade Média e de pensar uma Idade Média Global, com o objetivo de afastar os Estudos Medievais do eurocentrismo.

Guilherme Queiroz de Souza aborda o conceito de “Idade Média Global” em três artigos: “Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História: perspectivas de abordagem” (2021), “Revisitando a literatura luliana: do nacional ao global” (2022) e “Ramon Llull e a Idade Média Global: geopolítica, integração e diversidade” (2023).

O primeiro artigo tem como objetivo superar a perspectiva de que a Idade Média é uma etapa do passado da Europa, articulando a Idade Média Global ao ensino de história. Assim, existe uma mobilização de categorias como integração, conexão e interação para a compreensão de uma experiência de globalidade. O artigo oferece caminhos e possibilidades através da análise do potencial de determinadas histórias em quadrinhos sobre Raimundo Lúlio e adaptações infantojuvenis do *corpus* luliano, indicando perspectivas de abordagem para a atuação docente e elaboração de materiais didáticos. O artigo também traz a necessidade de uma deseurocentração do conceito de Idade Média. Desse modo, o trabalho apresenta a possibilidade da utilização do conceito de Idade Média Global no ensino de história, promovendo a visão de um Medievo mais diverso tanto geograficamente quanto cultural e religiosamente.

O segundo artigo objetiva examinar três obras do filósofo maiorquino Ramon Llull: o *Livro do Gentio e dos Três Sábios*, *Blaquerna* e o *Livro das Maravilhas*. A partir dessa análise, o autor explora como a obra de Llull foi interpretada. A princípio, o filósofo maiorquino foi apropriado por movimento nacionalistas, especialmente na Catalunha, onde foi exaltado como símbolo cultural catalão. No entanto, o artigo argumenta que a verdadeira natureza da obra de Llull é global e mediterrânea, refletindo influências transculturais e multilíngues. Desse modo, a relação com a Idade Média Global se dá pela análise da literatura luliana dentro de um contexto transnacional e transcultural, pois Llull não era um autor isolado por uma única tradição nacional, mas parte de uma circulação de ideias e textos entre culturas do mediterrâneo. A obra do filósofo é compreendida como um exemplo de literatura medieval híbrida, que cruza fronteiras geográficas e culturais, desafiando a visão tradicional de uma Idade Média fechada e nacionalista.

O terceiro artigo de Souza, “Ramon Llull e a Idade Média Global: geopolítica, integração e diversidade”, tem como objetivo explorar a geopolítica, a integração e a diversidade das porções conectadas e integradas da Afro-eurásia durante os séculos XIII e XIV. O caminho escolhido para a realização de tal análise foi a partir da trajetória do filósofo maiorquino Ramon Llull (c. 1232-1316). Em seus escritos, Llull demonstra a centralidade do Egito, Bagdá e Índia, alguns dos principais sistemas-mundo da época, e aponta a necessidade de os cristãos serem integrados a eles. Desse modo,

o autor, a partir da experiência de Ramon Llull, demonstra a existência de uma Idade Média multicêntrica e conectada, religiosa e culturalmente diversa, que só poderia ser compreendida a partir do conceito de “Idade Média Global.”

Em relação à utilização do rótulo “Idade Média Global”, percebe-se que, dos 12 artigos reunidos, somente 2 não utilizam diretamente o termo, sendo um deles o já mencionado artigo pioneiro de Aline Dias da Silveira (2016). O outro é o trabalho “A Idade Média imaginada pelos adeptos da Retórica do Choque de Civilizações em diferentes momentos dos séculos XX e XXI” (2021), de Carlile Lanzieri Júnior. Apesar de não fazer uso direto do rótulo, o autor aborda uma Idade Média Global a partir da problematização de um Medievo fechado e eurocêntrico e do enfoque em suas conexões e pluriculturalidade.

No que diz respeito à classificação, somente os dois trabalhos de Aline Dias da Silveira (2016 e 2019) podem-se categorizar como textos teóricos, enquanto que o restante configura-se como estudos de caso.

Pode-se perceber que todos os trabalhos falam sobre a desconstrução de uma Idade Média eurocêntrica, deslocando o foco para as interações e conexões. Em relação a similaridades mais específicas, tanto o trabalho de Lanzieri (2021) quanto de Souza (2022) abordam a questão da utilização do Medievo por ideologias nacionalistas. O primeiro aborda a problemática de uma forma mais geral, enfatizando a importância da perspectiva da História Global para romper com uma história pautada nos mitos nacionalistas europeus. O segundo problematiza a utilização da figura de Ramon Llull como forma de reforçar um nacionalismo catalão, em que o filósofo seria identificado como fundador ou patriarca da literatura catalã. Desse modo, uma das formas pelas quais a perspectiva da Idade Média Global pode ajudar a deseurocentrar a Idade Média é através da contestação de uma história baseada no Estado-nação, ou seja, através da problematização do nacionalismo eurocêntrico.

Em relação ao recorte espacial, são abordadas conexões em uma Afro-Eurásia conectada. Os artigos de Otávio Luiz Vieira Pinto enfatizam o continente africano e a Ásia Central pensando suas conexões em um espaço afro-euro-asiático, enquanto que os trabalhos de Guilherme Queiroz de Souza focam nos espaços mediterrânicos por onde viajou o filósofo Ramon Llull. O estudo de Bruno Tadeu Salles e Marina de Oliveira Carvalho também se localiza geograficamente no Mediterrâneo, pois analisa um trabalho sobre a fortaleza de Fraxinetum, localizada no atual sudeste da França. Somente o trabalho de Caio de Amorim Féo traz a Escandinávia para essa rede de contatos. Assim, percebe-se que grandes

porções do globo são levadas em consideração e trazidas para um espaço conectado: a Europa Ocidental, a Escandinávia, o Mediterrâneo, a Ásia Central e a África-subsaariana.

No que diz respeito ao recorte cronológico, o artigo de Caio de Amorim Féo aborda o período entre os séculos VIII e IX. A análise de Guilherme Queiroz de Souza refere-se aos séculos XIII e XIV, por ter sido o período em que viveu Ramon Llull. O trabalho de Bruno Tadeu Salles e Marina de Oliveira Carvalho está temporalmente localizado por volta do século X, período de existência do reino islâmico de Fraxinetum, enquanto que o artigo de Bruno Tadeu Salles sobre as Ordens Militares concentra-se nos séculos XII e XIII. Otávio Luiz Vieira Pinto aborda o século VIII (em torno da Batalha de Talas), o século XIV (durante o qual analisa o Império do Mali e do Grande Zimbábwe). Dessa forma, percebe-se que os períodos abordados pelos trabalhos são bastante amplos e diversos, abrangendo todo o período tradicionalmente identificado como Medieval.

## **Livros**

O primeiro livro que se propõe a abordar a temática é o “Idade Média e História Global”, organizado por Gabriel Cordeiro, Isabela Silva, José Fonseca e Marina Sanchez, acadêmicos da USP, membros do LEME. A obra foi publicada em 2019, resultado da III Jornada de Estudos Medievais, evento organizado pelos membros do Laboratório de Estudos Medievais (LEME). O segundo livro é o “Para Além do Ocidente Cristão: Outras Idades Médias?”, coletânea de textos organizada por Bruno Uchoa Borgongino, professor da UFPE, e publicado em 2023. A obra tem o objetivo de ampliar o debate sobre espaços, sujeitos e processos que não fazem parte, mas que são contemporâneos, do chamado “Ocidente cristão medieval”.

Em relação à “Idade Média e História Global”, apesar do título fazer referência à História Global, compreendemos que tal perspectiva não foi abordada plenamente pelos trabalhos reunidos no livro. O termo “global” é pouco mencionado ao longo da obra, estando presente em somente 3 artigos: “Idade Média como elemento da retórica colonial do século XIX”, de Eduarda Moysés Temponi; “Um breve levantamento dos horizontes de pesquisa sobre a sociedade senhorial do século X: os exemplos de Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona”, de Vitor Boldrini; e “Imaginários na literatura de viagem tardomedieval e moderna”, de Rossiano Henrique Oliveira Vilaça.

Em relação ao texto “Idade Média como elemento da retórica colonial do século XIX”, de Eduarda Moysés Temponi, o trabalho explora como o período medieval foi utilizado como ferramenta

retórica para apoiar narrativas coloniais. O conceito de “global” aqui refere-se à projeção imperialista da história europeia sobre os territórios colonizados, fazendo da Idade Média um referencial universal de “barbárie” ou “civilização”. No entanto, tal abordagem não se enquadra na Idade Média Global, pois, em vez de analisar os contextos locais em relação a processos globais mais amplos, a conexão global, nesse caso, está mais relacionada à dominação e ao controle narrativo, e não à interconexão sistêmica e às influências multidirecionais que a História Global visa analisar.

Sobre “Um breve levantamento dos horizontes de pesquisa sobre a sociedade senhorial do século X: os exemplos de Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona”, de Vitor Boldrini, compreendemos que o artigo trata das dinâmicas de poder dentro das estruturas eclesiásticas e aristocráticas da Europa medieval. O aspecto “global” aqui é restrito às interações entre elites locais, sem explorar amplamente os processos sistêmicos globais. Desse modo, o foco está nas relações políticas locais europeias, e não nas interconexões entre regiões ou mudanças estruturais no contexto global.

O terceiro e último artigo a mencionar o termo “global” é o trabalho “Imaginários na literatura de viagem tardomedieval e moderna”, de Rossiano Henrique Oliveira Vilaça. O texto investiga como os imaginários europeus foram projetados sobre os novos territórios encontrados durante a Era das Explorações. Embora o contato entre a Europa e as Américas tenha envolvido interação intercontinental, o artigo foca em como os quadros mentais medievais europeus foram usados para interpretar essas realidades. Desse modo, consideramos que a análise não constitui uma abordagem de História Global, pois se concentra na forma como as visões de mundo europeias absorveram essas descobertas, sem analisar as influências mútuas e os processos transformadores globais.

Em relação à “Para Além do Ocidente Cristão: Outras Idades Médias?”, dos 14 artigos que compõem o livro, somente 2 fazem referência direta ao conceito de “História Global”, sendo trabalhos de autores já abordados anteriormente. O primeiro é o artigo intitulado “Adelardo de Bath (c. 1080-1152) e a busca pela terra estrangeira: um estudo de caso para rever conceitos e apontar novas possibilidades explicativas acerca do Renascimento do (longo) século XX”, de Carlile Lanzieri Júnior. O segundo, de Otávio Luiz Vieira Pinto, chama-se “A águia de pedra e o rinoceronte de ouro: história, cultura e arqueologia das sociedades do sudeste africano (séculos VI-XVI)”.

Em seu texto, Lanzieri problematiza, a partir da trajetória de Adelardo de Bath, a ideia difundida na historiografia de que os monges e demais membros da Igreja eram alheios à razão e ao

econômico, e que houve uma ruptura durante o Renascimento do século XII entre esses monges e os novos intelectuais. A partir da perspectiva da História Global, o autor leva em consideração que o Renascimento do século XII e aqueles que o impulsionaram foram certamente influenciados pelos eventos ocorridos em outros locais, assim como pelos indivíduos, conhecimentos e visões de mundo desses lugares. Lanzieri ainda se baseia nas ideias de Aline Dias da Silveira (2019) de que os novos estudos medievais sejam guiados pelas noções de transculturalidade e que a Idade Média seja compreendida a partir do que era global no próprio medievo. O autor também menciona o trabalho de Marcelo Cândido da Silva, “Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média” (2020), em que são pensadas as abordagens globais aplicadas ao medievo, o que permite que a história da humanidade seja compreendida de forma menos restrita.

Em seu artigo, Pinto problematiza a perspectiva da Idade Média Global ao afirmar que tal abordagem, ao integrar somente sociedades familiares aos medievalistas ocidentais, ainda está carregada de eurocentrismo. Desse modo, o autor objetiva apresentar elementos das sociedades subsaarianas suaíli e shona, de forma que a análise dessas sociedades permita repensar as propostas dos Estudos Medievais Globais para além de seu eurocentrismo. Indiretamente, em uma nota de rodapé, Pinto menciona o artigo pioneiro de Aline Dias da Silveira, “História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas” (2019), para indicar produções acadêmicas sobre as possibilidades globais e pós-coloniais dos Estudos Medievais. No final de sua discussão, o autor ainda faz uma breve reflexão sobre os estudos envolvendo a Idade Média Global no Brasil, ressaltando a crescente preocupação da Medievalística brasileira com a deseurocentração de suas pesquisas. Pinto menciona o grupo de pesquisa LEOM (Laboratório de Estudos de Outros Medievos) como um dos representantes dessa nova preocupação em torno do estudo de uma Idade Média mais diversa. Ainda menciona o dossiê “Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média” (2020), publicado pela Revista de História e organizado por Marcelo Cândido da Silva.

De forma geral, o livro se propõe a abordar outras Idades Médias para além do Ocidente Cristão, e o faz. Porém, nem todos os artigos que apresentam uma perspectiva para além do Ocidente Cristão fazem parte da abordagem da Idade Média Global, que necessita, além da perspectiva deseurocentrada, de conexões globais. Em suma, os dois livros analisados oferecem contribuições importantes para a ampliação do escopo dos estudos medievais, com foco em espaços e sujeitos além do Ocidente Cristão. No entanto, nem todos os capítulos optaram por uma plena incorporação da perspectiva teórico-metodológica da História Global.

## Dossiês

Em relação a dossiês, encontramos três que abordam a temática da Idade Média Global: “Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média” (2020), organizado por Marcelo Cândido da Silva, professor da USP; “Histórias Conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600” (2020), organizado por Cláudia Regina Bovo, professora da UFTM; e “Medievos e Medievalidades a Partir de uma História da Arte Global” (2022), organizado por Flavia Galli Tatsch, professora de História da Arte da UNIFESP

O primeiro dossiê conta com 6 artigos, e consideramos que 2 deles não abordam a perspectiva da Idade Média Global. O primeiro é o trabalho intitulado “O Léxico da Pobreza na Ordem Franciscana (Século XIII): contribuição ao estudo da economia cristã de bens simbólicos”, de Ana Paula Tavares Magalhães. Ao abordar o léxico da pobreza na Ordem Franciscana ao longo da história do cristianismo, a nosso ver, o trabalho não se encaixa na perspectiva da Idade Média Global, levando em consideração que esta precisa necessariamente abordar uma história em torno de porções conectadas de diferentes continentes através de uma perspectiva deseurocentrada.

O segundo é o artigo de Thiago Juarez Ribeiro da Silva, “O Cuidado do Pobre entre os Séculos VIII e X: uma questão política ‘global?’” que, apesar de se encaixar na perspectiva da História Global ao comparar as políticas de proteção aos pobres nos impérios Carolíngio e Bizantino entre os séculos VIII e X, não aborda a perspectiva da Idade Média Global. Desse modo, o autor identifica fenômenos comuns e revisita interpretações tradicionais, mostrando como esses dois contextos distintos implementam medidas similares para lidar com a opressão dos pobres, em resposta a desafios sociais e políticos, mas, assim como o artigo de Ana Paula Tavares Magalhães, não realiza uma análise deseurocentrada em torno de continentes conectados.

Os 4 trabalhos que consideramos abordar o conceito de História Global são: “Das Artes e da Natureza: articulação de saberes no pensamento científico do século XIII”, de Adriana Vidotte, professora da UFG; “Mobilidades, Conexões, Novos Contornos. A circulação de artefatos em marfim nos séculos X-XIII”, de Flavia Galli Tatsch; “Comunicação Política entre Angevinos e Aragoneses em Palermo na Crônica da Sicília (Séculos XIII e XIV): exercício de história conectada”, de Igor Salomão Teixeira, professor da UFRGS; e “Uma História Global Antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média”, de Marcelo Cândido da Silva, professor da USP.

O artigo “Das Artes e da Natureza: articulação de saberes no pensamento científico do século XIII”, de Adriana Vidotte, analisa o pensamento científico do século XIII a partir da obra *Image du Monde*, de Gossouin de Metz. O trabalho explora como o conhecimento grego antigo e árabe medieval influenciaram o ambiente intelectual da França, destacando a circulação e integração desses saberes. Ademais, o texto aborda a transformação na percepção da natureza e na busca por explicações científicas durante o Medievo. Desse modo, consideramos que o artigo se encaixa no conceito de História Global, pois não somente traça conexões entre diferentes regiões, mas analisa a forma como esses conhecimentos foram integrados em um contexto global, demonstrando a interseção de processos globais e suas manifestações locais.

O artigo “Mobilidades, Conexões, Novos Contornos. A circulação de artefatos em marfim nos séculos X-XIII”, de Flavia Galli Tatsch, aborda a História Global por meio da circulação de artefatos em marfim no Mediterrâneo entre os séculos X e XIII. O texto explora como esses objetos contribuíram para a constituição de uma cultura visual compartilhada, exemplificando as conexões transculturais entre cortes islâmicas, bizantinas e cristãs. Dentro da História Global, o artigo alinha-se mais especificamente à perspectiva da História Conectada, pois investiga os fluxos de objetos e as conexões entre regiões, sem necessariamente inserir esses fenômenos dentro de uma estrutura global mais ampla, mas simplesmente destacando as dinâmicas de trocas entre sociedades.

O trabalho intitulado “Comunicação Política entre Angevinos e Aragoneses em Palermo na Crônica da Sicília (Séculos XIII e XIV): exercício de história conectada”, de Igor Salomão Teixeira, se encaixa nas perspectivas de História Global e História Conectada ao analisar os conflitos na Sicília entre os séculos XIII e XIV dentro do contexto das interações no Mediterrâneo. Desse modo, o autor foca nas conexões entre diferentes regiões (Sicília, Catalunha, Nápoles) e povos, destacando como essas disputas locais refletem processos globais mais amplos. Além disso, a abordagem vai além da disputa territorial, explorando questões simbólicas e identitárias, em consonância com a ideia de Idade Média Global, que desafia o eurocentrismo e enfatiza a conectividade entre diversas civilizações já antes do século XVI.

Em “Uma História Global Antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média”, Marcelo Cândido da Silva desafia a narrativa tradicional que associa a globalização exclusivamente à era moderna, destacando que as sociedades medievais já experimentavam formas intensas de conectividade. Ademais, o autor discute a relação entre História Global e História Conectada, afirmando que “(...) como método de análise, a História Global é mais bem definida por

meio da expressão ‘História Conectada’, que constitui, no final das contas, uma modalidade específica da abordagem Global.” (CÂNDIDO DA SILVA, 2020, p. 14)

O segundo dossiê conta com 4 artigos e tem o objetivo de reunir trabalhos que abordem a perspectiva das Histórias Conectadas. Apesar de o foco do dossiê ser na História Conectada, a perspectiva da Idade Média Global está presente nos artigos

O artigo de abertura do dossiê, “História Conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600”, de Cláudia Regina Bovo e Adrien Bayard, explora a conectividade entre diferentes regiões da Eurásia e da África na Idade Média, enfatizando a circulação de ideias, pessoas e mercadorias. Os autores propõem uma abordagem global que desafia o eurocentrismo tradicional dos Estudos Medievais, destacando a importância de se considerar as conexões suprarregionais e supracontinentais antes das grandes navegações atlânticas. Desse modo, através da análise de múltiplas escalas e de interações transculturais, o artigo se alinha à perspectiva da Idade Média Global, ao examinar como esses processos moldaram as sociedades medievais dentro de um contexto global mais amplo.

O trabalho “Perspectivas da história econômica global da Baixa Idade Média”, de Felipe Mendes Erra, utiliza uma perspectiva global pois analisa o comércio transcontinental em torno do Mediterrâneo durante o século XVI, evidenciando conexões comerciais que transformam as sociedades a nível local.

O artigo “A coleção de Tours de Atas do Concílio de Éfeso (431): um testemunho carolíngio de resignificação doutrinária e circulação de textos no Mediterrâneo Tardo Antigo”, de Robson Murilo Grando Della Torre, também se encaixa na perspectiva da Idade Média Global, principalmente devido à sua abordagem de conectividade entre diferentes espaços no Mediterrâneo durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. O texto destaca a transmissão de doutrinas, documentos e ideias teológicas através de várias regiões e culturas, refletindo as interações globais do período, com ênfase nas influências culturais e políticas que atravessam fronteiras regionais. A abordagem do autor demonstra como a coleção de Tours, originada no Oriente, foi resignificada em contextos ocidentais, como na Gália Carolíngia, o que ilustra o conceito de Conrad de “interseção entre processos globais e suas manifestações locais.”

O quarto e último artigo do dossiê, “*Ibn Fadlan and a By-passed Remark on an Imaginary Geographical Topos*”, de Vicente Dobroruka, se encaixa na perspectiva da Idade Média Global ao afastar-se do eurocentrismo e destacar as conexões entre diferentes sociedades, como os Khazares, Eslavos e povos

turcos, evidenciando a importância das rotas da seda e trocas culturais. Desse modo, o autor aborda temas mitológicos e religiosos compartilhados entre culturas judaicas, cristãs e islâmicas, reforçando a ideia de que a História Medieval deve ser compreendida em um contexto global e interconectado, em vez de isolada em território europeu, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva e ampla do período.

O terceiro dossiê conta com 8 artigos, mas, apesar de os trabalhos apresentarem perspectivas que abordam conceitos como mobilidade, circulação e conectividade em relação à História da Arte durante o Medievo, alguns não o fazem a partir da perspectiva da Idade Média Global.

No artigo de apresentação do dossiê, por Flavia Galli Tatsch e Tamara Quírico, que reitera a importância de estudos mais focados em uma perspectiva “global” no campo da História da Arte, a partir do afastamento das metodologias canônicas e de uma aproximação de um estudo da arte ou de outros objetos materiais a partir de relações que abarcassem diversos territórios conectados. As autoras chamam a atenção para o desenvolvimento das pesquisas envolvendo a Idade Média Global no Brasil, ressaltando o artigo de Silveira (2019), assim como os dossiês organizados por Bovo (2019) e Silva (2020).

O artigo “A Pintura Religiosa Neobizantina de Benedito Calixto de Jesus: uma perspectiva de longa duração medieval em São Paulo”, de Karin Philippov, foca na análise das pinturas neobizantinas de Benedito Calixto na Igreja de Santa Cecília e São José, em São Paulo. A autora discute como essas obras, inspiradas no Cristianismo primitivo e na arte bizantina, foram apropriadas pela Igreja Ultramontana na Primeira República para reforçar a fé e a identidade religiosa em um contexto urbano e multicultural. Desse modo, o artigo está mais alinhado a uma análise de longa duração medieval a partir do estudo da apropriação do neobizantinismo em um contexto específico de São Paulo, em vez de inserir essa análise em um contexto global ou interconectado entre diferentes regiões do mundo medieval.

Também consideramos que o artigo “Apontamentos a Respeito das Conexões entre os Sentidos da Visão e da Audição nas Representações de Grifos na Tapeçaria de Bayeux”, de Paulo Christian Martins Marques da Cruz e Flavia Galli Tatsch, não se encaixa na perspectiva da Idade Média Global. O foco do trabalho restringe-se à cultura normanda e à interpretação da Tapeçaria, sem uma discussão explícita acerca das interconexões globais ou de uma perspectiva mais ampla da Afro-Eurásia.

O artigo “Apontamentos do Medievo à Arquitetura Cristã Pós-Concílio Ecumênico Vaticano II”, de Richard Gomes da Silva, também não se alinha à perspectiva da Idade Média Global porque se concentra em debates europeus e internos à Igreja Católica, sem mencionar interconexões globais ou a influência de outras culturas, o que não condiz com a ideia de deseurocentração do Medievo e inserção do período em um contexto global mais amplo.

Por sua vez, consideremos que o trabalho intitulado “Apontamentos sobre a Circulação do Modelo Iconográfico da Transfiguração de Jesus”, de Elias Feitosa de Amorim Junior, alinha-se à perspectiva das Histórias Conectadas, pois seu foco está nas interações culturais e trocas de modelos iconográficos entre o Oriente e o Ocidente. O artigo destaca a conectividade entre culturas e tradições, superando uma visão eurocêntrica ao considerar influências mútuas entre o Império Bizantino e o Ocidente.

O artigo “Astrologia, Cotidiano e Arte: o corpo astral e o *homo signorum*”, de Jefferson de Albuquerque Mendes, de acordo com nossas definições, alinha-se parcialmente à perspectiva da Idade Média Global, pois o foco é uma análise europeia do *homo signorum*. Para que de fato se encaixasse plenamente na perspectiva da Idade Média Global, seria necessário incluir a análise de como essas representações e práticas médicas e astrológicas estavam conectadas a outras tradições fora da Europa e como essas influências globais moldaram o pensamento europeu medieval.

O artigo “Esculpiando a Liberdade dos Estudos Medievais: o Renascimento pela perspectiva de uma Idade Média Global”, de Caio de Amorim Féo e Marina Barbosa do Rego Silva, encaixa-se na perspectiva da Idade Média Global ao propor a análise do Renascimento para além da Europa. Desse modo, os autores analisam o fenômeno como parte de um sistema global de influências e interações, promovendo uma abordagem deseurocentrada e integrada à História da Arte Medieval.

O artigo “Uma Análise do Fólio 32r do Livro de Horas 50,1,016 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: o ciclo iconográfico da vida da Virgem”, de Maria Izabel Escano Duarte de Souza, foca nas trocas artísticas entre ateliês europeus, especialmente parisienses, durante a Idade Média, mas não adota a perspectiva da Idade Média Global, que busca descentralizar o foco da Europa e explorar conexões globais anteriores ao século XVI. Portanto, consideramos que permanece dentro de uma visão tradicional, sem analisar interações globais mais amplas.

A partir das análises realizadas, podemos concluir que, embora os dossiês abordem o conceito de História Global e Conectada da Idade Média, nem todos os trabalhos o fazem a partir da perspectiva

da Idade Média Global. Enquanto alguns textos destacam a conectividade e as trocas transculturais entre diferentes regiões e civilizações, como os trabalhos de Adriana Vidotte, Flavia Galli Tatsch e Igor Salomão Teixeira, outros permanecem centrados em contextos mais regionais, sem explorar plenamente as interações globais. Portanto, é evidente que a perspectiva da Idade Média Global ainda enfrenta desafios na integração de metodologias que descentralizam o foco europeu, mas já há avanços significativos no entendimento das conexões e interações suprarregionais antes da modernidade.

## Dissertações

Em relação a dissertações, a única concluída é o trabalho intitulado “Por que esse raio terrível caiu sobre nós vindo do extremo Norte?: Uma História Global das Incursoes Vikings (séculos VIII-X)” (2022), de Caio de Amorim Féo.

O objetivo da dissertação é contribuir para os estudos de História Global aplicados à Idade Média, especificamente através da análise das incursões vikings entre os séculos VIII e X. Desse modo, a História Global é utilizada para identificar estruturas comuns nessas incursões, demonstrando sua importância na integração dos vikings com outras regiões e na redefinição de identidades durante o Período Viking. O autor ressalta a importância da Idade Média Global como mecanismo de superação de paradigmas eurocêntricos e internalistas presentes nos Estudos Medievais.

Féo ainda ressalta a contribuição de medievalistas brasileiros no campo dos Estudos Globais. O trabalho de Aline Dias da Silveira (2019) é mencionado no que diz respeito à sua argumentação sobre as vias de conexão dos Estudos Globais com a teoria dos Estudos Subalternos como forma de pensar uma Idade Média Global. O autor também questiona os apontamentos feitos por Silveira em relação ao Atlas Catalão. A autora afirma que o mapa revelaria uma “consciência de globalidade” que se refere à percepção de uma sociedade de que ela faz parte de um todo maior, formado por diversas partes interdependentes e interconectadas. Desse modo, Féo levanta um questionamento sobre os limites dessa consciência de globalidade, perguntando-se se ela seria extensível para outras camadas das sociedades medievais, como um camponês sueco do século VIII. Assim, o autor argumenta que tal noção seria mais eficaz se considerada no plural, formando múltiplas consciências de globalidade conforme cada realidade das diversas regiões do planeta que interagem mutuamente.

O autor também menciona o dossiê organizado por Marcelo Cândido da Silva (2020). Féo se baseia no artigo de Silva presente no dossiê para ressaltar que a Idade Média Global não equivale a

uma história da globalização, enfatizando que seu principal objetivo é a superação do eurocentrismo metodológico e da naturalização do conceito de Estado-nação como categoria analítica de sociedades modernas e antigas.

Féo ainda menciona o dossiê “Mobilidades, conexões, novos contornos. A circulação de artefatos em marfim nos séculos X-XIII” (2020) de Flávia Galli Tatsch. O autor ressalta a notabilidade do estudo por mostrar como a História Global pode ser aplicada a outras áreas dos Estudos Medievais, como a História da Arte.

Desse modo, o autor apresenta uma abordagem inovadora sob a perspectiva da Idade Média Global, integrando as atividades vikings a um contexto global. Assim, ao reconhecer que as incursões vikings influenciaram e foram influenciadas pelas áreas em que entraram em contato, pode-se rejeitar ideias de pureza racial e reconhecer a diversidade étnica presente nesses grupos.

### Vídeos e Podcasts

Foram contabilizados 19 vídeos no total, que datam de 2020 a 2024, sendo 3 deles produzidos em 2020 e 9 em 2021. Ou seja, 12 vídeos (63%) foram produzidos durante a pandemia. A partir de 2022, apesar de oficialmente ainda não ser o fim da pandemia, já que o fim só foi anunciado pela OMS em 5 de maio de 2023, grande parte das atividades, acadêmicas ou não, já havia retornado ao formato presencial. Entretanto, os eventos remotos ainda continuaram a existir, só que em menor número. Levando em consideração que a utilização de plataformas virtuais para a realização de aulas e eventos acadêmicos teve início com a pandemia, não foram encontrados vídeos publicados antes de 2020.

Em 2020, o vídeo “Entrevista com Flavia Galli Tatsch: Uma Idade Média Global?”, do canal Revista de História USP, explora a História Global como uma alternativa à história nacional, destacando a interdependência de diferentes regiões no período medieval e a necessidade de superar uma visão eurocêntrica. “Consciência de Globalidade na Cronística Medieval”, do canal *Translatio Studii*, conferência proferida pela professora Aline Dias da Silveira, apresenta a distinção entre globalidade e globalização, com foco no pensamento católico medieval e o livro “Das Cruzes”. O vídeo “História Global Medieval e a Descolonização do Ensino de História”, do *Meridianum* UFSC, também com apresentação da professora Aline Dias da Silveira, aborda a interdependência entre povos de diferentes regiões na descolonização do ensino da Idade Média.

Em 2021, o vídeo “História Medieval II – A Idade Média pode ser Global?”, do canal Prof. Otávio Luiz, discute a limitação de uma periodização eurocêntrica, sugerindo a inclusão de África e Ásia nos currículos de História. “Em Busca de uma Idade Média Global”, do canal *Vivarum TV*, questiona a centralidade europeia, propondo novas metodologias e nomenclaturas. Já o vídeo “Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História”, do canal CongressoLabora USP, explora o filósofo medieval Raimundo Lúlio e o uso de histórias em quadrinhos no ensino de História. A mesa de debate “Idade Média além da Europa”, também do CongressoLabora USP, sugere renovar o ensino com uma visão mais global e uso de recursos modernos. O lançamento do livro “Idade Média e História Global”, do canal Cátedra Jaime Cortesão, reinterpreta a Idade Média sob uma perspectiva global. “Ensino Global de História Medieval”, do Laboratório de Estudos Mediterrânicos e Bizantinos, destaca a necessidade de uma abordagem global no ensino de História Medieval. “Uma Idade Média ao Sul do Saara?”, do *Translatio Studii*, explora Idade Média na África Subsaariana. Por fim, “A pandemia no século XIV”, do canal Outros Medievos, examina o impacto global da Peste Negra, comparando com a pandemia de covid-19.

Em 2022, 4 dos 5 vídeos foram publicados pelo canal *Translatio Studii*, que foram. O primeiro, “Mesa Redonda 4: Ensino de Idade Média no Sul Global”, discute a adaptação do ensino da Idade Média no Sul Global, enfatizando a diversidade cultural. O segundo, “Mesa Redonda 1: O Continente Africano e a Idade Média”, aborda as perspectivas e desafios do estudo da Idade Média Africana. Já “Mesa Redonda 2: Formação de Redes e Brechas na História Medieval Latino-Americana”, questiona a possibilidade de uma historiografia medieval latino-americana. Em “*Translatio Studii* Entrevista – Aline Dias da Silva (UFSC)”, reflete-se sobre a descolonização dos estudos medievais e a responsabilidade dos pesquisadores do Sul Global. O único vídeo publicado por um outro canal (CongressoLabora USP), “Viajando entre continentes: os limites do território islâmico em Ibn Battuta”, explora as viagens de Ibn Battuta e suas contribuições para a expansão do conceito de *dar al-islam*.

Em 2023, o vídeo “MESA DE ABERTURA – VI JORNADAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS”, do canal EPAM UNIFESP, apresenta um evento acadêmico com discussões sobre vários aspectos da Idade Média, incluindo cultura, política e novas abordagens metodológicas. Em 2024, o vídeo “Aula aberta – História Global e História Medieval: um diálogo possível?”, do canal Sacralidades Medievais, explora as conexões entre a História Global e a Medieval, destacando a

importância de uma abordagem global para a compreensão das interações culturais e políticas medievais para além de uma perspectiva eurocêntrica.

Portanto, os vídeos consistem em eventos, palestras, aulas ou entrevistas com professores que abordam o tema da Idade Média Global. Muitas vezes abordam assuntos já tratados pelos autores em artigos publicados, como é o caso do vídeo “Uma Idade Média ao Sul do Saara?”, do professor Otávio Luiz Pinto, que trata da temática já abordada em seu artigo “*Made in Medieval*: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana”. O professor Guilherme Queiroz de Souza também discorre sobre seu artigo intitulado “Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História: perspectivas de abordagem” em uma apresentação publicada em vídeo pelo canal CongressoLaboraUSP.

Muitas apresentações fazem parte de eventos organizados por grupos de pesquisa que trabalham com a perspectiva da Idade Média Global, como o *Translatio Studii* (UFF), o *Meridianum* (UFSC), o *Vivarum* (UFBA), o LAEMEB (UNIFESP), o LEME (USP), o LEOM (UFPE) e o Sacralidades Medievais (UFG). O canal responsável pela maior publicação dos vídeos foi o *Translatio Studii*, que publicou 6 dos 19 vídeos sobre a temática.

Em relação aos podcasts, foram contabilizados somente 2 que abordam a temática da Idade Média Global. O primeiro é intitulado “Por uma Idade Média Global feat. Thiago Ribeiro (LEME-USP)” (2020), publicado pelo canal Medievalíssimo, em que Bruno Rosa recebe o professor Thiago Ribeiro, ligado ao grupo de pesquisa LEME (USP). O episódio aborda a necessidade de uma visão global da Idade Média, valorizando as contribuições de várias civilizações para superar a perspectiva eurocêntrica e entender melhor as interações culturais desse período. Dentre a bibliografia indicada, pode-se encontrar o já mencionado dossiê “Uma História Global antes da Globalização?” (2020), organizado por Marcelo Cândido Silva, e o vídeo “Uma Idade Média Global?” (2020), que consiste em uma entrevista com a professora Flavia Tatsch.

O segundo episódio de podcast é intitulado “Idade Média e Globalização” (2023), organizado pelo Laboratório de História da Arte Global vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Arte (PPGHA) da UERJ, em que Tamara Quírico recebe a professora Flavia Tatsch, que é responsável pelo núcleo de pesquisa em História da Arte do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) da UNIFESP. O episódio discute a ideia de uma Idade Média Global, analisando objetos do

período como parte de um único universo cultural, desafiando as divisões tradicionais da História da Arte.

## **Programas de Curso**

Foram contabilizados 9 programas de curso que abordam a temática da Idade Média Global. Encontramos disciplinas entre os anos de 2019 e 2024, organizadas da seguinte forma: uma disciplina em 2019, três em 2020, uma em 2021, nenhuma em 2022, três em 2023 e uma em 2024. A primeira disciplina a abordar a temática foi o curso intitulado “História Global da Idade Média” (UFRJ), ministrado pelo professor Paulo Pachá, professor da UFRJ, em 2019. Em 6 das 9 disciplinas, o texto “Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média” (2020), de Marcelo Cândido da Silva é utilizado como bibliografia, o que sugere uma influência significativa do trabalho na formação acadêmica relacionada à perspectiva da Idade Média Global dentro da historiografia brasileira.

Somente 2 das disciplinas são inteiramente focadas na Idade Média Global: “Uma História Global da Idade Média” (USP), ministrada pelo professor Marcelo Cândido Silva, em 2021, e a já mencionada disciplina de Pachá. Ademais, 5 abordam a temática dentro de uma disciplina geral de História Medieval I e II (UFOP, USP, UFRJ, UnB, UFSC), uma delas dentro de uma disciplina intitulada “História Pública e Idade Média” (Unicamp), e outra dentro de um curso chamado “Uma História Conectada do Mediterrâneo na Idade Média” (Unicamp). No geral, a partir das apresentações dos programas e da bibliografia sugerida, percebe-se que a Idade Média Global é abordada nas disciplinas como método capaz de deseurocentrar os Estudos Medievais e evidenciar interseções e interações em um mundo conectado.

## **Editais de Concurso**

Ao analisar os editais, percebe-se que a perspectiva da Idade Média Global ainda tem uma presença tímida nas seleções acadêmicas, com apenas um exemplo identificado até o momento. Isso sugere que, embora essa abordagem esteja começando a ser reconhecida, o impacto nas instituições de ensino de pesquisa no Brasil ainda é limitado.

Nesse sentido, o único edital de concurso encontrado foi para o magistério superior da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), publicado em 2021. Dentro do conteúdo programático da prova escrita para a área de conhecimento de História Antiga e Medieval encontra-se o tópico “Outras formas de pensar os mundos antigos e medievais: diálogos com a História Global e os estudos subalternos”.

## Eventos

Foram contabilizados 9 eventos envolvendo a temática da Idade Média Global. O primeiro ocorreu em 2017, o “III Encontro do GT de História Antiga e Medieval”, organizado pela ANPUH da UFSC. Os grupos e laboratórios de estudo *Meridianum* (USFC), LABEAM (FURB) e LEME (UFFS) contribuíram para a organização. O evento contou com a participação do já mencionado professor Otávio Luiz Vieira Pinto, que palestrou sobre a dimensão global das trocas comerciais entre Oriente e Ocidente a partir do caso do “contrabando dos Bichos da Seda” no século VI. Percebe-se que tal evento, dentro de toda a gama de material coletado para esta pesquisa, foi um dos primeiros a abordar a temática, ficando atrás somente do artigo de Silveira, publicado em 2016.

Em 2019, o primeiro evento do ano foi intitulado “O lugar da História Antiga e Medieval na História Global”, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco. O foco foi na perspectiva da Idade Média Global, promovendo minicursos, palestras e simpósios temáticos para incentivar a desconstrução do eurocentrismo e colonialismo. Já a “III Jornada de Estudos Medievais – Idade Média e História Global”, ocorrida na Universidade de São Paulo, teve como principal tema e interseção entre Idade Média e História Global, utilizando uma abordagem dinâmica para identificar paralelismos e analogias nos temas discutidos por meio de palestras, apresentações e minicursos.

Em 2021, o “VI Seminário de Estudos Medievais da Paraíba”, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, abordou o estado da pesquisa sobre a obra de Christine de Pizan no Brasil e explorou novas metodologias no Sul Global, como medievalismo decolonial e arqueofeminismo. Além de discutir os textos traduzidos e amplamente circulados da autora, o evento revisou a historiografia e trouxe à tona abordagens inovadoras aplicadas à Idade Média Global.

Em 2022, o evento “A Idade Média Vista do Sul Global” ofereceu mesas-redondas que abordaram temas como a África, a história medieval latino-americana e o ensino de Idade Média no Sul Global. Ademais, destacou a importância do medievalismo e da memória dos estudos medievais

no Brasil. Em seguida, o evento “História Antiga e Medieval – perspectivas atuais, historiográficas e usos do passado” fez parte do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, com discussões sobre a Idade Média, História Global e o Oriente no Período Medieval, promovendo mesas-redondas e debates.

Em 2023, durante o “XXVII Simpósio Nacional de História”, promovido pela ANPUH-SP, o evento “Pesquisa e ensino da Idade Média no Brasil frente às demandas do século XXI: entre abordagens públicas e globais” reuniu acadêmicos para discutir a atualização metodológica, a relevância da Idade Média Global e novas fontes de pesquisa. O evento refletiu sobre a abordagem global da Idade Média e discutiu sua aplicação no ensino inclusivo. O “VII Seminário de Estudos Medievais na Paraíba”, por sua vez, proporcionou um espaço de troca de ideias e reflexões sobre diversos aspectos da história medieval, com apresentações de trabalhos acadêmicos sobre política, sociedade e cultura medieval, incluindo a temática da Idade Média Global.

Por fim, em 2024, o “IV Ciclo de Debates do Brathair-MA” promoveu discussões interdisciplinares sobre cultura, política e história, com ênfase em temas medievais. O evento destacou a Idade Média Global através de apresentações e debates, promovendo uma reflexão sobre como essa abordagem pode enriquecer os estudos medievais no Brasil.

Os eventos distinguem-se dos vídeos, apesar de alguns deles serem realizados de forma remota, no sentido de que os vídeos são produzidos para serem publicados em plataformas digitais, como o YouTube, e geralmente envolvem somente um ou dois pesquisadores dialogando sobre uma temática específica, enquanto que nos eventos diversos pesquisadores apresentam suas pesquisas. Desse modo, levando em consideração que eventos requerem uma maior interação entre os participantes, o que é preferível em formato presencial, contabilizamos somente dois eventos em formato remoto (“VI Seminário de Estudos Medievais da Paraíba” e “IV Ciclo de Debates do Brathair-MA”), um em formato híbrido (A Idade Média vista do Sul Global”), e seis presenciais (“III Encontro do GT de História Antiga e Medieval”, “O lugar da História Antiga e Medieval na História Global”, “III Jornada de Estudos Medievais – Idade Média e História Global”, “História Antiga e Medieval – perspectivas atuais, historiográficas e usos do passado”, “Pesquisa e ensino da Idade Média no Brasil frente às demandas do século XXI: entre abordagens públicas e globais” e “VII Seminário de Estudos Medievais na Paraíba”).

## Considerações Finais

A pesquisa realizada nos permitiu compreender melhor a riqueza e as inovações propostas pela historiografia medieval brasileira em relação à temática da Idade Média Global. Como aponta Silveira (2019), como pesquisadores sul-americanos, devemos olhar para nossa própria experiência. Desse modo, precisamos nos afastar do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico que por muito tempo dominou as produções europeias, principalmente no que se refere aos Estudos Medievais. Desse modo, podemos encarar a história a partir de outros pontos de vista, como, por exemplo, a partir da História Global aplicada à Idade Média.

Além disso, a pesquisa nos permitiu enxergar com mais clareza os impactos da pandemia de covid-19 na produção historiográfica sobre o tema, que atingiu seu ápice nos anos de 2020 e 2021. Desse modo, em relação à produção de conteúdo por ano, percebe-se que o ano em que mais se produziu conteúdo foi o de 2021, enquanto ainda estava decretado estado de pandemia. Compreendemos que, em um mundo afetado globalmente por uma pandemia, pode ter se tornado mais fácil pensar globalmente a questão dos Estudos Medievais.

Dos 58 materiais reunidos, 16 foram produzidos no ano de 2021. A produção de vídeos contribuiu enormemente para esse número, levando em consideração que, dos 19 vídeos contabilizados, 9 foram publicados em 2021. Pode-se compreender que a grande quantidade de vídeos produzidos no referido ano deve-se em parte à pandemia. Considerando que as atividades presenciais estavam suspensas, atividades em formato de vídeo, sejam palestras, aulas, minicursos, debates ou entrevistas, tornaram-se uma opção bastante utilizada dentro do meio acadêmico. Tal situação permitiu que pesquisadores de todo o Brasil, e até de fora do país, entrassem em contato uns com os outros, e com o público em geral, para debater temas e trocar ideias de pesquisas. A praticidade e as vantagens do formato remoto fizeram com que atividades remotas ou híbridas continuassem acontecendo mesmo após o fim da pandemia, preservando o contato e as trocas entre pesquisadores de diversos lugares do mundo que tal formato possibilita.

Ademais, também é importante ressaltar a importância dos inúmeros grupos de pesquisa vinculados às universidades, que contribuíram principalmente no que corresponde à organização de eventos e publicação de vídeos. Alguns já foram citados neste trabalho, mas outros ainda merecem menção, como o GRADALIS (UFPB), o PEM (UFRJ), o POEIMA (UFPEL), dentre outros que

existem e que auxiliam na divulgação não somente das perspectivas da Idade Média Global, mas também dos Estudos Medievais e da produção científica como um todo.

Consideramos que a análise das produções acadêmicas revelou uma expansão significativa do interesse pelo tema, especialmente após a pandemia de covid-19, que impulsionou o formato de produções de vídeos e eventos, permitindo maior colaboração entre pesquisadores de diferentes regiões.

Ademais, compreendemos que a incorporação da Idade Média Global nos programas de curso das universidades brasileira está em ascensão, com um número crescente de disciplinas que abordam tal perspectiva. Desse modo, essa tendência reflete uma mudança no modo como a história medieval é ensinada, que cada vez mais busca uma visão inclusiva e conectada, reconhecendo as interações entre diferentes culturas e regiões durante o Medievo. A inclusão de tópicos como diálogos com a História Global em editais de concurso público, mesmo que tenhamos encontrado somente um até o momento, sugere que a perspectiva está se firmando no campo acadêmico.

Por fim, o impacto do material reunido vai além do campo historiográfico, afetando diretamente o ensino de história nas universidades. Ao adotar uma abordagem global para o estudo da Idade Média, o currículo universitário se torna mais diversificado e menos eurocentrado, oferecendo aos estudantes uma compreensão mais ampla e conectada das transformações históricas e culturais globais. Assim, a continuidade dessa tendência pode resultar em uma renovação substancial na maneira como a história é ensinada e compreendida no Brasil.

## Referências Bibliográficas

CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

HOLMES, Catherine; STANDEN, Naomi. Defining the Global Middle Ages. **Medieval Worlds**, [s. l.], n. 1, p. 106-117, 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. *Modern Asian Studies*, vol. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. 1997, p. 735-762.

## ARTIGOS

FÉO, Caio de Amorim. As Incursões Vikings Sob um Novo Olhar: Para uma Era Viking Global.

**Scandia: Journal of Medieval Norse Studies**, João Pessoa, n. 3, b, p. 625–654, 2020.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile; LIMA, Douglas Mota Xavier de. A Idade Média Imaginada pelos Adeptos da Retórica do Choque de Civilizações em Diferentes Momentos dos Séculos XX e XXI. **Notandum**, Maringá, v. 24, n. 55, p. 53–75, 2021.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Connecting Worlds, Connecting Narratives: Global History, Periodisation and the Year 751 CE. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 255–269, 2019.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Há Medieval ao Sul do Equador? Uma Gramática do Poder Africano entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbábwe (Século XIV). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 93–121, 2021.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 26, p. 126, 2020.

SALLES, Bruno Tadeu; CARVALHO, Marina de Oliveira. O Estudo da Experiência de Fraxinetum como Ponto de Partida para Pensar uma História Conectada do Mediterrâneo na Alta Idade Média. **História Revista**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 101–103, 2021.

SALLES, Bruno Tadeu. The Military Orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality: Connected Histories as a Critical Approach to the History of the Crusades. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 76, p. 17-58, 2022.

SILVEIRA, Aline Dias da. Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 39–59, 2016.

SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 210–236, 2019.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Raimundo Lúlio, a Idade Média global e o ensino de História: perspectivas de abordagem. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 531–557, 2021.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Ramon Llull e a Idade Média Global: geopolítica, integração e diversidade. **Antíteses**, Londrina, v. 16, n. 32, p. 371–400, 2023.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Revisitando a literatura luliana: do nacional ao global. **EHumanista**, Santa Barbara, v. 52, p. 211–226, 2022.

## CAPÍTULOS DE LIVROS

BORGONGINO, Bruno. **Para Além do Ocidente Cristão: Outras Idades Médias?**. Recife: Editora UFPE, 2023.

CORDEIRO, Gabriel; SILVA, Isabela; FONSECA, José; SANCHEZ, Marina. **Idade Média e História Global**: publicação dos III Jornadas de Estudos Medievais. São Paulo: Cátedra Digital, 2021.

## DISSERTAÇÕES

FÉO, Caio de Amorim. “Por que esse raio terrível caiu sobre nós vindo do extremo Norte?”: Uma História Global das Incurções Vikings (séculos VIII-X). Orientador: Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos. 2022. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

## DOSSIÊS

AMORIM JUNIOR, Elias Feitosa de. Apontamentos sobre a circulação do modelo iconográfico da Transfiguração de Jesus. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

BOVO, Cláudia Regina; BAYARD, Adrien. Histórias conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 27, n. 44, p. 10–16, 2020.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–19, 2020.

CRUZ, Paulo Christian Martins Marques da; TATSCH, Flavia Galli. Apontamentos a respeito das conexões entre os sentidos da visão e da audição nas representações de grifos na Tapeçaria de Bayeux (c. 1077). **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

ERRA, Felipe Mendes. Perspectivas da história econômica global da Baixa Idade Média. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 27, n. 44, p. 17–37, 2020.

FÉO, Caio de Amorim; Silva, Marina Barbosa do rego. Esculpindo a liberdade dos estudos medievais: o renascimento pela perspectiva de uma Idade Média global. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. O léxico da pobreza na Ordem Franciscana (século XIII): contribuição ao estudo da economia cristã de bens simbólicos. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–33, 2020.

MENDES, Jefferson de Albuquerque. Astrologia, cotidiano e arte: o corpo astral e o Homo Signorum. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

PHILIPPOV, Karin. A pintura religiosa neobizantina de Benedito Calixto de Jesus: uma perspectiva de longa duração medieval em São Paulo. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

RIBEIRO DA SILVA, Thiago Juarez. O cuidado do “pobre” entre os séculos VIII e X: uma questão política “global”? **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–34, 2020.

SILVA, Richard Gomes da. Apontamentos do medievo à arquitetura cristã pós-Concílio Ecumênico Vaticano II. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

TATSCH, Flavia Galli; Quírico, Tamara. Apresentação do dossiê: medievos e medievalidades a partir de uma história da arte global. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

TATSCH, Flavia Galli. Mobilidades, conexões, novos contornos. A circulação de artefatos em marfim nos séculos X - XIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–33, 2020.

TEIXEIRA, Igor Salomão. Comunicação política entre angevinos e aragoneses em Palermo na Crônica da Sicília (séculos XIII e XIV): exercício de História conectada. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–24, 2020.

TORRE, Robson Murilo Grando Della. A Coleção de Tours de atas do concílio de Éfeso (431): um testemunho carolíngio de ressignificação doutrinária e circulação de textos no Mediterrâneo tardo antigo. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 27, n. 44, p. 59–77, 2020.

SOUZA, Maria Izabel Escano Duarte. Uma análise do fólio 32r do Livro de Horas 50,1,016 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: o ciclo iconográfico da vida da Virgem. **Revista Signum**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2022.

VIDOITTE, Adriana. Das artes e da natureza: articulação de saberes no pensamento científico do século XIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–28, 2020.

## VÍDEOS

EPAM UNIFESP. MESA DE ABERTURA - VI JORNADAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS. YouTube, 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MIn9Mdm2ccw&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=18](https://www.youtube.com/watch?v=MIn9Mdm2ccw&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=18). Acesso em: 5 jul. 2024.

CÁTEDRA JAIME CORTESÃO. Lançamento do Livro: IDADE MÉDIA E HISTÓRIA GLOBAL. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LX15Oy5bYPE&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=12](https://www.youtube.com/watch?v=LX15Oy5bYPE&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=12). Acesso em: 5 jul. 2024.

CONGRESSOLABORAUSP. Raimundo Lúlio, a Idade Média Global e o Ensino de História: perspectivas de abordagem. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=BCoKpq-z9BI&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=6](https://www.youtube.com/watch?v=BCoKpq-z9BI&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=6). Acesso em: 5 jul. 2024.

CONGRESSOLABORAUSP. Mesa de Debate 5 - Idade Média além da Europa - Medievalismo global. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MSmPHgoe7FQ&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=MSmPHgoe7FQ&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=7). Acesso em: 5 jul. 2024.

CONGRESSOLABORAUSP. Viajando entre continentes: os limites do território islâmico em ibn Battuta. YouTube, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=s9ZPdgsjgk&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=9](https://www.youtube.com/watch?v=s9ZPdgsjgk&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=9). Acesso em: 5 jul. 2024.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS MEDITERRÂNICOS E BIZANTINOS. Ensino Global de História Medieval. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Z6i-4o99fNE&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=14](https://www.youtube.com/watch?v=Z6i-4o99fNE&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=14). Acesso em: 5 jul. 2024.

MERIDIANUM UFSC. História Global Medieval e a Descolonização do Ensino de História. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SZIqxvdb-JE>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OUTROS MEDIEVOS. A pandemia no século XIV: um olhar global sobre a peste. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=zAJ0gkJOTJw&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=21](https://www.youtube.com/watch?v=zAJ0gkJOTJw&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=21). Acesso em: 5 jul. 2024.

PPGHISTÓRIA UFPE. Palestra com o Prof Dr Marcelo Cândido da Silva - LEME-USP. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HB8BTb6pG2M&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=17](https://www.youtube.com/watch?v=HB8BTb6pG2M&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=17). Acesso em: 5 jul. 2024.

PROF. OTÁVIO LUIZ. História Medieval II - A Idade Média pode ser Global?. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NbhvHSoUeGI>. Acesso em: 5 jul. 2024.

REVISTA DE HISTÓRIA USP. Entrevista com Flavia Galli Tatsch: “Uma Idade Média Global?”. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXv0qEzP9ZQ&t=530s>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TRANSLATIO STUDII. Translatio Entrevista - Aline Dias da Silveira (UFSC). YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gfbaa8jbaDc>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TRANSLATIO STUDII. Consciência de Globalidade na Cronística Medieval - Aline Dias da Silveira. YouTube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ygKr\\_Z7e9Ek](https://www.youtube.com/watch?v=ygKr_Z7e9Ek). Acesso em: 5 jul. 2024.

TRANSLATIO STUDII. Uma Idade Média ao Sul do Saara? - Otávio Luiz Viera Pinto (UFPR). YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dN2S92Jz6pw>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TRANSLATIO STUDII. Mesa Redonda 4: Ensino de Idade Média no Sul Global. YouTube, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=f6zTh4cOXBU&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=8](https://www.youtube.com/watch?v=f6zTh4cOXBU&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=8). Acesso em: 5 jul. 2024.

TRANSLATIO STUDII. Mesa Redonda 1: O Continente Africano e a Idade Média. YouTube, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NtTBtBlagqs&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=16](https://www.youtube.com/watch?v=NtTBtBlagqs&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=16). Acesso em: 5 jul. 2024

TRANSLATIO STUDII. Mesa Redonda 2: Formação de Redes e Brechas na História Medieval Latino-Americana. YouTube, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TD2C\\_8CXIG0&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=19](https://www.youtube.com/watch?v=TD2C_8CXIG0&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=19). Acesso em: 5 jul. 2024.

VIVARUM TV: CANAL DA ANTIGUIDADE E MEDIEVO UFMT. Em Busca de uma Idade Média Global. YouTube, 2021. Disponível: [youtube.com/watch?v=CblHjO0NNm0&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6\\_bnCd2hQB4o&index=6](https://www.youtube.com/watch?v=CblHjO0NNm0&list=PL7dcJLx8osfyoZG6PVjxC6_bnCd2hQB4o&index=6). Acesso em: 5 jul. 2024.

## PODCASTS

MEDIEVALÍSSIMO: #021: Por Uma Idade Média Global feat. Thiago Ribeiro (LEME-USP). [Locução de]: Bruno Rosa. Entrevistado: Thiago Ribeiro. [S.l.]: Medievalíssimo, 1 abr. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/01/medievalissimo-021/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PPGA: Idade Média e Globalização. [Locução de]: Tamara Quírico. Entrevistada: Flavia Galli Tatsch. [S.l.]: PPGA, 3 jan. 2023. *Podcast*. Disponível em: <https://ppgha.podbean.com/e/idade-media-e-globalizacao/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

## PROGRAMAS DE CURSO

- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de História. História Medieval 2. Brasília, 2023.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de História. História Medieval I. São Paulo, 2023. 5p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de História. Uma História Global da Idade Média. São Paulo, 2021. 7p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Departamento de História. História Pública e Idade Média. Campinas, 2020. 4p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINAS. Departamento de História. Tópicos Especiais em História I: Uma História Conectada do Mediterrâneo na Idade Média. Campinas, 2020. 8p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Departamento de História. História Medieval: plano de ensino. Ouro Preto, 2023. 14p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de História. História Medieval: plano de ensino remoto. Santa Catarina, 2020. 9p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Departamento de História. História Medieval I. Rio de Janeiro, 2024. 7p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Departamento de História. Tópicos Especiais em História Medieval II: História Global da Idade Média. Rio de Janeiro, 2019. 8p.

### **EDITAIS DE CONCURSO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Edital de Retificação n.º 04 ao Edital n.º 06/SGP/UFMT/2019 concurso público de provas e títulos para provimento de cargos da carreira do magistério superior. Cuiabá: UFMT, 2021.

### **EVENTOS**

- A IDADE MÉDIA VISTA DO SUL GLOBAL. 2022, on-line.
- HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL: PERSPECTIVAS ATUAIS, HISTORIOGRÁFICAS E USOS DO PASSADO. 2022, Santa Catarina.
- III ENCONTRO DO GT DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL DA ANPUH-SC. 2017, Santa Catarina.
- III JORNADA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, IDADE MÉDIA E HISTÓRIA GLOBAL. 2019, São Paulo.
- O LUGAR DA HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL NA HISTÓRIA GLOBAL. 2019, Pernambuco.
- PESQUISA E ENSINO DA IDADE MÉDIA NO BRASIL FRENTE ÀS DEMANDAS DO SÉCULO XXI: ENTRE ABORDAGENS PÚBLICAS E GLOBAIS. 2023, São Paulo.
- VI CICLO DE DEBATES DO BRATHAIR-MA. 2024, on-line.
- VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA PARAÍBA. 2021, Paraíba.



## A construção de heroísmo e cavaleirismo no além-mar dos Infantes de Avis pelo olhar de Gomes Eannes de Zurara na Crônica da Tomada de Ceuta (1415-1450)

La construcción del heroísmo y la caballería em el ultramar de los Infantes de Avis através de los ojos de Gomes Eannes de Zurara em la crónica de la Toma de Ceuta (1415-1450)

**Milena Ferrarini**

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

milena.ferrarini.0@gmail.com

**Adriana Mocelim**

Doutora em História (UFPR)

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

adriana.mocelim@pucpr.br

**Recebido:** 07/05/2024

**Aprovado:** 20/09/2024

**Resumo:** O presente artigo realiza uma análise do discurso cronístico avisino enquanto um fator formador de legitimidade e identidade no Portugal tardo medieval. Analisa-se a Crônica da Tomada de Ceuta, do cronista Gomes Eannes de Zurra, com um enfoque no papel cavaleiresco dos jovens Infantes Avisinos. A crônica narra a tomada da cidade de Ceuta na África (1415) pelo rei D. João I e seus filhos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. A partir disto o trabalho buscou compreender as possíveis pretensões da escrita tardia desta crônica (1449-1450), bem como analisar de que forma a escrita de Zurara legitima a imagem dos Infantes da Casa de Avis.

**Palavras-chave:** dinastia de Avis; crônica; Zurara.

**Resumen:** El objetivo de este artículo fue analizar el discurso cronístico avisino como factor de formación de legitimidad e identidad en el Portugal bajomedieval. Para desarrollar estas cuestiones, se analizó la Crónica de la Toma de Ceuta del cronista Gomes Eannes de Zurra, centrándose en el papel caballeresco de los jóvenes infantes Avisinos. La crónica relata la toma de la ciudad de Ceuta en África (1415) por el rey João I y sus hijos infantes D. Duarte, D. Pedro y D. Henrique. A partir de ahí, el trabajo buscó comprender las posibles pretensiones de la redacción tardía de esta crónica (1449-1450), y analizar cómo la escritura de Zurara legitima la imagen de los infantes de la Casa de Avis.

## Introdução

O presente estudo busca realizar uma análise da utilização cronística como ferramenta de legitimação e identificação nos primeiros reinados da Dinastia de Avis no Portugal tardo medieval. Quando se aborda tais elementos na história portuguesa, é inevitável mencionar a dinastia de Avis. Desde sua fundação, essa dinastia investiu significativamente em estratégias de propaganda e na construção de uma imagem política e religiosa legitimadora. Desta forma, o presente trabalho aborda tanto estes elementos considerados pilares da dinastia avisina em sua fundação quanto analisa como estes recursos são pontos recorrentes ao longo dos primeiros reinados. Isso é realizado de forma a especialmente focalizar a construção escrita elaborada a partir da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I, de Gomes Eannes de Zurara sob encomenda de D. Afonso V.

Considerando este objetivo, o presente artigo analisa o período que transcorre entre a tomada de Ceuta (1415) e a composição da crônica que narra este evento (1450). O intuito é compreender o processo de legitimação dos Infantes, filhos de D. João I, fundamentado na honra e no esforço militar. Para isso, examinar-se-ão as diversas maneiras como a crônica da dinastia de Avis foi empregada e adaptada conforme as necessidades narrativas do momento. Neste cenário, a Crônica da Tomada de Ceuta pode ter servido como um recurso de legitimação e exaltação da Dinastia de Avis, assim como das figuras de D. João I e dos Infantes Avisinos, em um contexto de crise e questionamento da autoridade dinástica.

Inicialmente, o presente estudo situa a ascensão da Dinastia de Avis com D. João I e sua legitimação. Para isso, foi analisada a utilização da crônica como uma fonte histórica ao longo do período que compreende os anos de 1383 a 1449, em paralelo aos acontecimentos políticos desse período. Em seguida, o foco da análise foi direcionado especificamente para a Crônica da Tomada de Ceuta, examinando as construções de identidade e legitimidade presentes nessa obra, com ênfase nos infantes da Casa de Avis.

Abordam-se, no decorrer das páginas seguintes, questões referentes ao uso da crônica como escrita literária de legitimação na Península Ibérica nos séculos XIV e XV. Também são discutidas as

dinâmicas políticas e as relações de poder evidenciadas tanto na Crônica quanto na escrita de Zurara. Além disso, destaca-se a construção da imagem dos Infantes de Avis como cavaleiros e a relação entre a necessidade de vitória sobre os muçulmanos tidos por infiéis e a afirmação da fé católica como impulsionadoras da exploração do além-mar.

A análise do discurso cronístico é conduzida com base na noção de que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 2003, p. 536). Dessa forma, a construção do relato e suas possíveis pretensões são examinadas por meio de uma análise crítica, que entende que “a conservação não se dá pela fixação palavra por palavra do que foi, mas dentro de um encadeamento discursivo em que foco, tempo, espaço, personagens e enredo, ou seja, os elementos de uma narrativa estão conjugados” (Guimarães, 2012, p.54) e sujeitos a interpretações, segundo uma leitura ativa de produções historiográficas correspondentes ao tema.

Conforme estabelece Funes (1997), a análise do discurso cronístico deve levar em conta as resistências específicas do objeto, ou seja, as formas pelas quais o texto resiste à simplificação e oferece múltiplas camadas de significado. Por exemplo, a *Estoria de Espanna* e suas continuidades promoveram uma visão providencialista que legitimava a figura do rei e sua dinastia, de forma a moldar a percepção do passado em consonância com os interesses políticos da época — não servindo simplesmente para *narrar* a história da Espanha. Neste sentido, considerar e priorizar o modo como esses textos operam como construções narrativas é substancial, pensando elementos como personagens e enredos, capazes de revelar as tensões e dinâmicas sociais do período em que foram escritos.

A pesquisa combina a utilização da literatura como fonte histórica ao mesmo tempo em que compreende o imaginário como uma parte importante e de destaque dentro da lógica medieval. Isso envolve entender sua intrínseca com as questões políticas e religiosas, as quais estão entrelaçadas com as relações de poder. Dessa forma, é possível escapar da linearidade política e compreender de forma mais ampla e crítica a organização de tais relações.

## “O rei da boa memória”<sup>315</sup>: instauração, construção e continuidade da dinastia

Para melhor compreender a importância das crônicas como aparato de construção de identidade e meio de legitimidade da dinastia avisina, é preciso analisar a trajetória de consolidação e estabelecimento da Casa de Avis no cenário monárquico de Portugal, especialmente durante seus primeiros reinados. O período que vai desde a ascensão dessa dinastia até o final do recorte analisado – ou seja, o início do reinado de Dom Afonso V – está intimamente ligado à necessidade de afirmar e reafirmar as imagens desejáveis para a monarquia e ao modo como estes recursos validam o imaginário construído em torno do poder e de seus detentores.

Inicialmente, há de voltar-se o olhar para a escolha de Dom João Mestre da Ordem de Avis para assumir o trono e as implicações que essa eleição levantou numa época em que a linhagem sanguínea era considerada o principal critério de legitimidade. Como observado por Trevisan (2016, p. 20), “na ausência da plena legitimidade de sangue, as virtudes e comportamentos morais seriam grandes aliados para a consolidação do poder do novo rei e de sua casa real”. Dom João Mestre de Avis era o último filho – e o único não legitimado, ou seja, um bastardo régio – do Rei Dom Pedro I (1357-1367) da Dinastia de Borgonha. Desde tenra idade, recebeu de seu pai o encargo da Ordem de Avis e tornou-se Mestre militar e religioso desta mesma Ordem, aos 6 anos de idade, em 1363.

Sem grandes aspirações ao trono, que foi herdado por seu meio-irmão e sucessor natural Dom Fernando, em 1367, o Mestre de Avis não exerceu uma atividade política relevante até a eclosão da crise dinástica que assola o poder português em 1383. Após a morte de D. Fernando, que não deixou herdeiros, o trono lusitano ficou vago e sem um sucessor direto e legítimo pela primeira vez desde a implementação do governo monárquico. É importante destacar que, antecipando esta situação, D. Fernando, antes de sua morte e após casar sua única filha, Beatriz, com o Rei de Castela<sup>316</sup>, assinou o Tratado do Salvaterra de Magos. Neste tratado ficou registrado que “falecendo D. Fernando sem mais filhos nem netos maiores de 14 anos, a sua viúva, D. Leonor Teles, ficaria por regente de Portugal” (Mattoso, 1997, p. 414). Isso permaneceria em vigor até que a filha de Dom Fernando e o Rei Juan I de Castela tivessem um herdeiro com a idade apropriada, ou no caso de eles não terem descendentes. Após a morte de Dona Leonor, a coroa passaria para quem fosse Rei de Castela.

---

<sup>315</sup> D. João ficou conhecido com o epíteto de o “Rei da Boa Memória”, o que denota a preocupação em fixar uma memória positiva que justificasse a ascensão da Dinastia de Avis ao poder” (Zierer, 2007, p. 281).

<sup>316</sup> Reino Ibérico com o qual Portugal já possuía grande e histórica rivalidade.

Com a morte de Dom Fernando, Portugal passou então a ser governado pela regência da rainha Dona Leonor Teles. Este período, segundo Trevisan (2016), foi marcado pelas fortes oposições internas e pelo temor – que viria a se confirmar – de uma investida por parte do rei de Castela. Foi justamente neste contexto instável que “o golpe surgiu. No dia 6 de Dezembro de 1383. O Conde de Andeiro<sup>317</sup> é assassinado em Lisboa e o povo da cidade é mobilizado para proteger o assassino – precisamente o Mestre de Avis” (Mattoso, 1997, p. 414). Deste modo, a já instável regência enfim entrou em crise, impulsionada pelas revoltas internas contra a figura de Dona Leonor e pela invasão militar de Juan I de Castela. Diante desse cenário, Dona Leonor acabou por fugir de Portugal.

Neste momento, D. João de Avis assumiu seu papel político: “o Mestre de Avis é proclamado, revolucionariamente e contra sua vontade, Regedor e Defensor de Portugal [...] Entra-se num interregno” (Mattoso, 1997, p. 415). Tal acontecimento caracterizou, assim, o início de um governo mais militarizado, comandado não por um rei, mas pela conjuntura formada pelas Cortes para a proteção do reino. Com isto, o Mestre avisino foi quem obteve maior destaque na luta contra os invasores castelhanos, pela liderança dos regimentos de defesa e por sua atuação na reconquista dos territórios portugueses tomados pelos castelhanos.

Contudo, mesmo após as importantes vitórias, o reino lusitano enfrentava uma situação insustentável. Conforme observado por Trevisan (2016, p. 117), Portugal, como reino, “tinha de ter, como cabeça, um rei. Não o herdando, havia que o escolher”. Diante disso, tornou-se impossível continuar em interregno, que já durava dois anos (1383-1385). A necessidade urgente de um governante levou à convocação das Cortes de Coimbra, incumbidas da função de eleger o novo rei.

Neste ponto, é importante destacar que o reino português estava inserido em uma estrutura monárquica muito específica, caracterizada pela “concepção de monarquia como ofício recebido de Deus em prol do bem comum” (Ventura, 2010, p. 129), assim o reino lusitano encontrava-se diante de um processo de “progressiva valorização da figura régia” (Ventura, 2010, p. 126) e de uma maior centralização do poder na figura do rei. Nesse contexto, a dinastia de Avis desempenhou um papel muito crucial, abordado posteriormente neste estudo.

Ressalta-se, então, o papel das Cortes no período, segundo Coelho (2018), as primeiras Cortes portuguesas podem ser situadas nos períodos entre 1250 e 1254, e passaram a ser convocadas com frequência a partir de então. As Cortes eram como “assembleias representativas” (Coelho, 2018, p. 59)

---

<sup>317</sup> João Fernandes Andeiro, conselheiro e amante de D. Leonor Teles, segundo Pimenta (1946).

para as quais ocorria a “convocação das três Ordens do reino, portanto de toda a comunidade social” (Coelho, 2018, p. 56).

A convocação das Cortes para uma eleição régia, conforme destacado por Trevisan (2014; 2016), representava um acontecimento sem precedentes, pois quebrava a cadeia carismática e marcava a passagem do poder de Deus através do povo para o monarca, que por sua vez estava submetido ao este, em uma relação de serviço e benefício. Para que o Mestre de Avis fosse eleito, era necessário que fosse considerado apto a ocupar o trono. Segundo Pimenta (1946, p. 309), isso implicava em ser “de boa linhagem; ser de grande coração para defender a terra; ter amor aos súbditos; e ter bondade e devoção”. Todos esses pontos foram confirmados através da argumentação feita por Dr. João das Regras<sup>318</sup>.

D. João, após inicialmente recusar o trono e então ser rogado a recebê-lo, marcou o início de uma nova doutrina da delegação divina do poder. Essa doutrina se manifestava pelo desejo do povo e pelo apoio dos Miúdos de Lisboa<sup>319</sup>, pela eleição unânime nas Cortes e pela dispensa e recomendação papal<sup>320</sup> – dado que era até então Mestre de uma ordem militar e religiosa. Deste modo, “a eleição, que estava feita no coração dos portugueses, foi confirmada pelos representantes da Nação” (Peixoto, 1998, p. 337).

A partir da construção dessa ideia afirmadora de poder, tornou-se necessário encontrar uma autoridade que a corroborasse e permitisse sustentá-la de maneira persuasiva e convincente (Rebelo, 1983, p. 54). Uma das alternativas aplicadas para resolver esta questão foi a utilização da narrativa como um plano providencial, especialmente neste primeiro momento através dos textos e das crônicas de Fernão Lopes<sup>321</sup>. O Cronista-Mor passou a elaborar elementos de identificação da personalidade carismática do Rei D. João I de Portugal e Algarves com a providência e caráter missional que

---

<sup>318</sup> Segundo Trevisan (2016) jurista responsável pela defesa e argumentação da causa do Mestre de Avis nas Cortes de Coimbra, nomeado Chanceler-Mor até ao fim da sua vida, foi responsável pela nova legislação do reino.

<sup>319</sup> Segundo Guimarães (2004) as gentes de um segmento social menos prestigiado, ou ainda o “sanhudo povo anônimo”, “massa coesa de homens e mulheres” que se identificavam com o “Mexias de Lixboa” – todos os trechos (Guimarães, 2004, p. 176).

<sup>320</sup> “Se ele (D. João) não aceitasse a dignidade real, o reino não teria quem o defendesse e guardasse de seus inimigos, mormente cismáticos e revezes da Santa Madre Igreja. Sendo desejo de todos os portugueses defender a Nação contra a ameaça castelhana e levar por diante a honra de Urbano VI, verdadeiro Papa, lhe rogavam, em nome da consciência nacional, que aceitasse, tomasse, houvesse e usasse daí em diante o nome, dignidade e honra de rei. Quanto aos impedimentos, eles se encarregavam de enviar ao Papa Urbano VI uma embaixada, com o fim de impetrar as dispensas necessárias” (Peixoto, 1998).

<sup>321</sup> Segundo Coser (2007), Fernão Lopes um dos principais cronistas portugueses, foi responsável pela escrita dos dois primeiros volumes das “*Crônicas del-rei D. João I*”. Era Cronista-Mor e Guarda da Torre do Tombo, cargos posteriormente delegados ao seu sucessor Gomes Eannes de Zurara, no reinado de Afonso V.

envolveria a figura do agora monarca. Assim, a legitimação de Avis seguiu aliando ações práticas e a construção de um aparato administrativo propagandístico, o qual buscava, por meio da mística e dos símbolos, consolidar a dinastia através do exemplo moral e cultural.

Um dos principais mecanismos utilizados está justamente na formação e manutenção da imagem da Casa e da Família Régia de Avis. Após ser elevado ao trono, D. João I utilizou duas estratégias para fundamentar a nova dinastia: primeiramente, as conquistas militares e, em seguida, a ideia de unidade familiar. Segundo Guimarães (2004, p. 221), a batalha e o casamento “arrematam o perfil do Rei da Boa Memória”. O segundo ponto pode ser exemplificado pela escolha da inglesa Filipa de Lancaster como esposa por D. João I e pelas relações que serão estabelecidas entre Portugal, Inglaterra e o papado romano com base nos modelos de conduta régia e cristã entre os monarcas e seus filhos e filhas, infantes e infantas, em relação aos súditos (Azevedo, 2018, p. 171). Desta forma “a propaganda e a legitimidade avisina foram exaltadas, garantindo a transmissão e reprodução da linhagem real e projetando na cristandade<sup>322</sup> o reino português” (Trevisan, 2014, p. 2).

Deste modo, a escolha de Dona Filipa, neta do Rei Eduardo III da Inglaterra, pode ser entendida tanto como uma quebra da tradição Ibérica de casamentos entre os monarcas dos reinos da Península<sup>323</sup> quanto uma forma de aliança com a Inglaterra e com o papado romano. É, também, um paralelo “como D. João se tornou rei por meio de uma eleição, Dona Filipa era também uma rainha eleita por seu marido.” (Azevedo, 2018, p. 172). D. João I assim, ao se casar, assumiu posição ao lado dos ingleses na Guerra dos Cem Anos<sup>324</sup> e se colocou, ao mesmo tempo, inteiramente ao lado de Roma durante o Cisma do Ocidente (1378- 1417). Isto acontece tendo em vista que “com D. João I, terminou toda a influência de Clemente VII em Portugal... e também, acabando as palinódias portuguesas, foi Portugal um relevante bastião urbanista” (Peixoto, 1998, p. 338). Desta forma, “os ingleses apoiaram a nova dinastia lusa, fazendo frente à ameaça castelhano-francesa” (Bertoli, 2007, p. 93).

Ligando-se à ideia de unidade e cristandade, as conquistas militares que alavancaram a ascensão de D. João I continuaram sendo de extrema importância para a manutenção do poder real. Isto porque compreende-se que existia uma necessidade de colocar a família (e Portugal) como uma unidade que

---

<sup>322</sup> A sociedade dos cristãos, entendida como comunidade política (cristandade), formulou-se e construiu-se por meio de aceções e de práticas auto-referenciais, mas, também, por contraste àqueles que, por professarem uma religião distinta, eram identificados como “o outro” (Coelho, 2021, p. 393).

<sup>323</sup> A Península Ibérica era formada, neste momento, além do Portugal e Castela por Aragão, Navarra e Granada.

<sup>324</sup> Conflito entre Inglaterra e França (1337-1422), que marca o início do processo de instauração dos Estados Nacionais e da Monarquia Absolutista.

lutava contra o inimigo. Inicialmente tal necessidade era convertida nas disputas contra Castela, em especial na batalha de Aljubarrota, ainda no início do reinado, que “foi tida por milagre, sentença de Deus a confirmar a eleição de Coimbra e a dinastia que se iniciava” (Mattoso, 1997, p. 417). E, posteriormente, aos muçulmanos, tidos como infiéis.

É importante ressaltar neste momento que Aljubarrota (1385) desempenhou um papel fundamental neste cenário. Além de representar a bravura do povo português diante dos castelhanos, como expresso nos relatos pela memória de que “enquanto Castela chorava, Lisboa ria e recebia a bandeira dos vencedores” (Guimarães, 2013, p. 143), a Batalha de Aljubarrota também é vista como a batalha que prova a viabilidade de Dom João I como rei, após as cortes de Coimbra (Guimarães, 2013, p. 148). É justamente por meio de Aljubarrota e de seu relato lopeano que a nova dinastia Avisina foi batizada. A partir dela, a imagem de D. João I como “Mexias de Lixboa” é validada e o monarca se sagrou como “o soberano escolhido por Deus para governar e “salvar” o reino português” (Zierer, 2007, p. 281). Desta forma, eleva-se “um rei que quer sê-lo em todas as ocasiões, até, e porque não sobretudo, na guerra” (Guimarães, 2004, p. 217). D. João I se armou, então, do caráter de rei guerreiro, provado em campo, em início contra Castela, mas que não dá fim a “sua luta” mesmo após estabelecer as pazes com esta. Simultaneamente, a guerra também simbolizou o próprio reino de Portugal e seu valente povo, como defende o cronista Fernão Lopes.

Essa virada na perspectiva de enxergar o inimigo como alguém a ser derrotado representou um novo momento no reinado de Dom João I de Avis. O inimigo deixou de ser o reino vizinho, com o qual a partir de 1402 os ânimos estavam mais calmos, e a luta se armou de um viés ideológico e religioso mais predominante. Esta nova abordagem se fundamentou a partir da ideia de que era um “ponto incontestável a obrigação de todos os cristãos, mormente dos reis de Portugal, o combate contra o Islão” (Ventura, 2010, p. 133). Desta forma, o direcionamento da máquina político e militar avisino passou a ter como focos principais o muçulmano, a expansão territorial e a luta da fé católica contra os infiéis. Considerando esses fatores, o Norte da África emergiu como alvo; e a primeira conquista foi a cidade de Ceuta, em 1415.

A luta e a tomada de Ceuta, desta forma, não marcariam apenas uma conquista territorial e uma alternativa aos problemas econômicos<sup>325</sup> do reino português. Isto porque, além desse fator, Ceuta marca “uma alternativa política, que fez o pequeno reino voltar-se definitivamente ao mar nesse século

---

<sup>325</sup> Oriundos da peste, da inflação, da fome e das longas guerras que marcam o início do reinado de D. João I.

XV” (Trevisan, 2016, p. 131). Ademais, é um ponto de reforço do estabelecimento de Portugal dentro da Cristandade Romana, trazendo, assim, um quê de prestígio para a monarquia lusitana. Esta, por ser uma representação da comunhão com os valores e com a própria Igreja, se mostrou fundamental para o alicerce da identidade católica e para a manutenção da legitimidade monárquica.

Este último ponto se mostra ainda mais significativo quando, segundo Trevisan (2016), para além dos despojos, das honras e títulos – inclusive as indulgências aos Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique –, Ceuta constituiu um episódio de coragem dos bravos Infantes. Estes, “deveriam exercer o papel de cavaleiro cristão, aquele que deveria lutar em nome de Deus, a favor da justiça, e contra os inimigos da verdadeira fé” (Bertoli, 2007, p. 90) e se lançavam a esta “Cruzada”. Assim:

Ceuta tornou-se um campo de honra e títulos, sinal de cruzada havida e muita mais a haver, baluarte de prestígio para a monarquia, credencial portuguesa em Roma e em todos os principados cristãos. Por conseguinte, Ceuta manter-se-ia e outras ceutas se haveriam de buscar (Mattoso, 1997, p. 418).

Dessa maneira, os Infantes de Avis, destacados anteriormente, são destacados como cavaleiros, em reconhecimento aos seus esforços militares, aproximando-se assim das origens que elevaram seu pai ao trono. Isso impulsiona ainda mais o exemplo do bom cristão e promove a disseminação da casa real através de suas ações, virtudes e conquistas gloriosas.

Contudo, torna-se importante ressaltar que os valores gloriosos diretamente estavam relacionados à ideia que se buscava construir acerca da Dinastia de Avis e à necessidade de relembrar a sacralidade régia, da qual, da qual se afirmava que a dinastia era detentora.

A conquista de Ceuta dentro da configuração lusitana do século XV é tida como um importante passo dentro da “maturidade de um processo de expansão comercial e urbana o qual já dava sinais a Europa desde o século XI com o movimento das Cruzadas resultado da experiência acumulada. Especialmente pela burguesia mercantil e urbana” (Fernandes, 1999, p. 129), a qual abriria as portas para as explorações ultramarinas. Deste modo, o além-mar, que outrora despertava tantos medos, passa a ser navegado. Ainda no reinado de D. João I, Portugal chegou à Ilha da Madeira (1419-1421) e ao Arquipélago dos Açores (1427-1432). Muitos dos reconhecimentos desses feitos recaíram justamente na figura do Infante D. Henrique, conhecido como "O Navegador".

Em 1433, com a morte do pai da *Ínclita Geração*<sup>326</sup>, o trono passou ao sucessor natural D. Duarte, o qual assume o poder já ligado ao reinado, e por conta disto, sem grandes rupturas. Desta forma, o curto reinado que seguiu foi marcado pela estabilidade das políticas já firmadas. Externamente, destacou-se pela “continuidade à política desenvolvida por seu pai, sem ao menos retardar os planos de conquista em território africano” (Barbosa, 2010, p. 109). Estes planos incluíram o fracasso da investida a Tânger (1437)<sup>327</sup>, a qual se destacou “não pelos mortos que lá ficaram, mas pelo orgulho ferido e pelo Infante D. Fernando, irmão do rei, que não voltou” (Mattoso, 1997, p. 420). Este evento abalou profundamente a família real e o reino português.

Importa destacar que o rei era um entusiasta dos estudos e dos escritos, tendo deixado, inclusive, assim como alguns de seus irmãos, obras as quais passaram a integrar e servir como base para a prática discursiva avisina. Esta passou a ter destaque na construção da proclamação da exemplaridade familiar, uma vez que, “a iniciativa cronística fora instituída oficialmente por D. Duarte em 1434” (Trevisan, 2014, p. 5). Assim, a escrita avisina ia além de seu caráter propagandístico presente nas crônicas e discursos. Afinal, tinha também na prosa, principalmente para D. João I, D. Duarte e D. Pedro “o instrumento mais apropriado que a lírica para ensinamentos sobre moral e virtude, necessários a uma sociedade que se transformava e que precisava constantemente do enquadramento de suas condutas” (Gomes, 2010, p. 216). A produção incentivada por D. Duarte pode ser analisada à luz da tradição do “espelho do príncipe”, na qual o caráter didático moralizante dos textos pretende gerar uma reflexão moral sobre o poder civil, calcada sobre modelos e símbolos (Muniz, 2005). Observa-se que o grupo dos destinatários não abrange apenas os príncipes, mas também “parece incluir outros nobres, não necessariamente chefes supremos, mas ‘detentores do poder senhorial ou cidadão’” (Muniz, 2005, p. 91), o que forma um panorama que engloba, de fato, a educação do príncipe, mas também o papel dos conselheiros, as formas de uma boa administração e as noções amplas de responsabilidades e deveres em um bom governo (Muniz, 2005).

A morte prematura de D. Duarte em 1438, provavelmente resultante da peste, como expõe Mattoso (1997), colocou o trono português mais uma vez diante do impasse regencial: “foi o início de longos e funestos desentendimentos, que haveriam de ter graves consequências e pôr a prova a unidade

---

<sup>326</sup> Termo cunhado posteriormente por Camões: “*Ínclita Geração, altos Infantes*” (Os Lusíadas, IV, 50). Denota a ideia de exemplaridade da família e dos Infantes Avisinos. “Há uma geração de descendentes de D. João I que formam uma exemplaridade moral pelos valores que incarnam, que virá, com os tempos, a revestir-se de grande importância na memória colectiva portuguesa. É a *Ínclita Geração*.” (Fonseca, 2003, p. 57 *apud* Ramos, 2009, p. 91).

<sup>327</sup> Da qual, segundo Guimarães (2004), o Rei estava temeroso e possuía ressalvas.

familiar de Avis” (Ramos, 2009, p. 97). Como determinado, para que o herdeiro assumisse o trono era preciso que este tivesse a idade mínima de 14 anos<sup>328</sup>, e na ocasião D. Afonso ainda não possuía tal condição. Passou-se a discutir, então, quem deveria assumir a regência do rei, que na época ainda tinha 6 anos de idade.

Segundo Mattoso (1997), sabia-se, quando ainda estava vivo, que D. Duarte havia nomeado seu irmão, D. Pedro, como tutor do menino. Todavia, em seu testamento constava uma determinação diferente: segundo o documento, a regência seria de responsabilidade de sua esposa D. Leonor de Aragão. Desta forma, de acordo com Ramos (2009), deu-se início a uma disputa pelo poder, encabeçada pelos dois postulantes acima referidos e endossada pelas Cortes e pela opinião popular. A primeira regência aprovada, nas Cortes de Torres Novas (1438) estabelece um modelo trino, composto por D. Pedro, D. Leonor de Aragão e pelo Infante D. Henrique.

Contudo, em decorrência das constantes divergências dos integrantes, acabou por ser aprovada nas Cortes de Lisboa uma nova regência em 1439, que determinou, por fim, D. Pedro como responsável do trono. Esta nomeação, segundo Ramos, levantou duas principais oposições: a de D. Leonor de Aragão e a do Duque de Bragança, D. Afonso<sup>329</sup> – filho bastardo de D. João I e meio irmão de D. Pedro e D. Duarte. Faz-se necessário destacar que a relação entre D. Pedro com D. Afonso (até então Conde de Barcelos) sofreu turbulências logo após a morte de D. Duarte. Isto porque “a rainha D. Leonor propôs ao Infante (já que era um desejo do falecido Rei) a união do jovem rei com D. Isabel, filha de D. Pedro” (Pina, 1977, p. 594, apud Ramos, 2009, p. 100), o que desagradava ao Conde, que pretendia casar sua neta, também de nome Isabel, com o herdeiro.

Deste modo, tem-se início a desavença e o jogo de poder que marca todo o período de regência de D. Pedro, principalmente após ele subjugar pela força os partidários de D. Leonor e esta fugir para Aragão. Divergindo das ideias do irmão, o Infante apesar das concessões feitas à nobreza – possivelmente como uma tentativa de obter sua colaboração ao menos passiva – considerava-se como continuador do centralismo monárquico, encontrando-se assim em embate direto com a resistência e vontade de uma nobreza que queria manter o seu poder (Mattoso, 1997, p. 422).

---

<sup>328</sup> Segundo os Foros de Espanha (Mattoso, 1997).

<sup>329</sup> Legitimado em 1401, ano que se casou com D. Beatriz, única filha de D. Nuno Álvares Pereira, foi Conde de Barcelos e mais tarde duque de Bragança [...] É o irmão rancoroso, a ‘ovelha negra’ da família” (Pina, 1997, p. 689, apud Ramos, 2009, p. 100).

Já D. Afonso V, “ao assumir o trono em 1448 voltou-se para o partido da nobreza terratenente de Portugal, ou seja, a facção liderada por D. Afonso, já Duque de Bragança” (Bertoli, 2007, p. 94). A esta altura, segundo Ramos (2009, p. 102- 103), o rei já havia expressado gratidão ao seu tio, D. Pedro, pelos serviços prestados, pela primeira vez ainda em 1446 e posteriormente logo após assumir o trono, em 1448. Contudo, segundo Ramos (2015), após o Infante ter novamente se estabelecido em Coimbra,<sup>330</sup> seus antigos adversários políticos, mais precisamente o Duque de Bragança e seu filho D. Afonso, Conde de Ourém, fomentaram junto a ele:

[...] intrigas contra o antigo regente, ofendidos com a sua política de centralização régia que refreara as suas ambições, e exageravam as faltas que porventura cometera. Essas intrigas, avolumadas pelos partidários de D. Leonor exilados, que agora, retornados, elevavam a sua ira contra o ex-regente, e acrescidas do recente conflito que o Infante tivera com o duque de Bragança na serra da Lousã, levaram à declaração de rebelião do duque de Coimbra e à aplicação de “*injustos agravos*”, que motivaram – segundo o embaixador da Borgonha – a necessidade de D. Pedro declarar guerra “*para sua defesa*”<sup>331</sup> (Ramos, 2009, p. 103).

Assim teve início a disputa que, conforme cita Ramos (2015), seria a maior desavença da Geração de Avis, personificada na batalha de Alfarrobeira (1449). Este embate resultou na morte do Infante D. Pedro em 1449 e na difamação de seus filhos, acontecimentos estes que “põem a descoberto a carência de exemplaridade e uma vasta teia de inimizades que ferem a condição de unidade familiar” (Ramos, 2009, p. 92). Questões estas que como destaca Ramos (2015), continuam a pairar mesmo após D. Afonso V reabilitar o ducado de Coimbra<sup>332</sup> e investir nas empreitadas de “ações de promover a imagem de unidade e exemplaridade da família de Avis, que contam-se obras literárias, no âmbito de difusão em Portugal e Castela, até obras de arte” (Ramos, 2009, p. 92).

Dentro da tentativa de restabelecer a imagem de exemplaridade de Avis e da ínclita Geração, destaca-se o designo de Gomes Eannes de Zurara<sup>333</sup> através da encomenda Monárquica de Afonso V, para a escrita da “Crônica da Tomada de Ceuta” (1450). Esta crônica seria de “caráter laudatório, enaltecendo os grandes nobres do reino” (Bertoli, 2007, p. 95).

Desta forma, Gomes Eannes de Zurara, que teria nascido por volta de 1410, era filho de um cônego (Pereira, 1915), e Cavaleiro da Ordem de Cristo, já integrante da Corte desde 1446. Devido à

---

<sup>330</sup> O Infante D. Pedro era o Duque de Coimbra.

<sup>331</sup> Grifos nossos.

<sup>332</sup> Segundo Bertoli (2007) o ducado de Coimbra e o de Viseu, dados respectivamente a D. Pedro e D. Henrique logo após estes retornarem da tomada de Ceuta, tonam estes os primeiros duques portugueses.

<sup>333</sup> A grafia do nome escolhida para se referir ao cronista, é a mesma destacada e utilizada na fonte primária deste trabalho, propriamente “*A Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*” (ed. 1915).

“sua proximidade com o preceptor do monarca, Mateus Pisano, – um humanista de Pisa, chamado por D. Pedro – e ajuda de Fernão Lopes, já em 1449 guardava as escrituras régias no castelo de Lisboa” (Bertoli, 2007, p. 95). Ele foi nomeado em 1454, isto é, após a escrita da crônica aqui analisada, Cronista-Mor e Guarda da Torre do Tombo, por D. Afonso V.

### **As crônicas, os cronistas e a construção portuguesa de Avis: “corporizando a palavra, difunde-se a imagem”<sup>334</sup>**

Para adentrar os miúdos da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I, entendida aqui como um instrumento de legitimação, é mister analisar, primeiramente, a própria ideia de crônica e o papel que esta tinha no cenário medieval tardio. Naquele contexto, a crônica figurava enquanto uma construção discursiva pensada e construída que visava não necessariamente um fato, mas, sim, uma percepção e uma visão de pretensão “geral ou particular, construída a volta de um reino ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo” (Guimarães, 2012, p. 57).

Quando tratamos da crônica do tardo medieval, em especial no que diz a respeito à cronística lusitana, mostra-se oportuno destacar ainda que esta é pensada “a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã” (Guimarães, 2012, p. 57). Esta tradição utiliza a fé e as ações com exemplos e contraexemplos para a Corte e toda a sociedade. Tais recursos pertencem, entretanto, a uma longa tradição ibérica do discurso, na qual para além de narrar os grandiosos feitos era preciso estabelecer uma relação com a realidade. Isso ocorreria de determinada forma em que “a obra precisa expor um mundo do qual o leitor é capaz de se apropriar” (Guimarães, 2012, p. 70), para que assim sejam absorvidas as pretensões nela presentes.

Quando analisado mais especificamente o discurso cronístico promovido em Portugal nos séculos XIV e XV, outro aspecto se sobressai. A narrativa literária se alia à historiografia e às pretensões régias, cenário este que Guimarães (2012) entende ser um “feito ideológico. Assim, a partir da iniciativa cronística avisina encabeçada por Fernão Lopes, a crônica assume a função de levar “a nobreza portuguesa e peninsular espelhar-se nestes homens da fé e da espada a fim de recuperar sua auto-estima de grupo frente a crescente centralização régia e a crise de identidade que atravessava havia algumas décadas” (Guimarães, 2012, p. 78).

---

<sup>334</sup> Trecho extraído de Coelho (2010, p. 69).

Desta forma, fica claro que, dentro do próprio discurso da crônica, existe a esfera de sua utilização como mausoléu daquilo que era considerado grandes feitos e grandes homens. Simultaneamente, também se destaca o papel propagandístico e enaltecendor, do qual era dotada a narrativa. As crônicas e produções literárias avizinhas, em tal contexto, se tornaram características ao passo em que possuíam a pretensão de delimitar “sua diferença em relação ao reinado anterior, mas também a de reafirmar uma determinada continuidade na história do povo português” (Coser, 2007, p. 710). Dentro do contexto de produções cronística, entende-se que “um uso da Crônica Geral, ou seja, uma forma de conhecimento que privilegia o objeto sua condição de instrumento” (Funes, 1997, p. 129, tradução nossa<sup>335</sup>) impacta na continuidade como atividade narrativa, gerando uma noção de uma história compartilhada e propagando um sentimento de reconhecimento popular nas figuras régias (Funes, 1997).

Partindo da ideia da utilidade histórica e política como primeiras propulsoras identitárias, é possível perceber que as crônicas se constituem como uma “trajetória do resgate dos mitos do passado que mereçam ser eternizados na sua história” (Vieira, 2010, p. 87). Resgate este que pode ser identificado quando o próprio Gomes Eannes de Zurara, ao tratar do motivo da escrita da “Crônica delRey Dom João I” e da justificativa que o levou a escrever a “Crônica da Tomada de Ceuta”, destaca que foi incumbido de Fernão Lopes para “apanhar os auisamentos que pertenciam a todos aquellos feitos e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e autoridade dos príncipes e doutras notaees pessoas que os fezerom” (Zurara, 1915, p. 12). Não podendo mais este desempenhar tal papel, foi posto a seu encargo escrever, ainda que tardiamente “a dita estoria a tomada de Cepta. pella grandeza da obra que se naquelles feitos passados rrequeria” (Zurara, 1915, p. 12).

Assim sendo, a Dinastia de Avis utilizou da cronística, em especial no começo da dinastia com Fernão Lopes, para a construir a legitimidade do reinado de D. João I, da nova dinastia que se iniciava. Porém, ao passo em que Zurara assumiu o encargo da escrita, outra questão se mostrou prioritária: com a dinastia e a figura de Dom João I já firmemente estabelecidas, tornou-se necessário resgatar esses elementos para a construção de uma “nova” legitimação. Nesse contexto, em Zurara, “a busca por legitimidade política não se concentraria mais no monarca, mas sim em seus descendentes” (Azevedo, 2018, p. 173). Assim, criou-se uma imagem da linhagem que o precedia, conectando-os diretamente ao patriarca e destacando-os por seus feitos em Ceuta.

---

<sup>335</sup> Tradução nossa. “En esta época, predomina un uso de la Crónica General, es decir, una forma de conocimiento que privilegia em el objeto su condición de instrumento” (Funes, 1997, p. 129).

Isto se dá, segundo Azevedo (2018), face à manutenção da autoridade do poder em torno da dinastia. É preciso salientar, entretanto, que tal empreitada cronística ocorre não de forma cronológica, mas provavelmente como um resgate, uma reconstrução, de forma a aproximar os reinados de avô e neto, D. João I e D. Afonso V. Isto acontece tendo em vista que é preciso considerar que toda trama política que marca profundamente a regência, o início do reinado de D. Afonso V e a desavença com o Infante D. Pedro, poderia “trazer questionamentos quanto aos direitos ao trono português” (Azevedo, 2018, p. 175). Assim D. Afonso V, responsável por encomendar a crônica a Zurara, buscaria, por meio de tal aproximação, fundamentar seu reinado e reestabelecer a imagem dos tios Infantes, considerando que, “Zurara pretendeu, acima de tudo, defender a opção política de D. Afonso V” (Duarte, 2002, p. 214). Ou, ainda, como destaca Barbosa (2010): mesmo “que represente a vitória do grupo favorável a continuidade da guerra externa, Alfarrobeira teve reflexos negativos no reino português. Diante disso, a necessidade de garantir a coesão interna fomentou durante o reinado de Afonso V”. Esta característica pode ser observada, segundo Guimarães e Moreira (2021), ao decorrer de toda a “trilogia marroquina”, que é iniciada com a Crônica da Tomada de Ceuta.

Para além da defesa política de D. Afonso V e do resgate da memória dos feitos do patriarca de Avis, é fundamental também direcionar o olhar para o papel na narrativa daquele “que Zurara considera o seu principal depoente, o infante D. Henrique” (Guimarães e Moreira, 2021, p. 338). O cronista, diferentemente de seu antecessor, utilizou como fonte para a escrita a oralidade, mais do que os documentos escritos. O autor prosseguiu desta forma sob justificativa de que “he mais segura parte preguntar a poucas e çertas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente nam am rrezam de saber” (Zurara, 1915, p. 14). E é sob este pretexto que Zurara, um cavaleiro da Ordem de Cristo, realizou a escrita de modo pautado nos relatos dos “tam grandes senhores [...] mayormente que o prinçipal destes era o Iffante Dom Anrrique” (Zurara, 1915, p. 11). Desta forma, o relato da tomada de Ceuta, embasado na figura de D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo, que é “provavelmente o principal personagem da narrativa” (Azevedo, 2018, p. 170), estava carregado das opiniões políticas deste. Tal fato:

[...] opõe Fernão Lopes a Zurara, apontando o primeiro como defensor da proposta de centralização política representada pela facção de D. Pedro e o segundo como representante dos antigos ideais feudais dos partidários de D. Henrique e D. Afonso V. Isto estaria refletido na própria narrativa, na medida em que Fernão Lopes faria um retrato do reino como um todo, ao passo que Zurara se limitaria aos feitos de cavalaria (Coser, 2007, p. 724).

Desta forma, segundo Azevedo (2018), a legitimidade que se pretendeu construir na Crônica da Tomada de Ceuta, por mais que se baseasse em um feito de Dom João I, não se concentrou mais no monarca, uma vez que “foi no ideal cruzadístico que Gomes Eannes de Zurara focou sua narrativa, justificando a guerra aos islâmicos de Ceuta como uma necessidade de legitimar os infantes de Avis” (Azevedo, 2018, p. 173). Assim, estabelece-se um paralelo entre o monarca e a Ínclica Geração: enquanto D. João I se consagra com Aljubarrota, seus filhos buscam a inserção na cavalaria na luta contra os infiéis. Existe, assim, um desejo tanto por parte do monarca quanto dos infantes de se legitimarem por meio da espada, sendo Aljubarrota apresentada como uma das justificativas da luta:

Ca todo seu principal mouimento foy per seruiço de Deos e grande desejo que tinha de emendar alguia cousa se a contra vontade de Deos fezera no tempo de guerra passada. e assi o dizia muitas vezes em sua vida quando se acertaua em ello falar. Que posto que ello ouuesse guerra muy justa com seus jmgos a qual era por defensam de sua terra. na qual suas armas muitas vezes forom tintas de sangue. que ele nom entendia dello fazer comprida pendenza senom lauando suas mãos no sangue dos jnfiees. O marauilhosa caridade de príncipe (...) (Zurara, 1915, p. 08).

Quando traçado tal paralelo, é perceptível que “os infantes, estariam a querer seguir o exemplo do pai, lembrando-o de suas honras passadas” (Trevisan, 2014 p. 04). Isto se mostra quando, segundo Zurara (1915), a ideia de conquistar a cavalaria parte dos próprios Infantes Avisinos. Isto porque, devido às pazes com Castela, um confronto na Península Ibérica estava descartado: “ca pois as pazes de Castella sam firmadas. e da parte de Grada nam temos esperança çerta. nom ha hy pollo presente cousa nenhuia azada em que possamos receber estado de caualaria se nouamente nam for buscada” (Zurara, 1915, p. 25). Uma vez que, o pedido dos infantes era de “serem armados cavaleiros pela honra da guerra e não somente em festas com justas e torneios. Tal prática seria conveniente, segundo o discurso cronístico para filhos de comerciantes e outros cidadãos, mas não para jovens da realeza” (Trevisan, 2014 p. 4).

Segundo Zurara, é desta forma que Ceuta surge. Ao expressarem<sup>336</sup> a ideia de serem armados pela honra e virtude, João Afonso<sup>337</sup> os informa a respeito de uma notável cidade, boa para tomar “vosso pensamento disse elle sam assaz de grandes e boões. e pois que vos taal vontade tendes eu vos posso assinar huia cousa em que o podes bem e honrradamente executar. E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua (Zurara, 1915, p. 27). Cabe aos Infantes então, apoiados pelo Conde de Barcelos, convencer o rei a investir em tal empreitada. Desta forma, dentro da crônica, segue-se um

<sup>336</sup> Os Infantes não falam necessariamente a alguém, o narrador – ou seja, o próprio Zurara – é conhecedor da ideia e tradutor dos anseios correntes no meio nobiliárquico e régio a respeito desta vontade dos Infantes Avisinos.

<sup>337</sup> “Joham Affonso veedor da fazenda delRey” (Zurara, 1915, p. 26).

longo movimento para convencer Dom João I. Todavia, por mais efervescente que seja a argumentação, eles se colocam em submissão, não apenas diante do pai, mas também do rei: “porem vos pedimos por merçe que queiraes sobre todo consirar prouendo sobre nossas rrezões com outras muitas que o vosso nobre e grande entendimento conçebera. e nos rrespondaes com efeito a nossa pediçam” (Zurara, 1915, p. 29); ou como destaca D. Henrique, o desejo era “comprir uossos mandados como de meu senhor e padre” (Zurara, 1915, p. 46).

Os Infantes Avisinos assim, passam a defender o alcance da cavalaria, a partir das ideias de serviço a Deus, honra e pela própria vontade que Dom João I tinha de fazer seus filhos cavaleiros (Zurara, 1915). E a decisão do rei de aceitar a empreitada é mostrada como tendo sido baseada na vontade divina acerca de tal feito:

mas os Iffantes e o conde de Barçellos meus filhos a quem o dito Joham Affonso falou consiraram melhor em ello e falaramme ja per duas vezes mostrandome muitas rrezões por que me deuia de despor a este trabalho. sobre a qual cousa lhes eu nam quis dar nenhuña rresposta ata que primeiramente nam saiba se o prosequimento dello sera seruiço de Deos. Ca vos digo em verdade que ajnda que entendesse de cobrar todo o mundo por meu. como eu sentisse que em alguña parte nam era seruiço de Deos. eu o nam teria por vitoria nem o faria por nenhuña guisa (Zurara, 1915, p. 33).

Assim, a narrativa passa a exaltar os valores cavaleirescos e cruzadísticos deste feito em Ceuta, o qual “inicia oficialmente a era ultramarina européia consolidando uma das principais linhas do projeto político avisino” (Barbosa, 2010, p. 103). Desta forma, essa guerra externa à península, fortemente fundamentada na questão religiosa e na conquista de honra. Nesse contexto, o serviço a Deus é considerado o centro orientador de todo o processo, dentro da construção do discurso cronístico. Contudo, torna-se importante abrir o debate historiográfico de uma forma crítica, tanto a tais pretensões de formulação de discurso que são aqui analisadas quanto a questões de centralização régia e as questões econômicas que perpassam a decisão da luta em favor da Cristandade no além-mar<sup>338</sup>.

Ao tratar das pretensões discursivas presentes na referida crônica, torna-se importante entender Ceuta como uma herdeira da tradição na qual a “ação dos reis, conduzindo as operações de combate aos muçulmanos e conquistas territoriais, vai além de uma questão religiosa, faz parte da política régia” (Mocelim, 2013, p. 169). Esta questão, por sua vez, se encontra intimamente ligada a uma justificativa religiosa providencialista. Ceuta é apresentada quase como um presente para que os

---

<sup>338</sup> Para maior aprofundamento nas questões, conferir as referências de Marcella Lopes Guimarães (2004) e Kátiuscia Quirino Barbosa (2010), assim como Fátima Regina Fernandes (1999).

Infantes alcancem a cavalaria sendo vista como uma vontade divina, comprovada pelos letrados a pedido do Rei (Zurara, 1915, p. 37). Isso é ainda mais evidente em uma fala atribuída ao Conde de Barcelos: “he que este feito nom foy achado per uos nem per outra nenhuua pessoa deste mundo, soomente que foy rreuellado per Deos queremdouos abrir aazo e caminho per que lhe fizessees este tam espiçiall seruiço” (Zurara, 1915, p. 71).

Dentro do contexto Ibérico medieval, pode-se “demonstrar o providencialismo através dos relatos de auxílio divino em batalhas e conquistas territoriais frente aos muçulmanos”, mas ainda de outra forma, como determinação, ou seja, “providência divina, sendo ela fundamental na predestinação de um Rei” (Mocelim, 2013, p. 161). Tal questão é construída no capítulo XVII da Crônica da Tomada de Ceuta, no qual Zurara versa acerca de um viajante de Lisboa que, ainda no reinado de D. Pedro I, encontrou um velho em Ceuta e este lhe disse que a cidade seria tomada pelo filho deste rei “nem emtemdas que choro cousa nehuaa que seia presente, mas pollo conhecimento que tenho da perda que a de uijnr a meus naturaes e amiguos” (Zurara, 1915, p. 57). Desta forma, é apresentada a predestinação e a promessa messiânica de D. João I como rei e como conquistador, muito antes de todo o acontecimento “per escolhimento do pouoo sera aleuamtado por rrey. o quall auera grandes demandas com o rregno de Castella, de que sempre ficara uemçedor. e elle sera o primeiro rrey dEspanha<sup>339</sup> que teera posse em Africa, e sera o primeiro começo da destruiçom dos mouros” (Zurara, 1915, p. 57).

Dentro da narrativa são constituídos elementos de uma promessa divina, que deve ser consumada através das espadas, como relata Zurara ao longo da escrita “quase épica de preparação e concretização da conquista daquela praça africana aos mouros, em 1415, por D. João I e seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique” (Figueiredo, 2012, p. 51). Deste modo, a predestinação do feito, para além da visão anteriormente citada, também se dá dentro da Crônica “alicerçando-se a sua estrutura narrativa numa quase modelização de Ceuta como graal demandado pelos três infantes, aspirantes à Ordem de Cavalaria” (Figueiredo, 2012, p. 51). Este ponto, por sua vez, está intimamente ligado à própria ideia de um nobre bom cristão, que se vincula à “luta frente aos muçulmanos e à expansão da Cristandade” (Mocelim, p. 2013, 166).

Tais questões convergem na construção feita por Zurara da Ínclita Geração como desejosa e merecedora dos títulos cavaleirescos. O cronista, ao longo de sua obra, exalta as virtudes e as atitudes

---

<sup>339</sup> Por Espanha entende-se todo o território da Península Ibérica, a província romana da Hispânia.

dos Infantes Avisinos, enfatizando principalmente como são honrados, corajosos, leais e fiéis tementes a Deus (Zurara, 1915). Desta forma, tanto o cronista quanto os próprios Infantes – em seus escritos já tratados – “se esforçaram para construir representações de um núcleo ideal” (Guimarães, 2004, p. 246). Segundo Figueiredo (2012, p. 52), “será no palco africano que estes mostrarão [...] a nobre estirpe de que são provenientes e encarando os feitos com coragem e bravura guerreiras e como modo de consolidarem com provas reais a fama que vão alcançando”. Isto porque, na construção narrativa de Zurara, os Infantes já são retratados, nas ideias e nos ideais, como cavaleiros antes mesmo do feito, que se apresenta como a forma de sagrá-los de fato.

Os “pontos de caráter”, podem ser encontrados em diversos trechos da narrativa, contudo se mostram ainda mais firmes e evidentes, quando antes mesmo de embarcar para Ceuta, a Rainha D. Filipa “lhes lamçou a sua beemçam” (Zurara, 1915, p. 126). A mãe da Ínclita Geração, em seu leito de morte, abençoou D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, dando-lhes as espadas para a luta que viria e um lenho da cruz que serviria como “deffemssom contra o qual nom pode empeeçer nenhuu emmijgo sprituall nem temporall, espçiallmente contra os jmfiées” (Zurara, 1915, p. 126). Ao entregar o lenho, D. Filipa destaca a fé e a bondade dos infantes, qualidades reforçadas por Zurara. No que tange à espada, a rainha as entrega de forma a destacar as qualidades morais; Simultaneamente, dá sua bênção e faz as encomendas “a huu de uossos jrmaãos emcomemdei os pouoos, e a outro as donas e domzellas, a uos quero emcomemdar todollos senhores” (Zurara, 1915, p. 129). Desta forma, traça-se, nas vésperas da partida, um paralelo entre “as armas ofensivas – as espadas – e as defensivas – os escudos metaforizados nas partes da cruz – que eram as mais apropriadas à Cavalaria” (Figueiredo, 2012, p. 53).

É ainda durante a passagem posterior a morte de D. Filipa que Zurara, de forma narrativa, antecipa, demonstrando que os Infantes serão armados cavaleiros mesmo antes do feito ocorrer:

que por aazo de sua morte seus filhos podessem seer mais homrradamente caualleyros. ca sse ella uiuera, seus filhos foram feitos caualleiros em Portugall, segumdo lho elRey tijnha prometido. que lhe nom fora tamanha homra, como foi de o seerem em terra dAffrica em huua tam homrrada çidade depois do acabamento de tamta uittoria (Zurara, 1915, p. 143).

Assim sendo, “depois da tomada da cidade, a mesquita se transformou em igreja para dar graças a Deus. Os infantes receberam do pai a honra pela qual toda a ação do texto foi deflagrada” e tais membros da Ínclita Geração enfim “são sagrados cavaleiros” (Guimarães, 2004, p. 241). Como afirma Coelho (2010), a guerra em Ceuta, com toda a sua justificativa, narrativa e fundamento ideológico,

transformou-se em um ato político de bases religiosas, no qual “a guerra não era só justa, mas plenamente santa. D. João refundava Portugal. A sua ação e valor reproduziam e evocavam a memória da valentia militar de D. Afonso Henriques” (Coelho, 2010, p. 68). Reconhece-se, desta forma, que é por meio do discurso cronístico escrito que se “grava uma memória. Uma memória modelada ao sabor do querer e da vontade do seu encomendante” (Coelho, 2010, p. 71) e de todo o contexto de sua encomenda tardia.

### Considerações finais

Expostas e analisadas estas questões, à luz da construção narrativa como ferramenta política, pode-se afirmar que as relações entre a escrita da Crônica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I estão intrinsecamente relacionadas ao contexto histórico da Casa de Avis, marcado por uma necessidade permanente de edificar uma narrativa heroica e cavaleiresca que enaltecesse os feitos da dinastia. Desta forma, o presente artigo reitera a hipótese de que a encomenda tardia da referida crônica funcionou como forma de legitimação e exaltação dinástica, um rememoração e resgate estimulados pelos acontecimentos políticos que sucederam a morte de D. Duarte (1438).

Entende-se, desta forma, que a Crônica da Tomada de Ceuta transcende sua função como mero relato oficial da primeira incursão ultramarina de Portugal, tornando-se também um instrumento moldado pelas circunstâncias de sua produção. Foi, assim, idealizado e concebido para atender às demandas e interesses do período histórico – e da situação política – em que foi elaborado.

Apesar do feito ser de D. João I, o destaque se encontra em seus filhos, especialmente em D. Henrique. De fato, na narrativa há uma busca por reestabelecer a imagem do Infante D. Pedro e, por conseguinte, também houve o seu apagamento. Contudo, o verdadeiro protagonista do feito em Ceuta, na narrativa de Zurara, é D. Henrique, O Navegador. Este fato não está desvinculado da opção política do Cronista e do encomendante D. Afonso V. Isto porque D. Henrique além de ter sido o mestre da ordem de cavalaria da qual o próprio Zurara era integrante, também era o tio que ficou ao lado do Rei em Alfarrobeira. Constituiu, assim, o principal nome da política expansionista e das campanhas marítimas na época, estando de acordo com as pretensões e ideias do monarca.

Para além destas questões, a opção política na construção cronística se mostra também pelo destaque dado ao Duque de Bragança ao longo da narrativa. A figura de D. Afonso, em 1415 ainda Conde de Barcelos, dentro da historiografia é controversa. O Conde, primeiro filho de D. João I, foi

posto na narrativa de uma forma não condizente a sua posição de bastardia na época: ele não só é reconhecido como filho do rei, como é próximo aos Infantes (em determinados pontos inclusive conselheiro). O próprio sucessor de Zurara aponta uma posição diferente, assim como as produções historiográficas versam que existiria uma inimizade entre ele e os Infantes. Desta forma, há uma elaboração discursiva também da figura deste rival do Infante D. Pedro e partidário de D. Afonso V.

Assim sendo, as aplicações e utilizações da cronística pela Dinastia de Avis se apresentaram conforme as demandas e necessidades narrativas. A valorização da honra passada não era importante apenas para a manutenção da memória, mas ligava-se, igualmente, ao contexto de sua escrita, de modo a expressar o ideal de conduta da dinastia nos períodos passados e no futuro. Assim, mais que o relato, a *Cônica* demonstra, em seus personagens, reflexos de uma imagem e política tardias aos fatos narrados, em sintonia com o momento histórico em que o texto foi elaborado.

### Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Hugo Rincon. Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. **Revista Mosaico**, v. 11, p. 168-178, 2018.

BARBOSA, Katiúscia Quirino. **A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V. (1433-1481)**. 2010 Dissertação (Mestrado em História Social e das Ideias) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

BERTOLI, André Luiz. Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara. **Sociedade em Estudos**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2007, p. 89-102.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 61-79.

COELHO, Maria Helena da Cruz. As cortes no reino de Portugal: antecedentes e concretizações. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2018.

COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727.

DUARTE, Isabel Margarida. O relato do discurso na Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara. In: **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto**, Porto, 2002.

FERNANDES, Fátima Regina. A expansão ultramarina portuguesa e a descoberta do Brasil. In: Semana de Estudos de História do Paraná, V. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, 1999.

FIGUEIREDO, Albano. Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias. In: **E fizeram taes maravilhas...: histórias de cavaleiros e cavalarias**. Atelié, 2012. p. 85-95.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval** v. 1, pp. 123. Madri, 1997.

GOMES, Jonathan Mendes. Ócio e poder: um estudo sobre a literatura técnica da Dinastia de Avis (Portugal – XIV/XV). In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 215-222.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarcas nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV) O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. 2004, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In. NETO, M. N. e NASCIMENTO, R. C. S. **A Idade Média: Entre a História e a Historiografia**. Editora PUC Goiás, 2012, p. 53-77.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

GUIMARÃES, Jerry Santos. MOREIRA, Marcello. O louvor da escrita da história como “remédio para a memória” nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. **Revista Contexto**. n. 39, Vitória, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp, Campinas, 2003.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. Editorial Estampa. v.2. 1997.

MOCELIM, Adriana. **“Segundo conta a estória...” A Cronica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. o leal conselheiro e a tradição do Espelho de Príncipe: considerações sobre o género. In: **Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval**. Primeira edição, Coruña, 2005.

PEIXOTO, Mons. Cónego Eduardo de Melo. O cisma do Ocidente e D. Lourenço Vicente. In: Actas do Colóquio de Estudos: VI centenário da morte do arcebispo D. Lourenço Vicente (1374-1397). **Theologica**, v. 33, n. 2, Braga. 1998, p. 327-340.

PIMENTA, Alfredo. **Idade Média**. Editorial Império. Lisboa, 1946.

RAMOS, Manuel. Os membros da Geração de Avis: Amizades, Inimizades e Falta de Exemplaridade. In: **Symbolon I: Amor e Amizade**, p. 91-113. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

RAMOS, Manuel. O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha. **Revista da FLUP**. IV Série, vol. 5 – p. 23-36, Porto, 2015.

REBELO, Luís de Souza. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TREVISAN, Mariana Bonat. A construção de saberes e valores da família régia da primeira geração de Avis no Portugal do século XV. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas**, Rio de Janeiro. 2014. p. 1-8.

TREVISAN, Marina Bonart. **A Primeira Geração de Avis: Uma Família “Exemplar” (Portugal – século XV)**. 2016 Tese (Doutorado em História Social) – Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

VENTURA, Margarida Garcez. O “ofício de rei” no Portugal quatrocentista: teoria e práticas de poder. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 125-141.

VIEIRA, Ana Carolina Delgado. Três reis e um cronista: discursos e imagens nas crônicas de Fernão Lopes. In: NOGUEIRA, Carlos. **O Portugal Medieval**. São Paulo: Alameda casa editorial, 2010, p. 81-90.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O papel da guerra na legitimação simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa (1383/1385-1433). **Métis: história & cultura** – v. 6, n. 11, p. 215-241, 2007.

ZURARA, Gomes Eannes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

## “Demonstrações de benquerença”: A prática da misericórdia na guerra (Portugal nos séculos XIV e XV)

“Demonstrations of kindness”: The practice of mercy in war  
(Portugal in the 14th and 15th centuries)

**Eduardo Lima de Souza**

Doutorando em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

eduardo.lima@unesp.br

**Recebido:** 14/09/2023

**Aprovado:** 03/05/2024

**Resumo:** Entre os séculos XIV e XV, as recomendações sobre os exercícios misericordiosos circularam nos reinos cristãos a partir de um conjunto significativo e heterogêneo de textos, como as crônicas, os tratados moralizantes e as obras jurídicas. Em Portugal, especificamente, a intensificação das práticas assistenciais ocorreu em decorrência, sobretudo, das guerras contra os cristãos em Castela e contra os mouros no norte da África, somadas à grande peste, à fome decorrente das crises agrícolas e às frequentes catástrofes naturais. As guerras, especialmente, agravaram a pobreza, impondo uma subida generalizada dos preços, o que motivou a união e a entreatajuda. Tomando como ponto de partida esse fenômeno no reino português, o objetivo deste artigo é apresentar, sobretudo, os atos de misericórdia e de assistência ao próximo na guerra, nomeadamente nas guerras fernandinas contra Castela e nas guerras contra os mouros, a partir das crônicas, tratados edificantes e obras jurídicas.

**Palavras-chave:** Portugal; misericórdia; guerra.

**Abstract:** Between the fourteenth and fifteenth centuries, recommendations on merciful exercises circulated in Christian kingdoms based on a significant and heterogeneous set of texts, such as chronicles, moralizing treatises and legal works. In Portugal, specifically, the intensification of care practices occurred mainly as a result of the wars against Christians in Castile and against the Moors in North Africa, added to the great plague, famine resulting from agricultural crises and frequent natural catastrophes. The wars, in particular, aggravated poverty, imposing a generalized rise in prices, which motivated unity and mutual aid. Taking this phenomenon in the Portuguese kingdom as a starting point, the objective of this article is to present, above all, the acts of mercy and assistance to the neighbor in war, namely in the Fernandine wars against Castile and in the wars against the Moors, from the chronicles, edifying treatises and legal works.

**Keywords:** Portugal; mercy; war; charity; assistance.

No prólogo da *Crónica de Dom Fernando*, o cronista régio Fernão Lopes lamenta o fim do sossego e prosperidade em Portugal, assinalando que “desfaleceu isto quanto começou a guerra, e nasceu outro mundo muito contrário ao primeiro, passados os folgados anos do tempo que reinou seu pai”, porque depois vieram “dobradas tristezas com que muito choraram suas desaventuradas mesquindades” (LOPES, 2004, p. 5). De fato, ao contrário dos dez anos de paz do seu antecessor, D. Pedro I (1320-1367), o reinado de D. Fernando (1345-1383) foi marcado por intensos períodos de guerra. A gente comum era quem mais sofria com as batalhas; é por isso que nas Cortes do Porto, os procuradores queixam-se das consequências da guerra de D. Fernando contra o reino de Castela, nomeadamente do grande dano e carestia da terra e de não terem sido chamados a opinar sobre seu início. (CORTES, 1990, p. 82). As batalhas consumiam o reino e, ao mesmo tempo, comprometia o sentido de vida dos homens, empobrecendo a população, acarretando despesas e ainda estimulava o desregramento de costumes, o derrube de edifícios, o cativoiro, a enfermidade e perigos mortais. Porém, mesmo sendo mais raros, em tempos de combate também havia atos de misericórdia e assistência, além de outras virtudes cristãs.

De acordo com *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro (1392-1449), Deus infundiu no homem uma “espiritual virtude, que é chamada caridade e amor”. Desta virtude, nasce de dentro do homem a benquerença, que se materializa na benfeitoria (PEDRO; VERBA, 1983, p. 577). Em outras palavras, a benquerença é justamente a manifestação do amor de Deus. A misericórdia ou benfeitoria, ato interior da virtude da caridade (ORTIZ, 2001, p. 218), implicava um altruísmo para com a humanidade, ou ao menos para com os mais vulneráveis, degradados ou em grave necessidade material (BRODMAN, 2019, p.11). A esse respeito, o escolástico São Tomás de Aquino, explica que a misericórdia é uma das consequências da caridade. A caridade é uma das virtudes teológicas, portanto, se devem a graça de Deus, assim, a caridade se manifesta no mundo secular na forma da misericórdia (MACLINTYRE, 2001, p. 147).

Concomitantemente, D. Duarte (1391-1438), filho de D. João I (1357-1433), explica no seu tratado doutrinário *Leal Conselheiro*, que a misericórdia são “demonstrações de benquerença”, que se organizam a partir das sete obras espirituais que pertencem à alma: dar conselho; ensinar bem e virtuosamente; encaminhar aquele que anda desencaminhado; consolar o desconsolado; doer-se pelo próximo; rogar a Deus pelos “caminhantes e andantes sobre o mar”; e fazer oração pelos finados. Por sua vez, as sete obras de misericórdia corporais prescreviam que os fiéis vestissem o nu; dessem de comer ao faminto; de beber ao sedento; visitassem os enfermos e os encarcerados; dessem pousada

aos peregrinos; e enterrassem seus finados (DUARTE, 1998, p. 167). As catorze obras de misericórdia não deveriam ser entendidas separadamente, porque era preciso prover a sobrevivência física do assistido como um todo, saciando sua fome, sua sede e tratando das suas enfermidades (SÁ, 2022, p. 45).

Nessa esteira, o objetivo do presente artigo é apresentar os principais atos de misericórdia em prol dos necessitados, em especial em períodos de guerras, nomeadamente, das três guerras fernandinas contra Castela, da Crise Sucessória de 1383-1385, da Conquista de Ceuta, do ataque a Tânger e a Guiné. Assim, mais do que tentar adiantar novas leituras e interpretações, buscou-se recolher as referências à assistência e à caridade, os estudos já elaborados sobre os confrontos em Portugal, e colocá-los sob o prisma da doutrina da misericórdia. Em outras palavras, a relação entre os combates militares e a caridade deixa entrever uma história social dos confrontos militares, isto é, os efeitos devastadores, profundos e permanentes da guerra, gerando enfermidades, mortes, destruição de casas de morada, de colheitas e de equipamentos, entre outros flagelos difíceis de reparar (MARTINS; MONTEIRO, 2010, p. 10).

A exemplo disso, no início do verão de 1369 principia a primeira guerra fernandina contra Castela. Em julho, D. Fernando invade a Galiza, alcança a Corunha e obriga à rendição de Monterrey (Ourense). Mas a partir de maio ou julho até o outono de 1370, a frota portuguesa bloqueia Sevilha para impedir o abastecimento da cidade. Fernão Lopes narra que nesse período, chegado o inverno, as pessoas começaram a “adoecer e os mantimentos de minguar” (LOPES, 2004, p. 138).; os que morriam eram soterrados na terra, mas os lobos dessoterravam e comiam. O rei D. Fernando, no entanto, enviava biscoitos que se fazia em Lisboa e Algarve e outros mantimentos, mas a carestia era tanta que não foi suficiente para abastecer a frota. Assim, por “frio, fome e comer desacostumadas viandas vieram muitos a morte e fraqueza e continuadas dores” (*Ibid.*, p. 138), mas o rei continuava enviando muito burel e panos de linho e de cor. Porém, devido ao longo tempo que passaram ali – um ano e onze meses de acordo com Fernão Lopes –, muita gente morreu, passando muita fome e frio, tanto é que muitos perderam seus dentes, dedos do pé e das mãos (*Ibid.*, p. 139). Apesar das frequentes medidas tomadas pelo monarca, a questão do abastecimento era uma das principais limitações das guerras medievais, acarretando o insucesso de muitas campanhas (MONTEIRO, 1998, p. 248), por isso, os homens só podiam contar com a misericórdia régia.

Por sua vez, a chamada segunda guerra fernandina, deixou marcas particularmente mais violentas. Lisboa fora cercada em fevereiro de 1373, pelas frotas de Henrique II de Castela (1334-1379)

que “traziam grandes roubos de muitas e desvairadas coisas”, bem como “contavam vinhas, olivais e outras árvores, pondo fogo a muitas quintas que de todo destruíram” (LOPES, 2004, p. 270). A ofensiva castelhana agravou a carestia alimentar da cidade, por isso, no início de 1374, D. Fernando autoriza a “livre saca” de mantimentos destinadas a Lisboa (MARTINS, 2009, p. 134). A medida terá de ser renovada outras vezes, como deixa entrever uma carta de D. Fernando de 1383, explicando que devido a guerra, não havia pão em Castelo Bom, por isso, mais uma vez autoriza os moradores a sacar mantimentos em qualquer lugar do reino sem terem de pagar qualquer imposto (MARTINS; MONTEIRO, 2010, p. 106).

O cronista régio Fernão Lopes registrou ainda no capítulo LXXXIX da *Crónica do Rei Dom Fernando*, a posteriormente chamada *Lei das Sesmarias*, um conjunto de providências tomadas para amenizar a crise na agricultura e a falta de servidores rurais, fortemente potencializada pelo número crescente de homens levados pelas guerras (RAU, 1982, p. 83). Sabe-se que este ato legislativo resultou da reunião de corte, mas se ignora onde, porém a lei não é posterior a 28 de maio de 1375, data de sua publicação em Santarém (*Ibid.*, p. 90). Entre as inúmeras medidas, a lei previa coagir os proprietários de terra a cultivarem a terra e ainda estabelece quem eram os merecedores de misericórdia. Assim, a esmola, por exemplo, deveria ser dada àqueles que não podem ganhar “por serviço de seu corpo”, ou seja, os doentes, pois “justa coisa é castigar o pedinte sem necessidade que lhe dar esmola, que é devida a envergonhados e pobres que não podem fazer serviço”. No entanto, aqueles que estivessem pedindo esmola, mas fossem “tais corpos e idades” capazes de servir em algum ofício ou obra de serviço, deveriam ser constrangidos e taxados como qualquer outra pessoa. Além de condenar os chamados “vadios”, o rei não deixa de proteger os “verdadeiros pobres”, fracos, velhos e doentes, “que nenhuma coisa podiam fazer”; por isso, deveriam receber alvarás para que pudessem seguramente pedir (LOPES, 2004, p. 313-315). Como se por notar, é a partir do século XIV, em que as fomes, epidemias e as guerras se alastravam pelo reino, que apareceram as primeiras compilações legislativas, destinadas a enquadrar e proteger os miseráveis. Além disso, a *Lei das Sesmarias* traduz um complexo panorama de Portugal do último quartel do século XIV, marcado pelas frequentes crises agrícolas, pelas pestes e pelas guerras (RAU, 1982, 14).

Após a morte de Dom Fernando, os representantes lamentaram nas primeiras cortes realizadas ao novo monarca, Dom João I, de nunca terem sido ouvidos para feitos grandes, como os casamentos do rei ou a eclosão de uma guerra, mas sempre eram convocados para pagar seus gastos (MARTINS; MONTEIRO, 2010, p. 17). Tais queixas são frequentes e demonstram a insatisfação da gente comum

com as batalhas que, ao fim e ao cabo, apenas gerava mais miséria e morte. Evidentemente, a misericórdia ou a assistência não define as cavalgadas e atividades bélicas, mas a virtude da misericórdia esteve presente em algumas narrativas. Durante a crise dinástica, precisamente em 1383, em Lisboa, os habitantes da referida cidade queriam “roubar alguns ricos da judiaria, assim como dom Yuda que fora tesoureiro do Rei Dom Fernando, e Dom Davi Negro” (LOPES, 1973, p. 30), formando ajuntamentos; porém, tomados de pânico, os judeus recorreram a proteção do Mestre de Avis, meio-irmão de D. Fernando, que acabou por dispersar o motim (MORENO, 1985, p. 91). Desse modo, a misericórdia não se reduzia apenas ao próximo cristão, mas se estendia as minorias religiosas, como judeus e mouros. Sabe-se, por exemplo, que existiu uma Albergaria dos Judeus ou “comuna dos Judeus”, uma instituição de assistência destinada exclusivamente a judeus pobres e doentes (ROCHA, 2011, p. 43).

Sendo assim, segundo Fernão Lopes, D. João I, nessa altura ainda Mestre de Avis, não se esquecia “dos espirituais feitos”, distribuindo mantimentos “a certas pessoas devotas” para que “rogassem a Deus por ele e pelo estado do reino” (LOPES, 1973, p. 90). Nas palavras do cronista régio, o Mestre de Avis “fez mais uma coisa muito notável e de grande louvor ante as gentes, que todos tiveram por assinado bem”, isto é, pagou a rendição dos presos castelhanos “devido a guerra que era já muito acesa” (*Ibid.*, p. 90).

Em maio de 1384 teve início o cerco castelhano a Lisboa. A principal consequência desse cerco foi a fome. De acordo com a narrativa do cronista régio Fernão Lopes, “gastavam-se os mantimentos cada vez mais”, as “esmolas começaram a desfalecer” e os pobres não achavam quem lhes desse pão. Vencido de tanta piedade, decide-se expulsar do seu interior “as gentes minguadas e não pertencentes para defesa”, como “as mancebas mundairas<sup>340</sup>, judeus e outros semelhantes” (LOPES, 1973, p. 269). Na cidade não havia trigo e muito menos carne, então as pessoas “começaram a comer as carnes de bestas, e não somente os pobres minguados, mas grandes pessoas da cidade”. Por sua vez, as crianças, “de três e de quatro anos”, passaram a pedir pão pela cidade, como ensinavam suas mães, que não tinham outra coisa senão lágrimas. Do outro lado do cerco, os castelhanos “começaram a morrer de peste”, de modo que morriam entre cem e duzentas pessoas por dia, segundo o cronista (*Ibid.*, p. 272-273). Entre a fome e a peste o rei de Castela se viu obrigado a levantar o cerco de Lisboa em setembro de 1384.

---

<sup>340</sup> “Mulher mundana; prostituta”. MUNDÁRIA. In: MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, vol. III, 2015, p. 273.

Ordenou-se então que os fiéis portugueses seguissem descalços em procissão ao Mosteiro da Trindade, tendo como guia o bispo D. João, escudeiro que, igualmente descalço, levava o “corpo de Deus nas mãos”. Depois que fizeram suas orações, frei Rodrigo de Sintra, confessor e um dos pregadores de D. João I, proferiu um sermão em ação de graças intitulado *Misericordium fecit nobiscum*, “grande misericórdia fez o Senhor Deus conosco” (*Ibid.*, p. 277). O referido pregador definia o que era a misericórdia e a piedade, bem como alegava que a misericórdia procedia de direito natural, porque a miséria caracteriza a própria condição humana e, por isso, deveria necessariamente ser socorrida. Motivado por esse espírito, o rei de Castela teria colocado fim ao cerco, pois teria sido tomado pela misericórdia ao ver os “grandes trabalhos e mortes de muitos” e o quanto de carestia e fome a guerra trouxera para os cristãos de Lisboa. O ato de misericórdia do rei castelhano é documentado ainda pela chancelaria de João I. Segundo o rei, os castelhanos deram maravilhada vitória, mais “por sua misericórdia”, do que pelos seus merecimentos, por isso, doa em agradecimento a Virgem Maria, as igrejas de Soajo e de Britelo aos abades e frades de Santa Maria de Ermelo, cujo mosteiro havia sido gravemente afetado pelas guerras e mortandades (CHANCELARIAS, 2005, p. 144).

Com o fim do cerco, a guerra havia deixado um rastro de destruição dos bens e muita fome. Até mesmo D. João I carecia de dinheiro, a ponto de mandar desfazer sua baixela de ouro e de prata para pagar seus servidores (LOPES, 1973, p. 289). A piedade do Mestre de Avis é tão louvada que o cronista chega a compará-lo ao salvador Jesus Cristo. Pois, da mesma forma que Jesus havia fundado sobre Pedro a sua Igreja, dando-lhe autoridade para remir ou condenar os fiéis da terra e sua decisão repercutir no céu, a bondade do Mestre de Avis havia dado a Nuno Alvares Pereira – o condestável – a autoridade de defender o reino de Portugal (*Ibid.*, p. 301). Nesse sentido, se a remissão da humanidade pela encarnação de Cristo teria sido o primeiro ato de caridade, pois Cristo morreu crucificado em amor a humanidade, ainda que pecadora e miserável, a proteção do reino de Portugal contra Castela traduziria perfeitamente um ato de misericórdia para com os seus súditos.

Entretanto, o rei de Castela invade novamente Portugal em 1385, mas Lisboa continuava sem mantimentos, por isso, narra o autor anônimo da Crônica do Condestável – impressa em 6 de novembro de 1526 –, que em determinada ocasião o dito D. Nuno Alvares Pereira (1360-1431) tinha apenas cinco pães na mesa, quando convenientemente cinco cavaleiros ingleses chegaram alegando que “morriam de fome e que queriam com ele beber”. Nuno Alvares mandou-lhes trazer água e comeram do pão, de modo que o condestável ficou sem o que comer, exceto carne. Como se pode notar, o Santo Condestável – canonizado pelo Papa Bento XVI em 26 de abril de 2009 –, não se

contentava em fazer esmolas somente para portugueses, pois aconteceu que em um ano “minguado de pão no reino de Castela”, quatrocentas pessoas entraram em Portugal, entre eles, homens, mulheres e crianças, dizendo que “padeciam de fome”. Nuno Alvarez então mandou que se fizesse um levantamento escrito com o nome dessas pessoas e, em seguida, mandou que todo mês lhes entregassem quatro alqueires de trigo (ESTORIA, 1991, p. 200-201).

Além da fome, combinada a violência, constantes roubos e possibilidade de cativo e morte, a guerra tinha como efeito o despovoamento, porque os habitantes da fronteira preferiam se mudar para um lugar mais seguro, de preferência uma grande cidade amuralhada (MARTINS; MONTEIRO, 2010, p. 46). De acordo com a *Chancelaria de D. João I*, em 1385, o concelho dos moradores da fronteira com Castela se queixa que a dita vila “está muito minguada e despovoada de gentes e se despovoava mais em cada dia”, pois os moradores estão perdendo seus bens em razão da guerra; outras vezes foram cativos dos inimigos e alguns ainda foram mortos (CHANCELARIAS, 2005, p. 164-165). Os moradores da vila de Arronches igualmente se queixam da “vila minguada de gentes” e por isso, solicita coutos homiziados, criminosos que podiam viver livremente em determinada região em troca da defesa da fronteira e povoamento (MARTINS; MONTEIRO, 2010, p. 24-25).

Em agosto de 1385, o exército de D. João I, auxiliado pelas tropas inglesas e outros mercenários, intercepta a coluna de marcha castelhana, entre Leiria e Alcobaça. Na sequência de sua vitória, D. João I – eleito rei de Portugal em 6 de abril – consegue ocupar imediatamente Santarém, Leiria, Óbitos, Alenquer, Torres Vedras, Torres Novas, Sintra, Crato Montemor etc. Quando o rei chega em Alcácer, narra Fernão Lopes que todas as igrejas e mosteiros estavam repletos de castelhanos, que não ousavam sair, com medo de serem mortos. Muitos deles foram presos, cerca de “mil pessoas”, mas o lugar estava minguado de água, então “os levavam ao Tejo para beber, presos em cadeias e cordas como cães” (LOPES, 1977, p. 126-127). Por sua vez, um cavaleiro rogou a Fernando Alvarez, vedor da casa do Rei, que os mandasse matar ou os mandasse dar de comer, pois todos padeciam de fome. Sabendo disso, o rei chamou os oficiais da vila e pediu que ao menos lhes dessem pão, do contrário, morreriam de fome. Mas os oficiais argumentaram que em razão da continuidade da guerra não havia mantimentos suficientes. Incapaz de ver tamanho sofrimento, o rei ordena que fossem mandados de volta para a sua terra. Assim, nas palavras do cronista, a vingança fora colocada a parte em detrimento da “nobreza de sua caridade e usou com eles demasiada compaixão”, ordenando que ninguém lhes fizesse mal, “mas que os soltassem e se fossem para suas terras” (*Ibid.*, p. 126-127).

Mais tarde, precisamente em junho de 1386, o monarca português e seu condestável cercam Coira, porém os homens de sua tropa começaram a adoecer, “huns de maleitas<sup>341</sup> e outros de má maneira por mingua de mantimentos, especialmente de pão e carnes”. O rei então mandava que os doentes fossem para Penamacor, a treze léguas dali, para que fossem tratados, porém muitos começaram a fingir que eram doentes e voltavam para suas casas, por isso, o rei começou a avaliar os doentes pessoalmente. Os cercos das cidades constituíram uma das operações militares mais características de toda a Idade Média (MONTEIRO, 1998, p. 337). Suportar um cerco pressupunha muitos mais que resistir ao assédio das armas do inimigo. Implicava, sobretudo, superar a fome, a sede e a doença (*Ibid.*, p. 366). De todo modo, o rei desiste do certo pois os homens que o servia precisavam fingir que estavam doentes para não participarem da guerra (LOPES, 1977, p. 126-127), o que demonstra determinada compaixão do rei, por aqueles que se mostravam insatisfeitos com a continuidade dos confrontos.

Liquidadas, desde D. Fernando, as esperanças de crescer para o norte e para o leste, à custa de Castela, Portugal encontrou uma saída pelo mar, mais precisamente a partir da expedição a Ceuta (MONTEIRO, 2016, p. 104). Segundo o próprio rei D. João I, o propósito da “santa romaria” era buscar esmolas, tais como dinheiro e mantimentos para governar “tantas gentes” (ZURARA, 1915, p. 65). De fato, a guerra contra Castela havia gerado uma inflação elevadíssima e esgotado o tesouro (MONTEIRO, 2016, p. 104). Em 24 de julho de 1415, uma semana depois da morte de D. Filipa de Lencastre (1360-1415), cerca de 200 barcos e aproximadamente 18000 homens partiram do Rastelo (*Ibid.*, p. 107). Em seguida, a frota ancorou em Lagos, à espera de vento favorável; quando finalmente em 7 de agosto a armada atravessou o estreito de Gibraltar. Três dias depois ancoraram em Algeciras, prontos para atacar Ceuta, o que se concretizou no dia 12, porém devido a neblina e correnteza, boa parte das naus foram arrastadas na direção de Málaga. D. João I então ordena no dia 14 que se desse a volta na península e se estacionasse a frota mais a sul, na baía do Barbaçote, para reunir as naus transviadas e mudar os planos, mas poucos dias depois retornam a baía de Algeciras. Enfim, no início da manhã do dia 21 de agosto de 1415 a frota avança em direção a Ceuta “para pôr o jugo da fé sobre os pescoços dos infiéis” (ZURARA, 1915, p. 162); assim, no final da tarde, a vitória cristã estava garantida, por isso, o rei manda que seus súditos se juntassem em uma mesquita, onde viria a ser o mosteiro de São Jorge (MONTEIRO, 2016, p. 109-112).

---

<sup>341</sup> “Febre” MALEITA. In: MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, vol. III, 2015, p. 159.

A presença dos portugueses no norte da África intensifica, sobretudo, as trocas de cativos, tanto dos portugueses, quanto dos mouros aprisionados. Inclusive, segundo Zurara, D. Pedro de Menezes (1370-1437) “trazia sempre seus navios aparelhados, que quase cada semana havia presa grande ou pequena”, isto é, cativos (ZURARA, 1997, p. 388). O aprisionamento de cativos visava o enriquecimento pela venda de mão-de-obra ou o resgate de cativos portugueses (ALBERTO, 1994, p. 23-24). Com a retenção de indivíduos nas mãos dos muçulmanos, fazia-se necessário angariar fundos para o resgate, assim, o cristão estaria preservado dos costumes e crenças islâmicas (SÁ, 1995, p. 223). Além disso, remir e sacar o próximo do cativo “que está em poderio de infiéis para que sejam fiéis cristãos” (SÁNCHEZ, 2010, p. 108-111), era a quarta obra de misericórdia corporal e estava orientada principalmente para a penitência. Isso significa que na medida em que se materializavam as práticas assistenciais, vivenciava-se o arrependimento, porque a execução das práticas de misericórdia tinha o poder de remir os pecados (SOUSA, 2002, p. 205-206).

É motivado por esse espírito que, em 6 de outubro de 1431, decidiu-se que os moradores e naturais da cidade e bispado do Porto “que andam por mar e por terra ou estão em Ceuta” que “são tomados pelos mouros e cativos em seu poder”, por serviço de Deus, caridade e obra de misericórdia possam usufruir das esmolas guardadas que então na recém criada arca, guardada na Sé, uma vez que muitos frades moradores de Castela tiram os cativos que não são moradores ou naturais do Porto, mas através das esmolas arrecadadas do dito bispado (VEREAÇOENS, 1985, p. 41-43). Inclusive, surgem ordens religiosas especialmente comprometidas com a missão de resgatar os cativos cristãos, como é o caso da Santíssima Trindade<sup>342</sup> e de Santa Maria da Mercê.<sup>343</sup> Não é por acaso que no mesmo ano em que Ceuta é conquistada funda-se um mosteiro trinitário em Faro, sob a iniciativa do Frei Gomes Martins (BEIRANTE, 2011, p. 126), “lugar disposto e ordenado para se saber mais preste de alguns cativos cristãos, que jazem em poder dos mouros, padecendo muito mal”. De acordo com o cronista,

---

<sup>342</sup> A Ordem dos Trinitários foi fundada por dois franceses (S. João da Mata e S. Félix de Valois) no fim do século XII, e aprovada por Inocêncio III, papa da quarta cruzada. Foi introduzida na Península e entrou em Portugal, nos primeiros anos do século XIII, sendo o seu primeiro convento o de Santarém, logo seguido pelo de Lisboa, quando ainda grande parte do Alentejo e do Algarve estavam sob o domínio muçulmano. In: BEIRANTE, Maria Ângela. **Territórios do Sagrado: Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 123.

<sup>343</sup> Após receber a aprovação em 1235, a Ordem dos Mercedários adoptou a regra de Santo Agostinho e alguns estatutos próprios que lhes serviram de norma de vida. Progressivamente melhorados, os estatutos iniciais deram lugar às primeiras constituições, datadas de 1272 que, de novo revistas, originaram as constituições de 1327. In: ANDRADE, Maria Filomena Andrade; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Bernardo Vasconcelos e (Dir.); SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. **Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico**. Lisboa: Livros Horizontes, 2006, p. 449.

o dito convento era uma espécie de hospício para a passagem dos redentores e condução dos cativos da África (SÃO JOSÉ, 1789, p. 273).

Além disso, em 1450 foi edificado um hospital para peregrinos pobres, combatentes, fugitivos do cativo e feridos, junto à Igreja de Santa Maria de África, pelo Frei Paulo Húngaro, da Ordem de Cristo. Em 24 de setembro de 1456, ele súplica ao Papa Nicolau V, indulgência plenária para todos os fiéis que morressem no dito hospital e para aqueles que tivessem contribuído com a assistência dos pobres feridos e manutenção do hospital. Outro hospital militar teria sido fundado na vila de Tavira, durante o reinado de D. Afonso V, sob invocação do Espírito Santo, para cura dos combatentes das terras da África. Em súplica de 25 de junho de 1472, os habitantes da vila suplicam igualmente indulgência plenária e a autorização para elegerem um capelão para celebrar missa e administrar os sacramentos aos enfermos (COSTA, 1972, p. 287-288).

Depois da conquista da praça de Ceuta em 1415, o filho e sucessor de D. João I, D. Duarte, pretendia dar continuidade a guerra expansionista no norte da África. Um conselho foi reunido para designar os malefícios e benefícios de uma expedição a Magreb. O infante D. João – quarto filho de D. João I e administrador da Ordem Militar de Santiago –, argumentou que a finalidade das coisas, inclusive uma possível batalha, devem ser feitas de acordo com quatro preceitos: por serviço de Deus; por honra; por proveito; e por prazer e gosto. Por isso, o infante se declara contra a guerra, explicando que, a guerra não poderia ser financiada sem a imposição de subsídio ao povo, o que necessariamente contrariava as obras de misericórdia, “porque [a] guerra de sua qualidade e condição, mata de fome o farto, de sede o que tem de beber, desveste o vestido e, assim, discorrendo por todas, as destrói” (PINA, 1977, p. 525). Além disso, observa o infante que quem mata um mouro não pecaria menos se fosse um cristão, pois se estaria dando ao demônio muitas almas, entretanto, “a Santa Escritura, por pregações e virtuosos exemplos de vida, os manda converter” (*Ibid.*, p. 526). Quando o infante D. João “se calou”, D. Afonso, conde de Barcelos concorda com o parecer do infante e se declara igualmente contra a guerra (*Ibid.*, p. 531).

Por sua vez, o infante D. Pedro defende que guerrear contra os mouros seria serviço de Deus, desde que não trouxesse consigo danos e males maiores, tal como mudar a moeda para seu proveito e assim, prejudicar o reino; além disso, D. Pedro acrescenta que a cidade de Tânger é “grande e povoada de muita e nobre gente”, enquanto Portugal não tem poder para resistir e se defender dos cercados. Enfim, conclui o infante que o rei não deveria dar seguimento a expedição (*Ibid.*, p. 532-534). Ao fim e ao cabo, contrariando seus conselheiros, D. Duarte decide organizar a armada contra Tânger,

segundo ele, para realizar o último desejo do seu pai e rei D. João I e converter todos os infiéis da África (DUARTE, 1982, p. 135-136).

Como os pareceres do conselho deixam entrever, a misericórdia estava reservada para os cristãos e não para os mouros, assim, era preciso ter misericórdia dos cristãos que sofrem os efeitos da guerra. O *Espelho dos Reis* do bispo de Silves Álvaro Pais, explica que “a guerra deve ser feita por necessidade, para que Deus livre a Igreja de constrangimento e a conserve em paz, extirpados os inimigos internos e externos”, assim, o confronto não deve ser uma condição natural do reino, mas uma necessidade para se alcançar a paz. Desse modo, deve-se ter misericórdia do cristão aprisionado, mas não dos ímpios sarracenos, porque eles perturbam a paz da Igreja, logo, prossegue Álvaro Pais, não se deve recriminar a guerra, porque alguns merecem morrer, para que na paz, vivam os que merecem viver – os fiéis cristãos (PAIS, 1955, p. 15-16).

Por isso, narra o cronista régio que enquanto os mouros guardavam os poços, os portugueses “eram já postos em tão apertada necessidade de mantimento”, exceto carne de cavalo, que por falta de lenha comiam sem cozinhar e mal assada. Também não havia mais água no poço, mas desesperados os homens comiam lodo na “esperança de tirarem alguma humidade, com que sustentassem as vidas”, entretanto Deus mandara chuva para que mais gente não morresse de sede (DUARTE, 1982, p. 557). A falta de mantimentos, somados a desorganização no combate e à minguagem de gente levaram a derrota dos portugueses. Antes de deixar Tânger, tratou-se dos termos do acordo, entre eles ficou refém o infante D. Fernando (1403-1443), irmão do rei D. Duarte, como garantia da entrega de Ceuta e de todos seus cativos.

Pelas penas do Frei João Álvares, seu principal biógrafo, D. Fernando – beatificado em 1470 – personificará todos os cativos. Após exaltar os atributos louváveis de D. Fernando, nomeadamente a caridade e compaixão para com pobres, gafos e cativos, desse modo, “cumprindo todas as obras de misericórdia corporais e espirituais”, o tratadista narra a vida em cativo do infante santo. D. Fernando foi levado como cativo a Arzila, onde permaneceu sete meses “em tanta fraqueza, que a maior parte do tempo jazia na cama” pacientemente; nunca deixou de rezar as horas canônicas, jejuava e com muita oração passou seu tempo trabalhando em “misericórdia com todos os cristãos, que ali achou em cativo”, remindo cerca de doze e a todos dava de comer e de vestir secretamente pelas mãos de mercadores (ÁLVAREZ, 1911, p. 35). Em seguida, o infante foi transferido para Fez e em cada povoação que passavam, os mouros faziam escárnios, cuspiam no seu rosto e ainda o apedrejavam (*Ibid.*, p. 37), o que se assemelha a Jesus a caminho da crucificação.

O infante D. Fernando e seus homens comiam apenas dois pães por dia, sem carne, pescado ou vinho; o infante, especificamente, tinha apenas um vestido preto que continuamente era remendado. Narra ainda Frei João Álvares que à noite, eram colocados com o infante na masmorra doze homens, quando o espaço suportava apenas oito; apertados, com piolhos, e muita fome, “muitas vezes não lhes consentiam que fizessem fora suas necessidades” (*Ibid.*, p. 58-59). E assim, quando chegou o mês de julho de 1443, o infante santo morre porque “seus padecimentos eram maiores e mais graves de suportar” (*Ibid.*, p. 100).

Esse retrato do cativo de D. Fernando deixa entrever as consequências da guerra e a necessidade de assistência. Chegou-se a criar, no século XV, um sistema para angariar recursos destinados às obras caritativas, a chamada “Arca da Piedade”, cuja arrecadação era doada para compensar algum malefício. O regimento de Évora, datado de 21 de abril de 1454, intitulado *Regimento da rendição dos cativos cristãos*, ordenava, por exemplo, que metade de todo o rendimento da arca fosse direcionado para trazer de volta os cristãos cativos em terra de mouros, e a outra metade fosse usada para fazer esmolas a mosteiros, a igrejas e a pessoas desafortunadas (PAIVA, 2003, p. 93-94).

Os portugueses que sobreviveram a expedição a Tânger foram recebidos em Andaluzia “com virtuosa piedade”, sendo pobres, feridos e doentes saídos do cerco e que sem esperança não podiam mais sofrer a passagem do mar, depois de “tamanho perigo por terras estranhas”. Porém os Andaluzes, sobretudo os da costa do mar “sabendo o muito padecimento e grandes trabalhos que pela fé naquele cerco padeceram, como católicos e agradecidos cristãos”, saíam de suas casas para recebê-los e com “uma louvada humanidade competiam entre si, quem mais levaria e melhor agasalharia, dando-lhes de graça mantimentos em abundância, para sãos e doentes”, curavam ainda as feridas e doenças, preparavam lindas camas e vestiam e calçavam os corpos nus em “perfeita misericórdia e caridade (DUARTE, 1982, p. 562).

Após a conquista de Ceuta, os portugueses continuaram servindo “com seus corpos e navios, na guerra dos Mouros, por serviço de Deus e do Rei nosso senhor” (ZURARA, 1973, p. 213-214), passaram a explorar o litoral africano ao sul do Marrocos e, posteriormente, a costa ocidental africana com a passagem do Cabo Bojador em 1434, por Gil Eanes, a pedido de D. Henrique (1394-1460). Em 1441, os portugueses alcançam a região da Guiné. A bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V, de 8 de janeiro de 1455, concede ao rei D. Afonso V de Portugal, a seus sucessores e a D. Henrique, “os direitos de conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, portos, ilhas e mares de África, já conquistados ou que de futuro viessem a conquistar, desde os cabos Bojador e Nau até à Guiné” (MONUMENTA,

1971, p. 71). Na *Crônica de Guiné*, o cronista régio Gomes Eanes da Zurara lamenta pela “miserável campanha”, recordando-se que os mouros “são da geração dos filhos de Adão”. Segundo o cronista não havia coração, “por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo aquela campanha”; uns tinham as caras baixas e os rostos lavados em lágrimas e outros gemiam dolorosamente “bradando altamente, como se pedissem socorro ao Pai da natureza”, outros ainda feriam seus rostos com as mãos, lançando-se no chão ou faziam lamentações cantando, como era de costume na sua terra, demonstrando muita tristeza. As “presas” eram descarregadas em Lago, onde se separavam os cativos sem considerarem o parentesco, de modo que os filhos avistavam seus pais e corriam para eles, enquanto as mães seguravam seus filhos nos braços e jogavam-se de bruços no chão, “recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes”, para que seus filhos não lhes fossem tirados (ZURARA, 1973, p. 122-123).

Segundo o cronista, muitos mouros eram mortos ou fugiam “em razão das armas”, mas alguns mouros “buscando derradeiro remédio para sua salvação”, se lançaram no chão “como que pediam misericórdia”, da qual os portugueses tiveram piedade, pois se lhes matassem não haveria “presa” ou cativo (*Ibid.*, p. 203). No final da crônica, o autor conclui que 927 almas de infiéis foram levadas a Portugal “por virtude e engenho do nosso glorioso príncipe” D. Henrique, das quais, “a maior parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação” (*ibid.*, 1973, p. 405). Inclusive, esclarece o cronista que os “mouros que cativavam” e eram levados a Portugal, não tentavam fugir e com o transcorrer do tempo se esqueciam da sua terra natal na medida em que vivenciavam a bondade da nova terra; ainda eram muito leais, obedientes servidores e sem malícia; bem como não demonstravam demasiada luxúria e usavam roupas coloridas (*Ibid.*, p. 127). Isso significa que tanto liberar um cativo cristão, quanto fazer cativo mouro era considerado um ato misericordioso, pois possibilitaria que o infiel conhecesse a doutrina e fosse salvo.

Gradualmente, a doutrina da misericórdia foi definindo as ações em prol da miséria e compondo o vocabulário e tradição religiosa desses homens, sobretudo em períodos de guerra, de crises agrícolas, epidemias e catástrofes naturais, dando ensejo a prática de uma virtude: a caridade. Não é à toa que, mais tarde, D. Duarte aconselha no seu *Livro da Cartuxa*, referindo-se ao ataque a Tânger, que os homens tivessem “piedade e misericórdia em toda coisa que razoavelmente a poderdes haver, mandando guardar da morte as mulheres, moços, desposados e os presos quando sem perigo bem salvar se poderem”. D. Duarte ainda solicita que, à exemplo de seu pai, D. João I e do santo

condestável, Nuno Alvez Pereira, não “se faça desordenada matança”, quando se pode evitar, pois Deus não quer a morte do pecador, mas que ele se converta a viva (DUARTE, 1982, p. 128).

### Referências bibliográficas

#### Fonte:

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

**CORTES portuguesas**: Reinado de D. Fernando I (1367-1383). Ed. de A. H. de Oliveira Marques; Nuno J. P. P. Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, vol. I.

ORTIZ, D. Diogo. **O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz**. Estudo literário e edição crítica de Elsa Maria Branco da Silva Lisboa: Edições Colibri, 2001.

DUARTE. **Leal Conselheiro**. Ed. crítica, introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

LOPES, Fernão. **Crónica del rei dom Joham I de boa memoria e dos reis de Portugal o decimo**. Reprodução facsimilada da ed. do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. v. 1.

PEDRO; VERBA, João. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: ALMEIDA, Manuel Lopes (dir.). **Obras dos Príncipes de Avis**. Porto: Lello & Irmão, 1981.

LOPES, Fernão. **Crónica del rei dom Joham I de boa memoria e dos reis de Portugal o decimo**. Reprodução facsimilada da ed. do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. v. 1.

**CHANCELARIAS portuguesas: D. João I**. Ed. preparada e revista por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova. Vol. I: 2005, tomo III: (1384-1388).

LOPES, Fernão. **Crónica del rei dom Joham I de boa memoria e dos reis de Portugal o decimo**. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. v. 2.

**ESTORIA de Dom Nuno Alvez Pereira**. Edição crítica da “Coronica do condestabre” com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Editora Limitada, 1991.

**CHANCELARIAS portuguesas: D. João I**. Ed. preparada e revista por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova. Vol. I: 2005, tomo II: (1385).

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto: Livraria Civilização, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**. Ed. e estudo de Maria Teresa Brocardo. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, [1997].

SANCHEZ, Clemente. **Sacramental**. Tradução de José Barbosa Machado. S/L: Vercial, 2010.

**VEREAÇÃOENS (anos de 1431-1432)**. Comentário de João Alberto Machado e de Luís Miguel Duarte. Porto: Câmara Municipal, 1985.

SÃO JOSÉ, Jerónimo. **Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade. Redenção dos Cativos da Provinda de Portugal**. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Livro I.

PINA, Rui de. Chronica do Senhor Rey D. Duarte. In: **CRÓNICAS de Rui de Pina**. Porto: Lello & Irmão, 1977.

DUARTE. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática. Transcrição de João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

PAIS, Álvaro. **Espelho dos Reis**. Estabelecimento do texto e trad. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955, Vol. I.

ÁLVAREZ, João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Ed. Mendes dos Remedios. Coimbra: F. França Amado Editor, 1911.

PAIVA, J. P. (coord. cient.) Antes da Fundação das Misericórdias. **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. ed. lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Vol. 2, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003.

**MONUMENTA Henricina**. Coimbra: Com. Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, 1971. v. 12. doc. 36.

#### Estudos:

BRODMAN, James William. **Charity and religion in medieval Europe**. Washington: The Catholic University of America Press, 2009.

MACLINTYRE, Alasdair. **Animales racionales y dependientes: Por qué los seres humanos necesitamos las virtudes**. Barcelona: Paidós, 2001, p. 147.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A fundação e a estruturação das Misericórdias no século XVI. In: SILVA, Carlos Guardado da (Ed.). **A misericórdia. História, arte e património**. Portugal: Edições Colibri, 2022.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Igreja e Assistência em Portugal no século XV. **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**. Volume LIII, 1995.

RAU, Virgínia. **Sesmarias Medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia. **As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)**. Coimbra: Palimage, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MARTINS, Miguel Gomes. Abastecer as cidades em contexto de guerra. **Arquivo Municipal de Lisboa e Instituto de Estudos Medievais**. Alimentar la ciudad en la Edad Media. Logroño, 2009, pp. 131-151.

MORENO, Humberto Baquero. **Marginalidade e Conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV**. Estudos de História. Lisboa, Editorial Presença, 1985.

ROCHA, Ana Rita Saraiva da. **A institucionalização dos leprosos: O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII A XV**. 2011. Dissertação de Mestrado – Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

MONTEIRO, João. Luzes e sombras na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415. In: **Actas do XXIV Colóquio de História Milita “Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta: Portugal e a criação do primeiro sistema mundial”**. Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. **As Instituições de Resgate de Cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV**. 1994. Dissertação de Mestrado – Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

SOUSA, Ivo Carneiro. **A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento**. Portugal: Fundação (Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

BEIRANTE, Maria Ângela. **Territórios do Sagrado: Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

COSTA, António Domingues de Sousa. Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves In: **A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média**. Actas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa 2530 de Setembro de 1972, vol. I, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973.

## O Empório de Náucratis: historiografia entre o século XVIII e XXI

The Emporium of Naukratis:  
Historiography between the 18th and 21st Centuries

**Leonardo Wesley do Santos**

Graduando em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

lw.santos@unifesp.br

**Recebido:** 02/05/2024

**Aprovado:** 05/06/2024

**Resumo:** O empório de Náucratis foi estabelecido no Delta do Nilo entre o fim do século VII e início do século VI AEC, e ao longo de sua existência foi um dos principais portos comerciais do Egito. Este assentamento greco-egípcio foi um local de intensas trocas comerciais, culturais e religiosas entre os povos do Mediterrâneo. Dada tal especificidade, Náucratis se tornou um importante objeto de estudos para se compreender as interações entre gregos e egípcios na Antiguidade. Este artigo apresenta, concisamente, uma revisão bibliográfica das principais obras que, entre o século XVIII e XXI, se propuseram a estudar Náucratis. O objetivo primário deste estudo é pôr em perspectiva a produção de conhecimento sobre o empório e, a partir disso, analisar algumas das mudanças mais relevantes no discurso sobre Náucratis.

**Palavras-chave:** Náucratis; Delta do Nilo; Imperialismo.

**Abstract:** The emporium of Naukratis was established in the Nile Delta between the late 7th and early 6th centuries BCE. Throughout its existence, it served as one of Egypt's principal commercial ports. This Greco-Egyptian settlement fostered intense commercial, cultural, and religious exchanges among the Mediterranean peoples. Due to its distinctive nature, Naukratis has emerged as a focal point for scholarly inquiry into Greco-Egyptian interactions in antiquity. This article offers a succinct bibliographic overview of key works spanning from the 18th to the 21st centuries that have aimed to investigate Naukratis. The primary aim of this study is to contextualize the scholarly production concerning the emporium and, subsequently, to analyze significant shifts in the discourse surrounding Naukratis.

**Keywords:** Naukratis; Nile Delta; Imperialism.

### Um panorama da história de Náucratis

Náucratis apresenta uma historiografia vasta e desafiadora, isto porque enquanto tema de estudo quase constante, desde o século XVIII até os dias atuais, este empório provou que não ocupa um lugar estático no pensamento erudito europeu. Os discursos que fundamentaram a construção do conhecimento sobre Náucratis estão intrinsecamente relacionados com os ideais e interesses próprios dos estudiosos da área de Estudos Clássicos, sobretudo historiadores da Antiguidade e arqueólogos clássicos. Dessa forma, uma revisão bibliográfica sobre o empório é antes de mais nada um estudo sobre as transformações no discurso sobre a História Antiga e sobre o lugar dos gregos e egípcios nas narrativas acadêmicas. Dito isso, antes de se compreender os discursos em torno de Náucratis, é necessário compreender o contexto no qual este assentamento foi criado.

Após o colapso da Era do Bronze (MONZANI, 2013), as comunidades mediterrânicas restabeleceram as suas redes de conexão paulatinamente. O Egito, especificamente, a partir de meados do século VII AEC, estava em processo de reorganização político-administrativa. Após décadas de diferentes dominações estrangeiras, que ocasionaram crises internas, os egípcios foram submetidos ao Império Assírio. A reorganização do reino se deu sob a liderança de Psamético I, faraó responsável por expulsar os assírios do Egito e, assim, unificá-lo (FUNARI, 2010, p. 16).

O faraó contratou mercenários gregos da Jônia e da Cária que, àquela época, saqueavam regiões costeiras prósperas, a fim de obter reforços contra as forças assírias. Após a unificação, Psamético definiu Sais, cidade no Delta do Nilo, como a nova capital do reino. Além de ter iniciado um movimento posteriormente denominado de renascimento cultural egípcio, essa dinastia promoveu grandes investimentos no comércio com outras comunidades do Mediterrâneo, e como consequências diretas desses investimentos podem ser citados o entreposto comercial de Dafne e o assentamento de Náucratis (FUNARI, 2010, p. 16).

Dentro desse contexto, após o sucesso da aliança formada com os gregos, Psamético I lhes concedeu terras no Delta do Nilo para que pudessem se estabelecer. Estudiosos de Náucratis ainda discutem a probabilidade da existência de uma cidade egípcia na região antes da concessão. Para o historiador francês Alain Bresson, em um primeiro momento, os gregos teriam convivido lado a lado com os egípcios, dividindo com estes uma cidade preexistente (BRESSION, 1980, p. 294). Uma vez assentados no Delta, os gregos teriam erigido um templo em honra a Apolo Milésio, o primeiro de

seus santuários no Egito. Desse momento em diante, as atividades comerciais passaram a ser centrais na região, dada a sua localização estratégica próxima ao Mediterrâneo.

Os faraós que sucederam a Psamético continuaram a mobilizar e integrar mercenários gregos às forças egípcias.<sup>344</sup> Durante o reinado de Apriés (589–570 AEC), contudo, essa integração teria ocasionado conflitos; uma vez que os soldados egípcios sentiam-se preteridos com relação aos estrangeiros. Essa desconfiança para com os gregos levou os soldados nativos, liderados pelo general Amásis, a uma revolta contra o faraó. Após Apriés ser derrotado, o seu antigo general, sob a alcunha de Amásis II, passou a governar o Egito. Durante seu reinado (570–526 AEC), este faraó reorganizou Náucratis e estabeleceu o local enquanto um domínio grego (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 359–360), concedeu permissão para que novos santuários e templos fossem construídos e tornou o empório uma parada obrigatória para todos os que fossem comercializar seus produtos no Egito (Heródoto, II, 179). Entre os novos recintos de culto erigidos, estava o santuário Helênion, construído por nove póleis jônicas; Quíos, Téos, Focéia, Clazômenas, Rodes, Cnido, Halicarnasso, Fasélis e Mítilene. Este recinto sagrado se tornou o centro administrativo de Náucratis.

A reorganização do local pode ser explicada por muitos fatores, um destes seria o interesse de Amásis em obter um controle maior do comércio estrangeiro no Egito (VILLING, 2015, p. 08). Esse controle se desdobrou em um modelo singular de administração do empório, no qual os gregos geriam parcialmente os negócios do assentamento. Segundo Heródoto, o gerenciamento de Náucratis era responsabilidade dos dirigentes do empório (προστάται τοῦ ἐμπορίου; *prostátai tou emporion*), estes eram eleitos pelas nove cidades fundadoras do Helênion (Heródoto, II, 178). Esses dirigentes eram responsáveis por negociar com os representantes do poder local, o que significa dizer que os *prostátai* não tinham um papel autônomo em Náucratis (GRAS, 2018, p. 31). Amásis teria estabelecido uma taxa específica sobre todos os produtos comercializados no empório, estando os seus oficiais na região responsáveis pela cobrança das taxas previstas pelo faraó (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 362).

---

344 De acordo com Alexandra Villing na introdução ao catálogo de pesquisa online sobre Náucratis (2013). Disponível em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801114015/https://www.britishmuseum.org/research/online\\_research\\_catalogues/ng/naukratis\\_greeks\\_in\\_egypt/introduction.aspx](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801114015/https://www.britishmuseum.org/research/online_research_catalogues/ng/naukratis_greeks_in_egypt/introduction.aspx). Acesso em 26 de abril de 2024.

No decorrer de sua existência, a comunidade dos naucratitas se fortaleceu e se tornou um dos principais portos comerciais do Egito e, mesmo após a fundação de Alexandria no século IV AEC, Náucratis manteve uma importância no nível regional até o início do período bizantino (VILLING, 2013).<sup>345</sup> O declínio total da cidade ou quando esta deixou de ser habitada, ainda não foi definido com exatidão pelos pesquisadores, no entanto, sabe-se que o abandono da região levou à perda da informação de sua localização exata.

Como de praxe nos estudos sobre a Antiguidade, antes do desenvolvimento pleno da Arqueologia, as únicas fontes de acesso à experiência histórica naucratita eram as obras dos literatos antigos. No caso deste empório, as fontes literárias mais tradicionais foram o livro II das *Histórias* de Heródoto, nos capítulos 97, 178 e 179 e o livro XVII da *Geografia* de Estrabão, no capítulo I, seções 18 e 23. Ainda que existam outras pequenas menções à Náucratis em diversas obras antigas<sup>346</sup>, esses dois autores foram tradicionalmente os mais evocados e seus testemunhos fundamentaram, durante muito tempo, os principais debates sobre a região.

Este breve artigo apresenta sucintamente os resultados iniciais da pesquisa intitulada *História Intelectual sobre o santuário Helênion em Náucratis entre os séculos XVIII e XXI*. Os resultados aqui expostos serão mais bem detalhados no primeiro capítulo da referida pesquisa. O intuito deste artigo, dada suas limitações, não é encerrar o assunto, mas apresentar os debates acerca de Náucratis e explorar as principais obras, sobretudo arqueológicas, produzidas sobre este empório desde meados do século XVIII; passando pela descoberta de seu sítio no século XIX, e concluindo a revisão com o recente projeto de escavação idealizado pelo Museu Britânico entre 2004 e 2023.

Neste estudo, optou-se por uma divisão da produção de conhecimento sobre Náucratis em três fases: fase I, obras publicadas antes da localização do sítio arqueológico entre 1750–1845; fase II, obras publicadas a partir da descoberta da localização do sítio entre 1885–1905 e, por fim, a fase III, que se inicia com as novas escavações arqueológicas a partir da década de 1970 e se estende até os dias atuais. Buscou-se evidenciar as transformações nos discursos relacionados às interações entre gregos e egípcios, bem como sobre as influências que estes teriam exercido uns sobre os outros quando de seu

---

<sup>345</sup> idem.

<sup>346</sup> Segundo Marion Smith, ao todo, existem 23 citações sobre o empório de Náucratis em obras literárias greco-latinas, desde o século VI AEC até o século IV EC; de Sólon (Bergk, Fr. 28) a São Jerônimo (Eusebius, ed. Schöne, II . 81) (SMITH, 1926, p. 184-205).

contato na região de Náucratis. Tais transformações foram abordadas considerando os contextos político-ideológicos dentro dos quais as obras-fonte foram desenvolvidas.

## **Fase I: o conhecimento sobre Náucratis publicado antes da localização de seu sítio arqueológico (1750–1845)**

### **O interesse europeu pelo norte do continente africano**

A partir da obra de Heródoto e Estrabão, Náucratis foi inserida nos círculos da produção intelectual europeia. Contudo, entre esses intelectuais, há de se destacar o predomínio de autores franceses e britânicos. Esta situação reflete o interesse que, desde meados do século XVIII, as duas potências imperialistas tinham no norte do continente africano. Esta região estratégica foi objeto de reflexão de diferentes eruditos que a dissociaram, sobretudo o Egito, do restante do continente, a associando à experiência histórica asiática ou europeia (HEGEL, 1995, p. 83). As presenças grega e romana no norte do continente africano serviram como um reforço para sua reivindicação enquanto parte da História Universal e, no caso específico do Egito, à apropriação de sua história como parte do desenvolvimento da civilização Ocidental (LANGER, 2021, p. 243).

A apropriação da experiência histórica egípcia pelos intelectuais alemães, franceses e britânicos se fortaleceu com o desenvolvimento da Egiptologia, ciência que foi “[...] parte da matriz colonial de poder desde seus primórdios”, e serviu “tanto como meio quanto como alvo da política ocidental no Oriente Médio” (LANGER, 2021, p. 246). A Egiptologia era justificada a partir de dois fundamentos: i) a possibilidade de se lançar luz sobre os textos bíblicos do Antigo Testamento e ii) a possibilidade de se construir um conhecimento universal; durante o desenvolvimento da disciplina os egípcios antigos passaram a ser considerados “ocidentais honorários”, influenciadores distantes dos antigos gregos e romanos (REID, 1985, p. 234). Um momento decisivo para o desenvolvimento dessa ciência foi a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito em 1798. Na ocasião, mais de 160 pesquisadores franceses exploraram o país, do Baixo ao Alto Egito, e produziram uma extensa coleção sobre a história, geografia, arquitetura, arte e religião da Antiguidade Egípcia. Tal coleção, intitulada *Descrição do Egito (Description de l'Égypte)* foi publicada entre 1809–1822. Ainda que desde meados do século XIX alguns egípcios tenham demonstrado interesse em estudar Egiptologia, era comum um esforço sistêmico para frustrar muitas das tentativas destes em construir carreiras na área, uma vez que importantes instituições, como o Serviço de Antiguidades do Egito, estava sob a direção de europeus

(REID, 1985, p. 234–235). Essa política garantiu a hegemonia europeia na produção de conhecimento sobre a Antiguidade egípcia.

O conhecimento que passou a ser construído sobre o Egito, assim, desenvolveu-se em um momento de grandes disputas entre as potências europeias. Havia uma forte rivalidade entre os cônsules britânicos e franceses e os termos nos quais buscavam resolver tal conflito estavam relacionados às quantidades de artefatos e monumentos que conseguiam apreender e transportar para os museus de seus respectivos países: quem conseguisse mais teria um *status* maior (REID, 1985, p. 234). Assim, muitas obras começaram a ser produzidas sobre o Egito Antigo, desde mapas até livros mais gerais sobre a sua Antiguidade. As obras sobre Náucratis, no entanto, demoraram um pouco para aparecer, o que não significa um desinteresse total pelo empório, apenas uma circunscrição deste ao contexto mais amplo do Delta. A presença do assentamento em muitos mapas que representavam o Delta Antigo, bem como em obras que tratavam da geografia da Antiguidade, evidenciam que desde o século XVIII Náucratis já era compreendida enquanto um singular elemento da história grega no Egito.

### **O debate sobre a localização do empório no Delta**

Os intelectuais desta primeira fase discutiram com afinco a localização do sítio de Náucratis, isso porque, como já mencionado, após o seu declínio, a sua localização exata foi perdida. Essa discussão, por aproximadamente um século, esteve no centro da produção de conhecimento sobre o empório. Tanto Heródoto quanto Estrabão situavam Náucratis no braço canópico do Nilo, indicação referenciada também por outras fontes antigas (SMITH, 1926, p. 124). Contudo, pelas descrições de Heródoto, compreende-se que Náucratis estava à margem oeste do braço canópico:

Antigamente, Náucratis era o único local de comércio marítimo do Egito. Se alguém chegasse a qualquer outra das embocaduras do Nilo, era preciso que fizesse o juramento de que não viera voluntariamente para lá e, depois de ter feito o seu juramento navegava em sua própria embarcação em direção à embocadura Canópica; ou, se não fosse possível navegar por ela por causa dos ventos contrários, as mercadorias deveriam ser transferidas para as barcas egípcias, passando em torno do Delta, até onde se alcançasse a cidade de Náucratis (*Histórias*, II, 179).<sup>347</sup>

Estrabão, por sua vez, indicava a margem leste (CUEVA, 1994, p. 29).

---

<sup>347</sup> As traduções de Heródoto são de Maria Aparecida de Oliveira Silva.

[...] À esquerda do Delta, sobre o rio, está Náucratis. À distância de dois *schani* do rio fica Sais, e um pouco acima dele o asilo de Osíris, onde se diz que este deus está enterrado (*Geografia*, XVII, I, p. 803).<sup>348</sup>

Ainda que a discordância entre os autores tenha sido um elemento suscitador do debate, esta não deve ser compreendida enquanto a causa central da dificuldade de se localizar o sítio. Entre os vários fatores que agravaram tal dificuldade, pode-se citar que muitas das referências topográficas do Antigo Delta, principalmente aquelas utilizadas nas *Histórias* e na *Geografia*, deixaram de ser significativas para estes fins. Isto porque ao longo do tempo, a foz do Nilo sofreu inúmeras transformações em sua paisagem. Dessas mudanças a mais significativas foi a extinção dos antigos braços do rio, incluindo o canópico que teria sido coberto com areia ainda durante a Antiguidade (BERGMANN; HEINZELMANN, 2003, p. 02; CUEVA, 1994, p. 23).

Assim, quando precisavam estudar o Delta Antigo, os autores desta primeira fase se depararam com tal incógnita e, para solucioná-la, elaboraram diferentes hipóteses sobre as localidades que poderiam, por um motivo ou outro, ser o sítio de Náucratis. Essas produções podem ser organizadas em três categorias: i) estudos cartográficos modernos, ii) traduções de Heródoto e Estrabão para as línguas vernáculas europeias e iii) obras dedicadas ao estudo da geografia da Antiguidade. Ainda que separadas em categorias distintas, em alguns casos, os autores dessas obras citam-se mutuamente. Abaixo, um recorte do mapa Egito (*Egypt*, 1832) de John Arrowsmith. Em destaque algumas das localidades propostas como a localização do sítio de Náucratis, entre elas, Sa el-Hagar, San, El-Nebire, Desouk, Rahmânyeh e Damanhour.

---

<sup>348</sup> Tradução livre a partir da tradução francesa de Jean-Antoine Letronne.

Mapa: “O Delta do Nilo”



ARROWSMITH, John. *Egypt*, 1832 [recorte e destaques nossos]. Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:1830s\\_maps\\_of\\_Egypt#/media/File:Egypt\\_1832.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:1830s_maps_of_Egypt#/media/File:Egypt_1832.jpg). Acesso em:

29/04/2024

Os primeiros registros cartográficos modernos acerca de Náucratis datam da década de 1750. O primeiro destes, do cartógrafo holandês-alemão Andreas Cellarius, autor do atlas estelar *Harmonia Macrocosmica*, deu origem a *Um mapa do Egito Antigo* (*A Map of Ancient Egypt*), de 1750, onde o autor situa Náucratis a oeste do braço canópico do Nilo. O segundo, também de 1750, era de autoria de Christoph Cellarius, historiador alemão, autor de *Historia Universalis*. No mapa *O Delta do Egito e a Foz do Nilo* (*Egypt Delta et Nili Ostia*), ele definiu o empório a leste do braço bolbitínico.

O padre francês Claude Sicard, supervisor da missão jesuíta no Cairo, reconhecido por ser um dos primeiros europeus modernos a visitar o Egito, produziu um mapa do país e o publicou em 1717. Em 1753, seu mapa foi adaptado pelo cartógrafo, também francês, Gilles Robert de Vaugondy, autor

do *Atlas Universal* (1757). O resultado de tal adaptação deu origem ao *Mapa do Egito Antigo e Moderno* (*Carte de l’Égypte ancienne et moderne*), onde se apontou que as ruínas de Náucratis estariam na região de *Sumkbrat*, ao norte do Delta (CUEVA, 1994, p. 27). Em discordância com Sicard, o geógrafo e cartógrafo francês Jean-Baptiste D’Anville, afirmou a impossibilidade do sítio de Náucratis estar em *Sumkbrat*. Em sua obra *Memórias sobre o Egito Antigo e Moderno*, (*Mémoires sur L’Égypte Ancienne et Moderne*, 1766), defendeu que o empório estaria situado na porção oriental do Delta, à margem leste do rio. O autor, assim, associou a região de San como a localização do sítio de Náucratis. (D’ANVILLE, 1766, p. 79–80). D’Anville produziu posteriormente, em 1794, o mapa *Egito Antigo* (*Aegyptus Antiqua*), em que fica mais clara a sua hipótese para a localização do empório e das demais cidades do Antigo Delta.

Por sua vez, o geógrafo britânico, Major James Rennell, defendeu que as ruínas estariam em uma região conhecida como Sa el-Hagar. O autor chegou a tal conclusão em *O sistema Geográfico de Heródoto* (*The Geographical System of Herodotus*, 1799), em um trecho do capítulo XIX, intitulado *Braços do Nilo* (*Branches of the Nile*). Neste capítulo, Rennell estabeleceu um diálogo com outros autores modernos, entre eles D’Anville, a fim de cruzar as informações sobre os sítios já localizados que tradicionalmente sabiam-se estarem próximos ao empório.

Outra hipótese foi acrescentada ao debate em 1818. Com a publicação do segundo tomo de um dos volumes da *Descrição do Egito*, os pesquisadores da missão francesa Jean-Baptiste Prosper Jollois e Jean-Marie Du Bois-Aymé procuraram por Náucratis no extremo norte do Delta, próximo de Rahmânyeh. Após o fracasso da empreitada, concluíram que as ruínas da cidade teriam sido engolidas pelo Nilo, uma vez que, segundo Estrabão, Náucratis se localizava próximo à beira do rio (JOLLOIS; BOIS-AYMÉ, 1818, p. 08).

O arqueólogo francês Jean-Antoine Letronne, em contrapartida, acreditava que as ruínas do empório ainda existiam e defendia sua localização aos arredores da vila de El-Niqrash. A proposição foi feita em uma nota de rodapé de sua tradução para *Geografia*, publicada em 1819. Um dos argumentos utilizados pelo autor foi a semelhança entre os nomes El-Niqrash e Náucratis; o estudo dessa semelhança era um método linguístico fundamentado em uma comparação entre topônimos modernos e antigos. Segundo a historiadora Maria Sevilla Cueva, esse procedimento era utilizado por muitos pesquisadores na expectativa de encontrar indícios que os ajudassem a especificar hipóteses sobre a posição geográfica de determinados sítios (CUEVA, 1994, p. 27). Posteriormente, a hipótese de Letronne se mostrou correta e o arqueólogo foi o primeiro a definir de maneira assertiva a localização

do sítio de Náucratis. Contudo, o reconhecimento dessa localização oficial só ocorreu em 1884, quando da expedição de William Matthew Flinders Petrie pelo Delta.

O único pesquisador não europeu presente no debate desta primeira fase, o egípcio Mahmoud El-Falak, indicou Damanhour como possível sítio. No capítulo XXX de sua obra *Memória sobre a Antiga Alexandria (Mémoire sur l'Antique Alexandrie, 1872)*, El-Falak afirmou que somente nesta região do Delta foram encontradas ruínas suficientemente grandes para serem atribuídas à Náucratis (EL-FALAK, 1872, p. 82). Assim como Letronne, El-Falek complementa sua proposição a afirmar que uma das vilas, próximas à referida região, tinha por nome “*Naucraba*”. Isto importava porque, segundo o autor, em árabe, a letra “t” se pronuncia, no final das palavras, como um “h” aspirado. Logo, “*Naucraba*” seria uma corruptela de “*Naucrat*” (EL-FALAK, 1872, p. 82).

### **Náucratis como tema central de estudo: o artigo de Silk Buckingham (1845)**

Essas obras, como mencionado, não tinham Náucratis como objeto central de reflexão. O primeiro estudo desse tipo foi publicado apenas em 1845, pelo jornalista britânico James Silk Buckingham. Próspero comerciante marítimo, ele viajou ao Egito entre 1813 e 1814, após ter um empreendimento frustrado em Malta. Sua chegada ao Egito tinha por objetivo estabelecer relações comerciais com o Paxá Mohamed Ali que recém havia chegado ao poder. Tendo governado entre 1805-1848, Ali se tornou reconhecido por seu projeto político de modernização do país, cujo objetivo consistia na abertura do Egito ao Ocidente. Esse anseio levou o líder egípcio a estabelecer diferentes acordos com a Grã-Bretanha e a França. O estudo de Silk Buckingham, intitulado *Uma visita às ruínas de Náucratis e ao sítio de Saïs (A visit to the ruins of Naucratis and to the site of Saïs)*, foi publicado no volume I da revista *Papers Read Before The Syro-Egyptian Society of London*.

O estudo de Buckingham dificilmente se enquadra nos moldes tidos por científico nos dias atuais. O artigo é um registro da passagem do autor por Sa el-Hagar e tem por objetivo refletir acerca das condições das ruínas do antigo empório. Silk Buckingham não propõe uma localização, assim como fizeram os pesquisadores que o antecederam. Pelo contrário, sua identificação de Sa el-Hagar é fundamentada em James Rennell. Para Buckingham, a argumentação de Rennell era suficiente e não carecia de acréscimos (BUCKINGHAM, 1845, p. 64).

O relato sobre Náucratis pode ser dividido em duas partes. Na primeira, é explorada a questão da localização do empório. Além da argumentação já citada de Rennell, o autor enfatiza a existência de

ruínas na região e as associa a reminiscências da Antiga Náucratis. A existência desses vestígios é evocada quando da citação de um trecho da obra *Viagem para Arábia e outros países vizinhos* (*Voyage en Arabie et en d'autres pays circonvoisins, 1776*), do alemão Carsten Niebuhr. Este viajou para Sa el-Hagar em meados do século XVIII e, mesmo não tendo associado a região a nenhuma cidade da Antiguidade, destacou os vestígios arquitetônicos presentes no local. Para Buckingham, os argumentos de Rennell e a existência das ruínas eram elementos essenciais para o reconhecimento da região como Náucratis. Na segunda parte, o autor trata de alguns “[...] fatos ilustrativos sobre a sociedade do baixo Egito” (BUCKINGHAM, 1845, p. 66). Tais fatos, no entanto, são apenas algumas anedotas, sobretudo narradas por Heródoto e Estrabão sobre Rodopis, a cortesã de Náucratis, e outros personagens famosos do império. Nestes relatos, a relação entre gregos e egípcios não é explorada contundentemente, sendo perceptível, sutilmente, relações amigáveis e a possibilidade de casamentos pontuais entre os dois povos, como no caso, citado por Heródoto, do Faraó Amásis II e Ladice, princesa de Cirene (Histórias, II, 181).

Buckingham demonstra pouco interesse no contexto moderno da região que visitou e, ainda que hoje esteja claro que o jornalista não esteve no sítio de Náucratis, no decorrer de sua obra é notável uma idealização do que teria sido o império. O autor lamenta a realidade que encontrou no local, bem distante daquela que havia lido nos livros, realidade esta

[...] sem o esplendor e a elegância que devem ter marcado os entretenimentos de uma cidade cujas mulheres eram conhecidas em todo o mundo por sua beleza, cujos templos esplêndidos, obeliscos e estátuas dedicados ao culto da deusa helênica [Afrodite?] devem ter aumentado, por seus atrativos, o número de seus devotos [...]  
(BUCKINGHAM, 1845, p. 68).<sup>349</sup>

Durante essa primeira fase de produção de conhecimento sobre Náucratis, foram observadas muitas obras que exploraram o império em estudos sobre o Egito ou do Delta do Nilo. Um dos resultados das limitações abordadas anteriormente, inerentes a esta fase, é um conhecimento incipiente, fundamentado apenas em um conjunto limitado de informações que a tradição literária legou à posteridade. As discussões em torno da localização relegaram a um segundo plano discussões importantes como as relacionadas ao estatuto do império, suas atividades comerciais e econômicas e as relações entre gregos e não-gregos. Até mesmo Buckingham, que se destaca como primeiro autor a colocar Náucratis no centro de sua reflexão, não foi muito além disso, expondo apenas algumas anedotas que apontavam para o caráter cosmopolita do império e, em contrapartida, para a decadência

---

<sup>349</sup> As obras-fontes citadas diretamente foram traduzidas livremente a partir dos originais.

moderna do local. Durante a fase seguinte, a partir da descoberta da localização do sítio, o conjunto do conhecimento sobre Náucratis foi aprofundado em vários níveis, o que possibilitou uma ampliação dos temas debatidos acerca do empório.

## **Fase II: a produção do conhecimento sobre Náucratis a partir da localização de seu sítio e das explorações arqueológicas subsequentes (1885–1926)**

### **O que o Delta do Egito tinha a oferecer?**

Se a primeira fase foi marcada pela expedição napoleônica enquanto um evento singular para se compreender o avanço imperialista sobre o Egito, a segunda foi marcada pelo avanço britânico no país. A partir de 1882, este império passou a ocupar o Egito, dominando-o política e culturalmente. Essa hegemonia conquistada refletiu sobre a produção intelectual e acadêmica sobre o Delta e, mais especificamente, sobre Náucratis, uma vez que até os dias atuais, as instituições britânicas são as principais produtoras de conhecimento sobre o empório.

As escavações que garantiram a descoberta do sítio arqueológico só foram possíveis graças ao fomento da *Egypt Exploration Fund (EEF)*<sup>350</sup>, uma organização britânica cujos financiamentos eram oriundos de universidades, museus e de membros ilustres das sociedades britânica e estadunidense. Instituições como esta surgiram por toda a Europa no decorrer do século XIX e, majoritariamente, dedicaram-se ao estudo do Oriente. O objetivo da organização era explorar, pesquisar e escavar no Delta do Nilo. Além disso, almejavam proteger o patrimônio que julgavam estar em perigo de desaparecimento por conta da ação de turistas e moradores locais. Após muita negociação entre os idealizadores da *EEF* — a saber Reginald Stuart Poole, chefe do departamento de moedas e medalhas do Museu Britânico e a romancista e egiptófila Amelia Edwards — e o diretor do Serviço de Antiguidades; primeiro Auguste Mariette e depois Gaston Maspero, a *EEF* obteve autorização para escavar no Delta. Náucratis já aparecia, ao lado do sítio de Gósen, como uma das grandes descobertas almejadas pela organização. Em um artigo publicado na revista *The Academy*,<sup>351</sup> lê-se o seguinte sobre objetivos e meios que guiavam os interesses da *EEF*:

---

<sup>350</sup> Atual Egypt Exploration Society (EES).

<sup>351</sup> *The Academy* foi um periódico britânico que abordou Literatura, Arte e Ciência. Fundado em 1862 perdurou até meados de 1916. Amelia Edwards, Edouard Naville e Reginald Stuart Poole publicaram artigos regularmente no periódico. A partir da biografia de Flinders Petrie, escrita por Margaret Drower, foi possível notar que o egiptólogo era um leitor assíduo de tal revista.

Para examinar estes locais [sítios arqueológicos no Delta], será necessário, em primeiro lugar, angariar uma soma de dinheiro para fazer uma exploração experimental. Se esta soma for suficiente, os dois sítios, Gósen e Náucratis, poderiam ser escavados simultaneamente; caso contrário, Gósen teria preferência (*THE ACADEMY*, 1882, p. 517).

Não é de se espantar a escolha de Gósen e de Náucratis enquanto objetivos primordiais das escavações na região. Isto porque Gósen é apontada pelos textos bíblicos, a partir de *Gênesis* (46,37), como a cidade na qual os hebreus viveram durante o seu cativeiro no Egito. Ambos os locais eram importantes porque evocavam tanto a sociedade compreendida enquanto fundadora da tradição política e intelectual do Ocidente quanto a tradição espiritual hebraica que, em certa medida, era cara ao cristianismo europeu. Durante esta segunda fase, a partir de meados do século XIX, o modelo explicativo que defendia uma origem oriental para a sociedade grega, foi deixado de lado por muitos estudiosos da Antiguidade.

Na conjuntura histórica do século XIX, enquanto as potências europeias expandiam sua economia industrial para outros continentes, se tornou imprescindível um arcabouço teórico que justificasse suas ações imperialistas. Essa necessidade refletiu nas interpretações dos eruditos sobre a Antiguidade. Ao se voltarem para esta em busca de uma origem dos antigos gregos, estes pesquisadores passaram a refutar o “Modelo Antigo”, que, presente em muitos autores da Antiguidade, defendia uma origem oriental dos gregos. Logo, por não suprir mais as demandas ideológicas do século XIX, esse modelo teria sido rejeitado (BERNAL, 2005, p.25). O modelo pensado para substituí-lo foi denominado de Ariano e tinha por principal característica atribuir tal origem a uma série de invasões de povos oriundos do norte, falantes de idiomas do tronco linguístico indo-europeu. Estes teriam subjugado os autóctones da região e, mesmo tendo sido influenciados linguisticamente por estes, os teriam dominado e se apropriado do local (BERNAL, 2005, p.14).

A ideia de uma subjugação cultural de um povo ante o outro, quando do contato entre estes, foi fortalecida pelas discussões em torno do conceito de “aculturação”. Este conceito foi fundamentado em dois preceitos; o primeiro defendia que as sociedades tendem à homogeneização, o segundo que tal integração ocorreria quando uma sociedade inferior aceitava, de bom grado, a cultura de uma sociedade superior (BIAZOTTO, 2014, p. 158). Essa ideia teria, segundo Thiago Biazotto, influenciado o historiador alemão Johann Gustav Droysen quando da criação do conceito de Helenização (BIAZOTTO, 2014, p. 158). Neste contexto histórico de mudanças de paradigmas, um dos arqueólogos contratados pela EEF, o britânico William Matthew Flinders Petrie, encontrou tanto

o sítio arqueológico de Náucratis quanto provas epigráficas inéditas que confirmaram a identidade do local.

### **As primeiras escavações: os trabalhos de Petrie-Gardner (1885–1887)**

Flinders Petrie foi um importante arqueólogo do século XIX, a ele atribuem o título de “pai da arqueologia científica”, por conta de suas contribuições para o desenvolvimento técnico da área (SHEPPARD, 2010, p.16). Foi o primeiro a ocupar uma cátedra de Egíptologia na Inglaterra e seus estudos sobre a Antiguidade egípcia foram altamente influentes. Pesquisas atuais apontam que desde 1883, Petrie esteve próximo do movimento eugenista, mantendo relações amigáveis com Francis Galton e Karl Pearson, dois nomes de grande influência em tal movimento (SHEPPARD, 2010, p.18). Em dezembro de 1883, Petrie estava no Egito realizando algumas expedições de reconhecimento em diferentes regiões do Delta. Em um dado momento, um egípcio que comercializava ilegalmente artefatos antigos o abordou e lhe ofereceu uma pequena figura em alabastro. Petrie identificou a peça como uma representação de um guerreiro cário e ficou intrigado com a origem do artefato (DROWER, 1995, p. 72).

Após analisar a peça e identificá-la como grega, pediu ao comerciante que lhe indicasse o local onde a figura havia sido encontrada. Pouco tempo depois, em janeiro de 1884, Petrie realizou uma missão de reconhecimento na região indicada, *El-Nibeira*, próxima da vila de *El-Nigrash*. Ao chegar, o arqueólogo notou que o chão do terreno estava coberto por fragmentos de cerâmica antiga. Essa situação era uma consequência da ação dos *sebakhins*, camponeses que escavavam na região à procura de *sebakh*, uma terra oriunda de tijolos de barro decompostos que tornava o solo rico em diferentes minerais, geralmente utilizada como fertilizante agrícola; a busca por *sebakh* mobilizou muitos moradores locais durante décadas (CUEVA, 1994, p. 30). Durante o processo de escavação, os *sebakhins* encontravam artefatos arqueológicos e os descartavam deliberadamente sobre o terreno.

Ao analisar a quantidade de cerâmica espalhada pelo local, Flinders Petrie teve certeza de que havia chegado ao sítio de uma importante cidade grega antiga. Contudo, a confirmação veio somente quando, ao se hospedar em uma casa aos arredores da região, encontrou uma inscrição que estava “[...] em uma pedra cinza quebrada que servia como pivô da porta [...]” (DROWER, 1995, p. 88). “Eu quase pulei quando li: a cidade dos naucratitas”, [*Η ΠΟΛΙΣ Η ΝΑΥΚΡΑΤΙΣ*; *he polis he Naucratis*],<sup>352</sup> “[...] Então,

---

<sup>352</sup> Tradução adaptada da proposição de Maria Sevilla Cueva “*la ciudad de los naucratitas*” (CUEVA, 1994, p. 28).

aqui está Náucratis!” (PETRIE, 1884–1885, p. 30). A presença de tal pedra na casa alugada por Petrie refletia um costume dos moradores locais. Segundo o pesquisador egípcio Zaki Ali, as casas e mesquitas das aldeias vizinhas ao sítio arqueológico foram construídas a partir de vestígios da antiga Náucratis, tais como colunas, blocos de pedra e arquitraves. Alguns destes, inclusive, como na mesquita da vila de El-Nebire, continham inscrições em grego antigo (ALI, 1948, p. 76 *apud* CUEVA, 1994, p. 35).

A descoberta de Flinders Petrie encerrou o longo debate que havia marcado a primeira fase. No início das escavações, Petrie precisou lidar com as escavações paralelas dos *sebakhins*. Ele, então, acordou com esses trabalhadores locais que levassem para ele cada uma das peças que encontrassem em suas escavações e, assim, receberiam um valor por cada achado. Este método de escavação contraditório foi replicado pelos demais arqueólogos dessa fase (HOGARTH, 1899, p. 27).

Os resultados dos primeiros meses de exploração do sítio deram origem à *Náucratis pt. I* (*Naukratis pt.I*), uma obra que forneceu um panorama abrangente do trabalho de Flinders Petrie à frente do projeto. Ao todo, o registro é composto por doze capítulos e possui 45 pranchetas contendo desenhos detalhados de diferentes vestígios (fragmentos de vasos e de estatuetas) e algumas fotografias de objetos, majoritariamente gregos, além de um mapa com um plano geral da cidade.

A obra *Naukratis part. I*, apresentou o empório tanto à comunidade acadêmica quanto aos demais interessados na Antiguidade. Enquanto esteve à frente das escavações, Flinders Petrie descobriu três santuários: o de Apolo, o Grande Santuário — identificado por ele como Helênion —, e o Santuário dos Dióscuros. Este último não havia sido citado em nenhuma das fontes literárias conhecidas (GARDNER, 1888, p. 09). Em seus meses à frente das escavações, Petrie concentrou seus esforços na descoberta de recintos religiosos gregos e de artefatos com determinadas características estéticas compreendidas por ele enquanto traços primitivos da arte grega (PETRIE, 1886, p. vi; GARDNER, 1888, p. 49). Essa primeira obra, é pouco evidente sobre os detalhes das escavações e os demais trâmites necessários que as envolviam, além de omitir como o arqueólogo chegou ao sítio.

O pontapé inicial dado por Petrie e pela EEF garantiu outras três escavações importantes entre o fim do século XIX e início do XX: uma liderada por Ernest Arthur Gardner entre 1885-1886, também sob os auspícios da EEF e as outras duas por David George Hogarth que esteve no sítio em 1899 e depois em 1903 sob o patrocínio da Escola Britânica de Atenas e do *Craven Fund* da *Universidade de Oxford*, respectivamente.

Quando Flinders Petrie decidiu deixar a EEF a fim de explorar outras regiões, escolheu Ernest Arthur Gardner, que havia integrado sua equipe nas primeiras temporadas de escavação, como seu substituto. Gardner formou-se Bacharel em Artes, com especialização em Estudos Clássicos, pela *Universidade de Cambridge* em 1880. Em 1886 entrou para a *Escola Britânica de Atenas* e, em 1887, tornou-se diretor desta instituição. Flinders Petrie acompanhou o início dos trabalhos de Gardner e o orientou com relação ao desenvolvimento de seus trabalhos (GARDNER, 1888, p. 10). Assim, em 1888, foi publicado *Náucratis pt. II (Naukratis pt. II)*. Esta obra tem o mérito de ser muito mais elucidativa do que sua antecessora. Isto porque contextualiza os objetivos dos trabalhos empreendidos, expõe mais detalhes sobre a equipe que auxiliava nas escavações e fornece um bom panorama sobre os trâmites e o transporte dos artefatos escavados.

Durante as escavações, foi encontrado um santuário que Gardner associou à Hera e um templo de Afrodite, além de um cemitério nas redondezas do sítio (GARDNER, 1888, p.11). Com relação ao Grande Santuário, nada foi acrescentado e Gardner continuou a sustentar a hipótese de Flinders Petrie sobre a identidade desse recinto religioso. Outro aspecto relevante apresentado na obra traz as discussões que evidenciam a burocracia e as negociações entre as autoridades egípcias e Gardner quanto aos artefatos que deveriam permanecer no país sob os cuidados do *Museu de Bulak*, além das peças que seriam levadas para as universidades e museus europeus. Essas negociações permitiram que muitas caixas contendo fragmentos de cerâmica e estatuetas de diferentes períodos fossem levadas como potenciais objetos de estudo para a Europa (GARDNER, 1888, p. 19).

Há alguns pontos que são importantes de se destacar quanto a essas duas escavações iniciais. Em primeiro lugar, há de se refletir sobre como Náucratis era compreendida pelos arqueólogos e como eram abordadas as relações entre os gregos e os egípcios. O discurso construído em torno do empório evoca um período supostamente primitivo da história grega. Em um artigo da *The Academy*, em 30 de março de 1882, foi afirmado o seguinte:

Náucratis, o empório primitivo no oeste do Delta, promete uma colheita tão ampla para os arqueólogos helênicos quanto Gósen aos estudiosos semitas. O período que ali seria ilustrado é um dos mais interessantes no desenvolvimento da arte grega e, ao mesmo tempo, um dos mais obscuros.

Segundo Megan Daniels, durante o século XIX, o discurso de uma Náucratis primitiva, aprendendo e desenvolvendo-se a partir do contato com a sociedade egípcia, era comum (DANIELS, 2022). A cultura do Egito era encarada como se fosse uma irmã mais velha que teria ensinado para a cultura grega, sua irmã mais nova, tudo o que sabia (VILLING, 2013, p. 11). O enfoque atribuído ao

desenvolvimento da arte grega aponta também para uma tendência comum entre os escavadores desta segunda fase: o interesse quase que restrito a artefatos que possuíssem uma dada estética ou, ainda, inscrições em grego antigo. Isso resultou em um processo de omissão e descarte de vestígios de cerâmica simples ou de demais artefatos de uso doméstico que eram majoritariamente egípcios (VILLING, 2014, p. 07). Além dessa questão relacionada aos artefatos e a problemática na criação dos conjuntos da cultura material naucratita, há também o interesse majoritário dos arqueólogos em encontrar recintos religiosos. Esse interesse levou ao estabelecimento de toda uma tradição nos estudos relacionados a Náucratis, uma vez que o aspecto religioso do empório é o mais explorado até os dias atuais (DEMETRIOU, 2017, p. 49).

### **As escavações de David Hogarth (1899–1905)**

Muitas dessas tendências demonstradas por Petrie e Gardner foram replicadas nos trabalhos posteriores aos deles. No final de 1898, o diretor da *Escola Britânica em Atenas*, David Hogarth, se incumbiu da missão de explorar Náucratis. Hogarth, além de uma carreira acadêmica, exerceu um papel nas forças armadas. Durante a Primeira Grande Guerra serviu na *Divisão de Inteligência Naval Britânica*. A organização que o arqueólogo dirigia financiou, em 1899 — em conjunto com a *Sociedade dos Dilettantes*, o *Museu Fitzwilliam* e o *Museu Ashmolean*, além de doadores privados, como Ernest Gardner — a primeira temporada de Hogarth em Náucratis (VILLING, 2013, p. 14). Dessa empreitada inicial, foi publicado *Escavações em Náucratis* (*Excavations at Naukratis*), no *Annual of the British School at Athens*, Vol. 5 de 1888/1889.

Hogarth concentrou seus esforços na região norte do sítio e o maior trunfo de tal decisão foi a localização de um recinto religioso que o autor identificou como o Helênion. Ele fundamentou sua defesa da identidade do recinto em três pontos: i) todas as estruturas identificadas enquanto religiosas, e gregas, haviam sido escavadas na região norte, o que negaria ao Grande Santuário, ao sul, uma origem grega ou sagrada; ii) entre todos os recintos religiosos, este foi o único a apresentar uma variedade de inscrições dedicadas a diferentes deuses gregos, como Afrodite, Apolo, entre outros; iii) foram encontrados também diversos fragmentos com inscrições dedicadas “aos deuses dos gregos” (*τοις θεοις τοις Ἑλλήνων*; *tois theois tois Hellenon*). Para o autor, essas três provas seriam evidências inegáveis da identidade do recinto (HOGARTH, 1899, p. 43-44).

David Hogarth voltou ao sítio em 1903, onde retomou seus trabalhos nas regiões norte e sul. Além da descoberta do Helênion, proposição amplamente aceita, Hogarth estabeleceu duas hipóteses ainda hoje debatidas. Na primeira, afirmou a preexistência de uma cidade egípcia na região antes da fundação de Náucratis; e, na segunda, sugeriu que o empório havia sido dividido em dois grandes setores: ao norte, o setor grego e, ao sul, o egípcio. Tal divisão foi fruto de uma associação entre as regiões do sítio onde haviam sido encontrados mais vestígios gregos e aquela na qual havia predominância de vestígios egípcios (HOGARTH, 1899, p. 43; HOGARTH, 1905, p. 106-107).

A localização do Helênion foi extremamente importante. A partir dela, surgiu a oportunidade de se compreender, assertivamente, as dinâmicas internas do empório, isto porque, como exposto na introdução, este recinto, além de religioso, era também um centro de gerenciamento das atividades comerciais gregas. Outro aspecto presente nos estudos de Hogarth é uma mudança no discurso sobre as relações entre gregos e não-gregos em Náucratis. A divisão de Náucratis em dois quarteirões aponta para uma tendência que, no século XX, atribuiria uma maior independência aos gregos naucratitas ante os egípcios, rompendo com a visão de uma Náucratis primitiva e construindo uma compreensão do empório mais avessa à “mistura cultural” (DANIELS, 2022). Não se trata aqui de atribuir a Hogarth a criação de tal tendência, mas apontar que esta é perceptível de forma embrionária nos estudos deste arqueólogo. Hogarth foi o último acadêmico a explorar o sítio antes da expedição estadunidense na década de 1970.

A segunda fase da construção de conhecimento sobre Náucratis foi marcada pelo interesse britânico sobre o Egito. Um dos pontos principais para se refletir sobre esta fase é a transformação do discurso em torno das relações entre gregos e egípcios. No início, até meados do século XIX, perdurou a compreensão de uma relação de mistura cultural, cujos limites de interação não eram tão restritos. A partir do século XX, foi possível observar uma abordagem que enfatizava as diferenças e separações entre as culturas gregas e egípcias. A fase seguinte é marcada por um distanciamento progressivo dessa percepção, no qual o caráter cosmopolita de Náucratis é resgatado a partir de um viés multiétnico e multicultural.

### **Fase III: as revisões do conhecimento sobre Náucratis a partir de novas escavações e de novos aportes teórico-metodológicos (1998–atualmente)**

#### **A lacuna entre a última escavação da fase II e a primeira da fase III**

Como pôde ser observado, a cronologia proposta para as fases deixa evidente uma lacuna entre a segunda, cuja última escavação ocorreu em 1903, e a terceira, inaugurada pela escavação estadunidense do sítio na década de 1970 — com publicação dos resultados apenas em 1998. É importante deixar claro que após as escavações de Hogarth Náucratis continuou a ser estudada, no entanto, as pesquisas deixaram de ser realizadas em campo e voltaram para dentro das bibliotecas (VILLING, 2017, p. 20). Tendo por referência os resultados das primeiras escavações, bem como toda a tradição estabelecida pelas fontes literárias, parte desse período lacunar é composto por obras que discutem os seguintes temas: as práticas religiosas de Náucratis, o conjunto da cerâmica naucratita e sua influência jônica, Náucratis enquanto um capítulo na helenização do Egito e o próprio estatuto de Náucratis — empório ou pólis?

Como explicado na introdução a este estudo, dada a amplitude da bibliografia disponível sobre Náucratis e a limitação de páginas inerente a um artigo, a seleção das obras abordadas aqui se concentrou naquelas de cunho arqueológico. Tais obras estão intrinsecamente ligadas aos trabalhos de campo realizados desde 1884. As demais, por sua vez, serão analisadas no capítulo 01 da pesquisa.

Dito isto, algumas considerações podem ser feitas com relação ao que teria justificado o suposto abandono do sítio arqueológico durante cerca de 70 anos. Como abordado anteriormente, Hogarth tinha convicção de que o sítio já não tinha muito a oferecer, sobretudo por seu desgaste aparente (HOGARTH, 1899, p. 30). Outros autores, como Edith Marion Smith, que publicou uma tese sobre Náucratis em 1926, também atestou esse desgaste do sítio, afirmando que tudo o que havia de interessante já teria sido levado para os museus europeus (SMITH, 1926, p. 123). Uma especificidade do sítio de Náucratis é a ausência de sinais visíveis de ruínas antigas (VILLING, 2015, p. 03), isto pode explicar um consenso provável de que a região, de fato, não tinha mais nada a oferecer arqueologicamente falando.

É importante destacar também que, no contexto político mais amplo, essa lacuna se encontra em um período conturbado das relações entre as potências europeias e dos Estados Unidos; nesse período ocorreram duas grandes guerras, a revolução russa, o processo de independência dos países africanos — incluindo o fim do protetorado britânico sobre o Egito a partir de 1953. Ou seja, durante

este período, uma série de eventos históricos impactaram profundamente as estruturas internacionais, o que pode ter contribuído para esse suposto abandono do sítio.

### **As escavações da Escola Americana de Pesquisa Oriental (1970-1998)**

Até aqui, foram apresentadas três fases da produção de conhecimento sobre Náucratis e, em cada uma delas, foram destacados os avanços e limitações presentes nos discursos sobre a história do empório e as interpretações das relações entre gregos e não gregos que lá ocorriam. Esta terceira e última fase, ao menos por enquanto, abarca uma nova postura dos pesquisadores diante de Náucratis. Durante os anos de 1970, a conjuntura internacional tinha os Estados Unidos da América como o centro de referência político-cultural, ainda no contexto da Guerra Fria, a potência norte-americana buscava estender a sua influência para todos os campos possíveis no espectro político-ideológico. É dentro desse cenário que começam a se organizar novas expedições à Náucratis.

O interesse estadunidense por explorações arqueológicas em regiões orientais, e em seu entorno, não foram uma novidade da década de 1970. Organizações como a *EEF*, fundadas em alguns países europeus, também foram idealizadas na América do Norte. Nos Estados Unidos, por exemplo, destacou-se a Escola *Americana de Pesquisa Oriental* (*American Schools of Oriental Research; ASOR*).<sup>353</sup> A *ASOR*, fundada em meados do século XIX, foi uma das primeiras organizações estadunidenses a explorar o Oriente Próximo, tendo sido fundada sob a alcunha de *The American School of Oriental Study and Research in Palestine*. A instituição foi idealizada por 21 universidades e escolas teológicas, sendo sua criação supervisionada pela *Sociedade Americana Oriental* (*American Oriental Society*), pelo *Instituto Arqueológico da América* (*Archeological Institute of America*) e pela *Sociedade de Literatura Bíblica* (*Society for Biblical Literature*). E foi sob os auspícios de tal organização que, entre 1970 e 1983, um grupo de arqueólogos retornou ao sítio no Delta, sob a liderança de Albert Leonard Jr. e William Coulson.

Leonard Jr, atualmente professor emérito dos departamentos de Arqueologia Clássica e Estudos do Oriente Próximo da *Universidade do Arizona*, é pesquisador associado do *Museu Semítico de Harvard*. Ao longo de sua carreira especializou-se nos impactos sociais do comércio inter-regional entre as comunidades do Mediterrâneo. William Coulson, falecido em 2001, foi professor de Estudos Clássicos na *Universidade de Minnesota* e diretor da *Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas* (*American School of Classical Studies at Athens*). Especializou-se nos estudos da cerâmica messênica da Idade das

---

<sup>353</sup> Atual American Society of Overseas Research.

Trevas. A dupla de classicistas tinha a missão de revisitar os estudos dos arqueólogos que os antecederam e de ampliar o conhecimento sobre Náucratis. Uma vez compreendidas as limitações dos primeiros escavadores, bem como as lacunas deixadas em suas produções, as obras desta fase se pautaram tanto em uma retomada dos trabalhos de campo, quanto em uma reavaliação dos resultados obtidos durante os anos de Petrie, Gardner e Hogarth.

É importante mencionar que a equipe estadunidense estava sob a influência, antes citada, das dúvidas sobre a possibilidade de Náucratis ser ainda um local fértil para pesquisas arqueológicas. Esta preocupação é apreensível a partir da citação direta de Hogarth que Coulson e Leonard Jr. escolheram para abrir sua primeira obra sobre o empório:

A dificuldade de detectar e seguir paredes de tijolos na argila saturada de Náucratis é muito maior do que observei em qualquer outro lugar, e confirma plenamente as palavras do Sr. Petrie e do Sr. Gardner. . . Utilizamos todos os cuidados possíveis na busca e agora registramos fielmente apenas o que encontramos: não podemos fazer mais (Hogarth, 1899, p. 31 apud Leonard, 1994).

As escavações da equipe estadunidense renderam seis volumes, estes foram marcados pelo interesse de investigar Náucratis além de seus recintos religiosos, bem como de dedicar atenção a outros vestígios que lançassem luz na experiência mercantil do empório (Leonard, 1997, p. 19). O primeiro volume foi intitulado *Antiga Náucratis: escavações em um empório grego no Egito* (*Ancient Naukratis: Excavations at a Greek Emporium in Egypt*). A topografia do sítio havia sofrido alterações drásticas quando a equipe estadunidense chegou no Delta na década de 1970. Desde 1884 era de conhecimento comum que a ação dos *sebakhins* estava criando grandes desnivelamentos na topografia da região e, por conta dos lençóis freáticos e inundações comuns ao local, o sítio se tornou cada vez mais úmido e insalubre (SMITH, 1926, p. 122–124 apud CUEVA, 1994, p. 34). Segundo o pesquisador Zaki Ali, na década de 1940, grande parte do sítio de Náucratis estava debaixo d'água (ALI, 1948, p. 75 apud CUEVA, 1994, p. 34).

A principal das consequências de tais transformações, segundo o que é exposto em *Antiga Náucratis*, é que a região central do sítio, aquela aonde grande parte dos santuários e edifícios foram escavados nos anos da *EEF*, havia se tornado um lago devido às escavações diversas e a umidade do local. Na perspectiva da equipe do projeto Náucratis estadunidense, dado este contexto, seria impossível analisar os locais anteriormente explorados pelos primeiros arqueólogos (LEONARD, 1994, p. 20).

O primeiro volume, *Escavações em Kom Ge'if (The Excavations at Kom Ge'if)*, apresenta um breve panorama de todas as escavações anteriores e discute as lacunas que os primeiros pesquisadores deixaram com relação à história de Náucratis. Tais lacunas seriam, bem como as novas possibilidades tecnológicas, a justificativa para um novo empreendimento na região. Como objetivo final, os pesquisadores desejavam estabelecer um critério cronológico assertivo para o sítio, sendo, assim, possível integrar novos locais explorados àqueles que já eram conhecidos (LEONARD, 1994, p. 20). Como metodologia, enfatizou-se um programa de escavação a partir de princípios estratigráficos modernos. Para Leonard, a falta de uma sequência estratigráfica “verdadeira” teria sido um dos grandes obstáculos para uma compreensão mais apurada do antigo empório (LEONARD, 1994, p. 19).

As principais fontes que Leonard mobiliza são as obras produzidas durante a segunda fase. A partir delas, o arqueólogo tenta localizar algumas indicações topográficas de seus antecessores para guiar suas explorações. Por conta das alterações topográficas mencionadas acima, Leonard relata que circunscreveu suas explorações à região sul, no local que Flinders Petrie teria encontrado o seu Grande Santuário. Como é perceptível, as escavações deste projeto foram bem limitadas no que diz respeito à sua área de cobertura. Para Alexandra Villing (2013), o maior sucesso desta missão teria sido um levantamento mais amplo da cerâmica de períodos diversos, sobretudo os períodos helenístico e romano. Para a pesquisadora do Museu Britânico, os registros fornecidos por Leonard e sua equipe seriam um “recurso valioso” para se desenvolver uma análise comparativa entre o desenvolvimento de Náucratis e o de outras cidades do Delta na Antiguidade (VILLING, 2013, p. 27).

### **As escavações do Museu Britânico (2004–2023)**

O projeto arqueológico mais recente acerca de Náucratis foi idealizado e fomentado pelo Museu Britânico que, desde 1884, detém o maior acervo sobre o empório. Liderado por Alexandra Villing, Aurélia Masson-Berghoff e Ross Thomas, *Náucratis: gregos no Egito (Naukratis: Greeks in Egypt)*, foi um extenso projeto de pesquisa, encabeçado por arqueólogos clássicos e egiptólogos. Se para os arqueólogos estadunidenses o sítio já não teria muito a oferecer, para os arqueólogos britânicos, ainda teria muito com o que contribuir. O objetivo de tal projeto foi evidenciar as diferentes interações e contatos entre os povos do Mediterrâneo a partir das dinâmicas possíveis em um empório como Náucratis. A partir dessa premissa, é notável uma nova forma de se abordar o local, uma abordagem

fundamentada nos dois conceitos apresentados na introdução deste artigo: mundo mediterrânico e redes de conexão.

Em sua primeira fase (2004–2010), o projeto foi focado em uma reavaliação do sítio e de sua cultura material. Em sua segunda fase (2010–2023) o foco se deteve à reunião de todas as evidências disponíveis sobre o empório, a fim de se criar uma visão mais abrangente sobre sua história. Um dos resultados da contribuição de tal pesquisa foi a criação de um catálogo abrangente dos achados ainda existentes, recontextualizando-os a partir dos diários, fotografias e correspondências dos primeiros escavadores (VILLING, 2015). Assim, o projeto se dividiu em três linhas de pesquisa: i) remontagem, estudo e recontextualização dos dados e achados já divulgados; ii) novas escavações e iii) análise de alguns grupos de cultura material a fim de se compreender os padrões de trocas comerciais e culturais.

Uma obra geral que englobe os principais resultados do projeto ainda não foi publicada. Contudo, a partir do catálogo online do Museu Britânico, bem como artigos, capítulos e livros disponíveis online, já é possível vislumbrar alguns dos principais desdobramentos das pesquisas mais recentes sobre Náucratis. Destaca-se o artigo *Um panorama da cultura material de Náucratis (The Material Culture of Naukratis — an overview)*, de Alexandra Villing. No artigo, conclui-se que os métodos dos primeiros arqueólogos acabaram por construir uma imagem distorcida da experiência histórica em Náucratis, isto porque houve uma supervalorização dos vestígios gregos em detrimento de egípcios, fenícios entre outros (VILLING, 2014, p. 02). A questão do negligenciamento dos vestígios não-gregos, — ou gregos que não apresentassem determinadas características estéticas —, apontou para a necessidade de se ampliar os trabalhos de campo a fim de se construir uma imagem mais representativa do que teria sido a experiência naucratita. Isto significa uma valorização maior de seu elemento egípcio e não-grego, sobretudo de períodos históricos antes ignorados (VILLING, 2014, p. 05).

### **Considerações finais**

O projeto arqueológico do Museu Britânico encerra as três fases que aqui foram elaboradas para se pensar a historicidade da produção de conhecimento sobre Náucratis. Contudo, isso não significa o fim de tal produção. Como evidenciado, desde meados do século XVIII, eruditos alemães, franceses, britânicos e, a partir do século XX, estadunidenses, se dedicaram a pesquisar o empório. Na primeira fase, os debates eram limitados às fontes literárias antigas e a principal preocupação dos

intelectuais era definir a localização exata do sítio de Náucratis. A insuficiência das fontes tradicionais em fornecer informações mais amplas sobre a organização, administração e vida cotidiana, também foi um grande impedimento para o desenvolvimento dos estudos da história naucratita.

A segunda fase, por sua vez, foi marcada pela localização do sítio arqueológico por William Matthew Flinders Petrie. Neste contexto, houve um avanço significativo nas pesquisas sobre a religiosidade e organização do empório. Contudo, as limitações metodológicas dos primeiros escavadores acabaram por criar uma imagem distorcida da história de Náucratis. Foi somente durante a terceira fase que todo o conhecimento construído acerca do empório até então começou a passar por uma revisão. Esse processo se mostrou necessário a fim de serem preenchidas as lacunas existentes no conjunto das pesquisas sobre o empório.

Uma revisão bibliográfica sobre Náucratis contribui para a reflexão sobre questões mais profundas acerca do processo de produção de conhecimento intelectual e científico. No capítulo primeiro de *Cultura e Imperialismo*, Edward Said menciona um ensaio de T.S. Eliott no qual tal autor afirma que nenhum poeta europeu produz sua obra isoladamente, ou seja, toda obra é produzida no escopo da chamada tradição da literatura ocidental (SAID, 2011, p. 35). É possível expandir essa noção no que diz respeito à produção de conhecimento científico e intelectual: toda obra desse gênero é produzida em uma tradição cultural que engloba uma dada percepção histórica do passado. É possível ainda complementar que nenhuma obra pode ser produzida sem um investimento financeiro que a viabilize. No caso de Náucratis, ainda que os valores monetários não tenham sido discutidos, é notório um grande investimento nas explorações.

A prática imperialista consolidou uma produção de conhecimento que alterou a própria perspectiva dos egípcios sobre o processo histórico de seu país. A Egíptologia, enquanto ciência preocupada apenas com a Antiguidade egípcia em detrimento de outros períodos como o copta e muçulmano, foi fundamental no processo de apropriação da história egípcia pelas potências europeias. Essa apropriação significava a recusa em reconhecer os egípcios modernos como herdeiros dessa experiência histórica; uma das formas pelas quais essa recusa se manifestou foi a omissão da História do Egito Antigo do currículo das escolas durante o período do protetorado britânico (REID, 1985, p. 237). Sem dúvida, tal conjuntura influenciou de diferentes maneiras o conhecimento produzido sobre a região. Com relação à Náucratis, não foi diferente. Os estudos focados unicamente no que seria o elemento grego naucratita, bem como os viesamentos discutidos pela equipe do Museu Britânico, criaram uma perspectiva distorcida sobre a experiência histórica em Náucratis.

A partir desses novos apontamentos, novas oportunidades de pesquisa surgem no horizonte, tais como, a necessidade de explorar profundamente as fontes egípcias — estelas, papiros e inscrições que mencionam Náucratis e integrá-las ao conjunto das fontes arqueológicas e literárias já disponíveis; assim, ampliando a percepção sobre o elemento egípcio de Náucratis. Seria também proveitoso expandir os estudos sobre Náucratis durante os períodos ptolomaico e romano, uma vez que a Náucratis arcaica e clássica vêm sendo debatida há séculos. Essa pesquisa ainda irá se expandir no que diz respeito a esta revisão bibliográfica. Um aspecto que será aprofundado é o lugar ocupado por autores não-europeus, especialmente os egípcios, no quadro mais amplo da produção de conhecimento sobre Náucratis. Por fim, um tema que também será abordado detidamente é o tratamento dispensado, pelos arqueólogos, aos *sebakhins* durante as temporadas de escavação, bem como a invisibilização desses trabalhadores anônimos durante o processo de produção de conhecimento sobre Náucratis.

De um local fundado e administrado por gregos, os estudos sobre Náucratis passaram a apontar a existência de um empório mais egípcio do que helênico, e, atualmente, multiétnico em essência. Tais transformações no discurso sobre Náucratis foram marcadas ora pelo atestado da possibilidade da convivência e trocas mútuas entre gregos e não-gregos, ora pela defesa da impossibilidade desse tipo de interação, reduzindo os contatos desses povos a uma esfera apenas comercial. Assim, Náucratis está, como tantos outros objetos de estudo da História Antiga, no cerne de uma disputa ideológica que, em diferentes níveis, é influenciada pelas conjunturas na qual o conhecimento é produzido. A especificidade do sítio de Náucratis reside justamente em sua localização, no Egito, no norte do continente africano; no encontro entre duas experiências históricas assimiladas a um quadro de conhecimento que, não há muito tempo, almejava ser universal.

## Referências bibliográficas:

### Fontes:

BUCKINGHAM, James Silk. **Visit to the ruins of Naucratis and the site of Sais**. *In*: Original Papers Read Before the Syro-Egypt Society of London, vol. I, part. I. Londres, 1845. Disponível em: <https://archive.org/details/originalpapersre01syro/page/n7/mode/2up>. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

D'ANVILLE, Jean-Baptiste. **Du Delta entre la Bouche Canopique et Phatimetique, ou celle Damiat**. *In*: Mémoires sur L'Égypte Ancienne et Moderne. L'Imprimerie Royale. Paris, 1776.

Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=FHBG0AEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=FHBG0AEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

EGYPT EXPLORATION FUND. **Artefacts of Excavation**. Disponível em:

<https://egyptartefacts.griffith.ox.ac.uk/resources/egypt-exploration-fund-ecf>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

EL-FALAK, Mahmoud. **Faubourgs et environs d’Alexandrie**. In: *Memóire sur l’Antique Alexandrie*. L’Imprimerie de Bianco Luno. Copenhague, 1872. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=fjgWcQHnerAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=fjgWcQHnerAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

GARDNER, Ernest. **Naukratis. Part II** (Sixth Memoir of the Egypt Exploration Fund). Londres, 1888. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=jFOLAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=jFOLAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

HOGARTH, David George. **Excavations at Naukratis**. In: *The Annual of the British School at Athens*, Vol. 5 (1898/1899), p. 26-97. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30096238>. Acesso: 09 de novembro de 2023.

HOGARTH, David George. **Naukratis, 1903**. In: *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. xxv (1905). Disponível em: [https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/naukratis1903/0003\\*\\*.\\*\\*](https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/naukratis1903/0003**.**) Acesso: 09 de novembro de 2023.

JOLLOIS, Jean-Baptiste Prosper; BOIS-AYMÉ, Jean-Marie Joseph. **Description des principales ruines situées dans la portion de l’Ancien Delta comprise entre les branches de Rosette et Damiette**. In: *Description de l’Égypte: antiquités, descriptions*. Tome Second. . L’Imprimerie Royale. Paris, 1818. p. 01-18. Disponível em:

<https://ia904703.us.archive.org/27/items/DescriptiondelE1Fran/DescriptiondelE1Fran.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

PETRIE, William Matthew Flinders. **Naukratis. Part I**, 1884-1885 (Third Memoir of the Egypt Exploration Fund). Londres, 1886. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=IqOapCsXuUMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=IqOapCsXuUMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

VILLING, Alexandra *et al.* **The Material Culture of Naukratis** - an overview. In: *Naukratis: Greeks in Egypt*. The British Museum, 2014. Disponível

em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801112801/https://www.britishmuseum.org/research/online\\_research\\_catalogues/ng/naukratis\\_greeks\\_in\\_egypt/material\\_culture\\_of\\_naukratis.aspx](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801112801/https://www.britishmuseum.org/research/online_research_catalogues/ng/naukratis_greeks_in_egypt/material_culture_of_naukratis.aspx). Acesso em: 10 maio 2023.

### Referências:

BERGMANN, Marianne; HEINZELMANN, Michael. **Schedia** (Kom El-Gizah and Kom El-Hamam, Department of Beheira) Report on the documentation and excavation season 18, March-18, April 2003. Disponível em: [https://archaeologie.phil-fak.uni-koeln.de/sites/archaeologie/Forschungsprojekte/schedia/Bergmann\\_Heinzelmann\\_Schedia\\_2003.pdf](https://archaeologie.phil-fak.uni-koeln.de/sites/archaeologie/Forschungsprojekte/schedia/Bergmann_Heinzelmann_Schedia_2003.pdf). Acesso em 21 de março de 2023.

BERNAL, Martin. **A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e a hegemonia européia**. In: Repensando o Mundo Antigo. IFCH-UNICAMP, nº 49, Abril de 2005. p. 13-31.

BIAZOTTO, Thiago. **Mundo Antigo e Modelos Normativos Modernos: Helenização e Aculturação**. Revista E. F.e H. da Antiguidade, Campinas, no 156 27, Julho 2013/Junho 2014.

BRESSON, ALAIN. **Rhodes, l'Hellénion et le statut de Naucratis (VIe-IVe siècle a.C.)**. In: Dialogues d'histoire ancienne, vol. 6, 1980. pp. 291-349. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/dha\\_0755-7256\\_1980\\_num\\_6\\_1\\_1414](https://www.persee.fr/doc/dha_0755-7256_1980_num_6_1_1414). Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

CUEVA, Covadonga Sevilla. **Topografía y localización de la ciudad de Naucratis desde la Antigüedad hasta nuestros días**. Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua, t. 7, 1994. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/ETFII/article/view/4232>. Acesso: 09 novembro de 2023.

DANIELS, Megan. **Beyond East and West: conceptions of Naukratis**. Peopling the Past, 2022. Disponível em: <https://peoplingthepast.com/2022/11/07/blog-post-69-megan-daniels-naucratis/>. Acesso em: 21 de março de 2023.

DEMETRIOU, Denise. **Beyond Polis Religion: religious practices in the cosmopolitan emporion of Naukratis**. BABESCH 92 (2017), p. 49-66. Disponível em: [https://www.academia.edu/35653706/Beyond\\_Polis\\_Religion\\_Religious\\_Practices\\_in\\_the\\_Cosmopolitan\\_Emporion\\_of\\_Naukratis](https://www.academia.edu/35653706/Beyond_Polis_Religion_Religious_Practices_in_the_Cosmopolitan_Emporion_of_Naukratis). Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

DROWER, Margaret. **Flinders Petrie: A Life in Archaeology**. Reino Unido - *The University of Wisconsin Press*, 1995.

FUNARI, R. S.; Gralha, J. **O Egito Antigo**. In: Renata Lopes Biazotto Venturini. (Org.). *Antiguidade Oriental e Clássica: economia, sociedade e cultura*. 1ed. Maringá: Eduem, 2010, v. 1, p. 13-36. Disponível em: [https://www.academia.edu/38192821/O\\_Egito\\_Antigo\\_pdf](https://www.academia.edu/38192821/O_Egito_Antigo_pdf). Acesso em: 29 de abril de 2024.

GRAS, Michel. **Emporion and Archaic Polis, a complex dialectic**. In: *The Emporion in the Ancient Western Mediterranean: trade and colonial encounters from the Archaic to the Hellenistic Period*. Sigean, FR - Presses Universitaires de la Méditerranée, 2018.

HEGEL, Georg W. F. **Fundamento geográfico da história universal**. In: *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UnB, 1995, p. 73-91.

MONZANI, J. C. **Processos de integração e desintegração na Grécia no final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro (1300 a 800 a.C.).** Mare Nostrum, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1-21, 2013. DOI: 10.11606/issn.2177-4218.v4i4p1-21. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/105841>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

REID, Donald. **Indigenous Egyptology: the decolonization of a profession?** Journal of the American Oriental Society, 105.2 (1985). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/601703>. Acesso em 26 de março de 2024.

VILLING, Alexandra. **Naukratis: a city and trading port in Egypt.** The British Museum, 2015. Disponível em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801123905/https://www.britishmuseum.org/research/online\\_research\\_catalogues/ng/naukratis\\_greeks\\_in\\_egypt/introduction/naukratis\\_a\\_city\\_and\\_port.aspx](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801123905/https://www.britishmuseum.org/research/online_research_catalogues/ng/naukratis_greeks_in_egypt/introduction/naukratis_a_city_and_port.aspx). Acesso em: 20 de março de 2024.

VILLING, Alexandra; THOMAS, Ross. **The site of Naukratis: topography, buildings and landscape.** The British Museum, 2013. Disponível em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801114017/https://www.britishmuseum.org/research/online\\_research\\_catalogues/ng/naukratis\\_greeks\\_in\\_egypt/topography.asp](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801114017/https://www.britishmuseum.org/research/online_research_catalogues/ng/naukratis_greeks_in_egypt/topography.asp). Acesso em: 10 de maio de 2023.

VILLING, Alexandra. **Discovery and excavations: Naukratis from the 19th century until today.** The British Museum, 2017. Disponível em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801112821/https://www.britishmuseum.org/research/online\\_research\\_catalogues/ng/naukratis\\_greeks\\_in\\_egypt/introduction/discovery\\_and\\_excavations.aspx](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20190801112821/https://www.britishmuseum.org/research/online_research_catalogues/ng/naukratis_greeks_in_egypt/introduction/discovery_and_excavations.aspx). Acesso em: 22 maio de 2023.

LANGER, Christian. **O colonialismo informal da Egiptologia: da missão francesa ao Estado de segurança.** Mare Nostrum, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 243-268, 2021. DOI: 10.11606/issn.2177-4218.v12i1p243-268. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/183117>. Acesso em 20 de junho 2023.

# Estado-nação, legislação e políticas de migração no Brasil: a questão da cidadania em tempos de alteridade

Nation-state, legislation and migration policies in Brazil: the question of citizenship in times of otherness

**Fernando Wolf**

Especialista em Sociopsicologia

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

fernandowolf107@gmail.com

**Recebido:** 21/02/2024

**Aprovado:** 02/08/2024

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar o papel do Estado-nação brasileiro frente aos desafios suscitados pela questão migratória na contemporaneidade; os processos discriminatórios e violências perpetradas diretamente a imigrantes oriundos de países periféricos; e a superação desses mesmos conflitos, através de políticas públicas adequadas. Para isso, propõe-se ao exame dos processos históricos de construção da identidade nacional brasileira, entre o fim do século XIX e primeira metade do XX, além do incentivo à imigração europeia nesse período; os conflitos existentes entre Estado-nação, etnicidade e deslocamentos populacionais na Europa do Entreguerras (1918-1939), contribuindo, assim, para a massificação da emigração; e, por último, a apuração de duas leis nacionais e uma lei municipal que tratam da questão da imigração e do refúgio: Lei n. 6.815 de 1980, elaborada na Ditadura Civil- Militar; o Projeto de Lei n. 2.516 de 2015; e, por fim, a Lei municipal 16.478 de 2016 da cidade de São Paulo que institui a Política Municipal para a População Imigrante.

**Palavras-chave:** Estado-nação; Leis de migração; Discriminação.

**Abstract:** This article aims to analyze the role of the Brazilian nation-state in the face of the challenges raised by the migration issue in contemporary times; the discriminatory processes and violence perpetrated directly against immigrants from peripheral countries; and overcoming these same conflicts, through appropriate public policies. To this end, it is proposed to examine the historical processes of construction of Brazilian national identity, between the end of the 19th century and the first half of the 20th, in addition to encouraging European immigration during this period; the existing conflicts between the nation-state, ethnicity and population movements in interwar Europe (1918-1939), thus contributing to the massification of emigration; and, finally, the investigation of two national laws and one municipal law that deal with the issue of immigration and refugees: Law no. 6,815 of 1980, elaborated during the Civil-Military Dictatorship; Bill no. 2,516 from 2015; and, finally,

Municipal Law 16,478 of 2016 of the city of São Paulo, which establishes the Municipal Policy for the Immigrant Population.

**Keywords:** Nation-state; Migration laws; Discrimination.

## Introdução

Este artigo tem por finalidade discutir o fenômeno migratório como uma das questões primordiais que suscitam diversos debates e embates referentes às modalidades de preconceitos e atos discriminatórios presentes no mundo contemporâneo, em especial, no Brasil. Pretende-se analisar como os processos históricos, sociais e estatais de construção de uma identidade nacional, forjada nos finais do século XIX e primórdios do XX, contribuíram para a exacerbação de sentimentos e atos xenofóbicos, desencadeando, em muitos casos, em violência física contra imigrantes e refugiados. Propõe-se, de antemão, apontar para os projetos estatais desse período, que consistiu no incentivo a imigração europeia e branca, advinda dos países considerados como civilizados, com vistas a construir uma sociedade embasada na branquitude, civilidade e modernidade, tendo como máxima expressão desse período, a sociedade europeia-ocidental.

Cabe destacar, justamente, os conflitos étnicos que ocorreram nesse continente em decorrência do desmantelamento de impérios arrasados pela I Guerra Mundial; as crises econômicas a ela subjacentes, resultando, portanto, na formação de um excedente de mão-de-obra que, desembarcando no Brasil, buscaram por melhores meios de sobrevivência. Concomitante a isso, se propõe analisar algumas leis de migração elaboradas entre os anos 80 e os primeiros decênios do século XXI, como também, aos debates que elas suscitaram. Paralelo as análises referentes aos avanços e retrocessos das leis consultadas, se propõe evidenciar as modalidades de violências que parcela da sociedade brasileira dispensa a imigrantes e refugiados, em especial, aqueles advindos de países pobres, negando a eles o direito a alteridade e a plena efetivação de sua cidadania.

De acordo com os dados estatísticos do *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR*, até o final de 2022, cerca de 108,4 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo, sendo que as crianças representaram 40% da totalidade de deslocamentos. (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS – ACNUR, 2023). Já em setembro de 2023, essa cifra aumentou para 114 milhões de pessoas, que foram forçadas a deixarem

suas casas em decorrência de conflitos armados e perseguições de diversos tipos (ACNUR, 2023). Acrescente-se que, desse total, fazem parte, 36,4 milhões de refugiados e 4,4 milhões de apátridas, - pessoas a quem foi negada a nacionalidade, sendo, portanto, privadas dos direitos básicos inerentes a uma cidadania reconhecida (ACNUR, 2023). Síria (6,5 milhões); Ucrânia (5,7 milhões) e Afeganistão (5,7 milhões), são as nacionalidades de maior contingente de refugiados, somando, juntos, cerca de 52% de todos os refugiados no planeta. A guerra civil na Síria, a invasão na Ucrânia pela Rússia, e a volta do governo fundamentalista do Talibã no Afeganistão, endossam como fatores motivadores para a saída contingencial em massa de seus habitantes. Turquia (3,6 milhões), Irã (3, 4 milhões), Colômbia (2,5 milhões), Alemanha (2,1 milhões) e Paquistão (1,7 milhões) destacam-se como os principais países de acolhida. (ACNUR, 2023). Importante destacar que, 46% dos países subdesenvolvidos que respondem por 1,3% do produto interno bruto global, abrigam mais de 20% do total de pessoas em situação de refúgio. (ACNUR- BRASIL, 2023).

Os deslocamentos internos devem ser considerados como elementos indissociáveis da questão migratória, tendo em vista que, para muitos migrantes, os deslocamentos internos consistem menos em uma estadia fixa e permanente em determinada região, e mais na oportunidade atraente de saída definitiva para o exterior. Em 2022, houve um total de 71,3 milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocarem internamente em seus próprios países, representando um aumento de 20% em comparação com o ano de 2021 (DELFIM, 2023). Do contingente total de deslocamentos, é importante frisar que, 62,5 milhões de deslocamentos, foram motivados por conflitos e violência, sendo que, 8,7 milhões em decorrência de desastres, especialmente ambientais; com as mudanças climáticas, essa equação pode saltar vertiginosamente para uma estimativa assustadora: 216 milhões de deslocamentos internos até 2050 (DELFIM, 2023). Síria, Afeganistão, República Democrática do Congo, Ucrânia, Colômbia, Etiópia, Iêmen, Nigéria, Somália e Sudão, concentram o maior fluxo de deslocamentos internos; já o Brasil, liderou a quantidade de deslocamentos internos nas Américas no ano de 2022, foram 713, 6 mil deslocamentos, dentre os quais, 5,6 mil, resultantes de conflitos por disputas de terras, e 708 mil por desastres (DELFIM, 2023). As maiores ondas de deslocamentos internos e externos se concentram nos países subdesenvolvidos. É notória a constatação:

Por um lado, essa noção corresponde a uma realidade demográfica cruelmente ilustrada pelas estatísticas: a maior parte dos refugiados no mundo é de países pobres. Por outro lado, ela revela uma verdade política que é muitas vezes negligenciada: a maioria dos refugiados permanece em países pobres. (FASSIN, 2014, p. 18).

Em contraponto a esta conclusão, compete ressaltar a complexidade que a problemática da imigração demanda quanto a permanência de imigrantes em países pobres ou em desenvolvimento. Sua dinâmica converge para fatores que, por vezes, inibem a sua permanência nesses países. Ressalta-se com isso, as motivações de ordem econômica. Almejam, sobretudo, uma estadia provisória, de passagem, com vistas a emigrarem para países de economia desenvolvida, potencializando, assim, maiores ganhos salariais, contribuindo, em consequência, para remessa financeira aos familiares nos países de origem. (BARBOSA, 2023, p.7). Acresce-se a isso, as condições precárias de trabalho reservadas a imigrantes e refugiados, despertando, além disso, a antipatia daqueles que entendem ser o imigrante um concorrente “ilegítimo” na procura por um emprego. As garantias são mínimas; mercado informal e desemprego estão elencados como fatores motivadores de saída dos países receptores, em especial, o Brasil. (BARBOSA, pp.4-5, 2023).

Constata-se, atualmente, que no Brasil, houve um aumento exponencial do contingente de imigrantes, bem como de refugiados. Conforme os dados estatísticos de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade, as nações da América-Latina, além de Angola e China, lideram o ranking de solicitantes de refúgio: a Venezuela apresentou o maior número, com 33.753 solicitações em 2022, seguido de Cuba com 5.484; Angola, 3.478; Colômbia, 744 e China com 512 pedidos, abrem a lista dos primeiros países ranqueados (JUNGER, et al. 2023, p.12). Por seu turno, novamente a Venezuela liderou o ranking de pedidos de refúgio deferidos no Brasil em 2022, com 4.514, (2.344 do sexo masculino e 2.170 do sexo feminino); em seguida vem Cuba, com 460 (masculino - 294; feminino - 166); Afeganistão, 120 (masculino – 77; feminino – 43); Burkina Faso, 120 (Masculino, 110; Feminino – 10), e Mali com 96 (masculino, 87; feminino, 9). Tratando-se especialmente da Venezuela, subentende-se que a grande quantidade de pedidos de reconhecimento de refúgio deferidos para venezuelanos em 2022, comparado a outros países, é explicado pelo grau de antipatia que Bolsonaro alimentou com o governo daquele país, visto como uma ditadura socialista. Acolher os venezuelanos poderia ser uma forma de retaliar um inimigo ideológico. Já em “clima” de campanha presidencial, o tom agressivo de Bolsonaro se manifestou especialmente ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, no qual, segundo ele, é o desencadeador da crescente onda migratória dos “irmãos” venezuelanos ao país (SOARES, 2021).

Considerando-se o crescente fluxo de deslocamentos populacionais no Brasil e no mundo, é importante compreender os termos “imigrante”, “refugiado” e “apátridas”. O imigrante pode ser entendido como um estrangeiro que cruza as fronteiras de um determinado país, de modo voluntário,

isto é, por vontade própria, visando, assim, condições melhores de sobrevivência no país estabelecido (VENTURA; ARAÚJO, 2016, p.132). Nesse sentido, é importante considerar que a imigração está, também, intimamente relacionada com a oferta de trabalhos precários destinados a esse segmento populacional, visto ou subentendido como uma força de trabalho inferiorizada, reforçando, assim, estigmas e preconceitos (SAYAD, 1998). Já o termo “refugiado” é definido como aquele que, por motivos de perseguição política, religiosa, étnico-racial ou em razão de conflitos armados, bem como de crises e catástrofes ambientais, é forçado a deixar o seu país de origem buscando por abrigo e segurança em outro Estado-nação. O contingente de pessoas que solicitam a admissão em um país como refugiado, aguardam a decisão estatal que legitime tal status. Importante frisar, também, os constantes deslocamentos internos de pessoas que, obrigadas a fugirem de suas residências por razões semelhantes, não puderam ou foram impedidas de ultrapassarem as fronteiras de um Estado-nação oficialmente reconhecido.

Para além das especificações gerais sobre a condição de imigrantes, refugiados e apátridas, é importante ressaltar a amplitude desses termos e suas respectivas imbricações. As considerações que Calegari e Justino (2016, p. 2) apresentam sobre o status de pessoa refugiada mostram bem a necessidade de um estudo aprofundado:

[...] A migração de refugiados constitui tema relevante no âmbito das migrações internacionais contemporâneas. Por se tratar de um deslocamento forçado, essa modalidade migratória tem como precedentes guerras, violências, situações políticas e históricas bastante particulares. A condição jurídica de refugiado, contudo, limita o número de pessoas imigrantes nessa situação, no país. Apesar de o Brasil apresentar legislação que contempla a permanência desse contingente populacional, é preciso, ainda, estudos que apontem características e especificidades dos diferentes fluxos migratórios. (CALEGARI; JUSTINO, 2016, p.2).

Apesar da necessidade de estudos mais amplos, compete refletir no papel e na importância que o Estado-nação tem na elaboração de leis e na sua execução em políticas públicas específicas, assegurando, portanto, direitos para essas camadas populacionais. Nesse sentido, a Nação, enquanto um corpo coletivo de cidadãos que, amparados por uma Constituição, Leis e interligados por uma ou várias identidades nacionais, requerem e reivindicam o direito à cidadania em sua terra natal. É o Estado, oficialmente, quem cumpre o papel de organizar, criar, aplicar e gerenciar as leis e políticas públicas que, teoricamente, deveriam gerar condições de plena cidadania para os seus cidadãos. Ao contrário disso, o século XX, conhecido como o século das grandes guerras, inaugurou um novo marco na História: o processo de desnacionalização em massa de grupos étnicos em razão da ascensão de novos Estados-nação. Uma nova categoria de pessoas surge, então, destituídas de pertencer a um corpo

coletivo nacional, ou da possibilidade de reafirmar sua alteridade: os apátridas. Sem pátria politicamente constituída, e sem o direito de ser respaldado por uma lei nacional, mediada e garantida por um poder estatal, o apátrida sofre, portanto, por constantes deslocamentos em busca de uma pátria, de um lar em um contexto europeu marcado pelo protagonismo do Estado-nação no atendimento a questões humanitárias. Arendt (2011, p. 311) observará algo novo no fenômeno migratório:

O que era sem precedentes não era a perda do lar, mas a impossibilidade de encontrar um novo lar. De súbito revelou-se não existir lugar algum na terra aonde os emigrantes pudessem se dirigir sem as mais severas restrições, nenhum país ao qual pudessem ser assimilados, nenhum território em que pudessem fundar uma nova comunidade própria [...]. Ninguém se apercebia de que a humanidade, concebida durante tanto tempo à imagem de uma família de nações, havia alcançado o estágio em que a pessoa expulsa de uma dessas comunidades rigidamente organizadas e fechadas via-se expulsa de toda a família das nações. (ARENDR, 2011, p. 311).

A problemática que envolve imigrantes, refugiados e apátridas não é, portanto, um fenômeno recente. Apesar da intensificação do debate atual sobre deslocamentos populacionais, grandes fluxos migratórios e a conseqüente elaboração de políticas de imigração, compete ressaltar que é o Estado, o agente crucial na garantia da aplicabilidade de uma lei de migração pautada nos Direitos Humanos, como também é o responsável, mediante pressão ou não dos órgãos internacionais, bem como da comunidade internacional, em estabelecer uma política efetiva de acolhimento e integração de imigrantes e refugiados. Além disso, grande parte da discriminação, violência e atos de xenofobia contra o imigrante deriva, em certa medida, de concepções pré-estabelecidas de uma identidade nacional não aberta totalmente à alteridade. Compete, portanto, analisar dois contextos históricos de formação da identidade nacional e a consolidação do Estado-nação: a Europa do Entreguerras e o Brasil, com sua política de consolidação e modernização do Estado, tendo como um dos seus principais projetos norteadores, a formação de uma identidade nacional centrada na figura do imigrante branco e europeu.

### **A Europa do Entreguerras: o papel do Estado-nação para os processos de desnacionalização, genocídios e deslocamentos populacionais**

O Estado-nação constituído enquanto organização política democrática de tradição ocidental revela, antes de tudo, que uma participação democrática não pressupõe necessariamente a aceitação igualitária de suas diferenças étnico-culturais; ao contrário, os grupos “diferentes” estão sujeitos a serem excluídos do cenário político, considerando-se, portanto, que as chamadas “minorias” são

elementos maléficos e ameaçadores de uma ordem social recém-constituída. Isto se evidenciou, notoriamente, no contexto pós I Guerra Mundial. Observa-se que o colapso simultâneo dos Impérios Russo, Habsburgo e Otomano resultaram na criação de novos Estados-nação, cumprindo, assim, o direito de autodeterminação dos povos. Geopoliticamente, o remapeamento europeu atendia a uma necessidade estratégica de “bloquear” a esfera de influência da União Soviética na Europa ocidental, uma vez que esses novos Estados estivessem estrategicamente sob controle dos países aliados, vencedores da I Guerra Mundial. É importante observar que o remapeamento não levou em conta uma análise rigorosa das questões de etnicidade dos vários povos do Leste Europeu, bem como de outras partes do continente, como a região dos Bálcãs. Em conta, o interesse maior consistia na formação de grandes Estados multiétnicos em contraposição a sua fragmentação em pequenos núcleos sociais, culturais e coesos, porém, distantes das concepções que se faziam de um grande Estado-nação forte e duradouro, passível de fazer frente a uma Alemanha combatida, mas, ainda assim, com os germens potenciais de uma retomada militar ante os alçozes do Tratado de Versalhes, - assinado em 28 de junho de 1919, - como também, cumprir o urgente papel de preencher geopoliticamente os vácuos geográficos deixados pelas dissoluções dos impérios Russo, Habsburgo e Otomano, como forma de conter o avanço do bolchevismo soviético no continente europeu (HOBSBAWM, 2009, pp. 39-41).

Nesse aspecto, a relação entre o Estado com o seu aparato burocrático bem como sua inter-relação com a observância e cumprimento das leis que contemplassem os diferentes povos, perde força frente aos interesses nacionalistas que evidenciam a supremacia da Nação e levantam a bandeira da superioridade e defesa dos direitos de uma “maioria” frente a outros povos que, sob a roupagem artificial da tutela de um Estado-nação recém-formado, estavam, na verdade, excluídos do pleno gozo de acesso à cidadania. A burocracia estatal, nesse aspecto, intensifica-se na constituição de um Estado autoritário em defesa de uma “maioria” homogênea em oposição às “minorias” diferenciadas e plurais; em consequência, tem-se povos excluídos do cenário político de um Estado-nação democrático ocidental, que na verdade constituiu-se como uma democracia forjada. A resultante desse processo desencadeou na formação de povos sem Estado, sem amparo legal estatal que garantisse sua plena cidadania (ARENDR, 1989, pp. 308-309). Portanto:

[...] Os discursos interpretativos sobre os tratados da Liga das Nações, pronunciados por países sem obrigações com as minorias, eram ainda mais claros: aceitavam como natural que a lei de um país não pudesse ser responsável por pessoas que insistiam numa nacionalidade diferente. Confessavam assim e logo tiveram a oportunidade de demonstrar na prática, com o surgimento dos povos sem Estado – que havia sido

consumada a transformação do Estado de instrumento da lei em instrumento da nação; a nação havia conquistado o Estado. (ARENDR, 1989, pp. 308-309).

A reconfiguração territorial do mapa europeu, e a conseqüente criação de novos Estados-nação, bem como a intensificação dos sentimentos nacionalistas podem ser vistos como etapas finais de um período que, em grande medida, foi caracterizado pelos grandes deslocamentos populacionais, frutos da I Guerra, como também no seu crescente aumento no período entreguerras. Nesse aspecto, a onda de refugiados ganha uma dimensão assustadora, em compasso com a intensificação dos conflitos entre os países beligerantes, gerando, portanto, novos deslocamentos nas zonas de conflito.

No jogo internacional de disputas, os conflitos étnicos, a eliminação do “outro”, ou sua expulsão em massa revelavam que os muitos atores envolvidos na Guerra estavam de olhos postos nas questões étnicas internas ao seu território, mesmo que sob pretexto de eliminar os inimigos ou aqueles que não eram seus aliados no palco de disputas territoriais que a guerra impunha. A cultura da exterminação em massa, dos deslocamentos forçados, dos prisioneiros de guerra, das prisões e campos que concentravam os “indesejáveis” inimigos da ordem e do bem-estar dos povos nacionais e que, supostamente, oferecia um risco à integridade e interesses da nação “legitimavam” em certa medida o seu pleno extermínio. Termos como “apátridas” e “genocídio” ganharam contornos amplos nas análises políticas e reflexões sobre o pós-guerra. Hobsbawm (2009, p. 57) descreve as conseqüências nefastas do conflito, qual seja, as práticas generalizadas dos deslocamentos forçados, como também dos inúmeros atos de genocídio:

Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômeno tão conhecido que foi preciso inventar novas palavras para eles; “sem Estado” (“apátridas”) ou “genocídio”. A primeira Guerra Mundial levou à matança de um incontável número de armênios pela Turquia – o número mais habitual é de 1,5 milhões -, que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar uma população. Foi seguida depois pela mais conhecida matança nazista de cerca de 5 milhões de judeus [...]. A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa forçaram milhões de pessoas a se deslocarem como refugiados, ou por compulsórias “trocas de população” entre Estados, que equivaliam à mesma coisa. Um total de 1,3 milhões de gregos foi repatriado para a Grécia, sobretudo da Turquia; 400 mil turcos foram decantados no Estado que os reclamava; cerca de 200 mil búlgaros passaram para o diminuto território que tinha o seu nome nacional [...]. (HOBSBAWM, 2009, p. 57).

Os números de populações deslocadas contra sua vontade bem como dos extermínios em massa intensificaram-se em escala assustadora no pós- II Guerra Mundial, superando em crueldade os dados da I Guerra que a precedeu. De modo conciso, constata-se que em maio de 1945 “havia talvez 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa” (HOBSBAWM, 2009 p. 58). Fora do contexto

européu, a onda de refugiados se alastrava para outras partes do planeta, muito embora a sua relação com os desdobramentos dos conflitos na Europa sejam evidentes: descolonização da Índia em 1947 (15 milhões de refugiados cruzando as fronteiras entre Índia e Paquistão); Guerra da Coreia como subproduto da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente 5 milhões de coreanos deslocados; criação do Estado de Israel, deslocamento de aproximadamente 1,3 milhões de palestinos; em contrapartida, na década de 1960, um acentuado número de 1,2 milhões de judeus haviam emigrado para o recém-criado Estado judaico (HOBSBAWM, 2009, p.58).

As instituições legais criadas com o objetivo de proteger as “minorias” revelaram-se um fracasso frente as inúmeras tentativas de estabelecer acordos que garantissem os direitos dos “povos sem direitos”. O grande número de deslocamentos, a concentração de fluxos populacionais dos que acabaram de sofrer a desnacionalização por parte de Estados nacionais, cuja semente do totalitarismo estava em fase de desenvolvimento, deixam nítido que, os objetivos estabelecidos no passado recente pela *Liga das Nações*, de um amparo institucional legal consolidado pela criação dos Tratados das Minorias não seriam suficientes para fazer valer o direito à diferença bem como da garantia de acesso e permanência do status de cidadão dos diversos grupos étnicos. Os grandes deslocamentos promovidos pelos governos estatais apelavam para o suposto bom senso dos outros Estados, receptores desses povos, em acolher e fazer valer as garantias políticas e sociais dos “indesejáveis”. “Jogavam” de um lado ao outro a massa daqueles que não se encaixavam nos padrões estabelecidos de uma identidade nacional de sua população majoritária. A prática sumária da desnacionalização elevou-se a tal ponto que, até mesmo aqueles que tinham opiniões divergentes do governo estatal, foram atingidos por ela. Houve, portanto, uma massificação arbitrária da prática de desnacionalizar aquele que era considerado como uma anomalia social. Arendt (2011, p. 311), afirma que:

Desprovidos de importância, aparentemente apenas uma anomalia legal, o apátrida recebeu atenção e consideração tardias quando, após a Segunda Guerra Mundial, sua posição legal foi aplicada também a refugiados que, expulsos de seus países pela revolução social, eram desnacionalizados pelos governos vitoriosos. A esse grupo pertencem milhões de russos e alemães, centenas de milhares de armênios, romenos, húngaros e espanhóis – para citar apenas as categorias mais importantes. A conduta desses governos pode hoje parecer apenas consequências naturais da guerra; mas, na época, as desnacionalizações em massa constituíam fenômeno inteiramente novo e imprevisto. Pressupunham uma estrutura estatal que, se não era ainda inteiramente totalitária, já demonstrava a incapacidade de tolerar qualquer oposição, preferindo perder os seus cidadãos a abrigá-los com opiniões diferentes da vigente [...] (ARENDR, 2011, p. 311).

Nesse aspecto, há uma íntima relação entre aparato estatal, aplicação de leis ou critérios que definem quem é considerado como cidadão de um país, e uma “oposição” a essa ordem estabelecida, figurada na pessoa que é vista como estranha ao bom funcionamento dessa engrenagem estatal, tornando-se uma ameaça a sua coesão social. No contexto europeu sucedido por duas Guerras Mundiais que devastaram a Europa, as manipulações dos povos de acordo com as conveniências políticas dos Estados recém-formados, atrelados aos seus variados interesses de natureza geopolítica, econômica e ideológica, pressupunham a necessidade de reconfiguração dos estratos sociais de suas populações, bem como na urgência de realocar ou deslocar os diversos grupos étnicos “minoritários” de um país a outro. Em decorrência desses fatores, o contingente de imigrantes que para cá vieram, nessa busca ávida por sobrevivência, trouxeram, junto consigo, novas práticas culturais, e reconfigurações identitárias no Brasil.

### **Políticas de incentivo à imigração europeia para o Brasil e o projeto de embranquecimento e modernização do país.**

O fenômeno da imigração se confunde com a trajetória histórica da formação da sociedade brasileira. Podemos dizer que sociedade brasileira e imigração constituem um verdadeiro amálgama do que vem a ser a cultura e a identidade nacional. Trata-se de rever conceitos engessados que remetem a uma identidade nacional estática, imóvel e homogênea. Nesse sentido, a questão da imigração remete, também, para reconfigurações identitárias. Exige, portanto, um olhar atento para as gerações novas que aqui assumem uma identidade nacional do “ser brasileiro”; e, ser “descendentes de imigrantes”, implica, também, em entender a questão da etnicidade no século XX como “para descrever brasileiros que tinham interesse em preservar suas origens culturais por meio da língua, da comida, da organização comunitária ou mesmo da religião”, - (LESSER, 2015, p. 22). O “ser brasileiro” nos remete para a questão da mobilidade cultural que perpassa pelas diferentes culturas que aqui se reinventaram, através das trocas culturais, da assimilação do diferente e sua incorporação em variadas práticas cotidianas. No entanto, persistiu um projeto de imigração, cujo horizonte, apontava para um modelo ideal de imigrante: branco e europeu.

Desde o Império brasileiro, vigora a concepção da urgência da construção de um Brasil moderno e desenvolvido. O idealismo da elite brasileira remetia, portanto, em aliar modernidade, desenvolvimento e embranquecimento da população. Era necessário, com isso, uma transformação urgente da sociedade brasileira, já que sua população era constituída majoritariamente por negros e

escravos, libertos e seus descendentes. Quase 30% da população brasileira do período era formada por escravos africanos (LESSER, 2015, p.53). No contexto político e econômico de um país recém-independente da Metrópole, perdura uma mentalidade racista, eugenista e criminológica direcionada à população preta. Intelectuais como Nina Rodrigues (1862-1906); Aureliano Cândido Tavares Bastos, (1839-1875); e Joaquim Nabuco (1849-1910); entre outros, apresentavam suas teorias quanto à “superioridade” da raça branca, e a necessidade de estimular a imigração europeia ao país, contribuindo, em consequência, para o processo de embranquecimento da sociedade. Com isso, o projeto de “europeizar” o país perpassou por sucessivas tentativas de atrair imigrantes europeus. Como recorte temporal, as nacionalidades que concentraram o maior aporte migratório que desembarcaram no porto de Santos, entre os anos de 1908 e 1936, destacam-se os portugueses, com cerca de 275.257 imigrantes; seguidos por espanhóis, 209.282; italianos, 202.749; japoneses, 176.775; e alemães, 43.989 (LESSER, 2015, p. 120). Tentativas a parte, o fato é que os imigrantes europeus e asiáticos que para cá vieram em massa, atraídos por promessas ilusórias de uma vida melhor, e patrocinados em certa medida pelo governo brasileiro, reinventaram suas identidades nacionais, ora preservando suas origens culturais, ora as ressignificando, numa adaptação à multiplicidade étnica e cultural presentes no contexto brasileiro. Nesse aspecto, é importante considerar que o fenômeno da imigração, historicamente constituída enquanto um projeto de desenvolvimento nacional, intensificou no Brasil a fluidez da identidade nacional, ou melhor, das identidades que aqui foram construídas:

[...] Os imigrantes e seus descendentes se beneficiaram muito ao abraçar tanto a imagem de uma nacionalidade brasileira uniforme quanto suas novas etnicidades pós-migratórias [...]. Nunca houve uma identidade nacional única e estática: a própria fluidez do conceito faz com que ele esteja aberto e a intervenções vindas de um ou outro lado. (LESSER, 2015, p. 23).

No transcorrer da década de 1930, o Estado, em sua correlação com a consolidação das leis trabalhistas, evidencia o papel fundamental do seu aparato na regulação da mão-de-obra, bem como no desenvolvimento nacional. Trata-se aqui, de evidenciar, para além de uma história econômica do país, o papel importante que as várias populações de imigrantes tiveram na constituição de uma classe trabalhadora rural e, posteriormente, urbana, além da contribuição para a formação de um pensamento sindical nos seios das classes trabalhadoras. No mais, compete refletir que, no decorrer do século XX, os imigrantes tiveram papel importante no desenvolvimento dos diversos setores econômicos, como nas indústrias, na produção agrícola e no comércio. Em contraponto a isso, cabe destacar e evidenciar o racismo latente ao projeto estatal de incentivo à imigração, na proporção que a população preta, composta de recém libertos da escravidão, foram relegadas à marginalidade do projeto modernizador.

Importante frisar, também, que a composição social brasileira, de base racista, é instrumentalizada por suas instituições de modo a reproduzir valores, comportamentos, atitudes e privilégios assentes no racismo estrutural que a ela dá suporte (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, a imigração, enquanto projeto governamental e institucionalizado, não se dissocia de sua regra elementar, pautada na hierarquização e discriminação étnico-racial.

Compete, aqui, destacar alguns questionamentos referentes à identidade nacional e as políticas de Estado em relação ao estrangeiro, subentendido, neste caso, como imigrantes e refugiados: as práticas de discriminação se dão ao mesmo nível para todos os estrangeiros? Todos os estrangeiros são tratados de modo igual pela sociedade brasileira? Será que existe a preferência, muitas vezes sutil, outras tantas, explícitas, por um determinado tipo de estrangeiro em detrimento de outros em território nacional, que seriam, por assim dizer, “indesejáveis”? Existe uma política pública que de fato acolha as várias populações de imigrantes e refugiados, garantindo sua inserção como cidadão em um país constituído em sua pluralidade multiétnica e cultural? No transcurso dos séculos XIX e XX, predominou um pensamento político e econômico, que via a população imigrante, preferencialmente europeia, como uma peça importante na engrenagem produtiva do país.

Nesse sentido, o Estado patrocina um projeto de nação, encabeçado pela ideologia do branqueamento e do trabalho livre fortemente direcionada para a figura do imigrante europeu e, em menor grau, do asiático. Se o branco encabeçava o topo da pirâmide social, o branco europeu estava além dele, vindo “de fora” como um elemento novo, agregador de modernidade e civilidade, em um país que queria se assemelhar à Europa e aos EUA. Entendo que o referencial para a construção dessa identidade nacional forte, e a visão que se tem de um país desenvolvido perpassa, essencialmente, por um pensamento ideológico que, ao longo dos últimos 200 anos, acredita ser o europeu, especialmente o branco, cuja origem e nacionalidade remetem aos países desenvolvidos, os referenciais que contribuirão para um maior nível de desenvolvimento social, político e econômico da Nação.

### **Xenofobia, violência e leis de migração no Brasil: os desafios para a cidadania plena entre imigrantes e refugiados.**

Ao discutir o papel do Estado na elaboração de políticas públicas que contemplem imigrantes e refugiados, compete examinar algumas leis que tratam do assunto. Me aterei, aqui, ao exame de três leis sobre imigração: o Estatuto do Estrangeiro, que entrou em vigor no ano de 1980, em um contexto político marcado pelos momentos finais da ditadura militar, bem como pelo processo de abertura

política, - o Estatuto vigorou por quase 40 anos, e foi abolido há pouco tempo; - o PL, nº 288 de 2013, (convertido, posteriormente, no PL, nº 2516 de 2015 e sancionada em 24 de maio de 2017 como Lei nº 13.445) do Senado Federal, que institui a nova Lei de Migração; e, por último, a Lei Municipal de São Paulo, nº 16.478 de 2016 que dispõe sobre a Política Municipal para a População Imigrante.

O Estatuto do Estrangeiro apresenta artigos e parágrafos que demonstram, claramente, ser o estrangeiro, um indivíduo “propenso” a ameaçar a segurança nacional do país. A prioridade na política nacional de segurança foi determinante durante o regime militar para justificar e motivar perseguições políticas, bem como o enrijecimento das práticas de controle, censura e fiscalização. A ideologia de um inimigo externo (e interno), especialmente tipificado na figura do comunista e do “subversivo”, requer uma repressão contra todos aqueles que supostamente ameaçassem uma ordem social estabelecida. A criação de leis que atendessem a assuntos referentes à segurança nacional eram uma das grandes prioridades do regime. Por intermédio dos Atos Institucionais (AI), o governo mudava as instituições do país, principalmente no que se referia às questões políticas. O estabelecimento do AI-2 delegou poderes mais amplos ao presidente militar, outorgando-lhe o arbítrio de baixar decretos-lei concernentes à segurança nacional (FAUSTO, 2002, p. 262).

O termo “segurança” representa a manutenção de uma ordem social imposta e estabelecida pelo governo militar com vistas a evitar que ideias políticas, comportamentos e pessoas consideradas de modo genérico como “subversivos” alterassem uma ordem social imposta sob a égide do regime autoritário: “para controle mais rigoroso dos movimentos contestatórios, agora com a mobilização de alguns setores que partiriam para a luta armada, o governo decreta, em março de 1967, a Lei de Segurança Nacional” (MOTA; LOPEZ, 2016, p. 782). Manter a ordem, conservar o que se quer, implica, também, em apontar inimigos, destacar, isolar e combater os ameaçadores dessa ordem. Em sentido último, a ordem busca manter intacta a ideia predominante de “nação” e “identidade nacional”; “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Uma concepção do “ser brasileiro” atrelado a uma sujeição a esta ordem estabelecida pelo Estado nacional: sua segurança, sua preservação e, principalmente, sua perpetuação implicaria em regular, fiscalizar e impor a “ordem”. A lei, nesse sentido, cumpriria a sua função como um dos tentáculos a serviço da Nação.

O Estatuto do Estrangeiro, mesmo entrando em vigor já no final do regime militar, revela a preocupação do Estado em estabelecer um controle mais rígido contra os não nacionais. Já no Art. 1º do estatuto fica evidente o resguardo dos interesses nacionais: “Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair,

resguardados os interesses nacionais” – (BRASIL, 1980, p. 12). No Art. 7, destaca-se a ênfase na condição sanitária do estrangeiro como um dos critérios para a concessão de visto no país, “Não se concederá visto ao estrangeiro”: “considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais”; (Inciso II); “que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde” – (Inciso V), (BRASIL, 1980, p. 12). Compete também observar os critérios estabelecidos que justificariam a expulsão compulsória do estrangeiro presentes no Art. 65º, que atentasse contra: [...] “a segurança nacional, a ordem pública ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais” (BRASIL, 1980, pp. 18-19).

No Estatuto do Estrangeiro é possível identificar a atuação de um Estado que, em nome de uma ordem política e social, estabelece normas legais de regulação social, que classifica, ordena, tipifica e enquadra o estrangeiro conforme este é visto sob a égide de duas condições básicas: ameaça à ordem nacional, e à integridade da nação. Nesse aspecto, configura-se a manutenção de uma “ordem” frente a uma suposta “desordem” (DOUGLAS, 2014). Com isso, atesta-se uma regulação social, mediante um aparato legislativo como lógica de um poder policial disciplinador e coercitivo, além de aplicação de medidas sanitárias. Termos como “condições de saúde”, “moralidade pública” e “nocivo”, revelam o interesse de um controle tipicamente moral e corporal do imigrante, portanto, configura-se como uma anátomo e biopolítica do corpo humano, que trafega na esfera do biopoder (FOUCAULT, 2001, p. 131). Uma vez satisfeitas as condições de saúde do estrangeiro, o interesse consiste na busca da melhor forma de direcionar suas aptidões para a engrenagem do mercado de trabalho e da economia nacional.

A centralidade no corpo do imigrante como máquina e a conseqüente extorsão de suas forças produtivas se faz valer no Art. 16º, parágrafo único, devendo, portanto, a imigração conceder para o país [...] “mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à política nacional de desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à capacitação de recursos para setores específicos”. (BRASIL, 1980, p.13). Tanto brasileiros quanto estrangeiros são enquadrados em uma política de biopoder. No entanto, compete observar que numa legislação destinada a fiscalizar, controlar e regular o estrangeiro enquanto residente no país, um dos seus princípios norteadores é a definição de quais estrangeiros em questões de saúde, moralidade e força de trabalho estão “aptos” a ingressar em suas camadas populacionais. Nesse sentido, o ideal de desenvolvimento econômico que remete em grande medida ao século XIX e

XX com o projeto de imigração e desenvolvimento da nação, está embutido no Estatuto do Estrangeiro. Nesse aspecto, a relação imigração e desenvolvimento nacional também se direciona para uma associação simplista e discriminatória que enxerga imigrantes de países subdesenvolvidos como indivíduos que não contribuirão para o desenvolvimento econômico do país. Falas e discursos revelam que preconceito e discriminação, em muitos casos, são grosseiramente associados ao país de origem do imigrante, principalmente se tratando de Estados de menor peso econômico e importância geopolítica.

A xenofobia se apresenta em falas e discursos de caráter discriminatório e desqualificador. Em um debate apresentado na bancada televisiva do *Jornal da Cultura*, em edição que foi ao ar em 29 de agosto de 2013, foi discutido, à época, o caso de um impasse diplomático entre Brasil e Bolívia. Uma das participantes comentou: “que o país vizinho era insignificante em todas as perspectivas para o Brasil”, acrescentando que “os imigrantes bolivianos em São Paulo não contribuem para o desenvolvimento tecnológico, cultural e social do país”. (TV CULTURA/JORNAL DA CULTURA, 2013). Discursos dessa natureza ressoam e potencializam medidas repressoras, tangenciando um aparato coercitivo estatal, especificamente a força policial, sendo, portanto, delegadas tarefas de contenção do fluxo migratório ilegal. É ilustrativo o posicionamento da *Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef)* sobre a possibilidade de prender e deportar estrangeiros que protestassem politicamente no Brasil, no caso que envolvia, à época, o golpe da então presidenta Dilma Rousseff (SANTOS, 2016). Havia rumores que apontavam que bolivianos organizariam caravanas para Brasília para protestar. A instituição baseava-se no *Estatuto do Estrangeiro*, que declara em seu art. 107 a proibição do estrangeiro em participar de atividades políticas, bem como “organizar, criar e manter sociedades ou quaisquer entidades de caráter político...”. (BRASIL, 1980, p. 24). Nesse sentido, prevalece a potencialidade de criminalização do estrangeiro, associada a preservação da segurança da nação brasileira, como na manutenção de sua integridade política, cultural e social. Junto a isso, ressoa, também, pensamentos e práticas implícitas ou abertamente explícitas de discriminação, preconceito e xenofobia, como veremos.

O dia 24 de maio de 2017 constituiu-se como um marco emblemático no que se refere à salvaguarda de direitos às populações migrantes no país. Foi aprovada no Senado Federal uma nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) que, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, apresenta pautas democráticas de reconhecimento das diversas populações de imigrantes e refugiados, amplia e enfatiza as questões que envolvem os seus direitos, além de ressaltar a importância econômica e social desse

segmento populacional. A lei foi tecida em um contexto caracterizado pelo crescimento no índice de imigrantes que aqui se estabeleceram, somando-se ao alto número de refugiados e solicitantes de refúgio, juntamente com a comunidade de sírios e haitianos, cujos vistos humanitários concedidos pelo governo, à época, facilitariam o seu acesso ao território nacional, além de populações de diversos países africanos, aumentado, por seu turno, o contingente populacional nos grandes centros urbanos. Tratando-se do substitutivo aprovado pelo Senado Federal, a nova lei de migração nº 2516 de 2015, de autoria do então senador, Aloysio Nunes Ferreira, (*PSDB*), tem pautas interessantes que merecem ser destacadas. O Art. 3 aponta para a interdependência da Lei de Migração com os Direitos Humanos, ampliando, portanto, o direito de emigrar como algo inerente à humanidade; o repúdio aos atos de xenofobia e racismo, bem como a sua prevenção e, importante, a não criminalização da imigração, (BRASIL, 2015, p.3). Interessante observar que o artigo 4º, seus parágrafos e incisos estabelecem uma condição de igualdade entre imigrantes e nacionais no território brasileiro, assegurando aos imigrantes e refugiados: “direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos” – (inciso I); busca garantir o direito de livre circulação no território nacional (inciso II); é assegurado ao imigrante o direito de participar de movimentos sindicais, (inciso VII); acesso aos serviços públicos de saúde, assistência e previdência social (inciso VIII); amplo acesso à justiça, bem como à assistência jurídica gratuita (inciso IX); “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade” (inciso X); o direito de exercer cargo, emprego e função pública (inciso XV, parágrafo 2º) (BRASIL, 2015, pp. 4-5).

Porém, a nova lei de migração sofreu críticas por parte de entidades e especialistas em questões migratórias. Ainda no período de sua discussão no *Senado* e na *Câmara*, a *ABA* (*Associação Brasileira de Antropologia*) se pronunciou oficialmente, demonstrando o seu descontentamento sobre alguns pontos do PL 2516/15, cujos vários artigos apontaram para um teor de criminalização e securitização da imigração. A entidade enfatiza: “nesse tocante, vale notar que a lei prioriza políticas de controle, através da produção de registros biométricos e biográficos, controle de movimentação de fronteiriços [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2016, p.1). Endossa, também, a importância demasiada dispensada à *Polícia Federal* no tocante ao “gerenciamento de decisões importantes (que é, por exemplo, a única entidade responsável pelo repatriamento, sem qualquer possibilidade do repatriando questionar a decisão)”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, p.1, 2016). É possível inferir que a atribuição de gerenciamento concedida à *PF* no tocante à fiscalização da imigração, implica em possíveis mudanças de paradigmas. Não se trata, aqui, de gestão pública humana e humanizadora, ao contrário, o enfoque concentra-se, sobretudo, na repressão e

criminalização do imigrante. Uma das principais críticas ao PL 2516/15 foi a proposta de extinção do *Conselho Nacional da Imigração, (CNIg)* deixando, portanto, o caminho “aberto” para o controle e fiscalização dos imigrantes e refugiados pela *Polícia Federal*. Mais uma vez, a questão da imigração e seus desafios, apresentam, - na perspectiva da presente lei, em paralelo com suas pautas progressistas, - a concepção de que a problemática migratória e sua resolução pode ser entendida e levada a cabo no âmbito da segurança nacional e na efetivação do controle de sua população. O possível fechamento do *CNIg*, confere e outorga à *Polícia Federal* a gerência da alteridade, a violação de direitos humanos, bem como a securitização da imigração, subentendendo, assim, a imigração como assunto cabível na esfera criminal. (SANTOS, 2016). O capítulo IV é intitulado como: “Do Registro e da Identidade Civil do Imigrante”; o Art. 34, em especial, define os procedimentos para a identificação biométrica do imigrante e do refugiado, gerando, portanto, “um número único de identificação, que garantirá o pleno exercício dos atos da vida civil”. (SANTOS, 2016 p.12). É interessante estabelecer uma analogia entre o cadastramento biométrico do imigrante com a experiência mexicana, onde os menores nacionais de 18 anos, passaram a receber Cédulas de Identidade Pessoal (Cedi). De acordo com Besserer (2016, p.113):

Tal credenciamento se constitui em processo de construção da tríade nação-terra-corpo. O documento se sustenta em uma série de “etiquetas”, que transformadas em códigos, textualizam o corpo. Isso acontece devido à informação biométrica incorporada no início do documento, que depois vinculará o corpo do indivíduo com o território [...] (BESSERER 2016, p.113).

Neste caso, o corpo do cidadão mexicano ganha uma nova dimensão. Tendo em vista uma política de identificação mais eficiente, em um contexto marcado por altos índices de assassinatos e ocultação de cadáveres, resultantes do narcotráfico, os dados biométricos estabelecem uma relação pormenorizada do corpo, unindo, portanto, fotografia, impressões digitais e leitura da íris (BESSERER, 2016, p.113). Detalhar o corpo significa fazer valer uma política de controle eficiente de um Estado sobre o seu cidadão. Nesse caso, o jovem mexicano, por meio do seu corpo, de suas características pessoais, está vinculado a uma Nação, habita um território, é oficializado enquanto pertencente a uma identidade nacional. Procurando estabelecer certa cautela na comparação, no entanto, compete refletir, no caso específico das políticas de migração no Brasil, as formas burocrático-estatais de identificação, classificação e controle sobre imigrantes e refugiados. Invertendo um pouco a lógica anterior de vinculação do corpo individual com um corpo coletivo que, por sua vez, constitui um corpo nacional, requer pensarmos sobre a função e os interesses do cadastramento biométrico do imigrante em território brasileiro. Objeto de variadas leituras e interpretações, o cadastramento biométrico pode

implicar numa inversão de objetivo na identificação; neste caso, não é uma vinculação do imigrante a uma identidade nacional, mas sim o estabelecimento de uma política de controle e fiscalização durante o trâmite de imigrantes em território brasileiro. Suposições e reflexões à parte, é inegável que a nova lei de migração representa um avanço na garantia de direitos de milhares de imigrantes e refugiados no país, muito embora o debate em torno da elaboração do PL 2516/15, tenha se dado de modo “vertical”, sem um diálogo mais profundo com a sociedade e, principalmente, com os órgãos representativos das populações de imigrantes e refugiados. No período de sua tramitação na *Câmara* e no *Senado*, o senador, Aloysio Nunes Ferreira (*PSDB – SP*), enaltece o PL 2516/15 ressaltando a forma como a questão migratória era, até então, debatida no Brasil, sob uma ótica enviesada na perspectiva da segurança nacional. Para o senador, com o advento da presente lei, a imigração ganha novos contornos: o imigrante deve ser visto como peça importante para o desenvolvimento econômico do país. (FERREIRA, 2015). Estão em questão nessas falas duas dimensões que foram discutidas no transcorrer deste presente artigo. A primeira delas é o reconhecimento e a crítica da relação existente entre o Estatuto do Estrangeiro com a garantia da segurança nacional, visto que o estrangeiro poderia ser considerado como desestabilizador de uma ordem político-social imposta na ditadura civil-militar; e a segunda, refere-se a associação entre imigração e desenvolvimento econômico, na medida em que imigrantes se encaixem na linha produtiva, atendendo, assim, as demandas do mercado de trabalho. A questão da imigração atrelada ao desenvolvimento econômico pode ser compreendida pelo viés participativo do imigrante “também” para o crescimento e desenvolvimento econômico do país e não vista exclusivamente como uma forma de extração de sua força de trabalho. Ressalta-se, para citar apenas um exemplo, diversos casos da superexploração da mão de obra de imigrantes bolivianos em São Paulo.

Em seu período de tramitação e aprovação, não faltaram declarações de cunho discriminatório por parte de políticos, além dos atos de xenofobia e repulsa praticados por parcelas da sociedade civil como formas de protesto ao PL 2516/15. À época, o então Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro (*PSC-RJ*), considerara que o constante aumento da imigração e do refúgio no Brasil se configura como uma “ameaça real à soberania nacional”, “à ordem pública”, e ao “equilíbrio econômico da nação”. Nessa perspectiva, para ele, imigrantes e refugiados constituem-se numa verdadeira “escória” do mundo (MELLO, 2016). A repercussão negativa quanto ao controle irrestrito atribuído à *Polícia Federal* para a repressão da imigração ilegal, gerou alterações na presente lei. Houve quem era contrário a elas. Nesse trâmite, o deputado pelo *DEM-BA*, José Carlos Aleluia, lamentou o fato de que imigrantes

teriam direito à *Defensoria Pública*, sendo, portanto, limitado o poder da *Polícia Federal* para a deportação de imigrantes ilegais (MELLO, 2016).

Essas declarações, escancaram, portanto, ideias e valores preconcebidas de que imigrantes ilegais e refugiados, - oriundos dos países pobres ou em situação de guerra, - se constituem como uma “escória”, uma “ralé”, uma camada “inferior” da população, evidenciando, assim, a aporofobia (“áporos”, pobre, desamparado; “fóbeo”, odiar, rejeitar), e o racismo latente e presente na base da sociedade brasileira. Justamente, o tratamento desproporcional dispensado ao imigrante com quilate financeiro viável para o desenvolvimento turístico, o consumo e a promoção do país no exterior está radicalmente em contraponto ao tipo de trato dispensado ao imigrante pobre, cuja condição de vulnerabilidade econômica é visto e subentendido como um fardo social; sua aparente endemia está vinculada a sua inapetência para uma sociedade consumista e fóbica, que exclui, segrega e discrimina o pobre, tendo por ele um verdadeiro asco, portanto, um sentimento de aversão, de uma verdadeira aporofobia (CORTINA, 2020). Uma imigração não desejada, não planejada como um ideal de Estado Nacional, branco, europeu e desenvolvido, - como fora projetada, ainda no Império brasileiro, mas consolidada efetivamente com o advento da República, com o estímulo à imigração europeia, - que racista, escravocrata e extremamente desigual, tinha um projeto de “varrer para debaixo do tapete” seu passado colonial, com vistas amplas de europeizar e modernizar o Brasil, sob controle de uma elite agrária e industrial. Nesse sentido, na perspectiva de políticos conservadores e parte da sociedade civil, a imigração e o refúgio não são vistos como um direito humano na busca por sobrevivência, mas sim, como um fardo e peso social para um país, cuja mentalidade denota elementos, por ora velados, implícitos, mas, também, espantosamente explícitos de um racismo latente, de uma xenofobia aberta contra a população preta, quilombola, indígena, bem como de estrangeiros pobres e seus descendentes.

Cotado para a disputa presidencial de 2018, Bolsonaro endossou um discurso seletivo quanto à imigração. Declarou que o Brasil não deveria ser receptivo a refugiados e a grupos específicos de imigrantes que, segundo ele, estariam propensos a vadiagem e à mendicância. Em contraponto, tentou justificar a injustificável declaração, afirmando nunca ter visto um imigrante japonês esmolando (PALESTRA... ,2017). Para além das discussões étnicas e raciais, compete ressaltar que essa infeliz fala remete ao projeto migratório elaborado pelo Estado nacional como fator de desenvolvimento econômico. Nesse caso, a imigração japonesa está intimamente ligada a esse projeto de desenvolvimento da nação. As elites nacionais depositaram no imigrante nipônico e seus descendentes

as aspirações daquilo que concebiam ou imaginavam ser um país moderno e integrado (LESSER, 2015).

Não compete, aqui, fazer uma análise histórica sobre a importância da imigração japonesa. No entanto, vale destacar, que também japoneses e demais imigrantes orientais de diversas nações, são vítimas de preconceito, xenofobia e racismo. É importante ressaltar, mais uma vez, uma forma de pensar a nação, que foi sendo tecida historicamente por um viés desenvolvimentista e civilizacional. Retomando, mais uma vez, a infeliz afirmação de Bolsonaro, ela nos faz retroceder para a concepção predominante do processo de modernização brasileira, isto é, a imigração japonesa estaria associada à civilização, desenvolvimento econômico e trabalho; já o imigrante oriundo de países pobres e de condição socioeconômica “inferior”, somando-se ao aumento contingencial dos refugiados no país, remete justamente ao seu oposto, ou seja, a mendicância sendo, neste caso, um fardo econômico, social, e fator preponderante de atraso para o projeto de evolução econômica, social e desenvolvimentista da nação.

Com um discurso xenofóbico, Bolsonaro é eleito presidente em 2018, assume o governo em 2019 com uma pauta anti-imigração, em consonância com o projeto de alinhamento geopolítico com os EUA de Donald Trump (2017 - 2021). Ambos os governos revogam o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, cujo norteamento assenta-se nos preâmbulos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; a exemplo de Trump, Bolsonaro estabelece uma política de controle mais rígido de fronteiras, afirmando categoricamente que os refugiados não são bem-vindos no país; além de estabelecer a portaria 666, que regula a aplicação da lei de Migração de 2017, cujo teor, de natureza xenófoba, permite a possibilidade de deportação em 48 horas (AGUIAR, 2020). Em contrapartida, por ser radicalmente avesso ao governo de Nicolás Maduro, e ao alegar que refugiados venezuelanos atravessariam as fronteiras brasileiras fugindo do socialismo da Venezuela, Bolsonaro adota uma política mais flexível quanto a esse grupo específico de refugiados, muito embora, com o agravamento da pandemia do coronavírus, o governo tenha adotado uma postura omissa frente ao acentuado grau de vulnerabilidade de refugiados, especialmente no que concerne à assistência médica, bem como no acesso ao auxílio emergencial. (AGUIAR, 2020). Se um governo necessita de uma base eleitoral mínima que sustente e avalize suas medidas socioeconômicas, retrospectivamente, o eleitorado de extrema-direita de Bolsonaro cantava a nota já bem antes de seu governo, ainda no período que a nova lei de migração era debatida e, posteriormente, aprovada.

Logo após a aprovação da nova Lei de Migração, uma pequena parcela da sociedade civil, via redes sociais, organizou manifestações de protesto com uma pauta abertamente anti-imigração. A Avenida Paulista, tradicional local de protestos e manifestações, se tornou um cenário aberto de declarações discriminatórias e xenófobas. O alvo dos protestos se direcionava, especialmente, para imigrantes árabes oriundos de países em situação de conflitos sociais, guerra civil e pobreza. O discurso de ódio e intolerância se fez evidente nas faixas, cartazes e falas categóricas de manifestantes que, em coro, criminalizam enfaticamente os árabes. De acordo com o jornal *El País*, um vídeo produzido por um dos grupos organizadores do evento, apresentou forte teor de discriminação e xenofobia presentes em falas de manifestantes. Associavam a comunidade islâmica na Europa como inimigos ferrenhos do cristianismo, destruidores de templos cristãos; além disso, acrescentaram ser os muçulmanos “pedófilos” e “estupradores de crianças” na Europa (SABÓIA, 2017). Foram comuns, também, declarações que associavam os árabes com criminosos terroristas. O tom e a ressonância das falas acima, revelam dois possíveis referenciais utilizados pelos manifestantes para se posicionarem contrários aos imigrantes árabes. Mais uma vez, o continente europeu bem como a comunidade europeia são um dos referenciais, em um contexto político caracterizado pelo enrijecimento das políticas de migração nos países membros da *União Europeia*, bem como nos Estados Unidos. A “civilização” europeia sofre com a “barbárie” árabe e o Brasil está caminhando no mesmo sentido, seria, a meu ver, o pensamento ideológico por trás desses discursos. O conceito de “civilização” estaria, portanto, vinculada com a religião cristã, que nesse aspecto, seria outro referencial para o ato discriminatório. Intolerância religiosa, discriminação e xenofobia caminham, portanto, de mãos dadas, para apontar um inimigo em comum, neste caso, o imigrante árabe ou o seguidor do islamismo. A generalização é a marca e característica de uma estereotipia que unifica um discurso discriminador.

Convém, aqui, tratar da questão da estereotipia presente nos discursos discriminatórios sobre os povos árabes e muçulmanos: “eles estupram”; “eles são terroristas”. A estereotipia tem a característica de associar membros de um mesmo grupo, etnia, ou nacionalidade com “elementos comuns” notadamente discriminatórios, construídos coletivamente por um grupo opositor; logo, apresentam-se como caracteres homogêneos que simplificam o olhar no plano cognitivo, tendendo a comparar, classificar e descrever de modo negativo os membros de outro grupo que na qual a estereotipia é imposta. No exemplo acima, os “bons cristãos”, como um grupo antagônico aos “não-cristãos”, passam a associar, conforme os seus critérios, os supostos traços de caráter reprováveis que intencionam combater nesses mesmos grupos. Com isso, buscam elencar esses caracteres negativos

vinculando-os aos diferentes grupos, compostos por árabes e muçulmanos. Termos como “terrorista”, “estuprador”, “*marcam*” árabes e muçulmanos aos olhos de quem, de fato, acredita ou quer acreditar que “todos” eles são “criminosos”, são “terroristas”, são “perigosos” para a segurança nacional. A estereotipia, nesse sentido, pode funcionar como um motivador comum, uma vez que a generalização que o estereótipo engloba, enquadra o termo “estuprador” como desqualificação inata à árabes e muçulmanos. O termo “terrorismo”, aqui, passa também a ser uma estereotipia que justificaria os confrontos entre países na luta do “bem” contra o “mal”, e na “guerra ao terror”, termo tão bem articulado pelo governo dos EUA como forma de mobilização da opinião pública internacional e, especialmente, dos estadunidenses, para a invasão ao Afeganistão e Iraque. A estereotipia tem poder de mobilizar massas, grupos, e articulá-los em torno de um inimigo em comum. Sobre a estereotipia, afirmam Deschamps e Moliner (2014, p. 34):

Classicamente os estereótipos são definidos como conjuntos de crenças relativas às características de um grupo [...]. E esta é uma das primeiras características do fenômeno: os estereótipos são simplificações. Eles permitem definir e caracterizar um grupo, descrever seus membros de forma rápida e econômica no plano cognitivo. (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 34).

Em suma, a estereotipia não reconhece a alteridade, não percebe a diferença enquanto qualidade de ser, de estar sendo e se reinventando no mundo. Os estereótipos andam na contramão das mobilizações identitárias. Eles (os estereótipos) não permitem a fluidez e a possibilidade do contato com o diferente; veem o diferente enquanto ameaça a sua identidade, na medida em que um traço negativo, uma roupagem, uma generalização conduz a um pré-julgamento do outro, bem como o efetivo distanciamento de uma experiência social plena. Este distanciamento não privilegia a particularidade nem a assimilação. A estereotipia serviria como um binóculo defeituoso que, à distância, distorce uma imagem que poderia ser mais bem compreendida e assimilada se nos dispuséssemos a olhá-la de perto. Distanciamento e concepções negativas enraizadas no (in)consciente e na subjetividade de pessoas que percebem determinados tipos de imigrantes por meio de estereótipos revelam, de fato, um preconceito culturalmente construído: “negro violento”, “africano incivilizado”, “macaco”, “terrorista”, “estuprador”, “escória”, “assassino”, “preguiçoso”, “miserável”, entre outros.

Concomitante a isso, os estereótipos estão a serviço das relações de poder e dos eventuais conflitos a elas subjacentes, constituindo em uma verdadeira relação entre “estabelecidos” e “outsiders”, (ELIAS; SCOTSON, 2000). Especificamente, essa relação de poder assenta-se no discurso e na impregnação de valores que enaltecem, por exemplo, uma identidade nacional, buscando

a preservação do seu equilíbrio e coesão frente a uma ameaça, isto é, um elemento ou grupo propenso a desequilibrar sua estrutura. Nesse sentido, é imposto a determinados imigrantes e refugiados supostos “traços” e “anomias” que devem ser assertivamente reforçados por grupos de nacionais estabelecidos, como forma de inferiorizá-los e mantê-los assimiláveis e subalternizados. Seu pano de fundo consiste em evitar o desequilíbrio de poder entre um grupo que aqui está, e aqueles que “vêm de fora”. Barrar o acesso dos “outsiders” aos recursos de poder, cerrando as fileiras de sua efetiva integração converge para uma tentativa de perpetuar a subalternização (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.32). Consta-se, portanto, um tipo de violência, que nesse caso, seria de natureza simbólica.

Partindo de uma concepção preconceituosa e discriminatória no campo simbólico, a violência pode desaguar na agressão física. Agredir o “outro”, visto como “diferente”, é uma extensão latente do preconceito, da intolerância e discriminação. A concepção de que direitos sociais e políticas públicas devem privilegiar nacionais em detrimento dos imigrantes, aliado à xenofobia latente, tipificam esse *modus operandi* que, tencionados ou estimulados por discursos neofascistas, propulsionam para o assassinio, o extermínio desse “outro”, especialmente em tempos de crises sanitárias e econômicas, como ocorreu, notadamente, no período de auge da pandemia da COVID-19. Exemplos não faltam no que se refere à violência contra imigrantes. Em 2020, um angolano é morto a facadas por um brasileiro, após uma discussão; segundo testemunhas, o motivo teria sido o fato de o brasileiro questionar a legitimidade de a vítima receber o auxílio emergencial durante a pandemia (FIGUEIREDO, 2020). Na mesma matéria, uma congoleza, moradora na Zona Leste de São Paulo, relatou sofrer perseguições de vizinhos e frequentadores do bairro onde morava; após o espancamento do marido, decidiu se mudar do local. (FIGUEIREDO, 2020). A hostilidade contra imigrantes de origem africana não é endêmica, ela se alastra em diversos cantos do país. Mais recentemente, a morte por linchamento do congolês, Moise Mugenyi Kabagambe, de 25 anos, após questionar o atraso no pagamento por seu trabalho como garçom em um quiosque na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, ganhou repercussão na mídia nacional de um fato que, infelizmente, tem sido cada vez mais frequente (BARIFOUSE, 2022). No entanto, mobilizações da sociedade civil e entidades representativas da população migrante, ligada aos Direitos Humanos e demais órgãos sociais, têm pautado suas lutas na criação de uma legislação mais eficiente para a consecução de políticas públicas voltadas à população composta de imigrantes e refugiados.

Em São Paulo, sob a gestão (2013-2016), do prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores - PT, foi criada a Lei nº 16. 478 de 2016, que institui a Política Municipal para a

População Imigrante. Adotando uma postura humanista e tecendo uma política substanciada pela organicidade entre gestão pública e representantes da sociedade civil, além de constante diálogo, especialmente com a população imigrante, a gestão adota um perfil mais democrático no que concerne ao debate e execução de novas leis e diretivas que atendam as demandas de migrantes e refugiados. Fruto dessas medidas, a lei estabelece diretrizes norteadoras que visam, antes de tudo, abrir ao imigrante o acesso a plena cidadania e o direito à cidade.

A Lei Municipal se constitui pela sua transversalidade e horizontalidade, interligada aos serviços públicos municipais, e à *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)*, considerando, assim, a questão da imigração e o estabelecimento em outro país, ou localidade, como um direito inerente a todo o ser humano em situação de conflito. No parágrafo único do Art. 1º é compreendido como imigrante: “todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação migratória e documental” (SÃO PAULO, 2016, p.1). Ampliando a concepção de imigração, a presente lei permite a elaboração de uma política pública que contemple as mais diversas necessidades e condições em que se encontra o imigrante, não classificando e categorizando esse segmento populacional.

Semelhante ao PL 2516, a Lei Municipal 16.478 aponta para a criminalização de atos e práticas contra imigrantes, tais como o tráfico de pessoas, o trabalho escravo, a xenofobia, agressões físicas e ameaças psicológicas (Art. 2, IV; Art. 3; X); além de indicar a necessidade de criar canais que denunciem essas violações de direitos. (SÃO PAULO, 2016, pp. 1-2). Outra forma de criar condições plenas de cidadania é a desburocratização dos serviços públicos no atendimento aos imigrantes, “facilitando a identificação do imigrante por meio de documentos de que for portador”, (Art. 3, IV), como também o estabelecimento de parcerias públicas com entidades de outras esferas federativas, com vistas a promover a inclusão do imigrante e a facilitar a emissão de documentos, (Art. 3, VII), (SÃO PAULO, 2016, p.2). Compete destacar, aqui, uma característica imprescindível para a efetivação de uma lei de cunho democrático: a participação da população bem como a consulta de entidades representativas da sociedade civil, levando em consideração, portanto, as pautas reivindicatórias de quem vivencia a cidade.

Nesse sentido, a Política Municipal para a População Imigrante é constituída de forma “horizontal”, sendo a sociedade civil e, especialmente, os próprios imigrantes, os partícipes da elaboração de políticas públicas de imigração. O parágrafo 1º do Art. 5 estabelece a criação do *Conselho*

*Municipal de Imigrantes*, cujo objetivo está na formulação, monitoramento e avaliação dessas políticas públicas; o parágrafo 2º consta que: “Os representantes da sociedade civil deverão ser, em sua maioria, imigrantes e serão escolhidos por eleição aberta e direta, em formato a ser definido na regulamentação desta lei”. (SÃO PAULO, 2016, p.2). A garantia de acesso aos serviços públicos municipais, tais como regulamentação na documentação, acesso à assistência jurídica pública, moradia, saúde, educação e trabalho, (SÃO PAULO, 2016, pp. 1-2), são pautas que fazem da Lei Municipal 16.478, bem como a sua regulamentação, através do Decreto nº 57.533 de 2016, referências para a elaboração de leis futuras e a efetivação de políticas públicas a nível federal que, de fato, faça do imigrante um detentor de direitos, assegurando, assim, o seu acesso à plena cidadania. Nesse aspecto, cidadania implica em consolidar uma política da diferença. O direito à cidadania não está dissociado a aceitação e ao reconhecimento da alteridade presente na figura do imigrante. Uma alteridade que consiste em manifestar sua diferença, sob uma igualdade legal, amparada por uma legislação, seja na esfera federal, estadual ou municipal, que contemple, assegure e efetive, de fato, a política da diferença.

### **Considerações finais**

As análises e problemáticas referentes à temática da imigração e refúgio nos impõe uma reflexão profunda quanto aos dilemas e desafios que a questão apresenta. Trata-se de esmiuçar nas estruturas histórico-sociais de uma dada sociedade, os conflitos e embates existentes no que tange à convivência entre pessoas diversas, marcadas por culturas, valores e cosmologias distintas. O desafio é penoso, nos revelando, sobretudo, a emergência do aprofundamento de análise que ela nos traz. O que se propôs, aqui, foi um exercício teórico-reflexivo sobre os fatores históricos de construção que preconizaram um modelo de nação, assentada num projeto de embranquecimento e europeização que entende-se ser “modernizante”, e o quanto esse processo forjou a ideia de uma identidade nacional de base racista, já que de passado escravocrata e colonial, e avessa ao pobre, ao marginalizado, em especial, à população preta e seus descendentes. A tônica da migração e do refúgio não escapa a essa lógica. Ao contrário, a intensifica, na medida em que determinados grupos de imigrantes que para cá afluem, escancaram e evidenciam o preconceito e a ojeriza de uma sociedade aos que diferem em sua cor, em sua etnicidade; em suma, em sua alteridade frente a um padrão de identidade nacional socialmente e ideologicamente estabelecido. Se tratou, aqui, de discutir, justamente esses conflitos, e como o Estado burocrático acentuou essa violência através de leis que institucionalizaram e instrumentalizaram práticas simbólicas, culturais e policiais de aversão a determinados grupos de imigrantes e refugiados.

Por outro lado, esse embate não apresenta apenas a faceta do opressor; neste trabalho, foi esboçado que o conflito converge e, esperançosamente, deve confluir para a sua superação e, no caso que nos interessa aqui, na plena efetivação em uma sociedade fraterna e solidária, atestando que o respeito a alteridade, personificada na figura do imigrante, deve ter o seu lugar assente na sociedade. Houve uma tentativa, no que ficou evidenciado na criação de uma legislação municipal que assegure o direito à cidadania, visto por um viés ético e moral, como inerente a todo ser humano. É um começo. Não bastam leis. Mais que elas, é no seio da sociedade, - emaranhada em conflitos, - que se tecem as novas relações que vislumbram, no mover da História, a sua superação; uma *super ação coletiva* e, por isso mesmo, socialmente imaginável e possível, reafirmando, orgulhosamente, o potentado de suas alteridades.

## Referências Bibliográficas

ACNUR/Brasil. **ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Dados sobre refúgio no mundo.**, jun. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/> Acesso: 10 jun. 2024.

**Deslocamentos forçados atinge novo recorde em 2022, e ACNUR pede ação conjunta.**, jun. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/#:~:text=Enquanto%20isso%2C%205%2C7%20milh%C3%B5es,e%20Rep%C3%ABlica%20Democr%C3%A1tica%20do%20Congo> Acesso: 10 jun. 2024.

AGUIAR, Ruth Amaral. O governo de Jair Bolsonaro e o impacto sobre refugiados no Brasil. **Conjuntura Internacional.** PUC Minas. out. 2020. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2020/10/27/o-governo-de-jair-bolsonaro-e-o-impacto-sobre-refugiados-no-brasil/> Acesso: 01 jul. 2024.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Nota do comitê migrações e deslocamentos da associação brasileira de antropologia (aba) sobre a versão aprovada pela comissão especial da câmara dos deputados responsável pela análise do projeto que cria a nova lei das migrações (PL2516/15).** Brasília, DF, set.2016. Disponível em: [https://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4\\_Nota\\_sobre\\_a\\_vers%C3%A3o\\_aprovada\\_da\\_nova\\_lei\\_das\\_migra%C3%A7%C3%B5es\\_-\\_PL\\_251615.pdf](https://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/4_Nota_sobre_a_vers%C3%A3o_aprovada_da_nova_lei_das_migra%C3%A7%C3%B5es_-_PL_251615.pdf) Acesso: 01 jul. 2024.

BARBOSA, Francielly. O contexto internacional e nacional dos imigrantes e refugiados. **Universidade Federal Fluminense**, Niterói-RJ, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/06-11-2023/o-contexto-internacional-e-nacional-dos-imigrantes-e-refugiados> Acesso: 2 jun. 2024.

BARIFOUSE, Rafael. “Brasil recebe, mas não acolhe”: violência, preconceito e pobreza fazem com que congolese pensem em deixar o país. **BBC News Brasil**. São Paulo, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60267870> Acesso: 15 jun. 2024.

BESSERER, Frederico. Identidade Nacional, Identificação e Corpo. In: JÚNIOR, Brasília (Org.) **Identities**. São Paulo: EDUSP. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado – nº 288 de 2013**. Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Brasília, DF: Senado, 2013. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4000103&ts=1630416064608&disposition=inline&\\_gl=1\\*4llz53\\*\\_ga\\*MTI2NDQ0MTA0NC4xNjkxNDIwNjE0\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTcwMTQ0NDYxMS40LjAuMTcwMTQ0NDYxMS4wLjAuMA](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4000103&ts=1630416064608&disposition=inline&_gl=1*4llz53*_ga*MTI2NDQ0MTA0NC4xNjkxNDIwNjE0*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMTQ0NDYxMS40LjAuMTcwMTQ0NDYxMS4wLjAuMA) Acesso: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Estatuto do Estrangeiro**. Brasília, 2013. [1980]. Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1> Acesso: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Câmara Federal. **Projeto de Lei n. 2516 de 2015**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1366741&filename=PL%202516/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1366741&filename=PL%202516/2015) Acesso: 01 jul. 2024.

CALEGARI, Marília; JUSTINO, Luciene. Refugiados sírios em São Paulo: o direito à integração. In: Seminário: **Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas**. São Paulo, 12 abr. 2016. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais-migracoes/arquivos/9\\_MC.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais-migracoes/arquivos/9_MC.pdf) Acesso: 01 jul. 2024.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução: Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

DELFIN, Rodrigo Borges. Mundo atinge 71,1 milhões de deslocados internos forçados em 2022; Brasil tem mais de 700 mil. **MigraMundo**. 15 mai. 2023. Disponível em: <https://migramundo.com/mundo-71-milhoes-deslocados-internos-forcados/> Acesso: 01 jul. 2024.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A Identidade em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. Tradução: SILVA, Gleicy Maily da; LOPES, Pedro. **Ponto urbe**. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, v.15, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2467> Acesso: 01 jul. 2024.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Novo paradigma na imigração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/227798-novo-paradigma-na-migracao.shtml> Acesso: 01 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNGER, Gustavo [et al.]. Refúgio em números – 2023. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações, **Brasília**, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Ref%C3%BAGio\\_em\\_N%C3%BAmeros/Refugio\\_em\\_Numeros\\_-\\_final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAGio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf) Acesso: 03 jul. 2024.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: UNESP. 2015.

MELLO, Patrícia Campos. Câmara aprova nova lei da migração, que revoga o estatuto do estrangeiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1839092-camara-aprova-nova-lei-da-migracao-que-revoga-o-estatuto-do-estrangeiro.shtml> - Acesso: 03 jul. 2024.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora 34, 2016.

PALESTRA de Bolsonaro no clube Hebraica causa indignação de membros judeus no Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/05/palestra-de-bolsonaro-no-clube-hebraica-causa-indignacao-de-membros-judeus-no-rio.html> Acesso: 3 jul. 2024.

SABOYA, Érica. Protesto da direita anti-lei de imigração incorreu em crime, diz especialista. **El país/Brasil**, São Paulo, 3 mai. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938\\_726291.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938_726291.html) Acesso: 03 jul. 2024.

SANTOS, Willians de Jesus. Intimidação, racismo e violência contra imigrantes e refugiados no Brasil. **Le monde Diplomatique /Brasil**. 16 mai. 2016. Disponível em: [diplomatique.org.br-intimidacao-racismo-e-violencia-contr-imigrantes-e-refugiados-no-brasil](http://diplomatique.org.br-intimidacao-racismo-e-violencia-contr-imigrantes-e-refugiados-no-brasil) Acesso: 03 jul. 2024.

SÃO PAULO. **Lei n. 16.478 de 8 de jul. de 2016**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16478-de-08-de-julho-de-2016/> Acesso: 03 jul. 2024.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOARES, Ingrid. Em Roraima, Bolsonaro filma refugiados: "Não quero isso para nosso país". **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/10/4958136-em-roraima-bolsonaro-filma-refugiados-nao-quer-o-para-nosso-pais.html> Acesso em : 03 jul. 2024.

TV CULTURA. Jornal da Cultura. **Impasse diplomático com fuga de senador boliviano para o Brasil**. Vídeo, 1h02min. 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvUjZGumKd8> Acesso: 03 jul. 2024.

VENTURA, Deyse; ARAÚJO, Natália. Infográficos: Migração e Direitos Humanos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.12, n.22 – 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/10-sur-23-portugues-infografico.pdf>  
Acesso: 03 jul. 2024.

## Reforma agrária e o Pensamento Agrário Brasileiro nos anos 60: uma análise a partir de Antonio Callado, Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari

Land reform and Brazilian agrarian thought in the 60s: an analysis based on Antonio Callado, Caio Prado Júnior and Fernando Ferrari

**Renan Vinicius Magalhães**

Doutor em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

renan4321@gmail.com

**Recebido:** 04/05/2024

**Aprovado:** 21/08/2024

**Resumo** - Em meados do século XX o Brasil teve uma grande produção intelectual que se preocupava com a questão agrária no país, principalmente, modos de superar o pauperismo no campo. Entre as propostas de transformação do meio rural se destacou a reforma agrária, afinal, o latifúndio era considerado um dos responsáveis pelo atraso do campo. Na produção intelectual da época evidenciaram-se três autores, Caio Prado Júnior, Fernando Ferrari e Antonio Callado, que em suas peculiaridades pensaram caminhos para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Para essa análise, elenquei, metodologicamente, as principais obras dos autores em tela produzidas nos anos 60, livros que contêm artigos, publicações em jornais e discursos políticos, assim, realizando uma análise acurada e comparativa das respectivas defesas de reformas agrárias pontuadas pelos autores. Embora os autores compartilhassem ideais de reforma agrária, cabe destacar suas diferentes perspectivas. Caio Prado sugeriu a utilização das terras ocupadas pelos trabalhadores nos sistemas de parceria como o foco da reforma, Antonio Callado a partir das cooperativas agrárias e Fernando Ferrari, através de uma legislação específica, o Estatuto do Trabalhador Rural. Diante disso, nota-se que a questão agrária nos anos 60 no Brasil foi destaque numa discussão que produziu numerosos estudos e viabilizou diferentes caminhos para que se pudesse realizar a distribuição de terras.

**Palavras-chaves:** reforma agrária; história rural; pensamento agrário

**Abstract** - In the middle of the 20th century, Brazil had a great intellectual production that was concerned with the agrarian issue in the country, mainly, ways to overcome pauperism in the countryside. Among the proposals for transforming rural areas, land reform stood out, after all, large estates were considered one of the evils responsible for the backwardness of the countryside. Among the intellectual production of the time, three authors stand out, Caio Prado Júnior, Fernando Ferrari and Antonio Callado, who, in their peculiarities, thought of ways to implement land reform in Brazil. For this analysis, I listed, methodologically, the main works of the authors produced in the 1960s, books that contain articles, publications in newspapers and political speeches, thus carrying out an

accurate and comparative analysis of the respective defenses of land reforms highlighted by the authors. Although the authors share the premise of agrarian reform with a distributive sense, each will address the topic with their own perspectives. Caio Prado suggested the use of land already occupied by workers in partnership systems as the focus of the reform, Antonio Callado from agrarian cooperatives and Fernando Ferrari, through specific legislation, the Rural Worker Statute. In view of this, the agrarian issue in the 1960s in Brazil was highlighted in a discussion that produced numerous studies and enabled different paths to carry out a distributive land reform in Brazil.

**Keywords:** land reform; rural history; agrarian thought

## Introdução

*(...) a miséria de muitos é a mais terrível  
ameaça à paz social de todos.*

*Fernando Ferrari*

Os estudos envolvendo o meio rural brasileiro são amplos e interdisciplinares. De modo abrangente, podemos considerar que todas as abordagens, vindas de diferentes perspectivas, irão compor o que denominamos questão agrária brasileira. A questão agrária pode ser usada enquanto conceito, a fim de abarcar todos os aspectos que se referem ao meio rural e, em razão disso, torna-se um termo abrangente. Por exemplo, o trabalho agrário; a propriedade e concentração de terras; a reforma agrária; as leis; a cultura e sociedade do campo; economia rural; a educação rural, dentre outros fatores que compõem a questão agrária. Contudo, esse conceito não se trata de uma oposição ao que é urbano, embora seja um contraste, não estão desvinculados, nesse sentido, o agrário se relaciona ao urbano em numerosos aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Diante disso, ao tratar da amplitude que é a questão agrária, proponho nesse texto uma abordagem específica que optei por denominar Pensamento Agrário Brasileiro, ou seja, ideias e interpretações que tiveram, em sua elaboração, a finalidade de transformação do meio rural. Assim, para além de uma reflexão acerca do campo, o Pensamento Agrário possui claramente propósitos políticos, econômicos e sociais de intervenção no meio rural. Utiliza-se, para essa finalidade, do espaço das letras e da oralidade, por meio de discursos, livros, jornais etc. O Pensamento Agrário, enquanto categoria de análise, comporta diferentes debates, estudos e perspectivas, bem como uma série de autores que se dedicaram a pensar a multiplicidade que é o meio rural brasileiro. Neste texto, irei tratar

de três importantes autores do Pensamento Agrário Brasileiro: Antonio Callado, Fernando Ferrari e Caio Prado Júnior.

Tendo em vista os autores supracitados, analisarei como a reforma agrária foi abordada em suas obras. Assim, selecionei seus principais textos escritos no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, momento importante em que a reforma agrária ganhou destaque no cenário nacional e político e apareceu como ponto importante discussão sobre a questão agrária, como por exemplo, na formulação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Em outros termos, pretendo apresentar uma discussão acerca do Pensamento Agrário Brasileiro, formulado em meados do século XX, em uma perspectiva que considera a necessidade de transformação rural a partir de uma reforma agrária distributiva, condenando o latifúndio e propondo as diferentes formas de se fazer a reforma agrária<sup>354</sup>.

No Brasil, nas décadas de 50 e 60 do século XX, a questão agrária reproduzia, em certa semelhança a uma lógica dos séculos passados, uma ampla concentração de terras e poderes nas mãos dos latifundiários. Ao mesmo tempo, o extremo pauperismo dos trabalhadores e o difícil acesso as terras, configurou, segundo Celso Furtado (2000, p. 91), uma estrutura agrária em que prevalecia “(...) o controle do acesso à terra como forma de dominação social.”. Por outro lado, mesmo diante dessa estrutura fundiária, o Pensamento Agrário Brasileiro se transformava de maneira significativa. Nesses tempos, ganhavam notoriedade importantes propostas de alteração no meio rural, certamente vinculadas aos movimentos sociais do campo, ou como consequência deles. Ainda que não seja a análise principal deste texto, considero de grande importância ressaltar que houve, nesse período, uma importante relação do Pensamento Agrário com os movimentos rurais que buscavam transformações no campo.

Para o desenvolvimento desse texto, se faz necessário uma breve síntese dos autores supracitados e suas obras, pois os tomarei como principais fontes no decorrer desta análise, discutindo suas ideias e propostas de intervenção no campo, sinalizando as diferentes perspectivas de ações propagadas em seus escritos e o propósito de reforma agrária.

Fernando Ferrari era gaúcho, nascido em São Pedro do Sul no ano de 1921, teve formação acadêmica em Ciências Econômicas e Direito. Ele participou da fundação do Partido Trabalhista

---

<sup>354</sup> Por reforma agrária distributiva, entende-se uma política de destinação de terras aos trabalhadores rurais não proprietários, fosse por meio de terras devolutas do governo ou latifúndios improdutivos. Essa distinção se faz importante, pois nesse período os latifundiários começaram a utilizar o termo “reforma agrária” esvaziando seu sentido inicial enquanto distribuição de terras, para estes a reforma agrária seria apenas uma melhoria na agricultura sem alterar a estrutura fundiária e posse de terras já estabelecidas.

Brasileiro (PTB) em 1945, partido ao qual foi filiado e iniciou sua trajetória parlamentar, sendo eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul (RS) em 1947<sup>355</sup>. As propostas em relação ao mundo rural foram características marcantes de Ferrari na política nacional, destacando-se no engajamento para que se aprovassem leis sobre a extensão da Legislação Trabalhista ao campo e a reforma agrária. Com o passar dos anos, o político gaúcho foi adquirindo destaque nacional, sendo o candidato a deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul nas eleições de 1958, com 147.966 votos, o que demonstra sua importância se levarmos em consideração que o segundo colocado mais bem votado, Wilson Vargas da Silveira (PTB) recebeu 62.463 votos<sup>356</sup>. Além disso, nessas eleições, Ferrari foi o candidato a deputado federal com maior número de votos em todo o Brasil. Em 1960 seus impasses com o PTB afloraram, culminando em sua expulsão do Partido. Ferrari seguiu no Movimento Trabalhista Renovador até 1963, quando morreu em um acidente aéreo.

A atuação política de Ferrari indica a sua importância para a questão agrária brasileira. No Congresso Nacional ele discutiu e propôs relevantes transformações no cenário rural do Brasil, tendo como destaque o Estatuto do Trabalhador Rural, projeto de lei de sua autoria que foi aprovado em 1963, sendo a principal extensão da legislação trabalhista ao campo naquele momento. Neste texto, analisarei duas obras do autor: *Mensagem Renovadora* (FERRARI, 1960) e *Escravos da Terra* (FERRARI, 1963). São dois importantes livros, nos quais o autor apresenta suas ideias sobre a questão agrária, contendo trechos de seus discursos na Câmara dos Deputados. Além disso, Ferrari se destaca, entre os demais autores aqui analisados, por sua atuação no âmbito político institucional: ocupando uma cadeira no Congresso Nacional, discutindo e propondo intervenções no meio rural brasileiro através do aparato institucional e legislativo.

Antonio Callado nasceu em 1917 na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, foi um importante romancista e jornalista brasileiro, escreveu grandes obras da literatura nacional, como *Quarup*, e trabalhou em importantes jornais, como o *Correio da Manhã* e o *British Broadcasting Corporation* em Londres, ocasião em que redigiu notícias sobre a Segunda Guerra Mundial (MARTINS, 2018, p. 32). As obras do autor são marcadas por seu posicionamento intelectual e político de múltiplas referências, como por exemplo, pela influência do filósofo francês Jean Paul Sartre (MARTINELLI,

---

<sup>355</sup> LEMOS, Renato. Fernando Ferrari. [verbetes]. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferrari-fernando>>. Acesso em: jan. 2020.

<sup>356</sup> MEMORIAL da Justiça Eleitoral Gaúcha. Disponível em: <[https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/rybena\\_pdf?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/at\\_download/file](https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/rybena_pdf?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/at_download/file)>. Acesso em: jan. 2020.

2006). Tal posicionamento, manifestado no combate à opressão, desigualdade e injustiça, fez com que ele fosse preso três vezes durante a ditadura militar no Brasil. Essa característica marcante fez de Callado, como nomeou Martinelli (2006), um sermonário à brasileira.

A questão agrária brasileira foi um tema de grande relevância para Antonio Callado, publicando importantes matérias em jornais de grande circulação no Brasil, o autor foi um marco na luta pela reforma agrária e justiça no campo. Para a análise neste artigo, utilizarei duas séries de reportagens que foram publicadas nas obras *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco* (CALLADO, 1960) e *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência* (CALLADO, 1964). A primeira obra, de 1960, contém reportagens escritas no jornal *Correio da Manhã* entre 10 e 23 de setembro de 1959 e 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. A segunda obra, de 1964, refere-se as reportagens no *Jornal do Brasil* publicadas por Callado entre 7 de dezembro de 1963 e 19 de janeiro de 1964. Dessa forma, a partir dessas publicações, analisarei como o autor retratou a questão agrária no Brasil e propôs alternativas para o meio rural, colocando-se enquanto uma importante voz na mídia e no Pensamento Agrário Brasileiro.

Caio Prado Júnior nasceu em São Paulo no ano de 1907 e teve intensa participação política no Brasil. Esteve na chamada “Revolução de 1930”, fez parte da Aliança Nacional Libertadora e durante o governo Vargas foi preso por dois anos<sup>357</sup>. Criou a Editora Brasiliense em 1943 e foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual era filiado desde 1931. Destacando-se como um intelectual de esquerda, as obras do autor tiveram grande repercussão dentro e fora da academia. Em 1955, fundou a Revista Brasiliense contando com a participação de grandes nomes da sociologia brasileira, como Florestan Fernandes.

Caio Prado escreveu diversos artigos, que estão compilados na obra *A questão agrária no Brasil*, que nos servirá de base neste texto. O livro foi lançado em 1979, mas contém textos publicados entre os anos de 1960 e 1964. Essa obra é de grande relevância, pois apresenta as reflexões do autor sobre os latifúndios brasileiros; as questões históricas de origem dessa configuração de terras no Brasil, além da discussão a respeito do objeto principal deste artigo: a reforma agrária, ou seja, o autor traz numerosas contribuições para o debate da questão agrária brasileira.

---

<sup>357</sup> MONTALVÃO, Sérgio. Caio Prado Júnior. [verbete]. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/caio-da-silva-prado-junior>>. Acesso em: jan. 2020.

Cada autor aqui destacado abordou a questão agrária de maneira subjetiva, bem como a partir de seu grupo social e das instituições as quais estavam vinculados. É interessante salientar como essas perspectivas se encontram em algum momento, desde o apoio de Antonio Callado e Caio Prado à legislação trabalhista para o campo, bem como Fernando Ferrari utilizando as reportagens de Callado para se legitimar nos discursos parlamentares. Tais perspectivas também divergiram em muitos aspectos, como os modos de se fazer reforma agrária no Brasil. Esses três autores não constituem, a meu ver, um Pensamento Agrário Brasileiro de esquerda, pois apesar de defenderem a percepção de que o Brasil precisava se transformar e passar por mudanças estruturais, sendo imprescindível a reforma agrária, esses são apenas dois aspectos. Seria necessário ampliar, em vários outros termos, as percepções dos autores para categorizá-los, isso fugiria ao objetivo deste texto<sup>358</sup>. Ponderadas essas colocações, passamos à análise das obras dos autores supracitados, buscando compreender o modo como se estabeleceu o Pensamento Agrário Brasileiro.

### **Pauperismo e denúncia do Brasil rural**

Nos anos 1950 e início dos anos 1960 as transformações urbanas no Brasil foram significativas. Pela primeira vez, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma participação da indústria maior que da agricultura, bem como uma maior parcela da população que vivia no meio urbano em relação à população que vivia no meio rural (DEZEMONE, 2016, pp. 135-136). Ao mesmo tempo, a urbanização evidenciou o contraste existente entre o meio rural e o meio urbano no Brasil. As condições de vida na zona rural eram extremamente difíceis em meados do século XX, corroborando o crescimento dos movimentos sociais em prol de melhorias no campo. Ainda que isso não signifique que as condições de vida no meio urbano eram, em todas as cidades e bairros, adequadamente higiênicas, com boa infraestrutura (pavimentação, rede de água e esgoto etc.) e serviços urbanos (educação, transporte, coleta de lixo etc.) (BARON, 2011).

Entre os anos 1940 e 1960, construiu-se uma visão acerca do pauperismo rural enquanto uma consequência da concentração de terras, ou seja, o grande causador do atraso rural seria o latifúndio. Segundo Grynszpan e Dezemone (2007), nesse período, o latifúndio começou a ser visto como um

---

<sup>358</sup> Se analisarmos cada autor individualmente, Caio Prado certamente se coloca como um pensador de esquerda, Callado e Ferrari, já defendiam certo reformismo conservador e transformações moderadas, embora estivessem à esquerda de muitos políticos. Significa, então, que os autores aqui elencados não irão compor um Pensamento Agrário de esquerda apenas por defenderem a reforma agrária e a distribuição de terras.

entreve ao desenvolvimento do país, ao crescimento do mercado interno e ao processo de industrialização. Assim, criou-se uma interpretação de que o desenvolvimento nacional estaria atrelado à eliminação do latifúndio, e a solução seria a reforma agrária. Esse movimento, que era defendido apenas por grupos de esquerda, passou a ser encampado por seus opositores, mesmo que muitos deles tivessem a intenção de esvaziar o sentido distributivo da terra (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 219).

O pauperismo no campo nos anos 60 era fruto de diversos fatores complexos da realidade brasileira, impulsionando o surgimento de vários movimentos sociais no campo. Apesar de não abordar diretamente neste artigo esses movimentos, cabe ressaltar sua importância na formação do Pensamento Agrário Brasileiro. Como aponta Queler e Zangelmi, as reportagens de Antonio Callado, sobre a questão agrária brasileira, devem ser entendidas com base nas intensas lutas que se mobilizaram no campo. Segundo os autores:

Diversas mobilizações de trabalhadores rurais em prol de melhores condições de trabalho, salários mais altos, redistribuição de terras – entre as quais as Ligas formavam o movimento mais influente – ajudam a explicar o interesse de um jornalista de grande prestígio, vinculado a um dos jornais mais influentes do país, em reportar seus dramas e perspectivas. Em outras palavras, as matérias, em grande medida, parecem surgir a partir de pressões vindas de baixo. (QUELER; ZANGELMI, 2020, p. 18).

Essa interação de Callado com a questão agrária de seu tempo presente pode, de modo semelhante, estender-se para interpretação dos escritos de Caio Prado e Fernando Ferrari. O primeiro enquanto um intelectual que interagiu com o presente e sua perspectiva de necessidade de transformação e o último enquanto político, que via no campo o meio para a transformação no Brasil. Dessa maneira, é necessário compreender que o Pensamento Agrário aqui desenvolvido não se deu, apenas, em teorias políticas e acadêmicas sem interação com o presente, ou como propostas deslocadas do mundo da *práxis*. Os autores aqui elencados estavam atentos ao pauperismo no campo, bem como as transformações que aconteciam no Brasil, momento em que, poderíamos dizer, ocorre a passagem do Brasil rural para o Brasil urbano, mesmo que essas categorias não sejam opostas, mas complementares.

Nesse sentido, Ferrari afirma crer “que ninguém mais duvida da necessidade de ampararmos o homem do campo (...)” (FERRARI, 1960, p. 19-20) e como a já referenciada perspectiva de que o latifúndio era um entrave ao desenvolvimento nacional, justifica-se a ausência de uma oposição que vá

negar a necessidade de transformação do campo. À vista disso, é por meio do esvaziamento do sentido distributivo da reforma agrária que parte da oposição irá se manifestar.

As condições de vida e trabalho no campo atrelado ao pauperismo, por vezes, eram fruto da dinâmica política e governamental de manutenção do latifúndio. Nesse sentido o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi alvo de denúncias por Antonio Callado, no favorecimento dos grandes proprietários rurais e pela ligação com o que o jornalista denominou “os industriais da seca”, que eram os grupos que se utilizavam da seca para benefício próprio de valorização de suas terras e perpetuação do pauperismo rural. Segundo o jornalista, a construção de açudes no Nordeste provocava a valorização dos domínios dos grandes proprietários, que tinham suas terras irrigadas e férteis, enquanto os pequenos proprietários eram desapropriados e tinham que procurar outras áreas para se estabelecerem. Esses latifundiários das terras férteis irrigadas pelos açudes são os proprietários ausentes, pois como apresentou Callado:

os irrigados arranjam quem trabalhe para eles na terra subitamente fértil e supervalorizada (...) e mudam-se para a cidade. (...) Deixam a terra irrigada rendendo e vão frequentar o Náutico ou o Ideal em Fortaleza, vão morar no Recife ou vêm diretamente para o Rio. São por definição, os industriais da seca. (CALLADO, 1960, p. 7).

Dessa maneira, é exposta a forma como o DNOCS atuava no Nordeste, em favorecimento dos grandes proprietários de terras e em prejuízo dos pequenos. Nesses termos, percebe-se o fortalecimento e a valorização das grandes propriedades desses industriais da seca. Diante disso, o jornalista enfatiza que o DNOCS possuía íntimas ligações com a indústria da seca, servindo a política nordestina e não ao Nordeste, favorecendo as famílias importantes da região, ou seja, a denúncia aponta para a utilização de um órgão público que supostamente beneficiaria interesses particulares. Assim, a *res publica* se desvirtua frente ao poder do latifúndio, ou seria, de forma caduca, o próprio latifúndio a coisa pública desvirtuada.

Outra denúncia do jornalista incidiu sobre a relação de trabalho no campo através do cambão. Tal prática consistia no trabalho em alguns dias nas terras do proprietário do engenho em troca do direito de uso de parcela da terra pelo trabalhador rural. Como aponta Callado, na perspectiva dos proprietários, o cambão era altamente lucrativo de modo que “há proprietários que só alugam a terra a troco do cambão. Não cobram foro [aluguel] ao foreiro [trabalhador rural], cobram-lhe trabalho” (CALLADO, 1960, p. 42). O jornalista usa o exemplo do foreiro José Daniel, que trabalha quatro dias na semana para o dono da terra. Tal prática é apresentada como resquício do trabalho escravo no

Brasil, como já foi manifestado em outros argumentos pelo autor, pois, ao fim e ao cabo, o cambão impedia os trabalhadores de adquirirem suas próprias terras. Segundo Callado, “se alguém no Nordeste pagasse (excluído o governo) o salário mínimo de 100 cruzeiros por dia, José Daniel, no fim do ano, teria comprado sua terra quase duas vezes. Esse é o cambão na prática.” (CALLADO, 1960, p. 42). O autor expõe como a prática do cambão é arcaica e caso fosse substituída por pagamento poderia proporcionar ao trabalhador do campo a propriedade de suas terras, resolvendo um dos principais problemas no campo: a concentração fundiária.

De modo similar, Ferrari demonstrou o problema do acesso as terras, não abordando o cambão, mas os abusivos preços cobrados pelos latifundiários para o foro. Segundo o deputado, era preciso regulamentar os preços dos arrendamentos rurais, pois eles serviam a todo tipo de abuso. O petebista aponta que “muitas vezes, aquele que arrenda paga ao proprietário da terra só de aluguel o valor da gleba por ano” (FERRARI, 1963, pp. 130-131). Isto é, pautando o valor da terra, a falta de acesso dos trabalhadores rurais não se dava apenas por uma mera questão financeira, já que eles pagavam valor semelhante em um ano de aluguel. Como coloca Callado, se fosse pago o salário mínimo por dia de trabalho, também poderia se comprar a posse da terra em que se trabalha. Isso demonstra como a reforma agrária não se encaminhava por questões meramente econômicas, mas também estava relacionada ao poder dos grandes proprietários, que utilizavam dessa concentração agrária para dominar a população e manter o pauperismo do campo.

### **Concentração de terras e reforma agrária**

Diversos temas foram pautas do Pensamento Agrário Brasileiro, pois a necessidade de transformação no campo era intensamente discutida nos anos 1950 e 1960. Um desdobramento dessa discussão pode ser compreendido através do Serviço Social Rural, projeto de lei criado por Vargas em seu segundo governo, em 1951, e aprovado em 1955. O Serviço Social Rural tinha pretensões de amparar os trabalhadores rurais em suas necessidades mais básicas, a fim de promover serviços essenciais como saúde, educação e moradia (MAGALHÃES, 2016, pp. 52-91). Nesse contexto, a extensão da legislação trabalhista ao campo também ganhou intenso debate, as grandes massas de migrantes que saíam do Nordeste para o centro-sul do Brasil colocavam em pauta a necessidade de aplicação dos direitos trabalhistas nas relações do campo, como férias e salário mínimo, que apesar de estarem contemplados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) eram em grande medida

ineficientes. Contudo, a pauta mais corrente das discussões acerca da questão agrária brasileira foi a reforma agrária, pois a concentração de terras era tida como um grande entrave para o desenvolvimento econômico brasileiro e a miséria no campo era analisada como uma consequência do latifúndio.

Como apontam Dezemone e Grynszpan (2007, p. 214) “(...) para uma grande parte do espectro político, o desenvolvimento nacional, em termos econômicos, políticos e também sociais, passou a ser associado à eliminação do latifúndio”. À vista disso, a reforma agrária foi um tema muito debatido, não podendo ser ignorado nem pelos próprios latifundiários. Dessa forma, surgiu um fenômeno interessante, apropriando-se do termo, os grandes donos de terras passaram a defender certo tipo de reforma agrária, porém esvaziando seu sentido distributivo. Em termos gerais, para esse grupo, a reforma agrária seria investimentos no campo e não a divisão de terras. Tal viés será contestado pelos autores aqui em análise, assim podemos apontar que Callado, Ferrari e Caio Prado compartilham de um ideal de reforma agrária com sentido de divisão de terras e percebem a concentração fundiária como um mal ao Brasil.

Corroborando o pensamento já exposto sobre o desenvolvimento nacional, Caio Prado argumenta acerca da necessidade de superação das situações socioeconômicas herdadas do passado e da transformação da estrutura agrária baseada no latifúndio, o que encontra na reforma agrária o caminho para isso. O autor utiliza o recenseamento de 1950 para demonstrar os números da concentração de terras no Brasil<sup>359</sup>. Nesses dados, verifica-se que os pequenos estabelecimentos rurais representavam 85% do número total de estabelecimentos e ocupavam apenas 17% das terras no Brasil, em contrapartida os grandes estabelecimentos, latifúndios, eram apenas 9% dos estabelecimentos rurais, mas ocupavam 75% das terras no Brasil. O autor ainda aponta que

o alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente. É preciso acrescentar que o recenseamento foi realizado na base de “estabelecimentos”, e não de “proprietários”, não aparecendo nele, portanto, o caso tão frequente de grandes proprietários com mais de um estabelecimento. (PRADO JR., 1979, p. 17).

A concentração fundiária, portanto, mostrou-se como um dado incontestável. Possivelmente, tal fato fez com que os proprietários, ao verem a impossibilidade de negar o latifúndio, colocassem a reforma agrária como uma pauta ressignificada, ou seja, retirando desse conceito o sentido de distribuição de terras. Uma análise dos latifúndios a partir das unidades federativas demonstra altos

---

<sup>359</sup> Ver dados em: COMISSÃO Nacional de Política Agrária. **Aspectos Rurais Brasileiros. Resultados numéricos.** Rio de Janeiro, 1955.

índices de concentração fundiária, como por exemplo, no Mato Grosso em que o latifúndio ocupava 98% do território, conforme tabela a seguir (PRADO JR., 1979, p. 35).

Estabelecimentos (os números indicam percentagens)						
	<i>de menos de 100 ha</i>		<i>de 100 a menos de 200 ha</i>		<i>de 200 e mais</i>	
	núm.	área	núm.	área	núm.	área
Amazonas .....	79	4	5	2	16	94
Pará .....	91	16	4	5	5	79
Maranhão .....	89	6	3	5	8	89
Piauí .....	66	9	13	8	21	83
Ceará .....	76	19	11	14	13	67
Rio Grande do Norte .....	82	17	9	11	9	72
Paraíba .....	91	28	4	16	5	56
Pernambuco .....	95	33	2	11	3	56
Alagoas .....	95	31	3	10	2	59
Sergipe .....	94	39	3	14	3	47
Bahia .....	90	27	5	11	5	62
Espírito Santo .....	88	52	8	18	4	30
Rio de Janeiro .....	87	24	7	12	6	64
Minas Gerais .....	75	17	11	12	14	71
São Paulo .....	86	25	7	11	7	64
Paraná .....	85	29	8	13	7	58
Santa Catarina .....	93	45	4	10	3	45
Rio Grande do Sul .....	90	28	4	7	6	65
Mato Grosso .....	38	1	8	1	54	98
Goiás .....	52	5	13	5	35	90

*Tabela 1 - Estabelecimentos*

Assim, o latifúndio, segundo Caio Prado, representava não só a concentração de terras, mas também a concentração de domínio e poder sobre recursos econômicos, pois a terra constituía a única fonte de subsistência das populações rurais, ou seja, um domínio sobre terras e pessoas. Isso faria com que a grande mão-de-obra sem acesso a terra se submetesse à exploração dos latifundiários com trabalhos a baixo custo e, conseqüentemente, gerasse baixos padrões de vida.

O problema em decorrência da concentração de terras ainda pode ser abordado em outro aspecto: a legitimidade da posse da terra. Ferrari, em discurso na Câmara, abordou essa questão denunciando os “negocistas” que vendiam terras do Estado, o que gerava intensa revolta nos trabalhadores rurais. Abordando uma questão específica do Paraná, o político manifestou o receio de que se poderia ter uma reforma agrária pelas armas naquela região, temendo violentos conflitos, como já havia ocorrido em Porecatu no final dos anos de 1940 (FERRARI, 1963, p. 106)<sup>360</sup>. Ferrari também denunciou os grileiros que atuavam nas margens da estrada Belém-Pará e da estrada São Luís-Belém, expulsando os lavradores que trabalhavam nessas regiões. O deputado leu no Congresso uma carta por ele recebida e enviada pelos lavradores de inúmeros distritos dessas estradas do Maranhão e do Pará, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, denunciando a grilagem de suas terras. Nessa missiva é descrito que as terras eram invadidas por banqueiros e fazendeiros mineiros “(...) num franco desrespeito aos direitos dos lavradores que em número de dez mil (10 000) lá habitam e trabalham (...)” (FERRARI, 1963, p. 107). Interessante perceber como os argumentos de Caio Prado e Ferrari se complementam, o primeiro utiliza os dados para demonstrar a concentração de terras, enquanto o segundo mostra como isso atinge a vida dos pequenos proprietários, como no caso da grilagem exposta anteriormente. Ao finalizar a carta, os lavradores apontam:

... comunico também ao prezado amigo que os lavradores das citadas localidades realizaram, dia 18 de dezembro do corrente ano, na localidade de Garrafão, uma assembleia de trabalhadores do campo, com a presença de 853 lavradores, e decidiram enviar o citado abaixo-assinado a V. Exa. para que o caso seja denunciado no Congresso Nacional por vosso intermédio, e na qualidade de um ardoroso lutador pela Reforma Agrária Democrática em nosso País, e já muito ter lutado no Parlamento. (FERRARI, 1963, p. 108).

Dada a relação acima exposta entre Ferrari e os trabalhadores rurais, faz-se necessário pontuar que as pressões “vindas de baixo” contribuíram para a discussão política voltada para o campo, como defendo nesse texto, o debate em torno da reforma agrária foi impulsionado pelas lutas sociais. A leitura de uma carta no Congresso Nacional, escrita por lavradores, é um importante meio de reconhecer essa pressão, significa que o Congresso estava lidando com as necessidades do campo e a política nacional estava ocupando-se dessa pauta, mesmo que não significasse seu atendimento.

Conforme as concepções de Ferrari, Prado e Callado, a concentração de terras causava malefícios ao Brasil e grande pauperismo no mundo rural, por isso o combate ao latifúndio foi

---

<sup>360</sup> Sobre a Guerra de Porecatu ver: PRIORI, Ângelo. A guerra de Porecatu. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 14, núm. 2, 2010, pp. 367-379. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

discutido através da reforma agrária, ou melhor, das reformas agrárias propostas pelos pensadores aqui analisados. Dessa forma, pondera-se como esse Pensamento Agrário vai ser compartilhado tanto na esfera social quanto nas instituições políticas, como demonstra a fala de José Joffilly, do Partido Social Democrático da Paraíba (PSD/PB), membro da Comissão Especial de Reforma Agrária, “(...) reduzir a força do latifúndio, porque é o latifúndio o responsável por todos ou quase todos os males sociais e econômicos que existem no mundo rural.” (FERRARI, 1963, p. 133). Logo, a partir do Pensamento Agrário Brasileiro, principalmente os autores supracitados, tomarei como análise as diferentes formas de se pensar a distribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária foi um tema importante para Callado, em suas obras aqui analisadas a distribuição de terras é o ponto central reclamado pelo autor. Como apontam Queler e Zangelmi (2020, p. 15), o jornalista, alinhado ao *Correio da Manhã*, irá defender, em suas reportagens em 1959, um sentido específico de reforma agrária: a que deveria ocorrer nas bacias de irrigação, para impulsionar a produção de alimentos e a industrialização do Nordeste. Essa proposta difere do sentido mais amplo de redistribuição, como foi defendido, por exemplo, pelas Ligas Camponesas, contudo o autor não se opunha a esse movimento. Embora Queler e Zangelmi demonstrem o sentido de reforma agrária mais restritiva nas reportagens de Callado veiculadas no *Correio da Manhã*, como uma revolução branda no campo, o repórter traz outras perspectivas em suas reportagens pelo *Jornal do Brasil* publicadas na obra “Tempo de Arraes”. Mantendo, como em 1959, a ideia de uma reforma branda, ou “revolução sem violência”, o autor, mesmo não contradizendo suas matérias no *Correio da Manhã*, defenderá uma reforma agrária mais ampla, tendo como norte a experiência da Cooperativa de Tiriri. Logo, é possível compreender o modo como Callado trabalha com dois modos distintos e não opostos de reforma agrária, cada um foi pensado de acordo com o momento e o lugar específico, mas é nesse sentido também que o modelo de Tiriri, a meu ver, pode ser considerado como o principal caminho para a reforma agrária defendida pelo autor, como “(...) uma solução possível e simples” (CALLADO, 1964, p. 40) naquelas circunstâncias.

Antes de tratar de Tiriri, é importante demonstrar que Callado destacou a vitória do Engenho Galileia na luta pela posse das terras, porém ele expõe que essa conquista foi alcançada judicialmente, tendo destaque a figura de Francisco Julião, e ocorreu por meio de justa indenização aos proprietários. Nesse ponto, esse recurso seria insuficiente para o Brasil, devido à grande quantidade de terras a serem desapropriadas e a falta de dinheiro para todas as indenizações. O autor sugere a execução do artigo 147 referente à Constituição de 1946, que defende o uso da propriedade condicionada ao bem-estar

social, mas não deixa claro se é favorável a uma reforma agrária não indenizatória. Por conseguinte, mesmo acreditando que a reforma agrária feita no Engenho Galileia não poderia ser estendida a todo o Brasil, o autor ainda exalta tal movimento.

No exemplo Galileia, Callado coloca uma perspectiva que em muitos pontos convergem com uma percepção dialética dos movimentos sociais, a saber, a conjugação de conquistas e a atenuação de conflitos. Segundo o jornalista, “o que se fez no Galileia em fins do Governo Cid Sampaio foi um prudente investimento a favor da ordem vigente, uma tentativa de apagar o fogo da rebelião camponesa (...)” (CALLADO, 1964, p. 40). Significa que se entende as conquistas desses sujeitos históricos, ao mesmo tempo que, na perspectiva do governo, pretende-se aplacar os conflitos sociais para que não se espalhem.

Diante da luta dos galileus, referindo-se a um dos líderes da Liga, Zezé da Galileia, o autor ainda coloca que “perto daquele homem simples e bom, lutador de uma luta pura e obscura, a gente se sente vagamente vigarista.” (CALLADO, 1964, p. 40). No entanto, mesmo tendo a Liga e seu movimento por benquisto, Callado irá destacar o possível modelo de reforma agrária nacional que poderia ser feito com base na experiência pernambucana da Cooperativa agrícola de Tiriri, afastando de seu ideal a possibilidade de uma reforma agrária revolucionária. Como ele próprio colocou, Tiriri foi um modelo de revolução sem violência, em outros termos, uma reforma agrária capitalista<sup>361</sup>.

A Cooperativa de Tiriri, em Pernambuco, é exaltada por Callado, que embora tenha um sentido diverso da reforma agrária por ele defendida no *Correio da Manhã*, ainda mantém a ideia de não revolução, uma espécie de reformismo, ou segundo o autor, “revolução sem violência”. Em Tiriri, os camponeses se organizaram em cooperativas e, ao invés de trabalharem nas terras para os latifundiários, arrendaram as terras e começaram a plantar para si próprios. Esse modelo “(...) suprimiu o intermediário entre quem planta e colhe a cana e a usina que a industrializa” (CALLADO, 1964, p. 137), ou seja, na cooperativa, os trabalhadores plantadores vendem seu produto diretamente para a usina. Continua Callado, “com os lucros, os camponeses podem eventualmente comprar as terras” (CALLADO, 1964, p. 137), desse modo se estabelece um processo de reforma agrária numa perspectiva branda, mas que também encontraria resistência dos latifundiários. Podemos compreender que Callado propõe uma reforma agrária capitalista, que dispõe propósitos distributivos da terra e “para

---

<sup>361</sup> Nesse ponto é importante colocar que o autor defende uma reforma agrária branda, mas não descarta a violência como meio de atingi-la, por exemplo, quando ele fala da revolução piloto de Pernambuco e coloca que poderia a isso suceder uma guerra civil, ele mesmo afirma: “Mas que há de fazer? Mesmo isso é preferível à estagnação passada.”. Isto é, parece que defender uma reforma branda não exclui do horizonte do autor a possibilidade de violência.

a agitação social em Pernambuco a Cooperativa Agrícola de Tiriri representa uma solução.” (CALLADO, 1964, p. 137), em outras palavras, serviria para aplacar os conflitos sociais.

A reforma agrária defendida por Callado, tanto em “Os industriais da seca” quanto em “Tempos de Arraes”, foi semelhante à proposta de Ferrari, no que diz respeito ao seu sentido distributivo. Como já foi colocado, para ambos os autores a concentração de terras constituía um atraso nacional e era causadora de grande miséria no campo. Nesses termos, a redistribuição de terras seria uma condição necessária para a realização da reforma agrária. Atentos aos movimentos sociais do campo, os autores os reconhecem como legítimos, porém apresentam uma reforma agrária não revolucionária ou não violenta. É como atendimento às demandas do campo que Ferrari propõe o Estatuto do Trabalhador Rural em 1960, pretendendo implementar a distribuição de terras no Brasil. Uma das grandes preocupações de Ferrari foi apresentar a reforma agrária desvinculada de uma pauta comunista, ou seja, essa seria uma demanda de grande importância nacional que atingiria a todos indistintamente:

reforma agrária é problema do pão de todos. Por isso, interessa a todos. Ninguém, nenhum ser vivo fica fora do seu raio de alcance. Daí sua importância vital – só não compreendida pela reação de uns e pelo egoísmo de muitos. (FERRARI, 1963, p. 5).

A fim de conquistar apoio no Congresso, em um período que o Partido Comunista Brasileiro estava na ilegalidade, seria necessário fazer tal desvinculação. Não que o autor já não a fizesse, mas nessa situação seria preciso ganhar apoio principalmente dos grandes latifundiários e seus representantes no Congresso para demonstrar que a distribuição de terras não era revolução comunista. Pelo contrário, a reforma agrária para Fernando Ferrari tem um sentido de justiça e, ao mesmo tempo, manutenção da ordem capitalista. Ideal corroborado também pelo deputado Celso Brant do Partido Republicano do Paraná (PR/PR): “só pode haver capitalismo com a reforma agrária (...)” (FERRARI, 1963, p. 101). Nesses termos é que o autor irá defender que “tudo isso poderá ser feito sem agressão e sem revolução, de modo pacífico e racional, mas com decisão e inflexibilidade” (FERRARI, 1960, p. 24), colocando, assim, a distribuição de terras em sentidos muito específicos.

A necessidade de Ferrari em desvincular a reforma agrária de uma revolução é justificada, a meu ver, por duas razões: a primeira porque o autor, de fato, não estava vinculado ao Partido Comunista e não pretendia causar uma revolução comunista na ordem política nacional, afinal esse não era o único caminho para transformação nacional e justiça no campo. Outra razão é a intensa articulação comunista no campo nos anos 1950 no Brasil. Como apontam Grynszpan e Dezemone,

nos anos de 1940 e 1950, vários grupos de esquerda começaram a atuar no campo, tendo-o como um meio revolucionário em potencial e despertando apreensão nos meios conservadores (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 217). Desse modo, reforma agrária e comunismo foram questões relacionadas, sobretudo, para desqualificar as transformações, acentuando que a reforma agrária fez parte da política de vários países comunistas e, que nesse período de Guerra Fria, o Brasil estava alinhado aos Estados Unidos. Tais fatos fazem entender a necessidade de Ferrari afirmar numerosas vezes sua desvinculação à revolução e sua intenção de dar à reforma agrária “(...) um sentido eminentemente justo, cristão e democrático” (FERRARI, 1963, p. 14).

Até aqui acentuei as semelhanças entre Ferrari e Callado na perspectiva de uma reforma agrária não revolucionária, branda e integrada ao sistema capitalista. Como já apontado, o modelo de distribuição de terras defendido por Callado decorreu da formação de cooperativas e arrendamentos de terras, como o exemplo de Tiriri. Para Ferrari, a reforma agrária também estaria relacionada aos arrendamentos, porém não segue o mesmo padrão proposto por Callado. Segundo o deputado, a divisão fundiária deveria ser realizada em três etapas, na seguinte ordem: a criação de uma legislação trabalhista para o campo; a regulamentação dos arrendamentos rurais e, ao fim, a distribuição de terras.

No Projeto de Lei 1837/1960, de autoria de Fernando Ferrari, que previa a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, o programa de três etapas que levaria à reforma agrária foi proposto. A primeira etapa seria justamente a aplicação de uma legislação trabalhista no campo, como forma de melhorar a vida da população campestre até então sinônimo de pauperismo. Como era notório nas décadas 1950 e 1960, a população rural vivia em péssimas condições de vida, e muitos optavam pela migração para as áreas urbanas, sendo uma motivação para isso, como aponta Juarez Rubens Brandão Lopes, as garantias trabalhistas que a CLT condicionava aos operários (LOPES, 1980; LOPES, 2008). Assim, os apoiadores do Projeto de Lei esperavam que a aplicação da CLT ao campo, além de trazer melhores condições de vida ao meio rural, também ajudaria a controlar o fluxo migratório naquelas circunstâncias. Após essa medida, no segundo passo, a lei implementaria a regulamentação dos arrendamentos rurais, pois como denunciado por Ferrari, a usura no campo acontecia em condições extorsivas, de modo que “Em muitos casos o lavrador paga, só de aluguel, anualmente, o preço da terra ao proprietário.” (FERRARI, 1960, p. 23). Inclusive, cabe destacar que a regulamentação dos arrendamentos proposto por Ferrari iria contribuir para a efetivação da reforma agrária proposta por Callado pelo modelo de Tiriri. Assim, após a regulamentação dos arrendamentos rurais, a terceira etapa seria a reforma agrária enquanto distribuição de terras. Na perspectiva de Ferrari:

reforma agrária não é agressão à propriedade, nem distribuição simples de terras. Podemos instituir a terceira etapa de uma nova política agrária, sem necessidade de desapropriações de vulto. Pode-se retalhar e distribuir terras aos que queiram trabalhá-las, sem que seja difícil o levantamento de verbas excessivas e sem que seja necessário confiscar-se propriedade alheia, com lesão ao direito de seus donos. Basta, para tanto, usar as terras públicas, que poderiam, desde logo, racionalmente distribuídas e preparadas, abrigar 3 milhões de famílias de agricultores (...) (FERRARI, 1960, p. 25).

A reforma agrária, nesse modelo proposto por Ferrari, assemelha-se a uma perspectiva conservadora, mantendo a intocabilidade dos latifúndios já estabelecidos. Cabe pontuar que tal medida é similar às propostas de Vargas para criação de núcleos coloniais, como a Colônia Agrícola de Santa Cruz no Rio de Janeiro (SILVA, 2017). Ideia que tende a contrastar à radicalização e às propostas de revolução no campo, evidenciando também que a esquerda comunista não era o único viés de transformação da questão agrária no Brasil.

Várias ideias sobre a reforma agrária no Brasil também foram desenvolvidas por Caio Prado, ora se aproximando, ora se afastando das propostas defendidas por Callado e Ferrari. O autor evidenciou de modo claro o que significa, em sua perspectiva, a reforma agrária. Segundo ele, a necessidade de se fixar os objetivos desse movimento é para contrapor os entendimentos que visam confundir, ou até mesmo, desviar as atenções, colocando a reforma agrária como desenvolvimento da exploração agrária pela elevação de seu nível tecnológico. Então, Caio Prado destaca que:

o que se entende e deve entender por “reforma agrária” nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil. (PRADO JR., 1979, p. 88).

O autor, ao determinar o objetivo da reforma agrária, aponta, sobretudo aquilo que ela não é, ou não se constitui enquanto seus ideais, retira o foco sobre a lavoura e coloca sobre quem de fato trabalha na terra e compõe sua produção. É interessante perceber que para ele a reforma agrária tem um objetivo de transformação da vida do trabalhador, logo ela se efetivaria pela legislação trabalhista e distribuição de terras. Destacando, dessa forma, que o aumento da produção não será posto como objetivo da reforma agrária, pois como demonstra Caio Prado, esse aumento não significa, necessariamente, melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Por isso, não se poderia tratar a reforma agrária pela perspectiva do proprietário e sim do trabalhador, essa então é a questão primordial para entender o sentido da reforma agrária em Caio Prado.

Um dos caminhos para a reforma agrária, ou seja, para a elevação do nível de vida dos trabalhadores, segundo Caio Prado, seria a promoção da Legislação Trabalhista no campo: “(...) isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida (...)” (PRADO JR., 1979, p. 89). Tal fato está relacionado à proposta de Ferrari para homologação do Estatuto do Trabalhador Rural, que embora tenha sido apontado com críticas por Caio Prado, foi visto como um bom projeto a ser aperfeiçoado e implementado.

A partir dos ideais de reforma agrária, outro mecanismo defendido por Caio Prado para essa finalidade constituiria o acesso direto à propriedade da terra pelo camponês que nela trabalha. O autor aponta que se deveria “(...) proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra em proveito próprio.” (PRADO JR., 1979, p. 89-90), o que ofereceria a eles melhores condições de vida, sendo esse, então, o sentido da reforma agrária. Cabe ressaltar que, mesmo o autor estando vinculado ao pensamento marxista, ele não irá propor, como poderia ser imaginado por alguns, uma tomada de terras por meios revolucionários. Dessa forma, podemos comparar que Fernando Ferrari tentou demonstrar a reforma agrária não sendo uma pauta comunista, pelo contrário, era uma forma para que não houvesse uma revolução no Brasil. Por sua vez, Caio Prado defendeu que essa reforma não seria sinônimo de revolução, antes aconteceria “(...) dentro dos quadros do regime econômico e social vigente, que é o da propriedade privada, a da terra inclusive” (PRADO JR., 1979, p. 91). Apesar do autor não justificar que a reforma agrária deveria ser feita antes que a revolução a faça, o que foi a pauta de Ferrari, Caio Prado é claro ao colocar que “não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime” (PRADO JR., 1979, p. 91). Isto é, diferenciados os motivos em relação a uma suposta revolução, a reforma agrária será proposta em termos legais, em ambos os autores, com notáveis diferenças de operação.

Caio Prado, ao apresentar as possibilidades de reforma agrária no Brasil, parte das relações de trabalho que já existiam no campo para propor um dos modos de divisão de terras, a saber, o trabalho baseado no sistema de parceria. Nesse tipo de trabalho, e aqui o autor usa o termo meação e parceria como sinônimos, o dono da terra concede ao trabalhador rural uma gleba para que ele possa produzir, e as colheitas ou a criação de animais são proporcionalmente divididas. Segundo o autor:

a organização em parceria constitui assim um ponto de apoio para a realização ou encaminhamento do outro objetivo da reforma agrária que assinalamos, a saber, a desconcentração da propriedade rural e a substituição, nas relações de produção, do

empregado pelo trabalhador independente e proprietário. (PRADO JR., 1979, p. 103).

Para Caio Prado a utilização das terras na parceria já poderia ser o próprio fracionamento, a desapropriação e a entrega aos trabalhadores das terras que eles já de fato ocupam e nelas trabalham. O autor pondera que tal medida traria a contrapartida dos proprietários para não perderem suas terras e, diante de uma iminente desapropriação em que impera o sistema de parceria, os latifundiários poderiam romper os contratos, acabando com o precedente que daria início à reforma agrária. Para contornar esse problema, Caio Prado (1979, p. 104) sugere a regulamentação das leis de trabalho e uso de terras no Brasil, como por exemplo, outorgando estabilidade permanente aos parceiros. Do mesmo modo, ele se posiciona de maneira enfática:

o destino a ser dado à terra, e o tipo de utilização conveniente não pode mais ser deixado, como é o caso, ao puro arbítrio e às decisões inteiramente livres de proprietários guiados unicamente por estímulos comerciais imediatistas. (PRADO JR., 1979, p. 110).

Em outras palavras, de modo distinto dos outros autores, Caio Prado contesta a ideia da propriedade privada e coloca a necessidade de as terras corresponderem a certas necessidades que seriam nacionais, sociais, econômicas e não particulares e imediatistas<sup>362</sup>.

Nesse aspecto, podemos comparar as propostas de Caio Prado e Fernando Ferrari no que diz respeito à regulamentação do uso da terra, à parceria e aos arrendamentos no Brasil. Como foi brevemente mencionado, na perspectiva de Ferrari, após a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, deveria suceder a regulamentação dos arrendamentos de terras como uma segunda fase e, posteriormente, a reforma agrária enquanto divisão de terras. Dessa forma, Ferrari propõe uma sequência de ações a serem percorridas, enquanto Caio Prado, ao contrário, aponta propostas simultâneas. Segundo este autor, a reforma agrária não teria a divisão de terras como última finalidade, ela seria composta de igual importância pela instituição de uma legislação trabalhista no campo e de leis de arrendamento, parceria e uso da terra de modo geral, tendo como fim a promoção do bem-estar do trabalhador do campo por esses possíveis caminhos.

---

<sup>362</sup> Caio Prado ainda coloca a necessidade, como medida complementar, de aumentar os impostos sobre as propriedades rurais, a fim de que a especulação, compra e revenda de terras, que ficam improdutivas, tornem-se economicamente inviáveis, tendo como objetivo a desvalorização das terras, facilitando sua distribuição e compra pelos trabalhadores. O autor também argumenta sobre a necessidade de se estabelecer os limites do direito de propriedade, como por exemplo, o comércio realizado em uma propriedade rural, que constituía exclusividade dos donos das terras.

Portanto, no que tange as diferenças compreendidas até o momento, ambos os autores estão pensando em três pontos principais: a necessidade de regulamentação do trabalho no campo; a divisão de terras e a ordenação na utilização das terras brasileiras. Ferrari defendeu uma perspectiva mais conservadora, apontando a divisão da propriedade agrária a partir das terras devolutas do governo. Caio Prado sinalizou essa divisão a partir das terras dos latifundiários que já eram ocupadas, de fato, pelos parceiros que nelas produziam. Além disso, Ferrari propôs uma lei de arrendamentos para coibir os abusos dos preços de aluguéis, enquanto Caio Prado sugere não somente uma lei de arrendamento, mas uma lei condicionando o uso da terra em geral. Desloca-se a ideia de uma intocabilidade da propriedade privada, que é sugerida na proposta de Ferrari ao isentar as terras dos proprietários rurais de uma possível divisão para a reforma agrária, seja por acreditar nesse ideal, seja por considerar esse modo o único viável naquele momento do país.

Essa comparação nos proporciona precedentes para pensar a reforma agrária em termos políticos de direita e esquerda no Brasil. Tomando como base os dizeres de Marcelo Ridenti, “o termo ‘esquerda’ é usado para designar as forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social.” (RIDENTI, 2000, p. 17). Diante disso, percebemos que para Ferrari e Callado, a reforma agrária não seria em si uma crítica ao capitalismo, mas sua manutenção. A comparação entre os três autores coloca Caio Prado mais à esquerda que os outros, no entanto trago essa questão à tona justamente por perceber que a reforma agrária, por si só, não era determinante para se pensar o “espaço político”<sup>363</sup> e a perspectiva dos autores em termos direita-esquerda, numerosas variáveis seriam necessárias para essa análise e fugiriam ao objetivo deste texto.

Todavia, longe da premissa de enquadrar os autores e considerando apenas suas ideias em relação a determinado ponto e momento – a reforma agrária no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, seria interessante trabalhar com os termos conservador/progressista. É possível sugerir que os autores que estão defendendo uma reforma agrária distributiva ocupam uma posição mais progressista em relação ao conservadorismo que será contra a distribuição de terras. Ao mesmo tempo, dá para perceber como Caio Prado se posiciona de modo mais progressista em relação a Callado e Ferrari, mas

---

<sup>363</sup> Sobre o conceito “espaço político” ver: D'ALIMONTE, Roberto. Espaço político [verbetes]. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. trad. Carmen C. Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 392-394.

também sem propor uma desestruturação da ordem capitalista brasileira junto à proposta de reforma agrária.

Dessa forma, é importante ressaltar também que essas posições podem se alterar ao longo do tempo, como por exemplo, Callado em sua obra *Entre o deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*, de 1984, considera que “se um grupo não fincar pé disposto a tudo, inclusive a morrer de fome, erguendo o estandarte do ‘daqui não saio, daqui ninguém me tira’, a propriedade da terra no Brasil continuará se concentrando” (CALLADO, 2003, p. 24). Tal proposição aponta uma perspectiva diferente do autor em relação aos anos de 1960 em que ele se mostrava empolgado com a divisão de terras e a revolução sem violência. Portanto, perceber o “espaço político” que os autores estão assumindo em relação à reforma agrária é algo pontual, um aspecto importante, mas não único suficiente para entendê-los em suas respectivas complexidades políticas.

Dentre as políticas agrárias no Brasil no início dos anos 60, devemos ressaltar o governo de Miguel Arraes em Pernambuco, observado com ânimo tanto por Callado quanto por Ferrari e Caio Prado. Segundo Queler e Zangelmi, Antonio Callado celebrava as ações empreendidas pelo governador Arraes, no que se refere ao estabelecimento de um salário mínimo regional, à uma maior interferência do Estado nas relações trabalhistas, e conseqüentemente, ao aumento da renda dos trabalhadores rurais. Os autores afirmam que “com isso, exaltava, entre outras coisas, a expansão de relações capitalistas modernizadas, entrevistas em várias usinas de açúcar e na ampliação do mercado de trabalho” (QUELER; ZANGELMI, 2020, p. 24). Callado apontou a experiência de Tiriri em Pernambuco, já mencionada, e manifestou apreço pelo que ocorria no estado durante esse governo. Para o jornalista, aquele momento e os acontecimentos eram considerados o piloto de uma “revolução” que tenderia a acontecer no Brasil. Para ele, no governo Arraes, Pernambuco se encaminhava para uma “Revolução Democrática” tomada por “(...) uma consciência clara de que as coisas precisavam mudar (...)” (CALLADO, 1964, p. 31). Por isso, para o autor, o golpe de 1964 foi uma contrarrevolução dos senhores de engenho e latifundiários, freando a democratização promovida no governo Arraes. O governador Miguel Arraes também foi notado por Caio Prado Júnior nos seguintes termos:

Trata-se de preciosa amostra, infelizmente esquecida e não aproveitada, do que pode significar e do grande alcance socioeconômico que pode resultar do exercício efetivo dos direitos trabalhistas no sentido dos objetivos almejados pelas medidas da reforma agrária nas condições brasileiras. (CALLADO, 1964, p. 12).

Nesses termos, a experiência de Arraes em Pernambuco foi considerada uma amostra do grande feito a ser alcançado com a aplicação dos direitos trabalhistas no campo, que para o autor é a realização da reforma agrária em si. Em linhas gerais, percebe-se que a intervenção do Estado nas relações de trabalho no campo foi uma premissa importante do Pensamento Agrário Brasileiro, sendo um princípio partilhado tanto por Caio Prado quanto por Callado e Ferrari. Assim, a reforma agrária, concebida como a regulamentação do trabalho e a distribuição de terras, seriam ordenadas pelo Estado, colocando-se um importante papel do governo enquanto regulador das relações trabalhistas e fundiárias no Brasil.

Dezemone e Grynszpan apontam que o recurso dos latifundiários para boicotar a reforma agrária foi se apropriar do termo e esvaziá-lo de seu sentido distributivo, conforme já mencionado. Nesse aspecto, Caio Prado aponta, como uma sutil ideia dos opositores, o fato de que nada adiantaria dividir a terra antes de fornecer amparo aos trabalhadores, pois enquanto o amparo não viesse, num complexo programa de medidas, a divisão seguiria sem ser realizada. Em suas palavras, “(...) a divisão da terra e o amparo ao pequeno proprietário e produtor se acham conjugados. Fora daí, a alegação não passará de argumentação capciosa contra a reforma agrária” (PRADO JR., 1979, p. 80). Inclusive, tal argumentação foi utilizada recorrentemente no Congresso pelos opositores ao Estatuto do Trabalhador Rural, com a finalidade de atrasar as reformas no campo brasileiro. Em síntese, percebe-se como a reforma agrária tornou-se uma pauta de grande relevância no Pensamento Agrário Brasileiro dos anos 1950 e 1960, com propostas distintas, com diferentes modos de operação e tendo o Estado como importante agente para essa finalidade.

## **Conclusão**

O Pensamento Agrário Brasileiro pode ser analisado por diversos vieses e abordagens que privilegiam certas temáticas. Diante da pluralidade da questão, delimitar uma abordagem se torna uma necessidade metodológica. Neste texto, busquei analisar o Pensamento Agrário formulado por Antonio Callado, Caio Prado e Fernando Ferrari, nos anos 50 e 60, meados do século XX no Brasil. Este estudo enfatizou a discussão em torno da reforma agrária, nesse sentido, os autores apontam as principais razões para a difícil situação rural do país, dentre elas, a concentração de terras. Diante disso, propuseram caminhos para a transformação rural a partir da reforma agrária, que apesar das peculiaridades encontradas em cada proposta, convergem no sentido distributivo da terra.

Os autores que compõem o Pensamento Agrário Brasileiro analisado neste texto, levando em consideração suas diferentes perspectivas, compõem uma linha que se mostra favorável às transformações no meio rural, tendo a distribuição de terras como premissa. A reforma agrária, questão de complexa abordagem, defendida pelos autores, encontrará modos distintos de operação. Nesse caso, Callado e Ferrari, propõem a distribuição de terras numa perspectiva mais conservadora, que não atingiria de maneira substancial os latifúndios já estabelecidos. Ferrari ainda estabelece três etapas de operação, a fim de tornar a reforma agrária branda, utilizando terras do governo para não afetar os grandes proprietários, uma contrarrevolução democrática e cristã. Ao contrário, Caio Prado pautou a reforma agrária por meio das terras dos latifundiários que já eram utilizadas pelos meeiros na produção, ou seja, divisão das terras produtivas. Ainda que não se possa confundir com uma revolução, seria uma ação mais impactante comparada à perspectiva de Callado e Ferrari. Importante notar que o próprio conceito de reforma agrária foi concebido por Ferrari e Callado como distribuição de terras, enquanto Caio Prado o colocava como transformação da qualidade de vida dos trabalhadores e não apenas distribuição de terras, embora essa pauta fosse a mais relevante para o autor.

Em síntese, os meios de comunicação jornalísticos, literários, acadêmicos e políticos fizeram com que as propostas desses autores circulassem na sociedade, gerando apoio e oposição. Embora discutir o Pensamento Agrário Brasileiro desse período seja uma abordagem com numerosos caminhos, a partir dos autores aqui analisados, podemos afirmar que: a reforma agrária era um caminho possível e incontornável para o Pensamento Agrário Brasileiro de meados do século XX, e na distribuição de terras estava a redenção do campo e do camponês no Brasil.

### Referências bibliográficas

CALLADO, Antonio. *Entre o deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, 3ª edição.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor. 1964.

COMISSÃO Nacional de Política Agrária. *Aspectos Rurais Brasileiros. Resultados numéricos*. Rio de Janeiro, 1955.

D'ALIMONTE, Roberto. Espaço político [verbete]. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. trad. Carmen C. Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 392-394.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 135-136, 2016.

FERRARI, Fernando. **Escravos da terra**. Porto Alegre: Editora Globo. 1963.

FERRARI, Fernando. **Mensagem renovadora**. Porto Alegre: Editora Globo. 1960.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2002.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; volume 2). p. 209-236.

LEMOS, Renato. Fernando Ferrari. [verbete]. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferrari-fernando>>. Acesso em: jan. 2020.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro. 2008.

MAGALHÃES, Renan Vinicius. **O segundo governo Vargas e o trabalhador rural: propostas políticas por uma legislação trabalhista no campo (1950-1954)**. – 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História.

MARTINELLI, Marcos. **Antonio Callado, um sermonário à brasileira**. São Paulo: Annablume; FAI, 2006.

MARTINS, Lilian Juliana. **Antonio Callado jornalista: A narrativa da grande reportagem e o ideal do Brasil possível**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, 2018.

MEMORIAL da Justiça Eleitoral Gaúcha. Disponível em: <[https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/rybena\\_pdf?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/at\\_download/file](https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/rybena_pdf?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1958gerais-rs-resultados/at_download/file)>. Acesso em: jan. 2020.

MONTALVÃO, Sérgio. Caio Prado Júnior. [verbete]. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/caio-da-silva-prado-junior>>. Acesso em: jan. 2020.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUELER, Jefferson José; ZANGELMI, Arnaldo José. Por uma revolução branda no campo: significados do vocabulário político das reportagens de Antonio Callado sobre o Nordeste (1959-1960). **Revista de História**. USP. N° 179, 2020.

PRIORI, Ângelo. A guerra de Porecatu. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 14, núm. 2, 2010, pp. 367-379. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 17.

SILVA, Henrique Dias Sobral. **Nas tramas da colonização**: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro / 1930-1968). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. Seropédica, Rio de Janeiro, 2017.

## Análise panorâmica da gênese do movimento agroecológico no Brasil: ecologia decolonial *versus* colonialidade do poder (1960 – 2014)

Panoramic analysis of the genesis of the agroecological movement in Brazil: decolonial ecology versus coloniality of power (1960 – 2014)

**Emerson da Silva**

Doutor em História (UNISINOS)

Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

enevedasilva73@gmail.com

**Recebido:** 21/07/2023

**Aprovado:** 30/09/2024

**Resumo:** O presente texto analisa a relação do estabelecimento do movimento agroecológico no país com o processo de globalização da agricultura no Brasil. A abordagem empregada é da História Global e dos estudos da colonialidade do poder. As fontes utilizadas são os anais dos Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, Encontros Nacionais de Agroecologia e bibliográfica. Sendo examinadas a partir da metodologia de análise documental, centrando-se na perspectiva de investigação qualitativa e de comparação das fontes. O movimento agroecológico é compreendido enquanto um fenômeno social que se desenvolveu enquanto uma experiência histórica caracterizada como ecologia decolonial, na medida em que se confrontou com as estruturas de poder do capitalismo global e colonial presentes no contexto brasileiro. Analisa a ruptura entre movimento agroecológico e agricultura alternativa, destacando os aspectos sociohistóricos que contribuíram para o desenvolvimento da agroecologia.

**Palavras-Chave:** Globalização da agricultura; Ecologia decolonial; Agroecologia.

**Abstract:** This text analyzes how the establishment of the agroecological movement in the country relates to the process of globalization of agriculture in Brazil. The approach used is based on the understanding of Global History and studies of the coloniality of power. The reference sources used are the annals of the National Meetings of Alternative Agriculture and their respective bibliography. The investigation used a documentary analysis methodology by focusing on the perspective of qualitative research and comparison of reference sources. The agroecological movement can be comprehended as a social phenomenon which has developed as a historical experience characterized as decolonial ecology, as it confronts the power structures of global and colonial capitalism present in the Brazilian context. The analyses also sheds light to the rupture between the agroecological movement and alternative agriculture by means of highlighting the sociohistorical aspects that

contributed to the development of agroecology.

**Keywords:** Globalization of agriculture; Decolonial ecology; Agroecology.

## Introdução

A herança colonial ainda se faz presente em pleno século XXI na América Latina pela reprodução da colonialidade. Para Quijano, a colonialidade do poder significa o estabelecimento de um poder capitalista global, moderno/colonial e eurocentrado, a partir da criação da ideia de raça, sendo biologicamente subjetivada para naturalizar a condição de inferioridade dos colonizados perante os colonizadores. Dessa forma, constituiu-se um domínio do colonizador sobre os colonizados, que permanece na atualidade, mesmo após a descolonização (QUIJANO, 2005). Por isso os Estados Nacionais latino-americanos mantêm a permanência de relações de submissão política, econômica e cultural ao capitalismo global, efetivando a exploração do meio ambiente, da natureza, do território e do povo latino-americano.

Nessa perspectiva, Quijano destaca que a formação dos Estados Nacionais na América Latina possui relação estreita com a colonialidade do poder, uma vez que no processo independentista desses países foi comum que a elite branca local não se identificasse com a população indígena, negra, mestiça, de modo que não possuíam interesse nacional e se ligavam à sociedade europeia, ou seja, “[...] seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia européia. Eram, pois, dependentes.” (QUIJANO, 2005, p. 134).

Essa relação de colonialidade impactou diretamente as formas de exploração da natureza e as relações sociais, o que causou um significativo passivo ambiental. Em síntese, a colonialidade do poder representa a manutenção das hegemonias política e econômica do capitalismo global no sistema-mundo.<sup>364</sup> A colonialidade do poder, através das ações do Estado, do capital global e das elites econômicas locais, foi responsável pela configuração da globalização da agricultura, ocorrida a partir da década de 1950. Dessa forma, fortaleceu os laços de dependência econômica da região frente ao capital transnacional ligado à produção de alimentos.

---

<sup>364</sup> Sobre o conceito de sistema mundo, ver WALLERSTEIN, 2001.

Partindo dessa premissa, o presente texto analisa o processo de globalização da agricultura brasileira, que promoveu uma significativa modernização capitalista da produção agropecuária do país, e a conexão com o processo de gestação do movimento<sup>365</sup> agroecológico. A hipótese norteadora do estudo baseia-se na compreensão de que o movimento agroecológico se constitui enquanto uma ação decolonial, ou seja, é expressão da resistência da agricultura familiar camponesa, dos povos tradicionais, de intelectuais progressistas, de movimentos populares do campo no sentido da construção de práticas produtivas ecológicas ancoradas em um ideário societário antagônico ao modelo de sociedade capitalista, baseada na cultura de consumo e que submete o meio ambiente aos interesses da reprodução do capital global.

Cabe destacar que a ecologia decolonial aqui é compreendida enquanto um processo ativo de resistência e de produção de sentidos que se materializa a partir do território, do local, se contrapondo à expansão da episteme e da prática produtiva do capitalismo global na agricultura. Para Malcom Ferdinand (2022), o conceito de ecologia decolonial enfrenta a dupla fratura colonial e ambiental da modernidade. “Essa fratura se destaca pela distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro, os quais se manifestam nas ruas e nas universidades sem se comunicar.” (FERDINAND, 2022, p. 30).

Portanto, o “desencontro” entre as agendas de luta social ambiental com as questões étnico raciais, de desigualdade social, de violência sobre as populações tradicionais, de gênero e relacionadas ao desenvolvimento dependente da América latina do capitalismo global é uma contradição que pode ser suplantada pela ecologia decolonial. É importante destacar que são expressões do mesmo processo histórico, ou seja, tanto as práticas produtivas que contaminam a natureza pelo uso de agroquímicos, por exemplo, e o avanço do latifúndio sobre comunidades quilombolas, indígenas e camponeses pertencem à herança colonial, presente na atualidade pela colonialidade do poder.

Portanto, para superar essa permanência histórica, Ferdinand (2022, p. 34) destaca que a ecologia decolonial articula o enfrentamento das questões ecológicas contemporâneas com as lutas políticas e epistêmicas tendo como perspectiva a desconstrução das estruturas coloniais.

---

<sup>365</sup> A categoria movimento social é utilizada para analisar os movimentos agroecológicos e de agricultura alternativa. Conforme Alain Touraine, o movimento social expressa ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Por meio do conflito, um movimento social é “o esforço de um ator coletivo para se apossar dos ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder.” (TOURAINÉ, 1994, pp. 253-254).

Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa a gestação histórica do movimento agroecológico no Brasil a partir do conceito de ecologia decolonial. Partimos da hipótese que o movimento agroecológico se constituiu enquanto um sujeito social que incorporou no ideário, junto às questões ambientais, as demandas sociais, políticas e culturais estruturantes da sociedade brasileira, como, por exemplo, a reforma agrária, a autonomia das comunidades tradicionais e camponesas, a luta feminista e a defesa do desenvolvimento agrário alternativo ao modelo de agricultura globalizada, entre outras questões. As fontes utilizadas são os anais dos Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, Encontros Nacionais de Agroecologia e bibliográfica. Sendo examinadas a partir da metodologia de análise documental, centrando-se na perspectiva de investigação qualitativa e de comparação das fontes.

Além da abordagem decolonial, utilizamos a concepção de história global, uma vez que contribui com o entendimento do processo de conexão e interação do campo brasileiro com o fenômeno global de internacionalização produtiva da agricultura. Nessa perspectiva, a categoria conexão e interação colabora para a leitura histórica da reação popular ao processo de globalização da agricultura. Para Conrad (2019, p. 83), no lugar de centrar a análise historiográfica nas macro comparações, o estudo do global enfoca a análise nas conexões, visando contemplar a fluidez e volatilidade com que as interações ocorrem. De acordo com Conrad (2019, p. 131), a abordagem da história global coloca em evidência o exame das possibilidades de integração estrutural. Nessa perspectiva, é possível compreender que o território em conflito foi incorporado a um projeto nacional de desenvolvimento, o qual por sua vez está inserido no contexto de internacionalização do capital. De outra parte, possibilita analisarmos as especificidades presentes no processo de conexão da expansão da modernização capitalista para o território em relação a um processo histórico global de globalização da agricultura.

Na primeira parte do texto analisaremos o processo de globalização e modernização da agricultura no Brasil, contextualizando as condições sociais e econômicas para a gestação da agricultura alternativa. Em seguida, o presente texto explorará a transição da agricultura alternativa ao movimento agroecológico, processo que ocorreu a partir da década de 1970. Será apresentada a trajetória histórica que culminou na ruptura da agroecologia com a ideia de agricultura alternativa, incorporando elementos da cultura, demandas dos territórios e segmentos subalternizados na produção agroecológica, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária e a defesa das áreas indígenas. E, por

fim, problematizamos o processo de consolidação do ideário do movimento agroecológico a partir do exame dos Anais dos Encontros Nacionais de Agroecologia.

## **Globalização e modernização capitalista da agricultura**

Na base do processo de globalização da agricultura estava a modernização produtiva, baseada na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação, visando qualificar e aumentar a produção agropecuária. Para Elias (2002), esse conjunto de fatores determinou novas dinâmicas socioespaciais, de forma que a agropecuária passou a ser realizada de forma globalizada. A natureza, em especial a produção agropecuária, é subordinada à tecnologia e ao capital na medida em que o fazer da agricultura passa a depender de insumos gerados pela indústria, transformando a produção de alimentos.

Para Porto-Gonçalves (2017), a partir da década de 1960, inaugura-se a etapa da globalização caracterizada como globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional. Segundo o autor, o padrão de consumo dos países dominantes demanda o aumento crescente das importações de recursos naturais da “periferia” para esses países, ao passo que as exportações de matérias-primas para os países industrializados passou a ter importância estratégica para as economias do sul global, como fica evidente nos casos do Brasil e Argentina: “Mesmo países como o Brasil e Argentina que, no contexto da América Latina, têm um peso significativo do seu mercado interno, cada vez mais dependem da soja e da exportação de grãos em geral para obter o superávit primário.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 45).

De fato, em meados do século XX, abre-se um novo período de “ajuste” da sociedade latino-americana às novas características da economia mundial. A partir da década de 1960, o capitalismo mundial iniciou o processo de internacionalização da produção, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores). Essa expansão de capital industrial e financeiro, que modernizou a produção agropecuária, estabeleceu a inserção do território latino-americano na globalização da agricultura.

Por sua vez, a promoção da modernização tecnológica da produção agropecuária foi acompanhada da integração da América Latina aos mercados globais. Nessa perspectiva, Ploeg (2008) considera que o avanço da industrialização da agricultura implica na desconexão da produção e do consumo de alimentos com o espaço. Ele considera que a agricultura capitalista está intimamente ligada

ao fenômeno que denomina de impérios alimentares, pois é extremamente centralizado e “constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial.” (PLOEG, 2008, pp. 19-21).

As contradições geradas com a globalização da agricultura latino-americana colocaram no horizonte das comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas e trabalhadores rurais a defesa de direitos e da gestão autônoma dos seus territórios. Longe da postura passiva, há uma rica história de resistência e construção coletiva de identidades, bem como o processo de dialética do conflito que marcou a construção de experiências de organização social e econômica inspiradas em relações comunitárias.

Nesse contexto ficou explícita a permanência das colonialidades, conforme a análise de Quijano (2005), sendo a do poder reveladora das relações de subalternização dos camponeses frente às elites e ao capital agrário.

Ao final da Segunda Guerra Mundial abriu-se um novo período de desenvolvimento do capitalismo. A hegemonia econômica e política passou a ser exercida pelos Estados Unidos, que assumiram o papel de conduzir o capitalismo diante da “ameaça do socialismo soviético”. Através da implementação do plano de reconstrução da economia europeia, denominado “Plano Marshall” (1947-1951), contribuiu efetivamente para a transnacionalização do capitalismo.

Nesse contexto emergiram as condições para a globalização da agricultura que se valeram do progresso tecnológico ocorrido com a guerra. Esse processo visou aumentar a produtividade na agricultura e contemplou a necessidade de abastecimento alimentar mundial. Assim, surge um novo modelo tecnológico denominado de “Revolução Verde”, composto por novas práticas e métodos agrícolas que se baseavam no uso de insumos industriais, em especial fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas (tratores, colheitadeiras) na produção.

Na base das mudanças do modelo de produção estavam as inovações tecnológicas. Com a incorporação de conhecimentos de química, mecânica e biotecnologia foi possível superar a dependência dos fatores naturais na produção, ou seja, as inovações tecnológicas possibilitaram a redução do tempo de produção, que até então era superior ao tempo de trabalho necessário à realização do ciclo biológico das plantas e animais (ELIAS, 2003, p. 34). A articulação entre ciência e tecnologia na gênese do modelo global de produção agropecuária e de agroindustrialização de alimentos é expressão do período histórico que Santos (1994) caracteriza como período técnico-científico-

informacional, marcado pela modernização tecnológica. Nesse período, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, as inovações tecnológicas substanciam uma ordem econômica mundial que conta com a participação direta ou indireta de todos os países. Nessa perspectiva, Santos afirma que:

o próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço. (SANTOS, 1993, p. 11).

De outra parte, com o período técnico-científico-informacional, houve reconfiguração das relações econômicas dos países e seus blocos, determinando a configuração de uma nova Divisão Internacional do Trabalho e reorganização dos territórios dos países (ELIAS, 2003, p. 41). É importante destacar que a integração econômica do sul global ocorre de forma desigual e seletiva, em especial dos países periféricos, uma vez que há uma hegemonia do conhecimento tecnológico e econômico do norte global.

O Brasil se inseriu nesse contexto quando alterou o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações para o capitalismo dependente das corporações financeiras e transacionais. Para Fernandes (2006, p. 299), na década de 1950 ocorre o fenômeno da segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista enquanto realidade histórica. Ele destaca que esse processo ocorreu em virtude de dois fatores: a) interesse das economias centrais e da comunidade internacional em deslocar recursos para o Brasil, articulando o crescimento econômico para a acumulação baseada nas corporações transnacionais; b) decisão das classes dominantes nacionais em efetivar o processo de modernização dependente do capitalismo brasileiro.

O golpe civil militar realizado em 1964 e os sucessivos governos autoritários promoveram as condições para a internacionalização da economia do país. A vontade empresarial, ou seja, a vontade da classe dominante nacional encontrou ressonância nas políticas públicas, sobretudo no modelo de desenvolvimento implementado pelos militares (FERNANDES, 2006, p. 301). Em síntese, o Estado usou recursos externos para financiar obras de infraestrutura que visavam atrair o investimento de empresas transnacionais, o que projetaria o Brasil no cenário internacional. Na prática, estreitou os laços de dependência do país com o capital financeiro e as corporações estrangeiras.

A partir da década de 1960, a internacionalização do capital potencializou a agricultura baseada nos princípios produtivos da Revolução Verde. Houtzager (2004, p. 50) considera que a preocupação central do governo de Castelo Branco era a modernização da agricultura brasileira visando ao

crescimento econômico. Pode-se afirmar que em virtude dessa importância estratégica o campo foi palco de ações de repressão às organizações populares, antecipando a violência de Estado que seria a marca do Ato Institucional publicado em 1968. No entanto, em virtude do poder das oligarquias regionais, ocorreu um impasse que impediu o andamento do processo de modernização da agricultura.

O projeto do governo para a zona rural mal saiu do papel. Ele foi vítima de um impasse, em parte pelas oligarquias regionais, que revelava a grande dificuldade de qualquer esforço do Estado de intervir de forma mais decisiva na zona rural, em um regime autoritário “aberto” no qual se permitia que o Congresso funcionasse. (HOUTZAGER, 2004, p. 50).

Em 1968, com o governo de Artur e Costa Silva, o regime militar assumiu caráter de maior autoritarismo do Estado, fortalecendo e ampliando o controle da sociedade civil. Dessa forma, o impasse do Estado com setores das classes dominantes regionais, que dificultavam o processo de modernização do campo, foi superado. Com essa intencionalidade, o governo militar apresentou um “novo grupo de tecnocratas que consideravam a modernização da agricultura crucial para estimular o crescimento econômico e restabelecê-lo.” (HOUTZAGER, 2004, p. 53).

Os militares protagonizaram a modernização capitalista da agricultura, adequando-a ao cenário global. Essa construção social produzida pelo Estado exigia a transformação do latifundiário em empresário rural, justificando, dessa forma, a grande propriedade agrícola, agora sob a égide simbólica do moderno: a razão capitalista. A identidade de empresário rural foi estabelecida com a colaboração da *Sociedade Rural Brasileira* e da *Sociedade Nacional de Agricultura*. O discurso dessas entidades partia da “retórica da penalização da agricultura”, a qual consistia em afirmar que a agricultura vinha sendo prejudicada com os benefícios estatais fornecidos aos empresários industriais. Sendo assim, a ação do Estado na perspectiva da modernização agrícola e a atualização dos latifundiários convergia no mesmo ponto: alterar o modelo agrícola sem ruptura estrutural, ou seja, manter o velho modelo fundiário baseado na grande propriedade com uma roupagem nova e considerada moderna.

As políticas públicas desencadeadas pelos Governos Militares asseguraram, através de crédito e da ação dos órgãos de Estado, como, por exemplo, *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM), *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE) e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA), a intensificação do processo de modernização, o qual alterou o padrão produtivo agrícola do país, sem alterar a estrutura agrária, agudizando a concentração agrária. Ao longo do Regime Militar, o crédito rural subsidiado financiou a modernização da agricultura, conotando uma inédita transferência de capital do Estado para a agricultura, através do Sistema de Crédito Rural, criado

em 1965. Entre 1965 e 1970, o crédito agrícola triplicou (HOUTZAGER, 2004, p. 67). Enquanto que na década de 1970, o crédito foi elevado em cinco vezes. A agricultura associada à indústria de insumos químicos, de máquinas e de alimentos toma um relevante impulso no período do Regime Militar.

Cabe destacar que esse processo de modernização agrícola efetivado nas décadas de 1960 e 1970 requereu como pré-condição ao seu desenvolvimento a eliminação dos projetos de reforma agrária e o estabelecimento do controle do Estado sobre a organização social, mantendo a estrutura fundiária, assim, inalterada (MENDONÇA, 2006, p. 51).

O Golpe Militar promoveu reformas políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo agrário e globalizado no país. Para isso, a reformulação da agricultura era estratégica, ou seja, possibilitava a atração de capitais externos a serem investidos no Brasil. A soja cumpriu um importante papel de atração desses capitais na medida em que se tornou uma das principais culturas produzidas em escala empresarial e industrial, associada com capitais externos. Além disso, conforme Oliveira, “(...) o Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país.” (OLIVEIRA, 1991, p. 32).

O impacto da política agrícola dos militares não poderia ser diferente. A modernização introduzida provocou a degradação da agricultura camponesa, uma vez que as políticas públicas beneficiavam a agricultura do tipo empresarial, que possuía acesso a novas tecnologias, além da já citada hegemonia da indústria no processo produtivo agropecuário.

De fato, a agricultura moderna era sinônimo de subordinação do setor agropecuário à indústria e ao setor financeiro. A expansão do capital valeu-se do modelo tecnológico homogeneizante da produção alicerçado na grande propriedade, no cultivo de monoculturas e na dependência do mercado externo. Essa modernização impactou a agricultura familiar camponesa empurrando uma grande massa de famílias da zona rural para as cidades, ao passo que potencializou problemas ambientais em virtude do uso intensivo de agroquímicos na agricultura. Altieri (2012, p. 34) alerta que “a presença de agrotóxicos em águas subterrâneas, superficiais e para consumo se tornou uma externalidade cada vez mais grave da agricultura moderna”. Essa realidade deriva da opção de desenvolvimento com base nos interesses das corporações econômicas produtoras de *commodities* e alimentos.

[...] a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a

degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. (ALTIERI, 2012, p. 34).

Esse contexto produziu uma série de experiências sociais de resistência ao Regime Militar e a suas políticas, em especial ao processo de modernização capitalista da agricultura. Apesar do regime ditatorial, que regulava a participação política da sociedade através da doutrina de segurança nacional, segmentos populares, em especial a partir da segunda metade da década de 1970, avançavam na constituição de ações que se opunham à modernização da agricultura e suas consequências.

### **O estabelecimento da agricultura alternativa enquanto antecedente histórico do movimento agroecológico**

Na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, intensificou-se o movimento de agricultores familiares camponeses contrapondo-se às práticas agrícolas inseridas com o processo de modernização capitalista da agricultura, em especial o uso de químicos e de sementes híbridas no processo produtivo. O pano de fundo dessa reação social foi o surgimento de uma racionalidade e postura da sociedade civil na perspectiva do direito à participação na década de 1980, sendo o movimento ecológico um dos segmentos que se mobilizaram (GOHN, 2001). Dessa forma, surgiu, na década de 1980, um conjunto de práticas agrícolas, no Brasil, denominada de agricultura alternativa.

A agricultura alternativa se desenvolveu a partir da experiência social de enfrentamento aos impactos sociais e econômicos da globalização da agricultura, sobretudo na década de 1980 no Brasil. No entanto, os seus fundamentos teórico-metodológicos se situavam no início do século XX, com o desenvolvimento de práticas produtivas simultâneas, questionadoras da adubação química, que valorizavam o uso de matéria orgânica e de práticas culturais favoráveis aos processos biológicos. Para Ehlers (1999, p. 47), esses movimentos rebeldes podem ser agrupados em quatro grandes vertentes: as agriculturas biodinâmica, orgânica, biológica e natural.

O estabelecimento da agricultura alternativa corresponde ao aumento da preocupação, no cenário internacional, com a questão ambiental no mundo, em especial a partir da década de 1970. Dessa forma, em 1972 foi fundada, em Versalhes, França, a *International Federation on Organic Agriculture* (IFOAM) (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), cuja adesão inicial era cerca de quatrocentas entidades ambientalistas. Os principais objetivos eram socializar as informações

entre os associados, constituir o consenso internacional de normas técnicas e certificar os produtos orgânicos.

No Brasil, um dos principais marcos da agricultura alternativa, em 1968, foi a publicação da obra *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, “inaugurando” a análise do impacto do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos, apontando os efeitos mutagênicos e teratogênicos dos inseticidas em animais. Já em 1972 foi publicado o *Relatório do Clube de Roma*, que alerta para a ameaça da degradação das matérias-primas e da energia caso o padrão de consumo dos países desenvolvidos fosse universalizado, conforme Costa, Souza, Júnior, Comin e Lovato (2015). Em 1974 foi publicado pela EDUSP o livro de Ehrlich e Ehrlich (1974) cuja discussão dialoga com as teses do *Clube de Roma*.

Na dimensão acadêmica, a crítica aos impactos ambientais causados pela modernização capitalista da agricultura estabeleceu-se através de pesquisadores que atuavam em lugares distintos no país, entre os quais destacam-se: Adilson Paschoal, da *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz* (ESALQ); Ana Maria Primavesi, da *Universidade Federal de Santa Maria*; Luiz Carlos Pinheiro Machado, da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, e o engenheiro agrônomo José Lutzenberger. Em 1976, Lutzenberger lançou o *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?*, onde avalia os problemas ecológicos derivados do industrialismo, em especial a agricultura convencional. O manifesto impactou fortemente pesquisadores, profissionais, produtores e a opinião pública brasileira, desempenhando o papel análogo ao da publicação do *Primavera silenciosa* nos Estados Unidos, que problematiza a agricultura moderna e chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de outro modelo produtivo baseado no respeito ao meio ambiente (EHLERS, 1999).

Para além do espaço acadêmico, o movimento de agricultura alternativa se substanciou a partir do desenvolvimento de experiências desenvolvidas através das ações promovidas por organizações não governamentais (ONGs), as quais eram constituídas por sujeitos sociais envolvidos nos movimentos contestatórios ao Regime Militar na década de 1970. Nesse sentido destaca-se o processo desenvolvido com o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), organizado pela *Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação* (FASE), que visava pesquisar tecnologias alternativas de produção e difundir-las com os produtores. Essa iniciativa frutificou (EHLERS, 1999).

Em 1988, em virtude do crescimento do Projeto PTA, que se tornou maior que a própria FASE, trazendo dificuldades de administração da entidade, no Encontro Nacional do Projeto Tecnologias do PTA decidiu-se reestruturar a organização. Assim nasceu a *Rede PTA*, que estabeleceu

uma rede de organizações autônomas, sendo também criada a *Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa* (AS-PTA), que objetivava assessorar as entidades integrantes da rede. A AS-PTA foi integrada por pessoas que atuavam nas coordenações nacional e regional do PTA da FASE (PADULA *et al*, 2013, p. 47). O objetivo central da rede foi promover o intercâmbio e a articulação das ONGs na perspectiva do desenvolvimento rural alternativo no país (EHLERS, 1999, p. 83).

Portanto, as equipes locais do Projeto PTA deram origem a entidades autônomas, articulando outras que já existiam, sendo composta por 27 entidades, presentes em 10 estados pertencentes às regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Padula destaca que:

CTA Montes Claros, que deu origem ao Centro de Tecnologias Alternativas (CAA) Norte de Minas; o CTA Ouricuri, que originou o Caatinga; a Rede PTA Bahia, que originou o Serviço de Assessoria a Organizações Populares (Sasop); a Rede PTA-ES, que originou a Assessoria em Projetos de Tecnologias Alternativas (APTA) etc. Também integravam a Rede entidades que já nasceram autônomas (nunca foram vinculadas formalmente à Fase), como o CTA da Zona da Mata, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) e o Centro Vianei, dentre outras. (PADULA *et al*, 2013, p. 47).

O movimento da agricultura alternativa avançou quando ampliou o debate para além do público especializado das ciências agrárias e da academia. Para isso, foi fundamental o papel histórico dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), cuja principal contribuição foi problematizar e difundir as práticas agrícolas opostas ao modelo globalizado, congregando agricultores, ambientalistas, agrônomos, estudantes e membros de movimentos sociais.

Em 1981, foi realizado o I EBAA, em Curitiba, organizado pela *Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil* (FAEAB), pela *Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná* e pelo *Grupo de Agricultura Alternativa* da AEASP. O evento arregimentou a presença de pesquisadores, extensionistas, produtores e estudantes, sendo um marco na gênese da agricultura alternativa. Nesse período havia poucas experiências conhecidas de agricultura alternativa no país. Diante dessa realidade foram analisados os casos da Estância Demétria, que desenvolvia desde 1972 a prática da agricultura biodinâmica, e de Yoshio Tsuzuki, um imigrante japonês radicado em Cotia, São Paulo, que desde de 1973 desenvolvia produção orgânica (LUZZI, 2007). Chama a atenção o debate conceitual realizado. A concepção de agricultura alternativa ficou restrita ao conjunto de técnicas agrícolas alternativas e ao enfrentamento ao uso de agrotóxicos. É importante salientar que o debate produzido, bem como a

sistematização no âmbito do I EBAA, não estabeleceu problematização aprofundada sobre os impactos sociais da modernização da estrutura agrária do Brasil (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Em 1984, em Petrópolis/RJ, foi realizado o II EBAA, que contou com um público diverso e teve a participação de praticamente todas as secretarias estaduais de agricultura do país, estudantes de agronomia, técnicos, professores, ambientalistas e agricultores. Como resultado do encontro foi elaborada a *Carta de Petrópolis*, que destacou o apoio dos governos estaduais às práticas alternativas. Nesse documento, os secretários estaduais de agricultura firmaram o compromisso de criar e implantar legislações no âmbito dos estados para regulamentar o uso de agrotóxicos. De acordo com Padula *et al* (2013, p. 43) os participantes debateram a relação de dependência da agricultura do país em relação às multinacionais considerando a adoção do modelo produtivo baseado no uso intensivo de agrotóxicos, como também pelo risco do controle da produção de sementes por essas corporações.

Em Cuiabá, em 1987, organizado pela FAEAB, AEASP, FEAB e pelo Projeto Técnicas Agrícolas da FASE, foi promovido o III EBAA, contando com cerca de quatro mil participantes, demonstrando o aumento do interesse e envolvimento com a agricultura alternativa no Brasil (EHLERS, 1999). A significativa presença popular foi um dos diferenciais desse evento, já que dele participaram 300 agricultores ligados ao PTA da Fase e à *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural* (EMATER) do Estado do Mato Grosso, lideranças do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), da *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) e da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG) (PADULA *et al*, 2013, p. 43). Esse fato inovador, a participação de lideranças de movimentos sociais e de agricultores, foi decisivo para os desdobramentos do movimento da agricultura alternativa, uma vez que os segmentos sociais inseriram no debate uma perspectiva de mundo marcado pelas contradições históricas existentes no campo brasileiro no século XX, como, por exemplo, os debates referentes à reforma agrária, à justiça social etc., além do horizonte cultural representativo da agricultura familiar camponesa.

Nesse cenário de diversidade político-cultural, as discussões no III EBAA evidenciaram o conflito entre duas formas de compreender a agricultura alternativa. Um grupo defendia que as mudanças sociais no campo deveriam preceder as alterações técnicas. O outro segmento compreendia que as alterações técnicas poderiam ocorrer de forma simultânea às sociais (EHLERS, 1999).

No entanto, as divergências não se limitaram apenas à visão estratégica do movimento da agricultura alternativa, mas também em torno da metodologia de condução das discussões. Algumas

lideranças criticaram o formato do encontro, pois não possibilitava a inclusão dos agricultores nos debates, não havendo espaço para socialização de saberes e experiências. Com esse espírito, Padre Justino Obers, em meio a programação oficial no auditório, organizou reunião de agricultores em uma sala, visando trocar experiências entre os participantes (PADULA *et al*, 2013, p. 44). Esse conflito evidencia a orientação teórico-metodológica de mediadores que defendiam o uso de metodologias participativas, visando contemplar o processo de organização social não verticalizado, ancorado na lógica da transferência de conhecimento, mas a partir da perspectiva coletiva, construtivista, identificada com as práticas desenvolvidas até então nos movimentos populares, em especial, com influência de setores da Igreja Católica e do referencial teórico da Educação Popular.<sup>366</sup>

Já em Porto Alegre, em 1989, ocorreu o IV EBAA, que contou com cerca de cinco mil pessoas. As divergências existentes no encontro anterior persistiram. O conflito gerado pela discordância metodológica quanto à condução dos trabalhos relacionados à agricultura alternativa foi protagonizado pela FAEAB e pela Rede PTA. O motivo central da divergência era a forma de trabalho com os agricultores. A Rede PTA defendia espaço para socialização das experiências e diálogo com os agricultores, colocando-os no centro do processo de fazer a agricultura alternativa (LUZZI, 2007; EHLERS, 1999). Consideravam os camponeses sujeitos do processo de emancipação social e produtiva, negando, portanto, a perspectiva focada na transmissão e na transferência tecnológica por parte dos mediadores.

Esse foi o último encontro realizado e marcou a crise vivenciada pelo movimento de agricultura alternativa no período. Além das divergências ideológicas e metodológicas, o cenário político do país também contribuiu para as dificuldades de avanço da agricultura alternativa. Em 1989, Fernando Collor de Mello é eleito presidente, derrotando o setor popular liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, *Partido dos Trabalhadores* (PT), abrindo as condições para introdução do ideário neoliberal no país, bem como fortaleceu, no campo, a elite agrária e o capital globalizado. Outro elemento que contribuiu para a crise do movimento da agricultura alternativa foi a ação política das empresas multinacionais, ligadas ao setor agropecuário, que retomaram as associações estaduais de engenheiros agrônomos, o que construiu as condições para que, no Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Salvador/BA, em 1991, a direção da FAEAB fosse retomada pelas forças conservadoras (LUZZI, 2007, p. 48).

---

<sup>366</sup> Sobre o tema da organização popular no campo no período da década de 1970 e 1980, ver SILVA, 2020.

## A consolidação da identidade do movimento agroecológico

Em meio ao contexto de crise, marcado pelo limite do processo de avanço da agricultura alternativa em virtude das divergências ideológicas e metodológicas no interior do movimento, bem como pelo fortalecimento dos setores conservadores ligados à lógica da agricultura globalizada nas instâncias organizativas da agronomia, e também devido ao cenário político do país, de ascensão do neoliberalismo, setores envolvidos com a agricultura alternativa deram um passo fundamental para a constituição do ideário e do movimento agroecológico no Brasil.

A partir da organização da Rede PTA, sobretudo com o papel desempenhado pela AS-PTA, abriu-se diálogo com instituições que desenvolviam experiências no Peru e Chile, inserindo o termo Agroecologia no debate nacional (WEID, 2001). Esse diálogo se transformou em articulação latino-americana. Em 1989, no Chile, a Rede PTA/AS-PTA participou da criação do *Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável* (CLADES), que contou com ONGs do Paraguai, Colômbia, Argentina, Equador, Chile, Peru, Bolívia e Brasil; tendo como objetivo possibilitar o desenvolvimento institucional das ONGs e de seus membros por meio da pesquisa, da capacitação e da informação acerca da difusão da agroecologia (COSTA *et al*, 2015, p. 71).

Junto a essa interação de organizações brasileiras com experiências agroecológicas na América Latina, a publicação, em 1989, realizada pela AS-PTA, do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* (ALTIERI, 1989), que foi publicado originalmente em 1987, no Chile, contribuiu para as discussões sobre a agroecologia no país. Percebe-se o fortalecimento da ideia de pensar a partir da realidade latino-americana, conjugando questões relativas ao impacto da globalização da agricultura no meio ambiente com problemas sociais históricos típicos da manutenção da colonialidade do poder. Conforme veremos a seguir, o movimento agroecológico brasileiro amplia o horizonte da sua agenda para além das práticas produtivas ecológicas, se aproximando da perspectiva da ecologia decolonial, galvanizando a identidade no processo de oposição ao modelo de sociedade norteada pelo capitalismo global.

A incorporação da ideia de agroecologia com a concepção de enfoque sistêmico e a adoção do conceito de agroecossistemas impactaram substancialmente as discussões da agricultura alternativa, sendo o enfoque agroecológico incorporado como base do movimento (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Aqui há uma alteração qualitativa e de identidade, que caracteriza a ruptura entre as experiências de agricultura alternativa iniciadas na década de 1970 com o emergente movimento agroecológico. Apesar de ter aproximações técnicas com as discussões realizadas no âmbito da agricultura alternativa, a agroecologia expressa uma proposta ampla de organização societária, que considera demandas históricas das populações no campo, como, por exemplo, acesso à terra, preservação do meio ambiente e defesa dos direitos dos povos originários. Ela se contrapõe ao modelo de agricultura globalizada, propondo desenvolvimento socioeconômico baseado na transição agroecológica.

A construção da identidade do movimento agroecológico se constitui a partir do processo de fortalecimento da articulação da Rede PTA/AS-PTA, com o intuito de pensar estratégias e ações no sentido de mudanças substanciais na agricultura e no desenvolvimento da agroecologia no Brasil, ao longo da década de 1990.

Com esse espírito, em 2002, no Rio de Janeiro/RJ, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). O evento teve o objetivo de socializar experiências, fortalecendo as condições para elaboração de propostas de políticas públicas. Esse evento é paradigmático, pois o movimento “apresentou-se” aglutinado em torno do conceito de agroecologia, “rompendo” com a ideia de agricultura alternativa, conforme percebe-se nos anais do evento (AS-PTA, 2003, p. 9),

A idéia de realização do Encontro Nacional de Agroecologia nasceu da identificação da confluência de diferentes iniciativas voltadas para favorecer mecanismos de articulação entre processos sociais locais e regionais dedicados à promoção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo no Brasil, fundado no fortalecimento e consolidação da produção familiar e nos princípios da agroecologia.

Ao final do encontro, foi aprovada a criação da *Articulação Nacional da Agroecologia* (ANA), “sepultando” de vez as discussões em torno da ideia de agricultura alternativa. De outra parte, a ANA passou a ser um dos principais espaços de articulação do movimento agroecológico no país, uma vez que congrega movimentos, redes e organizações da sociedade civil (ANA, 2021).

É importante destacar que, nos documentos que serviram de base para as discussões no I ENA, estava presente a compreensão da interrelação entre a expansão da globalização da agricultura através da modernização tecnológica da agricultura e a concentração fundiária, sendo a agroecologia uma proposta “sustentável de desenvolvimento que poupe os recursos naturais, não polua o meio ambiente e, ao mesmo tempo, responda às necessidades de produção e geração de renda para o agricultor.” (AS-PTA, 2003, p. 21).

A expansão do capital agrário sobre o campo brasileiro pode ser explicada pelo conceito de colonialidade do poder. O sistema-mundo globaliza o modelo de agricultura baseada no uso intensivo do pacote tecnológico inaugurado com a Revolução Verde, dependente de insumos da indústria e do capital financeiro. O impacto da tempestade da moderna produção agrária no solo brasileiro é o agravamento das contradições sociais, conforme discutimos na parte inicial do texto. Sendo assim, o movimento agroecológico compreende que as mudanças exigidas pela realidade produzida pela modernização da agricultura vão para além de práticas produtivas que visem o fazer ecológico somente. É crucial estabelecer um outro projeto de nação.

Esse entendimento ganhou força no II Encontro Nacional de Agroecologia, agora promovido pela ANA, em 2006, no Recife/PE, ao destacar, na *Carta Política* aprovada ao final do evento, que “o avanço do movimento agroecológico brasileiro na construção de convergências em torno de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país”, deve considerar o fortalecimento da alternativa agroecológica e o enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio apoiado no latifúndio e nos monopólios agroindustriais e financeiros (ANA, 2006, p. 1).

O documento evidencia que o movimento agroecológico se contrapunha a problemas históricos e estruturais, ou seja, o moderno modelo baseado nos monopólios agroindustriais e o capital financeiro estavam inseridos em uma ordem social e econômica permeada pela colonialidade. O latifúndio, ao submeter o meio ambiente e a sociedade à exploração econômica vinculada ao mercado agroexportador, é a expressão da presença da colonialidade do poder. Nesse sentido, a organização globalizada da produção de alimentos submeteu o agrário brasileiro, desenhando o que chamamos de agronegócio. De acordo com o movimento agroecológico, há uma relação entre o agronegócio e a história protagonizada pela elite agrária brasileira:

O agronegócio é a expressão atual do modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há cinco séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro. Esse modelo se expressa nos desertos verdes das monoculturas de eucalipto, *pinus*, soja, cana-de-açúcar, algodão, nos sistemas de integração agroindustrial do fumo, de aves, suínos e, mais recentemente, de biocombustíveis. (ANA, 2006, p. 4).

Em síntese, colocaram no centro do debate do movimento agroecológico a luta pela superação do modelo de desenvolvimento baseado na agricultura global, sinalizando a importância da mobilização também na perspectiva da conscientização política e da defesa da autonomia da população camponesa frente ao mercado global.

A partir do diagnóstico do impacto do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, bem como sua conexão com a história marcada pelo colonialismo que produziu a manutenção do latifúndio na atualidade no Brasil, o movimento agroecológico firma a compreensão de que o

enfrentamento do modelo do agronegócio e o fortalecimento da produção familiar agroecológica significam, antes de tudo, um desafio no plano político. Isso porque a agroecologia surgiu e vem fazendo o seu caminho em um campo de disputa na sociedade contrariando privilégios de uma elite econômica que se reproduzem com o apoio do Estado. (II ENA, 2006, p. 6).

O debate produzido pelo movimento agroecológico, explicitado nos anais do II ENA, deixam claras as concepções antagônicas entre a produção baseada no agronegócio e a produção agroecológica. São duas formas distintas de pensar o território e a sociedade. Se por um lado o agronegócio está associado, segundo o movimento agroecológico, a uma

criminosa cadeia de impactos negativos que se irradiam ao conjunto da sociedade brasileira. O que a experiência prática de populações rurais demonstra e estudos confirmam é que o modelo do agronegócio é o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural, pelo desemprego urbano e está ainda associado à degradação sem precedentes do patrimônio ambiental: os recursos da biodiversidade, os solos e a água. (II ENA, 2006, p. 5).

A agroecologia por sua vez possibilita construir nos territórios ações comprometidas com a riqueza da biodiversidade. No lugar do desenvolvimento de processos produtivos que geram a homogeneização técnica, produtiva e cultural, a agroecologia, a partir da diversidade de ecossistemas em que se “desenvolve se expressa também em uma grande variedade de identidades culturais e formas de organização produtiva e de apropriação e uso dos recursos naturais.” (II ENA, 2006, p. 6).

Essa posição do movimento agroecológico é reveladora do ideário decolonial. Pois estabelece uma organização social identificada estrategicamente com a ruptura com a agricultura globalizada/moderna, capaz de disputar políticas públicas e fomentar experiências produtivas e sociais produzidas a partir da realidade brasileira, estimulando a autonomia dos sujeitos sociais e diversidade cultural. Assim, construiu-se enquanto sujeito coletivo fora do domínio epistêmico do norte global. Ou seja, o movimento agroecológico se estabeleceu, em especial a partir de 2000, enquanto promotor da ecologia decolonial.

Nessa perspectiva, o III ENA, 2014, em Juazeiro/BA, teve o objetivo de ampliar a organicidade política e dar “visibilidade ao campo agroecológico brasileiro. O foco central foi no

sentido de construir uma força pública unificada [...] em torno de um projeto de transformação do mundo rural brasileiro fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.” (ANA, 2014b, p. 7).

Outro elemento central na caracterização do movimento agroecológico como uma expressão da ecologia decolonial é a articulação entre a luta feminista e a ambiental. A constituição de práticas produtivas agroecológicas, conforme o movimento, deve estar associada ao processo de empoderamento e conquista de direitos das mulheres, como, por exemplo, a possibilidade dos títulos coletivos de terras em áreas de reforma agrária também as contemplarem, garantindo a coparticipação com os homens nos processos político, econômico e social, além de avançar no combate à violência contra as mulheres (ANA, 2014b).

A conscientização das mulheres para se envolverem e ampliarem a atuação no movimento agroecológico conta com espaços sociopolíticos específicos. Assim sendo, a partir do início do século XXI, o *Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia* cumpre papel estratégico em organizar e garantir a participação paritária das mulheres nas atividades do movimento, como no II e III ENA, em que metade das vagas foram destinadas às mulheres (ANA, 2014a).

O enlace da luta do feminismo com a agroecologia vai além da presença equitativa com os homens e da defesa de direitos; ela supera a ideia de desenvolvimento social e ambiental alternativo ao modelo caudatário da Revolução Verde. Na realidade, expressa uma cosmovisão de mundo, na qual a agroecologia é um meio de relação dos seres humanos com o meio ambiente, com a natureza e com a sociedade, baseada na justiça, na igualdade social e na sustentabilidade ambiental. Ou seja:

A agroecologia que estamos construindo vai muito além das práticas de manejo da agricultura, bosques e da criação de animais. Ela pressupõe outra relação entre as pessoas e a natureza que não veja a natureza como um recurso inesgotável explorado pelo homem, mas como um manejo respeitoso que permita a todas e todos viver bem. Outra relação entre as pessoas também é condição para a agroecologia. Ninguém imagina trabalho escravo numa produção agroecológica. O respeito entre as pessoas, a consideração sobre os conhecimentos, habilidades e o intercâmbio de experiências: tudo isto é parte da agroecologia. (ANA, 2014a, p. 8).

Por fim, é relevante destacar que o movimento agroecológico é fruto do longo processo iniciado com as experiências de agricultura alternativa. O movimento agroecológico surgiu a partir da preocupação com a valorização dos aspectos socioculturais da produção agrícola. Ou seja, incorporou no seu ideário questões relacionadas ao universo colonial presentes no cotidiano brasileiro.

## Alguns apontamentos finais

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo transformou a agricultura. A modernização tecnológica, denominada de “revolução verde”, potencializou a penetração do capital no campo. No Brasil, em especial nas décadas de 1960 e 1970, esse processo teve um impacto social devastador para a agricultura camponesa e familiar, além de degradar o meio ambiente.

O regime militar implementou um modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura brasileira com vistas a estimular o crescimento da comercialização dos insumos industriais, o que consolidou o modelo agroexportador com base na grande propriedade rural e no cultivo de monoculturas, em especial a soja.

Longe de ser um movimento homogêneo e constituído a partir de uma perspectiva histórica linear e pré-determinada por fatores estranhos à sociedade brasileira, o movimento agroecológico se constitui a partir da relação dialética dos agricultores, mediadores e pesquisadores com as contradições do processo de globalização da agricultura. Portanto, a resistência social no campo, através das ações coletivas opostas ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado autoritário, desencadeou a experiência que podemos caracterizar enquanto uma expressão da ecologia decolonial.

A ruptura com a identidade da agricultura alternativa ocorreu de forma processual, na medida em que houve gradativamente o desenvolvimento do ideário marcado pelo enfrentamento à colonialidade do poder. O movimento agroecológico é desenhado enquanto uma ferramenta de resistência e superação da realidade vivida. Esse processo de gestação do movimento agroecológico é substanciado pela dialética do conflito deflagrado pelo impacto da globalização da agricultura na realidade brasileira, na qual as lideranças, ao se depararem com Estado autoritário, com o impacto socioeconômico e ambiental da globalização da agricultura e com as divergências no interior do movimento alternativo, produziram de forma original e autônoma o ideário que substanciou a identidade e a experiência do movimento agroecológico.

Nessa perspectiva, junto com a dimensão científica, o movimento agroecológico configurou o conceito de agroecologia a partir da dinâmica cultural e política dos segmentos subalternos do campo, uma vez que incorporam a defesa dos ecossistemas representativos dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e da floresta frente ao processo de globalização da agricultura, se constituindo, portanto, enquanto uma experiência concreta da ecologia decolonial.

Aqui reside a diferença central entre o movimento agroecológico e a agricultura alternativa, a compreensão de que apenas a ação de inserir técnicas produtivas ecológicas nas unidades de produção não possui potência para superar as relações de produção da agricultura global. É necessário estabelecer a articulação do desenvolvimento das experiências ecológicas com a luta antissistêmica, visando alterar os laços estruturais que reproduzem a colonialidade do poder.

## Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife/PE. Disponível em <https://agroecologia.org.br/category/publicacoes-da-ana/Recife>, 2006.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **O que é ANA**. [s.l.] 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 04 de ago. 2023.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres Rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro/BA, 2014a. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/download/mulheres-rumo-ao-iii-encontro-nacional-de-agroecologia-ena/>. Acessado em 08/08/2023.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais do III ENA**: cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro. Rio de Janeiro: ANA, 2014b.
- AS-PTA, Rio de Janeiro. **Anais Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2003.
- BELASCO, Warren J. **Appetite for change**: how the counterculture took on the food industry, 1966-1988. Nova York: Pantheon, 1989.
- CONRAD, Sebastian. **O que é história global**. Lisboa: Edições Almedina, 2019.
- COSTA, Manoel Baltasar Baptista; SOUZA, Monique; JÚNIOR, Wilmar Müller; COMIN, Jucinei José; LOVATO, Paulo Emílio. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología**, v. 10, p. 63-75, 2015.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- EHRlich, Paul Ralph; EHRlich, Anne Howland. **População, recursos, ambiente**: problemas de ecologia humana. São Paulo: Polígono; Universidade de São Paulo, 1974.
- ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia, UERJ**, n. 12, 0. 23-32, 2º semestre de 2002

- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). Tradução de Graziela Schneider. Prefácio e revisão técnica: Adrián Gurza Lavalle. São Paulo: Globo, 2004.
- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. Tese (doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. Nº 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas/SP: Papius, 1991.
- PADULA, Juliana; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; DAL SOGLIO, Fabio Kessler.. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa.; ASSIS, William Santos de (Eds.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013, pp. 37-72.
- PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. Versão preliminar, digitado.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur)
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. A Aceleração contemporânea: Tempo Mundo e Espaço Mundo. In: *et al* (org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, pp.15-22.
- SILVA, Émerson Neves. **Rebeldia Camponesa na América Latina**: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WEID, Jean Marc von der. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In: BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. pp. 103-112.

## “Que a gente só vê calamidade, só vê sofrimento”: conflitos socioambientais da UHE de Estreito (MA) no Acampamento Coragem

“What people only see calamity, we only see suffering” social and environmental conflicts at the Estreito Hydroelectric Power Plant in Camp Courage

**Laylson Mota Machado**

Doutorando em Sociologia

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

laylsonmm@gmail.com

**Recebido:** 08/12/2023

**Aprovado:** 10/04/2024

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), a partir das vivências dos/as atingidos/as do Acampamento Coragem. A comunidade ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), que é de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), empreendedor da usina, que disputa judicialmente a posse da terra desde outubro de 2015. Essa população tem enfrentado os conflitos ocasionados pela barragem de Estreito desde a sua instalação e continuam a sofrer os efeitos ocasionados pelo empreendimento. Com a vinda da barragem para a região tiveram seus direitos violados, tendo sido deslocados compulsoriamente passando a migrar em busca de novas territorialidades. Como orientação teórica o estudo se orienta a partir das abordagens da ecologia política, justiça ambiental e dos conflitos socioambientais. Os caminhos metodológicos seguem a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica e observação participante realizada em uma comunidade ribeirinha atingida pela barragem de Estreito. Dessa forma, evidencia-se que os grandes empreendimentos se pautam numa lógica neoliberal desenvolvimentista de se apropriarem dos recursos naturais como mola propulsora da economia.

**Palavras-chave:** Usina Hidrelétrica de Estreito; Conflitos Socioambientais; Acampamento Coragem.

**Abstract:** This work aims to analyze the socio-environmental conflicts at the Estreito Hydroelectric Power Plant (MA), based on the experiences of those affected at Camp Coragem. The community occupies a territory in Palmeiras do Tocantins (TO), which is owned by Consórcio Estreito Energia (CESTE), developer of the plant, which has been in legal dispute over ownership of the land since October 2015. This population has faced conflicts caused by the dam Estreito since its installation and

continue to suffer the effects caused by the undertaking. With the arrival of the dam to the region, their rights were violated, having been compulsorily displaced and migrating in search of new territorialities. As a theoretical orientation, the study is guided from the approaches of political ecology, environmental justice and socio-environmental conflicts. The methodological paths follow qualitative research, with a bibliographic review and participant observation carried out in a riverside community affected by the Estreito dam. In this way, it is evident that large enterprises are based on a neoliberal developmentalist logic of appropriating natural resources as the driving force of the economy.

**Keywords:** Estreito Hydroelectric Plant; Socio-environmental Conflicts; Camp Courage.

## Introdução

*“Acabaram com tudo.  
Ai, não vai ser indenizado.  
Nem nisso, que indenização foi essa que nunca ...  
acho que foi na água da barragem,  
desceu mesmo na água do rio. Nunca chegou pra nós”.*  
(J.P. ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).<sup>367</sup>

A narrativa na epígrafe que abre este artigo trata-se do relato de uma mulher, negra, ribeirinha, pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O relato expressa como a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) afetou sua vida, destacando todo o processo de deslocamento, vulnerabilidade e violações de direitos.

Em vista disso, o presente texto busca analisar os conflitos socioambientais causados pela UHE de Estreito (UHEE) às comunidades ribeirinhas da região, tendo como lócus empírico a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. A Usina Hidrelétrica de Estreito, instalada em 2010, afetou a vida de um número significativo de povos e comunidades tradicionais, deslocando inúmeros

---

<sup>367</sup>As narrativas orais citadas neste trabalho compõem o trabalho de campo realizado em 2019, período de trabalho de campo para elaboração da dissertação de mestrado. Optou-se pelo uso de siglas para preservar a identidade das/os interlocutoras/es, da mesma forma que as narrativas estão transcritas na íntegra evitando cair no erro caricatural das transcrições orais de indivíduos rurais, como destaca Whitaker (2002).

pescadores/as, vazanteiros/as<sup>368</sup>, ribeirinhos/as e agricultores/as, que têm seus modos de subsistência voltados para o uso da terra e do rio.

A UHEE surge com uma proposta desenvolvimentista de promover a economia nacional na região do Sul do estado do Maranhão e parte do Norte do estado do Tocantins. Sendo operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável social e ambiental pela operacionalização da barragem, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais que administram a usina, sendo elas: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement. A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito teve início no ano de 2007 e está localizada na divisa entre o estado do Maranhão e do Tocantins impactando 12 municípios da área que a usina abrange: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km<sup>2</sup> (CNEC, 2001).

A construção destes empreendimentos ocasiona uma série de conflitos e efeitos as regiões e as populações nos seus arredores. As comunidades tradicionais são as que mais sofrem compulsoriamente com a vinda de barragens para o entorno de seus territórios. No caso da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, composta por um grupo de atingidos/as que ocupam um território em Palmeiras do Tocantins (TO). A posse dessa terra fica a cargo dos empreendedores da usina (CESTE), com os quais os/as acampados/as reivindicam os direitos violados, lutando judicialmente por essa terra que ocupam desde outubro de 2015. A comunidade é composta por 36 famílias, tendo aproximadamente cem moradores/as.

Dentre as inúmeras violações destaca-se o deslocamento compulsório do território alagado. As margens do rio Tocantins tiveram 400 km<sup>2</sup> de área alagada, ocasionando na expropriação de inúmeros territórios, centros turísticos e modificações nos modos de vida<sup>369</sup> das populações atingidas. Em decorrência disso, muitas populações passaram a viver de forma vulnerável ao perderem seus territórios, tendo em vista, que os empreendedores não indenizaram nenhum dos atingidos que foram

---

<sup>368</sup> Trata-se da prática de subsistência realizada através da vazante. A cultura de vazante trata-se da prática exercida pelos ribeirinhos, que antes da construção da UHE de Estreito tinham pontos de pesca às margens do rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem as atividades pesqueiras, a vazante era uma de suas atividades de subsistência. Tratava-se do plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que os ribeirinhos aproveitavam a fertilidade do solo para plantar melancias, arroz, abóbora, milho, entre demais hortaliças (MACHADO, 2020).

<sup>369</sup> A concepção de modo de vida tem sido utilizada por vários/as autores/as que apontam que essa categoria trata-se especificamente das transformações pelas quais as sociedades rurais enfrentaram no período da industrialização (BRAGA; FIÚZA; RIMOALDO, 2017).

deslocados de seus antigos pontos de pesca. A UHE de Estreito ao tratar atingido na concepção territorial patrimonialista, privilegia os fazendeiros que detém legalmente a posse de terras. Nesse caso, a concepção territorial patrimonialista se define como aquele que detém legalmente o domínio das terras impactadas (VAINER, 2008). Essa definição não abarcaria os/as pescadores/as, vazanteiros/as e ribeirinhos/as, que não tinham posse legal do território ocupado e passaram a migrar em busca de construir novas territorialidades para que pudessem continuar com suas práticas de subsistência.

Diante dessa perspectiva, a população que passou a ocupar o Acampamento Coragem reivindicava a possibilidade de continuarem exercendo seus modos de vida que foram violados pela construção do empreendimento que os expropriou do território alagado. O território alagado trata-se das terras que foram inundadas pela construção da barragem, tendo a população atingida não recebido nenhuma indenização por parte dos “empreendedores”, dessa forma, o acampamento coragem se tornou o lugar no qual essa população busca construir novas territorialidades. A procura por uma nova territorialidade perpassa o sentido da memória e do lugar, o que o território alagado significou e continua a permear as suas vivências.

Em vista disso, a proposta do presente trabalho é destacar os conflitos socioambientais causados pela construção da UHE de Estreito e que se perpetuam até hoje. Com isso, usa-se de análise bibliográfica e do contexto ribeirinho de uma comunidade atingida que desde outubro de 2015 disputa judicialmente um território de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), por meio disso, evidenciam-se as causas e consequências que um grande empreendimento tem acarretado no meio ambiente e nas vivências de comunidades tradicionais.

### **Conflitos Socioambientais da UHE de Estreito**

Para Alonso e Costa (2002) a questão ambiental alcançou âmbito global na sociedade civil por volta das últimas décadas do século XX, chegando aos debates científicos do Brasil apenas nos anos 80, quando as ciências sociais passaram a se interessar pela temática ambiental. Para Alonso e Costa (2002), a diversidade de áreas e linhas sobre estudos ambientais no Brasil se caracterizam como um campo híbrido seja do ponto de vista temático como teórico. Essas prerrogativas dividem a abordagem ambiental em duas grandes perspectivas: a primeira relacionada à gestão ambiental e a segunda a ação dos movimentos ambientalistas.

Na leitura de Fleury et. al (2014), a autora destaca que os estudos do ambiente na sociologia estão vinculados as investigações teóricas capazes de articular o social e o natural, criando-se com isso a Sociologia Ambiental. O princípio de análise desta área parte da necessidade de compreender a sociedade e a natureza de forma interligada.

No que concerne aos conflitos socioambientais, na sociologia ambiental brasileira destacam-se três grupos de estudiosos que se debruçam sobre os conflitos ambientais como campo de investigação no Brasil, os que dialogam com a sociologia ambiental internacional; os que se embasam teoricamente a partir de uma sociologia crítica, e por fim, as contribuições da antropologia nas discussões acerca de como os conflitos ambientais são analisadas a partir da perspectiva de povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento (FLEURY et. al, 2014).

Na sociedade moderna os conflitos socioambientais têm entrado em amplo espaço de debate científico e político como percebemos na contemporaneidade com a crise hídrica, a exploração dos recursos naturais, e a natureza sendo utilizada como trunfo de mercadoria para o capital, acaba acarretando na pobreza, desapropriação, efeitos e conflitos que grandes empreendimentos têm causado as populações tradicionais.

As comunidades tradicionais têm enfrentado os efeitos que a ação do Estado e empreendedores tem causado ao buscar a promoção do capital, seja através de hidrelétricas, mineradoras, reservas extrativistas e ferrovias. Os conflitos socioambientais estão envolvidos em grupos sociais que fazem uso diversificado de apropriação e significação do território.

Os conflitos ambientais são, portanto aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Para compreensão de como esses conflitos ocorrem é necessário entender que o ambiente é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Henri Acselrad (2014) chama atenção para a causa ambiental, enfatizando que esta não é uma, universal e comum a todos, fazendo do ambiente um objeto de cooperação entre diferentes atores sociais. Dessa forma, o autor situa que em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é permeado por conflitos sociais, mesmo não sendo admitidos em algumas esferas políticas e estatais. Em vista disso, ocorrem os conflitos ambientais, quando há desacordos no interior de arranjos espaciais de atividades de uma

localidade, região ou país, em que a comunidade de algum tipo de ocupação territorial se vê ameaçada pela maneira como determinadas atividades são desenvolvidas, como exemplo a instalação de grandes empreendimentos em regiões amazônicas (ACSELRAD, 2014).

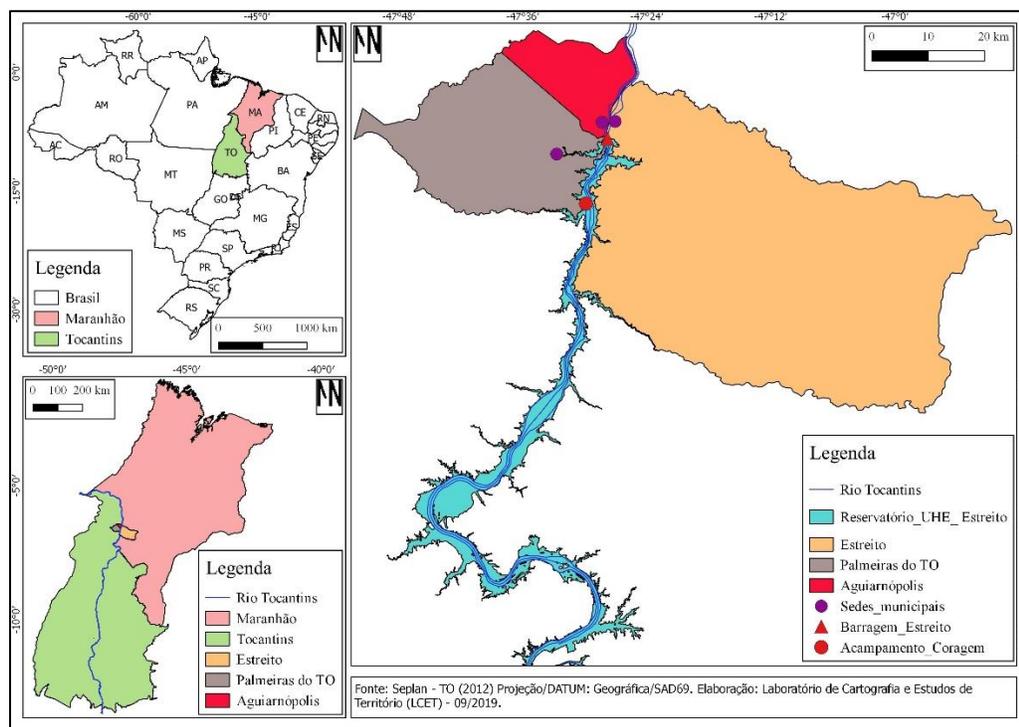
Os conflitos derivam da disputa territorial pela mesma base de recursos, como o caso das populações atingidas que lutam por territórios rurais que são de apropriação dos empreendedores que utilizam para fins lucrativos. Entre essas abordagens Zhouri e Laschefski (2010) destacam os conflitos ambientais territoriais, evidenciam as reivindicações de diversos segmentos sociais, que ao portarem identidades e lógicas culturais divergentes sobre o mesmo espaço, como exemplo a área de implantação de uma hidrelétrica e as territorialidades da população atingida.

O território nessa abordagem implica no sentido do patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade que o ocupa. Esses conflitos surgem da apropriação do espaço, acarretando em consequências sociais e ambientais, que divergem com a concepção dos grupos sociais que dependem do território.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centrada nos lugares (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

As alterações nos modos de vida estão presentes em um dos efeitos enfrentados pelas populações atingidas. No contexto da UHE de Estreito a pesca sofreu compulsoriamente com a implantação da barragem, passando a impactar na migração, reprodução e percurso dos peixes, da mesma forma que as práticas de vazantes ao serem proibidas de se exercerem as margens do lago, os/as vazanteiros/as passaram a plantar em roças de toco. O Mapa 1, ilustra as trajetórias, localizações e ocupação fixada por parte desse grupo de atingidos.

Mapa 1: Localização da área de estudo



Fonte: SEPLAN – TO (2012). Org. Machado (Setembro/2019).

Como festa-se no mapa 1, na área do presente estudo situam-se os municípios de Estreito (MA); Aguiarnópolis (TO) e Palmeiras do Tocantins (TO), sendo o primeiro deles a sede onde está instalada a usina, a segunda onde se localiza o vertedouro da barragem, e por fim, o município em que se forma a comunidade ribeirinha. Dessa forma, percebe-se que as trajetórias que a população ribeirinha está entre os dois estados nos quais o empreendimento se instalou, com isso, entre Estreito e Palmeiras do Tocantins, os/as moradores/as da comunidade têm buscado formas de resistir e permanecer no território em disputa.

Seguindo essas abordagens, pretende-se trazer ao debate as formas como as populações atingidas têm enfrentados os efeitos e conflitos causados pelos grandes empreendimentos. Os sujeitos atingidos são os que mais sofrem com a vinda das barragens para a região em que habitam.

[...] além de um deslocamento físico e material, experimenta, ao fim e ao cabo, um deslocamento social e cultural. Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada, forjada nos processos políticos e nas demandas burocráticas que lhe são alheios (ZHOURI, et al, 2018, p. 30).

Os conflitos socioambientais causados por grandes empreendimentos têm cunhado um grande debate no campo científico, sobretudo, ao tratar dos efeitos e desastres não só ao meio ambiente, mas também a vida das populações tradicionais. Para Acselrad e Silva (2011), a causa ambiental torna-se um motor de organização políticas dos atingidos, que além de desqualificarem esses grupos sociais enquanto sujeitos políticos “o planejamento autoritário que prevaleceu por grandes projetos hidrelétricos tendeu a equacionar enormes transformações socioambientais” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 88).

O caso dos os/as atingidos do Acampamento Coragem ilustram bem os conflitos causados por grandes empreendimentos hidrelétricos. Dentre eles estão: o não reconhecimento enquanto população atingida pela UHE de Estreito e os direitos violados que a comunidade enfrenta até os dias atuais; a mortandade de peixes; os deslocamentos compulsórios de povos e comunidades tradicionais e as reivindicações por seus modos de vida que foram afetados pela chegada da barragem. Zhouri (2018, p. 30) define o sujeito atingido, como aquele que para além do deslocamento físico e material, vivencia um deslocamento social e cultural. Sendo “Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada, forjada nos processos políticos e nas demandas burocráticas que lhes são alheios”. Assim, a construção de usinas hidrelétricas tem sido geradora de injustiças sociais e ambientais, na medida que os custos dos conflitos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, mesmo essas não sendo consideradas sujeitas ativas no processo de decisão sobre os significados, destino e uso dos recursos naturais existentes em suas regiões (ZHOURI et al, 2014; VAINER, 2008; ALMEIDA; 2007).

Zhouri e Laschefski (2010), afirmam que conflitos socioambientais não se associam apenas as questões de apropriação material que já estão em prática, mas se iniciam desde a concepção e planejamento espacial ou territorial que podem ser identificados nas análises durante o processo de licenciamento ambiental. Esse processo é composto por três fases, sendo elas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). A Licença Prévia trata-se do processo de avaliação da fase inicial do empreendimento, nessa etapa o empreendedor apresenta os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com base nesses estudos é que se avaliam a viabilidade técnica ambiental da obra; com a aprovação da LP, se inicia fase de Licença de Instalação, que ocorre através da apresentação do Plano de Controle Ambiental (PCB), fase em que será avaliada e julgada a concessão da LI; a Licença de Operação se dá quando são cumpridas as etapas

anteriores e se autoriza o início de funcionamento do empreendimento (ZHOURI, LASCHESFSKI, PAIVA, 2014).

Nesse contexto, situa-se a UHE de Estreito que após a concessão da Licença Prévia (LP) que ocorreu em abril de 2005, sem o aval técnico do IBAMA, que chegou a identificar 54 pontos incompletos para que a emissão da licença fosse autorizada (SANTIAGO, 2014). A licença foi revogada após o Ministério Público Federal recomendar que o IBAMA realizasse estudos complementares sobre os “impactos” do empreendimento. Conforme Almeida (2007), as recomendações do órgão estatal foram encaminhadas pelos procuradores da república dos estados do Maranhão e Tocantins, os quais destacaram dezesseis itens que tornavam a licença precária, entre eles a necessidade de estudos etnoecológicos em terras indígenas que se localizavam na área de influência da usina. Entretanto, a recomendação não foi acatada, tendo o órgão ambiental alegado que as dúvidas poderiam ser sanadas ao longo do processo de licenciamento (ALMEIDA, 2007).

Em decorrência da licença prévia, as obras da barragem tiveram início em fevereiro de 2007, com isso, pode-se observar que os conflitos advindos da construção de uma barragem apresentam-se antes mesmo da sua concretização, já nas análises e debates sobre o licenciamento ambiental que tal empreendimento ocasionará a vida das populações onde o empreendimento se instala. A partir desses fatores que surgem os conflitos ambientais situando-se na luta entre atingidos e empreendedores, onde:

[...] de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Nesse contexto, as histórias de vida elencada pelos atingidos poderão expressar as formas como desde a vinda da usina para a região as suas vivências têm sido modificadas, por isso, busca-se abordar como esses conflitos socioambientais ocorreram antes, durante e após a construção do empreendimento. As percepções da população acampada sobre os conflitos socioambientais também contribuíram para a construção deste estudo, ao evidenciar como estes conflitos permearam o ambiente físico e social, da mesma forma que culminou em mudanças culturais, históricas, econômicas e políticas no exercício da vivência ribeirinha.

## “Que a gente só vê calamidade. Só vê sofrimento”: UHE de Estreito em perspectiva

As crises ambientais têm se alastrado de forma mais expressiva nos últimos anos, há exemplos das mudanças climáticas, que tem entrado em debates internacionais acerca de como o mundo responde aos conflitos climáticos, como ocorreram nas conferências internacionais COP 27 e 28 em 2022 e 2023 respectivamente. Assim, as emergências socioambientais têm se construído como um campo epistêmico dentro do campo sociológico, tais abordagens demandam análises teóricas capazes de compreender as articulações entre o social e o natural, identificando através disso, o que se chama de sociologia ambiental (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Dentro desse debate, o Brasil enquadra-se como um campo de grandes conflitos socioambientais, embora seja um território rico em biodiversidade, têm acarretado numa série de embates e explorações ao meio ambiente, como exemplo das explorações de grandes mineradoras, construções de usinas hidrelétricas, e avanço do agronegócio em territórios amazônicos. No que diz respeito à riqueza hídrica do Brasil, o país tem promovido o uso deste recurso como mola propulsora do capital, desde as décadas de 1970, em decorrência da crise do petróleo. Nesse cenário as grandes empresas têm utilizado o barramento de rios para gerar energia elétrica e alavancar a economia nacional.

Esse contexto é realidade em vários estados do país, mas tratando-se especificamente da bacia hidrográfica rio Araguaia/Tocantins<sup>370</sup>, segunda maior em produção de energia elétrica em território nacional. Nos últimos anos tem sido explorada com frequência por grandes empreendimentos, tendo um número considerável de usinas hidrelétricas instaladas no leito de seus rios, e outras em projeção à espera da Licença de Instalação (LI). Na bacia do rio Araguaia/Tocantins destacam-se sete usinas hidrelétricas em funcionamento - Tucuruí I (PA); Serra da Mesa (GO); Lajeado (TO); Cana Brava (GO); Peixe Angical (TO); São Salvador (TO); e Estreito (TO/MA) – e quatro em fase de projeção – Ipuieras (TO); Tupiratins (TO); Serra Quebrada (TO/MA); Marabá (PA), de acordo com Carvalho (2018).

A UHE de Estreito insere-se no cenário dos grandes projetos já instalados e que continuam a acarretar uma série de disputas e conflitos socioambientais para povos e comunidades tradicionais. Nos processos de licenciamento e planejamento das obras, o progresso e desenvolvimento são

---

<sup>370</sup> Trata-se de umas das bacias hidrográficas do Brasil, formadas pelos rios Tocantins (com 2.416 Km de extensão) e Araguaia (com 2.115 Km).

recorrentes nos discursos propagados pelos empreendedores. Na realidade da UHE de Estreito, muitas promessas foram vinculadas nas cartilhas, discursos e debates no ano de 2007 quando a barragem deu início a sua obra.

Os discursos propagados pelos “empreendedores” visam promover todos os “benefícios” que a construção do empreendimento trará para região, essa rede discursiva envolve uma série de estratégias, seja a escrita, televisionada, como também o uso de sites, folhetos, cartilhas e redes sociais. Silva Júnior (2014), destaca que essa rede discursiva tem dois objetivos fundamentais, primeiro “informar” a população a respeito das “vantagens” econômicas e sociais do empreendimento, passando a silenciar a população diretamente atingida a partir da ação “educativa” proporcionada pelos folhetos e cartilhas criadas pelo CESTE, que emitem a sua “preocupação” com as questões ambientais e o remanejamento de famílias. O segundo objetivo diz respeito a dicotomização entre o CESTE e a população atingida que reivindica seus direitos, utilizando como forma de criminalizar as ações de resistências propagadas pelos movimentos sociais e os/as atingidos/as, colocando-os num entrave contra o “progresso” do país, e o desenvolvimento da região.

Dentre os discursos e promessas de “progresso” e desenvolvimento estavam aquelas destinadas aos os/as pescadores/as. A UHE prometia a essa categoria a indenização e construção de vila para onde os mesmos seriam remanejados, promessas essas não cumpridas. Como destaca a narrativa:

Nois achamos que ia ser bom pelo o que ele falou pra nois né, ainda chamou nois pra ir em reunião. Nois saímos fomos pras reuniões no meio de rua mesmo. Vestimos camisa “A hora era essa” e não sei o que mais. Dizendo que... e aí a gente sempre fica naquela esperança né. A esperança do pobre é amanhã ou o ano que vem né. Mas com essa esperança toda vida de um dia chegar uma coisa boa pra nois através de barragem mas, parece que não. **Que a gente só vê calamidade né. Só vê sofrimento** (J.P., ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Os discursos propagados pelos empreendedores chegavam aos ouvidos das populações atingidas de forma a impressioná-los com promessas de melhorias de vida, e conseqüentemente proporcionar o crescimento para a região em que se instalaria o empreendimento. A narrativa da pescadora evidencia como recebeu a notícia da vinda da barragem para região, tendo de início entendido que a construção iria ser benéfica e colaborativa para sua realidade de pescadora, entretanto, na atualidade comprova-se todas as violações, expropriações e reivindicações que ela enfrenta em decorrência da instalação da usina.

As ferramentas discursivas utilizadas pelo empreendimento desde a chegada da usina, são objetos de análise do trabalho de Silva Júnior (2014), que ao analisar as questões presentes tanto em jornais, como no site da usina, e sobretudo nas cartilhas que era entregues a população, percebeu as estratégias narrativas presentes nesse material discursivo que se propagou pela região

A narrativa desenvolvida pelo conteúdo da cartilha lança mão de uma história contada a partir de desenhos nos quais são retratados os representantes do CESTE numa conversa informal e animada com as famílias atingidas pelo empreendimento. Ao lado das imagens são postas as informações concernentes ao empreendimento principalmente as que procuram justificar a saída compulsória das famílias de suas moradias e as “vantagens” decorrentes dessas mudanças (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 85).

Diante disso, através das matérias jornalísticas, dos panfletos distribuídos e criados pelo CESTE, dos pronunciamentos e entrevistas das elites políticas e econômicas, acabam-se criando um universo discursivo monolítico, em que “a memória oral imprime à discussão um tom mais conflituoso, porquanto os depoimentos, por vezes se confrontam ou apresentam contradições internas” (SILVA JÚNIOR, 2014, p.89). A partir disso, problematiza-se a chegada do “progresso” para as regiões mais vulneráveis, e que sempre vem carregada de incongruências, sendo os povos e comunidades tradicionais os que mais sofrem com a construção desses empreendimentos, não sendo levadas em consideração os saberes e os conhecimentos desses povos que seriam de grande relevância para que de fato se compreendessem as questões que uma usina hidrelétrica causa a essas populações, uma vez que possuem afetividades e cosmologias com os territórios em que tais obras se instalam, como pontua Almeida (2007).

A chegada desses empreendimentos vem carregada de promessas não cumpridas, ao ser questionada a respeito das negociações que foram promovidas pelo CESTE, a pescadora D. F.O (57 Anos, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019) fala “Eu vi dizer assim, que eles prometeram que ninguém ia ficar na mão né. Na mão assim, desamparado né, isso aí, teve isso. Ninguém ia ficar desamparado, eles ia agazaiar as pessoas. Podia esperar que eles ia agazaiar”. A narrativa situa-se também ao que se propagou pelas cartilhas, que induzia a população a “entender” que a vinda da barragem para região sustenta as propostas de propagação de progresso e desenvolvimentos que se vinculavam as propagandas favoráveis a construção da barragem, ao prometer para a população atingida que seriam remanejadas, que não haveria danos a pesca, e que não deixaria a população desamparada.

Romper com a lógica desenvolvimentista dos grandes empreendimentos tem se pautado no debate dos movimentos sociais e da ecologia política, em decorrência da degradação ambiental

enfrentada nos últimos anos, e da transformação acelerada dos recursos naturais levou a problematizar o modelo capitalista vigente que não se situava apenas nos termos de justiça social, perante isso que a mudança do modelo de desenvolvimento passou a ser uma proposição ética, como também imperativo de sobrevivência (EMPINOTTI et al, 2021).

Entre os princípios da ecologia política Miranda (2013, p. 143) destaca “a defesa de que a degradação da terra é um resultado e uma causa da exclusão social”. Buscando propor uma ecologia crítica, tendo como objetivo central as lutas sociais que se conectam com os problemas ecológicos, que a ecologia política se define (GOMES, 2015). Portanto, compreender essa abordagem é de suma relevância para tratar dos temas emergentes da sociedade contemporânea, tais como os conflitos socioambientais, desenvolvimento e ecologia política.

As ações estatais de grandes empreendedores sobre as águas e territórios tradicionais pode associar-se ao que Patrícia Ávila-Garcia (2016) destaca como neoliberalização da natureza. Realizando uma abordagem acerca da ecologia política da água em um contexto latino americano.

a neoliberalização da natureza está relacionada com a privatização e desapropriação dos recursos naturais e bens comuns (rios, lagos, aquíferos, mares): fragmentação do ecossistema e devastação ambiental; bem como com a mercantilização dos recursos naturais e serviços ambientais; e a socialização dos custos ambientais externalidades, segundo a economia ambiental (ÁVILA-GARCIA, 2016, p. 19).

Assim, compreende-se a ação capitalista em territórios rurais, tradicionais e amazônicos (pensando nas regiões Araguaia/Tocantins onde grandes barragens têm se instalado), concebendo o natural como mercadoria. Há exemplos do barramento de rios para fornecimento de energia elétrica que o Brasil tem se pautado em seu modelo energético. Com isso, pode-se associar a ação estatal de grandes empreendimentos hidroelétricos como neoliberalização da água, tendo em vista o acúmulo de barragens instaladas e em processo de licenciamento que se encontram no leito do rio Tocantins.

Por meio disso, a lógica neoliberal de grandes empreendimentos propaga discursos de que esses empreendimentos tais como as barragens, mineradoras, portos e siderúrgicas promovem a economia, dessa forma, é cabível refletirmos sobre o contexto hidroelétrico de usinas formadas no leito da bacia hidrográfica do rio Araguaia/Tocantins evidenciam a ação estatal que o Estado e empreendedores têm usufruído dos recursos naturais.

Para Bordalo (2008), a água não pode ser entendida apenas como um recurso natural a ser transformada em mercadoria, ela deve ser entendida como um bem comum de direito universal, tendo

seu valor mais que econômico, mas também simbólico, espiritual e imaterial. Ela deve ser tratada como um patrimônio da humanidade, e com isso, ser preservada e de uso de todos/as. No contexto vivido pela população ribeirinha o rio e a terra tem valor imaterial para suas vivências, tais como destaca uma das pescadoras, ao ser questionada sobre a representação destes em sua vida: “Sobrevivência, porque é dela que a gente tira o sustento. Da terra e da água, então ela representa a sobrevivência” (J.M., ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

### Considerações finais

O presente artigo analisou as territorialidades ribeirinhas construídas em um território em disputa, destacando os conflitos e disputas socioambientais enfrentadas pela população ribeirinha do Acampamento Coragem. Destacando como a lógica desenvolvimentista tem se instaurado em territórios amazônicos e as formas de como esses empreendimentos promulgados por projetos neoliberais tem alterados os modos de vida de populações ribeirinhas.

O texto sinalizou para discussão sobre as ações do capitalismo em territórios tradicionais, sobretudo, no uso da natureza como agenciadora de mercadorias. Tratando-se especificamente do caso das grandes hidrelétricas, como a de Estreito, evidenciando que tais empreendimentos ocasionam uma série de efeitos para populações que atualmente vivem em vulnerabilidade. Com isso, as questões culturais, identitárias e as alterações nos modos de vida da comunidade traduzem os conflitos ocasionados pela construção de um grande empreendimento. Assim, refletir sobre os motivos que levam uma comunidade ribeirinha a permanecer em um território marcado por conflitos e disputas socioambientais se apresenta com um amplo campo de debate para o entendimento das especificidades de populações tradicionais que vivem na Amazônia brasileira.

### Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

ACSERALD, Henri. Apresentação. IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2002.

ÁVILA-GRACIA, Patricia. Hacia una ecología política del agua em Latinoamérica. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 55, p 18-31, 2016.

BORDALO, C. A. L. La paradoja del agua en la Amazonia brasileña. El pueblo sin agua en la región de las aguas. **América Latina Hoy, Salamanca**, v. 74, p. 81-95, dic. 2016.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito: Relatórios de Impacto Ambiental** – RIMA, 2001.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; IAMAMOTO, Sue A.S.; LAMAS, Isabela; MILANEZ, F. Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-18, 2021.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PEMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 35, 2014, p. 34-82.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. 2017. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, RS, 2013.

GOMES, Cicera Maria dos Santos. Associativismo e ambientalismo: a construção da barragem de Pirapama numa perspectiva de gênero. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 2, p. 114-128, jul./dez. 2015.

MACHADO, Laylson Mota. **“A beira do rio é o nosso lugar”**: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.28, n. 1, p. 142-161, jan./abr. 2013.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem**. Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO**. 2014. 177f.

Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará: UFPA, Bragança, PA, 2014.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008, p.39-63.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Rachel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n. 2, pp. 119-135, 2007.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2010.

ZHOURI, Andréa, et al. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão dos afetos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editora iGuana, ABA, 2018.

## El centenario de la Carta General de 1922: disputas limítrofes entre Minas Gerais y Goiás en la revista A Informação Goyana (1922-1924)

The centennial of the Brazilian National Map of 1922: border disputes between Minas Gerais and Goiás in the magazine A Informação Goyana (1922-1924)

**Moema Vergara**

Doutora em História

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

moema@mast.br

**Andressa de Sousa Braz**

Mestranda em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

andressabraz@mast.br

**Recebido:** 13/02/2023

**Aprovado:** 24/06/2024

**Resumen:** Producida para ser expuesta en el Centenario de la Independencia, la Carta Geral do Brasil ao Milionésimo (Carta General de Brasil al Millonésimo) fue un instrumento de divulgación y propaganda de una idea de nación, de sus riquezas, potencialidades y del éxito republicano al cohesionarla e integrarla. En la historiografía, el estudio de los límites interestatales es todavía escaso. Por lo tanto, nuestro esfuerzo es analizar esta cuestión como uno de los aspectos de la publicación de la Carta General y enriquecer la percepción de su circulación. A partir de la discusión planteada por la revista A Informação Goyana (1917-1935) relacionada con los límites entre Goiás y Minas Gerais presentes en la Carta, buscamos presentar una mayor densidad en la comprensión del federalismo establecido por la República y las constantes tensiones entre los poderes locales y centrales, obstáculos a las pretensiones de armonía y fortalecimiento del poder federal pretendidas en el proyecto cartográfico.

**Palabras-clave:** Nación; Carta General de Brasil; Cartografía.

**Abstract:** Produced to be exhibited on the Centenary of Independence, the National Map of Brazil to the Millionth was an instrument for the dissemination and propaganda of an idea of a nation, its riches, potentialities and the republican success in making it cohesive and integrated. In historiography, the study of interstate boundaries is still scarce. Therefore, our effort is to analyze this issue as one of the

aspects of the publication of the National Map and to enrich the perception of its circulation. From the discussion raised by the magazine *A Informação Goyana* related to the limits between Goiás and Minas Gerais present in the Charter, we seek to present greater density in the understanding of the federalism instituted by the Brazilian Republic and the constant tensions between local and central powers, obstacles to the pretensions of harmony and strengthening of federal power intended in the cartographic project.

**Keywords:** Nation; Brazilian National Map; Cartography.

## Introducción

La idea original de un mapamundi a escala 1:1.000.000 fue propuesta por el geógrafo alemán Albrecht Penck (1858-1945) en el V Congreso Internacional de Geografía de Berna (1891). En 1908, en el Congreso Internacional de Geografía celebrado en Ginebra sobre el Mapa Internacional del Mundo, se determinó que las hojas de mapa se prepararían en la proyección de polígono simple y a una escala de 1:1.000.000, con el meridiano cero en el *Observatório de Greenwich* en Londres.<sup>371</sup> Se adoptó un sistema global de numeración de hojas, con el sistema métrico como unidad de medida. Cada hoja cubriría 6 grados de longitud y 4 de latitud, y tendría caracteres latinos para indicar la toponimia y otros nombres.

Sólo el país podía cartografiar su propio territorio, debido a los límites de soberanía de los Estados-nación salvo en los casos en que justificaran la falta de capacidad cartográfica y tuvieran una invitación formal para ser cartografiados por agencias extranjeras. En América Latina, Brasil fue el único país que cartografió la totalidad de su territorio durante un periodo de 7 años (entre 1915 y 1922), mientras que Argentina sólo elaboró tres hojas referidas a su territorio<sup>372</sup>. El resto de los países fueron

---

<sup>371</sup> La Conferencia Internacional de Washington, reunida en 1884, definió el meridiano del Observatorio de Greenwich, en Inglaterra, como punto de partida del sistema de longitud y tiempo y aprobó el sistema de tiempo creado por Stanford Fleming, dividiendo el globo en 24 franjas horarias de 15° de longitud cada una. Así, el meridiano inicial de este sistema mundial de tiempo se conoció como GMT (Greenwich Mean Time). Cf. LUZ, Sabina. Observatórios, hora e fusos horários: tempo e ciência nos periódicos da Primeira República do Brasil. Dossiê História da Ciência, *Biblioteca Nacional Digital*, 2022. Disponible en: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historia-da-ciencia/observatorios-hora-e-fusos-horarios-tempo-e-ciencia-nos-periodicos-da-primeira-republica-do-brasil>

<sup>372</sup> Según Carla Lois, el Instituto Geográfico Militar de Argentina no pudo completar en tiempo el proyecto cartográfico general a escala 1:1000000, debido a un problema de lentitud en la implementación de los métodos elegidos y dificultades para coordinar el trabajo de campo. (LOIS, 2009, p.264).

cartografiados por la *American Geographical Society* (AGS)<sup>373</sup>, la Sociedad Geográfica de los Estados Unidos, en su proyecto titulado “Mapa de la América Hispana”.

En Brasil, el proyecto fue llevado a cabo por el *Clube de Ingeniería*<sup>374</sup> en 1915, y dio como resultado la publicación de 50 hojas siguiendo al pie de la letra las convenciones de la Carta Internacional del Mundo al Millonésimo. La serie de recopilaciones fue dirigida por el presidente del *Clube de Ingeniería*, el ingeniero Paulo de Frontin (1860-1933)<sup>375</sup>, y organizada por el ingeniero Francisco Bhering (1867-1924). Las hojas presentadas a la oficina de la Comisión Internacional se consideraron una contribución notable al mapa internacional, sobre todo porque se enviaron en un período de baja productividad de las hojas a escala mundial debido al final de la Primera Guerra Mundial en 1918<sup>376</sup>. La contribución brasileña - aunque se la considera “provisoria” debido a algunas diferencias con la norma establecida - recibió elogios de los geógrafos británicos por los buenos colores y la calidad de impresión de las hojas. Cabe señalar que la cartografía es un poderoso recurso en el proceso de afirmación de la territorialidad estatal; además, la elaboración de mapas también tiene una función simbólica con el objetivo de difundir una determinada representación del espacio nacional.

En este artículo trataremos las insatisfacciones suscitadas por la revista *A Informação Goyana* tras la publicación de la Carta do Brasil de 1922 sobre la representación de los límites entre los territorios de Minas Gerais y Goiás. Creada en 1917 y activa hasta 1935, la revista *A Informação Goyana* nació en medio de debates y preocupaciones sobre el futuro de Brasil y su necesidad de modernización y civilización, especialmente impulsada por las celebraciones del Centenario de la Independencia (LISBOA, 2019, p.43). Su objetivo es afirmar la necesidad de pensar en lo local para garantizar lo

---

<sup>373</sup> Institución dedicada al estudio de la geografía y su aplicación en el proceso de expansión del territorio estadounidense, especialmente a partir de obras de infraestructura como la construcción de vías férreas y líneas telegráficas en Estados Unidos.

<sup>374</sup> Fundado en 1880 en Río de Janeiro, el Club de Ingenieros surgió en medio de las transformaciones políticas y económicas que se estaban produciendo en Brasil a finales del siglo XIX. Reuniendo a empresarios e ingenieros civiles, su objetivo era debatir cuestiones técnicas y formas de facilitar los negocios y el proceso de modernización del país Cf. DUARTE, Rildo Borges. Projetos para um país em projeto. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n. 8, p.1-17, 2017. Disponible en: <http://terrabrasilis.revues.org/2071>

<sup>375</sup> André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) fue ingeniero e histórico presidente del Clube de Engenharia, que dirigió entre 1903 y 1933. También actuó en el escenario político de Río de Janeiro como senador, diputado federal y alcalde de Río de Janeiro. Todavía como ingeniero, fue responsable de realizar muchos de los servicios de reforma urbana del gobierno de Pereira Passos (1902-1906).

<sup>376</sup> A finales del siglo XIX asistimos a una creciente internacionalización de la ciencia a través de congresos y proyectos internacionales de alcance global, como la producción de un mapa mundial a escala millonésima. Con el desarrollo de la navegación a vapor y del telégrafo, la comunicación se hizo más rápida y se favorecieron los intercambios entre científicos. El inicio de la Primera Guerra Mundial en 1914, que duró cuatro años, interrumpió este proceso, cuando la comunicación y la circulación de información se volvieron inviables ante un conflicto global.

nacional, señalando la necesidad de valorización y mejoras para el estado de Goiás como parte del proceso de construcción e integración de la nación.

En 1922, la revista inició una serie de publicaciones destinadas a refutar y exigir cambios en los lineamientos de la Carta, que no estarían de acuerdo con la decisión legal que dispuso el territorio de cada estado, esfuerzo que ocupa las páginas de la publicación hasta 1924. De esta manera, comprender cómo las controversias presentes en el proceso de construcción de una representación cartográfica de la nación revelan las disputas políticas de esta nación.

Las disputas de poder entre los diferentes sectores implicados en la elaboración de un mapa se concretan en la producción cartográfica a través de las desavenencias sobre qué se representará y cómo. Esto involucra cuestiones que se consideran puramente técnicas, como escala, topografía, medios de recolección de datos, colores y símbolos, así como los lugares que serán representados, poblaciones, mallas de infraestructura, recursos naturales, fronteras y límites. (HARLEY, 2005). Las presencias y ausencias en el mapa reflejan las pérdidas y ganancias de los grupos involucrados, convirtiéndolo en el centro de los intereses en conflicto.

### **La Carta al Millonésimo y el Club de Ingeniería**

Inicialmente, la responsabilidad de preparar el mapa recayó en la Comisión de la Carta General de Brasil, comandada por el ejército brasileño y resultado de un proyecto desarrollado a lo largo de 1901. Tras una serie de críticas a la labor de los militares por parte de sectores influyentes de la sociedad brasileña, el gobierno central, en 1915, transfirió la tarea del *Ministerio de Guerra* al *Ministerio de Vías y Obras Públicas*. El método elegido ha sido la recopilación de los mapas y planos existentes, complementada con algunos trabajos de campo<sup>377</sup>. Así comenzó una nueva etapa en la Carta brasileña, marcada por el protagonismo de los ingenieros civiles y sus asociaciones profesionales.

Diversos segmentos de la sociedad venían reclamando un mapa nacional desde finales del siglo XIX: para el Estado, un mapa facilitaría la acción política y administrativa en el territorio; los militares lo consideraban una pieza fundamental para la defensa nacional; los empresarios necesitaban un mapa

---

<sup>377</sup> El trabajo de campo se utilizó principalmente para medir posiciones astronómicas de latitud y longitud. Para más información sobre este tema, consulte la obra de Rildo Borges Duarte: DUARTE, Rildo Borges. *Cartografias Capitais: Os projetos do Mapa Internacional do Mundo e da Carta do Brasil ao Milionésimo (1891-1930)*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

nacional fiable que hiciera viables las grandes obras (ferrocarriles, puertos, carreteras); y por último, la sociedad civil absorbió los discursos modernizadores y nacionalistas en torno al mapa, convirtiéndose en un importante grupo de presión a favor de su elaboración.

El panorama internacional, en aquella época, estaba marcado por las iniciativas de normalización de las prácticas científicas en general. En la cartografía, esta preocupación se centró en las formas de elaborar y representar de las cartas geográficas. Existe, por tanto, una intersección de intereses nacionales y cosmopolitas en la trama que supuso la elaboración de la Carta de 1922, que aún no han sido sondeados por la historiografía existente.

En una de las principales celebraciones oficiales de la Primera República, se presentó una primera edición del mapa nacional elaborado por el *Clube de Ingeniería* en la Exposición del Centenario de la Independencia de Brasil, en 1922. Este mapa supuso un gran esfuerzo de internacionalización de los estándares cartográficos de las distintas agencias cartográficas del globo, y se organizó según los parámetros de la Carta del Mundo al Millonésimo (1909).

Francisco Bhering (1867-1924) fue el relator de esta comisión, tarea que realizó gracias a su experiencia profesional como profesor de las Escuelas Politécnicas de São Paulo y Rio de Janeiro, como ingeniero y director de la *Oficina General de Telégrafos* y como organizador del proyecto de instalación de líneas telegráficas de Mato Grosso a Amazonas. Su trabajo en estas y otras instituciones lo puso en contacto con muchos mapas y cartógrafos, familiarizándolo con aspectos detallados del territorio brasileño. El trabajo de Bhering y su equipo se centró principalmente en la organización y compilación de estos mapas. En la actualidad, gran parte de esta documentación cartográfica, con más de mil mapas, se encuentra en el Fondo Francisco Bhering del Archivo Nacional, ubicado en Río de Janeiro.<sup>378</sup>

Como resultado, la Carta Geográfica do Brasil se produjo en tres escalas, a saber, 1: 1.000.000, 1: 2.750.000 y 1: 5.000.000. La primera se imprimió en el *Instituto Cartográfico Dietrich-Reimer* de Berlín y obedecía a las instrucciones para la organización de la Carta del Mundo al millonésimo, estando dividida en 52 hojas. La segunda carta era una reducción de copias del original (producida a escala 1:

---

<sup>378</sup> El Archivo Nacional es el órgano central del Sistema de Gestión de Documentos y Archivos (Siga), de la administración pública federal brasileña, parte de la estructura del Ministerio de Gestión e Innovación en los Servicios Públicos.

2.000.000 y debía utilizarse sólo para exposiciones). La impresión de diez mil ejemplares, en ocho colores, se encargó al *Instituto Cartográfico de París* (DUARTE, 2014, p.14).

Cabe subrayar que la Carta de 1922 incluía el Mapa de Mato Grosso, elaborado por la Comisión de Líneas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso a Amazonas (también conocida como Comisión Rondon), y el Cuadrilátero de Cruls — la ubicación de la futura Capital Federal, que en la época era sólo un proyecto. Otra observación significativa es que fue en esta Carta General donde Acre se representó por primera vez como parte del “cuerpo” de la nación brasileña.

La historiadora Carla Lois nos cuenta que el programa cartográfico del *Club de Ingeniería* formaba parte del Proyecto de la Carta del Mundo al Millonésimo. A partir de la creación del *Instituto Brasileño de Geografía y Estadística* (IBGE)<sup>379</sup>, este conjunto de mapas producidos por el Club se fue reeditando hasta el final del siglo XX, con correcciones y añadidos necesarios (2015, p. 212).

La Carta General de Brasil al Millonésimo fue el único mapa realizado por el propio país, siguiendo la recomendación del Comité Internacional de la Carta del Mundo al Millonésimo. Ya el resto de América Latina fue cartografiado por la *American Geographical Society* (AGS).

---

<sup>379</sup> Organismo del gobierno federal responsable de recopilar, producir y analizar datos estadísticos sobre el territorio brasileño y su población.

**Imagen 1:** Carta geográfica de Brasil en conmemoración del primer Centenario de la Independencia. Rio de Janeiro, 1922.



Fuente: Arquivo Nacional - Fundo Francisco Bhering.

El geógrafo inglés John Brian Harley (2005) fue uno de los responsables de la revisión epistemológica del campo de la historia de la cartografía. Nos enseña que los mapas no son neutrales y que los historiadores deben aprender a leer los mapas como textos, puesto que son un conjunto de signos que se han organizado según la ideología de sus autores. La lectura intrínseca de los mapas es contraintuitiva, puesto que en un primer momento tenemos una impresión de paz y armonía como si estuviéramos ante una representación fiel de la realidad. Todavía, para un análisis no positivista de los mapas, es necesario situarlos en su contexto con sus tensiones y conflictos, e identificar las intenciones de sus agentes y los distintos procesos de producción: desde el trabajo de campo, gabinete, la impresión

y la circulación. Por lo tanto, es esencial que recordemos que los mapas que tenemos entre manos son un producto complejo que requiere varios conocimientos.

Una forma de deconstruir y ampliar la comprensión de los mapas señalados por Harley, es analizarlos en serie, al igual que la lectura de los textos escritos que es siempre intertextual. En el ámbito de esta investigación hay algunas series cartográficas inherentes: la primera está dada por las Cartas Generales de Brasil (del período del Imperio), y la segunda son los mapas utilizados para la compilación de la Carta de 1922, que están organizados en el Fondo Bhering en el Archivo Nacional de Brasil. Ahora bien, será necesario compararlo con otros mapas nacionales elaborados en el marco del Proyecto de la Carta del Mundo al Millonésimo.

Asimismo, conviene observar que el desafío historiográfico del presente proyecto tiene dos desdoblamientos: el primero es profundizar la aproximación entre los campos de la historia de la ciencia y la historia de la cartografía en Brasil,<sup>380</sup> el segundo es proporcionar, ante la proximidad de las celebraciones del bicentenario de la Independencia y del centenario de la Carta de 1922, una nueva mirada al binomio ciencia y nación.

Acercade la relación entre los mapas y el nacionalismo, Benedict Anderson ya había señalado esta cuestión en su libro *Comunidades Imaginadas* en su edición revisada de 1991. Para él, el censo, el mapa y el museo serían elementos de gran fuerza simbólica en la construcción de la nacionalidad, especialmente en los estados con un pasado colonial. El problema de este análisis es que Anderson sólo ve una dirección (centro-periferia) en el uso de estas instituciones occidentales en las naciones recién creadas. El autor pasó por alto la dimensión circular de las ciencias, así como la autonomía de los agentes locales en la producción de conocimientos. Sin embargo, Anderson destacó el papel del mapa-logotipo que estaba en todas partes, en carteles, anuncios y en diversos impresos, como un elemento importante en la construcción del nacionalismo, y creemos que más allá del uso científico, la Carta General de 1922 también ejerció esta función.

En materia de las discusiones sobre el proyecto del Ejército de 1901 para la Carta General, nos permite ver cómo los agentes nacionales se relacionan con los modelos europeos y articulan sus propios intereses. Una vez que el método propuesto en el documento de 1901 era el método de

---

<sup>380</sup> A nivel internacional, la relación entre los campos de la historia de la ciencia y los estudios cartográficos se produce con mayor frecuencia; un ejemplo de ello es el reciente trabajo de Simon Shaffer y Kapil Raj.

triangulación utilizado por Francia en el siglo XVIII, el Club de Ingeniería lo consideró inadecuado debido a las dimensiones continentales de Brasil.

Entre finales del siglo XIX y principios del XX, observamos el proceso de universalización de la ciencia y de estandarización del lenguaje científico, y los congresos internacionales fueron un *locus* estratégico para este empeño. La participación de Brasil en el proyecto de la Carta Mundial es parte de este proceso. La elaboración de un mapa nacional que sigue la estandarización del lenguaje cartográfico internacional es un reflejo de la búsqueda de la inclusión del país en la lista de naciones “civilizadas”.

### **La Circulación de la Carta de 1922**

A primera vista, la publicación de la Carta General puede dar una impresión de unidad y ausencia de conflictos inherentes al proceso de construcción de la nación. Pero si examinamos más de cerca las noticias sobre la circulación de la Carta, vemos que las cuestiones relativas a las fronteras interestatales amenazaban constantemente esta pretensión de armonía y unidad. Con disputas que se arrastraban desde el período colonial, la República tenía 27 cuestiones de límites pendientes hasta el año 1920 (FERNANDES, 2017, p.27).

**Imagen 2:** Croquis para la construcción de la Carta Geográfica de Brasil. Rio de Janeiro, 1917.



Fuente: Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering.

Estas cuestiones pendientes constituyeron intensos conflictos entre los estados de la federación y obstáculos para el ejercicio del poder federal, lo que exigió negociaciones y estrategias para mantener el orden. La no resolución de estas cuestiones puso en riesgo el ideal de una nación armónica y unida, empleándose mayores esfuerzos para resolverlas hasta el Centenario de la Independencia (FERNANDES, 2017, p.126). La Carta General de 1922 formó parte de estos esfuerzos, tratando de resolver dichos conflictos en el ámbito simbólico de la representación cartográfica, a pesar de las disputas que aún existían en el ámbito jurídico.

La Carta Geográfica de Brasil, por ejemplo, fue tratada en ese momento de principios de siglo como un devenir por Thiers Fleming (1880-1971), ingeniero naval. En sus palabras, la Carta debería

ser “expurgada de los territorios litigiosos o disputados en las fronteras de los estados hermanos” (apud FERNANDES, 2017, pp. 127-128). La soberanía nacional fue un factor indispensable para la afirmación del Estado en el exterior y en el interior, en un momento en el que el territorio, la delimitación y la demarcación de las fronteras y los límites se convirtieron en elementos centrales de la acción gubernamental. Como señala FrancimarIlha da Silva Petrolí (2018), el control sobre el territorio es fundamental para la concreción del Estado-nación,

[...] pensado como continuo y entero, desarrollando el ejercicio del dominio político sobre la totalidad de sus habitantes. El territorio, según este punto de vista, debía estar separado de otros territorios similares por fronteras y límites claramente establecidos, para permitir la existencia de la soberanía que, en este contexto, se concretaría a través de la unidad territorial. (PETROLI, 2018, p. 46)

Por ello, la redacción de la Carta General de 1922 fue esencial para garantizar y demostrar la soberanía nacional a través de su territorialidad. Sin embargo, este objetivo también encontraría obstáculos. A pesar de no formar parte de los mecanismos tradicionales de disputa de los límites interestatales, la producción cartográfica adquiere este papel desde la Carta General. Este hecho se debe al descontento expresado en la revista *A Informação Goyana*, publicado mensualmente y distribuido entre 1917 y 1935<sup>381</sup>. Estos descontentos eran en torno a las rutas entre los estados de Goiás y Minas Gerais, presentadas en los borradores de la Carta General, en 1922.

La disputa sobre los límites entre los dos estados existía desde el Imperio. Es en 1919, durante el Sexto Congreso Brasileño de Geografía, organizado por la *Sociedade Geográfica de Rio de Janeiro*<sup>382</sup>, con el apoyo del *Club de Ingeniería* y del *Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro* (IHGB)<sup>383</sup>, que la cuestión se encamina a su resolución legal.<sup>384</sup>

---

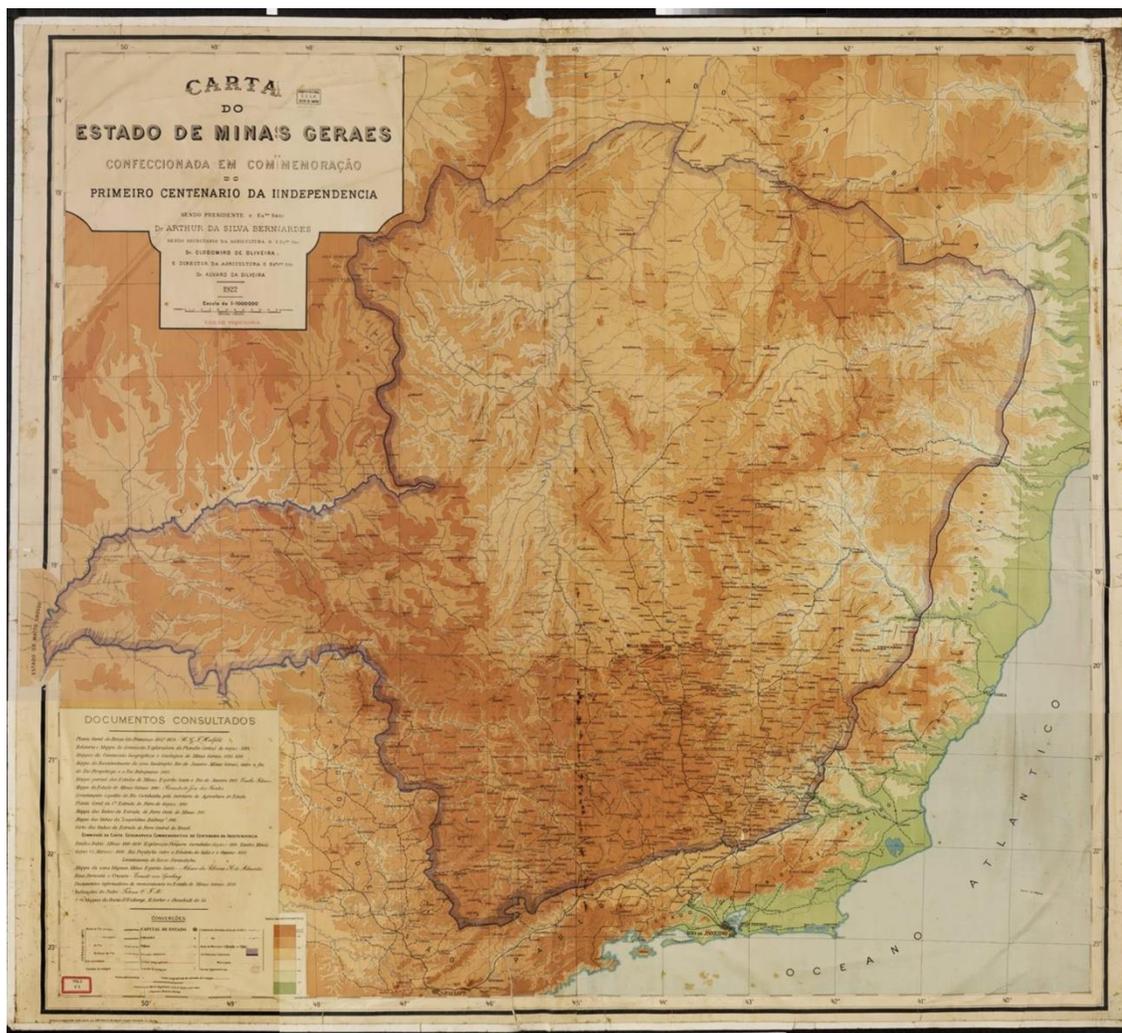
<sup>381</sup> Ubicada en la Fundación Biblioteca Nacional de Río de Janeiro, la revista puede consultarse en el portal en línea Hemeroteca Digital, disponible en: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=176648&pagfis=1281>

<sup>382</sup> Creada en 1883, la Sociedad Geográfica de Río de Janeiro tuvo como principal objetivo difundir el conocimiento científico a través del intercambio de publicaciones, participación en congresos, intercambio de correspondencia con instituciones extranjeras similares y apoyo a iniciativas de exploración del territorio nacional, además de promover eventos destinados a la divulgación del conocimiento sobre el país, como los Congresos Brasileños de Geografía. Cf. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia: impressões de uma releitura. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n. 8, p.1-22, 2017. Disponible en: <http://terrabrasilis.revues.org/1975>

<sup>383</sup> Fundado el 2 de octubre de 1838, el Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro es la entidad más antigua y tradicional para promover la investigación y la preservación histórico-geográfica, cultural y de las ciencias sociales en Brasil.

<sup>384</sup> La participación de las instituciones científicas en la organización de espacios para el debate de las fronteras interestatales apunta a la participación activa de la ciencia en la cuestión y, más ampliamente, en el proyecto de nación. Aunque no eran espacios oficiales para resolver las cuestiones y no podían resolverlas de hecho, las discusiones mantenidas desde estos eventos e instituciones fueron importantes para impulsar procesos y resoluciones futuras.

**Imagem 3:** Carta del estado de Minas Gerais realizada en conmemoración del primer Centenario de la Independencia. Rio de Janeiro, 1922.



Fuente: Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering.

En esta ocasión, el acuerdo firmado entre Goiás y Minas garantizaba la resolución del conflicto a partir de un Tribunal de Arbitraje, en el que el árbitro elegido de común acuerdo era el entonces presidente Epitácio Pessoa. El procedimiento de arbitraje estipulaba que la decisión final debía ser reconocida como inapelable por ambas partes, no obstante cualquier desacuerdo (FERNANDES, 2017, p.97). El resultado de este tribunal fue el laudo arbitral de julio de 1922, que ganó el caso para Goiás y cerró la disputa en el ámbito jurídico.

Ya en 1918, el contralmirante y miembro de la junta directiva del Club de Ingeniería, José Carlos de Carvalho, publicó en la revista una advertencia sobre los errores que no se devían cometer

al trazar los límites de Goiás y sus estados vecinos, especialmente Minas Gerais. Contudo, es solamente en 1922 que la revista inicia una serie de publicaciones continuas y contundentes para refutar y exigir el cambio de las líneas de la Carta que no estuvieran de acuerdo con el laudo arbitral, esfuerzo que ocupa las páginas de la revista hasta el año 1924. Con ello, la cuestión que estaba legalmente resuelta vuelve a ser objeto de discusión. Sin embargo, el debate se desarrolla en nuevos términos. Ya no hay controversia sobre la delimitación o demarcación de los límites, cuestión resuelta por el laudo arbitral en 1922, sino sobre su representación en los dibujos de la Carta General de 1922.

Creada en 1917 y activa hasta 1935, la revista *A Informação Goyana* nació en medio de los debates suscitados por las celebraciones del Centenario de la Independencia, en los que los problemas y el destino de la nación pasaron a ser centrales en los análisis y estudios de los intelectuales de la época. La revista surge como una propuesta del periodista, militar y político Henrique Silva (1865-1935) y del médico, militar, político y escritor Antônio Americano do Brasil (1892-1932), ambos nacidos en Goiás y residentes en Río de Janeiro, con el objetivo de informar y presentar las riquezas y potencialidades del estado de Goiás para el progreso de la nación (LISBOA, 2009, p.15).

La sede de la revista en Río de Janeiro es estratégica, ya que su público objetivo eran las élites políticas y económicas ubicadas en las regiones sur y sureste. Hablando desde la capital, los redactores de la revista pretendieron refutar las imágenes y narrativas negativas sobre Goiás que circularon en la prensa carioca y nacional, creando un contradiscurso de valorización y apreciación de las riquezas de Goiás y su importancia para el desarrollo nacional. Como parte del interior brasileño, retraso y decadencia eran palabras comúnmente asociadas con Goiás, geográfica y socialmente distante del moderno y civilizado Río de Janeiro (NEPOMUCENO, 2003, p.7).

La revista se inserta así en un campo de disputas en torno a las representaciones de Goiás. A partir de la publicación de la Carta General en 1922, ese campo ya no se limita a la prensa, ingresando al espacio de la producción cartográfica. Ahora, a la negación de las imágenes y discursos contenidos en los diarios cariocas se sumó la lucha contra la representación de los límites del estado de Goiás en la Carta, hecho que vuelve a la vieja y ya resuelta cuestión de los límites con Minas Gerais.

Las tensiones no son entre los gobiernos de Goiás y Minas Gerais — que ni siquiera se mencionan — sino entre los intelectuales responsables de la publicación de la revista y Francisco

Bhering<sup>385</sup>, que es el blanco central de sus cuestionamientos. Podremos utilizar como ejemplo la edición de noviembre de 1922:

Cuando todas las personas sensatas habían supuesto que la centenaria disputa sobre los límites entre los dos grandes estados centrales de la República había quedado definitivamente resuelta, en virtud del brillante informe del ex presidente Dr. Epiácio Pessoa, sentencia que el entonces presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes, había acatado noblemente [...] aquí aparece un borrón de la ‘Carta General de Brasil en conmemoración del Primer Centenario de la Independencia de Brasil’, etc., organizado por el Club de Ingeniería, bajo la presidencia del Sr. André Gustavo Paulo de Frontin, con el Sr. Francisco Bhering como relator (1922). Este mapa (que afortunadamente no tiene carácter oficial, ni puede llegar a tenerlo), en la parte relativa a la zona limítrofe de los Estados de Goyaz y Minas, entraña burdas mistificaciones que atestiguan grandemente no sólo contra la probidad científica del Sr. Francisco Bhering, alto funcionario de la República, sino también contra el alto concepto en que todo es justamente la respetable asociación que se vincula a los nombres de las mayores glorias de la ingeniería nacional [...]. (*A Informação Goyana*, noviembre de 1922, p. 1)

Adelante, el redactor sigue argumentando:

No tiene sentido común, e incluso estamos diciendo que implica serias responsabilidades técnicas o profesionales, la interpretación innegablemente errónea que el relator de la Carta Geográfica de Brasil Conmemorativa del Centenario de la Independencia entendió de tomar *ad libitum* de las claras conclusiones del laudo arbitral de 16 de julio de 1922 que ganó el caso, a través de la junta, el estado de Goyaz en su más que secular pendencia de límites con Minas Geraes. [...] Pero es bueno ver que esta estampa hecha con poco esmero, que tanto compromete la ingeniería nacional, bajo todos los puntos de vista, sólo podría ser aplaudida y justificada, a menos que sea en las improvisaciones de conocida asociación científica, no implica en modo alguno los límites geográficos de Goyaz. (*A Informação Goyana*, febrero de 1924, p. 28)

Creador, redactor jefe y mentor intelectual de *A Informação Goyana*, Henrique Silva escribe la mayoría de los artículos que tratan de la Carta de Brasil. Formado en la Escuela Militar Praia Vermelha de Río de Janeiro, fue un militar, periodista e intelectual con un fuerte papel en la construcción de una historia científica de Goiás, basada en los principios científicos que permearon su formación en la Escuela Militar. Su argumentación se aleja de la principal preocupación de la época y, sobre todo, de la elaboración de la Carta: la legitimidad científica. Al señalar los errores en el trazado de los límites entre Goiás y Minas Gerais, identifican una falla en el rigor científico pretendido por el proyecto,

---

<sup>385</sup> Es de destacar que además de haber nacido en Minas Gerais, Bhering tuvo una participación efectiva en la elaboración del mapa del estado realizado para las celebraciones del centenario en 1922.

poniendo también en jaque la legitimidad del trabajo del ingeniero Francisco Bhering y del *Club de Ingeniería*.

Según él, Bhering ignoró toda la resolución del litigio en el ámbito jurídico que decidió a favor del estado de Goiás y desconoció el laudo arbitral, basándose en documentos invalidados por el dictamen final del Tribunal de Arbitraje para trazar los límites entre los dos estados en la Carta General. Estos documentos representan el territorio en disputa como perteneciente a Minas Gerais, de ahí el descontento de Goiás.

Parece incluso increíble que haya habido aquí alguien con el inaudito valor de intentar engañar no sólo los claros términos del laudo arbitral del sabio jurisconsulto, sino también los del acuerdo del 1 de septiembre de 1919 – que fue acordado por el entonces Presidente de Minas Gerais, el Dr. Arthur Bernardes, cuya amabilidad llegó a felicitar al Gobierno de Goyaz por el feliz final de este centenario litigio. Pero hubo, y este fue el ingeniero civil Sr. Francisco Bhering, Director de la Oficina General de Telégrafos - que dibujó *ad libitum* los límites de Goyaz y Minas no sólo en el mapa del Centenario, así como el estado de Minas Gerais, dando este último *ultra-petita* en flagrante desprecio por el laudo arbitral ("A Informação Goyana", junio de 1923, p. 2).

En su descontento con la Carta General, lo que estaba en juego era la defensa de la importancia del estado de Goiás para el panorama nacional y la necesidad de pensar en lo local para garantizar lo nacional, señalando la necesidad de valorización y mejoras para el estado de Goiás como parte del proceso de construcción e integración de la nación. Si su representación era defectuosa, todo el proyecto — y, por tanto, la imagen de Brasil — también podría ser cuestionado. Así, la “interpretación innegablemente capciosa” que se hace sobre los límites del Estado representa un defecto técnico que va más allá de la imagen del propio Estado, amenazando toda la legitimidad de la imagen del país y de las técnicas científicas utilizadas para su construcción. Por lo tanto, la representación correcta de Brasil es representar correctamente a Goiás.

En su crítica, Henrique Silva cuestionó no sólo la capacidad técnica de Bhering, sino también su ética profesional, acusándolo de favorecer conscientemente a su estado natal, Minas Gerais:

[...] Resumiendo. Lo que Bhering premeditó y quiso hacer fue dar a su estado el río Preto y más fuentes del río Urucuia, que provienen del territorio de Goiás reconocido por los propios mineros. (*A Informação Goyana*, mayo de 1923, p.77)

[...] Lo que dijo el Sr. Bhering son cuentos amplios, miserias indeclinables, que ponen a prueba una vez más su asombrosa ignorancia del aspecto físico de la región del altiplano del centro de Brasil. Pero a pesar de que el intruso que se hacía llamar delegado de Goyaz apareció en el Club de Ingenieros, sentí que se olvidaba de todo, incluso de que el subversivo relator del Mapa del Centenario redujera de 747.317 a 660.193 kilómetros cuadrados la superficie

del Estado de Goyaz. [...] La ejecución descuidada del trabajo del Sr. Bhering se comprueba, entre otras muchas, en la omisión de la muy industrial localidad de Goyana Registro de (ilegible) [...]. (*A Informação Goyana*, junio de 1923, p.90)

Está claro que, para Henrique Silva, los errores denunciados son responsabilidad de Bhering. Al decir que el ingeniero “subversivo” hace interpretaciones “capciosas” y “maliciosas”, el periodista centra todo el proyecto, que implica a varias instituciones y personas, en la figura del ingeniero. A las dudas sobre las intenciones personales y el carácter del ingeniero, hay que añadir el supuesto desconocimiento de Bhering sobre la región. Su capacidad técnica es cuestionada por no conocer Goiás, reforzando la idea de que sin ella no es posible concebir la nación en su totalidad. Es en el contexto del federalismo instituido por la República y de las constantes tensiones entre los poderes locales y centrales que podemos interpretar la impugnación de Goiás a la Carta General como un reflejo de estas tensiones, constituyendo un obstáculo a las pretensiones de armonía y fortalecimiento del poder federal que pretende la Carta General.

Miembro del *Club de Ingeniería*, de la *Sociedad Geográfica de Rio de Janeiro* y director general de la *Oficina General de Telégrafos*<sup>386</sup>, Bhering circuló entre los medios privados, científicos y del gobierno federal. Así, representó a las principales partes interesadas en el proyecto de la Carta de Brasil. Las críticas dirigidas a su figura se extendieron a las instituciones a las que pertenecía.

Para *A Informação Goyana*, los errores presentados en la Carta refuerzan la falta de conocimiento e interés que presentan los centros públicos, privados y científicos de Brasil en relación con Goiás. Al individualizar la responsabilidad de los errores y aciertos de la Carta en la figura de Bhering, la revista también pretendía llegar a estas instituciones, especialmente al gobierno federal, señalado como poco interesado en el desarrollo del estado. Unir aquí los intereses de representar adecuadamente a Goiás y el propósito principal de la revista, que es hacer visible y atraer inversiones al estado.

Este posicionamiento refleja las intensas disputas y negociaciones necesarias para el ejercicio del poder republicano en las primeras décadas del siglo XX. Negando los trazos dibujados en la Carta, los intelectuales de Goiás defienden su región, no aceptando borriones ni distorsiones ni siquiera ante un proyecto nacional. Se trata, por tanto, de una afirmación de las intenciones estatales/locales frente a las federales/nacionales contenidas en el proyecto de la Carta General de 1922. De este modo, está

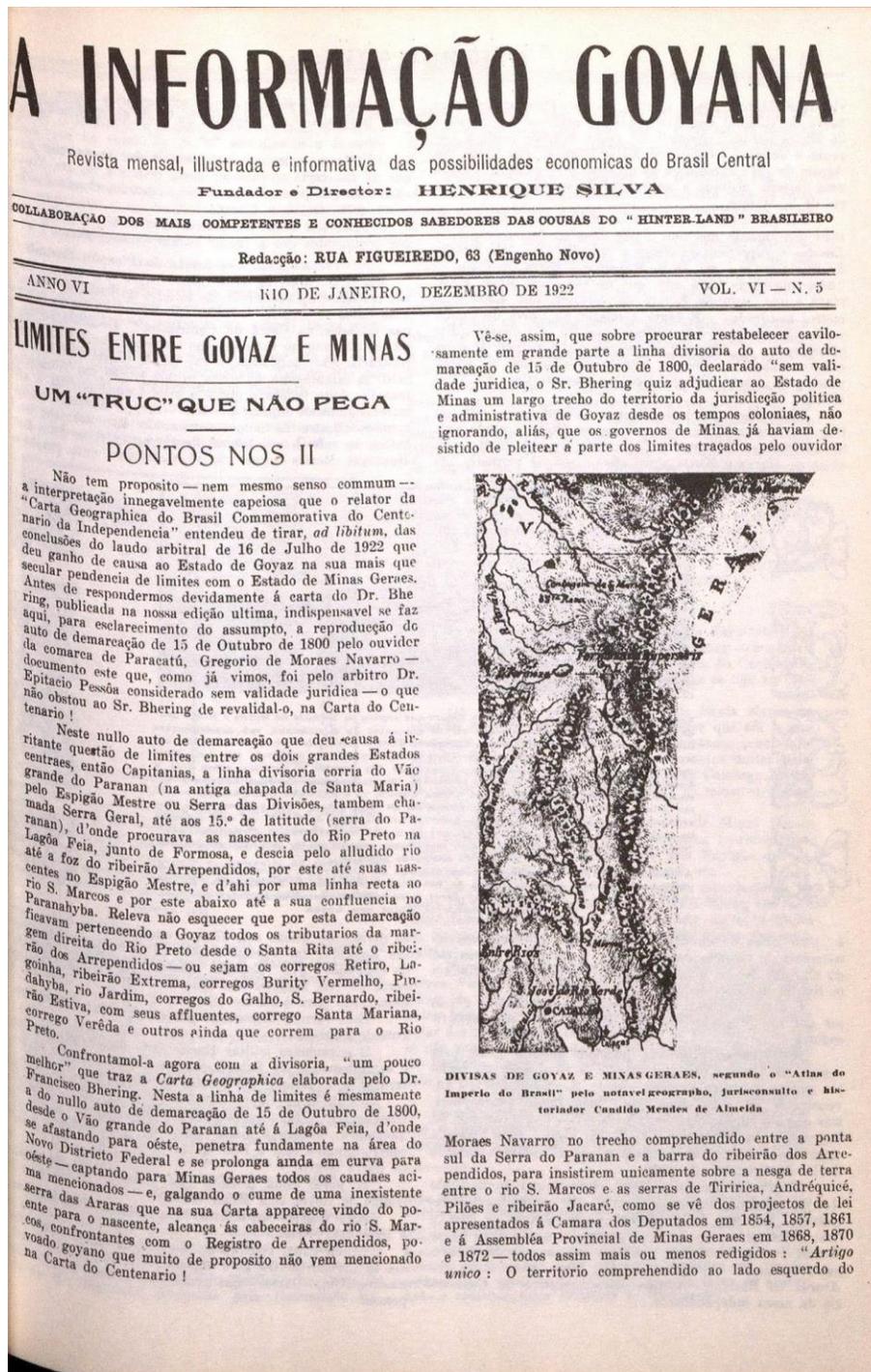
---

<sup>386</sup> Organismo del gobierno federal creado en 1864 con el propósito de construir, mantener y supervisar el servicio de telégrafos en el país.

en juego no sólo la representación de los límites fronterizos entre los estados, sino sobre todo la distribución del poder dentro del proyecto republicano federalista.

Algunos de los artículos acompañan mapas y documentos utilizados en los argumentos de la revista. Sin embargo, la continuidad de la pandemia de covid-19, la imposibilidad de acceder a los archivos físicos y la falta de digitalización de casi todos los materiales citados impidieron que la investigación procediera a un análisis propiamente cartográfico de la cuestión, como se pretendía inicialmente.

Imagem 4: Portada de la revista *A Informação Goyana* de diciembre de 1922 que analiza los límites entre Minas Gerais y Goiás en la Carta General de Brasil



Fuente: Hemeroteca Digital - Fundação Biblioteca Nacional.

Sin embargo, el silencio de intelectuales, políticos y líderes de Minas Gerais sobre el tema llamó la atención. Aunque no era el objetivo de los descontentos de Goiás, es extraño que ningún periódico de Minas Gerais se hiciera eco del asunto en aquella época. Por su parte, periódicos de gran tirada de Rio de Janeiro, la capital republicana, como *O Jornal*<sup>387</sup> y *O Paiz*<sup>388</sup> incluyeron espacio en sus páginas para comentar o incluso reproducir textos procedentes de *A Informação Goyana*.

El silencio de los periodistas mineros se puede interpretar como una falta de interés en el tema por no cambiar la resolución legal que favorecía a Goiás. El error señalado en la Carta de 1922 no afectaba en absoluto a la situación de Minas Gerais, sólo a la de Goiás. Si el territorio en disputa fuera representado en la Carta como parte de Minas, el daño sería sólo para el estado de Goiás.

Esta idea se ve reforzada por la única posición minera encontrada durante la investigación, el artículo escrito por el diputado Augusto de Lima (1859-1934) en el periódico de Río de Janeiro *O Jornal* en 1923. En este periódico, las insatisfacciones del Goiás se reflejan en 7 artículos que exponen y avalan la posición de Goiás contra la Carta de 1922. Publicado en junio de 1923, el artículo “La Carta del Centenario” señala que

[...] No nos interesa la cuestión de los límites entre los dos estados, que incluso no habría oportunidad de discutir, ya que, resuelto por el laudo arbitral, tendrá que seguir el curso normal de la demarcación topográfica. Lo que hay que aclarar es el "valor relativo", como acertadamente señala el secretario de la "Carta du Monde", de cada una de las partes que componen la Carta del Centenario, tanto en cuanto a su expresión artística, como en relación con la eficacia técnica y la significación científica, compatibles con la responsabilidad oficial de la administración pública y con la probidad profesional del Club de Ingeniería, bajo cuyos auspicios fue elaborada (*O Jornal*, 27 de junio de 1923, p. 1)

Fundado por el periodista Renato de Toledo Lopes, director hasta 1924, el periódico de publicación diaria expresó su preocupación por la responsabilidad y legitimidad científica presentes en la elaboración de la Carta de Brasil, entendiendo la importancia del proyecto a escala nacional e internacional. Por lo tanto, era necesario resolver rápidamente el impasse presentado por Goiás para que Brasil no dejara de cumplir con esta importante tarea. Vale señalar que durante la dirección de

---

<sup>387</sup> *O Jornal* fue un periódico matutino de amplia circulación creado por Renato de Toledo Lopes en 1919, quien permaneció como director hasta 1924, año en que el periódico fue comprado por Assis Chateaubriand.. Cf. BRASIL, Bruno. *O Jornal. Biblioteca Nacional Digital*, 12 nov. 2015. Disponible en: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>

<sup>388</sup> *O Paiz* fue un diario de gran tirada lanzado el 1 de octubre de 1884, en Río de Janeiro, por João José dos Reis Júnior, conde de São Salvador de Matozinhos. Cf. BRASIL, Bruno. *O Paiz. Biblioteca Nacional Digital*, 02 abril 2015. Disponible en: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>

Toledo Lopes, *O Jornal* se dedicó principalmente a temas literarios y científicos (LEAL, [s.d]), lo que puede ayudar a comprender el impacto de las preguntas de Goiás en sus páginas.

Siguiendo con el tema, en agosto de 1923, en el artículo “La Carta Geográfica de Brasil”, el periódico afirmó su posición a favor de las protestas goianas:

[...] Aunque la pendencia no nos parece que pueda suscitar mayor interés, ya que está resuelta por el laudo arbitral inapelable del ex Presidente de la República, desde el principio, examinando la Carta del Centenario, no hay quien no juzgue justificable la actitud de la delegación de Goyaz, ya que el proyectista, al trazar la línea divisoria de Minas Geraes, la desvió hasta hacerla atravesar el territorio federal de la Meseta Central de la República, que todo el mundo sabe que ha sido escrupulosa y técnicamente demarcada en el corazón de ese estado [...] (*O Jornal*, 22 de agosto de 1923, p. 1 ).

El apoyo de un periódico de amplia circulación y relevancia en los asuntos de la capital de la República promovió un mayor peso y visibilidad a los esfuerzos de la revista, ya que tanto el gobierno federal como el *Club de Ingeniería* tenían su sede en Rio de Janeiro. Así, el único posicionamiento de Minas Gerais disponible en *O Jornal* puede ser consecuencia de la proyección del periódico en la época, que al revertir la protesta de Goiás exigió alguna posición de Minas.

Así, Augusto de Lima (1859-1934), delegado de la comisión minera en las negociaciones jurídicas del litigio, escribe que

Ha habido algunas quejas, por parte de Goyaz, contra el trazado de sus límites con el Estado de Minas, en el mapa geográfico de Brasil, preparado por el Club de Ingeniería. Los técnicos que han participado en estos trabajos afirman, sin embargo, que el trazado se ajusta al informe emitido por el Dr. EpiácioPessôa, árbitro en el litigio entre los dos estados. No tengo datos topográficos para juzgar el caso, ni me corresponde superponer mi opinión amadora a los profesionales que dibujaron la carta del centenario [...] Desconozco la carta geográfica del centenario, que provocó los reparos y protestas de los ilustres delegados de Goyaz. Durante su preparación, no me reuní con los técnicos responsables. Después del informe, sólo intercambié ideas con mi eminente amigo, el presidente de Minas, Arthur Bernardes, a quien rendí cuentas de la honorable misión que me había sido delegada, y que terminó con el laudo arbitral del Dr. EpiácioPessôa. No es culpa mía ni gloria de las interpretaciones cartográficas del laudo arbitral sobre Goyaz y Minas, ni de la indicación, prevalencia y posible malogro de los límites victoriosos en el laudo [...]. (*O Jornal*, 9 de agosto de 1923, p. 1)

Por lo tanto, la posición del delegado es la de abstenerse. Al enfatizar su no participación en la elaboración de la Carta y la aceptación del laudo arbitral, pretende eliminar cualquier intento de culpar a la comisión o al gobierno de Minas Gerais de los errores señalados por Goiás. Sin embargo, no

defiende el reconocimiento irrestricto del laudo para la cuestión, incluso en vista de su firmeza. Sólo pretende no involucrar a la parte de Minas Gerais en el asunto y defenderse de posibles acusaciones.

Esto nos lleva a pensar que las posiciones adoptadas por ambas partes están directamente relacionadas con el resultado de la disputa en el ámbito jurídico. Si para Goiás el resultado favorable lo moviliza para cuestionar la Carta, en la misma medida para Minas Gerais, que perdió el caso, esta movilización no sería necesaria. A esto hay que añadir la importancia de los mapas y de los documentos cartográficos e históricos para la apertura y el desarrollo de las disputas fronterizas de la época. Como señala el historiador Saúl Estevam Fernandes,

[...] con el proceso de judicialización de las cuestiones de límites, se introdujo el uso de pruebas y se emitieron dictámenes basados en ellas. Esto demuestra que los antiguos acuerdos con intereses mutuos fueron sustituidos por juicios en los que estos intereses se aislaban en función de los documentos presentados y de la ejecución a través de las leyes vigentes, lo que llevó a una importante carrera por encontrar documentos y a la creación de instituciones para preservarlos. (FERNANDES, 2018, p. 99-100)

Por lo tanto, la representación errónea en la Carta podría sentar un precedente para la reanudación del conflicto legal por parte de Minas Gerais. Garantizar la representación de los límites tal y como se estableció en el laudo arbitral de 1922 era extremadamente importante para el mantenimiento de la integridad territorial de Goiás — y el territorio brasileño en su conjunto — en el presente y, sobre todo, en el futuro.

Sin perspectivas de reanudar la disputa en el ámbito legal, a Minas le correspondía mantenerse al margen del conflicto. Sin defender la obra de la Carta General de 1922 ni la revista de Goiás, los mineros optaron por mantenerse exentos y distantes de un conflicto que, a su juicio, ya no les correspondía disputar.

## Consideraciones Finales

La relación entre territorio y soberanía nacional, evidentemente, no es un fenómeno exclusivamente brasileño o republicano. Una amplia bibliografía internacional muestra cómo el conocimiento geográfico actuó para consolidar la soberanía nacional en el territorio, en diferentes contextos nacionales. Los Estados absolutistas que se formaron en Europa entendieron claramente la dimensión territorial y el ejercicio de la política. Por ello, se esforzaron en promover la producción de ciertos conocimientos y prácticas, entre los que se encontraban ordenar, cartografiar y controlar el

territorio. A través del desarrollo de estos conocimientos, sería posible lograr nuevas formas de dominio político y organización de sistemas de expansión, administración y gobierno del Estado cada vez más eficientes (ESCOLAR, 2010).

En esta relación, el mapa aparece como la principal herramienta de construcción y expresión de la soberanía nacional. El mapa es una interpretación de la realidad a partir de ciertas intencionalidades y criterios. No se trata de una visión falsa o poco veraz, sino de una visión parcial de la realidad, en la que los grupos responsables de su elaboración buscan imprimir una determinada imagen para conseguir sus objetivos. Lejos de la neutralidad e imparcialidad deseada en el contexto de su surgimiento en el siglo XIX, la cartografía implica procesos de producción que no escapan a las tensiones y disputas del entorno político y social en el que se inserta.

En este sentido, el proyecto de la Carta General de Brasil de 1922 fue central para los objetivos de expansión y consolidación del poder republicano a través de la difusión de una imagen de nación cohesionada, armoniosa e integrada, sin espacios vacíos ni “rezagos”, territorialmente unida y demarcada bajo la autoridad del gobierno. Es gracias a de ella que Brasil podría situarse junto a las naciones “civilizadas”, insertado en el sistema capitalista mundial como una nación moderna, científica y soberana. Por lo tanto, los conflictos inherentes al proceso de construcción de la nación debían quedarse fuera. Entre ellos, la cuestión de las fronteras interestatales es destacada como un gran obstáculo para la realización de los ideales de unidad nacional.

Al cuestionar las líneas fronterizas de la Carta, la revista *A Informação Goyana* señaló cómo los intereses divergentes y externos a la producción de la Carta pasaron a formar parte de su construcción, obstaculizando las intenciones homogeneizadoras y centralizadoras del gobierno federal en la producción de una imagen del país.

Así, entender las controversias presentes en el proceso de construcción de una representación cartográfica de la nación es también entender las disputas de esta nación. Como afirma John Brian Harley (2002), el mapa no es un espejo de la realidad, no es posible encontrar en él lo que se está representando tal y como es en realidad. Sin embargo, es en la observación de su proceso de construcción donde podemos encontrar rastros de la realidad en la que se produjo y buscó representar.

Brasil buscó mediante de la Carta General imprimir una imagen del país y, en cierto modo, se hizo. Esta imagen, sin embargo, debe verse en el proceso de producción cartográfica y no en su producto final. Y lo que vemos está más cerca de los enfrentamientos y las disputas que impregnan el

ejercicio del poder en el pacto federativo que de la armonía, la centralización y la homogeneidad que desean sus productores.

## Fontes

*A Informação Goyana*, Rio de Janeiro, ano VI, n° 4, novembro de 1922.

*A Informação Goyana*, Rio de Janeiro, ano VII, n° 10, maio de 1923.

*A Informação Goyana*, Rio de Janeiro, ano VII, n° 11, junho de 1923.

*A Informação Goyana*, Rio de Janeiro, ano VII, n° 7, fevereiro de 1924.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, ano V, n° 1.369, 27 de junho de 1923.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, ano V, n° 1.406, 09 de agosto de 1923.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, ano V, n° 1.417, 22 de agosto de 1923.

## Referencias Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ESCOLAR, Marcelo (2010). *Exploración, Cartografía y Modernización del poder Estatal*. Material Educativo en Ciencias Sociales. Disponible en: <http://materialeducativoencienciasociales.blogspot.com.br/2010/11/exploracion-cartografia-y-modernizacion.html>. [Consulta: 29/04/2022]

FERNANDES, Saul Estevam. *Brasil em pedaços ou a história dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1889-1930)*. Tese (Doutorado) - PUCRS. Porto Alegre, 151p, 2017.

HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. 1° edición, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2002.

HARLEY, John Brian. *La Nueva Naturaleza de los Mapas: ensayos sobre la historia de La cartografía*. Serie "Tezontle", México, FCE, 2005.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A Informação Goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935)*. Tese (Doutorado) - PUC/SP. São Paulo, 1998.

LEAL, Carlos Eduardo. *O Jornal*. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, [s.d]. Disponible en: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>

LISBOA, Andreia Silva. *O Brasil – Central e suas potencialidades na revista “A informação goyana”*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 103p., 2009.

LOIS, Carla. Reescrituras de uma mismageografía: Tensiones entre el Instituto Geográfico Militar (Buenos Aires), el Map of Hispanic America (Nueva York) y la Carte du Monde au Millionième (París – Londres) *Journal of Latin American Geography*, 14 (3), 201- 227, 2015.

LOIS, Carla. Técnica, política y “deseo territorial” en la cartografía oficial de la Argentina (1852-1941). In: LOIS, Carla; VARGAS, Héctor Mendoza (orgs.). *Historias de la Cartografía de Iberoamérica: Nuevos caminos, viejos problemas*. Veracruz (México): Instituto de Geografía / Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2009.

LUZ, Sabina. Observatórios, hora e fusos horários: tempo e ciência nos periódicos da Primeira República do Brasil. Dossiê História da Ciência, *Biblioteca Nacional Digital*, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historia-da-ciencia/observatorios-hora-e-fusos-horarios-tempo-e-ciencia-nos-periodicos-da-primeira-republica-do-brasil>

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. *Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 383p., 2018.

RAJ, Kappil. Mapping Knowledge Go-Betweens in Calcutta, 1770-1820. In: Simon Schaffer, Lissa Roberts, Kapil Raj & James Delbourgo (Eds) *The Brokered World: Go-Betweens and Global Intelligence, 1770-1820*, pp. 105-150. Science History Pubns, 2009.

RAJ, Kappil. *Relocating modern science : circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Londres, Palgrave Macmillan, 2007.

## Kitsch, memória e intimidade: elementos de um patrimônio menor

Kitsch, memory and intimacy: elements of a minor heritage

**Paola Padilha**

Mestranda em História  
Universidade de Passo Fundo (UPF)  
paola.padilha18@gmail.com

**Recebido:** 23/02/2024

**Aprovado:** 27/08/2024

**Resumo:** O artigo analisa, nas duas primeiras partes, o fenômeno kitsch sob o olhar da afetividade e dos objetos de memória. Por meio do kitsch, os objetos tornam-se carregados de memória e sentimentalismo, possibilitando, ao indivíduo, a criação de conexões e narrativas por meio dessas representações. Na terceira parte do artigo, apresenta-se o conceito de “patrimônio menor”, considerado como patrimônio íntimo do indivíduo que, por meio dos objetos kitsch, preserva suas lembranças e afetividades na sua esfera pessoal.

**Palavras-chave:** Kitsch; Objetos de memória; Afetividade

**Abstract:** The article analyzes, in its first two parts, the kitsch phenomenon from the perspective of affectivity and objects of memory. Through kitsch, objects become laden with memory and sentimentality, allowing individuals to create connections and narratives through these kitsch objects. In the third part of the article, the concept of "minor heritage" is introduced, referring to the individual's intimate heritage, where, through kitsch objects, they preserve memories and affections within their personal sphere.

**Keywords:** Kitsch; Objects of memory; Affectivity

### Kitsch e afetos

Com o processo de industrialização, o fenômeno estético do kitsch dissemina-se rapidamente. Por consequência, cria suas raízes e permanece contemporâneo. Entendido como “um produto da revolução industrial que, urbanizando as massas da Europa ocidental e da América, implantou a

chamada alfabetização universal” (GREENBERG, 2001, p. 32), esse fenômeno ultrapassou barreiras e se inseriu na cultura de massas de forma instantânea e certa, pois os indivíduos desejosos por uma arte nova e “insensíveis aos valores da cultura genuína, estão, contudo, ávidos pela diversão que só algum tipo de cultura pode fornecer” (Ibidem, p. 32). Assim, define o kitsch:

Onde há uma vanguarda, em geral também encontramos uma retaguarda. A verdade é que — simultaneamente à entrada em cena da vanguarda, um novo fenômeno cultural apareceu no Ocidente industrial: isso a que os alemães dão o maravilhoso nome de kitsch, a arte e a literatura populares, comerciais, com seus cromos, capas de revista, ilustrações, anúncios, ficção barata e sensacionalista, história em quadrinhos, música de cabaré, sapateado, filmes de Hollywood, etc., etc. (Ibidem, 2001, p. 32)

O fenômeno estético kitsch perdura até os dias atuais e é objeto de estudo de pesquisadores, gerando discussões acerca do mistério que o faz estar presente na vida do homem contemporâneo. Sendo alvo de críticas e consagrações, o kitsch, desde suas primeiras manifestações registradas, estendeu-se na sociedade e inseriu-se em toda a cultura, não ficando limitado ao museu e a uma só classe social, por exemplo. Transgredindo os limites de qualquer outra manifestação (seja artística, arquitetônica, musical), instalou-se nas casas de pessoas de diferentes níveis sociais, desde o homem burguês até o camponês trabalhador. Moles (1971, p. 223, grifo do autor) ressalta que “O kitsch é o produto de um dos êxitos mais universalmente incontestes da civilização burguesa: a criação de uma *arte de viver* ao mesmo tempo tão refinada, tão flexível e detalhada, que foi capaz de conquistar o planeta antes mesmo de sustentar-se pela força de alguns cânones”.

Desde seu surgimento e materialização, o kitsch se alimenta do cotidiano, de coisas simples, das lembranças, do sentimentalismo e do purismo do homem, é “um modo estético de relação com o ambiente” (MOLES, 1971, p. 32). Prossegue o autor refletindo que se não é propriamente arte, o kitsch é, pelo menos, um modo estético de vida que rejeita a transcendência e que se estabelece ou na maioria, ou na média, ou mesmo na repartição mais provável, ele é como a felicidade, sendo útil em todos os dias.

Segundo Trombetta (2020), o kitsch é claro e objetivo, pois sua base é composta por imagens figurativas de fácil entendimento, que para serem fruídas não exigem do seu apreciador um conhecimento técnico e profundo nem precisam de uma análise complexa.

O kitsch, entendido enquanto estilo, é a expressão de um projeto que renuncia a qualquer pretensão de atender aos valores tradicionais da arte, como a verdade e a autenticidade. Em outra direção, substitui tais valores por critérios de sensibilidade individual, apostando na ficção, na citação e na reprodução em série. Um exemplo

bastante claro da dinâmica do “estilo kitsch” está no consumo de objetos religiosos. Tais objetos (imagens, estatuetas, etc.) simulam algo que, simbolicamente, une o espectador a uma força transcendental, mas que, originariamente, saiu de um molde que deu forma a produtos suficientes para que outras centenas de milhares de pessoas comprassem a mesma experiência transcendental (TROMBETTA, 2015, p. 443).

Cabe destacar que a cultura de consumo possibilitou ao kitsch uma expansão rápida e significativa, pois, por meio da produção em massa de objetos decorativos – religiosos ou de outra natureza –, as pessoas passaram a ter acesso a esses objetos, que por sua vez passaram a compor os ambientes nos quais vivem, de acordo com suas personalidades e experiências de vida, ou mesmo de seus gostos e sua maneira de ver o mundo. Fascinadas pela expectativa da aproximação acessível à arte – percebida ou não –, as pessoas podem agora alcançar o que lhe parecia distante, pois o kitsch deixa sua originalidade de lado para validar sua aceitação na sociedade (MOLES, 1971).

Há autores que definem o kitsch unicamente como “mau gosto”, justamente por sua acessibilidade ao usuário. Fritz Karpfen (2017), por exemplo, afirma que esse fenômeno é constituído de futilidades baratas, sem bom gosto e que não exigem nada do pensamento. É exatamente pelo fato de ser acessível ao usuário que ele se solidifica, devido à produção em massa dos objetos que acendem o imaginário e fazem o usuário sentir-se pertencente ao mundo que habita.

A tríade “ver, desejar e possuir”, possibilitada pela produção em massa de objetos aliada à expansão do vidro permitiram que uma crescente parcela de pessoas (de diferentes classes) pudesse decorar seus espaços com objetos kitsch. Seja por seu valor nostálgico ou divertido, tais objetos fazem parte da vida cotidiana das pessoas, cumprindo o papel de “espelhos” de expectativas e sentidos. O kitsch assume, assim, a despeito de todas as pertinentes críticas, uma presença e um papel decisivo na vida. Seu fascínio tem a ver com algumas características que passam longe da linguagem “pura” e quase criptografada do modernismo (TROMBETTA, 2020, p. 163).

Segundo Greenberg (2020), o kitsch não ficou limitado às redondezas de onde surgiu, mas propagou-se por diversas fronteiras, não mostrando qualquer consideração por geografias nacionais e culturais. Trata-se de mais um produto de massa da indústria ocidental, realizou uma volta ao mundo triunfal abatendo e desfigurando culturas nativas em países coloniais, uma depois da outra, de tal maneira que pode se tornar uma cultura universal, a primeira cultura universal que jamais se viu. O kitsch submerge às esferas mais pessoais do indivíduo por não ter lugar de trabalho – não existe um local específico e determinado onde ele se concretiza, porém, o local em que o homem constrói sua relação com as coisas, esse sim será o lugar privilegiado do kitsch, o lugar de pessoalidade e identidade do indivíduo (MOLES, 1971). Trombetta (2015, p. 4), sobre isso, afirma:

Ainda que pareça contraditório, a reprodução em massa de objetos decorativos contribuiu para afirmar a singularidade, a qualidade de “único entre todos”. Permitiu também que o “coleccionador” criasse relações dinâmicas com os objetos. Saindo da posição de passivo contemplador, pode agora compor os seus cenários, montar “mundos” que suscitem emoções suaves e acolhedoras, como se, com essa atitude, pudesse constituir uma “aura” que aqueles objetos abandonaram ao sair da linha de produção.

Surgindo como um conforto afetivo ao homem, o kitsch, considerado um contraponto do modernismo, possibilita ao seu espectador a criação de uma experiência prazerosa com a arte. A partir da reprodução em massa de objetos, essa conexão se dá por meio das composições decorativas desses vários artefatos nas quais o espectador sai de sua posição passiva e contemplativa e compõe seus cenários, que se fundem com as suas emoções, como se essas peças adquirissem uma “aura” que não tinham ao sair de uma linha de produção (TROMBETTA, 2015). Por intermédio dessa possibilidade de criar cenários e compô-los de acordo com sua intimidade, sua individualidade e sua história pessoal, o kitsch desenvolve uma relação com lembranças afetivas, sentimentos nostálgicos, fantasias, ligações com o passado e até com a infância.

Caminhando lado a lado com o sentimentalismo, os objetos kitsch – as imagens “bonitinhas”, os *souvenirs* – afluem, no espectador, sensações emocionalmente doces e prazerosas, diferentemente dos modernismos que exigiam um comportamento quase científico de interpretação e fruição e que negavam a importância de qualquer tipo de emoção (TROMBETTA, 2020). Segundo Binkley (2014, p. 5),

[...] o kitsch, que exulta seu enraizamento nas rotinas, sua fidelidade às convenções e sua incorporação na cadência modesta da vida diária, trabalha para reenraizar os seus consumidores, reabastecer estoques de segurança ontológica, e para reforçar um sentimento de coerência cósmica em um mundo instável de desafios, inovação e criatividade. Particularmente, onde o kitsch faz suas exigências mais agressivas às nossas sensibilidades estéticas, com seus apelos ao sentimentalismo, o kitsch visa reenraizar seus consumidores em seu nível pessoal “mais profundo”.

Baseados no sentimentalismo, os objetos kitsch se estabelecem como portadores de memória, esse fenômeno se conecta a afetos e, por isso, estes itens são adotados pelas pessoas, por trazerem confortos sentimentais e afetivos. Se apoiam tanto psicologicamente quanto materialmente na vida dos indivíduos: psicologicamente porque trazem aspectos da memória, emoções, apego e afetividade; materialmente porque essas características psicológicas só são possíveis por meio da visualização e da presença dos artefatos kitsch que compõem a vida cotidiana do homem sem pedir nada em troca. Ainda, não escolhem cultura, classe social, nível de conhecimento, nem pedem autorização: o homem

não percebe quando o kitsch adentra sua esfera pessoal por meio dos objetos e das sensações que proporcionam.

Nesse cenário, o kitsch cria raízes e edifica-se, não é agressivo nem necessita de preparação prévia para apreciação, pois é sinônimo de prazer. Nas palavras de Moles (1971, p. 82), ele “oferece prazer aos membros da sociedade de massas, (...) é insistente e discreto, e pelo prazer lhes permite ter acesso a exigências suplementares, autorizando a passagem do sentimentalismo à sensação”. Mesmo em contextos desagradáveis como os de depressão ou de guerras, o kitsch sempre ofereceu situações idílicas e apaziguadoras (TROMBETTA, 2020).

### **Kitsch como objeto de memória**

Citar a importância da memória na materialização do fenômeno kitsch é imprescindível, pois é por meio dela que ele permanece vivo, seja nos cenários, nos objetos, na arquitetura e, até mesmo, nas atitudes: “Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito do tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro” (IZQUIERDO, 1989, p. 89).

A identificação do kitsch somente é possível se compreendermos que sua base é a memória e as emoções que essas memórias transmitem em relação aos objetos. Essas peças são guardadas e, com o tempo, adquirem um valor sentimental e uma importância tanto para a pessoa quanto para aqueles que com ela convivem, principalmente os mais próximos (NERY, 2017). Sobre a memória, também destaca Felix (1998, p. 36):

Antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a.C, a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais. [...] A memória era sacralizada. A palavra poética enunciada em voz alta construía verdades dentro de uma dimensão do tempo mítico, não do cronológico.

Esse fenômeno apoia-se na memória e nos sentimentos que essas memórias trazem por meio desses artefatos. Marcel Proust, em seu famoso livro *Em Busca do Tempo Perdido*, escrito entre 1913 e 1927, faz importantes pontuações sobre os objetos e sobre a memória. Em um dos trechos que certamente ficou marcado como um dos mais notáveis na literatura, o narrador descreve com ricos detalhes as sensações ao tomar um chá com um pedaço de *madeleine* (um bolinho francês) ao mesmo tempo em que se sente transportado para seus tempos de infância. Proust (2017, p. 31) faz relações entre passado, memória e objetos:

O mesmo se dá com o nosso passado. É trabalho baldado procurar evocá-lo, todos os esforços de nossa inteligência serão inúteis. Está escondido, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que esse objeto material nos daria), que estamos longe de suspeitar. Tal objeto depende apenas do acaso que o reencontremos antes de morrer, ou que o não encontremos jamais.

Carregado de identidades, narrativas, experiências e memórias, o objeto serve como um testemunho documental que viabiliza deixar marcas nas pessoas e, assim, estabelece um processo de comunicação entre o indivíduo e a sua interculturalidade, além disso, frequentemente despertam recordações de momentos ou lugares, destacamos desde uma fotografia em uma geladeira, até um simples adorno recebido de alguém estimado. Eles nos unem ao mundo, atuando como companheiros emocionais e intelectuais, enquanto continuamente estimulam novas ideias. (DOHMANN, 2010).

A construção de memórias afetivas dentro do fenômeno kitsch dá-se justamente pela sua capacidade de eternização por meio dos objetos que atravessam gerações, pois eles contam histórias, criam laços e eternizam-se por meio da memória. Tudo isso possibilita, ao indivíduo, a sensação de pertencimento do seu espaço, pois, segundo Moles (1971, p. 34), “existe um prazer das coisas, um prazer de segurar na mão um belo objeto, de acariciá-lo, de agradá-lo, há uma sensualidade dos objetos que faz parte do sensualismo geral”.

Os objetos kitsch tornam-se objetos de memória baseados no sentimentalismo e, a partir disso, são adotados pelas pessoas por lhes trazerem os confortos sentimentais dessas memórias afetivas. E é nesse cenário que o kitsch se torna um elo entre objeto, memória e sentimentalismo. Segundo Dohmann (2010, p. 72), o “objeto é, portanto, prova documental que imprime suas marcas nos indivíduos, criando interna e externamente um processo dinâmico, comunicativo e intercultural”. O teórico prossegue afirmando:

Entre coisas, troços e tralhas, o objeto atual confirma seu papel como uma extensão do homem, traduzido em objetividade externa ao ser, convertendo e consolidando-se como o instrumento material de sua existência e, em paralelo, sinalizando outro mundo permeado pelo sentido, no qual desperta o signo, sempre transformado no espetáculo de uma função (Ibidem, 2010, p. 76).

O conforto de se ter determinada peça que foi desejada, mesmo que se trate da imitação de algo, torna-se imenso pelo fato de o indivíduo estar próximo do objeto real. Com a aquisição do artefato, a pessoa percebe que construiu uma aproximação consigo mesma, satisfazendo seus desejos de consumo, elevando sua autoestima e diminuindo suas insatisfações. Além disso, ao adquirir o item

kitsch, o indivíduo pode preenchê-lo com suas memórias e sentimentos (SÊGA, 2010). Segundo Izquierdo (1989, p. 89):

Memória são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. Representações, mas não realidades: as ruínas de Roma não são a Roma imperial; um disco da Nona Sinfonia gravado por Toscanini, Karayan ou Kleiber não equivale à sua execução, nem à Nona Sinfonia que Beethoven concebeu. Certamente não à que Beethoven tinha em mente quando, já totalmente surdo, a regeu pela primeira vez em Viena, em março de 1824: a orquestra já tinha concluído, há vários compassos, e o compositor, de olhos fechados, continuava regendo.

A nostalgia é característica marcante do kitsch, uma vez que ele se torna palco de momentos do passado: uma viagem, encontros com pessoas queridas, conexões envolvendo a família e até mesmo tempos e experiências que não presenciamos e imaginamos de forma idealizada (TROMBETTA, 2020). É por intermédio dos objetos que o kitsch se torna legítimo. Essas peças, que antes eram meros itens, tornam-se elementos de memória e constroem laços sentimentais. Muito além de representações de histórias pessoais de indivíduos, os objetos trabalham como transmissores de elaboração da subjetividade.

### **Kitsch como patrimônio menor**

O kitsch, como um conceito estético, sempre flertou com as emoções dos indivíduos, propondo-se a ser uma experiência estética impura pois seduz a saturação dos estímulos e exageros, sejam eles visuais ou sentimentais, ao contrário de um modo de vida funcionalista que exige do indivíduo moderno uma habilidade de viver sem objetos, ninharias, motivos decorativos ou compromisso com a estética (TROMBETTA, 2020).

Seguindo no estudo do fenômeno kitsch, e conforme os debates ocorridos no grupo de pesquisa chamado “Arte, Sentido e História”, coordenado pelo professor da Universidade de Passo Fundo, Dr. Gerson Luís Trombetta, entendeu-se como alternativa conceitual denominar o kitsch na intimidade como “patrimônio menor”, ou seja, um patrimônio ligado à intimidade, à personalidade, à personalidade e, principalmente, às memórias do indivíduo. Para isso, necessita-se aprofundar o conceito de patrimônio. Segundo a professora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2006, p. 79), “quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência

do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento”. Joel Candau (2011, p. 159) também coloca que:

A história do patrimônio é a história da “construção do sentido de identidade” e, mais particularmente, aquela dos “imaginários de autenticidade” que inspiram as políticas patrimoniais. Para esses imaginários, o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado. [...]. Após uma longa evolução histórica da noção de patrimônio, desde a acepção romana do termo *patrimonium* (legitimidade familiar que mantém a herança) até a concepção moderna (adesão efetiva a certos traços do passado e reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal, o cultural e o natural), sua extensão “quase metafórica” abre a ele o caminho de uma expansão conquistadora (pode ser patrimônio nacional, etnológico, natural, imaterial, histórico, arqueológico, artístico e mesmo genético).

Esse patrimônio, na estética do kitsch, trata de todos os objetos que o indivíduo possui: lembrancinhas recebidas de alguém querido, decorações internas e externas, decorações que imitam a natureza, *souvenirs* adquiridos em viagens, réplicas de algum monumento ou símbolo, estatuetas religiosas, etc. Todos esses itens consolidam-se como patrimônio menor do indivíduo e cada um deles carrega consigo uma história única expressando momentos importantes, conquistas e ambições pessoais. Estes objetos não são apenas posses materiais, mas sim representações palpáveis de vivências e relações. É patrimônio que o homem acrescenta em sua intimidade, por intermédio dos objetos de memória:

Distintos dos objetos que se dão (dádivas) e dos que se vendem (mercadorias), os bens patrimoniais são considerados como aqueles objetos os quais nos recusamos a dar ou a vender para conservá-los, ou, nas palavras de Maurice Godelier, “guardá-los para transmitir” (Godelier, 2007). Eles se encontram inseridos na mais profunda rede de relações sociais e afetos individuais estruturantes dos processos humanos de identificação no mundo contemporâneo (BRULON, 2015, p. 34).

Nesse sentido, é por meio desses objetos kitsch que um patrimônio menor é constituído. Esses elementos contam histórias, são importantes para quem os possui, não são negociáveis e nem estão à venda. São parte de uma intimidade reservada só àqueles a quem o possuidor dos objetos decide compartilhar, por serem íntimos e revelar detalhes de suas experiências. São conectados a afetividades pois remetem a lugares, pessoas e sentimentos. O kitsch adocica o sentimento que está cru, envolvendo-o em um puro sentimento de melancolia e saudade. Ele repete e retorna ao passado, pela sua nostalgia, e minimiza toda a complexidade ao sentimento simples, de modo que seu sentimentalismo faz o espectador retornar às suas raízes da vida diária e clama ao amor esquecido (BINKLEY, 2014). Kundera (1985, p. 263) pontua que, no kitsch, existem “lágrimas de emoção”:

O kitsch faz nascer, uma após outra, duas lágrimas de emoção. A primeira lágrima diz: como é bonito crianças correndo no gramado! A segunda lágrima diz: como é bonito ficar emocionado, junto com toda humanidade, diante de crianças correndo no gramado! Somente essa segunda lágrima faz com que o kitsch seja o kitsch.

O fenômeno kitsch apoia-se na memória e nos sentimentos que essas memórias trazem por meio dos objetos, os quais não estão carregados apenas de memória, de personalidade e de histórias, mas de significados, simbologias que representam a visão de mundo que o indivíduo tem e qual a relação que ele tem com este mundo.

São kitsch objetos em si, conjuntos de objetos, atos, situações. Existe uma subjetividade kitsch, uma fruição kitsch, seu característico antifuncionalismo, sua inadequação, enfim todo um repertório de estilemas a compor listas intermináveis. Nesta terminologia reina Moles, quando diz que o kitsch é também “arte da felicidade”, “arte” das desproporções tão bem materializadas nos souvenirs dependurados ou expostos pelos turistas, tidos como os mais clássicos colecionadores do kitsch, quando viajam sequiosos pela aldeia global, na busca das contrafações que confirmem sua gloriosa passagem. Quase desnecessário lembrar a torre Eiffel em chaveiros, miniaturas de elefantes e todos estes gadgets, como documenta didaticamente Moles (LEON, 1994, p. 25).

Vejamos na sequência algumas imagens que exemplificam o conceito apresentado de patrimônio menor dentro do kitsch. A Figura 1 mostra, na decoração externa de uma casa, o jardim, com estátuas de gesso imitando animais. Esses itens decorativos possuem uma das características principais do kitsch: a imitação da natureza. Apesar de ser constituída por inúmeros atributos, a imitação da natureza permanece até hoje como um clássico do fenômeno. A natureza sendo imitada, revestida de materiais como gesso ou plástico, adota o sentido de trazer à experiência estética a reverberação de um mundo que não existe mais na paisagem cotidiana, evocando sensações e devaneios de que o mundo é um lugar aconchegante para se estar (TROMBETTA, 2020). As Figuras 2 e 3 revelam a decoração interna da casa, são imagens de uma geladeira. Além de ímãs de fins puramente contemplativos, existem duas lembrancinhas/*souvenirs*: uma de aniversário (Figura 3) e outra de visita ao Cristo Protetor de Encantado – RS (Figura 2). Também vemos, na Figura 3, ímãs de cunho religioso que imitam a Bíblia Sagrada.

Todas essas imagens representam uma parte do conceito de patrimônio menor em que o kitsch flerta com os anseios do indivíduo. O contexto representa o patrimônio acrescentado na intimidade por meio dos objetos de memória que se transformam em um elo de ligação com a afetividade. O kitsch é autenticamente falso, não tem a pretensão de ser verdadeiro, mas no momento em que dá

sentido aos objetos por intermédio da memória e do sentimentalismo que eles carregam, o indivíduo cria a sua verdade, o seu patrimônio particular, carregado de sentido, nostalgia e emoções.

**Figura 1 – decoração externa da casa**



Fonte: acervo pessoal

Podemos observar algumas características comuns presentes nas três figuras: todas elas carregam a afetividade que o kitsch oferece, como já citado. Na Figura 1, vê-se uma das características marcantes do fenômeno que é a imitação da natureza: desejoso de tornar o ambiente agradável para se viver e contemplar, o indivíduo dispõe sua decoração com as figuras que imitam animais, geralmente animais de fácil convívio, como o cachorro e a galinha – presentes na imagem – e, eventualmente, podem aparecer também sapos e patos.

Já na Figura 2, vemos a imagem da parte frontal de uma geladeira, decorada com ímãs. Um deles é uma lembrancinha de uma viagem. É por meio desses *souvenirs* que o indivíduo pode reviver momentos, contar aos amigos sobre a experiência vivida e expor essa lembrança como forma de preservar o sentimentalismo que o item proporciona. Além do ímã *souvenir*, notam-se outros ímãs com

formato de flores, frutas e borboleta, mais uma vez confirmando a característica do kitsch de imitação da natureza.

**Figura 2 – geladeira de mãe/frente**



Fonte: acervo pessoal

A última figura (Figura 3) é composta pela imagem lateral da geladeira, onde estão dispostos mais alguns ímãs. Alguns deles trazem formas da natureza, caricatas ou não, e um deles tem o formato de Bíblia Sagrada, trazendo uma conotação emocional. O religioso, segundo Moles (2001, p. 48), é um dos grandes aspectos do kitsch:

Na medida em que a religião secular faz uso, segundo uma tradição corrente, da emoção estética que ela recupera a seu favor, está espontaneamente propensa, por razões de eficácia, a fazer um apelo à maioria, e por esta via, a adaptar as normas da arte aos desejos latentes da maioria, na medida em que a religião é capaz de captar essa emoção.

Todas essas figuras compõem o conjunto de materialização do fenômeno estético do kitsch. Por meio dos objetos de memória em sua esfera pessoal, em sua casa, o indivíduo pode, então, fruir de suas lembranças e até idealizar o passado, presente e futuro, “a casa é o nosso canto do mundo. Ela

é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo” (BACHELARD, 1993, p. 24).

**Figura 3 – geladeira de mãe/lado**



Fonte: acervo pessoal

As casas das pessoas não são feitas só de paredes ou materiais de construção, mas sim de móveis, objetos e decorações de múltiplas camadas. Ao adentrar em sua casa, o indivíduo mergulha em seu universo, um universo que é o espelho de sua personalidade: seus medos, anseios, devaneios, suas memórias e esquecimentos. Além disso, pode selecionar quem pode ter acesso a esse mundo (NERY, 2017). A partir do interior das casas dos indivíduos, e obtendo conforto através dos objetos de memória, o kitsch toma forma, configurando um patrimônio menor de memórias significativas e afetivas.

Desde seu surgimento, o kitsch esteve atrelado a polêmicas e inquietações – odiado por uns, amado por outros, sinônimo de felicidade e prazer, mas também de falsidade e superficialidade. Há séculos permeia entre as formas de arte e o comportamento humano, maneira pela qual conseguiu se tornar legítimo. Entender a importância desse fenômeno é entender a necessidade do seu estudo, pois não foi uma vanguarda artística que teve data inicial e final, o kitsch está acontecendo e, desde então, alimenta-se do cotidiano, de coisas simples, do sentimentalismo e do purismo do homem. O fenômeno é um modo de vida.

Diante disso, torna-se imprescindível a análise de um fenômeno que persiste até os dias atuais. Ele está no presente e, enquanto se apoiar nas emoções humanas e nas memórias, ele viverá. É um fenômeno sem data de validade, não é julgado como ultrapassado, existe em concomitância com a existência do homem: enquanto o homem existir, o kitsch também existirá em sua intimidade, em seu patrimônio menor.

### Referências bibliográficas:

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BINKLEY, S. **O kitsch como um sistema repetitivo: um problema para a teoria da hierarquia do gosto**. Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 17, n. 3, 2014. DOI: 10.29146/eco-pos.v17i3.1765. Disponível em: <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1765](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1765)>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- BRULON, B. **Patrimônio Íntimo: a experiência do autêntico nas artes primeiras**. Museologia & Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 31–49, 2016. DOI: 10.26512/museologia.v4i8.16903. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16903>>. Acesso em: 22 janeiro 2024.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1. ed. [S. l.]: Contexto, 2011.
- DOHMANN, Marcus. **O objeto e a experiência material**. Arte & Ensaios, v. 20, n. 20, p. 71-77, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/51555/27918>>. Acesso em: 19 maio 2023.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Debates).
- FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Diálogos, v. 10, n. 3, p. 79 - 88, 5 ago. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>>. Acesso em 20 janeiro 2024.
- GREENBERG, Clement. **Vanguarda e kitsch**. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. Clement Greenberg e o debate crítico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 27- 43.
- IZQUIERDO, I. **Memórias**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 89-112, 1989. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8522>>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- KARPFEN, Fritz. **Kitsch**. Lisboa: Antígona, 2017.
- KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LEON, Ponce de. **Kitsch e cultura: Duelos e Dilemas na Aldeia Global**. João Pessoa: A União, 1994.
- MOLES, Abraham. **O kitsch**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

NERY, Olivia Silva. **Objeto, memória e afeto: uma reflexão.** Revista Memória em Rede, v. 10, n. 17, p. 144–161, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/7485>>. Acesso em: 14 janeiro 2024.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SÊGA, C. M. P. **O Kitsch está Cult. Signos do Consumo,** [S. l.], v. 2, n. 1, p. 53-66, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-5057.v2i1p53-66. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/44361>> . Acesso em: 22 jan. 2024.

TROMBETTA, G. L. **Entre a lágrima e a transgressão: a ambiguidade do kitsch no projeto moderno da arte e da arquitetura.** Revista História Debates e Tendências, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5651>>. Acesso em: 18 de janeiro 2024.

\_\_\_\_\_. **Sentimentalismo e kitsch: pontos cegos no modernismo artístico.** Revista História Debates e Tendências, v. 20, n. 1, p. 152–169, 2019. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10416>>. Acesso em: 18 janeiro 2024.

## Flávio Cerqueira: vozes erguidas, monumentos caídos<sup>389</sup>

Flávio Cerqueira:  
vozes alzadas, monumentos caídos

**Rafael Dantas de Oliveira**

Mestre em Estudos Culturais

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

rafaeldantasdeoliveira02@gmail.com

**Simone Rocha de Abreu**

Pós-doutora em Artes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

simone.rocha.abreu@ufms.br

**Recebido:** 18/04/2023

**Aprovado:** 09/04/2024

**Resumo:** Frente aos debates sobre a destruição, conservação e permanência de monumentos honoríficos de personalidades controversas e de caráter racistas, imbuídos das epistemologias pós-coloniais e decoloniais (MIGNOLO, 2017) e da compreensão dos espaços públicos enquanto constituintes do imaginário e da memória da sociedade (FREIRE, 1997), o presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma leitura crítica das obras *Tinha que acontecer (Cabeça de Bandeirante)* e *Uma palavra que não seja espera*, e compreender o caminho trilhado pelo artista afro-brasileiro Flávio Cerqueira, que, para além de destruir monumentos já existentes, produz novas esculturas monumentais, feitas em bronze. Este trabalho argumenta que essas esculturas de Flávio Cerqueira propõem a destruição das estruturas racistas e sexistas a partir da construção da destruição, e disputam as narrativas, memórias e a própria história.

**Palavras-chave:** Flávio Cerqueira; Antirracismo; Decolonial.

**Resumen:** Frente a los debates sobre la destrucción, conservación y permanencia de monumentos honoríficos de personalidades polémicas y racistas, imbuídos de epistemologías poscoloniales y decoloniales (MIGNOLO, 2017) y la comprensión de los espacios públicos como constituyentes del imaginario y la memoria de la sociedad (FREIRE, 1997), el presente trabajo tiene como objetivo general realizar una lectura crítica de las obras *Tuvo que pasar (Cabeça de Bandeirante)* y *Una palabra*

---

<sup>389</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

que no espera, y comprender el camino recorrido por el artista afrobrasileño Flávio Cerqueira, quien, para Además de destruir los monumentos existentes, produce nuevas esculturas monumentales, realizadas en bronce. Este trabajo argumenta que estas esculturas de Flávio Cerqueira proponen la destrucción de las estructuras racistas y sexistas a partir de la construcción de la destrucción, y disputan las narrativas, las memorias y la historia misma.

**Palabras clave:** Flavio Cerqueira; Anti racismo; Decolonial.

### Flávio Cerqueira, um artista construtor da destruição

“Pensei: eu não vim ao mundo para esperar auxílios de quem quer que seja. Eu tenho vencido tantas coisas sozinha (sic), hei de vencer isto aqui!”

Carolina Maria de Jesus (2014, p. 135)

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, africanos, europeus e nos Estados Unidos da América, têm ocorrido nos últimos anos, durante manifestações e protestos antirracistas e/ou com demais reivindicações de cunho social, imbuídos dos debates e epistemologias pós-coloniais e decoloniais – algumas vezes de maneira isolada, sem estar necessariamente inseridas em contexto de manifestação coletiva – a destruição/destituição de monumentos honoríficos a personalidades históricas, especialmente esculturas.

Entre os monumentos escultóricos que foram alvos recentes dessas ações, citamos a estátua em homenagem ao mercador de escravos Edward Colston, erguida em 1895 em um espaço público na cidade de Bristol, Inglaterra. No momento da proposição da obra, Colston era tido como um benfeitor, entretanto, no protesto de cunho antirracista ocorrido na cidade no dia 7 de junho de 2020, a escultura de Colston foi pichada, retirada do local onde se encontrava, arrastada pelos manifestantes pelas ruas e posteriormente jogada em um rio próximo.

Tal ação e protesto reivindicavam o fim da violência policial empregada à população negra e o fim do racismo. A manifestação foi motivada pela repercussão do assassinato do cidadão afro-norte-americano George Floyd no mesmo ano, na cidade de Minnesota, nos Estados Unidos, durante uma abordagem policial. O fato ocorreu devido ao policial Derek Chauvin ter colocado os joelhos

sobre o pescoço de Floyd, que já se encontrava no chão e imobilizado, sufocando-o. Tamanha truculência e racismo presentes na cena, mesmo aos gritos e súplicas de George Floyd dizendo “Não consigo respirar”, o policial permaneceu pressionando o pescoço da vítima, sem parecer intimidar-se com as filmagens que estavam sendo realizadas ou comovido pelos gritos de socorro das demais pessoas que testemunharam a abordagem<sup>390</sup>.

Na esteira destas manifestações também ocorreram protestos no Brasil. No ano seguinte do assassinato de Floyd, a estátua do bandeirante Borba Gato<sup>391</sup>, presente no bairro Santo Amaro em São Paulo - SP, foi incendiada em uma manifestação popular também de cunho antirracista. Essa manifestação foi assumida pelo grupo *Revolução Periférica*, grupo organizado e que procura reivindicar outras histórias com o protagonismo de grupos subalternizados.

É importante trazer ao debate a informação de que registros desse ato compuseram exposições de arte, como a mostra *Um século de agora*, no Itaú Cultural em São Paulo, entre 2022 e 2023<sup>392</sup>. Repercutido nas mídias e na esfera acadêmica (MENEZES, 2020; RAHME, 2021), a queima do Borba Gato reavivou os debates sobre a destruição de monumentos que homenageiam personalidades colonialistas, escravistas, genocidas, ditadores, entre outros, e que representam o sistema ao qual fizeram parte, neste caso, os bandeirantes, que tinham como função sequestrar indígenas e negros para serem escravizados (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Vale lembrar que os protestos e manifestações contra a presença de monumentos aos bandeirantes em espaços públicos já ocorriam no Brasil antes mesmo do protesto em Bristol, e por diversas vezes o *Monumento às Bandeiras* de Victor Brecheret, instalado na Praça Armando de Sales

---

<sup>390</sup> O caso em questão foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação, entre eles, encontra-se disponível a reportagem publicada pelo site G1. Globo.com, disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2023.

<sup>391</sup> Manuel de Borba Gato (1649-1718) foi um bandeirante paulista e como tal participou das expedições para adentrar o sertão brasileiro em busca de metais preciosos e mão de obra escrava, as suas ações vêm sendo questionadas pelo caráter violento gerando morte e subalternização de inúmeros indivíduos. A escultura intitulada Borba Gato mencionada foi realizada pelo artista Júlio Guerra, começou a ser construída em 1957, após a aprovação em concurso público promovido pela Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de compor as comemorações do IV Centenário de Santo Amaro (COSTA, 2017).

<sup>392</sup> Maiores informações sobre mostra se encontram disponível no link

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento606608/um-seculo-de-agora>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Oliveira - Vila Mariana, em São Paulo e inaugurado em 1953, foi alvo de pichações e outros tipos de manifestações<sup>393</sup>.

Neste cenário, pesquisadores de várias áreas do conhecimento têm buscado encontrar soluções para a questão da permanência ou não desses monumentos controversos em espaços públicos. Alguns, mais conservadores, advogam a favor da permanência desses monumentos onde estão, tendo em vista que já compõem a identidade das cidades, o imaginário da população e são patrimônios materiais que contêm valores históricos e artísticos.

Outros (MENEZES, 2020, n.p.) argumentam que a permanência dos mesmos corrobora com o racismo estrutural e demais formas de opressão devido às ações desempenhadas pelos sujeitos ali homenageados. Com isso, alguns optam não pela destruição, mas pela retirada desses monumentos dos locais em que se encontram e instalação em espaços museológicos que os contextualizem, assim como aqueles que os produziram e financiaram. Nesse sentido, Hélio Menezes argumenta que,

Se a recontextualização dessas estátuas não muda o passado, seu deslocamento informa o que já não se pode mais tolerar se almejamos, de fato, um espaço comum mais democrático, capaz de abarcar memórias plurais e de reparar as histórias jogadas para baixo do tapete da história. (MENEZES, 2020, n.p.)

E acrescenta que,

Monumentos nem sempre são salvaguardas da história. [...] Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. (MENEZES, 2020, n.p.)

Frente a esse debate, apresentamos neste trabalho, como uma possibilidade, as escolhas e os caminhos trilhados pelo artista afro-brasileiro Flávio Cerqueira ao abordar a figura dos bandeirantes e outras representações também de cunho racista. Entre as muitas vozes negras que têm se erguido e conquistado espaço no circuito de Arte Brasileira – devido às reivindicações históricas de artistas e movimentos negros –, o escultor utiliza-se do bronze como uma possibilidade de construção de obras que disputem narrativas, memórias, espaços e a própria história.

Aqui, elencamos três de seus trabalhos, dentre eles argumentamos que dois se tratam de obras que constroem a destruição. A primeira, *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)*, institui um novo

---

<sup>393</sup> Reportagem “Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em 07 ago. 2023.

paradigma através da cabeça decapitada. Flávio Cerqueira expressa sua leitura sobre a história dos bandeirantes e propõe a destruição do status e títulos honoríficos que lhes foram empregados, e por vezes, são lembrados. Ao fazê-lo, o artista constrói a destruição, na qual qualquer intervenção sobre a obra corroborará com a sua crítica aos bandeirantes.

Já na segunda, *Uma palavra que não seja esperar*, a partir do conceito “objetos em estado de exposição” de Igor Simões (2019, p. 70), elaboramos um display imagético que nos permitiu identificar as recorrências no modo de representação de sujeitas negras em obras de arte, inclusive monumentos, que as retratam desempenhando funções subalternas através do ato de carregar objetos, alimentos, ferramentas de trabalho e latas d’água na cabeça, nomeados por Débora Fleck como “corpos-cariátides” (2019, p. 27). Identificamos a ruptura com essas imagens a partir da obra de Flávio Cerqueira que se apropria desse modo de representação e reivindica a humanidade que historicamente lhes fora negada e, conseqüentemente, contribui para a destruição do racismo e sexismo.

Para além da destruição de obras já existentes, Flávio Cerqueira nos instiga a criar. Criar imagens, memórias, histórias e humanidades que buscam destruir aquilo que está posto.

## **Frente ao gigante**

Primeiramente, tendo em vista os diálogos entre história, monumentos, memória, antirracismo e arte, destacamos a obra *Eu te disse...* (Fig. 1) do artista afro-brasileiro Flávio Cerqueira<sup>394</sup>, composta por um par de pernas em bronze dispostas no chão, soterradas por um amontoado de livros de história, geopolítica e política brasileira. Imóveis, as pernas parecem pertencer a um corpo já sem vida e, sendo Flávio Cerqueira negro e autorreferenciado pelo bronze moldado em suas próprias pernas (CERQUEIRA, 2019), nos instiga a refletir sobre quantas pessoas negras a narrativa hegemônica da história soterrou, não citou/contou nas páginas dos livros e muito menos homenageou em monumentos.

Nesse sentido, os livros parecem pesar sobre o corpo, sufocando-o. Sugerem ser tão pesados e esmagadores quanto o joelho do policial sobre o pescoço de George Floyd, dois corpos negros sob histórias ainda tão brancas, ou melhor, embranquecidas. Abrimos essa seção com esta obra, pois ela

---

<sup>394</sup> Nascido em São Paulo, SP, em 1983, Flávio Cerqueira tem Habilitação Plena em Artes Visuais pela Faculdade Paulista de Arte – FPA, e é mestre em Processos e Procedimentos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Biografia do artista disponível em: <http://flaviocerqueira.com/bio-e-cv/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

nos faz questionar quais histórias merecerem serem contadas e, conseqüentemente, preservadas; quais os corpos e memórias que importam e como representá-los.

**Figura 1:** Flávio Cerqueira, *Eu te disse...*, bronze e livros, dimensões variáveis, 2016



Fonte: <http://flaviocerqueira.com/trabalhos/eu-te-disse-2016/> Acesso em: 26.03.2020.

Entre as discussões a respeito da construção de uma cidade, seus espaços públicos e monumentos, reconhece-se esses lugares como manifestações da memória coletiva em diálogo com as memórias individuais. Trata-se de uma relação dialética, pois esses monumentos são constantemente ressignificados ou, usando o conceito de Guilherme Martins, são considerados “pedras vivas”<sup>395</sup> (MARTINS, 2020, p. 7) com as quais se tem contato nas ruas, contribuindo para a construção do repertório imagético e das identidades dos sujeitos, assim como da própria cidade (FABRE, 2019; FLECK, 2019; FREIRE, 1997; MARTINS, 2020).

Segundo a curadora Cristina Freire (1997, p. 45), “os monumentos são um dos suportes mais nítidos e socialmente compartilhados da memória coletiva”. Além disso, compartilhando do pensamento do artista polonês Krzysztof Wodiczko, Freire (1997, p. 86) apresenta que a arquitetura

<sup>395</sup> Guilherme d’Oliveira Martins, pesquisador no campo do patrimônio e ex-ministro da Educação (1999-2000), Presidência e das Finanças (2000-2001) e ex-presidente do Tribunal de Contas (2006-2015) de Portugal, com base em Rabelais, argumenta que “Definido pela ação humana, o patrimônio cultural, longe de se submeter a uma visão estática e imutável, tem de ser considerado como um «conjunto de recursos herdados do passado», testemunha e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança [...] estamos sempre perante «pedras vivas», já que as «pedras mortas» dão testemunho das primeiras.” (MARTINS, 2020, p. 7)

“pode funcionar como um agente ideológico ou parceiro psicológico, e tanto pode educar como participar no nosso processo de socialização”.

Freire (1997) também argumenta que os monumentos carregam uma carga e propósito ideológico, tendo em vista que, na maioria das vezes, são financiados pelo governo, como o já citado *Monumento às Bandeiras* de Victor Brecheret. Outro exemplo, no governo de Getúlio Vargas, “o período foi marcado intensamente por um discurso nacionalista, no qual institucionalizou o culto aos heróis e aos episódios que se caracterizassem como sinônimos de nossa brasilidade” (SQUINELO, 2015, p. 205).

O culto aos heróis já se fazia presente na década de 1920 no Brasil, principalmente São Paulo, que se pretendia modernista através da busca por uma brasilidade, uma identidade nacional inspirada no “exótico” e “primitivo” imbuídos do discurso da mestiçagem e democracia racial (CARDOSO, 2022; MORAES, 1978; HARDMAN, 1992) –, o que resultou na produção de diversos monumentos honoríficos.

Sendo assim, os monumentos “testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar” (FREIRE, 1997, p. 95). Os monumentos carregam valores culturais do seu tempo, e esses valores se transformam conforme os processos e disputas da/na sociedade (FABRE, 2019). Quando ocorrem mudanças de valores, transformações ou rupturas, por exemplo, o rompimento com as filosofias e práticas racistas com as quais Edward Colston e os Bandeirantes agiram e, portanto, passaram a serem representantes, é legítimo o questionamento a respeito dos monumentos que enaltecem valores do “passado”, ou melhor, valores que insistem em se manter desde o passado. Porém, questionamento é sinônimo de destruição? Precisa-se destruir para questionar?

É necessário analisar a destruição desses monumentos históricos não apenas e simplesmente como reações emocionais desprovidas e antagônicas de racionalidade (FABRE, 2019). O questionamento de destruir ou não monumentos que representam/simbolizam opressões históricas tem sido amplamente debatido nas esferas políticas, acadêmicas e populares, e há argumentos plausíveis neste debate em ambos os lados.

Porém, é de conhecimento que em regimes de governos autoritários, por exemplo, durante a ascensão e ao longo dos anos em que Adolf Hitler permaneceu no poder na Alemanha durante a primeira metade do século XX, a censura e a destruição de obras de arte e monumentos que iam de encontro aos valores ideológicos nazistas foram utilizadas como ferramentas estratégicas de opressão

(FREIRE, 1997). No contexto brasileiro, o autoritarismo da ditadura civil militar, na segunda metade do século XX, censurou artistas, lugares, pessoas, movimentos sociais e obras de arte (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Levantamos esses fatos pois, a destruição de um monumento não significa necessariamente liberdade ou rompimento com valores morais e éticos que oprimem determinados grupos sociais; ao contrário, pode vir a significar também um modo de opressão, de silenciamento. Entretanto, a destruição/destituição de um monumento histórico tem o mesmo peso/valor/poder quando realizada por grupos subalternizados e/ou por governos autoritários? A destruição de um monumento histórico, independente do seu propósito original, flerta com o autoritarismo?

Como possíveis respostas à questão central deste trabalho, a destruição, deve-se lembrar que os perigos da mesma são o apagamento e o esquecimento de fatos históricos, personalidades relevantes, e mais perigoso ainda, é que, via esquecimento, certos eventos voltem a ocorrer, e que a branquitude<sup>396</sup>, que é historicamente privilegiada material e simbolicamente e que detém maior poder político, social e econômico se comparada a outros grupos étnico-raciais (SCHUCMAN, 2020), permaneça sem refletir criticamente a sua própria existência.

Outro ponto é que tal discussão gera irritabilidade em alas da sociedade que visam preservá-los e se refere aos monumentos aos bandeirantes e demais obras com teor semelhantes de modo saudosista. Nesse sentido, cabe o argumento de Ana Rahme (2021, p. 153), de que “vale dizer que muitos defendem o *status quo* por apego àquilo que está posto, porque já se acostumaram à presença dessas esculturas e, mais ainda, por concordarem com os valores ali propostos”. Junto a Rahme soma-se a provocação de Silvio Almeida, advogado e ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, ao dizer que “tem gente chorando por estátua e não é capaz de chorar quando morre um negro”<sup>397</sup>, nesse sentido, simbólico e materialmente, quantas vidas negras valem a estátua de um homem branco e quais os valores e estruturas estão postos? Silvio Almeida, ao sistematizar o conceito de racismo estrutural, argumenta que:

---

<sup>396</sup> Segundo a pesquisadora Lia Schucman, “a branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2020, p. 60-61).

<sup>397</sup> Trecho retirado da participação de Silvio Almeida no Programa Roda Viva, emissora de televisão TV Cultura, exibido no dia 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw&t=380s>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra, não a exceção (ALMEIDA, 2020, p. 50).

Sendo assim, monumentos que representam colonialistas, escravocratas, traficantes de escravos, bandeirantes, entre outros, em tom de homenagem, são frutos do racismo estrutural e, ao mesmo tempo, produtores dele.

Para além de repensar as expografias, a alternativa que apresenta maior potência para instigar discussões presentes e futuras – partindo da compreensão de que “a mudança na sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (ALMEIDA, 2020, p. 52) –, e a qual destacamos neste trabalho, se encontra na ação do artista Flávio Cerqueira ao criar obras que disputam os espaços públicos, as praças, museus, ruas e narrativas através da construção da destruição.

Para Flávio Cerqueira, seus trabalhos:

Se constituem em três pilares, [I] as narrativas históricas que já existem e eu tento trazer uma nova interpretação para elas da nossa história oficial [...] [II] tem as narrativas pessoais que são as que eu experimento, seja tendo aquele momento ou seja ouvindo histórias, e [III] as narrativas que são ficcionais, que eu junto coisas com a história.<sup>398</sup>

Ou seja, suas obras não apenas contam histórias, como também disputam narrativas; entre a narrativa hegemônica da história e as histórias vivenciadas, e/ou desejadas/imaginadas. Envolto na disputa, segundo o artista, a representação da figura humana fundida em bronze apresenta-se como a melhor forma para que ele possa se expressar (CERQUEIRA, 2019). Entre as suas produções, elencamos a obra *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)* (Fig. 2) na qual é apresentada a cabeça de um homem, em grandes dimensões, imóvel e com os olhos fechados, barba cheia, semblante suave e sem o restante do corpo, caída sobre uma plataforma de madeira que lhe serve de suporte, separando-a do chão. A cabeça decapitada está sem vida.

---

<sup>398</sup> Trecho retirado do vídeo “MASP Live Hélio Menezes e Flávio Cerqueira” realizado em 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DFQvCrY2hh0>. Acesso em: 19 jun. 2020.

**Figura 2:** Flávio Cerqueira, *Tinha que acontecer (Cabeça de Bandeirante)*, bronze, 135 x 250 x 160 cm, 2016



Fonte: <http://flaviocerqueira.com/trabalhos/tinha-que-acontecer-2016/>. Acesso em: 26/03/2020

A imagem aliada ao título, *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)*, sugere questionar o suposto heroísmo e nobreza empregados à figura dos bandeirantes. Nesse sentido, a obra é uma potente alegoria da necessária revisão historiográfica do papel desempenhado pelos bandeirantes, uma potente opção frente à destruição dos monumentos erigidos em homenagens a esses homens que possuem lugar na história brasileira, em especial à história do estado de São Paulo e seu desenvolvimento.

Darcy Ribeiro (1995) aponta que esses indivíduos tinham como função buscar indígenas no meio das matas fechadas e capturá-los para serem vendidos como mercadoria ou para uso próprio, a fim de desempenharem serviços braçais de forma forçada, além de desbravarem “os sertões do Brasil” (RAHME, 2021, p. 140). Anna Rahme observa que “o termo ‘bandeirante’ personifica o líder colonizador, comandante das Entradas e Bandeiras, cujo ponto de partida ficava em território paulista, que por isso passou a ser conhecido como “terra bandeirante”” (RAHME, 2021, p. 140).

Segundo as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

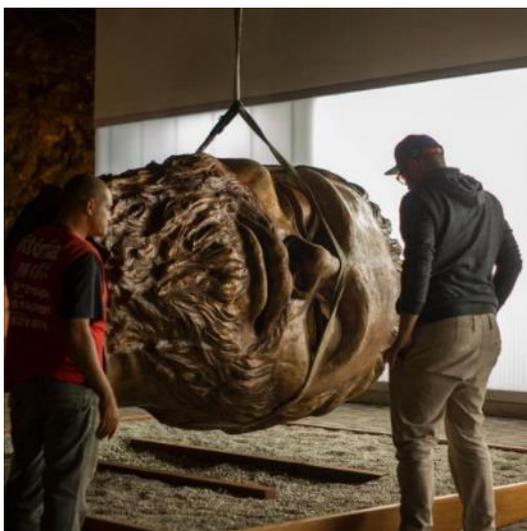
Entre 1600 e 1641 as populações Carijó, do grupo linguístico guarani – localizadas ao sul e a sudoeste de São Paulo –, foram as mais visadas. O movimento atingiu seu ápice nas décadas de 1620 e 1630, quando, ao arrepio da lei e diante do protesto dos jesuítas, expedições bandeirantes quase pareciam grupos paramilitares, tal era seu tamanho e os recursos mobilizados. [...] Os bandeirantes ficaram tão conhecidos na historiografia nacional que sua imagem, devidamente alterada, seria usada pelos paulistas, no começo do século XX, como símbolo do “espírito aventureiro e intrépido da região”. Seriam exaltadas, então, só suas benesses, e eles, descritos como destemidos exploradores do “perigoso sertão” e de suas riquezas minerais. Já a violência inerente à atividade, bem como a empresa de aprisionamento de indígenas, permaneceria esquecida (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 47-48).

Heróis ou raptadores/sequestradores? Desbravadores ou expropriadores? Como encarar essas personalidades e memórias hoje? Ao se debruçar sobre o trabalho da memória e de patrimônios que evocam regimes políticos totalitários, Guilherme Martins (2020, p. 28) argumenta que “O valor do patrimônio cultural, material e imaterial exige a aceitação da verdade dos acontecimentos, positivos e negativos, para que possamos ganhar em experiência, pelo trabalho da memória”.

Desse modo, Flávio Cerqueira reconhece os acontecimentos deflagrados pelos bandeirantes e faz uma escolha que se expressa através da decapitação da cabeça do mesmo e exposição dela em “praça pública”. O título iniciado com o verbo “ter” conjugado no pretérito imperfeito do indicativo – “Tinha” – nos informa que a morte do bandeirante ocorreu no passado (morte física), mas que o processo não foi completamente terminado (morte simbólica).

Esses supostos heróis foram colocados em “altares”, e mesmo já falecidos, seus ideais permanecem vivos e a ferida que causaram no seio do Brasil segue pulsando (GALEANO, 2021). Sangraram o Brasil em nome do dito progresso, da “descoberta” de novos territórios, algo sintomático do colonialismo/colonialidade, o qual Walter Mignolo (2017) nomeia como “o lado mais escuro” da modernidade.

**Figura 3:** Montagem da exposição *Se precisar conto outra vez* realizada na galeria *Casa Triângulo* em 2016, São Paulo. Flávio Cerqueira, localizado no canto direito da imagem



Fonte: (CAMERON, 2020, p. 78-79)

**Figura 4:** Flávio Cerqueira, *Tinha que acontecer (Cabeça de Bandeirante)*, bronze, 135 x 250 x 160 cm 2016, instalada no lago da *Usina de Arte*, Pernambuco



Fonte: <http://www.usinadearte.org/artista-flavio-cerqueira>. Acesso em: 19/03/2023

O registro da instalação dessa obra na exposição *Se precisar conto outra vez*, na galeria *Casa Triângulo* em 2016 (Fig. 3), presente no catálogo do artista (CAMERON, 2020), torna-se significativo da metáfora presente neste texto – “constrói a destruição”, pois Flávio Cerqueira – pequenino se comparado à cabeça em bronze do bandeirante –, se põe frente a esse gigante e tira-lhe a cabeça. Consequentemente, o “herói” cai. Flávio Cerqueira não propõe a “redenção do herói”, arco narrativo comum na literatura.

Diferente de monumentos celebrativos que representam personalidades a partir do busto ou até mesmo somente a cabeça, dispostos em pé, na obra *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)*, a cabeça se encontra deitada, morta ou em repouso, quem sabe, gozando do sono dos injustos. Dada a forma como a obra é apresentada, é possível recordar as decapitações ocorridas em praça pública em momentos pós-revolucionários na Europa, como àquelas transmutadas em pintura por Theodore Géricault (1791-1824)<sup>1</sup>.

É através da cabeça caída, degolada, que Flávio Cerqueira instiga o espectador a mergulhar em quatro aspectos/momentos da recepção: I – o estranhamento, pois a escultura não se assemelha às demais que se encontram nos espaços públicos e com as quais comumente temos contato ao transita-los, em especial, as esculturas figurativas, pelas questões da forma já descritas acima; II – nos transporta para a existência dos bandeirantes e suas ações, rememorando as narrativas que nos foram ensinadas pela história hegemônica, até então; III – propõe a reflexão crítica quanto aos monumentos que homenageiam/celebram a existência e ações dos bandeirantes; IV – a partir de sua ação, a produção da obra, Flávio Cerqueira nos instiga a construir, junto a ele, a destruição, fortemente reforçada pelo título da obra.

Talvez essas sejam as principais razões da obra ter sido exposta majoritariamente em áreas externas, abertas. No sentido metafórico e físico, essa obra parece não “caber” dentro dos muros dos museus; ela necessita estar nas “ruas”, disputando espaço, memórias e narrativas. Atualmente, a obra *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)* se encontra no *Jardim Botânico da Usina de Arte* (Fig. 4), na cidade de Água Preta, Pernambuco<sup>2</sup>. A obra foi instalada dentro do lago presente no jardim, dando

---

<sup>1</sup> Jean-Louis André Théodore Géricault (1791 - 1824) foi um pintor francês ligado ao Romantismo. Viveu e pintou em um período conturbado da história francesa, dedicou-se a investigar através da pintura o tema da morte. São bastante relevantes a sua pintura a Barca da Medusa (1818) que se refere a um naufrágio ocorrido em 1816 e as pinturas de cabeças decepadas retratadas pelo artista logo que caíam ao chão após o guilhotinamento de condenados.

<sup>2</sup> Conforme consta no site da Usina de Arte, em 1929, sob o comando da família Pessoa de Queiroz, a Usina começou a produção de álcool e açúcar, e “Em menos de 20 anos de fundação, o empreendimento alcançou o posto de maior produtora de álcool e açúcar do Brasil nos anos 1950, contando com uma estrutura que reunia hangar, mais de 100km de

a impressão de estar flutuando sobre as águas. A solidez do rosto e a atmosfera de morte contrastam com o movimento natural da água e os significados comumente atribuídos a ela, como vida, purificação e renovação. A monumental cabeça, diferente da escultura de Edward Colston na Inglaterra, não afunda, não some; ao contrário, permanece sobre as águas.

É interessante pensar que aquele que foi tido como símbolo e sinônimo da modernidade no Brasil, cuja função era se embrenhar nas matas para sequestrar e escravizar indígenas e negros – muitas vezes, ocasionando mortes –, levá-los à força para as cidades e que foi tomado como personalidade honorífica do estado de São Paulo, seja decapitado pelas mãos de um artista negro, Flávio Cerqueira. E que, após expô-la no centro urbano da cidade de São Paulo, retorna essa cabeça à natureza, às matas. Decapitada, é comum esperar que a cabeça seja enterrada para que possa descansar, mas o artista lhe nega essa possibilidade. Enterrá-la ou mergulhá-la nas matas seria profanar aquilo que é sagrado para aqueles que por eles foram explorados.

Comum ao campo da arte, a expografia influi sobre a leitura de obras, e neste caso, os locais nos quais a cabeça foi exposta se impõem sobre ela, a compõem. Inserir a cabeça do bandeirante em uma antiga usina de álcool e açúcar datada de 1929 aciona os significados históricos dessa produção atrelados ao trabalho dos negros escravizados, mesmo após a abolição, tendo em vista as consequências de uma abolição (1888) não compensatória aos escravizados, resultando na continuidade do trabalho de muitos destes em lavouras, usinas e fazendas em condições ainda exploratórias (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Retomando o contexto expográfico da cidade de São Paulo, hipoteticamente, se a obra *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)* fosse pichada, rolada pelas ruas da cidade e jogada ao fundo do Rio Tietê, o quê ou quem estaria sendo destituído? A obra de Flávio Cerqueira ou os próprios bandeirantes? Será que é possível destituir/destruir uma obra que já se propõe a ser uma destituição? A destruição da destruição? Quem estaria sendo retirado do espaço de poder, a obra, o artista ou os bandeirantes? A nosso ver, esse é o aspecto mais potente dessa obra de Flávio Cerqueira.

A destruição de monumentos é um movimento que se dá desde a antiguidade, geralmente com o objetivo de sobreposição de um discurso/narrativa/concepção/ideia sobre outro/a, e nisso se dão

---

estradas de ferro, 21 locomotivas e mais de uma centena de vagões para a logística no negócio sucroalcooleiro. Em 1998, atingida por grave crise que assolou outros empreendimentos do tipo na região, a usina encerrou suas atividades de moagem<sup>7</sup>, porém, no ano de 2015 foi retomada pelo casal Bruna Pessôa de Queiroz e Ricardo Pessôa de Queiroz a fim de torná-la um museu e jardim botânico. Ver mais em: <http://www.usinadearte.org/a-usina>. Acesso em: 19 mar. 2023.

as disputas pelo poder. Em protestos e reivindicações como as abordadas na introdução – a retirada e pichação da escultura da Edward Colston, a pichação do *Monumento às Bandeiras* e a queima da escultura do Borba Gato, assim como outros protestos/destruição que se deram na América Latina – a partir da crítica ao colonialismo/colonialidade e demais significados, se apresentam de forma direta.

O mesmo acontece com a censura de obras em contextos autoritários, onde o discurso contrário à liberdade de expressão é evidente. Nesses diversos contextos, ocorrem as discussões sobre a preservação ou destruição dos monumentos, munidos de discursos e teorias que fundamentam ambas as posições e, por vezes, posturas reacionárias.

Por exemplo, de modo geral, aqueles que defendem a permanência dos monumentos aos bandeirantes o fazem argumentando em favor dos seus valores estéticos, artísticos, históricos e simbólicos – pelo menos, para uma parte da população. Os contrários à preservação e manutenção argumentam que tais monumentos reproduzem e mantêm o racismo estrutural, glorificam o período da escravidão e exaltam os algozes.

Entre esses, há ainda aqueles que buscam conciliar os discursos e preservar os monumentos em outros ambientes, talvez melhor contextualizados. Seja qual for a decisão tomada, cada uma originará resultados diferentes, e que conseqüentemente agregará ao discurso contemplado. Porém, a obra *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)* nos apresenta outro paradigma. Seja qual for a decisão tomada e a intervenção sobre a obra, ambas irão agregar à crítica de Flávio Cerqueira aos bandeirantes e à sua glorificação.

Se a obra for preservada tal qual foi produzida por Flávio Cerqueira, seja pela esfera pública ou privada, a ação contemplará a sua crítica direta e propositiva do artista. Se a obra for pichada, destruída ou depredada, mesmo que por sujeitos contrários à crítica de Flávio Cerqueira, em algum nível tal ação corroborará com a crítica do artista, pois os sujeitos depredarão a própria figura de um bandeirante. Caso a obra seja censurada, automaticamente censura-se a figura do bandeirante. Rolar a escultura de Flávio Cerqueira pelas ruas de São Paulo, por desacordo com ela, é rolar a cabeça de um bandeirante. Afogá-la no Rio Tietê, é afogar um bandeirante. Queimá-la, é queimar um bandeirante. Esse é o novo paradigma, a principal contribuição de Flávio Cerqueira não só para os debates antirracistas, mas também para a Arte, de modo geral. Flávio Cerqueira não destrói obras já existentes, mas propõe e realiza aquilo que aqui chamamos de construção da destruição, que difere de construir

a partir da destruição – como se viu na queima da escultura de Borba Gato e sua restauração, ou na pichação da escultura de Edward Colston, onde foi instalada outra escultura no lugar.

Tanto no sentido material, através do processo de cera perdida, quanto no sentido histórico e conceitual, Flávio Cerqueira constrói uma obra que já se propõe a ser a própria destruição. Seja qual for a intervenção sobre a cabeça decapitada, sua crítica se manterá e será reforçada por tais intervenções. Aqueles, contrários à *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)*, ao tentarem destruir a escultura, destruirão aquilo que a própria obra se propõe a destruir. Isso, ao menos no campo da imagem e representação, se credita como potente.

### **Destruindo estereótipos, construindo futuros, eternizando histórias**

Outra obra do artista Flávio Cerqueira que constrói a destruição é a escultura *Uma palavra que não seja esperar* (Fig. 5), produzida em bronze no ano de 2018 a convite do curador Dan Cameron para compor a exposição *Open Spaces*. Inicialmente, foi instalada no campus da *Universidade do Missouri Kansas City – UMKC*, nos Estados Unidos (CERQUEIRA, 2019). A escultura, inteiramente na cor preta<sup>1</sup>, apresenta a figura de uma jovem mulher negra, com cabelos curtos e crespos, lábios grossos e delineados, nariz largo, olhos grandes e expressivos, onde, no lugar das pupilas, se encontram dois círculos vazados. A jovem veste uma saia acima dos joelhos, com poucas ondulações, uma blusa de mangas curtas e gola “Peter Pan” que lhe delineia os seios, e calça sapatos.

O conjunto a caracteriza como uma estudante, e essa leitura se confirma a partir do relato do artista que diz ter se inspirado na história de Ruby Nell Bridges (1954 -), “ativista estadunidense que ficou conhecida por ser a primeira criança negra a frequentar uma escola primária no estado da Louisiana” nos Estados Unidos (CERQUEIRA, 2019, p. 147), além da imagem de pessoas com lata d’água na cabeça no contexto brasileiro<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Flávio Cerqueira utiliza a técnica da pintura eletrostática que “é uma das formas de pintura mais resistente e efetiva existente. Essa pintura utiliza um processo diferenciado por meio de cargas elétricas para a fixação da tinta. Usualmente essa pintura é mais aplicada em superfícies metálicas, mas pode ser utilizada em qualquer material carregado eletricamente [...] para realizar é usado uma pistola de pintura, nela há um compartimento para a tinta em pó e antes do pó ser esguichado para fora o pó é carregado eletricamente com cargas positivas ou negativas e a superfície onde será aplicado será carregado eletricamente com cargas opostas as da tinta.” (TELLES, 2013, n.p.).

<sup>2</sup> Informação disponível no vídeo “MASP Live Hélio Menezes e Flávio Cerqueira”, na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DFQvCrY2hh0>. Acesso em: 19 jun. 2020.

**Figura 5:** Flávio Cerqueira. *Uma palavra que não seja esperar*, bronze, 175 x 38 x 49 cm, 2018. Departamento de Artes, campus da Universidade do Kansas, Estados Unidos



Fonte: <http://flaviocerqueira.com/trabalhos/uma-palavra-que-nao-seja-esperar/>. Acesso em: 26/03/2020

A jovem está em pé, com a perna direita a frente e a esquerda atrás, ambas com os joelhos levemente flexionados, sugerindo movimento, instantes antes do próximo passo a ser dado. Os braços seguem soltos nas laterais do corpo, alternando-se com as pernas. Tudo implica movimento, uma caminhada, até mesmo o local onde a escultura fora instalada – um jardim, com passarelas ao fundo –, instigando o espectador a imaginar os próximos passos. Voltada para a frente com postura ereta e olhar obstinado, mesmo fixa, a jovem, determinada e confiante de si, caminha. Sobre sua cabeça estão empilhados quatorze livros grandes e grossos que se quer parecem pesar ou causar-lhe incômodo. A disposição dos livros sobre essa que caminha é o principal componente que a destaca no cenário. Sem eles, talvez a obra passasse despercebida, seja pelo seu tamanho reduzido, seja por não estar sobre um suporte elevado, como de costume em esculturas honoríficas, e/ou por já estarmos habituados com a presença de esculturas figurativas em espaços como esse – jardins e praças –, mesmo que essa se diferencie da maioria das esculturas por se tratar de uma mulher negra.

Dada a composição da obra, *Uma palavra que não seja esperar* (fig.5) pode causar estranhamento em alguns espectadores, não por ser uma mulher negra carregando objetos pesados sobre a cabeça, mas por esses objetos serem livros. No Brasil, imagens de pessoas não brancas, em especial, mulheres

negras, carregando objetos sobre suas cabeças compõem nosso imaginário individual e coletivo a partir da representação delas na mídia, literatura, música e em obras de arte.

Mas quais objetos são carregados? O que eles nos informam? Ao utilizarmos o conceito “objetos em estado de exposição” de Igor Simões (2019, p. 70), que advoga a respeito da possibilidade de aproximar em um mesmo display (aqui, textual) obras de arte produzidas em períodos distintos, mas que comungam de uma temática, forma ou estilo, é possível identificarmos recorrências e rupturas. Algo similar foi elaborado por Débora Fleck, que, a partir do *Atlas Mnemosyne* de Aby Warburg, elabora um “Atlas do Corpo-Cariátide” (2019, p. 25) composto por 178 imagens de mulheres carregando objetos apoiados sobre a cabeça em diferentes contextos e culturas, entre elas, as cariátides do templo *Erectéion*, localizadas na Acrópole de Atenas, e argumenta que

[...] o corpo-cariátide é um corpo desprovido dessa leveza de trânsito e movimento. Como figura de sustentação, ela precisa manter-se ereta, suportar as dores causadas pelos pesos que a vida lhe impõe. [...] São corpos que carregam muito mais a negação de outras existências que a própria exploração física. [...] Seus gritos são cansados de esforço, de silêncios. Essas mulheres não exercem posição de poder, apesar de suas forças físicas serem constitutivas de equilíbrio (FLECK, 2019, p. 27- 28).

Com isso, fazendo um recorte para o contexto brasileiro, elencamos no presente trabalho diversas imagens de mulheres negras carregando objetos sobre suas cabeças junto a *Uma palavra que não seja esperar* em um display textual (SIMÕES, 2019), a fim de identificar recorrências e rupturas na representação do corpo-cariátide (FLECK, 2019) e compreender como o artista Flávio Cerqueira constrói a destruição dessa representação de subalternidade.

A tela *Tupinambá/Mulher Brasileira* (Fig. 6), pintada por Albert Eckhout durante o período conhecido como Brasil Holandês (1637-1644) – período colonial e de escravidão na região Nordeste – a serviço do conde Maurício de Nassau, retrata em primeiro plano uma mulher, não branca, com o tronco nu, descalça e trajando apenas uma saia. Com o braço direito, a mulher segura uma criança e uma cabaça, enquanto o braço esquerdo se levanta para apoiar uma cesta trançada com palha seca e adornada com grafismos indígenas que é posta sobre sua cabeça.

Dentro do cesto, encontram-se alguns objetos organizados: uma rede dobrada, uma possível cabaça, e outros objetos de difícil identificação. Rebecca Brienen nos chama atenção para o fato de que “o cesto traçado cor-de-palha é a sua única posse visível; e as longas tranças enleadas com fios brancos e vermelhos, o único enfeite aparente” (2010, p. 84). Brienen também direciona nosso olhar para o fundo da tela ao constatar que se trata de um pomar com uma casa, cuja “A presença europeia

vigilante é simbolizada pelo senhor e pela senhora desta casa senhorial tropical, assim reconhecíveis respectivamente pelo amplo chapéu preto e pelas vestes” (BRIENEN, 2010, p. 84), possíveis feitores estrangeiros.

**Figura 6:** Albert Eckhout, *Tupinambá/Mulher Brasileira*, óleo sobre tela, 274x163 cm, 1643



Fonte: BRIENEN, 2010.

**Figura 7:** Frans Post, *Vista de Itamaracá*, óleo sobre tela, 63,5x89,5 cm, 1637



Fonte: BRIENEN, 2010.

Em sua série de “retratos etnográficos”, Albert Eckhout também pintou pessoas negras em modo compositivo semelhante à *Tupinambá/Mulher Brasileira*, com destaque as telas *Homem Africano* (1641) e *Mulher Africana* (1641). Porém, nessas pinturas, as pessoas negras não portam objetos de carga sobre a cabeça. Em *Mulher Africana* e *Mameluca* (1643), ambas não brancas, são representadas com cestas, uma recheada de frutas e outra de flores, mas as seguram apenas com o braço direito. Em *Mulher Tapuya* (1641), a personagem carrega a cesta nas costas, recheada de pedaços humanos de modo a corroborar com os discursos sobre o canibalismo e suposta barbárie dos indígenas que serviram de justificativas para a colonização (BRIENEN, 2010).

Já na tela *Ilha de Itamaracá* (Fig. 7) de Frans Post, que, junto a Eckhout veio ao Brasil a serviço da corte holandesa, são retratados quatro personagens e dois cavalados em uma paisagem. Dois dos sujeitos são homens brancos e trajam o vestuário completo; um está montado no cavalo de cor escura

e o outro, em pé, de costa ao espectador, se volta para a paisagem. Os outros dois sujeitos, retratados como objetos, são negros e vestem apenas calções brancos até a altura dos joelhos, e, assim como em *Mulher Brasileira*, se encontram descalços – signo comum de escravidão (KOUTSOUKOS, 2010).

Sem definição de detalhes, representados como manchas negras, ambos portam cestarias com mantimentos; um a coloca no chão enquanto segura o cavalo branco, e o outro a apoia sobre a cabeça tentando equilibrá-la com a ajuda do braço esquerdo. A composição evidencia que os negros na cena estão à serviço dos brancos, ou seja, são escravizados.

Anos depois, já no século XIX, inúmeras aquarelas de Jean-Baptiste Debret, integrante da Missão Artística Francesa, retrataram pessoas negras escravizadas carregando objetos, cestarias, vasilhas, animais, mantimentos e ferramentas de trabalho sobre a cabeça<sup>1</sup>. Nesse período, marcado por constantes disputas, intenso tráfico negreiro e escravidão (SCHWARCZ; STARLING, 2018), pessoas negras, quando escravizadas, muitas vezes desempenhavam a função de “escravo de ganho”, que se caracterizava em trabalhar nas ruas das cidades e centros urbanos de forma forçada com a venda de produtos ou qualquer outro serviço para o qual fosse contratado, e no qual o valor recebido era entregue ao seu proprietário – alguns escravizados retinham parte do valor conseguido para poder comprar a própria liberdade e dos seus.

Em geral, os produtos vendidos eram carregados sobre a cabeça. Além da função descrita, alguns escravizados eram colocados para retirar das casas os dejetos de seus proprietários e despejá-los em outros locais; e com isso, andavam pelas ruas carregando sobre a cabeça recipientes com as fezes e urinas dos “senhores”. Outros tantos, maioria de mulheres negras, eram vistos carregando trouxas de roupas sobre as cabeças em direção aos rios para lavá-las.

Como se pode ver no trabalho *A Travessia da Calunga Grande: Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637 -1899)* (MOURA, 2012), reiteradas vezes ao longo dos séculos XVIII e XIX, a cena de pessoas escravizadas carregando objetos apoiados na cabeça foi retratada em pinturas, aquarelas e gravuras, em especial, nas obras de Debret (1768-1848), Carlos Julião (1740-1811), Aimé-Adrian Taunay (1803-1828), Johann Moritz Rugendas (1802-1858), Henry Chamberlain (1796-1843), e, mais tarde, também em fotografias. Fabiana Beltramim (2013) ao se voltar para a análise das fotografias e

---

<sup>1</sup> No livro/catálogo *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831* (BANDEIRA; LAGO, 2020) encontram-se diversas obras de Debret que retratam as cenas descritas.

trajetória de Christiano Jr., expoente fotógrafo português do século XIX e que trabalhou no Brasil, se detém às suas fotografias de sujeitos negros e argumenta que:

Por Christiano Jr., [os escravizados] foram retratados tão somente em algumas atividades de ganho. O fotógrafo deixou escapar o “vaivém das ruas”, onde “predominava os movimentos dos carregadores, o ir e vir de escravos com lixos das casas, ou o passar peculiar das mucamas, com potes de barro à cabeça, em direção às poucas fontes da cidade” (BELTRAMIM, 2013, p. 84).

Muitas das fotografias de Christiano Jr., que retratam as funções que os escravizados exerciam, foram realizadas em estúdio. Ao analisar uma dessas fotografias, na qual aparecem um homem e uma mulher negra com cesto e tabuleiro sobre as cabeças, Fabiana Beltramim aponta que:

A mulher negra da corte carioca leva seu tabuleiro sobre a cabeça e carrega em seus ombros todo o imaginário de uma época. Imagem do que era ser mulher e negra no Brasil, ainda escravista. A mulher de Christiano Jr. que olha para o chão é também a mulher de Rugendas, de Debret. [...] Se o retrato fotográfico oitocentista era uma “representação honorífica do eu burguês”, a série de Christiano Jr. é uma representação que cristaliza o que era o negro no trabalho de ganho, seus ofícios, suas vestimentas, suas heranças étnicas. Tem-se, portanto, dentro do estúdio fotográfico, símbolos de poder atribuídos a determinados grupos e negados a outros. (BELTRAMIM, 2013, p. 84-87)

Cabe destacar que, tanto Fabiana Beltramim (2013) quanto Sandra Koutsoukos (2010) apontam que os avanços tecnológicos da fotografia no século XIX possibilitaram sua popularização, e, conseqüentemente, o aumento da circulação dessas imagens. Para aqueles podiam pagar, as fotografias poderiam integrar álbuns de família e/ou serem cartões de visita compartilhados entre familiares e amigos. Dessa forma, as imagens de sujeitos escravizados carregando objetos sobre a cabeça e descalços poderiam ser vistas não só nas ruas, mas também nas fotografias reveladas.

Rafael Cardoso (2022), ao analisar os modernismos no Brasil, os discursos em torno dos sujeitos racializados e as emergentes favelas no século XX, com foco no Rio de Janeiro, aponta que a tela *Tarefa pesada* (Fig. 8), pintada em 1913 por Gustavo Dall’Ara, “figura entre as primeiras imagens a ilustrar um dos lugares-comuns mais associados à favela: mulheres com latas d’água na cabeça.” (CARDOSO, 2022, p. 59). Ou seja, a imagem antes associada à escravidão ganha, após a abolição formal, outro significado, sendo empregada às moradoras das favelas – maioria negra – que iam aos rios, fontes e torneiras públicas para buscar água devido à falta de saneamento básico.

**Figura 8.** Gustavo Dall’Ara, *Tarefa pesada*, óleo sobre tela, 1913.



Fonte: <https://artsandculture.google.com/asset/tarefa-pesada-favela-gustavo-dall-ara/bQHQIHj16tQvCA?hl=pt-br>. Acesso em: 20/03/2023.

**Figura 9.** Registro fotográfico: Fabio Orlando Ortolan. Erbo Stenzel, *Maria Lata d’Água*, escultura em bronze, dimensões variadas, instalada na Praça Borges de Macedo em 1996, Curitiba, PR.



Fonte: <https://www.brasildefatopr.com.br/2021/04/01/agua-pro-morro-a-historia-e-a-identidade-da-artista-brasileira-que-foi-apagada>. Acesso em: 29/03/2023

Em *Tarefa pesada* (Fig. 8), ao pé de um morro, que ocupa metade da tela, encontra-se uma casa de pau a pique, um varal com roupas estendidas e cinco mulheres, todas negras. Uma delas está sentada na entrada da casa, e à direita, duas mulheres descalças estão de costas ao observador, rumo ao varal, e levam sobre a cabeça latas d'água equilibradas com o apoio de uma das mãos. No lado esquerdo, outra mulher, também descalça, retira as roupas da bacia e as estende sobre o gramado para quilar. Ao centro, no primeiro plano, a quinta mulher, em pé, segura uma lata com a mão direita e a esquerda está apoiada na cintura. Seu corpo está curvado, devido ao possível cansaço da labuta no sol a pino, algo também observado por Rafael Cardoso (2022). Sua saia comprida e com babados nos permite entrever o que parece ser um sapato. Toda a cena é acompanhada por galinhas e um cachorro, e nos remete ao trabalho exaustivo de lavadeira exercido por mulheres negras em situações de pobreza no início do século XX.

Cardoso (2022) rememora que a tela recebeu o prêmio de aquisição da *Exposição Geral de Bellas-Artes* de 1913 e críticas que parabenizavam o artista pela execução, sinceridade e realidade retratadas na obra. Com isso, podemos intuir que a imagem de mulheres negras com latas d'água sobre a cabeça era recorrente, se não em telas, como afirma Rafael Cardoso (2022), possivelmente no dia a dia.

Em outro tom, a imagem da mulher negra é tomada pelo ilustrador José Carlos de Brito e Cunha, mais conhecido como J. Carlos, que teve parte de suas obras publicadas em jornais na década de 1920 no Brasil e que reforçavam estereótipos ao retratar negros moradores de favelas de forma jocosa, inferiorizada, ignorante e malandra (CARDOSO, 2022).

Entre as ilustrações de J. Carlos, Rafael Cardoso (2022) destaca a obra publicada na revista *Careta* em agosto de 1920, intitulada *A Favela*, cujo cenário se trata de um morro com casas modestas onde dois negros se encontram no caminho e conversam. A mulher negra, que aparenta maior idade devido ao corpo curvado e por se apoiar em uma bengala, segura uma lata com a mão direita e carrega outra sobre a cabeça. O homem negro, representado como malandro e perigoso, porta uma faca cujo punhal salta da sua cintura e segura um cigarro na mão esquerda apontando para a favela. Sobre esse trabalho, Cardoso argumenta que:

Conforme se vê numa capa da revista *Careta*, desenhada por J. Carlos, os principais marcadores visuais da favela já estavam firmados como convenção em 1920. Subidas íngremes e vistas arejadas; a mulher curvada sob o peso da lata d'água na cabeça, carregando outra na mão direita [...] Com sua sensibilidade gráfica, J. Carlos apanha os fios de diversos discursos visuais, torcidos e distorcidos havia décadas, e cria um tecido imagético que, dali para a frente, prevaleceria como estereótipo e lugar-

comum. As caricaturas racistas dos dois moradores da favela – lábios grossos e vermelhos, grandes pés descalços e feições quase símias – são reforçados pelas roupas maltrapilhas e pela fala esfarrapada (CARDOSO, 2022, p. 68-69).

Com isso, Cardoso (2022, p. 70) afirma que “J. Carlos esteve entre os primeiros a transformar as representações de figuras negras em caricaturas abertamente racistas, gerando estereótipos que lembram uma iconografia norte-americana, mais do que a tradição caricatural do século XIX brasileiro”.

Mais tarde, a imagem da mulher com uma lata d’água sobre a cabeça foi eternizada nos versos da música *Lata D’água* de Luiz Antônio e Jota Junior, composta em 1952 e gravada na voz da cantora Marlene (nome artístico de Victória Bonaiutti de Martino). Os versos dizem “Lata d’água na cabeça/ Lá vai Maria / Lá vai Maria/ Sobe o morro e não se cansa/ Pela mão leva a criança/ Lá vai Maria/ Maria/ Lava roupa lá no alto/ Lutando/ Pelo pão de cada dia/ Sonhando/ Com a vida do asfalto/ Que acaba/ Onde o morro principia”<sup>1</sup>. A música, que se tornou um sucesso nas rádios brasileiras, descrevia em formato de crônica a labuta da personagem Maria que lavava as roupas de outros para sustentar-se. O nome genérico a ela empregado e a função descrita buscavam enquadrar uma imensidão de mulheres negras que sofriam com as consequências da abolição recente não reparatória aos negros, e ao mesmo tempo que pode soar como uma denúncia dessa realidade, também ecoa como uma romantização dessa subalternização.

Também fruto desse contexto, em 1944, o escultor curitibano Erbo Stenzel, na época residindo no Rio de Janeiro, produziu a obra *Água pro Morro*. A partir da análise de arquivos públicos, Eliana Brasil (2021?) e Nathaly Dias (2023) levantam que Erbo Stenzel estudou na *Escola Nacional de Belas Artes - ENBA* no Rio de Janeiro, e em 1944, com o objetivo de receber o prêmio de viagem ao exterior concedido pelo *Salão Nacional da Escola*, esculpiu a obra *Água pro Morro*, porém não o recebeu.

Terminada a sua formação, Stenzel retornou ao Paraná, onde se tornou uma personalidade de destaque e, após a sua morte em 1980, parte de suas obras foram doadas para o Museu de Arte do Paraná, entre elas, a escultura *Água pro Morro*, que na ocasião se encontrava deteriorada. Como constata Nathaly Dias (2023), entre os anos de 1995 e 1998, a prefeitura da capital paranaense, junto a outras instituições, lançou o projeto “Cores da Cidade”, que tinha como objetivo a revitalização de trechos

---

<sup>1</sup> O trecho da música citado encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nOs-4FhBak> Acesso em: 07 ago. 2023.

de Curitiba. Integrando o projeto, a partir de escultura *Água pro Morro* de Erbo Stenzel, que foi restaurada em 1995, a prefeitura mandou produzir uma réplica em bronze para ser instalada junto a uma fonte d'água na *Praça Borges de Macedo* em 1996 (Fig. 9)<sup>2</sup>, constituindo assim um novo monumento.

O monumento é composto por uma mulher negra, com lábios delineados e nariz largo, olhar rente ao horizonte, vestida com uma saia acima dos joelhos, camiseta que delineia seus seios pontudos, turbante e pés descalços. As pernas se alternam: a esquerda levemente flexionada está à frente, e a perna direita está esticada atrás, com o calcanhar levantado, sugerindo movimento, uma caminhada. O braço esquerdo está disposto junto à lateral do corpo e o direito se ergue para ajudar a equilibrar uma lata d'água que se encontra sobre a cabeça da mulher. Aos seus pés, na parte posterior, se encontra uma fonte d'água em formato semicircular. Consta que, em sua inauguração, a escultura era acompanhada por uma placa com alguns informes, mas que posteriormente foi roubada. Aliás, “Já na inauguração, o título da obra foi oficialmente substituído e ambas, escultura e fonte, foram denominadas *Maria Lata d'Água*” (DIAS, 2023, p. 48).

Assim como as ilustrações de J. Carlos, a escultura remete à prática de moradoras de favelas buscarem água nas fontes e torneiras públicas. Porém, não há qualquer menção a quem serviu de modelo para a escultura, e mesmo sendo a representação de uma mulher negra, a escultura não foi instalada para homenagear essas mulheres, mas conforme a fala do prefeito Rafael Greca, para homenagear o artista branco Erbo Stenzel (DIAS, 2023, p. 47)<sup>3</sup>.

Tendo em vista o nome genérico e que reforça estereótipos racistas, Nathaly Dias (2023, p. 48) aponta que “Assim, em uma cidade que é popularmente conhecida como ‘cidade europeia’, que supervaloriza a colonização europeia [...] a maneira como é intitulada a mulher negra parece reforçar o desrespeito com que a população negra foi sempre tratada”. O título primeiro, *Água pro Morro*, assim como a produção da escultura original, são anteriores à música *Lata D'água*, que repete várias vezes o nome Maria e a frase “lata d'água na cabeça”, de modo a tornar quase indissociável o nome *Maria*, a busca por água e o contexto de pobreza, tornando-os quase sinônimos.

---

<sup>2</sup> Outra réplica da obra *Água pro Morro* se encontra desde 2008 no pátio interno do Museu Oscar Niemeyer, PR. Informação disponível em: <https://www.elianabrasilperformer.com.br/agua-pro-morro>. Acesso em: 24 mar. 2023.

<sup>3</sup> Segundo Nathaly Dias (DIAS, 2023, p. 47), “O então prefeito Rafael Greca falava aos jornais da época que a escultura iria “enfeitar a praça” e que o projeto e a escultura tinham o objetivo de “homenagear a volta da cor e do brilho ao casario do Centro e para homenagear a obra de Erbo Stenzel, um dos mais importantes artistas plásticos do Paraná”.

Amplamente difundida nas rádios brasileiras na segunda metade do século XX e presente “na boca do povo”, é plausível supor que a composição de Luiz Antônio e Jota Junior possa ter influenciado diretamente o segundo nome empregado à obra, *Maria Lata d'Água* em 1996 (Fig. 9), somando-se à proposta de inseri-la em meio a uma fonte. Nesse segundo nome, *Lata d'Água* é inscrito como um sobrenome de *Maria*, compõe sua identidade/função.

Despertada pela *Maria Lata d'Água* e a ausência de informações, a artista afro-brasileira Eliana Brasil (2021?) ao analisar os documentos, registros, jornais e anexos da segunda metade do século XX, identifica que Anita Cardoso Neves (nome artístico), com a qual Erbo Stenzel trocava correspondência ao retornar para Curitiba e fora sua modelo para diversos trabalhos na ENBA, incluindo a escultura em questão, na verdade é Emerenciana Cardoso Neves, mulher negra e que também foi aluna na ENBA no Rio de Janeiro.

Em posse dessas informações, Eliana Brasil e coletivos de mulheres negras do estado do Paraná têm reivindicado, inclusive enquanto projeto de lei, a alteração do segundo nome dado à escultura, e que passe de *Maria Lata d'Água* para Emerenciana Cardoso Neves (DIAS, 2023). Além do título pejorativo, Nathaly Dias (2023, p. 55-56) argumenta que “A escultura nesse espaço nos leva a pensar na condição da mulher negra, que carrega o peso do racismo e do sexismo.”, ou seja, pensar o “corporariátide” (FLECK, 2019, p. 27).

Esse fenômeno tem sido nomeado por teóricas feministas negras como “interseccionalidade”, no qual o sexismo e o racismo se inter cruzam de tal forma que produzem discriminações específicas contra mulheres negras e, conseqüentemente, as colocam na base da pirâmide social brasileira, sustentando-a como cariátides (FLECK, 2019; GONZALEZ, 2020; AKOTIRENE, 2019).

Por fim, como se pode ver no conjunto de obras apresentadas, essa interseccionalidade também se manifesta no campo das artes. Diversas vezes a imagem de mulheres negras é acionada e os objetos carregados sobre suas cabeças não são retratados como meros utensílios do dia a dia; estão atrelados às funções subalternas que as sujeitas desempenhavam ao longo do período colonial, século XX e ainda nos dias de hoje, e essa representação conjuga racismo, sexismo e pobreza. O ato de carregar objetos acima do corpo é tomado para distinguir funções e caracteriza trabalhos braçais pouco estimados. Os objetos são símbolo de poder de um outro (branco e masculino) exercido sobre elas (BELTRAMIM, 2013; FLECK, 2019).

A maioria das sujeitas retratadas utilizam as mãos como apoio para equilibrar os objetos sobre a cabeça, e isso nos possibilita afirmar que esses objetos lhes são alheios, não compõem seu corpo, suas identidades, não as integram. Não designam o seu ser. São objetos externos colocados sobre elas pelo racismo e sexismo. Essa é a principal diferença, a ruptura, que encontramos na obra *Uma palavra que não seja esperar* (Fig. 5) de Flávio Cerqueira. Nela, os livros não são alheios à jovem negra. Não são objetos outros que foram postos sobre a sua cabeça para exercer alguma função e que precisam ser equilibrados. Não a subalternizam. Não se tratam de signos de poder alheio exercido sobre ela. Não a colocam a serviço de alguém. Ao contrário, os livros são a externalização da própria jovem mulher negra. O seu ser parece não caber dentro do corpo esculpido e se materializa para fora na forma de livros. Quatorze deles, que podem ser uma alusão à sua idade e/ou uma referência direta, quase alegórica, ao conhecimento criado, adquirido e transmitido por e entre mulheres negras.

Na obra *Uma palavra que não seja esperar* (Fig. 5) os livros remetem a toda uma prática ancestral negra (africana) de carregar sobre a cabeça não objetos de subalternidade, mas alimentos, trajes, paramentos e objetos litúrgicos/sacralizados, em função de si mesma. Neste outro contexto, tomado por Flávio Cerqueira, a mulher negra carrega sua identidade, sua própria existência. Junto aos livros, [o título](#), *Uma palavra que não seja esperar*, se apresenta como uma angústia, cujas palavras parecem partir da própria jovem, como quem diz não ser possível esperar e se vê no papel de assumir o protagonismo de sua própria vida.

Com isso, não estamos afirmando que em outras obras onde negros carregam objetos de tal forma, sem o apoio das mãos, são sinônimos de que os objetos/funções que carregam integram seu ser; inclusive, em outros contextos, podem ganhar outros significados (FLECK, 2019). No entanto, argumentamos que no presente display (SIMÕES, 2019), ao aproximarmos as obras elencadas nesse subitem, é possível identificar a recorrência desse modo de representação para retratar sujeitos racializados em posições/funções subalternas, “corpos-cariátides” (FLECK, 2019, p. 27).

Nesse mesmo display, encontra-se Flávio Cerqueira, que se apropria dessa representação e, assim como em *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)* (Fig. 2), constrói a sua destruição. Por exemplo, em muito se assemelham as obras *Maria Lata d’Água* (Fig. 9) e *Uma palavra que não seja esperar* (Fig. 5), tanto pelas referências imagéticas quanto pela forma, em partes, empregada. Ambas negras, pintadas em preto, vestes similares, postura ereta e orgulhosa, e o movimento sugerido pela posição das pernas. Porém, a primeira, produzida pelas mãos brancas de Erbo Stenzel, reproduz e produz o discurso

vigente de sua época, o racismo e sexismo, através de uma representação que remete ao período colonial e escravista, de forma a negar à retratada qualquer possibilidade de humanidade.

Já a segunda escultura, do artista Flávio Cerqueira, reivindica a humanidade negada e constrói uma proposta de destruição dessa representação. Portanto, Flávio Cerqueira não se propõe a ressignificar esculturas racistas que estão postas, muito menos destruí-las em si; toma outro caminho. Constrói esculturas que disputam os espaços, as narrativas, a imagem, a ideia de humanidade e, com isso, segue em movimento contínuo de destruição do que está posto.

Cabe destacar que recentemente *Uma palavra que não seja esperar* (Fig. 5) compôs a exposição *Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros* realizada no Instituto Moreira Salles - IMS entre os anos de 2021 e 2022, com curadoria de Hélio Menezes e Raquel Barreto. A escultura foi instalada no *hall* de entrada do prédio do IMS localizado na Av. Paulista, São Paulo, voltada para a rua, como se estivesse saindo do prédio. Como é possível visualizar no tour virtual da exposição disponível no site do IMS<sup>4</sup>, ao fundo da imagem se encontram escadas rolantes e, do lado direito, um pilar de sustentação com uma colagem de Janaina Vieira, intitulada *Conhecimento é a única coisa que ninguém tira de nós*, e o poema *Quando eu morrer!* de Carolina Maria de Jesus. Mais uma vez, tudo sugere movimento. Diversas vezes, em tom de denúncia, Carolina Maria de Jesus relatou a imagem de mulheres com lata d'água na cabeça em seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e diz, “Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos” (JESUS, 2014, p. 53). Da mesma forma, Flávio Cerqueira observa tudo e, ao transformar a pele negra em bronze, conta e eterniza a história de muitas mulheres negras.

### **Considerações finais: Uma voz retumbante**

Flávio Cerqueira é uma das muitas vozes negras que têm se erguido e ecoado na arte brasileira contemporânea. Assim como o som de uma orquestra em uma sala de concerto, sua voz preenche o vazio, as lacunas e nos envolve. Porém, dada a potência dessa voz, sua sonoridade escapa das salas fechadas das instituições de arte e consegue reverberar em outros espaços onde vozes negras também não eram permitidas falar. Em meio à branquitude ensurdecidora, Flávio Cerqueira se/nos faz ouvir. Do mesmo modo que as notas ao se projetarem para fora dos instrumentos e reverberarem em nossos corpos, os fazem vibrar, a voz de Flávio Cerqueira nos retira da inércia, convida-nos a construir em

---

<sup>4</sup> Ver mais em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>. Acesso em: 25.03.2023.

conjunto novas histórias e memórias. Através do bronze, material nobre, o artista levanta sua voz e de muitos dos seus, e a partir dela constrói a destruição do que está posto.

Diante da enorme cabeça em *Tinha que acontecer (cabeça de bandeirante)*, Flávio Cerqueira, mesmo pequenino, se faz gigante. O artista retoma a história dos bandeirantes sob perspectivas outras e reivindica sua destruição, o decapita. Ao fazê-lo, Flávio Cerqueira institui um novo paradigma, no qual, qualquer que seja a intervenção sobre a obra, preservá-la ou destruí-la, ambas corroborarão para a sua crítica. Em *Uma palavra que não seja esperar*, Flávio Cerqueira, em diálogo com a história de Ruby Nell Bridges, utiliza a representação de mulheres negras carregando objetos sobre a cabeça em funções subalternas de forma a subvertê-la e, conseqüentemente, contribui para a destruição do racismo e sexismo. Aquilo que as subalternizavam, torna-se expressão de suas humanidades.

Esse aspecto é reforçado pela cor da escultura, que, diferente da maioria das esculturas de Flávio Cerqueira, em mais de dez anos de carreira, é apresenta inteiramente na cor preta. Inserida na exposição *Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros* nos remete à fala da própria Carolina que diz “Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (sic) (JESUS, 2014, p. 64). Por fim, assim como a epígrafe que abre este trabalho e sua autora, além do título empregado à jovem negra que se nega a esperar, Flávio Cerqueira caminha e constrói sobre este mundo.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTONIO, Luís; J. JÚNIOR. **Lata D'Água**. Intérprete: Marlene. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nOs-4FhBak> Acesso em: 07 ago. 2023.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara, 2020.

BELTRAMIM, Fabiana. **Sujeitos iluminados: a reconstituição das experiências vividas no estúdio de Christiano Jr**. São Paulo: Alameda, 2013.

BRASIL, Eliana. **Travessia em Água pro morro: a história nos pertence**. 2021. Disponível em: <https://www.elianabrasilperformer.com.br/agua-pro-morro>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRIENEN, Rebeca Parker. **Albert Eckhout: visões do paraíso selvagem: obra completa**. Rio de Janeiro: Capivara, 2010.

- CAMERON, Dan. **Flávio Cerqueira**: 2009/2019. São Paulo: Iphis Gráfica, 2020.
- CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco**: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CERQUEIRA, Flávio dos Santos. **A escultura no Flagrante da Ação**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182417>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- COSTA, Márcia Maria da Graça. **Lugares de Memória do Bairro de Santo Amaro: A Estátua de Borba Gato**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://200.229.206.179/handle/123456789/181>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- DIAS, Nathaly. Memória, esquecimento e cidadania: Ressignificando “Água pro Morro”. **Revista Vernáculo**, [s. l.], n. 51, p. 43-59, mar. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/87222>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 11, n. 21, p. 8-19, de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/16689>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC; Annablume, 1997.
- FLECK, Débora Balzan. **Educada a suportar**: um atlas ao corpo-cariátide. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203852>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira. **Patrimônio cultural**: realidade viva. Lisboa: Fundação Manoel dos Santos, 2020.
- MENEZES, Hélio. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/monumentos-publicos-de-figuras-controversas-da-historia-deveriam-ser-retirados-sim.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MORAES, Eduardo Jardim. A questão da brasilidade. In: MORAES, Eduardo Jardim. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: EDIÇÕES GRAAL Ltda, 1978, p. 71-110.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

RAHME, Ana Maria Abrão Khoury. A derrubada de cada estátua é um apelo. **Revista ARA**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 131-157, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/182185>. Acesso em: 06 de fev. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, branco e branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.

SIMÕES, Igor Moraes. **Montagem fílmica e exposição: vozes negras no cubo branco da arte brasileira**. 2019. Tese (Doutorado em Artes Visuais – História, teoria e crítica da arte) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197434>. Acesso em 06 de fev. 2022.

SQUINELO, Ana Paula. **A guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

TELLES, Rafael. O que é e como funciona a pintura eletrostática? **Física e Cidadania**. Juiz de Fora – SP, 16 de dez. 2013. Disponível em: [www.ufjf.br/fisicaecidadania/2013/12/16/o-que-e-e-como-funciona-a-pintura-eletrorstatica/](http://www.ufjf.br/fisicaecidadania/2013/12/16/o-que-e-e-como-funciona-a-pintura-eletrorstatica/). Acesso em: 16 jul. 2020.

## Pelos currais, praças, teatros, ruas e clubes de Belém do Pará: as animações da quadra junina nos anos de 1950

Through the corrals, squares, theaters, streets, and clubs of Belém do Pará: the entertainment of the June season in the 1950s

**Elielton Gomes**

Doutorando em História Social da Amazônia

Universidade Federal do Pará (UFPA)

elieltonbcgomes@gmail.com

**Recebido:** 12/01/2024

**Aprovado:** 18/07/2024

**Resumo:** O objetivo desse artigo é investigar as animações da quadra junina, em Belém do Pará, nos anos de 1950. Esses festejos ganharam destaques nas páginas de livros, jornais e revistas que circulavam em Belém no período em questão, onde era possível encontrar notícias que versavam sobre esse momento festivo. As festas juninas, de grande importância para parcela significativa da sociedade belenense, contavam com a participação de diversos conjuntos musicais, grupos juninos e de aparelhos sonoros animando esses eventos realizados em diversos espaços do subúrbio e do centro da cidade. Essa investigação contou, principalmente, com o auxílio de fontes disponíveis nos jornais A Província do Pará, O Liberal, O Estado do Pará e Folha Vespertina publicados na década de 1950, podendo ser identificadas também algumas informações disponíveis em livros de memórias que versam sobre o tema em questão.

**Palavras-chave:** Belém do Pará; Imprensa; Festas Juninas.

**Abstract:** The objective of this article is to investigate the June festivities, in Belém do Pará, in the 1950s. These festivities were highlighted in the pages of books, newspapers, and magazines circulated in Belém during the period in question, where it was possible to find news that dealt with this festive moment. The June festivities, of great importance for a significant portion of Belenense society, included the participation of various musical ensembles, June groups, and sound equipment animating these events held in multiple spaces in the suburbs and the city center. This investigation relied mainly on the help of sources available in the newspapers A Província do Pará, O Liberal, O Estado do Pará, and Folha Vespertina published in the 1950s, and some information available in memoirs that version of the topic in question.

**Keywords:** Belém do Pará; Press; June festivities.

### Introdução.

O presente artigo é resultado de estudos e reflexões teóricas associadas às pesquisas sobre as expressões da cultura popular e da cultura de massa na capital paraense em meados do século XX<sup>5</sup>, onde um levantamento de fontes, sobretudo jornalísticas<sup>6</sup>, se deu entre os anos de 2010 e 2015, compondo, portanto, produções acadêmicas (TCC<sup>7</sup> e Dissertação<sup>8</sup>) frutos dessas investigações e análises. Diferente dos objetivos das produções já indicadas, o texto em questão busca averiguar as práticas de lazer e sociabilidades de parcela dos moradores de Belém do Pará, como, por exemplo, as animações da quadra junina nos anos de 1950, percebendo essas experiências enquanto ações importantíssimas no processo de expansão das opções de divertimentos naquela capital.

*A priori*, as festas juninas são apresentadas a partir da perspectiva histórico-antropológica, tendo em vista percebe-las enquanto expressões culturais do povo brasileiro, indicando as mudanças e

---

<sup>5</sup> Projeto de pesquisa coordenado pelo professor doutor Antonio Maurício Dias da Costa, entre os anos de 2010 e 2012, e intitulado de “Expressões da Cultura de Massa e da Cultura Popular em Belém na segunda metade do século XX” que tinha como objetivo levantar dados para a compreensão da relação entre a cultura de massa, sobretudo, radiofônica e bailes dançantes populares em Belém a partir da década de 1950.

<sup>6</sup> Os periódicos utilizados nesse artigo encontram-se disponíveis, para consultas públicas, nos arquivos (hemeroteca e microfilmagem) da Biblioteca Pública Arthur Vianna, localizada em Belém do Pará. Na elaboração desse texto, foram analisados os seguintes jornais: **O Liberal**, **A Província do Pará**, **O Estado do Pará** e o **Folha Vespertina**, todos dos anos de 1950, além de alguns livros de memória que tratam do tema aqui exposto. Esses materiais são aqui utilizados enquanto representações sociais acerca das práticas de lazer e sociabilidades, bem como um artefato corriqueiro sobre a vida cotidiana, associadas ao momento festivo conhecido como “quadra junina”, em Belém do Pará, no período estudado. Embora sejam analisados e utilizados quatro periódicos, percebe-se, ao longo do texto, uma concentração em dois desses jornais (**A Província do Pará** e **O Liberal**) que apresentavam, com mais intensidade, essas vivências socioculturais ao longo da cidade. No entanto, embora os demais jornais apareçam com menos frequência ao decorrer da narrativa, revelando, mesmo que indiretamente, a pouca atenção dada, em suas páginas, aos festejos populares naquele momento, é de suma importância apresentá-los, visando indicar as formas que os funcionários daquelas gazetas, quando abordavam, representavam aqueles momentos de lazer.

<sup>7</sup> O estudo, intitulado de “A “quadra joanina” na imprensa, nos clubes e nos terreiros da Belém dos anos 1950: “tradição interiorana” e espaço urbano”, abordou o processo de espacialização da quadra junina em Belém em meados do século XX.

<sup>8</sup> Dissertação de mestrado intitulada “Adeus Maio! Salve Junho! narrativas e representações dos festejos juninos em Belém do Pará nos anos de 1950”, defendida em janeiro de 2016 pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). A pesquisa em questão buscou analisar as narrativas e representações dos festejos juninos, na capital paraense, nos anos de 1950, frente os discursos de jornalistas e intelectuais que escreviam sobre essas experiências festivas na imprensa local do período.

permaneças, bem como as peculiaridades, sobretudo daquelas experimentadas em Belém do Pará no recorte temporal proposto. Em seguida, trata-se das representações dessas práticas culturais nas páginas de jornais e livros de memórias que circularam na cidade, especialmente no anos de 1950. Isso nos permite perceber os múltiplos olhares, principalmente daqueles que na imprensa local atuavam, acerca desses momentos e lazer e sociabilidades de parcela significativa dos habitantes da capital paraense. Por fim, é dado destaque as animações das festas juninas na *urbe* (Cordões de pássaros e bichos, Boi Bumbá, Jazzes Orquestras e Sonoros), associadas ao processo de expansão das opções de divertimento naquela paragem da Amazônia.

No mês de junho é possível ouvir ritmos e gêneros musicais, em diversos bairros da capital paraense, que lembram as festas juninas, seja por meio de rádios, “carros de som”, televisões, ou mesmo através de músicas cantadas, com muita energia, por quadrilheiros, bumbás, grupos de pássaros e bichos e parafolclóricos regionais. Pelo menos desde a segunda metade do século passado essas características, que remetem ao modelo das festas juninas da cidade, estão presentes no cotidiano festivo da população local.

De grande expressão no Nordeste brasileiro, as festas juninas, em Belém do Pará, Norte do Brasil, têm sua importância e singularidades. Nelas, principalmente na metade do século XX, pode-se observar uma pluralidade na forma de festejar e viver esse momento de lazer e sociabilidade no meio urbano. As páginas de jornais e revistas que circulavam na cidade, nos anos de 1950, são um dos meios pelos quais podemos alcançar informações valiosas acerca dessa prática festiva que, por anos, agracia parcela significativa da sociedade belenense. É, de fato, importante salientar que a visão sobre os acontecimentos presentes na imprensa local é entendida aqui como parcial, na qual se pode identificar os pontos de vistas sociais, econômicos, políticos e culturais daqueles que escreviam nas páginas de jornais e revistas da época.

Por diversas vezes, ao entrar em contato com recortes documentais do período, pôde-se perceber o romantismo acentuado com o qual, redatores da imprensa paraense, descreviam os eventos juninos que ocorriam ou estavam para acontecer na cidade. O saudosismo, geralmente, imperava por entre os demais sentimentos que tais jornalistas e cronistas expressavam em seus textos quando se referiam à quadra junina. Termos como “Época mais feliz”, “Noite de Ilusões”, “Quadra buliçosa”, “Noites de doces ternuras”, entre outros, poderiam aparecer, quase que frequentemente, em artigos, notas e/ou convites sobre as festas juninas, em Belém do Pará, de meados do século XX.

Não se limitando aos espaços das gazetas locais, esse sentimento nostálgico poderia também ser observado na estrutura simbólica da festa e no linguajar daqueles que dela, assumindo papéis e funções diversos, participavam. Nesse sentido, os sujeitos que trabalhavam na imprensa paraense, de maneira consciente ou não, adquiriam, frente à sociedade belenense, uma posição, de mediador cultural, na qual, diante de seus discursos, influenciavam o modo de viver a festa na cidade.

É importante destacar que a caracterização, bem como a reprodução de um suposto comportamento e fala do homem interiorano, nas festas juninas, presentes até os dias de hoje, em muitas localidades do Brasil, como indica Luciana Chianca, “representava de modo exemplar os paradoxos das duas imagens mais recorrentes do sertão: por um lado, ela exaltava certa nostalgia, enquanto, por outro, insistia sobre a “formulação humorística dos estereótipos rurais”” (CHIANCA, 2006, p. 50).

Embora se referindo às experiências festivas do mês de junho, no Nordeste brasileiro, esses elementos, problematizados pela autora, podem também serem percebidos no festejar a quadra a junina em Belém de meados do século passado. Segundo nota jornalística de junho de 1958, presente no jornal *A Província do Pará*, práticas comumente apontadas como representativas do mundo rural, durante as festas juninas da cidade, eram descritas e, direta ou indiretamente, incentivadas aos leitores da época.

A animação é enorme entorno de fogueira crepitantes onde as famílias vão dilatando o círculo de parentes. (...) A cidade, desde ontem apresenta aspecto diferente dos dias comuns, com moças e rapazes vestidos de chitão e capelas de samambaias à cabeça, andando pelas ruas (...) (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 24/06/1958, p. 5).

A representação do homem do campo, nas festas juninas da cidade, revelava uma tentativa de, não só os brincantes como todos os que por detrás da festa se encontravam, representar a cultura do rural em um espaço que vivenciava acentuado processo de urbanização e modernização, apresentando, nesse contexto, uma enorme e estereotipada comparação: o campo, enquanto sinônimo de atraso, e a cidade, enquanto sinônimo de progresso. Diante disso, Enid Yatsuda (1987) observa que o homem do campo era o entrave para que um país subdesenvolvido torne-se desenvolvido, como ingenuamente acreditam alguns, embora, nos discursos daqueles que escreviam na imprensa local, se faça presente a ideia de busca da permanência daquilo que não gostariam de perder como, por exemplo, os costumes desses que viviam no meio rural.

### Festa Junina em Belém do Pará nos anos de 1950.

Dois de junho de 1951. No jornal A Província do Pará, na seção "VIDA SOCIAL" da página 5, está impressa a manchete: "Mês das fogueiras". A matéria que chegava até o leitor era um alerta à sociedade de que o "junho barulhento, cheio de novidades e foguetinhos" havia chegado. As comemorações da "ruidosa quadra joanina" começaram, o que, por certo, despertaria a alegria de parcela da sociedade local e daria "vida e encanto" aos bairros suburbanos e centrais da capital paraense.

Em noites de festejos em homenagem aos santos juninos, por diversas localidades de Belém do Pará, os dizeres "Santo Antônio disse... São João confirmou... Que Jesus Cristo mandou... Que você será minha noiva", ecoou diversas vezes sobre as fogueiras construídas, quase sempre, de "tabuas velhas, galhos de mangueiras e até pedaços de estacas, furtadas certamente dos quintais vizinhos pela garotada levada da bréca..." (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13/06/1957, p. 6).

Isso também pode ser observado no livro "Histórias do meu suburbio: chronicas humorísticas" de Lindolfo Mesquita (1941), também conhecido como Zé Vicente. Neste livro, o autor tenta aproximar o leitor de algumas histórias vividas ou ouvidas, pelo mesmo, nos subúrbios da capital paraense na primeira metade do século XX.

Sobre as práticas populares, na época junina, Zé Vicente aborda um dos principais momentos vividos especialmente pelos jovens das margens de Belém: o "pular" a fogueira. Com o título "Passando Fogueira", o autor descreve, quiçá, o início de um relacionamento entre um casal de jovens de um bairro pobre de Belém, relacionamento esse que a mãe da menina, obviamente, não aceitaria bem e que, provavelmente, terminaria com o casamento dos amantes no cartório e na igreja.

Quando a fogueira estava mais baixa, a Nonóca convidou:

- Vamo agora passá de primo?

O Belmiro deixou o chapéu na cadeira, repuxou mais os cós das calças, apertou o cinturão noutro buraco, e sahiu para o meio da rua.

A meninada corria de um lado para o outro, atirando brazas para cima, numa gritaria ensurdecedora.

Ahi o Belmiro virou-se para o lado da Nonóca, a vêr se a mãe desta estava observando, e declarou:

- Eu num quero passá de primo.

- De qui é, então, qui tu qués?

- Eu quero passá de marido.

A Nonóca ficou vermelha e observou:

- Mas eu nunca vi se passá fogueira de marido e muié. Eu tenho visto de primo, cumpadre e de mano...

- Isso era antigamente. Agora a gente já tem mais liberdade.

A pequena passou para o outro lado, a mão presa na do Belmiro:

- São João disse e São Pedro confirmou que nós haverá...

Ficou com vergonha de dizer o resto, mas o Belmiro completou;

- Que nós haverá de se casado, que Santo Antônio mandou.

Ao terminar, elle beijou a mão da Nonóca e murmurou:

- Boa noite, minha esposa...

E ella respondeu:

- Boa noite, meu marido.

O Belmiro ficou radiante com aquillo, o coração palpitante mesmo, tanto que não resistiu e puxou a Nonóca, dando-lhe um beijo nos olhos ardentes de fumaça.

Foi nesse momento exacto que a mãe da pequena surgiu na porta, dando de cara com aquelle lindo postal joannino.

A Nonóca não poudé se justificar sem confessar:

- Nós... nós... passemos fogueira de marido com muié, mamãe.

A velha agarrou o Belmiro pelo braço e ameaçou:

- Pois, então agora você vae vê que qualidade de sogra foi arranjá.

E concluiu:

- Esta noite você casou na fogueira, mas amanhã tem que casá no civir e no catholico, pruguê eu num quero vê adispois os meus netos prijudicado por falta dos papeos que a lei inzige (MESQUITA, 1941, p. 27-28).

Dentro das representações e construções constituídas a partir dos parâmetros intelectuais presentes na imprensa, esse era o encanto do mês que invadia as páginas dos jornais, livros e revistas que circulavam pela cidade, bem como os diversos espaços de festas de Belém do Pará; que afluíam os desejos de homens e mulheres, meninos e meninas, velhos e velhas que praticavam, veementemente, superstições e crenças em busca da felicidade, quase sempre relacionadas ao amor. Um mês de banhos perfumados feitos de cascas e raízes encontradas no coração da Amazônia, trajes caipiras, “casamentos na roça”, danças executadas por jazzes orquestras, conjuntos Pau e Corda e sonoros; bumbás e cordões de pássaros e bichos que embelezavam as praças, bosques, terreiros e clubes em busca do título de melhor do ano, o “mês da felicidade”, cheio de utopias, de sons, sabores, danças e cores.

Esses festejos alcançavam as páginas dos periódicos da cidade nos últimos dias do mês de maio, quando se constatava espaço para anúncios de vendas de tecidos típicos de trajes juninos, de bebidas, de discos com temas “próprios” para o momento festivo e de fogos de artifício, o que era intensificado durante todo o mês seguinte. Alguns jornais e revistas daquela época propagandeavam, em suas páginas, os diversos festejos populares realizados na capital paraense, principalmente aqueles referentes ao Carnaval, aos Festejos Juninos e ao Círio de Nazaré, apresentando ao consumidor um pouco do cotidiano festivo da cidade.

Porém, várias são as atenções a serem seguidas por historiadores que lidam com recortes documentais jornalísticos. Eles podem reproduzir uma versão dominante dos acontecimentos do dia a dia. Ou seja, como sugere Roger Chartier (1991), podem ser entremeados por posicionamento políticos e por influências socioculturais, em que tais discursos tendem a estabelecer uma autoridade e até mesmo legitimar escolhas, pois as representações, nesse caso as jornalísticas, “marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991, p. 183). Assim, vale pontuar que a imprensa é percebida aqui como elemento de divulgação de pontos de vista de literatos e jornalistas e que, portanto, elucubram interesses particulares.

O hábito de celebrar os chamados santos juninos vem, há muito tempo, ganhando espaços consideráveis, principalmente nas cidades. Em Belém do Pará, na década de 1950, essas celebrações estiveram ligadas tanto às questões religiosas – “catolicismo oficial” e “catolicismo popular” – quanto às práticas festivas profanadas, associadas ao entretenimento e, ao mesmo tempo, em diálogo com formas tradicionais e canônicas de religiosidade cristã.

Nesse cenário festivo, geralmente, três santos são aclamados e celebrados, no Brasil, ao longo do mês de junho: Santo Antônio, no dia 13, São João, no dia 24, e São Pedro, no dia 29. Porém, em algumas paragens do país, em especial em Belém do Pará, outro santo se junta aos mencionados antes e completa, finalizando, as homenagens dessa quadra festiva; falo de São Marçal, celebrado no dia 30 de junho.

Sobre as festas de santos, postas em prática na capital paraense e em outras localidades do estado do Pará, Carmem Izabel Rodrigues aponta que:

Herdeiras de *tradições* seculares que consagraram esses santos protetores na capital e nas cidades do interior próximas a Belém, as festas atuais mantêm, por um lado, diversos elementos das festas mais antigas, ao mesmo tempo em que também se transformaram em outras festas, adaptadas à diversidade própria da modernidade urbana presente na cidade de Belém. (RODRIGUES, 2008, p. 224)

Diante disso, fica claro que as festas juninas são, na sua dimensão histórica e social, experiências que, apesar de na década de 1950 representarem um contexto quase totalmente profanado, dialoga, ainda que superficialmente, com o religioso, trazendo “experiência cultural mutante, ligada às diversas esferas da vida social, cuja reprodução está condicionada à multiplicidade de interesses de agentes internos e externos ao evento” (COSTA, 2009, p. 76). Elas – as festas juninas – sejam na Amazônia, ou em outras localidades do Brasil e, até mesmo, fora dele, estavam sujeitas às modificações ou

reinvenções, pois, a cultura popular não era e nem é estática, muito menos, homogênea. Essa tinha e ainda tem como principal característica a heterogeneidade, que é uma consequência direta das relações sociais entre o campo e a cidade, o popular e o erudito. Ou seja, “o povo não é uma unidade culturalmente homogênea, mas está culturalmente estratificado de maneira complexa” (BURKE, 2010, p. 57), pois é impossível apontar onde começa uma esfera e onde termina outra.

Diante disso, pensar a cultura como algo homogêneo é esquecer e desconsiderar os elementos comuns aos grupos que dela usufruem. Esses elementos provêm do processo de hibridização, traduções, intercâmbios e reconstruções culturais que interligam todas as culturas, pois “nenhuma delas é única e pura, todas são híbridas, heterogêneas” (BURKE, 2010, p. 53).

Na capital paraense as festas juninas, assim como outros eventos festivos, aconteciam em diversos ambientes sociais, desde praças públicas até clubes sociais e desportivos espalhados pela cidade, ocupando, nesse caso, diferentes locais “embora as ruas e as calçadas fossem também o lócus da sociabilidade festiva” (CHIANCA, 2006, p. 17). Como composição desses momentos de diversão, eram contratados grupos musicais (as jazzes orquestras e grupos de pau e corda), aparelhos sonoros (picarpes) de grande popularidade na cidade e eram, também, realizados amostras e concursos de boi bumbá e cordões de pássaros e bichos durante todo o mês de junho, alcançando a alegria de parcela dos moradores de Belém do Pará.

### **As animações dos dias festivos.**

Os dois combinaram ir assistir ao ensaio do “Boi Farofeiro”, cujo arraial estava fervilhante.

Mamãe, a senhora deixa eu ir cum o Lixandre vê a cumedia do “boio”?

Era só o qui fartava... Eu num te quero mettida pulos curráo desses bichos, não.

- Mas mamãe, lá é tudo direito e tem orde, ninguém se mistura cum gente ordinara.

- Eu posso deixá tu i, mas eu tombem vou.

-Mas pru favo a senhora, condo dé nove hora, não se ponha cum o aperreio de vamo imbora, vamo imbora...

- Tá bão, já chega! Pulo que vejo tú já qué me gunverná, mas quem me mandava já morreu!

A’ noite o Alexandre sahiu com a Enedina e mais a mãe desta para o arraial do <Boi Farofeiro> (MESQUITA, 1941, p. 91).

Das expressões populares de grande importância em Belém do Pará, durante as festas juninas, pelo menos desde as primeiras décadas do século passado, temos o boi bumbá e os cordões de pássaros

e bichos. Estas manifestações populares unem diferentes valores culturais as quais são “revestida[s] de representações peculiares na expressão e no enredo, que se moldam à realidade de cada região onde acontece” (DIAS JR, 2009, p. 87).

Sobre a encenação teatral, de caráter popular, conhecida como Boi Bumbá, no estado do Pará, essa busca apresentar a narrativa cômica da morte do boi, para atender os desejos de Mãe Catirina de comer algumas partes do animal, durante sua gravidez. Pai Francisco (Nêgo Chico), esposo de Mãe Catirina, tendo em vista agradar sua mulher, mata o boi, de propriedade do fazendeiro, sendo, em seguida, descoberta a ação pelo dono do mesmo. Uma caçada a Pai Francisco se dá, desvairadamente, pelos “homens” do fazendeiro e por alguns indígenas que conheciam a região, os quais, ligeiramente, localizam Nêgo Chico e logo o levam para a fazenda onde o assassino do boi sofre terríveis castigos físicos.

A partir de então, desenrola-se a empreitada árdua da ressurreição do animal, na qual, em um primeiro momento, Pai Francisco busca auxílio aos doutores da região, onde não encontrara nenhum êxito. Aflito, Nêgo Chico recorre ajuda a um pajé, que, com muito sacrifício, consegue ressuscitar o boi. A ocasião da ressurreição do animal é comemorada com intensa alegria, muita música e dança, em torno do animalesco, por todos que ali estavam, principalmente por Pai Francisco que, nesse momento, se encontra livre de suas punições.

Já os Cordões de Pássaros e Bichos (de onças, peixes, camarão, caranguejos, etc.) são igualmente de origem rural. É um espetáculo de fantasia popular, no qual, segundo Edison Carneiro (1956), busca-se a defesa da flora e fauna da região Norte. Se aproximando bastante do enredo mostrado nas apresentações de boi bumbá, os cordões de pássaros e bichos, sempre representados por uma ave ou um bicho, desenvolve seus cortejos abordando temas que envolvem a caçada, morte e ressurreição do animal. Estabelecido, principalmente em semicírculos, o grupo canta e dança ao som de tambores e outros instrumentos musicais.

Edison Carneiro, ao qualificar os espetáculos exibidos por esses grupos de “teatro dramático-burlesco popular”, ressalta que essas exibições são compostas a partir de uma perspectiva singular, na qual é possível observar “uma estranha mistura de novela de rádio, burleta e teatro de revista, a qual não falta cor local”, na qual se pode identificar “fidalgos vestidos à moda do século XVI ou XVII”, em diálogo com os costumes jocosos dos “matutos” amazônicos. Os “atores”, tendo em vista alcançar

os aplausos ou risos da plateia, modificam a língua portuguesa dentro das representações teatrais do gênero (CARNEIRO, 1982, p. 158).

Essas apresentações culturais, segundo Sidney Piñon, são elementos importantíssimos da cultura amazônica, onde, de acordo com seus “dono” e “brincantes”, não pode ser encontrado em nenhuma localidade fora do Estado do Pará. Esse autor aponta que, na capital paraense, esses grupos estão distribuídos por seus respectivos bairros e distritos, “realizando concretamente as ‘brincadeiras’”, tendo elas um sentido social de grande importância para aqueles que as vivenciam (PIÑON, 1980).

Em Belém do Pará, durante os anos de 1950, os grupos conhecidos como boi bumbá e cordões de pássaros e bichos apresentavam-se em diversos ambiente de lazer e sociabilidade espalhados pela cidade como, por exemplo, as praças, clubes, terreiros de ruas, bosques e escolas, buscando, sempre, alcançar grande êxito em cada apresentação, “fazendo do espetáculo uma representação pomposa, cheio de luxo e requinte com intuito de mostrar o valor do “brinquedo” aos concorrentes e aos espectadores” (DIAS JR., 2010, p. 83).

A imprensa paraense desse período era um dos meios pelos quais parcela significativa da cidade tinha acesso a informações sobre as exposições dos “grupos joaninos”, que ocorreriam na cidade, ao longo da “encantadora quadra joanina”. Essas exposições, quase sempre, estavam relacionadas aos projetos culturais e políticos desenvolvidos pela Comissão Paraense de Folclore, com objetivo de promover a expansão desses espetáculos para além do subúrbio belenense, ou seja, em direção ao centro da capital paraense, como foi exposto pela imprensa local nos anos de 1950.

No mês das fogueiras, dos fogos e dos balões; de Antônio, João, Pedro e Marçal, existe também os “grupos” que nos palcos exibem com graça e encantamento a sua peça, a qual é desempenhada com grande entusiasmo e realidade por parte de todos os que a executam (O LIBERAL, 28/06/1952, p. 2).

## **EXIBIÇÕES DE GRUPOS NAS PRAÇAS PÚBLICAS**

Como foi divulgado, este ano os grupos joaninos visitarão nossas praças públicas, exibindo-se gratuitamente ao povo. Deve-se essa inovação à Comissão de Folclore organizada pelo sr. Lopo Alvares de Castro, prefeito municipal de Belém, que decidiu organizar festejos nas praças atendendo ao apêlo de numerosas famílias que se viam impedidas de comparecer ao teatrinho dos bumbás, por motivos diversos. Assim, diversos grupos e cordões de bumbá visitarão as praças Batista Campos, Justo Chermont, República e Brasil, exibindo-se ao público (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12/06/1951, p. 8).

### **Exibição de grupos juninos no Variedades**

### O programa – Quatro “passaros” serão apresentados.

Prossegue despertando grande interesse no público de Belém, as demonstrações que serão levadas a efeito pelos conjuntos juninos, no Teatro Variedades. Diversos grupos se apresentarão naquele local, destacando-se as exibições que serão feitas pelos grupos Rouxinol, no dia 22, Tem-Tem no dia 24, Quati, no dia 26 e novamente Tem-Tem no dia 28, que encerrará as demonstrações oficiais da quadra (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12/06/1955, p. 3).

Continua despertando interesse o grande concurso de grupos juninos, que a exemplo dos anos anteriores, promoverá nesse ano a Comuna Belemense na orientação do seu Departamento de Divulgação, Turismo e Certames, no dia 28 e 29 do corrente, no Bosque Rodrigues Alves, às 8,30 horas, com a finalidade de incentivar os conjuntos juninos que se exibem em nossa capital (O ESTADO DO PARÁ, 11/06/1959, p. 4).

Frente ao que foi apresentado, percebe-se que os festejos juninos, nessa parcela da Amazônia, ganharam um caráter “oficial”, ligado ao discurso político vigente, tendo em vista a garantia de vantagem política ante sua produção. Percebe-se, por tanto, um discurso de preservação da cultura regional e da importância dela para a população local, tendo, nesse sentido, um forte entrelaçamento da política com as questões socioculturais à época. Além disso, as “antigas tradições” modificaram-se e foram “substituídas” por novos padrões socioculturais, por vezes funcionando como impulsos para uma intensa relação de interesses políticos.

Durante sua estada em Belém do Pará, na década de 1950, Edison Carneiro (1956) acompanhou, intensamente, alguns grupos juninos muito populares na cidade, como, por exemplo, o “Quati”, o “Tem-tem”, o “Periquito” e o “Rouxinou”, em diversas competições organizadas pela Comissão Paraense de Folclore e patrocinadas pela Prefeitura de Belém. Nessas ocasiões, o pesquisador observou que os espaços de exibições desses grupos eram diversos (cinemas, teatros, circos, parques cedidos pela prefeitura, ruas e clubes) e estavam espalhados por vários bairros da capital paraense.

Essas apresentações em concursos, realizados mediante o patrocínio da prefeitura, acentuava ainda mais a autoridade política sobre os “brinquedos juninos” concorrentes, onde se fortificava um discurso político de valorização, preservação e conscientização para toda sociedade belenense. Com isso, por tanto, incide uma forte manipulação dos grupos, “desarticulando-os na medida em que se institucionalizam, por meio de concursos, as rivalidades que os opõem” (MOURA, 1997, p. 44).

Esses grupos eram considerados como o “teatro menos compreendido, mais criticado, em todas as épocas, sob todos os ângulos” (SALLES, 1994, p.301), quem sabe pelo fato desses terem sido,

em um primeiro momento, compostos pela “*ralé*” da sociedade local do início do século XX. Desde o início do século passado, os autos populares vinculados, principalmente, aos bois-bumbás e aos cordões de pássaros e bichos, foram ressignificados e alcançaram outros ambientes de lazer no meio urbano belenense, sendo o “erudito” um deles. Sobre isso, Vicente Salles observa que:

Aconteceu em Belém essa coisa inaudita: a eruditização do folguedo popular. Escritores e artistas desempregados e sem poder aplicar seus conhecimentos acadêmicos, muitas vezes adquiridos nos estabelecimentos europeus, passaram a atuar indiferentemente num e noutro nível. Com o povo e com as chamadas *élites*. A exigência do trabalho que era da própria sobrevivência, diversificou ou multiplicou o emergente *teatro de época*. As épocas mais propícias, inicialmente, eram o Natal e o São João dividindo a temporada em duas partes iguais de tempo. Depois, no primeiro semestre, encontraram esses trabalhadores as épocas do Carnaval e da Quaresma; e no segundo semestre, a época mais propícia de todas, a mais quente e de maior repercussão, a festa do Círio de N. S<sup>a</sup> de Nazaré, em outubro, onde se gerou o chamado teatro nazareno. (SALLES, 1994, p. 301).

Esses espetáculos, associados às festas populares de Belém do Pará, despertaram interesses de grande parte dos grupos sociais que formavam a sociedade belenense. Os da “*ralé*”, diante da conquista de espaços na cidade, conseguiram garantir a sobrevivência de seus espetáculos, aceitando, alguns a princípio resistindo, toda sua ressignificação. Nesse sentido, observa-se a ascensão dos folguedos populares aos palcos da cidade, associada aos momentos de prazer social das elites e dos habitantes do subúrbio belenense, participando das encenações autores e atores que passaram a seduzir e encantar os de mais “finos espíritos”.

Edison Carneiro, durante sua visita a capital paraense em 1954, considerou o espetáculo dos cordões de pássaros e bichos e dos bumbás como os autos mais representativos da região Norte, por onde essas encenações populares, segundo esse autor, visavam cumprir funções importantíssimas voltadas, principalmente, à manutenção e preservação dessa região, “os primeiros na defesa da flora e da fauna, os últimos na conservação de uma atitude favorável à instalação e ao desenvolvimento da pecuária” (CARNEIRO, 1956, p. 98).

De procedência rural, o boi bumbá alcança espaço na cidade, principalmente no subúrbio da capital paraense, e ali se amplia junto à difusão da prática da capoeiragem, que se encontrou atrelada, por muito tempo, à ociosidade. Com o tempo, intensificou-se a atenção policial nessas paragens afastadas do centro da capital, onde a prática da capoeira, em conexão ao espetáculo do boi bumbá, era intensa.

Os grupos caprichavam nas apresentações em luxo, música, entredo dramático e representação, em busca do favoritismo do público. Quando dois deles se cruzavam nas ruas, seguidos por seus admiradores, que atendiam pela pitoresca designação de *embirricicas* (grifo do autor), lançavam mutuamente desafios inamistosos, que terminavam em engalfinhamentos, luta, pancadaria e algumas vezes ocasionavam mortes. Em Belém ficaram famosas as brigas entre os bumbás Pai do Campo, Estrela d'Alva, Dois de Ouro, Treme-Terra e Boi Canário, atçadas pelos embirricicas. O Treme-Treme era temido entre os demais pela agressividade de seus brincantes, cujo máximo prazer era “*jurar*” (grifo do autor) o boi na barriga, isto é, esfaquear o pobre *trijã* (grifo do autor) que dançava sob a armação de lona e veludo. A polícia foi obrigada a intervir e a princípio proibiu o porte de armas, passando os brincantes em revistas. A medida não surtiu efeito, pois na hora do entrevero os brincantes pegavam as armas que estavam escondidas com as mulheres acompanhantes do cortejo (MOURA, 1997, p. 63).

Luiz Augusto Pinheiro Leal acentua que, até pelo menos o ano de 1905, era infalível a presença de capoeiras na composição dos grupos de bumbás da capital paraense. Os capoeiras, segundo esse autor, tinham espaços significativos nos bumbás da cidade, pois eram vistos como “seguranças” dos restantes dos brincantes, tomando, na maioria das vezes, a frente do cortejo do boi, resguardando, muita das vezes, os menos ágeis e menos valentes “frente ao “ritual” de confronto entre bois rivais” (LEAL, 2008, p. 152), pois nos encontros dos bois, “os menos valentes e menos hábeis se davam mal. Por isso, o conhecimento da capoeiragem era imprescindível” (LEAL, 2008, p. 179).

Quando a apresentação era realizada fora do curral, todos os integrantes do boi seguiam, devidamente fantasiados, pelas ruas da cidade. Até aqui tudo bem. Acontece que quando dois grupos de bumbás se encontravam (geralmente oriundos de bairros diferentes) era inevitável a demonstração de força entre eles. Havia, inclusive, um breve ritual em que o boi “invasor” pedia licença para passar. Era praxe a negação da permissão e o desafio ao rival. Após os cantos de desafio pertinentes a cada lado, um conflito físico intenso ocorria entre os respectivos integrantes de cada boi. Era comum, após um destes encontros, que ficassem espalhados pela rua os paramentos das fantasias danificadas (LEAL, 2008, p. 178-179).

As brigas ocorridas durante os cortejos dos bois na cidade possuem forte relação com o estereótipo atrelado ao capoeira como aquele que era “vagabundo que “bebia cachaça pelos botequins” e “distribuía o tempo entre o ócio lúcido e o ócio embriagado” (PALHANO, 1943, p. 58-59).

O controle policial se deu de forma intensa. Diante disso, os bumbás, passaram a se apresentar, sobre forte controle da polícia, em *currais*, erguidos, quase sempre, em espaços associados aos “donos” dos bois e que, por vezes, serviam de sedes para o folguedo. Nesse sentido, os *currais* “adquiriram o *status* de palco das apresentações, um verdadeiro “teatro popular” que atraía os “inflamados torcedores” das agremiações” (DIAS JR., 2009, p. 99). Por volta da segunda metade do século XX,

esses “brinquedos juninos” passaram a receber mais destaques nas festas juninas organizadas no centro da capital paraense, não se ausentando, claro, daquelas paragens suburbanas da cidade.

A presença desses grupos juninos também era frequente em alguns clubes esportivos, associações profissionais e beneficentes da cidade de Belém do Pará, principalmente aqueles do subúrbio, como, por exemplo, o Imperial Esporte Clube, também conhecido como “Leão Jurunense”, onde, entre os dias 26 e 30 de junho de 1951, vários cordões foram exibidos em um “palco montado na sede”, o anúncio, enfatizando a teatralidade do evento, apresentava os espetáculos divididos em dois turnos (matinal e noturno) tendo em vista a apreciação dos “brinquedos” por aqueles de faixas etárias diferentes.

#### **GRUPOS JOANINOS NO IMPERIAL**

O Imperial continua brindando os seus numerosos freqüentadores com as exibições dos melhores grupos da tradicional quadra joanina, em seu palco armado na sede social. Dêsse modo, está organizado o seguinte programa de representações. Hoje, às 20 horas, “Periquito” e nos dias 27, 28, 29 e 30, às mesmas horas, “Caboclonino”, “Rouxinol”, “Periquito”, e “Papagaio Real”, respectivamente, e às 22 horas do mesmo dia o grupo do “Coati”, Dia 1. em matinée, voltará à se exibir o “Caboclonino” (O LIBERAL, 26/06/1951, p. 4).

Ao lado dos concursos e apresentações de espetáculos de bois, pássaros e bichos, em eventos realizados por particulares ou pela prefeitura, poderiam ser vistas, nos anos 1950, as festas juninas de rua, organizadas, sobretudo, em vias públicas. A prévia da programação junina de Belém, exposta na edição de A Província do Pará de 24/06/1956, destacava os preparativos de quatro “terreiros juninos” em ruas de diferentes bairros da cidade. Os terreiros foram retratados, no jornal, com os seguintes títulos: “Terreiro do Zé Honório”, “Terreiro do Mané”, “Noite do Aluá” e “São João na Roça”.

Uma das mais significativas festas juninas realizadas na capital paraense, que se reproduziu durante todos os anos da década de 1950, e que tinha evidência nas páginas dos periódicos da cidade, era a “Festa do Pai Xandico”, preparada pelos dirigentes do Sete de Setembro Esporte Clube. Essa festa, ocorrida algumas vezes em clubes locados ou cedidos aos organizadores ou em rua, avenidas ou terrenos amplos e sem coberta, eram divulgadas nos jornais como a “elegantíssima festa”, a qual era composta de uma ornamentação toda especial para aquela noitada de encantamentos, onde uma grande fogueira simbólica seria armada no terreiro, dando um aspecto rústico ao local onde essa estava sendo realizada.

Além disso, o convite da “Festa do Pai Xandico” também propõe uma amostra do dialeto do homem caboclo amazônico e de suas experiências culturais – o falar interiorano, o compadrio de fogueira e as comidas típicas –, assim como a presença de instrumentos musicais característicos da região nordestina, como, por exemplo, a sanfona, busca uma aproximação com as festas juninas do interior.

### **FESTA DO PAI XANDICO**

Atenção pessoá

o que São João diz

é o que São Pedro vai aconfirmá

que no dia 16 tudu mundo vai

no arraiá do PAI XANDICO dançá

Convidamos a muçarada dessa bua terra, pra dia 16 do mês que nois tamos às 9 hora da nuiți istá firmi no arraiá do PAI XANDICO pra si diverti inté a madrugada chigá pruguê o cumpadri MAÇANETA vai tucá sua sanfuna pra nois tudu dançá. A fuguêra no meu prus cumpadri passá intá pruta pra muito amô ajudá. Tambeim a cumadri FINOCA vai pra lá servi mungusá e o bom tacacá (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12/06/1951, p. 8).

Estudos realizados pela antropóloga Luciana Chianca (2007) sugerem que o homem do campo, com seus modos e trejeitos, ocupava o centro das atenções nas festas juninas, o que, ao longo do tempo, se tornara estereotipada aos olhos do homem urbano, seguindo uma tradição que vem desde o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, esboçado no livro *Urupês* (1918) e consolidada na propaganda do Biotônico Fontoura.

Outro personagem, criado no século XX, e que, ao lado do personagem Jeca Tatu, consolidou ainda mais a figura do caipira como elemento central das festas juninas, foi Chico Bento, idealizado por Mauricio de Souza em 1961. Pensando nisso, se fortificou o estereótipo do homem rural nas festas realizadas nas cidades, pois eram considerados “mais puros” que os homens da capital, os quais representavam a nostalgia e a idealização do passado dos imigrantes que hoje vivem nas cidades.

Edison Carneiro (1982) observa, assim como as fontes consultadas, o estereótipo do indivíduo do campo como algo passageiro durante o período de festa, sendo esse abandonado logo após a quadra festiva, quando tudo voltava à “normalidade”.

Considerando os discursos na imprensa local, percebe-se que os participantes das festas juninas procuraram viver, ainda que por pouco tempo, o modo de vida idealizado do homem no campo. Muitas vezes, influenciados por migrantes nordestinos que vieram para a região amazônica, esses

indivíduos buscaram reelaborar uma identidade sertaneja na cidade e, ao mesmo tempo, rememorar a época em que viveram no interior.

De acordo com o Antropólogo e Folclorista Vicente Salles, que escreveu a apresentação do cordel *A Festa de São João no Pará e Inimigos do Corpo*, de autoria de Apolinário de Souza (1997), essas características do homem rural nas festas juninas do Pará estão mais próximas da realidade do homem do interior nordestino do que da Amazônia. Isso, talvez, se explique por conta do contato entre intelectuais paraenses com as obras de escritores nordestinos, reconhecidos pela grande produção de livretos de cordel que passaram a circular nas cidades paraenses, e também graças ao contato com os próprios migrantes nordestinos que, devido à seca que assolou parte daquela região, veio para o Norte em busca de uma vida melhor. Quem sabe estas sejam algumas das razões pelas quais há uma forte presença de símbolos rurais nas festas juninas de Belém, que se verificam, sobretudo, nas festas juninas do Nordeste.

Vicente Salles (1985a) na obra “Repente & Cordel: literatura popular em versos na Amazônia” lembra que, desde pelo menos o final do século XIX, com a presença dos nordestinos na região amazônica, principalmente cearenses, tornou-se significativa a circulação da “poesia sertaneja” e dos “folhetos de cordéis” nessas paragens. Nesse primeiro instante, como indica Vicente Salles, os folhetos de cordéis estavam atrelados ainda à realidade sociocultural do povo do Nordeste brasileiro, no entanto, em um segundo momento, mais precisamente na primeira década do século passado, com a publicação do livro “Cancioneiro do Norte”, de Rodrigues de Carvalho, a Amazônia ganhou espaço entre os escritos desses nordestinos. De acordo com Vicente Salles:

É necessário porém chamar a atenção para o fato de a extraordinária difusão da literatura popular em verso, oriunda do Nordeste, haver adquirido na Amazônia não só uma mercado consumidor em potencial, mas haver possibilitado o surgimento de poetas locais, que cultivaram o gênero como relativa facilidade e tiveram oportunidade de difundir-se como o desenvolvimento, também na Amazônia, de editoras especializadas (SALLES, 1985a, p. 20).

Uma das editoras especializadas na elaboração de livretos de cordéis, no século passado, localizava-se no estado do Pará: a Guajarina. Tal editora, presente na capital paraense e fundada pelo pernambucano Francisco Rodrigues Lopes, segundo Vicente Salles, ampliou, nesse estado, a atividade editorial, atraindo para o Pará numerosos poetas nordestinos.

Em suas oficinas, manipulava tipos e caixotins o operário gráfico Thadeu de Serpa Martins, natural do Ceará, que se revelaria, em Belém, excelente cordelista. Seria, mais

tarde, o representante da Guajarina em Fortaleza. A editora paraense publicou-lhe mais de uma dezena de folhetos. O fluxo de cordelistas e cantadores nordestinos para a Amazônia tornou significativa a presença do Nordeste no Folclore Regional. Resultou, como não podia deixar de acontecer, na incorporação dos estilos e tendências da poesia sertaneja ao folclore amazônico (SALLES, 1985a, p. 102-103).

Frente a isso, o contato entre a cultura nordestina e a nortista resultou, como pode ser observada nas citações acima, em híbridas produções, tendo, em grande medida, a produção dos nordestinos sido incorporada a do homem amazônico. O convite à festa do “Pai Xandico” indica, diante de sua breve apresentação, certa e interessante alusão às práticas nordestinas e amazônicas associadas ao que era visto como caracteristicamente junino. O dialeto do interiorano é usado para mostrar a especificidade do arraial junino, que contaria com a presença de uma importante Jazz-Orquestra da cidade. O destaque para a “sanfuna do cumpadri Maçaneta” revela a associação da festa com ritmos nordestinos como o baião, o xote e o nascente forró. Este último, de acordo com Luciana Chianca (2006, p. 67), assumiu função de “música-tipo” (com seu “instrumento-tipo”: a sanfona) dos festejos juninos nordestinos desde fins dos anos 1940, especialmente no meio urbano.

Diante das apresentações a cerca dos grupos juninos conhecidos como Boi bumbás e cordões de pássaros e bichos como uma das formas de animação dos festejos juninos na capital paraense, durante os anos de 1950, cabe agora observar outros meios importantes para o desenvolvimento desse momento festivo: a presença marcante dos conjuntos musicais e dos sonoros.

Nesse período, em Belém, era comum a intensa difusão, por meio das rádios e também pelos grupos musicais e pelos sonoros, de ritmos como boleros, salsas, congos, merengues, mambos e cúmbias na cidade, sendo apreciados como elementos peculiares nos bailes promovidos nos espaços dançantes da capital. No entanto, foi desde pelo menos as primeiras décadas do século passado que esses ritmos latinos, ao lado do samba, começaram a fazer parte do dia a dia do povo paraense, pois os programas das estações estrangeiras estavam fortemente associados aos programas de rádio local do período. Isto acontece exatamente na época em que, após o processo de redemocratização resultante da derrubada do Estado Novo, assiste-se a uma promoção dos meios de comunicação de massa no país e, principalmente, à forte presença do rádio como um meio informativo e de entretenimento, associado à indústria cultural nacional.

Tocava-se nas festas outros ritmos de procedência diversa como rancheiras, quadrilhas, mazurcas e *schottisches* (o abrazeirado “xote”), boleros, além dos ritmos caribenhos (cumbias, salsas, mambos, merengues, etc.), muito presentes nas festas juninas da cidade. Em meados do século XX, a recepção local de emissoras de rádio de Cuba, das Guianas e da Nicarágua se somava à divulgação deste repertório musical nos programas de rádios paraenses. Isso explica sua presença nas festas dos clubes suburbanos e aristocráticos (COSTA; GOMES, 2011, p. 201).

Os anos de 1950 foi o período em que houve o crescimento do número e diversificação dos meios de comunicação no Brasil, dando destaque para o rádio, sendo o responsável pelas inovações de estilos – fama e ascensão social – e práticas cotidianas no âmbito urbano. Nesse sentido, Antonio Maurício Costa e Edimara Bianca Vieira apontam que o processo de expansão do modo de vida urbano, presentes nas grandes cidades do país, em meados do século passado, esteve associada e conectada, em grande medida, às emissões radialísticas, através dos programas jornalísticos, esportivos, rádionovelas, humorísticos, bem como nos repertórios musicais transmitidos por esse meio de comunicação, onde “este último ocupava a função, naquele contexto, tanto de pano de fundo geral como de atração principal das programações” (COSTA; VIEIRA, 2011, p. 112).

Nesse sentido, Tony Leão da Costa (2013, p. 178) assinala que tanto os programas radiofônicos como a difusão dos discos em Belém tiveram grande influência na construção dos gostos musicais da população local. Para esse autor, os artistas paraenses, associados quase sempre às orquestras jazzistas, em vários momentos, “imitavam” os estilos musicais provenientes da região Sudeste e até mesmo aqueles de fora do país.

Os grupos musicais conhecidos como Jazz Orquestras eram conjuntos que embalavam as noites dançantes, principalmente dos clubes que se encontravam espalhados ao longo da cidade de Belém do Pará. Esses grupos correspondiam mais a uma formação de músicos não eruditos que tocavam os mais variados ritmos musicais, sendo eles estrangeiros e brasileiros como, por exemplo, tangos, marchas, choros e sambas. Apesar de proporcionar a ideia de uma formação e especialização musical de origem norte-americana, esses conjuntos estavam mais próximos do contexto musical da região amazônica (COSTA, 2012).

Para Vicente Salles (1985b), os anos de 1920 foi o momento em que ocorreu a difusão de instrumentos musicais como cavaquinho, a flauta e o banjo entre as formações dos pequenos conjuntos musicais em Belém. Esses grupos foram responsáveis pelo desenvolvimento da música urbana na

cidade, pois reproduziam os ritmos que ficaram popularizados nas rádios nacionais e internacionais, além daqueles que tiveram grande notoriedade nos cinemas americanos.

No entanto, é somente a partir dos do final dos anos de 1930 que esses grupos musicais conhecidos como “Jazzísticos” ou “conjuntos de boate”, como eram apresentados na imprensa da segunda metade do século XX, terá uma intensa popularização. Nos anos de 1950, percebe-se, através dos documentos consultados, a presença constante desses grupos musicais nos espaços dançantes da cidade, estando eles situados no subúrbio ou no centro da mesma.

As Jazz Orquestras, como observa Antônio Maurício Costa (2012, p. 7), dependendo dos espaços festivos, obtinham “uma fama acentuada pelo sucesso das apresentações”, principalmente nos ambientes “aristocráticos” da cidade, tendo espaços reservados nos principais eventos organizados pelos diretores e administradores dos recintos. A maioria dessas orquestras se fazia presente nos festejos juninos de clubes aristocráticos, embora se apresentassem num ou noutro clube suburbano no período junino, como foi apresentado no anúncio intitulado de *São João nos clubes* no jornal O Liberal de 18/06/1953.

#### **São João nos Clubes**

Os clubes desportivos e recreativos da cidade estão se movimentando na presente e festiva quadra junina para recepcionarem seus associados com alegres noites típicas.

As festas programadas são as seguintes:

#### **RECREATIVA BANCREVEA**

Festa da roça véspera de S. Pedro

Nos salões amplos do Pálace Teatre, vão os bancreveanos recepcionar seus associados e famílias com alegre noite na véspera de São Pedro. A música será a orquestra de Maçaneta, dirigida pelo maestro Guiães de Barros que apresentará ainda um conjunto regional.

A reserva de mesas pode ser feita à diretoria bancreveana.

#### **ICOARACI R. CLUBE**

Festa do Balão

Também no próximo sábado o Icoarací Recreativo Clube simpatizada agremiação desportiva da Vila de Icoarací, vai promover sua festa caipira a qual denominou de a Festa do Balão, a qual será abrilhantada pelo “choro” do professor Antonio Rocha .

#### **DELTA CLUBE**

São João no Sítio

O Delta vai sábado próximo realizar em sua sede social à av. Nazaré, transformando em autêntico terreiro do interior, uma alegre noite caipira que está despertando desusado interesse entre os deltanos. A música será do professor Candoca (O LIBERAL, 18/06/1953)

Como garantia de comodidade aos sócios de clubes cujas sedes ficavam mais distantes do centro havia inclusive o oferecimento de ônibus especiais saindo do Olímpia – principal cinema da cidade, localizado na região central, de grande importância nos momentos de lazer dos moradores de Belém – às primeiras horas da noite, como noticiou A Província do Pará em 28/06/1955.

Entre os conjuntos mais divulgados nos jornais de Belém do início dos anos 1950 estavam: Grupo de Jazz Orquestra *Batutas do Ritmo*, que tinha no seu comando a pessoa de Sarito; Grupo de Jazz Orquestra *Martelo de Ouro*, liderado por Vinícios; Jazz *Internacional*, coordenado pelo Professor Candoca, também conhecido como o “Mago da Viola”; Jazz *Vitória*, liderado por Raul Silva; Jazz Orquestra *Maçaneta*, comandada por Guiães de Barros; e Jazz *Marajoara*, tendo à frente o maestro Oliveira da Paz.

Como foi afirmado anteriormente, as festas juninas em Belém do Pará, nos anos de 1950, também eram animadas por aparelhos sonoros apresentados pela imprensa como “picarpes” (do inglês “pick-up”). Esses sonoros, assim como os grupos de Jazz Orquestras, também tinham fama em alguns espaços dançantes da cidade.

Diferente dos conjuntos musicais que tinham destaques nas festas realizadas nos clubes “chiques” da capital, as “picarpes” tinham presenças acentuadas, tanto nos festejos juninos como em outros festejos populares, em clubes suburbanos ou em terreiros juninos localizados em áreas afastadas do centro. É importante deixar claro que a presença desses aparelhos sonoros, durante as festas juninas, não se limitavam apenas aos espaços localizados no subúrbio de Belém, embora sua presença fosse constante nesses ambientes, como foi anunciado no jornal *O Liberal* de junho de 1953.

#### **“SANTO ANTONIO NA ROÇA”**

Realiza-se hoje à noite, uma festa dançante na sede do Clube Atlético Relampago, “Santo Antonio na Roça”, à travessa Caldeira Castelo Branco, nº. 1122, canto com a rua Silva Castro (bairro do Guamã), ao som do afamado “Sonoro Barnabé”, de propriedade de D. Corrêa e irmão (*O LIBERAL*, 12/06/1953, p. 4).

Outros sonoros também se fizeram presentes em um terreiro juninos organizado pelos moradores da Avenida Alcindo Cacela, entre Boaventura da Silva e Antonio Barreto, no bairro do Umarizal em junho de 1951. De acordo com a notícia do jornal *Folha Vespertina*, a festa estava sendo minuciosamente organizada por uma comissão organizadora que buscava agradar a todos os brincantes, tendo a festa o serviço de dois alto-falantes que tocariam “musicas de danças, para gáudio

da mocidade”, além de distribuição gratuita de comidas e bebidas próprias da época, como o aluá e o munguzá (FOLHA VESPERTINA, 05/06/1951, p. 2).

Essas “picarpes” e sonoros, sinônimos do sistema de som capaz de se deslocar para diversos espaços de festas, desde os finais dos anos 1940, vinham se tornando marcas registradas nas festas dançantes do subúrbio de Belém. Esse sistema de som era montado de forma artesanal por pessoas com conhecimento de eletrônica, no qual encontrava-se um amplificador de metal e válvula, uma caixa de som pequena, projetor sonoro, conhecido como “boca – de – ferro” e um toca disco de 78 rotações (*a pick – up*).

Esses aparelhos de som, de proprietários oriundos principalmente do subúrbio da cidade, em um primeiro momento, estiveram associados principalmente a eventos de aniversário, casamentos ou festas de vizinhança. A partir da sua popularização, ampliou-se as contratações para outros eventos festivos, em especial os bailes dançantes realizados nos clubes da cidade, principalmente naqueles situados na periferia da mesma.

Talvez, o fato dos donos dos sonoros serem provenientes do subúrbio, assim como os locutores titulares desses aparelhos, explique a forte presença deles nos clubes e nos espaços dançantes localizados em bairros afastados do centro da capital paraense. Como observa Antonio Maurício Costa, esses sonoros tiveram uma importância grandiosa entre a ocorrência das festas em Belém, tendo em vista “não assumir uma posição complementar ao rádio, mas sim ocupar um espaço particular como meio de comunicação ligado a ocorrência de eventos festivos” (COSTA, 2012, p. 6).

## **Conclusão.**

Constata-se que na capital paraense de meados do século XX poderia ser percebida, no que tange às questões relacionadas às práticas festivas, sobretudo as juninas, uma dinâmica que, de algum modo, envolvia parcela significativa da cidade (do centro ou do subúrbio). Nesse dinamismo, frente às documentações consultadas, percebe-se a presença constante de grupos juninos (Cordões de pássaros, de bichos e Boi bumbá), bem como das picarpes/sonoros e jazzes orquestras, compondo as opções de divertimentos daqueles que, cedo ou tarde, buscavam aproveitar o circuito festivo belenense.

De currais organizados em ruas dos subúrbios, aos palcos de teatros, praças e clubes, no centro da cidade, esses brinquedos juninos pareciam reinventar a ideia de “tradição junina” no meio urbano,

onde esses grupos tenderam, a partir de então, a tornar-se importantíssimo tanto nos arraiais públicos, quanto das festas exclusivistas dos clubes sociais. Nos “clubes aristocráticos”, com sua decoração bem cuidada, com orientação aos participantes para o uso de “trajes típicos”, poderia ser percebida a constante presença de jazzes orquestras, com seu repertório musical diversificado, embalando, principalmente o ponto alto das festas “elegantes” de Belém. Por outro lado, os festejos juninos do subúrbio estiveram, nos anúncios ou crônicas da imprensa, sempre associados ao sentido de festa popular, quer de forma positiva ou negativa. Muitos desses grupos, antes percebidos de forma negativa por parte da sociedade local, surgiram nessas áreas de margem e, aos poucos, alcançaram espaços nunca antes imaginados por aqueles sujeitos.

Os destaques que essas animações juninas adquirem nas composições festivas, em Belém do Pará, justificam os espaços que passam a ocupar nas páginas de jornais que circulavam no estado, ganhando, dessa forma, visibilidade e, conseqüentemente, os “palcos” de ambientes públicos ou privados espalhados ao longo desta *urbe*. Algumas programações juninas, ocorridas em praças públicas ou não, podiam contar com o serviço de sonorização, sobretudo públicas (alto-falantes comerciais). Por seu turno, algumas sedes de instituições privadas contavam com seu próprio serviço de sonorização para a vibração de seus eventos. Tanto nas ruas, nas praças, como nas sedes de grêmios, a presença de sonoros, grupos juninos e jazzes orquestras assinalavam a particularização dos espaços da cidade tornando-os, portanto, âmbitos para espetáculos musicais e artísticos frente às apresentações daquelas animações juninas.

Esses momentos de diversões, bem como os elementos que compõem as experiências em torno das festas juninas, de Belém do Pará, nos anos de 1950, apresentados aos consumidores daqueles periódicos, por meio da ótica de jornalistas, cronistas e intelectuais que produziam versões textuais sobre essas práticas, permitiam conhecer uma dimensão do cotidiano das expressões populares da cidade, ainda pouco investigada pela historiografia local. Nesse sentido, para além das questões econômicas e políticas, atentar para as relações de sociabilidades, vinculadas também às práticas de lazer na cidade, entorno dos grupos juninos, dos sonoros e das jazzes orquestras, possibilita compreender parte da história de grupos, bem como suas ações culturais no meio urbano, que, por muitos tempo, encontravam-se à margem das narrativas, sobretudo acadêmicas.

## Fontes

- A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 02/06/1951, p. 5.  
**A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 12/06/1951, p. 8.  
**A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 12/06/1955, p. 3.  
**A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 28/06/1955, p. 5.  
**A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 13/06/1957, p. 6.  
**A PROVÍNCIA DO PARÁ**, 24/06/1958, p. 5.  
**FOLHA VESPERTINA**, 05/06/1951, p. 2.  
**O ESTADO DO PARÁ**, 11/06/1959, p. 4.  
**O LIBERAL**, 26/06/1951, p. 4.  
**O LIBERAL**, 28/06/1952, p. 2.  
**O LIBERAL**, 12/06/1953, p. 4.  
**O LIBERAL**, 18/06/1953, p. 4.

## Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARNEIRO, Edison. **A conquista da Amazônia**. [Rio de Janeiro]: Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação. 1956. (Coleção Mauá).
- CARNEIRO, Edison. **Folguedos Tradicionais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1982.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- CHIANCA, Luciana. **A Festa do Interior: são João, migração e nostalgia em Natal no século XX**. Natal, RN: EDUFRN, 2006.
- CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. **Revista Antropológicas**, ano 11, v. 18, n. 2, 2007.
- COSTA, Antonio Maurício Dias da. **Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará**. Belém: EDUEPA, 2009.
- COSTA, Antonio Maurício; GOMES, Elielton. A “quadra joanina” na imprensa, nos clubes e nos terreiros da Belém nos anos de 1950: “tradição interiorana” e espaço urbano. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011.

COSTA, Antonio Maurício Dias da; VIEIRA, Edimara Bianca Corrêa. Na Periferia do Sucesso: rádio e música popular de massa em Belém nas décadas de 1940 e 1950, **Projeto História**, nº 43. 2011.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. Festa e espaço urbano: meios de sonorização e bailes dançantes na Belém dos anos 1950. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63. 2012.

COSTA, Tony Leão da. **“Música de subúrbio”**: cultura popular e música popular na “hipermargem” de Belém do Pará. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: Rio de Janeiro. 2013.

DIAS JR, José do Espírito Santo. **Cultura Popular no Guamá**: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

DIAS JR. José do Espírito Santo. Boi Bumbá em Belém, uma expressão urbana e popular. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. V, nº 2, 2010.

FREDERICO, Enid Yatsuda. “O caipira e os outros” In: BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira – Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem**: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano. (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

MESQUITA, Lindolfo (Zé Vicente). **Historias do meu subúrbio**: crônicas humorísticas. Ofs. graf. da Revista da Veterinária. Belém – Pará. 1941.

MOURA, Carlos Eugênio. **O Teatro que o Povo Cria**: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará. Da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PALHANO, Lauro, (pseud. de Inocência Campos), O Gororoba: cenas da vida proletária, 2ª ed., Rio de Janeiro, Pongetti, 1943.

PIÑON, Sidney. O desencanto de uma Mira-Puraquête... Dominantes/dominados: a luta entre o “bem” e o “mal”?. **Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém: Pará, n.16. 1980.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do Bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidade em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.

SALLES, Vicente. **Repente & Cordel**: literatura popular em versos na Amazônia. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985a.

SALLES, Vicente. **Sociedades de Euterpes**: as bandas de música no Grão-Pará. Brasília: Edição do Autor, 1985b.

SALLES, Vicente. **Épocas do teatro no Grão-Pará ou Apresentação do teatro de época**. Belém: UFPA, 1994. v. 2.

SOUZA, Apolinário. **Festa de São João e Inimigos do Corpo**. Belém: UFPA, 1997.

# A presença das touradas em Ouro Preto na década de 1880

The presence of bullfights in Ouro Preto in the 1880s

**Verônica Toledo Saldanha**

Doutoranda em Estudos do Lazer (UFMG)

Professora do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

vtoledocsaldanha@gmail.com

**Renato Machado Saldanha**

Doutor em Estudos do Lazer (UFMG)

Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

renatomsaldanha@gmail.com

Recebido: 16/07/2024

Aprovado: 16/09/2024

**Resumo:** Introduzidas ainda no período colonial, as touradas estiveram presentes no Brasil até as primeiras décadas do século XX, alternando períodos de maior ou menor frequência e aceitação popular. O objetivo deste trabalho é, a partir da leitura dos jornais da cidade de Ouro Preto, identificar a presença das touradas e analisar sua dinâmica e o modo como tal prática era localizada discursivamente frente ao imaginário de modernidade perseguido naquele momento. Para atingir esse objetivo, fizemos a leitura dos jornais *Liberal Mineiro* e *A província de Minas*, e assim realizamos a análise e discussão sobre o tema. As touradas em Ouro Preto no final do século XIX, assumiam um modelo empresarial, como uma mercadoria disponível no crescente mercado de diversões que se formava. Além disso, eram vistas como um reflexo da transição entre o mundo rural e urbano e do esforço da cidade em se modernizar.

**Palavras-chave:** Touradas; Divertimentos; Ouro Preto.

**Abstract:** Introduced during the colonial period, bullfighting was present in Brazil until the first decades of the 20th century, alternating periods of greater or lesser frequency and popular acceptance. The aim of this work is to identify the presence of bullfighting in the city of Ouro Preto and analyze its dynamics and how such practice was discursively located in relation to the modernity imaginary pursued at that time, based on the reading of newspapers. To achieve this goal, we read the newspapers

*Liberal Mineiro* and *A Província de Minas*, and thus, conducted an analysis and discussion on the topic. Bullfighting in Ouro Preto in the late 19th century assumed a commercial model, available in the growing entertainment market. In addition, it was seen as a reflection of the transition between the rural and urban world and the city's efforts to modernize.

**Keywords:** Bullfights; Leisure; Ouro Preto.

## Introdução

No senso comum, as touradas são normalmente associadas à cultura hispânica, e pouco se fala sobre sua existência e popularidade no Brasil até o início do século XX. Felizmente, autores como Victor Andrade Melo, Cleber Eduardo Karls, Flávia da Cruz Santos, Leonardo do Couto Gomes, Fábio Santana Nunes e Coriolano Pereira da Rocha Júnior, dedicaram estudos históricos a prática, buscando resgatar seu passado, compreender sua introdução e dinâmica em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belém, Porto Alegre, Feira de Santana e Curitiba.

Introduzidas ainda no período colonial, as touradas estiveram presentes por aqui até as primeiras décadas do século XX, alternando períodos de maior ou menor frequência e aceitação popular. Na segunda metade do século XIX, essa atividade ganharia novos moldes e significados, acompanhando as transformações sociais e culturais pelas quais o país passava. Entender como as touradas eram realizadas em diferentes regiões do país, e que significados foram atribuídos a essa prática, ajuda a ampliar nossa compreensão não apenas sobre o histórico das práticas corporais e do mercado de entretenimento no Brasil, mas também sobre os debates que marcaram o período.

Nesse sentido, esse trabalho se propõe a analisar as touradas realizadas na até então capital mineira, Ouro Preto. Procuramos, assim, nos aproximar do cotidiano desta localidade a partir de um aspecto muitas vezes pouco abordado, uma de suas práticas de diversão mais populares. O objetivo é, a partir da leitura dos jornais da cidade, analisar a ocorrência histórica das touradas em Ouro Preto na década de 1880, observando sua dinâmica e o modo como essa prática era posicionada discursivamente em relação ao imaginário de modernidade perseguido naquele momento. Assim, pretendemos contribuir para uma compreensão mais ampla da história cultural e social da cidade e dos processos de transformação que ocorreram na época.

Para selecionar a fonte principal deste trabalho, realizamos uma pesquisa no acervo digital da Biblioteca Nacional. É importante lembrar que a imprensa escrita foi o meio de informação ocidental mais utilizado no século XIX e início do século XX, exercendo um papel destacado na construção de um imaginário social e da difusão de discursos de modernidade, progresso e civilidade. Plataformas como a Hemeroteca tem se revelado um recurso inestimável para acadêmicos e historiadores, ao simplificar o acesso a essas fontes. Contudo, assim como Brasil e Nascimento (2020), compreendemos que essa ferramenta digital apresenta suas limitações e desafios, tornando essencial a adoção de um rigor metodológico durante a leitura, contextualização e interpretação das fontes.

Hollanda e Melo (2012) indicam que os jornais não apenas falam do mundo, mas participam das suas modificações, em uma relação dialética. Já Leonardo Pereira (2016) aponta que é comum na historiografia se destacar o caráter pedagógico desses veículos, que buscavam orientar, controlar e disciplinar os trabalhadores e suas práticas. O autor alerta, porém, que é preciso diferenciar a imprensa anterior ao quartil final do século XIX, geralmente uma imprensa com vínculos próximos a correntes políticas e partidos, da imprensa que surgiu no Brasil a partir do final do século XIX, que passa a ser produzida dentro de uma lógica empresarial. Ao invés de simplesmente atuar como porta-voz estrito dos interesses de um grupo, essa imprensa comercial visava atrair novos leitores, ampliar suas vendas, e por isso precisava ser mais ampla, negociar mais com seu público, dialogando com questões, temas e opiniões que muitas vezes se distanciavam dos ideais de quem dirigia tais jornais. Com isso, os jornais se tornam mais plurais em seus temas e opiniões, deixando transparecer em suas páginas vozes dissonantes, sentidos negociados e eventos populares.

Os periódicos selecionados, *Liberal Mineiro* e *A Província de Minas* se destacaram por serem jornais que abordam fatos e eventos da cidade, e pelo período de vigência desses periódicos estarem dentro do contexto de interesse desta pesquisa.

O jornal *Liberal Mineiro*, anteriormente chamado *A actualidade*, era propriedade de Carlos Gabriel Andrade, comendador de Saramenha, da cidade de Ouro Preto. Era publicado três vezes por semana de janeiro a agosto, e diariamente de agosto a dezembro, em edições de 4 páginas, com colunas fixas, como a coluna de anúncios, política, os editais de obras públicas do Estado e o folhetim. Algumas seções eram recorrentes, como a de impostos, a coluna aberta aos assinantes, que poderiam escrever sobre qualquer assunto, e a coluna sobre os acontecimentos de outras cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Já *A Província de Minas*, jornal associado ao partido conservador, era

propriedade do redator José Pedro Xavier da Veiga, membro importante do partido naquele momento. As publicações do periódico eram semanais e cada edição possuía 4 páginas. Normalmente a primeira página era dedicada aos anúncios políticos, a segunda página a variedades, a terceira a política e acontecimentos de cidades vizinhas e outras capitais, e a quarta página a anúncios comerciais, inclusive os das diversões.

Uma mesma assinatura desses jornais contemplava várias pessoas. Os jornais passavam de mãos em mãos numa mesma família ou em ciclos sociais. Em relação aos obstáculos para a leitura do jornal, como o analfabetismo, que segundo Lott (2009), ainda era uma realidade impossível de ser ignorada, as notícias por vezes eram lidas em voz alta ou passadas de “boca em boca”, chegando a outras pessoas, inclusive àquelas que não sabiam ler. Porém, não podemos desconsiderar que o público prioritário do jornal era a parcela letrada da população ouropretana, e com isso o que se publicava e divulgava estava de acordo com os interesses e necessidades dessas pessoas.

As pesquisas sobre as touradas no Brasil, como a de Cleber Eduardo Karls e Victor Andrade Melo (2014) sobre a experiência das touradas no século XIX em Porto Alegre, situam o período de maior frequência da prática entre os anos de 1875 e 1900. Já no estudo de Flávia da Cruz Santos e Victor Andrade Melo (2014), os autores apontam que as touradas começaram a acontecer em São Paulo com mais frequência e organização a partir dos anos de 1877. Victor Andrade Melo (2013b), ao buscar discutir as touradas no século XIX no Rio de Janeiro, utiliza o recorte de 1876 e 1884, quando as touradas voltaram a acontecer na Corte. A escolha desses recortes temporais nos estudos mencionados não é aleatória, mas fundamentada em momentos em que a prática das touradas se intensificou e adquiriu relevância social e cultural. Isso não foi diferente em Ouro Preto. A cidade, imersa no debate acerca da mudança da capital, vivenciou na década de 1880 um período de significativas transformações, especialmente nas esferas culturais e no âmbito das diversões. Diante desse contexto, a análise das touradas em Ouro Preto durante esse período pode proporcionar *insights* valiosos sobre a prática desse evento e as dinâmicas sociais e culturais afetadas pelos discursos predominantes na época.

Dentro desse recorte, as edições digitalizadas do jornal *O Liberal Mineiro*, presentes no site da Biblioteca Nacional, se concentram entre os anos de 1882 e 1889. Já o jornal *A Província de Minas*, tem edições disponíveis principalmente entre os anos de 1884 e 1887. Ou seja, dentro desse recorte

temporal mais geral, da década de 1880, concentramos nossa análise no período entre os anos de 1882 e 1889, sem desconsiderar a sua possível continuidade em outros momentos, anteriores e posteriores.

Escolhida a fonte, e determinado o recorte temporal, realizamos a leitura integral dos jornais, com o objetivo de compreender, de forma mais ampla, o contexto em que as touradas estavam inseridas, como elas aconteciam na cidade de Ouro Preto, e o que se dizia sobre elas. Assim, selecionamos os trechos que tratavam sobre o assunto e que consideramos relevantes e relacionados com o objetivo deste estudo. Por fim realizamos a análise e discussão do que foi encontrado.

### **As Touradas no Brasil**

Touradas e outras práticas tauromáquicas estavam presentes no Brasil pelo menos desde o século XVII, quando frequentemente eram incluídas na programação de festividades relacionadas à monarquia, como coroações, jubileus, casamentos e nascimentos na família real. Organizadas por iniciativa da coroa portuguesa, seguindo as tradições lusitanas, as touradas buscavam não apenas divertir a população, mas também reafirmar a presença e o poder da metrópole na colônia. Em outros casos, eram propostas por autoridades locais, desejosas em exibir sua fidelidade à Portugal. Eram, portanto, eventos de distinção social, onde a nobreza se exibia, não apenas fisicamente, nas tribunas destacadas entre o público, mas também simbolicamente, em aspectos como a vestimenta do toureiro. Não por acaso, após a instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, as touradas se tornaram ainda mais populares e frequentes, e a tendência inversa foi observada após a Proclamação da Independência, em 1822 (Melo, 2013a).

Após um longo período de raras ocorrências, as touradas voltam a se tornar frequentes no último quartil do século XIX. Porém, em outros moldes. A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por diversas transformações culturais, econômicas e sociais. O mundo se tornava cada vez mais conectado pelos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e de comunicações, pelo fluxo constante de produtos materiais e pensamentos. Junto às trocas comerciais, circulavam também novas ideias e práticas sociais, que anunciavam um novo padrão de civilidade e modernidade (Hobsbawm, 2001). Esse processo desencadeou uma série de transformações em nossos principais centros urbanos. Eram reformas arquitetônicas, sanitárias e pedagógicas, propostas pelas elites políticas, econômicas e intelectuais, que buscavam apagar o passado colonial e *civilizar* o país. A modernidade passa a se

expressar como um desejo de se desvencilhar do colonial, urbanizando as cidades, se industrializando e se adequando aos padrões culturais e sociais de metrópoles europeias. Diante disso, pontua Araújo (2010, p. 377) que

[n]o Brasil, a Europa será o centro irradiador dos padrões de modernidade e civilidade a serem seguidos. As mudanças de ordem material e as metamorfoses de cunho cultural definir-se-ão como um empreendimento necessário ao bom desenvolvimento deste projeto modernizador/civilizador idealizado pelas elites políticas e intelectuais brasileiras.

Os divertimentos fizeram parte desse processo. Desde meados do século XIX e, sobretudo, no final do mesmo século, práticas de lazer não foram apenas uma faceta desses ideais de modernidade, mas possivelmente um dos temas que melhor expressou os conflitos, tensões e transformações da sociedade (Melo; Peres, 2005). Importante ressaltar que as práticas e espaços de divertimento mais tradicionais não deixaram de existir nesse processo, mas passaram por uma atualização influenciada pelos novos discursos de modernidade e civilidade. Da mesma forma, não podemos ignorar que o processo de incorporação das experiências consideradas modernas foi marcado por particularidades e fragmentos das tradições.

Outro aspecto importante desse processo é a paulatina ressignificação do espaço público. Se antes a rua era lugar de escravizados e trabalhadores braçais, associada à sujeira, à insegurança, ao feio, ao degenerado e ao promíscuo, aos poucos ela se tornava também local de encontro, diversão e sociabilidade. Os “ventos da modernidade”, trazidos pelos melhoramentos urbanos, como a iluminação pública, o transporte coletivo, calçamento e limpeza das ruas, aliados a novas opções de comércio e diversão, deslocavam a vida social cada vez mais do ambiente privado para o público.

Neste contexto, as touradas seriam retomadas não mais como eventos ligados ao poder estatal, mas sim como prática comercial, parte do crescente mercado de divertimentos que se formava. As licenças para esse tipo de evento se tornaram mais frequentes nas principais cidades brasileiras, e surgiam as primeiras companhias permanentes, com seus profissionais relativamente estáveis, que excursionavam pelo país em busca de público, em temporadas que seguiam um calendário próprio (Melo, 2013a).

Porém, esse mesmo ideal de modernidade e civilidade que impulsionava as pessoas a explorar o espaço público e favorecia ao incipiente mercado de diversões, também trazia questionamentos sobre

a prática. Junto a esse novo desenho urbano, pretendia-se também afirmar novos hábitos, valores e códigos de conduta, inspirados nas principais metrópoles europeias. A tourada, prática tradicional ibérica e com fortes traços de ruralidade, era apontada por muitos como bárbara e excessivamente violenta. Essas críticas terminam por prevalecer, e as touradas passam a ser alvo de proibições por legislações locais, no início do século XX. Em 1906, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, e o prefeito Antônio da Silva Prado sancionou, a lei nº 956/1906, que proibia a prática na cidade. No Rio de Janeiro, a proibição veio pelo decreto 1.173, do prefeito Francisco Souza Aguiar, em maio de 1908. Outras cidades seguiram o exemplo, e o Congresso Nacional chegou a discutir um projeto de lei a respeito, em 1914, porém, não chegou a aprová-lo. Somente em 1934, o decreto presidencial Nº 24.645, que buscava proteger animais de maus tratos, tornou a tourada uma prática proibida em todo território nacional (DECRETO Nº 24.645, 1934).

Para além do aparato legal, há de se registrar que as touradas já andavam em baixa no final da primeira década do século XX, perdendo público para outras práticas de divertimento que surgiam. Ainda que com algumas diferenças e particularidades, essa trajetória de ascensão no final do século XIX, e queda a princípios do novo século, foi observada por estudos históricos sobre as touradas no Rio de Janeiro, realizados por Victor Andrade Melo (2013a; 2013b), em São Paulo realizado por Flávia da Cruz Santos e Victor Andrade Melo (2014), em Porto Alegre realizado por Cleber Eduardo Karls e Victor Andrade Melo (2014), em Salvador realizado por Victor Andrade Melo e Coriolano Júnior (2016), em Belém realizado por Maria de Nazaré Sarges (2008), e em Feira de Santana, realizado por Fábio Santana Nunes (2021). Cientes desse quadro geral, partimos agora para a análise do contexto específico de Ouro Preto.

### **As touradas em Ouro Preto**

Ouro Preto também foi impactada pelos “ventos da modernidade” do fim do século XIX. A primeira capital da Província de Minas Gerais tinha uma população expressiva, especialmente quando comparada com a maioria das cidades mineiras do período, e registrou crescimento urbano, econômico e populacional na maior parte dos oitocentos, principalmente antes da mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897. Nas proximidades do período de interesse desta pesquisa, em 1872, o censo demográfico contou 42 mil habitantes, e, posteriormente, em 1891, 59 mil habitantes. Já a região

urbana, compreendida entre as freguesias de Pilar e Antônio Dias, concentravam 14.078 habitantes em 1872 e 17.860 em 1891, o que demonstra crescimento entre esses anos, algo que só viria a se modificar com a mudança da capital, em 1897 (Lott, 2009; Vieira, 2016). Além disso, Ouro Preto era um polo administrativo, jurídico, comercial e cultural importante em Minas Gerais, o que garantia um fluxo considerável de visitantes durante todo o ano. Nesse período, melhorias urbanas modificaram o cotidiano dos moradores, como a chegada do telégrafo em 1871, a inauguração da ferrovia em 1887 e seu funcionamento em 1888, alterações na arquitetura e nas fachadas dos prédios, a melhoria da iluminação pública, investimentos em educação, especialmente com a criação da Escola de Farmácia em 1839 e da Escola de Minas em 1876 (Carvalho, 2021).

Ainda assim, apesar dos melhoramentos, a cidade passou a ter o seu status de capital da Província cada vez mais questionado. Durante as últimas décadas do século XIX, esse debate, associado aos ideais de modernidade e tradição, dividia a população em dois grupos: os mudancistas e os não mudancistas. Os não mudancistas acreditavam que era possível modernizar a cidade e unir modernidade e tradição, enquanto os mudancistas defendiam que a província mineira precisava de uma nova capital e que a barroca Ouro Preto não conseguiria se adequar aos novos tempos. Nesse momento, os não mudancistas buscaram diversas formas de transformar a cidade, incorporando ao seu cotidiano práticas compreendidas como modernas, incluindo a importação de outras formas de divertimento (Carvalho, 2021; Mantovani, 2007; Vieira, 2016).

Todas essas transformações também impactaram no âmbito cultural, favorecendo a circulação de ideias e adoção de novos comportamentos. Durante esse período, emergiu o desejo de usar com segurança o espaço público durante a noite, após o horário de trabalho, levando a população a reivindicar por uma iluminação pública adequada que permitisse maior circulação de pessoas nesse período, incentivando o desenvolvimento de um mercado de entretenimento noturno. Atraídos por esse público, espetáculos e companhias artísticas se estabeleceram na cidade com maior frequência (Carvalho, 2021). Nas páginas do *Liberal Mineiro* e da *Província de Minas*, percebemos o crescimento desse mercado de diversões noturnas nas décadas finais do século XIX. Esses eventos eram os espetáculos teatrais, circenses, de prestidigitação, concertos, os botequins e as touradas.

A dinamização da vida noturna na cidade desencadeou mudanças nos valores e práticas. Antes considerado sombrio e associado à transgressão e marginalidade, o espaço público passou a ser ocupado também pelas ditas “boas famílias” de Ouro Preto. Nessa transição para uma

vida noturna moderna, os espetáculos se tornaram uma das principais formas de divertimento (Carvalho, 2021). Dentre eles, as touradas.

Embora não tenhamos conhecimento da existência de estudos específicos sobre as touradas em Ouro Preto, é possível apontar a presença desses espetáculos mesmo antes do período aqui em análise. Como na programação de festejos organizados em Ouro Preto na ocasião da coroação de D. Pedro II, em 1841:

A câmara municipal desta imperial cidade de Ouro Preto devendo empregar todos os meios a seu alcance para que haja o maior esplendor nos públicos festejos, resolveu que fizessem por ocasião da coroação e sagração de Sm M. o Sr. Dom Pedro 2, imperador constitucional e defensor do império do Brasil, tem nomeado diversas comissões para que nesta cidade e em todo município se promova uma subscrição, para com seu produto correr as despesas que se houverem de fazer com os mencionados festejos, os quais deliberou que durassem por nove dias consecutivos, debaixo da ordem seguinte

No primeiro dia haverá missa solene, cantada com oração, te deum e a tarde procissão do ss. sacramento, acompanhada por todas as ordens e irmandades.

2º dia: cavalcadas, danças, etc

3º dia: Idem, touros, danças.

4º dia: como no 2º dia (O Universal, 5 de abril de 1841, nº 45, p.3).

Bibbó (2017), em sua dissertação sobre as diversões na cidade nas últimas décadas do século XIX, cita ainda a presença de licenças, ou registros de pagamentos a toureiros, no período entre 1830 e 1870. O primeiro anúncio de um espetáculo similar a tauromaquia que encontramos nos dois jornais que nos servem de fonte, se deu apenas no ano de 1882. Nesse primeiro anúncio, o artista D. Rodriguez demonstrava sua força e destemor enfrentando uma junta de bois em uma luta.

HOJE! 26 de Agosto, dará grande e variado espetáculo no barracão estabelecido no largo do Rosário, o Hércules, D. Rodriguez, que tantas ovações mereceu na corte pelos seus magníficos e perfeitos trabalhos de força, para os quais chama-se a atenção dos apreciadores bello. Em que terá lugar a grande destemida luta executada pelo hércules D. Rodriguez contra uma junta de bois (Liberal Mineiro, 25 de agosto de 1882, nº 93, p. 4).

Por esse primeiro anúncio, já temos uma indicação de onde aconteciam espetáculos dessa natureza. Apesar de Ouro Preto não possuir uma praça de touros permanente, uma arena para o espetáculo era montada normalmente no Largo do Rosário, que também recebia com frequência apresentações circenses (Bibbó, 2017; Carvalho, 2021).

No anúncio do espetáculo protagonizado por D. Rodriguez, podemos perceber também a forma persuasiva utilizada pelo jornal para promovê-lo, citando as ovações recebidas anteriormente, na corte, como forma de chancelar a atração. O uso de adjetivos como “grande” e “variado” busca enfatizar a grandiosidade do evento. Ao nomear o artista como Hércules, o jornal exalta sua força, fazendo referência ao herói da mitologia grega, conhecido pela sua força sobre-humana, que subjuga feras e realiza feitos incríveis em seus famosos doze trabalhos, buscando redimir-se do assassinato de sua esposa e filhos (BAYET, 1926). A notícia, assim, enaltece a valentia e o vigor do artista, reforçando uma cultura física, de um corpo forte, de um herói admirável e destemido, que travava um embate com a natureza, questões essas muito ligadas aos ideais modernos que vinham se consolidando.

Não há, nesse primeiro anúncio encontrado, maiores detalhes sobre a atração, mas uma nota posterior nos indica que, mesmo envolvendo um embate entre um homem e touros, não se tratava de uma tourada tradicional, com seus rituais, manobras e dinâmica.

A chegada de uma companhia de toureiros dois anos depois é festejada pelo jornal:

Praça de touros: brevemente chegará a esta cidade a companhia de corrida de touros bravos, dirigida pelos artistas portugueses e espanhóis Leite de Vasconcellos, Ganyrena e Cericola, que desempenharão as mais difíceis e arriscadas sortes. A arte de bandarilhar touros não é desconhecida dos habitantes da capital, onde outrora tais espetáculos eram exibidos anualmente por ocasião dos festejos do Divino Espírito Santo, mas, abandonados há cerca de 25 anos, atrairão hoje grande concorrência, sendo, como nos informão, hábeis e destros os artistas da companhia, que há percorrido as principais cidades da Europa e América (Liberal Mineiro, 16 de setembro de 1884, p.3)

Esta nota nos dá várias pistas importantes sobre a dinâmica das touradas em Ouro Preto. Primeiro, indicando que elas eram frequentes até meados do século XIX, e que tinham lugar não apenas em festejos relacionados à monarquia, mas também em eventos religiosos. A festejada retomada da prática, em 1884, já se daria em outros moldes, pelas mãos de toureiros espanhóis e portugueses, que levavam seu espetáculo pelo Brasil e pelo exterior. O itinerário, o tempo de permanência e o número de exposições desta companhia em cada lugar, dependia do mercado consumidor, de quantas pessoas dispostas a pagar pelo espetáculo havia por ali. Portanto, a tourada já era aqui uma prática comercializada, guiada por interesses empresariais. Já não seguiam o calendário das festas oficiais da Igreja e do Estado, mas sim a lógica econômica.

Mesmo sem serem comprometidas com o processo de educação e transmissão de valores, como o teatro (Duarte, 1993), as touradas faziam grande sucesso entre a população de Ouro Preto. Embora consideradas por muitos um divertimento bárbaro, elas não eram associadas à incivilidade pela ótica desses jornais. Em Ouro Preto, assim como o circo, os espetáculos tauromáquicos atraíam a população, seja pelo suspense e excitação, seja por certo deleite estético que proporcionavam ao público.

Realizaram-se domingo último, conforme estava anunciado, as touradas na praia de Ouro Preto. Alguns artistas distinguiram-se, enfeitando de bandarilhas os touros, que, se não eram os mais valentes, todavia deram ensejo a que fossem aplaudidos os profissionais. O diretor, no quarto e último touro esteve pouco feliz, restando-lhe, porém, a satisfação que lhe causara o público, enchendo-lhe a praça e cobrindo de merecidos aplausos (*Liberal Mineiro*, 28 de out. 1884, p.3).

Com extraordinárias concorrências, teve lugar antes de ontem mais uma corrida. Como sempre, alguns artistas brilharam, conhecendo-se por vezes a contrariedade que lhes causava o não serem bravos os touros, como era para desejar. Agradaram muito as bandarilhas, galhardetes, etc. o que não aconteceu com as de fogo, que pôs em risco os espectadores. O valente pegador Rodrigues distinguiu-se como sempre, subjugando os touros, o que lhe valeu ser muito vitorioso (*Liberal Mineiro*, s/d de 1884, p.3).

Nessas duas notícias, publicadas pelo *Liberal Mineiro*, em 1884, ficam evidentes algumas opções do jornal no trato com o tema. Ao repercutir as apresentações, o jornal prefere destacar a boa presença do público, o brilho e a valentia dos artistas e os aplausos recebidos, ao invés de outros aspectos que poderiam ser menos elogiosos. Para descrever o ato de cravar nos touros bandarilhas, uma espécie de haste afiada e ornamentada, típica das touradas, é escolhido o verbo “enfeitar”, o que sugere que tal ação tenha o propósito exclusivo de proporcionar deleite estético ao público. Nada nas notas indica que fosse esse um evento violento, ou cruel. Até mesmo a ressalva feita sobre a falta de agressividade dos touros parece contribuir para a construção da imagem de um espetáculo “civilizado”, familiar até.

Touradas: Domingo, o espetáculo de despedida do artista Erades Ganyrena, conhecido por todo mundo civilizado. Em toda parte, onde tem trabalhado, deixa saudosas recordações. O povo ouropretano provavelmente irá ao circo, a fim de, mais uma vez, aplaudir o denotado artista, que tão depressa nos deixa (*Liberal Mineiro*, 22 de set. 1884, p.3).

Nesse anúncio, de setembro de 1884, podemos observar o esforço do jornal em valorizar o artista Erades Ganyrena, que fazia suas últimas apresentações na cidade. O texto faz questão de enfatizar a boa aceitação do artista, e de sua apresentação em “todo mundo civilizado”, procurando assim persuadir o público a prestigiar o evento, e ter dele uma boa impressão. Menções “à corte”, “à

Europa”, “ao mundo civilizado”, chancelam as touradas como um divertimento moderno, adequado aos novos tempos.

A presença abundante e entusiasmada da assistência é outro ponto sempre destacado pelo jornal. Em um contexto onde a vida social se desenrolava cada vez mais no espaço público, e que um mercado de divertimentos se formava, exaltar a presença e aceitação dos espectadores era uma estratégia comum para promover a popularidade do evento. A presença de destros e destemidos toureiros, que enfrentavam a animais indóceis, parecia atrair ainda mais o público, e garantir o sucesso do espetáculo.

Touradas: Domingo, 26 do corrente, no circo da praia de Ouro Preto, estreou a companhia tauromáquica lusitana, de que é diretor o Sr. Leite de Vasconcellos. Foi enorme a concorrência, para o que contribuiu certamente o fato de há longos anos não aparecer nesta capital semelhante gênero de espetáculos. Os artistas mostraram muita agilidade, força e destreza, além de outros dotes, sendo aplaudidos por muitos espectadores. As touradas continuam e estamos certos que não faltarão tão cedo entusiastas espectadores (A Província De Minas: Órgão do Partido Conservador (MG), 30 de outubro de 1884, n. 231.p.2).

Touradas: Foi ainda muito considerável o número de espectadores na praça de touros de 1º do corrente, cujos arriscados trabalhos foram como de costume executados sob a direção ativa do Sr. Leite de Vasconcellos. Em geral os artistas não desmentiram a fama que tem, sendo especialmente festejadas as cenas a que deu lugar o touro Pelintra, animal verdadeiramente bravo, mas ante o qual não recuaram os destros e corajosos lutadores. Estão anunciadas para hoje novas touradas. De certo não lhes faltarão a presença e aplausos dos amigos deste gênero de divertimentos (A Província De Minas: Órgão do Partido Conservador (MG). 6 de novembro de 1884, n. 232, p4).

Touradas: hoje, dia 16 de novembro, realizar-se-á, no horário de costume, um surpreendente espetáculo, onde serão exibidos touros dos mais bravos que já apareceram por aqui (Liberal Mineiro, 16 de nov. 1884, p.4).

Outra prática observada por outros autores que pesquisaram as touradas, e também encontrada em nossas fontes, foi a do “touro para curiosos”, ou “tourada popular”. Nessa modalidade, estimulava-se a interação do público com o espetáculo. Era oferecido um touro e a plateia poderia tentar enfrentá-lo. Quem conseguisse subjugar-lo, ganhava um prêmio em dinheiro (Melo, 2013b). Houve uma tentativa de se fazer algo do tipo em Ouro Preto, porém, ninguém teria conseguido realizar o desafio. Na ausência de vencedor da plateia, o prêmio foi enviado à irmandade de S. José, associando-se à causa religiosa, como veremos em outros momentos

O touro para curiosos foi apenas aproveitado pelos artistas, visto não se terem apresentado aqueles. O prêmio era de 30\$000 para quem subjugassem o touro e foi

oferecido para a irmandade de S. José, recebendo, nesta ocasião, toda a companhia uma salva de palmas, além de ricos ramalhetes que de toda parte lhes eram oferecidos (Liberal Mineiro, s/d de 1884, p. 3).

A despeito das críticas generalizadas sobre as touradas em diversos locais, as mesmas não parecem ter surtido tanto efeito em Ouro Preto. É possível inferir, a partir das fontes, que a população ouropretana tinha uma boa relação com esse tipo de espetáculo. De fato, a imprensa local raramente se manifestou contrariamente às touradas, o que sugere certo consenso social em torno desse tema. Além disso, a presença na cidade da companhia de Leite Vasconcellos por boa parte do segundo semestre de 1884 é um importante indício da demanda dos ouropretanos por esse tipo de espetáculo. Um dos poucos exemplos contrários à tauromaquia pode ser encontrado em um editorial do jornal *A Província de Minas*, que faz uma crítica à plateia que não compareceu a um espetáculo de prestidigitação. O autor, visivelmente irritado com a falta de interesse do público por esse tipo de espetáculo, faz questão de ressaltar que os ouropretanos estavam mais preocupados em assistir a “espetáculos menos inteligentes”, como circos e touradas.

Prestidigitação: Em duas noites, sendo a última a de ontem, o Sr. Trajano Pires, no teatro dessa cidade, teve ocasião de patentear sua grande habilidade como prestidigitador, executando muitas e difíceis sortes com tal agilidade e perícia que foram gerais os aplausos dos assistentes. Infelizmente, não eram estes em número tão avultado como seria para desejar-se, o que não se pode estranhar, porque em regra, as artes de salão e trabalhos inteligentes, como os do Sr. Trajano Pires, tem entre nós um auditório muito menor do que os circos, as touradas, e outros divertimentos menos delicados. Juntamos nossos aplausos a aqueles que no teatro fizeram justiça ao estimável Sr. Trajano Pires, como prestidigitador habilíssimo, digno da simpatia e do favor do público (*A Província de Minas: Órgão do Partido Conservador (MG)*. 6 de Outubro de 1887, n. 487, p.3).

Na crítica em questão, aparece uma diferenciação clara entre a tauromaquia e outras atividades culturais, como o teatro, as artes e a prestidigitação. Ao classificar as touradas e o circo como “divertimentos menos delicados”, o autor sugere que essas atividades não eram inteligentes, refinadas ou civilizadas. Novamente, valores ligados à modernidade eram utilizados na avaliação da atração, desta vez, porém, em prejuízo das touradas. Isso reflete uma divergência de valores culturais e indica uma ambiguidade na percepção das touradas na época. Embora a maioria dos anúncios publicados nos jornais de Ouro Preto durante a década de 1880 associe a tauromaquia ao progresso e à modernidade, ainda havia uma tendência a repensar essa prática ao longo da década, o que evidencia a pluralidade de sentimento em relação a essa diversão.

Uma estratégia comumente utilizada por esses espetáculos para vencer resistências, era a associação com causas religiosas, beneficentes e políticas, estabelecendo uma relação de mútua ajuda.

Touradas: domingo 18 de janeiro em benefício da capela de S. Sebastião e para a liberdade do escravizado Joaquim, cuja carta será entregue no fim do espetáculo. Haverá grande corrida, para cujo fim a comissão conseguiu 6 valentes e bravos novilhos e espera a concorrência do público, que não deixará de provar mais uma vez seu espírito religiosos e humanitário (Liberal Mineiro, 18 de jan. 1885, p.4).

Na passagem em questão, destaca-se que João Miguel de Faria tinha obtido sucesso em suas apresentações anteriores no Rio de Janeiro e São Paulo, o que lhe conferia credibilidade. Além disso, o fato de que sua próxima apresentação seria em benefício da causa abolicionista, reforçava a associação da tauromaquia com causas nobres e modernas. De forma semelhante, as touradas anunciadas para o dia 18 de janeiro de 1885 teriam fins beneficentes, sendo destinadas à arrecadação de fundos para a capela de São Sebastião e a alforria do escravizado Joaquim. Essa relação da prática com causas sociais e políticas talvez possa se enquadrar naquilo que Aldo Silva (2023) nomeou de “beneficiência compulsória”. Ou seja, seria parte de uma dinâmica de imposição, tácita ou formal, a grupos artísticos diversos, da realização de apresentações com ganhos financeiros parcial ou totalmente revertidos em favor de terceiros, em troca de maior visibilidade e reconhecimento por jornais, ou autoridades locais.

Essas relações das touradas com causas beneficentes também foram encontradas em outras cidades do país, como, por exemplo, em Porto Alegre. Karls e Melo (2014) demonstram que algumas dessas apresentações foram feitas em benefício de hospitais, asilos, irmandades, entre outros. No Rio de Janeiro, isso também aconteceu. Melo (2013b) aponta, por exemplo, corridas de touros organizadas em benefício das vítimas de uma inundação em Lisboa. Tudo isso também poderia contribuir no reconhecimento social da prática, distanciando da imagem de violência e crueldade.

A associação com a igreja também não foi incomum. O anúncio de uma tourada programada para acontecer na noite de natal, entre a ceia e a tradicional missa natalina que começava à meia noite, sugere uma boa relação entre a igreja e a companhia tauromáquica. Outra boa relação com as touradas era as das autoridades municipais. Bibbó (2017) aponta que desde 1870 os pedidos de licença para uso de largos, terrenos e outros lugares para montagem dos picadeiros e redondéis foram frequentes. As apresentações circenses e as touradas apareciam como um divertimento popular entre os ouropretanos,

apoiado pelo jornal e autorizado pelo poder público. A presença das autoridades nas touradas também aponta para essa boa relação.

Praça de touros: praia de Ouro Preto, definitivamente domingo, 26 de outubro de 1884, debute dos toureiros lusitanos. Com a assistência do presidente da província e Dr. chefe de polícia. Para satisfazer aos nobres amadores e ao ilustrado público dessa capital, vão apresentar-se nesta corrida os hábeis artistas que farão todos os esforços que a arte lhes permite, para corresponder a sua expectativa, e para merecerem a proteção que este hospitaleiro público costuma dispensar aos parias que a ele recorrem. Ao cavalheiro e bandarilheiro Leite de Vasconcellos que tão vitorioso tem sido em todo Brasil. Bandarilheiros: primeira espada espanhol que tão laureado tem sido a Europa, Espanha e Portugal, Repúblicas do Prata e Brasil Erades Gangrena, Francisco Serisola e o auxiliar Bento Granja destemido hábil e valente bandarilheiro tão vitorioso em todos lugares João Vieira, e o valente pegador JOAQUIM RODRIGUES. As 4 horas da tarde, assim que o presidente chegar, terá começo a corrida de ‘quatro bravos, novilhos, ou, touros’. O espetáculo será marcado pelos programas. As pessoas que tiverem comprado bilhetes terão a bondade de guardá-los para este dia que darão ingresso para o espetáculo. Outrossim, os bilhetes desde já estão a disposição dos amadores em casa do Sr. major Junqueira (Liberal Mineiro, 22 out. 1884, p.4).

Praça de Touros no dia 25 de dezembro, depois que o respeitabilíssimo público ouropretano acabar seus variados e sortidos jantares, depois do -urrhas- ou de vasarem as taças, é mister para boa diversão um bom havana e um bom passeio acompanhado de uma boa palestra e divertimento. E por assim entender o Vasconcellos, achando-se já estabelecido de uma enfermidade que o deixou de cama por 30 dias. Preparou uma esplêndida corrida de 4 BRAVISSIMOS NOVILHOS comprados propositalmente nas vastas invernadas do calhau e afiançados como os mais bravos dessas paragens. Pela primeira vez se levará a praça o Episódio Cômico e Burlesco, que mais tem agradado o público “Um doente em apuros”. Às 20hs e 30m da tarde. Os pormenores desta função vão detalhadamente nos programas distribuídos ao público. Vasconcellos pede ao benevolente público toda a coadjuvação, pois que sendo assim, ter-lhe-ão dado uma boa consoada e terá mais uma prova que o povo ouro-pretano não se olvidou de sua humilde pessoa (Liberal Mineiro, 23 de dez. 1884, p.4).

Nesses dois trechos, é possível perceber a promoção da tourada como um evento de entretenimento e diversão popular em Ouro Preto durante a década de 1880. O primeiro trecho apresenta a estreia dos toureiros lusitanos com a presença do presidente da província e destaca os “quatro bravos, novilhos, ou, touros”. A inclusão de figuras de destaque na sociedade da época reforça a importância política e social atribuída ao evento. A caracterização dos touros como “bravíssimos” reforça a ideia de coragem e bravura associadas à prática da tauromaquia, valorizando o feito dos toureiros, que os enfrentavam corajosamente. Já o segundo trecho descreve uma corrida de novilhos que acontecerá no dia de Natal e sugere que o evento é uma opção de diversão após as ceias natalinas. Nesse trecho o autor utiliza termos como “divertimento”, “palestra” e “Episódio Cômico e Burlesco”

para atrair o público. Assim, a tourada não era apenas um confronto violento entre homem e animal, mas também incluía outros elementos, como a comédia. Tudo isso, revela a complexidade (e até a contradição) desses eventos, que se adaptavam ao gosto e expectativas do público.

## Conclusões

Assim como outros autores já apontaram, em estudos sobre outras cidades, as touradas foram retomadas em Ouro Preto no final do século XIX, seguindo uma nova dinâmica. Diferentemente do que acontecia até a metade do século XIX, o novo modelo de negócio não era mais dependente do calendário e da promoção da monarquia e da igreja, mas sim se apresentava de modo autônomo, como mais uma mercadoria à disposição no mercado de diversões e espetáculos que surgia.

Os jornais de Ouro Preto celebravam esse ressurgimento, anunciando e repercutindo as touradas, destacando sua aceitação em outras cidades e países do “mundo civilizado” exaltando seus artistas, e dedicando aos espetáculos adjetivos quase sempre elogiosos, que buscavam descrevê-las como emocionantes, surpreendentes, belas e admiráveis. A população parecia apreciar bastante essa atração, o que pode ser comprovado pelo tempo de permanência das companhias na cidade, e pela sempre citada boa presença do público. Críticas e questionamentos sobre o caráter violento da prática não foram encontradas.

Vale mencionar que a presença das touradas em Ouro Preto parece ter sido menos frequente, no período estudado, do que em algumas outras capitais do país. Isso pode ter ocorrido por inúmeras razões, incluindo as dificuldades de acesso à cidade, uma vez que a linha férrea demorou a ser instalada e que os acessos anteriores à cidade eram montanhosos e íngremes. Além disso, Ouro Preto não possuía uma praça de touros permanente, ou um redondel, como no caso do Rio de Janeiro e Salvador o que fazia com que ela fosse montada apenas quando as companhias de touradas se instalavam ali, o que dificultava a instalação de companhias que promoviam esse tipo de diversão.

A dinamização do mercado de divertimentos, porém, não foi capaz de modificar o destino da cidade. Com o início da República, em 1889, Ouro Preto parecia fadada a perder seu *status* de capital da província. A Proclamação da República fortaleceu ainda mais um discurso de refundação do Brasil, que defendia a necessidade de se apagar o passado para criar uma nova nação. Ouro Preto, com sua

história associada ao período colonial e à dominação portuguesa, lembrava tudo aquilo que se almejava esquecer.

Ainda assim, as touradas em Ouro Preto no final do século XIX podem ser vistas como dos reflexos da transição entre o mundo rural e urbano e do esforço da cidade em se modernizar e incorporar as diversões que já eram populares em outras capitais do país.

### Referências bibliográficas

- ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. Aspirações de modernidade, sonhos de cosmopolitismo. **Revista de Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 375-388, jul./dez. 2010.
- BAYET, Jean. **Les origenes de l'Hercule romain**. Paris: Boccard, 1926
- BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2017.
- CARVALHO, Verônica Toledo Ferreira de. **OURO PRETO, SINFONIA DA METRÓPOLE: 1882-1889**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2021.
- DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira: República – Memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios 1875 - 1914**. 6 ed. Paz e Terra: São Paulo, 2001.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de; MELO, Victor Andrade de. **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.
- KARLS, Cleber Eduardo; MELO, Victor Andrade de. Tradição e modernidade: as touradas na Porto Alegre do século XIX. **História Unisinos** 18(2):352-363, Maio/Agosto 2014
- LOTT, Mirian Moura. Sob o Badalar dos Sinos, o **Ar da Modernidade. Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- MANTOVANI, André Luiz. **Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Lazer, esporte e cultura urbana na transição dos século XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro. **LOGOS 22** - Comunicação e Cultura Metropolitana, Ano 12, nº 22, 2005.

MELO, Victor Andrade de; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. As touradas na cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 29, n. 54, 2016.

MELO, Victor Andrade de. As touradas nas festividades reais no Rio de Janeiro colonial. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 365-392, jul/dez 2013a.

\_\_\_\_\_. Uma diversão adequada? As touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884). **História (São Paulo)**, v.32, n.2, p. 163-188, jul./dez. 2013b ISSN 1980-4369

NUNES, Fábio Santana. “A LOS TOROS!”: AS TOURADAS EM FEIRA DE SANTANA (1893-1905). **Caminhos da História**, Montes Claros, 26(1), Janeiro-Julho, ISSN: 1517-3771 / 2317-0875, p. 54 a 72, 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História (São Paulo)**, v. 35, e99, p. 1-21, 2016.

SANTOS, Flávia da Cruz, MELO, Victor Andrade de. Entre o rural e o urbano: as touradas na São Paulo do Século XIX (1877-1889). **Rev. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a.175 (463):39-70, abr./jun. 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894- 1900). In: MATOS, Maria Izilda et al. **Deslocamentos e histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008.

SILVA, Aldo José Morais. A beneficência compulsória nas apresentações artísticas em fins do século XIX e início do XX. **História e Cultura**, v. 12, n. 1, jul. 2023. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3763> .Acesso em: 03 de set. 2024

VIEIRA, Liliane de Castro. **Ouro Preto e o século XIX: O mito da decadência**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.145-189, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>. Acesso em: 02 jan. 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_, **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

### Fontes primárias:

BRASIL. Decreto N° 24.645, de 10 de julho de 1934.

A PROVÍNCIA DE MINAS: Órgão do Partido Conservador (MG). 30 de outubro de 1884, n. 231. p.2

A PROVÍNCIA DE MINAS: Órgão do Partido Conservador (MG). 6 de Novembro de 1884, n. 232. p4

A PROVÍNCIA DE MINAS: Órgão do Partido Conservador (MG). 6 de Outubro de 1887, n. 487. p.3

- LIBERAL MINEIRO, 16 de nov. 1884, p.4
- LIBERAL MINEIRO, 16 de setembro de 1884, p.3
- LIBERAL MINEIRO, 22 de set. 1884, p.3
- LIBERAL MINEIRO, 22 out. 1884, p.4
- LIBERAL MINEIRO, 23 de dez. 1884, p.4
- LIBERAL MINEIRO, 25 de agosto de 1882, nº93 p.4
- LIBERAL MINEIRO, 28 de out. 1884, p.3
- LIBERAL MINEIRO, s/d de 1884, p.3
- LIBERAL MINEIRO, s/d de 1884, p.3
- LIBERAL MINEIRO, 18 de jan. 1885, p.4
- O UNIVERSAL, 5 de abril de 1841, nº 45, p.3

## As representações da *Folha de São Paulo* sobre o PTB no regime presidencial de João Goulart (1963)

Folha de São Paulo's representations of the PTB in the presidential regime of João Goulart (1963)

**Eric Patrick Silva de Faria Rocha**

Mestrando em História

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

eric\_patrickcg@yahoo.com.br

**Recebido:** 09/05/2024

**Aprovado:** 01/07/2024

**Resumo:** A presente pesquisa acadêmica tem como objetivo analisar as representações da Folha de São Paulo sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no regime presidencialista de João Goulart, mas especificamente no ano de 1963. Inicialmente, busca-se contextualizar o período passando pelos ambientes mundial, latino-americano e brasileiro. Em seguida, remete-se acerca da renovada inserção do estudo da imprensa na seara de fontes primárias do historiador, passando para a caracterização da atuação da imprensa no governo Goulart. Para encerrar o estudo, analisar-se-á as representações emanadas pela Folha de São Paulo sobre o PTB, utilizando seus editoriais para identificar suas estratégias textuais e posicionamento.

**Palavras-chave:** Governo João Goulart; Folha de São Paulo; PTB.

**Abstract:** The present academic research aims to analyze the representations of the Folha de São Paulo about the Brazilian Labor Party (PTB) in the presidential regime of João Goulart, but specifically in the year 1963. Initially, it seeks to contextualize the period passing through the world, Latin American and Brazilian environments. Then, it refers to the renewed insertion of the study of the press in the field of primary sources of the historian, moving on to the characterization of the performance of the press in the Goulart government. To conclude the study, we will analyze the representations emanating from Folha de São Paulo about the PTB, using its editorials to identify its textual strategies and positioning.

**Keywords:** João Goulart Government; Folha de São Paulo; PTB.

## Introdução

Os conturbados anos do início da década de 1960 no Brasil tiveram diversas nuances e elementos influenciadores. O contexto global permeado pela divisão entre capitalistas e socialistas impregnou análises e eventos em um mundo de constante tensão, com movimentos, declarações e atos calculados que poderiam ou não ensejar uma guerra de proporções estratosféricas, ameaçando até mesmo a vida na Terra. Uma coalizão pelo suicídio da raça humana sempre foi uma possibilidade na era da polarização, e isso custou uma série de abalos aos que vivenciavam aqueles tensos momentos de parte do século XX. Felizmente, os confrontos localizados que opuseram defensores das duas vertentes não foram suficientes para nos destruir. Mas os danos psicológicos são inegáveis.

Neste ínterim, a América Latina também enfrentou seus desafios e viu o gigante do norte promover uma vigilância incessante perante os destinos de cada uma das nações que compunham aquela porção do continente. Mesmo com atuação ativa nestas nações, os Estados Unidos não conseguiram evitar todas as insatisfações e movimentos revolucionários dos latino-americanos, onde os exemplos boliviano e cubano marcam presença, levando ao êxito suas próprias versões da luta pela liberdade.

O presente artigo visa analisar um dos principais veículos de imprensa naquele contexto: a *Folha de São Paulo*. Centraremos nossa análise concernente as representações o veículo noticioso paulista emanava em relação a um dos principais partidos da época, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Primeiramente, contextualizaremos a situação mundial, latino-americana e brasileira para inserir o leitor num dos contextos de maior tensão política de maneira global no século XX. Em seguida, assinalaremos a importância progressiva que os periódicos e a imprensa ganharam como objetos de pesquisa do historiador junto a atuação da imprensa no governo Jango. Derradeiramente, realizaremos a análise das representações da Folha de São Paulo em relação ao PTB no período presidencialista do governo Goulart, buscando analisar seus componentes discursivos.

Para a construção do estudo, elencamos alguns editoriais do ano de 1963 após a análise de todas as tiragens do período que compreende o regime presidencial de Jango, selecionando alguns trechos que apresentavam impressões da *Folha* sobre o partido do presidente, golpeado posteriormente pelos militares em 1964. A pesquisa se justifica na medida em que a necessidade de análise das representações dos partidos políticos pelos grandes veículos de imprensa cresce a cada momento e ganha vital importância na atualidade, visto que suas ideias e opiniões tem poder amplo de influência

por atingir diversos setores da sociedade, que não somente a brasileira. É premente ressaltar a atuação das mídias no governo Goulart, visto que suas ações interferiram no rumo dos acontecimentos, contribuindo para que outros setores da sociedade civil e militar se posicionassem.

## **Era João Goulart: o mundo, a América Latina e o Brasil**

No início dos anos de 1960, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos em questões ideológicas e a atmosfera era de conflito iminente entre as duas maiores potências à época: Estados Unidos no *front* capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no *front* comunista. O possível enfrentamento destas duas grandes nações marcou o que ficou conhecida como Guerra Fria.

A Guerra Fria tem seu início logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. O historiador inglês Eric Hobsbawm (1994) a considera como uma Terceira Guerra Mundial, apesar de seu caráter bastante peculiar. Esta peculiaridade se dava pelo consenso em torno da distribuição do controle e da influência de americanos e soviéticos. Os países capitalistas eram dominados e fortemente influenciados pelos americanos. Os territórios que estavam com a presença do Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas se encontravam no domínio soviético. O acordo não era contestado em sua essência, segundo Hobsbawm.

O historiador ainda expõe que a Guerra Fria se caracterizou por possuir um acordo implícito de Paz Fria até os anos de 1970. A Paz Fria se alicerçou em um período de paz política e econômica, onde os dois lados faziam todo o esforço para não ensejar uma guerra, acreditando que uma coexistência pacífica poderia ser mantida em longo prazo. Um fator relevante se apresentou naquele período: o arsenal nuclear. No momento que URSS e EUA estão munidos de armamento nuclear, abandonaram a guerra como instrumento de política por enxergarem uma coalizão pelo suicídio caso a luta fosse travada. Em outras palavras, este próprio armamento nuclear mantinha a paz, visto que não representaria vantagem para nenhum dos lados se o mundo fosse inteiramente esfacelado em resultado de uma guerra nuclear. Hobsbawm acredita ser difícil afirmar se as duas potências dominantes aventaram a possibilidade de guerra. Sabe-se que

Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato *querer* apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro

tampouco queria a guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. (Hobsbawm, 1994, p.227; grifo do autor)

Portanto, a tensão da Guerra Fria obtinha fulcro nas ameaças confiantes das superpotências em que o adversário não iria querer a guerra. Seus formuladores a usavam como arma de negociação política, entretanto, o povo se via sempre na iminência de uma guerra, desestabilizando a sensação de paz de diversas pessoas.

Outro elemento que contribuía para um ambiente de alta tensão no Brasil era o contexto latino-americano de eclosão revolucionária que atingia as mais variadas partes do continente, ocupando a cubana sua cena principal. A revolução cubana adquiriu grande relevância para o contexto latino-americano. Para Luis Fernando Ayerbe (2004), os fatos do processo revolucionário cubano podem ser divididos em três. Em 1953, Fulgêncio Batista se torna ditador de Cuba após um golpe militar, fechando as possibilidades de representação para diversos setores sociais cubanos, eliminando a vida política. A partir disso, o contexto se desdobra até as tentativas de assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, em 1954, detonando o processo de radicalização de grupos militantes que visavam o retorno a vida democrática, liderados por Fidel Castro. A derrota para o governo Batista compele estes militantes a investigarem e refletirem com maior acurácia as causas das mazelas da sociedade cubana, pensando sobre aspectos sociais, econômicos e sistêmicas de uma Cuba dominada pelo imperialismo.

A partir do desembarque do *Granma*, iate que levou Fidel e mais 81 guerrilheiros opositores a ditadura de Batista, iniciou-se uma nova fase de contestação, ocorrendo o enfraquecimento da ditadura batistiana a partir de fatores como a não aceitação pacífica da deterioração das condições de vida pelas classes populares no campo e nas cidades, junto a uma crise nas alas dominantes fragmentadora da base de sustentação do regime e múltiplas derrotas no campo militar frente aos guerrilheiros. A rebelião contra Batista procede com traços mais profundos de transformação na sociedade cubana, visto que os guerrilheiros implementavam medidas de seu programa nas áreas conquistadas, como os iniciais experimentos de reforma agrária. Ayerbe (2004) aponta três grandes qualidades que permitiram aos insurgentes desencadear o processo inicial de revolução:

1ª grande capacidade de organização; 2ª abertura negociadora em relação aos setores descontentes das elites, especialmente os que se concentram na rica e cosmopolita cidade de Havana, valorizando as convergências sobre a Cuba pós-Batista; 3º comprometimento com os anseios dos setores populares na realização das reformas estruturais, antecipando medidas revolucionárias no decorrer do processo de luta (Ayerbe, 2004, p. 38).

A vigilância promovida pelos Estados Unidos na parte latino-americana permeada pelo contexto da Guerra Fria também exerce influência nos rumos de Cuba. De acordo com Ayerbe (2004), os EUA, como autodesignados defensores do mundo livre, passaram a realizar diversas interferências na América Latina e no Caribe, sob o pretexto de combate ao expansionismo soviético. A revolução cubana ocorre no final do governo Eisenhower nos EUA e passa pelo governo John Kennedy, promovendo ações que visaram desestabilizar o governo revolucionário cubano, como a invasão da Baía dos Porcos<sup>9</sup> e a Operação Mangusto<sup>10</sup>. Em 11 de março de 1962, são descobertos mísseis soviéticos instalados na ilha, o que levou ao encontro das frotas navais americanas e soviéticas no Atlântico. O desfecho da crise se deu de forma negociada. Eric Hobsbawm considera que a estratégia das potências da Guerra Fria na crise dos mísseis cubanos de 1962<sup>11</sup> fora de impedir que qualquer gesto fosse visto como um ato incitante para a guerra, deixando o mundo à beira dela de forma desnecessária.

Desde os anos de 1950, o Brasil experimentava pressões de setores da sociedade civil e de militares que faziam cambaleiar seu sistema democrático. Segundo Jorge Ferreira (2017), o primeiro desses movimentos de grande pressão se deu no governo Vargas iniciado em 1951, onde sujeitos como a União Democrática Nacional (UDN), imprensa e as próprias forças marciais atuaram para desestabilizar o mandato varguista, tendo seu fim precipitado pela morte do major Rubem Vaz por um segurança de Vargas na rua Toneleros e o consequente suicídio do então presidente. A reação popular ao suicídio de Vargas foi responsável por fazer os golpistas recuarem, impedindo a instalação de um governo militar no país. Em 1955, a UDN, parte da imprensa e uma ala golpista do exército também se mancomunaram para instituir o poder militar e interromper a vida democrática no país, mas foram impedidos pelo golpe preventivo do marechal Henrique Teixeira Lott no episódio que ficou conhecido como “novembrada” (Ferreira, 2017).

A política externa americana recrudescceu sua atenção a América Latina a partir dos anos de 1960, e o Brasil foi um dos grandes pontos de vigília vista a alta conturbação política que apresentava. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), Jânio Quadros (JQ), eleito presidente em

---

<sup>9</sup> Expedição militar enviada pelos EUA em abril de 1961 com o intuito de intervir na realidade política cubana. As forças revolucionárias cubanas derrotaram rapidamente a interdição, fazendo diversos prisioneiros Ver Ayerbe (2004).

<sup>10</sup> Segundo Ayerbe (2004), a Operação Mangusto se constituiu em um programa de ações clandestinas de sabotagem, guerra econômica e atentados contra autoridades cubanas com o fim de desestabilizar o governo revolucionário.

<sup>11</sup> A crise dos mísseis cubanos consistiu na instalação por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de mísseis balísticos intercontinentais na ilha de Cuba, em resposta aos Estados Unidos, que decidira instalar mísseis de igual calibre na Itália e na Turquia. Fonte: <https://dinamicaglobal.wordpress.com/historica/a-crise-dos-misseis-levou-o-mundo-muito-proximo-da-extincao/> (acessado em 23/11/2023).

1960, renuncia ao cargo cerca de 7 meses depois de ter tomado posse, em 25 de agosto de 1961, o que gera uma crise sem precedentes na história brasileira. O governo JQ foi protagonista de medidas contraditórias junto a sua política externa independente, que, entre outras ações, condecorou Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução cubana. O vice-presidente de Jânio era João Goulart (JG), tido como excessivamente trabalhista<sup>12</sup> por alguns setores conservadores e anticomunistas brasileiros, desencadeando reações da oposição ao trabalhismo que visavam quebrar os princípios constitucionais e impedir a posse de Jango.

A Cadeia Radiofônica da Legalidade liderada por Leonel Brizolla em 1961, comandada do palácio Piratini em terras sul-rio-grandenses, auxiliou na manutenção do respeito a constituição com um discurso marcadamente legalista. Já o Congresso, discordante desde o início com a proposta militar de impeachment de Goulart e com a possibilidade do golpe, encontrou a solução parlamentarista<sup>13</sup>. A votação na Câmara emendou o parlamentarismo a Constituição após os seus 236 votos a favor contra os 55 contrários a tal medida (Toledo, 1991, p.19). “O poder civil queria impor-se ao poder militar” (Ferreira; Gomes, 2014, p.43).

Napolitano (2014) entende o grande mérito da engenharia política brasileira ao evitar uma guerra civil com a implantação do parlamentarismo no país. Contudo, também depreende que a instalação do regime parlamentar possuía caráter golpista, onde, neste modo de parlamentarismo, não se delegava poderes ao chefe de Estado para dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Esvaziava-se o comando presidencial, objetivando “não criar um sistema político robusto e administrativamente eficaz” (Napolitano, 2014, p.35).

O governo parlamentarista de Goulart marcara-se pela oposição dos mais variados setores ao regime de gabinete. Direita e esquerda tratariam de sabotar o sistema, e o próprio Goulart fora um de seus maiores opositores. O parlamentarismo não convencia ninguém quanto sua a probabilidade de

---

<sup>12</sup> João Goulart era tratado como o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, presidente marcado por medidas de cunho trabalhista. No governo Vargas de 1951-1954, Jango fora Ministro do Trabalho e propôs o aumento de 100% no salário mínimo, além de estabelecer relações próximas com os sindicatos. Além disso, no tempo da renúncia de Jânio, João Goulart dava prosseguimento a Política Externa Independente na China comunista, apavorando os anticomunistas setores militares brasileiros. Ver Ferreira; Gomes (2014).

<sup>13</sup> O modelo parlamentarista que o Brasil adotara tinha algumas peculiaridades. Nos regimes parlamentares conhecidos, o partido político que obtivesse maioria na Câmara indicava o primeiro-ministro, que seria o Chefe de governo e teria o poder de veto. O parlamentarismo acordado em 1961 dava ao presidente do país a incumbência da indicação do primeiro-ministro e o próprio poder de veto, se diferenciando de outras experiências do chamado “regime de gabinete”. Ver Ferreira; Gomes (2014)

êxito político, e os notáveis comandantes políticos civis e militares não apoiavam o regime. A solução parlamentarista não serviu nem para acalmar os ânimos golpistas dos militares da Junta, que continuaram arquitetando planos de deposição a Jango (Napolitano, 2014)

Nesse período, a pressão pela antecipação que decidiria a continuidade ou não do parlamentarismo se intensificara, e o Congresso Nacional, mediante a pressão militar, o desapoio dos principais partidos ao sistema parlamentarista e a greve geral de 14 de setembro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), votara uma Lei Complementar que estabeleceria um plebiscito no dia 6 de janeiro de 1963.

A alternativa presidencialista venceu nas urnas, com 9,5 milhões de votos entre os 11,5 milhões de brasileiros votantes (Ferreira; Gomes, 2014). O regime presidencial de Jango se marcou pela tentativa de reerguimento econômico brasileiro, fustigado pela inflação. Além disso, o governo presidencial de João Goulart teve que encarar uma radicalização política crescente, que já estava em curso desde 1962. Em setembro e outubro de 1963, a situação política precária de JG se agravou, e o presidente foi buscar apoio político nas esquerdas. Segundo Ferreira e Gomes (2014), a oficialização de seu assentamento à esquerda do espectro político brasileiro ocorreu no Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. No dia 31 de março, setores da ala conservadora brasileira, junto a interferência externa americana e militares insatisfeitos com Jango articularam o golpe militar, concretizado no dia 1 de abril.

Já em relação ao sistema político brasileiro, se apresentava três principais partidos: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Social Democrático (PSD), maior partido durante o período compreendido entre 1945 e 1964, é considerado o grande responsável pela estabilidade deste período, segundo Lucia Hipólito (1985). Lucília Delgado (2017) observa que o PSD foi construído de dentro para fora do Estado, pois agregou candidatos que já eram pertencentes a máquina administrativa do governo estadonovista de Getúlio Vargas, principalmente em nível estadual e federal. O partido pessedista representou majoritariamente alguns segmentos da classe média urbana e as oligarquias estaduais, e “sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder marcaram época”, figurando como “grandes mestres da negociação” e ganhando a fama de “raposas” da política brasileira” (Delgado, 2017. p.138).

A União Democrática Nacional (UDN) foi o segundo maior partido durante boa parte deste intervalo democrático, desbancado somente na década de 1960 pelo Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com Maria Vitória Benevides (1981), a agremiação partidária era caracterizada por uma forte oposição a praticamente todos os governos que se sucederam na República de 1946, mas as divergências internas do partido eram nítidas, onde duas alas se destacavam: a “Bossa Nova”, grupo mais à esquerda do partido e a “Banda de Música”, com forte apologia anticomunista. Para Maria Victória Benevides, “o divisor de águas entre a ‘Bossa Nova’ e a UDN tradicional era a discussão sobre as reformas de base, sobretudo a agrária” (Benevides, 1981, p.123), o que mostra que o processo de polarização também esteve presente no partido.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conhecido por ser o principal herdeiro do legado getulista, se mostrou como terceira força na maior parte do período, ganhando força na década de 1960 com a ascensão de João Goulart à presidência. De acordo com Maria Celina D’Araujo (1996), o partido possui uma origem marcada pelo carisma, e apresentava um caráter fortemente personalista, gravitando em torno da figura de Getúlio Vargas. Entre suas diversas características e ações durante a República de 1946, pode-se elencar a sua capacidade de associar uma prática governista ao crescimento de sua atuação na área sindical, além de se apresentar como centro eleitoral de corrente nacionalista que propugnava mudanças estruturais.

Dados os principais personagens no contexto mundial, latino-americano e brasileiro, junto ao sistema partidário brasileiro, vamos prosseguir inserindo o panorama dos estudos sobre a imprensa no Brasil, junto a sua atuação no governo Jango, onde se testemunhou um dos períodos de maior efervescência e atividade do segmento no país, apresentando posicionamentos diversos em relação a medidas e aos personagens governamentais.

### **A inserção do estudo da imprensa na historiografia e sua atuação no governo João Goulart**

O uso da imprensa como objeto e fonte de estudo tem crescido substancialmente nos últimos anos. Maria Helena Capelato (2015) ressalta que sua abordagem era vista com desconfiança, se tornando um dos principais meios de estudo historiográfico no final do século XX. Em um momento de revisões teóricas e metodológicas, se deu na década de 1970 um processo de ressignificação do

papel da mídia nas investigações históricas, colocando-se novos problemas, abordagens inéditas e a transformação do uso de novos objetos e fontes para o estudo da História. A rediscussão sobre o papel dos documentos e os questionamentos perante o seu uso reavivaram a utilização da imprensa como instrumento para a reconstituição histórica, esvaecendo-se o preconceito que antes se nutria. Segundo Tânia de Luca (2008), este movimento é também fomentado pela terceira geração dos *Annales*<sup>14</sup>, ampliando-se bruscamente o campo de interesses do historiador, tais como os mitos, as mentalidades, os jovens, a infância e etc. Além disso, a história cultural experimentou grande fortalecimento durante as décadas de 60 e 70, renovando suas análises ao enfatizar e implementar a história vista de baixo, tendo como figura principal Edward Thompson.

Nelson Werneck Sodré (1966) ressalta que jornais, folhetos, revistas, etc., foram utilizados como recursos de intervenção do debate público desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Unindo suas lutas específicas à causa comum da liberdade de expressão, a imprensa se afirmou como empresa e consolidou-se como atriz política no decorrer do século XX, participando das discussões relativas à política republicana e dos confrontos entre projetos políticos concorrentes (Sodré, 1966). Para Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2007), deste modo, a imprensa ambientou-se no sistema capitalista e a reflexão sobre sua historicidade deve considerar este fato, devendo se problematizar suas articulações a outros atores da sociedade em geral, bem como as suas “conjunturas específicas do longo processo de constituição, de consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas”. A reflexão em torno de sua inserção histórica deve considerá-la mais como um ingrediente do processo do que simples registradora dos eventos por ela narrados, “atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência históricas” (Cruz; Peixoto, 2007, p.257).

É necessário considerar que os jornais já operavam segundo a lógica capitalista na década de 1960, influenciados pelo contexto polarizado da Guerra Fria. Portanto, é relevante notar que os jornais possuíam interesses empresariais como todo e qualquer empreendimento circunscrito ao regime do capital, movimentando-se em direção ao atendimento de seus financiadores e convergindo com o

---

<sup>14</sup> A *Escola de Annales*, segundo Peter Burke (1997), foi uma escola fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, e se subdividiu em três gerações, marcadas pela crítica a história factual e somente escrita pela via dos documentos oficiais, almejando a sua troca por uma história-problema. A interdisciplinaridade também é marca das reivindicações dos *Annales*, e a terceira geração se marca tanto pela ampliação da comunicação com outras disciplinas quanto pelo revigoramento da história política face ao quantitativismo predominante à época.

posicionamento de seus comandantes de acordo com o sistema reinante (Fonseca, 2011; Capelato 2015). Deve-se assinalar também que, além de se autogovernar em consonância ao seu caráter empresarial, os jornais são “instituições políticas” pelo modo como se relacionam com a opinião pública, levados pela sua própria natureza de potenciais formadores desta (Cook, 2011).

Deve-se ressaltar que as instituições que ficam a cargo da realização da imprensa acabam por atuar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Espaço privilegiado de mobilização da opinião pública<sup>15</sup> e de poder, os veículos noticiosos agem em um ambiente sob regras que exprimem uma correlação de forças as quais interagem constantemente (Cruz; Peixoto, 2007). Apresentando uma função de instituição pública na medida em que executa o papel de mediadora entre o governo e os cidadãos, as empresas jornalísticas, após sua modernização e o estabelecimento de relações comerciais com diversos agentes na realidade capitalista, se assumem como instituições privadas. Portando uma condição *sui generis*, a imprensa possui papel de relevância ao intermediar a sociedade civil com os órgãos estatais, mas convive com a realidade de contrabalançar seus interesses privados com seu dever público (Capelato, 2015).

Atinente ao conceito de representação que se segue neste estudo, Roger Chartier (2002a) ressalta que a análise dos documentos escritos deve considerar as “estratégias de escritura e às intenções do autor” e, de forma mais condizente aos ditos da imprensa e dos jornais impressos, aqueles “que resultam de uma decisão de editor ou de uma imposição de oficina” (Chartier, 2002a, p.71). O espaço no qual se formata o escrito importa e influencia a recepção do leitor, modelando suas antecipações frente ao texto, também podendo cumprir a função de atração de públicos ou a usos nunca perpetrados (Chartier, 2002a).

Nesse sentido, as representações, também formadas pelos impressos, adquirem grande relevância na investigação dos discursos emanados diacrônica e sincronicamente, entrando no campo de batalha de diversas outras representações forjadas por outros sujeitos influentes, processo em que se assentam em consonância a “termos de poder e de dominação”. Para Chartier (2002b), as lutas de representação têm tanta relevância quanto o âmbito das lutas econômicas no que tange a imposição de

---

<sup>15</sup> Coincidindo com a formação do Estado Moderno, a opinião pública é um fenômeno que necessita de sociedade civil desvinculada do Estado, de caráter livre e articulada de modo a permitir que indivíduos ou grupos se associem para emitir suas opiniões em relação ao governo apesar de não desenvolver uma política de forma prática. A opinião pública ganha sentido institucional quando, em um regime democrático, seus cidadãos definem o gerenciamento dos mecanismos de poder através das eleições, associando-se às ideias de soberania, vontade do povo, liberdades públicas e representação. Ver Mateucci (1998).

uma determinada visão de mundo, afirmando uma ótica da realidade anteriormente grupal e que se expande para o social. Considerando Chartier, entendemos que o conceito de representação é uma visão de mundo que ganha forma quando enunciada e entra nos embates representacionais frente a outras interpretações da realidade, tomando terreno conforme a adesão dos sujeitos que a acessaram.

A imprensa foi um segmento da sociedade civil que teve atuação marcante durante todo o governo João Goulart. Segundo Alzira Alves de Abreu (2006), que analisou os jornais impressos no período Goulart, a década de 1960 atravessava grande ebulição no jornalismo político, tendo seu ápice. A conjuntura nacional e social era traduzida por meio de reivindicações e ações em favor de uma sociedade mais justa, quer pelo sistema político democrático, quer pelo sistema socialista de governo, variando de movimento a movimento e suas respectivas orientações políticas. Os anos 1960 também foram portadores “de movimentos de renovação cultural impregnados de grande politização e radicalização, tanto de direita e extrema direita, quanto de esquerda e extrema esquerda” (Abreu, 2006, p.108). Outra característica da imprensa à época era de obter posição partidária, mesmo não sendo subvencionada por nenhum partido do jogo político, o que Abreu (2006) entende fazer parte de uma concepção missionária que entendiam possuir.

Segundo Abreu (2006), a imprensa, de modo geral, se posicionou favoravelmente a primeira grande dúvida gerada pelo momento da renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente: a apropriação do cargo ou não pelo vice-presidente João Goulart. Os jornais empunharam a bandeira da continuação do regime democrático e da manutenção de fidelidade a carta constitucional. Porém, houve jornais que se opuseram a posse de Goulart. Estes jornais eram *O Globo* e o *Estado de São Paulo*.

A aprovação do parlamentarismo pelo Congresso Nacional e a confirmação do plebiscito para o início de 1963 suscitou outras reações. O *Estado de São Paulo* rejeitou veementemente a solução parlamentarista alegando que tal sistema não seria capaz de resolver os problemas do Estado brasileiro, visto que o presidente não teria autoridade. O *Globo* apoiou a emenda parlamentarista. A *Tribuna de Imprensa*, chefiada pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda e também oposicionista, enxergou o parlamentarismo como a pior saída possível, sendo retratado como uma solução do Partido Comunista (Abreu, 2006).

De acordo com Abreu (2006), quando se confirmou o plebiscito para o retorno ou não do regime presidencialista, *O Globo* mostrou-se amplamente favorável a volta do presidencialismo, com esperanças de que Goulart atacasse a inflação e sanasse a crise política. O *Estado de São Paulo* foi

radicalmente contra, entendendo a concessão de poderes de um presidente da república a João Goulart pior do que o famigerado parlamentarismo coevo.

A Revolta dos Sargentos, no dia 12 de setembro de 1963, é considerada como um ponto de inflexão por Abreu (2006). Para Ferreira e Gomes (2014), até aquele momento os jornais não desenvolviam ataques ao governo que possam ser considerados como agressivos se comparado a época do segundo mandato de Vargas, quando a oposição era incessante. “Embora muitos jornais fizessem duras e sistemáticas críticas ao governo, não se encontra na imprensa, em geral, uma histeria anticomunista e/ou uma pregação golpista[...]” (Ferreira; Gomes, 2014, p.245). O *Jornal do Brasil* defendeu o governo até o fim do Plano Trienal. Após o comício da Central do Brasil, jornais como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* exemplificam a tendência geral dos jornais de pedirem a saída de João Goulart da presidência, seja por meios constitucionais ou não.

O papel da imprensa mostrou-se de forma substancial para a propagação de ideias e ideais na sociedade brasileira dos anos de vigência no mandato João Goulart. O meio midiático foi relevante no que se refere ao modo de propagação da informação, e no período Jango, todos os jornais e a incipiente televisão selecionavam os fatos a serem transmitidos ao público, também emitindo opiniões sobre a situação política do país. Alguns jornais se destacaram no que concerne ao protagonismo no ataque ao governo e a deposição do presidente, assim como houve jornais que o defenderam até o último minuto, como, por exemplo, *O Diário Carioca* (Abreu, 2006).

Para Aloysio Castelo de Carvalho (2010), a imprensa liberal encontrou um propósito maior no que entendiam haver uma penetração do comunismo no tecido social e nos órgãos do Estado durante o governo Goulart, manifestada, em sua compreensão, nas atitudes de sujeitos comprometidos com o programa de reforma social que começaram a estimular a participação popular não somente por meio das eleições, mas também pelas ações diretas, greves e protestos, em paralelo a propagação de um questionamento de cunho socialista que colocava a propriedade privada como alvo. Diante disto, Carvalho (2010) infere que setores da imprensa liberal do Rio de Janeiro, precipuamente representados por jornais como *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, “passaram a enfatizar a concepção publicista da opinião pública em detrimento de uma concepção institucional”, atribuindo “à própria imprensa o papel de autêntica representante da opinião pública, em detrimento do Poder Legislativo” (Carvalho, 2010, p.37).

O jornal *Folha de São Paulo* também se autoafirmava como um jornal do segmento democrático e liberal na época do governo Jango. Emitindo editoriais sobre diversos personagens e temas naquele período, a *Folha* se mostrou um espaço de opinião com constantes questionamentos a condução de Goulart da governança brasileira, continuamente combalida por diversos fatores que se apresentavam tanto externa quanto internamente naquele contexto. Os partidos políticos à época não escapavam de suas análises, principalmente os protagonistas daquele sistema partidário, PSD, UDN e PTB. A seguir, centraremos nossa análise aos editoriais da *Folha* sobre o PTB no período presidencialista de Jango, partido alvo de desconfianças por parte da imprensa que julgava defender os valores ocidentais e o “regime de liberdade” nas suas impressões.

### **A *Folha de São Paulo* no regime presidencialista de João Goulart: os editoriais sobre o PTB**

No início dos anos de 1960, o jornal paulista *Folha de São Paulo* experimentava marcantes mudanças no seu interior e na direção da empresa. Fruto da junção entre três jornais, sendo estes *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, a *Folha de São Paulo* começava a circular sob o comando de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que assumiram a direção em agosto de 1962, também ocasionando na alteração de chefia de redação, agora sob comando de José Reis (*Folha de São Paulo*, 2009).

Apresentando-se como um jornal que defendia a evolução da economia para a conquista da paz social durante o período democrático da Quarta República brasileira, a *Folha* também pugnava pela livre entrada do capital estrangeiro, atuando em associação com os interesses brasileiros de desenvolvimento de seu parque industrial. Da mesma forma, via necessária a adoção de tecnologia mais avançada a fim de incrementar o conhecimento organizacional e técnico em nossas terras com o objetivo de se aumentar a produção e diversificar a economia (*Folha de São Paulo*, 2009). Suas transformações no período em que João Goulart era o mandatário do executivo federal fizeram da *Folha* o maior jornal de circulação paga no Brasil em 1963, feito alcançado a partir de uma conduta empresarial atuante com fins expansionistas, onde se combinaram dois fatores de relevância: a aquisição de frota para o envio de jornais ao interior de São Paulo e a revolução tecnológica experimentada na área de impressão, tornando o jornal um dos principais veículos noticiosos à época (*FOLHA DE SÃO PAULO*, 2009).

Definindo-se como um jornal liberal e democrático, a *Folha* analisou as diversas temáticas relacionados ao contexto social brasileiro tentando as analisar sob este prisma. De acordo com Mateucci (1998), do ponto de vista político e histórico, pode se definir que o liberalismo sempre se mostrou como defensor das liberdades e autonomia dentro do espectro da sociedade civil, também apresentando de maneira contínua os valores concernentes a diversidade dos envolvidos, junto a suas valências plurais e variantes. O liberalismo, nesse sentido, se oporia também ao poder central que pode ser representado pelo Estado, constructo mais sistemático na sua forma de operar.. Em relação a seus valores democratas, a *Folha* acreditava defender e exprimir uma característica do “regime de liberdade” ao gozar de um lugar de fala sem amarras somente possível em um Estado liberal, manifestando uma liberdade particular que, segundo Bobbio (1998), vai além de exprimir uma manifestação opinativa ou direito de associação para se influir no contexto político presente, mas também participa do processo de escolha de seus representantes. Portanto, um regime democrata deve “reconhecer alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo” (Bobbio, 1998, p.324), os quais a *Folha* fez uso e acabou por influenciar alguns rumos da sociedade brasileira à época do governo presidencialista de Jango.

O liberalismo brasileiro, à época advogado pela UDN, apresentava algumas ambiguidades. De acordo com Benevides (1981), o discurso liberal construído por seus autoafirmados defensores não se poupava em clamar pela intervenção armada do Estado quando os acontecimentos não ocorriam da forma que desejavam, invocando os militares em meio aos seus apelos de contestação a sufrágios ou em justificação de golpes militares em nome do liberalismo. Para os liberais daquele interim, era necessário interromper o processo democrático para saneá-lo e salvá-lo. Além disso, o liberalismo brasileiro idealizava uma volta ao passado, recusando mudanças no cenário social e político, e, se imbricando com a crença da necessidade do comando pelas elites, acreditava que o povo não seria capaz de escolher por si mesmo, somente devendo ser guiado.

Emitindo editoriais sobre as realidades social, política e econômica brasileiras, a *Folha* abordou a conduta dos principais partidos do sistema democrático brasileiro à época, materializados em PSD, UDN e PTB. O PTB, partido do presidente João Goulart, apresentou-se como um dos focos do jornal paulista, emanando representações que visavam formar uma opinião pública de acordo com parâmetros sociais, políticos e econômicos que o veículo entendia como a estrada correta a ser seguida para a sociedade brasileira.

Para iniciar, em editorial de 31 de março de 1963, sob o título de “Intervenção disfarçada”, a *Folha* critica a ação do governo federal ao intervir militarmente na Guanabara por conta da proibição do governador Carlos Lacerda (UDN) perante o Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba<sup>16</sup>, que acabou sendo realizado entre os dias 28 e 30 de março em Niterói. Entendendo de maneira indubitável que a ação do governo federal não se tratava apenas do evento utilizado como pretexto, a *Folha* sugeria que a atitude do executivo comandado por Jango também era uma forma desconfiável de uso da força. Durante a argumentação, o veículo paulista observa que

Ressalta, à primeira vista, a intenção de um revide ou manobra meramente política, quando menos para satisfazer e devolver prestígio àqueles quarenta deputados, que se nomeiam “nacionalistas”, quase todos do PTB, e que, valendo-se de suas imunidades, liderados pelo sr. Leonel Brizola, sob alarde e ameaças, puseram-se em direção à Guanabara, visando à realização, quase à força, do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba, proibido pelo governador Carlos Lacerda, como subversivo e atentatório as instituições (*FSP*, 31/03/1964, p. 4).

Inferindo que o governo não possui valência de “policia político-social”, a *Folha* contesta ao longo do editorial o porquê que as ações federais não se direcionam a segmentos como os “ferroviários e empregados em carris urbanos”, que pararam suas respectivas greves após a intervenção federal na Guanabara, que nunca se voltou para uma proibição “do conclave pró-Cuba fidelista”. Mesmo assim, o veículo entende que Carlos Lacerda saía maior do episódio, pedindo a Deus que tal fato não interferisse nas negociações de San Tiago Dantas em sua visita aos Estado Unidos (EUA) naquele momento.

É possível perceber que o jornal acaba elencando alguns personagens “subversivos” que apoiariam a manifestação pró-Cuba socialista. Mencionando setores da classe trabalhista, o jornal põe na mesma seara de apoio ao congresso os deputados do PTB liderados por Leonel Brizola, congresso este que foi proibido justamente por Carlos Lacerda devido a seus elementos entendidos como proponentes do fim do sistema democrático em favor do regime soviético. A *Folha*, portanto, não concordava com as atitudes do governo federal, propondo que o executivo poderia recorrer ao judiciário primeiramente, e que tal movimento tencionava recuperar a moral dos deputados petebistas no congresso nacional, através de uma manobra política e uma atitude revanchista de revide.

---

<sup>16</sup> O Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba foi uma reunião de diversos personagens nacionais e internacionais que apoiavam a revolução cubana, se autodefinindo como defensora do direito de autodeterminação dos povos e da paz. Ver [Congresso Continental de Solidariedade a Cuba \(marxists.org\)](http://marxists.org) (Acessado em 18/12/2023).

Mas a *Folha* apresentava outras concepções acerca do partido petebista. Em editorial de título “A necessária oposição”, publicado no dia 02 de julho de 1963, o jornal escrevia sobre o anúncio da UDN sobre a realização de uma oposição mais ferrenha ao governo de João Goulart. Desta forma, a *Folha* assim noticiava:

Anunciou a UDN a semana passada, na Câmara Federal, a intenção de desencadear “intensa campanha oposicionista”, e o fato foi recebido com satisfação, inclusive por setores mais responsáveis do PTB, segundo manda dizer de Brasília o redator político desta folha (FSP, 02/07/1963, p. 4)

No dia 20 do mesmo mês, em editorial “Jogo demorado”, a *Folha* publicava suas impressões sobre os partidos envolvidos no debate da Reforma Agrária<sup>17</sup>, assinalando que o debate se estendia de modo exaustivo ao mesmo tempo que menciona os conflitos rurais que ocorriam em Estados como Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para o jornal paulista, o que ocorria no parlamento em Brasília era um “jogo de habilidades”, em que os “jogadores” PSD, UDN e PTB moviam peças num tabuleiro de xadrez de modo cuidadoso, tentando atingir seus objetivos de modo mais satisfatório possível. Para a *Folha*

Voltou a estabelecer-se no Congresso o diálogo em torno da reforma agrária, depois de largo período que o assunto parecia ter sido relegado a plano secundário. Já é alguma coisa. Parece, porém, que os três grandes partidos brasileiros – o PSD, a UDN e o PTB – falam línguas diferentes. Por isso o diálogo é tão penoso, e são necessários tantos intérpretes para tentar explicar exatamente o que quer dizer cada um dos interlocutores. Não é sem uma sensação de desencanto que se acompanha o noticiário da Câmara Federal: a UDN manobra para impor o “seu” projeto de reforma agrária (o chamado projeto Milton Campos<sup>18</sup>), o PTB procura torpedeá-lo, pois também tem a “sua emenda”, o PSD navega entre os dois, elabora uma forma intermediária e está na iminência de vê-la vitoriosa (FSP, 20/07/1963, p. 4).

Na parte final do editorial, o veículo noticioso paulista elogiou a discussão da reforma agrária como um elemento que fez despertar a consciência nacional no que tange aos problemas de uma

---

<sup>17</sup> A Reforma Agrária debatida no governo Goulart se marcou por opor diferentes concepções acerca da forma de como as terras seriam subdivididas e adquiridas pelo governo. As correntes esquerdistas, com representação em alguns setores do PTB, desejavam a aquisição de terras sem indenização por parte do poder público, enquanto correntes de verve conservadora, representadas por setores de UDN e PSD, procuraram editar propostas que previam alguma ação indenizatória àqueles que teriam suas terras encampadas pelas medidas governamentais. Ver Ferreira; Gomes (2014)

<sup>18</sup> De acordo com Natividade (2013), o projeto Milton Campos consistia na distribuição de propriedades rurais com base nas diferenças regionais, visando estimular a produtividade e programas de educação, saúde e habitação, bem como buscava incentivar a formação de uma classe média rural junto a implantação de planos para industrializar o campo. Além disso, o projeto objetivava desapropriar terras que constituíssem minifúndio anti-econômico e estabelecer a desapropriação de acordo com o interesse social.

estrutura velhaca e anacrônica que tomavam a zona rural do país, mas também cobrou celeridade na resolução dos conflitos congressuais em torno do tema. Mencionando as incertezas tanto do proprietário de terras quanto dos assalariados do campo, a *Folha* acreditava que o fim do debate estava próximo, e os principais partidos políticos do sistema democrático brasileiro da República de 1946 deveriam encerrar este assunto.

Nestes dois editoriais, percebe-se que o discurso da *Folha* transparece que, no caso particular do PTB, o partido possuía uma ala “responsável” e, considerando o partido um dos maiores da democracia brasileira, é possível inferir que o jornal entendia também haver no partido petebista uma predisposição ao debate e conseqüentemente, vocação para o sistema democrático naquele momento. Apesar disso, a *Folha* reincide na utilização de termos mais agressivos em relação às ações petebistas, retratando-as de forma belicosa com claras intenções de afundar a proposta da oposição com o seu torpedeamento.

Em editorial do dia 01 de setembro de 1963, intitulado “Ideologia e Fisiologia”, a *Folha* tem como tema central o partido petebista. De acordo com a análise do jornal, o PTB é dividido entre as alas ideológica e fisiológica. Apontando que em quase todos os partidos há correntes que se distinguem por estas nomenclaturas, o jornal diz que há diferenças do PTB em relação aos outros por seu caráter não reconhecido oficialmente. Logo, explica o que seriam as alas ideológica e fisiológica do PTB: a primeira compreenderia parlamentares que, supostamente, embasariam suas ações por ideias, e a segunda concernia a congressistas que se moviam de acordo com um movimento de “toma lá, dá cá”, onde se moviam por interesses próprios pressionando por cargos no governo, submetendo suas negociações a benefícios pessoais. A *Folha* indicava que estes seriam maioria.

O jornal paulista acreditava que nem os líderes do PTB despercebiam a subdivisão existente no partido, lançando uma crítica:

À primeira vista, parece mais defensável – e até elogiável – a posição dos “ideológicos”. A verdade, porém, é que no grupo, a par de alguns trabalhistas sinceramente identificados com os anseios da massa e empenhados em fazer com que o partido os expresse, existem numerosos elementos radicalizados, que outra coisa não tem feito senão agitação e pregação revolucionária. A “ideologia” desses elementos tem dificultado a solução democrática e pacífica dos nossos problemas dentro da Câmara Federal principalmente. (*FSP*, 01/09/1963, p. 4)

Citando também a reforma agrária em debate, a *Folha* desesperançava o leitor para um entendimento em torno da discussão se dependesse de uma atitude conciliatória dos petebistas, visto

que sua conduta os direcionava para um caminho de impasses intransponíveis e que parecia sempre objetivar a complicação das coisas, dando aval para que as questões mais candentes não encontrassem solução por um motivo desconhecido.

Quanto à ala fisiológica, o jornal inferia que não havia simpatia popular por aquele segmento, sendo uma ala que se formava a partir de velhas práticas na política que se pautavam pelos interesses privados e pelo benefício pessoal. Mencionando também a ala fisiológica do PSD, a *Folha* diz que os fisiológicos petebistas se encontravam mancomunados com eles naquele instante, visando uma parte do quinhão de liberalidades governamentais. Para o veículo, “interesse público, interesse coletivo e ninharias desse tipo são coisas que não contam na luta entre a fisiologia pessedista e a filosofia trabalhista” (*FSP*, 01/09/1963, p.4). Para a encerrar, a *Folha* entende que

Os partidos brasileiros só reconquistarão o respeito da opinião pública quando deixarem de lado a fisiologia e se guiarem pela ideologia. Mas ideologia mesmo: reta, clara, democrática, que não se confunde com a atuação extremista hoje disfarçada sob aquela capa. (*FSP*, 01/09/1963, p. 4).

Percebe-se, ao longo do texto, que a *Folha* apresentou algumas vezes o termo ideologia entre aspas quando se tratava de caracterizar o PTB. Além disso, fica claro em sua análise que nenhuma das alas petebistas lhes pareciam suficientes para dar cabo dos problemas do país, acusando-os de tentarem atrapalhar mais os entendimentos do que buscar uma solução democrática e pacífica. O PTB portava, para o jornal, elementos radicalizados que não desejavam colaborar para os impasses presentes no congresso e na sociedade brasileira naquele momento, dificultando resoluções para debates tais como a reforma agrária. No final, sua inferência é que somente os ideológicos poderiam encaminhar a vela brasileira para ventos auspiciosos, mas destacam: as ideologias deveriam respeitar o jogo democrático e não jogar com o subentendido, ação a qual os extremistas fariam uso.

Em “Lições do Pleito”, editorial emitido no dia 25 de outubro de 1963, a *Folha* sugere que políticos e leitores se baseiem nas eleições municipais paulistanas de 1963 para medir a força dos que se diziam representantes das massas trabalhistas, entendendo ter uma representação de importância exagerada no contexto político brasileiro. Mesmo antes de se ter a divulgação do resultado oficial, o jornal já concluía que de maneira inequívoca poderia se afirmar a fraqueza das esquerdas, sendo um evento significativo por São Paulo se tratar de um dos maiores polos do operariado urbano nacional. Para dar fulcro a seu posicionamento, a *Folha* escreve:

De fato, a menos votada das legendas em São Paulo foi a do Partido Socialista, uma das mais permeáveis à infiltração comunista. O PTB, igualmente sempre solícito no abrigar candidatos vermelhos, encontra-se numa penosa situação intermediária, com votação equivalente à do modesto PL. Muito acima das legendas que afirmam representar as “forças populares” encontram-se a “aristocrática” UDN, o obscuro PST, o novo MTR, o velho PR, o PDC e outras agremiações, sem contar o PSP do sr. Ademar de Barros, que lidera as apurações e que fez também do anticomunismo uma de suas bandeiras (*FSP*, 25/10/1963, p. 4).

O editorial prossegue dizendo que as eleições fornecem uma régua com números claros que desfazem mitos da propaganda esquerdista, dizendo que existem falsos grupos que se dizem representantes dos trabalhadores que acabaram rechaçadas pelo pleito paulistano, um dos núcleos de maior politização nacionalmente. Para a *Folha*, o eleitor de São Paulo repudiou o extremismo o qual partidos como o PTB e o Partido Socialista costumam abrigar, e também sublinha uma crise de representatividade que o sistema democrático brasileiro passava, em que o sufrágio na cidade de São Paulo escancarava com o alto número de abstenções e votos nulos e brancos.

É notório o sentimento de vitória nas palavras da *Folha* ao analisar a prévia dos resultados das eleições municipais paulistanas de 1963, indicando que a votação foi uma grande derrota aos extremistas, que se encontravam em partidos de esquerda, tais como o PTB. Nesse sentido, a *Folha* faz questão de ressaltar que a propaganda esquerdista não causou efeito naqueles que justamente julgava defender, as chamadas “forças populares”. A assertividade em apontar a “fraqueza” das esquerdas, onde inclui o PTB, é passível de se compreender como uma comemoração do pleito paulistano, visto que agremiações partidárias que abarcassem a infiltração comunista não traduziam a vontade do povo da cidade de São Paulo.

### **Considerações finais**

Em uma sociedade progressivamente mais ativa na década de sessenta do século XX, o Brasil não escapou de um contexto beligerante que tomava o mundo e viu sucessivas crises se apossarem do cenário político, econômico e social, onde a América Latina também se insere. A vigilância norte-americana sempre esteve presente sobre o resto do continente, entretanto, após a emancipação cubana e a implementação da via socialista e anti-imperialista, as intervenções se intensificaram. Os estadunidenses entenderam que não poderiam permitir a gênese de outro Estado comunista como

ocorreu em Cuba, criador de outro paradigma para os revolucionários e socialistas do ocidente, fazendo da luta armada uma possibilidade de implantação de seus ideais. Muito por conta deste fator, os liberais anticomunistas latino-americanos entraram em estado de atenção, envolvendo militares, imprensa e elementos da sociedade civil em geral. Os partidos políticos, máquinas de representatividade popular, foram analisados pelo binóculo da polarização, ensejando apoios e dissensões.

Como foi explicitado, a imprensa foi um dos setores de maior atuação e opinião frente aos acontecimentos do início da década de 1960 no contexto brasileiro, encetada pela renúncia repentina de Jânio Quadros, passando pela conturbada posse de João Goulart como presidente e todo seu governo, terminando no famigerado golpe militar de 1964, onde diversos veículos noticiosos, apesar de sua verve liberal e democrática, apresentaram passividade ou concordância.

O cerne de nossa análise recaiu sobre o jornal *Folha de São Paulo*, que se constituiu num dos principais jornais de circulação paga no Brasil durante o governo Goulart. Comandados pelos editores Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, a *Folha* ascendeu como um importante veículo informativo e de opinião, emitindo diversos editoriais ao longo do mandato de Jango tanto em seu período parlamentar quanto no regime presidencial. Nosso foco se centrou no PTB, e pôde-se perceber pela análise realizada que o jornal paulistano emanava ideias e opiniões que ora acreditavam na capacidade de negociação do partido e sua verve democrática, ora compreendiam que sua real intenção era acabar com o regime democrático brasileiro, entendendo que o abrigo a indivíduos que defendiam o sistema comunista soviético representava perigo para regime democrático. Utilizando termos de tons mais agressivos para as ações do PTB na Câmara ou nos debates sobre os temas prementes daquela sociedade, a *Folha* expôs interpretações de diferentes matizes que apresentavam o plano de fundo do contexto global, alegre quando as esquerdas não atingiam seus objetivos, temerosa quando enunciava certas atitudes petebistas que poderiam ser identificadas ao regime soviético. Tais representações ainda encontram eco hodiernamente, consolidando ou debilitando as representações de diversos personagens da política atual brasileira.

### Fontes

A NECESSÁRIA oposição. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 2 jul. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

IDEOLOGIA e fisiologia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 1 set. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

JOGO demorado. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 20 jul. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

INTERVENÇÃO disfarçada. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 31 mar. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023

LICÇÕES do pleito. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, p.4, 25 out. 1963. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 15/12/2023.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart. Entre a memória e a História**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.107-128.

ANDRADE, Everaldo. **A Revolução Boliviana**. São Paulo, UNESP, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coordenação da tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. UnB/Linha Gráfica, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia. (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p. 114-136.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)**. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a, p. 61-80.

\_\_\_\_\_, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002b, p.13-28.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, nº 35, São Paulo, jul-dez. de 2007. p. 253-270

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; \_\_\_\_\_, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil republicano; v.3), p. 123-154.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_, Jorge; Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil republicano; v.3), p. 123-154

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric. Guerra Fria. In: \_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. 2.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed.; 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MATEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

\_\_\_\_\_, Nicola. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 2. 11.ed.. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classes e intraclasse**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 11.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

### Sítios Eletrônicos

Definição sobre o Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba: [Congresso Continental de Solidariedade a Cuba \(marxists.org\)](http://marxists.org/congresso-continental-de-solidariedade-a-cuba) (acessado em 18/12/2023).

Verbetes sobre a *Folha*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo> (acessado em 18/12/2023).

# Alma em Linguagem: o anímico na filosofia de Wittgenstein

Soul in language: the mental in Wittgenstein's philosophy

Mateus Ântoni Moreira da Silva Maciel

Graduado em Psicologia

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

antony123405@gmail.com

**Recebido:** 06/12/2023

**Aprovado:** 09/10/2024

**Resumo:** Neste artigo discute-se a atribuição de objetividade a expressões psicológicas subjetivas na filosofia de Wittgenstein, considerando o estatuto lógico do anímico em sua obra. Para tal, comenta-se brevemente dados biográficos do filósofo e apresenta-se conceitos essenciais como anímico, jogo de linguagem e significado. Então se explora o conceito de vivência do significado, abordando conceitos relacionados. Em seguida, examina-se como Wittgenstein estabelece a objetividade das expressões subjetivas. E arremata-se, enfim, com uma reflexão sobre as idiosincrasias da filosofia da psicologia de Wittgenstein e seus impactos na compreensão ontológica do ser humano e sua vida anímica.

**Palavras-chave:** Wittgenstein. Filosofia da psicologia. Anímico. Linguagem. Significado.

**Abstract:** This article discusses the attribution of objectivity to subjective psychological expressions in Wittgenstein's philosophy, considering the logical status of the mental in his work. To this end, a brief comment is made on the philosopher's biographical data and essential concepts such as the mental, language play and meaning are presented. Then, the concept of the experience of meaning is explored, approaching related concepts. Next, it examines how Wittgenstein establishes the objectivity of subjective expressions. Finally, it concludes with a reflection on the idiosyncrasies of Wittgenstein's philosophy of psychology and its impacts on the ontological understanding of the human being and his mental life.

**Keywords:** Wittgenstein. Philosophy of psychology. Mental. Language. Meaning.

*A ideia do espírito do ser humano, que vemos ou não, é muito semelhante à do significado de uma palavra, que, como processo ou objecto, permanece junto à palavra.*

(Ludwig Wittgenstein)

## Introdução

A obra de Ludwig Wittgenstein, filósofo austríaco dos mais importantes do século XX, autor capital para a filosofia analítica e pensador influente para o positivismo lógico, e sobretudo importante para a virada linguística, é tal e qual a efigie do deus romano Jano: bifronte, com faces em opostas uma à outra, mas estruturalmente única. A propósito, essa característica fundamental do *omvre* de Wittgenstein foi reconhecida em uma leitura do próprio autor, quem, no prefácio às *Investigações Filosóficas* (1953), obra que inaugura um novo momento em sua bibliografia, aconselha que se compreenda suas novas reflexões contrastando-as às anteriores. O que se percebe ao debruçar-se em sua obra, com efeito, é que coexistem nela duas atitudes filosóficas distintas. (cf. OLIVEIRA, 2018)

No que interessa ao presente artigo, todavia, limitar-nos-emos ao segundo momento da obra — mais especificamente, às elucubrações advindas da atitude filosófica adotada por Wittgenstein em suas investigações quanto à filosofia da psicologia —, no qual, ainda cinzelando compreensões quanto àquilo que atravessa todo o seu trabalho, a saber, a demarcação dos limites da significação e da organização da experiência, Wittgenstein explora a natureza sensível da realidade, da linguagem e da mente.

Por conta da rica complexidade do seu pensamento, da translucidez do seu raciocínio, e da fineza de sua argumentação, muitas são as aproximações de leitores à obra desse autor, havendo interpretações que o nomeiam como filósofo da linguagem, da matemática ou da lógica, ou que o consideram uma espécie de místico racionalista, conservador amargurado ou esteta atormentado. É indubitável, nada obstante, que suas contribuições às discussões da natureza da linguagem, da experiência, da subjetividade, da mente e da consciência, provam-se influentes, inspiradoras e necessárias não só no campo da filosofia, mas também da ciência — havendo, inclusive, ecos seus no pensamento pós-moderno. (SALLES, 2012)

Em todo o caso, na leitura de suas obras tardias, por conta da incansável investida de Wittgenstein aos mesmos temas, constata-se um esforço de retomada temática em busca de uma compreensão perfeita — ou, pelo menos, mais bem adequada. Tal esforço dá-se na investigação de padrões de similaridades e diferenças, na descrição de conceitos, na exposição de exemplos ilustrativos e na correção de concepções de linguagem errôneas através da aplicação dos seus próprios métodos de análise filosófica, análise esta que se configura à maneira de um proceder metódico, gradual, analítico, de ponderar situações e lugares-comuns de diferentes ângulos, a esmiuçar e desafiar pressuposições a partir de raciocínios multifacetados; proceder que, ao fim e a cabo, poder-se-ia qualificar como o burilar de experiências de pensamento ou cálculos lógicos.

Nisso, de todo modo, conforma-se uma filosofia da psicologia cuja razão de ser primordial consiste no objetivo de extirpar as contradições, os paradoxos, os enganos, as superstições e as ilusões advindos da relação equivocada estabelecida entre os objetos de estudo das ciências psicológicas — de modo genérico: mente,

percepção e comportamento — e a sua sintaxe — o que com notável elegância logra Wittgenstein. O autor, para tal objetivo, redefine certos conceitos, refina uns, e cria outros; para o presente artigo, a propósito, será imprescindível o tratamento de alguns deles, a saber: *anímico*, *jogo de linguagem* e *significado*, os quais serão explorados no decorrer da argumentação.

Considerando-se o método de Wittgenstein e as propriedades de sua investigação, os referidos objetos de estudo das ciências psicológicas possuem um estatuto singular em sua obra, encontrando-se com uma feição notadamente particular, pois, nela, o ângulo não é epistemológico ou cognitivo — e sim gramatical. E os efeitos desse ângulo são de suma importância, visto que assim se define a natureza mesma das investigações filosóficas do autor, bem como a metodologia dessas. Para chegar ao sentido, Wittgenstein elege a gramática como método, e é nas suas investigações gramaticais que o autor desenlaça os nós górdios que, no uso impreciso de conceitos psicológicos, foram inadvertidamente criados.

O que é mister compreender de antemão, contudo, é que em seu pensamento a atividade linguística — ou, em outras palavras, os jogos de linguagem —, existe como a semente pluripotente de todo o espectro das crenças, atitudes e comportamentos humanos, e as consequências teóricas desse preceito são tão variadas quanto são vitais, pois, desse modo, na filosofia da psicologia de Wittgenstein não se pretende criar ou sistematizar uma ciência do comportamento psicológico; em vez disso, trata-se de ponderar as questões relativas à psicologia através do esquadramento da gramática dos conceitos da própria psicologia.

Com isso, o *anímico*, na filosofia da psicologia de Wittgenstein, é um epíteto lógico, isto é, uma consequência adjetiva das práticas, das interações e dos modos de vida do ser humano. Dessa maneira, o anímico encontra expressão no corpóreo, e uma vez que, em Wittgenstein, sensação e expressão formam uma unidade inseparável, essa expressão é primordialmente linguística. Assim sendo, o que prepondera sobre a compreensão de expressões e conceitos psicológicos é a gramática que, sobretudo, possibilita a comunicação entre duas mentes e, ainda mais, possibilita a espantosa compreensão objetiva do conteúdo subjetivo expresso nessa comunicação. (WITTGENSTEIN, 2009)

Tal comunicação, a propósito, dá-se na dinâmica dos *jogos de linguagem*, que são, *grosso modo*, o conjunto composto pela própria linguagem — substrato vivo, animado — e pelas atividades em cujas tramas a linguagem é entretecida, e através das quais contorna formas de vida. (Wittgenstein, 2009, *passim*)

Como o próprio Wittgenstein (2009, p. 11<sup>c</sup>, § 18) afirma, nossa linguagem pode ser comparada a uma cidade antiga, com ruas e vielas, casas e casinhas com arquiteturas diversificadas amontoadas à toda volta no centro, em cujos arrabaldes erigiu-se, à imagem de cidades planejadas, subúrbios de ruas retas e regulares com ordeira sucessão de casas uniformes, e disso decorre que haja diferentes usos para uma determinada palavra, de que não seja óbvio o seu sentido, e que haja diferentes funções e utilidades no uso que dela se faz. Nesse cenário,

porém, o conceito de *significado* serve para “distinguir as formações caprichosas da linguagem das formações essenciais, inerentes à natureza dos seus propósitos” (Wittgenstein, 2014, MS 137-138, p. 118, § 326). Assim sendo, o significar não é um processo que transcorre junto às palavras, posto que não é em nenhum lugar, senão no fluxo da própria vida, que as palavras têm o seu significado. Em síntese, o significado de uma palavra patenteia-se por meio da explanação do que o seu significado explica. Ademais, ao ser imprescindível para se pensar o emprego de uma palavra em dado jogo por servir-nos de crivo, são-lhe aparentados conceitos como *função, finalidade e utilidade*. (WITTGENSTEIN, 2014).

E é nessa dinâmica de uso da linguagem pelo sujeito expressivo que se dão todos os fenômenos da subjetividade e da intersubjetividade, que são, em suma, experiências linguísticas, visto que, ainda que sejam em essência subjetivos e geralmente privados, tais fenômenos não possuem uma condição excepcional em relação aos demais, possuindo, no lugar, os predicados semânticos e organizativos da linguagem que servem de instrumento à expressão da mente humana. Tal como o próprio Wittgenstein (2009, p. 113<sup>c</sup>, § 329) sumariza, ao pensar em palavras não se possui significados na mente em adição às expressões verbais; em vez disso, a própria linguagem veicula o pensamento. Isto é, o sujeito não é dado prévio à experiência, e a própria experiência constitui-se através de condições de ordem linguística.

Ademais, para o filósofo, o fato maior no que respeita à experiência subjetiva não é a pretensa variabilidade infinita em gênero das experiências privadas de cada um, mas que, ao fim de toda a expressividade concebível, resta uma opacidade incontornável que é constituidora da própria vivência do jogo e que, em última análise, cria a necessidade lógica da existência de um interior, de uma vida anímica (cf. Wittgenstein, 2014, MS 173, p. 328, § 17-18). Afinal, não são águas turvas que põem o fundo em questão? Todavia, tal como define Salles (2012), Wittgenstein ocupa-se das condições gramaticais da experiência psicológica, interessando-lhe unicamente os conceitos que a concernem e a sua posição no conjunto dos conceitos experienciais, importando-lhe distingui-los por medidas como durabilidade, localidade, propriedades fenomênicas e graus, não lhe interessando, desse modo, o que naturalmente ocupa as ciências psicológicas, ou seja, as causas dos eventos mentais, sua natureza, e as propriedades do seu conteúdo. Conforme Oliveira (2018), a investigação lógica do anímico concentra-se nas diferenças gramaticais que marcam os modos diversificados de manifestação desse “elemento etéreo e dúctil”, segundo qualifica-o Salles (2012, p. 87), procedendo, conseqüentemente, sem jamais hipostasiá-lo. Ao tematizar a gramática que torna possível a sua expressão e não os sinais exteriores ou uma pretensa natureza metafísica, assim, tal investigação centra-se na essência mesma do anímico — isto é, em seus traços e leis de evidência.

Nesse sentido, explorar-se-á de que modo as expressões psicológicas — de natureza subjetiva, complexa e ambígua — são dotadas de significado e fazem-se compreendidas na dinâmica dos jogos de linguagem. Para isso, no entanto, enfocar-se-á a relação entre a condição lógica do anímico na obra de Wittgenstein e a

objetividade possível de expressões subjetivas de caráter psicológico com o objetivo de compreender em que consiste a *vivência do significado* no ato de significar.

## Significado, expressão e compreensão em jogos de linguagem

Wittgenstein dedica-se, no desenvolver de sua filosofia da psicologia, a uma diferenciação sobremaneira vital: entre a simples vocalização e a *vivência do significado*. Para tal, pergunta-se: o que se perderia em alguém que não possui a vivência do significado de uma palavra? E, a fim de desenvolver esse raciocínio, o autor recorre a experiências de pensamento e a cálculos lógicos. Desse modo, cogita-se: caso um indivíduo fosse incapaz de proferir isoladamente uma palavra, a exemplo de *banco*, uma vez com um significado, e outra vez com outro, o que lhe seria retirado? Afinal, proferir uma palavra sem dominar a técnica do seu emprego equivale a não conhecer os pressupostos tácitos dos quais o processo compreensivo é condição, ao ponto de assemelhar-se aquele que profere uma palavra polissêmica sem se atentar aos movimentos inaugurados no jogo com o seu uso mais a um papagaio que repete fonemas, do que com uma criança adestrada no uso da linguagem que anuncia uma intenção ou manifesta um desejo. Assim, como faz-nos notar Wittgenstein, ao proferir seguidamente uma mesma palavra, a vivência se perde, e o significado confunde-se no som (Wittgenstein, 2014, MS 137-138, p. 200-201, § 784); no caso do indivíduo não adestrado, todavia, a vivência do significado nem sequer realiza-se, e o som se lhe torna um rumor insignificativo. (WITTGENSTEIN, 2014)

É através do uso proficiente, cômico, portanto, que o jogo é jogado. Como bem aponta Wittgenstein, caso não se possuísse a vivência do significado das palavras, ser-nos-ia impossível rir de anedotas, posto que o humor reside não propriamente na acústica da interação, mas no próprio contexto em que o trocadilho atua e surte efeito (cf. Wittgenstein, 2014, MS 137-138, p. 186, § 711). Há, pois, critérios comportamentais para definir-se se acaso alguém entendeu ou não uma palavra dita: ou nada lhe significa, ou ele não sabe o que fazer da palavra. Existe, ainda, a possibilidade de um equívoco de compreensão. Independente do caso, demonstrar-se-á uma compreensão correta, incorreta ou inexistente quando a pessoa *usa* a palavra; e, tão claramente quanto se é possível discernir um pianista de um pianeiro pelo contato com as teclas, assim expõe-se a circunstância desse jogador (WITTGENSTEIN, 2014). A compreensão, desse modo, é necessariamente contextual. Tal como sintetiza Salles (2012, p. 155), “[...] compreender é simplesmente jogar”.

Para Wittgenstein (2014), com efeito, entender uma única sentença equivale a entender toda uma linguagem, pois na compreensão de algo, seja palavra, imagem, ou melodia, o significado significa o expresso através do ser humano atuando suas práticas linguísticas e ações, de modo que são inseparáveis o ver, o ouvir, o falar, e o fazer da ação cabalmente realizada, estando a compreensão em relação a esse todo como um produto sintético sustentado pela ação. Em outras palavras: o uso, e não o componente pictórico, é o fôlego de vida do

signo (cf. Wittgenstein, 2009, p. 155<sup>c</sup>, § 432). Faz-se necessário, no entanto, salientar que tal elaboração se dá em razão da terapêutica filosófica proposta por Wittgenstein, em que de forma paulatina e inexorável perfaz-se uma desconstrução radical do sujeito metafísico — afinal, para o filósofo, consciência e inconsciência, alma e corpo, cérebro e corpo, são meras distinções gramaticais. Isto é, não faz sentido, como aponta Hacker (2012), assinalar predicados de natureza psicológica a nada senão à completude do humano, pois a criatura senciente que é afetada, e sempre por inteiro, pelas suas sensações, pelos seus sentidos, e que se encontra consciente ou inconsciente, e não a alma, a mente, ou o cérebro de modo à parte.

De sorte que supor na compreensão a sucessão de processos mentais e ocultos iguala-se a colocar um biombo primorosamente ilustrado à frente da cena do genuíno emprego da palavra (cf. Wittgenstein, 2014, MS 174, p. 355, § 26). Conforme Salles (2012), tal suposição termina por originar um modo de falar tipicamente enganoso, posto que, embora haja processos anímicos característicos do compreender, não são os únicos nem os decisivos, e o compreender não se esgota no processo anímico, de sorte que não é voltando-se à dimensão íntima, ao interior do humano, que se abrangerá o processo compreensivo. Todavia, vale salientar que o interior não só se faz presente nesse jogo, como se constitui enquanto base do dialeto próprio de cada ser humano e, nesse sentido, é essencial para que a linguagem e seus jogos progridam na rítmica do fluxo da própria vida. Dessa forma, o sentido de uma vida inteira pode se enunciar no uso específico que um único sujeito faz de determinada palavra. Ao compreender, enfim, é imprescindível mais do que um contato com um conteúdo empírico, sendo necessário, no lugar, a iniciação na linguagem e o adestramento apropriado em seus jogos nas variadas esferas e funções que existem. Assim, a experiência do significado — isto é, o processo de apreensão semântica e compreensão do conteúdo expressivo — assenta-se na capacidade de discernir contornos da estrutura em um dado sistema, de modo a identificar mudanças, das mais sutis às mais bruscas, no aspecto dessa estrutura.

Conquanto atribua ao interior a condição de uma ficção gramatical, é importante notar que Wittgenstein não nega nem afirma a existência de estados mentais, não nega nem afirma relações causais entre o físico e o psíquico, não reduz a completude expressiva do gesto à exteriorização, nem pretende sobrepor-se à visão prioritariamente anímica da significação ou do mental. Em vez disso, o filósofo estrutura um território do significativo e um campo lógico em que o interno se faz reconhecível por critérios gramaticais, a linguagem torna-se medida da linguagem, e coincidem no essencial, e não no empírico, significação e comportamento, de modo que a gramática que torna possível a expressão dos estados e dos atos da consciência tem precedência na investigação. (SALLES, 2012) Ao interior atribui-se essa condição de ficção gramatical não como forma de desqualificação, mas para salientar-se de que a ideia e a convicção de que cada um de nós possui uma alma, uma interioridade, é essencialmente uma crença gramatical, isto é, um elemento, construído ao longo de nossas práticas linguísticas, intimamente entrelaçado às nossas ações, expressões e formas de vida. Basta notar a

opulência vocabular em toda língua humana para dar vazão a sentimentos, emoções e afetos; em todo caso, todas essas são, por assim dizer, suposições gramaticais imbricadas no substrato da linguagem.

Sabendo que o anímico se expressa no corpóreo de modo primordialmente linguístico — ou seja: em comportamentos que enunciam a existência de um interior —, para discutirmos o modo pelo qual as expressões psicológicas são dotadas de significado resta-nos tematizar a expressão em si. O próprio Wittgenstein, a propósito, admite que se impõe em nós a sério a imagem de algo incorpóreo que vivifica o rosto, feito brisa poderosa, à visão de uma face rica de expressividade anímica, (cf. Wittgenstein, 2014, MSS 137-138, p. 117, § 325) pois, de fato, a expressão remete à própria dimensão vivencial da experiência, e é esse elemento de interioridade que o filósofo destaca e argui pela sua intangibilidade empírica, uma vez que, por manifestar-se no exterior, daí não decorre que tão simplesmente por ele se explique em toda a sua complexidade sem que o interior preste papel algum nisso.

O filósofo, então, segue de modo pertinaz, à imagem de um homem buscando clicar um cubo mágico hiperbólico, tentativamente buscando compreender a natureza da linguagem, sua função e estrutura, e em suas investigações conclui que é nos comportamentos, que nada são além da capacidade humana de expressão ou exteriorização da vida anímica, que se revela a continuidade existente entre os sentimentos e sua manifestação. Em seus termos, “palavras estão conectadas às primitivas, naturais, expressões de sensações e são usadas em seu lugar”, de tal modo que “a expressão verbal de dor substitui o choro, não o descreve” (Wittgenstein, 2009, p. 95<sup>c</sup>, § 244, tradução nossa). Com isso, dos mais brutos aos mais matizados aspectos do comportamento, isto é, dos esgares e os gestos ao timbre e à fisionomia, existem expressões características, e, portanto, nomeáveis e reconhecíveis, de dor, de medo, de alegria. Com efeito, o filósofo considera certa palavra dita em um determinado ambiente, em entoação específica, como a genuína expressão de um sentimento sem que haja nada interposto entre ambos. (WITTGENSTEIN, 2009)

### **Significado, expressão e dissimulação em jogos de linguagem**

Todavia, é certo que, tal como a variedade infinita da expressão, a imprevisibilidade é propriedade constitutiva do anímico, bem como o é que nem toda criatura que expressa medo, alegria, ou dor, pode fingi-los — mas a criatura humana pode exteriorizar. E ao ser devidamente adestrada nos jogos de linguagem, torna-se bastante hábil em ocultar o próprio interior; ou, em outras palavras: em fingir e dissimular. Como já dito, em Wittgenstein, subsiste em todos os lances do jogo uma opacidade ineludível que é propriedade essencial da própria vivência do jogo e, em última análise, cria a necessidade lógica da existência de um interior, posto que é quando a fisionomia, os gestos e as circunstâncias já não são unívocas que o interior não mais se confunde no exterior, ganhando desse modo profundidade e estatura e autonomia, de modo que, no fim, os critérios de

evidência do mais inefável, daquilo que no humano há de mais sutil, mais delicado, são invariavelmente externos e públicos. (WITTGENSTEIN, 2014)

E daí decorre que tais critérios se fundem em uma assimetria radical e absoluta, de ordem gramatical e expressiva, entre primeira e terceira pessoas, na qual se registra importantes nuances que respeitam à perspectiva cognitiva e a aspectos dos jogos linguísticos. Tal assimetria, no entanto, não é cognitiva, pois sua implicação teórica não é de que o sujeito, feito quem observa objetos sombrios encerrados no interior de uma caixa, saiba mais sobre as próprias vivências do que o outro, mas sim de que unicamente o próprio sujeito é capaz exteriorizar o seu interior, as vivências de sua vida anímica, ao passo que o outro está apto de ler o significado destas, e só. (MARQUES, 2014) De maneira que, por sua vez, tal assimetria funda um privilégio expressivo, considerando-se que entre suas vivências pessoais e o próprio sujeito não se interpõem as expressões ou exteriorizações, da mesma maneira que nada se interpõe entre o sentido e o expresso. O sujeito, primeira pessoa do verbo psicológico, assim, vivencia e expressa de imediato os eventos privados que nele ocorrem, enquanto o observador, terceira pessoa, apenas mediadamente presencia a expressão. (cf. Wittgenstein, 2014, MS 176, p. 365, § 4)

Nisso surge um dilema fascinante, que consiste em uma aparente crise de todo o sistema de evidências públicas para o interior, posto que, ao menos à primeira vista, a possibilidade de dissimulação desvalorizar o sistema de modo cabal, e, em último caso, até mesmo anular a evidência, pois põe em xeque todo comportamento como evidência fidedigna em relação ao que vibra no espírito de outrem. Contudo, para que se chegasse a essas consequências lógicas, tal incerteza deveria possuir caráter generalizado; Wittgenstein, porém, averigua de que não o possui, dado que, em caso de dissimulação, a incerteza que é produto da imprecisão da evidência não é subjetiva, mas objetiva — isto é, subordinada à gramática que fundamenta a expressão. (WITTGENSTEIN, 2014)

Melhor dizendo: pelo comportamento constroem-se conclusões não só quanto à expressão, mas também no que concerne à autenticidade da expressão, o que implica que, para tal, tanto a expressão autêntica quanto a dissimulada manifestam-se a partir de sinais exteriores discerníveis. Senão, como sequer se poderia diferenciá-las e, nisso, reconhecer tipos diferentes de expressão? Portanto, a incerteza objetiva é uma indeterminação no que toca à evidência admissível que se inscreve nas próprias regras do jogo. Como sumariza Wittgenstein (2014, MS 173, p. 333, § 49, grifo nosso), que “o actor possa apresentar o desgosto mostra a *incerteza* da evidência, mas que ele possa apresentar o desgosto mostra também a *realidade* da evidência”. Ou seja, quer falemos de sinceridade ou dissimulação, autenticidade e inautenticidade, “falamos sobre padrões na urdidura da vida” (2014, MS 169, p. 299, § 317), de lances em que há intenções e capacidades em ação. Logo, tal como o significado de uma palavra se manifesta no jogo e qualifica-se pelo seu uso, o significado de uma

expressão dissimulada assenta-se na função, finalidade e na utilidade da mesma no interior da linguagem e em relação ao jogo da evidência.

## **O caráter da subjetividade**

Em seu proceder terapêutico de investigação de essências Wittgenstein sondou as condições linguísticas de constituição da experiência do humano, e, durante o processo, deu ênfase à unidade da experiência em uma dimensão pragmático-linguística que está lastrada no solo da vivência. De fato, o mundo não se apresenta ao ser como uma imagem ou uma reminiscência, mas, de outro modo, acompanha a vida em fluxo tal qual o do inspirar e expirar; fluxo cíclico, ininterrupto e ininterrompível. Assim sendo, dentre as capacidades do humano está atentar-se ao mundo e dar-se conta de sua realidade, mas foge a essas capacidades fazer o que quer que seja sem se estar presente no próprio mundo. No que toca à função de intermediação entre linguagem e mundo o filósofo afirma que o mundo dos objetos físicos e o próprio mundo da consciência incluem-se na gramática da forma de vida do homem, nela têm realidade, e só através dela fazem-se conhecidos. Nesse cenário em que gramaticalmente une-se a vida do signo à visão de mundo, à cultura e à linguagem, a significação prova-se independente do mundo, isto é, sem ter de possuir uma relação de espelhamento com esse, conquanto a servir-se do próprio mundo para autocompor-se no seio da gramática. (SALLES, 2012)

Tal processo, em sua obra, dá-se a partir da recusa à referência subjetiva pretensamente necessária, em virtude de um elo causal, para o ato de significar; no caso, a estados mentais que fundamentem a autonomia da significação em relação ao mundo (cf. Oliveira, 2018). Em vez disso, para o filósofo, instrumentos linguísticos, jogos de linguagem e formas de vida condicionam a possibilidade da significação, de tal modo que a vida anímica, se cristalizável, apenas o é enquanto um conjunto de práticas. E as próprias condições de possibilidade da significação, dessa maneira, são necessariamente de natureza linguística, incluindo-se na gramática que articula as palavras e determina os sentidos através dos quais o homem experimenta o mundo em que vive, de tal forma que coincidem os limites do mundo e os limites da linguagem. (SALLES, 2012) Dito de outro modo: a gramática viabiliza a expressão das vivências do ser à medida que ele é adestrado em suas técnicas — tornando-se hábil, por exemplo, na associação de nomes a objetos, na substituição das expressões verbais das sensações por palavras e no seguimento de regras — e na vivência intersubjetiva atualiza o mundo para os sujeitos. Em Wittgenstein, portanto, a linguagem torna-se o leito do fluxo da existência do ser humano e fornece a base conceitual para as suas experiências.

Com efeito, o filósofo não pondera as vivências de estados mentais, como a vontade, a percepção de aspectos ou o senso de uma identidade psicológica à procura das causas de sua produção ou da explicação de suas funções, posto que, em sua investigação gramatical importa-lhe a constituição dos limites do significativo.

(SALLES, 2012) Assim, a reconstruir inteiras nuvens de filosofia nas mais diminutas gotículas da gramática (cf. Wittgenstein, 2009, p. 233<sup>c</sup>, § 315), Wittgenstein faz ver como nos estados de alma já estão imbuídas dimensões da vivência que vão além do componente psicológico — primordialmente a dimensão do jogo de linguagem, mas também fatores subsidiários, como a intenção e a crença —, e, em certo sentido, dele prescindem. O anímico, desse modo, com tudo o que lhe próprio — a saber: as sensações, os pensamentos, as representações, as disposições, e o mais — estabelece-se enquanto copartícipe do processo de determinação da significação, e não sua fonte. (SALLES, 2012) Do anímico, contudo, sabe-se através de suas enunciações comportamentais; ou melhor: de suas expressões. Então vejamos, doravante, qual o estatuto da *vivência* e da *expressão* nas concepções de mundo, linguagem e significado de Wittgenstein.

Segundo Wittgenstein, dizer que algo constitui uma particular experiência subjetiva equivale a nada dizer sobre coisa alguma (2009, p. 77<sup>c</sup>, § 174). Não lhe basta, por conseguinte, atribuir a falta de conhecimento ou a imperfeição desse conhecimento sobre a natureza dos fenômenos psicológicos à sua pretensa natureza sutilíssima e evanescente, ou então à rudeza da linguagem, conferindo-lhes, assim, uma aura de fantástica peculiaridade, visto que é um despropósito supor haver usos excepcionais para uma certa casta de palavras em relação às demais. (WITTGENSTEIN, 2009) Logo, em sua investigação gramatical Wittgenstein define que o que há na linguagem não são representações das experiências, mas a própria textura do experienciar. Nesse sentido, o mundo da consciência e o mundo dos objetos confinam-se aos limites da gramática e organizam-se nos jogos de linguagem.

Destarte, convém apontar que, implícita na ideia do significado que se constrói no uso, está a noção de que a subjetividade e a linguagem incidem sobre e afetam uma à outra. Em consequência, não se pode ignorar o componente vivencial da construção dos jogos de linguagem. Quando Wittgenstein (2014, MSS 137-138, p. 190, § 734) afirma que “apenas de alguém que é capaz de fazer, aprendeu, dominou, isto e isto, tem sentido dizer que vivenciou conscientemente”, associando, desse modo, a maestria à vivência do significado e à percepção de relações internas, sinaliza para o fato que, assim como na percepção de um aspecto visual, à percepção de uma nuance semântica pertence à ciência das relações intrínsecas, sendo ambas ocorrências em que “nada se transforma e, não obstante, tudo é novo” (Salles, 2012, p. 88); neste caso, a relação apercebida é entre dada palavra e o seu arco de significados. À ideia de significado, pois, assim como em relação às competências do ver e do ouvir, subsiste a intencionalidade como componente elementar. Com efeito, “[...] significar algo é como ir em direção a alguém” (Wittgenstein, 2009, p. 140<sup>c</sup>, § 457, tradução nossa), constituindo-se, por conseguinte, enquanto ação que põe em movimento o próprio sujeito.

No que, então, a *vivência do significado* consistiria no transcorrer da ação do significar? Vogais matizadas, palavras com semblantes ou perfumes e a cadência da prosódia (cf., respectivamente, Wittgenstein, 2009, p.

213<sup>c</sup>, § 177, p. 228, § 278 e p. 230<sup>c</sup>, § 294; Wittgenstein, 2009, p. 182, § 38 e p. 230<sup>c</sup>, § 295; Wittgenstein, 2009, p. 151<sup>c</sup>, § 527 e Wittgenstein, 2014, MSS 137-138, p. 126, § 371-376) são todos elementos que o filósofo — muitas vezes valendo-se de aproximações à música de forma ilustrativa — pontua, descreve e explora acerca da expressão e do significar. São atributos, por assim dizer, organolépticos da vivência do significado. Junto a sutis contornos comportamentais — quebrantos ou refulgências em um olhar, vibrações no timbre e coreografias gestuais —, tais atributos encontram-se em esferas de jogos de linguagem mais sofisticados e complexos, onde a linguagem é empregada, dentre outras, em sua função estética ou finalidade dissimulativa. Poder-se-ia supor, por exemplo, que durante as suas composições um poeta ou um músico vivenciam tais propriedades cromáticas e rítmicas nas palavras à medida que as instrumentalizam, arranjam e permutam. Por conseguinte, é como se, no uso, as palavras possuíssem também uma vida anímica.

Porém, vale sublinhar que o significado de uma palavra

[...] não é a experiência que se tem ao ouvi-la ou proferi-la, e o sentido de uma sentença não é o complexo dessas experiências. — (Qual o sentido da proposição “Eu não o vi ainda” composto do significado de suas palavras?) A sentença é composta de palavras, e isso é o suficiente. (Wittgenstein, 2009, p. 182, § 37, tradução nossa)

Os atributos organolépticos acima citados, portanto, pertencem intrinsecamente à vivência, e nisso expressam uma relação inerente ao uso que, ao fim e a cabo, constitui o uso multimodo de determinada palavra. Em consonância à Bar-Elli (2016), o que se expõe a partir disso é que a vivência em si não é de ordem subjetiva nem se iguala ao conteúdo psicológico que se supõe subjacente e vinculado ao uso da palavra, mas consiste no caráter *objetivo* do *uso* que, nada obstante, conserva toda a complexidade da *experiência subjetiva* que o acompanha e põe o sujeito em movimento no tabuleiro da gramática. Logo, disso não decorre que as vivências subjetivas sejam a essência do processo objetivo do significar, o que seria estranho à filosofia de Wittgenstein; do contrário, disso sucede que somente à expressão o subjetivo realiza-se na objetividade da linguagem, fazendo-o, via de regra, nos limites gramaticalmente definidos do significativo e do possível. Em outros termos: caso uma palavra seja escarlate ou azul-celeste, cheire a vinho ou lavanda, isso respeita ainda a aspectos operativos que se fundam no uso e informam o significado. Isto é, não se pode separar de uma palavra sua acústica, sua aparência e o sentimento que nela há, por que cada uma dessas qualidades é uma faceta do significado objetivo que lhe é próprio e que há de ser vivenciado nos diferentes tipos de uso dentro da gramática.

Porquanto

A sensação-de-se não é um sentimento que acompanha a palavra “se”. / A sensação-de-se deveria ser comparável à “sensação” especial que uma frase musical nos dá. (Descreve-se algumas vezes tal sentimento ao dizer “Aqui é como uma conclusão

estivesse sendo tirada”, ou “Eu gostaria de dizer aqui ‘assim sendo...’, ou “Aqui eu sempre gostaria de fazer um gesto”, e então se faz o gesto). / Mas pode esse sentimento ser separado da frase? E ainda assim não é a própria frase, pois alguém pode ouvir sem o sentimento. / Nesse sentido é similar à “expressão” com que a frase é tocada? / Nós dizemos que a música nos dá um sentimento bastante especial [...] / “Eu canto com uma expressão particular”. *Essa expressão não é algo que pode ser separado da passagem*. É um conceito diferente. (Um jogo diferente). (Wittgenstein, 2009, p. 191, § 43-48, tradução e grifo nossos; cf. Wittgenstein, 2014, MS 137-138, p. 126, § 371-376)

Compreende-se, enfim, de que tais qualidades são vitais para a compreensão objetiva do conteúdo subjetivo expresso, sendo inerente, ademais, à intencionalidade que é intrínseca à linguagem e aos jogos. (BAR-ELLI, 2016) Contudo, ainda que a vivência em si não seja de ordem subjetiva nem se iguale ao conteúdo psicológico, no uso da palavra o anímico contribui à significação na própria medida em que a palavra e o contexto do seu uso existem para dado sujeito, sendo no anímico e nas particularidades da vivência de cada um, em última análise, que se resguardam as sutilezas e a inefabilidade do que resta cabalmente incapturável pela linguagem em suas limitações expressivas factuais. Pois da mesma forma que o interior e o exterior estão ligados experimental e logicamente (cf. Wittgenstein, 2014, MS 173, p. 328, § 20-21) também em termos experienciais e lógicos uma palavra está ligada ao seu significado.

Portanto, a habilidade para experimentar a vivência do significado traduz-se na habilidade de chegar à alma de uma palavra, à essência da gramática, e compreender a linguagem.

### Considerações Finais

Uma exploração temática da obra de Wittgenstein, a publicada em vida e a que o foi apenas postumamente, revela certa tenacidade, aliás admirável, na exploração de certos núcleos temáticos; revela afincamento no polimento de um instrumental de conceitos que mais ou menos mudam à medida que seu trabalho progride; e até formulações e reformulações sensivelmente distintas que reiteram impasses, reconsideram problemas recorrentes e oferecem-lhes soluções inéditas que não estão, elas mesmas, isentas de serem invalidadas mais adiante. A discorrer sobre os escritos originados na fase de sua segunda atitude filosófica em específico, poder-se-ia dizer que, à maneira da filosofia clássica, Wittgenstein tematiza e pondera os conceitos psicológicos e a própria Psicologia através da investigação dos seus fundamentos epistemológicos, metodológicos, e dos seus primeiros princípios. (cf. MARQUES, 2014)

Em virtude disso, através de uma conduta que no texto se revela como um método terapêutico de aproximação a duradouros problemas filosóficos em nova perspectiva, com um novo modo de pensar, Wittgenstein estabelece, e ratifica página após página, uma desconstrução lógica do sujeito das ciências

psicológicas, quer metafísico, quer fisiológico. Por sinal, essa atitude antipsicologista, como nos informa Hacker (2010, p. 03), era comum a várias escolas filosóficas da Alemanha e da Grã-Bretanha na época finissecular em que Wittgenstein desenvolveu seu pensamento; não à toa ele herdou seus compromissos metodológicos de Frege e Russell, que, antes dele, também se voltaram a núcleos temáticos semelhantes. Apesar disso, conforme expôs Oliveira (2022), ao adotar uma atitude filosófica em que a natureza da proposição perde o estatuto de questão cardeal à filosofia, Wittgenstein elabora um pensamento em que a necessidade lógica não mais se refere à natureza de determinadas proposições, o que, como consequência última, permite-o relativizar eixos fundamentais do logicismo e repensar as velhas questões eternas da filosofia, modificando, enfim, o ponto de vista e o modo de pensar que precederam seu pensamento.

Em sua filosofia tardia, pois, Wittgenstein provou-se tão revolucionário quanto pode ser um pensador ao debruçar-se na natureza da linguagem e da representação linguística, na natureza do pensamento e da intencionalidade, do significado e da compreensão, e, por fim, na natureza da própria filosofia. (HACKER, 2010) Tanto que, por efeito da virada linguística operada, em partes, pela sua obra, ruíram os fundamentos ontológicos do fazer filosófico, cuja viga mestra, a consciência, foi descartada em prol de uma procura das condições de possibilidade do sentido que, nada obstante, já não mais poderia estatuir-se como incontestes. Dessas ruínas, contudo, surge uma articulação que une a palavra à ação e em seu horizonte conceitual conserva a versatilidade e a variabilidade como inerentes a si mesma. Desse modo, a filosofia já não mais tem essência alguma para realizar, e, nessa dimensão pragmático-linguística, encerra-se em um ciclo inesgotável de críticas às suas categorias mais tradicionais. (SALLES, 2012) Logo, com Wittgenstein, não são mais as respostas que são postas em xeque, mas as próprias perguntas.

Em última análise, ainda que sejam descartadas as prerrogativas metafísicas e puramente fisiológicas do comportamento humano, em sua filosofia, a vida anímica do ser humano respira com mais folga do que nas ciências psicológicas, posto que jamais é reduzida a instâncias psíquicas ou a órgãos. Nela, o comportamento é a expressão de capacidades cognitivas, cogitativas, afetivas e volitivas que se integram na unidade da experiência do ser humano no mundo, e é assim descrito. Assim, o papel da filosofia da psicologia em Wittgenstein é fornecer um panorama do esquema conceitual dos conceitos dessas ciências, apresentando, nisso, métodos e técnicas para compará-los e contrastá-los com atenção aos jogos de linguagem. Desse modo, sua obra serve ao leitor, seja leigo ou especialista, como um mapa que, quando do surgimento de impasses e dilemas, oferece um novo olhar, uma nova perspectiva ao emaranhado de vias e descaminhos, quer em filosofia, em filosofia da psicologia, na própria psicologia ou na neurociência. (HACKER, 2010) Como resultado, serve de cercado a esse novo caminho aberto a picadas pelo próprio Wittgenstein na selva dos problemas filosóficos um conjunto de raciocínios essencialmente gramaticais que unicamente permitem o trânsito de elaborações de conceitos psicológicos precisas e descritivas.

O maior mérito de sua filosofia da psicologia, no entanto, talvez seja o fato de, sem eterificar, substantivar ou ignorar a subjetividade, Wittgenstein ratificar o sujeito expressivo em sua realidade atuante. Tal sujeito, produzido no interior de uma gramática que delimita a expressão comportamental nos próprios limites das possibilidades de pensamento e experiência, ao expressar-se manifesta vida e mundo sem jamais ultrapassá-los. Assim, nada fica escondido ou resta por dizer, exceto caso assim o sujeito o queira. Há, desse modo, chances iguais de equívoco e esclarecimento entre duas mentes, posto que a linguagem não é obstáculo para a compreensão, mas o próprio meio para que ela se dê, estipulando os limites da subjetividade e da objetividade. É, com efeito, na gramática que lastra a vivência do significado que, no desenvolvimento de um “[...] jogo de expressão [...]”, posso, obviamente, dizer que se desenvolve uma alma, um *interior*.” (Wittgenstein, 2014, MS 137-138, p. 236, § 947). Essa gramática, pois, define as condições linguísticas de constituição da experiência do humano, fazendo coincidir os limites do humano à realidade que o envolve e na qual ele, de jogo de linguagem em jogo de linguagem, constitui sua subjetividade.

Wittgenstein, ao fim, mostra uma verdade profunda e bela sobre o humano: é nos lances da comunicação expressiva entre mentes — viabilizada pela gramática no contexto das formas de vida do humano —, que um interior propriamente se constitui enquanto realidade exprimível e o primata faz-se homem.

### Referências bibliográficas:

BAR-ELLI, G. Wittgenstein on the experience of meaning and the meaning of music. **Philosophical Investigations**, v. 29, n. 3, p. 217-249, 13 de jun. de 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9205.2006.00291.x>. Acesso em: 01 de set. de 2022.

HACKER, P. The Development of Wittgenstein's Philosophy of Psychology. *In: Mind, Method, and Morality: Essays in Honour of Anthony Kenny*, org. John Cottingham e Peter Hacker. Londres: Oxford University Press, 2010.

HACKER, P. The relevance of Wittgenstein's Philosophy of Psychology to the Psychological Sciences. *In: STEKELER-WEITHOFER, Pirmin. Wittgenstein: Zu Philosophie und Wissenschaft*. Editora Meiner, F; Auflage: Vol. 3, n. 1, p. 205-223, 2012.

MARQUES, A. Vivência e Significado. *In: Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014.

OLIVEIRA, W. Normatividade, experiência e certeza em Wittgenstein. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, Natal, v. 25, n. 59, p. 111-129, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/26497/15990>. Acesso em: 04 de out. de 2022.

OLIVEIRA, W. Pensamento e Subjetividade em Wittgenstein. **Analytica-Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 141-164, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/issue/view/1221>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

SALLES, J. **O Cético e o Enxadrista**. Salvador: Editora Quarteto, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1999/2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia**. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014.